00100.054094/2020-61

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV SUP. ÚNICO AO Nº 53, TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2020

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)
1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)
3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)
2º - Senador Weverton (PDT-MA)
3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)
4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2020 6

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2020 45

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 2020 102

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2020 141

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de março de 2020 142

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2020 180

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2020 181

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2020 208

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2020 210

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de março de 2020 266

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2020 314

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2020 391

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2020 431

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 2020 500

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de março de 2020 530

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de março de 2020 551

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2020 588

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2020 590

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 2020 591

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de março de 2020 601

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2020 626

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2020 679

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2020 723

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de fevereiro de 2020 724

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2020 745

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de março de 2020 747

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de março de 2020 748

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2020 769

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2020 771

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2020 772

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2020 776

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2020 802

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de março de 2020 868

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2020 908

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2020 930

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2020 961

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2020 980

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2020 1011

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de março de 2020 1040

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de março de 2020 1044

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2020 1087

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Luiz Pastore, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Prisco Bezerra, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Carlos Viana, Irajá, Otto Alencar, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Flávio Bolsonaro e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, José Serra, Lasier Martins, Reguffe, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 38, de 29 de janeiro da 2020, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 62/2020-TCU, que trata de representação para avaliar a conformidade das concessões de benefícios tributários decorrentes da Lei 13.799, de 2019, diante dos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela LDO 2019 e pelo disposto no art. 113 do ADCT; e do Ofício nº 27.772, de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando as respostas do Presidente da instituição às perguntas formuladas pelos cidadãos por meio do Portal e-Cidadania na audiência pública realizada em 19 de novembro de 2019. Usaram da palavra os senadores Eduardo Braga, Esperidião Amin, Luiz Pastore, Rogério Carvalho, Plínio Valério, Confúcio Moura, Otto Alencar, Luiz do Carmo e Tasso Jereissati. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 527, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para deixar claro que cada Poder responde, de forma individualizada, por seus limites de gastos com pessoal, eximindo o Poder Executivo de sanções nos casos em que o descumprimento dos limites esteja restrito aos demais poderes e seus respectivos órgãos." **Autoria:** Senador Cidinho Santos (PR/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 142, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de taxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de taxi." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 212, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1905, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 61, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais com bens, mercadorias e serviços de transporte para emprego ou consumo na produção, extração ou fabricação de mercadoria ou na prestação de serviço de transporte a serem destinados ao exterior." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Guaracy Silveira (DC/TO), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Vicentinho Alves (PR/TO), Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo) e uma subemenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 28, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Lido o relatório, usaram da palavra os senadores Carlos Viana e Otto Alencar. **Resultado:** Lido o relatório, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 433, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CCT. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 546, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos." **Autoria:** Senador Edison Lobão (MDB/MA). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 776, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas apresentadas. Lido o relatório, usaram da palavra os senadores Prisco Bezerra, Tasso Jereissati, Carlos Viana, Telmário Mota e Otto Alencar. **Resultado:** O presidente da comissão concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3252, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODE/RS). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 5103, de 2019 - Terminativo -** que: "Prorroga o prazo dos benefícios fiscais previstos nos arts. 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento do seguinte documento, para conhecimento: Aviso nº 38, de 29 de janeiro da 2020, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 62/2020-TCU, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, que trata de representação para avaliar a conformidade das concessões de benefícios tributários decorrentes da Lei 13.799, de 2019, diante dos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela LDO 2019 e pelo disposto no art. 113 do ADCT.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por ofício circular.

Comunico ainda o recebimento do Ofício nº 27.772, de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando as respostas do Presidente da instituição às perguntas formuladas pelos cidadãos por meio do Portal e-Cidadania na audiência pública realizada em 19 de novembro de 2019. A íntegra das respostas pode ser acessada na página da CAE, no portal do Senado.

Quero aqui dar as boas-vindas aos Senadores e Senadoras, em especial ao Senador Prisco, que assume e nos dá o prazer desta primeira reunião conosco. O Senador Prisco é do Ceará, terra de gente boa – alguns.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa. e dizer a V. Exa. que o ano de 2020, tenho certeza, será um ano em que a Comissão de Assuntos Econômicos será muito demandada novamente. Quero cumprimentar o Senador Plínio, Vice-Presidente desta Comissão, cumprimentar todos os Srs. Senadores e Senadoras e cumprimentar os brasileiros e brasileiras que nos acompanham neste momento.

Sr. Presidente, nós estamos na Comissão de Assuntos Econômicos, e creio que nada é mais importante neste momento no Brasil do que discutirmos, ou continuarmos discutindo, as questões, Senador Confúcio, das reformas e das políticas econômicas que são capazes de gerar emprego e renda em nosso País. Mas, Sr. Presidente e Sr. Senador Luiz do Carmo, eu também não poderia, na minha primeira fala de 2020, deixar de mencionar a seguinte posição, que eu já manifestei nas redes sociais: eu acho que o Brasil tem que cuidar dos brasileiros, Sr. Presidente, e os brasileiros que estão na China, mais precisamente na região afetada pelo coronavírus, precisam ser resgatados pelo Brasil. O Senado da República e o Congresso Nacional, como já manifestaram os dois Presidentes das duas Casas e diversas lideranças, tenho certeza que aprovarão em tempo recorde a legislação necessária para trazermos em segurança os nossos brasileiros para serem cuidados aqui no Brasil, colocando-os em quarentena adequada e recebendo o tratamento necessário. E nós Senadores do MDB não faltaremos ao Brasil e aos brasileiros nesse momento que todos esperam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando aos temas econômicos, Sr. Presidente, eu sou Relator designado por V. Exa. de dois projetos que tratam de ICMS sobre combustível, e o Senhor Presidente se manifestou esta semana a respeito do ICMS sobre combustível, mais precisamente combustível de aviação. Esta Casa já tentou, na legislatura passada, fixar uma alíquota máxima de ICMS sobre combustível para que nós pudéssemos voltar a ter um preço de combustível para a aviação que pudesse assegurar uma tarifa ou uma passagem aérea mais justa para o povo brasileiro. Lamentavelmente, perdemos no Plenário – porque não houve engajamento, à época, do Governo Federal – por dois votos, Sr. Presidente.

Estamos finalizando a formulação deste parecer para que possamos conversar com os Srs. Senadores e com as Sras. Senadoras, porque é competência do Senado, como todos sabem, através de resolução legislativa, a alíquota interestadual, e acho que esse é um tema importante para tratarmos.

Outra questão, Sr. Presidente, e aí eu sou autor de um projeto, é relativa a salário mínimo. Veja, o Governo havia fixado o salário mínimo em R$1.039 em função do aumento da carne; corrigiu isso para R$1.045, mas o Presidente acaba de encaminhar uma medida provisória ao Congresso Nacional porque o Brasil está sem política de salário mínimo. Ora, é importante dizer ao povo brasileiro, àqueles que nos assistem e aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que não haverá crescimento sem consumo e não haverá consumo sem salário mínimo que garanta poder aquisitivo à base da pirâmide social brasileira. Portanto, creio que essa é uma matéria... E aqui eu quero agradecer a V. Exa. porque já soube através do Relator, o Senador Confúcio, que V. Exa. irá pautar na semana que vem esse projeto, porque é extremamente importante que o Brasil possa... E nós estamos apresentando também emenda na medida provisória a respeito desse tema.

Agora, Presidente, há outro tema que eu acho que nós precisamos adentrar, com a liderança de V. Exa. e com a Comissão de Assuntos Econômicos e com os companheiros Senadores. Senador Esperidião Amin e Senador Rogério, vejam que a Caixa Econômica Federal administra o fundo do FGTS, um fundo gigantesco, um dos maiores fundos que o Brasil tem. Qual é a taxa de administração desse fundo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor deve saber, senão não perguntaria... Só pergunta porque sabe, não é? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É de 1%. É uma das taxas mais caras de administração de fundos no Brasil e com dinheiro do FGTS!

Senador Confúcio, esta Comissão precisa discutir alguns custos que nós estamos impondo à economia, já que nós estamos querendo fazer uma economia em que os custos têm enfrentamento prioritário. E a Comissão de Assuntos Econômicos é, sem nenhuma dúvida, o fórum adequado, Sr. Presidente, para que nós possamos discutir a matéria. Estou preparando um ofício, um requerimento a V. Exa., para que nós possamos trazer aqui não apenas as autoridades do Ministério da Economia, que em última análise são responsáveis pelo conselho curador, pelas políticas públicas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro, ouço V. Exa. com o maior prazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como eu acho que é um assunto muito relevante... É um 1% para contar o dinheiro, porque as operações ativas... Cada uma é outra coisa, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É 1% ao ano para contar o dinheiro e mais nada!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só para fazer a contabilidade!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É bom se levar em conta que cada operação ativa, ou seja, se você emprestar o dinheiro ou mandar aplicar, é outra coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É outra coisa! É taxa de administração do fundo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Caberá risco ou *spread* para o agente financeiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O gestor é uma coisa, e o financeiro é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero só colaborar com a discussão. Eu acho que a Caixa tem demonstrado claramente, através do Presidente Pedro, a necessidade de baixar os juros de empréstimo. Então, eu acho que ele é muito acessível e podemos ter essa discussão com ele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vejo dificuldade nenhuma. Ele está sendo... Sinceramente, eu acho que o Presidente da Caixa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um grande gestor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... está sendo um bom gestor e está fazendo um papel muito importante, porque ele está puxando a fila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, com relação à questão da taxa...

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Nós poderíamos até propor uma audiência pública...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Podemos!

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... para que o Presidente viesse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, eu queria que V. Exa., no seu ofício, convidasse o Presidente da Caixa, porque, com certeza, ele terá de falar sobre isso e sobre muitas outras coisas que nos interessam também aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Há outro tema, Sr. Presidente. Tenho a certeza de que é hora de abordar também com o Presidente da Caixa a taxa de administração com relação ao projeto Minha Casa, Minha Vida na Faixa 1. Vejam: isso tudo é um custo financeiro para a economia brasileira. São recursos... O subsídio anda muito criticado pela atual equipe econômica, e nós estamos querendo questionar por que não reduzimos os custos da atividade financeira que impactam programas que geram emprego, que geram renda, que geram atividade econômica. Portanto, creio que esse é um tema.

Acho – concordo com V. Exa. – que o Dr. Pedro tem sido um protagonista importante no processo. Vejam a questão da taxa de juros com relação ao cheque especial. Aliás, Sr. Presidente, acho que nós precisamos mais uma vez trazer aqui o eminente Presidente do Banco Central, que também tem feito um bom trabalho. Quero aqui me solidarizar com o Dr. Roberto Campos Neto, porque ele tem tido a coragem de enfrentar situações importantes, desde a questão do crédito solidário e do crédito cooperativo até a questão dos juros do cheque especial e do crédito rotativo do cartão de crédito, que é outro absurdo a que precisamos continuar fazendo um enfrentamento nesta Casa.

Por fim, Presidente, quero dizer que queremos apelar a V. Exa. – e já demos o prazo necessário – quanto ao GSF, que é uma matéria que já foi votada nesta Casa, que já foi votada na Câmara e que está sob pedido de vista coletiva já há alguns meses, para que possamos deliberar sobre essa matéria.

Agradeço a V. Exa., cumprimentando-o mais uma vez e desejando a todos os Senadores e Senadoras um 2020 de pleno êxito, de muito trabalho e de muito sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

O Senador Rogério, Líder do PT, tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras no recomeço dos nossos trabalhos. Quero dizer que, a partir de hoje, tenho a honra de representar a minha bancada. Fui indicado ontem como Líder do meu partido.

Ouvindo aqui o Senador Eduardo Braga, chama-me a atenção o fato de que, se você fosse ouvido pelo Olavo de Carvalho, você seria classificado como extrema esquerda, porque você é adepto do marxismo cultural ao defender o que você defendeu aqui, uma política de salário mínimo permanente, a correção do salário mínimo. Tudo isso dialoga com o marxismo cultural, termo que foi cunhado no período pré-governo nazifascista do Hitler. Era o próprio Goebbels quem falava do marxismo cultural, e a gente vê o Olavo de Carvalho repetir isso o tempo todo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha, temos aqui um admirador literário do Olavo de Carvalho!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, mas não sou eu. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É claro que é. É claro que é o senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu só estou dizendo aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu só estou repetindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor é um exegeta!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos adiante.

Então, eu queria, primeiro, aproveitar a oportunidade para dizer que nós vamos ter aqui, sim, uma agenda que está sendo mandada pelo Governo, mas que infelizmente é uma agenda que não dialoga com o cenário externo da economia mundial. A economia mundial vive um processo de diminuição de sua atividade, a média de crescimento prevista para o ano de 2020 é de 3%, o que significa algo muito abaixo do que vinha crescendo. Portanto, nós não temos elementos externos para sustentar um crescimento da nossa economia. Então, é preciso que a gente olhe para os elementos internos da nossa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um mercado consumidor enorme, nós precisamos fazer distribuição de riqueza e uma questão que está sendo colocada aqui... O Senador Eduardo Braga, o Senador Veneziano, o Senador Plínio, o Senador Confúcio, todos os Senadores aqui sabem da importância de a gente ter um mercado consumidor forte. E ter esse mercado consumidor naturalmente significa ter aumento real do poder de compra do salário mínimo. A gente precisa ter políticas redistributivas que levem recursos para todas as regiões do País para a população. Nós precisamos – quem sabe uma reforma tributária dê conta disso... Mas eu não acredito que essa reforma tributária tenha um caráter progressivo. Eu acredito que ela vá ser muito mais uma forma de facilitar a arrecadação dos entes e muito menos para fazer justiça fiscal, o que é fundamental para que a gente tenha uma redistribuição de riqueza no nosso País.

Nós temos outro debate que está vindo, que é sobre a autonomia do Banco Central, Presidente. Fala-se em autonomia do Banco Central, mas antes da autonomia do Banco Central nós precisamos resolver taxa de juros: a taxa de juros do cheque especial, a taxa de juros do cartão de crédito, a taxa de juros de maneira geral. Nós precisamos incorporar como elemento para a definição de política monetária do Banco Central a questão do desemprego. Nós temos um desemprego, que está camuflado sob o subemprego e a ocupação informal, que atinge hoje 45 milhões de brasileiros. E mais: a gente chegou a um patamar em que ganhar um salário mínimo hoje é a meta e não o piso para a sociedade brasileira.

Então, uma economia em que a população está ganhando, na sua grande maioria, com luta, um salário mínimo de renda mensal não vai ter como se sustentar. Sem contar que a gente tem espaço, em tese, para pegar o dinheiro dos fundos constitucionais e colocar mais moeda na economia para aquecer a economia, mas não é colocar moeda de qualquer forma na construção civil, na infraestrutura, com investimento público. A gente tem aí uma barreira que vai ser radicalizada com a PEC da emergência fiscal, que vai estabelecer o teto a 95% do teto atual. Então, nós vamos puxar a economia para baixo, nós vamos dificultar ainda mais a saída desse ciclo de não crescimento e de crescimento sustentado. Nós estamos tendo um crescimento decorrente da liberação do FGTS, em decorrência da venda de alguns ativos do Governo Federal, e isso não sustenta uma economia no longo prazo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Permita-me um aparte.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Permito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Primeiro eu queria cumprimentar o nosso Líder Rogério pela eleição no dia de ontem, que já demonstrou, ao longo do ano passado, a sua capacidade de articulação e de argumentação nesta Casa. Portanto, parabéns e sucesso nessa sua nova missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É apenas para dizer que fizemos uma emenda no projeto do Senador Plínio exatamente para que nós possamos ter, na autonomia do Banco Central, o quê? A submeta da autonomia vinculada a quê? Ao crescimento econômico e ao pleno emprego, porque eu não consigo entender um Banco Central autônomo sem que tenha compromissos com uma meta de inflação, uma meta de emprego, uma meta de crescimento do PIB, sob pena de nós estarmos delegando a terceiros aquilo que a democracia pelo voto direto nos dá, que é a representatividade da população brasileira.

Portanto, é só para reforçar o argumento de V. Exa., dizendo que, sim, é preciso que o Banco Central esteja atrelado a uma política de controle da inflação, de crescimento econômico e de combate ao desemprego.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria, para concluir, Sr. Presidente, concordando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu lhe pediria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para ser bastante breve, porque eu acho que nós vamos ter aí debate sobre... Temos algumas matérias a serem votadas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou só concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão eu retiro de pauta e a gente faz um debate aqui, sem problema nenhum, das matérias que há aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é necessário. Só para concluir, eu queria concordar com o aparte do Senador Eduardo Braga e pedir a V. Exa. que retirasse de pauta um projeto que está para a minha relatoria, que é o item 13, para que a gente possa refazer o relatório em função de essa matéria ter sido vetada pelo Presidente recentemente. A gente precisa reapresentá-la com o estudo do impacto econômico, que não está no relatório inicial. Então, eu queria pedir a V. Exa. para retirá-la de pauta.

Obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio, só uma questão de ordem do Senador... Senador Confúcio, V. Exa. pediu uma questão de ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é o terceiro, Senador. Eles tinham se inscrito antes, está bem?

Questão de ordem, Senador Confúcio, por favor.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, primeiro, parabenizo todos pelo retorno e desejo que este ano seja extremamente proveitoso.

O objetivo do meu pedido é simplesmente solicitar a V. Exa. uma inversão de pauta relativamente ao meu item, o item 11, que está entre os primeiros, os quatro primeiros. Eu tenho três relatorias na Comissão de Educação. Caso seja possível, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, nós temos... Como é terminativo, teria que haver quórum para votar. Então, nós vamos só analisar aqui até terminar aqui...

Senador Plínio, depois Senador Luiz do Carmo, depois Senador Amin.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Omar Aziz, saudando as Senadoras e os Senadores, digo o quanto tem sido importante para mim participar desta Comissão.

E, Presidente, eu iria lhe fazer um pedido, porque aquele nosso projeto de lei complementar que dá autonomia ao Banco Central já estava em plenário quando o Senador Eduardo Braga apresentou uma emenda e o Senador Tasso apresentou outra emenda. E eu leio nos jornais e ouço na televisão: a imprensa fala das prioridades do Governo em relação ao Congresso, e uma delas é a autonomia do Banco Central, porém num projeto enviado pelo Governo. Ou seja, se a gente não seguir o nosso ritmo normal, um pouquinho acelerado, nós vamos, mais uma vez, largar o protagonismo e ficar a reboque de um projeto do Governo – lá na Câmara está acelerado.

Então meu pedido seria, Presidente, para que na próxima terça-feira... O Senador Telmário, que é o Relator, já me garantiu que entrega o relatório até quinta-feira. Então, eu pediria que fosse colocado em pauta, para que esta Comissão e o Senado assumissem seu papel de protagonistas nessas mudanças de que o Brasil tanto precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Outra coisa também que nós ouvimos nessa semana que passou foi a pressa em aprovar a reforma tributária. Até hoje, que eu saiba, a comissão formada pelo Senado, que o Presidente Davi... Não foram nem indicados os nomes para essa comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não foi nem instalada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi nem instalada.

Então, há três propostas de reforma tributária: uma que está sendo discutida na Câmara, sobre a qual o Presidente Rodrigo Maia falou; outra para a qual o Presidente Davi Alcolumbre ficou de formar uma comissão de Deputados e Senadores para debater; e uma que o Governo diz que vai mandar, mas até agora não mandou.

Nós temos que estar atentos aqui na CAE também em relação a essa questão. Não é tão simples aprovar uma reforma tributária, como se pode pensar a partir do que o Presidente Rodrigo Maia disse: "Não, quero aprovar em três meses". Desde que me entendo por gente se fala em reforma tributária neste País, e quando a gente fala sobre ICMS...

É aquele imposto que é compartilhado. O ICMS de que se está falando, Senador Eduardo Braga, é o ICMS que é compartilhado com os Poderes nos Estados, com os Municípios nos Estados. Qualquer perda de arrecadação de ICMS mexe com Municípios brasileiros, mexe com Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público estadual, com uma série de coisas.

Aqui mesmo, na CAE, existe uma série de projetos de lei pedindo isenção de Imposta de Renda. Há um cujo Relator é o Senador Veneziano Vital do Rêgo – está aqui aprovado com uma emenda – que fala sobre vacinação. A pessoa que se vacina tem direito a... Agora, quem se vacina em clínica é rico, quem se vacina em posto é pobre. Nós vamos beneficiar quem com essa lei? Quem nós estamos beneficiando? As vacinas brasileiras hoje, em sua maioria...

Então, nós temos que discutir isso, e há essas matérias a serem discutidas – o Senador Veneziano vai ler daqui a pouco o relatório dele – para a gente poder ter um norte nesta Comissão. Se não for assim, fica difícil. O que há de pedidos... Aliás, o que há de projetos aqui falando em redução do Imposto de Renda – o Senador Eduardo Braga tem esse projeto aí – é um negócio grande, em tudo se fala em redução de Imposto de Renda. Lógico que o Governo atua para não mexer nisso, é uma forma... Mas aqui há todo tipo de redução de Imposto de Renda, para todos os tipos que vocês puderem imaginar há projetos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E eu espero que a gente possa aprovar isso o mais rapidamente possível, até porque, se nós tivéssemos uma reforma tributária, todos esses projetos não teriam nenhum tipo de valor mais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, sem querer polemizar nem contraditar, é apenas para dar uma informação aos nossos colegas Senadores e cumprimentar o Senador Otto, que chega neste momento trazendo, tenho certeza, os bons fluidos baianos triunfalmente aqui para a nossa Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – No dia 2 de fevereiro foi Dia de Iemanjá na Bahia. A festa lá...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, mais do que nunca, você está trazendo fluidos positivos para cá.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu pedi para ela e para todos os orixás bênção para todos os Senadores e Senadoras aqui. Está todo mundo protegido!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É apenas para dizer aos Senadores e às Senadoras aqui presentes e ao povo brasileiro que o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Vitor Hugo, deu entrevista hoje a uma rádio dizendo o seguinte: o Governo não vai encaminhar proposta de reforma tributária, não vai apresentar proposta de reforma tributária, vai apenas apresentar sugestões. Ora, em um tema em que os Estados possuem interesses difusos, diversos, onde temos de mitigar a questão do pacto federativo, onde é necessário haver equilíbrio, o Governo vai ficar ausente, não vai apresentar uma proposta que possa ser discutida com Governadores, Prefeitos, com o Confaz, com o Congresso Nacional? Por isso é importante, Sr. Presidente, o protagonismo desta Comissão, a liderança de V. Exa., porque lamentavelmente... Discursos são muito importantes, mas são atos que fazem a diferença no momento em que o Brasil tem quase 13 milhões de desempregados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Plínio, já?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu o chamo Plínio porque o Plínio é amigo meu. Desculpa, Senador Plínio.

Fez aniversário semana passada...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Parabéns!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Cheguei àquele tempo em que a gente não comemora, a gente só faz.

É para isto que eu estava querendo chamar atenção: nós não podemos – e aqui já passando ao Plenário –, o Senado – eu observei isso como novato – tem sido carimbador de muita coisa que vem da Câmara. Com as MPs, por exemplo, eles gastam 115 dias, 119 dias e enviam para a gente. Então, Presidente, temos de chamar para nós essa responsabilidade do protagonismo nos assuntos econômicos.

E a autonomia do Banco Central é um dos grandes temas para os quais o Brasil está atento. Por isso, eu reitero aqui o meu pedido de pauta na próxima terça-feira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é um prazer muito grande participar da 1ª Reunião de 2020 desta Comissão.

O meu Líder, Eduardo, falou mais cedo uma coisa importante: sobre os estrangeiros que estão fora do País, quando o Governo mandar a medida provisória, nós vamos aprovar o mais rápido possível.

Eu quero contar um fato aqui que aconteceu comigo. Em 2010 eu estava no Chile quando houve aquele terremoto terrível lá. O aeroporto quebrou, não havia jeito de sair do país. Todas as embaixadas mandaram buscar seus cidadãos; nós ficamos uma semana na porta da embaixada, acabava água e ninguém dava atenção para nós. Só saímos de lá de ônibus, com recursos próprios; o Governo não moveu uma palha para nos tirar de lá. Agora esses companheiros nossos que estão na China precisam de ajuda, e tenho certeza de que o Senado Federal pode ajudar o Governo a respeito disso e não deixar que eles passem pela situação que eu passei e que estava mais fácil do que a deles – na minha não havia nada, mas na deles há doença.

Quero dizer para vocês que o Banco Central do Brasil precisa vir aqui realmente, prestar atenção a esta Comissão.

Eu fiquei sabendo no recesso que há um projeto aqui em que eles vão ajudar os bancos, ou bancar algum recurso se o banco estiver quebrando. Gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É, eu não sei o que é banco quebrando, mas vai-se mandar um projeto para ajudar, se algum banco quebrar, a pôr dinheiro público. Isso já foi no passado. Todas as empresas estão quebrando. Então, nós temos... Como baixaram os juros demais, eu sei que banco está com dificuldade. O Banco do Brasil está acostumado a trabalhar com juros de 30%, 20%, com dinheiro dos outros. Como baixou para 6%, ele tem dificuldade. Então nesta Comissão aqui é importante discutir esse assunto, também o cheque especial, tudo aqui. Nós temos que trazer esse debate para cá para verificar como fazer para ajudar esse povo brasileiro.

A Lei Kandir no Estado, por exemplo, falando em ICMS. Nós produzimos muita soja, Mato Grosso também. Nós exportamos e não recebemos nenhum centavo de ICMS; o Estado, com dificuldade. Saem milhões de recursos do meu Estado, e não há um recurso do Governo, por causa da Lei Kandir.

Então, Sr. Presidente, realmente esta Comissão é a ideal para chamar à obrigação o Congresso Nacional aqui para resolvermos esse problema e tentarmos ajudar o Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luiz do Carmo.

Com a palavra o Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero reiterar apenas os meus cumprimentos ao Senador Eduardo Braga – viu, Senador? Estou falando bem de V. Exa. – porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Estou ouvindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... ele fez um belo retrospecto. Eu endosso tudo que foi dito sobre Banco Central e sobre não nos esquecermos de acompanhar esse caminho da redução da taxa de juros. Quero lembrar que o que disparou a redução na taxa de juros no ano passado foi quando, aqui nesta Comissão, foi dito por vários Senadores que o próximo encaminhado para a Diretoria do Banco Central não teria o nosso apoio se não houvesse providências a respeito do assunto. Providências foram tomadas, elas já foram examinadas na fala do Senador Eduardo Braga.

Eu só quero abordar um tema aqui. Na mensagem do Presidente que foi lida ontem, quais foram as quatro prioridades elencadas? Reforma administrativa, reforma tributária, autonomia do Banco Central e privatizações. Foram os quatro grandes temas. O que eu quero dizer para os companheiros? E aí vou invocar uma coisa chamada experiência – não sou o que tem mais experiência, mas tenho alguma. Reforma tributária é o famoso... é a encarnação de um romance do Pitigrilli que se divide em duas coisas: o marido perfeito e a mulher ideal. Todo mundo idealiza uma mulher, e as mulheres idealizam o seu marido. A desilusão começa quando as intimidades revelam os detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Fale por você. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E já se dizia: o diabo mora nos detalhes. É impossível imaginar essa reforma tributária, com o impacto federativo que ela tem... Não tem nada de partido político. Partido político não tem nada a ver com isso. É Federação, é o seu problema, é a sua Casa. Você vai ser apedrejado se, depois de fazer as contas, seu Estado perder alguma coisa. O contribuinte, quando descobrir que aumentaram a carga tributária, vai nos apedrejar. E federativamente é a mesma coisa: o Governo Federal pode abrir mão de receita? Os governos estaduais? Os municipais? Então, é o marido perfeito ou a mulher ideal na nossa cabeça. Na minha cabeça eu sei quem é, mas quando bota a fotografia, é outra coisa.

E eu quero reafirmar a minha convicção. O Governo Federal, como disse o Major Vitor Hugo num relato do Senador Eduardo Braga... E é curioso: o Presidente Bolsonaro, o Capitão Bolsonaro subverteu a hierarquia? Porque eu nunca vi tanto major, tanto tenente-coronel, tanto coronel, tanto general subordinados a um capitão. É realmente uma subversão política daquilo que seria hierarquia. Mas é a benção da eleição.

Eu duvido que o Ministro Paulo Guedes diga o que ele quer em matéria de reforma tributária. Por isso, resumo aqui o seguinte: se quiserem saber qual é o futuro da nossa reforma tributária que eu subscrevi para ter urgência, que é a idealizada pelo Deputado Hauly, se a Câmara quer ver prosperar a reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária concebida por Appy, mas subscrita pelo Deputado Baleia Rossi, eu coloco uma questão perante a Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Omar Aziz, da Casa da Federação: um convite ao Ministro Paulo Guedes para que ele venha dizer aqui o que ele pensa, de verdade, sobre a reforma tributária.

E concluo invocando uma frase de Delfim Neto: reforma tributária?! Um quarenta e oito avos de reforma tributária por mês durante um mandato, ou seja, a cada mês um pequeno reparo na lataria, no carburador, no sistema de ignição. Mas, quanto à reforma tributária, ou seja, uma nova concepção, como eu acho que é necessária para o Brasil ser competitivo, eu gostaria muito de saber do Ministro Paulo Guedes qual é a diretriz do Governo. Por isso, proponho o convite a S. Exa. para vir aqui nos falar sobre esse tema que o Presidente da República colocou ontem como um dos quatro fundamentos do esforço governamental no ano de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Amin.

Há o Senador Tasso Jereissati e o Senador Telmário. Eu vou passar a palavra aos dois. Depois, quero colocar em votação a leitura do relatório do Senador Confúcio de uma matéria que é terminativa, e nós temos quórum para votar matéria terminativa. Então, eu vou pedir ao Senador Tasso e ao Senador Telmário, e depois a gente vai à votação, aqui, dos itens terminativos que estão na pauta.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Eu vou ser muito rápido. Queria apenas me somar às palavras do Senador Esperidião Amin sobre a questão da reforma tributária.

Na verdade, têm sido anunciadas a importância, a necessidade e a pressa da reforma tributária. No entanto, eu não sei qual é a reforma tributária que nós vamos discutir e duvido quem saiba aqui qual é a reforma tributária que vai ser discutida e que está em andamento. Como disse o Esperidião, nós temos a reforma da Câmara, a reforma do Senado e a do Governo. E, normalmente, evidentemente, prevalece a linha traçada pelo Governo Federal...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que não pode se omitir!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... que não pode se omitir e que anuncia uma reforma que nós não sabemos qual é.

Eu confesso, Presidente, que fico constrangido e embaraçado quando as pessoas me perguntam se nós vamos realmente aprovar, neste primeiro semestre, a reforma tributária. Eu digo: eu não sei qual é a reforma tributária de que se está falando. Não existe, de fato, uma reforma tributária.

Acho também, de certa maneira, uma inconsistência do próprio Presidente da Câmara quando fala que vai votar a reforma tributária em três meses. Nós sabemos que, além de não ser possível, é também absolutamente inconsistente se falar em votar uma reforma tributária em três meses, pois nem o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deu o.k. nem disse se está de acordo. O Ministro da Fazenda tem dito uma série de coisas que vão de encontro à reforma que está lá. E, ao mesmo tempo, o Senado Federal mal tem conhecimento dessa discussão.

Então, eu queria aqui dizer da sugestão do Esperidião de convidar o Ministro da Fazenda aqui. Quero deixar aqui a pergunta: afinal de contas, qual é a reforma tributária?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente da nossa Casa criou uma Comissão, e até se colocou o Relator, o Senador Roberto Rocha, do Maranhão. Até hoje, nenhum partido indicou ninguém para essa Comissão, que era uma Comissão entre Deputados e Senadores para discutir isso. Já era outra reforma, não é essa que está lá, de que o Presidente da Câmara está falando.

Com a palavra o Senador Telmário, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero dar as boas-vindas a todos e a todas.

Eu estava acompanhando o trabalho da Comissão pelo rádio e ouvi quando o Senador Plínio pediu para colocar em pauta aquele projeto dele referente à autonomia do Banco Central. Ouvi a fala do Senador Eduardo.

Nesta semana, nós vamos nos debruçar sobre estas duas emendas, a do Senador Tasso e a do Senador Eduardo, para colocarmos em pauta, Presidente, na terça-feira. Garanto para V. Exa. que o relatório vai estar pronto, para a gente colocar a matéria em pauta na terça-feira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Confúcio.

É o PL 776, de 2019, de autoria do Senador Chico Rodrigues.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 776, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: pela aprovação do projeto, com quatro emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O relatório apresenta quatro emendas.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Exatamente!

Sr. Presidente...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Qual é o item da pauta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o 11º item.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, por se tratar de um assunto que foi referido aqui há pouco, como muitos outros que alteram o Imposto de Renda, eu vou fazer uma leitura mais detalhada, para que todos possam prestar atenção.

É um projeto de lei de autoria do Senador Chico Rodrigues.

Vem à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 776, de 2019, de autoria do Senador Chico Rodrigues, que tem por objetivo – prestem bem atenção! – permitir que sejam deduzidas da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) – olhem bem que se trata de pessoas físicas – as doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por instituições públicas ou privadas. Acho que todos prestaram bastante atenção ao projeto, redução de Imposto de Renda.

Salto e entro diretamente na análise.

A análise do PL pela CAE, em decisão terminativa, tem previsão na interpretação combinada dos arts. 91, I, e 99, IV, do Regimento Interno do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos constitucionais, a competência da União para legislar sobre Direito Tributário e Imposto sobre a Renda tem fundamento no art. 24, em vários incisos, art. 48 e 153 da Constituição Federal (CF). A matéria está entre as atribuições do Congresso Nacional, segundo o art. 48 e outros.

Igualmente, não há empecilho atinente à juridicidade do projeto, uma vez que, por meio do instrumento legislativo adequado (lei ordinária), a proposição inova o ordenamento jurídico sem atentar contra seus princípios norteadores.

A técnica legislativa empregada no PL nº 776, de 2019, requer ajustes para conformá-lo às determinações contidas na lei de regência, a Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998. É só uma questão de ajustes. E eu coloco três alterações: itens "a", "b" e "c".

No mérito, perfilhamos a opinião da Comissão de Ciência e Tecnologia no sentido de que o PL nº 776 é meio eficaz de fornecer recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Com efeito, o projeto supre parte da lacuna provocada na recente Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, pelo veto presidencial aos arts. 28 a 30. A referida lei dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público.

O art. 29 vetado concedia dedução, no Imposto de Renda devido na declaração de ajuste anual, do valor doado a organizações gestoras de fundo patrimonial que apoiam instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas. Foi vetado, entre outras razões, porque alterava equivocadamente o §1º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, prejudicando a dedução integral de outros incentivos.

Vemos que aquelas instituições são idênticas às beneficiárias do projeto em exame. A diferença está no tipo de incentivo. O art. 29 vetado concedia dedução no imposto devido, ao passo que o PL nº 776, de 2019, de autoria do Senador Chico Rodrigues, o faz na base de cálculo do IRPF, com dedução máxima anual de R$3.561,50, o mesmo valor hoje vigente para as despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes.

Então, Sr. Presidente, o voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 776, de 2019, com as emendas citadas; pela emenda que suprime alguns itens de técnica legislativa e para renumerar para art. 2º o art. 3º do Projeto de Lei 776.

É este o parecer, Sr. Presidente, para a discussão.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com todo o respeito ao seu tempo, mas o Senador Prisco está, pela primeira vez, nesta Casa e nesta Comissão. Eu vou dar a palavra ao Senador Prisco, e o senhor fica em segundo lugar neste momento. (*Risos.*)

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – Muito grato.

Sr. Presidente, sobre o projeto do Senador Confúcio, eu queria registrar que, semana passada, eu recebi uma visita de um grupo da área de ciência e tecnologia, liderado pelo Prof. Abílio Baeta Neves, que foi Presidente da Capes por duas oportunidades. E eles relataram os avanços recentes na cultura, na ciência do Brasil, ao mesmo tempo em que demonstraram uma preocupação muito grande com o contingenciamento recente que a área sofreu. Então, eu queria registrar que esse benefício tratado no projeto do Senador Confúcio está chegando em uma ótima hora.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador...

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o Senador Tasso Jereissati, por favor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em seguida, eu lhe peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador. Nós estamos na discussão do relatório do Senador Confúcio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Senador Confúcio, *data venia*, eu gostaria de pedir vista desta matéria, lembrando a V. Exa., Presidente, V. Exa. até já falou sobre isso aqui, que nós temos uma resolução votada no ano retrasado em que qualquer projeto que tivesse isenção, diminuição de impostos, seja lá qual for, teria que trazer consigo o impacto fiscal desse projeto. Como não há o impacto fiscal e é uma resolução que nós tomamos aqui, eu gostaria de pedir vista para que isso fosse revisto, se o Senador Confúcio assim concordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, vista coletiva então, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Carlos Viana.

Está concedida a vista, isso é praxe da Casa, não há nem o que discutir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Eu quero primeiro saudar os Srs. Senadores e Senadoras que estão iniciando novamente o ano, todos nossos companheiros, e acrescentar alguns pontos aqui. Acompanhando o Senador Tasso Jereissati, eu iria também lembrar que, por determinação, inclusive, do próprio Supremo Tribunal Federal, nenhuma matéria em que possamos falar sobre a questão de redução de impostos ou benefícios pode ser levada a cabo sem a definição clara do impacto que causará no Tesouro e no orçamento a partir do ano seguinte, em que ela tem que ter constitucionalmente validade. Então, é importante essa vista coletiva.

A questão do *caput* aqui, o objeto principal é muito interessante, porque a pesquisa hoje, no mundo, está muito ligada aos grandes grupos que investem seus valores na busca de resultados, por exemplo, vacinas, e as questões hoje espaciais, por exemplo, para se levar passageiros ou não. E, quando nós incentivamos empresas que fazem um trabalho sem fins lucrativos, nós estamos dando vazão exatamente ao que nós precisamos de fato, que é incentivar a pesquisa a bem público sem a visão única do resultado econômico que isso possa trazer no futuro para aquele estudo. É fundamental, especialmente para as nossas universidades federais e os nossos centros de tecnologia, os centros federias que nós temos no Brasil, que precisam desse tipo de financiamento porque não estão ligados a grandes grupos empresariais, mas, por responsabilidade em relação ao orçamento, nós temos que acompanhar, naturalmente, os impactos.

Outro ponto importante, Srs. Senadores, é com relação à já citada reforma tributária. Senador Confúcio, dependendo da forma como nós tratarmos uma reforma tributária, que não está definida... V. Exa. disse muito bem: são pelo menos três propostas diferentes de reforma tributária, nós ainda não temos uma que nos possa dar um norte. Temos ainda 27 legislações de ICMS diferentes e, até onde sei, após conversar com o Governador de Minas Gerais, os Governadores não foram consultados ainda da maneira que deveriam sobre a reforma tributária, já que eles são parte fundamental na decisão final sobre esse assunto. Dependendo da forma como nós tratarmos essa reforma tributária neste semestre ou no ano que vem, isso tudo que estamos fazendo aqui hoje pode se tornar, de certa forma, irrelevante. A decisão feita, *grosso modo* – vamos dizer assim –, geral para todo País, por uma legislação nova federal pode retirar todos esses benefícios que hoje nós estamos discutindo no âmbito das comissões.

Portanto, é preciso que caminhemos com muita tranquilidade de agora para frente, especialmente nesta Comissão, sobre esses temas, em relação a legislarmos sobre a arrecadação de impostos e, naturalmente, sobre as isenções que pretendemos fornecer futuramente no País àqueles que querem investir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, V. Exa. pediu para discutir a matéria?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de tudo eu queria prestar minha solidariedade ao povo de Minas e do Espírito Santo pelas chuvas torrenciais que lá aconteceram e que ceifaram vidas e causaram grandes estragos nesses Estados. Espero que o Governo Federal possa realmente contribuir para a recuperação, sobretudo lá da nossa capital Belo Horizonte, cujo Prefeito Alexandre Kalil tem se esforçado para corresponder às expectativas.

Vou retroceder um pouco para a reforma tributária. O Governo Federal, até agora, não mostrou nenhum interesse de fazer a reforma tributária. Quando o Governo tomou a decisão de fazer a reforma da previdência, através de seu Presidente Jair Bolsonaro, foi à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, e levou uma proposta, a proposta de reforma da previdência, provocou o Congresso Nacional para que se pudesse fazer a reforma da previdência. Eu não vejo nenhuma intenção do Governo de fazer a reforma tributária, absolutamente nenhuma.

O Governo deveria começar exatamente pelo colegiado que deve ser ouvido e que representa os Governadores, que é o Confaz, o Conselho Fazendário, que se reúne e sabe exatamente – já sabe hoje exatamente – o que deve ser feito em termos de reforma tributária. Portanto, no momento em que o Presidente da República ou o Ministro da Economia tomar essa decisão e chegar aqui ao Congresso Nacional e disser qual é a reforma de que o Brasil precisa para que o Congresso Nacional possa estudá-la, aperfeiçoá-la e modificá-la naquilo que é importante para Estados e Municípios, aí eu vou acreditar que, neste ano de eleições, o Governo vai tocar realmente uma reforma tributária.

O Congresso Nacional, nestes anos em que estou aqui, quando provocado, sempre correspondeu à expectativa dessas reformas todas. No ano passado mesmo, se aprovou aqui a reforma da previdência e outras matérias tão importantes.

Portanto, Sr. Presidente, na minha opinião, no momento em que eu assistir ao Ministro Paulo Guedes, que tem a nossa confiança como Ministro da Economia, e ao próprio Presidente da República tomarem essa iniciativa, vou acreditar que, neste ano de eleições, pode-se fazer aqui no Congresso Nacional uma reforma tributária, que é tão importante para o País neste momento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Presidente Omar, é sobre um breve comentário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – É sobre o pedido de vista. Eu reputo importantíssimo, ilustres e experientes Senadores, fazer essa revisão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas eu creio que o espírito do Senador Chico Rodrigues ao propor esta lei veio da indignação dele sobre vários fundos existentes na área de ciência e tecnologia, dentre eles o Fust e outros tantos, porque nunca foi aplicado nada na pesquisa e na modernização das tecnologias brasileiras, acumularam cifras extraordinárias não gastas, não aplicadas, mesmo se necessitando muito de tudo isso. Então, o Senador Chico Rodrigues, justamente pensava nisso.

Logo depois, a Senadora Daniella Ribeiro relatou a lei das teles, que veio abrandar mais e quebrar um pouco o circuito desses fundos improdutivos e que servem apenas para respaldar reservas do Tesouro Nacional. É uma vergonha extraordinária termos mais de R$300 bilhões em fundos não aplicados em ciência e tecnologia e, ano passado mesmo, contidos.

Hoje o ministério que mais sofre na Esplanada é o Ministério da Ciência e Tecnologia, desprestigiado diante de um mundo cada vez mais provocativo das grandes mudanças na área de pesquisa, inovação e tecnologia.

Então, eu creio que o Senador Chico Rodrigues veio com essa mensagem forte no intuito de... E ele que é bem governista! O Chico é bem governista e provocou o Governo, elaborando esse projeto. Eu, lendo-o, concordo com a situação das universidades, dos pesquisadores brasileiros que estão evadindo, saindo do País em busca de laboratórios adequados e de financiamentos. Estamos perdendo cérebros.

É isso que eu queria comentar, mas eu deixo tranquilamente esse projeto para que o Plenário possa melhorá-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O Senador Esperidião vai ler o PLS 28, de 2017.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 28, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

O Senador Esperidião está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu acho que é muito oportuno que este projeto seja apreciado e mereça a deliberação dos nobres companheiros e companheiras pela similaridade.

Faço minhas também as palavras do Senador Otto Alencar, de solidariedade, especialmente a Minas Gerais e ao Espírito Santo, pelos momentos que viveram com essa intempérie que não terminou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava em um congresso do Conselho Nacional de Estudantes de Engenharia, e o Senador Esperidião Amin, meu amigo há muito tempo, era Prefeito de Florianópolis ou Governador quando nós tivemos esse mesmo tipo de problema que Florianópolis teve. Isso foi em 1993.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em 1993, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Santa Catarina toda, o mesmo tipo que Minas está passando neste momento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor era estudante, eu era Governador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu era estudante? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era o meu tio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas você já tinha essa cabeça. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é uma calúnia, o senhor está querendo me difamar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não me lembro, eu acho que... Eu era estudante em 1983, fazia Engenharia. Eu fazia Engenharia Civil, e nós tivemos um congresso, um conselho nacional de estudantes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, eu vi, o senhor fazia parte da delegação do PCdoB. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade, é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele já era... Isso é velho, rapaz. Ele já era Governador. É porque ele não tem cabelo branco, não dá para mensurar a idade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, Senador, eu estou falando isso porque é um exemplo de que me lembro de como ficou Santa Catarina naquele momento, em 1983. Nós estamos falando em três décadas aí para trás. E vi lá a aflição do Prefeito, correligionário nosso, e eu espero que, como sempre, Minas, que desde a Inconfidência Mineira liderou os processos, possa, com a ajuda do Governo, do Estado, das Prefeituras, liderar a reconstrução dessas cidades em que as pessoas perderam, principalmente, a vida. Isso deixou muita gente entristecida no Brasil todo, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer, em nome do povo de Minas Gerais, a solidariedade dos Senadores, especialmente do nosso Líder Otto, do Esperidião Amin. E rapidamente dizer que todas as vezes em que acompanhei o Prefeito lá nas regiões afetadas pela chuva, lembrei de um tema que o nosso Senador Otto e os demais, nós temos discutido aqui sempre, que é a questão da impermeabilização e o que nós temos feito em relação ao desmatamento. Nós estamos colocando asfalto em toda a cidade, o terreno é um terreno íngreme, ou seja, o rio desce com uma força muito grande. Num período de chuvas fortes, nós infelizmente tivemos todo um bombardeio aéreo – a verdade é essa, foi o que nós tivemos em Belo Horizonte, uma coisa impressionante. Mas a chuva não é o problema, a chuva é uma coisa boa, nós é que precisamos redefinir no Brasil qual é a convivência das nossas metrópoles com os nossos córregos e nascentes. Essa é a grande discussão que nós temos que fazer daqui para a frente.

Então, em relação à solidariedade, em nome do povo de Minas Gerais, nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amigo Senador Amin. Desculpe, era seu avô mesmo, não era nem seu tio. Era seu avô. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Senador Omar Aziz, eu lhe trago a saudação do meu tio, que o recebeu naquela ocasião em Florianópolis e lhe disse na época em bom árabe: *ahlaan wasahlaan,* cem vezes seja bem-vindo – mas não para dizer essas coisas, né? (*Risos.*)

E reitero aqui a minha solidariedade a nossa gente em Minas e Espírito Santo, que o Senador Otto Alencar proclamou, porque é uma barra muito pesada. Eu vivi isso como Governador duas vezes; como Prefeito tive problemas locais também, mas é preciso muita solidariedade, muita garra e muita determinação, tanto de parte das autoridades quanto especialmente do povo de Minas, que merece a nossa absoluta solidariedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas como eu dizia, é muito importante que este projeto venha logo depois do projeto do qual pedimos vista.

Eu quero, a respeito do projeto de que pedimos vista, dizer ao Senador Otto Alencar que eu pretendo conversar com V. Exa. pessoalmente, em função da PEC de que V. Exa. é o Relator, a respeito dos fundos, a respeito do aparente hiato – não vamos discutir isto hoje, só estou antecipando – entre a criação de fundos por lei complementar, que eu acho correto, e a interrupção de recursos, por exemplo, no caso de ciência e tecnologia – repito, vamos conversar sobre isso depois –, porque, no caso da ciência e tecnologia, como adverte o Senador Plínio Valério, como pretende o Senador Chico Rodrigues, não existe outro. Se cortar esse, ciência e tecnologia terão os seus programas interrompidos de maneira inafastável.

Então, essa questão do hiato vai merecer certamente... Podemos conversar depois, eu repito, mas é lógico que V. Exa., como eu citei, tem o direito de nos trazer luzes, como traz sempre remédio aos Senadores acidentados. Apesar de o Senador Tasso Jereissati dizer que o conserto nem sempre merece aprovação, mas não se pode negar a solidariedade humanitária de V. Exa. em todos os casos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa.

Senador Amin, eu fui aqui Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e nenhum desses fundos de financiamento de ciência e tecnologia é utilizado. Por exemplo, quanto ao Fust ou ao Fistel, nenhum desses recursos, em nenhum momento, em nenhum governo – não é agora, não; isso já vem de lá de trás – , foi aplicado, absolutamente nada. No Fust mesmo, havia recursos da ordem, se não me engano, de quase R$20 bilhões ou coisa dessa natureza. Quando se aplicou muito, foram 2% disso, em favor da ciência e tecnologia.

Esses recursos todos dos fundos, ao longo desses anos, desde quando foram criados em governos anteriores, lá para atrás, no de Fernando Henrique, em todos eles, sempre foram utilizados para colocar no caixa único para fazer superávit primário ao final do ano. Então, não tem havido nenhuma aplicação. V. Exa. pode fazer o levantamento e ver que nunca foi aplicado nada em favor de ciência e tecnologia, como todos os outros. Por exemplo, o Fundo da Marinha Mercante tem R$9 bilhões, e nunca foi aplicado em nada. Manter esses recursos... Por exemplo, esse fundo é um fundo hoje que está na estrutura organizacional do Ministério da Infraestrutura. O Ministro Tarcísio, que é um bom ministro, precisa de recurso para fazer a duplicação de uma estrada, para consertar uma ponte, para fazer uma intervenção agora em Belo Horizonte, em Minas, e no Espírito Santo, mas não pode utilizá-lo porque está vinculado. V. Exa. sabe perfeitamente, porque foi Governador, que vinculação praticamente engessa o gestor público de aplicar recurso, não dando condição de estabelecer as prioridades de governo. V. Exa. disto: existem, às vezes, recursos em uma rubrica que não podem ser aplicados porque estão vinculados. Eu tive esse problema na Bahia quando eu fui Secretário da Infraestrutura, em uma tromba d'água parecida com a que aconteceu em Minas Gerais, com pontes caídas, com estradas arrebentadas. Havia recursos na minha secretaria, mas eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinculados, e eu não podia aplicar. Então, essa vinculação é danosa a qualquer gestor, seja Prefeito, Governador, Presidente da República.

Por isso, o meu parecer foi favorável a que se pudesse extinguir esses fundos e a que se colocassem esses recursos, primeiro, para uma coisa que eu acho correta: amortização da dívida do País, da dívida do Brasil. Fazer amortizações de acordo... Quando você tem recurso em caixa, você pode negociar bem o pagamento a quem você deve. A dívida tem vários perfis: curto prazo, médio prazo e longo prazo.

Pode-se perfeitamente aplicar nesse sentido e aplicar em outras coisas que nós colocamos, como o combate à pobreza. Pode-se aplicar na revitalização do Rio São Francisco, que é uma coisa fundamental para o Nordeste, para nove Estados do Nordeste. Só temos esse ente que a natureza colocou no Brasil para suprir o Estado do Ceará, o Estado da Paraíba, o Agreste de Pernambuco, de Alagoas e do Rio Grande do Norte. Só existe isso. Nessa transposição que está feita aí – venho falando isto há cinco anos –, se não houver a revitalização, o Governo, irresponsavelmente, vai jogar fora quase R$20 bilhões quando concluir a transposição, porque vai haver o canal e não vai haver água para alimentar esses Estados, que têm uma produção de água de superfície e de subsolo insuficiente para a população. O Estado do Ceará, por exemplo, e a Paraíba, no Agreste, têm somente metade do que um ser humano precisa por ano para o suprimento de suas necessidades essenciais. Calcula-se que um ser humano, *per capita*, por ano, tenha a necessidade de 700m^3, de 700 mil litros de água por ano para suprimento. O Estado da Paraíba tem 350 mil litros de água. O Estado do Ceará, na parte do Agreste, do Sertão do Cariri, tem a mesma coisa. Pernambuco, no Agreste, tem a mesma coisa. O Estado de Alagoas tem a mesma coisa.

Então, ou se faz a revitalização do Rio São Francisco, que é formado em Minas em 75% das águas... Agora choveu bastante. O Rio São Francisco, Senador Tasso Jereissati, com essa chuva que desceu de Minas para a Bahia, em algumas áreas, hoje, está mais ou menos com seis quilômetros de extensão, porque o calado está raso, o calado não está profundo como era antes. Isso faz o quê? A expansão das suas águas. Vem o sol, e evapora. Ele encolhe e fica pequenininho depois de quatro ou cinco meses de verão.

Portanto, essa é uma situação dramática, que nenhum governo enxergou. Nenhum governo enxergou isso, até mesmo quem começou a transposição lá atrás, que foi o Presidente Lula, a Presidente Dilma, o Michel e agora o Bolsonaro. Nenhum deles enxergou esta gravidade de se jogar lá na frente, quando concluir, R$20 bilhões de recursos fora.

Portanto, essa vinculação, na minha opinião, para o gestor, é danosa. Por isso, dei parecer favorável à desvinculação dessas receitas, desses fundos, para que o Governo possa estabelecer prioridades e aplicar em favor do povo brasileiro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, peço a palavra para discutir a matéria, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não, Senador Carlos Viana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ainda não está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, não! O Presidente já colocou em pauta o item 8, de que o Esperidião Amin é o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, permita-me aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi algo *en passant* que virou um assunto, como é...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Mas o Senador Carlos que dar uma palavrinha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nessa questão da vinculação dos fundos, eu gostaria de colaborar. Inclusive, durante esse período todo de recesso, eu me debrucei muito sobre isso, eu li bastante sobre essa questão, que é um assunto importante. O Senado terá de discutir sobre o futuro dos fundos. Quanto ao passado deles, a intenção foi muito boa, que era a de definir as políticas públicas essenciais para o País, Senador Amim. Mas a utilização deles ao longo do tempo, especialmente em questões de crise e de contenção de orçamento... É que desviaram a função principal dos nossos fundos.

A desvinculação hoje, Líder Otto, na minha opinião, é muito importante para que a gente possa naturalmente trabalhar as contas públicas de forma mais equilibrada. Mas nós precisamos criar também determinadas regras especialmente sobre resultados, porque, dependendo da maneira que nós fizermos a desvinculação dos fundos, nós poderemos deixar a descoberto áreas importantes da administração, por exemplo, como a educação.

Nós temos o Fundeb, que vai ser discutido aqui, que precisa ser trabalhado neste ano com muita seriedade, que é um fundo que presta um grande trabalho na questão da alfabetização e da educação pública gratuita em nosso País. Nós vamos desvincular os fundos, vamos dar ao gestor municipal todo o direito de trabalhar com rapidez, mais efetivamente, mas nós precisamos criar regras também com relação a políticas públicas e resultados em determinadas áreas, para que esse dinheiro não seja usado de maneira incorreta em outras gestões. Eu me lembro de que, quando mais jovem, havia um ditado durante o governo militar que dizia que o problema não era o coronel, mas o soldado na esquina, a interpretação das regras no dia a dia.

Então, a desvinculação é muito bem-vinda, mas nós precisamos atrelar isso a resultados do gestor público em áreas fundamentais da nossa administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador.

Quero colocar aqui para o Plenário que temos alguns projetos terminativos, mas não há quórum para votação. Dos outros projetos, apenas um Relator está presente, que é o Senador Esperidião Amin. Então, para que a gente possa acelerar, já foi colocado em pauta o PLS 28, de 2017, que é terminativo, do Senador Romário, que tem relatoria do Senador Esperidião Amin. Em seguida, também há o item 2, que é o PL 142, não terminativo, do Senador Major Olimpio. O Senador Esperidião Amin é o Relator. Então, a gente encerra a reunião.

Senador Tasso, Senador Eduardo Braga, Senador Esperidião Amin, se acabou aí a coisa, a gente pode colocar em pauta. E eu quero ser convidado para esse frango assado. Eu gosto muito de farofa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso! Eu gosto muito de farofa. Portanto, para o frango assado, convidem-me!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se o senhor souber a culinária que promoveu esse encontro entre o Ceará e o glorioso Estado do Amazonas, o senhor vai comprar o bilhete de ingresso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Esperidião Amin, nós temos essa sua relatoria aqui, que é terminativa, mas não há quórum. Em seguida, o senhor é Relator também do item 2. E a gente encerra a reunião.

Pode relatar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou terminando de fazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso! Pode relatar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – É uma dívida que eu tenho com o Senador Romário desde o ano passado. Repito, acho que é importante claramente que se decida esse assunto, que me parece muito diferente do projeto anterior, que foi relatado e que é de autoria do Senador Chico Rodrigues.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 28, de 2017, de autoria do Senador Romário, é composto de quatro artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que ele objetiva? Ele objetiva estender a todas as pessoas com deficiência, assim caracterizadas, a isenção do IPI incidente sobre a aquisição de automóveis.

Nesses quatro artigos, eu posso dizer o seguinte: a CAE é competente para opinar sobre proposições relativas a tributos, finanças públicas e normas gerais de direito financeiro.

A ampliação do benefício fiscal veiculada, pretendida pelo projeto é objeto do Direito Tributário e do Direito Financeiro e se sujeita, nos termos constitucionais, à legislação concorrente de Estados, União, Distrito Federal e Municípios, conforme preconiza a Constituição.

A disciplina da matéria é condizente com a competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

Além disso, é atendida a exigência de legislação específica que regule exclusivamente a matéria, expressa no §6º do art. 150 da Constituição, para a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições.

Formalmente, o PLS foi formulado de acordo com a Lei Complementar nº 95.

No mérito, entendemos como corretos os argumentos utilizados no parecer da Comissão de Direitos Humanos. A definição da pessoa com deficiência com a finalidade de permitir o seu acesso a direitos e garantias relacionados à inclusão social é sempre um dos grandes desafios a serem vencidos para o alcance da justiça em relação à matéria. Nem mesmo os critérios puramente técnicos são plenamente satisfatórios, uma vez que condições reconhecidas como deficiências muitas vezes não eram incluídas na lista dos beneficiários que se costumava delinear. O Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe luz à questão ao condicionar a identificação da deficiência à avaliação biopsicossocial, fórmula que melhor se compatibiliza com a evolução constante do entendimento sobre o fenômeno social da deficiência.

Entretanto, embora o PLS seja adequado por atender ao princípio da isonomia, igualando o tratamento dado a todas as pessoas com deficiência no tocante à isenção do IPI incidente sobre automóveis, por questões orçamentárias, convém agirmos com cautela em relação à ampliação dos direitos que se deseja conceder. Assim, em um primeiro momento, entendemos que a extensão deve ocorrer somente em relação a pessoas portadoras de deficiência auditiva, que, aliás, são a maioria dos que ainda não estão contemplados na lei. Para isso, são feitas as devidas alterações, por meio de substitutivo, no final.

As outras alterações propostas, igualmente, embora sejam pertinentes, também não eram acatadas, em virtude das dificuldades orçamentárias atuais. Assim, os casos de roubo, furto ou sinistro com perda total do bem ainda não ensejarão autorização para que o beneficiário de incentivos previstos na Lei 8.989, de 1995, tenha o direito de requerê-lo novamente. A supressão é feita no substantivo já mencionado.

Finalmente, consideramos importante a disposição do novo parágrafo único criado para o art. 5º da Lei nº 8.989, já mencionada, pelo PLS, que estende a isenção aos acessórios, ainda que não originais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veículo, caso sejam utilizados para a adaptação do automóvel ao uso por pessoa com deficiência. Nada mais justo para os propósitos pretendidos.

Quanto ao aspecto orçamentário e financeiro propriamente dito, em atendimento ao já mencionado art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), incorporadas as alterações aqui sugeridas, a estimativa do impacto sobre a arrecadação proveniente da renúncia de receita pelo projeto remontará a: R$117,7 milhões, em 2020; R$125,3 milhões, em 2021; e R$132,76 milhões, em 2022 – aqui está escrito equivocadamente o ano de 2020, mas é o ano de 2022; peço que seja corrigido –, conforme evidencia a Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 148, de 2019, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Assim, o requisito clamado pelo Senador Tasso Jereissati com absoluta responsabilidade e propriedade está preenchido.

Ante os argumentos, o voto é pela aprovação na forma do substitutivo que segue.

Portanto, aquela cautela necessária, que, repito, responsavelmente o Senador Tasso Jereissati reclamou, está satisfeita. Segundo, como tenho a informação de que o próprio Governo considera uma atualização e uma extensão de um benefício que está mantido, no caso o IPI para aquisição de automóveis por deficientes físicos, eu, apresentando este substitutivo, que atualiza e apenas esclarece uma concessão, opino pela aprovação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Esperidião Amin...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Tenho uma pergunta, uma colocação para V. Exa. sobre a qual eu estava conversando com o Senador Oriovisto. Trata-se da questão da deficiência e da condição econômica, que são duas situações diferentes. Eu, por exemplo, tenho duas deficiências que adquiri ao longo da vida, no pé e na visão, que me enquadram aqui, mas a minha condição econômica...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Elas o enquadram no estatuto?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, elas me enquadram.

Agora, a minha condição econômica me permite a compra de um automóvel e o pagamento dos impostos, como todo cidadão tem que realizar para o bem coletivo. No projeto nós temos... Permita-me, ainda que não tenha tido tempo de lê-lo, perguntar o seguinte: não seria interessante que nós definíssemos claramente a pessoa com deficiência dentro dos critérios físicos, mas também aquelas que não têm condição de comprar um automóvel? É que nós temos casos de muitas pessoas que têm deficiência, mas que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bons profissionais liberais, que são pessoas que exercem atividade empresarial e têm condição econômica para contribuir para a sociedade. Não seria bom que criássemos... Qual é o objetivo? Melhorar e tornar mais igual a vida de uma pessoa que tem uma restrição. Mas, se ela já superou isso, se economicamente ela pode contribuir para a sociedade com o recolhimento de impostos, por que não criarmos um critério junto ao Imposto de Renda, por exemplo, para que isso pudesse se tornar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

Nós abrimos mão dos impostos para as pessoas que precisam. É claro que é um número menor, mas criamos, para os Estados inclusive, essa possibilidade em âmbito federal. Aquele que tiver renda, tiver um grande patrimônio ou determinado valor acima de uma renda mensal, não estaria isento do pagamento de impostos. É que os impostos, apesar da má utilização que deles fazemos no Brasil – é o que a população reclama, Senador Plínio –, são uma contribuição cidadã. Nós estamos contribuindo para o bem de todos.

Então, fica o meu posicionamento aqui para V. Exa. sobre essa questão, para nós definirmos claramente quem é deficiente físico pela condição física, mas também quem é necessariamente o beneficiário pela situação econômica. Aqueles que podem pagar devem contribuir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu não faço nenhum reparo ao raciocínio de V. Exa. Uma coisa é a deficiência e a extensão ao deficiente assim entendido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, outra coisa é a capacidade contributiva, tema levantado com muita propriedade por V. Exa.

Esse não é o objeto deste projeto de lei, porque isso implicaria modificar e acrescentar à Lei 8.989, de 1995, a questão capacidade contributiva para todos os deficientes. Aqui se está incluindo a categoria de surdos. Isso implicaria a alteração do padrão da Lei 8.989, que não é o escopo do meu relatório nem foi objeto do projeto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Senador Esperidião Amin, permita-me...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Caberia apresentar uma emenda que modificasse a Lei 8.989, o que eu deixo ao alvitre de V. Exa. uma vez que a minha responsabilidade não era aperfeiçoar a lei original. Da minha responsabilidade como Relator e do meu estudo, digo o seguinte: antes da existência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, havia dúvida se é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiente ou não é deficiente. Nós estamos discutindo, portanto, a especificidade de que deficiência me credencia a ser incluído em um rol de benefícios. Esse é o objeto do projeto de lei.

V. Exa. foi além. E já vejo que conta com o entusiástico, quase eloquente, apoio do Senador Oriovisto. Isso é perceptível a ponto de S. Exa. me advertir. Então, em função da advertência, clamando pelo meu silêncio, eu digo o seguinte: cabe perfeitamente emendar-se a Lei 8.989, condicionando a sua aplicação à capacidade contributiva, mas não para esta categoria especificamente. O senhor focaliza o gênero, para incluir capacidade contributiva, o que é muito justo, sem dúvida, na obtenção... Pede para se incluir a capacidade contributiva como um dos critérios, o que é lógico. Todo professor de Direito Financeiro sabe disso. Só que temos uma lei que data de 1995 e que já reclama uma atualização sobre esse princípio. De 1995 para cá, são 25 anos!

Agora, não é esse o escopo, repito, do projeto de lei que veio para meu relatório. O escopo é absolutamente justificado. Se pelo estatuto que dirimiu uma série de dúvidas quanto ao que é deficiência, nós temos que incluir uma categoria, o que me cabe é dizer se é cabível, se não é cabível, qual o impacto financeiro e até procurar conhecer a posição do Governo. Agora, V. Exa. está indo além: "Olha, vamos passar uma peneira em todos os beneficiários da Lei 8.989, em face da sua capacidade contributiva". Quero dizer que por esse projeto de lei eu teria a maior simpatia, mas não é o escopo desse projeto.

Não vou tão longe quanto o filósofo Miguel Livramento, que diz: "Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa". Eu diria o seguinte: essa coisa faz parte de uma maior. O senhor quer mudar o critério de concessão dessa coisa maior. Com esta categoria, pessoa com deficiência auditiva, ou sem, essa peneira deve ser aplicada ou não?

Então, isso está na lei. Nós podemos emendar até dentro desse projeto, mas isso está na lei que está em vigor desde 1995. Em boa hora, V. Exa. traz a questão da capacidade contributiva, que poderia ser objeto de uma emenda. Eu não me sinto habilitado para fazer essa emenda, porque eu recebi a missão de relatar o projeto que estende a uma categoria de deficiente aquilo que já é concedido ao deficiente. Eu não estou querendo me eximir, mas não é da minha competência, da minha atribuição, ou não foi da minha competência e da minha atribuição relatar acrescentando-se um filtro ou uma peneira de seleção ao escopo da lei que já está em vigor há 25 anos e que sempre poderá ser aperfeiçoada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não pode ir à votação, é terminativo, mas foi lido o relatório.

Senador Oriovisto, antes de passar para o seu relatório, concedo a palavra ao Senador Jean Paul Prates, que a pediu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, obrigado.

Eu queria apenas, fora da pauta, iniciar o ano felicitando a todos, solidarizando-me também com o Estado de Minas e com todos os atingidos pelas enchentes. Como se disse, a virtude da chuva é transformada em desgraça pelo nosso descuido em cumprir as regras mínimas de condução das nossas águas. Isso, com certeza, é uma responsabilidade humana, nossa, e nós, como gestores e legisladores, temos grande responsabilidade a reconhecer nesse aspecto.

Quero dar duas informações aqui, Presidente, que são relevantes para o nosso trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos. Uma é urgente, trata-se do acordo Embraer-Boeing, que eu reputo altamente lesivo para o País, e agora há duas coisas que o potencializam. Primeiro, ele foi aprovado por decisão unilateral individual de um Conselheiro do Cade, Alexandre Macedo, Superintendente-Geral do órgão, alguns dias atrás. Como estávamos todos em recesso, isso não foi repercutido devidamente, mas está correndo neste momento o prazo de 15 dias para que a sociedade, terceiros interessados e nós mesmos, se quisermos, nos manifestemos para que pelo menos esse assunto seja apreciado pelo colegiado do órgão, pelo plenário do órgão, que eu acho que é o mais óbvio. É uma questão que está sendo discutida pela comissão de comércio americana e pelas comissões de direito econômico da Europa, da Comunidade Europeia, que ainda vão se pronunciar a respeito. Quando forem analisar esse caso, vão ver que a decisão do órgão brasileiro foi tomada por uma pessoa, nas férias. Fica um pouco complicado, um pouco estranho, um pouco diminuto para o Brasil, que é a parte mais interessada nesse processo aqui.

Lembro que essa empresa Boeing está neste momento envolvida com problemas seríssimos de fabricação do seu modelo 737 MAX, que protagonizou dois acidentes com mais de 300 vítimas fatais e que era um dos maiores sucessos da companhia. Quatrocentas unidades desse avião estão estacionadas em hangares sem poderem viajar. Imagine o que é que essa empresa vai sofrer de sanção e as dívidas que ela vai deixar aí. Essa empresa está engolindo a nossa Embraer, e nós estamos aprovando isso pela decisão de um homem apenas, um homem só.

Eu, individualmente, já estou ingressando com a interpelação lá. Não sei se nós podemos fazer uma coisa pela Comissão e pelo Senado. Acho que nós temos o dever de interferir aqui e de fazer essa discussão ser retomada seriamente, não pela questão só da bandeira nacionalista, nada disso, mas apenas e tão somente pelo fato de estarmos passando a empresa valiosamente para outra que está quebrando, que está em vias de falir. Ela vai engolir... Sabe o abraço do afogado? É nisto que vai dar: ela vai abraçar a Embraer e vai levá-la para o fundo, e quem vai se beneficiar são os concorrentes delas.

No próprio voto do rapaz – não estou com ele aqui, mas vou pegá-lo –, ele coloca o seguinte. O editorial do *Estadão* mencionou, abrindo aspas para o Conselheiro do Cade: "'Não identificamos nenhum problema concorrencial, apesar de a operação tirar um *player* de mercado relevante, que é o de aviões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100 a 150 passageiros', disse [...] [ao *Estado*] o Superintendente-geral do Cade, Alexandre Cordeiro". Será que é assim mesmo? Então, uma frase define o processo? E diz "apesar de", faz uma concessão no meio.

Há todo esse contexto em que as altas autoridades americanas estão analisando o caso, em que as altas autoridades da Europa estão analisando o caso. E nós, que somos os absorvidos, os mais interessados em manter a Embraer de alguma forma sob algum tipo de existência, vamos deixar que ela seja absorvida por um buraco negro que é a Boeing? É um sugador de energia e de dinheiro diante dessas vítimas fatais, com tantas unidades em solo que serão obviamente fruto de processo comercial.

O outro assunto, o segundo assunto que eu quero deixar aqui e que não pode deixar de estar no nosso radar é que a Petrobras está em greve. A Petróleo Brasileiro S.A. e várias unidades... O reportado nesta manhã é que, em 24 unidades em 13 Estados, 15 mil trabalhadores e trabalhadoras estão paralisados. E nesta manhã foram paralisadas as operações das plataformas P50 e P55. Está formada a Comissão Permanente de Negociação. Quem está acompanhando as notícias sabe que eles se instalaram no quarto andar do Edise, o edifício-sede da Petrobras. Inicialmente, a administração da empresa, absurdamente e ineditamente, deixou essas pessoas sem poderem acessar comida, água e energia elétrica. Depois de uma decisão judicial... A juíza do TST, então, mandou, sob pena de multa altíssima, que fosse permitido o acesso ao básico para essas pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, sindicalistas que estão no quarto andar do Edise, desde 0h de sábado. Agora, outra federação além da FUP, a FNP, também se declarou em greve a partir de ontem.

Nós vamos partir para entender melhor o processo, agora que estamos entrando na atividade legislativa propriamente dita. Não pode haver proibição para Parlamentares, como ontem aconteceu, Senador Esperidião.

A Deputada Jandira e o Deputado Glauber, que foram ao edifício da Petrobras, foram impedidos de entrar no prédio público para conversar com as pessoas que estavam no quarto andar. E a Petrobras, parece-me, agora, entrou com um dissídio coletivo hoje, o que provavelmente vai resultar em multa. Vão multar a greve, com um percentual de manutenção de produção, etc.

É um assunto que nós temos de acompanhar com bastante cuidado, até porque diz respeito não só à demissão dos mil empregados da Fafen do Paraná de uma vez, uma coisa de alto impacto, como também à própria discussão, senhores, da nossa prerrogativa de autorizar a venda de subsidiárias, Senador Tasso. Eu, como sempre digo aqui, não sou contra e não deixo de reconhecer a legitimidade de um governo de governar. O Governo foi eleito e tem o direito de colocar a pauta que quiser e que foi referendada pelas urnas. Eu só acho que não deve atropelar as coisas, não deve ter medo de enfrentar o debate aqui nesta Casa, por exemplo, ao propor vender subsidiárias da Petrobras. Se isso foi parcialmente – eu não me aquieto quanto a isso – superado por decisão do Supremo... E não o foi; a meu ver, não o foi. A decisão do Supremo diz que pode privatizar ou, aliás, pode vender a subsidiária, porque isso não é considerado privatização. Ora, se a subsidiária é uma subsidiária integral da Petrobras, é privatização, sim! Nem estou entrando no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mérito de ser contra ou a favor, mas o conceito é o mesmo, porque essas subsidiárias foram criadas para operar especificamente, por razões contábeis e operacionais, ações e atividades econômicas reguladas da empresa estatal Petrobras. Então, não há diferença nenhuma só porque é subsidiária ou não é.

E, mais ainda, essa decisão do Supremo dá margem a uma burla clara, que é pegar refinarias agora que não eram subsidiárias, transformá-las em subsidiárias e vendê-las! Ora, dá na mesma! Então, aquele mandamento legal que diz que isso tudo teria de passar por aqui, do mesmo jeito que passou para criar essas empresas... Para criar essas empresas, tiveram de pedir a autorização aqui. Nós participamos da decisão, nós outras gerações de outros mandados. Mas, para desfazer isso, também é preciso que passe por aqui, porque, se foi criado por uma razão estratégica nacional importante, relevante para o Brasil, é preciso, para desfazer isso, que também nós autorizemos.

Essa história de chamar de subsidiária e de tirar desse contexto é apenas uma burla. Desculpem-me! Com todo o respeito às decisões dos Ministros que votaram a favor, eu estou com o Ministro Lewandowski. É a mesma coisa, é o fazer e o desfazer. Quem faz tem de desfazer o que fez. As subsidiárias nada mais são do que reorganizações administrativas, como eu disse aqui, para exercer as atividades para as quais elas foram criadas e para as quais a Petrobras existe.

Então, acredito que toda essa questão da greve, tudo isso tem a ver com demissões, que, por sua vez, são provocadas pelas vendas de subsidiárias, que devem ser abertas a discussões muito mais amplas inclusive nos Estados. No Paraná, estão demitindo mil pessoas de uma vez! Isso foi tratado com o Governo do Estado? Isso foi tratado com as bancadas do Estado? Isso foi tratado com a sociedade do Paraná? No Rio Grande do Norte, meu Estado, também não se sabe o que a Petrobras vai fazer, se ela vai ficar aqui ou acolá, se ela vai vender refinarias, se vai ficar no AIP. A empresa está entranhada na economia dos nossos Estados, Senadores. Ela está entranhada ali. É uma empresa que está entranhada na economia dos nossos Estados, mais ou menos em alguns, mas, no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e outros, está.

Nós precisamos, então, discutir abertamente essas coisas. É só isso que eu preconizo. Depois, vamos entrar nos argumentos contra e a favor. Estou discutindo apenas o fato de termos de participar dessa discussão ativamente, só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Jean Paul, os assuntos são importantes e pertinentes.

Peço à assessoria, aos consultores da Comissão que vejam, dentro do nosso leque, o que nós podemos fazer. É claro que podemos. A gente é que sabatina e elege o pessoal do Cade todo. A gente vai, com certeza, fazer alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Oriovisto, peço paciência mais um pouquinho, porque o Senador Esperidião Amin pediu a palavra. Em seguida, Senador Oriovisto, pode começar seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É sobre o item 8 ainda, em consideração à muito bem lançada dúvida do Senador Carlos Viana.

Eu queria dizer o seguinte: a Lei 8.989 já sofreu várias modificações. E quem é o destinatário do benefício? Motoristas profissionais, motoristas profissionais autônomos titulares de autorização ou permissão, ou seja, taxistas, cooperativas de trabalho e pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente por intermédio de seu representante legal. É aqui que nós estamos legislando. E nesse particular é que o Estatuto da Pessoa com Deficiência enriqueceu, porque, como está escrito e já incluído em 2003, é o seguinte: para a concessão do benefício é considerada pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia hemiplegia, ou seja, uma série de enfermidades que são listadas. E agora, em face do Estatuto da Pessoa com Deficiência, inclui-se o portador da deficiência auditiva.

Então, a peneira de rendimentos não existe nesse caso. Agora, neste caso, realmente, não estender a quem teve a extensão do Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma injustiça. Por isso que eu me ative a essa extensão, mas em nada divirjo do Senador Carlos Viana. Que se faça um estudo socioeconômico sobre uma peneira desse acesso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos.

Autoria: Senador Edison Lobão (MDB/MA)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1 . A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

Nós vamos permitir a leitura do relatório.

Lembro que o projeto é terminativo, portanto, não irá a votação. Haverá somente a leitura.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para a leitura do relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, o projeto é de uma simplicidade absoluta. Então, eu vou me permitir apenas fazer um resumo e vou, pelo adiantado da hora, poupá-los da leitura exaustiva de todo o parecer.

O resumo é o seguinte: existe hoje o Projeto de Lei do Senado 546, de 2018, que modifica o art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e modifica no quê? Basicamente para possibilitar abater do Imposto sobre a Renda as doações realizadas a projetos, organizações da sociedade civil aprovadas em plenário pelos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No regime atualmente em vigor, Sr. Presidente, somente é permitida a dedução realizada aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente distrital, estaduais ou municipais. Então, cria-se uma burocracia: se eu quero doar para um hospital X, eu não posso doar para o hospital X; eu tenho que doar para um fundo de um Estado onde está situado, ou de um Município, onde está situado aquele Estado. O que se pretende aqui é simplesmente eliminar essa burocracia, permitindo a dedução direta à entidade, desde que uma entidade reconhecida comprovadamente como de fins filantrópicos.

Não há qualquer mudança no limite global da dedução já prevista na lei de 6%. Então, não cria nenhuma despesa nova, não há nenhum problema nesse aspecto.

Ainda sobre esse aspecto, foi pedido um parecer do Ministério da Fazenda a respeito dessa modificação, dessa eliminação desse entrave, desse passo a mais, e assim poder doar direto para as instituições. E o parecer do Ministério foi de que: "Ah, sim, isso vai aumentar o número de doações, mas não vai alterar o limite da lei, vai torná-la mais efetiva". Hoje, por conta desse bloqueio burocrático, quase não se conseguem aproveitar ou tirar os benefícios dos 6% que são obtidos, ficando as doações muito abaixo de 50% que poderiam ser doados. Então, o ministério entende que, se houver essa permissão, vai ser doado um pouco mais, mas ainda assim vai ficar muito abaixo do que está previsto na própria LOA desse ano.

Então, por conta disso, como se trata fundamentalmente de se eliminar uma burocracia desnecessária e porque também essa burocracia tira dos hospitais, dos legítimos interessados a possibilidade de... Ou cria uma dificuldade a mais para eles terem essa doação, nós somos favoráveis ao projeto do ex-Senador Edison Lobão e votamos favoravelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Oriovisto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão.

E, como não há quórum para a votação, vou dar só como lido.

Há um item do qual há o Relator presente, que é o Senador Esperidião Amin, item 2. O senhor quer ler o relatório?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu posso ler o relatório, mas não se pode votar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não pode votar. A gente só quer... Não, no seu... O item 2 não é terminativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não sendo terminativo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O item 2 não é terminativo. Eu pergunto, o senhor quer ler ou quer nos permitir que almocemos no horário? (*Risos.*)

É brincadeira!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Oriovisto, que contribuiu muito para que a reunião se prolongasse, e o Senador Tasso Jereissati, que também fez intervenções muito judiciosas, apelam para que os poupe de ouvir a minha voz.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, não, não, não. Não é poupar; é sempre bom ouvir a sua voz. Para mim pessoalmente é sempre bom ouvi-lo, é sempre uma aprendizagem. (*Risos.*)

Então, não havendo mais nada a discutir, encerro a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Reguffe, Major Olimpio, Luiz Pastore, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Eliziane Gama, Prisco Bezerra, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Irajá, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Carlos Viana e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimentos dos seguintes documentos: Ofício do Ministério da Economia, de 15 de janeiro de 2020, que encaminha o relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos no Exterior, de responsabilidade do Tesouro Nacional, referente ao quarto trimestre de 2019; Ofício nº 22.312, de 2020, de 31 de janeiro de 2020, do Ministério da Economia, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas em dezembro de 2019 e as tabelas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e Aviso nº 23, de 21 de janeiro de 2020, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 3.145, de 2019, proferido pelo Plenário daquela Corte, que trata da denúncia de possíveis irregularidades na participação da empresa TBForte Segurança e Transporte de Valores Ltda. em licitações promovidas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal referentes à prestação de serviços e transporte de valores. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei Complementar n° 19, de 2019** que: "Dispõe sobre nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Contrário às Emendas nºs 4 e 5-PLEN. Lido o relatório, usam da palavra os senadores Telmário Mota, Plínio Valério, Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Jean Paul Prates, Mecias de Jesus e Reguffe. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 123, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 142, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de taxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de taxi." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (Item 18). **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 212, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 214, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 61-A da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, para regular a remuneração do investidor-anjo e excetuar as hipóteses de responsabilidade solidária." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 257, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei n° 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (Item 17). **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5022, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para estabelecer prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5187, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências." **Autoria:** Senador Irajá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSD/TO). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 546, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos." **Autoria:** Senador Edison Lobão (MDB/MA). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, por 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 28, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), com 17 (dezessete) votos favoráveis (incluindo o registro oral do voto favorável do senador Marcos Rogério, não computado), nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** 1. De acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Lido o relatório, o senador Reguffe faz uso da palavra. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, por 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 776, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e as Emendas nºs 1 a 4-CAE, por 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 373, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 3137, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Fazem uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da palavra os senadores Reguffe, Oriovisto Guimarães, Marcelo Castro e Eduardo Braga. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 3252, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODE/RS). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto,com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 2, de 2020** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 257, de 2019 - Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei n° 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas"." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 2/2020-CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 3, de 2020** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 142, de 2019 - Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de taxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de taxi"." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 3/2020-CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 4, de 2020** que: "Requer sejam avaliadas as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, acerca da questão dos reajustes anuais dos planos de saúde acima da inflação autorizados pela ANS e os reflexos econômicos para a população usuária." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** A comissão aprova o requerimento nº 4/2020-CAE. Usam da palavra os senadores Esperidião Amin, Eduardo Braga e Mecias de Jesus. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/11

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento:

- Ofício do Ministério da Economia, de 15 de janeiro de 2020, que encaminha o relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos no Exterior, de responsabilidade do Tesouro Nacional, referente ao quarto trimestre de 2019;

- Ofício nº 22.312, de 2020, de 31 de janeiro de 2020, do Ministério da Economia, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas em dezembro de 2019 e as tabelas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- Aviso nº 23, de 21 de janeiro de 2020, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 3.145, de 2019, proferido pelo Plenário daquela Corte, que trata da denúncia de possíveis irregularidades na participação da empresa TBForte Segurança e Transporte de Valores Ltda. em licitações promovidas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal referentes à prestação de serviços e transporte de valores.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão.

ITEM 1

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 19, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: contrário às Emendas nºs 4 e 5-PLEN.

Observações:

1. Em 12/11/2019, a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAE e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

2. Em 25/11/2019, foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 4-Plen, de autoria do Senador Eduardo Braga, e 5-Plen, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Esclareço que a apreciação se refere somente às emendas de Plenário, já tendo sido apreciado o projeto nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, volta ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei Complementar (PLP) n° 19, de 2019, do Senador Plínio Valério, que tem por objetivo estabelecer requisitos para nomeação e demissão do presidente e dos diretores do Banco Central do Brasil, bem como vedações aos exercentes do cargo. O PLP busca conferir autonomia formal ao Banco Central para que execute suas atividades essenciais ao País sem sofrer pressões político-partidárias.

O PLP foi aprovado, nesta Comissão, no dia 12 de novembro de 2019, e foi encaminhado ao Plenário desta Casa, nos termos do substitutivo que o aprimorou. Foram apresentadas duas emendas em Plenário, o que levou à volta do PLP a esta Comissão para que deliberasse sobre essas emendas.

A primeira emenda, de autoria do Senador Eduardo Braga, busca estender a competência do Banco Central para perseguir não apenas o controle da inflação, mas também a estabilidade financeira, o crescimento econômico e o pleno emprego, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente, bem como cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Em sua justificação, argumenta ser fundamental tornar mais claras as competências do Banco Central para que não se passe um "cheque em branco" para a instituição. O foco exclusivo no combate à inflação, aliado à autonomia formal, pode fazer com que a instituição fique insensível à conjuntura econômica e ao nível de atividade econômica, levando o País a níveis de desemprego recorde, como observamos recentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda emenda, de autoria do Senador Tasso Jereissati, busca definir o objetivo fundamental do Banco Central – que seria o de assegurar a estabilidade de preços (controle da inflação). E acrescenta um parágrafo único em que se estabelecem outros objetivos ao Banco Central, *in verbis*: sem prejuízo de seu objetivo fundamental, o Banco Central do Brasil também tem por objetivos suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e zelar pela solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional.

Em sua justificação, propõe que esse objetivo secundário – de suavizar flutuações da atividade econômica – deve ser formalizado em lei. Esta pequena alteração teria o efeito de dar maior transparência e responsabilidade ao Banco Central.

A seguir passamos à análise das emendas.

Análise.

O PLP nº 19, de 2019, não se propõe a tratar dos objetivos fundamentais do Banco Central, assim como não trata da autonomia administrativa e financeira, foca exclusivamente na autonomia operacional para que a governança da autarquia seja aprimorada, permitindo melhor cumprir os objetivos hoje insculpidos em outros textos legais.

Atualmente já temos um certo consenso nesta Casa, Sr. Presidente, no sentido de garantir a autonomia operacional do Banco Central; adicionar novos elementos ao projeto, neste momento, pode não só atrasar a sua tramitação, como até mesmo inviabilizar totalmente a sua aprovação, a exemplo do que vem acontecendo com o projeto de lei que se encontra na Câmara dos Deputados.

Bancos centrais não têm o condão de afetar o crescimento sustentável, ou seja, de longo prazo, razão pela qual a prática internacional atribui a bancos centrais o objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços. Bancos centrais devem ser isolados da influência política para evitar a utilização de política monetária inadequada com objetivo de gerar crescimento insustentável de curto prazo, ao sabor das influências advindas do ciclo político, que, ao fim e ao cabo, resultam na desancoragem das expectativas, no crescimento da inflação corrente e na redução do crescimento econômico, com impacto negativo no nível de emprego.

Atribuir mandato duplo abriria espaço para o BC ser afetado pelo ciclo político, sendo potencialmente mais pressionado a estimular a atividade econômica e o emprego no curto prazo, visando a benefícios políticos e eleitorais, em detrimento de uma inflação mais alta no futuro próximo (dilema entre curto *versus* longo prazo). Essa possibilidade é reduzida em caso de mandato único. No caso do Brasil, como as instituições monetárias ainda não estão totalmente consolidadas, esse risco é ainda mais relevante. Mandato único facilita a transparência, a vigilância e a responsabilização do BC por parte da sociedade e do Congresso. Isso aumenta sua credibilidade, tornando a política monetária mais efetiva. Ainda, a inclusão de objetivo de emprego geraria dois problemas: (i) a meta não poderia ser desemprego zero, mas sim uma medida consistente com a não aceleração da inflação; e (ii) taxa de desemprego consistente com a não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aceleração da inflação não é observável, é variante no tempo e sua estimação é bastante incerta. Então o BC estaria perseguindo um objetivo que não é bem definido, o que reduziria a transparência e abriria mais espaço para influência política no BC.

Ademais, o atual conjunto normativo que regulamenta o Sistema Financeiro Nacional define satisfatoriamente os objetivos e limites institucionais do Banco Central, não havendo que se falar em "cheque em branco". Basta observar que a atuação do Banco Central nos últimos anos tem obedecido estritamente as balizas institucionais já definidas, não ficando aquém, nem tampouco indo além das suas atribuições.

No regime de metas para a inflação, dentro do mandato atualmente conferido a ele, o BC também considera os custos em termos de produto para se atingir a meta para a inflação. Isso se manifesta especialmente na consideração de horizonte de projeções de médio prazo e na aceitação de que a inflação deve flutuar ao redor da meta (dentro de determinada margem) e não necessariamente ser "igual" à meta.

Nesse sentido, deve-se frisar que o BC possui as ferramentas necessárias para perseguir a meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, enquanto o mesmo não pode ser dito a respeito de eventuais metas relacionadas a crescimento econômico e geração de empregos.

Fato é que nenhum banco central dispõe de tal ferramental. Portanto, por um lado, não seria possível estabelecer metas sem que o Banco Central detenha o necessário para as perseguir e, por outro lado, estabelecer tais metas reduziria a capacidade de prestação de contas da autarquia à sociedade e ao Congresso que a representa.

A literatura e a experiência internacional demonstram que a melhor maneira de qualquer Banco Central contribuir para o crescimento econômico e o emprego é manter a inflação baixa, estável e previsível.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto.

Diante de todo o exposto, entendemos que as Emendas nºs 4 e 5 de Plenário devem ser rejeitadas.

É o relatório, o voto e a análise.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Plínio Valério, autor do projeto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discutir.) – Antes que se peça vista, Presidente – parece que esse é o caminho –, eu quero agradecer, Senador Telmário, pela compreensão da abrangência, o senhor entendeu realmente o teor do projeto, pela sua conduta e pela firmeza. Do Banco Central, para se ter uma ideia, há um projeto do ex-Senador Itamar Franco, de 1989, tramitando na Câmara. O Arthur Virgílio tentou aqui por oito anos, não conseguiu. Esse projeto o Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava quase conseguindo em Plenário, quando foram apresentadas emendas do Senador Eduardo Braga e do Senador Tasso.

Portanto, eu quero deixar bem claro aqui, Sr. Presidente, além do objetivo do teor do projeto, que se trata só da autonomia política monetária, exclusivamente isso. É o que diferencia, Senador Reguffe, do projeto do Executivo que está na Câmara. Vão correr com esse projeto que está lá. Nós não temos ingerência lá, eles vão aprovar esse projeto lá, que vai chegar aqui, e o nosso não terá andado.

Mas respeitando a colaboração e a contribuição que, certamente, o Eduardo Braga e o Tasso podem dar – eu sei que vai haver pedido de vista, é natural e é normal –, eu quero, portanto, aqui só deixar bem claro qual o objetivo deste Senador: autonomia política monetária, nada de mandato duplo. Mas cada Senador tem o direito de fazer o que bem quiser, como apresentar emendas. Eu só lamento – se continuarmos assim, Senador Eduardo – que nós vamos acabar recebendo a Câmara antes que o nosso chegue lá, mas é um direito de cada um.

Obrigado, Telmário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, autor de uma das emendas ao projeto de lei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Ao chegar, Senador Plínio, eu conversei com o Senador Tasso Jereissati, que realmente me confirmou que haverá pedido de vista.

Eu gostaria de dizer que eu não gostaria de pedir vista, eu gostaria que o Senador Telmário tivesse acatado a nossa emenda. Entendo que a questão da independência do Banco Central é uma questão importantíssima e que não deve estar desatrelada de compromissos que o povo brasileiro referendou nas urnas, que é a questão do combate à inflação e a questão da geração de emprego e renda, que são metas, tanto é que nossa emenda diz o seguinte:

> Compete ao Banco Central da República do Brasil perseguir o controle da inflação [isso é meta fundamental da política monetária], a estabilidade financeira, o crescimento econômico e o pleno emprego, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente, bem como cumprir [...] as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário [...]

Ou seja, se o Senador Telmário, o eminente Senador Telmário tivesse acatado a nossa emenda, nós não precisaríamos pedir vista para fazer um voto em separado, para que nós pudéssemos disputar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, só para ilustrar, Sr. Presidente, eu tenho aqui nas mãos a revista *Conjuntura Econômica*. E veja a questão dos economistas, Senador Tasso, e daqueles que representam o sistema financeiro. Aqui, na revista *Conjuntura Econômica*, Senador Plínio, há uma matéria do Bernardo Appy, que é um economista hoje financiado por muitos desses bancos que acabam indicando os representantes do Banco Central. Porque a preocupação do mandato no Banco Central era quando o Brasil tinha cultura de fazer indicações partidárias para o Banco Central. Há anos, não há as indicações partidárias para o Banco Central; o que há são especialistas em bancos, que trabalham em bancos, e acabam sendo indicados para o Banco Central. Eu não me recordo, nos últimos 20, 25 anos, de haver um político-partidário no Banco Central, a não ser que queiram colocar o Meirelles como indicação político-partidária, tendo sido ele Presidente do BankBoston e tendo uma carreira no sistema financeiro.

Mas, só para dar um exemplo do que os economistas com mandato são capazes de fazer, aqui há uma fala do Bernardo Appy sobre reforma tributária. E olha o que disse ele, palavras dele, entre aspas: "O caso da Zona Franca de Manaus é explícito. Ela existe há 50 anos, mas, se hoje reduzíssemos o IPI de todos os produtos fabricados lá, as empresas de lá não se sustentariam". E o que ele propõe na reforma tributária dele? Acabar com o IPI, ou seja, ele tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Importar de outros países.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ele tem a intenção clara, clara, de acabar com a Zona Franca de Manaus.

O meu medo da independência e mandato sem compromisso com geração de emprego e renda no Banco Central, Senador Omar, é que estes mesmos técnicos... O Bernardo Appy é um técnico. De que setor? Do setor financeiro, com liberdade absoluta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com a reforma patrocinada pela Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, e que já recuaram em taxar grandes fortunas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo está claro para a gente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, o que eu queria dizer, eu apenas usei esse artigo para dizer ao meu eminente companheiro conterrâneo do Amazonas, representante aqui, Plínio, que eu tenho todo o interesse em dar a blindagem necessária ao Banco Central, mas creio, Senador Telmário, que a emenda que nós apresentamos simplesmente faz com que um mandato no Banco Central tenha como premissa aquilo que a democracia direta fez nas urnas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando elegeu os seus representantes e elegeu o Presidente da República. É o compromisso com a estabilidade e o controle da inflação, a estabilidade financeira, o crescimento econômico e o pleno emprego, que são submetas do Banco Central.

Portanto, eu endosso o pedido de vista do eminente Senador Tasso, diante do relatório que, com todo o respeito, o nosso eminente companheiro Senador Telmário apresenta, rejeitando as emendas.

E o argumento é exatamente esse, é de que o que nós queremos é estabelecer ao Banco Central a autonomia com a blindagem, mas com compromissos, com objetivos que são fruto da democracia direta, que são exatamente o controle da inflação, o controle do sistema financeiro, da geração de emprego e do crescimento econômico, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para esclarecer, o Senador Eduardo Braga deu um exemplo porque ele cita nominalmente a Zona Franca de Manaus. Mas a indústria brasileira corre sérios riscos se o IPI não tiver uma proteção para com a indústria brasileira. E se reduzirem o IPI de todo bem final, não se produzirá mais absolutamente nada no Brasil e se importará quase tudo. Então, não é uma questão somente nossa, é da indústria têxtil, calçados, uma série de outros produtos que temos e geram empregos aqui.

Lá no Ceará, por exemplo, a indústria de calçados é muito forte. Se reduzirem o IPI e houver o direito de importar com IPI baixo, a indústria brasileira deixará de produzir no Brasil e irá produzir na China, onde em quantidade a produção é muito maior, e nós não vamos produzir aqui, nós vamos importar somente.

Quando ele coloca isso, é claro, é um trabalho para importadores e não para a produção nacional. Então, nós não teremos produção nacional tecnológica, não teremos produção nacional têxtil, de automóveis duas rodas e quatro rodas, equipamentos pesados para agricultura e uma série de outras coisas. Nós perderíamos competitividade. Então, não é só a Zona Franca que perde. Nós precisamos discutir o Brasil como um todo e tenho certeza absoluta de que também perderá a indústria nacional.

Se esse é o sentido do Governo em relação a essa reforma tributária, voltando a discutir a reforma, a unanimidade aqui dos Senadores é de que estamos esperando a reforma tributária do Governo, saber da proposta do Governo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é a proposta da Câmara ou do Senado, nós queremos saber da proposta do Governo para debater.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Reguffe foi o primeiro a falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. O Senador Tasso pediu vista. Eu vou conceder vista ao Senador Tasso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Coletiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista coletiva.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era só para complementar o seu comentário.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Se a gente for fazer reforma tributária no chute, na base da entrevista coletiva com o craque, nós vamos tirar o ICMS dos combustíveis, por exemplo, também, para favorecer importador de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso aí.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, o Banco Central... A estabilidade da moeda e o controle da inflação no Brasil são sem dúvida uma conquista que nós temos neste País e que precisa ser reconhecida, independentemente de coloração partidária ou de ideologia política. Isso é importante para a sociedade. Agora, o modelo de banco central independente deve levar em consideração a questão também do emprego e do crescimento econômico.

O modelo de banco central independente que nós temos no mundo e mais deu certo, o FED norte-americano, leva em consideração a questão do emprego e do crescimento econômico. Não dá para ser desprezado, como é feito no Brasil, e o Banco Central ter uma visão apenas na área da inflação, como é no Brasil. Se nós queremos ter um Banco Central independente, precisamos seguir sim o modelo norte-americano, que é um modelo de êxito, de sucesso. E o Banco Central deve também levar em consideração a questão do emprego. Não é possível ter um presidente do Banco Central que olhe para a economia vendo apenas a inflação, sem ver a questão do emprego, porque às vezes o desemprego é a maior dor, a maior mazela de uma sociedade. Você vê uma família com as pessoas desempregadas e às vezes vivendo uma situação difícil.

Então, não dá para haver uma diretoria de Banco Central de um país com uma visão apenas monetária, com uma visão focada apenas na questão da inflação. Isso é importante, e nós não estamos inventando a roda. O FED norte-americano, que, volto a dizer, é o melhor modelo de sucesso de um Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central independente, leva em consideração, nos Estados Unidos, a questão do emprego e do crescimento econômico. Então, se nós queremos implantar no Brasil um Banco Central com independência, nós também temos que colocar entre as atribuições do Banco Central a questão do emprego e do crescimento econômico.

Eu queria apenas deixar o meu ponto de vista aqui, porque acho que é algo importante dentro de um modelo de Banco Central que a gente deseja e de um modelo de gestão econômica no País que a gente deseja.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Reguffe.

Nós temos quórum. Vou colocar em apreciação as matérias terminativas, para a gente aproveitar o quórum. A gente não tem votado aqui na Comissão matérias terminativas por falta de quórum. Então, aqui estão 14 Senadores. Vou já passar a palavra ao Senador Amin. Há aqui 14 Senadores. Vamos colocar as matérias terminativas em votação.

Antes disso, eu quero aqui falar com os Srs. Senadores que toda Comissão precisa ter uma proposta anualmente para políticas públicas no âmbito do Poder Executivo Federal. Estou fazendo um requerimento aqui nesta Casa. Requeiro, com amparo no art. 96-B, que sejam avaliadas por esta Comissão as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, na área de saúde, planos de saúde, notadamente no que se refere à questão dos reajustes anuais acima da inflação autorizados pela Agência Nacional de Saúde e os reflexos econômicos para a população usuária.

Só para V. Exas. terem uma ideia, Srs. Senadores, nos últimos seis anos, no acumulado, o reajuste dos planos de saúde foi de 89,6%, e a inflação acumulada foi de 39,4%. No ano de 2017, a inflação foi de 2,95%, e o reajuste dos planos foi de 5% praticamente. O que acontece com isso? E isso se dá nos planos que são autorizados, que são analisados. Há muitos planos de saúde Brasil afora em que as pessoas têm feito esse tipo de trabalho e que não são reajustados pela Agência Nacional de Saúde.

Nós temos uma preocupação, com esse requerimento que estamos fazendo aqui: é que, se esse reajuste for feito muito acima da inflação, essas pessoas que estão pagando planos de saúde não terão condições de pagar e virão cada vez mais para o SUS. Nessa discussão – este é um caso de que eu posso falar aqui, e outros companheiros Governadores já tiveram essa oportunidade de sofrer –, muitas vezes, na entrada do sistema da emergência e da urgência, as pessoas pagam planos de saúde, e o Estado é obrigado a atender pelo SUS. Mas essa pessoa que paga é estabilizada dentro de um pronto-socorro, passa dias no pronto-socorro, pagando seu plano de saúde, e depois é transferida para uma unidade particular. Por esses dias que ela passa dentro do hospital, o plano de saúde não remunera o Estado, mas ele recebe do usuário. Ele recebe por isso.

Então, também é uma discussão que nós temos que começar a travar, principalmente aqui. O Confúcio entende bem dessa área. O Dr. Marcelo Castro, que foi Ministro da Saúde, sabe muito bem disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sistema Único de Saúde sempre será sistema único de saúde, mas não é justo o Sistema Único de Saúde pagar, ter um custo, e o plano de saúde não ressarcir o Estado para o usuário que paga o seu plano de saúde. Aí muita gente diz bem assim: "Mas como vai saber?". Não dá para saber, é lógico que não dá para saber. Mas depois que a pessoa for internada, saberão se tem ou não plano de saúde, e esse plano de saúde deve ressarcir os custos que o Estado teve em relação a... Não é o Estado só, é o próprio Sistema Único de Saúde que não é remunerado por esse tratamento que é dado e que é muitas vezes na urgência ou na emergência. Isso é feito.

Eu queria propor essa questão para a gente ter uma discussão. Eu vou colocar em discussão essa matéria para que este ano a gente possa debater esse assunto e, no final do ano, a gente ter um relatório para apresentar à sociedade, com uma proposta em relação aos planos de saúde, porque, do jeito que vai, cada vez menos haverá condições de se pagar plano de saúde e cada vez mais o Sistema Único de Saúde vai ter que absorver essas pessoas.

Então, é possível a gente fazer um trabalho em que haja um reajuste que seja condizente com a inflação, e não muito acima da inflação, como está sendo feito neste momento. Só pelos números que me foram dados pela minha assessoria, nos últimos seis anos: acumulando 89,6%; e a inflação acumulada, 39,4%. A diferença é muito grande, é quase 50% de diferença entre a inflação e o reajuste dos planos de saúde que ocorreram nos últimos seis anos. Por isso eu proponho e quero colocar esse requerimento em discussão, para que os Senadores possam discutir, com amparo no art. 96-B.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4, DE 2020

- Não terminativo -

Requer sejam avaliadas as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, acerca da questão dos reajustes anuais dos planos de saúde acima da inflação autorizados pela ANS e os reflexos econômicos para a população usuária.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM).

Peço, portanto, o apoio dos nobres pares à presente proposta, assim como o seu valioso engajamento no enfrentamento dessa questão.

Eu quero colocar em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

E a gente vai discutir uma data...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se até Marcelo Castro aprovou é porque é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que é o debate. Não é que a gente esteja com a razão, mas a gente precisa abrir o debate sobre essa questão. Nós temos que abrir o debate, e a Comissão de Assuntos Econômicos pode abrir este debate aqui.

Senador Esperidião Amin, com a palavra, porque pediu o aparte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, sobre o Projeto 2.817, do nosso querido companheiro Romário, eu creio que as dúvidas que foram levantadas na última reunião, especialmente pelo nobre Senador Carlos Viana, foram absolutamente esclarecidas no tocante a uma especificação de deficiente beneficiário da lei.

O projeto já foi apresentado, já foi discutido, e a única questão relevante que eu quero trazer ao conhecimento dos senhores – ouviu, Senador Eduardo Braga? O senhor que é um homem muito atento aos movimentos telúricos políticos – é que eu recebi do Ministério da Economia uma informação que quase equivale a uma ressurreição: as dúvidas que o Ministério da Economia tinha foram sanadas, e prevalece a posição da Casa Civil.

O senhor não acha isso uma informação muito relevante, Senador? O senhor que é um homem de grande acuidade.

De forma que não há mais óbices para que a Casa se manifeste.

Eu recomendo o voto favorável.

Ninguém é perfeito, não é? Número onze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É terminativo.

Eu vou colocar três matérias terminativas, porque já foi lido o relatório e aprovado: item 10, de autoria do Senador Edison Lobão e relatoria do Senador Oriovisto Guimarães...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor já fez a inversão de pauta – o Senador Mecias está pedindo – para o 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Vai ser lido. Eu pedi a vocês, porque, como temos quórum, temos de votar esses terminativos. Há três que já foram até lidos e aprovados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse já foi lido e sanado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E é número 11, do Romário, que é o número 11, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos começar pelo 10.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que o 11 também é terminativo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, o 11 também é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas é que o 10 também é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O 11, em homenagem à camisa do Romário...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Inversão de pauta solicitada pelo Senador Amin...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O número 11, do Senador Amin. Vamos votar o número 11.

Terça-feira a gente discute a questão do Banco Central.

Vamos colocar em votação o projeto, nominal, o número 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 4/2/2020, foi lido o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Romário usava a camisa nº 11.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas também para pedir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um jogador bom. É meu amigo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quero pedir a V. Exa. também para colocar como terminativo projeto de nossa autoria, relatado pelo Senador Confúcio, do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Eu peço aos senhores para a gente matar todos os terminativos hoje, por favor, todos os que estão aqui.

Já abriram aí, do 11?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ué, eu marquei presença quando cheguei e não está valendo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eduardo, você não marcou, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu marquei na CCJ de manhã cedo. Eu marquei de manhã cedo e não apareceu.

Não abriu o painel ainda para votar, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos encerrar a votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que conste em ata meu voto favorável ao projeto porque o sistema não está recepcionando o meu voto pelo modo eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que é a sua digital.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que ela desgastou um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desgastou bastante. (*Risos.*)

Pode abrir o painel, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – SIM...

Por favor, amigo.

Obrigado, companheiro.

SIM, 16 votos mais o voto do Marcos Rogério; NÃO zero.

Abstenção zero.

Está aprovado o projeto do Senador Romário, que o Senador Amin, sendo copiado pelo Senador Confúcio...

Vocês estão dando prejuízo para os cabeleireiros dos seus Estados, rapaz. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o Confúcio compensa, Presidente; o Confúcio é um falso exemplar. Ele ainda trata no cabeleireiro dos acostamentos...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É verdade... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto, agora é o seu projeto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Ah, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, DE 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos.

Autoria: Senador Edison Lobão (MDB/MA)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1 . A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 4/2/2020, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria.

Já foi lido o relatório.

Eu vou abrir o painel para o projeto do item nº 10, do Senador... O autor é o Senador Edison Lobão, e o Senador Oriovisto Guimarães é o Relator.

Os senhores podem votar.

Já? (*Pausa.*)

Já? (*Pausa.*)

Já está aberto o painel para os Srs. Senadores votarem.

(*Procede-se à votação.*)

(*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador, esse projeto relatado pelo Senador Oriovisto mostra claramente que o remorso é a mais importante energia da humanidade. (*Pausa.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – O Amin está inspirado hoje, não é? Ele já é difícil quando está normal; quando está normal, é insuportável, mas tudo bem. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está faltando alguém votar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já? Pode abrir o painel, por favor.

Encerrada a votação.

SIM, 14 votos; NÃO, zero.

Abstenção zero.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado o projeto do Senador Edison Lobão.

Pois não, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que o PL 776, de minha autoria, fosse também votado hoje, porque V. Exa. quer limpar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu votarei todos os terminativos agora, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Todos os terminativos? O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k.?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que desses três já foi lido o relatório. Há alguns que não foram lidos ainda.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Do meu já foi lido o relatório também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi? Então, vamos votá-lo. O seu qual é?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Item 13.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Confúcio Moura pediu reexame da matéria.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu gostaria de solicitar do nobre Senador Confúcio Moura que retirasse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Não, mas o anterior também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema. Estava retirado daqui.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Obrigado, meu nobre Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal.

Autoria: Senador José Agripino (DEM/RN)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 10/12/2019, foi lido o relatório.

Em votação.

Pode abrir o painel, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o 12º, em que o Relator é o Senador Irajá. Já foi lido também.

Está aberto o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coronel Olimpio, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. O cara que se elege Senador sobe de cargo também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então o General, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Entrou em recuperação na sessão de tiro.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Enquanto nós estamos em processo de votação. Eu queria só aproveitar também a oportunidade e destacar esse projeto de autoria do Senador Agripino, Projeto nº 145, de 2018, que simplifica e e facilita os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio do sistema criado e mantido pela rede mundial de computadores e pelo Poder Executivo.

Esse projeto é super importante porque nós estamos, desde 2015, com a implantação da Redesim, chamada Rede Simples, que tem como objetivo a integração entre os órgãos da esfera federal, estadual e municipal, para abertura e fechamento de empresas.

Esse avanço foi muito importante porque simplificou demais o procedimento de abertura e fechamento de empresas. Hoje o tempo médio para a abertura no Brasil é de quatro meses. Antes, esse tempo médio chegava a um ano, tanto para a abertura quanto para o fechamento. Com a implantação do sistema, nós avançamos de forma substancial.

O que ocorre com essa iniciativa do Senador Agripino é que nós iríamos dispensar a necessidade de ter de levar essa documentação fisicamente até as juntas comerciais. Mesmo que você precise eletronicamente informar toda essa documentação, desde as alterações contratuais, os contratos sociais, a documentação dos sócios – eletronicamente, isso é feito –, você ainda precisa levar essa papelada até a junta comercial. Com esse projeto, isso seria dispensado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma expectativa evidente de que a gente tenha um ganho de eficiência no processo de abertura e de fechamento de empresas. Nós temos condições de melhorar muito esse desempenho. Existem países, como a Nova Zelândia, em que o tempo médio para abrir e fechar uma empresa é uma questão de horas porque é feito apenas um procedimento. Os países que compõem a OCDE – o Brasil está postulando essa ocupação – usam apenas cinco procedimentos, com um tempo médio de abertura e fechamento de empresas de apenas uma semana. E, no Brasil, na média dos 27 Estados da Federação, nós ainda precisamos de quatro meses, que é o tempo médio para se abrir e fechar uma empresa, com 11 procedimentos que são exigidos.

Portanto, a iniciativa do Senador Agripino é louvável. Eu gostaria naturalmente de pedir o apoio de todos os Senadores para aprovarmos esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para encaminhar.) – Rapidamente, enquanto estamos em processo de votação, eu queria apenas parabenizar o autor do projeto, o ex-Senador José Agripino, e também parabenizar o Relator, o Senador Irajá.

É um projeto extremamente meritório. Este País precisa facilitar a vida de quem quer empreender. Precisamos gerar emprego neste País, precisamos movimentar a economia deste País. Não dá para haver essa quantidade de empecilhos para se empreender neste País, que tem uma carga tributária elevadíssima e uma burocracia que chega a fazer com que a pessoa desista de querer sem empreendedor neste País. Nós que estamos na vida pública precisamos facilitar a vida de quem quer gerar emprego neste País, porque não dá para o Governo fazer tudo. Então, é preciso incentivar a iniciativa privada a cumprir o seu papel. É preciso facilitar, para as pessoas empreenderem.

O tempo para se abrir e fechar uma empresa no Brasil é uma coisa indecente, é uma coisa que deveria dar vergonha aos governos neste País. Então, é um projeto extremamente meritório, que facilita, que acaba com esta coisa de a pessoa ter que levar a papelada, levar a documentação. É um projeto que deveria ter um tratamento célere por parte do Congresso, porque é um projeto muito importante para a sociedade.

Quero parabenizá-lo mais uma vez. Meu voto é favorável. Quero parabenizar mais uma vez o Relator, o Senador Irajá, e também o autor, o ex-Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu queria que se abrisse o painel.

Vou pedir ao Senador Olimpio, Coronel Olimpio, e ao Senador Amin...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – É Major Olimpio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em dez minutos, nós vamos terminar tudinho aqui. Aí V. Exas. estarão liberados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, há a Medida Provisória 905.

Proclama?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode-se encerrar a votação. Já pedi para encerrar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O próximo é o do Chico?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – SIM, 16; NÃO, zero.

Abstenção zero.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O próximo é o item 13?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aprovado o PLS do Senador Agripino Maia, com relatoria do Senador Irajá.

Próximo item é o item 13, do Senador Chico Rodrigues.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 776, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto, com quatro emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 4/2/2020, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

Em votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode abrir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou esperando aqui a Secretaria...

O.k.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Chico Rodrigues, Sr. Presidente, está assumindo a tarefa de ir à China, pela 18ª vez nesta Sessão, para procurar...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. *Fora do microfone.*) – Coronavírus. Está identificado. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria de falar sobre esse projeto.

Na semana passada, nós levantamos que esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não poderia ser votado enquanto nós não tivéssemos a...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – A estimativa do impacto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso, do impacto.

O Senador Confúcio Moura tinha retirado o projeto, fez um apelo agora o Senador Chico Rodrigues, e o Senador Confúcio Moura colocou para votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só que não estou me lembrando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Existe aqui, dentro do Regimento...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... do princípio colocado aqui dentro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dentro da Comissão de Assuntos Econômicos, qualquer desoneração que houver, nós temos que ver o impacto para poder aprovar o projeto.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Esse PL 776 permite a doação a projetos de pesquisas científicas e tecnológicas executados por instituição científica e tecnológica ou por entidade científica e tecnológica privada, sem fins lucrativos, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Na verdade, a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, já abriga esses interesses, e nós consultamos, inclusive, o Ministério da Economia, que obviamente, em não se manifestando, ensejou a colocação desse projeto para ser lido e obviamente votado. Então, cabe ao Ministério agora a regulamentação, com a aprovação desse projeto.

Esse é o nosso sentimento, e os servidores do Ministério da Economia sabem exatamente que nós nos debruçamos sobre essa questão pela importância, pela relevância e, acima de tudo, para promover, através dessas isenções, um maior desenvolvimento tecnológico e científico no nosso País. Nós não podemos ficar, realmente, aguardando que essas regulamentações aconteçam, porque senão nós vamos passar aqui mais um ano, dois anos para votar esse projeto. Então, eu acho que só a Lei Complementar 101 já justifica a apresentação e a votação do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu queria lembrar que nós, com todo o mérito e com o todo respeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir desculpa ao Senador Tasso, ao Senador Chico Rodrigues e ao Senador Confúcio. A assessoria já tem conhecimento disto: então, não era nem para ter pautado enquanto não pedisse as informações necessárias para a gente poder pautar.

Não é culpa do Senador Chico Rodrigues nem do Senador Confúcio, não. Eu também não quero aqui responsabilizar ninguém – longe de mim querer –, mas eu vou pedir à assessoria aqui da CAE que todo projeto que tiver...

Já existe uma regra aqui, e não foi feita por mim, essa regra existe: imposto de renda ou qualquer dedução ou desoneração, primeiro, nós temos que ter um número de dados. Senão nós teremos a irresponsabilidade de começar a fazer deduções e bilhões vão-se embora. Tem cada um aqui! Não vou aqui entrar no mérito, mas há muitos projetos dentro da Comissão de Assuntos econômicos com o mesmo teor de dedução.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Por exemplo, Sr. Presidente, o item 10 da pauta está exatamente na mesma situação do item 13 da pauta e não foi questionado aqui pelos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu estou pedindo desculpas, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito bem. Muito bem. V. Exa. está absolutamente aplicado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma coisa que nós estamos colocando aqui e aí...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... na razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se a assessoria nossa sabe que não pode e nós já sabemos também, a gente coloca para votar e discutir. Já tinha sido lido e já tinha sido aprovado. Só não foi votado porque não havia quórum no dia. Então, era tempo suficiente para qualquer Senador que leu a pauta ter alertado a gente, e não houve... Acho que todos nós temos um...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, é só para dizer que o item 10...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A intenção é boa...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... tem previsão sim e que foi manifesto inclusive pelo Ministério da Economia. É bem diferente o item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi pedida a informação, não é, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vejam bem, então, a partir de agora não tem nem que pautar, por favor. Se o Senador pedir...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – As informações da economia estão no projeto do Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Pois é. Mas desse outro não está.

Tem um da minha amiga Senadora Kátia Abreu, um projeto para que empresário que financiar a agricultura familiar, pequenos agricultores, tenha dedução de imposto de renda. Sinceramente... Empresário financiar, doar dinheiro para pequeno agricultor? Nós temos que definir o que é isso para não podermos aqui discutir uma matéria e comprometer o orçamento do Brasil nesse sentido. Nós temos que ter cuidado. Eu acho que é responsabilidade nossa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Por favor, eu gostaria de ler a justificativa para que ficasse de mais fácil compreensão pelos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu acho que nós estamos em votação. Agora, o que cabe a mim, Senador Chico, é abrir o painel. Não posso fazer mais nada.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí vai para Plenário. No Plenário, isso vai ser discutido ainda.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Podem abrir o painel, por favor?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – SIM, 14 votos; NÃO, zero.

Como o Presidente não vota, está aprovado o projeto do Senador Chico Rodrigues, com relatório do Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Confúcio Moura, item 15. Desse não foi lido o relatório ainda. Precisa ser lido esse relatório. É terminativo também. Depois será o 4. É o último terminativo que nós temos aqui para votar.

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 3137, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei nº 3.137, de 2019, do Senador Eduardo Braga, que dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023.

Eu vou entrar direto na análise.

Análise.

O PL nº 3.137, da mesma redação...

Segundo parágrafo.

Quanto ao mérito, a proposição tem grande merecimento, pois trata de dar continuidade à política de valorização real do salário mínimo.

Com a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, estabeleceu-se critério – que foi seguido pela Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015 – de que os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada nos 12 meses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteriores ao mês do reajuste. Ademais, a título de aumento real, aplica-se o percentual equivalente à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), também apurada pelo IBGE, de ano anterior ao do cálculo do INPC.

Esta proposição inova ao incluir a expectativa de inflação futura projetada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano do reajuste, assim como a variação positiva do PIB *per capita* de dois anos antes.

Acreditamos que a fórmula aperfeiçoa os critérios atualmente adotados para a correção real do valor do salário mínimo. E, consideramos que o valor para 2020 não ficará longe do previsto pelo PLOA 2020, de R$1.040,00.

Não observamos óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Por fim, julgamos que o projeto está lavrado sob as regras da boa técnica legislativa e redação.

O voto, diante do exposto, é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A matéria está em discussão.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Eu queria só propor ao Relator que ajustasse as datas aqui, porque no art. 1º, §2º, inciso I, já está em 2020. Como nós já estamos em 2020, só fazer o ajuste das datas para que o texto fique correto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Perfeito.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu acato a sugestão feita pelo Senador Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A matéria continua em discussão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Marcelo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Também para discutir depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Eu quero louvar a iniciativa do nosso Líder Eduardo Braga e do nosso Senador Relator Confúcio Moura, que, em boa hora, trazem a esta Casa esta proposta de reajuste do salário mínimo. Como V. Exas. sabem, nós não temos hoje mais atualmente nenhuma legislação referente aos reajustes do salário mínimo.

Então, é evidente que nós temos uma política que vem desde o tempo do Fernando Henrique Cardoso, passando por todos os Presidentes da República, de valorização, de ganhos reais do salário mínimo. E agora, o nosso Senador Eduardo Braga propõe uma regra permanente para que essa política possa ser novamente reintroduzida no nosso País.

Ou seja, se o País não cresceu nada nos dois últimos anos anteriores, o ganho real é zero, apenas reajusta-se pela inflação para manter o poder aquisitivo do salário mínimo.

Se o País cresceu, faz-se uma média do crescimento dos dois últimos anos e aplica-se, então, ao salário mínimo. Quer dizer, jamais haverá preocupação de o salário mínimo crescer desproporcionalmente e que venha a trazer danos à economia. O ganho real só se dará na proporção do aumento do PIB do País.

Então, é louvável que a gente continue com essa política, sabemos que nós já estivemos em situações muito piores. No Governo do Fernando Henrique, por exemplo, eu me lembro de que nós éramos do PMDB, éramos da base do Governo, mas nós fazíamos um movimento muito grande para que o salário mínimo fosse pelo menos equivalente a US$100, à época. E nós nunca conseguimos isso, porque o salário mínimo do Brasil era sempre abaixo, naquele tempo de alta inflação, era sempre abaixo de US$100.

Nós estamos hoje, numa situação muito diferente, muito mais confortável, em duzentos e tantos dólares, mas é evidente que nós precisamos continuar com essa política para valorizar, e valorizar de uma maneira responsável. Jamais será um aumento que vai dizer: "Não, não pode pagar!". Pode, sim, por quê? Porque houve o aumento do PIB correspondente àquele aumento que nós estamos dando para o salário mínimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida cruel nesse projeto, porque, ao substituir um índice real que já aconteceu por um índice que ainda não aconteceu, que é uma expectativa, nós poderemos estar beneficiando eventualmente o trabalhador, se a nossa expectativa de inflação for maior do que com ela aconteceu de verdade, mas nós poderemos também estar prejudicando e muito o trabalhador se a nossa expectativa foi de uma inflação baixa, e ela deu maior. Então, eu acho que nós estamos trocando o certo pelo duvidoso. Eu acho a matéria complexa e eu acho que nós precisaríamos pensar um pouco mais, aprofundar um pouco mais esse estudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes de aprovar essa matéria. Respeito o relatório do Senador Confúcio, acho a iniciativa interessante, mas tenho dúvidas, tenho sérias dúvidas se estamos fazendo algo de bom ou de ruim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, para poder esclarecer ao eminente Senador Oriovisto: qual é o principal argumento do atual Governo para não restabelecer a regra que o Brasil vinha estabelecendo em relação ao salário mínimo? É não indexar para o futuro a inflação passada. Todos os anos, o Governo, ao encaminhar a proposta de lei orçamentária para o Congresso, ele é obrigado a fixar os parâmetros da macroeconomia para o ano subsequente, Senador Oriovisto, e ele o faz para submeter ao Congresso Nacional a aprovação da lei orçamentária. E é exatamente neste documento que o Governo projeta, de acordo com os indicadores, inclusive, da projeção da inflação futura, a inflação para o ano subsequente.

E o Governo também alega que o crescimento que aconteceu da pressão sobre o salário mínimo, incluindo a inflação passada e o PIB, sem ser a produtividade *per capita* da economia, carrega um ganho que pressiona o desequilíbrio fiscal.

Ora, ao assumirmos a correção que o próprio Congresso Nacional precisa admitir como correta para aprovação do orçamento, o qual baseia toda relação do custeio da União e passa a ser referência para todos os custeios do Estado, inclusive o da previdência, ao reconhecer esse número como correto, ao estabelecer a questão do PIB *per capita* se estaria assegurando poder aquisitivo projetado para o salário mínimo sem pressão inflacionária; sem nenhuma pressão inflacionária futura. É a famosa desindexação.

Eu assisti, durante todo esse ano que passou, ao Governo discutir com o Congresso, e muitos dos congressistas o apoiando. Tanto é assim que o salário mínimo fixado para o ano de 2020, encaminhado para o Congresso Nacional, não levava em consideração inclusive o que havia acontecido no mês de dezembro com a inflação. Mas ao reconhecer que havia uma mudança, o próprio Governo corrigiu.

Portanto, o que é importante dizer? Eu concordo com a colocação de V. Exa., mas o Governo corrige esse tipo de posição, como corrigiu agora. No fechamento de 2020, o próprio Governo teve de corrigir por quê? Porque houve uma mudança no índice, em função do episódio que aconteceu com relação à carne, no final do ano. E o que o Governo fez? Encaminhou ao Congresso uma correção com relação à expectativa de, e corrigiu o salário mínimo, tanto é que era R$1.037 e foi para R$1.045, em função da correção que aconteceu. Apenas para tranquilizar V. Exa.

As expectativas, inclusive do próprio Ministério da Economia, são de que se nós aprovarmos esse tipo de política para correção futura do salário mínimo, nós estaríamos assegurando ganhos e não estaríamos pressionando mais como indexador de inflação passada e sim ganhos de produtividade futura e garantindo poder de compra, assegurando que a inflação do ano vigente seria reposta para o salário mínimo.

Essa é a intenção. Longe de mim levar a qualquer trabalhador perspectiva de inflação negativa. Ao contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda há pouco falava com o Senador Irajá, o qual tinha uma preocupação com relação ao PIB, sobre se o PIB poderia ser negativo. Não! Não pode ser. Ganho de produtividade da economia acontecerá quando a economia tiver ganho do Produto Interno Bruto, como bem colocado no parecer do eminente Senador Confúcio Moura.

Portanto, apenas para esclarecer a dúvida levantada pelo eminente Senador Oriovisto, que sempre é alguém que tem debatido muito as questões econômicas aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, a sua assessoria fez algum tipo de simulações?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Fez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por exemplo, este ano, nós tivemos um aumento de R$40... Foram R$40 não é? O...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não. Na realidade, o que nós tivemos de aumento foi puramente a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, a inflação. Deu em torno de R$40 a inflação. Caso já estivesse vigorando essa lei que V. Exa. quer aprovar, seria de quanto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nós teríamos um ganho, em relação ao número deste ano, de algo como R$2 ou R$3.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quer dizer que não seria 40, seria 42, 43. É isso que você está colocando?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, o que eu quero dizer é que, com as perspectivas que nós temos de ganho de PIB para o ano de 2021 e para o ano de 2022, por exemplo, em 2023 nós teríamos um ganho no salário mínimo que seria expressivo. O aumento, por exemplo, em 2022 e em 2023, na conta do próprio Governo Federal, seria da ordem de R$3 bilhões em 2021 e da ordem de R$7 bilhões em 2022 na conta custeio do Governo Federal, o que, portanto, impactaria. Mas, neste caso, ele sempre vem como ganho produtivo real, nunca indexando a economia passada, o que sempre foi uma crítica para a indexação futura da economia, carregando inflações passadas. E, quando há erro ou imprevisibilidade, o Governo sempre corrige, porque isso muda a base de cálculo, inclusive, do orçamento da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero corrigir. Fui informado de que foram R$47. Saiu de pouco mais de R$1 mil para R$1.047. Mesmo assim, com as simulações, aumentariam R$2 ou R$3 no reajuste.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... embora eu respeite todos os argumentos do autor do projeto, eu gostaria de pedir vista, eu gostaria de estudar um pouco melhor o assunto. Prometo ser o mais rápido possível nessa vista, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não há de se discutir, porque ele está pedindo vista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, quero apenas colocar uma coisa rápida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Há o pedido de vista coletiva, Presidente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente, pedimos vista coletiva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, excelente!

Mas só quero complementar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Já que estávamos discutindo aqui, para não perder a minha vinda – pode ser que, da próxima vez, eu não esteja aqui por alguma outra razão –, eu apenas queria elogiar a iniciativa do Senador Eduardo.

Quero dizer que, de fato, nós temos aqui alguns números que são significativos. O fato de não aprovar ou não renovar uma política de valorização do salário mínimo pode levar a que, em 2020, tenhamos R$8 bilhões a menos na economia. Vejam a importância que isso tem para a distribuição de renda, para reativar a economia.

Lembro que essa é uma política instituída pelo Governo do Presidente Lula, juntamente com as centrais, que terminou em 1º de janeiro de 2019. A importância desse projeto... Nós, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentamos, no ano passado, pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, um projeto semelhante. A diferença é que era PIB, era inflação mais PIB, e não inflação mais PIB *per capita*. Mas, embora esse percentual de reajuste seja menor, de 0,3% contra 1,3% se fosse o PIB, nós achamos extremamente importante que pelo menos esse percentual passe, que ele seja discutido aqui à exaustão, como é necessário, mas que nós garantamos uma política de valorização do salário mínimo.

Lembro que também isso afeta 50 milhões de pessoas no País hoje. Então, 50 milhões de pessoas hoje seriam afetadas para o bem com esse projeto, garantindo, se fosse possível... No nosso projeto, nós garantíamos, se o PIB fosse negativo ou abaixo, 1% de ganho real. Mas, infelizmente, o possível nem sempre é o que a gente quer.

Então, parabéns, Senador Eduardo! Temos apoio aí para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que esse é um grande avanço já na discussão.

Está concedida a vista coletiva.

O Senador Oriovisto, que pediu primeiro a vista, disse que vai trazê-lo o mais rápido possível, para a gente continuar o debate.

Eu vou passar para o item...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Eu o trago na próxima reunião. Eu me comprometo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar para o item 4, de autoria do Senador Major Olimpio.

O Senador Esperidião Amin... (*Pausa.*)

Bom, ele pediu para avisar que... Vamos aguardá-lo aqui...

Senador Marcos Rogério está aí? (*Pausa.*)

Também não.

Senador...

São esses projetos. Há mais dois projetos aqui, somente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Faz na próxima semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Só uma dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Plínio Valério é Relator do projeto, mas é porque eu tinha tirado. Você vai ler o relatório?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou passar ao Senador Plínio, porque é um projeto da Senadora Leila Barros, e o Senador Plínio é favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

ITEM 7

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 257, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, apenas uma dúvida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – O item 14 foi retirado de pauta, o da Senadora Kátia?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Mas o Senador Wellington está presente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sim, o.k. Está certo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu não tenho...

Senador Plínio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2019, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei n° 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas.

O relatório – eu vou tentar ler em síntese – chega à Comissão, que tem legitimidade para isso.

Já li o teor do projeto, vamos à análise, Sr. Presidente. Sr. Senador Tasso, que está prestando a atenção e tem grande interesse nesse projeto, eu vou ler a análise.

Cabe à CAE analisar esse tipo de projeto.

Em relação à constitucionalidade, também está o.k.

O PLP atende aos atributos necessários.

Concordo também com a espécie legislativa escolhida, que foi lei complementar.

Obviamente, caberia a opção de tramitar dois projetos autonomamente, um alterando a LRF, na forma de PLP, e outro alterando a Lei nº 12.340, de 2010, na forma de PL. Contudo, como tratam de temas conexos, ambos visando tornar mais rápida e eficaz a resposta do Poder Público às calamidades, concordo com a opção da autora em propor todas as mudanças em um único projeto.

Técnica legislativa perfeita.

E o que está sendo feito é somente garantir maior celeridade para alocação dos recursos, ou seja, em caso de calamidade, já há uma parcela do Orçamento que poderá rapidamente ser disponibilizada para atender as vítimas.

A situação do voto: o voto é favorável.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 257, de 2019, com apresentação das seguintes emendas.

Emenda nº , CAE
Acrescente-se a expressão "NR" ao final da redação proposta para o art. 8º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, nos termos do art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2019.
Emenda nº , CAE
Dê-se a seguinte redação para o art. 4º do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2019.
"Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação."....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira emenda:

(*Interrupção do som.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) –

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2019, a seguinte redação, com a supressão da referência ao art. 15-B da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010:
"Art. 3º. A Lei n° 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a viger com as seguintes alterações:
"Art. 8º.....
.....
III - apoio no atendimento direto, em ações de saúde e assistência social, aos afetados nas áreas atingidas por desastres, enquanto persistirem os efeitos econômicos destes. " (NR)

É o parecer.

Eu voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o Projeto de Lei nº 257, de 2019, da Senadora Leila Barros, com parecer do Senador Plínio Valério.

Em discussão, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Gostaria de enaltecer aqui o carinho e a dedicação que o Senador Plínio teve em relação a esse projeto, profundamente preocupado com as repercussões desses episódios que têm aparecido recentemente.

Parabéns, Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto de lei da Senadora Leila.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, queria fazer pedido de urgência.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 2, DE 2020

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 257, de 2019 - Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei n° 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas".

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o pedido de urgência do Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou ler agora o relatório do Senador Major Olimpio, que o Senador Esperidião Amin pediu para ler *ad hoc*. Vou pedir ao Senador Plínio Valério. É o Projeto de Lei nº 142.

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 142, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de taxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de taxi.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Jean.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu vou ter que sair para a Comissão de Educação e queria solicitar, já pedi à Mesa, só para deixar de público...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o requerimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – É o requerimento. Justamente para orientar à Secretaria que encaminhasse o ofício da nossa autoria ao Presidente do Cade sugerindo a avaliação da fusão Boeing/Embraer pelo Pleno daquele órgão. É apenas isso. Encaminhar o próprio requerimento que nós estamos fazendo pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer que eu aprove, Senador Jean? Traga para mim aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Rogério lerá o seu já, já. Você é o segundo, depois. Primeiro o Senador Plínio, *ad hoc*. É o projeto do Coronel Olímpio. Coronel tem mais prioridade que qualquer civil aqui. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Plínio Valério.

Há aqui uma solicitação do Senador Jean Paul para que esta Comissão encaminhe ao Presidente do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), Alexandre Barreto: "Nós recebemos com cautela notícias veiculadas na imprensa nacional da aprovação expedida pelo Superintendente-Geral do Conselho de Administração de Assuntos Econômicos do ato de concentração requerido pela Boeing Company e Embraer". Ele pede aqui neste ofício que nós estamos encaminhando...

Eu coloco em votação o ofício do Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

Senador Plínio, *ad hoc*, por favor.

Senadora Leila, a senhora chegou atrasada aqui. Já foi votado e aprovado seu projeto aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Tasso pediu, mas não precisava.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Primeiro, quero dar meu bom dia aos pares aqui presentes e agradecer a compreensão desta Comissão com relação à urgência da aprovação desse projeto e o brilhante relatório do Senador Plínio Valério. Agradeço, Senador, por não ter mexido e por ter compreendido a importância. Eu acho que, dentro do possível, nós escutamos as partes envolvidas e interessadas, mas eu acho que o mais importante é esta Casa dar uma resposta urgente às situações de calamidade pública que se instalam ano a ano aqui no Brasil, nesses períodos de chuva.

Então, esta Casa está de parabéns porque no dia de hoje, com esse requerimento de urgência, dará uma resposta à sociedade brasileira, principalmente aos Estados que hoje estão sofrendo com as chuvas: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, aqui representado pelo Senador Major Olimpio.

Agradeço a todos vocês. Obrigada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pedido de regime de urgência já foi pedido também.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E o requerimento de urgência.

Agradeço a todos vocês de coração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 142, de 2019, do Senador Major Olímpio, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de táxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de táxi.

O relatório do Senador Esperidião Amin é totalmente favorável. Ele justifica, elogia e diz que a proposição, que foi enviada unicamente à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise.

Encontra amparo nos artigos... É prerrogativa desta Casa, então vou ao voto, Sr. Presidente, do nosso nobre e grande Senador Esperidião Amin.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 142, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CAE

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei Complementar nº 142, de 2019:

"Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores recebidos e repassados aos taxistas pelas sociedades cooperativas de motoristas de táxi como remuneração pela prestação dos serviços de transporte público individual de passageiros e excepciona esses serviços da vedação à concessão de benefícios tributários de que trata o art. 8º-A da mesma Lei Complementar."

EMENDA Nº 2 - CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 142, de 2019:

"Esta Lei altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores recebidos e repassados aos taxistas pelas sociedades cooperativas de motoristas de táxi como remuneração pela prestação dos serviços de transporte público individual de passageiros [...]

EMENDA Nº 3 - CAE

Exclua-se do art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 142, de 2019, a nova redação dada ao art. 7º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e a respectiva menção feita no *caput* do artigo.

Sala da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto do Senador Esperidião Amin é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o projeto de Lei nº 142, de 2019, de autoria do Major Olimpio. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Projeto importantíssimo, porque há uma duplicidade na cobrança do ISS. Nisso, realmente, o taxista em si, o cara que está ali na rua, debaixo de sol e de chuva, tem que pagar mais do que ganha no final do dia.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns, Senador Major Olimpio, pelo projeto!

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de agradecer a toda esta Comissão, a V. Exa., que já me arrancou o texto de agradecimento, mas é isso mesmo. O taxista já é um ferrado por natureza. Há uma duplicidade de cobrança em relação ao Imposto sobre Serviços, ainda mais também as cooperativas. E só está facultando uma possibilidade de o Município dar um tratamento igualitário e acabar com eventual guerra fiscal.

Agradeço demais a V. Exa. e a esta Comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Marcos Rogério, do grandioso e vizinho do Estado do Amazonas, o Estado de Rondônia, onde um grande Prefeito de Manaus chamado Jorge Teixeira foi o seu primeiro Governador e lá conseguiu fazer história.

Senador Marcos Rogério, com a palavra...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – ... só pela oportunidade, se me permite o Senador Marcos Rogério, eu encareceria a V. Exa. se poderia ser votada também é urgência desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 3, DE 2020

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 142, de 2019 - Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de taxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de taxi".

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o Projeto, pela urgência, 142, de 2019, de autoria do Senador Major Olimpio. Em discussão a urgência. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Será encaminhado ao Plenário desta Casa para ser votado no Plenário.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem dois... Há um do Flávio Bolsonaro e há um do Irajá. Qual que o senhor prefere ler primeiro?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Senador... O que foi chamado à votação é do Senador Flávio Bolsonaro, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Senador Irajá tem um... O nove é do senhor, V. Exa. é favorável, 5.187.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Irajá. Posso ler esse e, na sequência, o outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 5187, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., inclusive, a referência que faz ao nosso saudoso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliado, amigo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Jorge Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Jorge Teixeira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Uma história extremamente bonita, exitosa, e Rondônia, a Amazônia como um todo, Manaus devem muito a esse grande pioneiro, a esse grande brasileiro.

Sr. Presidente, vou direto à análise.

De acordo com os incisos I, III e VI do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CAE emitir parecer sobre os aspectos econômicos e financeiros das matérias que forem submetidas à sua apreciação, bem como sobre problemas econômicos do País, política de crédito, sistema bancário e finanças públicas.

Tendo em vista que, após análise desta Comissão, o projeto em tela deverá seguir para a CDR – à qual caberá decisão terminativa e, consequentemente, exame dos aspectos de constitucionalidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição –, concentraremos nossa avaliação no mérito da matéria.

O PL em análise propõe que 40% dos recursos previstos para cada exercício dos Fundos Constitucionais de Financiamento sejam repassados a outras instituições financeiras federais.

Também determina o repasse aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, no seu conjunto, sob seu risco exclusivo, de 10% dos recursos previstos para cada exercício dos Fundos Constitucionais ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor.

Propõe, ainda, que os recursos disponíveis, após o repasse a outras instituições financeiras federais que não sejam desembolsados (emprestados) pelos bancos administradores, deverão ser repassados a outras instituições financeiras.

Ademais, o PL acrescenta §7º ao art. 9º da Lei nº 7.827, de 1989, para determinar que as instituições financeiras não indicarão serviços de consultoria para elaboração de projetos a serem financiados com recursos dos Fundos Constitucionais, o que torna todo o processo mais transparente e menos sujeito a interferências externas.

Ainda, o projeto em tela acrescenta os §§9º e 10º ao art. 9º da Lei nº 7.827, de 1989, para determinar, respectivamente, que o custo financeiro dos repasses dos bancos administradores a outras instituições financeiras não poderá exceder a 0,5% ao ano, e que a remuneração dos recursos aplicados pelos bancos administradores, bancos cooperativos, confederações de cooperativas de crédito ou pelas instituições financeiras públicas ou privadas terão margem bruta (*spread*) máxima de 3%. Assim, as alterações propostas visam a limitar a remuneração dos agentes financeiros envolvidos no repasse de recursos, de maneira a tornar o crédito mais barato e acessível. Grande acerto de V. Exa., Senador Irajá.

Sendo assim, tendo em vista que todas essas medidas visam à maior liberação de recursos, acreditamos que a proposição cumprirá seu objetivo precípuo de aumentar a oferta de crédito a partir dos Fundos Constitucionais. Em virtude dos novos comandos legais, ao ampliar a rede de atendimento aos potenciais tomadores do crédito subsidiado dos Fundos Constitucionais, conseguiremos evitar que os recursos fiquem empossados no caixa dos bancos administradores e poderemos, assim, auxiliar o desenvolvimento das diversas regiões brasileiras.

Voto.

Em face de todo exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.187, de 2019, com saudações elogiosas e reconhecimento pela iniciativa, ao Senador Irajá Abreu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto do Senador Irajá, com relatório...

Eu só queria colocar uma coisa aqui, Senador. Nós, que somos de uma região... O Senador Wellington também, o Senador Irajá. Vejam bem, nós temos o FNO, o FCO, o FNE. O Basa chega lá no meu Estado e diz: "Neste ano tem um bilhão para investir aqui." Chega no final do ano e não consegue colocar R$50 milhões no Estado, por falta de regularização fundiária, por falta de projeto.

A proposta, nós temos que discutir uma proposta. E o Senador Irajá, que tem discutido isso, sabe que cada Estado tem uma agência de fomento; ou tem uma agência de fomento ou tem um banco. Esses recursos, parte desses recursos, como ele está colocando, nós teríamos que jogar para dentro da agência de fomento e o responsável por analisar o projeto e responsável também como fiador seria o próprio Estado, o Estado de Rondônia, do Amazonas, de Tocantins. Por quê? Porque eles têm mais capilaridade para aprovar esse projeto do que o próprio Banco da Amazônia ou o Banco do Nordeste, que hoje têm essa dificuldade.

Então, todo ano... Eu não estou dizendo que é má vontade do Basa, não, nem do Banco do Nordeste. Eu não estou falando isso. Mas todo ano dizem que têm não sei quantos milhões aí, mas você vai ver, no final, quem é beneficiado lá na ponta. O pequeno e o médio não têm como chegar. Então, se nós passássemos... Por exemplo, coloca-se que 10% desses recursos seriam destinados aos bancos ou às agências de fomento dos Estados, para atender pequenos e micros. Então, se você coloca, no Estado de Rondônia, cem milhões, por exemplo, você vai pegar milhares de pessoas para fazer microcréditos, pequenos créditos, para você poder... O Estado, às vezes, não tem esse volume de recursos dentro da sua agência de fomento ou do seu banco. Então, nós temos de trabalhar esse assunto também, para podermos nos adequar à realidade.

V. Exa. é Relator de uma matéria que fala sobre regularização fundiária. Nós tínhamos um projeto que chegou a regularizar isso, que era o Terra Legal. Mal ou bem, nós conseguimos regularizar muitas áreas. Acabou esse projeto. Esse projeto não existe mais. Então, os grandes conflitos que nós temos, muitas vezes, ocorrem por falta de regularização fundiária. O limite do meu terreno conflita com o limite do terreno do vizinho, e aí começa a discussão, a briga. Aí vão a vias de fato, e acaba acontecendo isso.

Então, acho que podemos fazer esse trabalho. V. Exa. é uma pessoa alinhada a essa área. No Estado de Rondônia e no Estado de Mato Grosso, nós sabemos muito bem dessa necessidade, para terem acesso a esse crédito o pequeno e o médio. O grande, geralmente, tem acesso com mais facilidade, porque ele tem estrutura e pode contratar um escritório para fazer um bom projeto. O pequeno não tem esse recurso.

E ele está acabando também com uma taxa que o cara tem de pagar. Sem nunca ter visto o dinheiro, ele já paga taxa, já paga não sei o quê. Está me entendendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há avaliação de garantia. Só depois de aprovado o projeto, quando ele tem a segurança de que vai sair o recurso, é que ele deve pagar as taxas que ele tem de pagar.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. me permite, Sr. Presidente, aproveitando a reflexão que V. Exa. traz a partir do projeto de iniciativa do Senador Irajá, absolutamente acertado, eu chamo a atenção para o momento que nós viveremos aqui no Parlamento Federal, quando discutiremos a reforma tributária. No modelo que está posto e apresentado, é bom que nossas regiões estejam absolutamente atentas a essas reformulações. Há situações de estímulo ao desenvolvimento regional que foi criado, e, nessa nova modelagem, tenta-se substituir um modelo de incentivo para que investidores e empreendedores estejam lá a partir da oferta de vantagens que eles têm pela criação, por exemplo, de um fundo que vai atuar no campo da logística, da infraestrutura. Isso é importante, é fundamental, mas isso não garante a presença do investidor, da empresa, que vai gerar emprego, renda, desenvolvimento regional. Daqui a pouco, o Brasil passa a ser o Brasil do Planalto Central, da Região Sudeste brasileira, do Norte e do Nordeste. Numa reforma dessa dimensão, que é fundamental para o Brasil e que nós defendemos, não podemos perder de vista os aspectos regionais. E a questão tributária, desenhada como foi, tem falhas, mas procurou prestigiar aspectos regionais importantíssimos, especialmente na Amazônia Legal. Estou de olho nisso, porque é importante para o Brasil que a gente tenha essas garantias preservadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na semana passada, houve uma discussão aqui, e os Senadores debateram bastante. Nós estamos ainda querendo saber qual é o projeto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual delas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de reforma do Governo. Há a reforma do Appy, que defende um setor; há a reforma de não sei quem.

Veja bem, Senador Marcos Rogério – aqui todos nós sabemos disto: não há nenhum projeto de distribuição de renda melhor em qualquer lugar do mundo que não seja o de geração de emprego. Nada substitui o emprego. Nenhum fundo vai substituir emprego. E, quando você fala em reduzir IPI para prejudicar um segmento da sociedade, você fala em gerar emprego em outros lugares, para trazer para cá só o bem final. O bem final gera emprego no comércio, mas o comércio só vende se houver pessoas empregadas em outros setores, para fazer as compras. Se não houver, nós vamos ser penalizados.

Agora mesmo, ontem, eu assisti a... Olhem só, o preço das *commodities* caiu no mundo. Caiu. Isso é um baque nos números finais da balança comercial. É um baque muito forte. Então, nós temos que ter outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades, não só as *commodities* como temos hoje, exportando, mas para exportar outras coisas, para suprirmos a necessidade quando cai o preço do ferro, quando cai o preço da soja...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não ficar refém disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade? E a gente não tem isso, infelizmente, hoje.

Por isso, é um projeto... Parabéns, Irajá, pelo projeto, e parabéns pelo relatório!

Eu vou... Senador Wellington...

Há mais um projeto seu, mas você tem que ir para a CI, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos deixar para terça-feira que vem. Pode ser?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Terça agora? Para terça?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Terça, eu não estarei aqui.

Eu posso ler, se V. Exa. me...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o PL 214, do Senador Flávio Bolsonaro, por favor.

ITEM 6

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 61-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para regular a remuneração do investidor-anjo e excetuar as hipóteses de responsabilidade solidária.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Passo à leitura, direto ao voto, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspectos econômicos de quaisquer proposições a ela submetidas.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de Direito Comercial e a respeito de Direito Econômico, a teor dos arts. 22, I, e 24, I, ambos da Constituição Federal.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei complementar revela-se correta, a teor do art. 146, III, "d", da Constituição Federal.

O art. 61-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, é de clareza solar ao estabelecer que a relação jurídica entre o investidor-anjo e a *startup* é de conta de participação. Trata-se de contrato há muito conhecido no Direito brasileiro, estando atualmente regido pelos arts. 991 a 996 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Trata-se de contrato que não cria personalidade jurídica, assim como todos os atos devem ser praticados em nome e por conta do sócio ostensivo – no caso, a *startup* – preservando o sócio oculto – no caso, o investidor-anjo.

Assim, seria logicamente impossível existir desconsideração de personalidade jurídica para situação em que não há constituição de personalidade jurídica. Da mesma forma, seria impossível imputar a quem não faz parte de grupo econômico – por absoluta ausência de norma a estabelecer essa participação – responsabilidade decorrente dessa inexistente participação.

Além disso, quanto a dívidas e efeitos de atos praticados pela *startup*, seria logicamente impossível imputá-los ao investidor-anjo, simplesmente porque ele não é parte nos contratos, nem quotista da pessoa jurídica (no caso, a *startup*), que pratica os atos que podem ensejar dívidas ou responsabilidades, nem lei a estabelecer qualquer tipo de responsabilidade, que não as decorrentes diretamente do contrato de conta de participação em face da *startup* e não de terceiros.

Contudo, a justificação esclarece – acertadamente – que "ainda existem manifestações a respeito de incertezas quanto ao nível de proteção conferido a esses investidores, que poderiam ser afetados por interpretações que terminem por enquadrá-los como acionistas ou que considerem o investidor como parte de um mesmo grupo econômico".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, nos tempos atuais, é necessário explicitar algo que, em tese, já constaria da norma, no caso, as hipóteses e os limites da responsabilidade e da proteção do investidor-anjo. Por essas razões, a conclusão é pela juridicidade de todas as alterações propostas, dada a incerteza jurídica hoje existente.

Vejamos, então, o mérito da proposição.

A segurança jurídica é crucial para o desenvolvimento econômico de qualquer país. Riscos precisam ser minimante mensuráveis. Caso contrário, não haverá investimentos.

É necessário que o agente econômico possa saber quais as consequências de celebrar um contrato, quais as consequências da aplicação de determinada lei.

O investidor-anjo não é parte nos contratos celebrados pela *startup*, nem quotista dessa pessoa jurídica (no caso, a *startup*), que pratica os atos que podem ensejar dívidas ou responsabilidades. A Lei não deve estabelecer qualquer tipo de responsabilidade, que não as decorrentes diretamente do contrato de sociedade em conta de participação em face da *startup* e não de terceiros. É preciso que essas questões estejam claras, tal como dispõe a proposição em análise.

Portanto, a alteração do inciso II do §4º do art. 61-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, é benéfica para o desenvolvimento econômico do País.

No que se refere às alterações dos prazos previstos no §1º e no inciso III do §4º do art. 61-A, não vislumbramos qualquer óbice, sendo provável que a ampliação dos limites temporais seja capaz de atrair mais investidores para as *startups*.

Voto.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 214, de 2019, com saudações e reconhecimento da iniciativa do Senador Flávio Bolsonaro.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 212, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto da Comissão de Assuntos Econômicos, Projeto de Lei Complementar nº 212, de 2019, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas. Por se tratar da única Comissão que examinará o projeto antes da deliberação do Plenário, devemos analisar também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 212, de 2019 – Complementar.

Neste tocante, entendemos que a proposição em análise se encontra de acordo com os dispositivos constitucionais, ao tratar de tema de competência legislativa da União, estar incluído entre as atribuições do Congresso Nacional e não veicular matéria de iniciativa privativa da Presidência da República, de que trata o §1º do art. 61 da Constituição Federal.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, entendemos que não são necessários ajustes, pois o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar n° 95, de 1998.

Quanto ao mérito, concordamos com o nobre proponente no sentido de que os recursos destinados à seguridade social (saúde, previdência e assistência social) merecem maior grau de proteção, mormente em momentos de crise econômica como a que temos enfrentados nos últimos anos. Como bem pontuou o autor da proposta, essas áreas de atuação estatal são cruciais principalmente para a população mais carente, que depende do Sistema Único de Saúde e, nos momentos de dificuldade, são amparados pela assistência social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outubro de 2019, a título de exemplo, está contingenciado R$1,43 bilhão em despesas alocadas no Orçamento da Seguridade Social, o que representa cerca de 4,7% do total contingenciado (R$30,09 bilhões). Embora não seja um percentual relevante do montante total, tais recursos poderiam fazer diferença na vida da população mais necessitada, caso aplicados em benefícios ou serviços relacionados às finalidades da seguridade social.

Por essa razão, parece-nos legítimo que, diante de um cenário de frustração de receitas ou de aumento de despesas obrigatórias que possa comprometer o alcance da meta de resultado primário ou nominal fixadas para o exercício, as despesas públicas relacionadas à seguridade social não sejam passíveis de contingenciamento. Isto é, que o ajuste necessário para garantir o cumprimento das metas fiscais recaia sobre outras despesas públicas discricionárias.

Por fim, com relação ao impacto financeiro e orçamentário, o projeto não gera ônus para a União, não implicando qualquer violação ao Novo Regime Fiscal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, bem como não contraria disposições da LRF ou da Lei nº 13.707, de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2019).

Portanto, o voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do PLP nº 212, de 2019.

É isso, Sr. Presidente.

Também temos, na sequência, depois o item...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O outro é terminativo.

Em discussão o Projeto 212, do Senador Paim, com relatório do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Desse outro podemos fazer só a leitura, Sr. Presidente? Do item 14?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 373, DE 2017

- Terminativo -

Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Item 14.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 373, de 2017, da Senadora Kátia Abreu, que institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados à aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

No caso em tela, por se tratar de decisão terminativa, cumpre-nos, também, avaliar o PLS nº 373, de 2017, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

A seguir, analisamos esses requisitos, considerando, em larga escala, o relatório já apresentado pelo ilustre Senador Ronaldo Caiado, com o qual concordamos em sua totalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à constitucionalidade, entendemos que não há nada a reparar no PLS, uma vez que estão atendidos os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União (art. 23, VIII, da Constituição Federal, CF); às atribuições do Congresso Nacional (arts. 48 a 52, CF); e à iniciativa (art. 61, *caput*, CF).

Ademais, o PLS nº 373, de 2017, não fere a ordem jurídica vigente, inova o ordenamento pátrio, tem poder coercitivo e está em conformidade com todas as demais regras regimentais. Portanto, não apresenta quaisquer vícios de juridicidade ou problemas de regimentalidade.

Cabe, também, esclarecer que a proposição atende a todos os atributos exigidos pela boa técnica legislativa, em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

O PLS está desenhado para que atenda plenamente aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como às exigências da Lei Orçamentária Anual e do Novo Regime Fiscal de que trata o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal.

Relativamente aos impactos fiscais, para fins de registro, destaca-se que a Nota Cetad/Coest nº 111, de 16 de julho de 2019, da Receita Federal, estimou o valor máximo de perda de arrecadação, renúncia potencial, em R$13,62 bilhões, R$14,46 bilhões e R$15,32 bilhões para 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

Ademais, a Receita Federal do Brasil estimou, com base em outras deduções existentes no ordenamento jurídico tendo como parâmetro os mesmos limites do PLS, a renúncia estimada para esses parâmetros em R$405,49 milhões, R$430,07 milhões e R$456,17 milhões para 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

Por fim, no mérito, acompanhamos a opinião técnica da CRA, que entendeu que o projeto está adequado e alinhado com a criação de instrumentos para a retomada do crescimento sustentável da economia brasileira, já que pretende instituir diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar para captar e canalizar recursos destinados à aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar e capacitação profissional.

Em síntese, o PLS concede benefícios a projetos de reforma, ampliação e estruturação das agroindústrias artesanais nos diversos Municípios do País, à semelhança dos benefícios oferecidos pela Lei Rouanet a projetos culturais financiados por recursos privados.

O voto, então.

Dessarte, votamos pela aprovação do PLS nº 373, de 2017, na forma do art. 133, inciso I, do Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Senador Wellington, eu queria me aprofundar um pouquinho nessa discussão, porque, primeiro, eu vejo o negócio meio temerário e não vejo nenhum empresário que queira investir na agricultura familiar: "Não. Vou te dar um dinheiro...". Eu não acredito nessa bondade toda desse pessoal aí. Essa bondade não chegou em lugar nenhum até hoje. Mas se o Governo, pelo número que avisa, que abre mão de 400 milhões no primeiro momento e depois de 14 bilhões... Quer dizer, sai de 400 para R$14, R$15 bilhões. Se tivesse esses R$15 bilhões para fazer investimentos em agricultura familiar, nós teríamos hoje uma agricultura familiar muito melhor do que nós temos hoje. Hão de convir que, em vez de eu abrir mão, por que eu não faço isso diretamente, com esses recursos do Imposto de Renda?

Mas, respeito... Eu acho que, como é terminativo, ainda volta para cá, para a gente discutir, com todo respeito à Senadora Kátia e a V. Exa., eu queria também algumas explicações relativas a como será dada essa doação? Vamos a um exemplo aqui. Eu sou um grande produtor de soja, aí eu vou pegar um vizinho meu, ou um cara que está a alguns quilômetros que também quer produzir soja: "Eu vou dar um dinheiro de graça para você produzir soja e você não vai gastar nada. Eu estou dando, só que eu vou descontar no meu Imposto de Renda."

Eu não sei como fecha essa conta. Não sei... Para comprar equipamento, não sei o quê, e tal. Eu não sei como vai fechar, porque se houvesse... Um exemplo, Senador Wellington, aqui na nossa região: produção de peixe em tanques. Você pode financiar um pequeno agricultor da agricultura familiar a fazer três, quatro, cinco, dez hectares, que é coisa pequena. Você que é proprietário de 300 a 400 hectares e que tem uma cadeia produtiva, produz o alevino, produz a ração e comercializa, você pode doar tudo para ele, que trabalha, vende para você, e você, numa cadeia maior, pode exportar esse produto. Esse entendimento até funciona, mas essa coisa de doar, empresário doar dinheiro para os outros?

O que acontece na Lei Rouanet, que é utilizada aí como exemplo, é que há uma grande diferença. Quando uma grande empresa patrocina um filme, um festival ou coisa parecida, faz-se publicidade dessa empresa dentro desse projeto. Nesse projeto, não tem publicidade nenhuma. Então, a empresa tem dois benefícios, primeiro, do Imposto de Renda que é abatido quando ela doa esse dinheiro, e, segundo, porque há uma grande publicidade em torno dela.

No Festival Folclórico de Parintins há grandes empresas, Coca-Cola, Ambev, todo mundo lá dentro... Ou outros: Carnaval, festivais no Nordeste, Centro-Oeste, que V. Exa. conhece.

Então, é um debate... Eu vou perguntar para a Senadora Kátia como é o projeto. Eu voto favorável, não sou contra, mas queria entender como isso vai funcionar na prática. Só isso.

O seu relatório é perfeito. Houve o pedido de informações à Receita, e a Receita deu as informações. Correto? Mas há uma discrepância muito grande de números. Fala-se em R$400 milhões, mas, daqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco, o valor pula para R$15 bilhões! Eu não sei como, em três anos, sairia de R$400 milhões para R$15 bilhões! Essas são as informações que a Receita repassou para a CAE.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto da Senadora Kátia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não! Desculpem-me! Esse projeto é terminativo. Está lido. Nós ainda vamos ter de trazê-lo aqui.

Hoje, nós votamos todos os projetos terminativos que estavam em pauta, só não esse, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! A gente estava esperando o Senador Wellington. Ele veio aqui.

Quero agradecer a presença de todos.

Convoco...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É claro, Senador, que seria importante que ela também estivesse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para a gente conversar. Não se trata de debater, não, mas de pedir informações. Eu queria obter esta informação: como vai ser essa fórmula?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Até porque ela foi Ministra da Agricultura. Então, acho que ela pode ter...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim! Aliás, ela é dessa atividade. Ela conhece isso melhor do que qualquer um. Não digo que ela conhece isso melhor do que qualquer um de nós, mas do que eu, sim, com certeza absoluta! Mas não deixa de ser um debate, para a gente saber como vai funcionar isso.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e convoco, para a próxima terça-feira, a reunião da CAE no mesmo horário regimental.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Reguffe, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Prisco Bezerra, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Jayme Campos e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Omar Aziz, Carlos Viana, Irajá, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: a) Carta do cidadão João Toledo, de Águas de Lindoia, Estado de São Paulo, de 23 de dezembro de 2019, sugerindo projeto de lei para tratar da comercialização do etanol, combustível brasileiro, de forma que seja possível menor tributação federal e estadual, e dando aos Municípios uma parcela da venda de cada litro do produto. A medida visa a reforçar investimentos na área de saúde e principalmente na área de educação; b) Carta do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Estado de São Paulo, de 17 de dezembro de 2019, solicitando ação junto ao Presidente da República, para que faça uso da golden share e vete a venda da Embraer; e c) Carta da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) e da União Brasileira de Biodiesel e Bioquerosene, de 6 de novembro de 2019, propondo que o Senado encampe o debate sobre a ampliação do teor de mistura do biodiesel ao diesel fóssil, do B16 ao B20, a partir de 2024 até 2028. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 28, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas novas emendas. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei Complementar n° 19, de 2019** que: "Dispõe sobre nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Contrário às Emendas nºs 4 e 5-PLEN. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à Emenda nº 5-PLEN e contrária à Emenda nº 4-PLEN. Vota contrário à Emenda nº 5 o senador Veneziano Vital do Rêgo. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 14). Usam da palavra os senadores Tasso Jereissati, Telmário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mota, Rogério Carvalho, Reguffe, Kátia Abreu, Jean Paul Prates e Veneziano Vital do Rêgo. **Observação:** Aprovado requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 5-PLEN. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 84, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado, e contrário à Emenda nº 1-CAS. Usam da palavra a senadora Kátia Abreu e os senadores Esperidião Amin, Rogério Carvalho, Lasier Martins e Prisco Bezerra. **Resultado:** O vice-presidente no exercício da presidência, senador Plínio Valério, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Contrário ao projeto. Usam da palavra os senadores Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Esperidião Amin e Kátia Abreu. **Resultado:** O vice-presidente no exercício da presidência, senador Plínio Valério, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 220, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, para prever a possibilidade de opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual dos profissionais que exerçam atividades de desenvolvimento de sistema e afins" **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5013, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5022, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para estabelecer prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5542, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a apresentação da carteira de vacinação no ato de matrícula nas redes pública e privada de ensino da União, Estados, Municípios e Distrito Federal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto. Usam da palavra os senadores Kátia Abreu, Rogério Carvalho e Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 373, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3137, de 2019 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, em função da aprovação do REQ 6/2020-CAE. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2011, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir que recursos de planos de previdência complementar aberta sejam oferecidos em garantia de operações de crédito; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de quantia depositada em fundo de previdência privada." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ (de redação) e 2-CCJ. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2519, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CRE e com uma emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2618, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a política de valorização de longo prazo do salário mínimo, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, em função da aprovação do REQ 6/2020-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 7, de 2020** que: "Urgência para o PLP 19/2019." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 7/2020–CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 6, de 2020** que: "Tramitação conjunta do PLS 416/2018, do PL 605/2019, do PL 2618/2019 e do PL 3137/2019, por tratarem da mesma matéria." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 6/2020 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação de ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para o conhecimento do Plenário:

Correspondências:

Carta do cidadão João Toledo, de Águas de Lindoia, Estado de São Paulo, de 23 de dezembro de 2019, sugerindo projeto de lei para tratar da comercialização do etanol, combustível brasileiro, de forma que seja possível menor tributação federal e estadual, e dando aos Municípios uma parcela da venda de cada litro do produto. A medida visa a reforçar investimentos na área de saúde e principalmente na área de educação.

Carta do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Estado de São Paulo, de 17 de dezembro de 2019, solicitando ação junto ao Presidente da República, para que faça uso da *golden share* e vete a venda da Embraer.

Carta da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) e da União Brasileira de Biodiesel e Bioquerosene, de 6 de novembro de 2019, propondo que o Senado encampe o debate sobre a ampliação do teor de mistura do biodiesel ao diesel fóssil, do B16 ao B20, a partir de 2024 até 2028.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão.

Temos 13 presentes, a assinatura de 13, faltando um para o quórum, que a gente gostaria de ter.

Podemos passar ao item 1 da pauta.

Antes, se os senhores me permitirem, eu queria e faço, com prazer, registrar aqui, na abertura desta reunião da CAE, uma notícia que circula na imprensa, Telmário. Isso é bom para nós, do Amazonas, porque reforça o que eu venho dizendo: o Amazonas puxou o crescimento do Brasil em 2019.

De acordo com o Índice de Atividade do Banco Central, a média de atividade econômica do Amazonas foi de 4,61% no ano passado, ou seja, a maior do Brasil, seguida por São Paulo. Por que que eu digo isso – e faço questão – na abertura da CAE? Essa arrecadação se deve, em sua grande maioria, à Zona Franca de Manaus. Quer dizer: o Amazonas acaba de ser o Estado que mais arrecadou, graças à Zona Franca de Manaus. E a gente tem, Tasso, que estar brigando para a Zona Franca continuar viva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero fazer esse registro aqui: o Amazonas puxou o maior crescimento do Brasil, em 2019, graças à Zona Franca de Manaus. E a gente tem que, todo dia, estar esgrimando com o Ministro Paulo Guedes.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas novas emendas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com parecer favorável ao projeto.

2. Em 11/02/2020, a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a aprovação da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

3. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

Não foram apresentadas emendas.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não houve emenda.

Não havendo discussão... Não havendo mais quem... Alguém quer algum...? (*Pausa.*)

Então, não há votação, porque não há mais... Já vamos para o item 2.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, então, ao

ITEM 2

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 19, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Contrário às Emendas nºs 4 e 5-PLEN.

Observações:

1. Em 12/11/2019, a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAE e contrário às emendas nºs 1 e 2.

2. Em 25/11/2019, foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 4-Plen, de autoria do Senador Eduardo Braga, e 5-Plen, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

3. Em 11/02/2020, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos concedeu vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

Esclareço que a apreciação se refere somente às emendas de Plenário, já tendo sido apreciado o projeto nesta Comissão.

Foi recebido o requerimento de destaque para a Emenda nº 5, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Em votação o requerimento de destaque apresentado pelo Senador Tasso.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o relatório, ressalvado o destaque.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Nós vamos então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação a Emenda nº 5, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Para encaminhar.) – Senador Plínio, Presidente desta Comissão; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; Sr. Relator, Telmário...

Existe uma discussão antiga, uma celeuma antiga sobre a questão do mandato do Presidente do Banco Central. A nossa tradição, que ficou estabelecida durante todos esses anos, principalmente depois do Presidente Armínio Fraga, que determinou a meta de inflação, é a de que o mandato único do Banco Central seria a preservação e a estabilidade da moeda e do sistema financeiro, isso como mandato único a ser desempenhado pelo Banco Central.

Várias correntes defendem que haja, além desse mandato, outros objetivos obrigatórios do Banco Central, como estabelecer metas de emprego, metas de crescimento econômico, e existem outros pronunciamentos de diferentes objetivos.

Eu concordo – e é o que se vê praticamente no mundo inteiro, à exceção dos Estados Unidos – com o mandato único.

Nos Estados Unidos, existiam o mandato de preservação da moeda e, ao mesmo tempo, do crescimento econômico, dentro de uma cultura muito diferente da nossa, de uma tradição e de uma história econômica bastante diferente da nossa, em que a inflação nunca foi o grande problema ou o principal problema.

Por essa razão, ouvindo várias especialistas da área, Senador Romário...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Telmário.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Telmário. É parecido com Romário, só que você não joga bola. Mas também não faz gol contra não, não é?

Que haja um meio intermediário, que continue mandato único para o Banco Central. Mandato do Banco Central é a estabilidade da moeda.

No entanto, subsidiariamente, é preciso acompanhar, na medida do possível, subsidiariamente, as flutuações da atividade econômica. Ou seja: o seu mandato, sua obrigação básica é a manutenção da moeda. No entanto, subsidiariamente, não ficar alheio às enormes flutuações que um país como o nosso tem – e tem tido, recentemente – em relação à atividade econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, isso já acontece de fato. De fato, isso já acontece. Nós estamos apenas oficializando e colocando no projeto, para que isso fique bem claro, que o Banco Central não ignore essas eventuais flutuações.

Portanto, nós mantemos o mandato único e, subsidiariamente, essa observação de que o Banco Central tem que acompanhar.

O Senador Eduardo Braga, com as suas preocupações claras, republicanas, em relação ao crescimento econômico, estabelece outro mandato. No entanto – crescimento econômico, objetivo de emprego –, acho que o Banco Central não tem inclusive elementos, equipamentos e facilidades capazes de fazer com que trabalhe também com a questão do crescimento econômico e de geração de emprego, que é uma atividade, um objetivo básico do Ministério da Fazenda, do Ministério da Economia e do Executivo federal.

Essa é a minha posição, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Pergunto ao Senador Telmário se ele quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Telmário, Relator do projeto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, sem nenhuma dúvida, eu tenho a maior admiração pelo Senador Tasso, pelo Senador Eduardo, e as proposições de ambos são proposições que têm que ser extremamente consideradas, do ponto teórico e filosófico. A do Senador Tasso muito menos, porque ele, inclusive, acabou de explicar que ele concorda com o mandato único, e também, na prática, o Banco Central também já vem fazendo isso.

Então, é uma emenda em que nós podemos rever a nossa posição. Posteriormente, eu estudei com mais profundidade isso. Mas eu queria, Sr. Presidente, fazer aqui uma exposição, até para as pessoas entenderem, Senador Tasso, mais ainda, a função do Banco Central.

A função do Banco Central é cuidar da estabilidade da moeda no Brasil e nos demais países do mundo. O mandato duplo para bancos centrais é normalmente definido como sendo aquele que abrange tanto a estabilidade de preço como algumas medidas de estabilidade da economia real, como faz o FED norte-americano.

O mandato duplo abre mais espaço para o Banco Central ser afetado pelo ciclo político-partidário, potencialmente sendo mais pressionado a estimular as atividades econômicas no curto prazo, visando a ganhos políticos e eleitorais de curto prazo e jogando os custos de uma inflação mais alta para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa avenida é reduzida em um mandato único. No caso do Brasil, como as instituições monetárias ainda não estão consolidadas totalmente, esse risco ainda é muito relevante.

O mandato único facilita a transparência, a vigilância, a responsabilização do Banco Central por parte da sociedade e do Congresso. Isso aumenta a sua credibilidade, tornando a política monetária mais efetiva.

A inclusão do objetivo do emprego gera dois problemas: primeiro, não pode ser desemprego zero, mas, sim, uma medida consistente com a não aceleração da inflação; e, segundo, a taxa de desemprego consistente com a não aceleração da inflação não é observável; é variante no tempo, e sua estimação é bastante incerta. Então, o Banco Central estaria perseguindo um objetivo que não é bem definido. Isso reduz a transparência e abre mais espaço para a tentativa de uso político do Banco Central.

Digo isto aqui mais para o Senador Reguffe, que naquele dia questionou. Eu fiz questão de fazer esse estudo. Aí eu trouxe essa informação, a título de trazer mais esse tipo de esclarecimento.

Por fim, Sr. Presidente, ainda nessa mesma linha, eu entendo que o projeto de V. Exa. é um projeto singelo, mas que define os nove membros que vão governar, que vão ter a gestão do Banco Central, e que dá autonomia ao Banco Central. E, mais do que isso, todos esses membros passarão por esta Casa.

Às vezes, a gente imagina... Por exemplo: quando Rui Barbosa estudou um Senado como o norte-americano, o que que ele ali imaginou? Imaginou que nós teríamos a mesma cultura norte-americana. Ele implantou aqui o Senado norte-americano, mas não trouxe a cultura para cá. O Senado norte-americano, por diversas vezes, rejeita nomes indicados do Executivo. Esta Casa não tem muito esse hábito. Então, há essa diferença.

Então, revendo os procedimentos, eu acato a emenda do Senador Tasso, para a gente fechar este relatório, porque, do contrário, Sr. Presidente... Já há outros projetos tramitando na Câmara, como o do próprio Governo, e, sem nenhuma dúvida, este é o que está, digamos assim, mais adequado para o momento. E o Banco Central se sente confortável em trabalhar com esta nova proposição.

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Primeiro, eu quero parabenizar o Relator, por ter acatado a emenda do Senador Tasso Jereissati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sabatina do Presidente do Banco Central, nós tratamos desse assunto da dupla militância do banco. Nós não podemos ter um Banco Central, que agora vai ter seus membros com mandatos eleitos, efetivos, sem que eles tenham uma responsabilidade formal com o nível de emprego e o controle da inflação. Isso dá uma certa proteção e obriga o banco a se preocupar de forma mais ampla com os aspectos da economia.

Apesar de ter uma posição contrária à autonomia, da forma como se propõe, neste caso, em função da emenda acolhida pelo Relator, nós votaremos com o Relator.

Mas eu queria registrar, Sr. Presidente, que nós estamos vivendo um tempo em que, quando se trata de participação da sociedade, de qualquer órgão de Governo, de qualquer instância consultiva ou deliberativa, o Governo trata de mandar medidas para esta Casa, ou através de medidas provisórias, ou projetos de lei, ou decretos – inclusive contrariando a capacidade de um decreto modificar uma lei, ou seja, desrespeitando inclusive a questão legal –, retirando a representação da sociedade de tudo que é conselho, de tudo que é órgão, do meio ambiente... Queria acabar com o conselho de saúde, os conselhos tradicionais e retirar a representação da sociedade.

É uma conquista da sociedade poder acompanhar a execução de orçamento. Isso torna mais responsável a sociedade e o Governo naquilo que são suas responsabilidades.

Agora, por outro lado, o Governo, quando se trata dos interesses de mercado, quer e dá toda autonomia e toda liberdade para que os interesses de mercado possam caminhar livremente, sem grandes amarras. Apesar dessa constatação de que o Governo age dessa maneira, quando a sociedade participa, ele elimina a sociedade e define quem vai comandar e liderar, inclusive em questões que são de repercussão na vida das pessoas. E é uma busca do mundo inteiro ter a sociedade participando das decisões cotidianas de Governo, ainda mais num momento em que a democracia direta está em pleno desenvolvimento, o que requer a presença da sociedade governando e participando junto. Por outro lado, quando se trata de interesses de mercado, ele libera completamente, para que ele se "autocontrole" e se "autoconduza".

Mas, apesar dessa minha posição contrária, hoje eu vou votar com o Relator, porque acatou a emenda do Senador Tasso Jereissati, que coloca essa responsabilidade para além do controle somente da inflação, passando a ter uma responsabilidade com o nível de emprego e com a empregabilidade do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu, na semana passada, falei aqui: eu considero esse ponto de suma importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O FED norte-americano funciona assim: como banco central, além de ter que perseguir meta de inflação, além de ter que atingir meta de inflação, ele também tem que perseguir meta de emprego e crescimento econômico. É importante que um banco central tenha uma visão global da economia, não fique restrito apenas ao aspecto da estabilidade monetária, mas veja também o curso da economia, principalmente num país como o Brasil, que vive taxas de desemprego absolutamente alarmantes. Então, é importante que o Banco Central também tenha essa visão e também tenha que perseguir meta de crescimento econômico e de emprego. Assim funciona no FED norte-americano, que é considerado o maior exemplo de funcionamento de banco central no mundo.

Então, eu considero que a autonomia do Banco Central, com mandatos fixos, tendo cláusulas claras, pelas quais se possa alterar isso, caso não esteja funcionando...

Eu considero que os mandatos fixos e a autonomia do banco vão vir para melhorar a economia brasileira, desde, claro, que o banco cumpra, assim como cumpre o FED norte-americano, a missão de, além de perseguir meta de inflação, perseguir meta de crescimento econômico e emprego.

Então, eu considero esse ponto muito importante, mas considero importante que a Casa esteja, neste momento, debatendo este tema, que é um tema importante para a sociedade brasileira, que visa a aperfeiçoar o nosso modelo institucional e que visa a dar ao Banco Central autonomia e liberdade para que ele possa cumprir, sem interferências político-partidárias de momento, a sua missão perante a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Reguffe.

O Relator Telmário pede a palavra.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – É importante o debate, o enriquecimento do assunto.

Ainda respondendo ao Senador Reguffe, olhe só: o FED assume firme compromisso de cumprir seus mandatos. Sua forma de atuar nesse sentido, no entanto, é a seguinte: o FED define uma meta para a inflação, permanente, de 2% ao ano, mas não faz o mesmo para a taxa de desemprego. A razão para isso é que a própria estabilidade da moeda é a forma de maximizar o emprego.

E aqui cai no que nós dissemos: garantindo... O que que é o Banco Central hoje? Garantindo a estabilidade da moeda, que representa uma taxa de inflação baixa, estável e previsível, o Banco Central está dando a maior contribuição possível para o crescimento econômico, o aumento de investimento, a geração de emprego. Isso por quê? Com a estabilidade da moeda, os empresários podem planejar melhor seus investimentos e o seu retorno esperado, e os trabalhadores podem manter o seu poder aquisitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é realmente a grande vantagem do Banco Central e atende, naturalmente, à proposição do Senador Reguffe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Telmário, Relator.

O Senador Reguffe quer a palavra ainda?

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou votar com o Relator, inclusive agora, com a emenda do Senador Tasso, que traz o que eu defendi na semana passada.

Quero apenas dizer que o FED norte-americano, apesar de não colocar uma meta específica para o desemprego, tem que perseguir o crescimento econômico e tem que levar em consideração a questão do emprego. Então, eu acho que esse é o modelo que o Brasil deveria seguir. É lá onde o banco central funciona da melhor forma no mundo. Eu acho que esse é o caminho para o Brasil seguir.

O Brasil, infelizmente, até hoje tem apenas uma visão na questão da inflação, que é uma questão importante – porque o pior imposto para os mais pobres é a inflação, que corrói o poder aquisitivo dos mais pobres, que corrói o salário dos mais pobres –, mas não pode ser apenas a inflação; tem que ser também a questão do emprego e do crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Reguffe.

Com a palavra a Senadora Kátia; em seguida, o Senador Jean Paul Prates.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também gostaria de me manifestar sobre a importância dessa emenda, para que o Banco Central tenha a sua autonomia, com mandato fixo e não coincidente com o dos Presidentes – eu acho isso muito saudável –, mas também não quero deixar de registrar que, nos Estados Unidos – todos aqui disseram – são dois mandatos, a inflação e o desemprego, mas também nos Estados Unidos não existe a autonomia do Banco Central. Certo? Lá não existe essa lei, essa regra aprovada de autonomia do Banco Central. Mas, se a grande maioria acha que é importante para o Brasil, porque aqui nós temos condições diferentes, eu não tenho nada a opor. Apenas quero registrar que o desemprego não pode ficar de fora. O desemprego precisa estar na composição do mandato do Banco Central com relação à sua política monetária.

Quero aqui registrar e lembrar a todos os colegas que esta Comissão, a CAE, e os seus Senadores componentes foram os responsáveis, principalmente, pela queda dos juros do cheque especial. Foi aqui que tudo começou, com uma forte manifestação dos colegas, junto aos diretores do Banco Central e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, na imprensa, com relação ao absurdo dos juros do cheque especial. E nós conseguimos, então, que o Banco Central tomasse medidas de redução desses juros.

E eu quero aqui registrar também que o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, atendeu a uma solicitação, individual, mas apoiada por todos os Senadores, de minha autoria, uma sugestão para que, em janeiro, já não se começasse a cobrar taxa de 0,25 para todos os clientes – aqueles que não usam o cheque especial –, porque os bancos poderiam ficar tentados a ampliar o cheque especial para uns 100 milhões de números de contas de pessoa física, para poder ganhar 0,25. E assim o Banco Central fez: fez a obrigatoriedade de os bancos comunicarem, no extrato bancário, sobre a disponibilidade e a taxa, pedindo a todos um tempo, para que todos tomassem conhecimento dessa taxa de 0,25. E também ele me comunicou que, até o momento, nenhum banco se manifestou a cobrar a taxa de 0,25; que, até a agora, todos estão abrindo mão dessa taxa de 0,25 para aqueles que têm o saldo do cheque especial e não se utilizam dele.

Então, eu tenho certeza de que esta Casa está preparada para a defesa do contribuinte, para a defesa da população brasileira, e eu quero apoiar a inclusão do desemprego nessa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Kátia.

Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, também quero corroborar as palavras anteriormente ditas aqui sobre a questão da emenda, mas acho que cabe aqui um esclarecimento sobre essa questão da autonomia, do conceito de autonomia, e também sobre a atipicidade da natureza do Banco Central, que funciona como duas coisas: como banco principal da economia, regulador da economia, instrumento de política monetária, e também como agência reguladora – como agência reguladora.

O que nós estamos tratando aqui é um aspecto da autonomia que o projeto traz, que é o mandato fixo para diretores. Ora, isso já até vai tarde, a meu ver. O Banco Central é uma agência reguladora dos bancos! Precisa atuar como tal.

Agora, mais importante, Senadora Kátia, do que nós termos a garantia da blindagem do mandato fixo para os diretores e não concomitantes, não coincidentes, é que esses diretores tenham possibilidade de atuar como agência reguladora, e não apenas como entidade ligada ao Governo para fazer política monetária.

Nesse segundo aspecto, como agente da economia, como agente público da economia, aí, sim, entra uma questão principiológica que está sendo colocada aqui, nesta emenda importante do Senador Tasso, que é, além de assegurar a estabilidade de preço, além de assegurar a estabilidade de preço na economia, atuar também no sentido de diminuir as flutuações do nível de atividade econômica e zelar pela solidez e eficiência do sistema financeiro nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, pessoal, isso é quase o óbvio, mas não estava lá. Então, a importância de se colocar o que é óbvio ululante em relação às funções do Banco Central, se não estava lá, é inegável.

Portanto, nós apoiamos essa emenda.

Agora, o alerta é: nós não estamos falando de uma autonomia completa. Atenção, você que está em casa nos ouvindo: nós não estamos dando liberdade, isso não é cabível, para o Banco Central ser um governo paralelo. Banco Central não é governo paralelo. Banco Central responde a um programa de governo sufragado nas urnas, por pior que ele seja, por pior que sejam seus comandantes ou por pior que nós creiamos que sejam. Arrependimento eficaz não vale, infelizmente, para eleição, a não ser que se cometam atos ilegais, o que causa um *impeachment*. Mas, por enquanto, tem que aturar.

Mas o Banco Central não tem essa liberdade, Senador Espiridião. O Banco Central está submetido ao Governo, e é isso que nós queremos que continue.

Agora, com princípios acima do sufrágio...

Ninguém em sã consciência vai para uma eleição, Presidente, preconizando a instabilidade de preço, vai? Partido de esquerda, de direita, de centro... Nenhum partido, nenhum candidato, em sã consciência, irá para uma eleição preconizando que o Banco Central libere geral a inflação para comer a economia.

Então, isso aqui não é uma questão de autonomia ou não; é uma questão principiológica de atuação do Banco Central.

A questão da autonomia está nos mandatos, e é uma autonomia relativa: é uma blindagem aos seus gestores e seus reguladores, como reguladores.

Agora, é preciso, como a Senadora Kátia sempre coloca aqui – e eu também me somo a ela e a outros Senadores –, que ele atue como órgão regulador dos bancos. Que ele atue. Que seja visível essa atuação. Que ele coíba as práticas abusivas do mercado de bancos. Isso é um mercado. Há bancos estatais? Há, mas a maioria das novidades contra o consumidor são perpetradas normalmente pelo chamado livre arbítrio, livre mercado, que tem que estar sujeito a uma agência reguladora.

Essa é a importância desse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Em votação a Emenda nº 5, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a Emenda nº 5 permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada pela grande maioria, com o voto contrário do Senador Veneziano.

Aprovado o relatório, que passa...

Com a palavra o Senador Veneziano, que votou de modo contrário.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Apenas para que nós registremos aqui: não por desconhecer o propósito apresentado na emenda do Senador Tasso Jereissati, mas eu tenho dito, de há muito, publicamente, que conceitualmente sou contra essa proposta, por entender que nós estamos dando um perigoso passo para garantir a inalcançabilidade, a inatingibilidade do Banco Central, através de um mandato que se conferirá ao Presidente e aos seus diretores. Até pedi licença a V. Exa., semana passada, quando nós nos encontramos, e disse que me oporia, como tenho-me oposto, a esta visão.

E é muito simples e muito claro, até porque não é garantido um mandato de quatro anos que se reservará essa inalcançabilidade, essa invulnerabilidade ao Presidente, porque o próprio projeto não mostra como ele poderá ser questionado, caso as linhas adotadas fujam aos princípios propostos e eleitos.

E nós estamos tendo, diga-se de passagem, nesses últimos anos, nessas duas últimas décadas, sem necessariamente se estabelecerem mandatos para Presidente e para diretores, uma política extremamente equilibrada. Em que pesem algumas visões, a meu ver distorcidas, quando se fala sobre eficiência, solidez do Sistema Financeiro Nacional, imaginem quando a visão ultraliberal vai ser questionada por aqueles que foram postos com essa mesma visão. Nós vamos passar o tempo, quatro anos, sem ser possível questionar aquilo que hoje nos atinge com uma reserva, no sistema financeiro, para três, quatro instituições, sem absolutamente ser questionado.

Por essa razão, para que eu não seja aqui entendido, visto como contrário à proposta da emenda do Senador Tasso – que quer fazer o aperfeiçoamento, o aprimoramento –, é que não poderei votar favoravelmente, porque estaria sendo incoerente, em razão de ser conceitualmente – conceitualmente! – contrário à proposta dessa autonomia operacional com o mandato.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Veneziano.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário à Emenda nº 4 e favorável à Emenda nº 5.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

Presidente, gostaria de pedir urgência para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um pedido de urgência do Senador Tasso, Senador Telmário.

Em votação o pedido de urgência apresentado pelo Senador Tasso.

Os que são favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Veneziano.

Vamos, então, ao...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ah! Sim, desculpe-me. Desculpe-me.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Desculpe-me.

Só me permitam usar da Presidência para agradecer ao Plenário da CAE, que acaba de votar um projeto da sua autoria, que, agora, é da CAE; agradecer ao Telmário, que se debruçou, e eu fui testemunha disso, inclusive sacrificando finais de semana de Roraima, e ao Senador Tasso, que o enriqueceu. Eu acho que, com isso, ganha a CAE e ganha o Senado. O nosso projeto é bem melhor do que o projeto que está tramitando na Câmara Federal.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2015

- Não terminativo -

Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado, e contrário à Emenda nº 1-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator, o Senador Lasier Martins, para a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores e Senadoras, trata-se de um projeto de lei do então Deputado Federal Paulo Paim, que veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identidade da empresa contratante.

Eu vou, desde logo, para a análise.

Inicialmente, o projeto de lei apenas criava a referida vedação para os jornais. Na aprovação final na Câmara dos Deputados, além da vedação, foi inserida também uma multa para o jornal que a descumprisse. Já no Senado Federal, em análise da Comissão de Assuntos Sociais, foi ampliada a vedação, ao ser incluída a expressão "qualquer veículo de comunicação".

Há que se considerar, no entanto, que existem várias razões para que alguns anunciantes optem por manter confidenciais os nomes das empresas contratantes.

A divulgação de uma vaga que será preenchida em substituição a algum profissional da empresa, por exemplo, pode gerar inconvenientes, uma vez que todos os profissionais dessa empresa tomarão conhecimento da vaga.

Em cidades menores, o conhecimento de vaga em determinada empresa pode provocar inferências indesejadas, até mesmo políticas, na contratação de pessoas. Pode causar também contatos desnecessários de candidatos interessados na vaga, seja pessoalmente, por telefone ou *e-mail,* enfim, outros meios de contato não previstos, desorganizando o setor de recursos humanos das empresas.

Além disso, deve-se ter em conta que muitas vagas de emprego são ofertadas por meio de empresas especializadas em contratação, que têm como regra não informar a empresa contratante. Tal obrigação pode desestimular o uso de anúncios em jornais.

Até por ter sido apresentado em 1998, o projeto não disciplina os anúncios de classificados *on-line* em *sites* de empresas não-jornalísticas, conhecidas como *headhunters*, que são um fenômeno mais recente. A nova obrigação levará os anúncios, atualmente publicados em jornais, para esses *sites*, que não são veículos de comunicação e que, portanto, não estariam sujeitos a tal obrigação. Tal fato provocaria, sem dúvida, uma desigualdade concorrencial.

Do ponto de vista econômico, é evidente que esse tipo de regulamentação provocará perda de receita para os veículos de comunicação, sobretudo os regionais, que já passam por enormes dificuldades financeiras. Vale lembrar que o setor da comunicação, como um todo, passa por uma transformação acelerada do papel para o meio digital, impulsionada pelo avanço da internet e das mídias sociais, o que acentua essa crise vivida por alguns veículos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar disso, consideramos relevante a preocupação do autor, no sentido de proteger o trabalhador, muitas vezes desempregado, da ação de pessoas inescrupulosas. Até mesmo por conta do aumento exponencial do uso da internet para essa finalidade, não é forçoso imaginar que podem se multiplicar as maneiras de golpistas lesarem pessoas honestas à busca de emprego.

Nesse sentido, propomos emenda substitutiva, para que:

i) os classificados mantenham consigo os registros dos anunciantes pelo prazo de 180 dias a partir da publicação do anúncio, e,

ii) esses dados sejam disponibilizados à autoridade competente para apuração de eventual infração penal perpetrada por meio do referido anúncio.

Dessa forma, ajustamos a futura norma, para, ao mesmo tempo, adequá-la à necessária proteção do trabalhador e garantir a viabilidade econômico-financeira dos jornais e demais veículos de mídia, além de incluir os meios não jornalísticos nessas regras.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2015, na forma do substitutivo apresentado, e pela rejeição da Emenda nº 1 - CAS:

> EMENDA Nº - CAE (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2015
> Dispõe sobre publicação de anúncios de emprego.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º As empresas que publicam anúncio de emprego, em qualquer meio de divulgação, deverão manter registro atualizado com nome completo do anunciante, do número do Cadastro de Pessoa Física ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, endereço físico e telefone, pelo prazo de 180 dias, a partir da publicação do anúncio contratado.
> *Parágrafo único*. Os dados a que se refere o *caput* deverão ser disponibilizados à autoridade competente, para apuração de infração penal cometida por meio do anúncio contratado.
> Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Lasier.

A matéria está em discussão.

Com a palavra a Senadora Kátia. Em seguida, o Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer um breve comentário, com todo respeito ao Senador Paulo Paim, que é um querido amigo, e ao Senador Lasier também, querido amigo da mesma forma, e dizer da discordância desse projeto, desde a sua origem.

Em primeiro lugar, o Senador Paim, se não me engano, está no terceiro mandato no Senado. Ele fez esse projeto quando era Deputado Federal. É uma coisa muito antiga. Acho que hoje, em tempos de internet e de anonimato, é quase impossível a criação de uma burocracia dessa, desnecessária para os veículos e para quem vai anunciar.

Eu não entendi, até agora, qual é o objetivo disso. Talvez seja o hábito de fazer leis para exceção e para minorias.

Nós só vamos criar é problemas para os empresários e para os veículos, de terem de guardar e armazenar e mais gente contratada para fazer esse tipo de trabalho.

Eu não vejo qual é o ganho da população ao se aprovar um projeto dessa magnitude, que vai trazer dificuldade e não facilidade. E repito: se há distorções...

Hoje, gente, até a prostituição é legal, a própria pessoa se expor e fazer disso um meio de vida. Então, eu não entendo por que o anúncio identificado.

Agora, a polícia e os meios legais é que deverão ir atrás das irregularidades e das dificuldades e interromper isso. Nós não podemos prejudicar a grande maioria de gente honesta que tem a sua prerrogativa privada de anunciar, colocando nome ou não, por conta de uma minoria que faz as coisas equivocada e criminosamente.

Então, por isso, com todo respeito aos dois colegas, eu não vejo sentido, nos dias de hoje...

Nós estamos aqui pelejando para combater ainda a *fake news*, e não demos conta e não fomos capazes disso ainda.

Então, sinceramente, não vejo sentido na aprovação desse projeto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Kátia.

Com a palavra o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu desejo fazer um comentário que, no final, vai ao encontro, ou seja, se soma ao da Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam bem: estamos em 1998, porque o projeto é de 1998, com 22 anos passados. Casualmente, em 1998, o Brasil também estava em crise. Essa crise, inclusive, deflagrou, em 1999, uma explosão do dólar. Quem se lembra disso? O Presidente do Banco Central saiu fugido em janeiro de 1999. Então, era uma crise de emprego, tinha havido já a famosa crise do México e do Leste Europeu.

Então, o cuidado talvez em relação a possíveis propostas de emprego irregulares moveu o Senador Paim a apresentar esse projeto. Finalmente, o Senador Lasier trabalhou bem. Ele atualizou o meio de divulgação. Ele foi genérico: não é só jornal, é qualquer meio de divulgação. Seguiu a diretriz do autor. Hoje, porém, há essa profusão de meios de divulgação, Senador Tasso Jereissati. Quantos são os meios de comunicação hoje? Antigamente, era o poste; o sujeito colocava a informação no poste. Depois, veio o anúncio de jornal. Existe até piada sobre isso: o sujeito aproveitou o anúncio que comunicava a morte e botou o Chevette à venda.

Hoje, eu acho que o controle...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – ... de quem é o proponente do emprego – nisso, eu concordo com a Senadora Kátia Abreu – é uma preocupação residual mínima, porque, afinal, se resultar numa...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Senador Esperidião, permita-me responder a sua questão.

O projeto, realmente, é simples e pode estar um pouco fora de época, mas tem um mérito: ele protege o trabalhador contra anúncio fraudulento de um emprego que não existe. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que a empresa de comunicação conserva por 180 dias os dados, para qualquer eventualidade de diálogo que deu errado ou que precisa ser questionado. São dois itens fundamentais do projeto.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só vou concluir.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Senador Esperidião Amin, quero só fazer um comentário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quem é que vai gastar dinheiro com anúncio em jornal para um emprego que não existe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, imagine a exposição...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Conclua, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Por favor, eu só quero contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pode concluir, fique à vontade.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Se um hospital de uma cidade vai anunciar emprego, imagine a pressão política e de amizade dentro de uma cidade, atrás, por exemplo, da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Está aqui o nosso Presidente, um dos maiores gestores de saúde pública do País e da América Latina. Imaginem, se o Dr. Júlio anunciasse 500 vagas na Santa Casa de Misericórdia, o que isso poderia representar para a Santa Casa, a pressão que poderia receber e a quantidade, a infinidade de pessoas inadequadas que poderiam se inscrever!

Então, eu peço voto pela maioria, e não pela minoria que é desonesta, que pode estar praticando crime.

Obrigada mais uma vez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu vou fazer o seguinte, vou... Já lhe dou a palavra.

Peço só ao Senador Lasier que veja todas as indagações, para depois a gente poder... Eu lhe passo a palavra no final, está bem, Senador?

Com a palavra o Senador Esperidião Amin; em seguida, Senador Rogério.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou pedir vista, se couber.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vai pedir vista. Então, pedido de vista – claro que se entende coletiva.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Senador Lasier, porque um projeto datado de 1998 precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser atualizado, e o foi da forma mais adequada. Depois, nós sabemos que, nos dias atuais, a maior parte dos anúncios de emprego são em plataformas eletrônicas, e, portanto, já ficam registrados lá. Essa é uma exigência que, do ponto de vista do empresário, do ponto de vista do custo, não aumenta em nada e protege o indivíduo que, na boa-fé, vai atrás do emprego, e às vezes cobram para que ele vá atrás de uma vaga. Quantas vezes a gente vê pessoas cobrando uma taxa para garantir acesso a uma lista de emprego?

Eu não vejo por que não proteger os mais fragilizados, que são os trabalhadores sem trabalho, uma vez que isso não gera custo extra, é sem custo adicional nenhum para o empregador, porque o meio em que hoje se divulgam vagas é geralmente o meio eletrônico, em que já fica registrado sem nenhum custo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu pergunto ao Senador Lasier se quer usar da palavra, para a gente passar ao item 4, já que houve pedido de vista.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Como houve pedido de vista, nós vamos continuar discutindo lá adiante, não é, Presidente?

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – É bem rápido...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador Prisco pede a palavra.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – Só para acrescentar rapidamente que a exposição do empregador e da vaga pode gerar – isso em relação ao relatório original – um clima de desconforto e instabilidade no ambiente empresarial. Eu acho que é outro aspecto a ser levantado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

Vamos, então, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2015

- Não terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento para encaminhamento do projeto à Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros.

3. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Esperidião Amin, para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar eu quero fazer dois registros de natureza subjetiva, ou pessoal. Primeiro, tenho o maior apreço pela Senadora Vanessa Grazziotin, minha coestaduana, nascida em Santa Catarina, na cidade de Videira, pessoa pela qual tenho uma admiração muito grande.

Segundo, este projeto veio para a CAE exatamente para analisar os aspectos econômico-financeiros. Portanto, minha análise não é sobre o mérito do serviço militar para mulher. Eu sou a favor da universalização das oportunidades para as mulheres, nos permitindo, inclusive, aos homens, ingressar em algumas das atividades que eram preferencialmente delas. Por exemplo, o Senador Alessandro Vieira teve de sair do Rio Grande para poder aprender a trabalhar na cozinha. Conseguiu isso no Estado que o adotou. A única atividade onde o homem está aumentando a sua participação é na cozinha, é verdade, os grandes *gourmets*.

Então, o meu parecer é estritamente vinculado à questão econômico-financeira, por isso vou direto ao ponto.

O Projeto de Lei do Senado, nº 213, de 2015, atende ao requisito de juridicidade, é dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como inova o ordenamento jurídico. Também atende ao requisito de técnica legislativa por estar de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a alteração, elaboração, redação e consolidação das leis, em cumprimento ao art. 59 da Constituição Federal.

Para cumprir o desiderato, ou seja, avaliar o impacto financeiro, nós consultamos as Forças Armadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Forças Armadas comunicaram através do Ofício nº 33143/GM, do Ministério da Defesa, que, se considerando um efetivo feminino da ordem de 10% do efetivo de recrutas convocados no ano de 2019, no âmbito do Comando da Marinha, o impacto seria de R$23 milhões; no âmbito do Exército, o impacto seria de R$536,760 milhões; no âmbito do Comando da Aeronáutica, o impacto seria de R$21 milhões.

Ressalte-se que nessas estimativas estão sendo consideradas instalações distintas para recrutas, sendo possível a alteração dos valores após o projeto executivo. O valor estimado, portanto, seria de R$581 milhões de impacto.

Dessarte, cabe agora a análise econômica da proposta apresentada.

De início, conforme demonstraremos, o art.1º da proposta não cumpre o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segue a transcrição dos artigos, chamando a atenção para o inciso I: "estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes". Portanto, é uma prescrição da Lei de Responsabilidade Fiscal que atinge esse projeto.

Também o §2º do art. 17:

> § 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa (...).

Isso posto, fica clara a violação dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, comprometendo-se com despesas que não possuem respaldo no Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e, portanto, infringindo as metas fiscais.

Não preciso falar da situação pela qual passamos. Acabamos de aprovar o orçamento... Aliás, ainda estamos por concluir a sua aprovação, porque não conseguimos apreciar os vetos. Por quê? Porque nós estamos engessados pelo não crescimento da receita e pela legislação, que coíbe reajustes e aumentos acima da inflação.

O Tribunal de Contas da União, em acórdão de 14 de agosto de 2019, decidiu:

> Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, em: 9.1. responder ao consulente que medidas legislativas que forem aprovadas sem a devida adequação orçamentária e financeira, e em inobservância ao que determina a legislação vigente, especialmente o art. 167 da Constituição Federal, o art. 113 do ADCT, os arts. 15, 16 e 17 da LRF, e os dispositivos pertinentes da LDO em vigor, somente podem ser aplicadas se forem satisfeitos os requisitos previstos na citada legislação;(...).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o crescimento real na despesa pública de segurança previsto no presente projeto de lei também afetará o Novo Regime Fiscal, criado pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Enfatize-se que implicará crescimento da dívida pública, emissão de moeda ou aumento da carga tributária. Nenhuma dessas formas é solução.

Assim, no que cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos, a alteração prevista não obedece aos princípios da legalidade e constitucionalidade da matéria como pré-requisitos à sua aprovação.

Considerando-se o aspecto econômico e financeiro da matéria que foi submetida a esta Comissão de Assuntos Econômicos, lamento votar pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015, da minha coestaduana Vanessa Grazziotin.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Amin.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A matéria está em discussão.

Já há a inscrição do Senador Rogério, Senador Alessandro. Depois passo a V. Exa.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu acredito que, do ponto de vista do mérito, não há discordância quanto à possibilidade de as mulheres poderem servir às Forças Armadas e serem recrutadas, como os homens são, quando completam 18 anos.

Nós poderíamos, se o Senador entender que é possível, colocar um dispositivo, um artigo, dizendo que fica adstrito à disponibilidade orçamentária, mas o mérito a gente aprova: a mulher poder prestar serviço militar. Se isso for acolhido, aprovaríamos hoje. Se não, eu vou ter que pedir vista, Sr. Presidente.

O que o senhor acha? Eu estou aqui perguntando para o Relator se ele...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Amin, para responder.

O Senador Alessandro quer fazer uma observação.

Senador Alessandro com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para complementar, na linha provavelmente do pedido de vista, porque o custo indicado pelo Ministério da Defesa aponta para algo em torno de R$100 mil por recruta, o que me parece uma avaliação bastante elevada. Quando ele coloca 581,210 milhões... São 60 mil recrutas no total, ao ano; 10%, 6 mil, em torno de R$100 mil. Está um tanto quanto elevado.

Eu me somo à sugestão do Senador Rogério, mas acho oportuno um pedido de vista para a revisão desses dados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Concedido, mas antes pergunto ao Relator se quer usar a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Não; eu quero apenas reiterar – o Senador Rogério talvez não tenha ouvido o que eu falei: eu sou absolutamente favorável ao mérito da questão. E não é ao mérito que determinou este voto; pelo contrário, eu sou favorável...

Eu sou contra a bula papal editada pelo Papa João Paulo II que proíbe a ordenação de mulheres, editada em 1994, em que fica definitivamente esclarecido que mulher não pode ser... É uma bula, uma carta papal. Não é nem um dogma, mas ele fixou: é proibido ordenar mulher. Eu sou contra isso e acho que outras religiões cristãs nos mostram o caminho.

No meu Estado, Senador, o maior vulto da nossa história era uma mulher guerreira. A primeira homenagem feita em Roma a uma mulher numa estátua foi a Anita Garibaldi, no monte Gianicolo, a cavalo, um filho no braço e, no outro, um fuzil. Portanto, se há um assunto que tem apelo para mim é esse. E foi apresentado o projeto por uma catarinense, que está hoje em outras plagas.

Eu peço ao Senador Veneziano que elabore a emenda. Eu a incorporo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – E aprova.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Não; eu a incorporo e faço minha. Quem aprova são os senhores e as senhoras.

Redijam a emenda, e eu a incorporo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Mas, Senador Rogério, o Senador Alessandro pediu vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Não, o Senador Alessandro...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ele mantém o pedido de vista. O Senador Alessandro mantém o pedido de vista.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Então, vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vista coletiva, claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – A vista está pedida... Dá licença?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – A vista está pedida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Vista coletiva!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Se os senhores me apresentarem uma emenda com esse foco, ou seja, vamos aceitar o mérito, até para produzir um debate, e dizer que nós queremos, se não universalizar, pelo menos ampliar o escopo da cidadania.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Protocolo hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pedido de vista coletivo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu já antecipo que serei favorável, como enunciei. Eu não estou mudando de ideia; apenas tive que me adstringir à questão financeira e econômica. E eu tenho que considerar como de boa-fé.

Isso posto, com uma emenda elaborada com o prazo aí de uma semana...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Uma semana; é regimental.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Uma semana. E eu já antecipo que serei francamente favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vamos, então, ao item 5.

Há pedido do Relator para reexame.

O item 5 foi retirado a pedido do Relator, Senador Rogério.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 220, DE 2018 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, para prever a possibilidade de opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual dos profissionais que exerçam atividades de desenvolvimento de sistema e afins

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Contrário ao projeto.)

Item 6.

A relatoria é da Senadora Leila. Como ela não se encontra, nós vamos retirá-lo de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 5013, DE 2019

- Não terminativo -

Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Hildo Rocha (MDB/)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Vamos ao sete, item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 5022, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para estabelecer prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Danilo Cabral (PSB/)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Veneziano Vital, para a leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez, renovo meus cumprimentos, perguntando a V. Exa. se poderia, como de comum acontece, não havendo as excepcionalidades, fazer já a leitura a partir da análise, para dar uma celeridade.

Pois bem, análise.

Obrigado, Sr. Presidente e demais companheiros e companheiras que concordam com este nosso requerimento.

Consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem competência para opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas.

Nos termos do *caput* do art. 48 da Lei Maior, o Congresso Nacional, com ulterior sanção presidencial, pode dispor sobre todas as matérias de competência da União, o que inclui o objetivo da presente lei, de autoria do estimado companheiro Deputado Federal Danilo Cabral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei nº 5.022, de 2019, atende ao requisito de juridicidade por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como por inovar o ordenamento jurídico. Também atende ao requisito de técnica legislativa por estar de acordo com as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a alteração, elaboração, redação e consolidação das leis, em cumprimento ao art. 59 da Constituição Federal.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo já analisou o mérito da matéria no que diz respeito à sua competência e a aprovou.

De fato, não há que se falar em impacto econômico, visto que se trata de estabelecimento de prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais a conclusão de obras já iniciadas.

No que diz respeito a esta Comissão de Assuntos Econômicos, devido à já preexistência de recursos disponibilizados, trata-se de distribuição eficiente dos recursos para que se possa implementar ação tão relevante para a sociedade.

Voto, Sr. Presidente.

Considerando-se a constitucionalidade, a juridicidade, a competência desta Comissão de Assuntos Econômicos, bem como o mérito da matéria, votamos pela aprovação Projeto de Lei nº 5.022, de 2019, nos termos em que foi apresentado, Sr. Presidente, Plínio Valério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Veneziano.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, favorável ao projeto.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Vamos, então, ao item 8, para que nós possamos chegar a cumprir essa pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 5542, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a apresentação da carteira de vacinação no ato de matrícula nas redes pública e privada de ensino da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Rogério Carvalho, para a leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem competência para opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas.

Nos termos do *caput* do art. 48 da Lei Maior, o Congresso Nacional, com ulterior sanção presidencial, pode dispor sobre todas as matérias de competência da União, o que inclui o objetivo da presente lei, qual seja, para dispor sobre a apresentação da carteira de vacinação no ato de matrícula nas redes pública e privada de ensino da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

O Projeto de Lei nº 5.542, de 2019, atende ao requisito de juridicidade por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como por inovar o ordenamento jurídico. Também atende ao requisito de técnica legislativa por estar de acordo com as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre alteração, elaboração, redação e consolidação das leis, em cumprimento ao art. 59 da Constituição Federal.

A Comissão de Educação analisará o mérito da matéria no que diz respeito à sua competência. Todavia, justamente porque o conceito de desenvolvimento reconceituou a tese fundamental de que a qualidade da condição de vida é condição para eficiência econômica, o tema da educação se apresenta como condição para a transformação equilibrada tanto econômica quanto social do Brasil. E esse assunto não é alheio à nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

De qualquer modo, não há que se falar em impacto econômico no sentido mais restrito da interpretação regimental, nem financeiro-orçamentário, visto que se trata de comando legal a ser cumprido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos pais ou responsáveis de alunos das escolas públicas ou privadas, não envolvendo a necessidade de novas ações da União.

Por sua vez, os impactos de investimentos em educação, bem como o fomento ao acesso educacional – cerne do projeto em apreço – influenciam as condições de vida daqueles que se educam – efeitos privados da educação –, mas também geram uma série de externalidades sobre o bem-estar social no ambiente econômico que os rodeia.

Ora, em apressada comparação, o nível educacional da população adulta de um país é o resultado de décadas de investimento em educação, da mesma forma que o estoque de capital físico da economia é o resultado de décadas de investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura. Logo, sob o ângulo econômico, o PL em apreço não obstaculiza o investimento em capital educacional ao criar condicionalidades – apresentação da carteira de vacinação para o acesso escolar-formal. A motivação e a racionalidade para os investimentos em capital educacional são os impactos que os incrementos neste capital têm sobre os diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico do País.

Portanto, no que diz respeito a esta Comissão de Assuntos Econômicos, estão cumpridos os preceitos que garantem a aprovação de matéria tão relevante para a sociedade.

Cabe, assim, destacar: (a) em qualquer caso o PL assegura a matrícula do aluno independentemente da carteira de vacinação estar em dia; (b) que a próxima comissão de mérito examine se há ou não caráter ameaçador ao se levar a questão ao Conselho Tutelar, pois entendemos que a melhor maneira de acolher a criança e ampliar a comunidade escolar é o caráter pedagógico da importância da vacinação para saúde e bem-estar.

Voto.

Considerando-se a constitucionalidade, a juridicidade, a competência dessa Comissão de Assuntos Econômicos, bem como o mérito da matéria, voto pela aprovação Projeto de Lei nº 5.542, de 2019, nos termos em que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

A matéria está em discussão.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de parabenizar o autor dessa proposta e o nosso Relator e dizer da importância para a saúde pública dessa exigência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as pessoas quando vão ingressar ou ter algum acesso a um bem público, a um serviço público, embora seja constitucional o direito a estudar, o direito à educação... Eu tenho a convicção de que esta é uma burocracia, é uma exigência que faz bem à população, que faz bem aos indicadores do País e faz bem aos cofres do País: a vacinação.

Eu pedi a palavra não só para elogiar, mas também para lembrar que estive com o Ministro da Saúde para questioná-lo a respeito da vacina contra o HPV, que as meninas precisam tomar até os 12 anos.

Antigamente era obrigatório dar a vacina nas escolas, então o nível de alcance da vacina era de quase 100%. E, por uma questão ideológica, por uma questão de preconceito e por não querer desentendimentos locais, passaram a vacinação para os postos de saúde. Então, as mães, os pais ou os responsáveis não levam as meninas ao posto de saúde. E houve uma queda vertiginosa na aplicação da vacina contra o HPV no Brasil. O próprio Ministro demostrou muita preocupação com relação a essa mudança.

O HPV pode evitar... Não. É o contrário: até 15% das meninas que não tomaram a vacina contra o HPV poderão ter câncer de colo de útero... Deverão não; terão câncer de colo de útero. Então, é uma medida preventiva que a ciência descobriu. E não é um aval para que a meninas façam sexo. Absolutamente! Nós sabemos que as meninas provavelmente – é o roteiro natural – vão ter os seus relacionamentos íntimos lá no futuro, mas o tempo de tomar a vacina é com 12 anos de idade.

Então, eu quero fazer o registro de que essas vacinas na relatoria poderiam estar colocadas e no nominadas. No futuro, se houver novas vacinas, nós poderemos fazer um acréscimo na lei, mas eu gostaria muito que a vacina contra o HPV, além da de paralisia infantil, todas as outras vacinas, varíola e tudo o mais, fosse também obrigatória no ato da matrícula para meninas com 12 anos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Rogério, o senhor vai falar, mas que queria só perguntar ao senhor... Desculpe-me, eu não li o relatório inteiro. Mas é apresentar a carteira de vacinação no ato da matrícula. Mas é obrigatório ou condicional? É porque na Amazônia é diferente; é outro Brasil. Nós temos localidades lá que têm problemas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – A questão de se estar em dia ou não com relação à vacina é uma discussão que a Comissão de mérito vai definir, que é a Comissão de Educação, certo? Mas que seja obrigatória a apresentação de uma carteira de vacinação. Para isso, obviamente, regiões como a Amazônia precisam se mobilizar para que as pessoas sejam vacinadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a Senadora Kátia Abreu levanta aqui... Inclusive, quero convidá-la para a gente elaborar um projeto de lei que torne obrigatório que a vacina contra o HPV seja oferecida nas escolas. Certo? Está comprovada a associação direta do HPV com o câncer de colo uterino, que, por incrível que pareça, no Brasil, ainda é um dos cânceres que mais matam as mulheres. O câncer de colo de útero, o câncer de colo uterino é o que mais mata no País, coisa que já foi superada na maior parte dos países que têm sistemas universais de saúde.

Então, eu convido a Senadora para que a gente apresente um projeto de lei, tornando isso obrigatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Estou vendo aqui que não veda a matrícula, o que é menos mau. Isso serve para ver quem não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra a Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Permita-me, Sr. Presidente, dizer que sei das dificuldades do Estado do Amazonas, mas que, diante de uma obrigatoriedade dessas, não é possível que as Secretarias Municipais de Saúde daqueles Municípios não vão montar, dentro das escolas, um posto de vacinação, para que as crianças estejam com a vacinação em dia. É uma maneira prática, objetiva e muito humana de fazer com que as crianças do Brasil estejam protegidas. Toda criança quer ir para a escola, todos os pais querem as crianças na escola. Então, por que não tornar isso obrigatório? As Secretarias Municipais vão querer aparecer no Jornal Nacional ou no Fantástico com crianças fora da escola? Isso dá prejuízo político para os prefeitos, para os administradores municipais.

Então, eu acho que tem de se obrigar sim, porque esse é um serviço público obrigatório. Eles vão poder, dentro da escola, no dia da matrícula, vacinar quem não se vacinou.

Muito obrigada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – E, nas grandes campanhas de vacinação...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Nas grandes campanhas de vacinação, Presidente, o Brasil tem, ou pelo menos já teve, a logística mais importante do mundo no que diz respeito à cobertura vacinal. O Brasil foi campeão de cobertura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinal e exemplo para o mundo inteiro. No dia de uma campanha de vacinação contra a poliomielite, com a vacina tríplice e com outras vacinas, movimentava-se este País inteiro, com barco, com tudo, e se chegava a todos os lugares deste País. Portanto, isso não é impeditivo para garantir essa conquista.

Está aqui o autor do projeto, o Senador Wellington Fagundes.

Quero também aqui dizer que o senhor está ao lado de um ex-Governador que cumpriu um papel muito relevante na saúde pública quando iniciou o Programa de Agentes Comunitários no Estado do Ceará, que melhorou demais a cobertura da vacina, observando o peso da criança, a desnutrição. Já que estamos falando desse assunto, eu queria parabenizar o Senador Tasso Jereissati pelas iniciativas no período em que foi Governador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, é claro que o ideal era que isso fosse obrigatório. Nós não colocamos isso como obrigatório, porque, segundo a Consultoria, como está previsto na Constituição o direito de todos ao acesso à escola e também à saúde, poderia ser discutida, então, a questão da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade do projeto. Eu creio que, aqui, ao aprovarmos esse projeto, nós já estamos dando um passo muito grande. Quiçá, se pudermos, se depois o entendimento for no sentido de tornar isso obrigatório, será melhor ainda! Eu só não gostaria que o projeto fosse tornado inconstitucional e caísse por terra.

O objetivo nosso, na verdade, com isso, praticamente é obrigar a que os pais vacinem seus filhos. Inclusive está aqui no projeto no §1º:

> § 1º O descumprimento do disposto no *caput* deve ser comunicado à unidade básica de saúde responsável pela vacinação do aluno para regularização da situação.
> § 2º Caso a situação não seja regularizada no prazo de 30 dias, a escola deverá comunicar o Conselho Tutelar para as devidas providências.

E fala das crianças alérgicas, que aí ficariam fora.

Portanto, Sr. Presidente, tenho certeza de que todos sabemos da necessidade de fazer com que mesmo escolas distantes... E nesse ponto o Brasil deu exemplo, principalmente na Amazônia – está aqui nosso Ministro da Saúde –, levando essas vacinas com todas as condições possíveis e imagináveis, com custos muito altos para o País, porque lá uma comunidade isolada pode ser, depois, também um foco de contaminação, devido a uma visitação, enfim.

A importância de se manter essa atualização da vacinação penso que não é de forma alguma a discussão em pauta, mas vejam bem, quero chamar aqui a atenção de todos os companheiros: está sendo necessário fazer um projeto desse. Por que está sendo necessário fazer um projeto desse? Porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, muitos pais ainda preferem ir pelo caminho do relapso e não levar seus filhos nas campanhas de vacinação. Vejam bem que o Brasil faz essas campanhas de forma bastante forte nas mídias, envolvendo as escolas, e mesmo assim ainda acontece muitos casos daqueles pais... Inclusive, não sei se por desleixo, mas muitos até por entenderem que a vacina é perigosa, enfim, outras tantas situações.

Por isso eu peço aqui a aprovação e, se for o caso, aprovamos já o projeto e, lá na outra Comissão, se quiserem fazer o aperfeiçoamento, estou totalmente aberto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Rogério Carvalho, favorável ao projeto.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

Consulto a Senadora Kátia e o Senador Wellington sobre o item 9. É terminativo. Nós não temos quórum para votação.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, se o Relator concordar, óbvio, o Governo nos procurou para um acordo nessa matéria. Está havendo um equívoco, no entendimento do Governo, com relação a impacto fiscal, Senador Amin, e na verdade esse projeto não tem impacto algum. Ele apenas permite que as agroindústrias artesanais do País, os pequenos agricultores, a agricultura familiar, possam ter acesso àqueles 4% e 6% permitidos de isenção no imposto de renda, a exemplo da Lei Rouanet. Não tem diferença nenhuma. É por um período. E isso é no limite que o Governo der, como é feito também com a Lei Rouanet. Se todos os brasileiros quiserem dar isenção para a Lei Rouanet, não é permitido. Isso daria 15 bilhões, 16 bilhões no ano. O ministério é que dá o limite para o uso de cada política pública. Então, nós só queremos dar aos pequenos produtores essa opção, que já está na lei.

Vamos imaginar que o Senador Tasso Jereissati, um grande empresário, queira destinar para os assentamentos do Ceará 6% do Imposto de Renda das suas empresas – o que é permitido por lei, em vez de dar para a Lei Rouanet, para a Sudene ou para a Sudam – em tratores e máquinas para os pequenos agricultores. O senhor poderá fazê-lo. Em vez de emenda parlamentar, de vir até Brasília, o senhor vai estar contribuindo da mesma forma diretamente com os impostos sem precisar vir até aqui e voltar.

O projeto só trata disso, não tem impacto algum: é apenas mais um item a ser incluído justamente. Porque imaginem quantas empresas do agro poderiam fazer esse trabalho de doação para melhorar a produtividade do setor agropecuário, com tantas terras improdutivas que nós temos por este País, tantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mini e pequenas agroindústrias que são viáveis, pequenas agroindústrias de farinha que custam R$80 mil! Uma despolpadeira de frutas custa R$60 mil. Há pequenas agroindústrias que, com pouquinho dinheiro, vivem cem famílias em torno delas.

Então, eu tenho a convicção de que terá um apelo nacional muito grande, claro que respeitando os limites fiscais, da política fiscal do Governo. O Ministério da Agricultura, como já faz com o leite, o Leite Legal, e eu o fiz como Ministra, também poderia permitir às pessoas se enquadrarem e receberem isenção de PIS e Cofins. Nesse caso, a lei já existe. Eu só vou colocar mais um programa submetido às mesmas condições da Lei Rouanet, obedecendo aos critérios do Ministério da Agricultura.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pergunto ao Relator, Senador Wellington, porque é terminativo, sobre o voto, se quer ler ou deixar para outra reunião.

Com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu acho que, na linha que a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vejo aqui – desculpe, Senador! – que já foi lido o relatório. Seria só votação, mas não temos quórum.

Com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu quero também, na mesma linha do que a Senadora está colocando, claro que nós vamos votar isso na próxima reunião com quórum, dizer que o Ministério da Economia também está querendo ainda dialogar.

E eu quero registrar também que, principalmente pelo tamanho que é o Brasil, para quem produz lá na zona rural, a maior dificuldade começa na produção. Hoje, no Brasil, de um modo geral, o pequeno está muito abandonado. No meu Estado, que é o maior produtor das *commodities* agrícolas, o pequeno produtor, há uns 12 anos aproximadamente, está sem nenhuma assistência. A pesquisa, a extensão, as antigas EMATERs estão praticamente inativas hoje. Então, nós precisamos, sim, criar incentivo para que o pequeno produtor possa sobreviver.

Até também é importante dizer aqui para as pessoas que moram nas cidades que essa grande produção hoje está calcada basicamente nas *commodities* agrícolas, que são para exportação. A cesta básica brasileira é muito rica e pode ser muito mais farta, com um custo muito menor. Nós precisamos facilitar a vida do produtor, porque, além de produzir com todas essas dificuldades, também a comercialização é outro ponto extremamente difícil para o pequeno produtor. Por isso entendo que o projeto é de alta relevância, e temos que chegar a um comum acordo para poder aprovar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Então voltará à pauta na próxima reunião.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 373, DE 2017

- Terminativo -

Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 11/02/2020, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria.)

Item extrapauta, já que os outros são também terminativos e não há quórum.

Chegou à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos requerimento que trata de tramitação conjunta de projetos que se encontram sob análise na pauta desta reunião. Desta forma, submeto ao Colegiado a apreciação do referido requerimento preliminarmente à deliberação das matérias.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 6, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Solicita a tramitação conjunta do PLS 416/2018, do PL 605/2019, do PL 2618/2019 e do PL 3137/2019, por tratarem da mesma matéria.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Antes da votação do requerimento, eu conversei com o Relator de dois desses projetos, Senador Confúcio, e ele concordou.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 6, de 2020 – CAE.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Quer fazer uso da palavra, Senador Wellington?

Vai encerrar já...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O item 11...

Podemos deixá-lo para semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Isso, porque é terminativo. O senhor é o Relator; o senhor que diz como quer fazer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Podemos deixar para a semana que vem também...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com certeza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... porque o pessoal do Ministério da Economia também quer discutir melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com certeza, Senador.

Então, não há mais nada a discutir nem a votar.

Agradecendo a Deus, desejamos a paz de Cristo a todos e encerramos a nossa reunião na CAE.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Major Olimpio, Luiz Pastore, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Paulo Rocha e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Reguffe, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Omar Aziz, Irajá, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PLS 329/2018, de autoria Senadora Ana Amélia (PP/RS), e REQ 132/2019 - CAE, de autoria Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Finalidade:** Instruir o PLS 329 de 2018, que dispõe sobre a forma de arrecadação de recurso de entidade beneficente de assistência social, por meio de título de capitalização. **Participantes:** Rafael Pereira Scherre, Diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep); Marcelo Gonçalves Farinha, Presidente da Federação Nacional de Capitalização (Fenacap); José Turozi, Presidente da Federação Nacional das Apaes (Apae Brasil); Luciana Maldonado, Superintendente Administrativa Financeira do Centro Infantil Boldrini (representante de: Antônio Navarro, Presidente da ANSV). Roberto Machado Salaberry, Procurador Jurídico da Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Sul (Feapae-RS). **Resultado:** Audiência pública realizada. Usaram da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Flávio Arns e Major Olimpio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Lasier Martins

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Reguffe, Luiz Pastore, Elmano Férrer, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Prisco Bezerra, Weverton, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Telmário Mota, Irajá, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Marcos do Val, Rodrigo Cunha e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da terceira e da quarta Reuniões, que são aprovadas. A Presidência comunica que a Embaixada da Alemanha formalizou consulta à Comissão sobre a possibilidade de o integrante da Diretoria do Banco Central, Sr. Burkhard Balz, ser recebido em audiência no próximo dia 12 de março, quinta-feira, no período da tarde, quando estará em visita de trabalho no Brasil. Para tanto, a Presidência solicitou que os membros da Comissão que tivessem interesse informassem à Secretaria da Comissão até o próximo dia 5. Usam da palavra os senadores Confúcio Moura e Otto Alencar. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 84, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado, e contrário à Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo) e contrário à emenda nº 1-CAS. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. Usam da palavra os senadores Esperidião Amin, Kátia Abreu e Reguffe. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para determinar que constituem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública bens, direitos e valores apreendidos pela Polícia Federal, com perdimento decretado pela Justiça Federal como fruto de contrabando ou descaminho, e que possam ser usados na repressão ao crime." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 188, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a opção pelo Simples Nacional por pessoas jurídicas que realizem atividade de locação de imóveis próprios." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 261, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre alterações da Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, notadamente o artigo 56 e dá outras providências criando as centrais de negócios." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Luiz Pastore. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1237, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5013, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6395, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o processo administrativo fiscal no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-CAE. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3137, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nºs 3, 4 e 5. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 373, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 531, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 1º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, para determinar que para fins de dedução das importâncias aplicadas, em cada período de apuração, nas atividades de exploração e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, não poderão ser computados os pagamentos de royalties e bônus de assinatura feitos pelos contratados sob o regime de partilha de produção, de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2011, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos de planos de previdência complementar aberta sejam oferecidos em garantia de operações de crédito; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de quantia depositada em fundo de previdência privada." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2519, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 1-CRE e com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 6403, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, e 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir as multas de lançamento de ofício e a multa de mora, aplicáveis a impostos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nºs 1 a 5-CAE. **Resultado:** Lido o relatório, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 5, de 2020** que: "Requer audiência pública para discutir a situação dos oficiais de Justiça" **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 5/2020-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 3ª e 4ª Reuniões.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos senhores que a Embaixada da Alemanha formalizou consulta a esta Comissão sobre a possibilidade de o integrante da Diretoria do Banco Central, Sr. Burkhard Balz, ser recebido em audiência com integrantes da CAE no próximo dia 12 de março, quinta-feira, no período da tarde, quando estará em visita de trabalho no Brasil. Pedimos aos senhores e às senhoras Senadores que tiverem interesse e disponibilidade em participar que informem à Secretaria desta Comissão até o próximo dia 5, quinta-feira.

Comunico o recebimento do seguinte documento, para conhecimento: Ofício nº 45.879, de 2020.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu sou Relator do Projeto de Lei 3.137, de autoria do Senador Eduardo Braga. Eu pediria que o senhor o adiasse para a semana que vem, porque houve várias emendas e algumas precisam ser bem analisadas. A gente faria a leitura e a votação seria na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Vamos atender o pedido do Relator do PL 3.137, de 2019.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria cumprimentar V. Exa. e, como vi que V. Exa. está tossindo, se precisar de remédio de gripe, eu tenho aqui na minha pasta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu me engasguei com uma pastilha.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Menos para o coronavírus, menos para o coronavírus. Mas tenho máscara também, tenho máscara...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu peguei... Eu tomei emprestada uma pastilha do Plínio, aí...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu tenho Tamiflu, Tylenol Sinus, Naldecon, Zitromax, toda medicação que pode resolver o problema da gripe de V. Exa., que eu espero que não seja coronavírus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dê esse remédio para o seu colega...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como V. Exa. chegou do Amazonas, que tem uma relação muito próxima com os chineses, isso pode preocupar o Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Venezuelano também.

Sr. Presidente, mas eu quero... É até bom que o Senador Tasso Jereissati tenha chegado aqui agora. Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. pautasse o meu projeto, que cobra imposto de lucros e dividendos das empresas. O Relator é o Senador Jorge Kajuru. Ele já teve um entendimento, por intermédio de sua assessoria, com a assessoria do Senador Tasso Jereissati, que pediu vista do meu projeto relativo a imposto sobre lucros e dividendos, para que seja apreciado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Parece-me que já há um entendimento a respeito do assunto, e o Relator, Senador Kajuru, poderá trazer a matéria para debate. O Senador Tasso Jereissati acrescentou alguns itens que, parece-me, poderão ser acolhidos e deverão até melhorá-lo antes de ser submetido à apreciação da CAE e à aprovação aqui no Senado Federal.

Eu julgo que é uma matéria muito importante a ser apreciada, com as modificações, inclusive, que, parece-me, o Relator está acolhendo. É o entendimento que o nosso gabinete teve com o gabinete do Senador Tasso Jereissati e também do Senador Jorge Kajuru, que é o Relator.

Eu creio que V. Exa. poderia agir para que, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, essa matéria possa ser apreciada. É o apelo que eu faço a V. Exa., Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu Líder, nós pautaremos para terça-feira que vem, na próxima reunião da CAE, o projeto de autoria do Senador Otto Alencar.

Chamo atenção para o Ofício de 20 de fevereiro de 2020, do Ministério da Economia, encaminhando demonstrativo das operações de crédito realizadas em janeiro de 2020, bem como tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 84, DE 2015

- Não terminativo -

Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: PAULO PAIM

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado, e contrário à Emenda nº 1-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

2. Em 18/2/2020, foi concedida vista coletiva da matéria.

Consulto o Relator da matéria, Senador Lasier Martins, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Olha, Presidente, já houve a leitura. Salvo necessidade de algum esclarecimento adicional, nada mais tenho a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Lasier Martins, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado, e contrário à Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2 e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Quanto ao item 2, O Relator ainda irá se manifestar sobre as Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas pelos Senadores Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2015

- Não terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento para encaminhamento do projeto à Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros.

3. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

4. Em 18/2/2020, foi concedida vista coletiva da matéria.

5. Foram apresentadas as emendas nºs 1, 2 e 3, respectivamente de autoria da senadora Kátia Abreu e dos senadores Rogério Carvalho e Alessandro Vieira.

A relatoria é do Senador Espiridião Amin, que é contrário ao projeto.

O Senador Espiridião está aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcio Bittar se encontra em Plenário?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional por pessoas jurídicas que realizem atividade de locação de imóveis próprios.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Com a palavra o Relator, Senador Jorginho Mello, para leitura do relatório.

Consulto o Líder do PSD, Senador Otto... (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Qual é o encaminhamento de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que V. Exa. lesse, *ad hoc*, o Projeto de Lei Complementar nº 188, que tem como autor o Senador Irajá.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não. Pode passar que eu o leio. Cadê o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passe ao Senador Otto o parecer do item 4.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – O Senador Irajá apresenta ao Senado Federal projeto que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para permitir a opção pelo Simples Nacional por pessoas jurídicas que realizem atividade de locação de imóveis próprios.

O projeto que foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, que é a Comissão própria para a apreciação desta matéria, Sr. Presidente, está estruturado em três artigos. O dispositivo central do PLP é o seu art. 3º, que revoga o inciso XV do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, responsável pela vedação legal da submissão da atividade de locação de imóveis próprios ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Sr. Presidente, estou lendo aqui, mas estão retirando da minha visão. Alguém está me boicotando... Toda hora que eu coloco aqui, retira-se do visor. Qual o problema que está acontecendo aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pegue o impresso e passe ao Senador Otto, por favor. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Não foram apresentadas...

Saiu de novo.

Não foram apresentadas emendas.

Registre-se, inicialmente, que cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria.

Em relação à constitucionalidade, inexistem vícios na proposição, tanto em relação à iniciativa da matéria, que não se insere entre aquelas privativas de outros Poderes, quanto no tocante à espécie legislativa, uma vez que cabe à lei complementar, nos termos da alínea "d" do inciso III do art. 146 da Constituição, a definição de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Também no conteúdo, o projeto merece parecer pela aprovação. É inegável que a inserção de novas atividades no Simples Nacional estimula o desenvolvimento econômico, pois simplifica a sujeição das empresas às normas tributárias, mediante, por exemplo, recolhimento mensal em documento único de arrecadação de diversos tributos. Além disso, cite-se a redução da carga tributária dos contribuintes sujeitos a essa sistemática se comparada à carga incidente nos regimes de tributação.

Portanto, Sr. Presidente, diante do exposto, já que a matéria preenche todos os requisitos exigidos de acordo com a legislação na Comissão de Assuntos Econômicos, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 188, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CAE
> Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 188, de 2019:
> "Art. 1º O art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 18. .....
> .....
> § 4º .....
> .....
> III – prestação de serviços de que trata o § 5º-B deste artigo e dos serviços vinculados à locação de bens imóveis e corretagem de imóveis, que serão tributados na forma do Anexo III desta Lei Complementar;
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 5º-D. .....
I – administração e locação de imóveis próprios ou de terceiros.
.....' (NR)"

Esse é o voto, acolhendo essa emenda que agora citei para V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Com a palavra o Senador do nosso querido Estado do Ceará, Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Com a licença do nosso amigo, Senador Irajá, vou pedir vista desse projeto, principalmente, mais uma vez, por um motivo: este projeto traz impacto fiscal e não existe nenhuma estimativa do impacto fiscal que o projeto pode causar. Então, gostaria de solicitar ao Senador Irajá que, nesse meio tempo do pedido de vista, pudesse fazer, junto à Fazenda, junto à sua assessoria, um levantamento do provável impacto fiscal que essa proposição trará. É essa a colocação, com o devido respeito ao projeto do Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista.

Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Só queria acrescentar ao que disse o Senador Tasso Jereissati que esse impacto fiscal deve ser de previsão para, no mínimo, três anos.

É o que nós temos usualmente feito aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, ou seja, projeto Romário, só para exemplificar: na questão de aquisição de veículos extensiva a surdos, pedimos o impacto fiscal pelo menos nos três anos.

No mais, subscrevo e peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conceder vista coletiva e pedir à Secretaria da CAE que peça informações para saber sobre o impacto fiscal para a gente colocar os Senadores informados sobre essa questão.

Está concedida vista, Senador Tasso.

Vamos ao item...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... item 5...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Wellington Fagundes, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Há dois projetos que estou relatando. Eu queria pedir para retirá-los de pauta: item 8 e item 10. Todos eles de comum acordo também inclusive com os proponentes. A Senadora Kátia está aqui e também pediu para fazer algum diálogo ainda com o Ministério da Economia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 8? Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E item 10.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só o item 10.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, o item 8 também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, meu item 8 aqui é autoria do Senador Luiz Pastore e Senadora Kátia Abreu como Relatora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Qual?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Wellington, para mim o teu é o 10 e o 12, um da Senadora Kátia Abreu e outro do Senador Alvaro Dias.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, item 10 e item 12.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 10 e item 12. É para retirar os dois de pauta?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 11/02/2020, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi lido o relatório.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 2011, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir que recursos de planos de previdência complementar aberta sejam oferecidos em garantia de operações de crédito; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de quantia depositada em fundo de previdência privada.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.)

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 261, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre alterações da Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, notadamente o artigo 56 e dá outras providências criando as centrais de negócios.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Luiz Pastore

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relator.) – Nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE opinar sobre aspectos econômicos de quaisquer proposições a ela submetidas.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de direito comercial, a teor do art. 22, I, da Constituição Federal (CF).

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei complementar revela-se correta, pois a matéria está reservada pela CF à lei complementar nos termos do art. 146, III, "d".

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotada de potencial coercitividade; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da CF) nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

A ideia da proposição é substituir o atual regime do art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 2006, segundo o qual "as microempresas ou as empresas de pequeno porte poderão realizar negócios de compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos, contudo, que o atual regime previsto pelo art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 2006, pode perfeitamente coexistir com o regime da central de negócios ora proposto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 261, de 2019, na forma do seguinte substitutivo: "Art. 1º [...] passa a vigorar acrescida do seguinte art. 56-A, §§1º e 2º".

É o relatório, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Eu gostaria de pedir vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista concedida ao Senador Elmano. Vista coletiva.

Vamos ao item 6.

Senadora Mara Gabrilli... A Senadora Daniela Ribeiro se encontra aqui? (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 213, DE 2015

- Não terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento para encaminhamento do projeto à Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros.

3. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

4. Em 18/2/2020, foi concedida vista coletiva da matéria.

5. Foram apresentadas as emendas nºs 1, 2 e 3, respectivamente de autoria da senadora Kátia Abreu e dos senadores Rogério Carvalho e Alessandro Vieira.

Ainda vai se manifestar sobre as Emendas 1, 2 e 3.

A palavra está com V. Exa., Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu estou muito satisfeito com a evolução das tratativas que tenho firmado, mas que estão em curso ainda, tanto com os proponentes das emendas – respectivamente, Senadora Kátia Abreu, Senador Rogério Carvalho e... São três emendas. Além disso, eu mantive contato com representantes das Forças Armadas, e, no intuito de dar o tratamento que o principal merece... O principal é favorecer o acesso pleno da mulher ao serviço militar – pleno. Hoje a mulher já pode, de sargento para cima, ocupar qualquer posto na hierarquia das Forças Armadas, porque o marco inicial é um concurso público, e aí não há limite.

Eu digo isso perante o Senador Tasso Jereissati porque eu não sei se ele foi o primeiro Governador a adotar o serviço militar para mulher na Polícia Militar. Eu tive o privilégio de instituir isso em 1983. E quando vejo hoje uma coronel na Polícia Militar, que é o último posto, eu fico muito feliz, porque abrange todos os níveis da hierarquia. No Exército, o que nós estamos abrindo aqui – e a emenda da Senadora Kátia Abreu é a mais detalhada – é uma modificação nas condições de isenção do serviço militar que a Lei 4.715 confere. Ou seja, a exceção hoje é o que se aplica à mulher: ela só não pode ser soldada nem cabo do Exército, por exemplo, ou das outras Forças Armadas, e esta superação implica considerar não apenas essas três emendas, mas também duas sugestões que eu obtive das próprias Forças Armadas.

Eu estou dizendo isso porque o período de interrupção da semana passada com o Carnaval me atrapalhou um pouco e eu gostaria de trazer a matéria devidamente estudada, pelo menos para debate, na próxima reunião, se V. Exa. me conceder essa prorrogação, para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador, até porque se trata de uma matéria que não é tão simples; é uma matéria que muda a estrutura do Exército todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – O metabolismo, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, hoje, a maioria do que eu conheço, por exemplo, na Amazônia, em qualquer quartel em que você entre, em qualquer local que... E lá nós temos exercício de selva reconhecido mundialmente, com o Batalhão de Infantaria de Selva, o comando, o Cigs, que o Gen. Mourão comandou no Estado do Amazonas. Não há nenhum tipo de alojamento feminino, não há absolutamente banheiros femininos, até porque o Exército nunca teve essa prática. Teríamos que mudar muita coisa.

Eu não sou contra, veja bem, mas eu acho que temos que discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Ambos somos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A favor, mas temos que discutir realmente, porque tem que se mudar uma estrutura que vinga há anos dentro do Exército, que não estava preparado para esse tipo de serviço militar. Correto?

Então, eu vejo, lá no meu Estado, muitas mulheres que são oficiais do Exército, são oficiais da Polícia Militar e que têm uma participação efetiva, muito presente e de igualdade mesmo ali, combatendo e fazendo trabalho. Eu não sou contra, mas acho que nós temos que conversar, porque nós teríamos que mudar praticamente a infraestrutura toda do Exército brasileiro, em termos de adaptação, para receber as mulheres para fazer o serviço militar.

Pois não, Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu agradeço a sua preocupação, mas, como mulher, eu gostaria de considerar essa mudança estrutural tão grave assim que deveria ser feita. Eu tenho a convicção de que haverá pequenas adaptações, porque todos os banheiros têm vaso sanitário, mesmo os banheiros masculinos; homem e mulher precisam do mesmo chuveiro; e, quanto ao quarto, não há o menor problema de separação de um alojamento – alojamento masculino, alojamento feminino –, como nós estamos acostumados a ver em várias situações no Brasil. Então, eu só quero aqui dizer que, na verdade, não teremos essa despesa, absolutamente: colchão, roupa de cama, o dormitório, o banheiro... Talvez na parte sanitária estejam instalados equipamentos que a mulher não vai usar, mas também não precisa arrancar de lá, deixe quieto, porque um dia se pode modificar, as mulheres passarem para outro lugar, os homens ficarem nesse determinado lugar.

Então, eu acredito que nós estamos próximos ao dia 8 de março, e não só por isso pediria que nós pudéssemos, Senador Amin, aproveitar essa data marcante para as mulheres brasileiras, nós que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda assistindo a tanta crueldade, tanta injustiça. E aqui não há nenhuma fala feminista, ativista – aliás, eu sou feminista, mas não sou ativista, nunca fui, todos aqui me conhecem. É apenas por uma questão de justiça e de posicionamento da mulher diante de tanta violência doméstica, diante de tanto feminicídio, de agressões verbais por autoridades deste País.

Então, eu acredito que as mulheres não vão fazer feio. Já estão nas Forças Armadas e eu tenho certeza de que só irão se habilitar as que têm vocação, as que conhecem a situação do Exército. Muitas não irão querer simplesmente por vocação, mas tenho certeza absoluta de que muitas mulheres farão muito mais do que alguns homens no serviço militar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No projeto, o serviço seria obrigatório às mulheres, como é para os homens?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Não, elas podem se alistar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – É opcional. Podem se alistar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Podem se alistar, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também concordo com a Senadora Kátia e com o Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Só vou... Só vou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, só está aqui na CAE...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só está aqui na CAE por causa do impacto financeiro, só isso. Se não fosse isso, não estaria nem aqui.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Só para concluir, Sr. Presidente: os 30%, a garantia dos 30%, no mínimo – no mínimo, pode ser mais –, é para garantir o direito opcional delas de se alistarem. Caso as mulheres não se interessem, o que duvido muito, ainda mais em tempos de desemprego... Nós sabemos que é um salário mínimo para o alistamento. Acho que é uma oportunidade para as moças, para as jovens. Não aparecendo o interesse das mulheres no serviço militar, que se preencham as vagas com homens. Nós só não queremos tratamento diferenciado: por ser mulher, fazer uma prova mais ou menos rigorosa. As mulheres estão aptas, já fazem UFC, já lutam boxe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já fazem judô, karatê, natação. Podem ter certeza de que vamos encontrar mulheres valentes para fazer bonito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, não é querendo bajular as mulheres, não, mas pergunto: a senhora tem dúvida de que a mulher é muito mais forte do que o homem?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Absoluta certeza! Só não queria dizer, Presidente! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Para não perder votos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria ver era um homem prenhe nove meses...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, eu queria ver era um homem parir, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Não, uma mulher...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Prenhe nove meses não tem problema, parir é que é duro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Discutir se a mulher é mais forte do que o homem é a pior besteira do mundo, ela sempre foi mais forte. Uma mulher que passa nove meses gestando um filho para a gente, sofrendo o que sofre... O homem não pode ter uma dor na unha que parece que o mundo está acabando, Senadora. Vocês são muito mais fortes!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E parir, Sr. Presidente? O senhor imagine parir um rapaz de 3,8kg! O senhor pensa que é brincadeira? (*Risos.*)

Olha a cara disso aí! Nem para ajudar a defender o projeto! É, eu sei, Presidente, foi duro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se eu fosse para uma guerra, eu preferiria dez mulheres corajosas a cinquenta homens!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você veja uma jogadora de vôlei como a Leila: quando ela levantava com aquela canhota dela e dava aquela mãozada na bola... Meu irmão, sai de perto!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tu és doido! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu torcia muito por ela.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mulheres no serviço militar!

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já disse à Senadora Leila: "Você já me deu muita alegria, mas também raiva!". Quando ela errava, rapaz... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Só para ficar em dia com...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém é contra não, viu, Senadora Kátia? Longe de mim! Eu só acho que temos que ver isso, até porque hoje o Exército brasileiro, por falta de recursos... Antigamente muita gente se alistava por causa da alimentação e do soldo. A pessoa chegava lá de manhã, tomava o café da manhã, almoçava e, antes de sair no final da tarde, ainda merendava. Hoje não há mais isso. O Exército não dá mais três refeições às pessoas que se alistam, só àqueles que vão fazer exercícios fora... Aqueles que ficam aquartelados chegam às 7 horas da manhã, vão fazer os exercícios deles no quartel e antes do almoço são liberados porque o Exército não tem mais condições financeiras para fazer isso. Então, há essas questões.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, só complementando o que o senhor disse: dois milhões de jovens se alistam no serviço militar e apenas 400 mil são chamados, exatamente pela questão orçamentária. Trinta por cento de 400 são 120 vagas para as mulheres se alistarem no serviço militar. Seria uma grande alegria, um grande presente para as mulheres do Brasil no dia 8 de março. Por isso, se desse para aprovar hoje, eu iria ficar muito contente, mas, já que não dá, fica para a próxima semana, não é?

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós teremos que derrubar o voto do Relator, porque o Relator poderá mudar o voto a partir dessas emendas. Não é isso, Senador? É que o voto do Relator é contrário; no primeiro momento, é contrário. Nós teríamos que derrubar o voto do Relator para aprovar aqui na Comissão. Por isso é que acho que...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso, eu acho que dar uma semana a mais para o Senador Amin, e os argumentos dele – vou já passar para V. Exa., Senador Reguffe – são válidos... E eu espero que as emendas que vão ser analisadas pelo Senador Amin possam fazê-lo mudar de ideia.

Senador Reguffe, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse foi um projeto que foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e encaminhado posteriormente à Comissão de Relações Exteriores, onde será apreciado por decisão terminativa. Na Comissão de Relações Exteriores, houve um requerimento para que fosse ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros.

Eu queria fazer um questionamento ao Relator, apenas para... Eu considero que é importante haver direitos iguais e, mais do que isso, acho que a questão do serviço militar, principalmente em um País que está com um desemprego elevadíssimo como está o Brasil hoje, é uma questão... Eu acho que é um projeto importante. Agora, eu queria questionar ao Relator o impacto disso. Esse número de R$581.210.835 englobaria... Se o Relator puder ouvir, eu agradeço. Isso englobaria o quê, esse montante? O impacto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – O que eu tenho ainda é insuficiente para essa resposta exatamente. A nota técnica que eu recebi do Exército, das Forças Armadas não chegou ao ponto de apurar valores. Ela descreve o que tem que representar. O dado que eu tenho e apresentei já no voto, no relatório, é o seguinte: no âmbito da Marinha, o impacto anual para atender 10% seria de 23 milhões; no âmbito do Exército, 536,76 milhões; e, no âmbito da Aeronáutica, R$21 milhões.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Aí é que dariam os 581 milhões?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sim.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Mas isso englobaria a contratação via serviço militar voluntário...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – A abertura para 10% de alistamentos militares, ou seja, a mulher teria o direito de se alistar, assim como o homem tem o dever de se alistar.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Mas esses 10% seriam sobre o que existe hoje?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sobre o que ingressaria anualmente.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Ou sobre o montante total?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Não; sobre o ingresso. Vamos adotar o número mencionado pela Senadora Kátia Abreu: 400 mil. Se forem 10%, serão 40 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, mas pode tirar da cota atual.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu só estou relatando o que eu tenho.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Agora, do ponto de vista do direito, eu acho que é justo. E acho que em um país...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu não tenho dúvida nenhuma.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Eu acho que, inclusive, ajudaria em um processo inclusivo, do ponto de vista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Senador, o senhor mesmo relatou... Essa matéria veio à CAE porque na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foi solicitado que se apurasse, na forma prevista na lei de responsabilidade fiscal, qual seria o impacto financeiro. Sobre o quê? Sobre o texto do projeto. O texto do projeto admite uma participação. O cálculo feito é sobre 10%. Esse é o cálculo que eu tenho e apresentei aqui.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu vou concluir, Senadora. Por favor!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim. Eu estou pedindo para depois do senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Então está certo!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não precisa ficar nervoso, pode ficar calmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu? Pelo contrário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está nervoso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Pelo contrário! A parte destinada à senhora na minha fala me será muito honrosa. Eu apenas estou explicando que fiz o levantamento de acordo com os parâmetros do projeto e do cálculo feito por quem fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a apresentação. Se forem absorvidos 10% dos 400 mil, nós teremos esses custos. Se em vez de 10% for três vezes mais, o cálculo racional que se pode fazer é multiplicar esse número por três. Ou seja, seria algo ao redor de 1,6 bilhão.

O que eu estou procurando não é discutir o quão bom seria a universalização do acesso pleno da mulher a toda a hierarquia das Forças Armadas, uma vez que, como eu disse, de sargento para cima, isso já está resolvido mediante concurso público inicial, seja para sargento, seja para a oficialidade. E no cálculo de como inserir no projeto de lei, eu me valeria do texto apresentado pelo Senador Rogério Carvalho. Nós transformaríamos isso numa recomendação para que lei orçamentária e lei orçamentária anual seguinte contivessem essa previsão. Seria uma prescrição para que, na lei que vai nos suceder, ou seja, na LDO do ano que vem, na Lei Orçamentária Anual para o ano que vem, se fizesse essa provisão dentro do orçamento das Forças Armadas, que não está feita ainda. Ou seja, seria apenas uma destinação do mesmo dinheiro. Se disso resultar uma redução do número de recrutas, paciência! Isso é uma prescrição de lei anterior à Lei Orçamentária Anual e à LDO. Essa é a construção que eu estou procurando fazer.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – E, finalmente, eu não posso deixar de fazer uma observação de natureza ideológica. Eu sou do único Estado do Brasil que tem nome de mulher e o maior homem da nossa história, o maior vulto da nossa história foi Anita Garibaldi, que tem a única estátua de mulher em Roma, montada num cavalo, com um filho no colo, e, no outro, no braço esquerdo, um fuzil. Ou seja, se há um Estado vocacionado para isso é Santa Catarina. E eu me alegro muito em dizê-lo.

Finalmente, a Senadora Kátia Abreu merece a minha homenagem muito especial quando defende o papel da mulher, porque parir filhos é uma coisa que os homens não têm coragem de fazer. E a senhora teve a ventura de parir uma boa criatura, um bom companheiro e um bom homem público.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Três boas criaturas.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Só para...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, para complementar.

O.k.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Só para concluir, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – É só para corrigir um erro, por favor, que eu cometi. São 2 milhões de rapazes que se alistam no serviço militar e apenas 100 mil são convocados.

Agora, não acho justa essa nota técnica do Exército, bastante tendenciosa e talvez um pouco resistente, porque em nenhum momento nós estamos obrigando, que deverão ser 30 vagas a mais. Quem vai definir se quer continuar com as 100 mil, ou 50 mil, ou 10 mil vagas é o Exército brasileiro. Agora, do que ele decidir, em função do seu orçamento disponível, 30% são das mulheres e acabou! Então, dizer que vai ter... Não é o Senador Amin, mas o Exército que mandou essa nota técnica. Perdoem-me: não é justa e verdadeira. O projeto não propõe a mais. Mesmo porque isto é uma decisão do Exército brasileiro, da Marinha, da Aeronáutica: colocar a quantidade daquele ano.

Imaginem se todos os incentivos fiscais aprovados em lei fossem discricionários; se todo mundo pudesse optar, no Brasil inteiro, por participar da Lei Rouanet? Sabe o que iria sobrar para a União? Zero de impostos! Mas o que os Ministérios da Cultura e da Fazenda fazem? Limitam aqueles a quem podem destinar, para o benefício fiscal.

Então, nós queremos 30% de mulheres, como nas vagas para as candidaturas, 30% do dinheiro disponível. Não foram 30% a mais de dinheiro de fundo eleitoral porque as mulheres estavam ganhando a vaga. E, no mesmo caso, no alistamento militar. Do que o Exército definir, que precisa de um contingente de tantas mil pessoas, nós queremos 30% para as mulheres.

Que despesa isso vai ter? É o mesmo salário. Só vai trocar o gênero na hora de receber o salário.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para dar uma explicação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Isso já foi descrito por mim no texto...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para dar uma explicação: no cadastramento de pessoas para o serviço militar, há dispensa por excesso de contingente ou por outras razões. Quando chega a idade, todo mundo se alista. A pessoa pode ser deficiente e se alista, e depois é dispensada. É isso aí, porque para o homem é exigido isso. É uma obrigação do cidadão homem no Brasil.

Em relação à mulher, como seria esse tratamento? Por exemplo, seria facultado à mulher. E, mesmo facultado à mulher, ela passaria por exames, como os homens passam. Vocês estão entendendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí, eu acho que a gente estipular 30%, Senadora Kátia, é querer abusar. Eu colocaria até 30%, porque você pode não conseguir... E se não conseguir os 30%? Vai ficar o seguinte: está descumprindo a lei?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, já está escrito que, se não completar nenhum, pode completar com homens. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Então, até 30%.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É até 30%.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até 30%.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Perfeito.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Presidente, só para concluir, eu concordo com o Relator que isso tem que fazer parte do orçamento e tem que constar na Lei Orçamentária Anual. Então, o prazo para a implantação, isso aí precisa realmente constar da Lei Orçamentária Anual. Quanto a isso aí, estou de pleno acordo. Apenas considero que é um absurdo, nos dias de hoje, haver essa vedação às mulheres.

Então, o projeto é meritório, eu o considero inclusivo, importante...

Considero a questão do serviço militar, desde que voluntário, algo importante também, principalmente e inclusive num momento de desemprego como o que temos no Brasil, mas não apenas por isso. E, constando da Lei Orçamentária Anual... O projeto é meritório, porque ele permite às mulheres terem os mesmos direitos...

Então, quanto ao tempo para a implantação, aí a gente pode ver qual é. Agora, negar o projeto considero que não seja correto. Por isso, faço uma solicitação ao Relator que, se possível, altere de contrário para favorável, colocando todas essas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir desculpa aos Senadores, porque já foi pedido vista desse projeto. Nós já estamos debatendo o mérito.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Mas o projeto é meritório, e o meu voto é favorável...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos aguardar o relatório do Senador Amin, e a gente debate aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Compatibilizada a exigência formulada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto financeiro – essa é a razão da diligência –, para sua devolução, eu farei essa compatibilização o mais rapidamente possível e, antes da reunião da nossa Comissão na semana que vem, eu disponibilizarei a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – De forma que, na próxima semana, se ainda houver discussão, vai ser possível ao Senador que discorde do texto final que vou apresentar o seu reparo tempestivamente, para que nós possamos, se possível, deliberar na semana que vem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra. Só um minutinho, Senadora Kátia.

O próximo item é o item 7. Depois vou pedir para lermos o item 13, porque é de votação nominal. O Senador Alessandro Vieira é o Relator. Nós temos quórum para votar. Daqui a pouco perdemos o quórum necessário para votar.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Só para lembrar, Sr. Presidente, que Anita Garibaldi fez o sucesso que fez e entrou no Exército porque se disfarçou de homem. Senão nada disso teria acontecido, e a história teria sido outra.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o senhor iria para o item 8 agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 7, cuja Relatora é a Senadora Leila Barros.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5013, DE 2019

- Não terminativo -

Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa: Deputado Hildo Rocha (MDB/)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra a Senadora Leila Barros para leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem à CAE Projeto de Lei nº 5.013, de 2019, de autoria do Deputado Hildo Rocha, que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.

O art. 1º do projeto determina que fica criado, no âmbito da União, o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, estabelecendo quais dados constarão dessa base de dados.

O art. 2º determina como será procedida à cooperação entre a União e os entes federados.

O art. 3º determina que os custos serão suportados por recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O art. 4º traz a cláusula de vigência da lei, que será a data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que, entre outras razões, na busca do combate ao estupro, a prevenção e a informação constituem-se em ferramenta essencial, pois permite o planejamento de ações que tenham o potencial de evitar a ocorrência de eventos criminosos. É com a intenção do fortalecimento da prevenção pelo aumento do acesso a informações que é proposta a criação de uma base de dados relativa a pessoas condenadas por crime de estupro.

O projeto de lei tramita nesta Comissão e na CCJ.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise, Sr. Presidente.

É com a intenção do fortalecimento da prevenção pelo aumento do acesso a informações que se propõe a criação de uma base de dados, o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, o qual conterá dados relativos às pessoas condenadas por crime de estupro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaque-se que o projeto de lei teve o cuidado de evitar a adoção de medidas que ofendam o direito do preso à reabilitação criminal, uma vez que esse instituto tem um importante papel na ressocialização do indivíduo que praticou um crime, ainda que o crime seja hediondo, como o é o crime de estupro.

No que diz respeito a esta Comissão de Assuntos Econômicos, devido à já preexistência de recursos disponibilizados ao fundo, trata-se de mera realocação de orçamento para que se possa implementar política tão relevante para a sociedade brasileira, principalmente para nossas crianças e mulheres.

O voto.

Considerando-se a competência desta Comissão na análise do assunto, bem como o mérito da matéria, voto pela aprovação, nos termos em que foi apresentado o Projeto de Lei nº 5.013, de 2019.

Eu acho que não precisamos nem falar da importância de se ter um cadastro nacional com relação a pessoas que tenham cometido o crime de estupro, Sr. Presidente

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o autor ou a autora do projeto, que vem da Câmara dos Deputados... É do Hildo Rocha, do Maranhão, um homem. E quero louvar a autoria e o relatório da nossa competente Relatora – competente não só nas quadras, mas nesta quadra aqui de dentro também, na quadra do Senado; ela está fazendo muito sucesso pela sua competência e obstinação.

E gostaria de sugerir, Senadora Leila – não quero atrapalhar a sua relatoria, já estou até preparando um projeto de lei, se for o caso, mas, para que a gente já possa economizar tempo –, se for do seu agrado, que inclua também nesse cadastro nacional de estupro aqueles que foram condenados por violência doméstica e feminicídio.

Para que isso? Qual o objetivo disso? Quantas mulheres neste Brasil, quantas pessoas que vão empregar outras poderão também se valer desse cadastro para fazer suas escolhas? Isso não deixa de ser uma intimidação, um aviso negativo para o currículo da pessoa, até para arrumar um novo emprego, ser sócio numa nova empresa, fazer compras, vendas, enfim, isso pode afetar toda a sua vida pessoal. Eu acho que isso ajudaria a conter não só o estupro, mas também a violência doméstica e o feminicídio.

Se houver problemas legislativos, problema de regimento, retiro a minha proposta, se for possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora Leila.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, não tenho problema nenhum em acatar. O único problema é que, acatando aqui, ele retorna à Câmara. Eu acho que nós poderíamos dar prosseguimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a Senadora Kátia tem toda razão em relação ao que nós temos de fazer, porque é o seguinte: aparentemente, vamos ser claros nisso, antigamente não havia essa divulgação, muitas mulheres não procuravam denunciar agressões e tal. Hoje, em qualquer delegacia no Brasil, aumentou o número de casos – e nem é que aumentou o número de casos, é que as mulheres agora estão realmente procurando os seus direitos. Antigamente eram camuflados esses dados, essa estatística era mentirosa, porque poucas mulheres, por causa de filho, por causa de famílias, às vezes, por causa de necessidade, iam à delegacia. Agora, com essa campanha toda que é feita nacionalmente, nós teremos um aumento... Não é um aumento, não é que aumentaram somente as injustiças contra as mulheres, mas a mulher tomou mais coragem para fazer denúncia. Então, nós temos é que... Ela tomou coragem para fazer denúncia. Ela muitas vezes se acovardava para não perder a família. Então, hoje é muito mais fácil a gente ter o cadastro que a Senadora Kátia propõe.

Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Na verdade, fui orientada aqui, Sr. Presidente, por exemplo, daqui vai para a CCJ. Nós poderíamos fazer essa alteração na CCJ e levarmos direto para o Plenário para aprovação. É melhor, entendeu? Pode ser?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Mas, se mudar na CCJ, volta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Volta, em todo caso volta, mas passa pelo Plenário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Eu faço outro projeto, pode ficar tranquila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – O.k., então.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Você relata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Com o maior prazer.

Então, em acordo aqui com a Senadora Kátia, nós vamos fazer a votação desse projeto para que já haja a sanção dele, Sr. Presidente. Não vai ter alteração e ela vai apresentar um projeto com relação à questão dos crimes de feminicídio e de violência doméstica para fazer o cadastro também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o relatório da Senadora Leila Barros.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Ele irá à CCJ.

Item 8...

Senador Alessandro, eu pedi para os Senadores ficarem para haver quórum. Mas o senhor vai ler o relatório e vai acabar não tendo como votar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Tranquilo, como o relatório é muito sucinto, a gente pode deixar para fazer a leitura dele e a votação numa próxima reunião.

Mas eu gostaria, Presidente, de aproveitar este espaço para fazer uma comunicação que acho que é muito importante para o dia de hoje em especial, em que nós estamos discutindo muito orçamento, rigor orçamentário e essas questões todas.

No *Diário Oficial da União* de hoje foi publicado um despacho do Senhor Presidente da República. Qual é o conteúdo desse despacho? Ele suspende os efeitos de um decreto, o Decreto 10.202, de 15 de janeiro de 2020, por prazo indeterminado. O que esse decreto fazia? Ele passava para o Ministério da Economia a atribuição de fazer essencialmente o controle das fontes orçamentárias de investimento e dos identificadores de uso, isso estava com o Guedes. Bolsonaro hoje publica um despacho suspendendo os efeitos desse decreto e devolvendo para a Casa Civil, ou seja, para o Gen. Ramos essa atribuição de fazer esse manejo orçamentário.

É apenas uma comunicação, não é um juízo de valor, para que as pessoas possam acompanhar porque estamos falando muito em rigor orçamentário, veto presidencial e etc. e saber quem é quem nesse jogo é muito importante para a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que aqui a questão do orçamento, de manter os vetos do Presidente, eu acho que está pacificada no Senado, eu acho que é quase unanimidade. Já se posicionou publicamente ou internamente dentro das reuniões de partido que é impossível se governar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem ter o orçamento, é impossível. Qualquer um que foi governador ou prefeito de uma cidade sabe muito bem que nós vivemos num... Quem assume compromissos é o Executivo. Vereador, Deputado, Senador não pode prometer construção de ponte, de ferrovia no seus Estados porque isso é balela. Ele não controla o orçamento. O que nós temos é uma parte do orçamento impositivo, porque também chamo à atenção isto: muitas vezes nós estamos fazendo aqui fundo a fundo, está se repassando dinheiro para custeio, para Prefeituras, e depois pode haver problemas maiores, e isso vai cair em cima do Congresso.

Eu sou favorável a manter os vetos por uma razão simples: ninguém pode querer... Mesmo eu divergindo de muitas coisas do Presidente Bolsonaro, mas ele se elegeu para governar o País, ele se elegeu para tomar conta do orçamento do País. Nós temos as nossas obrigações e ele tem as obrigações dele. Não dá para fazer um Presidente de refém nem do Congresso... Porque esse mau exemplo que nós estamos dando aqui está sendo transferido para as Assembleias Legislativas e para as Câmaras Municipais: Vereador querendo emenda impositiva, Vereador querendo mandar no Prefeito. É isso que está acontecendo Brasil afora. Então, nós temos que dar um basta nisso.

Minha posição, desde o primeiro momento, em relação a isso é muito clara. Não sou aliado do Presidente, não sou amigo do Presidente, não tenho relações pessoais com o Presidente, mas tenho que ser justo. O Presidente se elegeu para governar o País, e nosso papel aqui é permitir que o Presidente governe. Se ele fizer besteira com o orçamento, nós iremos criticá-lo, se ele fizer a coisa certa, nós iremos aplaudi-lo. É nosso papel. Agora, não é nosso papel definir quais são as prioridades de infraestrutura, quais são as prioridades de logística e prioridades que o Governo tem, porque ele se elegeu para fazer isso.

Acho que aqui no Senado a questão do orçamento está pacificada. Muita nota, muito não sei quê e tal. Vai ser unanimidade o Senado manter o veto do Presidente no que ele acha que tem que vetar. E nós não temos que fazer esse confronto. Esse confronto... Nós não nos elegemos com esse direito, vamos ser sinceros. Nosso direito é legislar, o direito do Executivo é executar. Quem executa o orçamento é o Executivo, então não posso mudar minha prática.

Quando fui Governador, eu tinha direito de remanejamento; Tasso foi Governador, tinha direito a remanejar; outros Governadores tinham direito a remanejar o orçamento conforme o momento, até porque nenhum Estado brasileiro nem o Governo Federal cumprem plano plurianual. Pode se fazer o plano plurianual, a gente discute, mas ninguém segue à risca. Troca o Presidente, trocam-se as prioridades; troca o Governador, trocam-se as prioridades; troca o Prefeito, trocam-se as prioridades, e quem sofre com isso é a população brasileira.

Passo ao item 8, do Senador Luiz Pastore, autoria da Senadora Kátia Abreu... Aliás, fiz uma troca. Autoria do Senador Luiz Pastore.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 6395, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre o processo administrativo fiscal no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente, pela confiança de V. Exa. e do competente Senador Luiz Pastore na relatoria desse projeto de lei.

O Projeto de Lei (PL) nº 6.395, de 2019, do Senador Luiz Pastore, visa, em linhas gerais, estabelecer a alternância entre...

Eu gosto que o senhor preste atenção porque o senhor ajuda muito na análise.

Estabelece a alternância entre representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes nas presidências dos órgãos julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O que significa isso? O Carf é um órgão da Receita Federal ao qual os empresários levam as suas demandas quando não concordam com as autuações.

O Carf é composto por representantes do setor privado e do setor público, mas o voto minerva é do Governo sempre, que é o Presidente. Então, nessa parte, o autor do projeto, Senador Luiz Pastore, do Espírito Santo, propõe que haja uma alternância entre o setor privado e o público.

Ainda de acordo com o projeto, a segunda etapa, na hipótese de haver maioria de presidentes representantes da Fazenda Nacional nas turmas da CSRF, as presidências das turmas ordinárias serão majoritariamente ocupadas por conselheiros representantes dos contribuintes e vice-versa.

O PL determina também que o Carf deva uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. Um dos pontos para mim mais valorosos do projeto é exatamente a diversidade de julgamentos dentro do Carf para o mesmo tema. Então, viram doutores que pensam, sobre a mesma lei e o mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamento, de forma totalmente diferente, de acordo com o processo. E eu não tenho nenhum medo de dizer que já assistimos a acusações e investigações a respeito de membros do Carf recebendo propina para poder julgar de forma "a" ou "b", em favor de A ou B.

Então, eu tenho a convicção de que, não só no Carf, que é uma instância administrativa, mas também no Judiciário, as decisões, a uniformização da jurisprudência, as... Eu esqueci o nome no Judiciário. Quando se padroniza no Judiciário, como se chama?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Como Relatora.) – A jurisprudência para que nós possamos ter estabilidade, Sr. Presidente, para que a gente possa ter segurança jurídica. Uma norma só não pode ser lida de várias formas, de acordo com o casaco, de acordo com a hora, de acordo com o dia. Então, essa uniformização de procedimentos no Carf se faz urgente, urgentíssima! Na verdade, nem deveria precisar de um projeto de lei; deveria ser uma atitude administrativa e correta do próprio órgão.

No concernente às normas de técnica legislativa, há poucos ajustes de redação, porque não foram seguidas algumas das regras previstas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Em função da necessidade desses ajustes, propomos as emendas anexas.

Superada a análise formal do PL, passa-se ao exame do seu conteúdo.

No mérito, não há qualquer reparo, haja vista ser necessário conferir tratamento isonômico aos contribuintes nas discussões administrativas envolvendo o crédito tributário.

Concordamos com o autor da proposta no sentido de que o voto de desempate, sempre atribuído aos representantes da administração, corrói a paridade desejada, de modo que a alternância nos cargos entre as representações é medida que se impõe.

Em um Estado democrático de direito, devemos primar pela manutenção de uma relação equilibrada entre Fisco e contribuintes nos órgãos compostos por representação paritária. Afinal, de nada adianta o órgão se dizer paritário se, no caso de empate, a questão é sempre resolvida por representantes do Fisco. Não há democracia nesse lugar, na verdade.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2015 e 2016, 100% dos votos de qualidade das turmas da Câmara Superior de Recursos Fiscais foram favoráveis ao Fisco – não precisava nem dessa informação, mas fiz questão de colocá-la. Estiveram sempre do lado do Fisco, 100%, quando o presidente desempatou. Será possível que em nenhuma oportunidade o presidente desse Carf poderia ver vitória para o contribuinte? Cem por cento! É uma decisão que até se apresenta corporativa e protecionista ao Fisco brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, alguns dos julgadores, pelo voto de qualidade, alteraram a jurisprudência anterior da Câmara Superior ou trouxeram posicionamentos contrários à posição majoritária das turmas ordinárias.

No mérito, apresentamos apenas uma emenda que transfere para a vice-presidência as atribuições administrativas da presidência quando esta for exercida por representantes dos contribuintes. Isso porque os presidentes do Carf, das seções e das câmaras, exercem também funções administrativas e típicas de ordenadores de despesa, como convocação de pessoal, emissão de passagens, contratação de serviços, além de possuírem diversos servidores subordinados, o que não caberia aos representantes dos contribuintes que não possuem vínculo com a Administração Pública (não são estatutários nem celetistas). Ou seja, quando a presidência for do setor privado, o vice-presidente, obrigatoriamente do quadro, assumiria as funções administrativas para não haver, inclusive, incompatibilidade.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.395, de 2019, com as emendas aqui já descritas.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o Projeto 6.395.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, eu já tinha aprovado o projeto, mas a Senadora Kátia, que é Relatora...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Passou da hora, está aprovado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Senadora, queria lhe agradecer o relatório, que foi brilhante. Acredito que, com essa medida, que muitos empresários estão esperando, Presidente, nós vamos ter um novo momento na história da apreciação das multas feitas pela Receita Federal e todos esses órgãos dos empresários.

Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero pedir desculpas ao Senador Tasso, mas... Eu coloquei em votação porque achei que já era um...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Não, tudo bem. Eu sou inteiramente favorável, 100% favorável, mas houve alguns pedidos de vista. No entanto, já que V. Exa., cumprindo o Regimento, fez a votação, está votado, está aprovado.

Eu pediria urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o pedido de urgência do Senador Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Será encaminhado à Mesa do Senado Federal.

Extrapauta, há um projeto do Senador Luiz Pastore cujo Relator é o Senador Ciro Nogueira.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 6403, DE 2019

- Terminativo -

Altera as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, e 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir as multas de lançamento de ofício e a multa de mora, aplicáveis a impostos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pela aprovação, com as emendas nºs 1 a 5-CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Ad hoc, o Senador Irajá irá ler o relatório.

Por favor, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Presidente, conforme sua orientação e também com a aprovação do Senador Ciro, eu vou diretamente ao voto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.403, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAE
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 6.403, de 2019, a seguinte redação:
"Altera as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, e 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir as multas de lançamento de ofício aplicáveis a impostos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil."
EMENDA Nº – CAE
Dê-se a seguinte redação ao art. 80 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 6.403, de 2019:
"Art. 80. A falta de lançamento do valor, total ou parcial, do imposto sobre produtos industrializados na respectiva nota fiscal ou a falta de recolhimento do imposto lançado sujeitará o contribuinte à multa de ofício de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto que deixou de ser lançado ou recolhido.
.....
§ 9º Aplica-se à multa de que trata este artigo o disposto nos §§ 1º a 4º e 6º do art. 44 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996." (NR)
EMENDA Nº – CAE
Dê-se a seguinte redação ao art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 6.403, de 2019:
"Art. 44. .....
I – 50% (cinquenta por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, falta de declaração e declaração inexata;
.....
§ 1º A multa de que trata o inciso I do *caput* será de 100% (cem por cento) nas hipóteses dos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.
.....
§ 2º A multa de que trata o inciso I do *caput* será de 75% (setenta e cinco por cento) em caso de não atendimento, pelo sujeito passivo, de intimação para:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§ 6º A multa de que trata o inciso I do *caput* não ultrapassará o percentual previsto no § 1º." (NR)

EMENDA Nº – CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 6.403, de 2019:

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

E a última emenda:

EMENDA Nº – CAE

Inclua-se o seguinte art. 4º no Projeto de Lei nº 6.403, de 2019:

"Art. 4º Ficam revogados os §§ 6º e 7º do art. 80 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964."

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Não é possível ser votado porque nós não temos número terminativo, mas já está lido o relatório. Na próxima reunião, com o número suficiente, nós vamos colocar em votação.

Senador Luiz Pastore.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria pedir o favor ao senhor de incluir o PL 4 na próxima reunião como primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele ainda não tem relatório. A gente vai ver, Senador.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Tem relatório, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui passar aos Srs. Senadores...

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, DE 2020

- Não terminativo -

Requer audiência pública para discutir a situação dos oficiais de Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

> Requeiro, nos termos do art. 93, [...], do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater "a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência [...] e a exposição dos oficiais [...]", tendo em vista o debate do PLP 245, de 2019, com os seguintes convidados: João Batista Fernandes [...]; Neemias Ramos Freire [...]; Ivana Farina Navarrete [...]; Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados [...].

Autoria: Senador Plínio Valério.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Avaliação de Políticas Públicas.

Proposta de plano de trabalho que será encaminhada a todos os Senadores.

Reajustes anuais acima da inflação dos planos de saúde autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os reflexos econômicos para a população usuária e para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Presidente: Senador Omar Aziz.

Senador Plínio como Vice-Presidente.

Eu serei Relator dessa proposta de trabalho para que a gente acabe com essa brincadeira que é substanciar o aumento, o reajuste dos planos de saúde, dado anualmente bem acima da inflação. Com isso nós estamos fazendo um desequilíbrio econômico da população que precisa desse plano de saúde. Iremos fazer um debate neste ano todo, fazer aqui audiências públicas e levar uma proposta para que a Agência Nacional de Saúde tenha a compreensão necessária da importância do funcionamento dos planos de saúde, mas também da importância de o cidadão pagar um preço justo, não ter um reajuste mínimo e pagar o plano de saúde bem acima da inflação.

Para vocês terem uma ideia, em 2014, o reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde foi de 9,65% e a inflação oficial foi de 6,441%. Em 2015, o reajuste foi de 13,55% e a inflação foi de 10%. Em 2016, foi de 13,57% e a inflação foi de menos da metade: 6,29%. E assim por diante. No acumulado, nesses últimos seis anos, houve um reajuste de 89% nos planos de saúde no Brasil e a inflação oficial foi de 39%, quase 60% de diferença entre reajuste e inflação. Nós precisamos dar um basta nisso, senão a população que necessita dos planos não vai aguentar. Nós iremos fazer essas audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Sem mais nada a tratar, convoco para a próxima terça-feira a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Eduardo Gomes, Irajá, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Chico Rodrigues, Paulo Albuquerque, Paulo Rocha, Fernando Bezerra Coelho, Fabiano Contarato, Luiz Pastore, Eduardo Braga, Dário Berger, Telmário Mota, Wellington Fagundes e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Romário, Weverton, Jorge Kajuru, Renan Calheiros, Jayme Campos, Nelsinho Trad e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 156/2019 - CAS, de autoria Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), e REQ 13/2020 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Finalidade:** Debater o combate ao Câncer de Colo de Útero no Brasil: da prevenção, vacina de HPV e tratamento da doença avançada. **Participantes:** Angélica Nogueira, Diretora da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; Nise Hitomi Yamaguchi, Representante da Associação Brasileira de Mulheres Médicas; Aline Leal Lopes, Técnica da Coordenação Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde. Etelvino Souza Trindade, Representante da Associação Médica Brasileira. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Maria do Carmo Alves

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia onze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Styvenson Valentim, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Weverton, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Eliziane Gama, Paulo Albuquerque, Paulo Rocha, Prisco Bezerra, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas e Major Olimpio. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Avaliação de Política Pública**. **Finalidade:** Deliberação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública: "A Política de Reconhecimento das Pessoas com Deficiência para fins de gozo de direitos previstos em lei", em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke Observações: - Fiscalização realizada em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2019-CAS, de autoria do Senador Romário e da Senadora Soraya Thronicke, aprovado em 17/04/2019. - O Relatório foi deliberado mediante votação simbólica. **Resultado:** Aprovado o Relatório, nos termos do art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1 e 2 (esta acolhida parcialmente). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 216, de 2016 - Terminativo -** que: "Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de empregadas mulheres, nas atividades-fim das empresas com mais de dez empregados." **Autoria:** Senadora Regina Sousa (PT/PI). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 442, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 392-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 71-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao cônjuge ou companheiro o período remanescente de licença-maternidade, quando a mãe não puder usufruí-la, em razão de incapacidade física ou psíquica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5582, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o trabalhador falte ao serviço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez a cada seis meses, no período necessário para comparecer a reunião escolar de seu filho ou de menor sob sua responsabilidade legal." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 473, de 2018 - Terminativo -** que: "Inclui o art. 3º-D na Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a comercialização, a importação e a publicidade de dispositivos eletrônicos fumígenos." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1224, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para determinar que a pessoa com deficiência em idade escolar, notadamente na primeira infância, tenha prioridade no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4691, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 10 de outubro de 1975, que "Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências", para tornar obrigatória a notificação de doenças raras." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4573, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a celebração de termo de compromisso com a finalidade de promover correções e ajustes às exigências da legislação sanitária." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 47, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria especial e contagem de tempo de trabalho especial aos segurados expostos à periculosidade derivada de inflamáveis." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 256, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 1399, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 143, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 453, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para incluir o desempenho acadêmico como um dos requisitos a ser considerado na seleção de estagiários bem como a condição social e familiar do candidato ao estágio." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Projeto de Lei n° 5545, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Regularização de Débitos junto ao Programa Minha Casa, Minha Vida." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado n° 61, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos recebidos por portadores do mal de Alzheimer." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - Ofício "S" n° 27, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Solicitação de abertura de investigação parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acerca do papel da ANVISA na aprovação de determinados fármacos." **Autoria:** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Tramita em conjunto com o Ofício "S" n° 28, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Solicitação de abertura de investigação parlamentar acerca do papel da ANVISA na aprovação do fármaco Soliris." **Autoria:** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - Projeto de Lei da Câmara n° 12, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular as atividades de teleatendimento ou operações de telemarketing." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 17, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a saúde mental no ambiente de trabalho: preconceitos, desafios e diretrizes." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 18, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 159/2019 - CAS, que propõe realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3517/2019 (Substitutivo-CD), que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Para tanto, sugiro que sejam incluídos os seguintes convidados: Senhora Iane Kestelman, Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA); Senhor Luis Augusto Rohde, Professor do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Senhora Ana Luiza Navas, Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo / Pesquisadora Associada da Rede Nacional de Ciência para Educação; Senhora Gabrielle Maria Coury de Andrade, Mãe de criança com dislexia e membro da Associação Mato-grossense de Dislexia; Senhora Maria Ângela Nogueira Nico, Fonoaudióloga e Presidente da ABD - Associação Brasileira de Dislexia; Senhor Augusto Buchweitz, Professor da Escola de Ciências da Saúde e da pós-graduação em Psicologia, em Medicina e em Letras da PUC-RS/ Pesquisador do Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul; Senhor Rauni Jandé Roama Alves, Psicólogo especialista em Neuropsicologia e Psicopedagogia Aplicada à Neurologia Infantil/Especialista em Psicopedagogia pelo Conselho Federal de Psicologia; Senhora Fabiola de La Lastra Helou, Mãe de criança com dislexia e Presidente da Associação Dislexia de São Paulo; Senhora Andrea Basílio Chagas, pessoa com dislexia." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2178/2019, que condiciona o reajuste de planos de saúde coletivos, individuais e familiares à prévia aprovação pela Agência Nacional de Saúde." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 22, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir políticas públicas voltadas para as doenças reumáticas no Brasil." **Autoria:** Senador Prisco Bezerra (PDT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 23, de 2020** que: "Requeremos, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 67/2019, com o objetivo de instruir o PL 1712/2019, que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, seja incluído o seguinte convidado: Senhor Fernando Cotta, Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB." **Autoria:** Senador Paulo Albuquerque (PSD/AP), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/11

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a Secretaria desta Comissão está recebendo, até o dia 20 de março, sugestões dos membros deste Colegiado acerca de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas em 2020, sendo que a definição ocorrerá na reunião deliberativa prevista para o dia 25 de março.

As sugestões devem ser encaminhadas no formato de requerimento.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar as Sras. e os Srs. Senadores para o evento destinado a comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down, a ser realizado no auditório Petrônio Portella, na próxima quarta-feira, dia 18 de março às 8h.

Informo que foi retirado da pauta o item 23 (Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2016) a pedido do Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, para reexame do relatório.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à deliberação do relatório com conclusões da avaliação da política pública de 2019: "A Política de Reconhecimento das Pessoas com Deficiência para Fins de Gozo de Direitos Previstos em Lei".

A segunda parte destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 28.

Primeira parte: avaliação de política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberação do relatório com conclusões e recomendações da avaliação da política pública: "A Política de Reconhecimento das Pessoas com Deficiência para Fins de Gozo de Direitos Previstos em Lei", em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke.

Observações:

– Fiscalização realizada em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2019-CAS, de autoria do Senador Romário e da Senadora Soraya Thronicke, aprovado em 17/04/2019;

– O relatório foi deliberado mediante votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

Como se pronuncia o seu sobrenome, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – De qualquer maneira, Senador, porque pronunciar do jeito que é mesmo é difícil!

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Para a leitura do relatório. Por favor, Senadora.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador, por favor.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Solicito, após a leitura, uma inversão de pauta, por gentileza, para o item 27.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – O.k., Senador.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente Romário. Em sua pessoa, quero cumprimentar todos os Senadores, cumprimentar os servidores, cumprimentar quem está nos assistindo e cumprimentar principalmente as pessoas com deficiência, que aguardam ansiosamente por políticas públicas que as atendam.

A gente sabe que, no Brasil, infelizmente tudo é muito lento. Inclusive esse relatório, nós dependemos... Era para ter sido apresentado no ano passado, no final do ano, mas nós ficamos dependentes de dados do Poder Executivo, e foi necessário aguardar um pouco mais do que o esperado. Mas aqui está o relatório, e espero que agrade a V. Exa. e a todos aqueles que trabalham nesse meio aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou ler. Tem mais de 100 páginas todo o trabalho, todo o relatório, mas eu vou ler um resumo para não cansar os senhores. Mas já está disponível o relatório no sistema.

Avaliação de políticas públicas (art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal).

Política de Reconhecimento das Pessoas com Deficiência para Fins de Gozo de Direitos Previstos em Lei.

Presidente, Senador Romário; Vice-Presidente, Senador Styvenson Valentim; a minha relatoria.

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal decidiu avaliar em 2019 a Política de Reconhecimento das Pessoas com Deficiência para Fins de Gozo de Direitos Previstos em Lei. A referida política se relaciona com o modelo de avaliação biopsicossocial da deficiência prevista na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), cuja regulamentação é responsabilidade do Poder Executivo, conforme disposto no art. 2º, §2º, da mesma lei.

O prazo determinado pela LBI para a edição de um instrumento biopsicossocial da avaliação da deficiência foi janeiro de 2018. Essa demora tem trazido prejuízo às pessoas com deficiência.

Para se tentar entender os motivos da demora e qual o direcionamento que o Governo atual está dando para a criação desse instrumento único de avaliação biopsicossocial no formato determinado pela LBI, a Comissão de Assuntos Sociais proporcionou, em 30 de outubro de 2019, uma audiência pública.

Nessa audiência nos foi mostrada a elaboração paralela de dois instrumentos de avaliação biopsicossocial, o IFBRM, que é um instrumento que já vem sendo construído desde 2016 e foi validado agora pela UnB; e o Probad, que é um instrumento elaborado pela Subcomissão de Perícias Médicas, responsável pelas atividades médico-periciais relacionadas com o exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência.

Nenhum dos dois instrumentos está sendo usado atualmente para avaliar pessoas com deficiência. E na busca de um único instrumento de avaliação biopsicossocial, elaborado por equipe multiprofissional e interdisciplinar, ficou clara a necessidade de se estabelecer um grupo de trabalho com essa finalidade. A Casa Civil mediará o processo e afirma que o Governo tem o interesse de fazer o decreto presidencial o mais rapidamente possível; porém, ainda não há posicionamento oficial do Governo.

Prosseguindo na obtenção de informações para este relatório, temos o IBGE, que, desde o censo de 1990, recenseia a população em busca de informações a respeito da pessoa com deficiência.

O questionário amostral do Censo de 2020 traz algumas inovações. Inclui perguntas sobre funções dos membros superiores, retira perguntas sobre as condições do domicílio e seu entorno e considera, para cálculo de pessoas com deficiência, as que não conseguem fazer as atividades ou as executa com muita dificuldade, adequando os resultados do censo critérios internacionais de identificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também foram pesquisadas as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência e as questões orçamentárias relacionadas. Numa perspectiva exclusivamente quantitativa, verificou-se inicialmente que, comparado aos grandes números do orçamento da União, o aporte de recursos é relativamente reduzido e é baixo nível de execução das despesas associadas às ações orçamentárias, que unicamente destinam recursos para os programas vinculados às pessoas com deficiência.

Porém, nos foi esclarecido que, além dessas, há uma série de outras rubricas orçamentárias que também destinam valores concomitantemente a essas e a outras atividades, e são esses recursos que sustentam as atividades voltadas às pessoas com deficiência.

A dificuldade de peneirar essas informações tornou impossível identificar com segurança todo o quantitativo de recursos destinados a essas políticas públicas e, consequentemente, sua real execução.

Como a execução da despesa pública, considerada isoladamente, não captura a noção de deficiência do gasto e da política pública, geralmente representada pela relação custo-benefício, pedimos informações aos ministérios sobre os programas e ações que possuem voltados para as pessoas com deficiência. As informações estão presentes no relatório completo e, sendo do interesse dos Parlamentares, os representantes dos ministérios virão a esta Comissão para esclarecer qualquer dúvida.

Dessa forma, encaminhamos ao Executivo:

1) Considerando que foi extinto o comitê que estava à frente da elaboração da avaliação biopsicossocial, solicitamos ao Executivo que apresente o quanto antes a criação do grupo de trabalho que ficará responsável pela elaboração e definição de instrumentos que possibilitem a avaliação da deficiência de forma biopsicossocial, construída de forma coletiva e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar; que leve em consideração o IFBR-M, instrumento validado que já está em estágio avançado de pesquisa e para o qual já foram gastos R$2 milhões, segundo informações recebidas na audiência pública; que esse instrumento seja voltado para a população brasileira e para as condições do Brasil, sem deixar de levar em consideração os parâmetros internacionais relacionados com o tema; que a composição desse grupo de trabalho considere a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo; que a coordenação do grupo fique a cargo do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, mesmo que a mediação seja feita pela Casa Civil; que seja apresentado o cronograma de atividades a serem desenvolvidas e que seja estipulado o prazo máximo para a apresentação dos resultados e conclusão do trabalho.

2) Que publique imediatamente, após a conclusão desse grupo de trabalho e aprovação de instrumento, ato normativo de que trata o parágrafo único do art. 39 da Lei 13.846, de 18 de junho de 2019, cumprindo também o estabelecido pelo art. 2º, §2º, da LBI.

3) Que os entes públicos estabeleçam mecanismo operacional de transparência executiva sobre planejamento, execução, controle e avaliação da gestão pública, estruturando suas ações com indicadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claros, a partir dos quais seja possível a verificação da eficiência de cada programa e que elaborem uma forma de consulta à população com a finalidade de se saber o valor gerado pela política pública para o cidadão.

Aqui quero abrir parênteses, Senador Romário.

Protocolei o Projeto de Lei nº 155, sobre a transparência executiva. Nós temos a "transparência orçamentária", entre aspas, porque nos portais da transparência só entende... Primeiro, as informações não são nunca totais, são sempre parciais, nem tanto fidedignas e também muito difíceis de compreender para um cidadão comum. Às vezes, essa falta de compreensão é proposital.

Esse projeto de lei vem ajudar na transparência, na transparência executiva, até chegar a um resultado. Às vezes, a gente sabe que foram gastos 2 milhões em um projeto, mas a gente não sabe se esse projeto é eficiente, se tem qualidade, se foi feito dentro dos parâmetros republicanos e também dos parâmetros acordados.

E a transparência executiva também faz parte de toda uma linha de ação da Frente Parlamentar da Transparência dos Gastos Públicos, para a qual convido V. Exa. a participar. O Ministro Sérgio Moro, o Ministro Wagner, da Transparência...A Senadora Eliziane já está também. É para que a gente possa sempre ter certeza de que foi feito com a qualidade acordada e que teve resultados. Muitas vezes nós gastamos muito dinheiro em algo e não temos resultado. Então, eram só esses parênteses para destacar isto: nós queremos, dentro da política pública, que nos enviem o resultado, a avaliação da aplicação da política pública. Acho importante termos os indicadores de que isso aqui está sendo cumprido pelo Executivo, pelo Legislativo.

Bom, vamos lá.

Agora as recomendações ao Poder Legislativo.

1) Que, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, sejam convidados, no prazo de no máximo 45 dias a contar da data da aprovação deste relatório, a Casa Civil, os representantes dos Ministérios envolvidos com a avaliação biopsicossocial, a sociedade civil e outros que contribuam com esse tema, para que possam informar os Senadores com relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido e ao cronograma de atuação, no sentido de se chegar a um instrumento final que permitirá a avaliação biopsicossocial estabelecida na LBI. Que nessa reunião, os oradores possam responder às perguntas feitas pela sociedade via programa e-Cidadania.

2) Que, no âmbito da CAS, sejam convidados os representantes dos Ministérios que apresentaram informações constantes deste relatório para esclarecer possíveis dúvidas dos Parlamentares.

3) Que, no âmbito da CAS, seja convidado o IBGE para apresentar qual será o impacto das mudanças no questionário e no cálculo usado no Censo 2020 para as pessoas com deficiência e de como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será cumprida a determinação da Lei 13.861, de julho de 2019, que inclui as especificidades inerentes ao Transtorno do Espectro Autista nos censos demográficos.

4) Que seja investigada e esclarecida a denúncia feita pela Senadora Zenaide sobre corte de pagamento de benefícios a quem tem direito de recebê-los.

5) Que seja verificado, junto à Diretoria-Geral do Senado Federal, quais as ações que estão previstas nesta Casa para melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência não só para a questão de mobilidade, como também para as transmissões das reuniões que aqui ocorrem, como a visualização da câmera do intérprete de Libras e a possibilidade de legendas.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Agradeço a paciência a V. Exa.

Agradeço a todos os servidores.

Em nome da Regina, minha assessora, agradeço a todos os servidores que trabalharam...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – ... à Consultoria do Senado Federal e, do Poder Executivo, a todos aqueles que colaboraram nos fornecendo dados para que a pudéssemos chegar a essa finalidade.

Que agora consigamos implementar tudo isso!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senadora Soraya.

Senador Rogério Carvalho com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar a Senadora Soraya pelo esforço dela de organizar e articular este debate e trazer isto aqui para a Comissão, mas eu sinto que nós precisamos incluir neste debate quem é portador de deficiência e não só a questão funcional.

É que, vejam, eu sou um deficiente: eu só tenho um olho, eu sou monocular, e isso me inabilitou para uma série de atividades na minha própria profissão. Às vezes, o fato de você ter uma deficiência e ela não produzir, em tese, uma diminuição de determinadas funcionalidades e, como a gente faz o tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação e o tipo de priorização pela capacidade funcional, a gente acaba negligenciando quem tem deficiência.

Então, vejam: uma pessoa que tem hérnia de disco, que tem uma diminuição da atividade funcional, tem uma série de benefícios e uma série de vantagens que quem tem um olho só não tem. Um cortador de cana que teve uma perfuração num acidente de trabalho, adulto, para ele conviver com um olho só é muito difícil depois do acidente. Um motorista de caminhão ou um motorista profissional, se ele sofre um acidente e perde um olho, ele deixa de ser motorista profissional. Um militar, se ele sofre um acidente e perde um olho, não poderá mais exercer a função policial ou a função do cargo que ele ocupa, a função principal.

A minha sugestão é que nós pudéssemos abrir um pouco este debate com representantes dos setores de pessoas que têm deficiência, independentemente da questão funcional. Eu queria sugerir que fossem incluídos os monoculares neste debate, como um exemplo. Pode haver outros que possam agregar mais conteúdo e ampliar a discussão sobre a política para os deficientes aqui na Casa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador Rogério.

Passo a palavra de novo à Relatora, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Senador Rogério, muito obrigada pela sua contribuição.

Nós incluímos toda a sociedade civil, e os deficientes fazem parte da sociedade civil. Então, foram incluídos. Os monoculares, como é o caso de V. Exa., não são considerados, pela lei, como deficientes, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Ainda.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Ainda, ainda.

Então, já passou aqui pelo Senado Federal e foi aprovado; está na Câmara agora. Depende de nós fazermos a articulação necessária na Câmara. Concordo com V. Exa., mas foram incluídos sim. Incluindo a sociedade civil, Senador... Isso porque há incapazes, inclusive intelectualmente, que precisam ser representados por seus tutores, seus curadores, seus pais. Por isso incluí a sociedade civil, onde todos estão envolvidos. Então, isso aí está suprido, mas foi bem lembrado por V. Exa. É importantíssimo. Concordo que o monocular, de visão monocular, tem que estar entre os deficientes. Eu sou da mesma opinião de V. Exa. Agora, vamos aguardar a sensibilidade da Câmara dos Deputados, o.k.?

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Flávio Arns, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Soraya pelo relatório muito bom, que abrange todos os aspectos, mas eu gostaria de destacar alguns pontos que têm que ficar bem claros.

O que o Senador Rogério Carvalho levantou é muito importante. Aprovamos aqui no Senado, e eu, inclusive, relatei, tivemos audiências públicas sobre os monoculares. Já existem decisões judiciais no sentido de incluir os monoculares como pessoas com deficiência e aptas a receberem os benefícios da área. Então, agora nós queremos, em função disso também e da necessidade dessa área, colocar isso na legislação, que já foi aprovada no Senado Federal.

Outra coisa que eu gostaria de lembrar – e a Senadora Soraya lembrou bem isso no relatório – é que nós temos a exigência da lei de haver uma avaliação biopsicossocial. Então, a lei diz que tem que haver isso. E o Ministério da Mulher, da Família e dos e Direitos Humanos tem todo um trabalho de muita qualidade, como foi apontado no relatório, junto com a UnB, de elaboração de um instrumento validado em todas as regiões do Brasil, por profissionais diferentes, em áreas diferentes, o que é um avanço extraordinário. Só que essa comissão foi extinta. Foi tudo para a Casa Civil, e a Casa Civil vai fazer um novo grupo de trabalho. Então, esse é o perigo. Mas o relatório aponta que, mesmo que vá para a Casa Civil, que isso seja coordenado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o que eu acho bom. E é preciso chamar, Senador Rogério, toda a sociedade para participar desse processo: cegos, surdos, deficientes físicos e intelectuais, monocular, espectro autista. Isso é muito bom.

Então, eu quero parabenizar a Senadora pelo relatório e quero fazer também duas observações, Senadora Soraya.

A primeira... Não sei se entendi bem, mas parece que ficou na CAE a argumentação, porque, em função da denúncia da Senadora Zenaide Maia... Por que estariam sendo cortados benefícios? Caberia ao IBGE explicar isso. Eu diria que essa explicação tem que ser dada pelo Ministério da Previdência, através do INSS, porque o benefício não é da previdência, mas da assistência, porém é a previdência, através dos peritos, que vem cortando muitas vezes, sem levar em conta alguns critérios que deveriam ser levados.

Então, não sei se no relatório consta que o IBGE deva dar essa informação ou à Previdência. Se for a Previdência, eu sugiro inclusive que essa audiência não seja na CAE, que seja aqui na CAS, porque a previdência é da CAS.

A outra observação, Senadora Soraya – e eu acho que está muito bom relatório –, é que eu acho, Senador Romário, que nós deveríamos talvez agendar uma reunião com o Ministro da Casa Civil e entregarmos o relatório para ele, até para explicar para ele o que nós queremos. Está escrito, porém a gente quer que esta Comissão aconteça, que a sociedade participe, que seja coordenado pelo Ministério da Mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas duas observações.

Só na primeira lá, talvez...É que eu estava prestando bastante atenção na leitura, mas talvez tenha tido algum problema. Se for isso, vir para a CAS, e a gente levar lá o relatório. Vamos lá, eu vou junto também, gostaria de entregar. Mas eu considero que está muito bom e reflete aquilo que a gente fez aqui na Comissão.

Aliás, parabéns para o Senador Romário, que é uma liderança importante nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Eu, na verdade, fiquei muito impressionado positivamente com esse relatório da Senadora Soraya, são tantos pontos positivos que eu vejo de importância nesse segmento que eu resolvi aqui, junto com o pessoal do meu gabinete, fazer um resumo para agradecer a S. Exa. pelo relatório, que está muito rico em informações, que percebemos que foram obtidas com ampla busca e análise de dados, alicerces para conclusão e recomendações aqui apresentadas.

É excelente relatório que contém registros, aos quais me associo integralmente, especialmente quando se refere à nossa preocupação com a demora na apresentação pelo Executivo do Ato Normativo para Avaliação Biopsicossocial, ato esse previsto na Lei Brasileira de Inclusão, da qual fui Relator nesta Casa e que aprovamos por unanimidade em 2015. O prazo se esgotou em janeiro de 2018, o que tem causado não só insegurança jurídica, como também instabilidade e dúvidas na sociedade, no Legislativo Brasileiro e também dentro do próprio Governo, Senador Flávio Arns.

Eu me associo também ao entendimento de que a coordenação do grupo interministerial responsável por essa avaliação – aí entra o que V. Exa. acabou de citar – deva ser a Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência e não a Casa Civil. Essa é uma decisão muito interessante.

Ratifico a necessidade de que os órgãos executores abram as informações com nível de detalhamento necessário, oferecendo transparência financeira e que esteja essa ao alcance de todos, para que as pessoas possam definitivamente entender o que está ali colocado.

Não posso deixar de me associar também a todas as recomendações. Apenas lembro que o item 1 prevê a criação de um grupo. Enfatizo que esse grupo precisa levar em consideração as pessoas que já estiveram nessa caminhada, as quais devem participar da finalização dos trabalhos e apresentar, com urgência, instrumento de avaliação idealizado pela UnB em conjunto com a sociedade, que prevê como fazer a avaliação da deficiência de forma biopsicossocial.

Senadora, realmente valeu a pena esperar pelo relatório, pois percebemos que a riqueza de informações realmente é impressionante. Parabéns e muito obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que havia interesse de parte de outros Senadores para fazer esse relatório, mas fico feliz em ter acertado quando escolhi V. Exa. para Relatora. Eu tenho certeza de que os outros Senadores que pediram para fazer esse relatório também fariam um trabalho desse tamanho, dessa importância, mas V. Exa., realmente, está de parabéns. Eu tenho certeza de que esse segmento ganhou com a chegada de V. Exa. aqui a Brasília, uma lutadora, uma guerreira em prol dessas pessoas que cada vez precisam mais em nosso País.

Muito obrigado e parabéns mais uma vez!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Senador Romário...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senadora, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Desculpe-me, Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar a Senadora Soraya pelo relatório, Sr. Presidente, e cumprimentar os demais colegas na pessoa de V. Exa. Eu acho que V. Exa. incorpora muito bem essa pauta no Brasil, que, como a própria Senadora colocou, precisa ser aprimorada a cada dia. Os dados de pessoas com deficiências, no Brasil, são realmente altos. Hoje, algo em torno de mais de 20% da população brasileira tem algum tipo de deficiência.

No IBGE, nós temos um dado que acaba trazendo um outro dado... Aliás, sobre a questão do censo do IBGE, nós tivemos já uma evolução nessa legislação para os próximos censos, ou seja, quanto mais informações nós tivermos, de forma real, do quadro de pessoas com deficiência no Brasil, melhor será para o aprimoramento da legislação brasileira.

Eu queria, Senadora, fazer apenas duas colocações: a primeira, quando V. Exa. fala da importância de acompanharmos o que já existe em lei para ser cumprido. Nós temos aqui a Frente Parlamentar da Transparência Pública, que vai desde a questão econômica, no que diz respeito à correta aplicação dos recursos públicos, mas também engloba a fiscalização da legislação que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – A própria LBI, que não é cumprida, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Perfeitamente, Senador. Ou seja, nós temos leis, nós temos o Estatuto, nós temos um arcabouço legal no Brasil que, de fato, precisa ser efetivado na prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala, por exemplo, de inclusão, a gente não está falando de uma rampa apenas, Senadora Zenaide. Isso passa pelo piso tátil, passa pelo intérprete em Libras, em Braile.

Imaginem só o que é uma mulher surda ir a um médico para uma consulta ginecológica sem nenhum intérprete para acompanhá-la. Agora, vocês imaginem: essa mulher, que não tem esse acompanhamento, vai a esse médico? Ela não vai, Senadora. E isso por conta do constrangimento. Então, ela não tem, não sabe... Eu estou dando aqui um exemplo claro e real que eu acompanhei no meu Estado, onde mulheres acabam não indo aos hospitais para serem atendidas nesses casos específicos da área da ginecologia por falta do intérprete no hospital. E a gente lutou, inclusive, para a ampliação disso, colocando o intérprete em todos os espaços.

Então, a gente precisa entender que a coisa é muito mais ampla do que aquilo que a gente, de fato, efetivamente está vendo.

E, para finalizar, nós estamos tendo, neste momento, no Congresso Nacional um debate sobre o acesso ao BPC. Ontem, nós, inclusive, conseguimos prorrogar, postergar a sessão para hoje para conseguir mais quórum. E eu queria aqui pedir a todos os Senadores deste Parlamento: a derrubada do veto começa pelo Senado. Nós temos uma decisão que tem sido reiterada, o Veto 55, não é, Senador Flávio? As decisões judiciais últimas, em sua maioria, são direcionadas para quem ganha até meio salário mínimo – meio salário mínimo! Meu Deus do céu! Nós não estamos falando aqui de pessoas que estão numa situação, digo, nem de pobreza. Nós estamos falando de pessoas que estão em extrema pobreza e têm deficiência. Agora, vocês imaginem: se uma pessoa que não tem deficiência e está em extrema pobreza é uma situação grave, imaginem quem está na extrema pobreza e tem deficiência. Há uma dupla situação diante de nós. E eu quero pedir aos colegas que a gente não apenas vá para votar, mas estimule os outros colegas a derrubarem esse veto. É uma questão de humanidade.

A apresentação do relatório da Senadora vem exatamente com um olhar pleno e passa por isso também.

Lá atrás, na reforma da previdência, tentaram, inclusive, constitucionalizar. Nós conseguimos derrubar isso aqui. O colega Weverton, inclusive, foi muito importante para que a gente pudesse derrubar isso e não constitucionalizar, porque, imaginem só o tanto de beneficiados que perderiam o BPC, de famílias, na verdade, que perderiam!

Então, eu queria pedir aos colegas a derrubada desse veto, que é fundamental, inclusive, para fazer valer aquilo que consta no relatório da Senadora Soraya.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria acompanhar V. Exa. nesse Veto 55. Nós vamos derrubar esse veto hoje. Acredito que essa é a ideia de todos os Senadores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Quero pedir, Senador Romário...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Só para finalizar, Presidente, é um apelo que eu quero fazer ao senhor, Senador, e também a todos os Senadores, mas queria evocar sua pessoa porque V. Exa. é uma referência para o Brasil. Falei isto: todos nós aqui somos seus fãs, acompanhamos...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – ... a sua atuação no esporte brasileiro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O melhor do mundo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – O melhor do mundo!

Eu queria pedir, inclusive, que V. Exa. pudesse hoje usar a tribuna no Congresso. Eu acho que a palavra de V. Exa. aqui incorpora essa luta da pessoa com deficiência no Brasil. Vai ser muito importante para que a gente possa, de fato, derrubar esse veto hoje no Plenário da sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – O.k., Senadora.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador, por favor.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para discutir.) – Só fazer aqui o cumprimento. É claro que a convocação da nossa colega Senadora Eliziane atende, e eu tenho certeza de que o Senado Federal, assim como a Câmara, atendeu essa convocação, esse pedido. Derrubou esse veto já. Não! Vai começar pelo Senado.

Nós, com certeza, vamos atender a essa convocação, que é, sem dúvida nenhuma, um ajuste e uma correção que nós vamos fazer para as pessoas que mais precisam, como foi falado. Não podemos nem dizer pobres, não é? Muitos deles, miseráveis. Não entendo a falta de sensibilidade de quem induziu o Presidente a vetar esse importante item, que faz uma correção e atende essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria cumprimentar a Senadora Soraya e lembrar, fazer o registro de que, no dia de ontem, nós relatamos, na Comissão de Infraestrutura, um projeto de autoria do Senador Presidente Romário que trata da questão de os projetos do Minha Casa, Minha Vida serem adaptados, já terem projeto de inclusão para as pessoas com deficiência, pessoas portadoras de necessidades, enfim. É uma luta que o Senador Romário vem tendo. Já foi aprovado tempos atrás; infelizmente, foi vetado, e não conseguimos derrubar esse veto. Agora ele foi renovado, foi aprovado na Comissão de Infraestrutura. Só tem mais uma Comissão... Vai ser aprovado – já foi lido o voto –, se Deus quiser, na semana que vem. É terminativo. E vamos para essa luta lá na Câmara dos Deputados.

Eu tenho certeza de que isso vem se somar a essa força, justamente para que a gente possa ir lá para esses conjuntos habitacionais, onde pessoas realizam o seu sonho de ter, pela primeira vez, a chave da sua casa própria, mas sem condições. Às vezes, você cria uma nova comunidade, um novo bairro, longe do centro urbano, e não tem o mínimo de infraestrutura para poder atender às famílias que estão lá, principalmente as que são vulneráveis, que têm pessoas que precisam da atenção maior do Estado. Então, essas correções...

Só venho aqui fazer esse registro, porque a gente sempre utiliza – o brasileiro adora utilizar – a voz para reverberar o direito comparativo com o que acontece de bom no resto do mundo. Só que no Brasil nós já temos muita legislação boa, estamos produzindo boas legislações, principalmente no que trata de inclusão. E isso tem que ser levado, tem que ser falado, tem que ser reverberado de forma muito forte, porque nós, apesar de termos muitas diferenças e desigualdades, temos hoje também muitas legislações e muitas práticas produzidas pelo povo brasileiro que são coisas simples, mas em que aqui já evoluímos. Por exemplo: hoje quem fuma tem constrangimento de fumar em local público, mesmo que seja um restaurante aberto, que não tenha ar-condicionado. A pessoa já se sente constrangida de fumar do lado de quem não esteja fumando numa mesa, porque sabe que a sociedade está mobilizada para tentar, ao máximo possível, se defender de qualquer tipo de ação que venha, amanhã, a adoecê-la.

Então, parabéns, Senadora! Parabéns, Presidente Senador Romário. E, claro, parabéns a toda a Casa, que tem, no meio de todas as dificuldades, tentado produzir e oferecer uma agenda para o Brasil de legislação que venha a proteger todas as pessoas que estão precisando, principalmente nessa área tão importante.

Sobre o Suas eu não vou nem falar aqui, porque já há essa mobilização. Está desmontado. Todos os secretários de assistência social estão desesperados. Nós não entramos no mês de agosto com recurso para funcionar as políticas nas secretarias de assistência social do Brasil. Isso é muito sério, porque é lá que está política do idoso, é lá que está a política da criança e do adolescente, é lá que está a política dos que estão mais precisando. Não há dinheiro para continuar essas políticas, isso está nos deixando realmente muito preocupados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador. Muito obrigado pelas palavras. Parabéns pelo brilhante relatório ontem na Comissão.

É isto: nós juntos podemos realmente melhorar, qualificar, dar uma qualidade de vida melhor a essas pessoas com deficiência, que são pessoas que sofrem há anos com a falta de política pública. E é esse o objetivo nosso, esse novo pensamento do Senado de que realmente esse segmento da nossa sociedade é um segmento importante.

Realmente, está de parabéns. A gente vai continuar essa luta. Eu tenho certeza de que aos poucos a gente vai conseguindo coisas positivas, que leis que existem passem a ser realmente praticadas, porque é o que a gente mais quer e o que a gente mais espera.

Senadora Zenaide, com a palavra.

Senadora Soraya, por favor, depois passo para a senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Presidente Romário, nossa Senadora Soraya Thronicke, acho importante V. Exa. ter vindo.

Eu queria deixar claro aqui que eu não fiz parte da Comissão da MP 871, que era chamada de pente-fino.

No meu Estado, eu comecei... Como fui médica da universidade durante 30 anos, aonde eu chegava eles me diziam: "Dra. Zenaide, meu filho...". Eu vi pessoas com deficiência, doentes neurológicos e cadeirantes que tinham perdido o benefício. Eu fui saber por quê. O Governo exigiu essa auditoria. Eu até questionei o porquê de uma auditoria. Só precisava de um ato, e não de uma medida provisória. E não houve estrutura para as bancas. Então, davam 15 dias ou 20 dias para essas pessoas irem a essas bancas médicas para provar que tinham deficiência. E, como só agendavam, Romário, para seis meses ou para um ano e como eles não cumpriram os 15 dias ou 20 dias, eles estão sem esses benefícios.

Estou chamando a atenção para aquela fila da previdência. Precisa ir para a previdência para provar que você é uma pessoa com deficiência. Acho que ali chega um milhão de pessoas, não só quem está pedindo o benefício, mas pessoas cujos benefícios foram retirados.

Eu digo o seguinte: para um cadeirante, para um tetraplégico, bastava um assistente social e uma fotografia em tempo real. O que eles fazem? Os neurológicos são mais complicados. Eles vão para a junta, que pede uma ressonância magnética pelo SUS. Aí agenda para seis meses ou para um ano. Essa é a realidade.

Então isso chamou a atenção. Por isso é que eu falei, Soraya... Quero parabenizá-la por essa sensibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o veto, eu venho lutando. Como normalmente se olha o lado do Governo, o lado do custo, eu queria dizer o seguinte: o que é que chamou a atenção da gente? Eu quero parabenizar o Romário e a Mara Gabrilli, porque eu tenho a certeza de que foi isso.

"Dra. Zenaide, eu tenho um filho com deficiência e dois filhos normais. Recebo o Benefício de Prestação Continuada. Meu filho de 16 anos conseguiu uma bolsa estágio de R$400 e teve que renunciar, porque, quando se somava, isso dava mais de R$250." Gente, para quem está vendo o lado financeiro, mesmo que não veja o lado humano... A mãe... Na maioria das vezes, é a mãe... No mundo todo, mais de 60%, quando têm um filho com deficiência, o pai... Quero parabenizar aqui o Romário, porque é ele que toma a frente, o que é raro. Ouviu, Romário? Na maioria das vezes, é a mãe. Aquela mãe já não pode trabalhar porque ela tem que cuidar do filho. Aí a gente proíbe também aquela família de crescer? Aquela é uma maneira... Se ele tem aquele estágio, ele vai conseguir, no fim, um salário alto, e não vai mais precisar a família de ter o benefício.

Então, mesmo que não se veja o lado humano, vamos olhar esse lado financeiro. Já que a mãe nunca vai poder sair, porque tem que cuidar do filho e teria de ter um salário altíssimo, os irmãos dessa pessoa com deficiência... Se a gente ajudar a derrubar esse veto hoje, vai haver esperança para essa família, inclusive para ela não depender mais do Governo.

Então, por isso é que eu faço um apelo aqui a todos. Isso é o mínimo. É meio salário mínimo, o que não é obrigado, para todas as... Isso será concedido só quando a família conseguir algo. Essa criança de 16 anos teve que renunciar. E, como ela, há milhares neste País.

Por isso, esse projeto... Além de ter visto isso aí... Eu gosto de citar um exemplo para mostrar que, mesmo do lado financeiro, isso é importante. Se querem, a gente dá uma estrutura. Para essa família não precisar mais desse benefício, nós temos que ajudar! Nós temos que ajudar os outros entes da família a vencer na vida e tirar o irmão, o pai ou a mãe disso aí.

E quero dizer mais, Romário, eu costumo dizer que esta sociedade deve muito às pessoas com deficiência, porque, para mim, se uma sociedade não consegue incluir as suas pessoas com deficiência, quem está deficiente é ela, Flávio Arns. Não tenha dúvida! Porque sabemos que podemos quebrar muitas barreiras, e nós estamos aqui para isso.

Por favor, votem para derrubar o veto. Isso não vai... Mesmo que vejam o lado financeiro, vejam a probabilidade de essa família não precisar mais do benefício de prestação continuada.

Obrigada, Presidente.

Obrigada, Soraya, por ter esse olhar diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Senador Romário, obrigada pelas suas palavras e pelas palavras dos demais Senadores.

Quero dizer, Senador Flávio Arns, Weverton, Rogério, que nós anotamos todos os aditivos que V. Exas. fizeram, vamos acolhê-los e inclusive entregar – achei excelente a ideia, Senador Flávio –, tanto na Casa Civil quanto para a Ministra Damares e na Secretaria da Pessoa com Deficiência, fazendo realmente um movimento para cobrar posteriormente. Eu acho importante.

Só para informação, sobre as casas do Programa Minha Casa Minha Vida, a informação do MDR está no relatório, páginas 70 e 71. No relatório está escrito o seguinte:

> É importante ressaltar que todas as unidades habitacionais entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida são adaptáveis. Em 2019 foram entregues 65.872 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida, considerando todas as modalidades da Faixa 1 do programa. As adaptações realizadas nas unidades habitacionais estão dispostas em normativos.

Então, é bom saber que já avançamos um tanto. Se houver alguma falha dentro dessa diretriz, aí o Legislativo... Porque às vezes a gente fica... A iniciativa de V. Exa. é excelente e eu acredito até que já se adiantaram inspirados nela. Mas o Programa Minha Casa Minha Vida está comprometido.

E reforçando esse apelo sobre a questão do veto do Presidente Jair Bolsonaro, V. Exa. e a Senadora Mara Gabrilli têm uma liderança neste assunto muito forte. A presença de V. Exas. hoje lá no Plenário, na nossa reunião do Congresso Nacional, seria muito importante, para sensibilizar. E eu gostaria que o Executivo analisasse os argumentos da Senadora Zenaide sobre a questão financeira, certo? Porque fica todo mundo comovido com a situação, mas o Governo está preocupado, e com razão, com os cofres e com a responsabilidade desses pagamentos. Porém, a Senadora trouxe um argumento em que eu não havia pensado. E se o Executivo analisá-lo... Eu peço que vocês levem isso para o Ministro Paulo Guedes como um outro prisma econômico desse veto e o pedido dos Senadores, justamente, vai ser benéfico, na verdade, economicamente.

Então, são vias em que a gente normalmente não pensa, mas nas quais poderia pensar, para que talvez o Governo consiga fazer um acordo e, aí, a gente votasse em harmonia. Acho importante isso.

Muito obrigada. Obrigada aos Senadores e obrigada pela oportunidade de relatar essa política pública tão importante. Eu só espero que consigamos realmente ter os indicativos da transparência executiva, para a gente saber os índices e como caminha a execução de tudo isso, e da forma mais rápida possível, porque essas pessoas precisam.

Muito obrigada, Senador. Obrigada a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório nos termos do art. 96-B, §3º do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Lembro que está aberto o período deste ano para as sugestões de fiscalização até o dia 20/03.

2ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 22, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir políticas públicas voltadas para as doenças reumáticas no Brasil.

Autoria: Senador Prisco Bezerra (PDT/CE)

Passo a palavra ao Senador Prisco Bezerra para a leitura do requerimento.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir políticas públicas voltadas para as doenças reumáticas no Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Dr. Wanderson Kleber, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Sra. Dra. Mayra Isabel Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Sr. Dr. Rogério Scarabel Barbosa, Diretor-Presidente Substituto, representando Agencia Nacional de Saúde; Sr. Dr. Francisco de Assis Figueiredo, Secretário de Atenção à Saúde; Sr. Dr. José Ricardo Santana, Secretário Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, representando Anvisa; Sra. Dra. Mailze Campos Bezerra, Diretora Científica da sociedade Cearense de Reumatologia; Sra. Dra. Karla Valéria Miranda de Campos, Presidente da Sociedade Paraibana de Reumatologia; Sra. Dra. Maria das Graças Barbosa Sousa, Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sociedade Piauiense de Reumatologia; Sr. Dr. José Hilton Nogueira Júnior, Presidente da Sociedade de Reumatologia do Rio Grande do Norte.

Eu vou resumir a justificação, Sr. Presidente.

Na realidade, as doenças reumatológicas são um conjunto de doenças crônicas de dificílimo diagnóstico, esse é o grande problema.

O profissional de reumatologia... Normalmente a gente imagina que o reumatologista trate de artrite, gota e osteoporose – isso para os leigos. Na realidade, a complexidade da coisa se dá nas doenças autoimunes, que são doenças quase invisíveis – eu mesmo sou portador de uma delas. São doenças de dificílimo diagnóstico, como a espondilite anquilosante, que é o meu caso, e o lúpus. Vou citar outro exemplo interessante aqui, que é a fibromialgia, uma doença pior ainda: ela causa muita dor ao paciente e não tem diagnóstico de imagem algum, é 100% clínico.

Então, são doenças complexas, e acho que temos de trazê-las para o debate, para ser enriquecido por esta Casa, mas também para divulgar para todo o Brasil a importância dos tratamentos, até para facilitar o acesso dos pacientes principalmente aos novos medicamentos, principalmente nessas doenças autoimunes.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

2ª PARTE

ITEM 20

PROJETO DE LEI N° 5545, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa de Regularização de Débitos junto ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 04/03/2020.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Se V. Exa. quiser ir direto à análise, pode ficar à vontade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Muito bem, eu passo à análise do projeto.

Conforme salienta a justificação apresentada pelo autor, não se pode permitir que o Programa Minha Casa Minha Vida, criado pelo Governo com o objetivo de dar dignidade a milhões de famílias que não tinham condições de acessar um dos direitos humanos mais básicos – a moradia –, acabe por se tornar uma verdadeira fonte de pesadelos para dezenas de milhões de brasileiros, diante de uma crise econômica sem precedentes em nossa história e sobre a qual eles não possuem a menor parcela de responsabilidade.

Como bem salienta o Senador Randolfe Rodrigues, certamente, quando da criação do programa, não se vislumbrava a avassaladora crise econômica que atingiu o País a partir de 2015 e da qual ainda não conseguimos nos recuperar plenamente – ainda mais com os complicadores atuais, amplamente divulgados pelos meios de comunicação –, resultando em 13 milhões de desempregados e para outros tantos em reduções substanciais de suas rendas. O teto para morar é, muitas vezes, o único conforto acessível a essas famílias, a última chama de dignidade que lhes restou. O risco que vivenciamos hoje é que mesmo esse mínimo de dignidade possa desaparecer devido ao inadimplemento das prestações.

Diante desse quadro avassalador, a criação de um programa de renegociação das dívidas junto ao Programa Minha Casa Minha Vida mostra-se altamente meritória e oportuna, traduzindo-se num vestígio de esperança, no qual, certamente, milhões de brasileiros poderão encontrar algum amparo.

Porém, considerando que muitos dos contratos firmados no âmbito do programa foram firmados entre famílias e instituições privadas, entendemos que o refinanciamento dos débitos não deve ser compulsório aos financiadores, sendo necessário conferir-lhes a oportunidade de, voluntariamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar ou não da renegociação, nos moldes propostos pelo Projeto de Lei 5.545, de 2019. Com esse intuito, apresentamos uma emenda ao projeto.

Diante do exposto, manifestamos voto favorável ao Projeto de Lei 5.545, de 2019 – que a gente já mencionou agora há pouco –, com a apresentação da seguinte emeda:

> EMENDA Nº – CAS
> Acrescente-se ao art. 1º do Projeto de Lei 5.545, de 2019, o seguinte § 6º:
> "Art. 1º .....
> .....
> § 6º A adesão dos agentes financeiros às renegociações propostas nos termos desta Lei será voluntária".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador Flávio.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação do relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (PSD - AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sim, Senador.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (PSD - AP. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

De autoria minha e do Senador Nelsinho Trad, eu queria que fosse avaliado o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Será agora.

2ª PARTE

ITEM 28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, DE 2020

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 67/2019, com o objetivo de instruir o PL 1712/2019, que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, seja incluído o seguinte convidado: Senhor Fernando Cotta, Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB.

Autoria: Senador Paulo Albuquerque (PSD/AP) e outros

Passo a palavra a um dos autores para a leitura do requerimento. Senador Paulo Albuquerque.

O SR. PAULO ALBUQUERQUE (PSD - AP. Para encaminhar.) – Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do RQS 67/2019, com o objetivo de instruir o PL 1712/2019, que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, seja incluído o seguinte convidado. Propomos para a audiência a inclusão do Sr. Fernando Cotta, Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab).

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Lembro que teremos agora, na sequência, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública destinada a debater os efeitos do vírus zika no cérebro de adultos infectados e demência em pessoas com até 60 anos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sim, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Só uma observação. A gente já discutiu o tema em outras ocasiões, mas voltou ao debate hoje em função do que a Senadora Eliziane Gama falou, da necessidade do intérprete de Libras, como ela mencionou, numa consulta médica. A gente tem as intérpretes e os intérpretes fazendo um trabalho extraordinário há muitos anos aqui na Comissão. Só que, infelizmente, V. Exa. sabe disso e todos nós sabemos, eles fazem um trabalho para os que estão aqui e não para os que estão no Brasil. Então, seria importante a gente multiplicar esse trabalho por milhares, milhões de pessoas, fazendo um novo apelo, sei que o apelo já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito, aos meios de comunicação do Senado, porque, se a gente aprova a Lei de Acessibilidade na comunicação, nas rampas, e tudo, se a gente aprova a lei, acho que o Senado tem que ser o primeiro a cumprir, não é verdade? A gente aprova a lei e não cumpre?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Como V. Exa. falou aqui, por parte do nosso gabinete, já foram até feitas algumas reuniões com a TV Senado, mandei alguns pedidos. Segundo eles, estão avaliando da melhor forma possível. Vai acontecer. Só não deram ainda uma data.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só que eu quero lembrar aos meios de comunicação... Sei que V. Exa. é da área da liderança, mas eu me lembro de que fui Senador até 2010, depois não fui, e fizemos esse apelo dez anos atrás também. Então, é para a gente apressar a decisão da Secretaria, não sei qual é o órgão de comunicação, para que a gente ache uma solução. Não é possível! O Senado é ponta, é referência, faz um trabalho tão bom em tantas áreas! Se eles fizerem aqui, o pessoal das Assembleias, das Câmaras vai repercutir.

Sei que V. Exa. já fez, mas eu quero me somar novamente a esse apelo para que isso aconteça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Lembro mais uma vez que teremos na próxima quarta-feira, dia 18 de março, às 8h, no Auditório Petrônio Portela, o evento destinado a comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down.

Aproveito a oportunidade para convidar as senhoras, os senhores e os Srs. Senadores para o painel Doenças Raras – Impacto socioeconômico e desafios para a regulação sanitária, que irá ocorrer no auditório da Anvisa, no dia 1º de abril de 2020, a partir das 8h30.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, esperando aqui a volta do Senador Luiz do Carmo para darmos início à nossa audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia onze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Luiz do Carmo, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Styvenson Valentim, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Weverton, Irajá, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Eliziane Gama, Carlos Viana, Mecias de Jesus, Paulo Albuquerque, Paulo Rocha, Prisco Bezerra, Fabiano Contarato, Vanderlan Cardoso, Telmário Mota, Dário Berger, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas e Major Olimpio. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Nelsinho Trad e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 127/2019 - CAS, de autoria Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). **Finalidade:** Debater os efeitos do vírus Zika no cérebro de adultos infectados e demência em pessoas com até 60 anos. **Participantes:** Raimunda do Socorro da Silva Azevedo, Pesquisadora do Instituto Evandro Chagas e Representante do Ministério da Saúde; Leonardo Caixeta, Professor da Universidade Federal de Goiás; Fernanda Barros Aragão, Neurocientista e Pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cláudia Pinto Figueiredo, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Luiz Pastore, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Leila Barros, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Irajá, Marcelo Castro e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Marcos do Val, Alvaro Dias, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Prisco Bezerra, Alessandro Vieira, Weverton, Fernando Collor, Antonio Anastasia, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo aos Requerimentos nº 155 e 156/2019 - CCJ, ambos de autoria do Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Finalidade: Instruir a PEC 186/2019, que altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências. Participantes: MANOEL PIRES, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; RUBENS BIAS PINTO, Coordenador Institucional da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (ANDEPS); WANDERLEY GOMES DA SILVA, Conselheiro Nacional de Saúde; HELENO ARAÚJO, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (representante de: GETÚLIO MARQUES FERREIRA, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte); JOSÉ LUÍS OREIRO, Professor de Economia da UnB (representante de: GUILHERME SANTOS MELLO, Professor da Universidade Estadual de Campinas); JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR, Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (AFIPEA); GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (representante de: KLEBER CABRAL, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (SINDIFISCO NACIONAL)); NOEMIA GARCIA PORTO, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA). LUCIANA GRANDO BREGOLIN DYTZ, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef). Usa da Palavra o Deputado Federal Mauro Benevides (PDT/BR). Resultado: Realizada a Audiência Pública. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 23, de 2020 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 156/2019, com o objetivo de instruir a PEC 186/2019, seja incluído o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte convidado: Proponho para a Audiência a inclusão da Senhora Noemia Aparecida Garcia Porto, representando Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, que altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, e dá outras providências, conforme os Requerimentos nºs 155 e 156, de 2019, da CCJ, de iniciativa do Senador Rogério Carvalho, Líder do PT.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Dito isto, estou sugerindo organizar a discussão da seguinte maneira: nós faríamos uma primeira Mesa, com a temática "Economia e PEC 186", em que teríamos como participantes o Sr. Manoel Pires, pesquisador do Ibre da Fundação Getúlio Vargas; o Prof. José Luís Oreiro, professor da UnB; e o Sr. José Celso Cardoso Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Afipea). E logo depois nós iniciaríamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, Sr. Presidente, com um compromisso: o senhor leva o Relator para aí também, né?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

Quem é o Relator? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só pode ser alguém...

Ele fará muito melhor a nós se compartilhar a intimidade com o senhor e com os demais...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... do que ficando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o Senador?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim. Então, já o convido e agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é uma requisição da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Rogério Carvalho já assinou o documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu assino o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na segunda Mesa seriam os representantes das entidades. Então, seriam o Sr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); o Sr. Kleber Cabral, Presidente do Sindifisco; a Dra. Luciana Grando Bregolin Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais; e o Sr. Rubens Bias Pinto, Coordenador Institucional da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps).

Portanto, vou convidar aqui os componentes da primeira Mesa: o Sr. Manoel Pires, pesquisador do Ibre da Fundação Getúlio Vargas; o Prof. José Luís Oreiro, que já teve a oportunidade de estar aqui conosco em outro momento; o Prof. José Celso Cardoso Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ipea; e também o nosso Relator, o Senador Oriovisto, a quem peço perdão por não ter já, no primeiro momento, convidado.

Bem, eu pergunto ao nobre Relator se gostaria de fazer alguma consideração agora ou se prefere falar a partir do momento em que os senhores expositores fizerem suas manifestações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, até como sugestão ao Relator, nós sabemos que já temos um número diversificado, na sua origem, de depoentes, vamos chamar assim, de pessoas que vão trazer aqui as suas manifestações.

O que eu acho que o Relator poderia observar, pela lista de convocados, digamos assim, ou convidados, é se ele acha que, para o relato, para o âmbito, a amplitude do relato, seria interessante contarmos com outras representações, porque, como Senador, eu tenho recebido pedidos de audiência individual em grande número a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O que diz V. Exa.?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Acho, Sr. Presidente, que, de início, seria importante ouvir os presentes, os já convocados e eu guardaria a minha manifestação para o final dessa rodada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Bem, então, de acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: primeiro, os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. A lista de inscrição já está disponível. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão, e os convidados terão, cada um deles, dez minutos.

É importante informar que, quando resta um minuto para a conclusão, soa uma campainha aqui, dando a noção de que têm um minuto para concluir, mas nós seremos condescendentes, dando um pouco mais, desde que também não haja um excesso na manifestação.

O Senador Oriovisto quer dizer alguma coisa?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Não. Eu ia pedir exatamente o tempo. O senhor já disse.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, então, eu concedo a palavra ao Dr. Manoel Pires, Pesquisador do Ibre, FGV.

O SR. MANOEL PIRES (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Bom dia, Relator.

Obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui, nesta Comissão do Senado, discutindo a PEC 186.

Bom, a PEC, quando foi proposta aqui, no Senado, a gente tinha um cenário econômico de crescimento que girava em torno de uma expansão de 2,5% em 2020. Evidentemente, esse cenário está sendo profundamente alterado em função das circunstâncias econômicas atuais. A economia mundial passa por dois eventos de expressiva relevância – o surto do coronavírus e, recentemente, a questão do preço do petróleo – e esse cenário vai ser revisado, o crescimento econômico muito provavelmente vai ser menor no Brasil e no mundo.

Existem três canais principais para esses choques afetarem a economia brasileira. O primeiro é o choque no mercado financeiro – bolsa cai, petróleo cai, câmbio sobe. Normalmente, nesse tipo de situação, o Banco Central procura dar mais estabilidade ao funcionamento do mercado para ele digerir melhor esse processo. Isso está sendo feito.

Na decorrência desse choque financeiro, você tem um choque de crédito. Os bancos travam o acesso ao crédito por conta do aumento do risco. Então, os bancos públicos estão atuando, oferecendo linhas emergenciais. Tudo que está sendo feito, até certo ponto, em certo sentido, na reação a essa crise está seguindo o que o livro-texto recomenda.

Bom, a terceira etapa desses choques é a questão da atividade. A gente vai ter menos exportação, menos investimento e, aí, muito provavelmente, vai ver queda de juros e vai ter um pilar que está faltando na discussão de política econômica, que é o investimento público.

É na discussão do investimento público que eu começo a fazer a minha análise sobre a PEC. Hoje, em função da institucionalidade que a gente construiu nos últimos anos, essa perna da política econômica está claramente prejudicada. Então, é importante colocar o debate da PEC emergencial nessa perspectiva também de como ela pode promover o ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, abrir espaço, um caminho para a gente sair dessa crise, dessa desaceleração econômica mundial que vai, certamente, afetar o País.

Bom, evidentemente, os acontecimentos recentes criam um ambiente diferente para o debate da PEC. Em certo sentido, o debate da PEC acaba sendo atravessado por esses eventos, mas é importante a gente aproveitar esse debate para fazer do limão uma limonada.

A forma que eu tenho para refletir sobre a PEC gira em torno de três questões. A primeira questão: a PEC emergencial ou regimes emergenciais de política fiscal são necessários, são desejáveis? Minha resposta é que sim.

Segunda questão: se eles são necessários, o que deveria caracterizar uma situação de emergência fiscal? E aqui eu acho que a PEC tem um problema grave. Do jeito que a PEC está desenhada, ela não define claramente, não define de maneira adequada o que caracteriza uma emergência fiscal.

Terceiro ponto: uma vez caracterizada a emergência fiscal, o que eu deveria fazer? Quais são as despesas que eu deveria controlar? Quais são as receitas que eu deveria elevar, de maneira a fazer produzir esse ajuste fiscal ao menor custo econômico possível?

Então, eu vou elaborar um pouco mais sobre a primeira questão: até que ponto é desejável haver um regime fiscal de emergência. Existem vários argumentos favoráveis a um regime fiscal de emergência. Primeiro, ele facilita a elevação do resultado primário e a estabilização da dívida por definição. Ele facilita a adoção de medidas que levam nessa direção. Então, por si só, ele é um instrumento útil para a gente tratar esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo – e aí é uma questão de economia importante que tem a ver com elementos expectacionais –, se o país tem um regime fiscal emergencial, as pessoas atribuem a esse país um risco fiscal menor, porque, se eu tiver um problema, eu tenho mais condição de resolver esse problema. Então, é possível que, na presença de um regime fiscal como esse, os juros caiam, os juros dos títulos públicos de longo prazo caiam e vai ser mais barato financiar a política fiscal. Só para citar um exemplo, se a gente tivesse um instrumento como esse em 2002, 2003, muito provavelmente a gente não passaria pela situação difícil que a gente passou. A gente viveu uma crise fiscal em 2002 muito em função da expectativa que se tinha sobre a trajetória da dívida com a mudança da política econômica que poderia vir com a eleição, o que não aconteceu. A gente só ficou com o custo desse tipo de discussão.

Então, entendo que essa PEC vem para tratar esse tipo de problema e, por conta disso, me parece uma proposta que tem mérito.

Segundo ponto. Dado que faz sentido ter um regime de emergência fiscal, o que deveria acionar, o que a gente deveria considerar uma situação de emergência fiscal? A PEC propõe que seja a regra de ouro, ou seja, se o Governo não tiver recursos suficientes para cumprir a regra de ouro, ele estaria autorizado a adotar as medidas emergenciais. Regra de ouro é aquela regra que está definida na Constituição, que diz que um governo não pode financiar despesas correntes com endividamento. Eu vou alegar aqui que essa métrica não é a melhor métrica para fazermos esse tipo de debate. Na verdade, a gente já passou por períodos de sustentabilidade fiscal cumprindo a regra de ouro.

Por outro lado, a gente também não cumpre a regra de ouro hoje, apesar de a gente ter passado por uma crise fiscal muito mais grave em 2015/2016, diferentemente do que a gente está vivendo agora.

Em geral, as melhores métricas para a gente discutir o acionamento desse regime fiscal estão associadas ao déficit primário, que está diretamente ligado à insustentabilidade fiscal, ou métricas alternativas de déficit primário, como o déficit primário recorrente, em que você exclui receitas atípicas e despesas atípicas do orçamento fiscal, ou o déficit primário estrutural, em que você exclui do cômputo da estatística fiscal as questões cíclicas. Quando a economia entra em recessão, a arrecadação cai e aí o déficit aumenta, mas, depois, quando a economia volta, essa arrecadação aumenta e você volta para a posição fiscal inicial. Então, você não precisaria fazer nada. Na Europa, o indicador fiscal que é utilizado para esse tipo de regime é o de déficit primário estrutural.

Só para ilustrar aqui com dados o que eu estou dizendo, esse gráfico aqui mostra a insuficiência da regra de ouro. Isso é fonte do Tesouro Nacional. Desde 2008, a regra de ouro vinha sendo cumprida. Em 2015 e 2016, ela foi cumprida, a despeito de a gente ter vivido o auge dessa crise fiscal. Ela só passa a ser descumprida em 2018, quando o pior da crise fiscal já tinha passado. Ou seja, do jeito que está proposta hoje essa PEC, se eu voltasse a viver o mundo de 2015 e 2016, eu não teria permissão para acionar esses gatilhos. Isso é claramente um equívoco a meu ver.

Só para contrapor com outros indicativos, outros indicadores, esse gráfico aqui tem o resultado primário do Governo Federal. Então, a gente tem superávit até 2013, depois, os déficits desde então. Os piores déficits foram em 2015 e em 2016. De novo, pela regra que está proposta aqui, eu não teria condição de acionar esses gatilhos no ápice da crise fiscal. Eu só poderia acioná-los em 2018. O déficit de 2018 foi quase um ponto percentual melhor do que o déficit de 2016.

Quando eu olho para a estatística de resultado primário recorrente, tirem leilão do pré-sal, tirem despesas pontuais como aquele subsídio para transporte de caminhoneiros, quando eu tiro essas coisas pontuais da estatística, de novo, eu chego à mesma conclusão: o maior déficit primário foi em 2016 e essa PEC não me daria o instrumento de que eu precisaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos olhar para o estrutural. Tirem o efeito do ciclo econômico, esqueçam que a economia entrou em recessão e que a receita caiu, vamos calcular o déficit primário, considerando que a economia está crescendo numa situação normal. Ainda assim o déficit primário, isso aqui é dado do Governo, SPE, 2016 foi o ano de maior déficit primário. Ou seja, por vários indicadores por que a gente olhe, a gente não consegue justificar a proposta de usar a regra de ouro para definir uma emergência fiscal.

O que você tem é uma conveniência do momento, que pode ser útil, mas, para frente, você não vai ter uma regra com uma base permanente útil para aplicar em outros contextos. Me parece que é mais adequado rediscutir o indicador e recalibrar o valor. Você pode, por exemplo, propor o acionamento desses gatilhos enquanto o déficit for maior que 1% do PIB, ou meio, enfim, mas é uma discussão que, me parece, precisa ser feita.

Estou acabando, Senador. Obrigado.

Bom, o terceiro ponto dessa PEC que eu julgo ser importante é o que você deve fazer enquanto estiver em emergência fiscal. O que o Governo está propondo, basicamente, em linhas gerais, é usar os mesmos gatilhos da emenda do teto de gastos com a diferença, com o acréscimo de poder reduzir jornada dos servidores. Isso está justificado pelo fato de as nossas despesas obrigatórias crescerem muito em relação às despesas discricionárias. Então, você precisa reforçar o controle das despesas obrigatórias.

O problema desse dispositivo é que ele me parece muito exagerado. Então, quando você projeta o descumprimento da regra de ouro, você está falando em não dar reajuste para os servidores por três, quatro anos, não fazer contratação de nenhum servidor público por três ou quatro anos. O próprio Governo acabou de propor uma flexibilização para poder contratar.

Então, me parece que as medidas emergenciais são muito prolongadas e engessam demais. Quando você conjuga isso, essa proposta com a proposta da regra de teto, você vai ficar sem reajuste de servidor até 2026, por seis anos, sem contratar nenhum servidor por seis anos. Eu acho isso completamente irrazoável, eu acho isso completamente não crível. Se você precisa fazer isso para resolver o problema fiscal, é porque o problema fiscal está em outro lugar.

Então, a minha proposta é que isso seja considerado e que a gente possa definir esse regime de emergência fiscal com um prazo de duração um pouco mais curto, dentro do que os senhores consideram ser razoável para adotar essas medidas e, se não for suficiente para resolver o problema fiscal, que se façam outras medidas em outras áreas do orçamento público para corrigir esse desvio.

Então, por fim, eu vou concluir aqui a minha fala inicial fazendo algumas observações, porque eu tenho visto algumas alegações em defesa da proposta do jeito que ela está que me parecem equivocadas. Primeira observação: essa PEC não é suficiente para cumprir o teto de gastos. Do ponto de vista de efeito líquido, o que o Governo vai ganhar é poder adotar duas ou três medidas a mais. Isso vai dar uma economia de R$12 bilhões a R$13 bilhões. No ano que vem, você vai ter que adotar outras medidas.

Eu vejo muita gente defendendo a PEC de emergência fiscal, porque ela viabiliza o teto de gastos. Na verdade, ela viabiliza o teto de gastos no próximo ano e, nos seguintes, vocês vão ter que discutir outras medidas. Então, é preciso ter clareza do efeito do que está sendo proposto.

Segundo ponto importante: a PEC da emergência fiscal não abre espaço fiscal para investimento. O objetivo dela é viabilizar o teto de gastos no formato que foi aprovado, no formato em que ele está vigente hoje. Ele vai continuar comprimindo despesa discricionária e fechando espaço para investimento.

Por conta disso, eu trago aqui, como sugestões, primeiro, mudar o critério de acionamento do regime, que parece descalibrado, mal calibrado; segundo, definir, avaliar as medidas que estão sendo postas à luz do teto de gastos e avaliar se o universo do que está sendo feito parece razoável. Minha visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que não. Então, minha opinião seria a de adotar esse regime por um prazo pré-determinado e recomendar ou exigir do Governo medidas adicionais, se os senhores julgarem o caso, se o problema fiscal não for corrigido durante o funcionamento desse regime de exceção fiscal.

E, por fim, uma observação sobre regras fiscais. As regras fiscais que funcionam melhor não são as regras fiscais mais rígidas. O que a literatura mostra é que quem adota regra fiscal muito rígida acaba perdendo instrumento e tendo que mudar as regras fiscais à frente e isso gera um custo muito grande para o Governo, que perde credibilidade, e para os Parlamentares, que têm que votar coisas diferentes do que tinham aprovado.

A literatura mostra que regras fiscais mais flexíveis são capazes de acomodar ciclos econômicos que conseguem abrir espaço para mais investimento público e fazer a consolidação ao mesmo tempo e são mais eficientes para produzir uma combinação entre estabilidade fiscal e crescimento econômico. Em função disso, eu observo a PEC 131, de 2019, do Senador Jaques Wagner, que abre espaço para a ampliação de investimentos.

Controlando as despesas correntes e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL PIRES – ... abrindo espaço para investimento, é o melhor caminho para a gente produzir uma consolidação fiscal saudável para a economia.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria – Sr. Relator, Oriovisto, também peço a sua atenção – que o próximo palestrante, além de fazer essa boa apresentação... O único reparo que eu faço foi não mencionar o déficit de 2019, que nós já sabemos qual foi. Foi menor, acho que dá menos do que 1% – menos de 1%.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, não. O déficit primário.

O SR. MANOEL PIRES (Para expor.) – Eu gostaria, Senador... Está aqui. Ele foi de -1,23% do PIB. É porque há um indicador fiscal que ainda não foi publicado com o ano de 2019, que provavelmente o senhor está observando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Tudo bem. Mas eu queria que cotejasse esta emenda constitucional com o desconhecidíssimo art. 169, o soldado desconhecido da Constituição. O que ela acrescenta, prolonga ou amplia em relação ao 169, que eu acho que 90% dos Parlamentares nunca leu? Acho eu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dando sequência aqui à nossa Mesa, eu vou passar a palavra ao Prof. José Luís Oreiro, Professor da UNB, para sua manifestação. São dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o gentil convite da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para, mais uma vez, estar aqui falando sobre as PECs de reformas propostas pelo Governo.

O título da minha apresentação é muito sugestivo: "Emergência. De qual emergência a gente está falando?". Eu acho que é *sui generis* nós estarmos aqui discutindo a PEC da emergência fiscal dada a crise de coronavírus, que vai chegar, em algum momento, nos próximos 60 dias, ao Brasil. Era dessa emergência que a gente deveria estar falando, mas, já que o tema é esse, vamos falar da emergência fiscal.

Eu pretendo colocar quatro pontos nos meus breves 15 minutos.

Primeiro ponto, o Brasil não se encontra em emergência fiscal de nenhum tipo. O Manoel já tinha falado um pouco sobre isso na sua apresentação, mas eu vou reforçar aqui. De fato, a dívida pública se encontra num patamar elevado, mas, quando a gente olha a taxa de crescimento da dívida, ela está declinando, o que significa que a dívida bruta como proporção do PIB vai se estabilizar em algum momento ou nos próximos anos.

Segundo ponto, a agenda de reformas iniciadas com a Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos, e complementada pela reforma trabalhista e pela reforma da previdência simplesmente não está funcionando. E aqui eu quero citar a famosa frase do Prof. Mário Henrique Simonsen, quando ele se referiu aos planos heterodoxos de estabilização, o Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, que nunca funcionavam, mas que se fazia sempre um outro na esperança de que ele viesse a funcionar. Ele denominou isso de princípio da contraindução. O que é o princípio da contraindução? É um experimento que não dá certo "n" vezes, você tenta, você repete esse experimento mais vezes na fé de que, em algum momento, ele vai dar certo. Parece que é a agenda que está em vigor, no Brasil, desde 2016, que é de reformas atrás de reformas, dizendo que sempre a próxima reforma é que vai dar certo, mas, quando chega a próxima reforma, o crescimento continua medíocre.

Terceiro ponto, a adoção da PEC emergencial irá impor um choque negativo de demanda agregada ao reduzir a massa salarial do setor público em até 25%. Estimativas do Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada do Cedeplar/UFMG apontam para uma queda de 1,3% do nível de atividade econômica, na comparação com o cenário sem a PEC, caso os vencimentos e a jornada de trabalho dos servidores públicos sejam reduzidos em 25%.

Isso aqui são dados, coisa que o Ministério da Economia até agora não apresentou.

Quarto e último ponto, o espaço fiscal que a Emenda Constitucional 186 pode abrir no orçamento da União é mínimo. Por quê? Primeiro, 45% do gasto com pessoal é composto por inativos, que é de 43%, e precatórios. Portanto, essa massa já está fora da PEC, são 45%. Dos 55% que poderiam ser afetados pela PEC, nós temos a seguinte composição: desse bolo, 16% é defesa, que vai ficar fora da PEC; a área social, que inclui saúde e educação pode ser afetada pela PEC, mas eu quero ver quem vai ser o político que vai reduzir a jornada de trabalho de professores e de médicos e explicar isso para a população; depois nós temos segurança pública, quero ver o político que vai reduzir jornadas de trabalho de policiais; demais do Executivo, por exemplo, Ipea, está aí nos 22%; Justiça e Legislativo, com 20% desse montante.

Pois bem, considerando que defesa e segurança vão ficar fora da PEC e que é politicamente impossível reduzir os serviços públicos na área social – se bem que, neste Governo, tudo é possível –, sobram apenas 42% dos 55% de gastos com ativos; ou seja, o que as Sras. e Srs. Senadores estão propondo pode atingir apenas 23,1% dos gastos da União com o funcionalismo público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, como na média dos últimos 20 anos, a União tem gastado 4,5% do PIB com funcionalismo público, segue-se que, no melhor cenário, a União poderia reduzir o gasto com funcionalismo público em apenas 0,25% do PIB, ou seja, uma redução de apenas R$17 bilhões. Se a gente excluir disso os gastos com os funcionários do Judiciário e do Legislativo, a economia cai para apenas R$8 bilhões. Então, é disso que a gente está tratando, uma PEC de emergência fiscal que, se executada, vai levar a uma economia de R$8 bilhões.

Bom, aqui nós temos – agora são dados – a Dívida Líquida do Setor Público e a Dívida Bruta do Governo Geral. A gente observa que, de fato, houve um aumento nos últimos anos, mas o aumento ocorreu durante a recessão e, nitidamente, pelo gráfico, tanto a dívida bruta como a dívida líquida estão se estabilizando. Portanto, o cenário de emergência fiscal ficou para trás.

Quando a gente olha a taxa de crescimento da Dívida Bruta do Governo Geral, na média móvel dos últimos 12 meses, de julho de 2014 até janeiro de 2019, a gente vê que o auge da taxa de crescimento dela foi fevereiro de 2016; portanto, antes da PEC do teto dos gastos, ou seja, antes da emenda constitucional do teto dos gastos, a taxa de crescimento da dívida bruta já estava caindo, está caindo tendencialmente e vai chegar a zero. Quando ela chegar a zero, a dívida bruta se estabiliza. Portanto, dizer que nós temos uma emergência fiscal não passa de *fake news*. E outra coisa: a situação fiscal do Brasil não é diferente da de outros países.

Nesse gráfico, a gente vê a dívida pública com proporção do PIB de vários países: Chile, Brasil, Estados Unidos e Espanha. Como resultado da crise de 2008, a dívida pública com proporção do PIB aumentou em todos os países, não só no Brasil. Então, a situação fiscal brasileira não é essencialmente diferente do que tem acontecido em outros lugares do mundo.

E as reformas estão funcionando? Esse gráfico mostra a taxa de crescimento do PIB real de 1980 a 2018. A média de crescimento de 1980 a 2018, e observem que, de 1980 a 2014, houve um monte de governos: houve o Governo Figueiredo, o Governo Sarney, o Governo Collor, o Itamar, o FHC 1 e 2, Lula 1 e 2 e Dilma 1. Bom, a média de crescimento foi de 2,81%. Pós-crise, a média de crescimento é de 1,2%, Cadê a agenda das reformas? Não era para acelerar o crescimento?

Aliás, na justificativa da PEC 187, que foi votada na semana passada, está escrito que a agenda de reformas acelerou o potencial de crescimento da economia brasileira. Errado. O potencial de crescimento da economia brasileira caiu. É o que os gráficos estão mostrando claramente. Inclusive, há o seguinte: eu botei as bolinhas em vermelho para mostrar para os senhores e para as senhoras a reação da economia brasileira pós-crise. Então, temos a crise de 1981, a crise de 1991 e a crise 2008. O que aconteceu nessas crises? A economia caía, mas se recuperava muito rapidamente, inclusive, crescendo acima, durante alguns anos, da tendência de longo prazo. Isso não está acontecendo agora.

Quais são os impactos da PEC sobre o nível de atividade econômica? Até agora não foi feita nenhuma análise, por parte do Governo, do impacto macroeconômico da PEC. Isso foi feito pela equipe de pesquisadores da UFMG. Esse Modelo de Equilíbrio Geral Computável, desenvolvido pela UFMG, foi uma nota técnica publicada no dia 28 de fevereiro deste ano. Eles fazem uma simulação, considerando três cenários: redução de 5%, de 10% ou de 25% dos vencimentos dos servidores públicos. Tem me chamado a atenção aqui o seguinte: não é redução de salário, é redução de jornada. Então, a economia que vai estar sendo gerada, na verdade, vai ser derivada da redução de serviços prestados à população, notadamente saúde e educação. É disso que nós estamos falando. Tem que deixar isso bem claro para a população, pois a população acha que vão reduzir os supersalários de alguns juízes, que chegam a R$ 600 mil. Mas não é isso que vai ser reduzido. São serviços prestados à população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem. Na simulação, no caso em que a redução é de 25%, nós temos uma queda do PIB de 1,4%, com relação ao salário de referência, no curto prazo, e de 1%, com relação ao cenário de referência no médio prazo.

Outra coisa. Quando a gente olha as despesas com funcionalismo público da União, como percentual do PIB, ela está estável, em torno de 4,3% do PIB, desde 1997. Então, é outra *fake news*. Não é verdade que os gastos com funcionalismo público da União sejam explosivos. Estão estáveis como proporção do PIB. E metade disso é de inativos. Ou seja, já está aí, nessa conta, a aposentadoria dos servidores da União.

Bom, nessa outra tabela – aí eu quero agradecer, em público, a colaboração da assessoria do Senador José Serra, que me passou ontem esses números –, a despesa com pessoal da União, na execução orçamentária de 2018, foi a seguinte: com ativos foram gastos R$161 bilhões; com inativos e precatórios, R$135 bilhões; ou seja, o ativo foi 54,3% do gasto com pessoal e inativos 45,7%.

Nessa composição do gasto com pessoal ativo, nós tivemos quase 60 bilhões com gastos sociais; 27 bilhões com a Justiça; 25 bilhões com a defesa; 8,5 bilhões com segurança pública; 5 bilhões com o Legislativo; e demais, o Executivo, onde está o Ipea, por exemplo, 36 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – Educação está em gasto social.

Então, o que a gente pode mexer, no final das contas, se você tirar gastos sociais, se você tirar Justiça, se você tirar defesa, se você tirar segurança pública e se você tirar o Legislativo, é naqueles 22,3%. Ou seja, o que a PEC, no fundo, no fundo, pode mexer, é 22,3% do gasto com o funcionalismo público; 25,3% em cima e, depois disso, mais 4,5%, que é o gasto da União com os funcionários públicos. Isso vai te dar uma economia de R$8 bilhões. É disto que nós estamos tratando: R$8 bilhões, a enorme economia que vai salvar a lavoura, que está sendo proposta por este Governo.

Eu coloquei como meu penúltimo eslaide um *tweet* da Monica de Bolle de ontem repercutindo o cenário pós-crise do petróleo e coronavírus que é muito interessante. Nas suas palavras: "O que eu não entendo? Se o governo é tão confiável e prudente na área fiscal, por que tanta paúra de derrubar o teto de gastos para fazer medidas contracíclicas em tempos de crise? Quando muda o cenário, mudam as medidas. O cenário mudou. Não é hora de PEC emergencial".

Não é hora de termos esse tipo de discussão. A PEC vai aprofundar a recessão e vai gerar um resultado fiscal muito pequeno no final das contas. Então, simplesmente é extemporâneo esse tipo de discussão.

Minhas recomendações, e com isso estou terminando minha apresentação: o Manoel já tinha falado sobre a regra de ouro. Eu acho que, à luz das considerações feitas nesta audiência, o Senado Federal deveria não só reprovar a PEC 86 mas elaborar uma nova PEC que elimine a regra de ouro da Constituição Federal, haja vista que essa regra fiscal é inconsistente e ineficiente. Muito simples, como o Manoel mostrou na sua apresentação. A regra de ouro não foi capaz de evitar o aumento do endividamento público. E pior, durante o momento em que de fato nós estávamos numa situação de emergência fiscal, a regra de ouro foi cumprida com pés nas costas. Então, simplesmente ela é um penduricalho inútil e inconsistente. Se a gente quer realmente modernizar o arcabouço fiscal brasileiro, primeiro, tirar o raio da regra de ouro.

Segundo ponto: a consolidação fiscal brasileira exige uma aceleração do ritmo de crescimento da economia. Não existe ajuste fiscal que pare em pé com a economia crescendo 1%, não existe. Vou só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a seguinte conta: se não tivesse ocorrido a crise de 2014 e 2016 e se a economia brasileira tivesse continuado a crescer na sua média de longo prazo, que já era baixa, de 2,81% ao ano, o PIB hoje, em 2020, seria 20% mais alto. Isso, em números, significaria que o PIB brasileiro seria maior em R$1,8 trilhão. Como o setor público arrecada 33% do PIB, isso daria para a União, Estados e Municípios uma arrecadação adicional de R$550 bilhões. Então, se isso tivesse acontecido, nós não estaríamos aqui hoje discutindo essa PEC.

Bom, terceira recomendação para que a gente consiga acelerar o crescimento: tem que tirar o teto dos gastos. Com o teto dos gastos em vigência, a gente não vai conseguir aumentar o investimento público, não porque falte dinheiro, não é isso, é porque é uma restrição autoimposta. Bom, agora, se não for possível eliminar de vez o teto dos gastos, pelo menos a gente poderia aproveitar agora a PEC 186 e retirar do teto dos gastos o investimento público.

Era isso que eu tinha para dizer para os senhores e para senhoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. José Luís Oreiro, professor da UnB.

Eu gostaria de registrar aqui algumas presenças nesta audiência pública: Sra. Renata Gil de Alcântara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Sr. Fernando Figueiredo Bartoletti, Vice-Presidente Institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Sr. Manoel Victor Sereni Murrieta, 1º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); Sr. Cristiano Reis Giuliani, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais; e Sr. Bernardo Bastos, Secretário-Geral da Associação Nacional dos Procuradores Municipais.

Bem, antes de passar a palavra ao Dr. José Celso Cardoso, Presidente da Afipea, eu gostaria de ler aqui as perguntas que já chegaram por intermédio do e-Cidadania, que poderão ser respondidas por ele, pelos Senadores e também por aqueles que já se manifestaram no momento em que retornar para eles a palavra.

O Sr. Alexandre Borba, de Pernambuco, pergunta se a PEC implicará em menos horas trabalhadas nos serviços prestados à sociedade, tais como médicos, enfermeiros, professores e fiscalizações.

Alan Nantes, do Mato Grosso do Sul: "Por que o serviço público vai pagar pelas más gestões políticas desde a Carta Magna de 88? Não deveria punir os que desviaram o dinheiro?".

Aristóteles de Almeida, de São Paulo: "Realizar o ajuste fiscal por meio do corte de salários dos servidores não irá somente aprofundar o déficit ao reduzir ainda mais a demanda?".

Cristina Valverde, do Rio de Janeiro: "Pode ser aplicada aos Parlamentares?".

Rayell Correia, do Tocantins: "Por que tirar mais uma atribuição do Poder Executivo?".

Bruno da Silva, de Minas Gerais: "Por que não incluir chefes do Executivo e legisladores na redução de 25% dos rendimentos?".

Najara Ferreira, de São Paulo: "Por que não reduzir os altos salários dos políticos e dos comissionados da alta?".

João Cavalcante, de Pernambuco: "É preciso cortar as mordomias dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A valorização dos servidores públicos é importante para o bom funcionamento dos serviços públicos". Lilian Herrera, do Mato Grosso do Sul: "Queremos saber quais as medidas para acabarem com os cargos comissionados, e não com os servidores públicos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luiz Ferreira, de Alagoas: "Não seria mais justo cortar linearmente 25% de todos os servidores dos três Poderes (incluindo Forças Armadas)?"

Cinthia Eller, de Minas Gerais: "Vão cortar 25% de todos os cargos, inclusive os políticos? Vão reduzir os vencimentos de todo o corpo legislativo e judiciário?"

Vanessa Martins: "Por que não cortam os cargos comissionados? Os ataques são sempre direcionados aos servidores detentores de cargo efetivo?"

Alexandre Borba, de Pernambuco, novamente: "A PEC implicará em menos horas trabalhadas nos serviços prestados à sociedade, tais como médicos/enfermeiros/professores/fiscalizações?"

Essa foi a mesma.

O.k. Então, depois dessas inquirições, com a palavra o Dr. José Celso Cardoso Júnior, Presidente da Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Afipea).

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR (Para expor.) – Muito bom dia a todos e todas! Igualmente, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de fazer uma discussão tão importante como esta, em um contexto tão dramático como o que o Brasil tem vivido nos últimos anos, em especial de 2019 para cá.

Eu gostaria de, em complementação às falas anteriores dos colegas, fazer um enquadramento um pouco mais geral acerca desse tema da PEC 186, chamando a atenção para um dispositivo que está previsto, na verdade, na PEC 188, na qual a PEC 186 se insere quase que integralmente, que é a ideia de inserir na Constituição um suposto direito a um equilíbrio fiscal intergeracional. Eu vou pegar por esse prisma pelo fato de que eu considero esse dispositivo, que considero pano de fundo da discussão toda que temos feito aqui sobre ajuste fiscal de modo geral, talvez o mais grave de todos. Por quê? Porque esta Casa, o Senado está prestes – espero que não – a colocar na Constituição uma medida tão drástica e irrealista como a que, por exemplo, a Argentina colocou no começo dos anos 2000, quando colocou na sua Constituição a conversibilidade do peso ao dólar, sem ser uma economia de moeda conversível e sem ser uma economia que produzisse dólares. Isso, obviamente, constrangeu a capacidade daquela economia em produzir crescimento porque teve que produzir, antes de mais nada, dólares, por meio de exportações cujos determinantes, como sabemos, não são controlados totalmente pelo país que exporta. Isso, evidentemente, constrangeu as capacidades daquele país de engendrar trajetórias sustentáveis, mais elevadas, de crescimento econômico. Essa medida, portanto, se constitucionalizada – o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional – vai representar algo similar no caso brasileiro. Ou seja, vai representar o que eu chamo de petrificação das finanças públicas no Brasil. Se não estamos em um regime de emergência fiscal, entraremos em um regime de emergência fiscal, uma vez constitucionalizadas essas PECs. Aí sim teremos uma espécie de normalização da exceção fiscal, ou, aí sim, uma emergência fiscal permanente, em função dos aspectos que já foram aqui colocados pelo Manoel e pelo Prof. Oreiro.

Eu considero essa medida, somada a medidas específicas de corte de serviços públicos etc., como um atalho para uma espécie de suicídio econômico, social e político do Brasil como país-nação, como Nação, pelas razões que eu vou colocar abaixo, em resumo, basicamente, pelo fato de que esse conjunto de medidas chamadas de Plano Mais Brasil anula, em essência, a capacidade do Estado brasileiro de executar políticas públicas, de gastar em contextos de crise de modo contracíclico e, portanto, de engendrar trajetórias de crescimento, o que, sim, resolveria os problemas inclusive fiscais que o Governo sustenta existirem de modo irreparável.

Veja: há uma espécie de privatização das finanças públicas em curso no Brasil, diria eu, desde a Constituição de 1988. A Lei de Responsabilidade Fiscal é parte desse processo, a Emenda 95 é parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse processo. As PECs 186, 187 e 188 cristalizam, sacralizam uma espécie de distribuição desigual e concentrada da riqueza que se processa por meio do Estado.

Quero dizer com isso o seguinte – pensem só: todos os cidadãos brasileiros, cada um a seu modo, a despeito da regressividade da estrutura tributária que sabemos existir, contribuem, de uma maneira ou de outra, com a arrecadação geral, com a composição do fundo público de modo geral, com a carga tributária. Pois bem, o mesmo não se dá com a destinação desses recursos arrecadados, com a composição desse fundo público, porque, crescentemente, por meio dessas medidas de restrição fiscal que estão sendo implementadas e constitucionalizadas, o que é pior ainda, vai havendo uma espécie de "privilegiamento" do gasto ou da alocação do gasto para a dimensão financeira da riqueza ou das finanças em detrimento do gasto real, do gasto primário, esse, sim, responsável pela implementação das políticas públicas, pela chegada do Estado à população, sobretudo à população mais pobre, nas regiões mais pobres.

Isso que eu chamo de privatização das finanças públicas é composto ou pode ser resumido por um duplo processo simultâneo: de um lado, há um conjunto de restrições fiscais crescentes, várias delas inexequíveis, como foi colocado aqui, com o detalhe da criminalização do gasto público real, do gasto de custeio assim como do de investimento; de outro lado, em paralelo, simultaneamente, há um processo de flexibilização crescente, sem limite superior, ou seja, sem teto de gastos, do gasto financeiro, do gasto com juros, por exemplo, da dívida pública. Aliás, a PEC 187, que foi votada na semana passada, textualmente, diz isto: vamos acabar com os fundos públicos para financiar a dívida pública. Assim, é um processo, portanto, por dentro da arrecadação e da destinação do fundo público, que vai tornando as finanças públicas um instrumento de "privilegiação", de "privilegiamento" das classes mais ricas deste País. É altamente concentrador de renda e esterilizador do potencial de crescimento. Finanças públicas saudáveis são diferentes de finanças públicas estéreis. Está certo?

É preciso entender que o gasto real, o gasto primário, naturalmente, intrinsecamente, tem o potencial intrínseco de ser saudável no sentido de que, ao gerar emprego, ao gerar renda, ao gerar lucros das empresas, ao gerar tributos, ele praticamente se autofinancia ao longo do tempo. Os seus determinantes são de ordem social, econômica e política. Já o gasto financeiro, parasita, esse, sim, o verdadeiro parasita da Nação, é um gasto intrinsecamente estéril. Ele gera desemprego, gera pobreza e concentração de renda. Os determinantes do gasto financeiro são autônomos e não estão baseados em fatores reais.

Então, o problema não é o déficit ou a dívida em si. O problema é a composição da dívida ou a forma de financiamento ao longo do tempo do déficit e da dívida. E, no caso brasileiro, sabemos que a composição é perniciosa porque ela não está ancorada num gasto produtivo, num gasto real, que amplia capacidades do Estado, da própria sociedade e da própria economia capitalista em se desenvolver, mas está ancorada em uma lógica financeira que se autovaloriza, que se autorreproduz, sem nenhum retorno para a sociedade em termos de crescimento, emprego, juros, lucros e tributos.

Portanto, é preciso entender adicionalmente que o tratamento que deve ser dado às finanças públicas é diferente, evidentemente, do tratamento que costumeiramente é dado às finanças domésticas, ou seja, o Estado, diferentemente das famílias e das empresas, como sabemos, emite moeda, controla a taxa de juros, controla os tributos e não possui a rigor um horizonte de tempo pré-definido dentro do qual ele tenha de zerar o seu endividamento. Aliás, ele não só não possui esse horizonte, como ele não precisa zerar esse endividamento. Essa é a razão pela qual todos os países do mundo, ou a maior parte deles, vivem permanentemente com determinado nível de endividamento, que é o que permite a própria construção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR – ... das estratégias de crescimento e de autofinanciamento da dívida pública.

A economia é um sistema dinâmico e intertemporal e não pode ser reduzida a uma lógica contábil de curto prazo ou estar presa ao ano fiscal, que começa em janeiro e termina em dezembro. Esse critério é simplesmente inadequado e insustentável para pensar a característica específica e a forma de funcionamento das finanças públicas numa economia capitalista. A economia capitalista é naturalmente uma economia de endividamento, porque não só o Estado emite dívida para se financiar, supostamente para financiar seus projetos de investimento, entre outros, como as empresas e as famílias também se endividam para antecipar os seus desejos, os seus planos de consumo e de investimento. Se tirarmos uma fotografia hoje da economia brasileira, incluindo famílias, empresas e governo, e se fizemos isso com a maior parte dos países do mundo, nós vamos ver que a maior parte dos agentes econômicos, incluindo famílias e empresas, está em situação de endividamento, em alguma situação de endividamento. Isso não é uma catástrofe, isso não é um problema; aliás, essa é a condição de existência de funcionamento da economia capitalista tal como se desenvolveu nos últimos 200 ou 300 anos, para dizer o mínimo. O crédito – na verdade, a contraparte dele é uma emissão de uma dívida – é uma antecipação de poder de compra que vale para os Estados como fonte de financiamento do investimento, que vale para as famílias como fonte de financiamento da casa própria, por exemplo, e que vale para as empresas como fonte de financiamento dos seus projetos de expansão, ou seja, as finanças empresariais também dependem do endividamento – obviamente saudável – dinâmico, intertemporal, para crescer e prosperar.

No Brasil, por sinal, este lugar que eu considero maravilhoso e felizmente distante dos manuais fundamentalistas da economia liberal, a relação histórica entre o gasto público e o gasto privado é de complementariedade, há uma correlação positiva histórica entre a capacidade do Governo de antecipar poder de compra – portanto, gerando um determinado nível de endividamento – e o crescimento da economia privada, porque a economia privada segue os sinais do Estado, dos governos, de modo geral no mundo inteiro. Isso não é diferente no Brasil; aliás, diria que no Brasil talvez isso seja até mais importante do que em outros países, pelo fato de que historicamente somos uma economia heterogênea, desigual, de capitalismo tardio, etc. que sempre teve no Estado um agente central de organização do processo de crescimento e de desenvolvimento. Querer não enxergar isso ou querer substituir isso por uma ideia teórica equivocada e historicamente não aderente à experiência de nenhum país do mundo, uma ideia de livre mercado ou de mercados autorreguláveis, é simplesmente acreditar em contos de fada. Eu diria até que, talvez, seja em Nárnia que o PIB privado possa ser separado do PIB público – ou na Terra do Nunca, provavelmente. Aliás essa bobagem proferida por um alto escalão do atual Governo coloca o próprio Ipea numa situação vexaminosa. Quer dizer, é uma vergonha para o Ipea, é uma vergonha para a ciência econômica e é uma vergonha para os economistas que ainda pensam em estratégias de crescimento e de desenvolvimento ancoradas na inclusão produtiva e na inclusão social proferir ou tentar ludibriar a opinião pública e os não especialistas com essa discussão falsa e errada, a rigor, entre PIB privado e PIB público, não é?

Portanto, eu diria que, para resumir, o Plano "Menos" Brasil – como deveria ser corretamente chamado – está ancorado num conjunto de fundamentos que não pertencem à ciência, à ciência econômica em particular: pertencem ao campo da fé, ao campo do dogma e, portanto, não podem servir de inspiração para nenhuma política, ainda mais no plano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR – ... da constitucionalização em que se pretende colocá-los.

Há um ditado famoso, importante e popular que eu acho que resume bem a situação: assoviar no escuro, que é o caso do atual Governo, ajuda a combater o medo, que tem a ver com as PECs, mas não ajuda o Governo a enxergar melhor.

Eu acho que é preciso colocar luz sobre o debate, é preciso clarear as compreensões dos atores que estão envolvidos com essa discussão para a importância de rever os conceitos, os fundamentos e os princípios que estão em cada uma dessas PECs, sob o risco de a gente constitucionalizar uma situação de grande dificuldade, de mobilização de energias, capacidades, recursos produtivos, esses, sim, para o desenvolvimento brasileiro.

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria pedir a V. Exa. para falar agora, porque tenho que ir para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde tem um projeto de lei e uma emenda de minha autoria. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim. Eu queria só registrar aqui a presença do Sr. Márcio Humberto Gheller, Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Quero também pedir aqui à assessoria da Comissão que faça um contato com o Senador Paulo Paim, porque ele ficou de me substituir agora, às 10h30 – eu tenho um compromisso e volto depois –, para que ele possa vir.

Então, eu concedo a palavra a V. Exa., que é inclusive requerente desta audiência pública. Portanto, tem dez minutos para sua colocação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Prof. José Luís Oreiro, o Prof. Manoel Pires, o José Celso, do Ipea; o Senador Oriovisto, a Senadora Daniella Ribeiro, aqui presente.

Primeiro, parece-me que nós estamos diante de uma negação da ciência como um todo, quando se trata deste Governo, ou seja, tudo que é evidência científica e tudo que é evidência de experiências em outros países, em outras realidades, e até o próprio olhar sobre a nossa história econômica é negligenciado dogmaticamente, e, por incrível que pareça, ideologicamente, acaba tendo uma visão extremada e que não dialoga com nenhum setor, nem com a Academia, nem com a história econômica do nosso País. Então, esse é o primeiro registro que a gente precisa fazer do que nós estamos vendo.

A segunda questão que eu queria trazer é que me parece que, quando você geneticamente é formado, é muito difícil uma terapêutica genética que mude a própria condição genética de um ser, de um indivíduo, certo? Por isso, se você interfere, você produz uma desordem. Então, quando você irradia um indivíduo com grandes cargas de radiação, você vai produzir uma desordem e um descontrole na reprodução celular, que dá um tumor, dá um câncer; e ele destrói o próprio corpo que é agredido pela radiação. E o que nós estamos vendo aqui é que na genética da economia brasileira, o investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público é essencial, está na gênese da construção econômica do que nós conhecemos como Brasil. E essa tentativa de retirar toda e qualquer possibilidade de o Governo ou de o Estado brasileiro participar do investimento na economia é quase uma carga mortal de radiação no corpo chamado Brasil. Assim, não há como o Brasil sobreviver, não há como superarmos uma crise econômica sem investimento público, e o Governo insiste em retirar qualquer possibilidade de recurso público de circulação da economia, isso através da medida provisória do pente-fino. Porque qual é a economia que a medida provisória do pente-fino está fazendo? Na verdade, está retirando direitos consolidados e adquiridos através do BPC de milhões de brasileiros que estão hoje perdendo benefícios que já tinham. E vejam, benefícios que chegam a qualquer lugar, um gasto de alta qualidade porque ele é redistributivo, porque ele chega na Dona Maria, ele chega no Sr. José, em qualquer lugar do Brasil esse dinheiro está gerando demanda, em outras palavras, gerando consumo, levando dignidade às pessoas, mudando a vida das pessoas. E o Governo insistiu em fazer, segundo ele, uma economia de 10 bilhões colocando milhões de brasileiros na fila da miséria e do sofrimento, que é o que está acontecendo neste momento com milhões de brasileiros, sem a menor necessidade, pelo volume de recursos que se propunha a economizar.

Terceiro, a PEC 187, que felizmente nós conseguimos retirar na semana passada, o fundo de ciência e tecnologia; o fundo de segurança; o fundo penitenciário; o fundo antidrogas; o fundo dos produtores de café, que é um fundo privado, que eles queriam extinguir; o fundo... E nós vamos trabalhar para tirar o fundo social e o fundo da cultura, também com recursos do setor privado, para investimento no próprio desenvolvimento da cultura. E a gente viu aqui na apresentação de dados que cada real ali aplicado pode gerar quase R$3 de crescimento, ou seja, de multiplicação do recurso investido. E o dinheiro, em tese, seria para amortização da dívida e para investimento. Não vai nem para amortização da dívida e nem para investimento, porque a Emenda Constitucional 95 não permitirá que esse recurso seja utilizado no investimento. Na verdade, vai para reduzir o gasto e cumprir – ou tentar cumprir – aquilo que estabelece a Emenda Constitucional 95, que é de congelamento do gasto público até 2026, quando haverá a primeira revisão. E se fosse para abatimento da dívida da pública, nós também sabemos que aquilo não vai acontecer, porque o Governo vai ter que retirar do mercado e vai trocar uma dívida de longo prazo por uma dívida de curto prazo, o que é muito pior para o País. Portanto, é uma PEC inócua do ponto de vista de uma ação anticíclica e num momento de crise econômica como esse que nós estamos vivendo.

A outra questão é que parece – José Celso, Prof. Oreiro, Prof. Manoel Pires – que há uma ação orquestrada de extinção do Estado. É como se o Estado tivesse que desaparecer e esse ente, que é o mediador, aquele elemento que produz o equilíbrio na distribuição da riqueza, que faz funcionar e que dá concretude a uma nação e à sociedade, ele tem que deixar de desistir, porque a ação que nós estamos vendo do ponto de vista das PECs que estão sendo apresentadas é de aniquilamento do Estado como o conhecemos. Não é o Estado intervencionista na economia, não, é o Estado que faz redistribuição de riqueza, é o Estado que faz investimento, é o Estado que garante a existência do País e da Nação e é isso que está em curso neste momento. Parece-me que a fala dos senhores reforça, de certa maneira, a extinção desse Estado, que é um Estado importante para a sociedade.

Outra questão que me chama atenção é que nós temos uma PEC de nossa autoria, de autoria da Bancada do PT, que propõe que a gente retire do teto de gastos o investimento em infraestrutura. Veja, nós estamos falando de investimento em infraestrutura, em moradia, em saneamento e em estrada, de que o Brasil precisa demais. Nós poderíamos – eu propus, inclusive, no voto em separado da PEC 187 – pegar parte do recurso dos fundos e aplicar no investimento, ou seja, uma parte daquele recurso ir para o investimento. "Não, não pode, porque tem que ir para amortização de uma dívida que na verdade vai tirar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai transformar uma dívida de longo prazo numa dívida de curto prazo e não vai acontecer absolutamente nada." Em outras palavras, nós estamos reféns, absolutamente reféns, dos rentistas – eu não gosto muito dessa palavra, certo? –, nós estamos reféns de um esquema do mercado financeiro, um grupo que se apropriou do Estado brasileiro, da política, de parte dos políticos brasileiros e que conduz a gente a essa paralisia econômica. E vejam só, para concluir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós estamos... Desde 2015 começa uma crise, certo? E essa crise é uma aposta atrás da outra, sempre ampliando a aposta no contracionismo da economia. Então, a reforma trabalhista retira renda do trabalhador; a reforma da previdência retira recursos e vai retirar bilhões de circulação, que é um gasto altamente qualificado porque ele é redistributivo, vai retirar dinheiro da economia; a PEC emergencial vai tirar dinheiro da economia – no momento de crise. E o pior é que esse recurso não pode ir sequer para o investimento, tudo vai para garantir que se cumpra o estabelecido na Emenda Constitucional 95, de manter congelado o gasto público.

Então, todo o argumento que está sendo feito de equilíbrio fiscal ou qualquer coisa do tipo é tudo conversa para enganar a população porque, na prática, é para garantir que o dogma da Emenda Constitucional 95 se materialize na sua plenitude. Enquanto isso, a gente destrói – destrói! – a economia brasileira, a gente destrói o tecido social brasileiro e a rede de proteção social que o Brasil construiu a duras penas e com muita luta. E nós não podemos ser favoráveis a essa PEC nem a outras PECs que estão sendo colocadas.

E mais: vamos fazer esse debate aqui. E a sociedade precisa saber quem está e quem é ou quem são os responsáveis pela destruição do Brasil e da rede de proteção social que hoje diminuiu a pobreza no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Rogério Carvalho.

Nós teremos ainda a segunda Mesa; então, vamos ter de ser bem objetivos agora para que os convidados façam as suas considerações finais e o Relator possa falar. Depois teremos outra Mesa, e eu, particularmente, sou obrigado a estar às 13 horas na MP 905.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Sr. Presidente, se possível, Deputado Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre é possível. Nas sessões que presido, Deputados e Senadores falam sempre.

Mauro Benevides.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Daniella Ribeiro com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discursar.) – Quero cumprimentar V. Exa., o Senador Oriovisto e a todos que participam na manhã de hoje desta audiência pública e aos que são expositores.

De forma rápida e objetiva, Sr. Presidente, eu muito sinceramente sinto falta – eu sei que ainda vai haver duas audiências públicas – do debate, porque aqui a oportunidade foi dada aos representantes que fizeram as suas exposições de forma muito clara, objetiva e competente, mas nada melhor do que... Eu não vejo representantes do Governo aqui para serem confrontados no bom sentido. É isso que a sociedade espera de todos nós. Tem de haver alguém aqui para justificar, em cima dos argumentos que foram apresentados – argumentos não só bem construídos, mas com números, com dados, com pesquisas...

Então, eu queria só fazer esse registro, porque nas próximas audiências eu acho que é de profunda necessidade haver aqui representantes do Governo para fazer não o contraponto, mas a defesa ou serem confrontados no sentido de que seja mostrado se estão errados ou se estão certos. O fato é que...

Outra questão que eu queria colocar e com que deve haver muito cuidado – e aqui falo com o Relator da PEC, Senador Oriovisto – é que muito já tem sido feito para se criminalizar não só a política, bem como os servidores públicos, aqueles que representam e que fazem o Estado andar. E muitas vezes se esconde na PEC tudo aquilo que é de vital importância, e elege-se – é isto que tem acontecido no País – um tema ou mesmo, vamos dizer, um registro de que aquilo seria o principal da PEC. E, sem sombra de dúvida, o que a gente tem assistido nesta Casa e no País é jogar a população contra esses servidores, seja do Judiciário, do Legislativo ou do Executivo. E aqui não estou falando daqueles que ganham supersalários no sentido daquilo que é errado e que precisa ser ajustado, mas de outra forma.

Mas quero dizer, desde já, Senador, colocando aqui como uma sugestão que vai ao encontro daquilo que a sociedade espera: que seja clara essa discussão, que vá para a sociedade de forma clara, de forma didática, para que as pessoas compreendam exatamente o que significa o impacto negativo ou positivo; positivo, como V. Exa. defende, ou negativo, como os senhores aqui estão demonstrando. Mas, acima de tudo, que a gente faça com responsabilidade, porque chega de jogar, como disse o colega Senador Rogério Carvalho, de fazer com que o Estado vá diminuindo cada vez mais com as críticas que não são justas, porque muitos trabalhadores, muitos servidores, certamente, dependendo do que vai acontecer com relação a essa PEC, poderão ser penalizados – e não só o servidor, mas também a sociedade, que recebe os serviços através das pessoas que servem o País.

Eram essas as minhas palavras.

Estou me retirando, Sr. Presidente, para a CAE, porque tenho uma relatoria para fazer.

Parabenizo a todos. O Senador Oriovisto é o Relator, o que acredito não ser fácil. Parabenizo a todos vocês que brilhantemente colocaram as suas palavras.

Senador Paulo Paim, como sempre, meus parabéns! V. Exa. está assumindo, neste momento, e correndo aqui, como fazemos sempre, de uma para outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Senadora Daniella Ribeiro pela exposição firme e clara que fez, inclusive pedindo a presença do Governo, o que eu acho muito positivo.

Eu, lá na CDH, procuro sempre pedir que o Governo esteja presente. Hoje estava lá. Eu presidi, e estava presente.

Eu queria aproveitar este momento para ler o seguinte requerimento:

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 23, DE 2020
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 156/2019, com o objetivo de instruir a PEC 186/2019, seja incluído o seguinte convidado: Proponho para a Audiência a inclusão da Senhora Noemia Aparecida Garcia Porto, representando Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

É a votação para que ela possa fazer parte da segunda Mesa. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por ordem de inscrição, primeiro... Eu ia chamar de Senador. Lembrei-me do grande Senador.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Quem sabe? Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputado Mauro Benevides e, em seguida, a Senadora Zenaide Maia.

O Relator me informa que, às 11h30, ele tem de sair. Então, eu faço um apelo a todos para serem sucintos e usarem aquele poder de síntese que só os senhores e as senhoras têm. Eu não o tenho, então agora é com vocês.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para discursar.) – Senador Paulo Paim, agradeço a oportunidade.

Estou vindo, como o senhor sabe, há 12 anos como Secretário da Fazenda do meu Estado, o Ceará, e preocupado sempre com a equação fiscal que o setor público sempre deve ter.

Entre algumas medidas, eu vou procurar abordar dois ou três assuntos ainda não abordados aqui para complementar a discussão.

A primeira delas é a questão do art. 169, porque, na apuração do gasto com pessoal no Brasil, os inativos estão fora. Apesar de a Lei de Responsabilidade Fiscal ter trazido para o texto da lei complementar os inativos, o Supremo tem julgado que ela é inconstitucional a partir do momento em que o próprio texto constitucional não faz essa previsão.

Então, ao inserir inativo, a PEC 186 dá essa consistência para poder, inclusive, não só no âmbito da União, mas no âmbito dos Estados e Municípios, dar uma equalização na forma de encontrar que valor é esse.

Eu tenho dito reiteradas vezes que você engana o relatório de gestão fiscal, mas você não engana caixa. Os gestores públicos têm que entender que, no papel, você pode até calcular diferente, mas, no final do mês, você tem que pagar e, quando não paga, você gera esses atrasos que os servidores públicos estão tendo em vários Estados brasileiros, com o relatório dizendo que gasta 40% da sua receita corrente líquida, gastando 80% – e, por isso, o atraso. Então, ela tem esse componente importante em relação a essa questão.

Eu queria ponderar, entretanto, ao meu companheiro e amigo, Prof. José Luís Oreiro, que a dívida se apresentou com leve queda por uma simples razão: o BNDES devolveu 92 bilhões daquilo que tinha sido repassado para ele. O Tribunal de Contas da União disse que o único uso desses recursos seria para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abater a dívida pública. O Governo continua desestruturado – obviamente vou já discutir aqui a solução disso –, o Brasil não está estruturado em relação ao seu processo de endividamento.

Terceiro, aqui só se fala sobre despesa. É impressionante! Não há uma só menção sobre o que fazer com as receitas. O Brasil desonera R$330 milhões por ano do tributário, porque o Congresso Nacional não discute subsídio financeiro e subsídio creditício. Senadores e Deputados não sabem nem quanto é o subsídio creditício que o Governo Federal dá.

Eu pedi aos meus alunos para levantarem esse valor: ano passado deu 50 bilhões – só para que o povo brasileiro tenha conhecimento do que isso representa. Vamos discutir isso. Aliás, eu, por exemplo, cortei 10% de todos os incentivos fiscais. Por que a União não faz isso? Dez por cento dos 330 bilhões dá 33 bilhões/ano, mas parece que isso passa ao largo de todo o processo. E eu não me conformo com salmão pagar zero de PIS/Cofins, eu não me conformo com filé *mignon* pagar zero de PIS/Cofins. São coisas que... Já pensou o queijo suíço? Vamos acordar, Brasil! O queijo suíço paga zero de PIS/Cofins aqui no meu País. Isso tem que acabar! E a PEC aqui só trata... Inclusive, na PEC 188, que é a do Mais Brasil, o limite de 2% vai ser em 2026. Aí o Brasil já vai estar quebrado. Não existe, mas tem que ser feito agora, neste exato momento. E interessante: ele propõe isso em 2026 só para o subsídio tributário, ele nem fala do financeiro e nem fala do creditício. Eu acho que isso tem que vir à tona – meu caro Senador Oriovisto, que bom ter o senhor aqui neste debate –, porque não faz sentido você preservar da maneira como está.

Quarto, a PEC dos fundos, que o Senador já abordou aqui, fala que o estoque dos 218 bilhões serão usados para exclusivamente pagar a dívida pública. A 186 é mais grave, porque, além do estoque, ela fala do fluxo. Se houver superávit financeiro... Uma coisa é estoque, outra coisa é fluxo. No estoque, 218 bilhões; na 187 já se está consignando exclusivamente para o pagamento da dívida pública. E eu já vou...

Muita gente está ligando para o meu gabinete, perguntando por que a dívida não se altera. Eu vou só pedir para explicar aqui rapidamente o seguinte: quando o Tesouro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem seis minutos ainda.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para discursar.) – Pois não. Eu vou correr, Sr. Presidente.

Quando o Tesouro for pagar um título público do Tesouro, que hoje tem prazo médio de 40 meses, quando ele fizer esse pagamento, o que é que vai acontecer no Brasil?

O Banco Central tem uma meta da quantidade de moeda na economia. Se ele injeta 218 bilhões de uma vez só, isso vai fazê-lo descumprir a meta. E, aqui no Brasil, há uma história de operação compromissada, que é uma operação de controle de liquidez que o Banco Central faz. E, aqui no Brasil, ele só faz com título do Tesouro. O Banco Central não tem título próprio para fazer política monetária, então o que acontece? O Tesouro vai pagar um título de 40 meses, e aí, 4h30 da tarde, para não descumprir a meta de quantidade de moeda, o Banco Central vai lá, Sr. Senador Oriovisto, e entrega títulos do Banco Central – é título do Tesouro, mas é o Banco Central que faz isso –, comprometendo-se a pagar com uma semana. É exatamente o que o Senador estava levantando aqui. Tanto é que, na dos fundos, houve um Senador que fez uma emenda dizendo o seguinte: essa dívida será reduzida no montante correspondente. Não foi aprovada por uma razão muito simples: porque ela não vai ser diminuída, é um mero manejo que está lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a 186 agrava esse problema porque não é só o estoque, é o fluxo financeiro: o inciso II do art. 3º prevê não só o estoque, ele vai prever o fluxo, o que para mim realmente é muito grave. Do que está sendo colocado, isso vai retrair ainda mais a economia brasileira.

Teto do gasto, para terminar, Sr. Presidente: os dois maiores gastos do Governo Federal são com pessoal e previdência, isso representa 80% da despesa obrigatória. Não está controlando nada, isso é uma inverdade! "Mas, Prof. Mauro, como é que está controlando o teto do gasto?". Há uma razão muito simples: porque ele aumenta pessoal e previdência, que estão tendo aumentos reais todo ano, aí ele vai lá no investimento e reduz o investimento.

Então, é importante. E eu quero aproveitar que os demais Senadores já falaram aqui. É urgente que, no teto do gasto, você tenha realmente a previsão de ter os investimentos fora, porque senão a economia vai continuar patinando. Não é afrouxar nada, você não vai afrouxar nada, você vai controlar o gasto corrente e vai aumentar lá o gasto de investimento. Em 2019, agora, o Governo Federal gastou menos 33 bilhões do teto do gasto. Se houvesse uma parte desses fundos, 10 bilhões ou 15 bilhões, para infraestrutura, por exemplo, isso já deveria ter sido feito. Aí o Governo diz assim, Sr. Presidente: "Não, mas espera aí, 17 bilhões desses 33 bilhões foram empoçamento". Os senhores já devem ter ouvido falar nisso. Claro! O Governo libera o limite do final de novembro, não dá tempo para licitar, não dá tempo para empenhar, é natural que alguns ministérios não consigam pagar. Portanto, com 33 bilhões a menos numa economia que está crescendo 1%, eu acho que precisamos fazer aqui uma reflexão maior em relação a essas questões.

Então, eu acho que a gente tem que deixar de olhar muito para essa questão da despesa; eu acho que a gente tem que olhar, mas temos que olhar também para a receita, para que o Brasil possa crescer com mais velocidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Deputado Mauro Benevides.

De imediato, Senadora Zenaide Maia, os mesmos dez minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Bom dia a todos e a todos!

É muito importante, Paulo Paim, colega Oriovisto, nosso colega Deputado, que a gente dê visibilidade à população, porque essa questão de orçamento, de tributação, é como se fosse uma caixinha-preta que se executava, e a população não tinha conhecimento. Mas eu começaria perguntando aqui aos nossos professores de economia: há algum país no mundo que saiu de uma crise econômica sem o maior investidor de qualquer país no mundo, que se chama Estado? Sai-se de uma crise econômica sem o Estado brasileiro investir no setor produtivo, no que gera emprego e renda, em infraestrutura? Não.

Eu era Deputada quando aprovaram a Emenda 95, e eu não conheço... Deve haver algum país que tenha botado na Constituição Federal que, durante 20 anos, não vai investir em saúde, educação, segurança pública, assistência social, só vai investir em serviços e juros de uma dívida, porque a gente está vendo o orçamento que foi executado ano passado: mais de 40%, quase 40% para pagar juros e serviços de uma dívida. Pasmem: 0,33% de investimento na segurança pública!

Por que eu estou chamando atenção, Prof. José Luís e Prof. Manoel Pires? Porque a maioria deste Parlamento foi eleito prometendo segurança pública ao povo brasileiro. Você põe na Constituição que não vai investir em gastos básicos, aí o que se tem apresentado aqui? E eu fui punida pelo partido porque eu votei contra essa Emenda 95, porque eu, como médica do serviço público, vi centenas de brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morrerem, por falta de recurso, de morte evitável, Oriovisto; se houvesse recurso, não morreria. E eu disse ao partido: uma coisa é Zenaide, como médica, fazer o seu trabalho e se sentir arrasada com isso, outra é você querer que eu bote na Constituição que o povo brasileiro que não tem dinheiro continue morrendo por 20 anos, porque foi o que essa emenda disse.

Como o Deputado falou aqui: não investe... O ano passado tirou da saúde, deixou de executar 13,5 bilhões. Eu gosto de chamar a atenção da população brasileira: quando se diz que o Governo não investiu, foram vidas que foram ceifadas, seja pela violência, seja pela falta de assistência médica como um todo.

Aí vamos falar de renúncia fiscal. Em dezembro de 2017... Pensem em algo que me doeu. Houve três medidas provisórias – 791, 793 e 795. A 791 fez renúncia fiscal de bilhões de reais para grandes empresários deixarem de pagar o que deviam e para gente que já financiou e refinanciou. A 793: como os grandes agropecuaristas nunca recolheram, nunca pagaram o Funrural patronal, eles se descuidaram e perderam nos tribunais de quatro a cinco, ou foi de cinco a seis, e se apresentou a 793, Paulo Paim. E esse povo foi anistiado disso. Até aí, eram empresas brasileiras. Eu era contra, mas poxa, é empresa brasileira. Agora, a 795, que era a famosa MP de um trilhão, para a qual a sociedade não acordou, anistiou – está aí! – por 25 anos as grandes petroleiras, Shell, British Petroleum, Exxon. Quais foram os impostos? Imposto de renda retido na fonte, IPI... Até na época, eu disse: "Pelo amor de Deus, bancada paulista, que é a mais industrializada do Sul e Sudeste, nós vamos permitir isso?". PIS, Pasep, Cofins, CSLL, e ainda fizeram mais uma renúncia fiscal do que possivelmente eles estariam devendo – um trilhão. Isso foi dito não é por esquerda, direita, meio, porque eu queria deixar claro de que aqui a gente não tem essa história de partido. Partido é o povo.

Não interessa: isso aqui são ideias políticas que mostram. Na época, eu fui tachada como aquela que queria que gastasse muito... Está aqui! Eu fico feliz de ver que quem entende de economia sabia que ninguém bota na Constituição que, durante 20 anos... E se neste País tivesse crescido a economia? A gente iria ter que derrubar a Emenda 95.

Lembrando que aqui... Eu gosto de citar isso, porque aqui se cita muito a economia americana como a mais... Tudo dos americanos é o mais perfeito. O que foi feito em 2008, quando os Estados Unidos e alguns países, naquela crise... Entraram em crise a indústria automobilística e a construção civil. Isso foi real, não é? Porque eu, discutindo lá, com eles... Houve isso. Quem investiu, Paulo Paim? O Estado americano.

Ele não tem nenhum banco fomentador de economia, e a gente tem aqui cinco, de cara: BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, sem falar... Lá eles não têm nem Banco Central. Tirou do Tesouro, gente! Tirou! Se olhar, está lá! Chamou empresários e bancos... Está aqui! Se eu não me engano, foram 5 trilhões, dois anos de carência, US$ 5 trilhões. Depois de dois anos, 1% ao ano de juros. "Mas eu quero meus empregos de volta...".

Aí, diz aqui que a gente não pode negociar dívida, porque é calote.

Quais são as maiores dívidas públicas do mundo? E não impedem de eles crescerem, porque eles botam o pé: chamam os bancos e dizem – Estados Unidos da América e o Japão, se eu não me engano. Até a última vez que eu tinha olhado isso... Eu sou médica de formação, mas estou lendo tudo de economia, porque eu estou vendo que quem vai morrer é porque a economia não está sendo cumprida.

Então, o que acontece? Esse povo tem dívida, mas o Governo tem coragem... Como é que alguém, numa situação de 41 milhões – que chamam de empreendedor, na economia formal –, pode andar aqui no Plano Piloto e no Brasil todo? Qualquer mulher – porque a maioria que eu vejo é mulher – que bota duas garrafas de café e três bolos eles já cadastram como empreendedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 41 milhões, Paulo Paim. Aí, são 13,5 milhões na extrema pobreza – que o IBGE mostra. Apesar de uma situação dessa, faz-se uma reforma da previdência. E eu pergunto aqui: daqui a dois anos, se o Governo não investir na geração de emprego e renda, vai haver outra reforma da previdência? Porque, no regime geral, com 41 milhões na informalidade, 13,5 milhões na extrema pobreza – fora os desempregados que perderam, nos últimos 12 anos, e o IBGE cadastra isso –, quem vai contribuir com o Regime Geral de Previdência? Vai haver outra reforma?

Dois, quem vai contribuir com o regime público de previdência, se a gente tem a Emenda 95, em que, durante 20 anos, você não vai contratar ninguém? Mas este Governo insiste...

Agora, vamos dividir a responsabilidade? O Governo propõe, Paulo Guedes propõe, mas este Congresso aprova. Estava na hora de parar! De parar! E, agora, a proposta é de 25% do salário. É ótimo você dizer: "Você, agora, não tem mais 25% do seu salário".

Serviços públicos, Brasil. Quando você reduz do serviço público... Eu falo aqui da saúde: é menos médico, menos medicamento, menos exames laboratoriais e mais mortes de causas evitáveis, gente. Então, não dá para a gente trabalhar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu digo aqui, porque eu fui tachada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Só para encerrar...

A Senadora que é a favor da fraude com a MP 871, que era a do pente-fino. E está aí o resultado: o próprio Tribunal de Justiça está contra, porque ela deixou aí mais de 1 milhão de pessoas com deficiência, numa fila da previdência, que não conseguem provar que são pessoas com deficiência, e está sendo tudo judicializado. Levaram o problema para o birô. E agora existe essa proposta...

Aliás, há alguma proposta razoável, humana, decente? Não há, gente! Não é com um desemprego deste tamanho que você vai fazer ajuste fiscal! Mas esta Casa tem que frear! É esta Casa que tem que frear.

E vamos deixar de dar renúncia fiscal aos venenos, aos agrotóxicos, Paulo Paim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para concluir, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Eu, como médica, vou falar sobre isso: 305 novos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Só no ano passado, por ato. Imaginem a Monsanto e a Bayer, esse povo que vende veneno: eles não pagam imposto! PIS, Pasep, Cofins... O *Valor Econômico* foi quem mostrou, não é Zenaide? Foram 14,2 bilhões, só no ano passado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meu amigo, eu acho que nós estamos na contramão. E termino perguntando: algum país saiu de uma crise financeira sem o maior investidor – que se chama Estado – e o País investirem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Não conheço. Mas, como vocês são da área...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles vão responder.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

De imediato, havíamos combinado que o Relator agora fala, porque ele tem que sair às 11h30. Aí teremos as considerações finais dos nossos convidados. Peço que sejam, no máximo, de cinco minutos, de três a cinco minutos.

Está com o senhor, Relator.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu quero apenas dizer o seguinte: eu sou economista de formação, gosto de economia, e há algumas sugestões, algumas colocações feitas aqui que, realmente, contribuem para o debate, contribuem para o aperfeiçoamento desta relatoria e que, certamente, eu levarei em conta. Existem também algumas colocações das quais eu discordo profundamente.

É natural, em economia, todos que labutam nessa área – e até os que não labutam, como a Senadora Zenaide, mas que leem bastante – saberem que, em economia, existem correntes de pensamento. Umas, voltadas para uma ação maior do Estado, outras voltadas para uma ação menor... De qualquer forma, parece-me que a verdade não está nem com o liberalismo radical, de que o Estado tem que desaparecer, nem com o outro extremo, de que o Estado deve ser dono de tudo.

Eu acho que a existência do Estado é fundamental, a existência do funcionalismo público é fundamental, em nenhum país no mundo existe governo sem funcionário público bem remunerado e bem treinado...

E, quanto a essa questão, também já ficou mais do que provado que, onde se suprime a iniciativa privada, o que se tem é a miséria. Então, hoje, mesmo a China, que é um país onde não há uma democracia, onde há um partido no poder, definido, o regime é capitalista, é de iniciativa privada, e o Governo atua de forma muito clara no sentido de incentivar. O Xiaoping tem uma frase que eu acho interessante. Ele diz que ser rico é glorioso, desdizendo tudo o que disseram todos os revolucionários socialistas de até então.

Mas isso, enfim, é uma discussão que já polarizou, um terço do mundo já foi socialista, é um debate que vem pelo mundo afora. Não vai ser hoje, nem vai ser agora que nós vamos vencer esse debate. Ele vai continuar ainda por muitos anos.

Acho que temos que ter o bom senso de reconhecer coisas óbvias, coisas simples. Temos que ter a humildade de voltar atrás nas nossas maiores crenças quando se demonstra que elas estão erradas. Se eu tivesse que fazer um resumo de tudo que eu ouvi aqui hoje, eu começaria com as palavras do Prof. Manoel Pires, pesquisador do Ibre, que colocou muito bem, e eu concordo 100% com ele, que necessitamos de um regime de recuperação fiscal. Vários países têm e isso é importante. As discordâncias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele são absolutamente sensatas quando dizem respeito à métrica, que não gosta da regra de ouro, preferiria o déficit primário. Eu estou de acordo com o senhor, eu acho que o déficit primário é uma bela métrica, poderia ser, sim, adotado. E, depois, sobra sempre a questão: o que fazer durante a emergência? Esse é o ponto maior, essa é a grande dificuldade. Uma questão essencial é a seguinte: qualquer proposta, seja "a", "b", "c" ou "d", terá contra ela forte oposição de todas as letras que não foram prestigiadas.

Mais polêmica ainda do que essa PEC emergencial será a reforma tributária. Não tenho dúvida de que aí, então, esta Casa vai pegar fogo, no bom sentido. O debate vai ser acalorado.

O que fazer? Quais medidas tomar? Como sair da emergência fiscal? E por que existe uma emergência fiscal? Uma verdade que eu acho inconteste é a seguinte: se o Governo pudesse tudo, se qualquer governo pudesse tudo, não haveria pobreza no mundo. Se investimento público e emissão de moeda fossem permitidos à vontade do governante, não haveria pobreza no mundo, porque é só mandar rodar a máquina de imprimir dinheiro, é só aumentar o meio circulante.

Na verdade, não é tão simples. É muito mais complexo. Os governos não podem tudo, assim como cada indivíduo não pode tudo, cada empresa privada não pode tudo, cada governo municipal, estadual ou federal não podem tudo. Existem algumas verdades que estão acima de qualquer ideologia e uma simples verdade é que ninguém pode, indefinidamente, gastar mais do que arrecada ou do que recebe. Se fosse possível isso, não existiria a pobreza no mundo, volto a repetir.

As propostas do Prof. José Luís Oreiro, da UnB, de eliminar a regra de ouro, de eliminar teto de gastos, de reprovar a PEC 186, são uma visão oposta. É uma outra visão de Economia, totalmente diferente do que professa hoje o Paulo Guedes ou da visão liberal. É uma discussão sem fim. Aqui é falar para convertido. Não vou entrar nesse debate.

O Prof. José Celso Cardoso, aqui ao meu lado, do Ipea, tem também colocações interessantes, algumas delas contundentes, algumas delas até com uma dose de sarcasmo, mas, de novo, eu não vou debater esses assuntos, anotei as principais sugestões, recebi material, vou estudar, tudo o que for para ajudar o País a encontrar a solução para os dramas que vive claro que eu aceitarei, claro que eu vou acatar.

Senador Rogério Carvalho, Senadora Daniella Ribeiro... A Senadora Daniella Ribeiro fez uma colocação extremamente importante, Presidente Paim: nós precisamos de debate. Se nós tivermos só pensamentos de um único lado, nós não teremos debate, nós teremos a repetição de uma mesma visão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – É, cada um afirma aquilo em que acredita e pronto. E acontece exatamente o que está acontecendo aqui hoje, uma Senadora nos prestigiando com a sua audiência. Muito obrigado, Senadora Zenaide pela sua presença, mas é a única Senadora sentada. Onde estão os outros? Certamente, como têm visões diferentes daquelas que já sabem que seriam colocados aqui hoje: "Eu não vou nem ouvir". É com isso que nós temos que acabar, não ouvir aqueles que pensam diferente. Há um ditado, há uma frase muito bonita de Rosa Luxemburgo, que diz que liberdade é liberdade de quem discorda de mim; liberdade de quem concorda é cumplicidade, não é liberdade. Eu acredito nisso, acho essa frase fantástica.

Então, estamos só no começo, nós vamos ter ainda que ouvir muita gente. E agora não podemos repetir o que aconteceu nesta Mesa hoje. Nós temos que procurar, Sr. Presidente, nas próximas composições, em respeito ao que disse a Senadora Daniella e em respeito ao bom senso mesmo, ter pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos um ou dois contraditórios pesados para que a gente possa, depois de examinar esses lados opostos, fazer uma síntese.

Eu estou feliz com tudo o que ouvi aqui hoje. Eu acho que todos que aqui estiveram colaboraram, e anotei as principais sugestões, tenho o material, quero ouvir até o fim. E lá, então, vamos procurar fazer uma síntese de tudo isso e dar uma resposta aos anseios não do Governo brasileiro; aos anseios do povo brasileiro, que precisa sair da situação em que se encontra. Nós não podemos ignorar os nossos 12 milhões de desempregados; não podemos ignorar uma crise monstruosa que se abate sobre o mundo motivada pelo coronavírus; motivada pela briga de preço de petróleo entre Rússia, Arábia Saudita e em outros continentes; pela fuga de capital do Brasil, que é brutal esse movimento do voo em direção à segurança; pela queda maluca que está acontecendo nas nossas bolsas – o momento é dificílimo! Como se já não bastassem os problemas crônicos que o Brasil tem, nós temos agora doenças agudas pontuais que vão ainda se somar aos nossos problemas crônicos que já vêm de muito tempo.

Então, eu agradeço muito a participação de todos e quero dizer que, pacientemente, ouvirei a todos e escutarei todos os debates.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – E apenas registro esta observação: precisamos ter mais contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Relator, Oriovisto Guimarães, que faz as suas ponderações finais.

E, de imediato, devido ao tempo, inclusive, sem muito comentário de minha parte naturalmente... Às vezes, o Presidente fala mais que os convidados, viu? Eu passo de imediato a palavra ao Sr. José Luís Oreiro, Professor de Economia da UnB, representando o Professor da Universidade Estadual de Campinas...

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – Não, da UnB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Representando?

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – A Universidade de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Universidade de Brasília.

A palavra é sua.

Está errado aqui. **O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO** (Para expor.) – Bom, antes de mais nada, eu gostaria de dizer, se passei essa impressão: eu não sou socialista nem comunista; aliás, nunca fui na minha vida. Se eu mereço algum rótulo: eu sou um economista keynesiano e, do ponto de vista político, eu sou um democrata cristão. Então, vamos deixar isso bem claro. Eu acho que se está usando muito rótulo; qualquer coisa que não seja o que o Paulo Guedes defende é coisa de comunista. Eu não sou isso. E, inclusive, os Senadores do PT sabem muito bem que, durante o Governo do Lula, mas principalmente da Dilma, eu fiz oposição ao Governo, em várias questões político-econômicas, o que não me impede de estar aqui hoje a convite de um Senador do PT. Então, isso é um ponto importante.

Bom, segundo ponto, o que esta PEC é na sua essência? Há um monte de penduricalho, mas o essencial é o corte de 25% da jornada de trabalho dos servidores públicos. Não é corte de salário; é corte de jornada de trabalho. Isto significa que os médicos vão trabalhar menos horas; os professores vão trabalhar menos horas; os fiscais da Receita Federal vão trabalhar menos horas; os fiscais do meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente vão trabalhar menos horas; se isso for estendido ao Judiciário, os promotores públicos vão trabalhar menos horas; os juízes vão trabalhar menos horas, ou seja, menos serviços públicos vão ser prestados à população. É isto que esta PEC propõe.

Quem é o servidor público? Eu acho que a população brasileira, às vezes, tem uma visão errada. Ela acha que o servidor público, ela entende, é o juiz que ganha R$600 mil por mês, ou são os assessores dos Deputados. Na concepção passada pela mídia, os assessores dos Deputados e Senadores não fazem nada. Eu conheço um monte de assessor de Senador que eu sei que trabalha um monte, trabalha muitas vezes até respondendo *e-mail* de Senador até 1h da manhã, como é o caso dos assessores do Senador José Serra. Então, isso não faz sentido. Quer dizer, a gente vai reduzir os serviços públicos prestados à população? Porque o servidor público é o médico, é o professor, é o policial, é o soldado, é o bombeiro; isso é o servidor público. E o que esta PEC propõe é reduzir os serviços públicos. O.k.? Então, esse é o primeiro ponto.

Concordo com a colocação do Deputado Mauro Benevides de que, se temos que fazer um ajuste fiscal, o ajuste fiscal pode se fazer pelo lado da despesa, mas pelo lado da receita também. E, desde 2016, que a única forma de se fazer ajuste fiscal no Brasil é pelo lado da despesa, ou seja, primeiro cortando investimento; depois querendo reduzir despesa obrigatória, primeiro com a reforma previdenciária, depois cortando despesa obrigatória de maneira, eu poderia até dizer, meio esperta, como tem sido agora no caso do Bolsa Família e das aposentadorias, a fila do INSS. No fundo, essa é uma maneira de conter despesa obrigatória.

Bom, e o lado da receita? Fizemos uma reforma da previdência, como bem lembrado pela Senadora Zenaide, e a gente esqueceu o seguinte: que um em cada dois trabalhadores no Brasil não contribui para a Previdência Social. A reforma da previdência não tocou neste ponto; só pensou quanto ao lado de reduzir benefício, e não quanto ao lado de aumentar receita. Ora bolas, se a gente pegar a época da década passada, que foi a época em que houve o maior percentual de trabalhadores formalizados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – ... o déficit do Regime Geral de Previdência Social, na verdade, era superavitário – ele era superavitário até 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO (Para expor.) – Certo.

Então, só concluindo, há dois pontos que quero frisar de forma bem clara.

O que esta PEC está propondo é a redução dos serviços prestados à população. Segundo ponto, uma agenda de consolidação fiscal deve ser feita prioritariamente pelo lado da Receita – sem crescimento econômico, não existe ajuste fiscal que pare em pé. E nós já vamos para o quarto ano de crescimento medíocre, apesar de todas as reformas que têm sido feitas: teto de gastos, reforma da previdência, reforma trabalhista e, agora, esse Plano Mais Brasil. Quer dizer, tudo tem fracassado, nada tem acelerado o crescimento da economia, e sempre a esperança é com a próxima reforma, ou seja, é uma agenda de reformas sem fim que não vai levar o Brasil a lugar nenhum.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. José Luís Oreiro, Prof. de Economia da UnB.

Muito obrigado pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A assessoria só me informa, e lembraram bem, que, em todas as audiências públicas – eu presido a CDH –, o Governo sempre tem espaço para botar e indicar pessoas em todas as Mesas do Senado e, creio, da Câmara também. Então, o Governo, quando não indica, fica sem representante. É isso.

Vamos em frente.

Sr. José Celso Pereira Cardoso Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ifipea...

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR – Afipea, Senador: Associação dos Funcionários do Ipea.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado.

Veja, de modo geral, a política econômica fundamentalista liberal deste Governo pode ser classificada como um tipo de "necropolítica", política da morte, da dor e do sofrimento. É isso que ela entrega. Portanto, essas PECs, o Plano Mais Brasil e as PECs 186, 187 e 188, não entregam o que prometem, pelo simples fato de que, como bem disse a Senadora Zenaide, o que está em jogo é o desmonte do Estado. E, por desmonte do Estado, entenda-se o desmonte ou a esterilização das capacidades do Estado de arrecadar, inclusive – já que teremos menos fiscalização tributária –, redução das capacidades de operar e implementar políticas públicas, o que significa dizer levar bens e serviços ao conjunto da população brasileira, pelo menos no espírito da Constituição de 88, que advogava por princípios de universalidade, integralidade e gratuidade das políticas, única forma, num país desigual e heterogêneo como o Brasil, de combater a desigualdade estrutural e histórica do País, isto é, oferecer de modo universal, público e gratuito políticas e serviços de saúde, de educação, de previdência, de segurança pública, etc.

Então, é impossível que esse conjunto, esse arranjo fiscal que vai ser constitucionalizado – espero que não, mas que se propõe a isso –, entregue mais crescimento, mais bem-estar, menos desigualdade. É um contrassenso achar que isso seja possível, simplesmente pelo fato, em segundo lugar, de que não existe a fada da confiança – desculpem! Quer dizer, é uma invenção, mais uma invenção do mundo da fantasia.

O que existe, longe de ser comunista, socialista ou qualquer coisa desse tipo, é, pragmaticamente falando, uma relação institucional importante e necessária do Estado com o mercado para fins de crescimento econômico em bases mais adequadas, sustentáveis, inclusivas e produtivas do que aqui, de fato, se está consolidando por meio desse plano. De modo que também faço coro com os comentários do Deputado Mauro Benevides ao chamar atenção para a necessidade de trazer o lado da Receita para este debate.

Aliás, eu diria que é a reforma tributária que deveria ser, obviamente de natureza progressiva na arrecadação e redistributiva nos gastos, a mãe das outras reformas. Não tem como fazer reforma do Estado, reforma previdenciária e reforma trabalhista sem que o Estado esteja como ator relevante no processo de estruturação das condições do crescimento. Isso é um fato histórico mundial e brasileiro, em particular.

Eu diria, para terminar, que o que está em emergência no caso brasileiro é a população, é o povo brasileiro que está em emergência, porque temos 13 milhões de desempregados, mais tantos milhões de subempregados, a renda dos que estão ocupados é uma renda de no máximo dois salários mínimos e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, oscilante no tempo, porque são empregos precários, ou seja, inseridos em condições de trabalho precárias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR (Para expor.) – ... e que não apontam para um processo de desenvolvimento sustentável, equilibrado, civilizado, para dizer o mínimo.

De modo que eu faço votos de que esta Comissão e o próprio Senado de modo geral consigam aprofundar os debates sobre esse tema e se abrir para o contraditório. Essa é a verdade, esse é o ponto, porque, se é verdade que é necessário ter o contraditório em cada uma das mesas de discussão nesta Casa, no Congresso de modo geral, é verdade que, no debate público, é preciso abrirmos espaço para o contraditório. E, neste ponto, eu diria que esta Mesa representa uma voz dissonante da voz dominante na mídia, da voz dominante no Governo, que vem obscurecendo o debate sobre o assunto e obscurecendo as implicações nefastas, terríveis, que a aprovação dessas PECs vai trazer para a economia e para a sociedade brasileira. Ou seja, não é só para a sociedade, coisa para que, em geral, os liberais não dão muita importância, mas para a economia capitalista brasileira. É a economia capitalista brasileira que entrará em colapso com a continuidade dessas políticas de austeridade, ou de "austericídio", como eu prefiro dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. José Celso Pereira Cardoso Júnior, Presidente da Afipea.

De imediato, o Sr. Manoel Carlos de Castro Pires, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. MANOEL PIRES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Vou começar aqui comentando uma questão que foi colocada pelo Senador Amin e depois reforçada pelo Deputado Mauro Benevides, sobre o art. 169 – o art. 169 estabelece limites de pessoal que foram regulamentados pela LRF.

Os Estados, com o tempo, tiveram um entendimento, no cumprimento desse artigo, que excluía despesa com pensionistas. Isso permitia a contratação de servidores, a expansão da folha de servidores, e gerou um desequilíbrio no orçamento dos Estados. Então, o que esse dispositivo faz é deixar claro que pensionista entra sim no cálculo de despesa. Entendo que essa correção é correta. Não faz sentido a gente produzir uma regra fiscal que diz que o custo de uma determinada política pública é menor do que de fato é. Como o Deputado Mauro Benevides colocou, você pode dizer qualquer coisa no papel, mas, no final do dia, existe o caixa para honrar. Então, entendo que esse dispositivo vem na linha de corrigir um problema que se manifestou ser muito importante principalmente nos Estados.

Acho que é importante entender o tamanho do problema que a gente está discutindo. Essa PEC tem um conteúdo que vai na direção correta, mas ela é desproporcional em relação ao problema que quer resolver. Hoje a gente tem um déficit primário de 1,5% do PIB. A gente precisa chegar a um resultado primário superavitário que gire em torno de 0,5% ou 1% do PIB, dependendo da combinação de crescimento de taxa de juros, para a dívida começar a cair.

Bom, hoje o Brasil enfrenta uma depressão econômica e tem uma grande capacidade ociosa. Na medida em que a gente recupera o crescimento da economia nas bases anteriores à da crise de 2015-2016, o Governo Federal vai arrecadar 1% do PIB, mas só com recuperação de crescimento econômico. Então, a gente vai sair de um déficit de 1,5% para um déficit de 0,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse ínterim, o Governo também fez uma série de leilões de petróleo. Ele vai arrecadar mais *royalties* de petróleo e participações especiais nos próximos dois, três anos. Nas projeções oficiais, isso vai acrescentar 0,4% do PIB de arrecadação.

Então, o que nós estamos discutindo, no final das contas, é um ajuste fiscal que precisa ser feito da ordem de 1% do PIB ao longo de alguns anos. É isso que nós estamos discutindo. E isso é fundamental para entender o tamanho do problema.

Faz sentido ter uma PEC de emergência fiscal com uma situação extrema que propõe algum controle de salário e de despesas correntes do Governo Federal? Faz, porque, como o Deputado Mauro Filho colocou aqui, ele faz isso em todo primeiro ano de Governo. Em todo primeiro ano de Governo, você tem uma arrumação de casa. Foi assim no Governo Lula em 2003. O salário mínimo real não pôde crescer naquele ano, cresceu nos anos seguintes com a política de valorização do salário mínimo; o salário dos servidores naquele ano também não cresceu, ele cresceu nos anos seguintes. Então, é nisso que a PEC, a meu ver, tem que focar.

Em paralelo a isso, como muito bem lembrou a Senadora, a gente precisa crescer, porque ninguém vai propor a segunda reforma da previdência depois de ter aprovado a primeira. Não faz sentido achar que uma solução para esse problema é congelar salário de servidor por seis anos, como propõe essa PEC da emergência fiscal e como, *a posteriori*, vai ser feito quando a gente tiver que enfrentar o que está disposto na emenda do teto. Não faz sentido congelar salário mínimo real por seis anos, assim como também não faz sentido excluir as pessoas do Bolsa Família.

A Senadora me perguntou sobre a participação do Estado brasileiro, dos Estados nacionais em saída de crise. O Estado é complementar ao setor privado, assim como o setor privado é complementar ao Estado. Em alguns momentos você faz um pouco mais porque um setor está mais frágil; no outro, você faz um pouco menos, porque você precisa reconstruir. E o grande problema que a gente está vivendo hoje é que a gente não está reconstruindo. A gente está simplesmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL PIRES – ... criando uma agenda que não coloca nada no lugar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. MANOEL PIRES (Para expor.) – ... e desmonta as coisas, tá?

Então, o que é importante a gente debater aqui é julgar o propósito das coisas e enfrentar os desafios que estão postos. Há coisa para fazer, há dever de casa para fazer, mas a gente precisa pelo menos atentar para o princípio da razoabilidade, propor coisas que são razoáveis, enfrentar o desafio, propor abrir espaço para aumentar investimento para poder voltar a crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Manoel Carlos de Castro Pires, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Só um minutinho, Senadora, porque nós vamos dar oportunidade para a senhora falar de novo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É de imediato, porque eles não vão poder responder mais, mas eu vou passar, inclusive, a Presidência para V. Exa., daí V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, eu não sou da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas pode presidi-la; não há problema nenhum. Em seguida. Só vou pedir a eles que retornem ao Plenário.

Chamo para formatar a Mesa: Sr. Wanderley Gomes da Silva, Conselheiro Nacional de Saúde, representando o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Sr. Fernando Zasso Pigatto; Sr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), representando o Sr. Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Estado, Sr. Getúlio Marques Ferreira; Sr. George Alex Lima de Souza, representando o Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal; Sr. Kleber Cabral, do Sindifisco Nacional; agora, o Sr. Rubens Bias Pinto, Coordenador Institucional da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps); e, por fim, a Juíza Noemia Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desculpem a correria; estou em vários lugares ao mesmo tempo!

Vou convidar a Senadora Zenaide Maia...

Senadora Zenaide Maia, deixe-me lhe explicar. É que estão me chamando lá na Presidência da Casa. É sobre a 905. A senhora assume neste momento, coordena o debate e já faz a sua fala.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não. Eu só queria... Porque o Senador Oriovisto deu a entender...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas ele não está aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... que a gente está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora pode falar daqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não. Posso falar daqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Venha cá.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Ele deu a entender que a gente aqui está defendendo tudo que é estatal... Mas o que a gente mostrou aqui é que precisa investir nos setores que geram emprego e renda e que não são estatais. Só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Zenaide Maia, convido V. Exa. para presidir esta reunião, porque eu tenho essa audiência com as centrais e o Presidente da Casa e, às 13h, estou na 905. Almoço fica para amanhã. Se der.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero já passar a palavra imediatamente ao Sr. Wanderley Gomes da Silva, Conselheiro Nacional de Saúde, representando o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, o Sr. Fernando Zasso Pigatto.

O SR. WANDERLEY GOMES DA SILVA (Para expor.) – Muito bem, companheira Zenaide!

Bom dia a todos e todas.

Nós do Conselho Nacional de Saúde nos ativemos a fazer uma profunda reflexão sobre a proposta, sobre o conteúdo das Emendas 186, 187 e 188. Inclusive, nós tiramos também uma recomendação em relação às três propostas de emenda à Constituição.

E aqui, no dia de hoje, já que o tempo é muito curto, vou me ater muito rápido, primeiro, à conjuntura político-econômica das PECs: o ambiente, o cenário e o seu real propósito, a sua real intenção. Seria interessante iniciar afirmando que o Governo Federal pretende reduzir em um ponto percentual o teto de gastos em relação ao PIB, até 2022.

A Mesa anterior fez uma observação que eu achei muito interessante: em todas as falas há um conteúdo muito interessante em torno da questão do desmonte do Estado nacional. E é com esse ponto que nós, do Conselho Nacional de Saúde, estamos, a bem da verdade, muito preocupados, porque, desde a Emenda 95, do ajuste fiscal... Essa emenda – é importante que se diga – trata de uma anomalia política, econômica e jurídica nada vista no mundo, em época alguma, por nenhuma nação. Ninguém nunca viu – um exemplo – um país colocar, na sua Constituição, ele mesmo, o Estado, se proibir de fazer investimentos e aumentos em políticas públicas. Mesmo que haja um crescimento do PIB do País, o País mesmo assim está proibido. E só na saúde, nós, nesse período de 20 anos, teremos um prejuízo de R$430 bilhões – a bem da verdade, perdas nesse sentido, se você levar em consideração que o investimento é *per capita* –, e não há mágica para impedir que a população cresça. Você mantém o valor de investimento, mas não considera o crescimento da população; automaticamente, você reduz de forma drástica o investimento objetivo e concreto na política de saúde no País.

Então, queria aqui iniciar dizendo que nessa mesma linha o Governo Federal pretende controlar as despesas obrigatórias e por meio dos cortes de salários pretende reduzi-las em R$12 bilhões, este ano. Então, como a Mesa anterior um pouco levantou, é uma PEC que tem como objetivo central, como foco central, no caso, os servidores públicos. Então, isso é muito ruim num país com 12 milhões de desempregados, porque, de certa forma, você acaba precarizando o trabalho e desestruturando as relações também nesse período.

A bem da verdade, isso não resolve o problema de crescimento econômico, porque, se nós levarmos em conta – já que o Brasil gosta muito de imitar e copiar o exemplo dos Estados Unidos – a crise de 1929, veremos que se apontou para um caminho muito diferente desse que o Brasil está trilhando em relação à sua recessão. Na crise de 1929, dos Estados Unidos, em que surgiram as condições objetivas para conflitos armados, com a Segunda Guerra Mundial, naquela crise, o Estado americano foi o indutor; foi o Estado americano que investiu em infraestrutura, que investiu em portos, aeroportos, estradas de rodagem, ferrovias; foi ele que ajudou a economia a ter fôlego. Não é à toa que, muito tempo depois, na reconstrução americana após a guerra, o país estava preparado devido à forte presença do Estado na economia americana. Esse é um exemplo que poderia ser seguido porque, em vez de você retirar o Estado, você fortalece o papel do Estado na economia. Então, esse é um elemento.

O outro é que o Governo pretende cortar salários e a carga horária em duas áreas intensivas em força de trabalho como foco central: saúde e educação. E, se nós pegarmos a PEC dos gastos, a PEC 95, ou melhor – perdão –, a Emenda Constitucional 95, ela sacrifica o conjunto das políticas públicas, mas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas mais de ponta, de que o povo sente realmente a necessidade são as relativas à saúde e à educação. Então, há um foco aqui também muito centrado. No entanto, a despesa de pessoal da União está estável no momento em 4,3% do PIB, desde 2004. E o setor público no Brasil representa apenas 12% do total de ocupados. A média da OCDE é de 21%. Então, isso é para nós vermos, a bem da verdade, que essa investida não resolve um problema de fundo do País. Ela não vai resolver; essa é a grande centralidade.

E esse Plano Mais Brasil? Aí é uma pergunta que se faz: é mais Brasil para quem? É mais Brasil para quem vive hoje na linha da miséria? É mais Brasil para quem, mais do que nunca, necessita dos serviços públicos? É mais Brasil para quem precisa da proteção social e das políticas de promoção social, que são no caso gestadas e garantidas pelas políticas públicas através de políticas de Estado? Essa é a questão central. E ela consiste em três propostas que mexem no arcabouço jurídico nacional, que é a sua Constituição. Então, essas propostas de emergência fiscal, a extinção dos fundos do pacto federativo, que aprofunda a política de austeridade fiscal, ao pretenderem reduzir o tamanho do Estado... É como eu disse, está em jogo é o tamanho do Estado nacional, é o papel do Brasil.

Aí, eu estava avaliando um detalhe de que ainda nesta manhã eu não vi abordagem – talvez o abordemos agora à tarde. Existe um pensamento aqui de se fazer a privatização do que é público. O problema é que, quando você no caso privatiza para a iniciativa privada com capital nacional, é uma lógica; aqui no Brasil você não está privatizando, você está passando o setor estratégico de desenvolvimento econômico e social e de relação direta com a soberania nacional para outros Estados. Não é à toa que os Estados chinês, belga, canadense, americano passam a ser os controladores de parte importante de setores estratégicos que têm a ver com a nossa soberania e com o nosso desenvolvimento econômico. Tudo isso está em jogo; faz parte da mesma estratégia, faz parte do mesmo receituário de desmonte do Estado nacional através desse Plano Mais Brasil. É por isso que nós do conselho perguntamos: mais Brasil para quem? Não é para a maioria do povo que aqui vive; é mais Brasil para um setor da sociedade talvez.

Uma outra questão importante a abordar é que chama especial atenção uma declaração do Ministro da Economia de que a regra de ouro teria sido cumprida em 2019, sem o empréstimo solicitado ao Congresso de R$248,8 bilhões, considerando o superávit das contas do Tesouro e a devolução de recursos do BNDES. Então, dá para nós avaliarmos que a situação é muito mais profunda e muito mais complexa – muito mais profunda e muito mais complexa.

Quanto à PEC 186, eu queria destacar três questões que nós achamos fundamental: primeiro, um de seus objetivos é reduzir salários; segundo, ela vai reduzir até 25% da jornada dos servidores públicos, com redução proporcional de salário – aí realmente é que está...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WANDERLEY GOMES DA SILVA – ... o grande problema, a grande preocupação –; e ela proíbe a criação de despesa obrigatória.

Por fim, é interessante registrar que a PEC 186 altera, considerável e profundamente, a metodologia de apuração dos gastos mínimos em saúde e educação, uma vez que o Governo assume a justificativa dessa PEC em seus objetivos de fiscalizar as políticas sociais.

A pergunta que nós fazemos para o Congresso e para a sociedade brasileira é: nós precisamos aprofundar o ajuste fiscal iniciado com a Emenda 95 ou nós precisamos de um ajuste social para poder pôr fim à grande mácula desta sociedade, que é a desigualdade social? Eu acho que é colocado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centralidade do debate e da nossa reflexão essa questão, que nós consideramos estratégica e fundamental nessa discussão.

Então, há duas questões a serem levantadas. Primeira: o pacote fiscal é a reestruturação do Estado para um ajuste do teto de gastos. A questão central é essa. E, nesse contexto, o Plano Mais Brasil apresenta aspectos de emergência dos fundos do pacto federativo, do pacote fiscal, da reestruturação do Estado, do serviço público da União, mas também dos demais entes. A PEC 186 aciona gatilhos como a proibição de redução de despesas obrigatórias quando nestas são atingidos os seguintes indicadores fiscais: União, na regra de ouro, gatilho imediato e permanente; os entes subnacionais, despesa corrente líquida de 12 meses correspondente a 85% da receita.

Outro ponto específico e interessante de levantar é que ela proíbe o ganho real do salário mínimo e Bolsa Família. Segundo o próprio Governo, o espaço fiscal para investimento, com a redução de despesas obrigatórias, seria de apenas de cinco bilhões/ano. Então, você desestrutura também um conjunto de políticas de proteção social.

Ela reduz em até 25% a jornada dos servidores, como eu disse, com a redução proporcional do salário; redução dos serviços públicos essenciais ao funcionamento da máquina pública em oferta de serviços para o conjunto da população.

Então, a PEC 186, a bem da verdade, é uma PEC que vem, de certa forma, para garantir em sua plenitude a aplicação da Emenda 95. É para isso! É uma PEC que veio para poder fazer esse reforço, dar essa garantia.

E outro detalhe: a Emenda Constitucional 95 tem uma previsão de 20 anos; a PEC 186 não tem previsão, vem para ficar. Vem para dar continuidade ao trabalho iniciado pela Emenda 95.

Por fim, é interessante também a destinação do excesso de arrecadação e superávit financeiro das fontes de recursos para amortização da dívida, fora vinculações constitucionais e repatriação de receitas. Toda essa movimentação é para atender a uma exigência do mercado; é para poder continuar pura e simplesmente honrando os juros e a amortização da dívida. Uma preocupação fiscalista em detrimento de uma preocupação que deveria ser uma preocupação genuinamente social!

A destinação de recursos do PIS/Pasep para o BNDES, em outro ponto que levantamos, um dos pontos específicos da PEC 186, independe de gatilho. No âmbito federal, os benefícios tributários não poderão ultrapassar 2% do PIB. E, a partir de 2026, enquanto estiver acima desse teto, não pode haver concessão, ampliação ou renovação de benefício tributário e redução pela metade de benefícios tributários, o que afetará o Simples. O abono salarial deixa de ser obrigatório e depende de dotação orçamentária prévia.

Olhem, senhores, o que nós da sociedade civil esperamos, a bem da verdade... Nós fizemos um grande debate, em nível nacional, contra a Emenda 95. E não é à toa – um exemplo – que nós do Conselho Nacional de Saúde entramos com uma Adin, a 5.658, pela revogação dessa emenda. Já coletamos 3 milhões de assinaturas virtuais e temos para mais de um milhão de assinaturas físicas coletadas no Território nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WANDERLEY GOMES DA SILVA – ... pela revogação dessa emenda, pelo que ela representa de retrocesso do ponto de vista de investimento e de responsabilidade social do Estado.

O Estado brasileiro precisa ter responsabilidade fiscal? Precisa ter, mas há um exagero com a responsabilidade fiscal em detrimento da responsabilidade social com o povo brasileiro. E não é por acaso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2020 últimos, na reunião do nosso Pleno, nós fizemos uma Recomendação nº 008, de 14 de fevereiro de 2020, contrária à aprovação no caso da Emenda 186, da 187 e da 188. Nós temos posicionamento contrário a essa emenda pelo que ela representa no sentido de retrocesso, pelo seu conteúdo fiscalista e pelo seu conteúdo reacionário do ponto de vista de compromisso com o conjunto da população brasileira e com as políticas públicas no Território nacional.

Nós finalizamos, no último considerando, para sintetizar o nosso raciocínio, que a PEC 186 altera, entre outras, a regra de atualização do piso federal da saúde e educação, retirando o dispositivo que atualizava o valor pela variação do IPCA. Então, *a priori*, nós gostaríamos de fazer essa observação, deixar aqui claro o nosso posicionamento e pedir que esta Casa, no caso, considere e observe a admissibilidade, que é parte da nossa preocupação e do nosso conteúdo, em relação à não aprovação, conforme foi apresentada pelo Governo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada ao Sr. Wanderley Gomes da Silva.

Gente, é porque o tempo... Às 13h, temos que estar na MP 905, que é sobre o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, por isso que estamos reduzindo o tempo.

Quero já agradecer a presença, e dizer que está na extensão da Mesa, da Dra. Luciana Grando, que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

Passo a palavra, imediatamente, ao Sr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, representando o Secretário de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Estado do Rio Grande do Norte, Sr. Getúlio Marques Ferreira.

O SR. HELENO ARAÚJO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Zenaide. Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar todos os companheiros e as companheiras da Mesa.

Eu pensei em quatro aspectos para tratar aqui desse tema específico da PEC 186, e isso também envolve as outras PECs, mas a fala da Senadora Daniella e do Relator dessa PEC me fez agregar aqui, no meu roteiro, um quinto aspecto, que é o primeiro de que quero tratar, que é quando eles levantam a necessidade do debate, a necessidade do contraditório. A fala deles me fez lembrar algumas imagens desta Casa e pensar por que, nesse momento, os Senadores que deveriam fazer a audição dessa audiência pública não estão aqui.

Quando um membro do Governo é convidado pelo Senado, pela Câmara, para uma audiência pública, nós assistimos, presencialmente ou pela TV, a presença dos Parlamentares, inclusive da oposição, que, muitas vezes, são agredidos por Parlamentares da situação quando fazem uma intervenção com membro do Governo. Eu acho que isso é um debate, isso é apresentar o contraditório nesse processo. Se eu não contei errado, aqui, na página da internet, diz-se que esta Comissão tem 51 Senadores titulares e três suplentes; portanto, 54 Senadores no total. Quantos fizeram intervenção nessa audiência de hoje? Quantos estão aqui agora para ouvir as entidades representativas da sociedade brasileira, dos trabalhadores, das trabalhadoras? Não vi a foto, na página da Comissão, da Senadora Zenaide. Talvez ela não faça parte da Comissão, mas o seu compromisso social, pela fala que fez aqui, estão nos ouvindo. Por que os Senadores de oposição não querem vir fazer conosco o contraditório? Por que não querem tratar da questão social e do impacto que essas questões sociais têm sobre essa emergência fiscal que querem impor para o Brasil? Por que não temos nenhum membro da Comissão, neste momento, ouvindo as entidades?

Então, é importante lembrar isso a quem está nos assistindo, a quem está nos acompanhando, porque, se não faz a audição, se não quer vir discutir conosco o contraditório quando levantamos as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões sociais, querem alguma coisa a mais ou querem votar sem ouvir aqueles e aquelas que serão atingidos diretamente pela chamada emergência fiscal.

O segundo aspecto de que quero tratar é que a conjuntura internacional e a conjuntura nacional – já ouvimos aqui nesta manhã várias vezes – nos levam a tratar da emergência social. A outra imagem que está na minha cabeça desde sexta-feira passada é a de um jovem homem, com uma criança dormindo no seu braço esquerdo, uma criança com idade de estar na pré-escola, e, na mão direita, uma placa num sinal de trânsito "por favor, me ajude". Um jovem, com seu filho no braço, pedindo socorro.

Porque ouvir aqui do Relator que o problema não é a intervenção do Estado, que o Estado tem poder, mas sim... Disse que isso se resolvia, que era só produzir mais moeda. Ele desconsidera os dados que estão aí claros para a gente!

No ano passado, tivemos mais novos... Dezesseis pessoas bilionárias, dezesseis novos bilionários no Brasil, porque em 2018 eram 42 e em 2019 passaram para 58. Ao mesmo tempo, aumentamos o número de pessoas vivendo na extrema pobreza: 13 milhões na extrema pobreza. Em 2018... Aí não são dados de sindicalistas, qualquer um pode abrir a internet; eu abri agora e coloquei lá 1% e apareceu. Em 2018, 1% da população brasileira tinha a média salarial de R$28 mil por mês. Os 50% mais pobres tinham a média salarial de R$820. Uma diferença de 34 vezes. Em 2012, a diferença era de 27 vezes.

Então, a crise, de 2012 para cá, aumentou; mais gente ficou bilionária. Pouquinhos... A média aumentou a diferença de pobre para rico. Para onde está indo esse dinheiro dessa crise que está estabelecida e colocada aí?

Sou professor da educação básica, de Ciências, do ensino fundamental, e de Biologia, no ensino médio. Não entendo muito de economia. Por isso, a minha fala aqui não traz recomendações, como ouvimos hoje pela manhã, mas trago alguns questionamentos: saber se é este o país que este Congresso Nacional deseja manter e aprofundar, pelo Brasil afora.

É essa sociedade desigual que nós queremos aprofundar? E como estamos dentro da Comissão de Constituição e Justiça, é justiça a gente ver essas pessoas mendigando, com potencial de estar trabalhando? Com crianças que deveriam estar na escola e não estão na escola? Então, a gente precisa pensar sobre isso, porque nós, da população, acreditamos que, quando alguns de nós somos tirados e eleitos Senadores e Senadoras da República, entendemos que são pessoas sensíveis e têm responsabilidade com o povo. Se não se tem sensibilidade, esta Casa deveria parar de debater esse tema, rejeitar e devolver esse tema para o Governo. Se não tem essa sensibilidade, o que nós avaliamos é que há muita maldade num voto que destrói o povo brasileiro, destrói os serviços públicos neste País.

O terceiro aspecto que eu quero levantar é do conjunto dessas maldades dessas PECs nºs 186, 187 e 188. Essas PECs mexem em 24 artigos da Constituição Federal, acrescentam sete novos artigos ao texto principal, fazem quatro modificações nas disposições transitórias e incluem mais quatro artigos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. São 39 mudanças expressivas na Constituição Federal.

A questão e a pergunta que eu deixo para o nosso aprofundamento é se este Governo tem legitimidade para fazer isso. Este Governo e este Congresso foram eleitos para fazer uma nova Constituição Federal? É um Parlamento constituinte para mudar tanto a forma da Constituição e a sua composição? É legítimo o que foi apresentado na campanha eleitoral? Foi dito que tudo isso seria feito dessa forma, para o povo brasileiro votar nesse Presidente?

Então, é importante que os Senadores, as Senadoras e o povo brasileiro respondam: é legítimo fazer isso com o nosso povo, através da mudança da nossa Constituição de forma tão expressiva?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O quarto aspecto de que eu quero tratar, que é para o que nós fomos convidados – o Secretário lá do Rio Grande do Norte não pôde estar aqui presente –, é sobre o impacto dessas medidas na educação. Então, o quarto aspecto que eu quero trazer é sobre uma pergunta: quem tem direito à educação? São todos e todas? Ou só uma parte da população brasileira? Só alguns têm direito a uma educação de qualidade e o restante não tem direito? Ou a educação de fato é um direito humano, universal, para todos e para todas?

Se tivermos acordo em que a educação é direito humano e universal para todos e para todas, nós estamos pecando muito neste País. Sessenta e três porcento das crianças...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO – ... de zero a três anos de idade não estão nas creches. Mais de dois milhões de crianças entre seis e quatorze anos são vítimas do trabalho infantil e também estão fora da escola. Vinte e três por cento dos jovens entre 15 e 17 anos não estudam nem trabalham. Setenta e sete milhões de brasileiros e brasileiras acima de 18 anos de idade não concluíram a educação básica. Essas pessoas não têm direito à educação? Têm de fato que ficar fora da escola? É só uma parte que tem direito à educação neste País?

Então, tudo o que nós já ouvimos aqui e debatemos por aí afora mostra que essas medidas só vão aprofundar essa desigualdade, essa miséria, e não vão atender os 40 milhões de estudantes que estão matriculados na educação básica. Por isso a nossa rejeição a essas medidas, porque, na educação, o que já foi aprovado por esta Comissão e que poderá ser, se o povo brasileiro não ocupar as ruas no próximo dia 18 de março, dia de mobilização do movimento social brasileiro em defesa dos serviços públicos, da educação pública e da democracia... O Relator falou que esta Casa iria pegar fogo no debate da reforma tributária, se ela existir depois do dia 15. Se a gente não reagir! Talvez ela não precise pegar fogo, seja abandonada, isolada, se não houver uma reação contundente de nossa parte.

O que estão fazendo aqui é acabar com o fundo social do pré-sal, com essas medidas. Dinheiro previsto para ter novos recursos para a Educação, para atender quem está hoje, que não tem qualidade, porque o nosso aluno não consegue aprender porque não tem condições, tampouco trazer os que estão fora, os que foram expulsos das escolas.

Então, acabar com o fundo social do pré-sal, como estão fazendo nesse momento, é destruir essa perspectiva de futuro. Acabar com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, como o Senador Izalci tentou aqui com um projeto de lei... Retirou, porque a PEC pode dar conta disso, de acabar com o FNDE. E acabar com o FNDE é destruir a política de transporte dos nossos estudantes pelos Municípios afora deste País; a política de alimentação escolar, da merenda escolar dos nossos estudantes, porque atendemos 85% dessas pessoas, na escola pública, que precisam desse alimento para dar conta, minimamente, de estar na escola e se deslocar para a escola.

A política de livro didático, a política de formação profissional, tudo isso é atingido quando se faz essa destruição, esse ataque. Essas medidas atacam as metas do Plano Nacional de Educação, que nós construímos com ampla participação popular. Mais de 4 milhões de pessoas debatendo o Plano Nacional de Educação, aprovado por unanimidade nesta Casa, no Congresso Nacional, e agora ameaça as metas de acesso, quando não garante a universalização do direito à educação; ameaça qualidade quando rejeita na PEC do Fundeb, lá na Câmara, o Custo Aluno Qualidade como referência para o financiamento da educação; ataca o PNE quando tira recursos, diminui jornada, diminui salário dos profissionais da educação; ataca a Meta 15, da sua formação inicial; a Meta 16, da formação continuada; a Meta 17, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vergonhosa para o Brasil, que diz que até 2020 a média salarial dos professores deveria ser igual a média salarial de outros profissionais como mesma formação. Chegamos a 2020 e continuamos desiguais nesse processo de atuação. Ataca a Meta 18, que cuida de carreira, de piso e carreira para o conjunto dos profissionais da educação.

Então, são essas as maldades, esses impactos fortes dessas medidas, dessas PECs para dentro da educação, à medida que aponta fazer a fusão ou acabar com as vinculações constitucionais destinadas à educação e à saúde com falsos discursos vendidos à sociedade de que vamos tratar de um orçamento flexível. O Prefeito, a Prefeita e o Governador vão poder agora tirar dinheiro da educação, botar na saúde, da saúde para a educação... Mentirosos! A gente sabe que não é assim que acontece, não é assim que vai acontecer, não é assim que vai fazer. A intenção é acabar com os recursos vinculados à educação, os 25%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO – Tanto é que eles estão fazendo uma medida no Fundeb de colocar o salário educação para dentro do Fundeb. Então, não bota dinheiro novo do Governo Federal, retira o salário educação, que cuida de outras políticas, para dentro do Fundeb. Acabando aqui com essas vinculações, com essas PECs, deixam só o Fundeb como elemento de financiamento da educação básica e isso é insuficiente para atender os 40 milhões de matrículas que nós temos hoje, todos esses que eu falei que estão fora do direito à educação. É importante lembrar isso.

E, por fim, essa ideia de fazer as transferências da cota federal do salário educação para os Estados e Municípios, também elemento dessas PECs aqui nesta Casa, é outro elemento prejudicial.

Com o falso discurso de menos Brasília, mais Brasil, eles vão pegar a cota do salário educação, que é federal, e vão passar para Estados e Municípios esses recursos. Isso é falso! Isso é falso porque vai acabar com os programas de assistência aos nossos estudantes e isso vai onerar, vai aumentar, vai impactar na política de preços de Estados e Municípios. Se eu vou cuidar de transporte escolar, como é hoje, há uma cotação nacional com a participação da União que faz com que os preços se reduzam e se compre o transporte para todos os Estados e Municípios. Se o salário educação passa para cada um, cada um vai fazer sua cotação individualmente. Todos nós sabemos que com cotação individual o preço vai aumentar.

Então, a pergunta final que deixo para encerrar é se nós vamos permitir a aprovação desta aberração aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., agradeço ao Dr. Heleno Araújo, Presidente CNTE, pela sua exposição.

Convido agora o Sr. George Alex Lima de Souza, que representa o Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Sr. Kleber Cabral.

Peço que as pessoas procurem ser um pouco mais atentas ao tempo, porque nós temos três oradores. Eu vou precisar ser um pouco mais rígido, porque uma hora da tarde impreterivelmente nós vamos encerrar esta reunião. Está bem?

Então, o Sr. George Alex com a palavra por dez minutos e cinco de tolerância.

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA (Para expor.) – Boa tarde a todos, já passamos do meio-dia. Gostaria de cumprimentar todas as Senadoras e Senadores que estiveram presentes e que estão acompanhando ainda esta discussão. A divisão em duas Mesas foi realmente uma ideia muito interessante porque eu, que – assim como Heleno – não entendo muito de Economia, para não dizer que não entendo nada de Economia, me senti agraciado com a discussão que aconteceu. Prestigio o nosso Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oriovisto, que é o Relator, se ausentou da Comissão e retornou mostrando o denodo com essa matéria. Senador, eu também lamento que outros Senadores não estejam aqui fazendo este debate e, inclusive, como a Senadora Daniella frisou bem, não estejam aqui pessoas do Governo para contraditar, para ajudar a fazer o relatório que de fato faça sentido para o País.

Eu já fiquei muito satisfeito por ter o senhor saído daqui reconhecendo que há pontos a melhorar, independentemente da corrente econômica que o senhor defenda. Isso já mostra a importância que tem uma audiência pública na CCJ ou em outra Comissão e a importância de os Senadores participarem desse debate.

Pela manhã, alguns colegas da área de economia já buscaram fulminar a PEC pelo mérito. Como eu não sou economista, ontem, ao preparar esta apresentação, fui olhar nas razões expendidas pelo Governo para justificá-la. Eu tenho aqui duas pessoas da área do Direito e eu fui lá no CPC para olhar o seguinte: essa PEC, sem entrar no mérito, é inepta. As razões que o Governo aduz para justificar a sua edição não se coadunam, não convergem para aquilo que está colocado nos seus dispositivos.

E aí, eu vou trazendo alguns textos, trechos dessa justificativa para dizer o seguinte: ele diz lá que a Emenda 95 foi um decisivo passo para a recuperação do equilíbrio fiscal e vislumbrava lá atacar o crescimento acelerado da despesa pública. Mais adiante ele diz: "É cristalino o impacto da EC 95 para a interrupção da trajetória de crescimento da despesa primária do governo central." Ou seja, ele reconhece que a Emenda 95 produziu os efeitos positivos de um novo marco fiscal, que é o que ela pretendeu ser. Ela foi editada para durar 20 anos, mas já no seu terceiro ano de vigência se propõe um novo marco fiscal, que é o que a gente está vivenciando agora, que no final do ano passado, dentro desse Plano Mais Brasil, surgiu a PEC 186, que se propõe a ser uma nova regra fiscal. Hoje de manhã já foi dito: há crise, não há crise, como é que a gente vai enfrentar. Mas o que efetivamente pretende a PEC 186?

Ela pretende atrair "profissionais qualificados [entre aspas, porque eu tirei, *ipsis litteris*, como está lá no texto] por meio de condições de trabalho e de remunerações condizentes [...]"

Ora, meu Deus... O que que ela propõe? É a redução da remuneração em até 25% – isso certamente não vai atrair profissionais mais qualificados – e prestar um melhor serviço, mas por meio da redução da jornada de trabalho. Eu não vou entrar no debate aqui, porque isso já foi aprofundado pelos que me antecederam.

Vai além: de acordo com a Constituição – isso aí é o texto ainda, apesar de estar entre aspas –, o que que é o art. 169, que o Senador Espiridião Amin suscitou há poucos instantes? Ele trata, no seu §3º, incisos I e II, daquelas condições em que o governo precisa se valer, caso haja uma necessidade de crise. Então, é a redução de 25% nas despesas, em cargos comissionados ou função de confiança; se isso não for suficiente, exonerar servidores não estáveis. E, se nenhuma dessas duas ações for suficiente, exonerar os servidores estáveis. Mas aí vem a PEC e diz o seguinte: "Ó, vamos reduzir, antes de você enfrentar aquilo que a Constituição já tinha desenhado, há 31 anos... Vamos fazer o seguinte: vamos reduzir, temporariamente, a até um quarto da jornada de trabalho [mesmo antes de você pensar em exonerar cargo]". Não que eu defenda isso. Eu estou dizendo o seguinte: é o texto constitucional que está posto hoje. É algo que nunca foi implementado. Agora, de uma hora para a outra, você vai inovar, propondo o que...

Quando saiu, logo foi um absurdo! E gerou uma comoção, porque a pergunta é muito simples: quem aqui, dos senhores, consegue suportar um corte de 25% no salário, independentemente do que faça? Independentemente do que faça, quem consegue suportar um corte desse na sua remuneração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, como se não bastasse a PEC ainda não ter exaurido a sua vigência, não ter surtido seus efeitos, a gente ainda tem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pois bem: lá está dito, na LRF, que essa despesa máxima com pessoal não pode ultrapassar, no caso do Executivo federal, 49,9%. Pois bem: e será que os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal estão sendo desrespeitados? Porque aí justificaria você ter uma nova investida jurídica de controle dos gastos. Não é isso que diz o TCU.

O TCU diz o seguinte: "Olha [relatório de agora, de 2018], o gasto com pessoal sobre a despesa corrente líquida representa, hoje, 29,5% do gasto". Isso tem um teto de 40,9! Quer dizer, nós estamos muito longe de descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

E, aí, está dito no relatório... Eu ouvi hoje aqui, inclusive, do aniversariante de ontem, o nosso amigo, Deputado Mauro Benevides... Ele estava falando o seguinte: "A despesa de pessoal é a segunda maior despesa. Primeiro, vem a previdência; aí, depois, vem a despesa com o pessoal". Perdoe-me, mas isso não é verdade, e quem diz isso não sou eu. O próprio Secretário, o Waldery, no evento do dia 7 de fevereiro – salvo engano, aquele evento lá da história do parasita –, disse lá que são três as maiores despesas. Primeiro, a previdenciária – dados dele. O *link* está ali, e a matéria vai ficar à disposição da Secretária.

E ele diz lá, salvo engano no 35º minuto, o seguinte, que as principais despesas são a previdenciária, de 623 bilhões, com crescimento exponencial – isso está superado agora, com a reforma da previdência –, e que a segunda maior despesa não é com o pessoal. É com o pagamento de juros. E são só R$420 bilhões.

Ontem eu fui pesquisar o custo do funcionalismo na internet. Façam essa pesquisa. Vocês vão encontrar todos os números: 759, 950, 1 trilhão, 500... O número dito pelo Secretário de Fazenda: 320 bilhões.

Se a gente for pegar os dados do Portal Tesouro Transparente, do Tesouro Nacional, são 303 e alguma coisa. Isso já deve estar projetado com o IPCA para este ano. Olha eu falando em coisa de economista e tangenciando área que eu não conheço...

Mas, enfim, o fato é que, salvo engano, o Oreiro falou que é da ordem de 4%. O Secretário fala: 4,38% do PIB. E é uma despesa que está sob controle! Ora, meu Deus, o que que você vai enfrentar... Se você estivesse realmente com um crescimento exponencial de uma dívida, faria todo o sentido esse desgaste, não é? Mas não é disso que se trata. Essa despesa, a terceira despesa, está sob controle.

Quantidade de servidores públicos.

Eu até imaginei que alguém fosse falar isso aí, mas está dito: nós estamos lá na média. Abaixo, inclusive, da média da OCDE – com a proporção de funcionários públicos em relação ao total de trabalhadores. Então, cadê o assombro? Cadê a extrapolação dos limites?

Ainda com o relatório da OCDE – esse agora, de 2018 –, a dívida pública está abaixo da média da OCDE. Está lá, o Brasil em vermelhinho. A média – para quem não consegue enxergar de longe –, em verde.

Em contrapartida, olhem as despesas com juros, aquelas dos 420 bilhões: é a maior da OCDE. Isso ninguém fala! Isso não é emergencial!

Aí, o Deputado Mauro Benevides e uma outra pessoa falaram: "Mas cadê a Receita? Por que ninguém enfrenta a Receita?" E agora, falando pela Receita, eu, particularmente, me frustrei muito, quando eu imaginei que a reforma tributária – que, de fato, endosso o que foi dito aqui, é a mãe das reformas – deveria ter sido a primeira a ser capitaneada, porque o investimento não vem...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – ... por uma série de despesas, daquilo que está sendo dito, não vem por uma insegurança jurídica ou política e não vem por um sistema tributário que é perverso, injusto e que afugenta qualquer tipo de investimento.

Tripé macroeconômico.

Vou eu também tangenciando a economia, dizendo de um assunto que eu não entendo. Mas está lá, o terceiro deles: meta fiscal. E meta fiscal é o quê? Receita arrecadada, menos gasto do governo. Vejam: se a receita arrecadada é o maior superávit, se a despesa é maior, déficit fiscal.

E como você vai incrementar a receita? Hoje você perdeu o sentido de incrementar a receita, porque você não pode gastar. Aí, a proposta do Oreiro diz: "Não: tem que tirar esse teto do gasto". Se você não pode gastar, porque que você vai incrementar a receita?

Mas, se quiséssemos incrementar a receita, temos aqui quatro caminhos: primeiro, combater a sonegação.

A Senadora Zenaide – eu falei com ela aqui, ao citá-la – falou aqui que um determinado segmento da economia nunca pagou tributo, veio aqui, através de medida provisória, e conseguiu o perdão.

O que aconteceu antes do perdão foi sonegação, gente. Sonegação. A Receita Federal, apesar dos comentários recentes, de que atrapalha o Brasil, muito pelo contrário: ela ajuda a colocar o trilho nos trens. Só que R$350 bilhões por ano estão indo para o ralo! E os investimentos na administração tributária, com tecnologia, com capacitação, iriam ajudar a tapar esse ralo, só que não há interesse nisso – pelo menos nos últimos governos.

Melhoria do sistema tributário – e aí volto a lamentar por a gente não ter feito esse debate, que a gente sabe que é penoso, mas a gente vai ter que enfrentar.

E fazer a reforma tributária é possível, de forma que ela seja mais simples, menos onerosa para quem cumpre. São quase 2 mil horas para poder cumprir toda a obrigação tributária que a gente impõe ao contribuinte. Isso vai levar a uma maior arrecadação.

Fim das desonerações fiscais – ainda foi dito aqui: 300 bilhões por ano.

Bom, o número que eu tenho: eu tenho 583 bilhões, de 2010 a 2019. Esse dado é da Receita Federal.

Eu levantei essa planilha por quê? A partir de 2010, começaram a vir MPs e decretos, e isso não acabava mais. A Receita começou a quantificar isso aí. E o número que nós temos é esse. Isso é quase uma reforma da previdência, isso é renúncia, é o Estado falando o seguinte: "Eu não preciso receber, não paguem; eu não faço questão".

Só que chegou um momento, em 2015, em que a gente já tinha o acumulado ali de mais de 300 bilhões, e até o FMI alertou: "Olha, cuidado com essa política fiscal erosiva que o Estado brasileiro está promovendo". E, ainda assim, a gente continuou. E agora a conta chegou e, mais uma vez, o servidor público é chamado a dar a sua cota de participação, como se não tivesse sido suficiente o que fizemos na reforma da previdência.

Pois bem, aí no meio de uma crise fiscal, o que faz o Governo? Ele lança uma PEC com o nome de emergência fiscal, mas propõe a redução de jornada de trabalho dos fiscos de todo o País. Quer dizer, quanto a quem poderia trazer mais recursos para dentro do caixa, ele simplesmente propõe ou deixa em aberto uma autorização para o Executivo cortar linearmente em 25%. Não faz o menor sentido. Com isso, você vai aumentar o tempo de liberação de cargas no comércio exterior, isso impacta na economia, o tempo de julgamento de processo. Vai ser menos fiscalização e, por óbvio, uma menor arrecadação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, não satisfeito, num momento de crise fiscal, o que faz o Governo? E aí, me perdoe quem defende o Governo, cortou R$1 bilhão das receitas discricionárias da Receita Federal. O orçamento dela, em 2019, que era de 2,8 bilhões, caiu para 1,8 bilhão. Então, ao invés de você investir, de estimular a participação, de colocar o órgão para trabalhar de forma mais eficiente, ajudando o País, você refreia, tira o recurso lá de dentro.

Conclusões: a PEC 186 desprestigia os marcos fiscais que estão aí, tanto a Emenda 95 – não estou defendendo se por bem ou por mal, ela simplesmente desprestigia –, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em que são robustos os meios de controle fiscal e há sanções para quem descumpri-la. Ela pode agravar ainda mais a crise fiscal, como foi reiterado aqui, mais cedo. E uma coisa que é importante: não há nenhuma sinalização de estudo por parte do Governo. Onde está a responsabilidade fiscal? Está tudo travestido no discurso. E a responsabilidade gerencial? Isso é na nossa vida. Uma pessoa aqui, numa audiência pública presidida pelo Senador Paim, disse o seguinte: "Eu vou cortar a energia elétrica lá de casa, que é a maior despesa que eu tenho. E o que eu vou perder na geladeira, no *freezer*?".

Então, a gente tem que avaliar, quanto à decisão que nós estamos tomando, o impacto que aquilo vai produzir. E, aparentemente, o Governo não está fazendo essa conta. Agora é que, no meio do debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – ... transfere essa responsabilidade para o Relator, para o Senador Oriovisto, algo que não me parece justo, Senador. Então, na verdade, as justificativas para a edição da PEC são exatamente as razões para que ela não existisse. Por isso, que digo que ela é inepta lá inicialmente.

E aí, também para terminar com uma a frase que é do John Kennedy, que não apareceu ali: quando escrito em chinês, a palavra "crise" compõe-se de dois caracteres, um representa perigo e o outro representa oportunidade.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Sr. George Alex Lima de Souza.

E, de imediato, eu passo a palavra à Sra. Luciana Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

A SRA. LUCIANA GRANDO BREGOLIN DYTZ (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Eu queria primeiramente agradecer ao Relator, Senador Oriovisto, e à equipe, que tem sempre recebido as categorias, conversado, e pela sensibilidade no debate. Também queria agradecer a todos os membros da Mesa, na pessoa do Senador Humberto.

E, primeiro, entrando no assunto, eu vou falar mais sobre uma situação específica, porque eu acho assim: até agora foi falado sobre as questões econômicas, brilhantemente levantadas; também há questão levantada pelo Presidente do Sindifisco, que, também de maneira brilhante, demonstrou a situação e apontando outras saídas, além dessa que está sendo debatida com relação a essa PEC. Claro que a gente sabe que essa PEC foi gestada numa tentativa salutar de readequar os gastos públicos. Todavia, a gente pensa e considera que ela gera preocupação, porque ela adota medidas muito graves, que, sob a justificativa de resolver os problemas, poderão causar novas e profundas distorções no atendimento à população mais necessitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Defensoria Pública... Essa situação da Defensoria Pública e o que eu vou falar aqui também se apresenta em outros órgãos, como INSS, Ibama e vários outros órgãos federais; essa PEC vai acabar atingindo o atendimento à população realmente que precisa.

A Defensoria da União é responsável pelo atendimento público à população carente e hipossuficiente em diversas áreas: civil, criminal, previdenciária, entre outras. A gente tem, então, a noção da realidade da população nas diversas pontas e percebe que a realidade cruel da população, num período de contração econômica, só pode se prejudicar se a gente aplicar essas medidas que vão atingir o funcionalismo público de maneira bastante grave.

O nosso público-alvo, o que a gente acompanha, todo dia, é a dura vida de diversos milhões de brasileiros desassistidos, que sofrem diante de um Estado gigantesco e muitas vezes injusto. São jovens carentes e muitas vezes vítimas de um Estado policialesco. São homens e mulheres de mais idade surpreendidos por novas regras de aposentadoria, que se sentem perdidos na busca das garantias dos seus direitos e que, na esmagadora maioria das vezes, sequer têm consciência dos seus direitos. São pessoas desesperadas que cruzam a fronteira da Venezuela com o Brasil, fugindo das agruras políticas e econômicas do nosso país vizinho. São famílias desesperadas após a queda de barragens, deixando aqui um rastro de destruição, desalento e abandono. Essa é uma parte da nossa população que a gente atende. Há aqui o meu colega Pedro, que compõe a associação que participou das quedas de barragens, que participa também de mutirões carcerários.

Então, nessa situação, nós, a Defensoria Pública da União já vivencia uma dificuldade de atendimento com a mínima capilaridade e qualidade em tempos de recessão. A Defensoria Pública é um exemplo de como administrar poucos recursos e maximizar resultados. Nosso orçamento anual, pasmem, para 2020, é de R$588,7 milhões. No ano passado, conseguimos prestar atendimento a 1,880 milhão de atendimentos que se transformaram em aproximadamente 700 mil processos de diversas naturezas.

A defensoria conta atualmente com 639 defensores públicos federais no País inteiro. É pouco diante da demanda de casos e problemas com os quais temos de lidar atualmente. Essa defasagem é reconhecida constitucionalmente. A Emenda Constitucional 80, aprovada aqui nesta Casa, em 2014 – e eu vi o Deputado Benevides, filho do Senador Mauro Benevides, que foi um dos grandes gestores e que trabalhou muito por essa emenda –, o que ela previa? Que, até em oito anos, ou seja, em 2022, teríamos que estar presentes em todas as cidades que contam com a estrutura da Justiça Federal, porque nós somos o "sim" ao povo carente – onde não existe defensoria não existe cidadania, a gente sabe disso. Todavia, a realidade é muito diferente do que prevê a Carta Constitucional. Atualmente estamos presentes em apenas 30% dos locais onde existe Justiça Federal. E esse avanço, com a Emenda Constitucional 95, ficou impossível. Eu falei do nosso orçamento: o nosso orçamento está congelado, e a gente não consegue sair de 30% dos locais com Justiça Federal. E, mesmo passando por tudo isso, nós conseguimos não estourar o teto de gastos, ou seja, nós cortamos na carne.

Assim, a gente tem também, nessa linha, uma proposta de escalonamento de contratação de servidores e defensores até 2030, para que a gente possa estar presente em todo o País. E isso não vai acontecer se a gente continuar editando PECs e medidas que prejudicam o funcionalismo público e que não analisam a situação em sua complexidade. Eu sei – e sabemos todos – que existem benefícios que necessitam muitas vezes... Que não têm nenhuma razão de ser; existem privilégios, e esses devem sim ser trabalhados, mas você vai penalizar todo servidor público por alguns privilégios? Não faz nenhum sentido isso, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que a gente também tem, a defensoria... Eu só estou dando esse apanhado para vocês verem que a situação do serviço público não é essa maravilha, ou seja, todo mundo está sabendo que a gente precisa investir em serviço público, e é através do investimento no serviço público que a gente pode criar riquezas, levar cidadania e melhorar a situação da população. Hoje se tem dito que investimento é que pode melhorar o País e não o corte: o corte de 25% de salário e o corte de 25% de jornada não serão bons para o nosso País – e inclusive para o servidor público.

Essa questão do quadro de servidores a gente conseguiu resolver provisoriamente: nós não temos um quadro próprio, mas a gente está mantendo cedidos, graças a uma medida provisória que se tornou lei.

Assim, eu queria dizer, em nome da defensoria, nesta Casa e dizer, com relação aos outros órgãos públicos – INSS, Ibama, Funai, universidades –, que isso que nós vivenciamos os outros órgãos também vivenciam. Então, nesse sentido, a defensoria vem aqui mostrar uma preocupação com relação às medidas que estão sendo gestadas na PEC. A gente entende e quer que o debate democrático venha – para conversar –, mas estamos extremamente preocupados.

A gente fez um levantamento de algumas alterações só para colocar no debate o que a gente acha que pode causar graves problemas, fora o que os outros colegas disseram. O art. 169-A prevê o acionamento automático de mecanismos de ajuste, caso descumprida a denominada regra de ouro. No caso dos Poderes autônomos, entre eles a DPU, eles ficam proibidos, entre outras medidas, de criar cargo – daí vocês vejam a situação, a nossa situação –, emprego ou função que implique aumento de despesas, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesas e aquelas decorrentes de vacância de cargos efetivos ou/e vitalícios, e realizar concurso público, exceto para reposição de vacância. Como a União já vem descumprindo essa regra, a aprovação desse dispositivo autorizará a aplicação imediata de medidas de ajuste, impossibilitando que sequer sejam pensadas medidas constitucionais ou legais para descumprimento do disposto da Lei Complementar 80, com relação à defensoria, que prevê estruturação da defensoria.

Outra medida com que a gente também ficou preocupada é o 167, §3º, dentre outros, que dispõe acerca da possibilidade de redução em até 25% da carga de trabalho, com redução proporcional dos vencimentos e subsídios como instrumento adicional para fins de cumprimento dos limites de gastos com despesas de pessoal. Como é que a gente vai aplicar isso na defensoria, no INSS e em outros órgãos? Como é que a gente vai fazer? A gente tem filas, a gente tem assistido a que se está há um ano esperando perícia, a gente tem pessoas passando fome porque o benefício previdenciário é alimentar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA GRANDO BREGOLIN DYTZ – Concluindo, a gente também existe o 168-A, que estabelece que os demais Poderes deverão proceder o contingenciamento na mesma proporção aplicada pelo Poder Executivo. Essa medida trará um grande impacto para a DPU, pois a maior parte das despesas previstas são de caráter obrigatório e dizem respeito ao pagamento de pessoal e têm relação com despesas essenciais no serviço de Justiça. É uma situação diferente do Executivo, que tem uma margem maior de despesas discricionárias. Assim, a depender do percentual de contingenciamento aplicado nos demais Poderes – Ministério Público, Defensoria da União e Judiciário –, isso poderá inclusive significar a paralisação de suas atividades nas poucas localidades que estão à disposição da população carente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acreditamos que, caso forem aprovadas essas medidas, a Defensoria Pública da União enfrentará sérias dificuldades para continuar atendendo seu público-alvo. Isso poderá inviabilizar a prestação de serviços por completo.

Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição para o debate e para novos esclarecimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Luciana Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

De imediato, eu passo a palavra ao Dr. Rubens Bias Pinto, Coordenador Institucional da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

O SR. RUBENS BIAS PINTO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos e a todas.

Quero pedir aqui a disponibilização da apresentação.

Ao que a gente vem assistindo com a PEC 186 – mas também ao longo dos últimos anos – é um conjunto de ações que visam a reformar o Estado, e elas em geral são baseadas em mitos que têm gerado miséria e desigualdade. Então, o foco da minha fala hoje vai ser em relação aos ataques em torno ou em direção aos servidores públicos, em direção às políticas sociais.

Esse conjunto de medidas que já foi citado anteriormente e que começa com a Emenda Constitucional 95 passa pela reforma trabalhista, passa pela reforma previdenciária e continua com a PEC 186, com a PEC 188, com a PEC da reforma administrativa que ainda não foi encaminhada vêm junto com o ataque aos servidores públicos. Então estão sendo colocados claramente os servidores públicos como vilões. Existe uma proposta, na 186, de 25% de corte nas políticas sociais; existe a proposta do fim da estabilidade.

Isso vem junto com a medida provisória da contratação provisória, da contratação temporária e, junto com isso, o que a gente observa são já os efeitos da Emenda Constitucional 95. Então, a saúde, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, já perdeu 20 bilhões. Existem riscos em relação ao Fundeb que foram colocados aqui pelo colega. E já tem sido citada a volta da fome; há um milhão de pessoas na fila do Bolsa Família.

Isso deveria preocupar a Comissão de Constituição e Justiça porque vai no sentido contrário aos objetivos fundamentais da República de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais. Isso deve ser feito, deve ser perseguido, como está indicado pelo art. 6º por meio dos direitos sociais – saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, etc. Então, a gente está atuando no sentido contrário dos objetivos fundamentais da República.

A gente está trabalhando, desde a Emenda Constitucional 95, com essa reforma do Estado, que é um estado de espírito. Então, quando se atrasa a concessão de benefícios do Bolsa Família, não há nenhuma lei, não há emenda constitucional que indica isso. Quando a fila do INSS também atinge mais de um milhão de pessoas, isso tudo está acontecendo por meio de medidas administrativas do Governo. Outras medidas legais estão sendo encaminhadas nesse sentido: tanto no sentido de ataque aos direitos sociais quanto no sentido de precarização do funcionalismo público. Também têm sido adotadas medidas administrativas e legais, além das medidas constitucionais.

Em relação aos servidores públicos, que são aqueles que garantem as políticas públicas e os direitos sociais, o que vem circulando é fim da estabilidade, fim dos concursos públicos, precarização com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratos temporários, fim das progressões, redução de salários. Isso baseado no mito do Estado inchado, que já foi colocado aqui pelo colega anterior. A gente está com a mesma quantidade de servidores que a gente tinha em 1991. Aqui está a comparação do percentual de servidores em relação a outros países. Então, isso é um mito que está sendo utilizado para enganar a opinião pública.

Quais vão ser os impactos no serviço público, se a gente inviabilizar os servidores públicos? Os órgãos públicos vão virar cabides de emprego; vamos ter mais apadrinhamentos, menos qualidade na seleção, descontinuidade – então, o ideal é que saiam todos os trabalhadores quando mudar um gestor e aí se reinvente a roda. Isso é desperdício de dinheiro –; alta rotatividade, perda da memória institucional, desperdício dos recursos públicos, compromissos com os gestores e não com a missão do órgão, políticas de Governo e não de Estado. Isso é perda de efetividade, de eficácia e de eficiência.

Em relação às políticas sociais, que são as que combatem as desigualdades e a miséria, o que a gente vê, nas PECs, é o aprofundamento da Emenda Constitucional 95, a redução de 25% nos serviços públicos. Então, são 25% menos médicos trabalhando, menos enfermeiros trabalhando, menos professores trabalhando; é desvincular os mínimos constitucionais de educação e saúde e o impacto que isso pode ter. Então, é isso que está sendo proposto nesse grande plano de que a PEC 186 é parte.

O que a gente vê é que já temos resultados da emenda constitucional do teto de gastos. O que a gente vê é: aumento de concentração de renda, fila no Bolsa Família, redução de beneficiários, fila no INSS, espera pela aposentadoria e volta da fome, com o Nordeste não tendo nenhuma Bolsa Família sendo concedida. Então, a gente já vê o impacto na vida das pessoas.

Na saúde – está aqui o meu colega Wanderley –, a gente tem estudo que estima 27 mil mortes evitáveis até 2030, só com a emenda constitucional do teto de gastos. Houve o aumento da mortalidade infantil depois de décadas de redução, e a gente já tem a perda de R$20 bilhões na saúde.

O mito de que o Estado resolve tudo: a gente tem um exemplo muito recente do coronavírus. O que tem acontecido com o coronavírus nos Estados Unidos, que é o sonho dos liberais? O país não tem sistema universal de saúde, cada um que se vire para pagar o que precisa em relação à sua saúde. Os Estados Unidos recomendam: façam os testes e, em caso positivo, fiquem em casa. Cada teste custa US$250. Se o trabalhador norte-americano, estadunidense decidir ficar em casa, ele pode ser despedido. Em que isso impacta em termos de espalhar essa doença? Então, a gente tem países em que, por conta do sistema de saúde, a doença está sendo subnotificada e está sendo espalhada. É isso que está sendo defendido: que a gente desmonte ainda mais o Sistema Único de Saúde, que já é subfinanciado desde a sua criação – não é, Wanderley?

Então, o SUS subfinanciado e sucateado; decodificação do DNA feito por equipe de servidores públicos, e não por algum laboratório privado; realizada em 48 horas, quando a média mundial é de duas semanas; o sistema organizado garante a integração das informações – então, a gente tem informações confiáveis dia a dia do que vem acontecendo na ponta; todos têm garantia de orientação sobre o que fazer e como ser isolado – então, há uma paciente que está ali, no HRAN; e há o caso de Brasília em que a paciente foi identificada em uma clínica chique, e a clínica pediu ajuda e a encaminhou para o hospital público.

Então, há o mito de que só mais uma reforma para resolver o problema do crescimento econômico e do desemprego. Em 2016, Temer falava que a PEC do teto iria "salvar o Brasil" até o fim do Governo. Ele falava ainda: "[Quero] combater certa tese que dizem que, ao pensar em reforma trabalhista, estamos querendo eliminar direitos. Pelo contrário, o que queremos é manter empregos, e manter emprego é manter a arrecadação que o emprego dá ao poder público brasileiro". Em 2017: "Sem a reforma [da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência] não teremos crescimento econômico. Não haverá criação de novos empregos para tantos milhões de desempregados". Em 2018: "Não basta ter direito, tem que ter emprego", sobre a reforma trabalhista. "Paulo Guedes compara funcionário público a parasita ao defender a reforma administrativa". "A máquina pública está quebrada". E o que a gente vê na defesa de cada uma dessas reformas é: a gente vai gerar crescimento e emprego. Outro mito, não é? Quatro anos depois, o PIB cresceu 1,1 em 2019; 1,3 em 2018; 1,3 em 2017. Estamos com um PIB equivalente ao que a gente tinha em 2013. Desemprego: 11,6 milhões de desempregados; 41% na taxa de informalidade. Então, quatro anos de reformas não conseguiram entregar esse crescimento, esse emprego, mas conseguiram entregar sofrimento, conseguiram entregar morte, conseguiram entregar miséria e desigualdade social.

Uma nova crise se aproxima, então ontem a gente teve aí a bolsa enlouquecida, queda vertiginosa no preço do petróleo; isso provavelmente vai implicar maior procura por serviços públicos e políticas sociais, e a economia desaquecida necessitando estímulo pela demanda estatal. Vamos insistir no remédio que não está funcionando? E aí termino com uma frase: a definição de insanidade é fazer a mesma coisa repetidamente e esperar resultados diferentes. É mito que ela seja do Einstein, ninguém sabe quem fez.

Então é isto, o "plano menos Brasil" vai piorar, essa é a campanha que está sendo desenvolvida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Dr. Rubens Bias Pinto, Coordenador Institucional da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

De imediato, passo a palavra à Dra. Noemia Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A SRA. NOEMIA GARCIA PORTO (Para expor.) – Uma boa tarde a todos e a todas que acompanham esta audiência pública, a primeira de várias que tratam dessa que é uma PEC das mais importantes. E de fato ela deve ser realmente debatida, já batizada como uma chamada PEC emergencial.

Eu cumprimento muito especialmente o Senador Humberto Costa, que preside a Mesa, os colegas e as colegas que também participaram aqui do debate. Vejo aqui na minha frente o Senador Oriovisto, Relator da PEC, e o cumprimento também muito especialmente, agradecendo a oportunidade de trazer as considerações da Anamatra para esta audiência.

Eu apenas gostaria de situar que se trata aqui de uma fala representativa: não falo em nome próprio; falo na verdade em nome dos mais de 4 mil magistrados e magistradas do trabalho do Brasil, espalhados nos 27 Estados da Federação. É em nome da magistratura trabalhista que nós viemos aqui trazer algumas considerações que eu imagino possam ser contribuições para a PEC.

Nós ouvimos economistas, nós ouvimos especialistas da área da saúde, nós ouvimos especialistas do campo da educação, e aqui eu vou fazer um registro de quem talvez possa se considerar alguém que tem alguma visão por dentro do sistema de Justiça, porque se nós falamos da necessidade da Defensoria Pública, da necessidade da educação, da necessidade da saúde, o acesso à Justiça e à jurisdição justa também é um direito fundamental em termos constitucionais.

Bem, a primeira Mesa, que nos antecedeu, foi uma Mesa em que houve um certo consenso entre os economistas, pelo menos, que falaram no sentido de que a PEC aprofundará a recessão com essa fórmula da petrificação das finanças públicas. E o pior – aí é um acréscimo –, com grave prejuízo aos serviços públicos, que estão destinados à população brasileira. Mas os registros que eu gostaria de fazer são registros, primeiro, de ordem política, como eu mencionei, e depois de ordem jurídica, porque afinal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contas a etapa da PEC ainda é a da Comissão de Constituição e Justiça, e o que se espera desta Comissão é sempre um filtro dos mais rigorosos em proteção à Constituição do Brasil.

Se nós temos que ter muita cautela quando aprovamos leis – leis ordinárias, leis complementares –, a cautela precisa ser superavitária, para dizer a palavra do momento, quando se trata da alteração desta que deveria ser uma carta de estabilidade política e jurídica para a Nação brasileira. Não se vai mexendo assim na Constituição aos borbotões sem que isso tenha consequências muito graves em termos sociais.

A primeira questão, ou duas questões políticas que eu coloco: uma é a preocupação da Anamatra com esse processo de desprofissionalização do serviço público no Brasil. Foi uma conquista que veio desde a década de 80, consolidou-se com a Constituição de 1988, afirmou-se a partir da década de 90, a da profissionalização do serviço público brasileiro. O processo reverso, que é o da desprofissionalização desse serviço, causa prejuízos à própria cidadania. E na mesma toada da desprofissionalização, também há a ideia da precarização das carreiras de Estado no Brasil.

Para além, evidentemente, dessa questão que eu diria de marco político, eu quero fazer um registro jurídico: a questão da inconstitucionalidade das hipóteses que estão lançadas na chamada regra de ouro. Porque, claro, além de os economistas se referirem à inconsistência da fórmula, é necessário registrar a inconsistência jurídica da previsão. Isso porque, aqui falando do plano já do Poder Judiciário mais especificamente, o art. 95 da Constituição, quando se refere à questão da irredutibilidade de subsídios, o faz como uma garantia fundamental para poder grafar a independência da magistratura, dos juízes e das juízas do Brasil.

Esse princípio da independência, que se acopla ao da irredutibilidade, está intimamente vinculado à estrutura da separação de Poderes, porque tem o escopo de impedir as ingerências indevidas dos outros Poderes dentro do Poder Judiciário. E mais: quando se fala dessa regra de ouro, menciona-se, por exemplo, a possibilidade da redução de jornada de trabalho, numa tentativa de uma aparência de constitucionalidade da previsão. Ela é meramente aparente, porque eu não imagino como é que nós vamos combinar a possibilidade da redução de jornada com uma redução de jornada para magistrados, na medida em que os magistrados não cumprem e não podem cumprir jornada, porque eles precisam estar o tempo inteiro disponíveis. O que a Constituição prevê é que o serviço judiciário é ininterrupto, que nós temos que funcionar em plantões, que nós temos que estar disponíveis para a população. Como falar desse tipo de disponibilidade, que é uma garantia fundamental à cidadania, diante de uma ideia que tenta acoplar a regra de ouro a uma possibilidade de redutibilidade, por exemplo, da jornada? O caráter ininterrupto dos serviços judiciários brasileiros se deve aos servidores públicos e se deve aos magistrados.

Um segundo aspecto... E, veja, aqui... E eu gostaria de fazer este registro crítico com muito respeito a esta Casa, com muito respeito aos Senadores e às Senadores, mas eu preciso fazer este registro de crítica.

Nós estamos nos acostumando a colocar em relatórios, a colocar em PECs, corpos estranhos. O que tem a ver a PEC emergencial com, por exemplo, violar a regra de escalonamento dos subsídios dentro da magistratura? Não há nenhuma relação. Nós não temos sequer um estudo econômico que vincule a ideia do escalonamento ou, na verdade, de um não escalonamento, de uma quebra de escalonamento, que prestigia a cúpula do Judiciário em detrimento da base do Judiciário, que é quem faz o atendimento direto à população. Qual é a relação disso com uma ideia de PEC emergencial? E ela está lá. O substitutivo do Senador Oriovisto propõe, exatamente, inserir o parágrafo único do art. 93 da Constituição – não estava no texto original, mas aparece no relatório –, pretende vedar a vinculação automática entre os subsídios dos magistrados. E, veja, isso que eu estou chamando de um desacoplamento da cúpula para a base do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judiciário, não bastasse ser um corpo estranho que se insere na PEC... O que acontece na prática é a quebra da unidade da magistratura brasileira. Isso não faz nenhum sentido. Rigorosamente, os magistrados todos, seja aquele que está na vara mais distante do País, lá no Estado do Amazonas, seja o ministro do Supremo Tribunal Federal, prestam rigorosamente o mesmo serviço relevante de Justiça. Dessa maneira, a quebra dessa unidade não faz sentido constitucional e não tem a menor relação com qualquer matéria que seja defendida em termos de PEC emergencial.

Vejam os senhores e as senhoras que a intenção do Constituinte originário, aquele da Constituição de 1988, ao estabelecer esse limite mínimo, 5%, e máximo, 10%, dentro do escalonamento da magistratura, teve também como ideia não apenas prestigiar os magistrados mais experientes, mas – aí o mais importante, essa é a delicadeza do tema – evitar a disparidade de tratamento dentro desse corpo uno que há de ser o corpo da magistratura.

E um terceiro registro que faço, também de natureza jurídica, é a inserção de um outro corpo estranho, é a ideia de quebrar benefícios da magistratura de hoje, como o de férias, para a magistratura do futuro, a que ainda vai ingressar. E aqui eu costumo dizer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NOEMIA GARCIA PORTO – As associações têm uma imensa responsabilidade. A nossa responsabilidade não é apenas a de defesa dos membros integrantes hoje da magistratura, mas com a magistratura que nós vamos legar para as próximas gerações com esse processo de precarização das carreiras de Estado. E, claro, sob o ponto de vista jurídico, não há nenhuma justificativa objetiva em termos de isonomia para que os novos ingressos na carreira sejam feitos numa carreira com menos benefícios, mais desprestigiada e menos atendida do que a carreira de agora. Bem, o que se pretende, na verdade, é marcar uma diferença entre antigos e novos sem nenhuma base de sustentação.

Eu gostaria de partir para a conclusão tentando aproveitar um pouco das falas que me antecederam. E eu concluo, claro, dessa forma para pedir a sensibilidade de Senadores e de Senadoras diante dessas alterações que vão impactar a estrutura do Estado brasileiro.

Veja, os termos e as fórmulas que foram adotados na PEC e agravados no relatório não têm nenhuma relação com os problemas que foram listados aqui pelo Senador Oriovisto na sua fala anterior, Senador. E eu vi sua sensibilidade quando referiu os quase 12 milhões de desempregados; eu vi sua sensibilidade quando referiu 41% da mão de obra brasileira na informalidade; eu vi o senhor se referindo à questão atual da crise do petróleo; eu vi nesta Mesa referência à questão do coronavírus; também vi a referência à preocupação com o problema do pagamento dos juros; também vi a crítica à questão do excesso das desonerações, que vêm desde 2015. O problema é que nada disso tem a ver, absolutamente nada tem a ver, com fórmulas de diminuição dos serviços públicos no Brasil, com a agressão aos servidores públicos e também com aqueles que eu chamo de integrantes das carreiras de Estado brasileiras.

Deixo este registro para que, talvez, nesta Mesa, na próxima, em todas as que vierem, nós possamos debater os problemas vinculando fórmulas a ele relacionadas, e não jogar os problemas sem identificar nessa PEC nenhuma resposta à gravidade daquilo a que nos referimos.

Com essas palavras, eu agradeço novamente a oportunidade da participação da Anamatra e encerro por aqui. Permanecemos nós da Anamatra à disposição para a continuidade dos debates. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço à Dra. Noemia Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

De imediato, eu inquiro o Relator, Senador Oriovisto, se deseja fazer uso da palavra. Em seguida vamos fazer as considerações finais.

Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que ouvi com atenção todas as ponderações. Acho que o debate é profícuo, acho que a sensibilidade é o que mais caracteriza Senadores, Deputados e pessoas que buscam interpretar as necessidades do nosso País.

Quero tranquilizar todos e dizer claramente que este Relator tem pelo funcionalismo público o maior respeito, a maior consideração e uma consciência muito clara de que não é viável qualquer país do mundo sem bons funcionários públicos. Eu até procurei reconhecer isso na própria relatoria da PEC quando propus um abono salarial ao funcionalismo público sempre que houvesse superávit fiscal em qualquer nível de ente federado, seja municipal, estadual ou federal.

Também quero dizer que ouvi muito aqui falarem da questão da dívida. É verdade que o País tem uma dívida interna imensa, é verdade que o valor dos juros da dívida, nominalmente falando, é expressivo, é muito sério, e essa dívida, é claro, tem uma origem. Agora, é importante observar o seguinte: nós estamos indo para o sétimo ano de déficit primário. Qual a definição de déficit primário? Déficit primário é a diferença entre o que o Governo arrecada de impostos e o que ele gasta. Isso é déficit primário. E antes de pagar R$0,01 de juro – antes de pagar R$0,01 de juro.

Então, eu quero dizer que, primeiro, a dívida tem origem no déficit primário, no acúmulo dos déficits primários e, é claro, os juros sobre essa dívida vão se acumulando e chegam à altura em que estamos hoje. Mas essa dívida não tem nenhum impacto no dia a dia governamental por uma simples e boa razão: ele não paga o juro, ele rola, ele aumenta a dívida, ele emite títulos. Então, ele não está retirando das receitas dos impostos dinheiro para pagar a dívida. Isso é uma ilusão.

É um problema a dívida? É um problema, em termos. Depende de condições macroeconômicas maiores. O Japão deve mais do que o Brasil em termos de percentual do PIB. Os Estados Unidos devem muito mais do que o Brasil em termos de percentual do PIB. Nós vamos chegar a oitenta e poucos por cento do percentual do PIB daqui a alguns anos, daqui a quatro ou cinco anos. Eu fui relator do PPA e os dados do ministério mostram claramente essa ascensão.

Esse não é o grande drama brasileiro hoje. O grande drama brasileiro hoje é buscar um Estado mais eficiente, um Estado mais produtivo, um Estado que seja capaz de, com o mesmo dinheiro, produzir mais e dar um melhor serviço à população.

Nem de longe passa pela minha cabeça obrigar ou fazer nessa PEC regras que obriguem Estados e Municípios a, compulsoriamente, quando a despesa corrente chegar a 95% da dívida, usar todo esse arcabouço, esses instrumentos que a PEC coloca. Isso é facultativo, isso é um instrumento, isso depende da vontade do Governador de aplicar ou não. Se o Governador e sua Assembleia entenderem que não é para aplicar, simplesmente não se aplica, nem Estados, nem Municípios. A PEC não obriga ninguém. Ela dá uma possibilidade a mais. Não há uma obrigação. Ela só está obrigando o Governo Federal.

E mesmo a obrigação do Governo Federal ainda precisa ser melhor entendida, porque ele tem a discricionariedade de saber onde ele vai cortar, se ele resolver cortar. Eu duvido muitíssimo que algum Presidente da República tenha a capacidade – ele precisaria ter menos de dois neurônios – de cortar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horário de segurança pública, de cortar horário de saúde, de cortar horário de escola. Isso é um terrorismo absurdo. Isso não vai acontecer. E já digo que, como Relator, eu me disponho a colocar a proibição disso no próprio relatório, porque não faz nenhum sentido.

O que se está buscando com essa PEC é... Muito claramente ela será ainda alterada. As audiências públicas estão sendo feitas exatamente para isso, para que se veja, se estabeleça o contraditório. Até agora nós ouvimos, nas duas audiências de hoje, muito mais gente pensando de maneira uniforme. Nas próximas talvez tenhamos um debate mais aprofundado. Mas claramente nada está decidido. Claramente, o Relator não é o dono da PEC. Claramente só sai daqui o que for aprovado pela maioria dos Senadores. E, depois, claramente tem que ser aprovado pelo Plenário.

O debate ainda vai muito longe. E essas coisas que... Tem-se falado muito em não criar pânico com o coronavírus. Acho que também temos de tomar o cuidado de não criar pânico com essa PEC, porque ela não é tão louca assim, como estão falando. Ninguém vai cortar horário de policial, ninguém vai cortar horário de professor, ninguém vai cortar horário de médico. Isso é uma coisa que não faz sentido.

E ninguém está obrigando nenhum Governador, nenhum Prefeito a fazer nada. Ele vai fazer se ele quiser. "Ah, mas e se ele não fizer? O que acontece?". Nada. Sabem por quê? Porque hoje a maioria dos Estados brasileiros já estão... Aliás, a única previsão da PEC é: se ele não fizer, não pode ter aval da União para empréstimo. Mas isso já está acontecendo. A maioria dos Estados brasileiros já estão com nota C e D. Notas C e D já proíbem o aval da União para empréstimos nesses Estados. Então, a consequência para os Estados e para os Municípios... Desde que o gestor do Estado, desde que o gestor do Município não queira, essa PEC é nula, não significa nada. Ela dá um instrumento. A cirurgia será feita, infelizmente toda cirurgia social não tem anestésico, é sempre com dor, mas só será feita se o Governador, se o Prefeito assim entender necessário, junto com a sua Assembleia, junto com seu Governo estadual. E, no Governo Federal, ela obriga a algumas medidas, mas com bom senso, com discricionariedade. Não existe corte linear. Não existe isso. A PEC é muito clara nesse sentido.

Outras coisas que são ditas como estranhas na PEC, notadamente no que diz respeito à magistratura, existem por sugestão das próprias pessoas ligadas à magistratura, doutor, que incluí no meu relatório. Eu posso oportunamente até lhe dar maiores detalhes sobre isso. Nós temos no Brasil um caso único de férias de 78 dias para o pessoal do Judiciário. Os demais funcionários públicos não têm 78 dias de férias. Então, aí, é comparar funcionário público com funcionário público. O que nós estamos colocando aí... Por que 78? Porque são 60 regulamentares e 18 naquele recesso de final de ano, o que dá 78. Então, o que se está fazendo aí é buscar uma homogeneidade entre o funcionalismo. Ou vamos estender, para todos terem 60 dias, ou vamos fazer com que todos tenham 30 dias. Isso me parece uma medida lógica. E isso significa uma economia interessante, porque aumenta o número de dias que esses servidores do Judiciário vão trabalhar para a população. Nisso daí confesso que tenho uma convicção muito clara da justeza dessa medida.

Fora isso, tenho certeza, tenho bastante sensibilidade, respeito muito o funcionalismo público. Não há solução para o País sem um funcionalismo público bem treinado, bem remunerado e bem realizado na sua missão, notadamente na educação, na saúde, na segurança, em todos os aspectos que são extremamente relevantes, e é a razão de ser do próprio Estado. Os funcionários públicos, na verdade, significam a mão obreira do Estado. E nós pagamos impostos para isso.

É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer demais a contribuição de todos os senhores. Vou ouvir todos os outros e, sobretudo, depois, tenho de ouvir e tenho de respeitar o voto dos meus colegas Senadores. Quem vai definir o que vai ser aprovado ou não, não é este que vos fala, mas é a maioria da Casa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Oriovisto.

Eu vou fazer o seguinte... Nós estamos já aqui estourados com o tempo, mas eu vou dar dois minutos para cada um, para fazer uma conclusão. O.k.?

Então, vamos, pela ordem aqui, chamar o Sr. Wanderley Gomes da Silva, Conselheiro Nacional de Saúde, que representa o Fernando Pigatto.

O SR. WANDERLEY GOMES DA SILVA (Para expor.) – Vou tentar aqui, em dois minutos, telegrafar um pouco da nossa percepção em relação a esta reunião de hoje, mas principalmente em relação à nossa responsabilidade, na parte da tarde.

Primeiro, a bem da verdade, nós do controle social estamos construindo uma opinião em relação ao conjunto de propostas de emendas à Constituição da República nesse atual Governo. Primeiro, nós as consideramos todas, sem exceção, antidemocráticas, porque elas não vêm no sentido de fazer com que a Constituição Cidadã se fortaleça; muito pelo contrário, elas fragilizam essa grande conquista da democracia participativa, que é a Constituição da República.

Mais recentemente, nós tivemos a Emenda 95 e, agora, muito mais recentemente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WANDERLEY GOMES DA SILVA – ... temos a Proposta de Emenda à Constituição 186, que, na verdade, trabalha na lógica de fazer uma reforma administrativa, de fazer a reforma do Estado do ponto de vista da relação com os trabalhadores, mas que aponta também, como a própria Emenda 95 e as outras que estão em curso, a PEC 187 e a PEC 188, para a modernização desse Estado numa ótica muito conservadora, numa ótica que vem em desencontro total ao que sente e ao que pensa o povo brasileiro, o conjunto da classe trabalhadora e o conjunto dos movimentos sociais.

Não adianta, por exemplo, fazer um ajuste fiscal sem ter a coragem, por exemplo, de mexer nas isenções que são feitas por este País, na sonegação fiscal que é feita neste País. Primeiro, é preciso colocar a casa em ordem, dando bom exemplo, e, para isso, há a necessidade de que você possa contar com o conjunto dos trabalhadores do setor público também para melhor continuar a fazer esse trabalho, ofertando os serviços à sociedade brasileira.

Então, expressamos os nossos agradecimentos, enquanto controle social da República, que é o Conselho Nacional de Saúde, nesta audiência.

Esperamos que haja mais audiências até que a matéria seja votada por esta Casa. Seria interessante também, além das audiências, que a sociedade brasileira tomasse ciência desse grande perigo que há na esquina, que é a PEC 186, essa PEC que, a bem da verdade, vem para poder viabilizar a aplicação, em sua plenitude, da Emenda Constitucional 95.

Então, era isso.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Dr. Wanderley Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, passo a palavra ao Dr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), para os seus dois minutos de conclusão.

O SR. HELENO ARAÚJO (Para expor.) – Senador Humberto Costa, se o que nós ouvimos agora é que essa PEC não vai dar em nada, que não se é obrigado a fazer, por que se está perdendo o tempo do Senado e o nosso tempo neste debate?

Então, agora eu quero fazer uma recomendação. Como eu não a fiz antes, como só fiz perguntas, eu quero recomendar que devolva isso a esse governante, porque, infelizmente, há governante que só tem dois neurônios e que pode aplicar isso e acabar com o serviço público no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Sa., Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, meu conterrâneo.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. Rubens Bias Pinto, Coordenador da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

O SR. RUBENS BIAS PINTO (Para expor.) – Quero agradecer a oportunidade e reforçar que aquilo que está sendo proposto pela PEC, pelas demais medidas do Plano Mais Brasil, que devia ser chamado Menos Brasil, e pelas outras medidas legais e administrativas não tem entregado nem crescimento, nem emprego; pelo contrário, só tem gerado miséria e desigualdade. Que a gente abandone esse caminho que está sendo trilhado pelo Estado brasileiro e respeite a Constituição, o espírito da Constituição de redução das desigualdades, de geração de bem-estar. E que não se submeta a população brasileira a mais sofrimento diante dessa nova crise econômica que se avizinha, diante do risco que o coronavírus coloca para todos! Que a gente possa abandonar esse caminho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS BIAS PINTO – ... e retomar o caminho de inclusão social, que é o caminho que vai gerar crescimento econômico e emprego.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Rubens Bias Pinto, Coordenador da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

De imediato, passa a palavra à Dra. Luciana Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, para os seus dois minutos finais.

A SRA. LUCIANA GRANDO BREGOLIN DYTZ (Para expor.) – Eu queria agradecer a oportunidade de falar.

Se a questão dessa PEC seria combater gastos excessivos do funcionalismo, a gente vê pelos números que não é esse o intuito e que ela não vai chegar a esse objetivo, mas vai penalizar os serviços públicos e prejudicar a população pobre.

Outra coisa que a gente percebe é que a Defensoria da União não tem vantagens, não tem privilégios e se sente penalizada, punida e prejudicada. E, no fim, quem será prejudicado serão os milhões de brasileiros que dependem todos os dias de nossa assistência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Luciana Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, eu passo a palavra à Dra. Noemia Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A SRA. NOEMIA GARCIA PORTO (Para expor.) – Senador, prestigiando a referência que o próprio Senador Oriovisto fez não sua fala, quero dizer que essa ideia de reconhecimento da importância do serviço público e das carreiras de Estado não pode ser apenas um discurso, não pode ser apenas uma retórica de Parlamentares. Nós precisamos de uma tradução concreta desse compromisso com o serviço público e com as carreiras de Estado.

Outro aspecto é que, se o drama que está sendo colocado aqui – isto está sendo tratado como drama – seria o Estado brasileiro mais eficiente, essa precisa ser uma discussão pública, transparente, política, de longa duração. Isso nada tem a ver – discutir modelo de Estado – com uma ideia de PEC emergencial no contexto de uma urgência.

A ideia de discricionariedade de Governadores e de Prefeitos, como foi dito aqui, de que, então, se precisaria contar com a boa vontade e com o discernimento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NOEMIA GARCIA PORTO – ... de ocupantes dos cargos políticos, joga contra a ideia de segurança e de estabilidade. Se a PEC é nula, se ela não fará nada... O que está sendo colocado em xeque aqui é a sua própria necessidade, a sua utilidade ou mesmo a sua pertinência.

E, finalmente, quanto à questão das férias, há uma questão sofisticada aqui no relatório a ser pensada, que é a seguinte. Os benefícios da magistratura, suas obrigações, seus deveres estão previstos numa lei orgânica de natureza complementar. Essa lei orgânica necessariamente tem que ser de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, em respeito à separação de Poderes. O que faz a PEC? Constitucionaliza aquilo que é matéria de lei complementar. Ao fazer isso, faz uma tentativa de eliminar, de burlar, de não fazer prevalecer a tese de que a iniciativa é do Supremo Tribunal Federal. Portanto, esse vício de iniciativa não consegue ser suplantado com o fato de se constitucionalizar aquilo que na verdade é matéria de lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço à Dra. Noemia Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Informo que nós teremos novas audiências públicas sobre esse tema. É importante que esse acompanhamento se faça.

Quero lembrar aqui, como exemplo, que muitas das coisas que aparentemente estão dadas não funcionam bem assim. Um exemplo disso foi e vai terminar de ser o debate sobre a PEC dos fundos, em que nós conseguimos fazer algumas mudanças extremamente importantes. Portanto, nós não podemos parar a discussão nem a mobilização por aqui.

Nesse Governo do Presidente Bolsonaro, nós tivemos três dos mais profundos e graves ataques ao funcionalismo público: ou se levanta, ou ergue a cabeça e vem para o enfrentamento, ou vai realmente chegar ao nível daquilo que foi colocado aqui, de desmonte total das carreiras do funcionalismo público.

Primeiro, a reforma da previdência. Agora em março os servidores públicos de todo o País, muito particularmente os servidores de carreiras de Estado, que têm um papel, uma relevância, uma importância muito grande para o Estado brasileiro, vão sentir na pele as primeiras manifestações do que é essa reforma da previdência, em particular com o crescimento brutal das alíquotas de contribuição para a previdência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do servidor público. E lembro aqui, inclusive, que boa parte do funcionalismo público votou nesse Presidente, que – não sou eu que estou dizendo; foi dito aqui – não tem dois neurônios.

Segundo, a proposta que diz respeito a essa PEC dos fundos é o segundo ataque brutal, sem sentido, que vai com certeza fazer com que se perca completamente o sentido da existência de uma burocracia de carreira, de funcionários que sejam preparados para a prestação do serviço público à população. E aqui foi bem dito: se é uma coisa que vão fazer se quiserem, por que nós estamos perdendo tanta discussão e tanto tempo com isso?

E, finalmente, a outra que ainda vem por aí é a proposta de reforma administrativa, que, a julgar pelas primeiras notícias que vazam, vem – como se diz lá no Nordeste, "um mata e o outro enterra" – enterrar o que concretamente está sendo feito com essas duas outras proposições.

Então, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia onze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Luiz Pastore, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Major Olimpio, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Prisco Bezerra, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Eliziane Gama, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves, Paulo Albuquerque, Paulo Rocha, Irajá, Marcelo Castro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Roberto Rocha, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Alvaro Dias, Fernando Collor, Angelo Coronel e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 381, de 2018 - Terminativo - que: "Altera os arts. 32, 121, 129 e 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o art. 41-A na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de lesões corporais contra a mulher, feminicídio, estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PPS/DF). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Substitutivo da Câmara dos Deputados n° 3, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.000-B de 2016 do Senado Federal (PLS nº 8/2016 na Casa de origem), que “Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo)”." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Favorável ao SCD n° 3, de 2018. Resultado: Aprovado Parecer favorável à Matéria. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5013, de 2019 - Não Terminativo - que: "Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 414, de 2018 - Terminativo - que: "Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil." Autoria: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação da Matéria. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3475, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para inserir hipótese de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação da Matéria. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1541, de 2019 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), com o fim de aperfeiçoar a legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleitoral no combate à fraude à cota de gênero." Autoria: Senadora Mailza Gomes (PP/AC). Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1729, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a nomeação, para cargo ou emprego público, de condenados por crime de violência contra a mulher." Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 287, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1822, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Eliziane Gama. Relatório: Pela aprovação do Projeto, da emenda nº 2-CDH e com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 446, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a lesão corporal gravíssima e a lesão corporal seguida de morte, quando praticadas contra mulher, criança ou maior de sessenta anos, no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador Veneziano Vital do Rêgo. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 47, de 2012 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir à mulher idosa vítima de violência prioridade no atendimento policial e aplicação da Lei Maria da Penha." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação da Matéria. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 6395, de 2019 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o processo administrativo fiscal no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências." Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1-CAE a 4-CAE. Resultado: Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da Matéria. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 410, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária." Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 456, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o fornecimento, pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, mediante ordem judicial e sob segredo de Justiça, de dados que permitam o rastreamento físico de terminais móveis, para fins de investigação criminal, instrução processual penal e execução penal." Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM). Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 443, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infração administrativa de omissão de comunicação à autoridade competente de casos envolvendo suspeita ou confirmação de crime de abuso sexual de criança ou adolescente." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 172, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 327 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para incluir, entre as causas de aumento de pena, a prática de crimes contra a honra como parte da execução de pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos." Autoria: Senador Dário Berger (PMDB/SC). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 445, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aumentar a pena do crime de corrupção de menores." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei n° 681, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, a fim de criar punição mais rigorosa nos casos de rompimento de barragem." Autoria: Senador Jorginho Mello (PR/SC). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei n° 1028, de 2019 - Terminativo - que: "Revoga o art. 236, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para revogação de impedimento de prisão de eleitor em período eleitoral." Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP). Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 242, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que os micro-ônibus e ônibus empregados nos serviços de transporte público possuam botão de pânico." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei n° 2392, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execuções Penais e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para estabelecer a obrigatoriedade dos presos, ou quem estiver cumprindo medida cautelar determinada judicialmente, a custearem a utilização do dispositivo de monitoramento eletrônico, e dá outras providências." Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei do Senado n° 330, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a utilização de nome afetivo para crianças em processo de adoção." Autoria: Senador Gladson Cameli (PP/AC). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das emendas nºs 1-CDH a 5-CDH, da emenda nº 6-CDH, com a subemenda que apresenta, e com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado n° 286, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 809 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para que a autoridade policial seja informada sobre o resultado do processo-crime." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Projeto de Lei do Senado n° 168, de 2018 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto e às emendas n°s 1-T, 2-T, 3-T, 4-T, 6-T, 8-T, 9-T, 12-T, 13-T, 14-T, 16-T, 17-T, 19-T, 20-T, 21-T, 22-T, 23-T, 26 e 27, nos termos do Susbtitutivo que apresenta; e contrário às emendas n°s 5-T, 7-T, 10-T, 11-T, 15-T, 18-T, 24-T, 25,28 a 66. Resultado: Adiado. ITEM 25 - Projeto de Lei n° 5282, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 156 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para estabelecer a obrigatoriedade de o Ministério Público buscar a verdade dos fatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a favor do indiciado ou acusado." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - Projeto de Lei n° 2474, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para disciplinar a locação de imóveis residenciais por temporada por meio de plataformas de intermediação ou no âmbito da economia compartilhada." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - Projeto de Lei n° 5591, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para possibilitar a retificação do registro civil das pessoas naturais nos casos de alteração do nome ou prenome do pai ou da mãe." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Relatoria: Senador Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 28 - Projeto de Lei n° 601, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para reconhecer o registro de infrações de trânsito feito por qualquer pessoa, física ou jurídica, como meio de prova apto à lavratura do auto de infração." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - Projeto de Lei do Senado n° 398, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - Projeto de Lei n° 3734, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para inserir o art. 311-A que tipifica como crime a conduta de divulgar ou disseminar informação relativa a local, data ou horário de realização de blitz." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - Projeto de Lei do Senado n° 131, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis presos em regime fechado." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - Projeto de Lei n° 2099, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta e contrário à emenda nº 1-CDH. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2-CCJ e 3-CCJ e contrário à Emenda nº 1-CDH. ITEM 33 - Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - Projeto de Resolução do Senado n° 18, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar da Advocacia no Senado Federal." Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 35 - Projeto de Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado n° 250, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para, após a destruição ou inutilização da marca falsificada, destinar os produtos preservados a entidades de assistência social, legalmente constituídas, sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas necessitadas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - Projeto de Lei do Senado n° 206, de 2018 - Terminativo - que: "Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Prisco Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro emendas que apresenta, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 3, e pela rejeição da Emenda nº 4. Resultado: Adiado. ITEM 37 - Projeto de Lei n° 4840, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz." Autoria: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - Projeto de Lei n° 3472, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Código Eleitoral para permitir o voto no exterior nas eleições para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e deputados distritais." Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 39 - Projeto de Lei n° 2963, de 2019 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das emendas nº 1-CAE/CRA a 13-CAE/CRA, 15-CAE/CRA e 16-CAE/CRA, da emenda nº 14-CAE/CRA na forma da Subemenda que apresenta, e com quatro emendas. Resultado: Adiado. Observação: Apresentado Requerimento de autoria do Senador Rogério Carvalho para realização de Audiência Pública para instruir a Matéria. A deliberação do Requerimento é suspensa em virtude de pedido de verificação de votação.. ITEM EXTRAPAUTA 40 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 24, de 2020 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 79/2019, que acrescenta o § 4º ao art. 192 da Constituição Federal, para estabelecer limite às taxas juros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • Senhor Eduardo Moreira, Economista; • Senhor André Lara Rezende, Economista; • Senhor Arminio Fraga, Economista; • Senhor Luiz Gonzaga Belluzzo, Economista; • Senhor José Luís da Costa Oreiro, Economista; • Senhor Mauro Benevides Filho, Deputado federal, professor e economista; • Senhor Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); • Senhor Representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); • Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; • Senhor Representante do Banco Central do Brasil." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 41 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 25, de 2020 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 186/2019, que altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PAULO HARTUNG, Ex-Governador do Espírito Santo; • Senhora ANA CARLA ABRÃO COSTA, Ex-Secretária da Fazenda do Goiás; • Senhor AOD CUNHA DE MORAES JUNIOR, Ex-Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul; • Senhor SAMUEL PESSÔA, Físico e Professor de Economia, Pesquisador do FGV; • Senhor JOSÉ MÁRCIO CAMARGO, Doutor em Economia pelo MIT, Professor da PUC-Rio; • Senhor ROBERTO ELLERY, doutor em economia pela UnB; • Senhor RAFAEL TAJRA FONTELES, Secretário de Fazenda do Piaui; • Senhor GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO, Secretário de Fazenda de Alagoas; • Senhora CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT, Secretária de Fazenda do Goiás; • Senhor MARCO AURÉLIO CARDOSO, Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul; • Senhor RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR, Secretário de Fazenda do Paraná; • Senhor ROGÉRIO LUIZ GALLO, Secretário de Fazenda do Mato Grosso; • Senhor WALDERY RODRIGUES JUNIOR, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia; • Senhor JEFERSON LUIS BITTENCOURT, Secretário Especial Adjunto de Fazenda do Ministério da Economia; • Senhor ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR, Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia; • Senhor BRUNO FUNCHAL, Diretor de Programa da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia; • Senhor CAIO MEGALE, Diretor de Programa da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia; • Senhor FILIPE BARROS, Ministério da Economia; • Senhor MARCOS MENDES." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Marcos Rogério (DEM/RO). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 42 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 26, de 2020 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2020 - CCJ, com o objetivo de instruir a PEC 186/2019, que altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de Reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: Proponho para a audiência a inclusão do Senhor Procurador Fábio George Cruz da Nóbrega, Presidente, representando Associação Nacional dos Procuradores da República." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 43 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 27, de 2020 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2019 - CCJ, com o objetivo de instruir a PEC 186/2019, que altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências, seja incluído os seguintes convidados: o Sr Décio Bruno Lopes ou quem ele indicar, representando Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; e o Sr Diretor Executivo, Cristiano Bernardino Moreira ou quem ele indicar, representando a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU - FENAJUFE." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 39.

Pela ordem de Senadores Relatores presentes,

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 414, DE 2018
- Terminativo -

Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Concedo a palavra, neste momento, ao ilustre Senador Relator, Senador Espiridião Amin, para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Em primeiro lugar, Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu quero homenagear o proponente, a quem eu tive a honra de suceder, ao retornar ao Senado, o Senador Dalirio Beber. É no gabinete que ele ocupou, que, por sua vez, fora ocupado por mim, na década de 90, que está acomodada a minha instalação de trabalho. E o Senador Dalirio Beber se notabilizou pela correção, e eu exalto muito essa sua qualidade.

Interrompo, Sra. Presidente, a minha fala, para pedir uma salva de palmas ao meu amigo Arolde de Oliveira, aniversariante do dia. (*Palmas.*)

É o segundo mais jovem Senador da Casa, só superado pelo Zé Maranhão. Então, eu quero dar um abraço. (*Pausa.*)

Senador Arolde, ali tem pera japonesa produzida pelos descendentes... A partir de sete sobreviventes da bomba de Nagasaki se instalou em Santa Catarina a antiga Colônia Celso Ramos, hoje Município de Frei Rogério. Essa pera japonesa é produzida artesanalmente. Cada vez que nasce um broto, envelopa, então, usa muito pouco agrotóxico, para não dizer nenhum. E o senhor, que está completando 33 anos de idade hoje...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... seja bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpa pela interrupção, Presidente, mas eu não posso deixar de homenagear um amigo querido de mais de 50 anos de conhecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mais do que justificada a interrupção e mais do que merecida essa homenagem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e um exemplo de vida pública.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabéns, Senador Arolde.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Um exemplo de vida pública.

Este projeto proposto pelo Senador Dalirio Beber, em síntese, estabelece percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e também da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nós estamos no mês de março, Senador Anastasia, e esta é uma questão que pode fazer parte do resgate. Dizer o quanto nós temos que resgatar do direito das mulheres é uma coisa incessante. Ontem nós aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos o direito à mulher de se inscrever nas Forças Armadas, ou seja, hoje a mulher pode ser, teoricamente, general, mas não pode ser soldado, porque o serviço militar não está aberto para a mulher. Ontem nós o aprovamos, acho que produziu uma emenda que satisfaz a Lei de Responsabilidade Fiscal, dizendo que eventuais despesas que a colocação de uma mulher como recruta numa das Forças Armadas pode acarretar, que isso seja provido nas leis, quer de diretrizes orçamentárias, quer de orçamento anual. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou e a Senadora Kátia Abreu, agora minha querida companheira de partido, propôs uma emenda que eu aceitei, de uma cota mínima de 30% para as mulheres.

Este projeto vem no mesmo sentido: resgatar o direito da mulher, porque em todas as atividades humanas nós encontramos um déficit. Eu ontem mencionei um, e não fui bem entendido. Por exemplo, não concordo, Senador Rogério, com uma Carta Apostólica, Senadora Simone, assinada por João Paulo II, proibindo a ordenação de mulher. Isso não é coisa antiga. Isso foi assinado por João Paulo II, imagino que elaborada essa carta pelo Cardeal Ratzinger, dizendo o seguinte: "Fica definitivamente esclarecido que mulher não pode ser padre". E não pode. Então eu acho que esse resgate... Eu não quero me insurgir contra o Papa, mas, como jesuíta de origem que sou, não concordo com isso.

Eu acho que essa coisa vai evoluir e daqui a pouco esse resgate também ocorrerá, não por força de uma lei, porque não temos essa jurisdição. Mas hoje nós estamos tratando de mais um esforço de resgate para fazer com que os conselhos fiscalizadores de profissões, incluindo a OAB, que tem um *status* próprio, tenha a obrigatoriedade de destinar... Eu só vou ter acesso aqui ao projeto de lei, ao avulso. É assegurado o percentual para cada sexo de 30%. Quer dizer, nessa escalada para recuperar o tempo perdido, o Brasil está se fixando não no dízimo, mas no "tríntimo", nos 30%, um terço.

No meu Estado, por exemplo, nós tivemos a honra de eleger a primeira mulher Deputada e, por sorte, Antonieta de Barros era negra. Como se diz, conseguimos dois feitos com um só fato. Tive a honra de ser alfabetizado pela irmã dela, por Leonor de Barros.

Então, a proposta, em síntese, é isso. Em resumo – já que o projeto é alentado, porque muitas questões podem ser levantadas, aliás, o voto é alentado: o art. 1º indica o objeto da proposição; o art. 2º assegura a cada sexo o percentual mínimo de 30%, quer dizer, os homens nunca terão menos de 30; o art. 3º propõe alteração, inclusive na lei que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 4º veicula a regra de transição; o art. 5º estabelece que a lei que resultar da eventual aprovação desta proposição entrará em vigor decorrido um ano da data da sua publicação oficial, portanto, é uma lenta e gradual transição; e finalmente quero ressaltar que esse projeto passou pela Comissão de Direitos Humano, teve o relato da minha querida amiga Senadora Zenaide Maia, passou a constituir o parecer da Comissão o seu voto, que é favorável. Portanto ele já foi apreciado no mérito pela Comissão de Direitos Humanos.

De sorte que, resumindo o voto e a justificativa, entendemos que o PLS nº 414, de 2018, é compatível formal e materialmente com a Constituição de 1988.

No que concerne à juridicidade, entendemos adequada a alteração proposta pelo art. 3º do projeto de lei aos arts. 55 e 59 da Lei nº 8.906, de 1994, que tratam, respectivamente, do Conselho Federal e dos Conselhos Seccionais da OAB, tendo em vista o caráter *sui generis* que foi atribuído pelo STF à OAB no julgamento da ADI nº 3.026.

Avaliamos que a regra de transição e a cláusula de vigência, respectivamente arts. 4º e 5º, são apropriadas, tendo em vista a relevância e a amplitude das inovações propostas pelo projeto de lei.

A proposição observa, ainda, os parâmetros de técnica legislativa fixados pela Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Não foram identificados óbices quanto à regimentalidade da proposição.

O mérito do projeto de lei é evidente por enfrentar uma das mais importantes dimensões da discriminação contra a mulher existentes, vale dizer a discriminação no mercado de trabalho e na direção estratégica de órgãos e entidades públicas.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e regimentalidade. E, no mérito, votamos pela aprovação do PL nº 414, de 2018, que, repito, estabelece o percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin pelo relatório, mas, acima de tudo, pela defesa efusiva no que se refere à pauta dos direitos iguais das mulheres.

E coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão, ficando para a próxima reunião a votação, porque não temos quórum presencial para esta votação, por se tratar de projeto terminativo.

Esta Presidência gostaria de esclarecer: está havendo vários pedidos de inversão de pauta. Há um compromisso nosso, da Comissão, na semana passada, assumido com os Senadores, de que iríamos exaurir a pauta feminina no dia de hoje. Não são muitos projetos. Acredito que, no máximo em 50 minutos, conseguiremos avançar e, em seguida, nós poderemos colocar em votação esses pedidos de inversão de pauta, que acho que nem serão necessários, porque são quatro pedidos e são justamente os quatro projetos que restarão após a análise dos projetos da pauta feminina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Relator, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, só queria fazer uma colocação. Eu também tenho esse empenho de agir dessa forma lá na Comissão de Assuntos Econômicos, e nós todos víamos o resultado, pode ser definitivo, terminativo, tem que ir para outra Casa, que sinalize o resgate desse déficit na questão da mulher. Foi em função disso, inclusive, que na CAE eu simplesmente aceitei a última emenda apresentada pela Senadora Kátia Abreu, com vista, já que não há objeção nenhuma. E o projeto vai voltar para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, já que envolve Forças Armadas.

Então, o meu pedido a V. Exa. é o seguinte: se a Secretaria fizer cinco telefonemas, consegue o quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato, Senador Esperidião Amin. Nós conversamos com alguns Senadores que estão no Salão Verde, numa manifestação, num evento, e também os Senadores que estão na CAE. E combinamos com eles que, assim que nós...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí, vota-se o pacote.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... esvaziarmos, nós estaremos anunciando. Daqui uns 50 minutos, provavelmente, teremos quórum. Aí acionaremos V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí com esse também?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Também. Será o primeiro item com a presença de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, mesmo com o nosso acordo em torno da votação dos projetos de interesse das mulheres e a pauta feminina hoje, aqui na CCJ, eu queria fazer uso dos cinco minutos a que tenho direito, como Líder do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem o direito de ocupar o tempo no momento em que achar oportuno. Eu gostaria apenas de pedir a compreensão de V. Exa. – do contrário, V. Exa. já tem a palavra. Dois Líderes também me pediram e disseram que estavam vindo aqui para se pronunciar. Eu fiz apenas um pedido a eles em especial pelo dia de hoje: que pudessem vir a partir das 11h, para que nós pudéssemos rapidamente avançar na pauta feminina. Então, eu pergunto a V. Exa. se poderia esperar 25 minutos. Do contrário, eu passo a palavra, sem dúvida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É só para aproveitar alguns... Eu explico o porquê. Além do mês de março, hoje, excepcionalmente, nós estamos tendo na CAE audiência pública sobre reforma tributária, estamos tendo movimentações da CMO com Senadores lá e manifestações de Senadores em evento no Salão Verde. É por isso que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores precisam sair rapidamente da Comissão. Eu perguntaria se V. Exa. poderia ser o primeiro Líder a falar às 11h da manhã.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço imensamente a compreensão de V. Exa., lembrando aqui que V. Exa. tem o direito de intervir, como Líder, a qualquer momento. Agradeço a sensibilidade.

Passo ao item 10 da pauta, que é um projeto terminativo, de relatoria do Senador Rodrigo Pacheco. Os Senadores não estão lendo seus relatórios na íntegra, estão fazendo também aqui um resumo dos seus relatórios. Se houver alguma intervenção e alguma dúvida, a qualquer momento, os Senadores poderão questionar.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 446, DE 2018
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a lesão corporal gravíssima e a lesão corporal seguida de morte, quando praticadas contra mulher, criança ou maior de sessenta anos, no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)
Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Observações:
- *Votação nominal.*

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Rodrigo Pacheco para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Exma. Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o primeiro registro é de reconhecimento e também para enaltecer esta iniciativa de V. Exa. de estabelecer esta pauta prioritária feminina nesta semana importante para as mulheres. E, na pessoa de V. Exa., cumprimento todas as mulheres brasileiras, que infelizmente ainda sofrem com a violência.

Se hoje nós podemos comemorar alguma redução nos índices de criminalidade do Brasil – e, ontem mesmo, estive com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e também com o Governador do Rio, Wilson Witzel, em relação aos índices que estão reduzindo –, em relação à violência com a mulher, isso ainda não é uma realidade. E a imprensa agora está mais comprometida também em mostrar e demonstrar essas aberrações que acontecem ainda no Brasil, que precisam ser combatidas tanto por iniciativas como esta do Congresso Nacional quanto pela efetividade da aplicação da lei penal concebida pelo Congresso Nacional. Talvez seja mais importante que a formatação da lei, a sua aplicação no dia a dia, nos juízos Brasil afora.

Este projeto – e irei direto à análise dele, Sra. Presidente – é no seguinte sentido.

O Direito Penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à disposição pelo Poder Legislativo, de acordo com os arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal. Assim, a proposição não apresenta vícios de ordem formal.

No mérito, o projeto promove alteração necessária que visa a tratar com efetivo rigor crimes extremamente comuns praticados contra mulheres e demais indivíduos vulneráveis, em ambientes domésticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os delitos acima elencados – lesão corporal gravíssima e lesão corporal seguida de morte – atingem os bens jurídicos mais importantes para a pessoa humana: sua integridade física e sua vida. Quando o resultado culposo morte é praticado a partir de agressão dolosa, a reprovabilidade da conduta fala por si só.

Já nos casos de lesão gravíssima, devemos lembrar que são aquelas em que se resulta: incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização do membro, sentido ou função; deformidade permanente; ou aborto.

Assim, não se pode permitir que os acusados por crimes tão graves possam progredir de regime com somente o cumprimento de 1/6 da pena, como nos demais crimes comuns. Referidas figuras típicas devem ser tratadas de forma mais contundente pelo sistema penal, como medida de proporcionalidade e razoabilidade. Em nosso sentir, os resultados lesão gravíssima e morte produzidos contra vítimas vulneráveis não podem ter outra classificação senão realmente hediondos.

Estamos com a autora da proposição, Senadora Rose de Freitas, a quem rendo aqui minhas sinceras homenagens e que entende que referidos delitos devem ser considerados crimes hediondos nos mesmos moldes do que já foi feito para os profissionais da segurança pública pela Lei nº 13.142, de 6 de julho de 2015. A sistematização do sistema penal, protegendo outras vítimas que merecem eficiente tutela, parece-nos, desse modo, evidente.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2018, da ilustre e eminente Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, eu coloco em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sra. Presidente, ao cumprimentá-la, eu gostaria – já o fiz pessoalmente – de, publicamente, fazer uma referência. Acredito que muitos que não tiveram a oportunidade de assistir devem buscar conhecer o teor da entrevista muito equilibrada, muito moderada, muito firme que V. Exa. concedeu, na última segunda-feira, no programa Roda Viva. Eu penso que a sua postura de reconhecer e de enaltecer, sem perdas do equilíbrio que esta Casa, o Congresso, o Legislativo deve ter – e nunca deixamos de assim fazer em relação ao demais outros Poderes –, mostra a sua preocupação, a preocupação de quem, como todos nós, deseja que haja a efetiva e reconhecida harmonização, mas sem perdas dos nossos deveres, sem o desconhecimento que a mim parece hoje ensejar da parte do Executivo em relação às nossas atribuições.

Então, eu me fiz muito bem representado por V. Exa. na sua fala na última segunda-feira. Meus parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a consideração de V. Exa. E, se me permite, Senador Veneziano, eu quero apenas dizer que ali tive um único compromisso, o de fazer a defesa intransigente do Congresso Nacional. As saídas democráticas para qualquer crise no País, desde o Império, desde a abolição da escravatura até hoje, passaram pelo Congresso Nacional, uma Casa plural, que, por ser plural, obviamente, tem uma comunhão de vontades para achar democraticamente a saída para qualquer momento, para qualquer crise no País. Esse foi o grande objetivo. Acho que essa é a grande missão. Acima de tudo, quem está nos assistindo pode se lembrar e saber que o Congresso Nacional não é o vilão. Nós somos a porta de saída democrática das crises que nos assolam, crise econômica, crise política e crise institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador. Não sei se V. Exa. ainda quer usar da palavra para falar sobre o projeto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Eu gostaria de falar, mas me parece que o Senador Telmário...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, muito obrigado pela fala.

Eu vim correndo aqui porque hoje eu sei que o tema que vai dominar esta Casa são exatamente, como diz o meu Senador, as questões das mulheres. É importante isso.

Ontem, à noite, eu recebi um vídeo de Santa Catarina no qual uns policiais abordam uma senhora, uma camponesa, de forma covarde, cruel, truculenta, autoritária. Sem nenhuma reação da senhora, jogaram-na no chão, quebraram a perna da senhora, machucaram, esmurraram. Esse vídeo inclusive está comigo e até o passei para a Senadora Kátia – pensei que ela estaria aqui –, para exatamente o Senado fazer uma manifestação com relação a isso. Então, como o tema é hoje, eu posso passar para os assessores, porque tenho, agora, às 11 horas, um encontro com o Ministro da Saúde para tratar de Roraima, porque estamos numa crise danada com a questão migratória ali. Eu estou com esse vídeo e gostaria de passá-lo para análise.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a V. Exa. que, se puder, encaminhe a esta Comissão e nós nos comprometemos a encaminhá-lo à Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, da qual toda bancada feminina faz parte, para que possamos acompanhar e tomar as providências cabíveis.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Farei isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sra. Presidente, sem perdas de reconhecer a iniciativa de V. Exa. e demais outras Sras. Senadoras, para que nós reservemos esta semana, tendo em vista que na semana própria às comemorações do dia 8 não houve condições para que assim o fizéssemos, eu a saúdo, saudando aqui a iniciativa legiferante da nossa querida companheira, Senadora Rose de Freitas. Mas eu queria ponderar. No rol daqueles e daquelas pessoas mais vulneráveis aqui citadas e bem acolhidas pelo nosso digno e mui competente companheiro, Senador Rodrigo Pacheco, a mim me parece a ausência de outro nicho muito vulnerável e muito alvo de inúmeras e reiteradas violências. Refiro-me aos deficientes. Não sei se nós poderíamos aqui incluí-los junto às crianças, às mulheres e às pessoas que tenham mais de sessenta anos, tendo em vista que todos nós sabedores somos de que essas pessoas muitas vezes estão até mesmo mais vulneráveis por força das suas próprias condições, sejam aquelas cidadãs e aqueles cidadãos que tenham deficiências mentais, ou que tenham deficiências motoras, físicas.

Enfim, eu queria ponderar, claro, ouvindo obviamente a palavra do Relator, para sabermos se poderíamos aqui assentar, ao seu voto em relatório apresentado e sem maiores questionamentos, os deficientes, Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, agradeço a abordagem feita pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

De fato, acho absolutamente pertinente. Nós precisaríamos apenas construir o texto de modo que pudesse abarcar tanto a deficiência física quanto a deficiência mental, psíquica. De modo que tanto podemos fazer o pedido de vista, o Veneziano pode fazer o pedido de vista e nós construímos para a próxima reunião, quanto podemos aqui, meio *ex improviso*, fazer também o acréscimo. Mas acho que pela responsabilidade da elaboração de um texto de lei, eu recomendo a V. Exa. que faça o pedido de vista e possamos construir isso no decorrer da semana, retornando na próxima reunião da CCJ já com o texto feito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu acho que o melhor caminho é o pedido de vista. Nós não temos, por enquanto, quórum deliberativo.

Eu aproveito para fazer uma intervenção. Não é de praxe desta Presidência, mas já que se trata de uma pauta feminina, eu vou me permitir estar aí como um Senador membro fazendo uma intervenção. E desculpe a ignorância, porque minha área não é a criminal, Senador Rodrigo Pacheco. Mas eu perguntaria: já que estamos protegendo as minorias nesse caso, ou os mais vulneráveis, que são as crianças, as mulheres e os deficientes físicos ou mentais, a lesão corporal seguida de morte a partir dos 60 anos deveria ser considerada crime hediondo? Ou deveríamos aumentar para caracterizar mesmo que a ofensa foi ao idoso?

Nós sabemos o que significa tipificar um crime como crime hediondo. Eu faço o processo até inverso nesse aspecto: talvez estender, a partir dos 60 anos, uma lesão corporal que muitas vezes é culposa e gerou morte... Não tive a intenção de lesionar, sequer de matar. Uma pessoa de 60 anos muitas vezes tem capacidade e vigor físico. Considerar isso como crime hediondo... Talvez esse levantamento possa ser feito na Câmara, talvez esse projeto possa ser emendado lá e voltar para cá.

Então, eu pediria a V. Exa... Desculpe se, de repente, estou fazendo alguma intervenção inapropriada, porque, nessa área, V. Exa. é o especialista. Mas eu perguntaria se nós não teríamos que repensar essa questão de crime hediondo quando se trata da lesão corporal seguida de morte, especialmente nos crimes culposos e não dolosos. Lembro: há dolo quando eu tenho intenção de ferir e, aí, mesmo não tendo a intenção de matar, acabou levando à morte aquele que foi agredido. Então, nesse aspecto, fica apenas para V. Exa., não precisa uma...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – V. Exa. sugere a substituição da expressão "mais de 60 anos" por "idoso"? Seria isso? Ou a própria consideração...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É que o idoso hoje, pela... É mais de 60, não é?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Mas eventualmente, se for alterada a lei...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou deixar claro que teria que ser nos crimes dolosos...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Isso é importante, porque, se houver uma alteração do Estatuto do Idoso para aumentar o parâmetro do idoso, teria que haver também uma alteração no Código Penal. Então, há essa ponderação e essa outra em relação à própria pertinência quanto a pessoas com mais de 60 anos, se seria conveniente ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, e se é doloso ou culposo. Eu fico imaginando alguém que tenha cometido um crime de lesão corporal contra um cidadão de 60 ou 61 anos de idade, um crime que não foi intencional, nem a lesão e nem a morte. Não houve a intenção, ele é um réu primário, mas ele vai ser enquadrado nas regras do crime hediondo. Nós sabemos o que significa isso: a progressão da pena; responder, às vezes, em regime fechado. Isso tudo pode causar injustiça, muitas vezes, a um cidadão de bem.

É apenas essa observação, e digo aqui que falo sem nenhuma propriedade, porque V. Exa. e alguns colegas são especialistas na área criminal.

Fica, portanto, concedido o pedido de vista a V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Vamos aproveitar o pedido de vista...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe a intervenção, não é de praxe a Presidência fazer isso, mas, como se trata de pauta feminina, eu me sinto no direito de representar as mulheres, já que por enquanto sou a única, as demais estão em outras Comissões.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 47, DE 2012
- Terminativo -

Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir à mulher idosa vítima de violência prioridade no atendimento policial e aplicação da Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório, mas não sem antes dizer, Senador Humberto Costa, que V. Exa., junto com os demais aqui, são os três Relatores, portanto do sexo masculino, relatando projetos da bancada feminina. Só temos a agradecer a todos a compreensão e o esforço concentrado nessa pauta que é de todos nós.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Eu é que agradeço a V. Exa.

Passo a ler o meu relatório.

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 47, de 2012, do Senador Ciro Nogueira.

O projeto modifica o art. 11 da Lei Maria da Penha (LMP) com o objetivo de estabelecer o atendimento prioritário, pela autoridade policial, à mulher idosa em situação de violência doméstica e familiar. Também altera o art. 4º da Lei 10.741, Estatuto do Idoso, para definir que à idosa são garantidos, no que couber, os direitos estabelecidos na Lei Maria da Penha.

Na justificativa da matéria, o autor argumenta que as mulheres de idade avançada que enfrentam violência doméstica são, muitas vezes, atendidas nas delegacias apenas pelas regras do Estatuto do Idoso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não pelas regras da Lei Maria da Penha, situação que deixa as idosas desamparadas, sem as proteções legais garantidas às mulheres em outra faixa etária.

O projeto foi encaminhado apenas para a análise da CCJ, que sobre ele se manifesta em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à CCJ apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição ora examinada, em vista do disposto no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal. Como se trata de matéria que tramita em caráter terminativo e exclusivo, o parecer sobre o PLS 47, de 2012, também deve se referir ao mérito da proposição.

A matéria atende aos requisitos de regimentalidade e não traz vício de constitucionalidade ou juridicidade, pois em geral inova no ordenamento jurídico, com a ressalva que faremos adiante. Harmoniza-se com o disposto no art. 230 da Constituição Federal, que diz ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Quanto ao mérito, temos conhecimento de que algumas situações de violência doméstica cometida contra mulher idosa vêm provocado um conflito na aplicação das normas protetivas do Estatuto do Idoso e da Lei Maria da Penha.

Há relatos de casos em que os magistrados afastam a incidência da Lei Maria da Penha, optando pela aplicação das normas do estatuto. O problema é que o rol de mecanismos protetivos deste último é demasiadamente tímido quando comparados com seus equivalentes previstos na Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, concordamos em manter a alteração no Estatuto do Idoso proposta pelo autor da matéria, pois sabemos que atualmente as mulheres idosas em situação de violência podem vir a ser privadas de importantes medidas protetivas, a exemplo do afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência, inclusive pela autoridade policial.

Essa importante salvaguarda foi uma oportuna contribuição ao aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha, trazida pela recém-publicada Lei nº 13.827, e não encontra norma equivalente no Estatuto do Idoso.

Em nossa avaliação, o projeto visa a eliminar qualquer obstáculo oposto à aplicação das garantias da Lei Maria da Penha às mulheres idosas. Reflexamente, conferirá maior segurança jurídica ao ordenamento brasileiro, tendo em vista a redução de potenciais conflitos entre as leis citadas.

Opinamos favoravelmente à matéria, portanto. Julgamos necessário, tão somente, fazer alguns reparos ao projeto com o objetivo de assegurar a sua juridicidade.

Nesse sentido, sugerimos a supressão da referência ao atendimento prioritário da mulher idosa nos casos previstos na Lei Maria da Penha, uma vez que a garantia já está prevista no art. 1º da Lei 10.048, de novembro de 2000, que detalha os casos em que o atendimento deve preceder aos demais.

Aproveitamos, ainda, para propor alteração na referida matéria para garantir que o benefício não seja limitado apenas ao atendimento pela autoridade policial e que todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar possam receber tratamento prioritário em órgãos e instituições integrantes da rede de proteção a essas mulheres.

Em decorrência, apresentamos emendas com as modificações propostas.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2012, com as seguintes emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2012, a seguinte redação:
Art. 1º O *caput* do art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma prioritária, articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstas na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso."

Outra emenda:

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2012, renumerando-se os demais:
Art. 2º O art. 11 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:
"Art.11
.....
.....
§1º À mulher em situação de violência doméstica familiar, será dada prioridade no atendimento pela autoridade policial.
§2º A prioridade no atendimento de que trata o § 1º é estendida, inclusive, aos Municípios que não possuem serviço especializado de atendimento à mulher."

É este o relatório, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Humberto Costa, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, deixando para o momento oportuno, quando tivermos quórum, a votação terminativa.

Nós temos poucos itens ainda na pauta. São relatórios que serão lidos com uma certa agilidade, conforme já anunciado pelos relatores.

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 3475, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para inserir hipótese de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)
Relatoria: Senador Weverton
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Weverton, para proferir o seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, compete à CCJ apreciar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. A alínea "f" do inciso II do mesmo artigo fixa a competência deste Colegiado para emitir parecer quanto ao mérito de matérias relacionadas a órgãos do serviço público da União e seus servidores.

O projeto não apresenta problemas de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

Quanto ao mérito, entendemos que deve ser aprovado. Contextualmente, a matéria aborda duas dimensões do problema da violência doméstica. De um lado, são notórias as dificuldades pelas quais passam as vítimas em função da proximidade – física e psicológica – com seus agressores; de outro, em se tratando de servidoras públicas, é de especial interesse da União propiciar meios para que as mulheres sigam com suas vidas, em segurança, após esse tipo de trauma.

Nesse sentido, apesar das medidas protetivas que podem ser adotadas em âmbito penal, é de conhecimento comum que os ambientes de trabalho burocráticos, do serviço público, são pautados pela previsibilidade e pelo estabelecimento de rotinas de trabalho. Um agressor, mesmo que afastado do ambiente familiar da vítima, facilmente pode identificar a rotina e o cotidiano da pessoa pelo simples fato de se tratar de uma servidora pública. Numa situação limítrofe, pode inclusive ingressar na repartição onde essa mulher trabalha. Assim, entendemos que toda e qualquer medida que vise a ampliar a rede de proteção da mulher vítima de violência doméstica deve ser acolhida por esta Casa.

A remoção, nos termos do *caput* do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. O inciso III traz o rol taxativo contendo três hipóteses de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração.

A inclusão da alínea "d", tal qual proposta no PL em exame, pode beneficiar a servidora pública vítima de violência doméstica. Porque efetivamente se traduz no fornecimento, pelo Estado, de uma nova opção à pessoa que vislumbre a necessidade de recomeçar sua vida em outra localidade, em face do episódio de violência que vivenciara.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 3.475, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, ao tempo que eu parabenizo o Senador Rodrigo Pacheco pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Weverton.

Esse é o quarto projeto da bancada feminina, o quarto projeto relatado por um Senador e o terceiro projeto de autoria de um Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão, ficando para um momento oportuno a votação, ainda no dia de hoje, por se tratar de projeto terminativo.

ITEM 32
PROJETO DE LEI Nº 2099, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta e contrário à emenda nº 1-CDH
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
É um projeto que não é terminativo nesta Comissão.
Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Como Relator.) – Sra. Presidente, senhores e senhoras, demais membros da CCJ, a autoria – como bem apregoou V. Exa. – é de uma querida companheira, a Deputada Federal Laura Carneiro, uma das, como V. Exa., mais bravas, incisivas e competentes nas lutas do Legislativo, à frente de mandatos que obteve do povo fluminense, às causas femininas. Por essa razão, fiquei muito feliz e muito honrado de, mais uma vez, poder modestamente relatar um projeto de autoria da minha querida companheira Deputada Laura Carneiro. E com a sua anuência e, obviamente, ouvindo os demais companheiros, eu pediria a vênia para que nós pudéssemos fazer a leitura a partir da análise do voto.

O PL nº 2.099, de 2019, é constitucional, jurídico e lavrado em boa técnica legislativa, sendo esta Comissão competente regimentalmente para apreciá-lo, nos termos do Regimento Interno do Senado acima citado.

Entretanto, merece ser aprimorado, em razão de ter sido elaborado em data anterior ao advento da Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que inovou a ordem jurídica e instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, com a unificação das informações relativa às pessoas desparecidas em um cadastro, de âmbito nacional.

Verifica-se que o art. 16 da Lei nº 13.812, de 2019, estabelece que o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (CNCAD) fará parte do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Não obstante, deixa de declarar a extinção do Cadastro da Criança e do Adolescente Desaparecidos, e ainda, reporta-se a ele, nos termos do parágrafo único do art. 17 da citada lei, ao afirmar que tal cadastro manterá o Disque 100 para o recebimento de denúncias de desaparecimento.

Verifica-se que a Secretaria Nacional de Proteção Global, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, informa que o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas está em implementação, não sendo razoável que, nessa oportunidade, se exclua da lei a necessidade de ser informado o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que deverá ser mantido até que o órgão gestor do Poder Executivo se pronuncie sobre a aludida exclusão.

Registre-se que a Lei nº 13.812, de 2019, em seu respectivo art. 8º determina que a notificação de qualquer desaparecimento seja imediatamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e na Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, ou ainda, em sistema similar de notificação.

No Brasil haverá dentro do sistema de informações uma pluralidade de cadastros, sejam eles nacionais ou estaduais, genéricos ou específicos, devendo os dados serem cotejados para que se possa ter um universo plausível de informações confiáveis.

A alteração proposta pelo PL nº 2.099, de 2019, ao §3º do art. 208 do ECA merece ser atualizada, por determinar a imediata comunicação do desaparecimento da criança e do adolescente apenas ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, devendo a informação ser estendida ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, em razão das providências preconizadas pela Lei nº 13.812, de 2019.

Em razão dos motivos expostos, apresentamos duas emendas, com o objetivo de solucionar a questão acima apontada, que visa atualizar os termos e referências objeto do parágrafo único do art. 87, bem como do §3º do art. 208 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Últimos parágrafos, Sra. Presidente.

Ressalte-se que o Parecer da CDH entende que a alteração proposta ao art. 208 do ECA, que determina imediata comunicação ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos não é dotada de juridicidade, em razão de o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, objeto da Lei nº 13.812, de 2019, ser mais abrangente. Por esse motivo, foi apresentada a Emenda nº 1 – CDH, com o objetivo de eliminar o vício apontado, mantendo a alteração proposta ao parágrafo único do art. 87 do referido Estatuto.

Entretanto, em face da coexistência, ainda que temporária, de ambos os cadastros, tanto o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, quanto o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, dever-se-á entender que ambos deverão ser prontamente atualizados a cada nova informação e que inexiste a antijuridicidade apontada, razão pela qual a modificação ao § 3º do art. 208, do ECA deverá ser mantida.

Quanto ao mérito, o projeto de lei de S. Exa. Deputada Laura Carneiro é valioso, pois busca soluções para o enfrentamento do grave problema do desaparecimento de crianças e adolescentes, que tantos desgostos causam ao nosso povo, trazendo sofrimento e insegurança não só às famílias dos desaparecidos, mas à toda sociedade brasileira.

Eis o voto.

Em face de todo o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, boa técnica legislativa, e, no mérito pela sua aprovação, rejeitando a Emenda nº 1- CDH e apresentando as duas emendas a cujo teor V. Exas. têm acesso.

Eis o nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) –

Agradeço ao Senador Veneziano por ter aceitado a relatoria e por ter aprimorado o projeto.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o projeto.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2 e 3 desta Comissão, e contrário à Emenda da CDH.

A matéria vai ao Plenário.

Obrigada, mais uma vez, Senador Veneziano.

Item 2 da pauta, também mais ou menos nessa mesma linha, só que agora é para instituir uma Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher.

ITEM 2
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 3, DE 2018, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2016
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.000-B de 2016 do Senado Federal (PLS nº 8/2016 na Casa de origem), que "Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo)".

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador *ad hoc,* Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao SCD n° 3, de 2018

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É um substitutivo da Câmara a um projeto do Senado, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Relator *ad hoc*, Senador Antonio Anastasia.

Lembro que a matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e não é projeto terminativo nesta Comissão.

Com a palavra, pela ordem, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Sra. Presidente, pedindo licença a V. Exa. e mais ainda ao meu querido Prof. Antonio Anastasia, eu pediria para me ausentar, porque nós estamos debatendo e votando a Medida Provisória 905, Carteira Verde e Amarela, e eu preciso estar na condição de membro titular presente, mas a postos às futuras votações terminativas que por hoje estaremos a enfrentar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aproveito a intervenção de V. Exa. e peço às assessorias que informem às Sras. e aos Srs. Senadores que, a partir das 11h30, mais ou menos, 11h40, nós teremos todos os projetos da bancada feminina já analisados e gostaríamos de votar em globo, porque aos projetos polêmicos já foi dada vista, e, quanto aos projetos que não são polêmicos – que são cinco aqui, V. Exas. têm no painel –, já foi encerrada a discussão e não houve pedido de vista. Nós gostaríamos de sugerir a votação em globo, uma única votação desta Comissão.

Então, se as Sras. e os Srs. Senadores puderem estar, entre 11h30 e 11h40 apenas, na Comissão... Nós chamaremos os Senadores que estão na CAE e os Senadores que estão na medida provisória, para que possamos fechar a pauta feminina e iniciar três projetos relevantes da pauta desta Comissão.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, então, só para ganhar tempo: eu tenho dois requerimentos depois, quando terminar a leitura desses projetos. Antes de começar a nominal, eu queria só fazer a leitura de um deles, e o outro é só um pedido de data de audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem problema. Sem dúvida nenhuma, Senador Weverton.

Item 2 da pauta. Até então, acho que é o último item com Relator presente da bancada feminina.

Item 2, não terminativo, como já foi anunciado.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Antonio Anastasia, Relator *ad hoc*, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria, então, de passar direto à análise, diante de, como apregoou V. Exa., uma matéria que é tranquila.

O relatório é da eminente Senadora Daniella Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que toca à constitucionalidade da proposição, não vemos qualquer empecilho. O Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência, no sentido de que lei de iniciativa parlamentar pode dispor sobre a criação de políticas públicas, desde que não se promova o redesenho ou a ampliação de competências de órgãos do Poder Executivo. É citada aqui a medida judicial que embasa tal jurisprudência.

Quando à constitucionalidade material, igualmente, não nos parece que o projeto contenha vício. Na mesma direção, parece-nos que a proposição é jurídica, regimental e vem vazada na melhor técnica legislativa.

Quanto ao mérito, parece-nos que as alterações propostas pela Câmara dos Deputados aperfeiçoam o texto aprovado por esta Casa.

Trata-se, na maior parte das vezes, de modificações que vão ao encontro daquilo que se buscou no PLS 8, de 2016: permitir a rápida implantação de uma política de coleta de dados relativos à violência contra a mulher, medida essencial para o enfrentamento da questão.

Conforme consagrado nos demais diplomas legais pertinentes ao tema, a violência refere-se a ato ou conduta praticada contra a mulher.

No tocante à manutenção da redação original do inciso II do art. 3º e do art. 7º, proposta no parecer aprovado pela CDH, parece-nos, ao contrário, que as alterações da Câmara dos Deputados aperfeiçoam a proposição.

A nova redação conferida ao inciso II do art. 3º não retirou da proposição a necessidade de se registrar as características do agressor – ela continua prevista no inciso III do §2º do art. 4º, que prevê exatamente o Registro Unificado de Dados, que conterá os dados necessários. A alteração do inciso II, dessa forma, não teve por objetivo restringir o conteúdo da Pnainfo (objeto do art. 4º), mas tão somente dispor sobre a qualidade das informações produzidas.

Por fim, com relação à alteração do art. 7º, pertinente ao financiamento das despesas decorrentes da proposição, não vislumbramos a possibilidade de comprometimento da política de enfrentamento à violência contra a mulher ou a perda do alcance nacional das estatísticas. A alteração aprovada na Câmara apenas retirou dos órgãos do Poder Executivo federal a responsabilidade exclusiva pelas despesas decorrentes da lei, conferindo-a a todos os órgãos que aderirem à Pnainfo. Trata-se, a nosso ver, de medida que contribui para o maior engajamento dos demais entes federativos, sem prejuízo da coordenação por órgão do Poder Executivo federal.

Voto.

Diante do exposto, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 3, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2016.

É o relatório da Senadora Daniella, que tenho a honra, Sra. Presidente, de ler *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, ao SCD nº 3, que é o substitutivo da Câmara dos Deputados, de 2018.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência gostaria de informar, antes de continuar com a pauta e já entrando na pauta normal desta Comissão, enquanto não chegam relatores da pauta feminina, que há um requerimento sobre a mesa do ilustre Senador Weverton.

EXTRAPAUTA
ITEM 40
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 24, DE 2020
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 79/2019, que acrescenta o § 4º ao art. 192 da Constituição Federal, para estabelecer limite às taxas juros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- *Senhor Eduardo Moreira, Economista;*
- *Senhor André Lara Rezende, Economista;*
- *Senhor Arminio Fraga, Economista;*
- *Senhor Luiz Gonzaga Belluzzo, Economista;*
- *Senhor José Luís da Costa Oreiro, Economista;*
- *Senhor Mauro Benevides Filho, Deputado federal, professor e economista;*
- *Senhor Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF);*
- *Senhor Representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN);*
- *Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor;*
- *Senhor Representante do Banco Central do Brasil.*

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Coloco em votação.

Pergunto ao Relator se quer encaminhar.

Antes de colocarmos em votação, não cabe discussão, mas cabe encaminhamento. (*Pausa.*)

Coloco então em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Lembrando que o requerimento é de autoria do Senador Weverton, que é o Relator da matéria.

Aguardamos V. Exa. para definirmos uma data que V. Exa. achar ideal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, o Senador Jaques Wagner encaminhou requerimento à Mesa pedindo audiência pública e eu quero subscrever para que a gente possa apreciar hoje. É o requerimento, nos termos do art. 58...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O requerimento está subscrito também pelo Senador Humberto e, agora, pelo Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o segundo item a ser votado agora o requerimento. É em relação ao item 39. Há um requerimento, o Senador Irajá é o autor da proposição, de realização de audiência pública.

Vou colocar o requerimento, portanto, neste momento, porque o projeto está na pauta...

Nada impede, Senador Irajá, que nós possamos ler apenas o relatório. Lido o relatório, nem se começa a discussão. A partir do relatório, inclusive, poderemos marcar a audiência pública.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Bom, eu gostaria, Sra. Presidente, de fazer o registro de que esse projeto de lei de minha autoria, cujo Senador Rodrigo Pacheco é o Relator, tramitou nas duas Comissões, na Comissão de Assuntos Econômicos e também na CRA, a Comissão de Agricultura, e foi aprovado. Houve um acordo com o PT, com o Senador Jaques Wagner, para que o Senador Rodrigo Pacheco acolhesse a sugestão do Senador Jaques Wagner em nome da Bancada do PT, e eu quero aqui apresentar ao Senador Rogério Carvalho e também ao Humberto Costa, foi acolhida a sugestão do Senador com o entendimento de que nós iríamos votar de forma pacificada o projeto. Portanto, causa-me estranheza agora um pedido inesperado de audiência pública se o pleito do Senador Jaques Wagner foi atendido na íntegra.

Então, eu queria que fosse consultado o Senador Jaques Wagner, que é o autor do requerimento, porque é realmente estranho, de última hora, dentro de um acordo que foi feito com o Senador Rodrigo Pacheco e comigo, que sou autor da propositura, atendida a demanda do Senador Jaques Wagner, de repente, apresentar uma medida protelatória ao projeto de que já foi pacificada e acordada a votação aqui na CCJ.

Então, consulto V. Exa. com relação a esse entendimento e a esse encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em relação ao entendimento e encaminhamento, eu não posso me pronunciar, mas eu preciso, neste momento, pedir ao Líder do PT que se pronuncie em relação à intervenção colocada pelo autor da proposição, Senador Irajá.

Com a palavra, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Sra. Presidente, Sr. Senador Irajá e meu querido amigo Senador Rodrigo Pacheco vejam: o entendimento para acatar emendas ao relatório é muito importante e acho que favorece a tramitação do projeto.

Agora, trata-se de matéria de grande repercussão, trata-se de uma matéria que permite a venda de terras brasileiras em quantidade muito elevada a estrangeiros, certo? E nós sabemos que quando se instala um *resort* – um exemplo, num lugar paradisíaco – as empresas fazem absolutamente tudo, toda riqueza fica com a empresa que montou aquele *resort*. Então, os insumos vêm importados, tudo é feito... Vêm os estrangeiros, gastam o dinheiro ali e vai para a empresa, ou seja, volta para o país de origem.

A senhora imagine esse tema sem uma discussão mais aprofundada, o impacto que isso pode causar na nossa economia. É só uma audiência pública, não quer dizer que seja um ato protelatório, é um ato necessário para que a gente possa fazer a discussão com todo o respeito que eu tenho ao Senador Irajá, todo o respeito que eu tenho ao Senador Relator. É só uma audiência pública para que a gente possa aprofundar o debate sobre este tema que é tão relevante e tão polêmico. O Senador Irajá sabe muito bem do que eu estou falando.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de ter uma palavra com Relator e em seguida já me pronunciar a respeito. (*Pausa.*)

Eu vou ouvir o Relator, Senador Rodrigo Pacheco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria apenas de esclarecer ao autor. Este projeto hoje, o acordo que se tem é que ele apenas seria lido e nós não começaríamos a discussão, por conta de um compromisso que nós temos com essa bancada, com esta Comissão de que todos os projetos polêmicos seriam definitivamente discutidos e votados após as discussões e votações de pelo menos duas PECs do Governo Federal tidas como relevantes: a PEC dos fundos, que já foi para o Plenário, e PEC emergencial, cujas audiências públicas estão acontecendo. Amanhã teremos uma, segunda-feira teremos outra e temos um requerimento para uma audiência pública ainda na terça-feira. Eu gostaria até de informar ao Partido dos Trabalhadores que talvez tenhamos mais uma audiência pública em relação à PEC emergencial na terça. Na quarta-feira, nós já temos a leitura do relatório da PEC emergencial e iniciaríamos, Senador Irajá, a discussão do projeto de V. Exa. na semana que vem.

Qual é o prejuízo de aprovamos esse requerimento? O prejuízo é de exatamente uma semana. Por quê? Na semana que vem nós teremos audiência e imediatamente, em seguida, nós teríamos a discussão do projeto, lembrando que, nesse período de votação da PEC emergencial, havia um compromisso dos Líderes de que nenhum projeto polêmico em que não houvesse acordo de Líderes seria votado. Nós estamos colocando o projeto de V. Exa. para leitura. Não vejo, neste momento... Há audiência pública a ser realizada na semana que vem, se for do interesse e da compreensão da Bancada dos Trabalhadores de nós votarmos o requerimento. E colocaríamos, portanto, na semana seguinte à semana que vem, a leitura do relatório de V. Exa. Por quê? Repito, não vai haver prejuízo no calendário final da votação do projeto nesta Comissão, porque nós não vamos colocar projetos polêmicos em votação, se não houver unanimidade dos Líderes, antes da aprovação da PEC emergencial. Esse foi um acordo feito anteriormente, eu havia também anunciado a V. Exa.

O que eu proponho, portanto? Que nós fizéssemos apenas, Senador Rogério Carvalho, a leitura do relatório, sem iniciarmos a discussão; faríamos a audiência pública; e aí entraríamos na discussão da matéria. É esta a proposta.

Eu gostaria, antes de mais nada, de ouvir o Relator para que nós possamos avançar na construção de um possível acordo.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Senadora Simone Tebet, a proposta de V. Exa. é uma proposta razoável. Estando o Senador Rogério Carvalho... E aqui quero render as minhas homenagens ao Senador Rogério Carvalho, que é muito atento, observa todos os itens da pauta, e é legítimo que o faça e que queira aprofundar esse debate, mas devo registrar que, de fato, na discussão, inclusive nas Comissões pelas quais esse projeto já passou, a Bancada do Partido do Trabalhador dialogou conosco e aderimos às sugestões feitas pelo Senador Jaques Wagner naquela ocasião, neste relatório, aqui na Comissão de Constituição e Justiça. De qualquer forma, é legítimo do Senador Rogério Carvalho, até pelo seu perfil muito atuante, pretender a realização da audiência pública.

É possível, e é uma proposta também para a compreensão, invocando a parcimônia do Senador Rogério Carvalho, é possível, então, fazemos a leitura do parecer e, à luz do parecer já publicizado, se faça a audiência pública em relação aos seus termos e com o compromisso de V. Exa. de incluir imediatamente na pauta da Comissão de Constituição e Justiça para a inauguração da fase de discussão e deliberação do projeto.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria só de esclarecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra para o autor e, em seguida, eu me manifesto.

Com a palavra, V. Exa., Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – A minha sugestão é a seguinte, e claro que a gente tem que submeter isso aqui ao colegiado, que é soberano: que se faça a leitura do parecer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Exatamente: se dê vista coletivo, para que aconteça no prazo regimental a possibilidade de poder ser pautado novamente e votado o mérito, que é uma prerrogativa do Senador Rogério Carvalho. Se for para poder insistir na estratégia protelatória de uma audiência pública, na altura do campeonato, eu gostaria, faço esse pedido a V. Exa., que se vote, então, o mérito do pedido dele e que prevaleça a vontade do colegiado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A proposta feita pelo autor é de que, além da leitura, já pudesse se dar vista. Eu quero dizer só, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso é antirregimental, não se pode fazer audiência pública com...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há um requerimento sobre a mesa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É só se houvesse acordo. Por isso que eu estou falando, senão, eu vou deliberar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu queria, veja...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Só uma sugestão, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Eu faço a leitura do parecer, é concedida vista coletiva. E, no ínterim da vista coletiva, se faz uma audiência pública por consenso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há requerimento.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Mas por consenso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, pela ordem...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Eu próprio sugiro a audiência pública, com os nomes sugeridos pelo Senador Rogério Carvalho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não me parece... Essa informação que a Mesa está passando de que, havendo requerimento sobre a Mesa, há impedimento para se...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. É que, se eu colocar o requerimento antes da discussão do projeto, uma vez que há requerimento, eu não posso dar vista. O requerimento é justamente para esclarecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Mas não há impedimento regimental na tramitação.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Nós estamos fazendo um acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Marcos, sim, isso é de praxe nesta Comissão, e estamos tentando construir um acordo. O que estou dizendo é só que vou voltar um pouquinho nos acordos anteriores, com toda a isenção em relação ao mérito do projeto. Eu já tenho meu posicionamento em relação ao mérito. Não vou entrar no mérito da questão.

A questão é que, com ou sem audiência pública, a votação desse projeto não será prejudicada no seu calendário. Por quê? Eu acatei um pedido do autor para que pudéssemos hoje fazer a leitura. O compromisso que fiz com o autor foi o de que fizéssemos a leitura desse projeto, no meio de uma votação complexa, polêmica, relevantíssima para o País, que é a PEC emergencial. Havia e há um acordo com os Líderes nesta Comissão, pelo menos na sua grande maioria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De não votar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... de que nós não votaríamos – e não vamos votar – projetos polêmicos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... antes da PEC emergencial. Mas nós vamos avançar no projeto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a leitura...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por favor... A PEC emergencial está prevista só para 25 de março, se não houver por parte do Relator acatamento das emendas apresentadas. Do contrário, nós passaríamos para a primeira semana de abril.

O que estamos tentando construir é o seguinte acordo: nós leríamos o relatório, com o requerimento aprovado, e marcaríamos para a semana que vem a audiência pública. Não há prejuízo no calendário do projeto, porque nós vamos discutir, na semana que vem, outros projetos e ler a PEC emergencial. Na semana seguinte, nós votaremos a PEC emergencial, discutiremos o projeto sobre terras para estrangeiros e votaremos na outra.

Então, o que estou dizendo aqui? Diante do bom senso de todos, eu estou afirmando que não há prejuízo de calendário. Consequentemente, se houver acordo, nós poderemos, sim, fazer a leitura, sem vista ainda, sem discussão, porque não iremos discutir a matéria hoje. E nós nos comprometeríamos de, numa quinta-feira, fazer a audiência pública, se fosse esse o entendimento dos Líderes. Do contrário, eu vou deliberar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Veja, Presidente: eu queria pedir ao autor... A ponderação do Relator é muito pertinente. Não haveria protelação diante da proposta do Relator, ou seja, faz-se a leitura do relatório – concordamos –, fazemos uma audiência pública, que ajuda no debate sobre a matéria, e é feita a discussão depois da audiência pública sem nenhum prejuízo para o calendário de discussão e de deliberação sobre a matéria. Então, acho isso muito pertinente. A gente acata a sugestão do Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. concorda que seja feita a leitura do parecer...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... que haja um pedido de vista coletiva e que, no ínterim da vista, façamos a audiência pública na semana que vem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se houver acordo, também não vejo problema, porque não há...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Não vejo problema também.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É claro! Eu quero repetir aqui: com pedido de vista... Acho que não estou sendo clara. Com pedido de vista ou sem pedido de vista, com audiência pública ou sem audiência, nós temos um calendário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi clara, Presidente, e eu concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que não vai ser prejudicado. Nós estamos discutindo... Acho que, quanto mais essa matéria – vou pedir a compreensão do autor e do relator – estiver amadurecida nesta Comissão, mais fácil será o entendimento e a aprovação no Plenário. Eu estou garantindo aos senhores que não vai haver prejuízo da votação.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, posso dar uma contribuição, para tentar selar um possível acordo?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Se todos estiverem de acordo, o Senador Rogério Carvalho e a Presidência, nós faríamos hoje a leitura já com efeito de pedido de vista, com audiência pública marcada, contemplando – embora eu não concorde – o pedido, mas com compromisso da Presidência de votar o mérito no dia 25.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Esse compromisso eu não posso fazer, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Ah! Então eu não posso...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas Senador Irajá, eu não vou fazê-lo independentemente de acordo. Eu não vou pautar.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Mas é porque na outra semana não seria votado; na semana seguinte!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou pedir novamente... Eu vou novamente pedir a compreensão dos Senadores. Aí é uma decisão desta Mesa, ouvindo todos os Líderes. Eu não vou colocar nenhum projeto polêmico antes de aprovar a PEC emergencial! Isso é um pedido de muitos colegas. Eu peço a compreensão dos senhores. Igual o de V. Exa., eu tenho os do Senador Pastore, eu tenho do Senador... Tem um projeto aqui também, de que nós só faremos leitura.

Nenhum projeto polêmico será votado nesta Comissão, se não houver acordo com os Líderes, antes de votarmos, seja para aprovar, seja para rejeitar, a PEC emergencial. Nesse ínterim, nesse período, nós podemos avançar com qualquer projeto, inclusive os polêmicos. A não ser que na próxima reunião os Líderes me abordem e falem: "Nós não queremos mais fazer esse acordo". Eu não posso tomar essa decisão antes, nem em nome da Comissão, porque há um acordo de Líderes.

Senador Irajá, eu fui clara com V. Exa. na reunião que tivemos. Se porventura votarmos a PEC emergencial no dia 25 e houver tempo, no mesmo dia, de avançarmos com as PECs polêmicas, não há problema. Mas o primeiro item da pauta será a PEC emergencial. Os demais a seguem. Se para a PEC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergencial, naquele momento, não houver entendimento, e o Relator decidir que quer passar para a primeira semana de abril, nós vamos aguardar os itens polêmicos para a primeira semana de abril. Esse é o acordo feito com os Líderes, e eu não retrocederei no meu posicionamento, a não ser que todos os Líderes deliberem o contrário.

Por isso eu estou dizendo que essa é uma discussão desnecessária, porque o calendário, Senador Irajá, está tranquilo. V. Exa. tem o compromisso, como os demais projetos polêmicos, de que nós estaremos votando imediatamente após a PEC emergencial os projetos que já foram elencados.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – V. Exa., então, sugere que faça a leitura do parecer, haja o pedido de vista coletiva...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dê-se vista coletiva. Não há problema nenhum.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Façamos a audiência pública na próxima semana.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – E V. Exa. insere na pauta, obviamente reservada essa questão da PEC emergencial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em seguida da PEC emergencial. Lembrando que elas ficam sobrestadas se a PEC emergencial não for discutida na Comissão, o que eu acho que não irá acontecer. Nós não temos como não entregar para o Plenário qualquer parecer deliberado sobre a PEC emergencial no máximo até a primeira semana de abril.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – A hipótese de realização de audiência pública na próxima terça-feira e a pauta deste projeto na quarta, na CCJ, é possível?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Repetindo, nós temos... Eu vou falar sobre o calendário. Amanhã, nós temos audiência pública da PEC emergencial. Na segunda-feira, nós temos audiência pública da PEC emergencial. Na terça-feira, nós estamos deliberando aqui mais um requerimento de audiência pública da PEC emergencial, com uma série de autoridades, a pedido do Governo, porque aí é o lado do Governo. Ele não quer fazer audiência pública na segunda, porque na segunda já estarão inúmeras autoridades. Portanto, até terça, nós temos audiências públicas da PEC emergencial.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, não é possível.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na quarta, nós teremos a leitura do relatório do Senador Oriovisto, com pedido de vista, provavelmente, para possíveis emendas. Consequentemente, pelo calendário, eu coloco em votação, numa primeira oportunidade, como primeiro item da pauta, a PEC emergencial, no dia 25. Posso pautar junto os demais itens polêmicos. Só votarei esses itens quando estiver exaurida e votada a PEC emergencial.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Está entendido.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se ela passar para a primeira semana de abril, os demais itens polêmicos serão encaminhados, a não ser que haja uma unanimidade de acordo de Líderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, estou aqui para servir aos senhores, mas também para honrar os compromissos firmados. Não há prejuízo de calendário, é isso que eu gostaria de esclarecer para V. Exas.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Bom, nesse caso, Presidente, eu recomendo que a gente vote o pedido de audiência pública. Não há acordo, porque, a esta altura do campeonato, feito um acordo com o PT, atendida a demanda do Senador Jaques Wagner – não é do Senador Rogério Carvalho, quero deixar isso muito claro – e...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Lembro que, com ou sem audiência pública, o calendário será o mesmo.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Compreendo, sem problemas, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu vou passar à leitura do requerimento.

Eu gostaria de pedir a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores: nós vamos votar um requerimento.

Acho apenas que o não acordo só atrasa o calendário, Senador Irajá, seja nesta Comissão, seja no Plenário. Por experiência de quem já está aqui há seis anos... Mas, enfim... E está dizendo aqui uma Presidente que, inclusive, é simpática ao projeto de V. Exa. Estou apenas dizendo que o não acordo só dificulta e pode vir a atrasar, seja na Comissão, seja no Plenário, um possível acordo.

Mas vamos lá!

Requerimento que está sobre a mesa, nos termos da Constituição e do Regimento Interno, para realização de audiência pública com objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.963, de 2018.

Vem aqui a justificativa.

Vou direto à proposição, que apresenta os seguintes convidados: Sr. Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade Estadual Paulista; Sr. Sérgio Pereira Leite, Doutor em Economia, Diretor da OPPA; Sr. Sérgio Sauer, Doutor em Sociologia e Filosofia, da FUP; e um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A autoria desse requerimento é da Bancada do PT, assinado pelos Senadores Jaques Wagner, Humberto Costa e Rogério Carvalho.

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Eu gostaria apenas que os Senadores que são membros pudessem votar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Faça nominal, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Paulo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Faça nominal!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado o requerimento, com voto contrário dos Senadores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vocês vão pedir...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Calma!

Eu preciso... Pelo presencial, foi aprovado o requerimento. Pelo presencial, alguém vai...

Eu não preciso explicar o Regimento!

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Verificação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente! Calma!

Aprovado o requerimento com os votos contrários dos Senadores Pacheco, Anastasia, Soraya, Marcos Rogério e Zequinha.

Agora levantou a mão mais um: Senador... Levantou a mão mais outro...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Verificação, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A princípio, nós tínhamos quatro Senadores com a mão levantada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado o requerimento. Peço que alguém faça o pedido de verificação de quórum.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Verificação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço apoiamento dos Senadores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Verificação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Verificação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Verificação com a Senadora Soraya.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Verificação conjunta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apoiamento do Senador Marcos.

Agora eu peço a abertura do painel – é assim que funciona o Regimento! Por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço à Secretaria que abra o painel para a votação.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer para quem for participar agora da votação nominal... Se puder orientar, por gentileza...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos votando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos votando um requerimento de audiência pública.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – O PT vai entrar em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem quiser votar favoravelmente vote "sim", quem quiser votar contrariamente vote "não", lembrando que o Senador Rogério Carvalho está orientando a Bancada do PT a entrar em obstrução.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Eu queria, Presidente, durante a votação, se V. Exa. me permitir, apenas fazer um esclarecimento aos colegas Senadores e Senadoras.

Eu faço um apelo para o voto "não" à audiência pública, por uma razão muito simples: esse projeto tramitou na Comissão de Assuntos Econômicos, tramitou na Comissão de Agricultura e foi aprovado nas duas Comissões, inclusive sob a relatoria do Senador Rodrigo Pacheco.

Lá, nós fizemos um acordo com o Senador Jaques Wagner – eu queria deixar isso muito claro –, para que fosse acolhida a sugestão do Senador Jaques Wagner, incorporada essa sugestão ao texto do Relator, aqui na CCJ. Foi atendido, de pronto, o pleito feito pelo Senador Jaques Wagner, na íntegra, para que, assim, nós pudéssemos votar esse projeto aqui, de forma pacificada com ele. Com ele e, segundo ele também, em nome de alguns colegas da bancada. Bom, e assim o fizemos. Depois de dialogar, depois de debater, depois de discutir, acolhemos a sugestão do Senador Jaques Wagner.

Para minha surpresa, nós chegamos aqui e nos deparamos com um pedido de audiência pública, como se o acordo feito com o Senador Jaques não valesse de absolutamente nada. Eu acho que isso não deve ser dessa forma. A gente tem que manter aqui minimamente o respeito entre os acordos firmados, que deverão ser cumpridos.

Agora, se houvesse, da parte do Jaques Wagner, algum descontentamento, se houvesse algum ferimento em relação ao que foi pedido ao Jaques Wagner e não houvesse sido acolhido, tudo bem: teria todo o direito. Agora, chegar de última hora e apresentar um requerimento de audiência pública, para poder protelar o assunto... Eu acho que não é produtivo, não é pragmático e não é respeitoso com o Congresso e com o Senado Federal.

Eu acho que os acordos existem para serem cumpridos. Não é obrigado a fazer acordo, mas é obrigado a cumprir, depois de feito.

É apenas um pedido que eu faço, um apelo que eu faço, para que a gente não possa ser conivente com isso, porque isso vai abrir um precedente para outros casos, e isso é muito temerário aqui no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Espiridião Amin. Em seguida, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer um reparo às palavras do Senador Irajá, com o maior respeito, afeição e amizade: eu não participei de nenhum acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Não, mas o requerimento está posto aqui.

Eu sou a favor da audiência pública. Eu não tomei conhecimento desse acordo. Eu sou a favor da audiência pública porque esse é um assunto que eu considero muito relevante, como considero relevante o projeto. Eu tenho até simpatia por ele, mas eu quero ouvir partes.

E uma coisa que a Senadora falou, à qual eu acho que não foi dada a importância devida, é o seguinte: é melhor discutir aqui, é melhor fazer audiência, do que criar o problema no Plenário. No Plenário, um número maior de Senadores do que eu não terá a informação. E, aí, nós ingressaremos num debate que à Comissão incumbe, pelo menos, racionalizar. A audiência racionalizaria a nossa posição e racionalizaria o tempo que nós vamos despender no Plenário.

Por isso, eu sou a favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cabe recurso, Senador Irajá.

Eu gostaria novamente de ponderar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu sou a favor e queria só reiterar o que a própria Senadora Simone falou: o ganho, o tempo que nós despendermos aqui será poupado com rendimentos no Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de, novamente, reiterar que o calendário não será prejudicado, havendo ou não audiência pública. E há o meu compromisso com o autor, Senador Irajá, de que estará na pauta seguinte à da PEC emergencial.

Veja, se não houver quórum, eu tenho que suspender a reunião. Já teríamos que votar semana que vem, Senador Irajá. Consequentemente, essa vitória pode ser uma vitória de Pirro.

Eu volto a insistir se nós não teríamos um acordo, tendo em vista o posicionamento de alguns. Vou, antes, passar a palavra ao Senador Anastasia e, em seguida, ao Senador Rogério Carvalho. Enquanto isso, V. Exas. podem tentar chegar a um consenso.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, normalmente, nesta Comissão, V. Exa. é testemunha disso, de todo pedido de audiência pública que existe eu sou a favor, até nos meus projetos. Eu acho importante o debate, eu acho importante que se escutem as diversas opiniões divergentes sobre os mais diversos assuntos porque eu digo sempre que o procedimento legislativo é lento, e tem de ser mesmo.

Neste caso concreto, eu votarei com o Senador Irajá, tendo em vista a alegação do acordo que foi feito, e eu acho que, de fato, acordo tem que ser cumprido. Naturalmente, confio na palavra do Senador Irajá, mas insisto, como disse antes ao Senador Irajá, que está aqui ao meu lado, que essa postura, digamos assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – ... pode levar, como V. Exa. mencionou, a um atraso maior na tramitação do projeto, porque não só pode haver o recurso ao Plenário como podem aparecer também pedidos de outras Comissões e requerimento a ser apresentado em Plenário. Então, acho que a convergência é positiva. Mas, como ele insiste...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – ... votarei nesse sentido.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua o encaminhamento.

Questão de ordem, Senador Rogério Carvalho. Em seguida, o Senador Humberto Costa, ou como V. Exas. acharem melhor.

V. Exa. tem a palavra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu vou passar para o Humberto Costa, porque ele tem informações...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Assim que nós tivermos o silêncio devido nós continuaremos esta reunião.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, eu queria... O Humberto está inscrito também. Ele pediu para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, primeiro, agradecer a V. Exa., Presidente, pela tentativa de colocar as coisas nos seus devidos lugares. Primeiro, não há uma ação protelatória porque não vai alterar o calendário. Segundo, sobre o acordo que o Senador Irajá diz ter feito com o Senador Jaques Wagner, a informação que nós recebemos do Senador Jaques Wagner é de que houve um acordo de não se fazer audiência pública na CAE e na CRA, na Comissão de Agricultura, para que pudesse ser feita na CCJ. Então, o requerimento é nesse sentido, para que a gente possa ter essa audiência.

No caso, V. Exa. está dando aqui uma alternativa, inclusive abrindo vista, para a gente poder fazer o debate no meio da vista. Então, não vejo problema para que a gente possa viabilizar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continuando, com a palavra, pela ordem, o Senador Humberto Costa. Em seguida, Marcos Rogério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sra. Presidenta, o que se está discutindo agora, neste momento, não é mais se deve haver ou não audiência pública, se é necessário que haja ou não, mas é uma discussão das relações que nós temos aqui do ponto de vista político.

Eu acho que a melhor maneira de se resolverem as coisas é sempre pela tranquilidade, não pela truculência, não pela arrogância. O Senador Jaques Wagner está vindo para cá. Para nós, menos do que essa audiência pública agora, interessa saber se o que o Senador Jaques Wagner falou vale ou não. A informação que nós temos e que havia proposta de fazer nas duas Comissões anteriores audiência pública: na CRA e na CRE... Não, na CAS, na CAE e na CRE. E que teria sido feito um acordo com o Senador Irajá para que não houvesse audiência pública nessas Comissões e que a audiência pública acontecesse aqui na CCJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na CAE, de Assuntos Econômicos, e na CRA, de Agricultura e Reforma Agrária.

Então, independentemente do resultado ali, eu acho que seria importante o Senador Jaques Wagner vir para cá, porque entre nós esse tema do acordo, o entendimento, ele se sobrepõe a qualquer coisa.

Acho, inclusive, que a insistência por não fazer, por derrotar, eu acho que vai terminar... Isso, sim, vai protelar, eu acho, politicamente. E se for do interesse do Senador protelar, então nós vamos trabalhar para protelar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de passar a palavra para o Senador Marcos Rogério, eu quero recapitular. Percebi que três Senadores chegaram nesta Comissão depois da minha fala.

Eu fui categórica: com ou sem audiência pública, não vai haver nenhum adiamento da votação e discussão desta matéria pelo calendário apresentado por esta Comissão junto com os Líderes à bancada desta Comissão. Consequentemente, o requerimento, sendo aprovado ou não, não retardará e nem antecipará votação desta matéria nesta Comissão.

Por isso que eu acredito e repito que as intervenções do Senador Esperidião Amin e do Senador Anastasia neste momento são extremamente inteligente. Esta é a Comissão que, na realidade, hoje é o filtro do Plenário. Todos os debates quando avançam num amplo acordo nesta Comissão chegam amadurecidos e preparados para o debate e votação no Plenário.

Com a palavra, pela ordem, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, para tentar estabelecer aqui um ambiente de mediação, dialoguei com o Relator da matéria e com o Senador do Irajá, que fez todo esse trabalho com os membros da Comissão, com os Senadores. Fui foi abordado diversas vezes sobre essa matéria. E temos agora esse apelo do Senador Rogério Carvalho para a audiência pública. É regimental, também é da praxe da Casa esse ambiente de cordialidade, de contato com Senadores, nós estamos no Senado Federal.

Para tentar um entendimento, o que proponho é o seguinte: fazer, de acordo com o encaminhamento que V. Exa. deu, leitura da matéria e sobrestamento para votação após a deliberação das PECs que tratam dos temas emergenciais e aprovação do requerimento de audiência mediante um acordo – aí, dentro da CCJ, e aí a proposta é nessa extensão –, porque essa matéria é uma matéria terminativa na Comissão. Se o condão, se o objetivo não é a protelação, fazer isto: faz-se audiência pública, votamos e deliberamos – e aí, sem curso ao Plenário. Porque se a ideia é apenas a protelação, aí seria outro caso. Mas, pelo que vimos aqui, não é esse o caso. É mais esclarecimento. Se é de esclarecimento, os atores que compõem especialmente a CCJ podem se manifestar nesse sentido.

Eu acho que seria um acordo de bom senso. Nós preservaríamos a decisão de V. Exa., preservaríamos a intenção do Senador Rogério Carvalho de fazer a audiência pública, mas ao mesmo tempo garantiríamos a efetiva tramitação da matéria dentro do rito que está estabelecido para ela. Essa é a ponderação que faço. Teria que ouvir aqui o Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência gostaria de informar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só gostaria de complementar para dizer o seguinte: eu jamais assinei ou assinaria recurso de uma decisão da qual eu participei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Esta Presidência gostaria de informar que nós já temos quórum para apuração dessa votação. Na ordem de inscrição, o Senador Rodrigo Pacheco, que é o Relator; Senador Renan Calheiros, que pode, talvez, trazer uma luz; e em seguida, V. Exa.

Com a palavra o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Presidente, como Relator dessa matéria, eu ouvi atentamente o Senador Marcos Rogério, que invoca um ambiente de mediação, de pacificação. Creio que o interesse de todos é votar com consciência sobre aquilo que versa essa matéria. Nas duas últimas Comissões, de fato o Senador Jaques Wagner fez ponderações principalmente quanto ao fim social da propriedade, e nós acolhemos sugestões feitas pelo Senador Jaques Wagner. Se se tratava de um acordo, de um compromisso, ou não, acho que nós devemos prejudicar essa discussão neste momento e, invocando essa pacificação e o interesse da matéria ser deliberado efetivamente e que vença a maioria no ambiente da Comissão de Constituição e Justiça – quero crer que seja também o entendimento, neste momento, do Senador Irajá –, que possamos realizar a audiência pública na quinta-feira, esse compromisso de V. Exa. de realizá-la na quinta-feira, sem qualquer tipo de interesse ou de protelação por parte de quem quer que seja desta Comissão, e que ele seja pautado oportunamente após a audiência pública, no momento apropriado e oportuno, imediatamente após a audiência pública, que seria eventualmente na quarta, após a PEC emergencial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Após a PEC emergencial.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Senador Irajá, Senador Rogério Carvalho, Senador Esperidião Amin, como Relator eu fico inclusive à vontade para que se siga esse trâmite, para evitar um ambiente de estresse que possa contaminar a deliberação a respeito dessa matéria. Então, é a proposta que faço. E aí, com isso, retiraríamos o pedido de verificação. Ficaria prejudicada essa votação, acolhendo o requerimento de audiência pública. Apenas peço a compreensão do Partido dos Trabalhadores, de V. Exa., para que possamos também sugerir dois ou três nomes para que sejam ouvidos também nessa audiência pública.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Eu acho que...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpas, Senador Irajá. É o Senador Renan Calheiros, e depois V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – EU quero cumprimentar V. Exa., Presidente, e dizer que matérias controversas como essa precisam, sim, de um pacto, de um consenso para sua tramitação. Quero cumprimentá-la pelo bom senso e pela serenidade. E nunca trabalharmos para votarmos contra o tempo. A nossa economia vive um momento dramático. O mundo todo, em defesa de suas economias, anuncia medidas. O Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos... Estados Unidos, pasmem, estão propondo a desoneração da folha de pagamentos e abrindo linhas de crédito em bancos oficiais para socorrer as empresas, que estão com muita dificuldade, emprestando dinheiro para isso. As prioridades aqui são totalmente invertidas. O Ministro Moro está no Paraguai querendo soltar o Ronaldinho. Eu não conheço o caso, e tenho muito respeito por ele como futebolista, mas isso não é sensato, não é sereno, não é responsável.

O Congresso Nacional – e eu quero lamentar – não está compreendendo o seu papel. Nós estamos submetidos a uma agenda única do Ministro Paulo Guedes, que não deu certo em nenhum lugar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo. Esse neoliberalismo puro e simples não deu certo em nenhum lugar. Eu disse isso várias vezes ao Ministro Paulo Guedes e que aqui, igualmente, não daria.

Não adianta fazermos reformas, porque o fracasso do ano que passou, com relação ao nosso crescimento, foi em função da falta de investimento no último trimestre – nós tivemos uma queda de 3,3 – e do pouco crescimento do consumo, porque a reforma trabalhista, que veio em boa hora, foi mal calibrada. Da forma que nós a fizemos, ela precariza as relações de trabalho e só aumenta e estimula a criação, Pastore, do trabalho intermitente. Esses são os números.

Nós temos que fazer alguma coisa do ponto de vista do Congresso Nacional, apresentar uma agenda alternativa. Foi isso que nós fizemos em 2014. O Congresso está preocupado em sequestrar R$20 bilhões, uma coisa absurda, negociando até a manutenção de veto com relação a isso, num momento em que o País não tem investimento. O Congresso está se desmoralizando por essa prática. Estou falando como membro e lamentando. Nós temos é que negociar as saídas para o Brasil, para a sustentação da nossa economia, e não para meter a mão, sequestrar 20 bilhões de um orçamento deficitário – deficitário!

Eu faço um apelo aqui ao Presidente do Senado Federal – já fiz pessoalmente ao Presidente da Câmara dos Deputados – para que nós tenhamos uma agenda alternativa. E é preciso dizer ao Paulo Guedes que não adianta ele cobrar urgência para a votação das suas medidas apenas, porque a sobrevivência da nossa economia não depende apenas disso. Nós precisamos dos bancos oficiais; nós precisamos devolver à cena nacional o custeio para as empresas. Os empresários também achavam que o problema da falta de produtividade e de competitividade deles era problema do PT. Eles estão vendo agora completamente o contrário. A nossa indústria só cai, não faz a sua parte, e, toda vez em que a gente tem que cobrar a conta, a gente cobra das pessoas mais pobres da nossa população. Isso não pode continuar a acontecer. O Congresso vai acabar – vai acabar!

O Congresso está horrorizado com a possibilidade de uma manifestação que vai haver domingo. Essa pressão de manifestação contra o Congresso sempre foi a tônica do nosso País nos últimos anos. Nós temos que nos enfrentar para responder a isso, e não ficar pedindo favor ao Presidente da República.

O Presidente da República, há cinco dias, trata diariamente do sequestro dos 20 bilhões, a pretexto de regulamentarmos o orçamento impositivo – há cinco dias que ele trata disso, há cinco dias! Ele fala que está levando uma facada, que não assinou acordo, que isso é um absurdo, que, se continuar com esses PLNs... E mandou o PLN não sei por quê. Se é estilo ou não é estilo, ou mandou unicamente para desmoralizar o Congresso Nacional, que vai cavar, com as suas próprias mãos, a sua sepultura. Quer dizer, é inacreditável!

Quero cumprimentar V. Exa. neste momento em que o País todo cobra que o Congresso Nacional assuma uma posição em defesa do interesse do País.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de pedir a atenção das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou já passar a palavra, mas acho que o momento exige pelo menos uma fala nossa, não é?

Na linha da fala do Senador Renan Calheiros, em que pese alguma divergência referente à pauta econômica, no contexto eu gostaria de me somar a S. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Da minha parte, não há...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, da pauta econômica futura, Senador Renan Calheiros.

Mas, nessa linha, nesse sentido, eu acho que nós vivemos os momentos mais críticos da história do País. A crise não é só econômica, Senador Tasso Jereissati. Ela é uma crise política e é uma crise institucional. Ou nós nos damos as mãos, superamos qualquer adversidade e nos somamos rumo a saídas possíveis e legítimas, ou nós estaremos todos comprometendo o presente e o futuro do País.

A crise lá fora está nos atingindo, e é importante lembrar que todos os governos do mundo estão se unindo em torno dessa agenda que pegou a todos de surpresa. Nós estamos falando de coronavírus; nós estamos falando da crise do petróleo, que chegou no meio desse processo e que vai atingir em cheio as *commodities* brasileiras; nós estamos falando de terras para estrangeiros no momento em que as *commodities* estão sob ameaça pela alta do câmbio acima da média, que também não é tão positiva para as *commodities*, que dependem dos fertilizantes que são importados, na ordem de 50% de importação, e dos maquinários pesados.

Então, diante de todas essas questões do cenário internacional, somadas aos nossos problemas, aos problemas do nosso quintal, do nosso cotidiano, da nossa crise, eu quero fazer um apelo nessa ótica toda: que nós possamos começar dando exemplo neste projeto, que nós possamos chegar a um entendimento, a um diálogo, a um equilíbrio, para que nós possamos superar não só esse impasse, mas todos os impasses que vierem daqui para a frente. Eu faço esse apelo, para que nós não criemos, a partir de um projeto importante como esse, um atrito desnecessário, porque esta Comissão vai ser exigida, como a Comissão mais importante do Senado Federal, para as pautas que virão. Concordando ou não com elas, nós votaremos a PEC emergencial, a PEC do pacto federativo. Nós teremos inúmeros projetos que serão encaminhados, como a própria reforma tributária, a médio prazo.

Então, é este o apelo que faço: que, sem radicalismo, com equilíbrio, com moderação, nós possamos, definitivamente, ouvindo agora o Senador Rogério Carvalho e, ao final, o Senador Irajá, fechar um posicionamento, sob pena de eu ter que, neste momento, de ofício, me manifestar a respeito disso, antes de abrir o painel.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, eu fiz uma proposta de acordo. Eu queria até... Já está abrindo a sessão do Congresso Nacional.

Senador Rogério Carvalho, aderindo ao que V. Exa. propôs – o Senador Irajá também concordou –, eu queria pedir que a gente pudesse já fazer a leitura do parecer, com o pedido de vista subsequente e com a audiência pública já na quinta-feira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. Mas, antes, Presidente, eu tinha pedido... Eu não vou precisar dos cinco minutos. Eu concordo com a proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Posso fechar, então, e, em seguida, passo a palavra a V. Exa.?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu concordo com a proposta do Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Posso, então, fechar?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu indago às Sras. e Srs. Senadores se podemos desconsiderar o painel e dar o requerimento por aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O acordo que o Senador Rodrigo Pacheco propôs não incluía...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não há acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... possível recurso para Plenário ou não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não há esse acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não houve essa colocação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem discussão de possível recurso para Plenário ou não. O que nós estaríamos fazendo seria o compromisso de colocar a matéria como primeiro item ou um dos primeiros itens da pauta da sessão após a PEC emergencial.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, enquanto se decide, eu queria fazer um comentário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Ordem do Dia já está iniciando no Congresso Nacional. Para ver como acordo sempre é bom. Se eu tiver que agora encerrar a CCJ, nós atrasamos o projeto de V. Exa., Senador Irajá.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria pedir meu tempo de Líder, porque desde o começo da reunião que eu...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não. Para efeito de votação, eu não posso votar mais. A Comissão continua, mas eu sou obrigada, abrindo a Ordem do Dia, a cancelar qualquer votação.

O requerimento passa a ser votado na semana que vem, ou seja, ficamos quase uma hora discutindo uma matéria que poderíamos ter deliberado em cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir o meu tempo de Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu pergunto antes, apenas para que possa concluir. Podemos cancelar esse quórum, dar por aprovado o requerimento, no compromisso, Senador Irajá, de pós-PEC emergencial, votar o projeto de V. Exa.?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. *Fora do microfone.*) – Dentro da proposta do Senador... Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Veja bem, o Senador Marcos Rogério...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Essa proposta não tem acordo. Eu estou já colocando em discussão a proposta do Senador Rodrigo Pacheco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – A proposta que o Senador Marcos Rogério apresentou é uma proposta equilibrada e não prejudica em nada o pedido de audiência pública...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Líder já disse que não tem acordo. Eu preciso adiantar no andamento da reunião.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir o tempo de Líder, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu pergunto, portanto, a V. Exas., antes da palavra pela Liderança, se nós podemos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com o seu acordo eu concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ou não cancelar a votação. Eu preciso ouvir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, a proposta do Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Relator, a palavra final é de V. Exa., antes de eu me pronunciar, porque já nos estendemos demais. Democracia é bom, mas em excesso, muitas vezes ela depõe contra a própria democracia. Eu preciso deliberar de ofício. Ouço V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – A proposta do Senador Marcos Rogério e do Senador Irajá – e não concordam que seja feita diferente – é que haja o compromisso, por parte do Partido dos Trabalhadores, de não haver o recurso para o Plenário. O Partido dos Trabalhadores concorda de não haver o recurso para o Plenário?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não concorda. Eu estou colocando...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agora eu pergunto: o Senador Irajá e o Senador Marcos Rogério concordam de fazermos o acordo aqui, para poder ler o parecer hoje? Senão nós vamos atrasar mais uma semana. Se nós não lermos com pedido de vista hoje, em razão da abertura do Congresso ou por outro motivo, nós vamos atrasar mais o projeto. Então, não há acordo entre as partes envolvidas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência, de ofício, declara encerrada qualquer votação nesta Comissão. Acabei de ser informada de que começou a Ordem do Dia no Congresso Nacional. Então, fica suspenso o requerimento. Consequentemente, nós vamos cancelar essa votação e o requerimento será colocado em votação posteriormente.

A Comissão não terminou os trabalhos. A palavra pode ser franqueada a qualquer Parlamentar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Sra. Presidente, nós apresentamos, em função das declarações do Presidente da República citando que houve fraude nas eleições, eu queria informar a esta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que o Partido dos Trabalhadores entrou com uma...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a atenção...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, um apelo aos colegas Senadores para votarem o veto, que começa pelo Senado, agora, que trata sobre o BPC. Os Senadores que são a favor de todos os beneficiários do BPC devem dar presença e votar, porque começa pelo Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu apenas vou ouvir o Líder do PT e aqueles que pediram a palavra pela ordem. Em seguida, encerro esta reunião. E aqui, no coro do Senador Weverton, o Congresso Nacional já abriu o quórum para votação e o primeiro veto começa por esta Casa, pelo Senado Federal.

Com a palavra V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Sra. Presidente, nós apresentamos...

Em função da declaração do Presidente da República sobre fraude nas eleições de 2018, nós entramos com uma representação ao Tribunal Superior Eleitoral e com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República, e esperamos não uma declaração por parte da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, mas uma manifestação oficial a respeito, dizendo se houve ou não fraude nas eleições de 2018, e que possa ser instaurado um processo para definir se houve ou não fraude nas eleições de 2018.

Por fim, Sra. Presidente, eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras aqui presentes para o fato de que nós estamos pagando uma conta muito alta junto à sociedade brasileira, porque nós, de alguma forma, ao assumirmos determinadas agendas, estamos inabilitando o Estado brasileiro. Inabilitar o Estado brasileiro é retirar do Estado funções fundamentais para coordenar o processo de desenvolvimento econômico, para coordenar o processo da retomada do crescimento da economia e da geração de empregos. E nós estamos inabilitando o País com projetos que, ao longo do tempo, têm retirado direitos, têm paralisado a economia, têm criado um ciclo de contração da economia e políticas pró-cíclicas de diminuição da atividade econômica.

E o que é pior: a sociedade está sendo chamada, Sras. e Srs. Senadores, a ir às ruas contra o Congresso Nacional, que tem aprovado essas pautas que inabilitam o Estado brasileiro para proteger a sociedade. Depois nós vamos reclamar que a sociedade esteja do lado do Presidente, que encaminha para esta Casa as pautas que inabilitam o Estado brasileiro para proteger a sociedade, para promover o crescimento econômico e a geração de empregos, porque a pauta do Governo é uma pauta pró-cíclica, de redução da atividade econômica e de aumento da crise econômica. E a sociedade vai estar do lado dele, porque ele, ao mesmo tempo em que bota as pautas aqui... E este Congresso, de forma pouco cuidadosa, tem aprovado essas pautas com muita velocidade, com menos discussão do que deveria, e retirado direitos da população brasileira.

No momento em que a sociedade estiver contra o Congresso, a gente tem uma responsabilidade... Não digo eu, mas nós, enquanto Congresso Nacional, estamos tendo uma responsabilidade ao fortalecer a posição do Presidente, que joga contra as instituições a partir de estímulo para que a população fique contra o Congresso Nacional, contra o STF e contra todas as instituições. Nós somos responsáveis em parte, por estarmos abraçando uma pauta pró-cíclica que desprotege o cidadão brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a inabilitação do Estado brasileiro é o que vai colocar a sociedade contra nós, contra o Congresso e contra a democracia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Rogério Carvalho.

Antes de passar a palavra para o Senador Irajá e, em seguida, para o Senador Marcos Rogério, eu gostaria apenas de, tendo o apoio de V. Exas., só ler – faltou só a leitura – as autoridades da audiência pública de terça-feira. Eu sei que já há um acordo que pode alterar – um Senador faz alteração, porque já há um acordo na PEC emergencial –, mas eu gostaria que ficasse registrado que é o requerimento do Governo e também do Senador Paulo Paim e do Senador Humberto Costa acrescentando dois nomes. Mas a lista do Governo para a audiência da PEC de terça-feira é extensa.

Então, eu coloco aqui a deliberação. Apenas... Não é nem deliberação, porque eu não posso deliberar. É apenas para ciência de V. Exa.: já está deliberado que os convidados para a audiência do Governo, de terça-feira, serão Paulo Hartung, Ana Carla Abrão Costa, Aod Cunha de Moraes Júnior, da Fazenda do Rio de Janeiro; Samuel Pessôa, da Economia, FGV; José Camargo, também da PUC do Rio de Janeiro, economistas...

E aqui há uma lista de economistas: Roberto Ellery, Rafael Fonteles, George Santoro, Cristiane Schmidt, Marco Aurelio Cardoso, Renê Junior, Rogério Luiz Gallo, Waldery, que é o Secretário Especial do Ministério da Economia; Jeferson Bittencourt, Secretário Adjunto; Esteves Junior, Chefe de Assessoria das Relações Institucionais do Ministério da Economia; Bruno Funchal, também da Economia; Caio Megale e Filipe Barros, do Ministério da Economia; e Marcos Mendes.

Então, apenas esses nomes... Do Senador Paim, Anfip e Fenajufe; e, do Senador Humberto, a Associação Nacional de Procuradores da República.

Então, apenas para dar ciência, fazendo um adendo, portanto, àquele requerimento aprovado de audiência pública, de terça-feira, da PEC emergencial.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só uma curiosidade: esses nomes todos são indicados pelo Governo?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelo Governo, e dois – um do Paim e um do Senador Humberto – para a de segunda.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – O Governo está querendo protelar?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não: a leitura do relatório já está prevista para quarta-feira...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – E essa audiência pública?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele quer, na terça anterior, na terça que vem, antes da leitura do relatório, fazer uma audiência com a equipe do Governo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – E esses 120 aí? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – São mais ou menos 12 Senadores, mas nós sabemos que, dos 12, normalmente vêm seis ou sete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem experiência, como Relator-Mor da reforma da previdência: nós normalmente convidamos vinte, e vêm dez. Quando convidamos dez, vêm, às vezes, três ou quatro.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente Simone, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Eu fiz um requerimento, para que fosse incluído no rol das pessoas a serem ouvidas nessa audiência pública o Dr. Fernando Mendes, que é o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil. Eu não sei se isso foi objeto deliberado...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não está sobre a mesa. Deve ter sido deliberado, mas havia um acordo...

Eu fiz questão agora de nominar as autoridades, porque eram muitas, mas há um acordo de que, em conversa com o autor da proposição, pode-se colocar membros para esta PEC. Houve um acordo em relação a esta.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

Quem é o autor do requerimento?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É do Líder do Governo.

Poderá ser incluído na terça-feira.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, eu pedirei ao Senador Fernando Bezerra que inclua o Juiz Federal Fernando Mendes para representar a Ajufe.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está registrado nos *Anais* e, com isso, V. Exa. já tem a legitimidade para fazê-lo.

Pela ordem de inscrição – eu peço desculpa ao autor –, Senador Irajá. Em seguida, Senador Marcos Rogério.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Eu gostaria, Presidente, em primeiro lugar, de agradecer-lhe o empenho para, se fosse possível, compatibilizar o entendimento, o que, infelizmente, não prosperou.

Agradeço também ao Senador Marcos Rogério, que apresentou uma proposta muito equilibrada e que, no meu ponto de vista, talvez seja o caminho correto para nós seguirmos aqui, na votação e na aprovação.

E também agradeço ao Senador Rodrigo Pacheco, que, na condição de Relator, tem se esforçado muito para que a gente pudesse preparar um relatório que fosse equilibrado e compatível com todo o País, especialmente com a produção de alimentos, que é a nossa principal atividade produtiva.

Agora, eu ouvi muito atentamente o discurso do Senador Renan Calheiros. Eu também me somo ao contexto e ao ponto de vista que ele apresentou, porque existe algo na vida pública que nós, Senadores, Deputados, Parlamentares, precisamos ter: é algo chamado senso de urgência.

E, diante de um problema tão grave, uma crise tão profunda que vive o nosso País, com o desemprego já batendo a casa dos 12%... São 12 milhões de brasileiros desempregados, sem expectativa, sem perspectiva. Nós já estamos com um PIB que recuou nos últimos dois anos – nós estávamos com um PIB na casa de 1,3 e recuamos para 1,1%; em que pese nós termos um juro baixo, de 4%, na média, ao ano, a taxa básica Selic, e uma inflação controlada em torno de 4,5% ao ano. Então, isso é um indicativo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são indicadores importantes que monitoram a economia brasileira. Isso demonstra a situação real por que passa o País num momento de recessão econômica.

Nós estamos aqui diante de uma pauta, no Congresso, tanto no Senado como na Câmara, com projetos importantes, que precisam ser votados. Pessoas estão aguardando a oportunidade de poderem ter uma perspectiva na vida, principalmente no que diz respeito ao emprego. E um projeto dessa relevância está sendo tratado, infelizmente, sem a devida seriedade e agilidade necessária, esse projeto que cria um marco regulatório com restrições, com limites, com responsabilidade com o País e com a produção nacional, que oportuniza um ambiente de negócio que receberá R$50 bilhões por ano em novos negócios para a nossa economia.

Eu não acredito que um partido ou mesmo um Parlamentar possa se posicionar contrariamente a um projeto tão importante e que vai gerar centenas de milhares de empregos ao País. E aqui nós estamos brigando, insistindo numa audiência pública, depois de nós chegarmos à última Comissão, que é a CCJ, já que ele tem um caráter terminativo. Eu não compreendo quais são os reais interesses em torno disso, tendo em vista que foi firmado, repito, esse acordo foi celebrado na Comissão anterior, em atendimento à boa sugestão do Senador Jaques Wagner, para que a gente pudesse votar esse projeto importante, relevante, de forma pacificada, de forma equilibrada aqui na CCJ.

Mas eu gostaria, Presidente Simone, respeitando a urgência da nossa CCJ, que trata da PEC dos fundos, da PEC emergencial, e eu compreendo a importância da PEC emergencial, que a gente pudesse, na semana seguinte, então, votar o requerimento de audiência pública, se o Partido dos Trabalhadores insistir nessa votação.

Eu lamento profundamente que a gente tenha que, infelizmente, ficar discutindo audiência pública num projeto que milhões de brasileiros aguardam ansiosamente, pessoas que estão desempregadas, sem perspectiva de vida, sem oportunidade de trabalho. Nós ficamos aqui nessa má política, no meu ponto de vista. Eu acho que nós estamos aqui não para fazer má política, mas a boa política, a política que ajude o País a sair desse atoleiro em que se encontra. Nós temos que ter responsabilidade com isso. Ninguém aqui está propondo um projeto desequilibrado. Não! É um projeto que tem critérios, que tem limites.

Portanto, eu faço esse apelo a V. Exa. e também aos meus colegas Senadores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem o compromisso desta Presidência de que será o primeiro requerimento a ser votado na próxima reunião, Senador Irajá.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério. E obrigada por aguardar os demais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente Simone Tebet, Sras. e Srs. Senadores, eu pedi a palavra neste momento para fazer um registro de esclarecimento importante. O Senador Renan Calheiros fez uma fala contundente e uma acusação muito grave ao Ministro de Estado Sergio Moro quando disse que ele estaria no Paraguai a serviço da libertação do ex-jogador Ronaldinho Gaúcho.

Diante da gravidade da informação, da denúncia que fez ao Plenário da CCJ, tomei a liberdade de pedir informações ao Ministério da Justiça, porque é um fato que não pode passar despercebido. E a informação, antes do término da CCJ, me chegou aqui no sentido contrário, desmentindo a informação. O ministro não está no Paraguai nem irá para atuar pela libertação do Ronaldinho. Diz mais: ele fez um contato com o Paraguai para pedir informações e eventual compartilhamento de eventual prática de crimes transnacionais, pois temos o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internacional sob nosso comando, comando do Ministério da Justiça. Diz mais: o ministro tem viagem previamente agendada para os dias 26 e 27 de março, mas nada a ver com o caso Ronaldinho, e, sim, para uma palestra e tratativas referentes a um tratado internacional que está sendo celebrado com aquele país para permitir que as polícias brasileiras e estrangeiras de fronteira possam cruzar as fronteiras com vistas a combate a drogas e outros crimes comuns em regiões fronteiriças. Esta agenda está marcada há mais de um mês e meio. É a nota que me encaminhou o Ministério da Justiça, após provocação que fiz em razão da fala do Senador Renan Calheiros, que considerei grave por se tratar de uma situação que todo o Brasil está acompanhando.

Então, por dever de lealdade e compromisso com a verdade, estou fazendo aqui a transmissão da mensagem que recebi do Ministério da Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço o registro de V. Exa.

É o último item da pauta, apenas para leitura do relatório. Não podemos sequer abrir para discussão porque nós estamos com convocação do Congresso Nacional.

ITEM 12
PROJETO DE LEI Nº 6395, DE 2019
- Terminativo -

Dispõe sobre o processo administrativo fiscal no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1-CAE a 4-CAE.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

Lembrando, não vou abrir sequer discussão. Portanto, não cabe vista.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia para leitura do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente. Mas me permita, antes da leitura – eu vou ler a síntese, então, é muito breve –, eu quero aqui também publicamente endossar o que disse aqui o Senador Veneziano, no início desta reunião, a respeito da participação de V. Exa. no Roda Vida, a que eu assisti integralmente. Quero parabenizar. Cumprimento o Senador Tasso, que está aqui, pela participação também na GloboNews. Ambos com participação equilibrada, ponderada e inteligente. Eu queria, portanto, dizer que o Senado Federal, entre outros tantos grandes nomes, tem nas pessoas dos dois algo que nos orgulha e deve orgulhar os brasileiros.

Então, parabéns, Senadora Simone; parabéns, Senador Tasso. Ficamos muito felizes por perceber que ainda há muita vida inteligente no País, há equilíbrio, há serenidade e há bom senso.

Síntese do parecer sobre o Projeto de Lei 6.395, de 2019, do Senador Luiz Pastore, que modifica o processo administrativo fiscal em âmbito federal em três aspectos:

1. Estabelecer a alternância, ano a ano, entre representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes nas presidências dos órgãos julgadores do Carf.

2. Determinar que o Carf uniformize a sua jurisprudência e a mantenha estável, íntegra e coerente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Define que a modificação de jurisprudência dominante tenha fundamentação adequada e específica e observe a segurança jurídica, a proteção da confiança e a isonomia.

O projeto deve ser aprovado. Concordamos com o Senador Luiz Pastore no sentido de que o voto de desempate, sempre atribuído aos representantes do Fisco, corrói a paridade. De modo que a alternância dos cargos e nas representações é medida que se impõe.

Os dados a respeito do voto de qualidade são assustadores. De acordo com o último relatório das decisões publicadas pelo Carf em 2017, no âmbito da Câmara Superior de Recursos Fiscais, dos casos de empate decididos pelos Presidentes das Turmas, 71% tiveram desfecho favorável à União.

No período anterior, conforme noticia o Portal Conjur, o instituto de pesquisa, como a Fundação Getúlio Vargas, Ibet aponta que, entre os anos 2000 e 2015, cerca de 75% dos julgamentos do Carf foram favoráveis ao Fisco e 100% – repito, 100% – dos votos de minerva desempataram os julgamentos em desfavor do contribuinte, inclusive alterando a jurisprudência da Câmara Superior de Recursos Fiscais ou contrariando o posicionamento majoritário das turmas ordinárias. Já em estudo promovido por professor da FGV e também publicado em formato de livro digital pelo Portal Jota, constatou-se que a Fazenda foi vitoriosa em 77,4% de empates decididos pelos Presidentes das turmas, entre os casos em que ouvimos o julgamento do mérito.

Em um Estado democrático de direito, devemos primar pela manutenção de uma relação equilibrada. Afinal, de nada adianta o órgão se dizer paritário, se, no caso de empate, a questão é sempre resolvida por representantes do Fisco. Na realidade, trata-se de um contrassenso o voto de qualidade ser em favor da Fazenda Pública, quando uma das diretrizes do Código Tributário Nacional é exatamente interpretar a lei tributária em favor do contribuinte no caso de dúvida, que é o art. 112 do Código Tributário Nacional. Aliás, frisa-se que o Plenário da Câmara dos Deputados discute hoje o PL 6.064, de 2016, que mantém a Presidência dos órgãos representantes do Fisco, mas, na esteira do CTN, determina que o voto de qualidade seja sempre em favor do contribuinte.

Finalmente concordamos com as emendas aprovadas pela Senadora Kátia Abreu na CAE, que transferem para a Vice-Presidência atribuições administrativas da Presidência quando essa for exercida por representantes dos contribuintes, pois a Presidência é responsável por funções típicas de ordenador de despesa, como contratação de pessoal, emissão de passagem, contratação de serviço, o que não caberia aos representantes dos contribuintes.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PL 6.395, de 2019, e das Emendas 1, 2, 3 e 4 da CAE.

É o parecer, em síntese, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia. Com a palavra o autor, Senador Pastore.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, peço que, na próxima reunião, ele seja o primeiro item da pauta, terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos a pauta feminina...

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Não, depois da pauta feminina...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos a pauta feminina e...

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... e depois o primeiro terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... colocaremos em discussão como primeiro item terminativo.

Peço à Secretaria que, por favor, faça as anotações.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência a presença de todos e agradece as palavras gentis do Senador Antonio Anastasia. E, se me permite retribuir, V. Exa. falou em vida inteligente no Congresso Nacional. São inúmeras e somos a maioria. Infelizmente é uma minoria que, muitas vezes, grita que aparece nas páginas, nas manchetes dos jornais. E, dessas vidas inteligentes, Senador Anastasia, no Senado Federal, V. Exa. reina acima de todos nós.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia doze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Jorge Kajuru, Leila Barros, Antonio Anastasia, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Tasso Jereissati, Alvaro Dias, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Prisco Bezerra, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos Requerimentos nº 157/2019 - CCJ, de autoria Senadora Leila Barros (PSB/DF), 10/2020 - CCJ, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), 11/2020 - CCJ, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), 12/2020 - CCJ, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), 13/2020 - CCJ, de autoria Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), 14/2020 - CCJ, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), 15/2020 - CCJ, de autoria Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), 16/2020 - CCJ, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), 17/2020 - CCJ, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e REQ 26/2020 - CCJ, de autoria do Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade**:** Instruir a PEC 186/2019, que altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências. Participantes**:** OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR, Presidente da Comissão Especial de Defesa da Federação e Membro Honorário Vitalício do Conselho Federal da OAB (representante de: Ordem dos Advogados do Brasil); FERNANDO MARCELO MENDES, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE); PEDRO PONTUAL, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP); RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); ROBERTO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO, Presidente da Associação dos Servidores do CNPQ (ASCON); RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO, Diretor Administrativo da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps); ROSELI FARIA, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (ASSECOR); MANOEL MURRIETA, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA, Coordenador da Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público (FRENTAS); SÉRGIO DE ANDRADE PINTO, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Cultura (AsMinC); FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República; ARTHUR KOBLITZ, Presidente da Associação dos Funcionários do BNDES. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, que altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social da União e também dá outras providências, conforme o Requerimento nº 157, de 2019, da CCJ e os de nºs 10 a 17 e 26, de 2020, também da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, quem queira participar com comentários ou perguntas pode fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Eu leio tão rápido... Como eu faço muita audiência pública já sei quase de cor esse ritual aqui.

Dizem que eu sou campeão de audiência pública, eu não tenho vergonha disso, não, porque é uma forma de ouvir o povo sobre temas que interessam à Nação.

Nós iremos fazer duas Mesas. Chamaremos, primeiro, quatro convidados e, depois, outros quatro, porque um, inclusive, não chegou ainda.

Chamo o Sr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, Presidente da Comissão Especial de Defesa da Federação e membro honorário vitalício do Conselho Federal da OAB.

Seja bem-vindo.

Convidamos o Sr. Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Seja bem-vindo.

E convidamos o Sr. Pedro Pontual, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp).

Por fim, a Sra. Renata Gil de Alcântara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Na segunda Mesa estão previstos, já presentes, o Sr. Rodrigo Morais Lima Delgado, a Sra. Roseli Faria, o Sr. Manoel Murrieta. Uma outra indicação já chegou aqui, que nós vamos colocar na segunda Mesa. Já ajustei aqui, porque o Presidente tem, digamos, o direito de fazer algumas alterações quando há falta de convidado. Como há um requerimento já entregue a esta Secretaria, eu dou o requerimento como aprovado, e ele será chamado na segunda Mesa. O. k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos de imediato. Estamos aqui para ouvi-los, e o Brasil, pela Agência Senado, TV Senado e também Rádio Senado.

O tema é de fundamental importância para o País, principalmente mediante a crise por que passa.

De imediato, eu passo a palavra ao Sr. Ophir Figueiras Cavalcante Junior, Presidente da Comissão Especial de Defesa da Federação e membro honorário e vitalício do Conselho Federal da OAB.

Como faço na outra Comissão, aqui também o ritual é o mesmo, dez minutos para cada um, com tolerância de mais cinco. Então, peço que todos fiquem dentro do tempo, se possível – deixarei que complementem o pensamento –, porque teremos a segunda Mesa.

A palavra é sua, Sr. Ophir.

O SR. OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento os Srs. Senadores e Senadoras aqui presentes na pessoa do Presidente em exercício, Senador Paulo Paim, os colegas de Mesa, Presidente da Associação dos Magistrados, Dr. Fernando, da Ajufe, Dra. Renata, Dr. Pedro Pontual, e os demais Presidentes de associações aqui presentes.

Bem, senhoras e senhores, primeiro, quero agradecer, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, o convite para aqui participar desta audiência pública. A Ordem dos Advogados do Brasil tem um papel constitucional relevantíssimo de zelar não só pela advocacia brasileira, pelo direito de defesa, mas também pela higidez das nossas instituições no tocante a respeitar os princípios constitucionais da nossa Constituição de 1988.

A primeira questão que trazemos aqui é uma questão de fundo e me parece o mérito de tudo o que está aqui acontecendo. Que federação nós queremos neste País? Uma federação em que a cabeça, que é a União, esteja apartada do corpo, que são os Estados? É isso que, de certa forma, estamos vendo, Sr. Senador, neste momento da vida brasileira. E não é de agora. Isso já vem há muito tempo. É uma questão até de certa forma cultural, que precisa ser enfrentada, porque quem sofre com tudo isso é o cidadão brasileiro, aquele que está lá na ponta, aquele que depende dos serviços públicos dos Estados, dos Municípios no tocante à saúde, à segurança, à educação.

Lamentavelmente, a colcha é curta. Não dá para cobrir tudo, e os Estados e os Municípios, hoje, têm de arcar com esse ônus político e com esse ônus material, digamos assim, de zelar por essas vidas e não conseguem pela ausência de recursos.

Eu diria aos senhores que essas PECs agora analisadas, a 186, a 187 e a 188, criam um novo constitucionalismo dentro do País. Nós teremos no País, Senador, duas classes que precisarão ser administradas para poder conviver: a dos cidadãos, que buscam direitos que a Constituição Federal lhes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantiu, direitos esses que buscam uma justiça social; e a dos credores, que buscam garantir que, a cada crise, haverá prioridades sobre seus interesses em detrimento dos direitos dos cidadãos. É mais ou menos, Senador, uma justiça de mercado.

Enquanto o Constituinte de 1988 assim colocou como o grande ganho do Brasil, depois de um período da ditadura militar, que houvesse uma nova lógica, que eram os cidadãos prevalecendo sobre os demais entes estatais e, sobretudo, sobre o mercado.

Agora, inaugura-se uma nova lógica, que é uma justiça de mercado, uma justiça que entende que são muito mais importantes os resultados financeiros do que propriamente conceder ao cidadão aquilo que a Constituição o determinou.

E a gente vê isso muito claro, Senador, no parágrafo único do art. 6º, que diz, numa forma muito clara – e estou falando de uma forma bem geral –, que será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional. Bem, o que se quer é tornar o País uma espécie de um país de investimentos, consequentemente um polo de atração de investimentos estrangeiros.

Bem, de um Estado que está organizado pela Constituição, que tem como preocupação maior o bem-estar coletivo, nós vamos buscar ou há a proposta de buscar, através do incremento da liberdade individual, o empreendedorismo individual, que desloca o foco para o mercado, o que é positivo, mas de difícil implementação em nosso País diante das desigualdades presentes em todo o Estado.

Quem em sã consciência, Senador, acredita que o nosso enorme exército de excluídos conseguirá ultrapassar as barreiras socioeconômicas e se tornar um empreendedor? Um empreendedor certamente para ser um entregador de aplicativos de comida. Enfim, isso é gerar riqueza para o País? Isso é atender à classe menos favorecida do nosso País?

E a nossa Federação, que deveria coordenar a unidade de todos os Estados brasileiros, hoje lamentavelmente rivaliza com os Estados brasileiros. A partir de um conceito de que pode tudo, como se a Constituição não fosse o paradigma, não fosse o parâmetro, o Executivo brasileiro pretende doravante que os Estados passem a ter um controle da própria Federação, da própria União federal.

Portanto, Senador, nós temos de ter muita cautela em relação a esses projetos.

Eu tenho certeza de que o Senado Federal vai ouvir a população e entender que nós não podemos, sob a ótica do mercado, conceber um Estado brasileiro não fundado na justiça social, que é aquilo que o Constituinte originário assim determinou.

Portanto, é algo que se precisa enfrentar. A submissão dos direitos sociais ao equilíbrio fiscal é algo extremamente danoso para o País, extremamente danoso para a sociedade, para o cidadão. Nós vamos ter, em determinado momento, Senador Paim: aqueles que estão pobres tornar-se-ão miseráveis; e aqueles que são ricos tornar-se-ão milionários. É essa a nova lógica que está sendo trazida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através dessas PECs. É claro que há situações meritórias em muitas delas. E a gente precisa reconhecer a importância disso, mas, no fundo, elas trazem essa nova lógica em que o fiscal prevalece sobre o social. E isso é danoso, isso é contraditório e é contrário à nossa Constituição Federal.

Bem, as questões todas que envolvem essas PECs partem, como já disse, dessa lógica do reequilíbrio fiscal e traçam algumas diretrizes que são danosas, como referi.

A União pretende revogar piso em saúde, o Fundo Social do Pré-Sal, assim como pretende se ausentar do custeio dos programas suplementares de atendimento ao educando etc.; propõe uma nova redação ao art. 167, que retira o lastro fiscal proporcional na arrecadação de impostos ao custeio mínimo de ações coletivas de serviços públicos de saúde e da manutenção e desenvolvimento do ensino de um modo geral.

Obrigar os Estados federados a disponibilizar, para controle da União, informações e dados contábeis e orçamentários, submetendo ao Tesouro Nacional, à STN e ao próprio TCU todo o controle dos Estados brasileiros em termos orçamentários, fiscais etc., é, na verdade, uma afronta à Federação, é uma afronta ao princípio da separação dos Poderes, sobretudo à autonomia que os Estados têm.

É verdade que precisamos ter uma lógica em termos contábeis igual no Brasil inteiro, mas isso ser submetido, de uma forma efetiva, somente à União, ao controle do TCU ou mesmo à Secretaria do Tesouro Nacional é uma invasão danosa aos Estados brasileiros.

De certa forma, Srs. Senadores, nós temos aqui uma União que concentra uma arrecadação tributária de 68%, enquanto os Estados contam apenas com 25%, e os Municípios, com 7%. Como, então, conseguir manter serviços essenciais à população, como saúde, educação e segurança, especialmente quando a União, de uma forma muito clara, não mais aporta aquilo que aportava antes em termos de transferências obrigatórias?

O SUS, por exemplo, Senador, que é uma área em que V. Exa. atua muito, anteriormente aportava 80% dos valores para Estados e Municípios. Hoje, somente 40%.

No que diz respeito à educação, também é conhecido que os Estados gastam 80% do montante total, enquanto a União não investe nem 12%.

Os gastos de segurança pública são todos limitados e essencialmente arcados pelos Estados.

Portanto, senhores, há um descompasso muito grande entre as receitas necessárias para os entes federados para cumprir sua missão constitucional e aquilo que efetivamente eles arredam e aquilo que efetivamente eles fazem.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cinco minutos.

O SR. OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR (Para expor.) – Pois não.

O que resta aos Estados neste momento de crise? Cortar, cortar cada vez mais os seus recursos, cortar as suas despesas, sacrificando a capacidade operacional. Por isso é patente a situação de penúria dos Estados brasileiros, que se encontram obrigados a obedecer a limites fiscais rígidos e prestar serviços à comunidade e estão impossibilitados de gerar novas fontes de receita.

Como não bastassem esses desequilíbrios federativos, que são frequentes, a própria União tem agido de uma forma contraditória eternamente. Ela é quem mais faz renúncias fiscais de tributos neste País. Essas renúncias fiscais, sobre elas nada é recolhido aos Estados e Municípios, ainda mais onerando esses entes.

Nós temos aqui também a questão dos incentivos fiscais. Há renúncia aos incentivos e essa forma de atuar, retirando dos Estados a possibilidade de dar incentivos fiscais ou limitá-los, inclusive na questão das receitas públicas e daquilo que pode ser aplicado, é algo que invade e que fere o constitucionalismo brasileiro.

Bem, senhores, falar em meios e medidas necessários para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à população significa buscar alocar o máximo de recursos disponíveis para a consecução progressiva dos direitos fundamentais. Essa finalidade é o núcleo que nós temos, Srs. Senadores, de identidade do federalismo fiscal brasileiro, à luz do art. 23 da Constituição.

É preciso que saiamos do pacto federativo... Em defesa do pacto federativo, melhor dizendo, assim como busquemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, porque eu quero cumprimentar o Senador Oriovisto Guimarães, que já está presente. É o Relator dessa importante PEC. Ele me dizia, "Paim, se eu puder, vou estar em todas as audiências públicas. Vou ouvir a todos." Eu queria cumprimentá-lo, porque essa posição de Relator me agrada. (*Palmas.*)

Pediu inclusive que eu mudasse a de segunda para terça, porque segunda ele não poderia. Então já anuncio que aquela que seria segunda pela manhã será terça-feira pela manhã, a partir das 8h30.

Volto a você e lhe dou o tempo que eu lhe tirei.

O SR. OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR (Para expor.) – Não, fique tranquilo, Senador. Estou em casa.

Bem, Senador Oriovisto Guimarães, obrigado pela participação de V. Exa. aqui, ouvindo a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, Srs. Senadores, uma situação que precisa ser enfrentada, e queremos crer que não será através da retirada de direitos sociais ou da submissão de direitos sociais ao equilíbrio fiscal que nós vamos poder avançar num País de tamanhas desigualdades quanto o nosso.

A questão da irredutibilidade de salários, como prevista na Constituição, e já com inúmeras decisões do Supremo Tribunal Federal, recentemente inclusive, num voto brilhante do Ministro Fachin, se disse que não se poderia reduzir salários com base na LRF. Então essa é uma questão que agride o pacto federativo, na medida em que a União vai, a partir dessa nova regra, ou os Executivos de modo geral, poder diminuir salários, poder reduzir hoje aquilo que o servidor público recebe de um modo geral.

O serviço público brasileiro é um serviço público em construção, mas um serviço público que cada vez mais se profissionaliza e cada vez mais se aperfeiçoa. É claro que não se pode comparar o serviço público brasileiro com uma empresa privada, até porque a finalidade dele não é lucro. Na verdade, a finalidade do serviço público brasileiro, e aí se incluem os agentes políticos, magistratura, Ministério Público, enfim, a sociedade como um todo, é prestar um serviço à sociedade na defesa da Constituição, na defesa dos postulados do Estado democrático de direito, em que a Justiça tem que ser algo em que o cidadão brasileiro confie, que o cidadão brasileiro possa acessar e que possa vir a resolver os seus problemas.

Essa lógica do reequilíbrio fiscal em detrimento dos direitos sociais é algo que precisa ser repensado. Nós temos aqui uma situação que me parece muito importante destacar. A Federação hoje, do ponto de vista da Constituição, é uma farsa. Ela é uma mentira à medida que a União Federal concentra a maioria dos recursos, concentra o poder, concentra as diretrizes econômicas, sociais e políticas deste País, e a partir do momento em que ela passa a concentrar também nas mãos dela toda essa administração em relação aos Estados e Municípios, nós não temos, aqui no Brasil, não teremos aqui no Brasil mais a Federação; teremos um Estado unitário, onde a União Federal designará, determinará como as coisas devem acontecer. É essa a lógica dessas propostas, em todos os sentidos.

É evidente que há situações, como eu disse antes, interessantes, que devem ser também saudadas, mas a União precisa voltar a ser, ou precisa ser, na verdade nunca foi, a meu ver, desde a época do Império, uma coordenadora. O federalismo cooperativo que nós temos no Brasil hoje é um federalismo que deveria ter a coordenação por parte da União, mas infelizmente não há essa coordenação.

As desigualdades regionais, que são uma das missões, ou seriam uma das missões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR (Para expor.) – ... do bom constitucionalismo brasileiro, não vêm sendo diminuídas a partir da União Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou encerrar, Senador.

O exemplo alemão é um exemplo muito interessante a respeito disso e um exemplo que poderia ser copiado pelo Brasil.

Bem, as medidas positivas, vou deixar aqui depois analisadas ou registradas algumas.

Mas é preciso, senhores e senhoras, que saiamos em defesa do pacto federativo. Eu já disse um pouco antes e volto a repetir agora.

Buscar o equilíbrio fiscal em prol dos direitos fundamentais é muito importante. Esse é o eixo em torno do qual os ditames constitucionais devem girar, até porque não se pode, não cabe esperar sustentabilidade, no longo prazo, dos orçamentos públicos e da própria dívida pública, se tal esforço de consolidação corresponder ao passivo correspondente de operações compromissadas e demandas judiciais que ressarçam as lesões omissivas.

Não dá para esperar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR (Para expor.) – ... o bolo crescer para depois dividi-lo, porque no meio do caminho, cidadãos nascem, crescem ignorantes, adoecem e morrem sem dignidade, enquanto a dívida pública não necessariamente diminui e tende a ser capturada como meio tergiversador de reprodução da nossa intergeracional desigualdade.

Portanto, senhores, trago essas reflexões muito mais em relação ao conceito do que propriamente aos aspectos pontuais dessas medidas, porque me parece que elas precisam ser debatidas de uma forma muito mais efetiva na defesa da Federação e do cidadão brasileiro.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Sr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, Presidente da Comissão Especial de Defesa da Federação e membro honorário vitalício do Conselho Federal da OAB, que enfatizou muito a nossa Constituição.

Eu, só para lembrar, porque eu aqui estou para presidir, tenho muita satisfação de dizer que fui Constituinte. Participei da elaboração da Carta Magna, pela qual tenho o maior respeito e carinho. E muitos dizem que nós não assinamos. Nós assinamos, sim, a Constituição. Assinamos. Eu tenho uma foto lá no meu gabinete do meu menino ainda, menino que hoje é pai já, que me acompanhou no momento da assinatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos em frente. Senão, deixar o Presidente falar é muito ruim, porque fala demais, e os convidados não falam. Vamos em frente.

De imediato, eu queria convidar o Senador Oriovisto Guimarães para que viesse se sentar ao nosso lado aqui à mesa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Presidente, eu até prefiro ficar sentado aqui. É mais fácil de ouvir, mais fácil de prestar atenção. Estou bem à vontade. O importante é ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A decisão é sua.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Muito obrigado. Agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

De imediato então, Sr. Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para expor.) – Bom dia a todos. Cumprimento aqui o Senador Paulo Paim. Agradeço o convite que foi feito para que a Ajufe pudesse participar deste importante debate. Cumprimento o Senador Oriovisto Guimarães, Relator do substitutivo, os colegas de Mesa aqui, os colegas da magistratura e do Ministério Público aqui presentes, os demais Senadores, o público em geral.

Para a Ajufe, é muito importante este debate. O colega aqui, Ophir, trouxe uma leitura, uma preocupação, que o Senador Paim também já ressaltou, essa preocupação com o lado da justiça social.

A Ajufe tem plena ciência e tem ajudado nessas audiências públicas, numa agenda institucional, num debate importante para o País, que é a reformulação do Estado, a reformulação da previdência. Nós não nos furtamos a dialogar. Fizemos isso na reforma da previdência. O Senador Paulo Paim sabe disso, não é? Nunca manifestamos uma posição de contrariedade à discussão da reforma da previdência. O que trouxemos e procuramos fazer é a preocupação em relação a alguns pontos que, na nossa visão, não eram bons para o País do ponto de vista até previdenciário e do ponto de vista fiscal. E esse debate, numa democracia, só se faz assim, com o diálogo, com a conversa.

Então a oportunidade de estar aqui e de trazer algumas preocupações que a Ajufe aponta em relação à PEC emergencial, principalmente em relação ao substitutivo que o Senador Oriovisto propõe, elas vêm no sentido de tentar aperfeiçoar essa discussão. Sabemos da importância dessa agenda da reforma fiscal, da PEC emergencial, mas temos essa preocupação também aqui com a dose desse remédio, para que o País não se inviabilize e para que não haja aí um completo esfacelamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço público, para que o País, que é, todos sabemos, marcado por enormes desigualdades sociais, não as aprofunde e perca os mecanismos de resgatar essas diferenças sociais.

E essa preocupação em relação ao modelo de Estado, que tipo de medidas são fundamentais para essa discussão, são da ordem do dia. Nós sabemos isso. Esse debate está sendo feito não só no Parlamento, na academia, e ele é salutar.

O Prof. André Lara Resende, um dos elaboradores do Plano Real, deu uma entrevista importante semana passada, no *Valor Econômico*, trazendo essa reflexão. Nós precisamos ter essa preocupação fiscal, mas não podemos inviabilizar completamente o desenvolvimento do País. Algumas máximas ou algumas percepções do puro fiscalismo da Escola de Chicago hoje estão sendo rediscutidas, e nós estamos nesse impasse. Até que ponto o Estado deixa de ser ou vai poder deixar de ser um financiador, um indutor da economia e passa a ser simplesmente alguém que vá procurar equilibrar o seu caixa? Então esse é o debate importante.

A Ajufe não desconhece isso, e o que nós vamos tentar fazer aqui é exatamente trazer essa preocupação. E um lado para que também eu tenho chamado a atenção, não só nesta audiência, mas em outros debates de que já fui convidado a participar, para falar em nome dos juízes federais. Porque muitas das reformas que estão sendo propostas, não só aqui na PEC emergencial, mas na própria reforma administrativa que se propõe, que o Governo deve encaminhar, nós temos chamado a atenção para que a Constituição atual já contém mecanismos desde a reforma administrativa de 1998, desde a Emenda 19, de 1998, que já permite uma série de ações que independeriam de uma nova reforma administrativa ou uma nova reforma fiscal, no sentido mais amplo.

E aqui vou tomar a liberdade de apresentar aqui um PowerPoint, com alguns pontos que são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só que eu saúde o Senador Esperidião Amin, que ora chega e está sendo cumprimentando, um Senador que tem se destacado aqui pela sua coerência, porque em algumas negociações ele tem me ajudado, confesso de público.

A palavra é sua.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Dialogar com V. Exa. é uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador.

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também cumprimento o Senador Esperidião Amin. Ontem ele recebeu os colegas da Ajufe também, no final da tarde. Já temos, ao longo da semana, conversado com vários Senadores. Agradeço a paciência.

O Senador recebeu o colega Michelotti, de Santa Catarina também, que levou lá, já antecipando, algumas das preocupações que nós temos em relação a essa discussão da PEC emergencial, particularmente em relação ao relatório que o Senador Oriovisto preparou. E nós vamos aqui apontar, na nossa visão, alguns problemas que o relatório pode trazer, do ponto de vista de inconstitucionalidade. Mas, é claro, o debate aqui também tem o lado político, e a nossa função aqui é levantar essas dúvidas, tentar aqui também ficar à disposição para esclarecimentos que sejam necessários. Outros colegas aqui da Magistratura e do Ministério Público também vão falar sobre o tema. Então, eu vou, até porque esse material vai ser distribuído – eu vou encaminhar para todos os Senadores, para o Senador Oriovisto –, simplificar um pouco aqui o diálogo.

O que nós procuramos aqui trazer como preocupação, Senador Paulo Paim, é que a PEC emergencial, na maneira como está sendo proposta a votação, com base no Senador Oriovisto, pode trazer, do ponto de vista da Magistratura – eu falo aqui pela Magistratura –, algumas violações, de dois níveis: violações de garantias funcionais e violações de garantias institucionais.

Quais seriam essas violações do ponto de vista das garantias funcionais? Um dos principais pontos e que traz preocupação para a Magistratura, mas também para todo o serviço público, é a possibilidade – e o próprio Ophir aqui já trouxe essa preocupação – da redução salarial, da redução de subsídios em razão de um cenário de crise. Aqui, claro, essa discussão é muito clara do ponto de vista constitucional, mas estamos aqui propondo, debatendo a reforma da própria Constituição. É possível uma alteração constitucional que permita essa redução salarial, que o Supremo já não autoriza por meio de uma lei ordinária. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por si só, não poderia levar a isso.

Do ponto de vista da Magistratura, o que nós temos como preocupação principal é que essa é uma das garantias fundamentais da independência do Poder Judiciário. O juiz vive de salário, de subsídio. O juiz não pode ter nenhuma outra atividade, salvo uma de professor. Então, se nós atacarmos a independência funcional, a independência a partir da redução dos subsídios, nós vamos, na verdade, enfraquecer a autonomia do Poder, do ponto de vista da independência judicial, porque esse é um modelo de Magistratura que também pode ser debatido. Nós temos diversos modelos, como o da eleição, em alguns países. Temos a questão dos tribunais superiores hoje, cuja composição é mista, mas não há como negar que a Magistratura brasileira é reconhecida pela sua independência exatamente porque ela é selecionada no princípio do concurso público, no princípio da meritocracia, o que confere, Senador Paulo Paim... E nós percebemos isso ao longo das últimas gerações, principalmente a partir da Constituição de 1988, quando houve um verdadeiro tratamento de profissionalização da Magistratura e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério Público. Uma nova geração assumiu essas funções por meio do concurso público, sem qualquer tipo de interferência política. É isso que faz com que a Magistratura seja independente.

Se o magistrado que vive só do seu subsídio tiver essa possibilidade de ter redução salarial, nós vamos estar enfraquecendo a Magistratura como própria instituição. Então, esse é um ponto que não vou tentar... Não vou ficar só nas questões técnicas, porque todos nós sabemos – e os Senadores sabem melhor, até do ponto de vista dos fundamentos constitucionais... Mas é chamar a atenção para esta preocupação: a questão de redução de jornada, que é uma possibilidade da PEC, na proposta apresentada, de redução de jornada compatível com a redução salarial. O magistrado tem um quadro, um regime jurídico diferenciado.

A nossa preocupação, Senador Oriovisto, é que hoje, quando o magistrado opta pela Magistratura – isso normalmente se faz no começo da sua vida profissional –, ele escolhe o que nós chamamos ali de pacote de benefícios e de ônus. A Magistratura envolve uma série de ônus. Nós não podemos exercer nenhuma atividade. A atividade política para o magistrado é proibida, o que é fundamental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para expor.) – Nós temos aqui no Parlamento representantes de diversas classes de servidores públicos, que, de maneira legítima, exercem seu poder dentro do Parlamento, mas o magistrado não pode exercer isso, e por uma questão óbvia: o magistrado também é membro de um poder. Ele é membro do Poder Judiciário. Mas isso, quando a tendência, o encaminhamento é de se igualar, cada vez mais, a Magistratura ao funcionalismo público em geral... E nós não estamos aqui, de maneira nenhuma, desmerecendo isso. Como o Ophir falou, o funcionalismo público, a burocracia é fundamental, uma burocracia estável, valorizada e que presta serviço público. E nós estamos vendo agora, na situação do coronavírus, essa pandemia, como é importante um serviço público atuante, que esteja presente em todo o País. Nós sabemos hoje que o problema do coronavírus vai se resolver não no Albert Einstein, em São Paulo, mas no posto de saúde lá do interior, que vai tratar. Por quê? Porque tem um serviço público, tem uma estrutura de serviço público. Então, nós não podemos perder essa dimensão.

Eu vou antecipar aqui, para não ultrapassar o meu tempo, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem, no mínimo, cinco minutos ainda.

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para expor.) – Quanto a essa questão da redução das férias e conversão da pecúnia, nós também não temos nenhuma dificuldade em debater isso, eu acho que isso é um tema que é da ordem do dia. O que nós entendemos é que esse tema deveria ser debatido numa reforma própria do setor público, na reforma administrativa que o Governo vai encaminhar. E mais: que isso também partisse da iniciativa do próprio Supremo Tribunal Federal, porque, mais uma vez, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos debater a questão da autonomia do Judiciário. Cabe ao Supremo Tribunal Federal, como a cúpula do Poder Judiciário, que tem na Magistratura uma unidade... Esse é outro ponto que a gente tem destacado: o Supremo Tribunal Federal enfatiza que a Magistratura é nacional. Então, caberia ao Supremo Tribunal Federal essa iniciativa. Então, dentro desse diálogo, seria importante que viesse, do Supremo Tribunal Federal, alguma proposta que regulamentasse. E a Ajufe, nesse ponto, Senador Oriovisto – nós já debatemos algumas questões em relação à reforma da previdência –, nós não temos nenhuma dificuldade em debater isso, mas, da forma que está sendo apresentada essa proposta, nós temos o receio de que isso caracterize mais um enfraquecimento da Magistratura.

Quando nós lembramos... E este é um ponto importante: a sociedade, de uma maneira geral, vê o juiz como alguém que tem a garantia da aposentadoria integral e alguém que não vai ser punido porque tem aposentadoria compulsória. Isso são dois mitos, Senador Paulo Paim, que nós estamos tentando desmistificar. Primeiro, quem entrou na Magistratura, a partir de 2013 – ou seja, já há mais de sete anos –, vai se aposentar, Senador, com o valor do teto do regime geral, vai se aposentar com R$6 mil.

Então, a preocupação é: qual Magistratura nós teremos daqui a 10, 15, 20 anos? Quem quer vir para a Magistratura sabendo que tem muitos ônus e que não tem o que tinha no passado como atrativo? Esse é um ponto, um debate, Senador Oriovisto, que a gente tem que fazer de maneira muito transparente. Nós não podemos tornar a Magistratura uma carreira que seja desinteressante para os melhores profissionais.

No passado, era muito comum – e eu me coloco nessa situação... Eu fui procurador do Estado de São Paulo e fui para a Magistratura federal ganhando menos do que eu ganhava como procurador do Estado de São Paulo. Por quê? Porque a Magistratura tinha dentro, como carreira, até uma simbologia, a independência e algumas garantias, que hoje estão sendo mitigadas. Se eu vou trabalhar a vida inteira sem poder fazer mais nenhuma atividade profissional, fora dar aula, o que é muito difícil, até pela carga de trabalho que nós temos, e vou me aposentar com R$6 mil, sem nenhuma garantia de integralidade, que é o que seduzia no passado – além da independência, essa garantia de futuro –, que é o que marca as Magistraturas do mundo inteiro... Quando nós pegamos a Magistratura americana, a federal americana, a independência, o juiz tem aposentadoria integral, tem a garantia, porque essa é a garantia que o juiz precisa ter para ele não ceder a nenhum tipo de pressão. Esse debate pode ser feito, mas entendemos, Senador Oriovisto, que ele caberia melhor numa discussão mais ampla em relação, por exemplo, à reforma da Magistratura, o Estatuto da Magistratura. E o Supremo pode, sim, encabeçar essa discussão.

Encaminhando aqui mais para o final, um ponto importante, Senador, é a questão da desvinculação entre os tribunais superiores e os juízes de primeiro e segundo graus. Para nós, isso seria quase que um golpe de morte contra a Magistratura. Por quê? Porque a Magistratura de carreira de primeiro e segundo graus é aquela Magistratura que vem do concurso público, que atua de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente desvinculada a qualquer tipo de interferência política, porque não há influência do ponto de vista de nomeações. E, se nós criarmos dois Poderes Judiciários – o Poder Judiciário dos tribunais superiores, com determinadas garantias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para expor.) – ... e o Poder Judiciário de primeiro e segundo graus –, nós vamos estar completamente fragmentando a Magistratura e vamos estar enfraquecendo-a, porque a Justiça é una, e o juiz que está lá no interior do País – eu fui juiz em Mato Grosso do Sul, em Coxim – tem que ter as mesmas garantias que tem um Ministro do Supremo Tribunal Federal, porque ele, da mesma maneira, pode decidir a vida de uma pessoa, reconhecer um direito, determinar a prisão de uma pessoa. Então, ele não pode ter um tratamento diferenciado.

Eu já vou encerrar, Senador. Eu só queria chamar a atenção... Esse material vai ser distribuído. Mas este último ponto aqui, voltando aqui, é o que eu já falei no começo: nós já temos, na Constituição Federal, mecanismos que permitem um trabalho do Estado no sentido de reduzir as suas despesas, reduzir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para expor.) – ... o seu tamanho, rever a questão do funcionalismo sem qualquer alteração constitucional. Desde a Emenda 19, desde 1998, ou seja, há 22 anos, o art. 169 da Constituição já permite isso. Há mecanismos que possibilitam, hoje, a redução do Estado mediante a exoneração de cargos em comissão, a exoneração de cargos não efetivos, numa ordem até de prioridade, para que a gente possa preservar o serviço público, a estrutura do serviço público.

E outro ponto – que não está aí, mas que também acho que é importante, porque a reforma administrativa também tem vindo com esse discurso – é a eficiência do serviço público, a avaliação de desempenho dos servidores públicos como forma de manter a estabilidade. Esse tema também já está na Constituição. O art. 41 já permite isso.

Então, essa preocupação, Senador Oriovisto... E também cumprimento aqui o Senador Mecias de Jesus, que também nos recebeu aqui e a quem pudemos levar nossas preocupações.

Para terminar, nós vamos chamar a atenção aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para expor.) – ... a quê? Nós já temos isso na Constituição. Talvez o caminho fosse já regulamentar o que existe, não fazer uma transformação, que vai depender de uma nova regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, dito isto, agradeço mais uma vez, Senador Paulo Paim, e coloco a Ajufe à disposição, Senador Oriovisto, para que a gente possa aqui esclarecer e aperfeiçoar, porque, no fundo, todos queremos a mesma coisa: um País justo, um País que tenha equilíbrio fiscal, mas um País que também se preocupe com a imensa diferença e desigualdade social que enfrentamos nos dias de hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Essas palmas são para o primeiro e para o segundo oradores, viu? Se eu não puxo, o Plenário não puxa. Daí eu fico... Eu puxo palmas para todos, viu? (*Risos.*)

Eu estava concentrado aqui no momento em que chegou o Relator. Foi por isso que eu não puxei as palmas no momento adequado para ele.

Vamos bater palmas para ele então? (*Palmas.*)

Pronto, viu?

Mas vamos lá, pessoal!

Eu queria muito cumprimentar também o Senador Mecias de Jesus, um dos Senadores mais presentes nos debates nas Comissões.

É um prazer tê-lo conosco aqui.

De imediato, Sr. Pedro Pontual, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp).

O SR. PEDRO PONTUAL (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu queria cumprimentar as Mesas, esta e a próxima, na figura do Sr. Presidente em exercício, Paulo Paim, a quem eu também peço que transmita à Senadora Simone Tebet nossos parabéns por ser a primeira mulher a presidir esta CCJ, parabéns que cabem na semana em que se celebra o 8 de março.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer que ela adota um critério que eu adoto lá e de que eu gosto muito: entrou com requerimento, ela permite que o requerente presida a reunião. É por isso que nós estamos aqui, quase que numa deferência àquele que entrou com o requerimento, que foi o bloco de que eu participo. Então, ficam aqui meus cumprimentos, juntos com os seus, a ela.

O SR. PEDRO PONTUAL (Para expor.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também queria cumprimentar o Senador Oriovisto pela disponibilidade de tempo para estar aqui para ouvir os nossos argumentos.

E o senhor, como já foi citado na imprensa, ajusta seu relatório a pontos e observações que são feitos aqui, o que é fantástico, e eu acho que é uma comprovação do exercício pleno da democracia dentro desse processo legislativo desta Casa.

Eu queria começar apenas explicando que nós temos o título de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Não é uma credencial que nós nos arrogamos, mas é um título que o Estado nos confere. Então, na verdade, a lógica da carreira é que... A carreira diplomática, por exemplo, bastante conhecida, provê assessoria técnica qualificada aos embaixadores ao redor do mundo, nas embaixadas. Essa carreira foi criada a partir de uma encomenda ao Embaixador Sérgio Rouanet para que fosse disponibilizada assessoria técnica qualificada nos ministérios da Esplanada. Então, seríamos um assessoramento interno dentro de um processo de qualificação da Administração Pública, que se iniciou com a criação da Escola Nacional de Administração Pública. E pela lei, então, que nos cria, de 1989 – nós completamos este ano 30 anos dos primeiros gestores –, cabe a nós a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, além de exercermos funções de direção e assessoramento no apoio aos decisores políticos.

Vale lembrar que fomos criados com 900 cargos, quando o Brasil tinha 146 milhões de habitantes. Ainda somos os mesmos 900, quando o Brasil tem 210 milhões de habitantes. O PIB, também nesse período, dobrou, mas continuamos os mesmos 900 servidores.

Numa Mesa que está composta, predominantemente, por doutores do Direito, eu vou ousar levantar dois pontos constitucionais, se me permitem, em que a nossa Constituição parece deixar muito claro que, na verdade, a lógica toda da ordem econômica é a existência digna, no seu art. 170. Então, a lógica é o bem-estar da população. Não é a população que deve se submeter ao bem-estar da ordem econômica. E no art. 165 também está que a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Então, são postulações constitucionais que devem ser levadas em consideração dentro dessa discussão, Senador Oriovisto.

A gente entende, também – e parabenizamos o Senador pela preocupação com a responsabilidade fiscal –, que o dinheiro não é nosso, que o dinheiro é da população brasileira, e temos que zelar por ele. No entanto, a responsabilidade fiscal não é a única que se aplica. Como a gente viu na Constituição, existe uma responsabilidade gerencial de entregar os serviços à população. Então, nós não podemos excluir uma responsabilidade e ficar só com metade das responsabilidades que competem a nós, aqueles que têm uma responsabilidade sobre o que o Estado precisa entregar. Então, nós estamos aqui para pontuar a parte gerencial, que é a nossa especialidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de lembrar, fazendo uma observação, que, se a gente olha no Google – o Google disponibiliza essa ferramenta, que todos vão poder usar, se quiserem, o Google Trends... Eu ousei fazer, neste domingo, uma busca pelo termo "gasto público". Quantas vezes o termo "gasto público" foi procurado no Google desde 2004? O pico ali é no começo de 2005, talvez, que foi a maior parte, e aí esse gráfico mostra proporcionalmente àquele momento. Percebe-se que não é um tema que tenha interessado muito à população. Na verdade, quando a gente vai para o recorte geográfico, percebemos que só quem fez essas buscas foram os Estados de Minas Gerais e São Paulo. O restante do Brasil não fez busca sobre gasto público. É claro que a população não tem interesse nesse tema, pois não compete a ela, mas compete a nós discutir o gasto público. No entanto, não podemos esquecer aquilo com que a população realmente se preocupa. Se a gente procura quantas buscas foram feitas sobre o SUS, a gente vê que a realidade é bem diferente. As pessoas buscam informações sobre o SUS, e, se a gente confronta os dois, a gente percebe que existe uma linha crescente de preocupação da população com relação ao SUS, interesse em saber, e o pico foi atingido, não por acaso, recentemente, agora, nesta semana, e o contexto de crise mundial relacionado a uma doença que vai ameaçar a produtividade de todos os países – ameaça a economia, porque nos coloca a todos fora de combate... Então a população tem tido, crescentemente, uma preocupação com o SUS.

Os pontos ali embaixo são sempre as semanas de fim de ano. A última semana tem menos buscas, logo seguida da semana de Carnaval, também com poucas buscas.

Aqui, sobre os CRAS, que são os Centros de Referência de Assistência Social, outro equipamento público extremamente relevante para a população brasileira muito utilizado. Também quando a gente confronta – e agora o CRAS está em azul –, a gente vê o crescimento do interesse nesse equipamento, interesse que também está atingindo seu pico projetado pelo Google agora, porque também é um equipamento que ajuda na estrutura das famílias quando temos uma crise como a que estamos encarando agora, do coronavírus.

Então, nós temos que levar em consideração que o gasto público existe para que nós possamos prover a população desses serviços. Discutir gasto público sem discutir os serviços não é responsável da nossa parte. E isso a gente gostaria de colocar de maneira muito clara.

Outro ponto: quando houve a discussão da reforma da previdência, no ano passado, olha o pico de buscas sobre aposentadoria, logo ali, em azul, ainda em 2018, e o da previdência, logo em seguida. A crise que a gente tem hoje no INSS – e o Ministério da Economia divulgou que se aposentou um número recorde de 37 mil pessoas – era previsível gerencialmente, era absolutamente previsível.

Então, a gente tem condições de estimar os impactos das reformas constitucionais que são discutidas nesta Casa. Se a gente está discutindo ainda a parte dos recursos que precisam ser levados em consideração, temos os recursos humanos, que aqui foram misturados com os recursos financeiros dentro de um dos dispositivos da PEC. Mas vamos observar que, se a gente comparar aqui esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores ativos em relação à população brasileira, que, vamos lembrar, cresceu, de 1989 para cá, 50% – a gente pegou ali o recorte a partir de 1999, no Painel Estatístico de Pessoal, disponibilizado pelo Ministério da Economia na internet –, veremos que a proporção de servidores públicos federais concursados ativos para a população brasileira tem despencado. Quero observar que também é muito possível a gente observar, na parte de dados abertos do Governo dos Estados Unidos, que lá essa proporção é superior a três. Ela estoura ali a nossa métrica. O máximo ali é três? Se a gente projetar os Estados Unidos aqui, isso fica fora desse gráfico, e eu não estou levando em consideração toda a parte de defesa, civil e militar, e não estou levando em consideração que os Estados Unidos têm mais de três servidores públicos concursados estáveis, porque lá tem estabilidade, e lá a estabilidade é um direito do servidor, por decisão da Suprema Corte, diferentemente daqui, em que a estabilidade é uma proteção do Estado. Então, eu gostaria de observar que nós temos menos gente para entregar mais serviços para mais gente.

É importante observar que em lugar algum se faz discussão só sobre gasto. Numa empresa... A empresa não toma a decisão de cortar gasto. Ela vai tomar a decisão de cortar um gasto se o benefício daquele corte superar o prejuízo daquele gasto. Então, ela vai cortar o gasto... Uma fábrica de sapato, por exemplo, vai demitir gente se tiver certeza de que o lucro resultante da queda da venda vai ser maior do que o atual. Então, ninguém faz análise de gasto; só se faz análise custo/benefício. Não faz, então, nenhum sentido a gente, no Governo Federal, num país, numa nação, não fazer a discussão de custo/benefício, a gente só discutir gasto. Precisamos discutir os benefícios atrelados a esses custos. Não podemos fazer isso.

Então, enquanto uma fábrica, o setor privado é medido pelo lucro e pelos dividendos que ele entrega para seus sócios e proprietários, o Estado é avaliado por indicador de taxa de analfabetismo, distribuição de renda, mortalidade infantil... Isso é que é o benefício do Estado. Então, gasto, a gente tem que levar em consideração aqui, não é uma questão isolada: tem um benefício. Aqui, quando a gente começa a falar dos impactos, portanto... Há esse estudo da UFMG que mostra a queda no PIB, a queda econômica, o impacto com relação a se as medidas forem adotadas como estão hoje, atualmente propostas na PEC 186. Nós chegamos a questionar, por ofício, ao gabinete do Senador Oriovisto se haveria estudos ou medidas que avaliem as consequências da PEC. A gente entende que precisa ser avaliado esse impacto. Então, esse é um estudo que já estaria disponível – percebo que o senhor o tem em mãos –, para que possa ser avaliado se, de fato, essas medidas são meritórias. A gente tem que entender qual o impacto disso na saúde, nas creches, na pesquisa, na educação, no setor de construção civil, na parte de segurança pública, em todos os setores da economia da sociedade brasileira que vão ser impactados por isso, incluindo, principalmente, o momento em que nós vivemos uma crise com o coronavírus, que é uma crise mundial. E não se enganem: nós estaremos numa crise extremamente preocupante, já na semana que vem. Felizmente, as autoridades estão tomando agora as suas decisões para mitigar os impactos disso. Deveríamos ter gente lá, na Coreia do Sul, que conseguiu ter uma taxa de mortalidade de 0,7% para uma doença que tem uma taxa de mortalidade média de 3%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de observar também que, quando a gente fala em serviço público, serviço é salário. A gente não está falando de empresas mecanizadas em que você investe em produção. Então, se a gente olhar aqui os diferentes Poderes e os independentes setores da nossa Federação, a gente vê, é óbvio, que o Poder Legislativo, por exemplo, vai gastar a maior parte do seu orçamento com salário. Com o que mais aqui se gastaria? Qual seria o outro gasto? A gente tem 82% ali, do orçamento de 2020, dedicados a salários desta Casa. É claro, porque esta é uma Casa que provê um serviço, por excelência, essencial à democracia. A gente não pode levar em consideração que, porque os gastos com salários são altos, então, não há mérito no que é feito ou não há mérito no pagamento desses salários.

O pagamento de salários é como se faz a prestação de serviços, não há outra forma. Quando a gente vai para o Poder Executivo, que tem um orçamento, que faz investimento... E vamos lembrar que todo investimento vira um gasto. Você compra uma casa, depois você tem que pagar conta de luz, pagar conta de água, consertar a porta, consertar a janela; compra um carro, tem que pagar a gasolina, o óleo, consertar a porta, consertar a janela, consertar pneu...

Tudo em que a gente investe vira um gasto, só que o gasto, o custeio, que é obrigatório, tanto pelas previsões constitucionais, pelos anexos anuais da LDO, é relacionado com a manutenção desses investimentos. Para que a gente vai construir um hospital se a gente não vai botar um médico lá dentro, não vai colocar lá os suprimentos e equipá-lo?

Então, a gente tem que levar em consideração que essa parte, até mesmo dos gastos obrigatórios, é uma garantia da prestação do serviço, não é um gesso. Pelo contrário: é uma proteção de que o serviço vai ser prestado à população brasileira. O Poder Executivo, então, tem 16% do seu orçamento na Lei Orçamentária Anual aprovada nesta Casa para 2020 dedicados aos servidores ativos e inativos.

Eu quero lembrar que esse percentual aqui já está sendo trabalhado pela reforma aprovada há poucos meses, que ainda vai começar a produzir os seus efeitos. Logo, nós não estamos analisando o contexto, as propostas da 186 com relação aos efeitos da reforma previdenciária e aqui inclui também civis e militares.

Então, é falacioso dizer que ocupa 90% e, nos casos em que ocupa 90%, é o caso, por exemplo, da CGU, é porque você precisa, porque ali é só serviço, não há outra razão para se colocar pagamento em salário. E, se a gente levar em consideração a OCDE, onde nós queremos entrar, a proporção da força de trabalho do País, trabalhando em governo, de forma geral, Federal, estadual, municipal, no Brasil – que é aquela barrinha ali, azul – está em 10%. A média da OCDE são 15% – aquele losango azul.

Então, peço, por gentileza, Senador Oriovisto, que isso seja levado em consideração quando a gente discute reduzir a prestação de serviços dentro de uma lógica e avaliação fiscal, porque, afinal de contas, qual é o problema? Já foi dito aqui que há dúvida se estamos mesmo vivendo uma crise fiscal. E o que está proposto nessa PEC? Quais são as medidas, quais são as consequências?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PONTUAL (Para expor.) – A gente não sabe os custos dessa medida quando e se ela for implementada. Temos que lembrar que eficiência é sim reduzir os recursos consumidos, garantida a mesma entrega. O conceito de eficiência é diferente do conceito de corte de gasto.

Eficiência é garantir que, com menos recursos, se faça a mesma coisa. E aí, se a gente não leva em consideração, o que acontece se a gente não pensa no serviço da população? O INSS, a CGU já alerta, faz tempo, com relação à fila que não havia... A crise de hoje era evitável com bom planejamento e boa gestão. Vamos lá, nós temos doenças erradicadas voltando no Brasil. É isso que nós queremos, voltar para a idade da pedra, a Idade Média? Para a escola, já, hoje, nós temos problemas de filas. Se a gente faz uma autorização constitucional para que o servidor público feche o guichê na cara do cidadão e vá embora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PONTUAL (Para expor.) – ... ele está fechando o guichê numa fila, qual o tamanho dessa fila? Essa fila vai aumentar? A gente considera isso muito importante. E, concluindo, Senador, a gente precisa, então, levar em consideração esses pontos. Às famílias que tiveram crianças com microcefalia foi prometido, à época, uma pensão que hoje não está sendo paga, por incompetência gerencial do Estado.

Então, a gente tem que levar em consideração, para essa discussão, a gente precisa entender o que ela vai acarretar. Precisamos de uma avaliação técnica dos gestores públicos sobre os impactos dessa PEC. Isso precisa ser feito. Como é possível a gente fazer uma análise de custo-benefício se a gente não tem a avaliação de todas as consequências da reforma, a gente só está olhando a parte fiscal? Fica uma recomendação para uma avaliação desta Casa. Do que o Brasil precisa é melhorar a gestão dos seus serviços públicos para aumentar a eficiência. Para qualificar a gestão, vamos oferecer cursos de gestão para os gestores hospitalares, para os gestores das escolas. A gente tem um apagão gerencial neste País e não uma emergência fiscal.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Pedro Pontual, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Anesp.

Olha, eu ia mostrar, no início, aqui, as preocupações que todos vocês têm e aproveitar aqui a audiência da TV Senado: "Itália tem excesso de corpos após coronavírus e cadáveres chegam a ficar 24 horas em casa", para vermos a gravidade da crise, aproveitando o momento aqui da nossa TV Senado e Agência Senado, a gravidade dessa crise em todo o Planeta. E é um alerta na linha de termos estrutura para atender o público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

A Sra. Renata Gil de Alcantara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

A SRA. RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas.

Eu faço um cumprimento especial ao Senador Paulo Paim, que tem conduzido os trabalhos dessas audiências públicas com excelência. Eu tive oportunidade de assistir à última, ouvindo atentamente as ponderações de todos. É um homem republicano e que já esteve ouvindo os reclames da magistratura em outras ocasiões aqui, nesta Casa.

Cumprimento, especialmente, o Senador Oriovisto, o nosso Relator, que também tem ouvido com atenção, ele e os seus especialistas, que trabalham no seu gabinete, seus assessores, ouvido com atenção nossas ponderações e nós almejamos que elas sejam efetivamente acolhidas após todas as explanações que estão sendo apresentadas publicamente e nos gabinetes pelos nossos colegas.

Cumprimento também o Senador Mecias, que nos assiste aqui, e deixo um cumprimento especial à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senadora Simone Tebet, primeira mulher a conduzir, como eu, que conduzo pela primeira vez a Associação dos Magistrados Brasileiros, primeira mulher em 70 anos de existência da associação, é um registro importante. E venho representando aqui 14 mil magistrados. Nós representamos, a AMB representa magistrados militares, trabalhistas, federais e estaduais, que conduzem aí 80% da massa de processos no nosso País. Cumprimento toda a audiência, vários colegas presidentes de associações de outros Estados, colegas presidentes de associações das carreiras jurídicas, todos muito preocupados com o cenário da PEC emergencial após votações de outras PECs que atingiram de forma estruturante as carreiras públicas, especialmente, eu falo em nome da magistratura, especialmente, a magistratura. Conforme já relatado aqui pelo meu colega Fernando Mendes, nós já enfrentamos uma reforma da previdência, uma reforma da previdência que já partiu a carreira da magistratura e estamos enfrentando um sem-número de PECs, é preciso que isso fique registrado, aqui, nesta Casa. São inúmeras PECs que vêm alterando toda a estrutura do Poder Judiciário, não só do funcionalismo público, mas do Poder Judiciário, e é preciso que se diga, o Poder Judiciário, um dos Poderes da República, que tem em seu corpo agentes políticos.

Ontem mesmo, eu conversava com o Ministro Ayres Britto na posse dos nossos colegas da Conamp e ele tem dito que nós estamos assistindo a um "constitucionalicídio", essa foi a expressão usada pelo Ministro Ayres Britto. Por quê? As reformas da Constituição, as Propostas de Emenda à Constituição não têm sido veiculadas de forma estruturante. São pontuais, acabam tratando de mesmos temas de formas diferentes. Então, nós precisamos aqui definir no Parlamento como essas reformas se apresentam para as carreiras, especialmente para aquelas que tratam do Poder Judiciário, o Poder que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a última porta da cidadania. E, no que tange à PEC emergencial especificamente, a nossa preocupação é realmente de destruição do Poder Judiciário.

Nós temos normas – o Fernando já começou a tratar delas –, mas normas que quebram a unidade da carreira, normas que tratam de rol taxativo de verbas indenizatórias. Verbas indenizatórias são fatos. E, ontem mesmo, no gabinete do Senador Alvaro Dias, tratando dessa matéria, nós tratamos junto com outras corporações, o Ministério Público, a magistratura, estávamos também com o Itamaraty, um grupo do Itamaraty, e colegas diplomatas diziam que, se a PEC, se o relatório, o substitutivo ficar como ele está, Senador Oriovisto, nós teremos que fechar as missões diplomáticas no exterior, porque as indenizações dos diplomatas que vivem fora do País têm como parâmetro moeda estrangeira.

Então, por exemplo, um diplomata que vive no Japão precisa de um aluguel de US$7 mil. Se nós convertermos ao câmbio atual de quase cinco...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Se a senhora me permite...

A SRA. RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA – Pois não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Só para dizer que ontem eu recebi todo esse pessoal e esse assunto está resolvido.

A SRA. RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA – Ah, que bom.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Já foi corrigido.

A SRA. RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA – Que bom! Que bom!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Só para tranquilizá-la, quanto a esse aspecto, pelo menos já está bem resolvido.

A SRA. RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA (Para expor.) – Que bom! (*Palmas.*)

Mas, Senador, de qualquer sorte, esse rol taxativo, é importante, o debate é exatamente por isso, esse rol taxativo não abarca todas as hipóteses indenizatórias no serviço público. O serviço público brasileiro tem 11 milhões e 500 mil servidores. São diversos serviços que têm diversos fatos geradores indenizatórios. Então, um rol taxativo também não se presta a abarcar todas essas hipóteses que acontecem concretamente.

Previsão de redução de subsídio em caso de má gestão administrativa, no caso de violação à regra de ouro: temos aqui também um caso que nos preocupa muito. A carreira da magistratura, como o Fernando Mendes já trouxe – e é importante que expliquemos isso à sociedade brasileira –, é uma carreira diferente, é uma carreira de agentes públicos. Nós não estamos regidos pelo Regime Jurídico Único, pela Lei 8.112. Por quê? Opção do legislador constituinte. A Constituição colocou a magistratura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Poder Judiciário no art. 93 e seguintes. Como proteção à carreira? Não. Como proteção à própria sociedade. Então, nós temos regras pequenas, como, por exemplo, remoção de magistrados, que são tratadas dentro da Constituição por que motivo, Senador Mecias? Porque são regras que protegem a sociedade, protegem a independência, protegem a imparcialidade do magistrado. E o que nós estamos vendo é que todas essas proteções constitucionais à carreira da magistratura – vitaliciedade, irredutibilidade de vencimentos – têm sido ceifadas, para não dizer pinçadas momentaneamente por diversos projetos de emendas à Constituição.

A tentativa de tornar a improbidade administrativa o pagamento de verbas que são legais também se afigura desnecessário, porque qualquer descumprimento de violação de teto já está previsto na lei como improbidade administrativa, e o seu gestor administrativo já responde.

A redução de jornada de trabalho para agentes públicos é um ponto que nos preocupa muito. Como reduzir jornada de trabalho de um magistrado que não tem jornada de trabalho? Nós podemos começar uma audiência às 11h da manhã e terminar às 3h da manhã do outro dia. Eu sou juíza criminal no Estado do Rio de Janeiro há 22 anos, e, quando temos operações policiais, nós ficamos dois, três dias seguidos em regime de realização de atos sucessivos para que os prazos prisionais sejam obedecidos, independentemente de horário de funcionamento de expediente. Então, os funcionários dos cartórios têm seu horário de expediente, mas eles extrapolam em caso de necessidade judicial. O serviço judiciário hoje é prestado no País em 24 horas ininterruptas. A gente tem juiz trabalhando em plantão, juiz trabalhando em feriado, juiz trabalhando em qualquer data em que servidores comuns não trabalham.

Alterações tendentes a limitar ou a suprimir a independência institucional do Poder Judiciário: todas essas medidas que trabalham com a alteração de regras orçamentárias, Senador Oriovisto, na verdade, interferem na independência do Poder Judiciário. E não por outro motivo quem lê o art. 2º da Constituição da República lê que os Poderes da República são independentes e harmônicos entre si. Antes da harmonia que deve permear as relações institucionais republicanas, nós temos como princípio básico a independência. E o Ministro Ayres Britto também, em conversa comigo, na mesma conversa, disse: "Renata, em verdade, os serviços da Justiça, o direito à Justiça é um direito da personalidade do ser humano; é uma cláusula pétrea, e qualquer cláusula pétrea, qualquer emenda constitucional tendente a abolir cláusula pétrea, art. 60, §4º da Constituição, é vedada". Então, nós temos ainda que pensar nesse conjunto geral. O serviço da Justiça não é um serviço como qualquer outro; é um serviço que é inerente à personalidade do ser humano.

Tentativa de vedar o cumprimento de decisão administrativa ou judicial. Há um decote do cumprimento dessas decisões quando há extrapolação de despesas.

E aqui também eu trago uma preocupação. Ouvi atentamente os economistas na primeira audiência pública, ouvi a intervenção muito oportuna do Deputado Mauro Benevides, que diz que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não podemos pensar, no Estado brasileiro, só nas despesas públicas. Nós temos que pensar também nos subsídios creditícios, nas isenções fiscais que o Governo brasileiro dá, que importam em R$50 bilhões, e isso não é discutido. Não estamos dizendo que temos que acabar com as isenções. As isenções são importantes para o funcionamento, para o pequeno empresário. Mas nós temos que pensar se esse dinheiro todo que o País deixa de recolher não seria mais importante do que ceifar serviço público, ceifar o que é importante para a população do nosso País, que ainda é uma população que vive abaixo da linha da pobreza.

E a tentativa geral de vedar o cumprimento de decisão judicial.

Eu trago aqui cada um dos artigos e incisos que são alterados na Constituição. Como meu colega Fernando Mendes já trouxe a lume, afronta o princípio da unidade de jurisdição da magistratura quando nós temos a desvinculação de subsídios, quando temos a vedação de aumento, a regra de ouro. É importante que se fale que essa desvinculação que se pretende, porque, ao lado da carreira da magistratura e do Ministério Público estão as outras carreiras, quando há reajuste de subsídio, especificamente no caso da magistratura e do Ministério Público, nós temos que, além da vinculação constitucional do art. 93, há uma relação de verticalidade da carreira. Não à toa, a questão dos subsídios dos desembargadores e dos juízes do primeiro grau está inserida no art. 93, porque deles depende o sistema de unidade da magistratura, de unidade do Ministério Público, unidade essa que já está consagrada pelo Supremo Tribunal Federal em suas inúmeras decisões. Então, isso é uma violação também frontal ao próprio sistema constitucional.

Eu trato da redução da jornada, do descumprimento da regra de ouro. A gente tem aí a vedação de cumprimento de decisão judicial sem previsão legal e com efeitos retroativos. Isso também é uma preocupação muito grande, porque ela também interfere em outro poder sem nenhuma previsão de que impacto, Senador Oriovisto, de se esse montante seria suficiente e eficiente para melhorar a crise fiscal do Estado brasileiro. A gente trata aí do rol taxativo das verbas indenizatórias, como eu já havia dito, e das alterações tendentes a suprimir ou a limitar a independência do Poder Judiciário e a autonomia como consectário lógico do princípio da independência.

Eu encerro a minha fala trazendo aqui uma fala constante de um processo judicial em que o Ministro Gilmar Mendes, ao tratar do Poder Judiciário, diz o seguinte: "Ao Poder Judiciário incumbe exercer o último controle da atividade estatal, manifeste-se ela por ato da Administração ou do próprio Poder Legislativo (controle de constitucionalidade). Daí a necessidade de que, na sua organização, materialize-se a clara relação de independência do Poder Judiciário e do próprio juiz em relação aos demais Poderes ou influências externas".

Termino mesmo, dizendo que nós da magistratura entendemos que essa reforma, como está apresentada dentro dessa PEC emergencial, uma reforma que é estruturante, sim, dos Poderes da República, do Poder Judiciário especialmente, não é uma reforma do povo brasileiro. Essa é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma do Governo brasileiro. E nós temos que ter a atenção para o fato de que, neste momento, o povo brasileiro pede socorro, especialmente no momento de grave crise por que nós estamos passando, pelo coronavírus.

Muito obrigada.

Agradeço, mais uma vez, a deferência à magistratura, com a oportunidade de falas das associações de classe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Sra. Renata Gil de Alcantara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Eu convido os senhores e as senhoras a retornarem agora para a primeira fila. Ao mesmo tempo, enquanto os senhores já retornam, a palavra é passada ao Senador Mecias de Jesus. Depois que V. Exa. falar, eu já volto com uma nova mesa. E V. Exa. pode continuar fazendo a sua exposição.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente Paulo Paim, é uma satisfação poder participar deste debate.

Quero cumprimentar o Dr. Fernando, o Dr. Ophir, a Dra. Renata, o Dr. Pedro Pontual e o nosso Relator, Senador Oriovisto.

Sr. Presidente, certamente, este debate...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, permita que eu convide os próximos oradores a estarem aqui à mesa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. continuará com a palavra.

Eles terão a possibilidade ainda, nas considerações finais, todos os quatros, como esses, de responder a algum questionamento de V. Exa.

Então, rapidamente, convido o Sr. Roberto Muniz Barretto de Carvalho, Presidente da Associação dos Servidores do CNPq (Ascon); o Sr. Rodrigo Morais Lima Delgado, Diretor Administrativo da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps); a Sra. Roseli Faria, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor); e, por fim, o Sr. Manoel Murrieta, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me informo aqui que o Dr. Manoel Murrieta, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), foi eleito e tomou posse ontem.

Então, ficam aqui os nossos comprimentos. (*Palmas.*)

Querido Senador Mecias de Jesus, V. Exa. está com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Paim, eu quero aproveitar para cumprimentar os novos expositores, em nome do Dr. Manoel Murrieta. Quero parabenizá-lo pela posse ontem e lhe desejar muito sucesso. Contem sempre conosco, com o nosso apoio às causas justas que os senhores defendem e agem a favor.

Presidente Paim, eu sou agricultor. Eu nasci na roça e comecei a trabalhar na roça aos 6 anos de idade com o meu pai. E, aos 16 anos de idade, eu ingressei no serviço público, como mensageiro, no meu Estado de Roraima. Antes disso, dos 6 aos 16 anos, eu trabalhei na roça. Fui jardineiro, fui garçom, fui engraxate, vendi picolé. Depois ingressei no serviço público.

Eu sei que não há, na União, nos Estados e nos Municípios, segmento que tem que ser preservado mais que o do servidor público. O servidor público é essencial em todos os sentidos para o bom desempenho do serviço público deste País.

Eu disse ao Dr. Manoel Murrieta, disse ao Dr. Fernando, à Conamp, à Ajufe, aos servidores de um modo geral que já me procuraram que eu não estou disposto, e não farei qualquer tipo de voto que seja contrário aos servidores públicos do Brasil. Não posso tirar direitos adquiridos, não posso fazer retroagir para prejudicar quem está constitucionalmente legal, até porque há algumas propostas que ferem frontalmente a ação de um outro Poder, que é o Judiciário, de uma instituição importante como o Ministério Público e que fere mortalmente o servidor público brasileiro. Então, para tirar direito de servidor público, jamais terá o meu voto e o meu apoio. Quero deixar registrado isso aqui. (*Palmas.*)

Confio na sensibilidade do nosso Relator, Senador Oriovisto, que é um homem íntegro e que certamente trará um relatório que seja favorável ao País, mas que, sobretudo, seja favorável ao povo brasileiro, que não dê prejuízo ao povo brasileiro.

Por fim, Presidente, para concluir, eu quero falar... Todos falaram aqui um pouquinho do coronavírus. Ontem, acompanhado do Governador Antônio Denárium, do Deputado Jhonatan de Jesus e dos Senadores de Telmário Mota e Chico Rodrigues, fomos ao Ministro Mandetta, às 11h da manhã. Nós fomos lá para pedir a ele que interviesse junto ao Ministério da Defesa e das Relações Exteriores e que tomasse uma providência urgente com relação às fronteiras de Roraima. Nós temos 1.925km de fronteira seca. Na nossa fronteira com a Venezuela, nós já recebemos... Segundo dados da Polícia Federal, desde 2016, 656 mil venezuelanos entraram no Estado de Roraima, cerca de 100 mil venezuelanos estão em Roraima, nas ruas; apenas 6 mil nos abrigos das Forças Armadas, apenas 6 mil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos propondo que o Governo Federal urgentemente tome providências com relação a essa fronteira. A Venezuela está com sistema de saúde falido, totalmente falido! Lá todos buscam meios, medicamentos nos postos de saúde no Brasil, em Pacaraima, que é a cidade vizinha com Santa Elena, ou nos hospitais em Boa Vista, que já não eram bons, que já não tinham condições de atender a todos os brasileiros que lá estavam; imaginem agora com 100 mil venezuelanos! Deus nos livre de um ataque de coronavírus lá na Venezuela! Roraima será o Estado mais prejudicado do Brasil.

Por outro lado, nós temos a Guiana Inglesa. Da Guiana Inglesa cerca de 500 pessoas estão entrando por dia no Brasil, usando da fronteira da Guiana com o Brasil, lá no Município de Lethem e Bonfim, que é o Município brasileiro que faz fronteira com Lethem na Guiana. Ontem, Presidente, no momento em que estávamos na audiência com o Ministro Mandetta, recebi a informação de que o primeiro caso de coronavírus na Guiana levou à morte uma senhora, levou a óbito uma senhora que tinha chegado há cerca de 15 dias de Nova York. Isso é uma ameaça para nossa fronteira.

Nós precisamos... E eu quero aproveitar aqui não só a audiência da TV Senado, mas as pessoas que estão aqui, os palestrantes de hoje, o prestígio do Presidente Paim, do Senador Oriovisto, para que o Governo Federal possa olhar com mais atenção todas as fronteiras do Brasil, sobretudo aquelas que estão mais atacadas hoje, em função dessa imigração em massa que acontece no Estado de Roraima.

Ontem, à noite ainda, tivemos uma audiência, tivemos uma reunião com o Ministro Paulo Guedes, aqui na Liderança da Câmara com os Líderes do Governo, do Senado e os Líderes da Câmara. Paulo Guedes, Ministro Ramos, Mandetta, Ministro Jorge, o Presidente do Banco Central, o Presidente Rodrigo Maia e o Presidente Davi. E vi que em algumas palavras, talvez intencionalmente, com gestos que pareciam agradáveis, o Ministro Paulo Guedes jogava mais uma vez a responsabilidade para o Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem se portado de forma coerente, respeitosa e eficiente com o Brasil e com o Governo Federal. Sobretudo sob a Presidência do Davi e do Presidente Rodrigo Maia, eles têm buscado todos os meios possíveis de ajudar o Governo brasileiro, de ajudar o Brasil. É preciso que o Governo Federal use mais o poder que tem, que use menos as redes sociais para inflamar e ajude mais com gestão, com atos, com diálogo para que este País possa dar certo e as medidas possam ser aprovadas de forma coerente aqui no Congresso Nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente, manifestando o meu apoio aqui aos servidores públicos do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senador Mecias de Jesus, pelo conjunto da fala. E só, se V. Exa. me permitir, por iniciativa do Presidente da Câmara e do Senado, foi criada uma comissão mista, e a querida Bruna Furlan, uma jovem Deputada, por quem tenho o maior respeito, foi eleita Presidente para essa comissão mista que trata de refugiados e imigrantes. Se V. Exa. permitir, eu gostaria de que, na próxima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência, V. Exa. fosse convidado para fazer uma exposição lá da situação, como V. Exa. brilhantemente fez aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Só quero dizer, Presidente, que eu já tive oportunidade de conhecer a Deputada Bruna Furlan e ontem ainda conversei com ela e marquei de conversar com ela sobre esses temas. Eu fico feliz pelo convite de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fui convidado para ser Vice-Presidente mais pela idade do que por outra coisa, porque o brilho lá é naturalmente da Bruna Furlan. Então, terei prazer de estar junto com ela nessa próxima conversa.

Vamos, então, ao nosso convidado, a não ser que o Relator queira fazer algum comentário. Como foi a última, eu encaminhei nesse sentido.

Então, de imediato, o Sr. Roberto Muniz Barretto de Carvalho, Presidente da Associação dos Servidores do CNPq (Ascon). (*Pausa.*)

Enquanto vocês ajustam aí, apenas registro a presença de Benedito Venâncio da Fonseca Júnior, Diretor-Presidente do Sindicado dos Oficiais de Justiça do Estado da Paraíba, Sindjus-PB; Danniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Julianne Freire Marques, Secretária-Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Eduardo Eugênio Siravegna Júnior, Presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul.

É com o senhor.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de cumprimentar os nobres Senadores presentes e que compõem esta Comissão, na figura do Senador Paulo Paim, Presidente em exercício da Comissão. E também queria cumprimentar o nobre Senador Oriovisto, que está aqui com paciência e, mais do que com paciência, está disposto a nos escutar e levar em consideração o que nós estamos relatando, a nossa modesta contribuição.

A contribuição que nós queremos trazer, nós servidores da área de ciência e tecnologia – e eu estou aqui não só representando a Ascon, que é Associação dos Servidores do CNPQ, mas também o Sindicato Nacional dos Gestores em C&T, que é uma carreira que abrange vários ministérios, que está presente nos institutos de pesquisa, assim como também a Arca, que é a Articulação das Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável –, com esse debate, é passar um pouco a visão desses servidores públicos que atuam no dia a dia para fazer com que o Estado brasileiro, com que a população do Brasil tenha os seus serviços atendidos, as suas necessidades atendidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de uma emenda constitucional, uma proposta de emenda à Constituição, eu gostaria de fazer algumas considerações muito gerais. Nós não somos da área jurídica, mas não podemos deixar de fazê-lo, porque estamos falando de uma mudança na Constituição, e a nossa Constituição, a atual, a que está vigendo, foi aprovada em 1988 e ela é a Constituição Cidadã, ela foi o reencontro da sociedade brasileira com a democracia. Está lá a figura do nosso saudoso Ulysses Guimarães no ato da promulgação desta importante Constituição, que ganhou esse nome...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ao lado dele, o Senador Mauro Benevides...

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO (Para expor.) – Isso.

É uma Constituição que trouxe mais democracia, mais cidadania, mais direitos e mais Estado. Esta Constituição é que moldou o atual Estado brasileiro e trouxe um novo ordenamento que a gente não pode esquecer, que é o ordenamento de um Estado para servir à cidadania, para trabalhar para a cidadania, para os direitos, para a democracia.

Mudar esta Constituição é possível, a própria Constituição de 1988 prevê mudanças. As emendas constitucionais são plenamente possíveis e previsíveis dentro dessa própria Constituição. O receio que nós temos é o de que o conjunto de mudanças constitucionais que estão sendo introduzidas modifique de tal forma a Constituição que ela perca sua alma.

O que eu quero dizer com isso? Essas mudanças constitucionais têm que ter um respeito ao que foi pensado em 1988 e que vem vigendo desde lá. São princípios fundamentais na nossa Constituição a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. Qualquer mudança na Constituição que vá prejudicar ou transformar isso em letra morta, ao nosso ver, é muito complicado, é extremamente prejudicial.

O Congresso que aqui está não é um Congresso Constituinte, os nobres Deputados e Senadores não foram eleitos para refazer a Constituição, criar uma nova Constituição para o Brasil. Isso, volto a dizer, não os impossibilita de fazer as mudanças que forem necessárias; se a sociedade muda, ela precisa ser adequada. Entretanto, nós temos que ficar atentos para que esses princípios fundamentais, os objetivos fundamentais previstos na Constituição não se transformem em meras palavras vazias.

Dito isso, eu queria passar para nossa contribuição, e ela vem da contribuição de agentes de Estado. A nossa Constituição faz uma diferença que é fundamental e que a gente precisa resgatar. Nós, servidores públicos – não funcionários públicos – somos agentes de Estado. Nós não somos agentes de governo. E isso parece um joguinho de palavra, mas é fundamental para entender o que a gente faz.

Nós não estamos aqui para defender um governo ou para executar apenas algumas ações de governo. Nós somos responsáveis pela manutenção do Estado, pela efetivação da Constituição, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servir a população, que é a finalidade última ou, diria eu, até primeira do Estado. Então, nós não somos pessoas que podem ser passageiras. Nós somos agentes desse Estado, que têm continuamente que estar se inventando, transformando e principalmente cumprindo a Constituição, servindo a população brasileira.

Então, eu falo para os senhores na figura de um agente de Estado. Eu não estou defendendo este ou aquele governo porque, independente do governo que estiver, eu tenho que defender o Estado, que em última instância é a população brasileira.

Venho da área da ciência e tecnologia, então eu não posso deixar de falar para os senhores que essas medidas que estão sendo propostas, essas emendas constitucionais atingem diretamente a área da ciência e tecnologia. O Brasil, ao longo de 69 anos, vem construindo um sistema nacional de ciência e tecnologia. Esse sistema não é de hoje. Ele é fruto do resultado de políticas públicas que vêm há mais de 68 anos sendo construídas – construídas com avanços e retrocessos, altos investimentos, grandes recursos humanos. E esse sistema tem sempre, independente dos governos que passaram, independente dos governos que aí estiveram, o mesmo objetivo, a mesma finalidade, qual seja, ciência e tecnologia para desenvolvimento, autonomia e soberania nacional, atendendo os princípios fundamentais da nossa Constituição. Sem ciência e tecnologia, o Brasil não será um país soberano.

Esse sistema que foi montado nesse esforço do Estado brasileiro, da população brasileira, também é voltado para a geração de bem-estar e inclusão social. Ora, esse sistema tem sido colocado em xeque. Para alguns, ele está em crise; para outros, nós estamos vendo é uma reordenação desse sistema, porque, na verdade, ele continua funcionando – e tem dado muitos resultados para este País, e eu vou citar alguns. Entretanto, o atual Governo e o Governo passado têm produzido um reordenamento dentro desse sistema que tem levado àqueles três itens que eu estou colocando lá.

Uma redução drástica dos recursos orçamentários e financeiros destinados à manutenção do sistema de ciência e tecnologia, ou seja, uma redução dos recursos orçamentários para que a gente possa produzir conhecimentos científicos e tecnológicos de ponta, conhecimentos científicos e tecnológicos que vão gerar inovação e fazer as nossas empresas produzirem mais e melhor e serem competitivas no mercado internacional; ciência e tecnologia para resolver problemas do Brasil que nenhum outro país vai vir nos ajudar a resolver. Tem sido reduzido o investimento, e isso tem prejudicado.

Redução drástica dos recursos humanos para a ciência e tecnologia, as chamadas carreiras de C&T. Nós temos gestores em C&T, nós temos tecnólogos, nós temos pesquisadores, que são essas carreiras que produzem ciência e tecnologia, e elas estão sem concurso, sem reposição há muitos anos, e isso tem causado uma paralisia do sistema. Laboratórios inteiros que receberam grandes investimentos do Governo Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO (Para expor.) – ... têm deixado de funcionar porque não têm um tecnólogo. Investimento em infraestrutura, e a gente não tem uma pessoa capacitada para fazer ele funcionar. Laboratórios inteiros no Inpe estão sendo fechados porque os pesquisadores estão aposentando. Os recursos estão deixando de chegar até o seu destinatário porque não tem gestor que conheça a área para fazer com que esses recursos cheguem à ponta.

E, depois, a pauperização dos laboratórios em infraestrutura. Se a gente não investe nisso, eles vão ficando pauperizados. O que é isso? Eles vão ficando ultrapassados, pobres, obsoletos. E, em ciência e tecnologia, a obsolescência significa perder capacidade. Ali há um gráfico só pegando aí a queda do investimento em ciência e tecnologia.

Aqui algumas matérias dos jornais, que os senhores devem ter acompanhado, desse caos que está sendo causado no sistema de C&T por essa redução orçamentária, por aqueles três itens. Eu chamo atenção ali para o *Jornal da USP,* que fala do CNPq, e aqui para o orçamento da Capes, em que há um corte fantástico de bolsas.

Gente, pode-se dizer que bolsa não é prioritário frente a outras coisas, mas, se a gente não pensar a longo prazo, isso vai se tornar um gargalo. A pessoa que hoje não recebe uma bolsa deixa de se qualificar, e nós vamos perder tempo. Para ela se qualificar, ser mestre e doutor – porque nós precisamos de doutor para resolver problema brasileiro –, são pelo menos oito anos. Se essa pessoa não entrar hoje no sistema, ela vai para outro caminho, e nós perdemos gente qualificada. É um atraso de gerações.

O orçamento do CNPq, que deve financiar ciência e tecnologia, foi drasticamente reduzido. Vejam lá a previsão, que é concreta, para 2020 de R$16,5 milhões para o chamado fomento, que é o dinheiro que vai para produzir pesquisa. Só um edital, Senador Paulo Paim, do CNPq, que é um dos mais importantes e é chamado universal, consome R$200 milhões. Nós temos para este ano apenas R$16 milhões, ou seja, nós não vamos poder fazer quase nada.

Somado a isso, nós temos os impactos das PECs. Eu estava preparando esta apresentação e tinha selecionado vários exemplos para trazer para os senhores. Mas aí, frente às notícias como a do Governo do Distrito Federal, frente ao avanço do coronavírus, eu não pude deixar de trazer o corona aqui. Já está virando figurinha carimbada, mas é fundamental que a gente pense nisso.

E aqui do lado – os senhores leiam aí; eu não vou ler para não perder muito tempo – é o resultado dessa reportagem em que o Prof. Dr. Reinaldo Guimarães, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, nos adverte de que sem investimento em ciência e tecnologia nós vamos perder a capacidade não só de gerar diagnósticos, tratamentos e vacinas para o coronavírus, como inclusive de produzir receita que a gente vai comprar lá fora. Porque o ministro disse: "Olha, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos investir em vacina, não, isso é muito caro. Existem grandes laboratórios lá fora que podem fazer isso". Só que, se a gente não continuar investindo nas nossas bases, nós não vamos sequer ter capacidade de comprar isso – e quem sabe se vamos ter recurso para comprar, se vamos entrar na lista dos países que têm prioridade para comprar. Nós não vamos ter sequer capacidade para começar a utilizar essas vacinas.

Imaginem os senhores uma PEC como esta que está sendo proposta e que busca a redução do horário de trabalho desses pesquisadores, dos gestores que vão trabalhar com isso. Se com oito horas de serviço a gente não está dando conta – e nós trabalhamos muito mais do que oito horas –, imaginem com a redução para seis. Nós não estamos aqui simplesmente falando da redução do nosso salário como servidor público, como agente de Estado. Nós estamos preocupados é com a entrega dos serviços que vão ser dados à população.

E, para terminar, já passei do meu tempo, eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda tem dois minutos. Depois do toque, eu dou mais um ainda.

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO (Para expor.) – Está joia.

Eu queria falar dessa questão – pena que o Senador não está aqui, o nosso nobre Relator – de que se falou muito: "Não, nós estamos propondo a redução, mas, óbvio, não vai pegar serviços essenciais". Olha, quem é que está propondo – isso foi matéria de jornal – reduzir jornada de trabalho dos policiais, dos médicos? Serviço essencial está garantido, embora a forma como está redigida a PEC não tenha exceção. Ela é para ser aplicada de forma indistinta.

O que eu queria levantar para os senhores é que esse conceito do que é essencial e do que não é essencial é questionável – já foi dito até por outros colegas aqui na mesa, que é o que eu coloquei ali em vermelho. Sem serviços de gestão, planejamento, controle, infraestrutura e execução, o médico que está lá na ponta, o professor que está nas universidades desenvolvendo educação e pesquisa, o policial, o fiscal, o pesquisador não têm como bem executar as suas funções. Vocês podem garantir as oito horas para ele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ BARRETTO DE CARVALHO (Para expor.) – ... e o salário dele, mas, se ele não tiver uma retaguarda daquele servidor que está fazendo a gestão, ele não vai receber o necessário para que ele possa de fato cumprir essa missão.

Então, fica parecendo que o policial é necessário, o professor é necessário, e o outro pode ser cortado. Cuidado com essa visão. A máquina não é uma coisa que se possa desmembrar e ela continue funcionando. Nós temos que pensar soluções de ajustes, mas não podemos deixar de cuidar de que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado continue prestando os seus serviços, principalmente neste momento de crise que nós estamos vivendo.

Eu agradeço muito a atenção, e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Sr. Roberto Muniz Barretto de Carvalho, Presidente da Associação dos Servidores do CNPQ. (*Palmas.*)

Ficou exatamente dentro do tempo, mas fez uma série de considerações, e tenha certeza de que o Relator vai receber o vídeo total. Às vezes ele não consegue ficar todo o tempo, porque são inúmeras audiências.

De imediato o Sr. Rodrigo Morais Lima Delgado, Diretor Administrativo da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps). O tempo é seu. São dez, mais cinco minutos.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – Bom dia!

Queria aqui agradecer o convite do Senador Paulo Paim, e, em nome dele, queria cumprimentar todos e todas que estão presentes hoje.

Estou aqui pela Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais. Somos, hoje, 750 servidores, aproximadamente, distribuídos em alguns órgãos do Governo Federal, principalmente naqueles que tratam de políticas sociais, como o Ministério da Cidadania, da Saúde, dos Direitos Humanos. Nós, assim como o sindicato dos colegas de ciência e tecnologia e outros, compomos a Articulação das Carreiras para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil.

Nosso objetivo aqui, hoje... Vou trazer para os senhores e as senhoras um pouco do detalhamento do que nós já estamos fazendo aqui e que diz respeito ao impacto que a PEC 186 traz para a oferta de serviços para a população brasileira. Então, a minha fala está organizada em quatro pontos.

Vou trazer, rapidamente, um dado aqui sobre o que acontece após a Constituição de 1988 no que diz respeito às atribuições que são repassadas para os entes subnacionais. Então, nós temos um processo aí de assunção, por parte dos Municípios e dos Estados, de um conjunto de políticas públicas. Isso significou um impacto muito forte no que diz respeito à contratação de pessoas, à oferta de serviços.

Também já trago alguns elementos, que nós já estamos presenciando, de desproteção social, no Brasil, decorrentes da crise fiscal pela qual também estamos passando – como foi bem pontuado pelo Prof. Oreiro, na última audiência pública. Essa crise ainda está em curso, mas nós temos consequências já graves desse processo. Algumas consequências, caso a PEC 186, da forma como está redigida, venha a ser promulgada... Quais seriam as consequências dessa PEC para as políticas sociais e para a população?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E trago um alerta sobre a importância de nós olharmos para o que é emergencial, de fato, agora e para o que é estruturante. Porque nós entendemos que a discussão sobre a saúde fiscal do Estado brasileiro é fundamental, mas ela precisa ser feita com muito cuidado. A gente precisa tomar decisões muito sábias para ter mecanismos adequados e, em situações de emergência fiscal, de fato, ter condições de atuar de forma contracíclica, para evitar processos de recessão ou evitar o Estado de ausentar quando estivermos em processo de crescimento da economia. Então, nesse sentido...

Esse aqui é um gráfico que está no *Atlas do Estado Brasileiro*, um estudo elaborado pelo Ipea. A gente percebe que essas barras em vermelho são o total de vínculos... Perdão, essas barras mostram os vínculos públicos por ente federado. A gente percebe, nessas barras vermelhas, um crescimento significativo do total de servidores públicos municipais no Brasil. A gente vê um conjunto de servidores públicos federais estável no decorrer do tempo, que são as barras que estão abaixo das azuis, as amarelas. E a do Município cresce significativamente. Esse processo de crescimento está muito acoplado com o que nós passamos nos últimos tempos, que são: a estruturação dos sistemas públicos, como o SUS, como o Suas; a implementação de políticas públicas como as políticas de segurança alimentar e nutricional, que contribuíram, por exemplo, para tirar o Brasil do mapa da fome em 2014, salvo engano. Então, esse conjunto de políticas públicas que são essencialmente executadas pelos entes subnacionais e, de forma bastante intensa, pelo Municípios, fez com que esses Municípios tivessem que contratar mais gente – eles tiveram que aumentar a força de trabalho deles.

A gente, quando traz uma proposta de emenda à Constituição que reduz a jornada de trabalho em 25%, sem considerar o que vem ocorrendo... Como o próprio colega, o Dr. Ophir trouxe aqui, os repasses que estão sendo feitos para os Municípios e Estados já vêm sendo reduzidos, paulatinamente, nos últimos anos. A gente coloca sobre os ombros dos gestores municipais um peso enorme, porque vai ser lá na ponta, com essa redução de jornada de trabalho, que nós vamos ter os maiores problemas: uma pressão sobre os Prefeitos, sobre os secretários municipais, que não vão conseguir, simplesmente, acabar com a fila ao fechar o guichê. Então, é muito importante que a gente perceba isso. O Estado brasileiro se configurou dessa forma. A execução de políticas públicas tem esse componente muito importante dos Municípios, e eles, de fato, agiram, nesse sentido, contratando mais gente. Como o Pedro também trouxe, é muito importante que a gente perceba que nós temos aí alguns serviços que são essencialmente de pessoas, são ofertas de serviços feitos por pessoas. Então, nosso custo é muito intensivo em pessoas.

Acho que é muito importante, Senador Oriovisto... E pelo senhor ter voltado, agradeço a sua presença e vou repisar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perguntaram a mim e eu disse: "Ele voltará. Ele foi dar alguma entrevista".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – Sim, é verdade.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Peço desculpas. Mas a imprensa, às vezes, não escolhe hora.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – O Senador Paim disse que o senhor vai ver todas as gravações de quando não esteve presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu garanti isso a eles.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – Então, repisando o que os colegas trouxeram aqui, quero agradecer a sua audiência atenta.

Comecei a minha fala explicando o quanto os Municípios tiveram que se comprometer, nos últimos anos, em função desse processo de expansão de serviços públicos, no Brasil, que essencialmente são ofertados pelos Municípios. Então, a PEC 186 traz aí propostas para que nós possamos lidar com situações de emergência fiscal, para a qual nós achamos que é importante que nós tenhamos parâmetros para que, nas emergências fiscais, quando ocorrerem, possamos atuar de forma contracíclica e permitir que o Estado ou atue mais ou menos, dependendo das circunstâncias econômicas em que nós estivermos... Os Municípios, nesse exato momento, com essa PEC, tendo essa carga de serviços e essa carga de contratações de servidores públicos, lá na ponta, nos serviços de saúde e de assistência social, e por aí vai, vão sofrer mais do que já estão sofrendo, em função dos cortes que já vêm ocorrendo, da redução de repasses, que já vem ocorrendo, ao Suas, ao SUS. É disto que estamos falando quando nós pensamos em fazer essa redução de jornada: de redução de oferta e, principalmente, de uma redução de oferta, lá na ponta, que vai penalizar, e muito, os Municípios brasileiros. Então, esse é um ponto importante.

Acho que é até importante resgatar uma fala do Professor Oreiro, na última audiência, que diz que, quando a gente começa a afunilar o que quer economizar, quando coloca a redução de gasto com os recursos humanos como uma alternativa para fazer caixa para a União, vendo, de fato, qual o valor final disso, será que isso faz sentido? – se nós colocarmos na balança o quanto nós vamos economizar com a redução de jornada e o quanto nós vamos ter de impacto no que diz respeito à oferta de políticas públicas para a população. Então, esse é um ponto muito importante para a gente pensar sobre se não há outros parâmetros e outras saídas para que o Estado possa ter caixa em situações de crise fiscal, com o que o Estado economizará.

E aí é um ponto importante: nós já estamos vivendo um processo de desproteção social, Senador. Nós estamos com uma fila hoje, no INSS, que bate na casa de 2 milhões de pedidos, que estão lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estancados. E isso tanto decorre de um processo de reestruturação do INSS para se adequar às novas regras, quanto de um processo de redução da força de trabalho do INSS, como é bem visto.

Nós já temos uma restrição, na oferta de serviços à população, de saúde, escola. Só nas perdas para a saúde, nós temos estudos que mostram que elas estão na casa dos R$13 bilhões, em 2019. Isso já em função do teto de gastos, da Emenda Constitucional 95, além da volta do sarampo e, enfim, de outras questões que já foram colocadas aqui que, acho, são importantes de a gente resgatar.

Focando na PEC 186... O senhor trouxe uma fala, segunda-feira, dizendo: "Não, nós vamos olhar para os serviços essenciais, e isso vai ser preservado". Isso é muito importante, necessário, fundamental, mas e quando nós falamos de políticas que têm menos apelo? – pensando aqui em algumas outras políticas, como a de segurança alimentar, como as políticas de assistência social. Normalmente, quando você vê uma manifestação na rua, as pessoas pedem educação, saúde, segurança pública, mas ninguém pede mais Cras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – ... nem ninguém pede mais Creas, enfim, serviços de assistência social, politicas indigenistas. A gente vai dar uma margem de escolha para o gestor público muito apertada e, ainda assim, com impacto significativo sobre a população. E aí, quando nós falamos também do que sobra, para além do essencial, estamos falando, também, da gestão das políticas.

O Pedro muito bem trouxe aqui que a gente precisa ter, também, uma visão sobre qual é a importância da gestão das políticas no que diz respeito ao andamento, à continuidade dessas políticas na ponta. Eu já chego lá a esse ponto.

Antes disso, quero só trazer um cenário que nós traçamos, Senador. Quero trazer como exemplo o Sistema Único de Assistência Social. Fazendo um corte linear, usando um redutor de 25% da jornada de trabalho na rede de 25 mil unidades que prestam atendimentos hoje, no Brasil, de Cras, Creas, acolhimento para idosos, mulheres vítimas de violência, crianças em situações das mais difíceis que se possam imaginar, nós estamos falando em 7 milhões a menos de atendimentos, com a rede constituída hoje, com o atendimento existente hoje. Então, a gente está falando dessa redução quando a gente trata da assistência social. Seriam 300 mil abordagens a menos nas ruas, que é um serviço importantíssimo, por exemplo, para conectar a população de rua e usuários de drogas com os serviços de saúde, com os serviços de assistência social. Nós estamos falando de 23 mil crianças que podem deixar de ter atendimento nessa rede de assistência social, bem como de 12 mil mulheres vítimas de violência, e 14 mil idosos vítimas de abandono e violência.

Então, é disso que nós estamos falando quando nós convertemos o parâmetro, a regra ou a ideia de se economizar com recursos humanos para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um detalhezinho: os 7 milhões a que você está se referindo é em quanto tempo? Achei o número tão...

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – Esse dado... Hoje nós temos 25 milhões de atendimentos na rede de assistência social. Então, se nós reduzirmos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato?

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – Exatamente, de imediato. Isso. É disto que nós estamos falando aqui quando a gente fala de redução: de imediato. É de você fechar o guichê na porta do usuário, e esse usuário, se for convertido em números, são esses 7 milhões aí, no caso da assistência social.

Perdão. Estou um pouco atrapalhado com...

Aí, repisando um pouco, é isso. Seriam mais filas no Bolsa Família, porque o Bolsa Família depende do Cras. O recadastramento do Bolsa Família inclusive é muito importante para a gente manter os níveis de *accountability* do programa – e a manutenção da integridade do programa passa pelo processo de recadastramento.

E esse recadastramento depende da gestão da política na ponta, depende dos Cras, depende do Cadastro Único, que muitas vezes é ofertado lá no Cras. Então, é muito importante isso.

Perda de outros benefícios que são ofertados pela assistência social. E a gente tem aí um conjunto de exemplos de emergências, como as calamidades, as enchentes, as inundações. E quem cuida disso lá na ponta é a assistência social. Ela que está organizando ali as famílias quando elas precisam de abrigo, quando elas saem de suas casas, em função, por exemplo, das enchentes lá na Baixada Santista. Atraso na concessão de Benefício de Prestação Continuada, que passa também pela rede de assistência social. Então, a gente também está falando desse conjunto de situações que precisam ser pensadas no momento em que a gente fala em reduzir a oferta de serviços como uma saída para fazer caixa para a União.

Aqui a gente também traz outros elementos importantes com relação ao SUS. A gente vai ter redução na equipe da atenção primária. E nós estamos falando num momento em que reduzir a equipe de atenção primária, eu acho, é um risco assim que nós não podemos assumir, porque nós estamos vivendo uma crise de saúde pública importantíssima; demora excessiva para exames, consultas com especialistas. É disso que nós estamos falando quando nós reduzimos ofertas de serviços na ponta; piora nas condições de saúde e aumento da mortalidade.

E aí eu queria trazer um pouco informações sobre gestão, perdão pelo texto, pela quantidade. São duas ofertas que existem hoje no Ministério da Saúde que são muito relacionadas com a gestão. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigilância em saúde, que realiza a vigilância epidemiológica e sanitária por meio de normatizações, sistemas de informação e organiza as respostas de forma oportuna, a exemplo das ações de preparação diante do corona. Então, o controle das pessoas infectadas, o controle das mortes, o controle das informações está aqui na gestão. É a gestão que está organizando essas informações. Então, é muito importante, ao pensar em não atingir os essenciais, se a gente atingir a outra ponta, se a gente não vai afetar os essenciais também. É muito importante pensar nisso.

Programas de imunizações que tenham reconhecimento mundial – e aqui acho que o Roberto trouxe um ponto importante da pesquisa –, a produção de vacinas, a ampla oferta pelo SUS dessas vacinas, o monitoramento da cobertura dessa vacinação. Com esse monitoramento nós sabemos, por exemplo, que nós estamos atrasados no que diz respeito à vacinação do sarampo no Brasil, que também é um problema seriíssimo que a gente precisa enfrentar.

O Sistema Nacional de Transplantes no Brasil. O SUS realiza 96% dos transplantes no Brasil, e essa gestão é feita também aqui. A excelência desse serviço depende de uma gestão bem azeitada no Ministério da Saúde. Então, é disto que nós estamos falando: se nós atacarmos a gestão também, se acharmos que, ao reduzir a gestão desses programas, eu não vou ter problemas, eu vou fazer caixa e não vou ter problemas, nós precisamos pensar muito bem sobre isso, porque isso pode gerar alguns efeitos negativos, algumas externalidades que talvez não sejam as que nós queremos.

Então, nós estamos falando disto: redução da fabricação de imunobiológico, aplicação de doses nas unidades de saúde, gestão da aquisição de vacinas, monitoramento da cobertura no âmbito nacional, controle da lista de demanda e de doadores de órgãos e também da logística e da realização dos transplantes. Quando nós falamos em gestão, por exemplo, no SUS, cito dois exemplos apenas, para ficar nesses dois, dada a grandeza que é a política de saúde no Brasil.

E aí aqui, só para finalizar, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Apenas para finalizar, reforçamos o nosso compromisso em ter um Estado, um regime fiscal sustentável no Brasil. Nós entendemos que é importante termos parâmetros para que o Brasil possa enfrentar situações de emergência fiscal e que esses parâmetros precisam ser muito bem pensados, para que a gente possa ter flexibilidade para, nos momentos de recessão, atuar para que a recessão não se agudize e isso não impacte mais a vida das pessoas e, nos momentos de bonança, nos momentos de crescimento da receita, a gente possa liberar inclusive o empresariado, liberar as pessoas, para que elas possam ter mais recursos disponíveis para investir, para consumir. Então, é muito importante, ao pensar num regime de emergência fiscal, que isso seja o nosso parâmetro. Então, na discussão da PEC nº 186, o que a gente tem conversado é: será que precisa trazer esse nível de detalhe dentro da Constituição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que não seria mais importante definir na Constituição o que é uma emergência fiscal, qual é o parâmetro para declará-la e quais mecanismos que precisem ser atingidos podem ser definidos pela gestão? Até porque os tempos mudam, a gente precisa também de flexibilidade para o gestor, para que ele tenha capacidade de usar os instrumentos adequados, no momento adequado, seja política monetária, seja política fiscal.

Por exemplo, hoje nós temos dois chamamentos: a economista-chefe da OCDE, Laurence Boone, fala: "Governos precisam agir imediatamente"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – Ela está falando isso aqui em função do coronavírus.

... "para conter a epidemia, fortalecer os seus sistemas de saúde, proteger as pessoas, ativar a demanda e providenciar uma linha de vida financeira para as famílias e empresas que são mais afetadas". Nós estamos falando de uma possível crise de crédito no mundo, em função da recessão que já está se instalando em alguns países. Então, faz sentido a gente caminhar para um Estado que vai reduzir a sua atuação na economia neste momento? Então é disso que a gente está falando.

Quando, por exemplo, o Presidente do Banco Central da Alemanha traz: "Existem instrumentos disponíveis, instrumentos de política fiscal ou instrumentos de política social para esses casos, como subsídios de curto prazo, que usamos no passado e que se mostraram bastante eficazes", esses são chamamentos do *mainstream*. Não estou trazendo aqui fala da economia heterodoxa; estou trazendo aqui a economista-chefe da OCDE e o Presidente do Banco Central da Alemanha, que falaram, semana passada, em entrevista para a Bloomberg.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MORAIS LIMA DELGADO (Para expor.) – Então, é disso que nós estamos falando agora. Qual é a emergência que nós precisamos atacar agora? E como é que nós precisamos organizar o Estado para que a gente realmente se organize para uma emergência fiscal?

Então, agradeço mais uma vez a oportunidade, Senador. E espero que a gente tenha contribuído aí com as suas reflexões, Senador Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Contribuiu. (*Palmas.*)

Muito bem, Sr. Rodrigo Morais Lima Delgado, Diretor Administrativo da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, Sra. Roseli Faria, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor).

A SRA. ROSELI FARIA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Agradeço muito aos Senadores pelo convite para tratar de um assunto que é extremamente importante para a população e muito caro para a minha carreira de planejamento e orçamento, que trabalha justamente com a gestão orçamentária.

Eu queria aqui fazer uma reflexão um pouco diferente e pegar alguns pontos que já foram levantados sob outra perspectiva, sob a perspectiva da sustentabilidade da dívida pública, um termo que está sendo proposto na PEC 186 que é um pouco vago, impreciso, controverso. Eu sempre acho que não é uma boa medida a gente constitucionalizar termos que a gente não sabe exatamente o que significam, mas mesmo assim eu proponho aqui uma reflexão, entendendo sustentabilidade fiscal como dispêndios presentes que o Estado vai fazer na sociedade, no presente, que vão gerar no futuro riqueza, bem-estar e prosperidade para a população e recursos suficientes para pagar a dívida que porventura você tenha causado ao longo desse processo.

Então, eu acho que é razoável que sustentabilidade da dívida pública possa ser considerada assim. E aí eu queria fazer uma avaliação da PEC 186 à luz da ideia de sustentabilidade fiscal como proposta.

Eu acho que todos os jovens aqui que nasceram antes da década de 80, como eu, passaram boa parte das vidas acompanhando planos econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da década de 50, pode dizer.

A SRA. ROSELI FARIA (Para expor.) – Sim, jovens da década de 50. Eu sou jovem da década de 70. Eu sou uma jovem da década de 70.

Eu passei parte da minha adolescência – foi por isso que eu decidi ser economista – acompanhando planos econômicos. Isso me trouxe um *flashback* muito forte quando eu li a PEC 186, no dia 5 de novembro. Por quê? Porque, se uma parte da minha vida eu passei acompanhando planos econômicos, a segunda parte da minha vida eu passei acompanhando o Estado e a sociedade pagando os passivos gerados pelos descumprimentos de contratos, por ofensas a direitos fundamentais e ofensas à segurança jurídica. Então, assim, primeira parte, planos econômicos; segunda parte, passivos.

Aqui eu destaquei, por exemplo, o caso do FGTS, que terminamos de pagar em 2010; o PIS/Pasep, que continuamos pagando. Então, nesse primeiro ponto, a gente identifica no projeto uma série de dispositivos que causam insegurança jurídica e alto risco de, no futuro, estarmos pagando passivos, esqueletos no armário. Não estamos gerando riqueza no presente e estamos gerando passivos no futuro. Não me parece que isso seja alinhado com a ideia de sustentabilidade da dívida pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um segundo ponto que já foi levantado, mas eu não poderia deixar de levantar aqui, sendo da carreira de planejamento, é que a PEC, o conjunto das PECs, inclusive, descumprem princípios básicos da responsabilidade fiscal. Eu queria destacar aqui o §1º do art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz, nesse início: "A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas".

Ora, não houve planejamento, não há transparência no projeto que foi enviado ao Congresso Nacional. Não há diagnóstico, não há estudos de impacto, não há números. Eu lembro aqui para vocês que, até o momento, o requerimento do Senador José Serra não foi respondido. Ele é fundamental para que a gente consiga fazer uma avaliação mais profunda dos impactos da PEC 186 e de como a gestão da dívida se dá no Poder Executivo. Então, aqui neste ponto novamente a PEC 186 não cumpre os princípios básicos da responsabilidade fiscal, então, ela não se alinha à ideia de sustentabilidade fiscal da dívida.

Terceiro ponto: por trás de sustentabilidade da dívida, eu imagino uma ideia de riqueza futura, de prosperidade futura. É com dinheiro no futuro, é com a prosperidade do futuro que pagaremos a dívida que foi feita para a geração dessa mesma prosperidade. Para isso, você tem que investir, no presente, em infraestrutura, como é colocado pela PEC, mas também em pessoas. Num momento de crise como o que estamos passando, o Estado tem que ampliar a proteção social, principalmente para os grupos mais vulneráveis.

Este era o momento em que não poderíamos ter fila no Bolsa Família, fila no INSS. A gente deveria estar ampliando essa cobertura, ampliando as transferências sociais, as transferências para as famílias e aumentando a produção social porque, em geral, é a população mais vulnerável que vai ser afetada em crises econômicas e porque a demanda por esses serviços, na realidade, aumenta quando estão em crise.

Trago aqui em destaque que mais de 3 milhões de pessoas desistiram do seu plano de saúde, não estão podendo pagar o plano de saúde e estão voltando para o SUS, e uma parcela da classe média está voltando para as escolas públicas. Então, é isto que acontece nas crises: você tem uma demanda maior e uma necessidade de ampliar a cobertura.

Outro ponto importante para a gente garantir que riqueza futura seja gerada pelos dispêndios presentes: em momentos de crise, a gente tem que ampliar as transferências para Estados e Municípios, porque são eles lá na ponta que implementam boa parte das políticas públicas e das políticas sociais que a gente tem que aumentar a cobertura. Não é possível que a gente criminalize o gestor da ponta porque, no momento de bonança, a gente incentiva a ampliação, a cobertura de políticas sociais e, no momento de crise, a gente solicita a eles, a gente dá como única solução o corte salarial, que vai afetar justamente essas políticas públicas que, no momento anterior, a gente incentivou a ampliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a União – e isso é muito importante – não pode ser comparada, o Orçamento da União não pode ser comparado ao orçamento de uma firma, há de se convir que Estados e Municípios têm uma restrição fiscal muito maior. Então, é importante que esse apoio seja dado neste momento, sob o risco, se você não o fizer, de gerar pobreza no futuro, de perder parte daquele investimento que você deveria ter feito exatamente no presente.

E aí não posso deixar de falar de alguns grupos vulneráveis que vão ser muito afetados se a PEC 186 for aprovada da forma como está.

A questão das políticas de primeira infância. Não dá para adiar em seis meses, um ano, um ano e meio, políticas sociais de primeira infância, porque a primeira infância é rápida, ela é cinco anos, e você não tem como voltar; aquilo que você perdeu, você não tem, muitas vezes, como recuperar.

A questão das mulheres porque, reduzindo a cobertura social, você vai afetar principalmente as mulheres, porque são elas as principais usuárias dessas políticas sociais e são elas que, muitas vezes, vão ter que arcar com a proteção, com o cuidado da família, que talvez ela tenha que ampliar, por uma redução dessa cobertura social. Redução de creche, vai cair a responsabilidade na mulher; redução de assistência social para os idosos, provavelmente vai cair para as mulheres, sem dúvida nenhuma, principalmente as mulheres negras, que são as mais vulneráveis, as mais pobres, estão em situação que precisam desse apoio social.

Outro ponto importante para gerar riqueza no futuro, que vai garantir a sustentabilidade da dívida: não podemos interromper investimentos, não podemos suspender recursos para ciência e tecnologia, não podemos suspender recursos para as universidades. Eu lembro que, até pouco tempo atrás, bons tempos aqueles, a gente discutia um apagão de engenheiros. Por quê? Porque deixamos de investir na formação de engenheiros nas décadas de 80 e 90 e, quando o Brasil volta a crescer, nós temos um apagão de engenheiros, e engenheiros você não faz da noite para o dia, pesquisa você não faz da noite para o dia.

Como próximo ponto – aí chegamos a outro ponto aqui, que é a parte que eu gostaria de me aprofundar mais nessa apresentação: sustentabilidade da dívida se faz com boas regras fiscais, que é o que se diz que é o objetivo declarado da PEC 186. Ela está trazendo boas regras fiscais? Eu acho que essa é a pergunta de US$1 milhão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSELI FARIA (Para expor.) – Não, não está. Primeiro, ela é recessiva. O documento, que já foi aqui citado muitas vezes pela UFMG, no trabalho deles, que não é só uma previsão de economista que diz que vai aumentar o PIB se a reforma for aprovada, aumenta em 3%, 4% – não, tem método aqui, tem números, é auditável –, o impacto negativo que foi identificado é de 1,4% do PIB. Então, eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse ponto a gente... É o documento que nós temos; se o Poder Executivo tem outro, com método, com números e com dados auditáveis, por favor, envie ao Congresso Nacional e à sociedade.

Outro ponto importante: então, ela é recessiva. Pelos números que nós temos, pelos estudos que nós temos, pela evidência que nós temos, ela é recessiva. Mas a pergunta que não quer calar: todo esse esforço fiscal e todo esse risco gerado vão ser suficientes para a retomada de investimento e retomada da economia? Não. Primeiro ponto: ela tem uma baixa geração de espaço fiscal para a retomada da economia, alto impacto social e baixa geração de espaço fiscal.

Esse aqui é um estudo da Câmara Federal, já que o Poder Executivo não fez os seus estudos, que indica, com aquele dispositivo do §1° do art. 4º, que a gente tem uma geração de R$400 milhões para 2020; R$815 milhões para 2021 e R$1 bilhão para 2022. Essa é aquela parte que diz que a economia das não progressões e da não correção das emendas individuais seriam, então, em 25% direcionadas para emendas de bancada em infraestrutura. Esses são os números que nós temos. Então, números baixos. Mas aí nós podemos falar: "Não, mas o Poder Executivo principalmente poderia gerar um espaço maior reduzindo a jornada de trabalho, a oferta de serviço dos seus servidores para gerar um espaço fiscal maior". Aqui é muito importante, não é?

Ontem eu fiquei bastante feliz também de ler na mídia, vi o Senador Oriovisto dando entrevista e li a respeito, que alguns serviços já vão ser excepcionalizados: segurança pública, professores, médicos e enfermeiros. Mas aqui eu queria fazer um exercício. Vamos pegar a União, de que nós temos mais informações a respeito; mais de 50% dos salários da União, salário do pessoal ativo da União, são justamente de pessoas que estão na educação, na saúde e na segurança pública. Então, aí a gente já reduziu o espaço fiscal que a gente teria se colocasse todo mundo, o que já seria um absurdo.

Só que aí eu li também na mídia, eu fiz os meus cálculos e li na mídia que o Governo, a partir desta decisão, imagina que vai ter R$6 bilhões de espaço fiscal para aumentar, então, os investimentos em infraestrutura, que são necessários e são urgentes para a retomada da economia. E aí eu fico me perguntando: de onde ele tirou esses números? Quais são as carreiras que estão nesses números? Eu fiz uma conta de padeiro rapidamente: em R$6 bilhões da economia, provavelmente está incluída na base desse número a Receita Federal. Será que é uma boa medida de sustentabilidade fiscal a gente afetar a capacidade da Receita Federal de cobrar os tributos? Parece-me que não. Está incluído o Tesouro Nacional, justamente o grupo que faz a gestão da dívida pública. Será que é uma boa medida de sustentabilidade fiscal da dívida a gente afetar a gestão da dívida pública? Está incluída a PGFN, com certeza, que faz a cobrança da dívida ativa. Retirando esse grupo, o que mais nós temos nesses R$6 bilhões de economia?

Eu sugiro inclusive que seja solicitada à Consultoria de Orçamento deste Senado refazer os cálculos e mostrar as categorias que lá estão, porque é necessário saber. Se não são médicos e enfermeiros – e não devem ser –, quem são? Bom, certamente estão lá os especialistas de convênios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais para a efetivação das emendas individuais lá no Município; com certeza estão os analistas de infraestrutura, que é justamente a carreira que vai avaliar os projetos dos investimentos que serão feitos na ponta ou feitos aqui pela União; certamente está a minha carreira, a gestão orçamentária. Não basta colocar no orçamento um valor para investimento público, ele só vai gerar a riqueza futura que a gente imagina e só vai gerar a retomada da economia se for executado na ponta; então, eu preciso de gestão orçamentária. Nós vamos reduzir a capacidade estatal da gestão orçamentária da Secretaria de Orçamento Federal e dos órgãos setoriais? Nós vamos afetar o trabalho das pessoas que trabalham com licitações públicas?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSELI FARIA (Para expor.) – Como é que a gente vai executar infraestrutura na ponta se a gente não tiver essa equipe?

Então, o valor é baixo de espaço fiscal que tem, mas o impacto na capacidade do Estado de fazer uma retomada a partir de obras de infraestrutura é muito alto. A gente não vai executar essas obras que a gente precisa fazer.

Bom, terminando aqui, eu ainda tenho um minuto e meio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois minutos.

A SRA. ROSELI FARIA (Para expor.) – Dois minutos. Excelente.

Se não a PEC 186, qual reforma? É óbvio que nós temos um problema fiscal. Se ele não é urgente a ponto de fazer uma tramitação rápida dessa PEC da forma como está, é importante, precisa ser feito. O conjunto das nossas regras fiscais é pró-cíclico, ele não permite um Estado agir de forma a superar as crises econômicas. Então, o ideal sugerido por nós é que a gente tivesse um grupo de trabalho aqui no Senado Federal com especialistas plurais que propusessem rapidamente uma nova reforma fiscal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSELI FARIA (Para expor.) – Para a gente lá, a gente montou um grupo, um GT na Assecor, e a conclusão foi: revoga tudo e faz uma nova. Porém, a gente tem que ter aqui um *second best*. Proposta de *second best*: retirar investimentos de infraestrutura do cálculo do teto dos gastos – eu acho que tem várias emendas a esse respeito – e tirar quaisquer dispositivos que causem insegurança jurídica porque vão virar esqueletos no armário no futuro, vão judicializar, vão emperrar a máquina, vão gerar esqueletos no armário no futuro.

E o último ponto: distribuir de forma mais equânime os encargos do ajuste fiscal. A população mais vulnerável já está sofrendo. Já houve uma reforma trabalhista para os trabalhadores e uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma previdenciária que atingiu tanto os trabalhadores do setor privado quanto os trabalhadores do setor público. E um ponto importante que está na PEC 186 e que poderia ser considerado é a avaliação das renúncias fiscais não ficar para 2026...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSELI FARIA (Para expor.) – ... trazê-la agora, imediatamente, para 2020. Se a gente não vai fazer a reforma tributária perfeita, pelo menos a gente faz a possível.

Por último aqui, eu tenho certeza de que todo mundo está acompanhando aí os últimos números da economia, as possibilidades de crise que vêm, o coronavírus. Embora os economistas nunca combinem – a gente sempre fica brigando –, eu acho que os fatos estão aí muito claros. Nos últimos quatro anos, nós não crescemos, o conjunto das nossas regras fiscais não é bom para o Estado atuar de forma anticíclica. Estamos claramente no caminho errado, mas eu tenho certeza de que esta Casa, os Senadores e Senadoras desta Casa estão à altura do momento e da crise que se coloca e saberão sabiamente resolver, endereçar plenamente a questão fiscal.

Por isso, eu deixo aqui e fecho aqui a minha fala parafraseando Juscelino Kubitschek, que dizia que costumava voltar atrás, sim, porque não tinha compromisso com o erro. Por isso, eu peço aos Senadores e Senadoras que também não tenham compromisso com o erro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei de tudo, mas da frase também. Muito bem.

Parabéns, Sra. Roseli Faria, Presidente da Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor). Além de fazer uma série de questionamentos – e deixou com perguntas –, ainda apresentou uma proposta concreta de, quem sabe, formatar uma comissão para debater o tema.

Confesso que, ao longo da minha caminhada aqui no Congresso, eu sempre tive duas posições: uma posição que dizia que tinha que ser contra tudo – e sabemos que contra tudo é difícil – e outra que buscava construir uma saída. E fiz assim na MP 905. A vontade da maioria era esta: "Não, diz que é contra tudo". Eu construí um substitutivo, e estamos dialogando com o Relator, para ver aonde podemos chegar.

Mas vamos lá, porque estamos correndo contra o tempo.

Sr. Manoel Murrieta, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

O SR. MANOEL MURRIETA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de usar do prestígio da Presidência da Mesa para saudar todos os Senadores aqui presentes, especialmente também saudar o Senador Oriovisto, a quem eu gostaria de fazer o registro da postura democrática de vir ouvir, de conversar com as entidades de classe, ouvir os pontos que angustiam todos, para poder chegar a um texto mais adequado.

E eu queria também registrar, Senador, e parabenizar V. Exa. pela bandeira que tem de apoio às ferramentas legislativas para o combate à criminalidade grave. É um registro que eu vejo na sua postura política nesta Casa e neste Parlamento, e é necessário que seja esclarecido que as associações de classe do Ministério Público têm no senhor uma pessoa preocupada com esse tema.

Eu queria saudar também, Senador Paim, em seu nome, todos os colegas do Ministério Público que estão aqui presentes, os outros colegas das outras entidades de classe, das entidades estaduais, que fazem esta reunião ficar muito mais confortável.

Eu queria saudar os colegas de Mesa e dizer que fico grato de ter participado de uma Mesa com esta composição, porque ela já traz o caminho que é proposto pela nossa colega Roseli, de um debate plural sobre um tema que atinge diversas dimensões. Não é só a dimensão da economia, não é só a dimensão dos direitos e garantiras dos servidores, dos trabalhadores públicos. Não, ela traz sérias consequências, não só econômicas, ao nosso País.

E, no meio deste cumprimento, Senador Paim, eu gostaria de registrar também a admiração que todas as entidades de classe do Ministério Público têm pelo trabalho que V. Exa. produz, sempre transparente, sempre leal, sempre aberto a ouvir os reclames que vêm da sociedade e não preocupado simplesmente em trazer uma dimensão de crescimento econômico, mas sim uma dimensão de serviços, de cidadania e, sobretudo, de qualidade de vida para pessoas que têm uma situação econômica menos favorecida.

Partindo também do registro da nobre colega, eu gostaria de dizer que, às vezes, falar em nome do Ministério Público traz certa antipatia, Senador Oriovisto. Por que uma certa antipatia? Porque hoje nós trabalhamos temas muito graves nas discussões e temos pontos de conflito, pontos de divergência em algumas situações com agentes políticos, e às vezes isso pode trazer, impregnado numa fala classista, que nós estamos querendo defender privilégios ou queremos defender uma postura simplesmente de interesses de uma categoria, e não é isso, Senador, que nos preocupa.

Preocupa-nos, Senador, realmente, esse decote, a desestruturação, o desmonte de todo o sistema de Justiça. Desmonte e decote do sistema de Justiça principalmente criminal, Senador.

Nós temos, hoje, esses pontos que estão previstos no relatório – que não estão no projeto original, o que é algo que nos traz ainda mais preocupação –, que podem enfraquecer as nossas carreiras de uma maneira muito clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A preocupação que nós temos de início, Senador – e precisamos dividir isso com o senhor, porque eu fiz o registro porque sei que o senhor é preocupado com essa ferramenta –, é que as nossas carreiras se tornem desinteressantes. Sob que aspecto? Nós precisamos combater o crime organizado, nós precisamos combater os crimes de homicídio, nós precisamos combater a violência contra a mulher, nós precisamos combater vários pontos que exigem uma retaguarda do Estado, uma segurança do Estado, que nos permita exercer isso com liberdade e com independência. E, a partir do momento em que, institucionalmente, nós não teremos essa retaguarda, a carreira passa a ser desinteressante.

Eu aproveito as palavras da minha colega, Renata Gil, e também as do Fernando, para dizer que o Ministério Público vive, hoje, esse receio de ser diminuído nas ferramentas que estão à sua disposição para ele cumprir a sua missão constitucional.

Essa missão, Senador, passa por situações muito caras de entrega ao povo brasileiro. Eu não preciso aqui fazer nenhum tipo de apelo – e longe de mim querer ser cabotino –, como dizer que, hoje, o Ministério Público está vivendo o seu momento de maior exigência da sociedade. As situações estão no dia a dia, aí, para nos trazer claramente essas dificuldades.

Nós sabemos de algumas posições próprias que o senhor tem, até em outras conversas que já manteve conosco, mas nós não conseguimos entender, por exemplo, por que falar em redução de subsídios proporcional a uma redução de carga de trabalho.

Nós não temos carga de trabalho. Nós temos... Os magistrados e membros do Ministério Público estão equiparados à situação de agentes políticos.

Eu trago para mim um exemplo de onde eu venho, do meu Estado: eu sou do Pará, onde sou promotor do tribunal do júri, e eu estou acostumado a participar de sessões que duram três, quatro dias, sem interrupção.

Nesse caso, nós temos de verificar que não há como parametrizar – "eu vou diminuir 25% e vou diminuir a jornada de trabalho, a carga de trabalho daquele que não tem". Faremos isso em diminuição de carga processual? Não podemos fazer, porque a entrega da Justiça fica comprometida.

Então, é um tema que nos traz uma dificuldade de entender como ele funcionaria, porque ele não tem como definir uma contraprestação, pelo prejuízo que está sendo causado à carreira, e também não há como se entregar uma Justiça, um sistema de justiça 25% menor. Não há como pegar os números da violência doméstica e dizer: "Tiraremos 25% dos casos para não atender, porque eles não estão adequados à PEC nº 186 emergencial".

Esse nome, "emergencial", traz para a gente também uma sensação de que, se não for feito desta maneira, não haverá outra solução. Mas, ao contrário, as carreiras do Ministério Público e da magistratura precisam hoje é de maior expansão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago o exemplo de São Paulo, onde temos 422 cargos vagos; eu trago o caso de Minas Gerais, onde temos 300 cargos vagos... Na última refrega da reforma da previdência, 115 colegas já se aposentaram em São Paulo... Isso já é uma demonstração clara de que as nossas carreiras estão se tornando desinteressantes para aqueles que atuam com a ferramenta jurídica.

Então, que agentes políticos nós queremos trazer para a nossa sociedade ser atendida? Como falar em reduzir 25% dos subsídios e enfraquecer, definitivamente, as prerrogativas e as garantias que o Constituinte nos deu e que não são nossas? Elas são garantias de um perfeito exercício das nossas funções para a sociedade.

Adiante, nós temos outra situação que nos preocupa, que é a quebra do escalonamento. O que seria essa quebra do escalonamento em efeitos não econômicos, mas em efeitos práticos?

Eu vi, há pouco, o Senador Mecias se posicionar sobre o Estado dele. Eu sou do Pará. Temos colegas aqui do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas, de Mato Grosso do Sul, da Paraíba, de todos os Estados... Isso poderia, Senador, trazer de volta aquela situação de fragilidade que nós tínhamos antigamente, em que a Justiça de São Paulo tinha uma possibilidade de atuação melhor do que a Justiça do meu Estado, do que a Justiça dos outros Estados. Nós quebraríamos com essa estrutura de unidade do Ministério Público e da magistratura e, com isso, nós poderíamos ter Justiça de primeira qualidade, de segunda qualidade, de terceira qualidade ou, numa brincadeira, simplesmente para poder se tornar mais didático, fazer a Justiça de primeira categoria, de segunda categoria, de terceira categoria. É realmente uma preocupação que não passa nunca – e é isso que eu quero retirar da minha fala – de uma postura simplesmente de interesse de classe. É realmente uma preocupação para poder desincumbir toda a missão constitucional que esta Casa, que o povo brasileiro nos trouxe.

Adiante nesta preocupação, Senador, nós temos que analisar que nós vivemos, hoje, uma retomada de uma discussão que há muito tempo nós tivemos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL MURRIETA (Para expor.) – Antigamente se falava em servidor de Estado, servidor de governo, se era necessária a estabilidade, se era melhor a possibilidade de demissão, e nós vínhamos de um processo de construção de que o serviço público precisa ter uma higidez, que as instituições precisam ter uma higidez e não podem estar à mercê dos ventos que sopram naquele momento. Por quê? E justamente em razão da qualidade do que vai se prestar. E, quando se fala em prestar justiça, eu acho que é desnecessário tentar fazer essa valoração para todos os senhores.

Mas aí, trazendo todo este ponto, nós temos uma tentativa de mudança de conceituação do que é verba indenizatória, o que é algo que nós temos já consolidado há muito tempo, e não só no serviço público, mas na vida privada. Quer dizer: a pertinência temática desses pontos, Senador Oriovisto, é uma coisa que nos preocupa, porque poderá ser discutida de uma forma mais adequada em outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momentos – isso não tem nada de urgente –, e também nós temos outros projetos, aqui na Casa, e se dedicam exclusivamente a eles. E, com isso, nós poderíamos ter um refinamento, um trabalho de contribuição aos Srs. Senadores e aos senhores integrantes do Parlamento, para que se chegue a um texto que venha a trazer uma adequação melhor.

Nesse quadro sinótico, nós vamos fazer um trabalho com os senhores – e vamos novamente deixar à disposição de todos os Parlamentares, de todos os Senadores – em que as violações, do ponto de vista técnico-jurídico, são flagrantes. Eu não quero ficar aqui numa linguagem jurídica, numa linguagem de argumentação, de fundamentação jurídica, de confronto constitucional, mas, por uma simples leitura bem didática do quadro que nós trazemos aos senhores, todas essas são as formas de violação de uma situação constitucional já definida plenamente anteriormente.

E adiante, Senador – para não cansar –, nós temos a dificuldade de trabalhar a ideia de que é necessário que esses pontos exclusivamente, que desestruturam a magistratura e o Ministério Público, estejam nesse texto, Senador. É algo que nós vemos de uma maneira muito preocupante, porque, talvez, numa possibilidade de tramitação muito rápida, não se tenha noção das consequências para o resultado do trabalho que nós deixaríamos de enfrentar dessa forma.

Para encerrar, eu gostaria de lembrar que o Constituinte nos trouxe, no texto principal, três garantias: inamovibilidade, para que nós não pudéssemos ficar aos humores daqueles que têm seus interesses contrariados por decisões ou posturas de atuação; irredutibilidade de vencimentos; e a independência funcional.

Senador, a reforma da previdência já nos atingiu de uma maneira ferrenha: já criou duas, três categorias de membros do Ministério Público distintas. Se nós trabalharmos a irredutibilidade já flexibilizada, tenha a certeza de que a nossa independência funcional e a capacidade de ter a coragem que é necessária, como diz Aristóteles, para conquistar todas as outras qualidades ficarão, e muito, e muito, ameaçadas, e eu tenho certeza de que não é o interesse desta Casa e muito menos de V. Exa., a quem eu admiro muito e já fiz o registro pelo belo trabalho que exerce.

Senador, muito obrigado pela sua atenção e por ter ouvido a Conamp e ter trazido a Conamp para trazer algumas palavras sobre esse assunto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Sr. Manoel Murrieta, Presidente eleito e empossado recentemente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, pelas contribuições que trouxe ao debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicito aos senhores e às senhoras que retornem ao Plenário. Cada um que quiser terá três minutos nas considerações finais, depois da fala do Relator. Muitos eu sei que já se retiraram, porque tiveram que sair, mas, se for necessário, faremos.

Agradeço a todos, e, de imediato, vamos lá, porque às 13h nós temos que terminar, para que as pessoas tenham espaço para o almoço. E 14h no Plenário.

Só vou chamar a Mesa e passo para V. Exa.? V. Exa. que escolha.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Eu só queria pedir perdão de novo aos próximos palestrantes, porque eu tenho que fazer um pequeno atendimento, ali no corredor, a mais um repórter, da *Folha de S.Paulo*, e volto para ouvir e, aquilo que eu não puder ouvir agora, ouvirei depois, da gravação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ouviremos as suas considerações finais.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Oriovisto Guimarães.

Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

Seja bem-vindo.

Sr. Sérgio de Andrade Pinto, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Cultura (AsMinC).

Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

E Sr. Arthur Koblitz, Presidente da Associação dos Funcionários do BNDES.

Todos os convidados, sejam todos bem-vindos!

A satisfação é nossa.

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Coordenador da Frentas.

Informamos que o Relator só foi dar mais uma entrevista e ele volta ainda para fazer as suas considerações finais.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês estão me escutando?

Obrigado Senador Paulo Paim por mais esta oportunidade de estar aqui com V. Exa., agora aqui nesta Mesa da Comissão de Constituição e Justiça. Já participamos de tantos debates sob sua liderança lá na Comissão de Direitos Humanos, o senhor como verdadeiro expoente aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Liderança, não, mas eu presidi.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA (Para expor.) – Sim, mas liderança, com certeza, em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos. E, pelo fato de eu ser Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, tenho tido esse contato cotidiano e aprendo muito com V. Exa. nesses debates, nesses diálogos, com a participação de outras representações. Sempre os procuradores do trabalho e o Ministério Público do Trabalho buscam contribuir com esses temas de interesse público social.

Quero fazer apenas uma adequação aqui, Senador Paulo Paim: eu era Coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público até ontem; repassei o cargo ao novo Presidente da Conamp, o nosso amigo Manoel Murrieta, que é o novo Coordenador da Frentas, que reúne as entidades nacionais da magistratura e do Ministério Público brasileiros. Falo hoje aqui na condição de Presidente da minha querida Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que congrega cerca de mil procuradores – 99% dos procuradores do trabalho – em todo o País. É nessa condição que eu falo, agradecendo mais uma vez a V. Exa. a oportunidade, agradecendo também ao Senador Oriovisto por estar participando deste debate tão fundamental sobre a PEC emergencial, essa PEC que traz temas impactantes para o serviço público e que chama a nossa atenção neste momento de crise econômica, política e social.

Aqui quero tentar trazer algumas situações que nos preocupam. Muito já foi falado pelos colegas da magistratura, do Ministério Público e de outras categorias sobre essa PEC emergencial, mas eu queria entrar aqui, Senador Paulo Paim, se me permite, num tema que acho que é central com relação à questão da PEC emergencial.

A PEC emergencial foi apresentada pelo Governo Federal com o objetivo de dispor sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e reequilíbrio fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e de seguridade social da União. Aí nós vimos que essa PEC apresentada pelo Governo Federal – e subscrita por vários Senadores, dentre eles o Líder do Governo, o Senador Fernando Bezerra – visa modificar, alterar dispositivos da Constituição Federal que estão, sobretudo, localizados na topografia constitucional lá no capítulo das finanças públicas e do Orçamento Público do Estado brasileiro. Em nenhum momento a PEC emergencial traz situações de alterar de forma significativa os arts. 37, 38 e 39 da Constituição da República Federativa do Brasil, que são justamente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artigos que tratam do serviço público brasileiro. E o que nós vimos aqui, com o relatório do Senador Oriovisto Guimarães, com a devida vênia, é trazer temas que são afetos a uma verdadeira reforma administrativa para o âmbito de uma PEC que não tem esse objetivo.

Então, o ideal seria – faço um apelo ao Senador Oriovisto, e tenho certeza de que ele ouvirá esta nossa fala, porque teve que sair – que este temas e temas relativos à inclusão de dispositivos no art. 37 que impactam e reduzem a estrutura do serviço público brasileiro, reduzindo também direitos dos serviços públicos brasileiros como um todo, sejam discutidos no foro próprio, no foro específico da reforma trabalhista ou numa proposta de emenda à Constituição que trate unicamente desse tema. Se vocês puderem visualizar a Constituição, reparem que, quanto ao art. 37 da Constituição, a última vez em que ele foi modificado de forma profunda foi na reforma administrativa trazida pela Emenda Constitucional nº 19/1998. Então, utilizar uma PEC que tem outro objetivo para mexer com dispositivos relativos à reformulação administrativa do Estado não me parece o ambiente ou o *locus* mais adequado para que isso seja tratado pelo Relator.

Então, o apelo que se faz ao Relator, o Senador Oriovisto, e ao Senado Federal como um todo, à CCJ e ao Plenário do Senado, é para que se retirem esses dispositivos que foram alocados no texto do Relator com temas que não são afetos à PEC emergencial.

Trago algumas considerações centrais aqui sobre pontos que nos preocupam de fato. Já foi tratado aqui sobre um ponto fundamental que é a questão relativa à possibilidade de redução de vencimento e subsídio. Nós vivemos aí realmente um momento de uma crise fiscal orçamentária, mas fomos fortemente impactados também no âmbito do serviço público pela reforma da previdência, com reformas que visam, digamos, reduzir direitos, readequar. É natural que se façam reformas de tempos em tempos. Talvez se faça uma reforma administrativa também, já que a última foi feita há mais de 20 anos, mas com isso nós trazemos aqui a nossa preocupação para essa situação que tem se desempenhado contra o servidor público como se o servidor público fosse o responsável pela crise que o Estado brasileiro hoje vivencia. Não que não se possam fazer adaptações ou alterações na temática relativa a direitos do serviço público, mas não da forma drástica como se faz neste momento, a ponto de se reduzir em 25% o salário de servidores públicos com a redução proporcional da jornada. Mas será que, com essa redução, a população também terá a redução em 25% do seu atendimento para os serviços públicos? Então, nós precisamos, neste momento de crise, é de mais atendimento, é de mais prestação de serviços públicos a esta população brasileira, que tanto precisa do Estado hoje para prestação de serviços essenciais.

O que nos preocupa é essa questão também de possibilitar, Senador Paulo Paim, a redução de até 25% dos agentes públicos que não submetidos a jornadas, como os membros do Ministério Público, os magistrados, os próprios Parlamentares, os membros do Poder Executivo, ministros, Presidente da República. Como é que se faz uma redução neste sentido, em 25%, sem qualquer tipo de contrapartida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– com uma única perda, a perda salarial de 25% em categorias como a magistratura e o Ministério Público, que têm uma série de limitações. A cada dia, para a magistratura e o Ministério Público, nós sabemos que são concursos dificílimos. Às vezes um membro do Ministério Público, para passar num concurso, passa cinco, seis anos estudando oito horas por dia – para ser aprovado num concurso que demora praticamente um ano, com quatro ou cinco fases, de uma complexidade absurda.

E hoje você tem uma carreira desvalorizada no seguinte sentido: todas as carreiras de Estado – e não se fala nada contra as carreiras – acabaram sendo valorizadas nesses anos, e o Ministério Público e a magistratura acabaram ficando para trás. Isso eu falo numa temática de limitações que essas carreiras possuem. Hoje nós sabemos que há carreira do serviço público que, em razão de situação de tecnologia, de avanço de tecnologia da informação, têm a possibilidade de trabalhar à distância, de trabalhar em qualquer local do Brasil, de prestar seu serviço com qualidade, mas os membros do Ministério Público e os magistrados, não. Eles têm a obrigação constitucional de morarem no local onde estão lotados, para atender a população, para ouvir a população e prestar o melhor serviço. Da mesma forma, eles não podem prestar ou desempenhar qualquer tipo de atividade que não seja magistratura, salvo o magistério – e poucos procuradores e juízes hoje desempenham essa função. São limitações que não são trazidas para outras categorias. Então, o que nós vivenciamos é essa preocupação com agentes políticos que detêm altas responsabilidades, em combate à ilegalidade das mais variadas ordens, trabalhistas, criminais, e que precisam da sua independência para sua atuação firme e autônoma em favor do cumprimento da ordem jurídica e do respeito à Constituição brasileira. Então, é uma situação que nos preocupa bastante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA (Para expor.) – Outro ponto que nos traz aqui uma imensa preocupação diz respeito à quebra da simetria, que já foi trazido também. O Ministério Público e a magistratura são carreiras simétricas, carreira coirmãs que têm garantias, prerrogativas e direitos muito semelhantes, com estatuto à parte, estatuto próprio diferenciado da Lei nº 8.112, pela sua natureza constitucional, pela sua topografia no texto da Constituição. Por isso, precisam ter uma carreira segura, uma carreira em que não se distancie tanto da base da cúpula. Ao ser prevista a possibilidade da desvinculação da remuneração dos ministros dos tribunais superiores daqueles que estão ali na base e que prestam um atendimento mais perto da sociedade, isso nos preocupa demais, porque vamos chegar a uma situação talvez de juízes recebendo menos do que desembargadores, algo em torno de 20%, 30%, 40%, assim como desembargadores recebendo menos 20%, 30%, 40% do que ministros de tribunais superiores, algo que a Constituição não prevê hoje. Então, é outra situação que tem que ser analisada com muita cautela aqui pelo Parlamento brasileiro, para que não se quebre a unidade da magistratura e do Ministério Público. Nós temos uma diferenciação por ramos, mas a jurisdição e a atuação do Ministério Público brasileiro são unas, são uma só, tanto é que nós hoje, cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez mais, falamos em "Ministério Público brasileiro"; e a Justiça brasileira, da mesma forma, é uma Justiça una, que tem que ter um tratamento uníssono em todo o Território nacional.

Com relação à violação ao teto, à regulamentação do teto remuneratório, nós entendemos, Senador Paulo Paim, que essa discussão é importante e precisa ser aprofundada. O próprio Senado Federal já discutiu um projeto de lei bastante refletido, com muita discussão, e hoje esse projeto de lei está na Câmara dos Deputados. Lá foi instalada uma Comissão Especial que acabou discutindo o projeto por cerca de um ano, ao qual foi apresentado um relatório. Até hoje isso está lá em discussão. Mas o que nos deixa preocupado é que o texto apresentado pelo Senador Oriovisto, com a devida vênia a S. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Que já está de volta.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA (Para expor.) – ... é extremamente simplório nessa perspectiva, porque retira praticamente todas as verbas indenizatórias da possibilidade de elas serem recebidas, e passam a ser limitadas no teto. Então, vejam muito bem que isso acaba por, digamos, penalizar aquelas categorias que têm um salário mais próximo ao teto constitucional, como os agentes políticos, dentre eles os magistrados e os membro do Ministério Público.

Então, são situações legítimas, para indenizar um gasto que um servidor público tem. Vou dar um exemplo: o auxílio-moradia. Um membro de qualquer das carreiras do Estado que tenha um salário próximo ao teto, que eventualmente more na Paraíba e que venha prestar serviços ao STF, ao STJ, ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo dos ministérios precisa, com esse deslocamento, ter gastos relativos à sua moradia aqui. Por esse entendimento trazido no relatório, ele não teria a possibilidade de receber o auxílio-moradia, porque se ele está muito próximo ao teto, aquele auxílio-moradia vai certamente bater no teto e ele ou não receberá quase nada, ou não receberá nada. Então, são situações que a gente deixa para o Senador Oriovisto, para que se reflita com mais profundidade, Senador, essa questão relativa às legítimas verbas indenizatórias e haja, de fato, uma restituição do valor que foi gasto de forma legítima – é claro que coibindo os excessos. Nós somos contra qualquer excesso relativo a descumprimento de normas de cumprimento de teto remuneratório, mas pensamos que, da forma como está apresentada, precisa ser aprofundada essa questão – ou tratada à parte.

Eu dizia aqui, já na volta do Senador Oriovisto, que o que nos preocupa, Senador, é que muitas das situações que V. Exa. traz no relatório apresentado são situações que, em nosso entendimento, precisariam ser tratadas numa reforma administrativa ou num projeto à parte, porque ela modifica o art. 37 de forma ampla, e também o art. 39. Verificamos que o art. 37 foi modificado de uma forma mais profunda vinte e poucos anos atrás, quando foi feita a última ampla reforma administrativa, a Emenda Constitucional nº19, de 1998. Então, deixamos esse apelo para que V. Exa. retire do relatório essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões que dizem respeito a direitos do serviço público, mas somos a favor de que haja discussão aprofundada sobre isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA (Para expor.) – ... e não só sobre direitos: penso que tem que haver um controle sobre os deveres, o cumprimento dos deveres dos servidores públicos, de uma forma geral. Se fala muito, às vezes, da questão da má prestação do serviço público, e talvez nós possamos discutir uma forma maior de controle da eficiência do serviço público brasileiro com a fixação de deveres, com o controle de desempenho de cada servidor público, para que aquele valor gasto com o serviço público volte de fato para a categoria e para a sociedade brasileira com os serviços prestados.

Então, são essas as nossas preocupações, Senador Paulo Paim, Senador Oriovisto, que nós deixamos aqui pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, mas sempre com a perspectiva de contribuir para o aprimoramento da legislação e, sobretudo, da Constituição Federal.

Agradeço mais uma vez a participação, ficando à disposição para os esclarecimentos que entendam pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. (*Palmas.*)

Por dever de ofício, há três perguntinhas aqui que vieram pelo e-Cidadania, e eu vou deixar no ar: se os senhores quiserem comentar – ou mesmo o Relator – fiquem à vontade.

Thales Siqueira, de Minas Gerais: "Gostaria de saber do Sr. Relator [vou encaminhar em mãos para V. Exa.], objetivamente, quais órgãos seriam passíveis de ter corte na jornada e no salário dos seus servidores". Se os senhores podem responder agora, eu entrego. Se não puder responder, fica para um segundo momento.

Vamos só fechar as duas aqui, só fechar essas duas.

Talita Cardoso, de Tocantins: "O salário de servidores públicos é irredutível, segundo o art. 7º da Constituição Federal. Aprovar essa PEC não seria uma afronta à Constituição?".

E a última, agora. Lucas Lira, de Pernambuco: "Quais benefícios esta PEC poderá trazer à população brasileira?".

Se V. Exa. quiser responder alguma, escolha o momento e depois volta para a Mesa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, eu prefiro ao final, porque eu já tenho várias outras aqui comigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., o.k. Isso, isso. Eu também prefiro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... também do e-Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – A gente responde em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Obrigado, Relator.

De imediato, Sr. Sérgio de Andrade Pinto, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Cultura (AsMinC).

O SR. SÉRGIO DE ANDRADE PINTO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Senador Paim, Senador Relator, eu sou Presidente da Associação do ex-Ministério da Cultura, vamos dizer assim, extinto. Então, na verdade...

Põe a apresentação, por favor.

Então, eu sou Presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Cultura, também um membro da carreira do Plano Especial de Cargos da Cultura e membro também da Articulação Nacional das Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (Arca) também. E vim fazer discussão aqui com vocês exatamente para tratar da questão dos direitos difusos dentro do Governo, do que é o Governo, qual é o papel real do Governo, até onde ele deve chegar e por que a gente tem que fazer essa discussão aqui.

Por favor.

Então, a gente, quando chega a...

Desculpe.

Passe a apresentação, por favor.

Ah! Está comigo.

O ex-Ministério da Cultura, na verdade, é um órgão que é um dos patinhos feios para esse Governo. Então, ele é um dos espaços em que é questionada a participação do Estado. Esse Governo não vê como essencial alguns dos espaços de discussão pública, como o esporte, o turismo, a cultura, alguns espaços de cidadania. Então, o que eu quero trazer para vocês aqui é a discussão de como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente faz as discussões dos direitos difusos dentro do Estado e qual é a importância disso para o Estado, até onde ele deve entrar e onde não deve entrar.

Então, basicamente, eu vou tentar apresentar para vocês, por que o setor cultural, a importância do servidor e o impacto dessa PEC dentro dos setores dos direitos difusos – aí, eu vou trazer mais o setor da cultura –, qual é o impacto disso, o impacto real na sociedade, no setor público e no setor social mesmo, no desenvolvimento do País.

Na verdade, a cultura tem três dimensões – não é só a dimensão de se fazer manifestação, a dimensão cultural de trazer as manifestações artísticas aos espaços salvaguarda. Há três dimensões que são extremamente importantes: essa dimensão cultural, a dimensão econômica e a dimensão de social e/ou de cidadania. Ou seja, na verdade, existe uma dimensão econômica e, por isso, o Estado presente é fundamental, porque a cultura traz muito valor agregado ao setor econômico, à economia do País.

Existe também o setor social, porque a cultura é o espaço em que a gente discute a construção dos valores, em que a gente constrói as nossas características éticas, sociais e morais, e isso é levado para a sociedade. A gente vive num momento em que essa bipolaridade, essa política traz um confronto que está trazendo algo muito nefasto para o País, que é a divisão do País. E isso passa pela construção da discussão dos valores de cada um dos grupos e do reconhecimento desses grupos sociais. Então, o Estado, a presença do Estado nesses espaços para poder reconstruir o País é fundamental.

A partir do momento em que isso acontece, este é o espaço que a gente tem para construir um diálogo. Esta é uma casa de diálogo. Um dos espaços de construção de diálogo com a sociedade e dos grupos sociais é a cultura; é você estimular que um grupo possa se expressar e possa reconhecer o outro grupo social e tentar construir um país que a gente possa desenvolver conjuntamente, ou seja, construir uma nação, ou seja, construir um desenvolvimento permanente, sustentável.

Há bastante tempo, o ex-Ministério da Cultura, Secretaria de Cultura atualmente, foi construído nessa base. Existem políticas públicas permanentes de Estado: a gente tem um Plano Nacional de Cultura; a gente tem um Sistema Nacional de Cultura; e a gente tem políticas que passam de um governo para outro que são políticas de Estado. E o Estado é necessário estar atuando. Como o Estado é necessário? No meio ambiente. Como o Estado é necessário? No esporte. "A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte". A gente não vive só para sobreviver. Então, não são apenas os serviços de educação, saúde, orçamento. Em todo espaço social, o Estado, que está presente, é necessário para a construção de uma sociedade. E é isto que a gente quer trazer: esses espaços geram o futuro do País. A presença do servidor, a presença do Estado nesses espaços é necessária para a construção do futuro do País, para que um país tenha futuro.

Eu queria ressaltar aqui algo importante, que é o valor econômico que o setor tem, assim como têm o setor de meio ambiente e outros. Esses setores trazem valores agregados para a economia. Se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está numa situação de crise, a gente não vai atacar um setor por ele não ser considerado essencial. Eu tenho que avaliar os impactos, eu tenho que avaliar os resultados, os valores agregados que esse setor traz para o desenvolvimento do País.

O setor da cultura está entre os dez setores econômicos mais importantes do País. Nas cadeias produtivas mundiais, ele chega a 7% do PIB do Planeta. Muitos dos países que entraram em crises se utilizaram do setor econômico da cultura, por exemplo, desse direito difuso, como uma base para poder sair do próprio processo de crise. Ele tem que cerca de mil empregos diretos. E o valor agregado de cada um desses consumos e investimentos em cultura é um retorno para a sociedade de 9,93, ou seja, quase dez vezes o valor que se investe, que o Estado investe. Hoje 52% dos investimentos vêm dos Municípios; 27%, dos Estados; e 21%, do Governo Federal. Cada real investido retorna nove vezes, e nós demos um investimento de 9,34 bilhões.

Agora, se a gente fizer uma conta simples, quem faz esse trabalho todo é o servidor que está lá na ponta; é o servidor que está atuando; é o servidor que analisa os projetos de isenção fiscal, os projetos de investimento; é o servidor que trabalha nos museus; é o servidor que trabalha nas bibliotecas. Se a gente tem uma proposta emergencial de redução de carga horária e salarial, logicamente o impacto será a redução do serviço. Esses investimentos vão ser reduzidos, esses impactos vão ser diretamente direcionados para a economia. Como é que você faz a análise de quem realmente é essencial para este País? Qual servidor é essencial? Onde vai ser esse corte? Aí eu reforço a pergunta: quais são os órgãos? Quais são os espaços que vão fazer essa redução e por quê? Qual é o impacto? Qual é a política? Qual é a discussão?

Eu queria só dar um panorama, que é assim: quando você trata de direitos difusos, você tem discussões mais complexas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO DE ANDRADE PINTO (Para expor.) – Na área da cultura, a gente tem antropólogo, museólogo, sociólogo, arquiteto, pesquisador, técnico especializado, pessoal do audiovisual que opera máquinas complexas, pessoal do teatro que faz a cenografia, historiadores, pessoal da música e equipamentos extremamente complexos. Nós temos todo esse quadro no setor da cultura, eles são altamente qualificados. São atividades inerentes ao Estado em diversos setores do mundo. A cultura é um espaço do Estado. O Estado investe em cultura para ter um retorno social, nas dimensões sociais, econômicas e culturais.

Esta é a dimensão que nós temos hoje: atualmente nós temos 2.350 servidores.

Outra pergunta que eu estou trazendo para cá, na discussão do que é realmente essencial: qual é o impacto do corte salarial, do corte de hora de trabalho desses 2.350 servidores, para o Estado, para essa economia de despesa? Qual é o impacto real disso? Esses 2.350 servidores trabalham em 27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

museus, 27 superintendências do Iphan, por exemplo, que fazem toda a análise de projetos antropológicos, fazem a regulamentação de fiscalização de sítios arqueológicos e de como implantar obras nesses espaços. Nós temos 24 espaços culturais; acervo literário da Biblioteca Nacional, que é o maior acervo do País; centros de pesquisa; centros de documentação – nós salvaguardados toda a memória deste País. Isso estou falando só quanto ao Governo Federal. Qual é o impacto de reduzir, desses 2.350 servidores, a carga horária? Qual impacto da redução na remuneração? Nós já somos a menor remuneração do Governo Federal. Se se diz de algum setor que não foi contemplado nestes últimos anos é o setor cultural.

Eu tenho quase certeza de que o primeiro momento em que se vai falar por este Governo de redução de carga de salário e redução de hora de trabalho é no setor cultural, que foi o setor que ele primeiro destruiu. Ele primeiro tentou alocar no Ministério da Cidadania... E é um setor que não se destrói, porque são políticas importantes e fundamentais para o Governo, tanto é que a tentativa agora é colocá-lo dentro do turismo, porque é reconhecida a importância do setor.

Nós já somos a menor remuneração. No impacto, na questão do impacto, só uma simulação para vocês: o maior salário do setor da cultura é em torno de R$8 mil. Para o servidor, o impacto da redução de 25% de R$8 mil é em torno de R$2 mil. Na vida do servidor, isso é um absurdo; no impacto total, eu acho que é mínimo, porque são só 2,5 mil servidores. Se você somar isso com meio ambiente, com turismo, que são ministérios que não têm essa força de trabalho... E olhem: o meio ambiente foi fundamental para que este País não fosse queimado recentemente, são servidores essenciais. O turismo e o esporte são essenciais para trazer qualidade de vida, junto com o pessoal da assistência social, que faz trabalho de assistência social junto com todas essas políticas públicas específicas. E a saúde trabalha junto com a cultura muitas vezes, para poder entrar nos espaços, para poder entrar nas comunidades – para o médico ir lá, ele tem que ter o setor cultural junto, para poder fazer esse trabalho. Então, são políticas que, inclusive, são transversais.

E qual é a importância do servidor, além de tudo isso? O servidor que é considerado, como eu posso trazer aqui, como sendo de um setor considerado não essencial? Antes de mais nada, ele faz a defesa da política de Estado. O servidor discute política pública, discute a política de um Estado para outro Estado, de um governo para outro governo. A gente faz a defesa técnica, a gente faz a defesa das propostas. Então, independentemente do Governo que está aí, a gente está discutindo os espaços técnicos, como construir tecnicamente uma política.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO DE ANDRADE PINTO (Para expor.) – Mudando o Governo, pode se trazer toda a posição, a construção política que quiser, mas a gente não faz um debate ideológico, de patrulha ideológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrá-lo: mais dois minutos. São dez mais cinco e mais dois.

O SR. SÉRGIO DE ANDRADE PINTO (Para expor.) – Estou terminando.

Esta é a importância do servidor: a gente está em todos os campos que são necessários para o Estado, fazendo essa construção técnica.

A gente traz essa discussão para vocês avaliarem o que vale a pena na discussão da PEC em relação à redução dessa carga de trabalho para uma despesa pública, se isso vai realmente trazer um impacto, se não se discutirem as políticas públicas, se não se discutir quais são os impactos reais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO DE ANDRADE PINTO (Para expor.) – Eu considero que o esvaziamento de todos os setores do serviço público somente serve para que não exista um futuro para o País. Em todo Estado, todo servidor do Estado é imprescindível para um desenvolvimento sustentável da Nação. Esse é o recado que eu queria deixar aqui. E reforço as perguntas que vieram para deixar claro o que está acontecendo.

E eu quero deixar mais uma coisa: a nossa disposição, tanto da AsMinC como de todo o pessoal da ARCA e das outras carreiras que se dispuseram aqui, de continuar esse debate, de construir um Estado e de construir o diálogo a partir do momento da discussão dos impactos reais das políticas públicas. Vamos discutir as políticas públicas, os impactos, o que acontece com as políticas se não houver essa política no Estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ficou dentro do seu tempo o Sr. Sérgio de Andrade Pinto, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Cultura (AsMinC), que fez a exposição e deixou alguns questionamentos que o Relator dentro do possível, claro...

Eu faço um apelo a todos para a gente ficar nos 15 minutos para que a gente possa concluir, porque muitos dos servidores têm que almoçar, e às 2h haverá Plenário.

Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA (Para expor.) – Eu queria dar boa tarde inicialmente a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um cumprimento todo particular ao Senador Paulo Paim, que preside, sempre com elegância, com muito bom senso, com muito equilíbrio, a Mesa; e ao Senador Oriovisto Guimarães, que está durante toda a audiência pública acompanhando as discussões. É muito relevante realmente ter aqui a presença de V. Exa. Trago um abraço fraterno dos colegas do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul ao Senador Paulo Paim e dos do Paraná ao Senador Oriovisto Guimarães.

Quero saudar os colegas que também compõem a Mesa, o público, os servidores do Congresso, os colegas do Ministério Público.

Eu vou cumprir os dez minutos, até porque estou satisfeito com as abordagens que foram feitas e quero apenas explorar, nesse diálogo, Senador Oriovisto, alguns aspectos que entendo que são relevantes e que tenho certeza de que farão com que V. Exa. faça uma análise em relação a essas questões.

Eu queria iniciar relembrando, na história, que fizemos 20 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. De 2000 para trás, não se falava em nosso País desse tema. Todo o esforço fiscal que foi feito, portanto, nesses 20 anos, a partir da aprovação da Lei Complementar 101/2000, trouxe restrições severas à organização do Estado. Eu cito aqui a redução de 20% das despesas com cargos em comissão e função de confiança e a possibilidade de que chegássemos até a exoneração de servidores não estáveis e a exoneração de servidores estáveis caso o Governo descumprisse os limites relativos aos gastos públicos em todas as esferas, federal, estadual e municipal. Lembro mais recentemente – apenas três anos se passaram – a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, a chamada emenda do Novo Regime Fiscal do teto de gastos, que trouxe pesadas restrições à atuação do Estado brasileiro. É importante que nós lembremos, portanto, que estamos apenas iniciando o quarto ano de um duro regime fiscal que tenderá a durar por 20 anos e que já traz uma paralisação da máquina pública em praticamente todos os setores do nosso País. Temos, portanto, um esforço fiscal enorme, em curso, que já vem sendo desenvolvido – e eu vou falar da esfera federal – e que traz o engessamento e uma situação de garroteamento do serviço público federal em vários setores.

Eu quero dar o exemplo da Receita Federal, que a cada ano tem dificuldade de cumprir a sua função essencial, que é a de recolher e de fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias – um déficit de servidores enorme. Quero trazer o exemplo da Controladoria-Geral da União, que não está mais conseguindo fiscalizar os recursos federais repassados a todos os Municípios do nosso País e, portanto, combater a corrupção por um déficit significativo de seus quadros. Quero lembrar o exemplo do Ibama e do ICMBio, que não estão conseguindo, no momento em que os crimes ambientais se alastram em nosso País, fiscalizar o desmatamento e, portanto, defender o meio ambiente

Isso por si só nos traz um olhar importantíssimo, Senador Paulo Paim: serviço público de qualidade tem a ver, sim, com o fortalecimento da economia. Se esses órgãos não estão conseguindo cumprir o seu papel, exatamente por essa situação de garroteamento, nós temos uma imagem mundial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repassada do nosso País bastante negativa, que já está sem dúvida nenhuma repercutindo na decisão sobre os investimentos estrangeiros que estão sendo ou não dirigidos ao nosso País.

Polícia Rodoviária Federal: se os senhores caminharem pelo País, vão ver a dificuldade de se encontrar um policial rodoviário federal fiscalizando as rodovias. Saúde... Educação, particularmente, com a situação das universidades federais, pesquisa e extensão: não há país desenvolvido sem pesquisa e extensão. E a saúde, agora, com a crise que envolve o coronavírus... INSS: passou de 40 dias para 200 dias o prazo de análise de cada benefício previdenciário, que, ao não chegar imediatamente àquele que requer o benefício, causa um impacto social significativo. E com isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Quanto?

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA (Para expor.) – De 40 para 200 dias. Há um acervo de mais de 1 milhão de benefícios dos quais o Governo não está dando conta. E, com isso, Senador Paulo Paim, Senador Oriovisto, a judicialização na Justiça Federal de benefícios previdenciários aumentou em 300%. É o Estado incapaz de dar vazão a demandas sociais imediatas, e há um congestionamento judicial que com certeza não vai ser resolvido. E, com isso, falo também da dificuldade que a Justiça e o Ministério Público já estão tendo de repor os seus quadros e, portanto, de cumprir com a sua missão.

Neste quadro de um regime fiscal duro que está sendo implementado – e está apenas no seu quarto ano, restam 16 para a frente –, trazer um novo impacto fiscal significativo é simplesmente paralisar a máquina pública em nosso País, em todos os setores. "Ah, mas podem ser excluídos servidores da área da saúde, da educação..." Isso é uma escolha de Sofia! No atual quadro por que passa o nosso País, com serviços públicos, repito, quase que engessados, isso é uma escolha de Sofia. Toda a máquina pública federal está se paralisando.

E eu quero repetir números que já foram dados aqui. Nós temos hoje – 30 anos depois de 1991, quando tínhamos 662 mil servidores federais – 50 mil servidores federais a menos. Nós estamos, 30 anos depois, reduzindo em 50 mil o número de servidores federais. Senador Paulo Paim, Senador Oriovisto, há 250 mil cargos previstos em lei na área federal que não estão sendo providos. O próprio Governo reconhece: "Eu precisaria, para manter a minha atividade funcionando, de 250 mil servidores a mais". E, por causa dessas sérias restrições fiscais, essa mudança não está sendo adotada.

Tendo em vista esse quadro, pensar em reduzir 25% da jornada de trabalho e da remuneração dos servidores é agravar demasiadamente uma situação que já está muito difícil; é a diferença entre o remédio e o veneno; é exagerar na dose fazendo com que a prestação do serviço público, que é essencial principalmente em momentos de crise, passe a ter dificuldade, portanto, para atender a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço um apelo, Senador Oriovisto, considerando a sensibilidade que V. Exa. tem, inclusive apoiando bastante a atuação do Ministério Público, dos servidores públicos, particularmente no combate à corrupção e ao crime organizado, para que avalie esse ponto que me parece fundamental. O que terá o Governo a mais de recursos para aplicar com isso é ínfimo considerando um quadro que, na área federal – posso falar da área federal –, já é um quadro de quase paralisia.

E aí eu entro em duas ou três considerações que também me parecem relevantes.

Em momentos de crise, a Constituição brasileira é a âncora. Nenhum país desenvolvido faz reformas em momentos de crise. Isso é por uma questão muito clara: as crises passam, as pandemias vão embora, as dificuldades de momento acabam deixando de existir, mas os direitos e as garantias fundamentais que foram conquistados com muita luta, suor e lágrimas ao longo de décadas podem ser perdidos num momento como este. Então, acho fundamental que essa reflexão seja feita. O que está sendo anunciado no mundo todo é o oposto, é um maior investimento de governo, é a defesa exatamente dessa âncora, dessa bússola fundamental, porque traz a defesa das garantias fundamentais para que a sociedade possa ter a sua atuação.

Destaco três ou quatro pontos, Senador Oriovisto, que nos preocupam muito além dessa questão, porque essa é a realidade de todo o serviço público federal hoje em dia.

A questão da quebra do escalonamento em relação ao que recebem os Ministros do Supremo, o Procurador-Geral da República e todos os membros da magistratura que estão na base pode fazer com que o Ministério Público e o Judiciário, depois de tanta independência garantida, volte a estar com o pires na mão pedindo ao Executivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA (Para expor.) – ...e ao Legislativo os seus reajustes, a sua recomposição. Essa é a garantia... Quando a Constituição traz a independência do Poder Judiciário e do MP e, portanto, que o reajuste dado à cúpula do Judiciário e do Ministério Público se estenda aos demais membros do Ministério Público e do Judiciário brasileiro, isso tem o objetivo de garantir independência, porque não existe independência sem independência financeira. Não existe independência de atuação se for preciso estar com o pires na mão pedindo: "Governador, eu preciso recompor os meus vencimentos". Judiciário e Ministério Público, se não tiverem essa garantia, que, aliás, não é nossa, é uma garantia da independência da nossa atuação, terão dificuldade enorme para cumprir seu papel. E V. Exa. sabe o papel que o Poder Judiciário e o Ministério Público têm cumprido nos últimos anos em áreas de difícil atuação, como o combate à corrupção e ao crime organizado. Esse é um ponto muito sensível, porque impede que haja essa garantia de manutenção da nossa atuação.

Há outro ponto que me parece também bem relevante. Se, num quadro de crise como o nosso no serviço público federal, já é difícil vislumbrar como a redução de jornada de trabalho possa ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado prático e útil, o que dizer de agentes políticos que não têm jornada? Isso foi frisado aqui diversas vezes. Membros do Ministério Público e da magistratura atuam em regime de plantão ininterrupto. Como é esse cálculo de redução de 25% de jornada? Como é que se mensura isso? É impossível, de fato, pensar numa situação como essa.

Eu acredito que irredutibilidade de remuneração é cláusula pétrea – é cláusula pétrea! – que, portanto, precisa ser garantida. É claro que se vislumbra, portanto, uma inconstitucionalidade na hora em que isso é modificado. Particularmente, isso se agrava em relação àquelas categorias, àqueles agentes políticos que não têm como fazer essa redução na sua atuação.

Dois últimos pontos bastante claros e objetivos.

Há um artigo que tenciona, Senador Oriovisto, a redução das verbas indenizatórias. Eu sei que o objetivo é bom, eu sei que a ideia vem com um objetivo de tentar realmente restringir ali que haja penduricalhos que se espalhem, mas não é possível, quando se trata de verbas indenizatórias, nominá-las individualmente. A verba indenizatória é aquela que vem como uma compensação por um prejuízo sofrido pelo agente público, por um servidor público, exatamente porque atua em favor da Administração. Em diversos momentos, ele suporta esse prejuízo. E a verba será indenizatória independentemente de constar ou não nesse rol. Não tenho dúvida nenhuma de que o Poder Judiciário será provocado se esse artigo vier a permanecer em relação a diversas outras situações em que muitas vezes o servidor, o agente político, tem que botar dinheiro do bolso para ser ressarcido depois, porque está atuando em favor do Estado. E não é o fato de não constar aqui que poderá desnaturar a característica da verba de remuneração para indenização. Então, faço um apelo a V. Exa. para que este ponto também possa ser refletido: se é verba indenizatória, não é uma remuneração, não é um acréscimo; é uma compensação que o servidor ou o agente político sofre por estar tendo um prejuízo em razão da sua atuação. E exatamente é essa a razão pela qual diversas outras verbas que poderiam ser vislumbradas e que não estão incluídas aqui continuarão a ser consideradas como verbas indenizatórias.

O último ponto – e aqui eu chego ao final, pois acredito que, nas exposições que foram feitas aqui no dia de hoje, os pontos já foram muito bem explanados, e isso levará, não tenho nenhuma dúvida, à reflexão de V. Exa. sobre toda essa situação – diz respeito exatamente à questão da necessidade da adoção dessas medidas emergenciais quando a Lei de Responsabilidade Fiscal traz, desde 2000, diversas soluções que poderiam e deveriam estar sendo aplicadas caso aqueles limites de gasto público em relação à receita líquida viessem a ser descumpridos. E aí eu pergunto: quantos Municípios e quantos Estados deste País cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal? Quantos tiveram que reduzir seus cargos em comissão e as funções de confiança, que muitas vezes abarrotam a Administração Pública com pessoas de fora do serviço público, servidores que não são efetivos? Essa é uma solução que já poderia ter sido adotada e está na lei há mais de 20 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trazer novo reforço de contenção fiscal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA (Para expor.) – ... dentro deste quadro, sem que essas medidas que já estão lá postas tenham sido efetivamente adotadas, pode ter como repercussão o erro na dose, de remédio passando a ser veneno, e, portanto, traz prejuízos imensos à sociedade brasileira.

Finalizo, agradecendo desde já, com palavras do Prof. Heleno Torres, que mostra a importância desta Constituição em momentos de crise. Em momentos de crises, diz ele, Senador Paulo Paim, não se reforma Constituição, por ser ela o árbitro e único projeto democrático legado dos tempos de normalidade.

Muito obrigado, colocando-me à disposição de todos para as reflexões que forem aqui trazidas, particularmente ao Senador Paulo Paim e ao Senador Oriovisto, por terem acompanhado aqui a nossa fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, que enfatizou muito, muito, principalmente com gestos, a importância da nossa Constituição e deixou uma série de contribuições.

Correndo atrás do tempo, agora o Sr. Arthur Koblitz, Presidente da Associação dos Funcionários do BNDES.

O SR. ARTHUR KOBLITZ (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Paim por ter tido a compreensão e aceitada a minha inscrição agora – e é a segunda vez que eu tenho o prazer de estar numa audiência pública com o senhor, e realmente é uma grande satisfação – e ao Senador Oriovisto, cuja carreira política prévia eu não conheço, mas, pela sua postura aqui, dá para perceber que o senhor é uma pessoa de mente independente, uma pessoa que processa as informações, que pode partir do ponto de vista que partir, mas que está processando o que está sendo dito aqui e vai ter um posicionamento.

Eu acho que essa postura é fundamental no momento em que, no Brasil, a gente está perdendo a capacidade de dialogar. As pessoas se filiam a uma determinada premissa de pensamento e passam a tratar as que se filiam a outro pensamento como inimigas. Na verdade, eu acho que mais importante que definir uma pessoa é de tal tendência ou de outra é que ela tenha inteligência. Eu estou mais preocupado em conversar com pessoas liberais que sejam inteligentes, que estejam dispostas a dialogar e conversar do que conversar com uma pessoa que pode se se alinhar mais ao meu ponto de vista ideológico, mas que é tapada, que está fechada, que não quer argumentar. Então, eu acho que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que cultivar isso no País. E eu acho que é só isso que a gente precisa para começar a se entender nessa confusão em que o País está metido.

Eu quero também estender minha solidariedade a todos os colegas que aqui já estiveram, que já falaram, que apresentaram de forma, em geral, brilhante seus pontos. Eu quero falar que essa solidariedade tem até paralelos com a nossa experiência na defesa do BNDES. Eu vou deixar isso mais para o final para ir direto ao ponto para o qual eu quero chamar mais atenção do Senador Oriovisto.

A primeira surpresa para a gente, a princípio, é o que que está fazendo o BNDES nesta PEC, porque é uma PEC sobre gastos, e o BNDES tem a ver com investimento. Isso seria motivo para a gente ficar surpreso, só que, na verdade, Senador, nós não estamos surpresos, porque o que tem acontecido com o BNDES é uma estratégia do Governo de colocar, em várias PECs e em várias medidas provisórias que não têm nada a ver com o BNDES, algum tema que tira os recursos do banco. E o pior, Senador, é que o Congresso tem se posicionado quanto a isso. Eu vou dar um exemplo: PEC da previdência. No apagar das luzes da construção do relatório da previdência, apareceu um item que tomava os repasses do FAT para o BNDES. O BNDES vinha argumentando, conversando com o Relator, e, na última hora, aparece lá uma medida que surpreende todo mundo. O Congresso, numa Comissão Mista na Câmara dos Deputados, entendeu que isso não procedia; o Relator recuou e tirou a medida. Aí cria-se a MP 889, que era para discutir o FGTS. BNDES e previdência não tinham nada a ver. Agora, BNDES e FGTS não têm nada a ver. Aí plantaram de novo lá um artigo para permitir ao Ministro da Economia sacar até todos os recursos do FAT e do BNDES. De novo, o Parlamento discutiu e entendeu que aquilo não procedia.

Então, Senador, o que a gente pede no BNDES é o seguinte: que o Governo, que acha que... Sei lá qual é a opinião, mas a gente tem uma impressão de qual opinião o Governo tem sobre o BNDES. Não é muito boa. Mas que o Governo faça uma PEC do BNDES e enfrente, debata com a sociedade, debata com o Congresso qual é o seu projeto para o BNDES. Agora, essa estratégia de ficar plantando uma série de temas, em que o BNDES não é o tema central... A impressão que dá é de que o Governo está esperando que o Congresso, em algum momento, se distraia e passe uma medida que tenha um impacto tremendo sobre o banco.

Eu acho que isso não é condizente com um discurso que a gente ouve muito – a gente ouviu muito no BNDES esse discurso – de que o Ministério da Economia está preocupado com a opinião do Congresso Nacional sobre a alocação de subsídios ou sobre temas estratégicos. Isso não me parece compatível. Então, nessa PEC, aparece, por exemplo... É sempre o art. 239, porque o art. 239 é onde o BNDES aparece na Constituição. É onde a Constituição estabeleceu que há um repasse do PIS e do Pasep para o BNDES.

Deixe eu voltar aqui ao anterior. Este aqui primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, primeiro, diz o seguinte: quando houver o gatilho por conta do teto dos gastos ou da questão da regra de ouro, simplesmente eu posso não fazer os repasses do art. 239, que estão apontados na Constituição. O segundo momento em que essa PEC trata do BNDES é, de novo, no art. 239. O que ela estabelece aqui é praticamente uma versão piorada do que eles quiseram colocar na reforma da previdência. Reduz pela metade o repasse para o banco, só que aqui é na melhor das hipóteses, porque o banco pode até... Hoje, o repasse é de 28% e, segundo essa modificação proposta, o recurso de repasse para o banco é no máximo de 14%, se conseguir previsão na LDO. Então, isso foi rechaçado nas comissões que examinaram isso, no caso da reforma da previdência e no caso da MP nº 889, muito recentemente.

Senador, a pergunta que a gente faz... Vamos refletir sobre o BNDES. Vamos fazer essa pergunta: o Brasil pode abrir mão do BNDES? Nos últimos quatro anos, a taxa de investimento brasileira chegou ao chão histórico: menos de 16% ao ano, quatro anos seguidos. Nós estamos vendo o momento em que um País que está vindo desde pelo menos 2015 em uma situação de recessão e estagnação, sem nenhuma resposta em termos de política de demanda ativa, quando no mundo inteiro nós caminhamos para outro entendimento, Senador. O mundo inteiro caminha para uma visão... O *mainstream* macroeconômico americano, Paul Krugman, hoje fala claramente da necessidade de políticas fiscais expansionistas. A política monetária, o poder da política monetária, se mostrou completamente insuficiente para lidar com a crise que a gente está vivendo.

Nós já estávamos nessa estagnação; agora, foi detonada uma crise mundial por conta do coronavírus, com essa crise de *commodities*, e o Governo insiste que a única coisa... Eu acho que nós vamos ficar num isolamento internacional muito grande, porque é o único país que diz que a única resposta para tudo isso são mais reformas de contenção de gastos. O Japão já declarou pacotes de incentivo de demanda, e o principal instrumento que o Governo brasileiro possui para intervir no investimento é o BNDES. Então, é muito difícil.

Partindo da nossa perspectiva, nós indagamos: que outra perspectiva pode justificar esse entendimento? Bom, eu podia elencar aqui o cenário atual: baixo crescimento, todo mundo falou do pibinho esses últimos anos, a taxa de desemprego, a questão da informalidade, eu já falei dos baixos níveis de investimento, um déficit em estrutura de 450 bilhões, e temos a saída agora recorde de 40 bilhões nesses primeiros dois meses, o que equivaleu a todo... E, com essa corrida por preferência por liquidez, a gente pode esperar mais corrida de saída de recursos, mais dólar desvalorizado no Brasil. É isso que a gente está montando.

Nós temos recursos em reais. O Brasil quando começou, quando o BNDES começou a funcionar, o papel dele, Senador Paim, era pegar recursos em dólar e assumir aquele risco para investir no Brasil o recurso da moeda da época, que eu não sei qual é historicamente, se era o cruzeiro. Mas essa era a tarefa. Nós conseguimos desenvolver *funding* em real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o BNDES está sob pressão hoje. É paralelo: não é só que o repasse cai, Senador; é que o Governo Federal acelera as devoluções, no nosso entendimento, violando a Lei de Responsabilidade Fiscal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTHUR KOBLITZ (Para expor.) – ... o Governo Federal pede que o BNDES venda a carteira da BNDESPar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. ARTHUR KOBLITZ (Para expor.) – ... e estamos acabando do repasse. As três coisas simultâneas apontam só para uma coisa: a inviabilidade do banco, a criação de um fato consumado em que o banco se torna inviável.

E aqui a alocação dos recursos do FAT. A gente pegou aqui para dizer para onde iriam esses dinheiros que estão sendo cortados. O estoque do FAT hoje é alocado da seguinte forma: eu tenho aqui quase 60% do FAT alocados no BNDES aplicados em infraestrutura. Quem vai sofrer com esse corte de gastos são os investimentos de infraestrutura, num momento em que tudo de que o País precisa é infraestrutura. Isso é um consenso entre economistas. Nós não temos outra fonte de financiamento de longo prazo compatível com o investimento em infraestrutura além do BNDES. O Governo americano, que tem problemas em investimento em infraestrutura, chegou a discutir para criar uma agência como essa, como o BNDES. Eu participei de reuniões sobre isso lá no banco.

E aqui está a repartição dos recursos por Estados.

Então, Senador, esse é o apelo que a gente está fazendo aqui.

Eu acho o seguinte: ajudou muito nesses ataques ao banco uma percepção – eu quero lembrar isso, Senador, porque todos nós nos preocupamos com combate à corrupção, mas se consolidou muito uma visão, uma certa convicção, e não foi só na classe política, mas na mídia – de que havia algo de muito errado no banco, porque houve na Petrobras – isso é inconteste –; então, se houve na Petrobras, também teria havido no BNDES.

Senador, depois de cinco anos de investigação, depois de várias CPIs, depois de investigações internas no banco, auditorias externas, nós não temos, até hoje, um empregado do banco citado em delação, nós não temos um Cerveró no BNDES, nós não temos o Paulo Roberto no BNDES. Isso não existiu no banco. Nós temos que parar e entender o que acontece no banco. É a forma de decisão coletiva no banco? É o fato de que a empresa é completamente pública? Isso é um debate, mas fato é que nós não temos evidência hoje de que houve malfeitos no BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que houve um uso, uma campanha antiestatal que justifica esse discurso de piratas privados associados com corruptos no Estado. Isso não é o caso do que aconteceu dentro do BNDES.

Eu acho que a gente não pode abrir mão desse...

Eu tenho mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem três ainda.

O SR. ARTHUR KOBLITZ (Para expor.) – Três minutos.

Eu queria falar o seguinte sobre solidariedade aos meus colegas aqui, na questão do custo e benefício: um colega falou muito bem que o Governo tem que olhar a questão do corte no gasto olhando o custo e o benefício do gasto. Isso é elementar. Eu acho que qualquer administrador, qualquer economista é obrigado a considerar isso, só que é uma conta preguiçosa olhar só o gasto. É muito mais fácil olhar só o gasto, olhar só o custo. O custo é fácil, é contábil. Todo benefício vai exigir algum esforço modelístico, técnico. Às vezes é complicado, como no caso da cultura, porque eu estou falando de dinheiro de um lado e de vários benefícios não tangíveis do outro. Como é que eu faço essa comparação? Isso é um desafio.

Mas, em qualquer caso, para você comparar o custo com o benefício, isso vai exigir algum tipo de trabalho técnico. Ora, isso foi usado contra o BNDES, o BNDES foi culpado pela crise fiscal. Fizeram uma análise do subsídio para o BNDES, transformaram aquilo ali em custo fiscal, e a gente se perguntava: "Mas, espera aí, será que o BNDES não gera nenhum benefício fiscal?". Porque foi vendido, foi MP 777, que acabou com a TJLP.

A razão para a MP é que se tinha uma urgência fiscal e que o BNDES funcionava como se fosse uma draga fiscal, porque o subsídio era na casa de quase 300 bilhões. O senhor acredita que, no relatório, na época, que foi feito, não se considerava o número – esse, sim, preguiçosamente possível de ser calculado –, o quanto o BNDES pagou de impostos e dividendos para o Governo Federal. Metade desse valor desses subsídios o BNDES retornou: foram 150 bilhões para o Governo Federal em tributos e dividendos. Isto aqui sem fazer nenhuma análise de impacto dos financiamentos e dos investimentos que o BNDES apoiou, porque, obviamente, quando você financia investimento, você está gerando os impostos que o empresário tem que pagar quando compra a máquina, você tem que gerar os multiplicadores daquele investimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTHUR KOBLITZ (Para expor.) – Então, a gente não tinha uma razão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora um minuto.

O SR. ARTHUR KOBLITZ (Para expor.) – ... para chegar a essa conclusão de que havia um problema fiscal ligado ao BNDES. Mesmo assim, isso foi usado para criar e justificar uma medida provisória.

Então, eu sou solidário com os colegas que estão apontando para esse problema. Nós temos que começar a examinar custo com o benefício fiscal, e o Ministério da Economia tem que ser demandado nesse sentido, porque fazer o trabalho da conta, do custo, é muito fácil. Bons técnicos deveriam inventar formas e projeções – às vezes existem esses instrumentos – para projetar esses benefícios, está certo?

O último apelo que eu faço aqui, Senador, aponto aqui, é o seguinte: vamos, então, fazer a PEC do BNDES? Não vamos precipitar isso. Vai ter agora a reforma tributária também; ela vai discutir o PIS e o Pasep. Vamos antecipar isso agora com que propósito aqui? Cortar os recursos do PIS/Pasep, do BNDES, com que propósito?

Então, o meu principal ponto – talvez eu tenha feito vários pontos, mas eu queria concentrar-me no principal – é que eu acho inoportuno...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já terminou o teu tempo.

O SR. ARTHUR KOBLITZ (Para expor.) – ... inoportuno e sem justificativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai terminar agora?

O SR. ARTHUR KOBLITZ (Para expor.) – ... considerar o BNDES dentro dessa medida provisória.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou bem, ficou bem; ficou no tempo, ficou no tempo. Não passou mais de um minuto.

Pessoal, nós explodimos todos os prazos previstos aqui, porque nós queríamos concluir às 13h, mas todos falaram no mínimo 15 minutos, uns falaram 17, 18. E o Relator ouviu pacientemente a todos; só saiu em dois momentos para dar uma entrevista.

Agora, nós vamos às considerações finais para o Relator, e vamos ter que encerrar.

Relator, é com você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que este debate será retomado na terça-feira, às 8h30 da manhã.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido, não vou usar 15 minutos. Quero fazê-lo no máximo em cinco.

Nós já ouvimos, em duas sessões anteriores, cerca de 11... Isso foi na segunda-feira, não é? Tivemos uma sessão com seis, outra com mais seis, com doze. Estamos ouvindo hoje três sessões de quatro, mais 12, 24. Teremos mais duas sessões na terça-feira. Vamos chegar a ouvir alguma coisa como 34 representantes da sociedade civil organizada, representantes de categorias, representantes de diversos setores da sociedade.

Minha gente, o que eu quero dizer é o seguinte: todos nós queremos um Brasil melhor. Não há brasileiro que não queira um Brasil melhor. O nosso problema é que nós temos grandes dificuldades em construir um Brasil melhor. E digo isso historicamente, desde a época da mudança da Corte para cá, porque se diz que antes da vinda da Corte não existia País, que o Brasil na verdade não tem 500 anos, só tem 200.

Mas estamos aprendendo, com erros os mais diversos. Vamos numa direção, erramos, de repente voltamos, vamos em outra, erramos de novo. Mas falaram aqui em jovens da época de 80, falaram em jovens da época de 70, eu quero dizer que eu sou um jovem da época dos 40. E, desde a época em que me entendo por gente, com todos os atrapalhos, eu sou um otimista. Acho que o Brasil tem melhorado muito – tem melhorado muito o número de nossas crianças que vão para a escola hoje, o PIB nacional, a infraestrutura. Passamos por crises, mas passamos por momentos virtuosos também.

Economia é um assunto muito sério e muito complexo. Coisas que são absolutamente verdadeiras numa determinada época da história de um país são absolutamente erradas em outra época. Eu quero citar aqui, Paim, o Presidente Lula, pelo qual eu sei que você tem grande admiração. Ele fez uma política anticíclica, correta, em 2008. Jogou dinheiro na economia, o País passou bem pela crise de 2008. Isso era verdade, ele estava certo. Só que o quadro macroeconômico mudou. Quando Dilma tentou fazer a mesma política, deu *impeachment.*

Veja: aquilo que é verdade num momento não é necessariamente verdade em outro momento. O resultado do ciclo todo que nós herdamos são 12 milhões de trabalhadores desempregados, 40 milhões de pessoas na informalidade ou em situação muito precária. Tenta-se desesperadamente ter ideias, ter saídas para este País. O Congresso existe por isso. O bonito da democracia é isto: nós estamos aqui ouvindo diversas opiniões, e quero dizer aos senhores que vou ouvir pessoas com grande capacidade técnica, com grande cultura, com grande inteligência falando exatamente o oposto de tudo que vocês me disseram. Devo ficar com quem? Felizmente, não sou eu que tenho que decidir isso; é o Congresso Nacional que decide isso. O Relator é apenas um catalisador dessa conversa, mas ele não é o dono da conversa nem o dono da conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós passamos por etapas. Há as audiências públicas. Depois, os 26 Senadores da CCJ têm opiniões diversas e vão oferecer emendas. Eu vou apreciar cada uma delas, e eu não tenho o poder de recusar todas. Qualquer um pode pedir que vá a voto sua emenda, e, se a Comissão assim decidir, eu sou obrigado a acatar. A mesma coisa vai acontecer depois, no Plenário do Senado. Depois do Senado, vai para a Câmara, com o debate de mais 513 Deputados; depois disso, vai para a sanção do Senhor Presidente da República; e, depois disso, há ainda o Supremo, que pode declarar inconstitucional uma porção de coisas. Tudo que nós fizermos poderá passar pelo Supremo – absolutamente tudo! Qualquer um pode recorrer ao Supremo. "Qualquer um" é força de expressão, é claro, mas aqueles que têm o poder de chegar até lá podem recorrer – e é fácil chegar até lá – das decisões deste Congresso e do próprio Executivo.

O que eu quero dizer aos senhores, em resumo, é o seguinte: eu sou um cidadão que está aqui quase que – "quase que" não –, por absolutamente amor à Pátria – eu não tenho nenhum outro motivo para estar aqui. O senhor me perguntou da minha carreira política. Ela é nenhuma, ela é zero. Eu sempre fui empresário, eu sempre paguei impostos. Eu deixei minhas empresas com 10 mil empregados e saí completamente delas – passei aos outros acionistas. Tenho a minha vida resolvida, tenho uma aposentadoria que eu construí ao longo da vida com alguns imóveis que eu alugo e poderia ir para casa e não fazer nada, ir pescar, mas eu vim para cá – quero que vocês saibam – por amor ao País, para tentar, de alguma forma, contribuir com este País.

Vocês falam em Ministério Público e combate à corrupção. Eu sempre fui e serei um defensor do Ministério Público, das ações do Ministro Sergio Moro. Por mais que haja discussões ideológicas, seja qual for a ideologia – de esquerda, de direita –, não é isso que importa. Mas, quando não há honestidade, quando não há transparência, quando se tem o roubo governando o país, é claro que isso não pode dar certo. Não interessa se somos de esquerda, se somos de direita; não interessa se temos as melhores intenções do mundo. Com a forma errada, com desonestidade, não é possível construir nada, não se vai fazer nada.

Então, eu quero dizer o seguinte: primeiro, há uma grande incompreensão sobre essa PEC. Se lerem o art. 169 da Constituição, coisa que a maioria dos Senadores e dos Deputados do Congresso não leem – imaginem a maioria do povo –, vão verificar que está escrito lá uma gradação de medidas que se pode tomar na questão da crise fiscal. E, se vocês olharem bem, ali só fala em demissão – demissão de 20%, demissão de 50%, demissão de estáveis, demissão, demissão, demissão. Isso está colocado na Constituição; não é nenhuma PEC que estava fazendo isso – isso está lá na Constituição, já está lá. O que nós estamos fazendo com essa história dos 20%, e não 25%, como foi citado aqui muitas vezes – a possibilidade de redução de 20%? Estamos criando mais um degrau antes da demissão. Se a crise fiscal obrigar a demissão, antes que se faça a demissão, a PEC propõe que se adotem, pontualmente, a critério do gestor, seja do Presidente, seja do Governador, seja do Prefeito, ouvindo assembleias, em alguns casos, de forma mais democrática e transparente possível, usando o bom senso e a inteligência –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se faça, que se evite usar o pesado remédio da Constituição, que é a demissão. Ele é só um degrau a mais dentro do art. 169, não altera em nada o art. 169; coloca mais uma barreira antes da demissão.

Minha gente, falou-se aqui de coisas que dão a impressão de que somos governados não sei por quem, por seres de outro planeta. Quem, com dois neurônios, faria corte de 20%, ou 25%, ou 30%, ou 5%, ou 1% da carga horária das escolas? Quem, com um neurônio, faria o corte de 5%, 10% do tempo de trabalho do policial, dizendo aos bandidos "de tal a tal hora, vocês podem assaltar"? Isso contraria o bom senso.

Eu resolvi escrever isso na PEC. Achei que era inútil, que não precisava escrever porque o art. 169 está lá desde sempre, desde que a Constituição foi feita, e nunca ninguém usou. Essa PEC não obriga nenhum administrador a usar coisa nenhuma, é sempre "poderá", "poderá", "poderá". Esse corte linear e absoluto, de que estão falando em todas as categorias, não existe, isso não existe; isso é terrorismo puro.

Ora, eu não estou aqui para perseguir funcionalismo público. Eu acho que tenho inteligência suficiente e cabelo branco suficiente para entender que não há um país no mundo sem funcionário público bem remunerado, estável em muitos casos, principalmente em certas carreiras em que a estabilidade é fundamental. É claro que não estou aqui para fazer maldades e acho que nem o Governo está aqui para fazer maldades. O que se busca, minha gente, é solução para problemas que já existem. Os discursos que ouço, na maioria das vezes, dão a impressão de que estamos criando todos os problemas com essa PEC. Não, essa PEC não é para criar problemas; essa PEC é para dar alternativas a soluções de problemas que poderão ser usadas ou não, dependendo do discernimento do administrador, do Presidente que o povo elege, do Governador que o povo elege, dos Deputados e Senadores que o povo elege. Não se está aqui ameaçando ninguém com coisa alguma.

Ver ameaça nessa PEC é como ver ameaça em alguém que quer fornecer a um cirurgião instrumentos para que ele faça uma cirurgia. A PEC só fornece instrumentos; a PEC não obriga. Se não quiserem usar nada do que está na PEC, não usarão – tão simples quanto a isso –, como não usaram até hoje as demissões, que poderiam ter sido usadas.

Então, eu acho, assim: muito debate, ouvir é fundamental. Ouvi até agora, vou ouvir até o fim, vou ouvir os meus colegas. Estamos discutindo. Podemos errar, sim, podemos errar como já erramos historicamente inúmeras vezes, mas saibam que será um erro bem-intencionado, não com o objetivo de prejudicar quem quer que seja, não com o objetivo de impedir o trabalho de Ministério Público, que tanto prezo, não com o objetivo de prejudicar universidades, ou de prejudicar cultura, ou de fazer o mal. Ninguém está aqui com a ideia de fazer o mal. Eu, pelo menos, não estou. Estou aqui com a ideia de fazer o bem, estou aqui com a ideia de encontrar soluções para este País, e é por isso que estamos conversando, e é por isso que estamos discutindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito a contribuição de cada um dos senhores. Acho que, como todas as outras, vamos levar em consideração, vamos continuar ouvindo, vamos tentar conciliar isso, e saibam que o resultado final deve ser creditado ao Congresso Nacional, à maioria dos Senadores e à maioria dos Deputados, aos técnicos todos que colaboram com isso. Eu sou apenas um grão de areia nessa tempestade toda que está aí.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Oriovisto, permita-me só um comentário rápido. Sabe do respeito que tenho de V. Exa., eu apenas me preocupo com todos os debates que participo, ultimamente aqui no Congresso, pois o pessoal, em vez de debater, como V. Exa. está debatendo o tema, e esta Mesa o fez, fica sempre falando: "Não, porque o Governo Lula, porque o Governo Dilma, porque ciclano e beltrano." Meu Deus do céu, se, quando o Lula entrou, ele ficasse dizendo: "Porque Fernando Henrique, porque Collor, porque Itamar", ele não teria feito o belo Governo que V. Exa., inclusive, elogiou aqui, eu acho bacana de sua parte.

Eu estava aqui no *impeachment* da Dilma. Independentemente de qualquer coisa, o País começou a piorar depois do *impeachment,* é só ver os números e os dados de como estavam antes do *impeachment* e depois caiu no descrédito, inclusive, em nível internacional, pela instabilidade política que se deu, mas não é isso que eu quero discutir. Eu não quero nunca e não tenho entrado no debate ideológico, mas a maior injustiça que se fez neste País foi com a Presidenta Dilma. Até hoje, ninguém consegue me explicar por que ela foi impitimada. Dizem que foi a tal da pedalada, por que ela pagou o Bolsa Família. Esse é um dos argumentos que eu vi naquele Plenário.

Eu conheço a Presidenta Dilma sabe há quantos anos? Há, no mínimo, 50 anos. Ela mora no mesmo apartamentozinho que ela tinha há 50 anos. Honestíssima! E não estou aqui fazendo debate ideológico, não, porque eu participei do debate do *impeachment*. Eu fui para a tribuna defendê-la e fui reeleito. Olha, se pegar de São Paulo para cá, até o Rio Grande do Sul, dá mais ou menos 13 Estados. Estou pegando de cima, porque não lembro o número exato. Sabe quantos Senadores voltaram? De todos os partidos, só voltei eu. Renovação, como V. Exa., que é uma grata surpresa, preparado, sem sombra de dúvida... E eu defendi a Presidenta Dilma, com muita convicção, na tribuna do Senado. Eu sou da Região Sul e fui reeleito mais uma vez. Com esse mandato, eu estou há 40 anos no Congresso – há 40 anos. Não concorro mais para nada. Deu, chegou a hora de ir para casa, mas são 40 anos neste Congresso.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Presidente Paim, permita-me cumprimentá-lo pela sua capacidade de ficar nesta Casa por 40 anos. Eu estou há um ano e meio e me pergunto muito às noites: "O que eu estou fazendo aqui?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entrei na Constituinte.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Mas vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem uma bela contribuição a dar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – O povo me deu um mandato e vou cumprir.

Deixe-me também lhe dizer que eu, em nenhum momento, fiz qualquer crítica à Presidenta Dilma; eu fiz a nossa história...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Elogiou, inclusive, o Presidente Lula.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que é difícil...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Não, mas tenho que reconhecer que o homem tem muitas qualidades. Tem defeitos também, como todos nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro. Como aquela frase aqui que você colocou muito bem ali: "Nem tudo dá certo, o erro é de todos nós."

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Não tem compromisso com o erro, eu também não tenho. O Juscelino estava muito certo nisso, mas o que eu quero dizer é que foi o Congresso que fez o *impeachment* da Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estava lá, eu participei.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Não é? Então, é isso que eu digo: historicamente, nós temos acertado e temos errado, e a história que acaba dizendo se foi um erro ou se foi um acerto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Então, ainda é muito recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro. Eu só concluo dizendo que tudo piorou de lá para cá, mas não vamos entrar neste debate.

Agradeço muito ao Relator; ele sabe o carinho que eu tenho por ele. Sem sombra de dúvida, poucos são os relatores que ficam em todas as audiências públicas ouvindo a sociedade civil organizada.

E V. Exa. ainda... Tínhamos outra na segunda, e eu estava com uma dificuldade porque eu tinha uma audiência da cultura lá na CDH. Ele disse: "Paim, eu estou com outro problema. O que você acha de, até para termos um fórum mais privilegiado, a gente passar para terça de manhã?"

Acertamos de comum acordo e todos concordaram.

Muito obrigado a todos, vamos encerrar porque o Plenário vem aí.

Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Plínio Valério, Leila Barros, Prisco Bezerra, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Humberto Costa, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Luiz Pastore, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Roberto Rocha, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel, Irajá, Sérgio Petecão, Jorginho Mello e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2108, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar na educação básica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5014, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Obriga as empresas de transporte coletivo de passageiros e as empresas que exploram salas de cinema comerciais a veicular filmes ou vídeos com o objetivo de combater a violência, a perversão, o preconceito e o uso de drogas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 92, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Declara Francisco Saturnino Rodrigues de Brito Patrono da Engenharia Sanitária do Brasil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5101, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5015, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana da Educação Olímpica nas escolas públicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3807, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu acompanhante." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº1-CDH. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4614, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, para obrigar a presença de um profissional de Educação Física nas entidades formadoras de atletas e nas escolinhas de futebol onde se realizam a iniciação e a formação esportiva." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4028, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à “Santa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dulce dos Pobres”." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva apresentada pelo Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4682, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3202, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a data de 24 de maio como o “Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia”." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4613, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira" **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 118, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 90/2019 - CE, destinada a instruir o PL 4028/2019, que declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à “Santa Dulce dos Pobres”." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA) e Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento com subscrição do Senador Flávio Arns. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 1, de 2020** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com alteração de "convocação" para convite e com subscrição dos Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 2, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tomar conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito de atuação do Ministério da Educação, bem como discutir as prioridades a fim de trabalhar para uma agenda conjunta e propositiva para o país. Propõe para a audiência a presença do Senhor Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro da Educação." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 12 da pauta. Ficam retirados da pauta os itens 1 e 7, a pedido dos Relatores.

Permitam-me, Srs. e Sras. Senadoras, fazer uma pequena introdução, haja vista que nós estamos na primeira reunião ordinária desta importante Comissão. Honra-me muito cumprimentar a todos nesta primeira reunião deliberativa de 2020.

Encerramos o ano passado com um grande e intenso trabalho em prol de pautas importantes na área da educação, da cultura e do esporte. Neste ano, precisamos manter o mesmo empenho. É salutar unir esforços em torno de uma agenda que seja positiva para o Brasil. É necessário cobrar do Governo Federal atitudes que favoreçam o diálogo e também propor medidas que fujam da polarização e que se transformem em boas políticas públicas para a Nação brasileira. Teremos muito trabalho pela frente.

O esporte, neste ano, terá grande visibilidade por conta das Olimpíadas. Tenho a convicção de que devemos aproveitar este momento para aprimorar ainda mais nossos debates avançando na direção de defender um grande plano nacional do esporte. No Brasil, cerca de 70% das escolas públicas não possuem uma quadra de esportes. Num País com tantos talentos esportivos de base, fomentar o esporte desde as etapas iniciais da escola precisa estar em nossos horizontes. É preciso que a Comissão atue com firmeza nessa direção.

Com relação à cultura, tivemos diversas polêmicas desde o início deste ano. Não vou me ater aos detalhes do que passou. O que cabe agora é olhar para o futuro e trabalhar pela melhoria da ampliação dos incentivos e dos recursos públicos e privados voltados à cultura brasileira. Há milhões de artistas espalhados pelos quatro cantos deste País que anseiam por mais oportunidades, e é nosso papel trabalhar pelos brasileiros que vivem da arte no Brasil. No que depender deste Colegiado, tenho certeza absoluta – e acho que posso falar por ele – de que a cultura terá um respaldo para os avanços de que necessita.

Na educação estão os maiores desafios, na minha opinião. A aprovação de um sistema nacional de educação precisa entrar em nossa agenda. Está mais do que na hora de colocarmos no papel os deveres e funções de cada ente federativo, além da concretização do ideal regime de colaboração entre Estados, União e Municípios. O sistema nacional de educação é matéria fundamental para integrarmos a educação brasileira, fazendo-a mais eficiente e mais organizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 12 da pauta. Ficam retirados da pauta os itens 1 e 7, a pedido dos Relatores.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2108, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar na educação básica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Goulart (PSD/)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 4614, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, para obrigar a presença de um profissional de Educação Física nas entidades formadoras de atletas e nas escolinhas de futebol onde se realizam a iniciação e a formação esportiva.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam-me, Srs. e Sras. Senadoras, fazer uma pequena introdução, haja vista que nós estamos na primeira reunião ordinária desta importante Comissão. Honra-me muito cumprimentar a todos nesta primeira reunião deliberativa de 2020.

Encerramos o ano passado com um grande e intenso trabalho em prol de pautas importantes na área da educação, da cultura e do esporte. Neste ano, precisamos manter o mesmo empenho. É salutar unir esforços em torno de uma agenda que seja positiva para o Brasil. É necessário cobrar do Governo Federal atitudes que favoreçam o diálogo e também propor medidas que fujam da polarização e que se transformem em boas políticas públicas para a Nação brasileira. Teremos muito trabalho pela frente.

O esporte, neste ano, terá grande visibilidade por conta das Olimpíadas. Tenho a convicção de que devemos aproveitar este momento para aprimorar ainda mais nossos debates avançando na direção de defender um grande plano nacional do esporte. No Brasil, cerca de 70% das escolas públicas não possuem uma quadra de esportes. Num País com tantos talentos esportivos de base, fomentar o esporte desde as etapas iniciais da escola precisa estar em nossos horizontes. É preciso que a Comissão atue com firmeza nessa direção.

Com relação à cultura, tivemos diversas polêmicas desde o início deste ano. Não vou me ater aos detalhes do que passou. O que cabe agora é olhar para o futuro e trabalhar pela melhoria da ampliação dos incentivos e dos recursos públicos e privados voltados à cultura brasileira. Há milhões de artistas espalhados pelos quatro cantos deste País que anseiam por mais oportunidades, e é nosso papel trabalhar pelos brasileiros que vivem da arte no Brasil. No que depender deste Colegiado, tenho certeza absoluta – e acho que posso falar por ele – de que a cultura terá um respaldo para os avanços de que necessita.

Na educação estão os maiores desafios, na minha opinião. A aprovação de um sistema nacional de educação precisa entrar em nossa agenda. Está mais do que na hora de colocarmos no papel os deveres e funções de cada ente federativo, além da concretização do ideal regime de colaboração entre Estados, União e Municípios. O sistema nacional de educação é matéria fundamental para integrarmos a educação brasileira, fazendo-a mais eficiente e mais organizada.

Por fim, dezembro de 2020 é o prazo máximo de vigência do atual modelo do Fundeb. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação é a mais importante política educacional brasileira, sendo responsável por cerca de 63% de todos os recursos aplicados em educação.

Quero deixar claro aqui que, na condição de Presidente desta Comissão, atuarei com altivez para a aprovação do novo Fundeb. Essa agenda será uma de nossas principais prioridades. Conto com o apoio de todos os membros deste Colegiado para, mais uma vez, elaborarmos uma agenda capaz de aprovar o Fundeb de caráter permanente e com formas mais justas na distribuição dos recursos, fazendo com que os Municípios mais pobres possam receber uma maior fatia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com o intuito de realizar cada vez mais melhorias na legislação, de ampliar direitos, especialmente dos mais pobres, que iniciamos nosso ano legislativo. Vamos destravar uma agenda que seja positiva para o Brasil, levando desenvolvimento e justiça social para todas as regiões.

Enquanto a política nacional continuar polarizada e agarrada em agendas de menor interesse social, nosso futuro estará fadado ao fracasso. Vamos sair da polarização e ajudar na transformação do nosso Brasil.

A educação é o futuro da Nação, e uma grande nação se constrói com educação.

Faço essa introdução para iniciarmos o nosso ano legislativo, iniciarmos nossos trabalhos. Agradeço a presença de todos os nossos Senadores que formam esta Comissão, que muito orgulho me traz de presidir.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, consulto o Plenário se os Senadores gostariam de fazer o uso da palavra. Já percebo que o Senador Flávio Arns deseja utilizar a palavra, a quem concedo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar V. Exa. por aquilo que foi dito e reforçar: nós lemos no fim do ano o relatório, como política pública desta Comissão, sobre o Fundeb. O Fundeb é manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização do magistério.

Nada é mais importante para uma família do que a família pensar: "Olha, o meu filho pode ir para creche, pode ir para pré-escola, ensino fundamental, aprender a ter um trabalho, começar a ganhar o seu dinheiro, jovens e adultos, se não estudar na idade própria, pessoas com deficiência...". Tudo isso é educação básica. E nós precisamos reforçar essa ideia, o Brasil todo precisa levantar essa bandeira. Não é primeira prioridade; educação é prioridade – eu sempre falo – absoluta. Não há primeira ou segunda, é a maior de todas. O Brasil vai melhorar pela educação. E a família ao mesmo tempo se sente segura.

Eu acho tão bonito quando um pai, uma mãe falam: "Olha, eu quero que meu filho seja 'alguém na vida'". "Alguém na vida" significa ter escola, ter trabalho, ser independente, e isso é pela educação. Então, quero reforçar a ideia do Fundeb.

Agora, como educação, cultura e esporte, quero parabenizar a nova Secretária Especial, Regina Duarte, desejar que faça um excelente trabalho como Secretária Especial, que haja um bom diálogo com a sociedade, porque o Brasil precisa de diálogo, de discussão, de achar caminhos em conjunto com todas as áreas da cultura. Cultura e educação trabalham juntas nesse sentido de promoção do ser humano, nossa história.

Então, queremos ficar à disposição, porque ela inclusive, uma hora, pode também, depois que tomar conhecimento dos trabalhos da secretaria, vir aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero desejar sucesso no trabalho, porque é uma pessoa conhecida, de prestígio, todos nós gostamos dela.

Agora, ao mesmo tempo, neste ano, de uma maneira particular, o esporte: nós temos as Olimpíadas e as Paralimpíadas em Tóquio, inclusive com vários projetos de lei aqui em tramitação.

Com esporte e cultura, junto com educação, a gente pode ter algo maravilhoso para os alunos, porque eles gostam de música, de dança, de teatro, de vôlei, de basquete, de modalidades esportivas; então é articular essas três áreas.

Estamos num ano importante: é Fundeb, é cultura, é esporte. Que as suas palavras, Senador Dário Berger, nos incentivem, nos estimulem a pensar: "Olha, vamos fazer parte dessa mudança aí".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, foi muito oportuno o seu pronunciamento de abertura, bem animado e protagonizando o esforço desta Comissão ativa no sentido de realmente nos orgulharmos da educação.

Acabei de produzir uma pequena obra, redigida pela competente Consultoria Legislativa do Senado, sobre a história da educação deste 1500 até hoje. Até mandei pegar no gabinete para deixar com vocês, para folhear aqui e ali um trechinho, mostrando, Sr. Presidente, que infelizmente tivemos surtos episódicos de manifestação pela educação.

No Império, quase nada. Antes do Império, só os jesuítas. Depois, já na Velha República, muito pouco, Sr. Presidente, se falou em educação. E depois, na década de 20, começaram os primeiros arroubos educacionais, ficaram ali mesmo. Em 1932, a coisa começou a pegar corpo com Anísio Teixeira e outros intelectuais. E assim vem andando, de Presidente e Presidente, de iniciativas e iniciativas isoladas, que nasciam e morriam, as boas ideias fantásticas que até hoje devem ser reincorporadas, agora – maravilhosas. Então, entram no esquecimento. São ideias fantásticas, documentos produzidos que também morreram.

Agora a gente fica observando por onde começar.

A gente começa pelo MEC, de cima para baixo, ou começa de baixo para cima, dos Municípios para cá, como têm feito muitos Estados brasileiros que têm obtido bons resultados? E prefeitos isolados, por iniciativa própria, por capricho pessoal, têm feito melhorias substanciais na educação de muitos Municípios brasileiros que poderiam ser copiadas.

Então, eu creio que V. Exa., como o grande líder desta Comissão... A gente pode, de agora para a frente, reescrever, como o próprio Flávio Arns acaba de falar, o Fundeb, como um financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora há pouco, no mês de janeiro, mês de dezembro, aumentou-se o piso do magistério para dois mil oitocentos e poucos reais – ainda é pouco. O Flávio Dino, lá no Maranhão, está muito além, ele é arrojado, jogou lá para a frente, mas há Município que vai optar ou pela lei de responsabilidade, ou por não cumprir a lei do piso do magistério, porque ele não tem recurso, tem folhas atrasadas de salário.

Então, eu acredito que o mais justo mesmo é o que o Flávio Arns está fazendo com a Deputada Dorinha: aumentar o percentual progressivo de investimento na área do Fundeb, em anos para a frente, lento e gradual, para que os Municípios possam colocar o piso deles, que pode ser muito maior do que esse. E que a gente não fique com faca no pescoço, em cima dos Prefeitos, sem ver a realidade deles, impondo um pacto desfederativo que realmente não respeita as condições de finanças dos próprios Municípios.

Assim sendo, parabéns a V. Exa. O trabalho que o Senador Flávio Arns está fazendo é gigantesco. Estou ao seu lado, e acho que a Comissão inteira está ao seu lado para esse trabalho. Eu conclamo o Presidente da Câmara dos Deputados, que já se manifestou favorável a que a Lei do Fundeb seja lei do Congresso, e não pauta de Governo. É lei nossa, é lei de quem estuda, é lei de quem convive com as dificuldades, e realmente não é algo que um ou outro Ministro, por acaso, imponha, uma reforma de cima para baixo. Essa em que o Flávio trabalha com a Dorinha e outros – é uma equipe maravilhosa! – é a ausculta do povo brasileiro. Milhares – dezenas, não falo milhares –, dezenas de audiências públicas verdadeiras. Eles captaram todo esse sentimento na forma de um relatório que, em breve, estará andando por aqui. Queremos conclamar a manifestação do Presidente da Casa, daqui do Senado, Davi Alcolumbre, para que assuma também essa pauta como a pauta do Congresso, a pauta do Senado, a pauta da Comissão de Educação.

É só isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu cumprimento V. Exa. e já passo a palavra para V. Exa., Senador Prisco Bezerra. Senador Luiz do Carmo.

Eu quero registrar, com muita honra, a presença de inúmeros Senadores que participam da abertura destes trabalhos no início de 2020, deste ano legislativo. Permitam-me nominar, começando pelo Senador Fabiano Contarato, que é um brilhante Senador, que veio trazer um brilho todo especial à nossa Casa. O Senador Confúcio Moura dispensa comentários, até pelo nome, que herdou. Certamente, seus pais tinham essa expectativa de ter um brilhante filho na família. Eu gostaria de que V. Exa. pudesse fazer uma dedicatória para mim, aqui, nesta série histórica com que V. Exa. acaba de nos presentear, que, certamente, será de grande valia para todos nós.

Quero cumprimentar meu querido amigo Luiz do Carmo, nosso companheiro, brilhante Senador daqui de Goiás, que aprendi a admirar ao longo deste período. O Senador Flávio Arns, que é o nosso Vice-Presidente da Educação, daqui da Comissão, que é um dos mais profundos conhecedores da educação brasileira, a quem quero render as minhas homenagens. O Senador Nelsinho Trad, Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Relações Exteriores, ex-Prefeito comigo, um brilhante Senador, que traz um relevo todo especial ao nosso debate aqui, na educação. O Senador Prisco Bezerra, que assumiu há pouco tempo, mas que tem um currículo também invejável e que nos honra também com a sua presença na nossa Comissão, e o Senador Eduardo Girão, um combatente, um resistente, um homem que representa o Ceará com altivez e que defende aquele Estado como poucos defenderam aqui, no Congresso Nacional. Então, rendo também as minhas homenagens a V. Exa.

Passo a palavra, então, ao Senador Fabiano Contarato; depois, passo a palavra ao Senador Prisco Bezerra; depois, ao Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem.) – Eu só queria que antecipasse o item 6, se tivesse condições.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ele é terminativo. A princípio, nós seguiríamos a pauta, mas, se não houver objeção, sem problema nenhum para mim começar pelo item 6.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero iniciar parabenizando e desejando a V. Exa. um ano a frente de uma das Comissões mais importantes que eu reputo que há no Senado da República. O senhor, com sua serenidade emocional, com sua sobriedade, com seu equilíbrio, tem conduzido esta Comissão com maestria. Eu tenho aprendido muito com V. Exa., em nome de quem eu saúdo todos os Senadores aqui presentes – permita-me, até mesmo por uma questão de economia.

Quero desejar também que este ano seja um ano de muita coragem, de muita resistência e de valorização da educação no Brasil. Mas eu queria aqui, como sempre, fazer um alerta aos colegas. Como eu sempre gosto de citar Platão, Platão falava que a sabedoria está na repetição. Corroborando isso, nós temos que falar algumas verdades.

Do Orçamento deste ano de 2020, na educação, Senador, nas universidades federais, nos institutos federais e na Capes, onde se trabalha a cientificidade, foram cortados 10 bilhões – 10 bilhões! Os hospitais, na área de saúde, perderam três bilhões. O corte das bolsas de pesquisa do ensino superior foi de 21%, aproximadamente 600 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse meu questionamento não é questionamento de direita ou de esquerda. Não! O que vier de coisa boa do Governo Federal terá em mim um aliado, sempre vai ter, porque acho que o que mais prejudica o Brasil é polarização. Agora, nós precisamos ter razoabilidade.

Enquanto eu falei nesses cortes do orçamento de 2020, Senadores, em 2019, no meu primeiro ano de mandato, o Governo elevou em 22,1% os gastos do Ministério da Defesa. Ora, o que é prioridade num País de desdentados, desvalidos, sem vez, sem voz, sem trabalho, sem dignidade, sem saúde, sem educação, sem habitação? Com salário mínimo que beira uma afronta? Porque isso está lá no art. 7º, inciso IV, desde 1988, que a União instituirá um salário mínimo capaz de suprir suas necessidades e da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, higiene... E nós temos um mísero salário, enquanto servidores, aqui nesta Casa, ganham salários astronômicos.

Aí vem uma reforma da previdência que é para cortar privilégio, mas que só atinge pobre! É uma reforma que... Esse Governo definitivamente - perdoem-me, é a fala de um cidadão – não é um Governo dos pobres, é um Governo dos empresários, dos banqueiros e de fortalecimento dos cofres públicos da União.

Eu não poderia deixar de falar da importância que nós temos quando verificamos que das escolas públicas, Senador, apenas 27,3% contam com biblioteca. Imaginem que a educação pública já é um caos. E eu não falo das universidades federais, dos institutos federais porque quem entra ali, na maioria, não são os pobres! A concorrência é desleal. Se não for o sistema de cotas, o pobre não faz um curso de Medicina numa universidade federal. Isso é realidade!

Apenas 8,1% das escolas têm laboratório de ciências. Apenas 37,2% das escolas contam com quadras esportivas. Ah, o samba... Já que nós estamos próximos do Carnaval, há um samba que diz o seguinte: "Deixa a máscara cair, que eu quero ver você sorrindo. Bota fé no seu olhar, que o amanhã será bem-vindo".

É preciso provocar a queda de máscara das instituições, a começar pelo Ministério da Educação e Cultura; a começar por esse Ministro da Educação. Nós acabamos de passar por um vexame com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Eu nunca vi isso na minha vida! E mais uma vez, quem vai sofrer, quem está sofrendo são os pobres. Como eu posso falar bem de um Governo que aumenta o orçamento na área do Ministério da Defesa, sendo que de 27,3% das escolas públicas do ensino fundamental, só 27% têm biblioteca! Só 37% estão com quadra esportiva! Só 8% possuem laboratório de ciências! E um piso nacional de R$2,8 mil, quando o Ticket Alimentação de determinadas categorias ultrapassa esse valor? Não tem como eu falar que nós estamos num caminho bom.

É preciso que este Senado dê uma resposta contundente. Que nós tenhamos o Fundeb de forma permanente, mas que nós Senadores sejamos mais corajosos. Vamos esquecer ideologia partidária, se é partido A, B ou C. Não! Nós estamos aqui para representar o povo, porque todo poder emana do povo e é exercido pelos seus mandatários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso deixar de fazer minha crítica, mas minha digital nesse processo de desvalorização do professor...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... principalmente da rede pública! Eu não posso deixar de estar aqui sempre falando, sempre denunciando que existem professores nos rincões do Brasil que ganham um salário mínimo; denunciando que as escolas estão sucateadas; denunciado que todos somos iguais perante a lei, que é apenas uma premissa expressa no art. 5º, infelizmente está deitada eternamente em berço esplêndido!

Eu sonho com um dia em que nós teremos aqui a representatividade maior da população indígena, dos negros, das mulheres, dos deficientes! Eu sonho com um dia em que esta Casa não seja composta por engravatados, ricos, brancos, que estão decidindo a vida de 220 milhões de brasileiros, que clamam e têm sede de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Eu sonho com um dia em que eu chegarei aqui para falar que tenho orgulho de ser Senador da República no Brasil, porque nós efetivamente diminuímos o abismo existente entre os milhões de pobres e a concentração de riquezas nas mãos de tão poucos! Mas agora esse sonho está longe de se tornar realidade!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento V. Exa. e ofereço a palavra agora para o Senador Prisco Bezerra. Em seguida, o Senador Humberto Costa.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, queria registrar que me sinto muito honrado em participar desta nobre Comissão. Eu milito há mais de 20 anos na área da educação e queria humildemente me oferecer para contribuir com o que for preciso, numa Comissão que pode mudar a vida de tantos jovens deste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa. e ofereço a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Eu quero aqui me associar, de modo integral, à fala do Senador Fabiano Contarato e dizer que ainda no final do mês passado, o Senador Randolfe Rodrigues apresentou a esta Comissão um requerimento para que o Sr. Ministro da Educação, Abraham Weintraub, viesse aqui para nos explicar todo esse episódio que envolveu a realização do Enem, as matrículas para o Sisu, e tudo o mais que aconteceu paralelamente a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi que na pauta de hoje o requerimento não estava para ser votado. Resolvi então apresentar um novo requerimento com essa mesma preocupação, e ao mesmo tempo apresentar ao Plenário da Casa – e para isso eu vou buscar o apoio de líderes dos partidos aqui nesta Casa – pedido para que nós convoquemos o Sr. Abraham Weintraub para uma Comissão Geral, em que ele possa aqui responder pelas ações, pelas omissões que o seu Ministério realizou, particularmente nesse caso.

Aliás, com todo respeito, Sr. Presidente, eu entendo que é vexatória a situação do Ministério da Educação sob esse Governo.

Primeiro, nós tivemos a presença no Ministério de um cidadão colombiano. Eu desconheço de onde ele tinha agregado credenciais para se tornar Ministro da Educação do Brasil. Foi um desastre, mas nesse período talvez não tenha havido tempo para que ele produzisse um grande desastre, porque ele saiu pouco tempo depois. Mas o que veio em seguida, além de ser tão ruim quanto ele... Aliás, o Brasil tem tido um azar nessa área da educação, com escolhas malfeitas. O Presidente Temer, que ganhou de presente do golpe que foi dado no Brasil o Governo Federal, escolheu um terrível Ministro da educação, da minha terra, o meu conterrâneo, mas foi terrível, desmontou coisas importantes, nada fez de novo, nada agregou, desmontou ações consideráveis que foram construídas ao longo dos Governos do PT. E eu disse várias vezes aqui no Plenário: "O pior Ministro da Educação da história do Brasil."

Mas o Presidente Bolsonaro acho que se viu desafiado pelo Presidente Temer e decidiu: "Eu vou escolher um pior." Aí, escolheu o Sr. Vélez. Esse foi terrível, mas nós achávamos que não poderia haver um pior. E veio um pior! Esse pior que veio se acha, isso que é... Ele esteve aqui, no Senado, esteve na Câmara, confundiu nome de filósofo com nome de comida árabe e tal... Mas se acha, é arrogante, é prepotente. E agora conseguiu fazer – perdoem-me o termo chulo – uma lambança – uma lambança –, mexendo com o futuro de milhões de jovens neste País. E não são apenas pessoas pobres – dizem que a gente aqui só defende os pobres –, não, são os jovens de classe média que dedicaram a sua vida, que criaram uma expectativa de entrar na universidade, em particular, numa escola pública. Porque aqui todo mundo defende o setor privado, mas quando se fala de ensino, todo mundo tem que reconhecer que é o ensino público universitário no Brasil que tem maior qualidade, que faz pesquisa, que produz profissionais qualificados.

Aí, nós assistimos a uma coisa de uma irresponsabilidade, de um descaso, de uma ação inclusive que quebra os princípios da Administração Pública. Ele resolve aceitar avaliar, reavaliar a nota de um estudante a partir de um Twitter que ele recebeu diretamente de alguém que diz que é alinhado com o Governo. Por outro lado, ações na Justiça que pediam a mesma coisa não foram atendidas.

Então, qual é a credibilidade que nós vamos poder ter neste ano quanto ao que aconteceu com o Enem? Como vamos saber se de fato esse resultado do Enem está com a fidedignidade capaz de fazer com que as pessoas que foram selecionadas pelo Sisu para universidades no Brasil e fora do Brasil... Vejam, é uma lambança internacional – uma lambança internacional! As provas do Enem são utilizadas inclusive para a entrada de jovens em universidades em Portugal e em outros países. Isso só foi possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o Enem tinha uma credibilidade. Criado pelo Ministro Fernando Haddad, aplicado com toda a isenção... Não quer dizer que não teve problemas, não, teve sim, porque num processo como esse que envolve milhões de pessoas, provas em milhares de Municípios do Brasil, lógico, acontece uma coisa ou outra. Mas isso que aconteceu aí é uma demonstração de incompetência, de responsabilidade, de falta de compromisso público, de prepotência...

Então, eu acho que o Senado Federal não pode, Sr. Presidente – e para isso eu apelo a V. Exa. –, deixar de ouvir esse cidadão. Ele tem que ser convocado para esta Comissão ou para o Plenário para que diga o que aconteceu. Nós não sabemos sequer se isso vai ter um fim, porque quem está se achando prejudicado vai até as últimas consequências para garantir a sua vaga. O coitado que entrou, que não tem nada a ver com a lambança feita pelo Ministro, também vai ficar com a sua vaga, que foi obtida, ameaçada, porque ele não sabe se a Justiça vai utilizar um critério que vai fazer com que ele perca a vaga que obteve.

Então, Sr. Presidente, a não ser que o Presidente da República demonstre sensibilidade e mande esse cidadão de volta para o lugar de onde ele veio, mande-o assistir às aulas desse charlatão chamado – como é o nome dele, o feiticeiro e astrólogo de lá da Virgínia, nos Estados Unidos – Olavo de Carvalho. Que ele vá tomar aula lá com o Olavo de Carvalho, mas que ele passe o mais distante possível de uma escola pública ou privada, de uma universidade, de qualquer órgão que ele com a sua ignorância... É uma ignorância arrogante, porque se acha. Hoje, no Brasil, lamentavelmente, valoriza-se a ignorância, a mentira, a falta de conhecimento histórico. Isso tudo hoje está valorizado no Brasil.

Então, a não ser que o Presidente da República tome consciência de que não dá – não dá – e mande o sujeito embora, caso contrário ele tem que vir aqui, tem que vir aqui prestar contas das besteiras que ele falou.

Vejam como é a coisa, além de tudo, ele é um dos cabeças de *fake news*, das mentiras no Brasil. O Presidente da Câmara disse que era um desastre a gestão dele, que aquilo desmoralizava o Brasil.

No outro dia, as redes sociais transformaram Rodrigo Maia num alvo, uma coisa absurda, desrespeitosa, uma coisa inaceitável numa democracia, o Presidente da Câmara...

Então, além de tudo, esse Weintraub é um dos cabeças desse negócio. Saíram em defesa dele essas redes sociais que estão por aí, manipuladas pela extrema direita no Brasil.

Então, Sr. Presidente, o sentido da minha fala é na linha de pedir que V. Exa. possa colocar o mais rapidamente possível em votação essa convocação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Vou ser rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Senador Randolfe fez esses requerimentos de convocação, e ele aqui não está, eu pediria a sensibilidade de V. Exa. e dos colegas, porque eu vou subscrever esse requerimento de convocação do Ministro da Educação e pediria que fosse pautado e colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

Bem, realmente está sobre a mesa aqui requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando a convocação do Ministro da Educação, para aqui estar.

Eu não coloquei em pauta por uma questão lógica, até pelo início dos trabalhos e por se tratar especificamente, Senador Humberto Costa, de uma convocação, porque uma convocação chega a ser deselegante na relação do Poder Legislativo, principalmente da mais alta Casa legislativa do País, com um Ministro de Estado. Então, eu consulto os queridos membros desta Comissão se existe a possibilidade de nós alterarmos para convite. Na hipótese de ele não comparecer com o convite, evidentemente nós faríamos imediatamente a convocação. Se assim o Plenário desta Comissão, desta reunião, deliberar, eu tenho também o requerimento pronto, só alteramos de convocação para convite, e mandaremos imediatamente o convite ao Ministro.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu sou uma pessoa altamente flexível: não há problema. Eu acho que nós podemos transformar em convite, acho que poderíamos nos dar um prazo máximo, para que ele respondesse e marcasse a vinda aqui... Agora, eu queria emitir aqui uma opinião diferente da de V. Exa., para que também nós não consideremos uma atribuição que é nossa, garantida pela Constituição, como algo que fere, não sei, a...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Suscetibilidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A suscetibilidade de quem quer que seja.

Eu fui Ministro da Saúde durante dois anos e meio, eu estive aqui no Senado e na Câmara, várias vezes, convocado, jamais me senti diminuído ou ofendido por isso. Isso é uma coisa normal. Às vezes a gente tem, no jogo parlamentar, uma preocupação tão grande de manter as relações, que eu acho que é muito bom, mas a gente não pode perder também o senso de que isso é uma obrigação desta Casa e uma obrigação do Ministro também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso concordar com V. Exa. Inclusive, tenho ótimas recordações da época em que V. Exa. era Ministro da Saúde. Eu era Prefeito naquela oportunidade e, permita-me um parêntese, fizemos uma grande transformação no atendimento da saúde no Município de Florianópolis.

Naquela oportunidade, nós construímos... Eu, agora, já perdi as contas, mas foram inúmeras Unidades Básicas de Saúde, foram duas UPAs e quatro policlínicas, e que tiveram participação na maioria dessa política de saúde no Município de Florianópolis, com a atuação particularmente especial de V. Exa., quando Ministro da Saúde. Então, fica o registro.

E quero reconhecer de V. Exa. que nós não podemos abrir mão das nossas atribuições e que a convocação é um procedimento elementar e básico das nossas atividades. Entretanto, eu quero submeter ao Plenário, quero dividir essa responsabilidade, para, se a gente puder, transformar em convite. Senão, se a maioria achar que nós devemos convocar, evidentemente que eu colocarei a convocação...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só vou ouvir, Senador Nelsinho, primeiro o Senador Fabiano Contarato. Em seguida, passarei a palavra a V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Senador, eu acho que, por equilíbrio, por uma questão de coerência, eu não tenho nada a me opor a transformar a convocação em requerimento. Agora, obviamente, que seja num prazo curto, porque os problemas são urgentes e ele tem que vir aqui. E, caso ele aqui não compareça, vamos fazer a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só corroborando, cumprimentando V. Exa. e os colegas Senadores... Corroborando só no sentido do prazo: hoje é para ontem, podemos dizer assim. Então, gostaríamos de só pedir essa atenção, e acredito que não só V. Exa., mas todos aqui têm interesse em ver a educação do País realmente ir para frente, andar, e resolver essas questões, que são para ontem. Só na questão da atenção do prazo, com relação ao convite. Senão, imediatamente a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente.

Eu estou aceitando sugestão de datas. Convidaríamos já para a próxima terça-feira? V. Exas... Eu quero aqui ser uma espécie de magistrado dessa relação. Eu sou um homem do entendimento, do diálogo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e acho que o que nós estamos precisando neste País é de mais conversa, mais diálogo, mais entendimento, para que as coisas possam tomar o rumo que todos nós desejamos.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Bom, apenas, Presidente Dário Berger, para também manifestar aqui a minha concordância com o encaminhamento de V. Exa., deixando o alerta de que é um convite e que, se não for atendido esse convite, a convocação é iminente. Então, eu entendo que é um caminho mais sensato, mais tranquilo, e espero que ele possa atender ao convite, para poder aqui estar presente.

Quero também aqui trazer uma lembrança, pela ocasião em que o Ministro Humberto Costa esteve na pasta da saúde, dos excelentes trabalhos e parcerias que ele fez com a cidade de Campo Grande. Realmente, até hoje nós temos frutos dessa parceria do Ministro Humberto Costa, Ministro da Saúde na época, com a nossa cidade, ocasião em que eu também era Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Senador Izalci, parece-me que V. Exa. quer usar a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, era só para também fazer esse apelo, para que a gente pudesse fazer não uma convocação, mas um convite. Acho que não tem nenhuma dificuldade de o Ministro comparecer aqui para dar as suas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Então, vamos deliberar o requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Eu penso que, já subscrito pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador Fabiano Contarato e subscrito certamente por todos os Senadores que compõem esta Comissão, transformando convocação para convite.

É o Requerimento nº 1:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 1, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Exmo. Sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros

Observações: *Requerimento transformado em convite e subscrito pelo Senador Fabiano Contarato.*

O Senador Randolfe Rodrigues faz uma extensa justificativa. Peço licença a V. Exas. para abrir mão da leitura, uma vez que vários Senadores já se manifestaram acerca do problema, que é do conhecimento de todos nós, pela mídia e pelas consequências que ele repercutiu, tanto no Brasil quanto fora do Brasil.

De maneira que fica o convite, então, para a próxima terça-feira.

Esse é o convite, por unanimidade, defendido por esta Casa, para que o Ministro da Educação possa aqui comparecer.

Coloco, então, em deliberação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, está feito o convite para o Ministro estar aqui na próxima terça-feira para nós discutirmos as questões da problemática do Enem desse ano que passou.

Nós já tínhamos aprovado quanto ao item 6 da pauta, a solicitação do Senador Luiz do Carmo. Depois nós seguiremos na pauta de maneira normal.

Esse projeto, Senador Luiz do Carmo, é terminativo.

Então, nós ainda não temos quórum suficiente para deliberar. Entretanto, vou conceder a palavra a V. Exa. para fazer a leitura e, se não tivermos o quórum necessário, nós sobrestaremos o projeto e aguardaremos para deliberar quando nós tivermos o quórum qualificado para a deliberação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3807, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu acompanhante.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº1-CDH.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDH.*

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Então, ofereço a palavra ao Senador Luiz do Carmo para a apresentação do seu relatório.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, se me permitir, vamos direto à análise do projeto.

Compete à CE opinar sobre proposições que tratem de cultura e desportos, bem como de espetáculos públicos, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Existe, muitas vezes, um espaço a ser transposto entre o reconhecimento de um direito e a possibilidade de seu efetivo usufruto. É essa justamente a preocupação do Projeto de Lei nº 3.807, de 2019, quando busca garantir a possibilidade de que a pessoa com deficiência e seu acompanhante comprem por meio remoto o ingresso para os eventos culturais e esportivos de que trata o art. 44 da Lei Brasileira de Inclusão, sempre que haja venda antecipada. Os ingressos serão para os espaços livres e assentos especialmente reservados para a pessoa com deficiência, previstos no referido art. 44 da LBI, nos termos em que vier a ser regulamentado o disposto em seu projetado §8º.

Não há dúvida de que essa comodidade estimulará a aquisição de ingressos por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida para os eventos de natureza cultural e esportiva, tornando mais efetivo o direito à cultura e ao lazer que a Lei Brasileira de Inclusão procura assegurar.

Compete à União, concorrentemente com os Estados e Municípios, legislar sobre cultura e desporto, de acordo com o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. Nada há, ademais, nada que desabone a proposição no que tange à sua constitucionalidade e juridicidade, aí inclusa a técnica legislativa, de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Somos assim favoráveis à aprovação da matéria, nos termos em que sua redação foi cuidadosamente aperfeiçoada pela emenda aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.807, de 2019, conforme redação dada pela Emenda nº 1, da CDH.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão.

Com a palavra a autora, a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero ressaltar como foi lido, agradecendo ao Relator, Senador Luiz do Carmo, pela sensibilidade e pela maestria do trabalho que foi feito, no entendimento da necessidade de que possamos cada dia mais trabalhar efetivamente em torno da inclusão.

Esse projeto nada mais é do que assegurar realmente a inclusão de pessoa com deficiência e seu acompanhante, o que demonstra também mais uma sensibilidade, para que possam adquirir ingressos para eventos culturais e desportivos, por meio da internet.

Além disso, eu quero ressaltar também do relatório, Senador Luiz do Carmo, com a Emenda nº 1, que a CDH trouxe, uma contribuição para que possa haver uma efetividade ainda maior quando ela inclui as pessoas também com mobilidade reduzida...

Então, Sr. Presidente, é nesse contexto que eu espero a sensibilidade de todos os pares e tenho certeza dela, aguardando a possibilidade de termos quórum para aprovarmos no dia de hoje esse projeto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e deixo sobrestado para a oportunidade em que tivermos o quórum necessário para deliberar.

Cumprimento o Relator, Senador Luiz do Carmo.

Agora vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5014, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obriga as empresas de transporte coletivo de passageiros e as empresas que exploram salas de cinema comerciais a veicular filmes ou vídeos com o objetivo de combater a violência, a perversão, o preconceito e o uso de drogas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Fábio Faria (PMN/)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH.*

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a apresentação do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou direto à análise para poder ganhar tempo e esgotar a pauta previamente estabelecida por V. Exa.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre educação e instituições culturais, temas presentes no PL nº 5.014, de 2019.

Como a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade será feita pela CCJ, o exame desta Comissão se restringirá ao mérito da proposta.

De início, destacamos a oportunidade do PL nº 5.014, de 2019. O engajamento dos cidadãos no combate a todas as formas de violência e discriminação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Não é demais frisar que, muitas vezes, vítimas de delitos como os descritos na proposição não têm informações sequer sobre como oferecer a denúncia. Além disso, não se sentem encorajadas para tal. A criação de campanhas que reforcem seus direitos pode fazer com que se sintam acolhidas, estimulando-as à comunicação de abusos sofridos.

Importante ressaltar a quantidade de pessoas que serão alcançadas pelas campanhas de conscientização previstas no projeto, como usuários de cinema e de todos os meios de transporte público, como aviões, metrôs e ônibus, abrangendo gente das mais diversas classes sociais.

Ademais, consideramos conveniente a substituição dos vídeos por cartazes nos meios de transporte que não contém com sistemas audiovisuais. Isso faz com que a lei possa se adequar à realidade do transporte público no País, não deixando, contudo, de impactar a parcela da população que se utiliza desses meios de transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entendemos que o prazo de 180 dias para a entrada em vigor da lei é suficiente para que os destinatários possam a ela se adaptar, bem como para que o Poder Executivo regulamente a matéria.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.014, de 2019.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores que concordam como relatório apresentado pelo Senador Nelsinho Trad permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

Item 3 da pauta. Iniciativa da Câmara dos Deputados, mais especificamente do Deputado João Paulo Papa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 92, DE 2018

- Não terminativo -

Declara Francisco Saturnino Rodrigues de Brito Patrono da Engenharia Sanitária do Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria constou da pauta da reunião de 27/08, 03/09, 10/09 e 17/12/2019*

Ofereço a palavra, então, ao Senador Izalci Lucas, para apresentação do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto em exame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco Saturnino Rodrigues de Brito nasceu no ano de 1864, na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, especializou-se em Engenharia Sanitária, vindo a ser, mais tarde, um dos maiores especialistas nessa área em âmbito nacional. Destacou-se pela organização de projetos de saneamento em grandes centros urbanos brasileiros, como Santos, Recife, Vitória, Petrópolis, Aracaju e Pelotas, entre outros. Suas obras técnicas sobre saneamento foram adotadas no Brasil e exterior, em países como Estados Unidos, França e Inglaterra.

Como afirmou o autor do projeto em sua justificação, Saturnino de Brito já é reconhecido, informalmente, como o Patrono da Engenharia Sanitária Brasileira. Entretanto, é justo que esse reconhecimento se faça de maneira formal, por meio de lei.

O projeto é, portanto, meritório.

Ademais, por ser a única Comissão a pronunciar-se sobre a matéria, compete à Comissão de Educação a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição. Quanto aos aspectos mencionados, nada há que se opor ao PLC nº 92, de 2018. Destaca-se, quanto à juridicidade, sua conformidade com a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2018.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

Item 4 da pauta, de iniciativa do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 5101, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria constou da pauta da reunião de 03/12, 10/12 e 17/12/2019.*

Portanto, concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro para apresentação do relatório.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, vamos à leitura do relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 5.101, de autoria do Deputado Eduardo Bolsonaro, que institui o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME).

A proposição compõe-se de dois artigos, dos quais o art. 1º institui, no dia 8 de agosto, a referida data. O art. 2º determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor afirma que a instituição do Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal objetiva conscientizar a população em geral e a comunidade médico-científica em particular sobre essa doença neuromuscular degenerativa de origem genética.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, foi encaminhada à apreciação exclusiva da CE, devendo, se aprovada, ser submetida ao Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

Indo à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas.

A Atrofia Muscular Espinhal é caracterizada pela degeneração e perda de neurônios motores da medula espinhal e do tronco cerebral, acarretando fraqueza muscular progressiva e atrofia. Tendo uma incidência estimada em um entre dez mil nascidos vivos, a AME apresenta tipos de diferentes gravidades, nenhum dos quais tem cura definitiva. No entanto, a fisioterapia e o uso de aparelhos ortopédicos, entre outros cuidados, são indispensáveis para ajudar a manter a função muscular das pessoas afetadas pela doença.

Para que esses cuidados se iniciem o mais cedo possível e obtenham melhores resultados, é fundamental o diagnóstico clínico e a confirmação genética. Ocorre que não apenas o público em geral,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também a comunidade dos profissionais de saúde têm carência de maiores conhecimentos sobre essa doença genética recessiva. Daí a importância de instituirmos essa data comemorativa, que, ademais, homenageia as pessoas que lutam contra as dificuldades progressivas causadas pela AME.

Acrescente-se que não há óbices à proposição no que se refere à constitucionalidade, aos demais aspectos relativos à juridicidade ou à técnica legislativa.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação.

Ainda contribuindo, nesses termos, parabenizamos o Deputado pela iniciativa do projeto, porque tive a oportunidade de conhecer de perto uma luta. Inclusive, é uma criança de doze anos, Laíssa Guerreira, na sua luta sendo portadora de Atrofia Muscular Espinhal (AME). Ela é de Campina Grande e esteve aqui no Senado Federal, inclusive, dando o seu testemunho da necessidade do medicamento que foi aprovado – há pouco tempo esteve aqui nesta Comissão – tanto pela Anvisa quanto, depois, pelo Ministério da Saúde, passando a ser o medicamento Spinraza também entregue pelo SUS.

Foi uma luta que tivemos de fazer, antes de tudo isso, através das vias judiciais, porque inclusive ela teve o tratamento interrompido, o que trouxe um prejuízo naquele instante. Mas graças à sensibilidade de todos aqueles que conhecem e sabem da necessidade. Daí a importância de uma data como essa para aqueles que não conhecem uma doença como essa, que é rara, está na classificação de doenças raras. Mas isso não significa dizer que por ser rara ou por ter um número menor de pessoas que a tenham, não precise ter o mesmo respeito e atenção por parte daqueles que representam esse povo.

Por isso, eu até faço aqui uma homenagem, aproveito, para a menina Laíssa Guerreira, que é realmente uma guerreira ativista, mesmo tão jovem, que sonha em chegar a ser vereadora, um dia, de Campina Grande. Quem sabe não estará aqui no Senado Federal, nesta Casa Legislativa.

Sr. Presidente, esse é o relatório. Obrigada pela oportunidade das palavras.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero parabenizar a Senadora Daniella Ribeiro pelo relatório. Quero dizer que houve uma audiência pública com o Ministro da Saúde na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) – a Senadora Daniella se referiu a essa audiência – e houve um apelo muito grande naquela audiência para a incorporação de medicamentos, por parte do Ministério da Saúde, para o atendimento da Atrofia Muscular Espinhal (AME). E depois, até no Plenário, tivemos um evento grande para a consolidação dessa iniciativa, com a presença do Ministro Mandetta, da Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro, pais e pessoas que apresentavam esse quadro dessa doença rara. Isto é algo muito importante: ter uma data para reflexão, discussão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomada de posicionamento em relação a esta situação, divulgação, exatamente, cuidados. Uma conscientização que eu considero da mais alta importância.

Agora, o que eu quero dizer é que – em conversa com o Ministro da Saúde, isso já se tornou público – agora existe a cura da AME através da terapia gênica, genética, é uma técnica. Inclusive, o Ministro, em conversa aqui com vários Senadores, apontou para isso. O custo dessa terapia gênica está hoje – isso já faz uns meses, que nós falamos com o Ministro – em torno de R$10 milhões. Às vezes a gente pensa que pode ser muito, mas cada pessoa que tem acesso ao medicamento terá um custo anual de aproximadamente R$500 mil. Então, no final, haverá uma equivalência, sendo que num é a cura, vai trabalhar, vai ter uma vida absolutamente normal... É caro, porém, o Ministro, naquela ocasião, disse o seguinte: "Nós, no Brasil, temos toda competência, nas universidades particularmente, de desenvolvermos, de fazemos com que esse caminho aberto, que é caro e dispendioso hoje, se torne mais barato, mais acessível."

Então, o Ministro colocou que ele faria uma espécie de articulação de pesquisas para que essa pesquisa não fique com esta ou com aquela universidade, mas com um centro de pesquisas para articular as terapias gênicas.

Nesse sentido, já há várias doenças – umas 80 doenças, de acordo com ele – que estão nessa fila de conseguir esse tratamento. E ele inclusive apontou que a mais próxima disso é a hemofilia, o que seria um avanço gigantesco também.

Só quero colocar isto: que existe agora a terapêutica genética (gênica) para a AME (Atrofia Muscular Espinhal) e há avanços impressionantes. Destaco o papel das nossas instituições de pesquisa, que são muito importantes para continuar isso.

Temos até que perguntar – não é, Senadora Daniella? – para o Ministro Mandetta como é que está essa continuidade, porque não se pode dizer que a Universidades de Curitiba, a de Fortaleza, ou do Ceará vai fazer a pesquisa. Não. Todos estão fazendo, mas é preciso haver um órgão que ajude a articular tudo isso.

Então, é uma coisa interessante, e eu só quero que o dia é importante, mas, da audiência pública para cá, a gente teve a boa notícia da descoberta de cura, e eu penso assim: essa é a abertura de um caminho que a genética, a terapia genética, gênica, vai... Eu acho que é um futuro bom, promissor, para muitas doenças raras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, só corroborando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – ... e concluindo, e agradecendo as palavras, Senador, eu estava aqui imaginando: a primeira luta foi pelo Spinraza, que era a expectativa de que eles pudessem ter o medicamento que dava a condição – e, realmente, se você olhar lá isso, ela não mais andava. Ela já tinha perdido os movimentos. E hoje ela faz aula de dança, ela voltou a ter os movimentos, e tudo isso... E fisioterapia, com o tratamento, com o auxílio do medicamento Spinraza, que era o grande sonho. O primeiro grande sonho foi esse, porque, da mesma forma, o medicamento era caríssimo, o SUS não podia comprar, e essa era a angústia nossa, imaginar que a gente não pode fazer conta por vida. Você imaginar 500 mil é muito caro – ou seja que valor for, porque a vida não tem preço.

Mas, com essa notícia que V. Exa. nos traz, de que há já uma outra perspectiva de trabalho, eu acho que é mais do que justo que nós possamos nos unir para sentarmos, no sentido da boa cobrança, porque, com toda a certeza, o Ministro tem e terá a sensibilidade de dar essas respostas que, mais do que ninguém, essas pessoas precisam, porque, primeiro, o Spinraza trazia uma expectativa de vida bem maior e de cura. Era isso que se imaginava, dependendo do grau da AME que a criança teria.

Então, é só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Cumprimento V. Exa. como Relatora do projeto e cumprimento também o Senador Flávio Arns.

Bem, encerro a discussão então e submeto à votação. O projeto é não terminativo.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o relatório apresentado pela Senadora Daniella Ribeiro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5015, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Semana da Educação Olímpica nas escolas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Portanto, ofereço a palavra ao Senador Confúcio Moura, para a apresentação do relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, tenho três projetos para relatar que são não terminativos. Se V. Exa. autorizar, eu poderia fazer a leitura dos três em série, que são os itens 5, 9 e 11.

Muito bem.

O projeto é de autoria do Deputado João Arruda. Ele é de 2012. Tem oito anos. Ele institui a Semana da Educação Olímpica nas escolas públicas.

Eu vou direto à análise.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos.

Tendo em vista o caráter exclusivo de distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade do projeto.

Saltando alguns parágrafos...

Assim, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa ora proposta.

No entanto, tendo em vista ponderação que nos foi oferecida pelo corpo técnico do Ministério de Educação, julgamos que são os sistemas de ensino ou os estabelecimentos de ensino que devem definir a melhor semana para a realização das atividades relacionadas à Semana da Educação Olímpica. Isso se dá em razão da autonomia disposta no art. 8º, §2º, e art. 12, incisos I e III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação), bem como por conveniências de ajustamento ao calendário escolar.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.015, de 2019, com a emenda que oferecemos, da seguinte forma:

> Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 5.015, de 2019:
> 'Art. 2º A Semana da Educação Olímpica terá por referência o dia 23 de junho, Dia Olímpico Internacional, sendo realizada, anualmente, em período a ser determinado pelo estabelecimento escolar ou respectivo sistema de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....
.....'.

Há aprovação com essa alteração de uma emenda, Sr. Presidente.

Eu posso já passar para o nono.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu só... Como esse não é terminativo, Senador Confúcio, e os outros dois são terminativos...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique à vontade!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... deixe eu deliberar sobre esse.

Encerro a discussão, não havendo Senadores que desejam se manifestar.

Aqueles que concordam com o parecer realizado pelo Senador Confúcio Moura permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a emenda que apresentou.

Agora, vamos, então, ao item 9 e ao item 11. São os dois terminativos.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4682, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria constou da pauta da reunião de 12/11, 19/11, 03/12, 10/12 e 17/12/2019.*

Concedo a palavra o Senador Confúcio Moura para a apresentação do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço também o enunciado do item 11, em seguida, como é terminativo, Senador Confúcio.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4613, DE 2019

- Terminativo -

Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações: *A matéria constou da pauta da reunião de 19/11, 03/12, 10/12 e 17/12/2019.*

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para apresentação dos dois relatórios que acabei de mencionar.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito.

Sr. Presidente, este é de autoria do Senador Jorge Kajuru, que visa a incluir a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um dos indicadores de responsabilidade social que deve nortear a avaliação das instituições de educação superior.

Análise.

No exame da juridicidade, verifica-se que a proposição atende aos critérios atinentes à inovação do ordenamento vigente e à harmonização com as suas disposições. Além disso, a proposição encerra potencial de eficácia, em face do estímulo oferecido às instituições de ensino superior, as quais, em contrapartida, agregarão pontos importantes em sua avaliação de desenvolvimento institucional e legitimidade ou reconhecimento social.

Em relação ao mérito, sabe-se que o analfabetismo constitui um problema crônico na sociedade e na educação brasileiras. Intimamente associado a indicadores sociais de atraso social, como a pobreza, o analfabetismo impede grande parcela da população de usufruir os avanços da tecnologia e da ciência e da participação no mundo do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é ainda uma realidade para 6,8% da população brasileira com 15 anos de idade ou mais, o que corresponde a cerca de 11 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever em nosso País, concentrando-se a maior parte delas entre os idosos.

Feitas essas ponderações, parece-me irrefutável a compreensão da medida proposta como contribuição oportuna para a superação do atual quadro de negligência com a educação dessas gerações, com quem o Brasil e a sociedade brasileira mantêm uma dívida que não pode perpetuar.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Aqui é a homenagem ao Senador Esperidião Amin, que é o nº 11. Se ele estivesse aqui, certamente ele faria um trocadilho a respeito do número 11.

A tecnologia às vezes nos atrapalha um pouco, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Bem, este projeto de lei é de autoria do brilhante Senador Flávio Arns, que declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira.

Vamos diretamente à análise.

Aqui falo das competências da Comissão de Educação e entro...

O Projeto Rondon teve como ideal de fundação levar jovens universitários a não somente conhecerem a realidade do Brasil, mas também a fazer parte de seu processo de desenvolvimento.

Proposta sua criação no ano de 1966, em reunião realizada no Estado do Rio de Janeiro com representantes governamentais e de universidades, teve sua Operação Piloto realizada no ano de 1967, com a participação de 30 alunos e dois professores que, durante 28 dias, desenvolveram trabalhos de assistência médica, levantamento e pesquisa no então Território Federal de Rondônia – lá no meu Estado, está vendo? Na época, eu não estava lá ainda não. Foi em 1967, não é?

O Projeto Rondon, contudo e infelizmente, foi extinto em 1989. Enquanto esteve em atividade, destaca o autor da proposição,

> envolveu mais de 350 mil universitários em todas as Regiões do País e das mais variadas formações, que levaram seus conhecimentos aos mais remotos recantos do Brasil e, por seu turno, assimilaram experiências de vida, testemunhando e participando, ainda que por breves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

períodos, da rotina de vida de brasileiros bastante distanciados do progresso, o que foi marcante para a formação profissional e humana daqueles jovens universitários.

O Projeto Rondon reviveu para uma nova fase, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) endereçou ao Presidente da República, no ano de 2003, uma proposta para a recriação da iniciativa. Um grupo de trabalho interministerial definiu diretrizes e orientações gerais, que foram consolidadas num plano estratégico aprovado pelo Presidente da República, em 20 de agosto de 2004.

Diante do exposto, consideramos que a iniciativa ora proposta é pertinente, oportuna, justa e meritória.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional.

No que tange ao texto do projeto, há espaço para aperfeiçoamentos.

A redação original fala em patrimônio imaterial da educação superior brasileira. Nossa Carta Magna, no entanto, em seu art. 216, estabelece que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Como se vê, não há de se falar de um patrimônio da educação superior brasileira apartado do patrimônio cultural brasileiro. Propomos um pequeno ajuste das terminologias utilizadas no projeto, na emenda que se segue, para que haja harmonização com o texto da Constituição Federal.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.613, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CE

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do PL nº 4.613, de 2019, a expressão "como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira" por "bem imaterial do patrimônio cultural brasileiro".

É só isso, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Estão em discussão as duas matérias, item 9 da pauta e item 11: Projeto de Lei nº 4.682, de 2019, e Projeto de Lei 4.613, de 2019. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo Senador que deseje se manifestar, encerro a discussão dos dois projetos mencionados e os deixo sobrestados, até que, efetivamente, nós tenhamos o quórum necessário para deliberação.

Aproveito para cumprimentar o Senador Confúcio Moura pela relatoria dos projetos de lei, a quem procuro distinguir, exatamente pela sua capacidade, sua sensibilidade social, com os temas que acho que têm uma certa pertinência com V. Exa. Se V. Exa. me permitir, vou continuar assim procedendo.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 118, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 90/2019 - CE, destinada a instruir o PL 4028/2019, que declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres".

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA).

O requerimento destina-se a instruir o projeto de lei... Audiência pública.

Eu queria apressar aqui, acabei apressando demais.

O requerimento, de acordo com o Regimento Interno, pede a dispensa da audiência pública proposta pelo Requerimento nº 90, de 2019, da Comissão de Educação, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 4.028, de 2019, que declara feriado nacional o dia 13 de março, consagrado à "Santa Dulce dos Pobres".

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

V. Exa...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone*.) – Subscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... subscreveu o requerimento.

Então, passo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a apresentação do requerimento.

O requerimento já foi apresentado?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone*.) – Já foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já foi apresentado.

Então, submeto à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente, Senador... Ah, quando terminar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não... Então, concedo a palavra para V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Só quero pedir a V. Exa. para, se possível, voltar ao item 10 da pauta, para eu ler o relatório, deixar logo lido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Então, os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pode ser o item 10 primeiro?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone*.) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, vamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 3202, DE 2019

- Terminativo -

Institui a data de 24 de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a apresentação do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Como Relator.) – Muito bem.

Eu queria, inicialmente, parabenizar o Senador Flávio Arns pela sua experiência e, sobretudo, sensibilidade de ser autor de um projeto desses, por ter essa iniciativa em um assunto tão importante, tão relevante para nossa sociedade, em que a gente precisa ter um cuidado especial.

Eu peço autorização para já ir direto à análise, para fazer a leitura a partir da análise desse projeto.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, a exemplo do projeto de lei sob análise.

Não há dúvida de que a consciência da sociedade brasileira sobre a esquizofrenia e os outros tipos de transtorno mental precisa ser ampliada e aprofundada. Há muita incompreensão, preconceito e desconhecimento sobre os transtornos psíquicos, sendo importante que as instituições públicas e privadas, especialmente as relacionadas à saúde mental, estabeleçam canais de comunicação com a população sobre o assunto.

A esquizofrenia é uma das doenças mentais mais graves e também, no âmbito das psicoses, uma das mais difundidas, com estimativas de que alcance cerca de 1% da população. Suas manifestações surgem, mais comumente, entre o fim da adolescência e o início da vida adulta, na faixa dos 18 aos 35 anos. A ocorrência de alucinações e delírios costuma caracterizar os episódios de surto; outros sintomas, menos evidentes, são o isolamento social, bem como a fala e o comportamento estranhos ou desorganizados.

Diversas evidências sugerem que o consumo de maconha é fator de risco para o desenvolvimento de vários transtornos psicóticos como a esquizofrenia – aliás, isso é uma nota técnica da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Além disso, o recurso ao álcool e às drogas psicotrópicas podem dificultar sobremodo o processo de tratamento e de reinserção social das pessoas acometidas pela doença.

Aumenta, ainda, juntamente com a falta de apoio da família e de assistência de saúde, a probabilidade de suicídio, o qual apresenta incidência significativamente mais elevada entre os portadores do transtorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constatamos, assim, que há um conjunto amplo de fatores que devem ser levados em conta para a compreensão dessa doença, alguns deles ainda pouco conhecidos. É importante frisar, contudo, que tem havido significativa evolução nos medicamentos que a tratam, havendo chances reais de melhora e recuperação para as pessoas com esquizofrenia se o uso adequado de medicamentos for conjugado com as chamadas intervenções psicossociais, que abrangem terapias psicológicas e ocupacionais, o apoio e a orientação familiar e grupos de ajuda mútua.

São inúmeras, na verdade, as formas com que a sociedade pode apoiar as pessoas acometidas desse grave transtorno, a começar pela superação do preconceito e das visões estereotipadas.

Entendemos, consoante o exposto, que é relevante e meritória a proposta, na medida em que contribui para uma maior conscientização sobre a esquizofrenia e sobre a responsabilidade coletiva de oferecer o apoio e a devida assistência de saúde aos nossos irmãos e irmãs com esse transtorno.

Tendo sido atribuído caráter terminativo à apreciação da Comissão de Educação, cabe avaliar, também, a constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da proposição.

Compete à União legislar concorrentemente com os Estados e Municípios sobre proteção e defesa da saúde, de acordo com o art. 24, inciso XII, da Constituição Federal, não havendo restrição específica sobre sua iniciativa.

Em audiência pública, realizada na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 23 de outubro de 2019, representantes de entidades relacionadas ao atendimento de saúde e ao estudo dos transtornos psíquicos, como, por exemplo, o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina e Diretor e Superintendente Técnico da Associação Brasileira de Psiquiatria, dentre outros, concluíram pela relevância e alto significado para a sociedade da instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia. Atendeu-se, de tal modo, à exigência estabelecida pela Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, para o projeto de lei que vise a instituir data comemorativa.

Concluímos, assim, que a proposição se mostra adequada aos ditames constitucionais, aos princípios e normas jurídicas, bem como à correta técnica legislativa, conforme disposta na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.202, de 2019, de autoria do meu irmão, o Senador Flávio Arns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Como é terminativo também, Senador Flávio Arns e Senador Eduardo Girão, ele aguarda o quórum necessário para deliberação.

Vamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 4028, DE 2019

- Terminativo -

Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres".

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva apresentada pelo Senador Angelo Coronel.

Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo então a palavra ao Senador Flávio Arns para a apresentação do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Muito bem.

Como já enfatizado por V. Exa., é o projeto de lei de autoria do Senador Angelo Coronel, que propõe seja declarado feriado nacional o dia 13 de março, consagrado à Santa Dulce dos Pobres.

O próprio autor apresentou a Emenda nº 1 nesta Comissão, na forma de substitutivo.

Conforme o art. 1º da Emenda nº 1, fica instituído o Dia Nacional de Santa Dulce dos Pobres, primeira santa brasileira, a ser celebrado no dia 13 de outubro – tirando essencialmente o caráter de feriado, mas sendo celebrado no dia 13 de outubro.

O art. 2º prevê, igualmente, a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.

O próprio autor explica a opção por instituir não um novo feriado, tendo em vista seus efeitos econômicos, mas, em seu lugar, muito oportunamente, uma data que homenageie, a cada ano, a Irmã Dulce. Esclarece, além disso, que a data da efeméride foi definida tendo por referência o dia então programado para a cerimônia de canonização no Vaticano, como de fato veio a ocorrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos um grande debate, um grande encontro sobre a obra de Irmã Dulce, sobre o projeto de canonização e sobre a cerimônia no Vaticano no Plenário. Então, já houve um debate e, eu diria, um consenso, uma unanimidade em torno da importância de se valorizar todo o trabalho, toda a obra, para que possamos, todo ano, homenageá-la e nos lembrar dela, principalmente para que a sociedade possa seguir os caminhos abertos por Irmã Dulce.

Dom Murilo Krieger, Arcebispo de Salvador, ressalta que Irmã Dulce "era de baixa estatura, pesava somente 45 quilos, tinha uma saúde muito precária, dormia três ou quatro horas por noite. E, no entanto, foi à luta. Foi fazendo o que podia fazer, à medida que os desafios se multiplicavam à sua frente".

Dom Murilo ressalta também que "mais e mais as pessoas estão descobrindo a importância da vida de Irmã Dulce e do legado que nos deixou. E isso é muito importante, porque o número de pobres, doentes e necessitados só aumentou, e, por isso, há necessidade de muitas outras Irmãs Dulce".

O biógrafo Graciliano Rocha acredita que a dedicação aos mais humildes pesou favoravelmente na decisão de canonizar Irmã Dulce: "Ela via no pobre a figura de Jesus Cristo a ser acolhido. Esse era o imperativo ético e religioso que a movia".

Assim, a canonização de Irmã Dulce foi importante, por colocar em evidência alguém que é reverenciada e amada pelos pobres. Diante disso, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir uma data comemorativa, nos termos da Emenda nº 1, apresentada à Comissão de Educação, em honra dessa nossa brasileiríssima santa.

No que tange à juridicidade, cumpre apontar que as exigências para a instituição por lei de data comemorativa estabelecidas pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, foram atendidas por meio da realização de sessão especial no Plenário do Senado Federal, no dia 21 de novembro último, em celebração à canonização de Irmã Dulce. Nela, o autor da matéria, Senador Angelo Coronel, defendeu sua iniciativa, destacando que, além da vida de caridade e da religiosidade, Irmã Dulce personificou em sua obra valores constitucionais como solidariedade e bem-estar social.

A manifestação do autor recebeu o apoio dos Senadores e Senadoras presentes, além de entidades da sociedade civil, como a própria Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Por isso que aprovamos agora há pouco, Sr. Presidente, requerimento de retirada de pauta da necessidade de se fazer audiência pública, porque já foi feita.

Dessa forma, compete-nos também apoiar, entusiasticamente, a homenagem à santa brasileira, Irmã Dulce, consagrando o dia 13 de outubro à sua inspiradora lembrança.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.028, de 2019, na forma do substitutivo apresentado pela Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como o projeto é terminativo, Senador Flávio Arns, ele vai ser sobrestado, aguardando o quórum necessário para deliberação.

Aproveito para cumprimentar mais uma vez V. Exa. pelo relatório apresentado.

Eu quero pedir a aquiescência dos nobres Senadores para apresentar um requerimento extrapauta, de última hora, para que, de acordo com o Regimento Interno e a Constituição Federal, eu possa incluir no requerimento para o convite que já foi feito ao Ministro da Educação que ele possa vir não para tratar única e exclusivamente sobre a problemática do Enem, mas também tratar das prioridades da pasta e das peculiaridades próprias para 2020 e para os anos vindouros. Quero só acrescentar que, além da questão do Enem propriamente dito, que foi o tema relevante dos últimos tempos, que ele possa também fazer uma exposição dos projetos, dos planos e das diretrizes da pasta para este ano e para os vindouros, o que é da sua responsabilidade.

Se houver concordância dos Srs. Senadores, eu submeto à discussão e à votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 2, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tomar conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito de atuação do Ministério da Educação, bem como discutir as prioridades a fim de trabalhar para uma agenda conjunta e propositiva para o país. Propõe para a audiência a presença do Senhor Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro da Educação.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Como eu percebo que há concordância, eu coloco em discussão o requerimento apresentado, de minha autoria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir então, encerro a discussão e o coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, o Ministro, além de prestar os esclarecimentos acerca da problemática do Enem, terá também a oportunidade de discorrer sobre as diretrizes e o planejamento da sua pasta para este ano e para os próximos anos.

Vamos ter, inclusive, a oportunidade de questionar o Ministro quanto à questão do Fundeb, sobre a qual o Governo até agora não se manifestou, muito embora seja uma pauta relevante, que está nos Anais da nossa Comissão e da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. E, certamente, como é uma proposta de emenda à Constituição, fica a responsabilidade de as duas Casas Legislativas encontrarem um texto capaz de atender ao Brasil, sobretudo aos Municípios que precisam de mais ajuda para fomentar a educação brasileira.

Não havendo mais matéria a deliberar... Há mais matéria? Não, não há mais matéria.

A pauta acabou sendo extensa, Senador Flávio Arns e Senador Prisco Bezerra.

Eu agradeço a presença de todos, agradeço mais uma vez a presença e a colaboração dos Srs. Senadores, e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e zero minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Luiz Pastore, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Lasier Martins, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Prisco Bezerra, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Luis Carlos Heinze, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Fernando Collor, Irajá e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2020 - CE, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e do Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 2/2020 - CE, de autoria do Senador Dário Berger (MDB/SC). **Finalidade:** Comparecimento do Ministro de Estado da Educação, a fim de prestar informações sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem e para que a Comissão tome conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito de atuação de seu ministério. **Participante:** Abraham Weintraub, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/11

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se ao comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Educação, o Sr. Abraham Weintraub, a fim de prestar esclarecimentos sobre os problemas com a correção e a atribuição de notas do Enem e para expor as políticas públicas e os programas a serem implementados em sua pasta.

Esse convite se deu em atendimento ao Requerimento de nº 1, de 2020, de iniciativa dos Senadores Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Humberto Costa, e também ao Requerimento de nº 2, de 2020, de minha autoria.

Em atenção às disposições regimentais, adotar-se-ão as seguintes regras para o nosso encontro: O Sr. Ministro fará a sua exposição pelo prazo de aproximadamente 30 minutos. Ao final da exposição, a palavra será concedida aos Senadores e às Senadoras na ordem de inscrição, por cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do Ministro. Para contraditar, o orador poderá usar a palavra novamente, pelo prazo de dois minutos, concedendo-se, ao Ministro, também o mesmo prazo para tréplica, se for o caso.

Portanto, antes de iniciar os nossos trabalhos e passar a palavra ao ilustre Ministro da Educação, o Sr. Abraham Weintraub, gostaria de destacar aqui algumas contribuições importantes já oferecidas por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até agora.

Quero destacar a disposição de todos os membros deste Colegiado em tratar os debates da educação e do ensino público brasileiro com muita responsabilidade. Entendo que a única maneira de enfrentar o desafio de entregar uma educação de qualidade à população é tratando esse assunto aqui no Parlamento com a seriedade que lhe é devida.

Durante todo o ano passado, fizemos aqui uma série de discussões acerca do novo Fundeb, discutimos já o Future-se, analisamos as metas do Plano Nacional de Educação, acompanhamos o processo de bolsas da Capes e do CNPq, e também aprovamos diversas matérias de interesse da educação. Tenho convicção de que, quanto mais investirmos na área educacional, mais desenvolveremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil, e é por isso que não vamos nos omitir e fugir das nossas responsabilidades na busca de um consenso que possa tirar boas proposições do papel e colocá-las em prática, transformando em realidade.

Em nossa última reunião, eu disse e vou repetir aqui: o Fundeb deve ser para o Congresso Nacional, e será para esta Comissão, a pauta prioritária de 2020. Responsável por financiar 63% do ensino público brasileiro, o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) termina em dezembro, portanto, no fim deste ano.

Eu já mencionei aqui, Ministro, que o Fundeb, acho que posso afirmar até com convicção, trata-se de, senão a maior, uma das maiores políticas públicas do Governo, porque financiar a educação básica é dar força ao alicerce da educação brasileira. Não mediremos esforços aqui na Comissão para ajudar na aprovação do novo Fundeb e tenho plena convicção de que essa é a minha posição e a de todos os que defendem uma educação pública de qualidade.

O Censo Escolar de 2019 é a prova inequívoca do quanto precisamos elevar nossos investimentos em educação. Segundo o Censo, o Brasil possui 180 mil escolas, das quais 140 mil são da rede pública, o que demonstra a importância do setor público na educação brasileira. Dessas 140 mil escolas há: 17 mil que não possuem banheiros dentro do prédio escolar; 7 mil que não possuem ligações de energia elétrica; 97 mil, portanto, mais da metade das escolas brasileiras, que não possuem biblioteca; 95 mil, também mais da metade das escolas brasileiras, que não possuem quadras de esportes; e 85 mil escolas que não possuem laboratório de informática. Portanto, o novo Fundeb, com mais participação da União e uma revisão da distribuição dos recursos, pode amenizar esse quadro desolador.

Outro desafio deste ano é a implementação do Sistema Nacional de Educação. Previsto desde a aprovação do PNE, o Sistema Nacional de Educação será primordial, será essencial, será fundamental para a elaboração de políticas públicas integradas entre União, Estados e Municípios. É necessário que as políticas públicas educacionais aplicadas entre os entes federados estejam com maior harmonia, desenvolvendo métodos mais efetivos de formação para as nossas crianças.

Além da educação básica, é preciso olhar também a educação superior. Entendendo assim a necessidade de um modelo mais rentável de gestão para as universidades e também para os institutos federais, debateremos aqui o projeto de lei Future-se. As instituições federais de educação são primordiais para o bom desenvolvimento social e econômico de todas as regiões brasileiras, sendo as maiores indutoras de pesquisas das novas tecnologias e também da soberania nacional. Desta forma, assim que for encaminhado o projeto de lei do Future-se para esta Casa, tenho certeza de que esta Comissão irá contribuir propositivamente a fim de chegarmos a um texto que resolva os problemas orçamentários das instituições sem ferir, evidentemente, as suas autonomias.

Com todos esses desafios que citei e tantos outros, tenho cada vez mais certeza de que é necessário um pacto suprapartidário em nome da educação brasileira. É preciso que tenhamos responsabilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espírito republicano para deixarmos de lado disputa absolutamente irrelevante e focarmos no que é urgente para o País. A educação brasileira não pode estar no meio das disputas ideológicas, que em nada contribuem para o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens.

Em nome dos pais, das mães, dos estudantes e dos professores, é preciso que todos nós olhemos para o futuro, colocando a educação como prioridade no Brasil. Uma grande nação se constrói com educação.

Só acrescentando que, diante da fragilidade da infraestrutura, Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo nesta Casa – como mencionei aqui, muitas escolas não têm energia elétrica, outras não têm água encanada, não têm biblioteca, não têm quadra de esportes –, esta Comissão aqui aprovou, ano passado, uma emenda de comissão para facilitar a implementação orçamentária para que o Governo possa investir nessas áreas com a infraestrutura necessária para ir alterando esse triste quadro que muito lamentamos que ainda ocorra em nosso País.

Santa Catarina está longe desses números, mas no Brasil nós ainda temos um longo caminho a avançar.

Portanto, eu registro, mais uma vez, com muita satisfação, a presença do Ministro da Educação, Sr. Abraham Weintraub, acompanhado pelo Prof. Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, que é o Presidente do Inep.

Feitas essas considerações, indago aos Srs. Senadores se concordam com as regras preliminares as quais eu acabei de tornar públicas. (*Pausa.*)

Se há concordância, então, concedo a palavra a V. Exa., Sr. Ministro da Educação, Abraham Weintraub, para que possa fazer a sua exposição por aproximadamente 30 minutos.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Dário Berger. Muito obrigado, Senador Flávio Arns, em nome de quem cumprimento todos os Senadores aqui presentes. Agradeço o convite para poder expor de uma forma muito clara e transparente a situação que foi o Enem e o Sisu e poder quebrar um pouco a chuva de *fake news* com a qual nos deparamos.

Falo ainda que o convite estende a um balanço, que eu posso fazer um balanço também de como está indo a Educação. Então, eu vou fazer duas apresentações: a primeira tentando quebrar a chuva de *fake news*, que novamente se abateu sobre o MEC; e a segunda, um balanço do que estamos fazendo já.

É importante dizer por que eu me calei nesse período todo. Eu respeito muito a Justiça e a Justiça estava julgando se havia qualquer coisa errada que pudesse prejudicar qualquer pessoa que tenha participado do processo seletivo e, diante disso, eu preferi me calar para a Justiça ter total tranquilidade; em respeito à Justiça, eu fiquei quieto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, que foi o momento, eu estou sendo convidado por um outro Poder, para explicar o que houve. Então, diante desse fato, agradeço a oportunidade por estar aqui e institucionalmente explicar toda a chuva de *fake news* com a qual a gente se deparou.

Eu vou pedir também licença, porque eu prefiro fazer a apresentação de pé, ali, ao lado das transparências. Então, posso ir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Muito obrigado. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Um, dois, teste.

Vamos lá.

Então, o Enem é um evento gigantesco. Estamos falando de mais de cinco milhões de pessoas que se inscreveram em 2019. Estamos falando de um volume de recursos gigantescos, estamos falando em mais de R$500 milhões. Já neste Enem, houve uma economia de 52 milhões sobre o Enem anterior, em valores nominais, isto é, descontada a inflação. Então, evidentemente do ponto de vista financeiro, este Enem foi superior ao Enem anterior, e os outros, quando a gente analisa por folha e complexidade da prova. Mais de dez++' mil locais de prova, 1.700 Municípios. Todas as etapas concluídas com sucesso, que é o que eu vou mostrar aqui.

Próximo, por favor.

A linha do tempo. A gente vai ver que sempre existiu algum problema em Enem passado. E, dessa vez, foi o Enem em que não houve um problema na estrutura, no desenho ou que tenha prejudicado o resultado de ninguém, ao contrário do que acontecia no passado. Não houve fraude, não houve furto de prova, não houve vazamento de questão, não houve esquema com gráfica, não houve nada do que caracterizavam os Enems passados.

Próximo, por favor.

Eu vou passar rapidamente, porque o objetivo não é falar do passado. Simplesmente, comparativamente, este Enem é um Enem que teve o menor índice de problemas e de menor impacto.

Próximo.

Judicialização reflete um pouco isso. Veja, é inequívoco que, no Brasil, ao longo dos últimos anos, houve uma judicialização de questões políticas. Mesmo quanto a esse Enem, desde o começo, desde o começo do ano passado, houve a pretensão de paralisar o processo. Desde o começo do ano passado, fala-se que não vai haver Enem. E houve o Enem, por quê? Porque o objetivo é gerar terror, desmobilizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade. Quatro milhões de jovens ficam à deriva, quatro milhões de famílias são impactadas. Desde o começo, alguns Parlamentares, alguns grupos econômicos e alguns meios de comunicação hegemônicos adotaram uma linha extremamente terrorista no processo. Diante desse quadro, a gente manteve a tranquilidade e executou o Enem, mas, só pelo nível de processos judiciais, a gente vê que foi um dos que menos deu margem a ações contra, isso é fato.

Próximo, por favor.

Aí, são questões passadas, já houve circulação de foto. O que houve aqui foi por questões menores, que não tiveram impacto nenhum, não se prejudicou ninguém. Houve uma circulação de foto, já estava andando, o Enem já estava mais da metade andando, não havia mais risco para a segurança.

Próximo, por favor.

Aí, vamos falar no pós-execução do Enem, quando a gente começou a apurar as notas, em que houve o maior ruído, e é a primeira vez em que eu estou falando aqui em público.

O que houve? Eu, Abraham, estava, à noite, depois que saiu o resultado, e abri o meu Twitter. E eu interajo muito. Vim da iniciativa privada. Então, o meu hábito é perguntar para as pessoas qual a percepção, o que está acontecendo, e interajo como uma pessoa que é responsável por um negócio e pergunto: "E aí? Você está gostando do produto? Do atendimento?" E o que eu detectei? Eu detectei que havia uma inconsistência. Tinha muita gente reclamando da correção do segundo dia de prova.

Você entra no perfil e vê que não é perfil de militante, não é perfil *fake*, não é gente maldosa querendo tumultuar. Aí, imediatamente, eu liguei para o Alexandre: "Alexandre, temos um problema. Qual é o problema? Aparentemente, houve alguma inconsistência na correção do segundo dia de prova com alguns alunos. Levanta isso". Antes de abrir o Sisu, nós já havíamos detectado onde tinha ocorrido o problema, o que tinha ocorrido, e nós avisamos a imprensa. Nós nunca fugimos, escondemos nada. Nós falamos para a imprensa o que estava acontecendo, nós comunicamos às pessoas e falamos o que houve.

Aparentemente, eu não tenho como afirmar, mas pelas informações que eu tive na gráfica, é um problema que já aconteceu inclusive no passado, só que entrou na estatística. As pessoas que foram afetadas por esse tipo de problema foram lesadas, se aconteceu no passado, e nem tomaram conhecimento. Na hora de imprimir, quando você troca os grupos, às vezes a máquina da impressora, da gráfica contratada engasga, existe um deslocamento entre o livro de provas e o gabarito em questão. Isso aconteceu com 5.974 pessoas, mas na prática, tirando os treineiros, foram 5.100 pessoas. Então, estamos falando de um universo de 5.100 pessoas que levaram um susto, porque o treineiro não vê a nota, ele tem uma estimativa da nota. Eles viram uma nota mais baixa do que de fato era a nota deles. Mas antes de abrir o Sisu, isso já estava corrigido, inclusive. Então, as pessoas já entraram no Sisu, em menos de 24 horas, com a questão resolvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a quantidade de pessoas? Cinco mil e cem, de um universo de quatro milhões. Elas individualmente são relevantes, mas estatisticamente, o impacto na nota média de corte é inexistente, tende a zero; estatisticamente, a gente fala que não é significativo. Quando estatisticamente nós falamos que não é significativo, é que é zero o impacto.

Quais foram os Municípios? Principalmente Viçosa, Ituiutaba, Iturama e Alagoinhas. O que aconteceu no passado? Provavelmente aconteceu esse tipo de coisa no passado e a pessoa, primeiro, tem que ir bem, porque se ela vai mal, tanto faz. Depois, ela precisa ter muita confiança de que foi prejudicada. Precisa ter recurso financeiro para entrar na justiça, para depois ter acesso para saber se esse problema aconteceu no passado.

Quando nós falamos que deu esse descolamento, o que a gente escutou é que acontece, que isso é uma coisa que eventualmente acontece. Então, não dá para afirmar que sim nem que não, mas eu diria que esse tipo de problema pode ter acontecido sim no passado.

Vamos lá, diretamente ao ponto. Cinco mil e cem pessoas. O caderno. Próximo, por favor.

Ah, sim. Abrimos um processo administrativo contra a gráfica. Agora, ela tem que ver a culpa dela, se dava para ser evitado ou não. Agora a justiça vai atrás da gráfica. Inclusive, essas 5.100 pessoas que não foram lesadas no processo seletivo, mas levaram um susto, precisa ver se têm interesse de um processo por dano moral, não sei. Daí é questão de justiça deles, de os advogados verificarem isso.

Os participantes foram identificados, foi feita a rechecagem de todos os participantes. Isso aqui é importante: ao longo desse processo, nós não rechecamos os 5.100 participantes, nós revisamos as quatro milhões de provas e as corrigimos novamente com os quatro gabaritos. A gente passou todas as provas por quatro gabaritos. Por quê? Para ter certeza de que ninguém teria uma nota mais baixa. Veja, a não ser que a pessoa vá muito mal na prova, a maior nota dela é com o gabarito correto. Perfeito? E aí do que nós tínhamos certeza? Ficou restrito a essas 5.100 pessoas que participaram do Enem. Então, rechecamos todas as quatro milhões de provas para ter certeza de que esse problema não aconteceu em mais regiões do Brasil.

Foi a Cesgranrio, etc. Pode ir para a próximo, por favor.

Não houve prejuízo a nenhum participante. Inclusive, também com uma postura herdada da iniciativa privada, a gente pediu a quem tiver dúvida, que nos acione, procure-nos, busque-nos; estamos abertos para tirar qualquer dúvida ou ruído. São 172 mil *e-mails,* 85 mil interações nas redes sociais. Absolutamente todas as provas foram rechecadas.

Próximo, por favor.

Aí o que acontece? Desse grupo de reclamações, porque houve muitas – eu vou entrar na parte da mídia depois –, desse monte de reclamações que veio pela internet, pelos sistemas, nós detectamos três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupos. Eu, inclusive, estava interagindo com as pessoas. Por quê? Porque a interação com a pessoa – eu sou gestor – é importante para o gestor saber o que está acontecendo. Eu descobri, por exemplo, a questão da prova. Do mesmo jeito que eu descobri a questão da prova, essa interação pessoal direta ajuda muito para você saber como está a qualidade e o que está sendo feito. Aqui são três grupos principais que a gente viu. A gente viu militante, que se fazia passar por um aluno, entrava colocando o terror nas redes. "Ah, não está funcionando. Está tudo lascado e tal. Não sei o quê lá". A gente via esse militante e descartava porque ele estava fazendo ruído. Nós vimos também pessoas que não estavam entendendo o processo, a dinâmica, tinham dúvidas do sistema, e, nesse caso, nós orientamos a pessoa a fazer os procedimentos corretos, individualmente e coletivamente nós fomos adotando essa postura. E o último grupo – é até uma curiosidade –, que eu considero o seguinte: o aluno vai mal, ele chega em casa e fala: "Eu fui mal, mas a culpa foi do Abraham". Daí o pai aciona – aconteceu isso –, quando o pai acionava, era muito frequente, os pais acionam e a gente atende ao pai e explica: "A prova está correta e tal, realmente, o aluno ou a aluna foi mal. Infelizmente, ficou para o próximo ano". Então, esses foram os três grupos. Houve muito ruído, isso faz parte da nova revolução tecnológica de comunicação, que é importante. Há coisas positivas, há coisas negativas, como essa mentira em rede que é espalhada.

Próximo, por favor.

De novo, todos os gabaritos foram verificados. Aqui só mostrando como foi o atendimento, como foi feita a interação.

Próximo, por favor.

O modelo tradicional de correção. Aí havia muita dúvida sobre como são as provas, porque não é como a Fuvest. É a mesma metodologia que foi usada desde sempre no Enem, não mudamos essa metodologia, mas mesmo assim há pessoas que têm dúvida, porque não é uma questão certa, um ponto.

A metodologia usada é uma metodologia recomendada internacionalmente para quem faz vários exames ao longo do ano. Como nós vamos fazer vários exames ao longo do ano... Nunca fizemos antes! Agora, este ano, a gente começa a fazer com o Enem digital e o Enem em papel. Então, tem que ter essa metodologia para duas provas terem a mesma distribuição normal, a mesma média, mostrando que as provas têm o mesmo grau de dificuldade. Já aconteceu no Enem passado que 275 mil pessoas tiveram que refazer a prova, e, pelo que eu vi, as duas curvas na distribuição normal não tiveram as mesmas características. Então, isso não pode acontecer. No caso, é uma metodologia empregada há muitos anos. Mesmo assim, as pessoas ainda têm dúvidas. Nós explicamos para as pessoas...

Próximo.

Há toda a questão de como é calculado, isto é, não é um ponto e uma nota para evitar que uma pessoa que chute uma questão difícil e acerte... Se ela acertar uma questão correlata difícil e errar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fácil, ela tem uma diminuição no resultado dela final. Esse é que é o desenho principal, a principal característica.

Próximo – pulou um.

Nota mínima não é zero, máxima... Aqui é só explicando estatisticamente como é feita toda essa apuração, existem método e processo, são o mesmo método e processo empregados há vários anos, mas a mesma metodologia internacional. Nesse aspecto, estamos bem tranquilos em afirmar isso.

Próximo.

Já abrimos... Vejam que, quando nós chegamos, era o mesmo contrato há dez anos – não é isso? – com a gráfica. Então, esse contrato que nós utilizamos no ano passado tinha dez anos. O TCU nos pediu para fazer uma nova licitação. Foi uma das primeiras preocupações, porque a gráfica anterior havia falido. Nós fomos ao TCU, explicamos a situação, o TCU nos permitiu fazer esse Enem que passou com a atual gráfica, mas já abrimos um novo processo de licitação para contratar uma nova gráfica para fazer o Enem deste ano. Pronto.

Próximo.

Seguimos os calendários. Aí veio o Sisu. O que aconteceu no Sisu? Ele tem um sistema de cadastramento, é um sistema de atendimento ao público, não há muita diferença do internet *banking*, de um *home broker*... Eu já tive contato, inclusive, eu já montei estruturas como esta, eu tenho experiência nisso. E, no ano passado, nós tomamos uma decisão acertada de migrar para a nuvem. O sistema anteriormente era todo carregado em placas, e as placas eram uma tecnologia antiga e já estavam defasadas. A quantidade de investimento que teria de ser feito para manter o Sisu em placas dentro do MEC seria de 15 milhões. Nós decidimos investir 2,5 milhões e migrar para nuvem. A nuvem da Microsoft! Eu não estou falando de uma empresa qualquer, estamos falando das melhores empresas que foram contratadas, que são referências no mundo. A decisão foi migrar para nuvem. Por quê? Se der um gargalo qualquer... E a demanda por interações cresce exponencialmente, ela não cresce em ritmo de progressão aritmética, ela cresce em ritmo de progressão geométrica. Está aumentando o acesso de internet na população, e o sistema deste ano foi muito mais interativo via celular. Nós criamos essa oportunidade, e aumentou sobremaneira a demanda no sistema. Nós sabíamos que viria uma quantidade muito grande, fizemos os testes prévios, mas, mesmo assim, havia espaço para fazer alguns ajustes. O que aconteceu no primeiro dia? E é importante as pessoas terem em mente. Aqui eu vou fazer uma pergunta retórica: das quatro milhões de pessoas que fizeram o Enem, quantas querem acessar o Sisu no primeiro dia? Quatro milhões. Quantas querem acessar o Sisu na primeira hora? Quatro milhões. Então, o que acontece? Num primeiro momento, o sistema vai sendo sobrecarregado e existe uma lentidão. Ao contrário do passado, quando a gente não teria margem para mudar as placas, a gente joga na nuvem e expande o sistema na nuvem. Nesse processo de expansão na nuvem, nas primeiras vezes, nos primeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajustes, o sistema tem que sair fora do ar para adaptar o Sisu ao *software* da Microsoft. Foi adaptação à Microsoft.

A gente experimentou três interrupções do Sisu no primeiro dia. De novo, você teria vários dias para fazer. Então, no primeiro dia você teve a interrupção por três períodos e lentidão ao longo do dia. No segundo dia na parte da manhã, teve uma interrupção e lentidão. A partir da tarde, o sistema funcionou, carga total. Eu vou mostrar toda a volumetria, porque o número não é a percepção. Você às vezes para entrar no *site* do Bradesco, do Itaú ou de qualquer banco grande, fala: "mas hoje o *home broker* não está funcionando, não está legal" – o *home broker* ou o *internet banking*. Você tem que ver as volumetrias para analisar o sistema e a qualidade dele. Então, no primeiro dia, de fato, teve essa percepção; no segundo, a partir da tarde, já não teve mais. No terceiro dia, o sistema funcionou com carga plena, sem nenhuma interrupção, perfeito. No quarto dia, praticamente não tinha mais ninguém querendo acessar o Sisu. Isto é, nós atendemos toda a demanda existente das quatro milhões de pessoas até o terceiro dia. E no passado já teve Enem em que o sistema ficou três dias fora do ar. O nosso sistema ficou pontualmente, no primeiro dia, em alguns momentos, fora do ar. A partir da tarde do segundo dia e no terceiro dia funcionou carga total, no quarto dia e no quinto dia. E nós mantivemos aberto sábado e domingo para deixar todo mundo tranquilo. Praticamente não havia mais demanda. Tinha tudo sido atendido.

A qualidade do sistema – próximo, por favor – a gente vê pela volumetria. O número de inscritos, mesmo com a instabilidade do primeiro dia, foi o dobro do ano anterior. E o pico por minuto para saber a capacidade dele... No passado, o máximo que teve na história toda do Sisu foram 2.900 interações por minuto. Nós conseguimos atender, depois que o sistema estava estável, sete mil por minuto, sem problema nenhum. Pode ser mais, pode ser oito mil, nove mil. A gente não sabe até onde poderia ir, teria que se testar. Então, é importante a pessoa ter esses números para saber a qualidade. A Microsoft nos passou que o volume de demanda que a gente teve no Sisu em função desse crescimento exponencial de interações, e também pela modernização, permitindo o acesso via celular, mobile, foi 14 vezes maior do que a Black Friday. Então, esse é o tipo de volume que a gente teve que enfrentar. E as adaptações que nós tivemos não somente geram economia financeira, como deixam já montada para os próximos anos uma estrutura capaz de atender ao crescimento, porque nós migramos – agora a estrutura não é mais em placa, é na nuvem.

Próximo, por favor. Próximo.

Aí começam as *fake news*. São várias matérias. Em maior ou menor grau, você tem uma maldade da imprensa, você tem distorção. "Aluno diz ter sido aprovado no Sisu em curso que não escolheu".

Eu vou deixar esse material aqui, depois vocês verifiquem. Assim, não é novidade para ninguém que a imprensa tem má vontade – não a imprensa como um todo, mas duas famílias principalmente que controlam 70% da mídia têm uma grande má vontade, e todos os veículos que eles controlam têm distorção. Então, aqui é *fake*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Aqui também não houve falha nesse aspecto: "MPF encontra indício de falha...". Também não, foi distorcido.

Volta, volta, volta. *Folha*: "Novo erro no Sisu impede candidatos de acessarem lista de espera." Já tinha sido resolvido quando eles soltaram essa notícia, foi logo no começo. Também maldade, distorção.

Próximo.

"Estudante relata que se inscreveu em uma cota, mas, na chamada...". Houve distorção nisso também. A gente esclareceu isso pela BandNews.

Próximo.

Candidato efetuou mudança em sua cota no dia 25. Informação foi comprovada por meio de estrutura de auditoria que o sistema possui. Nela, constam as interações que o candidato fez no sistema. Também é mentira.

Próximo.

"Universidade Estadual do Tocantins desiste do Sisu para selecionar candidatos". Isso também é mentira. Nem sequer fez a inscrição para participar do Sisu. Isso foi falha deles. Segue abaixo o comprovante. Não houve nada disso. Eles que falharam.

Próximo.

"Universidades de Santa Catarina suspendem cronograma de ingresso pelo Sisu e notas do Enem." Também é mentira. Seguem abaixo as notícias todas. Tudo mentira, *fake*.

Próximo.

"MEC sofre com perda de técnicos de TI." Não é verdade isso. A gente teve que suspender contratos irregulares logo no começo do ano passado. O MEC tinha uma série de contratos irregulares. Contratos que não são adequados para o setor público, com a transparência necessária. Nós suspendemos todos esses contratos.

O MEC está com falta de mão de obra? Está, mas nós contratamos e mudamos, deslocamos de outras áreas, e hoje a tecnologia foi uma das áreas que priorizamos. Então, mais uma *fake*.

Próximo.

Nível de percepção do candidato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no primeiro dia, houve esses probleminhas, mas, a partir daí, se vocês notarem, foi muito próximo dos 100%.

Próximo.

E aqui duas empresas que são referências internacionais falando que é um *case* que está sendo feito no MEC, que não existe nada próximo no setor público como um todo e que, somente em alguns locais da iniciativa privada, existe essa mudança em plataforma tecnológica para atender o Enem e o Sisu. Eles querem, eles estão pedindo para divulgar o caso internacionalmente, fazer um *case* de estudo, para mostrar a eficiência, a volumetria e quão boa foi a transição.

Essa é a Red Hat e a outra empresa que é tão conceituada quanto.

Próximo, por favor.

Não, e a Microsoft? Aqui, há a Microsoft aqui. Essa é a Red Hat e aqui há a Microsoft. Aqui, a Microsoft pedindo também para fazer o *case*. Isso aqui fica com vocês. Então, foi a Red Hat e a Microsoft. Está aqui. Está bom?

Assim, houve uma chuva de *fake news*, mas eu já estou acostumado com a chuva de *fake news*.

Eu queria aproveitar mais um tempinho só para falar do que a gente fez ano passado, porque, no MEC, a gente traz um monte de coisas positivas, e é difícil furar o bloqueio dessa má vontade dessas duas famílias que controlam 70% do noticiário.

Pode colocar a outra apresentação, por favor, carregar.

Há uma outra apresentação que a gente selecionou. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vou aproveitar, então, essa oportunidade para comunicar que os nossos internautas podem participar desse evento e podem enviar perguntas e comentários utilizando o portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou também pode fazê-lo pelo telefone 0800-612211.

Enquanto a segunda palestra chega...

Já chegou?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Já.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então vamos à palestra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (Para expor.) – Essa é rápida também. Vou passar só alguns dados – pode passar o primeiro, por favor –, só algumas áreas.

A gente publicou a nova política nacional de alfabetização, fizemos a adesão ao Pirls, que é, nada mais nada menos, do que o Pisa, mas do começo – porque não adianta só ver quando o jovem está no final, terminou o ensino médio, está com 16 anos, que foi tudo ruim o que aconteceu; tem que pegar logo no começo se está dando certo o que está sendo feito, primeiro, segundo, terceiro ano. Então, a gente está aderindo ao Pisa de alfabetização, que é no começo do ensino.

Caderno do PNA: fizemos as conferências no Brasil para todas as secretarias estaduais e municipais de educação do Brasil poderem participar e terem contato com novas técnicas; não novas – no mundo é o que funciona. Trouxemos os métodos que funcionam no mundo para adaptar aqui ao Brasil, e estamos lançando agora o programa de alfabetização no Brasil todo. Isso começa a mudar este ano já.

Próximo, por favor.

Programa Conta para Mim: é trazer a alfabetização para a família, isto é, os pais contam histórias e leem para as crianças, valorizando a família. É uma técnica que está comprovada em vários *papers* no mundo inteiro: crianças de famílias em que os pais têm o hábito de ler para os filhos historinhas à noite, ou contar histórias para elas, têm um desempenho muito acima das famílias das crianças em que os pais as deixam na frente da televisão e não interagem. Disso há vários *papers*. Uma curiosidade é que não precisa ser todo dia: três vezes por semana você já gera um impacto significativo, e a partir de três vezes por semana há impactos marginais menores. Então, se fizer três vezes, quatro vezes por semana já é mais que o suficiente.

Quanto nós estamos gastando: 45 milhões. O impacto é em um milhão de crianças.

Próximo.

Educação básica: o que nós fizemos foi aproximar o MEC tanto das secretarias estaduais quanto municipais. Aquela visão nossa, separada, elitista, de que nós cuidamos do ensino superior, Estados e Municípios cuidam no ensino fundamental e médio, eu acho que é equivocada; você tem que ter todos os entes federativos trabalhando para resolver esse problema, essa chaga, que é a última posição do Pisa na América do Sul em que o Brasil se encontra.

Próximo, por favor.

Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Você teve uma ampla adesão em quase todos os Estados do Brasil – alguns poucos Governadores não quiseram aderir. Oitenta por cento das famílias querem colocar os filhos em escola cívico-militar; apenas 10% são contra e 10% são indiferentes.

Só volta um... Volta para educação. Este aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria falar uma coisa que é importante: é um modelo a ser testado para ser expandido pelo Brasil todo. Onde já existe, o desempenho é 70% superior à média das escolas, então é um ganho significativo na parte do ensino.

Só para ter um paralelo: nada do que a gente está falando é diferente do ITA. Os professores civis do ITA têm liberdade total de pesquisa e ensino. A Força Aérea, os brigadeiros da Força Aérea cuidam da parte operacional. Então, a escola cívico-militar tem a mesma abordagem: os civis vão ter liberdade total de ensino, os militares cuidarão da disciplina, da logística, de todos esses outros problemas que afligem as nossas escolas – e as famílias querem isso.

Próximo. Você pula uma, por favor.

Caminho da Escola. Estamos fazendo um investimento grande no transporte escolar. A manutenção dos ônibus e a compra e o envio de novos ônibus que têm que ser adaptados. Para isso, nós estamos contando com o apoio e a colaboração do Congresso e dos Parlamentares.

Próximo. Pulou? (*Pausa.*)

Não? Pode ir.

Escola de Todos. Foi uma iniciativa que nós fizemos para diminuir as tensões dentro da sala de aula, falando que o aluno tem direito a ter uma visão plural, a ter uma opinião, a ter religião; o aluno tem direito a não sofrer *bullying* em função de suas opiniões; o aluno tem direito a ser bem recebido na escola, independentemente das orientações de qualquer professor ou adulto que esteja lá. Isso é uma iniciativa que já está bem estruturada e já tem até *call center* para a gente tentar melhorar os problemas que acontecem pelo Brasil.

Próximo.

Programa Nacional da Alimentação Escolar: são 50 milhões de refeições diárias.

Próximo.

Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Foi alvo de uma crítica maldosa de um veículo específico. Maldosa por quê? Porque ele não deu ênfase... Era um estoque de livros que existia desde 2014 – isso é do passado. Então, essa é primeira maldade. A segunda maldade: você necessariamente tem que ter um estoque de livros de emergência para atender, eventualmente, a alguém que não tenha recebido, então nunca vai ser zero a quantidade de livros nessa reserva técnica. O que a lei determina? Que seja de 3%. Qual era a quantidade de livros? Abaixo de 2% – isso que herdamos muitos livros do passado que já estavam vencidos. Então, nossa reserva técnica era muito pequena na época da matéria.

Sobre o que eles não falaram de forma alguma: sobre aspectos técnicos. Já em 2019 houve uma melhora de 49% no índice de remanejamento dos livros, por isso que a reserva técnica era tão baixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de novo a gente pega mentiras que não aparecem em lugar nenhum; a gente mostra os números, e a imprensa martela essa mentira.

Próximo, por favor.

Educação Conectada. O senhor falou da importância dos laboratórios, mas não dá para ter laboratório de informática sem internet. As escolas no Brasil não tinham internet banda larga. Pela primeira vez, a gente vai ter internet banda larga no Brasil inteiro. Eram uma exceção as escolas públicas com internet. Este ano 30 milhões de crianças vão estar conectadas à internet banda larga. Vão faltar basicamente escolas rurais, onde não existe conexão via banda larga, e isso vai ser via satélite. Este ano a gente já vai atender a 50% das escolas rurais, que são locações mais distantes.

Então, sem isso, eu não consigo fazer avaliação, treinamento, biblioteca. Eu acho importante biblioteca.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – ... mas, hoje em dia, você precisa ter internet, porque, com a internet, você tem a Alexandria, a Biblioteca de Alexandria à disposição. E estão indo todo esse equipamento, um pequeno laboratório de informática e também *wi-fi*, para as famílias que moram na região poderem usar no final de semana também a internet banda larga, poderem ir lá e acessar.

Então, isso aqui, para mim, é revolucionário. Eu consigo fazer recapacitação com professores com internet. Sem internet, como eu faço recapacitação? Só dá para fazer a distância. Então, esse daqui é um dos principais investimentos. E quanto é o valor? Menos de R$300 milhões por ano.

Próximo, por favor.

Isso saiu em lugar nenhum dos grandes veículos. Só os pequenos deram. Em lugar nenhum, matéria nenhuma, acompanhamento nenhum. Realmente você vê que há um viés. Estatisticamente, se você fizer uma análise, nitidamente você vê um viés desse grande conglomerado familiar, que controla mais de 50% da informação que flui pelo Brasil.

Educação em Prática. Aqui, estamos utilizando espaços ociosos para fazer educação em tempo integral.

Próximo, por favor.

Pulou um?

Encceja, Exame Nacional para Certificação. Não somente o Enem foi, eu diria, o melhor Enem... Eu vou repetir: eu não prometi que seria, mas foi o melhor Enem de todos os tempos. Depois que saiu, eu pude falar. Agora, estou trazendo números e peço que tragam outro que tenha sido melhor. Não estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando que não houve erro nenhum, que não há nada para melhorar, que foi perfeito. Tragam outro e falem: não, o de 2012 foi melhor do que este. Só vai haver um Enem melhor do que foi o de 2019: o deste ano, porque este ano a gente vai estar melhor, a nuvem já vai ter sido instalada e testada, nós já vamos começar a fazer o Enem digital. E o outro ano vai ser melhor. É assim que funciona.

Não é só o Enem que está melhorando. O Encceja também foi um sucesso.

Próximo.

O Saeb também está sendo um sucesso. Estamos fazendo um diagnóstico completo. Foi um sucesso. Estamos pegando o Brasil todo. Sem um mapa de como está o ensino e o resultado, como eu posso tomar ações sem saber as crianças e os jovens que estão ficando para trás? Como eu posso corrigir os professores que não estão tendo um bom desempenho?

Próximo.

Pela primeira vez, nós temos um amplo acompanhamento das famílias que recebem Bolsa Família se elas estão mandando os filhos para a escola, com a presença, acima de 93%. Vai chegar a 100%.

Próximo.

O novo Fundeb. Nós ficamos, o ano passado inteiro, debatendo com a Professora Dorinha. Para melhorar o diálogo, nós vamos enviar agora um projeto nosso, porque eu tenho receio de que a proposta não avance como gostaríamos. Estamos enviando uma PEC também do Governo sobre o novo Fundeb. Eu acho importante, mas o novo Fundeb tem de ter aspectos técnicos, ser fiscalmente responsável. Ele tem de ter alguns detalhes que eu acho que, ao longo do ano, nós vamos poder debater mais a fundo.

Mas a nossa intenção é melhorar o diálogo. Como não estava fluindo como a gente imaginou várias vezes, a gente está tomando essa iniciativa.

Próximo.

Novo ensino médio. Estamos ampliando a carga horária e, pela primeira vez em muitos anos, estamos ampliando o número de escolas em tempo integral. Isso vinha caindo nos últimos anos. Escola em tempo integral é fundamental.

Próximo.

Ensino médio em tempo integral. Já falei aqui. Estamos ampliando. Ampliamos a carga horária.

Próximo.

O Enem, sobre o que já falei no começo da apresentação. Vamos começar a ter o Enem digital este ano, em 15 capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Educação profissional e tecnológica. O objetivo é ampliar em 80% o total de vagas do ensino técnico. Hoje, até o final do Governo anterior, nós pegamos 1,8 milhão de vagas para o ensino técnico.

Esse número já chegou a ser de 2 milhões, o ensino técnico no Brasil vinha caindo. O nosso objetivo é ampliar em 80% o ensino técnico no Brasil, e isso já começou a ser feito, já estamos ampliando significativamente a quantidade de alunos atendidos.

Próximo.

Novos caminhos. Aí, no caso, a gente quer trazer o empreendedorismo para dentro dos institutos técnicos, assim como no futuro teremos incubadoras de *startups*. Nós já fizemos isso, a ampliação de ações para conseguirmos ampliar o número de iniciativas que mudem a realidade e a riqueza da região onde você tem instituto técnico.

Próximo.

Educação profissional e tecnológica. Também estamos ampliando isso. Havia no passado um esqueleto de 11 mil diplomas que não haviam sido reconhecidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – ... Nós estamos reduzindo isso nos últimos meses, e o objetivo é gerar essas pessoas que fizeram o ensino técnico e não conseguiram reconhecer os seus diplomas.

Próximo.

Ensino superior. Sisu, Prouni e Fies. Estamos ampliando todas as frentes.

Próximo.

O SEB (Sistema Educacional Brasileiro), que é a base de dados dos estudantes. Até hoje nós não tínhamos uma base para saber quem está matriculado, onde, como e por quê. Por isso que a carteirinha digital que nós lançamos é tão importante para ter o banco de dados. Como você faz gestão sem números? O Brasil não tem um banco de dados para o ensino, a gente não faz o acompanhamento das provas.

Então, tudo está sendo feito, já está em andamento no MEC, a carteirinha digital era uma iniciativa nesse sentido.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui está a carteirinha digital, é uma das iniciativas para ter esse banco de dados. O custo é zero para o aluno, o aluno que quiser tirar a carteirinha pode fazê-lo no celular, enquanto que pelas vias tradicionais são R$35,00 mais o custo de deslocamento do jovem, mais Correios, mais todas as outras despesas.

Assim como nós também fizemos –o próximo – o diploma digital. O Diploma Digital já está em andamento, nós vamos ter o diploma já neste ano sendo implementado. Isso vai reduzir burocracia, custo e fraude, tanto na carteirinha quanto no diploma digital.

Quem nunca teve dificuldade de buscar o diploma na faculdade, no instituto em que se formou? Digitalmente, você faz isso. Se você o perdeu e precisa de uma nova cópia, tudo isso digital, sem fraude e sem problema.

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Também fizemos, está em evolução, são quase 500 mil participantes. De tudo isso a gente precisa ter um mapa.

Próximo.

Do Diploma Digital eu já falei.

Próximo.

Capes. Apesar do que foi dito não houve perda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – ... houve ampliação. Segue a expansão, e a gente vai ver as melhoras nos indicadores de desempenho das bolsas. Isso é o impacto científico, que a produção científica teve no Brasil e está subindo.

Próximo.

Ebserh, de que ninguém fala. O MEC tem a maior rede, é a segunda maior rede de hospitais do Brasil, e logo no começo do ano foi dito também por esse grupo de mídia que iriam paralisar os hospitais – e vários jornalistas depois reverberam –, que iriam paralisar hospitais.

Não houve nenhum hospital paralisado. Pelo contrário, nós ampliamos os leitos, ampliamos o atendimento, ampliamos a qualidade no atendimento. É a área onde você tem a melhor prestação de serviço, analisada pelo consumidor, pelo pagador de imposto. As pessoas que utilizam o Ebserh têm uma satisfação muito grande.

Só que o objetivo final não é consulta, o objetivo da Rede Ebserh deveria ser treinar os médicos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – ... é uma escola para médicos e acabou tendo essa distorção de atendimento.

O que acontece? Metade das escolas federais de Medicina tem um hospital da Ebserh, a outra metade não tem. E onde esses alunos estudam? Eles estudam em hospitais que fazem isso por caridade. Isso não é justo e, segundo, muitas vezes esses hospitais só têm custo no atendimento. Neste ano nós já vamos mandar recursos para todos os hospitais que receberem alunos de universidades federais na área de saúde.

Então, neste ano, as santas-casas principalmente ou hospitais que recebem os alunos para treinamento já vão receber R$10 mil por aluno. Isso já gera um impacto R$2 a R$3 milhões por hospital e com isso a gente acredita que o ensino melhora muito.

Próximo.

Aqui, vagas de residência médica estamos ampliando também.

Próximo.

Aplicativo de gestão. Estamos colocando também na parte de tecnologia um grande investimento na parte de Ebserh.

Próximo.

Só para mostrar que a Ebserh basicamente sai dos recursos educação. Estamos falando de R$10 bilhões por ano que nós gastamos com a Ebserh.

Próximo. Pula um.

Cinco novas universidades federais. Se não me engano, o Presidente Bolsonaro vai ser o Presidente que mais instalou universidade federal no seu primeiro ano. Foram cinco novas fora de grandes centros.

Próximo.

Educação Inclusiva. A gente tem uma série de impactos aqui em andamento, tanto na parte de sistema acessível e livro didático... Uma série de ações para a gente conseguir melhorar a educação inclusiva.

Próximo.

Chegando ao final.

Houve muita mentira quanto ao corte. Não houve corte, foi o contingenciamento. Foi tudo descontingenciado, absolutamente todos os recursos foram liberados no prazo em que havia sido dito, sendo que, além disso, nós enviamos mais R$220 milhões, a mais, fora do orçamento para investimentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para terminar obras que estavam em esqueletos paradas. Se vocês forem aos *campi* das universidades, vão ver um monte de esqueletos. Tem-se que terminar os esqueletos e instalar painéis fotovoltaicos para reduzir a conta de luz das universidades.

A taxa de retorno disso é acima de 25% ao ano. O painel dura 50 anos ou mais e se você colocar R$3,5 milhões, a conta de luz cai R$1 milhão por ano, isso é, 25% de retorno. É gigantesco. Estamos fazendo isso em larga escala no Brasil.

Próximo.

No ITA, vamos dobrar o número de vagas, já começaram os investimentos. Vai ser a primeira vez, desde que começou o ITA, vai dobrar o número de vagas.

Próximo.

Future-se. Acho que serei convidado a voltar para falar bastante do Future-se.

Próximo. Acabou? Travou?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Acabou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Daremos continuidade, então, à nossa reunião, nosso encontro.

Eu comunico aos prezados Parlamentares, Senadores e Senadoras, que nós temos onze Senadores inscritos e duas Senadoras. A ordem de inscrição se dá pelo seguinte cronograma:

1. Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo;

2. Senador Randolfe Rodrigues;

3. Senador Fabiano Contarato;

4. Senador Humberto Costa;

5. Senador Confúcio Moura;

6. Senador Flávio Arns;

7. Senadora Eliziane Gama;

8. Senadora Soraya Thronicke;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9. Senador Alessandro Vieira;

10. Senador Zequinha Marinho;

11. Senador Chico Rodrigues;

12. Senador Lasier Martins; e

13. Senador Jean Paul Prates.

Eu consulto os prezados companheiros, colegas Senadores, se nós ouviremos um a um ou se nós podemos fazer em blocos de dois ou três, porque, assim, nós ganharíamos um pouco de tempo.

Podemos fazer blocos de três? Podemos fazer?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, no mínimo, três.

Antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Fernando Bezerra, permitam-me bem rapidamente prestar uma homenagem aos internautas que participam de maneira interativa e por quem eu tenho muito respeito, porque eu acho que é para eles que nós estamos aqui, evidentemente, discutindo.

A Olga Skroski, que deve ser polonesa ou algo parecido, do Paraná, pergunta ao Ministro... V. Exa. já respondeu, de certa forma na sua apresentação, mas, evidentemente, em homenagem à internauta, seria interessante que nós fizéssemos as perguntas: "Qual foi a porcentagem dos problemas desse certame do Enem? A porcentagem justifica o gasto do dinheiro público nesse evento?"

O Rayell Miranda, do Tocantins: "O que acontecerá com os responsáveis que cometeram esse erro e prejudicaram vários alunos?".

A Adriane Fayet, do Paraná, pergunta: "Como ficará a situação dos alunos que saíram sem o gabarito da prova e não tiveram como conferir as notas?".

E a Stefane Cordeiro, de Minas Gerais, pergunta: "Haverá alguma restituição aos alunos que perderam a oportunidade de ingressar em uma universidade?".

Eu deixo essas perguntas com o Sr. Ministro.

Agora, ofereço a palavra ao Senador Fernando Bezerra para as suas indagações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, só um minuto, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Os blocos para questionamento ao Sr. Ministro e para a réplica em seguida, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E a réplica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A réplica e a tréplica por parte do Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual o tempo, Presidente, para as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dois minutos... Para a pergunta é cinco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. Para a pergunta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A réplica tem dois minutos. A pergunta, cinco.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A pergunta terá cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... réplica e tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cinco e dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, nosso Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, eu queria, em nome dos dois amigos e companheiros, cumprimentar todos que têm assento nesta importante Comissão de Educação do Senado Federal. Quero cumprimentar o Ministro Abraham Weintraub, e quero cumprimentar o Dr. Alexandre Ribeiro, Presidente do Inep.

E queria começar, Ministro, fazendo aqui um registro que julgo importante: V. Exa. tomou posse no MEC em abril e esta é a nona vez que o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, vem ao Congresso Nacional, o que mostra a sua disposição para o diálogo, para o debate, para as explicações, para trazer as informações para que as políticas públicas que são implementadas por V. Exa. possam ser bem acompanhadas pelo Congresso Nacional.

Eu tenho três perguntas, mas, antes de fazer as minhas três perguntas, eu gostaria de cumprimentar o Ministro Abraham pelo trabalho que vem realizando. Eu acho que ele já fez aqui um balanço muito rápido, muito sucinto, e eu queria apenas registrar algumas das ações que eu acho que é importante destacar para aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

A entrega, eu não falo de proposta, eu falo de entrega, a entrega de seis novos *campi* de institutos federais em pouco mais de 400 dias de Governo. Esses *campi* estão situados em Campo Grande, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul; em Corumbá; também no Mato Grosso do Sul; o *campus* de Santa Rita, do Instituto Federal da Paraíba; o *campus* de Senador Canedo, do Instituto Federal de Goiás; o *campus* de Paragominas, no Estado do Pará e o *campus* de Ananindeua. Portanto, essas são entregas concretas do atual Governo do Presidente Bolsonaro.

Na educação superior, o Ministro fez aqui um registro, e eu acho que é importante sublinhar, o programa do Diploma Digital. Esse programa permitiu que, desde dezembro, instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, pudessem dar início à modernização das certificações de conclusão de curso, beneficiando, Presidente Dário Berger, mais de 8 milhões de estudantes em todo o País.

Um outro destaque que eu acho que é importante fazer foi aquilo que o Ministro destacou, e não vou aqui me aprofundar, é o programa de alfabetização, o programa Conta pra Mim. Eu acho que esse programa abre boas expectativas para a alfabetização das crianças brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar também o programa Caminho da Escola, com a entrega, a entrega concreta, de mais de 1,3 mil ônibus, que foram distribuídos em todas as regiões do Brasil.

Eu queria, Sr. Ministro, agora, dirigir as três perguntas. A primeira diz respeito à pretensão do MEC de ampliar a oferta de cursos técnicos, aumentando a qualificação dos brasileiros. Com o programa Novos Caminhos, a sua gestão tem a intenção de potencializar a educação profissional e tecnológica.

O senhor mesmo fez a comparação de que a Europa tem quase 50% dos jovens fazendo ensino técnico; o Chile, aqui, próximo da gente, tem 30%; e o Brasil tem apenas 8%. O programa parece-me que está gerando uma boa expectativa em torno de mudanças concretas que impactarão os resultados de algumas metas do Plano Nacional de Educação.

A pergunta é: Quais são as estratégias para que a gente possa ampliar o percentual dos adolescentes, dos jovens brasileiros que possam ter a possibilidade de concluir um curso técnico e quais são as características e benefícios desse programa que poderão contribuir nesta direção? A segunda pergunta, Ministro, é sobre as escolas cívico-militares. V. Exa. falou sobre elas, falou da adesão que está tendo, mas muitos Senadores, colegas meus, falam que o programa poderia ter uma adesão ainda maior se houvesse uma compreensão melhor por parte de alguns Governadores. É fato que existe resistência de Governadores à implantação da escola cívico-militar? Que tipo de resistência justifica essa atitude dos Governadores? Parece-me que, onde há escola cívico-militar, ela é de grande aceitação. Na minha cidade, Petrolina, há uma escola cívico-militar da Polícia Militar de Pernambuco. E é uma escola referência, é uma escola modelo. Portanto, eu não vejo nenhuma razão que não seja de natureza política ou ideológica para se colocar contra o Programa das Escolas Cívico-Militares. Então, essa é a pergunta.

E, por fim, eu gostaria de fazer uma pergunta sobre a falta de creches no Brasil. Essa é uma questão que aflige todos os brasileiros, é uma coisa que precisamos superar. Claramente, o número de creches é insuficiente. A maioria delas está localizada na zona urbana. E existe ainda uma grande participação da iniciativa privada na oferta de vagas de creche. São milhares de creches paradas por inúmeros motivos: obras que não saíram do papel, obras que começaram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... e foram paralisadas.

Portanto, o meu questionamento é muito simples: qual é a estratégia do Ministério da Educação para poder enfrentar essa falta de creche para que a gente possa permitir que as mães brasileiras possam ter onde deixar os seus filhos – e que não seja apenas um depósito, mas um local de formação, de educação, de cuidado – para que possam, portanto, disputar o seu salário, ter o seu emprego para sustentar a família?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as minhas perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nossos agradecimentos ao Senador Fernando Bezerra.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Meus cumprimentos ao senhor e ao meu companheiro, o querido Senador Flávio Arns.

Sr. Ministro, V. Exa. disse, reiterou aqui, inclusive, que este Enem foi o melhor de todos os tempos. Fazendo uma retrospectiva dos ENEMs anteriores, o último que teve algum tipo de falha foi o de 2012. Salvo melhor juízo, o senhor mesmo assim apontou. É importante aqui a gente atualizar os dados. O número de redações com pedido de recorreção com erros neste Enem foi de 5.974 provas. No Enem de 2012 foi de 129 – 129 –, ou seja, V. Exa. aponta que pouco menos de 1% neste, e, no de 2012, onde houve o último erro, foi de 0,002%, 57 vezes menor do que neste Enem. Então, parece-me que, pela quantidade de provas, eu estou dizendo que foi oficialmente respondido pelo MEC como redações corrigidas irregularmente, erradamente, quando precisaram de novas correções, sem contar outros 166 mil, o que totaliza 172 mil pedidos de correções, que tiveram junto ao Ministério da Educação, sem que esses outros 166 mil estudantes saibam, transparentemente – e, até em decorrência disso, apresentamos um projeto de lei pedindo transparência, estabelecendo normas de transparência na correção das provas do Enem –, tenham a satisfação de qual foi o processo de correção de suas provas.

Eu lhe pergunto: V. Exa. atribui a quem a responsabilidade dos erros deste Enem? De quem foi essa responsabilidade? Pergunto-lhe qual foi o tamanho do erro deste Enem, qual foi a dimensão deste erro. E aí, complementarmente, V. Exa. já falou na exposição, mas reitero a pergunta: quem participou da força-tarefa de avaliação e de correção desses erros?

V. Exa. apresentou ali – e eu quero fazer questão de trazer aqui, mais uma vez, o que chamou a atenção de muitos, a resposta de V. Exa., no dia 25 de janeiro de 2020, ao Sr. Carlos Santana. Diz o Sr. Carlos Santana: "Minha filha tem certeza de que a prova do Enem dela não teve a correção adequada e que ela foi prejudicada. E agora? Inês é morta? O Sisu termina amanhã". E aí ela apresenta o número da inscrição. V. Exa., no Twitter, pessoalmente, o responde: "Caro Carlos, veja a resposta. Abraço", encaminhando a resposta de S. Exa., o Prof. Alexandre, Presidente do Inep. "Ministro, a participante teve a prova corrigida corretamente. Tudo confere". Outros 172 mil estudantes tiveram a mesma dúvida. Qual foi o meio utilizado para responder a esses 172 mil, que tiveram o mesmo questionamento do Sr. Carlos Santana?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, em novembro do ano passado, o Governo destinou ao Ministério da Educação grande parte da multa de R$2,6 bilhões da Petrobras, acordada no âmbito da Operação Lava Jato. Em tese, o dinheiro seria destinado a ações para obras de escola, sobretudo na educação infantil, e custeio de matrículas. Eu pergunto a V. Exa. – considero importante comunicar a esta Comissão e informar a este Senado – como foram destinados, como foram utilizados esses recursos, da ordem de 1 bilhão, por conta da multa aplicada à Petrobras, em decorrência dos esquemas da Operação Lava Jato? Como foram utilizados esses recursos, para onde foram destinados esses recursos?

V. Exa. falou aqui de um dos programas do Ministério Educação e V. Exa. muito bem destacou que é um dos programas que deve ser uma das peças centrais da atuação do MEC no próximo período, o Programa Educação Conectada. Eu pergunto a V. Exa. se este programa é objeto do Pregão nº 13, de 2019; se foi este o pregão que foi objeto deste programa.

Por fim, Sr. Ministro, um relatório de uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados – e eu quero aqui saudar alguns dos Deputados presentes, membros desta Comissão, Deputada Tabata Amaral e Deputado João Campos, que aqui estão – apontou uma série de ineficiências na gestão do Ministério da Educação por parte de V. Exa., entre elas, diminuição do nível de escolaridade dos ocupantes de cargos comissionados, instabilidade, baixa capacidade do recrutamento e baixa qualidade na retenção do corpo técnico. Esses são alguns dos problemas de gestão apontados por esta Comissão Externa da Câmara dos Deputados. O que V. Exa. poderia nos dizer sobre esse relatório? A Comissão Externa está equivocada, não fez um bom trabalho, não fez uma boa análise? Qual o parecer que V. Exa. poderia dar do resultado do trabalho dessa Comissão Externa da Câmara dos Deputados?

É o que tenho de perguntas, Excelência. Se me for possível, na réplica, até utilizar o tempo que me foi dado de crédito, 1 minuto e 26 segundos, eu gostaria de utilizá-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues.

E agora passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado a todos pela oportunidade.

Saúdo todos os Senadores e Senadoras; o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns.

Agradeço o comparecimento do Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começo afirmando que nada é tão ruim que não possa piorar. Piorou. Quando, em 1º de janeiro 2019, o Ministro Ricardo Vélez Rodríguez tomou posse apenas até abril, eu pensei que era um desastre e aí o atual Ministro da Educação vem com uma política totalmente contrária às políticas que devem ter responsabilidade com a educação pública.

A minha fala vai se restringir apenas a um artigo da Constituição Federal que é o art. 37. São princípios que regem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E eu afirmo que, na gestão do senhor, Ministro, todos esses princípios foram violados. Eu começo pelo princípio da legalidade.

O art. 207 da Constituição Federal determina que as universidades gozam de autonomia didática, administrativa, científica e de gestão financeira e patrimonial. Porém, o Governo editou a MP 914 com o objetivo de parametrizar as regras de escolha dos reitores, sem considerar as decisões internas de cada comunidade acadêmica. Eu fico me questionando: como pode violar o art. 207 da Constituição Federal? Violou o princípio da legalidade.

Não para aí a violação do princípio da legalidade. O art. 206, inciso II, diz que o ensino será ministrado com base no princípio da liberdade de pesquisa e aí vai além o art. 218 da Constituição e estabelece, no §1º, que a pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado. Isso não sou eu que estou dizendo; isso é a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Pergunto novamente eu: qual a intenção do Governo em limitar o número de pesquisadores que podem frequentar eventos acadêmicos? Porque era isso que estava colocado na Portaria 2.227, que, graças a Deus, foi revogada.

Agora eu vou para a violação do segundo princípio: moralidade. A Lei 1.079, de 1950, determina, no art. 9º, item 7, que é crime de responsabilidade proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo. No entanto – eu tenho até vergonha de falar, mas é necessário –, há exemplos de ofensas a Presidente da República. Aspas do senhor: "O Macron não está à altura deste embate. É apenas um calhorda oportunista buscando apoio do *lobby* agrícola francês". Outras aspas: "Ferro no cretino do Macron, não nos franceses". As ofensas não pararam ao Presidente da França, ele se dirigiu agora a uma mulher, uma cidadã brasileira. Aspas, do senhor: "Uma pena, prefiro cuidar dos estábulos, ficaria mais perto da égua sarnenta e desdentada sua mãe". Outras aspas: "Que bom! Agora continue procurando pelo seu pai". Outras aspas: "Sinto em avisar, porém seu caso não resolve estudando; tem que reencarnar. Aproveita e peça para não voltar tão feio". Meu Deus, são falas do Ministro da Educação da República Federativa do Brasil!

O art. 140 do Código Penal estabelece o crime de injúria: "Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro...". Fico questionando, porque aqui está, a Lei de Crime de Responsabilidade é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clara: proceder de modo incompatível com a dignidade, honra e decoro é crime de responsabilidade, violação do princípio da moralidade.

Passo para o terceiro: princípio da eficiência – eficiência!

Conforme a lição da professora de Direito Administrativo da USP, Profa. Odete Medauar, aspas dela: "O princípio da eficiência determina que a Administração deve agir de modo rápido e preciso para produzir resultados que satisfaçam às necessidades da população", fecha aspas. Ou seja, a Administração Pública tem de ser rápida, ágil, eficiente. Está aqui, esse é um princípio constitucional. No MEC houve o empossamento de 4,3 bilhões de dinheiro.

O que é esse empossamento? O dinheiro foi alocado ali, está liberado, mas o Ministério não consegue gastar. Aí, eu fico pensando: meus Deus, apenas 27,3% das escolas de ensino fundamental contam com biblioteca; apenas 37,2% contam com quadras de esporte; apenas 8,1% com laboratórios de ciências; e o MEC não gastou 4,3 bilhões! E não para, esse prejuízo não fica aqui, Sras. e Srs. Senadores, porque o orçamento do ano de 2020 é com base com o que você gastou no ano anterior. Então, neste ano, na educação, já foram cortados R$10 bilhões. Mas todos têm direito à educação pública de qualidade, essa é uma garantia constitucional prevista no art. 6º.

Então, está aqui: corte de bolsas de pesquisa de ensino superior, 21%, aproximadamente 600 milhões; a pasta comandada por V. Sa. deixou de utilizar R$1 bilhão de recursos recuperados pela Lava Jato; o MEC descontinuou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e atrasa repasse no Programa Mais Alfabetização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Apenas 1% das dotações orçamentárias dedicadas à EJA foi executado. Então, não há como! Com tudo isso, o impacto foi corte na educação de 10 bilhões, violação ao princípio da eficiência.

Impessoalidade: gravíssima violação ao princípio da impessoalidade, quando o senhor aceitou pedido feito de Twitter de correção de prova. Será que todos têm acesso? E volto a esclarecer: o senhor não está em uma empresa privada! Talvez a forma de atuação de V. Exa. na empresa privada fosse uma; aqui, no Estado, tem de ser impessoal, doa a quem doer. Então, violou, sim! Quando o Senador Randolfe cita o exemplo, será que todos os candidatos prejudicados tiveram acesso direto ao Presidente do Inep?

Publicidade, outra violação. A falta de publicidade em relação aos erros da correção do Enem são a última marca dessa gestão que eu qualifico desastrosa. Em janeiro o senhor reconheceu existência de um erro na correção dos gabaritos da prova do Enem (após diversas denúncias de estudantes), entre parênteses. Ainda acho alarmante a falta de transparência na comissão criada pelo Inep para avaliar a pertinência do banco de itens com a realidade social do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso tudo, eu não tenho perguntas. Sabe por quê? Contra fatos não há argumentos. Eu sou, em conjunto com outros Parlamentares, um dos autores que demandaram judicialmente o pedido de *impeachment* de V. Exa., preservando todos os princípios constitucionais, mas com base na violação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e com base, ainda, na Lei 1.079, de 1950, que trata dos crimes de responsabilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu tenho fé em Deus que um dia o Governo Federal – e aí independentemente de ser A, B ou C – vai tratar a educação com a responsabilidade que ela merece. Por enquanto, "todos temos direito à educação pública de qualidade" é uma palavra vaga, morta, que está deitada eternamente em berço esplêndido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Completado o número de três Senadores, vamos ouvir agora S. Exa. o Ministro Abraham Weintraub. Lembro também que há as perguntas o e-Cidadania, Ministro. V. Exa. tem a palavra.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Posso responder ao e-Cidadania primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Como o senhor preferir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O tempo, a princípio, é o necessário, mas o compatível. A pressa é de V. Exa., porque o Ministro hoje à tarde tem uma agenda de posse do Presidente da Capes.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Isso. Eu tenho de sair antes das 14h, porque às 14h é a posse.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós temos, de certa forma, de agilizar o nosso trabalho.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (Para expor.) – Vou ser rápido.

Sra. Olga Skroski, do Paraná: "Qual foi a porcentagem de 'problemas' desse certame do Enem?". No caso, 0,15% das pessoas que fizeram a prova a gente corrigiu antes da abertura do Sisu. Então, o impacto foi zero. De fato, erro... Houve uma aluna também que a gente pegou no Twitter, que era a Rebeca. Havia duas Rebecas na sala, tocou o celular de uma, e tiraram a prova da outra Rebeca. Isso também, via Twitter, a gente conseguiu consertar. Foi graças ao Twitter que a gente descobriu esse problema e a gente tomou conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rayell Miranda, Tocantins: "O que está acontecendo com os responsáveis? Cometeram erro e prejudicaram vários alunos". A gente tomou todas as medidas legais, encaminhamos o PAD contra a gráfica para ver a consequência. Não houve, na minha opinião – quem vai verificar isso é a Justiça –, dolo, não houve intenção de prejudicar. Mas, se houver algum dano a ser ressarcido, cabe à Justiça decidir. Ninguém deixou de entrar na faculdade por causa, evidentemente, de nada que tenha acontecido nesse último Enem.

Adriane Fayet, do Paraná: "Como ficará a situação dos alunos que saíram sem gabarito da prova e não tiveram como conferir as notas?". Nós conferimos as provas de 100% dos 3,9 milhões alunos, dos 4 milhões de alunos que fizeram, nós conferimos e reconferimos todas as notas, utilizando os quatro gabaritos existentes. Então, não existe chance de ter acontecido qualquer prejuízo nesse sentido.

Stefane Cordeiro, de Minas Gerais: "Haverá alguma restituição aos alunos que perderam a oportunidade de ingressarem [...]?". Não, não houve perda de oportunidade de ingressar na universidade.

Muito bem. Agradeço as perguntas.

Senador Bezerra, agradeço também as suas colocações.

De fato, é a nona vez em que estou vindo ao Congresso Nacional. Devo ter sido, provavelmente, o Ministro que mais veio. Quase uma vez e meia por mês de Congresso aberto, que eu tenho frequentado. Eu tentei levantar e eu acho que eu sou o Ministro que mais vezes veio num período tão curto de tempo, na história.

Quanto aos novos *campi*, estruturas, escolas, ônibus, esse investimento está sendo feito, investimento em vários aspectos de forma mais eficiente, mais barata. É por isso que a gente está conseguindo... Esses 230 milhões que sobraram o ano passado para aumentar instalações e colocar painéis fotovoltaicos são fruto dessa eficiência que a gente está buscando. Os ganhos são expressivos, as reduções de custos são expressivas, e elas estão abertas para quem quiser ver.

O diploma digital, assim como a carteirinha digital, é o futuro, não tem como escapar disso. Acabou a era do papel, só dificulta, só gera estorvo, só gera prejuízo e beneficia só as pessoas que vivem de fazer carimbo, bater carimbo e lançar. E aumenta inclusive a quantidade de fraudes. Então, eu não consigo ver retrocesso, não consigo ver como o Brasil não caminhará para ter o diploma digital e a carteirinha digital.

Assim como o programa Conta pra Mim: ele está amalgamado na essência do que representa o Governo Bolsonaro. O Governo Bolsonaro prevê a valorização da família, o resgate de valores, a defesa das crianças, da inocência das crianças, a busca de técnicas científicas. Contar histórias para as crianças melhora – cientificamente comprovado – o desempenho escolar dos jovens, dos alunos. Essa é a essência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo Bolsonaro. Além de resgatar os valores, há uma abordagem técnico-científica para referendar tudo que a gente faz.

Estamos ampliando... O senhor está correto, o Brasil está com 8%, e a gente vai ampliar para pelo menos 15%. É pouco? É pouco, mas a gente está revertendo a tendência de total abandono dos cursos técnicos no Brasil. Curso técnico significa um ofício na mão. Muitas vezes um técnico de montar *drone*, de pilotar *drone*, de instalar *drone*, um técnico agrícola, tem renda e ele tem como ajudar a família, a localidade dele, o entorno dele muito mais rapidamente do que uma pessoa com diploma universitário.

O custo médio de um ensino técnico é R$16 mil por ano. Um curso técnico de um diploma universitário é quatro a cinco vezes maior do que isso por ano. Então, com o mesmo recurso a gente consegue atender muito mais pessoas. Já estamos ampliando, como nós mostramos nos números na apresentação, já é uma realidade a ampliação, assim como já estamos ampliando ensino em tempo integral, ampliando a carga horária do ensino médio. Tudo isso, não é que vamos fazer, já está em andamento, e até o final do Governo Bolsonaro, a meta é aumentar em 80% o total de vagas no ensino técnico, essa é a meta já apresentada.

E como vamos fazer isso? Com investimento direto nos institutos técnicos, parcerias com empresas privadas e ampliando ensino a distância não integral, mas parcial, que tem muito sucesso. Esses jovens vêm duas vezes por semana para ter aula no laboratório e três vezes por semana, ou quatro, a distância. O resultado é muito bom, diminui a evasão, cai muito o custo, amplia o leque de pessoas que atendem.

Escola cívico-militar. Infelizmente a ideologização de esquerda está presente. A verdade é que muitos Governadores de esquerda e muitos Parlamentares de esquerda são contra o projeto, absolutamente tentam destruir legalmente, juridicamente, com argumentos, má vontade. O senhor veja por exemplo: nós não conseguimos instalar... No Nordeste, apenas um Governador aceitou a escola cívico-militar. E o custo disso é zero, é simplesmente: "Ó, mais dinheiro, mais recurso, está aqui". Em São Paulo também não foi possível, mas, de modo geral, no Brasil todo a aceitação é muito grande, porque as famílias querem. As famílias querem a escola cívico-militar pelo que ela representa: segurança na escola, melhora de desempenho, respeito, valores familiares. Você não tem caso de agressão de alunos em escolas cívico-militares, você não tem caso de aluno ameaçar professor em escola cívico-militar. Hoje é uma realidade, professores estão sendo ameaçados, principalmente na periferia... Filhos, enteados e traficantes ameaçam os professores, isso é uma realidade. Eu sou contra. Eu sou a favor de defender o professor do ensino fundamental, que foi abandonado e esquecido nos últimos 16 anos. Ele não foi valorizado.

Inclusive, aproveito, Senador Bezerra, para falar que esse aumento de 16,8% que os professores do ensino fundamental vão receber, teve pressão de Governador, alguns de esquerda, para que não fosse feito, para o Presidente vetar. O Presidente não vetou, manteve esse aumento de 12,8%. Então existe, sim, muita hipocrisia nesse debate, e, quando existe uma demanda pela população de uma agenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente legítima, eles não deixam claro que são contra. É sempre por subterfúgios que eles... Eles não se levantam e falam: "Eu sou contra a escola cívico-militar por isso, isso e aquilo". Raramente você vê alguém fazendo isso, é sempre por subterfúgios, existe uma pressão.

Falta de creches no Brasil: sim. E aí eu aproveito para responder onde será utilizado esse R$1 bilhão que foi recuperado, fruto do roubo durante o Governo do PT na Petrobras. Durante o Governo do PT roubou-se muito, e o Ministro Sergio Moro conseguiu recuperar, via Lava Jato, um volume expressivo desse recurso – não tudo, mas um volume expressivo. Desse volume resgatado, R$1 bilhão foi alocado para o MEC, e esse 1 bilhão será utilizado num *voucher*... Vai ser um programa piloto: *voucher* creche, principalmente para Nordeste e Norte. Quantas crianças...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso já foi utilizado?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O senhor me permite terminar? Eu interrompi o senhor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É no contexto de sua resposta.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (Para expor.) – Muito bem. Esse R$1 bilhão vai ser utilizado, o modelo está sendo parametrizado. O objetivo é colocar em creche 1,1 bilhão de crianças que hoje estão fora de creche e pré-escola no Nordeste e no Norte. Essa é a prioridade. Porque os valores... Com valores menores você consegue colocar uma criança no Nordeste e no Norte numa creche – sem fins lucrativos, tem que ser sem fins lucrativos. Esse programa está contando, no Governo Bolsonaro, com três Ministros participando diretamente: eu, evidentemente, o Ministro Paulo Guedes e o Ministro Onyx Lorenzoni. Então os três estão diretamente envolvidos para utilizar o dinheiro que foi recuperado fruto do roubo durante o período do PT.

Indo para o Senador Randolfe. Recorreção das provas de redação, acho que os números estão errados, Senador. Pelo que eu vi aqui é zero, nenhuma preencheu critério nenhum para justificar a reavaliação, então, acho que o senhor está com o número equivocado. É zero, nenhuma.

Problemas passados. Eu gostaria de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São dados do MEC.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Bom... Então, está bom, o senhor depois veja direito, talvez o senhor esteja se confundindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Problemas passados, vamos lá. Só alguns. Em 2011... Eu vou começar em 2011, porque o senhor já era Senador, e que eu saiba o senhor não falou nada na época. Catorze questões repetidas e anuladas para estudantes do colégio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, questão de ordem. O convidado tem que se comportar com urbanidade para com as Sras. Senadoras e Senadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Concordo.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Mas eu me comportei mal, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agredir Senador membro desta Casa não é adequado, Sr. Presidente.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O que eu falei de mal?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (Para expor.) – Não pode se referir, está bem. Então, não vou me referir a ele.

Então, em 2011, 14 questões anuladas e repetidas. Em 2012, questionamentos, vários problemas, formais realmente, na nota de redação, em número significativo. Em 2013, falhas no sistema de inscrição, descoberta de uma quadrilha que fraudava e destruía o Enem. Em 2014, vazamento do tema de redação, o que considero grave. Em 2015, uma série de questões polêmicas que tiram totalmente a credibilidade e a legitimidade do Enem, porque o local não é para doutrinar, doutrinar a gente doutrina fora do Enem, fora das instituições, até por questão de impessoalidade, como bem foi dito. Este é um Governo para todos os brasileiros. Foi eleito com certos valores claros, mas é impessoal. Enem não é lugar de doutrinar. Em 2016, ocupações das escolas; 275 mil jovens tiveram que refazer; as curvas de desempenho não foram similares, 275 mil é bastante gente. Houve três aplicações, casos de fraude identificados e questões anuladas. Em 2017, uma série de dificuldades para obter a isenção. Em 2018, aí é a famosa questão do dialeto pajubá, além de questões anuladas.

Então, três dias fora do ar... Há uma série de erros no passado... Eu entendo que se fique questionando, mas não é verdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – A página do estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, onde foi respondido? Foi respondido... Todas as 170 mil questões foram respondidas pela página do estudante, porque o *e-mail* não é um veículo seguro. Quando uma pessoa topa se identificar abertamente comigo, é uma questão – foi o caso do pai da aluna –, mas, quando não há isso, a resposta tem que ser feita não via *e-mail*; ela tem que ser feita por uma questão institucional, na página do estudante, porque o *e-mail* não é algo impessoal e seguro.

Quem reavaliou foi a FGV e a Cesgranrio. Acho que são instituições acima de qualquer dúvida. Então, as duas instituições que estão referendando tudo isso que estou falando são a FGV e a Cesgranrio.

Uma questão que vai voltar: o pai que perguntou ao Ministro. Isso daqui... Eu não conheço ele, nunca conheci ele, nunca o tinha visto. Inclusive, na colocação... Ele nem é tão delicado quando ele coloca... Por que eu faço? Da mesma forma como eu peguei o erro das questões lá atrás, pela minha ação direta, na gestão direta... Eu interajo diretamente com as pessoas, porque muitas vezes isso traz benefícios para o coletivo, mas ele em nada foi beneficiado a mais do que os outros. Ele teve exatamente o mesmo resultado. Agora, eu descubro muitas coisas nessas interações, eu aprendo muito com essas interações. Por exemplo, ele é o típico caso. A aluna chegou em casa e falou que foi mal, porque havia problema em duas ou três questões do Enem. Então, você vai descobrindo esse tipo de perfil. É importante para mim isso.

O um bilhão recuperado vai ser utilizado, vai ser o *voucher*. Um milhão e cem mil crianças: muito melhor do que a utilização prévia, do Governo do PT, que era roubar esse dinheiro e mandar para fora.

A Comissão Externa apontou uma série de ineficiências... A Comissão Externa... Desculpe, a Comissão Externa... Olha, eu acho que existe liberdade para as pessoas se reunirem, se manifestarem da forma como quiserem. Eu vou responder simplesmente a única questão aqui que foi da equipe, que foi levantada. A Comissão aponta várias coisas: que não foi empenhado, que não foi gasto, mas ela fala muito de equipe. Olha, a gestão de equipe, capacidade, instabilidade... Uma das pessoas ali contratou namorado. Eu nunca contratei namorado na equipe do MEC! Então, por si só, isso já basta, é muito mais eficiente do que eu.

A segunda coisa... Capacidade e instabilidade. Os números são públicos. Havia até a questão de que havia poucas mulheres nas secretarias. É uma coisa mofada, antiquada! Eu não tenho problema de contratar homem ou mulher: se tiver um bom desempenho, eu contrato.

Veja, existe um "metacapitalista" que tem o monopólio da cerveja no Brasil. Inclusive, ele banca uma parte desses Parlamentares que me criticam. Inclusive, ele banca uma parte desses Parlamentares que me criticam. A rotatividade nas empresas dele é gigantesca, e não dá para falar que é má gestão, é uma técnica de gestão. A minha técnica de gestão... Esse "metacapitalista" pagou estudos, pagou campanha de muitos dos que me criticam aqui.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – A técnica de gestão... Está comprovado: eu dispenso as pessoas que não "performam", ou as pessoas que têm que sair. Isso é normal, não é defeito. Não existe... Me tragam um livro que mostre que é errado! Eu tenho experiência de gestão e nunca contratei nenhum parente, nada de envolvimento pessoal – ao contrário de quem me critica.

Senador Contarato, eu não violo a Constituição. O meu passado é imaculado, não tem nenhuma mácula em termos de comportamento pessoal. Legalidade, liberdade, dignidade, honra e decoro me marcam. Para mim, a maior prova de decoro e dignidade é não roubar. Isto está, inclusive, no Velho Testamento: não roubar, não fazer falso testemunho, não invocar o nome de Deus em vão... É esse tipo de coisa, muito mais básica, muito mais fundamental... Eu respeito profundamente a família, a família dos outros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Quando alguém me agride pessoalmente, a legislação me permite revidar. O senhor só contou um lado da história, não falou que a pessoa entra no meu Twitter pessoal para me chamar de palhaço, no domingo. A legislação me permite revidar. E eu não roubo, o que para mim é mais importante. É como no passado... Esse um bilhão que estamos recuperando veio de roubo.

Fala do Ministro, crime de injúria... Bom, não faltam processos... Vocês estão movendo – não vocês, falo amplamente –, a oposição tem mexido numa série de processos contra mim. Pela primeira vez na vida eu estou tendo que lidar com essa situação. Isso está no direito de vocês. Eu considero errado, porque isso não... Não considero democrático, profundamente, judicializar tudo, é como eu não faço.

Eficiência, empossamento... Esse dinheiro não foi jogado fora. É errado gastar o dinheiro pura e simplesmente. Isso é base de contabilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – ... na contabilidade nacional, nas contas públicas. O dinheiro que não é gasto não é jogado fora. Quando a gente gasta o dinheiro, ele vira dívida ou ele diminui o patrimônio. Então, esse dinheiro não gasto não é jogado fora, é um dinheiro que pode ser reutilizado agora num programa mais moderno e eficiente.

Então, essa visão é uma visão, Senador, equivocada. O dinheiro não é feito para ser gasto pura e simplesmente, ele tem que ser bem gasto, porque ele vem dos impostos. E, assim, muito diretamente e francamente: o que me trouxe aqui foi a destruição do Brasil. Eu tinha uma vida fora de Brasília, fora da política, e a destruição do Brasil pela ausência de percepção de que os impostos são sagrados, de que esse dinheiro é sagrado e não pode ser gasto de qualquer jeito, não pode ser torrado, não pode ser roubado, é que me trouxe aqui. Eu sou um dos milhões de brasileiros, de dezenas de milhões de brasileiros, que foram às ruas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – ... porque estavam possessos por causa do que fizeram com este País.

Quadro descrito, um bilhão já utilizado: já respondi.

Impessoalidade. Acho que já respondi. Eu não conheci esse pai, e esse processo de interação direta com a população me faz bem, até do ponto de vista pessoal. Considero importante... Toda essa fleuma, que não é natural do brasileiro... Nós, brasileiros, somos cordiais. "Cordial", de *cuore; a* raiz da palavra é *cuore*. *Cuore* é coração. Cordial é o que vem do coração. Nós, brasileiros, somos descritos sempre como um povo cordial, um povo que se mexe pelo coração, e eu sou fruto da classe média, eu não sou fruto de uma elite, eu não sou filho de políticos, neto de políticos – sem demérito para quem seja. Isso para mim é um campo novo, e eu quero continuar sendo uma pessoa igual à que sempre fui, falando como eu falava. Eu sou uma pessoa normal, que come *pizza* e toma chope. Eu não mudei os locais que eu frequento, desde que eu me tornei Ministro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Então, se o meu jeito causa um certo mal-estar em quem está acostumado com uma fleuma falsa – que não é do brasileiro –, eu acho que é do jogo democrático o senhor ir lá, junto com o Frota, não é? O senhor foi com o Frota ali, não sei se ele fez uma avaliação jurídica também do *impeachment*, para fazer, entregar para o STF o meu *impeachment*. O senhor está no direito seu, do senhor. Não quer dizer que eu ache bom. Eu simplesmente acho que o senhor está no seu direito de falar essas coisas.

Publicidade: eu publicizei o erro dos ENEMs, saiu de mim. Eu não escondi por cinco minutos. Mais honestidade, transparência e comprometimento, me mostre outro: eu trouxe à tona, eu peguei o erro, eu levei adiante e deixei tudo claro. É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos à réplica. Eu consulto o Senador Fernando Bezerra se quer replicar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou satisfeito. Eu acho que as explicações e as informações que o Ministro trouxe sobre os eventos do Enem e do SiSU foram suficientes para dirimir as dúvidas que existiam aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então ofereço a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, e vou acrescentar aquele tempo que V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado.

O que o Ministro não falou, há uma das respostas que ele não fez, foi sobre a pergunta a quem ele atribui os erros do Enem. Ele, em outros momentos, já disse que a responsabilidade foi do consórcio, precisamente da empresa Valid – precisamente da empresa gráfica que realizou o Enem, a empresa Valid. É importante destacar que essa empresa foi contratada sem licitação – o próprio Ministro aqui já destacou –, em substituição a uma outra empresa que havia falido. Mas há algo que não foi dito aqui: a nova empresa foi contratada com um ágio de R$22,7 milhões. A empresa anterior custaria R$129 milhões, a nova foi contratada por R$151,7 milhões. Aliás, a ausência de licitação tem sido uma prática do Ministro. Veja só: somente 22%... Somente 34% dos contratos do MEC na gestão dele foram feitos... Ou melhor, somente 43% foram feitos via pregão, concorrência ou licitação; 34% foram com dispensa de licitação e 22%, com inexigibilidade de licitação; 34% mais 22%, nós temos aqui 54%... 56%... 57% dos contratos sem licitação. Então, na gestão do Ministro, tem sido prática não fazer nenhum tipo de licitação.

O Ministro tenta fazer aqui... Há uma máxima que diz o seguinte... Há uma poesia, de um dos poetas que o Ministro não deve gostar, de Caetano, que diz que Narciso acha feio o que não é espelho. Veja só, o Ministro fala da impessoalidade e da não ideologização. Ele ideologiza! Ele fala aqui das categorias de direita e esquerda, ele não trata a Administração Pública, Presidente, meu caro Senador Flávio Arns, Vice-Presidente desta Comissão, com o critério da impessoalidade: vem aqui ao Parlamento, ataca Parlamentares membros – membros, honrados! – da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que fez um trabalho detalhado de diagnóstico do Ministério da Educação, ataca os membros desta Comissão, ataca as posições políticas aqui presentes, ou seja, Presidente, Narciso acha feio o que é não é espelho. Ele acusa os outros daquilo que pratica, do comportamento que ele tem.

A verdade é que ele aqui deixou de reconhecer... A verdade colocada concretamente: todos os erros que houve e quaisquer um dos outros eventos de Enem, que foram chamados aqui, todos foram menores do que os erros colocados aqui. Um bilhão da Lava Jato! Primeiro, Ministro, esse um bilhão foi devolvido por decisão da Justiça. O senhor também não estava por aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... porque eu apoiei aqui a Operação Lava Jato. Eu denunciei os esquemas e repercuti os esquemas que a Operação Lava Jato indicava. Por isso esse dinheiro não pertence ao senhor de fato. Pertence ao povo brasileiro. O senhor esquece... Tanto não pertence ao senhor que o senhor esquece de dizer o óbvio: o Orçamento de 2020, o Orçamento que foi aprovado no ano passado não prevê esses recursos. Sobre o que o senhor estava falando ainda há pouco, vai ser necessário um malabarismo dos seus técnicos do MEC para agora ver como destinam esse R$1 bilhão, pela incompetência sua, pela incompetência de sua gestão, pela incompetência na condução do Ministério da Educação. Com esse dinheiro, Sr. Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria possível construir 17 vezes mais creches só no ano passado. E 65% das crianças não têm creche neste País – 65% das crianças!

E outra coisa, Sr. Presidente, e aí eu falo para concluir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A não execução orçamentária, a não utilização adequada do dinheiro tem sido a marca da gestão do Ministro. Veja, isto aqui são dados do Portal Transparência, e, para não dizer que é só do Governo do PT, estou citando aqui Governo do PT e o Governo Temer: em 2016, foram executados 91% do orçamento do Ministério da Educação; em 2017, foram 90%; em 2018, 87%; em 2019, 80%. Foi no Governo do PT e no Governo Temer, e o seu Ministério, sob a sua gestão, foi o que teve a menor execução de recursos do Ministério da Educação. Sabe o que isso significa? Isso significa, num país em que há crianças fora de creches, que tem mais de 11% de cidadãos analfabetos – aqui não se está falando de não aplicar recursos públicos ou não aplicar indevidamente –, significa não aplicar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Significa devolver dinheiro. Significar não aplicar os recursos que estavam disponíveis para a sua pasta. Isso, num país em que falta educação, em que falta política pública para a educação, Sr. Presidente, é um crime e só justifica o pedido de *impeachment* que foi protocolado por Parlamentares desta Casa contra o Sr. Weintraub.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Consulto o Senador Contarato se quer réplica.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Perfeitamente.

É apenas para esclarecer que o senhor, com todo o respeito, Ministro, exerce uma função e tem o direito, mas a lei não o ampara no caso de retorsão imediata, que consiste em outra injúria – e é para a pessoa comum. Agora, nós que estamos investidos, seja com agente político, seja como servidor público... Quanto ao senhor, como Ministro da Educação, isso não lhe dá esse direito. Então, isso caracteriza, sim, a quebra do decoro.

E outra coisa, o caminho que o senhor deveria tomar é fazer aquilo... Nós também somos objeto de ofensas, mas obviamente extraímos cópias daquilo e mandamos para a polícia apurar e vamos acionar a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal da pessoa que praticou isso. Nós não podemos praticar um crime, principalmente no cargo de Ministro da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu faço um questionamento. Será que o senhor teria coragem de repetir aquelas ofensas

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... com o linguajar que o senhor utilizou, na frente de crianças? – já que se fala tanto em família, em crianças. O senhor se sentia confortável em repetir todas aquelas ofensas? É esse o exemplo de Ministro da Educação? Decoro não é erudição: é o mínimo de respeito ao cidadão.

Então, a minha fala é só a de que não existe isso de retorsão porque o senhor é o Ministro da Educação do Estado brasileiro e a lei não assegura isso. A única hipótese é no crime de injúria, previsto no art. 140, §1º. No crime de difamação, que é difamar alguém, conforme está estabelecido lá, não se admite nem a retorsão, muito menos no crime de calúnia. No caso aqui, o nosso entendimento é o de que houve toda a violação ao art. 37, aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Vai mudar de bloco? Gostaria só de dizer que, se o Senador – não sei onde está o Randolfe – pediu educação e respeito ao Ministro para com ele... Eu não me senti ofendida, mas os Senadores também têm que respeitar o Sr. Ministro. Achei um absurdo chamar de incompetente nesse nível. Perdão – o Randolfe saiu. Mas eu peço que a gente não tenha mais que saborear esse tipo de atitude. Que o senhor, por favor, corte o microfone de alguém que tome esse tipo de atitude. Na minha opinião, o Ministro não fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, essa é a opinião de V. Exa.

Deixe-me só... Eu sou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não usei meu tempo na réplica. Mas, fruto aqui dos debates e das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações que foram trazidas nas réplicas dos meus companheiros, estou na obrigação de trazer uma informação para repor uma certa verdade.

Primeiro, não foi só o Ministério da Educação que não conseguiu gastar todo o dinheiro que foi liberado pelo Congresso Nacional; segundo, é importante lembrar que o Congresso Nacional aprovou PLNs no final do ano, tinham que processar. Eu mesmo tenho exemplos de empenhos conquistados, mas que, na ponta, os institutos federais não tinham como processar, para que as despesas pudessem ser realizadas, porque precisava de licitação. Então, é só para não querermos, através da régua, daquilo que foi gasto, daquilo que foi liberado, fazer uma avaliação do Ministério da Educação. No Ministério de Desenvolvimento Regional parcelas vultosas deixaram de ser repassadas, deixaram de ser empenhadas, fruto de um ano em que as receitas extraordinárias do Governo ocorreram depois de setembro, com a cessão onerosa. E as autorizações o Congresso só liberou, as dotações adicionais, no final do ano, em dezembro.

Era só essa informação para que a gente pudesse ter uma reflexão mais precisa do que ocorreu no ano de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Quero, antes de passar a palavra aos próximos inscritos, esclarecer, levar ao conhecimento de V. Exas. que... Os senhores me conhecem, sou um pacificador por natureza. Prezo o entendimento, o respeito, o debate democrático. Portanto, para mim, é muito difícil dirigir os trabalhos aqui, Senador Confúcio, quando se foge desses princípios. Esta é a mais alta Casa Legislativa do País. Nós estamos aqui com o Ministro da Educação do Brasil. Então, eu gostaria de fazer um apelo para que o nosso vernáculo se mantivesse nesse respeito, no entendimento – evidentemente divergindo de opinião, mas sem perder a moderação e sem perder o respeito de ambas as partes, tanto para os Senadores quanto para S. Exa. o Ministro.

Se assim nós procedermos, evidentemente, vamos dar continuidade à nossa reunião e vamos chegar ao bom termo ao final. Caso contrário, para cada ação existe uma reação – essa é a Lei de Newton, não é? –, e os ânimos vão se acirrando, e nós não vamos chegar a bom termo ao final da nossa reunião.

Portanto, eu queria fazer este apelo a V. Exas., sobretudo, também pedir, fazer este apelo ao Ministro, porque sei que o Ministro é um homem impulsivo, destemido, e, muitas vezes, me parece também que exagera um pouco no vernáculo. Vou pedir a V. Exa. uma moderação para que a gente possa continuar os nossos trabalhos.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (*Fora do microfone.*) – Eu posso responder aos questionamentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ninguém... Não houve pergunta. Ninguém fez...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (*Fora do microfone*.) – Me chamaram de incompetente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas não houve nenhuma pergunta. Então, vamos seguir em frente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vou passar a palavra para o Senador Confúcio Moura, que pediu a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, só para pedir a substituição da minha ordem pela do Senador Humberto Costa, que não vai poder vir e pediu para inverter a nossa ordem. Então, ele seria o quatro, eu seria o treze; ficaremos invertidos, e também como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, como eu já passei a palavra para o Senador Confúcio, V. Exa. espera o Senador Confúcio; em seguida, passo para V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com todo o prazer. Fica pelo preço da troca. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigado.

Senador Confúcio, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Senadoras e Senadores, assessores, tenho três perguntas, apenas, para o Sr. Ministro.

Primeira pergunta, Sr. Ministro. Eu tenho estudado bastante a questão da educação e eu, talvez, seja o Senador que mais faça uso da tribuna para falar de educação no Brasil e fazer apelos dramáticos para que a gente possa realmente encaminhar a educação brasileira de uma maneira sustentável, através dos tempos.

Eu tenho um pequeno trabalho, que eu até distribuí aqui, na Comissão. Eu levantei, desde o descobrimento do Brasil, até hoje... Um trabalho feito pelas nossas consultorias... E realmente é um grande pesar não vermos que as boas ideias das décadas de 20 e 30 e outras tantas boas ideias isoladas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tiveram prosseguimento. E eu acho que as reformas econômicas são importantes, todos esses ajustes são importantes, mas sem educação nada vai ser importante no Brasil.

Então, daqui a dois anos a gente completa 200 anos de independência do Brasil. Quanto tempo mais para nós ficarmos alegres e satisfeitos com uma melhoria da qualidade da educação efetivamente, de agora em diante, a partir do senhor? O senhor vai deixar uma contribuição para o Brasil? – seja quais forem os outros presidentes, seja quais forem os outros ministros, que possam pegar essa base, de agora em diante, dar continuidade, com ela sendo sustentável, e que, dentro de um período de dez a vinte anos, a gente possa experimentar um grau de qualidade educacional bem melhor do que a gente tem hoje. Esse é o primeiro comentário.

O segundo é sobre o BNCC. O BNCC já vem há três anos sendo discutido e agora, este ano, efetivamente colocado em prática. Eu quero saber se o Ministério da Educação tem monitorado e se as escolas brasileiras estaduais, municipais e federais têm condição de efetivamente aplicar o BNCC (Base Nacional Comum Curricular) neste ano de 2020 em diante.

Terceira pergunta é sobre o Fundeb. Está à mesa o Senador Flávio Arns, que é representante do Senado, desta Comissão, na articulação com a Câmara, na redação de todos os pareceres e relatórios já esboçados. Creio que deve haver um choque muito grande entre as propostas da Câmara, apoiadas pelo Senador Flávio Arns, e essa PEC que virá do Governo Federal. O Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já falou que ele vai votar a proposta da Câmara. Então, essa é a minha pergunta. Nós não queríamos muito conflito porque este ano expira a vigência do Fundeb, no mês de dezembro, e nós gostaríamos de ter esse financiamento garantido e colocado na Constituição efetivamente, sem datas.

Então, essas as minhas três perguntas. Só.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço ao Senador Confúcio, (*Fora do microfone.*) e concedo a palavra ao Senador Jean Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Pois não, Presidente. A minha pergunta é muito objetiva, muito rápida, diz respeito justamente ao Fundeb. Nós fizemos aqui o requerimento junto a esta Comissão com relação ao Enem, mas as perguntas vão ser feitas e respondidas à medida aqui do desenrolar desses trabalhos.

A minha pergunta, Ministro, basicamente corrobora a terceira pergunta do Senador Confúcio e acrescenta alguns elementos. Por exemplo, o fato de que acaba de ser aprovado, acaba de ser aprovado agora, minutos atrás, uma declaração do Fórum Nacional de Governadores. Não é o fórum dos Governadores do Nordeste, são Governadores do Brasil. Justamente, eu vou ler apenas o primeiro e o último parágrafos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Diante do iminente fim da vigência do Fundeb, o Parlamento protagonizou um amplo e qualificado debate sobre a necessidade de torná-lo um fundo permanente [que é a primeira questão: alçá-lo à qualidade de fundo permanente, política de Estado], bem como sobre a importância do aprimoramento do Fundeb, com a ampliação da participação da União no financiamento da educação básica [que é o segundo ponto polêmico: o aumento da participação da União no financiamento da educação básica] e a revisão da metodologia de distribuição dos recursos de complementação da União aos Estados e Municípios.

Aí eles falam o histórico – que o Senador Confúcio já bem descreveu – na Câmara, no Senado, o compromisso da Câmara dos Deputados de pautar com brevidade a PEC 15, de 2015, e pede ao final que, "Desse modo, o Fórum Nacional dos Governadores, reunido em Brasília/DF, em 11 de fevereiro de 2020, reitera a importância da aprovação imediata do novo Fundeb".

E, aí, eu aproveito para colocar minhas perguntas objetivamente. Qual a proposta, a intenção, a visão do Governo Bolsonaro para o Fundeb, para o novo Fundeb? Não houve ainda uma declaração clara, nenhuma opinião, nenhum trabalho, nenhum estudo, nenhuma proposta, menos ainda. E a gente gostaria de conhecer isso porque o tempo está passando e realmente esse assunto é extremamente importante.

Outra: o Ministério da Educação vai, de fato, encaminhar uma nova PEC ao Congresso Nacional? Isso teria toda uma repercussão no trâmite do que já está em vigor, no que já está correndo aqui, na Casa.

O Ministério da Educação... Aí, para falar um pouco não ideologicamente, mas é uma questão, Ministro, de prioridade. Esta questão, por exemplo, das escolas cívico-militares. Apenas para comparar: militarizar 216 escolas públicas até 2023 equivale a 0,15% das mais de 140 mil escolas públicas de educação básica existentes no País. É uma questão de priorização. Não é questão de ser contra ou a favor. É por isso que não houve opinião necessariamente contrária. Ninguém é contra o conceito de haver escolas públicas cívico-militares, mas é apenas a questão da prioridade, porque esse assunto que toca justamente a educação básica, Senador Confúcio, está na geladeira. Por que está na geladeira?

E a última pergunta: em algum momento, o Ministro da Educação vai ter a oportunidade, ou vai lhe ser dada a oportunidade, ou ele terá a coragem de se manifestar contra as propostas do Ministro da Economia, Paulo Guedes, que afetam crucialmente esse financiamento da educação pública? Há discussão no Governo sobre isso? A Economia ouve ou passa por cima dos ministros das áreas sociais?

É isto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Jean Paul Prates e ofereço a palavra ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar.) – Eu gostaria de ir na linha do Senador Confúcio Moura e também na do Senador Jean Paul Prates, do amigo Jean Paul, também tão diplomático – o Confúcio Moura e o Jean Paul Prates –, que representa o Rio Grande do Norte, Sr. Ministro, e falar que o Fundeb foi tema de política pública desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte no ano passado. E quero dizer que o Fundeb é o instrumento mais importante para que a educação básica permita ao Brasil dar um salto de desenvolvimento.

O quadro da educação básica no Brasil a gente sabe que não é nada bom. A creche, como levantado pelo Senador Fernando Bezerra, representa 34% das matrículas. Na população brasileira, 45 milhões de brasileiros não têm o ensino fundamental completo. Quarenta e cinco milhões de brasileiros não têm o ensino fundamental! Dez milhões têm o ensino fundamental completo. Ou seja, é pouco ainda. A gente quer um país educado, com chance de trabalho, com chance de progredir na vida. E, ao mesmo tempo, no ensino médio, 5 milhões de brasileiros não concluíram o ensino médio. Ou seja, somando-se isso aos 10 milhões de pessoas não alfabetizadas – nós temos 10 milhões de pessoas não alfabetizadas –, 70 milhões de brasileiros não têm a educação básica completa. Setenta milhões! Então, é bastante gente. E o Fundeb é isto: vamos cuidar desse povo todo, a creche, a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio... Se o pessoal está fora, não tem o ensino fundamental completo ou o ensino médio, e quer continuar progredindo, tem que ter acesso à educação de jovens e adultos. E foi bem colocado também que, em outros países, o ensino técnico é a oportunidade de essas pessoas entrarem para o mundo do trabalho – terminarem o ensino médio, terem o curso técnico. E os pais falam isto: "Quero que meu filho tenha alguma profissão". E isso é educação básica; alfabetização é educação básica.

E o que a gente vê, Sr. Ministro, é que há vários programas no ministério que estão à parte do Fundeb, porque alfabetização é Fundeb, creche – R$1 bilhão da Operação Lava Jato, isso pode ser destinado a creches dentro dos valores do Fundeb –, curso técnico é Fundeb também, educação especial e tudo mais.

E, Sr. Ministro, nós fizemos, só aqui nesta Comissão, mais de dez audiências públicas. Lá na Câmara Federal foram 40, 50 audiências públicas. E nós estamos trabalhando de maneira articulada, Senado e Câmara, como já foi dito pelo Senador Confúcio Moura, para chegarmos a um texto consensual. E todo mundo concorda com esse texto, Governadores, Prefeitos, secretários municipais, estaduais, movimentos sociais, conselhos municipais de educação. E o MEC participou, aliás, participou muito bem, se não estou enganado com o nome, com a Sílvia, que é do FNDE, e participou das audiências públicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... trazendo o ponto de vista do MEC.

Então, eu diria, Ministro, que, se houver alguma dúvida, é muito mais importante abrir um espaço de conversação, de diálogo, chegar a conclusões, porque o Senado e a Câmara estão trabalhando juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou o Relator aqui no Senado da proposta do Presidente Davi Alcolumbre também e o Deputado Djalma Marinho é Relator da proposta do Senador Kajuru. Inclusive o Presidente da República já fez um vídeo com o Senador Kajuru aprovando o percentual de valores daquela proposta, que é de 30%. Então, nesse sentido, nós temos um consenso no Brasil, e seria muito bom, muito tranquilo, para toda a sociedade, conversarmos, dialogarmos, chegarmos a um consenso, ao invés de o MEC mandar uma nova proposta. Porque, aí, sim...

O pessoal me pergunta o que falta para essa proposta do Fundeb deslanchar, ser aprovada. Falta só a posição do Governo de dizer, e é o apelo que eu faço até para o Presidente Bolsonaro, para a Primeira-Dama Michel Temer. Haveria bandeira política mais bonita do que dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Oh, Michel Temer? Quero dizer: Michelle, Primeira-Dama.

Exatamente, Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, porque ela cuida muito da área da criança, cuida da área da pessoa com deficiência. Então, Presidente Bolsonaro e Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, assim como o Ministro da Educação dizerem: que bandeira mais bonita a gente pode ter do que pensar na creche, na escola? E dizer que, pela educação, queremos mudar o Brasil? Essa bandeira tem que ser defendida.

O apelo que eu faço, Sr. Ministro, é que essa abertura, esse entendimento, esse diálogo possam acontecer em 15 anos. Nós não estamos dizendo para mudar agora, ano que vem, todos os recursos do ano que vem. É uma coisa gradativa para que, em 10 ou 15 anos, esse aporte maior de recursos da União, isso são três, quatro, cinco governos, quatro eleições presidenciais, cinco eleições presidenciais, que a gente possa ter, daqui a 15 anos, o Fundeb no corpo da Constituição, critérios melhores de distribuição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... e, ao mesmo tempo, um aporte maior de recursos por parte da União.

Então, não é propriamente uma pergunta, mas eu diria: vamos nos sentar, vamos dialogar, porque eu acho que o caminho de mandar outra proposta não seria um bom caminho, porque toda a sociedade está unida em termos da adequação dessa proposta ao que o Brasil precisa.

Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, V. Exa. fez uma divisão de três Senadores, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso, isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu sou a quarta. Teria possibilidade de V. Exa. me permitir falar? Eu estou com um projeto de lei na outra Comissão em processo de votação e gostaria muito de não perder a oportunidade também de estar lá. Aqui nós somos meio onipresentes, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – De minha parte, eu não tenho nenhuma objeção, mas eu consulto se os colegas concordam. (*Pausa.*)

Como há concordância, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar o Ministro e os demais colegas Senadores e Senadoras.

Primeiramente, quero dizer da importância de uma audiência pública desta área, que é a área da educação brasileira, que é fundamental. A educação é vital para a gente ter o desenvolvimento do País.

Eu iniciaria, Ministro, ganhando tempo: um relatório da Câmara dos Deputados aprovou, ou melhor, apontou, melhor dizendo, uma diminuição no nível de escolaridade dos cargos em comissão do Ministério da Educação, constatando, por exemplo, baixa capacidade, baixa quantidade na retenção do corpo técnico do MEC e também do Inep. Apresentou, por exemplo, uma redução no quadro de doutores do Ministério da Educação e também na presença de mulheres. E nós temos aí, ao longo dos últimos meses, alguns dados que foram apresentados ao longo do ano. Por exemplo, o MEC chegou a receber mais de 172 mil reclamações oficiais e tivemos 2.560 alunos que foram ao Ministério Público, demonstrando de forma muito clara uma reprovação do MEC, da atual estrutura do MEC.

Eu queria fazer aqui duas perguntas referentes a esse relatório. Primeiro, quais os critérios que o Governo tem adotado para ocupação dos cargos no MEC e, ao mesmo tempo, como o MEC pretende aumentar e garantir a qualidade técnica do quadro de servidores e colaboradores de uma área tão vital para o crescimento e desenvolvimento do País?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, os dados apontam também que, dos recursos do Ministério da Educação, tivemos apenas a utilização e execução de 80% do orçamento, ou seja, tivemos a não utilização de 20%, naturalmente, por não eficiência técnica na execução desse recurso. Essa seria a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta, Ministro, ainda na mesma linha, na verdade, é referente ao empenho de R$1 bilhão oriundo da Lava Jato. O Governo perdeu o prazo para o empenho e, automaticamente, perdeu, abriu mão do valor de R$1 bilhão, extremamente considerável para uma área que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Eu queria que o Ministro nos explicasse o que houve, quais as razões, e por que o Ministério perdeu um volume tão significativo de recursos para investimentos na área de educação.

A minha terceira pergunta é referente à questão do Fundeb; nós temos hoje um debate muito acirrado, tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados. A proposta do Governo faz a apresentação de um crescimento gradativo saindo de 10% para 15%, e o Congresso quer pelo menos 20%. Aqui no Senado nós temos uma proposta do colega Kajuru, que estabelece 30% – o Senador Flávio lembrou muito bem, já inclusive apresentada pelo próprio Governo, a possibilidade de aprovar lá atrás esse percentual de 30% –, mas hoje a proposta do Governo é de apenas 15%. O Congresso quer um fundo permanente, o Governo quer um fundo provisório, um fundo temporário, ou seja, há uma divergência clara entre o que o Governo quer, o que o Congresso quer e, naturalmente, aquilo que é melhor para o Brasil.

Por exemplo, se a gente for pegar os Municípios de todo o Brasil, alguns desses Municípios, o recurso do Fundeb chega a ser de aproximadamente 60% do volume que é investido nesses Municípios.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O fim do Fundeb traria prejuízos mortais para a educação brasileira, e esse conflito está passando, nós temos apenas este ano. Se não houver efetivamente uma resposta clara por parte do Governo Federal e um entendimento com o Congresso Nacional, nós poderemos ter resultados que são terríveis para a educação brasileira.

Então, eu perguntaria e faria até um apelo ao Ministro: não seria melhor o Governo Federal aceitar o Fundeb permanente, que é importante para o Brasil, e, ao mesmo tempo, também aceitar pelo menos esses 20% hoje, que são apresentados como uma alternativa do Congresso Nacional, para termos, de fato, um Fundeb existente em nosso País?

Seriam basicamente essas perguntas, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Eu não quero interromper o bom andamento desta reunião, mas eu quero pedir permissão para me retirar porque eu tenho um compromisso muito nobre agora, muito caro para nós do PSDB. Nós vamos fazer um almoço de despedida do nosso companheiro Antonio Anastasia de saída do PSDB, que está saindo, por questões regionais, para outro partido. Então é óbvio que, como Líder, eu não posso deixar de estar lá porque o almoço é em meu gabinete.

Quero pedir a compreensão de todos e dizer que vim aqui também para fazer questionamentos. Já ouvi alguns questionamentos, respostas, posicionamentos, e faço minhas aqui também as palavras do Senador Fernando Bezerra, que disse há pouco: "Por que não foi empenhado tudo aquilo que era para ser empenhado não só na educação, como em outros ministérios?". Só do Ministério da Integração, que é muito importante, sobretudo para as Regiões Norte e Nordeste, numa tentativa de mitigar as diferenças regionais, deixaram de ser empenhados quase R$300 milhões. Por quê, porque não quis? Não. É porque, infelizmente, nós votamos os PLNs em cima da hora num final de dezembro, e era humanamente impossível você conseguir fazer o processamento de todo esse recurso, ficou de fora uma parte.

Mas o bom de tudo isso é que o Brasil está no rumo certo. Do ponto de vista econômico, o Brasil descontingenciou tudo que tinha sido contingenciado. Disseram lá no meio do ano que havia sido cortado, mas não houve corte coisa nenhuma, foi contingenciamento, como houve em todos os Governos. Aí, quando chegou ao final do ano, foi também 100% descontingenciado, simplesmente por quê? Porque houve a venda de algumas empresas estatais e, com o dinheiro delas e do imposto de renda, houve possibilidade de se fazer, através de Parlamentares, de Senadores e Deputados, bilhões de reais em investimentos em todo o País, de modo que eu quero dizer que estou satisfeito aqui com aquilo que ouvi e peço licença para me retirar para cumprir essa outra agenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Excelência, Ministro, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dez minutos é suficiente?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (Para expor.) – Não sei, eu gostaria de, pelo menos, encaminhar as questões aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Confúcio pergunta como eu gostaria de ver esse período como um ponto de inflexão: o ensino no Brasil veio caindo ao longo do tempo?

Apesar dos recursos, que foram crescendo – nós estamos gastando cada vez mais com o ensino no Brasil –, estamos ficando cada vez mais para trás. O Brasil hoje está na última posição no PISA que saiu – eu vou voltar a falar do PISA. O PISA mostrou que o Brasil está no último lugar da América do Sul, e isso foi obtido ao longo de vários e vários anos de PT, de PSDB. As pessoas que fizeram o PISA em 2018 – eu voltar a esse ponto, porque ele é importante – começaram a ser alfabetizadas no primeiro ano do Governo Lula. Mas, antes disso, também você tinha uma herança ruim, que é o método; o método é muito ruim, não é só jogar dinheiro. Os Emirados Árabes Unidos colocam três vezes mais dinheiro que o Brasil e têm exatamente o mesmo desempenho, enquanto que o Uruguai põe bem menos dinheiro, em dólares, que o Brasil e tem um desempenho bem acima; Colômbia, Chile. Então, não se trata só de dinheiro, de jogar dinheiro em cima. O que a gente vê? Com menos recursos, nós estamos entregando mais. Gera ineficiência e corrupção.

A BNCC. Eu, particularmente, não gosto da BNCC, mas eu, legalmente, levo adiante os contratos assinados. Então, o cronograma está mantido e ela será implementada conforme manda a lei.

O Fundeb. Eu estive aqui para debater o Fundeb; o MEC, presencialmente, esteve em mais de dez oportunidades aqui no Congresso, como os senhores mesmos falaram, Senador Arns e Senador Confúcio, então estamos presentes. E por que eu vou mandar essa proposta? Porque ela está com muito ruído. Então, para marcar uma posição do Governo, essa é a nossa proposta. O Congresso é soberano, ele pode juntar, ele pode acatar, mas o que está acontecendo? Os números que eu vejo nas propostas que saem, voltam, vêm, da Profa. Dorinha, comprometem o equilíbrio fiscal de longo prazo, há erros conceituais graves. Ela é pró-cíclica, isto é, quando a arrecadação aumenta, aumentam os recursos; quando a arrecadação cai, os recursos caem. A demanda por educação em ensino público aumenta quando você tem recessão e diminui quando você tem recuperação econômica. Então, são alguns erros conceituais que trazem.

Eu tenho conhecimento em contas públicas aqui, essa é minha profissão. Eu conheço profundamente, eu discuto com os técnicos do Ministério da Economia de igual para igual e, muitas vezes, corrijo-os. Então, a proposta, do jeito que eu escuto... Porque eu combino uma coisa e, de repente, aparece outra coisa, traz até receita de *royalties* de petróleo. Como você usa uma receita esporádica pontual para uma despesa líquida e certa, que é ensinar as próximas gerações? Então, quem é contra jogar mais dinheiro no ensino? É óbvio que ninguém é contra, mas de onde vai sair esse dinheiro? A conclusão é: vai haver desequilíbrio fiscal, a gente vai colocar o Brasil de novo no buraco de onde a gente tirou. A gente acabou de tirar o Brasil de um buraco sujo, imundo, de recessão.

Dois colegas meus se suicidaram nessa última recessão, porque não arrumavam emprego. Dois! E vamos enfiar o Brasil de novo nessa recessão porque os Governadores se reuniram, bateram na mesa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falaram que querem 40%? Tudo fica de pé com número, com conta e com responsabilidade. A razão de eu estar... Eu recebi a Profa. Dorinha várias vezes; eu estive aqui; expus todas as questões, justamente porque eu não estou vendo isso acontecer.

Então, estamos encaminhando. Se vocês sentirem que está caminhando para uma mediação boa, com toda certeza eu tenho todo interesse de aprovar o Fundeb sem aumento de imposto, sem aumentar imposto – não pode aumentar imposto –, sem ser contracíclico... Não pode ser pró-cíclico; tem que ser contracíclico. Tem que haver uma regra. Tecnicamente ele tem que parar de pé, não é só jogar dinheiro. A gente viu o que aconteceu ao se jogar dinheiro. Mas eu sou a favor.

Aprecio muito o seu trabalho, vejo o trabalho ótimo que o senhor fez em outros projetos. O Senador antes também, sempre um *gentleman* aqui.

E eu acho que vamos mandar, não atrapalha o debate. O Congresso é soberano. Estou aqui aberto ao diálogo. Simplesmente eu não vi avançar conforme havia sido esperado o ano passado. O projeto que estava aqui era o projeto do Governo, só que volta e meia aparece coisa esquisita no meio. A gente lutou muito para tirar o Brasil do fundo do buraco, da lama; não dá para enfiá-lo de novo na lama.

Senador Jean Paul, Fundeb, fórum dos Governadores... De novo: contracíclico, receitas incertas, então ele tem erros conceituais da forma como está sendo ventilado, porque eu ainda não vi a proposta definitiva. A proposta que a gente enviou é a mesma que a gente está apresentando desde o começo: 15%, mas, se tiver o *funding*, pode ter mais. De onde vem "de 15% para 20%"? Se os senhores mostrarem, é óbvio que eu vou ser a favor; mas não se pode cavar o buraco para um novo déficit e colocar o Brasil numa nova recessão. Estamos saindo da recessão agora, gente; não podemos enfiar o Brasil numa recessão novamente.

A escola cívico-militar é um conceito. A gente precisa ter a escola cívico-militar. Ela não vai resolver todos os problemas, não é uma bala de prata; mas ela é um conceito que, comprovado que dá certo, pode ser expandido pelo Brasil inteiro através dos Governadores. A centralização do ensino no Brasil é coisa do passado. A gente quer descentralizar: cada Estado elege o seu Governador, cada povo do Brasil, de cada Estado – claro, só há um povo brasileiro –, cada habitante, eleitor de cada Estado escolhe o seu futuro. "Quero votar num Governador péssimo", vai ter o resultado. "Quero votar num Governador que não quer escola cívico-militar", não vai ter escola cívico-militar. Então, cada um escolhe o seu destino de acordo com o voto.

Manifestar-me contra o Paulo Guedes? Olha, Senador Jean Paul, eu não preciso me manifestar. O Paulo Guedes e a equipe da economia têm sido parceiros dentro do que é responsabilidade fiscal. E quem manda em todos os ministérios é o Presidente Bolsonaro. Ele manda mesmo. Então, assim, chama todo mundo para debater, para discutir, e ele arbitra as diferenças. Eu nunca precisei me confrontar, de forma alguma, com o Ministro Paulo Guedes. Sempre foi um relacionamento harmônico. E eu tenho certeza de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, se mostrarem o *funding*, se mostrarem de onde vão sair os recursos, ninguém vai ser contra aumentar para 100% o Fundeb. Mas tem que mostrar de onde vêm, porque, se não mostrar, é déficit, aumento de imposto, recessão, inflação, e aí a gente não vai ter nada.

Senador Arns, Fundeb, acho que eu respondi. Eu mesmo estive aqui mais de uma vez para debater o assunto do Fundeb.

Os números do PISA, que o senhor falou, não são fruto apenas do dinheiro; tem muito de técnica e escolhas erradas que o Brasil fez. E por isso que o Brasil tem desempenho pior do que muitos países que gastam menos do que o Brasil. Temos 10 milhões de analfabetos, mas esses são pessoas mais velhas. O maior drama que está acontecendo hoje no Brasil é justamente o analfabeto funcional mais jovem. É esse que não tem ofício, que não consegue renda. E, assim, eu estou muito preocupado com isso, mas, logo na primeira vez que eu vim ao Congresso, eu apresentei todos os números e o diagnóstico.

Eu não queria me alongar, porque eu queria abordar outros temas que foram tratados aqui, mas eu me coloco à disposição. O senhor já foi ao MEC várias vezes; o senhor é sempre bem-vindo para a gente discutir e até mostrar o que está sendo feito para encaminhar essas questões todas. Os números vão melhorar, Senador Confúcio; o senhor perguntou, e os números vão apresentar melhorar ainda no Governo Bolsonaro.

Senadora Eliziane, redução do quadro de PhDs e funcional do MEC; redução do quadro de mulheres... De novo: eu já tinha respondido essa questão, eu acho que a senhora não estava. Eu não me pauto... Agora aumentou a quantidade de mulher, mas para mim tanto faz homem ou mulher. Eu sou de outra geração, eu não tenho esses preconceitos antiquados. O que me interessa é se a pessoa tem capacidade de entregar o que é combinado. E, toda vez que houver alguém que está performando mal, eu vou trocar, porque essa é minha função. Eu sou gestor de gestores. Então, para mim, está muito tranquilo. As pessoas que me criticam justamente estão envolvidas na contratação de namorado com dinheiro aí de campanha. Então, eu acho muito suspeito. Não tem experiência nenhuma. Então, eu estou muito suspeito... Esse relatório aí que foi apresentado como sendo a quinta maravilha do mundo e não tem... Até pelo contrário: desmerece a Comissão que está instituída mesmo na Câmara.

Oitenta por cento do orçamento... Deve estar havendo algum ruído nesse número, porque não é possível. A gente executou 98% do orçamento. Esse é o número. Descontado esse R$1 bilhão, que será utilizado no *voucher* creche, o MEC empenhou e executou 98% do orçamento. Esse R$1 bilhão, já falei, vai ser utilizado no *voucher* creche.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Está todo mundo discutindo para utilizar bem. Não é porque é dinheiro público que precisa ser queimado. O dinheiro público não utilizado... Mas a gente utilizou tudo, 98%, acima do que era do passado; 98% de execução! Então, a gente lida com muita mentira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve um Senador que falou há pouco que trocou umas quatro, cinco vezes: é 25, é 37, é 42, é 49... Assim, o número de execução é 98%, tirando esse R$1 bilhão que será executado no *voucher* creche, conforme decisão do Ministro Alexandre, do STF. Perdeu? Não. Quando a gente não gasta o dinheiro público, a dívida pública não sobe. Ponto. Dinheiro público não utilizado, não é que se jogou fora. A dívida não subiu. Mas, mesmo assim, a gente utilizou 98%.

Fundeb para 30%. Senador, eu não sou contra se tiver *funding*. Eu, por exemplo, sou a favor de criar um imposto sobre quem tiver mais de 50% de *market share*, isto é, quem tiver poder de mercado, monopolistas e oligopolistas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Como é que o Cade permitiu? Nós temos um monte de monopólios e oligopólios: da cerveja, passando pelos bancos, indo para parte de papel e celulose, proteína animal... Tudo no Brasil virou oligopólio. E hoje, um dos problemas que eu enfrento, sim, é: grupos organizados privados que pagam Deputados, campanhas de Deputados; estão envolvidos na formação de... Que vêm me atacar para desconstruir ainda mais a área de ensino para substituir tudo por uma área... Vai o campeão nacional do ensino: um grande grupo privado do ensino. É visível que está acontecendo isso. Então, por que que a gente não cobra um imposto sobre quem tem mais de 50% de *market share*? Eu sou a favor. Economia de mercado é mercado; não é monopólio, não é oligopólio. E hoje, no Brasil, esses oligopolistas têm o passado... Há um deles, envolvido diretamente, que acabou de falar: "Eu sou de esquerda". É piada pronta.

Eu respondi aqui ao Senador Arns.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – À Senadora Eliziane eu respondi. Eu queria só terminar, se o senhor me permitir... Senador Rocha, sobre o empenho, 98% que foi empenhado, o número está equivocado.

Eu queria só terminar, fazendo dois comentários. Eu sou a pessoa mais gentil e amável se eu for tratado com gentileza e amabilidade. Educação não é entrar no McDonald's e pedir a carta de vinhos ou comer *hot dog* de garfo e faca. Quem come *hot dog*, quem come "dogão" de garfo e faca é ridículo, é pedante, não é educado. Você tem que se comportar de acordo com o ambiente no qual você está.

Então, educação – e é isso que eu ensino para os meus filhos – é não ser covarde, defender os seus valores, ser honesto, não roubar, não ser predador com o próximo, respeitar o aperto de mão, honrar o aperto de mão e se comportar de acordo com o ambiente em que você está. Não adianta eu chegar a uma fila da balsa ou do trem e começar a falar em inglês. Meu inglês é muito mais fluente do que o de muitos dos meus detratores; falo inglês e espanhol fluentemente. Eu não vou chegar a um lugar e falar em inglês ou em francês, porque isso é pedante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece? Eu continuo sendo o mesmo Abraham que eu sempre fui. Se eu estou na minha casa com os dois pés para cima e alguém me chama de palhaço, eu respondo à altura; se a pessoa me ameaça de morte, eu não vou ameaçar a pessoa de morte – o que acontece também –, eu encaminho para a Justiça.

Então, eu repetiria as ofensas feitas... Poxa vida, eu consigo mostrar aqui do Plenário coisas muito mais feias, sujas, de que eu tenho vergonha, do que esses meus tuítes. Então, quando me falam "ah, meu Deus, a liturgia do cargo", eu vejo também muita hipocrisia na crítica.

Por último, se o senhor me permitir, só porque esse foi do Senador que me falou aqui e eu não posso nem citar o nome. Eles me chamam de palavras duras, eu não posso nem responder o nome. Então, foi esse primeiro Senador aqui que respondeu. E depois houve um outro Senador que veio e confundiu, soltou um monte de número. Grita, fala, não sei o que lá, mas ele repete isso. Eu vou mostrar um tuíte dele, que é desinformação. Esse tuíte...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas o Senador não está aqui agora, Ministro.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Mas ele saiu porque ele quis. Ele me convocou.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos deixar...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Ele me convocou. Ele convoca...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não, vamos...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Houve outro... Assim veja, ele fala um monte de coisas que não são verdades.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós estamos ouvindo o senhor com todo o respeito...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Mas eu não faltei com o respeito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não. Não faltou, mas o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu não faltei com o respeito. Ele que me faltou com o respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Ele tem todo o direito. O Senador saiu porque quis, Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não. Dê licença, nós já estamos caminhando para o final da nossa reunião.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas dá tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós não temos interesse de descambar a reunião. Nós vamos tratar de assunto relacionado à educação. Portanto, nós vamos para a réplica.

Eu consulto o Senador Confúcio se quer réplica, se o Senador Jean Paul Prates quer réplica e o Senador Flávio Arns...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Quero aproveitar o tempo rapidamente aqui não para fazer uma réplica exatamente à sua resposta, mas apenas uma sugestão. No meu entender, até de iniciante nesta Casa – eu me considero ainda um, porque um ano ainda não foi suficiente para aprender tudo, Ministro, e acho que também com V. Exa. deve acontecer o mesmo –, eu acho que, quando a sociedade clama por alguma coisa, quando os Governadores se reúnem e dizem que uma política de Estado é importante, cabe ao ministério também fazer o seu trabalho de fazer o tal *funding*, as fontes possíveis.

Eu posso mencionar de cabeça um, não consegui aqui acessar exatamente em tempo a assessoria, mas existe *funding* para a educação, existem formas de se tratar isso, como, por exemplo, o Fundo Social do Pré-Sal, que foi dedicado praticamente inteiramente à educação. Então, vamos pensar nisso.

Agora, esse é um trabalho do Ministério da Economia, do Ministério da Educação e também da sociedade, mas pode haver iniciativas. Quando eu o insto a apresentar uma proposta, é uma proposta concreta, completa, não apenas de percentual ou de tramitação ou de metodologia, como as que estão aí em formato de lei, de PEC, de proposta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, acho que talvez falte um pouco esse diálogo, descer um pouquinho do pedestal, chegar aqui, conversar, receber as pessoas, receber os estudantes, receber os movimentos, receber os próprios Governadores, estar nessa discussão e tentar buscar uma solução para um clamor que claramente é um clamor majoritário da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero aproveitar só para fazer uma pergunta de caráter local que tem a ver com a instituição dos institutos federais de educação. O Senador Fernando Bezerra citou aqui alguns novos que o ministério já anunciou e anda instalando. Nós fizemos o PLS 230, somos Relator aqui na Casa. Esse PLS é de 2015 e já autoriza, de antemão, novos IFs nas cidades de São José de Mipibu, Touros, Mossoró, Umarizal, São Miguel, Alexandria e Tangará, no Estado do Rio Grande do Norte, ao que acrescentei recentemente a cidade de Baraúna, pelo fato de o de Jucurutu já estar em construção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria saber, genericamente e especificamente, como é a política do ministério na recepção das sugestões legislativas e eventualmente as próprias necessidades do ministério para essas escolas técnicas federais.

Obrigado.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (*Fora do microfone*.) – Posso responder a isso?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pode ser depois. Mas não tinha pergunta? Você fez pergunta, Jean Paul?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ah, essa última foi pergunta... Está bom.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A pergunta é basicamente qual tem sido o critério e se há algum cronograma para essa questão dos IFs.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos ouvir o Senador Flávio Arns e, em seguida, passo a palavra para V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar.) – Eu quero só levantar novamente a situação do Fundeb, porque eu diria que esse é maior desafio para o Brasil, não é a primeira prioridade, mas é prioridade absoluta.

A gente quer que o povo brasileiro seja alfabetizado, que os jovens e as crianças tenham educação integral, que os professores, funcionários sejam valorizados, que a educação profissional aconteça, na educação básica, através de cursos técnicos também.

Nós temos, como foi falado, 10 milhões de pessoas não alfabetizadas, 50% delas acima de 60 anos, mas 50% abaixo – mesmo acima de 60 tem que ser abordado –, mais 45 milhões sem o ensino fundamental. Precisamos de jovens e adultos e o número vem caindo. E tudo isso foi amplamente, Ministro, V. Exa. sabe muito bem, debatido aqui, inclusive, como foi dito, com a presença do MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu citei a Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, porque ela vem de maneira repetida apoiando doenças raras, pessoas com deficiência, combate às drogas. Quer dizer, o melhor combate às drogas que se pode ter é educação em tempo integral, esporte, música, dança, teatro, informática, língua estrangeira, não é, Senadora Soraya? Então, em tudo isso e em todas as audiências, fizemos um amplo aprofundamento sobre fontes de financiamento. Nós discutimos muito isso em termos de todas as alternativas possíveis que possam financiar o que é necessário no Fundeb. Então, eu diria que é uma coisa que a gente tem que abraçar.

Se há dúvidas em relação ao financiamento, é o que o Jean Paul Prates acabou de falar, vamos juntos atrás, vamos estudar, vamos ver para podermos dizer, como a Finlândia disse anos atrás: vamos esquecer do resto, porque o mais importante é educação para esse povo. E a Finlândia é o que é hoje em dia graças a esse investimento.

Agora, que se coloque isso de maneira clara, tranquila e se diga: "Olha, queremos que isso aconteça". E que se diga: "Olha, gente, existe um consenso". É muito difícil de a gente chegar a um consenso aqui, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados junto com a sociedade, estudantes, profissionais, Estados, Municípios. Todo mundo está de acordo; então, há um consenso.

O Senador Kajuru está aqui, ao meu lado, e eu mencionei, agora há pouco, que ele é autor de uma das propostas de 30%, inclusive com aval do Presidente Jair Bolsonaro, que gravou vídeo com ele, dizendo: "É isso aí! Estamos juntos! Vamos fazer!". E seria a grande bandeira do povo brasileiro para, daqui a 15 anos, como está na proposta, a gente fazer uma reavaliação do Fundeb, não é? Então, daqui a 15 anos, vamos ver os resultados e tudo, mas com mecanismos de acompanhamento imediatos.

É claro que tem que ter eficiência, tem que ter gestão, dinheiro bem aplicado e tudo o mais, mas precisamos ter recursos. Qual é o recurso hoje para o ensino fundamental? R$3,5 mil por, ano, o que dá R$300 por mês. É muito pouco.

Mas, Ministro, só para perguntar, eu diria o seguinte também, além do apelo que eu já fiz e que V. Exa. respondeu... Por que esses programas todos do MEC, que são importantes – alfabetização, ensino técnico, transporte –, tudo isso pode entrar no Fundeb, não é? Esse 1 bilhão que vai para *vouchers*, eu diria: "Olha, por que não acabar creches, concluir creches?". Há um apelo permanente daqui, da Comissão de Educação, para botar mais dinheiro para concluir as obras. Vamos concluir.

Então, esse debate, eu só diria, esse diálogo, Ministro, essa busca de soluções, construir consensos, eu acho que é isso que falta, até para a gente dar a garantia para a sociedade brasileira de que nós sabemos construir consensos, e é isso que é importante.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, de forma muito rápida.

Ministro, desde o início do seu Governo, a gente viu vários problemas, que foram encarados pela pasta da educação. Nós tivemos, lá atrás, desde o primeiro momento, referente à questão de livros, depois nós tivemos cortes em bolsas, e a gente foi tendo repetidos erros – agora, a questão do Enem. E, de forma muito franca, Ministro, o senhor se envolve muito em polêmica. A gente vê o seu Twitter, o senhor acaba fazendo postagens totalmente desnecessárias, baseadas em caráter extremamente ideológico. O senhor é muito envolvido em polêmica no Brasil.

Eu pergunto para o senhor, de uma forma muito clara, ao mesmo tempo em que o senhor está em uma pasta que merece uma atenção mais direcionada, mais focada, merece uma precisão de ações, porque V. Exa. trata com famílias, com adolescentes, com crianças...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Governo Federal colocou, lá atrás, o foco de voltar o seu olhar mais para a educação básica. Apresentou, por exemplo, a Política Nacional de Alfabetização, mas, até agora, a gente não tem um traçado específico de como é que, de fato, essa política vai acontecer.

O senhor não achará melhor o senhor parar e ser menos polêmico, Ministro? Eu estou até fazendo um apelo aqui, em nome das famílias brasileiras, parar de tuitar, menos polêmica, e centrar mais realmente na gestão da educação. Eu acho que o senhor daria uma contribuição muito melhor, de fato, para o Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (Para expor.) – Vou começar comentando a fala do Senador Jean Paul. Assim, justamente pelo contrário, eu sou uma pessoa muito simples no trato, na fala. Consigo ser rebuscado? Sim, quando é necessário, mas eu prefiro a simplicidade. Sou fruto da classe média. Então, toda essa afetação... Eu me considero uma pessoa muito normal. Então, quando o senhor fala em descer do pedestal, eu acho injusto, porque eu vim aqui nove vezes. Eu vim a esta Casa, ao Congresso Nacional, nove vezes. Não há Ministro mais aberto ao diálogo, que tenha frequentado, com o Congresso aberto, mais esta Casa.

As propostas foram feitas, foram apresentadas e, aí, vem a questão: este País foi destruído por políticas populistas. Este País foi destruído por: "Ah, mas é tão importante isso, porque..." E faz-se uma previdência que arrebentou o País. Daí a reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fundeb é muito importante. Eu sou a favor de aumentar os recursos, desde que se tenham critérios técnicos. Então, quando a gente fala de recursos do pré-sal... Não é correto utilizá-los, é uma receita não previsível. O preço do petróleo a gente não sabe, e o petróleo está debaixo da terra. Então, tecnicamente, não dá para se utilizar...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe-me, Ministro, mas as reservas de petróleo são para ser usadas pelas gerações futuras, é o conceito do *royalty*. Agora o senhor está tocando em um assunto que eu conheço profundamente: *royalties* de receitas de petróleo.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Receitas extraordinárias não podem ser utilizadas para despesas líquidas e certas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não são extraordinárias; são totalmente previsíveis. Um perfil de produção é previsível, está lá na ANP. O senhor pega qualquer campo de petróleo e o senhor tem a previsão de quanto ele vai produzir.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O preço do petróleo é previsível?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, o preço do petróleo, não; mas os campos e as reservas não renováveis...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que o Brasil tem devem ser usados, como na Noruega, que o senhor mencionou, para o custeio das gerações futuras, que não vão desfrutar daquele petróleo. Isso é um conceito básico.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Senador, o fundo da...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, como aqui não é um debate, eu vou deixar tranquilo. Depois a gente...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O fundo da Noruega não é utilizado para despesas correntes, ele não é utilizado para despesas correntes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Hoje não é, mas já foi.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Nunca foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E já foi investido no país. Depois que o país subiu e tornou-se "o melhor país do mundo para se viver", entre aspas – eu não o considero, mas, enfim, economicamente –, aí sim, passou a usar o fundo soberano.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O fundo da Noruega é um fundo soberano, com todas as características...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É outra fase. Nós estamos em uma fase anterior a essa.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O fundo da Noruega é um fundo soberano...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Hoje!

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O que está sendo replicado desses *royalties* aconteceu no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro recebeu os *royalties* e arrebentou o Estado.

Deixe eu voltar aqui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A gente não pode pegar o exemplo errado para destruir a tese.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Exato. Eu estou pegando o exemplo da Noruega, que não utiliza para despesas correntes, e estou pegando o exemplo do Rio de Janeiro, que utilizou para despesas correntes.

O meu compromisso, de novo, é voltar para a minha casa, em algum momento, com este País estando arrumado, e não voltar, depois de todo esse sacrifício, deixando um monte de esqueletos de novo aqui.

Então, o Fundeb, Senador Arns – eu gosto do senhor, gosto da forma como o senhor se coloca –, é importante. Eu sou a favor, mas tem que ter técnica e, principalmente, equilíbrio fiscal de longo prazo. Não dá para criar o outro monstro, como foi criado no passado, como o Rio de Janeiro e a Noruega. Exatamente, este exemplo está perfeito: faz como a Noruega, faz um fundo soberano, ele é capitalizado, e você pode utilizar a rentabilidade desse fundo, ou abater a dívida.

Então, assim, Senador, eu sou a favor de aumentar. À proposta, vindo redonda, o Governo Bolsonaro dará apoio, inclusive garantindo que o aumento não seja obliterado para o reajuste do salário dos professores. Nesse último aumento que houve para o Fundeb: nós recebemos pressão de vários Governadores, inclusive de esquerda, para o Presidente vetar o aumento de 2,8%. Então, trata-se de saber aqui: o novo Fundeb vai, sim, reajustar o salário dos professores do ensino fundamental, que hoje têm um piso salarial de referência de R$2.850, depois do aumento, muito longe do que houve para carreiras valorizadas aqui no setor público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a concluir creche: a gente está concluindo bastantes, há bastantes creches em andamento, Senador.

Quanto ao comentário da Senadora Eliziane do meu Twitter, foi basicamente este comentário que ela fez: "O PNA está avançando, está sendo implementado?" Assim, o Twitter é meu, tenho o direito de me expressar. Se eu não me defender pelo menos no Twitter, eu não posso contar com a família Marinho ou com a família Frias para ter isenção. Eu sou uma pessoa normal, eu sou uma pessoa livre. No dia em que eu não puder ser livre, meu lugar não é no Brasil. No dia em que eu não puder falar o que eu penso, aí isto aqui virou Venezuela ou Cuba. Então, eu tenho, sim, o direito de falar o que eu quero. Eu sou responsável pelos meus atos. Eu não ofendo, não roubo, não ofendo gratuitamente, não roubo, não cometo ameaças. Então, assim, absolutamente em nada eu me arrependo do meu Twitter, e ele é um instrumento de defesa meu e também de relaxamento, uso no fim de semana.

Então, assim, eu considero, de novo, que o que havia no passado, sim, era quebra de liturgia: roubar, mentir, isso é quebra de liturgia. Eu gostaria de ler um tuíte de um Senador que me acusou aqui. Se os senhores me deixarem, eu leio o tuíte do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não é objeto do nosso...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu não minto. O tuíte do Senador que me convocou e saiu daqui eu leio, e aqui vocês vão ver quem é mentiroso e quem não é.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos, então, aos últimos Senadores inscritos, que são a Senadora Soraya, o Senador Alessandro Vieira e o Senador Kajuru.

Eu só vou pedir que nós possamos ser rapidinhos, porque o Ministro, às 2h, tem compromisso, e acho que nós praticamente já esgotamos os assuntos.

Eu concedo a palavra a V. Exa., depois ao Senador Alessandro, depois ao Senador Kajuru.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, em sua pessoa quero cumprimentar os demais membros do Senado.

Sr. Ministro, mais uma vez, obrigada por comparecer.

Infelizmente nós esgotamos o tema, mas ele não esgotou a defesa. Eu entendo que ele queria se defender e falar, inclusive, em relação aos Senadores que o convocaram, que fizeram o convite para o Ministro e que não permaneceram. Eu acho uma falta de respeito não permanecer, mas, enfim, não temos mais tempo. Fica a minha solidariedade, Ministro, e a defesa ao direito de ampla defesa.

Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As acusações que eu escutei aqui, que a gente sempre escuta, são bem *à la* Caetano Veloso, que dias atrás soltou um vídeo em inglês. Por que não solta em português? Não se manifesta, mas em inglês ele é chique. Ele é chique, sempre muito chique, mas, com brasileiro, é difícil ele conversar, não é tão acessível. Mas são todas acusações genéricas, como: "Estamos vivendo uma ditadura", "Estão atentando contra a democracia, contra os direitos humanos". Mas ninguém fala: "Naquele ato...", "Naquele ato...", "Naquele ato...". É tudo genérico e abrangente. Tem que se perceber isto: quando você vai acusar, você tem que acusar de um fato. Nós não somos acusados de fatos exatamente.

O Ministério da Damares está aí para todo mundo ver: é o mais abrangente de todos, respeita todo mundo. Lá, dentro do próprio Ministério, há gente de todas as minorias trabalhando. O trabalho dela tem sido maravilhoso, como o dos outros ministérios, inclusive o seu, e ninguém fala nada. O que há de bom ninguém fala. É triste isso.

Bom, vamos lá ao que interessa, Ministro.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho feito e dizer que, em menos de um ano, o senhor tinha que ter feito... Cobraram de V. Exa. um trabalho. Não se passou um ano desde que o senhor tomou posse. Então, pelo amor de Deus, haja paciência! Eu estou envergonhada hoje aqui diante do que ouvi.

Vamos lá.

Eu pesquisei se o MEC tem atualizado o valor que cada criança do ensino público custa. É em torno de três mil e pouco – foi o que o Senador Arns disse –, mas essa é a média. Há Municípios – como no Mato Grosso do Sul, onde nós temos o Município de Sidrolândia – onde o número de assentamentos é tão grande que a questão do transporte gasta muito – é aquela dificuldade dos estudantes ali do meio rural. Então, ali é muito caro. Há Municípios – estou apurando – em que o custo público é mais alto do que o custo da escola privada do Município. Então, volto ao caso, à possibilidade de *vouchers* escolares. Gostaria de saber se é possível, se isso está realmente na sua cabeça. Eu sou a favor dos *vouchers* escolares e de saúde. A rede privada sempre presta um serviço melhor e, se o nosso ideal é o Estado mínimo, se alguém pode prestar melhor e a gente pode pagar menos, seria formidável se conseguíssemos fazer isso, inserir os professores concursados nesse sistema.

Falando em professores concursados, eu quero só prestar minha solidariedade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – ...aos professores estaduais do Mato Grosso do Sul, aos convocados que tiveram no ano passado... Projeto do Governo Reinaldo Azambuja: os salários foram diminuídos em 32%. Nós temos 24 Deputados Estaduais no nosso Estado e somente quatro votaram contrariamente à redução desse salário. Eles prestam o mesmo serviço. A isonomia da prestação do serviço tem que ser... Então, a minha solidariedade, e quero parabenizar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizar não: fez a obrigação, mas cumpre a obrigação o nosso Deputado Estadual Capitão Contar, diferentemente de outros, que são orientados a fazer de determinada forma e não cumprem. Então, ao Deputado Estadual Capitão Contar, lá do Mato Grosso do Sul, vai a minha solidariedade também, porque as bandeiras ele levanta sozinho, as nossas bandeiras ele levanta praticamente sozinho lá.

Uma questão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Deu o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já deu o tempo, já te dei oito minutos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu queria também...

Só um minutinho.

Sobre *homeschooling* também eu não vou conseguir perguntar para o senhor, mas, para terminar – tinha muita coisa aqui, Ministro –, gostaria de saber como coibir "atos culturais" – entre aspas – ou protestos em universidades federais ou outras quando qualquer atitude tomada pela administração da universidade é taxada de atentado à liberdade de expressão.

V. Exa. está implantando escolas cívico-militares. Eu gostaria de saber se seria possível implantar um sistema igual dentro de universidades. Cívico-militares... Eu recebi dias atrás...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – ... fotos, dentro de banheiro de universidade federal, de meninas seminuas tirando foto, a minoria, sabe, fotos seminuas... Uma coisa, assim, tétrica! E de salas de aula totalmente pichadas: parecia um lugar assim... Parecia... Olha, é triste. Nem debaixo da ponte a gente vê lugar daquele nível. Eu gostaria de saber se é possível a gente fazer a mesma coisa nas universidades federais.

E as axilas, com pelos, das mulheres: elas estavam exaltando aquilo como um protesto, como se ninguém deixasse elas não terem a depilação! Eu não sei o que acontece, mas é difícil... Isso não é coisa para ser tratada dentro de universidade federal. Só que, se o reitor se insurge contra aquilo, se professores se insurgem contra aquilo, é um problema grave.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – E, por fim, já que estávamos falando de metodologia que não funcionou, eu quero aqui colocar... Vou lhe dar de presente um livro que eu estudei: *Entendeu direito ou quer que desenhe?*, da Cláudia Rocha Franco Lopes. Quem estuda Direito sabe o quanto isso aqui é bom.

Isso aqui diminui... Esses mapas mentais – o dela é de uma qualidade impressionante – diminuem 45% do tempo de estudo do curso. Então, investir em tecnologias que vão nos ajudar, sistemas autoexplicativos, didáticos, como o Kumon também, o *homeschooling*, seria algo bastante interessante. Então, eu quero entregar para o senhor, tirar uma foto, agradecer-lhe, parabenizá-lo e pedir desculpa mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Ministro.

Eu, inicialmente, gostaria de me concentrar mais nas questões técnicas, mas a forma de manifestação de V. Exa. e, ainda, o acréscimo agora da colega Soraya me demandam uma intervenção prévia com relação a dois pontos muito específicos.

Primeiro, Sr. Ministro, educação não se confunde com pedantismo, de forma alguma. Ser educado, ter autocontrole, capacidade de inteligência emocional é uma exigência do cargo. V. Exa. ocupa o cargo mais importante da Esplanada. Fala-se em Paulo Guedes, fala-se em Sergio Moro, mas, pode ter certeza, na minha convicção, o cargo que V. Exa. ocupa é o mais importante, é de altíssima relevância.

Então, a educação não se confunde com pedantismo, de forma alguma. O senhor pode ter a sua simplicidade, como eu gosto de ter. O senhor gosta de pizza e chopp? Temos alguma coisa em comum, é bom saber que temos, mas há momento para tudo. E, cada vez que o senhor se manifesta, é o Ministro da Educação se manifestando, isso tem um impacto muito grande. Então, apenas uma observação nesse ponto.

O segundo ponto. O Brasil de hoje está viciado em cortinas de fumaça. E não é cortina de fumaça da suposta maconha na universidade não, que tem, sempre teve. É cortina de fumaça ideológica. Eu deixo de falar dos 45 milhões de brasileiros que não têm ensino fundamental completo para tratar de questões pontuais, aberrantes muitas vezes, mas que só distraem a nossa atenção. Isso não constrói, e a responsabilidade de construir é de todos nós, que nos dispusemos a essa missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não é Ministro obrigado, eu não sou Senador da República obrigado. Nós assumimos essa missão em prol do Brasil. Então, é bom distanciar essa questão ideológica, que tem seu momento, que tem sua relevância, mas que está atrapalhando demais o diálogo construtivo que é essencial para o Brasil. Interessa para as franjas radicais da internet as "mitadas", as frases bruscas, as respostas grosseiras, mas não para construir resultado.

E, aí sim, entramos naquilo que seria o meu ponto inicial de fala.

Eu gostei muito quando o senhor definiu a condição de gestor, de gestores, e critérios para isso: capacidade técnica e entregas concretas. Eu gostaria que V. Exa. me esclarecesse qual foi a razão para a redução do orçamento do Inep, 34%, e para a redução do orçamento da Capes, 36%? Por que razão, segundo dados do Tesouro, a execução ficou em apenas 81% e não nos 98% a que V. Exa. se referiu? Pode ser algum ruído de comunicação. Peço que o senhor me esclareça.

Que V. Exa. esclareça, para nós todos e para o Brasil que está nos ouvindo, por que a alfabetização e a educação de jovens e adultos tiveram execução praticamente zero em 2019? Segundo os dados que nós temos disponíveis, em torno de 1% apenas: alfabetização e educação de jovens e adultos.

Gostaria que V. Exa. esclarecesse por que não se fez empenho e emprego de recursos como, por exemplo, esse 1 bilhão recuperado da corrupção combatida pela Lava Jato? É que, depois da não execução e do empenho, ele retorna para o Tesouro, V. Exa. vai ter que novamente negociar espaço orçamentário. Era recurso que já estava reservado, destinado e disponível para a educação e, agora, deixa de estar – será necessário um novo procedimento, e estaremos aqui apoiando a iniciativa.

Então, essas questões que são mais objetivas, concretas...

Qual é a motivação de tantas trocas em cargos estratégicos? Se eu não estiver enganado, foram três trocas no Inep, duas trocas no FNDE.

Gostaria, por fim, que V. Exa. me esclarecesse, porque me faltou informação com relação a isso, que providência V. Exa. tomou com relação ao edital fraudulento, ou com indícios de fraude, do FNDE? Ele foi suspenso após a manifestação da Controladoria Geral da União, mas eu não tenho notícia de responsabilização ou de indicação de investigação policial.

Eu concordo com uma das suas falas: o Brasil, ao longo de muitos anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... foi assaltado, e a gente tem que cortar isso, encerrar isso, mas passa também por cada gestor buscar responsabilizar duramente os erros. Então, não tenho realmente conhecimento, talvez seja uma falha de comunicação do Ministério, de qual foi o desdobramento. Alguém fez um edital de R$3 bilhões com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indícios flagrantes de fraudes, em agosto, salvo engano, deste Governo. Foi cancelado a tempo, muito bom! E a consequência para quem fez o edital? Então, eu gostaria de ter esse desdobramento concreto.

No tocante à primeira parte da minha fala, apenas como uma reflexão para que V. Exa. incorpore: V. Exa. é um homem público muito importante para o Brasil hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Kajuru e, aí, nós encerramos os debates.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Presidente Dário, agradeço a compreensão em função da minha chegada, do exame que fazia no hospital.

Acompanhava esta sessão e agradeço aos colegas Senadores: quase todos, na questão do Fundeb, citaram a minha PEC nº 33, que é a primeira apresentada aqui no Senado – foi logo em março, Ministro, o segundo mês do meu mandato –, e, inclusive, o Senador Flávio Arns chegou a ver o vídeo.

Da mesma maneira, Ministro, que há divergência em nossas opiniões às vezes – o senhor como Ministro e eu como Senador, empregado público –, há uma convergência de minha parte – não sei se há da sua para comigo.

O senhor é um homem honesto, eu não tenho dúvida disso, e o senhor deve saber que eu tenho defeitos, mas mentiroso eu não sou. Eu vou repetir para o senhor aqui o que o Presidente Jair Bolsonaro disse para a TV Band, ao jornalista Vicente Datena, na fazenda do cantor Amado Batista após um almoço, no qual eu lá estava convidado por ele.

Ele tinha conhecimento, como tem aqui, da minha PEC, chegou inclusive a ler a minha PEC. Ele, na entrevista, disse as seguintes palavras, Ministro: "Na minha opinião, a PEC do Senador Kajuru é a mais moderna, e o Presidente do Senado deveria colocá-la o mais rápido possível para se discutir". É que sabe o Presidente, e sabe muito bem o senhor, que em dezembro agora acaba a permanência do Fundeb e, para mim, não há nada mais importante no País neste ano do que o Fundeb, Ministro. Nada! Pode falar qualquer reforma! Para mim, o Fundeb é mais importante, porque, para mim, educação é prioridade, o resto é perfumaria. E essa frase não é minha, essa frase foi de Darcy Ribeiro, saudoso especialmente na educação.

Então, o Presidente disse isso, foram palavras do Presidente, o que dá a mim o direito de perguntar ao senhor o seguinte. O senhor não concorda com o Presidente? Ou o senhor não viu a minha PEC? Não acha que ela é a mais moderna, como disse o Presidente, e que ela deveria ser discutida pelo Presidente do Senado?

Para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. disse aqui que todas as propostas hoje em tramitação no Congresso Nacional sobre a permanência do Fundeb têm ruídos. Ouvi bem? Pergunto ao senhor: não seria melhor apontar e eliminar os ruídos numa discussão ampla do que trazer uma nova proposta do Executivo e começar tudo do zero?

Afinal, concluo e insisto: estamos correndo contra o relógio, o Fundeb será extinto em dezembro deste ano.

É a minha colocação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Ministro.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (Para expor.) – Vou começar com o Senador Kajuru.

Sim, eu concordo que é fundamental o Fundeb. Precisamos ter o Fundeb, educação básica e fundamental. Não tenho nem o que discutir!

O Presidente falou, de fato. Concordo que a sua proposta é boa, é melhor do que outras, mas o problema não é a proposta, é que tem ruído. Tem um monte de gente que aparece com propostas: "Não, vamos colocar aqui, ali, 40% e tal...". Isso é dito sem critério.

Então, qual é o problema? No ano passado a gente esteve várias vezes com a Profa. Dorinha, estivemos várias vezes com Parlamentares. E o que eu estou sentindo? Eles estão deixando uma coisa extremamente importante e acumulando para, na última hora, a gente ser forçado a passar rápido alguma coisa com coisas erradas. Então, eu acho que, nesse aspecto, temos divergências, como o senhor bem falou, até no passado já tivemos, mas, neste aspecto, estou com o senhor. Acho que em momento algum o senhor vai deixar colocar alguma coisa errada na PEC.

Eu hoje tenho receio, hoje eu tenho receio. Não porque eu tenha visto algo, mas porque o negócio não avança. Toda hora vai e volta, vai e volta. Então, é isso. O meu intuito é simplesmente marcar uma posição clara. Esse é o *minimum minimorum*, abaixo disso não é aceitável. Então, esse *minimum minimorum* já vai apresentar um incremento grande.

Se a gente conseguir puxar para 20% ou 30% com *funding,* sem aumentar imposto... Não se pode aumentar mais imposto, a não ser contra o monopólio. Eu sou a favor de taxar monopólio neste País; em vez de ficar tratando esse pessoal com o BNDES, isenção tributária... Há muita isenção tributária para esse pessoal! Então, assim, tendo *funding* e que não venha de mais imposto para a classe média, eu sou a favor.

Senadora Soraya, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou a favor do *voucher. O* primeiro teste vai ser justamente com esse um bilhão do *voucher*-creche. Inclusive, nessa questão do salário, redução do salário dos professores: não é aceitável mais deixar os professores do ensino fundamental para trás.

Quanto ao Fundeb, Senador Kajuru: é fundamental que se mantenha atrelado ao salário do professor do ensino fundamental. A gente precisa manter uma coisa ligada à outra, porque também há gente querendo derrubar isso para sobrar mais dinheiro na mão dos Governadores. "Ah, todos eles foram eleitos pelo povo." Infelizmente algumas pessoas elegem mal.

Há coisas que eu tenho visto aqui de Brasília... Eu sou uma pessoa normal, volto a falar isso, Senador Vieira, sou uma pessoa normal, classe média, simples. Eu já era cético antes de vir para Brasília, hoje eu sou muito mais cético. Eu já era pessimista antes de pisar aqui, hoje eu sou muito mais pessimista. Eu já era a favor de reduzir o tamanho do Estado para evitar roubo, hoje eu acho que tem que reduzir muito, porque onde a gente deixa aparece gente errada para pegar coisa.

Então, assim, vamos aumentar? Vamos aumentar. Tem que haver critério, não pode deixar para última hora, Senador Kajuru. Eu vejo muita gente mal intencionada; não todos, mas eu vejo gente mal intencionada.

Como coibir os atos da escola? A Senadora perguntou como coibir. Isso aí depende da legislação, é muito difícil hoje. Mas ela fez uma pergunta relevante: dá para fazer uma faculdade cívico-militar? Dá! Vejam o ITA. O ITA é um escola cívico-militar. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica tem a gestão militar da Aeronáutica e os professores civis com total liberdade de ensino e de pesquisa.

A gente vai dobrar, o Governo Bolsonaro vai dobrar o número de vagas no ITA. vai dobrar pela primeira vez desde a Constituição. Eu estava com o brigadeiro passeando pelo *campus* e, brincando com ele, falei: "Brigadeiro, eu não estou vendo pichação aqui no *campus*". Ele falou: "Imagina! Pichação? Aqui dentro, não". "Eu também não estou vendo gente fumando maconha no gramado." Eu sou contra o consumo de drogas; eu não o quero para os meus filhos e eu não o quero para os filhos dos outros. Então, eu sou contra o consumo de drogas. Aí ele deu risada: "Aberto aqui? De jeito nenhum! Não há consumo de drogas no *campus*." Aí eu perguntei: "E festa? Quantos alunos morreram no ano passado porque se embebedaram, tiveram *overdose*, se embebedaram e caíram no trilho do trem, foram atropelados?" O brigadeiro falou: "Como? Nunca aconteceu isso. Acontece isso nas universidades?" Eu falei para o brigadeiro: "Reitor, aconteceu com os meus alunos; eu perdi aluno assim, eu perdi aluno assim."

Então, veja: não reconhecer que muito foi mal feito nesses anos todos de PSDB e PT... Houve muita coisa errada, muito dinheiro caro que gerou morte, infelicidade, abuso de drogas. Também gerou-se pesquisa. Temos a Cope? Temos a Cope. Temos áreas de excelência? Temos áreas de excelência. No entanto, não reconhecer que há muita coisa errada feita com o dinheiro do povo, suado, dos impostos, é errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí chego ao Senador Alessandro, a quem peço desculpas por ter deixado por último.

Não há cortina de fumaça ideológica. Pelo jeito, pelo meu jeitão simples, direto e franco, eu falo o que vem na telha. Aliás, por isto eu estou aqui: para falar o que vem na telha. O dia em que eu não puder, eu perdi a minha liberdade, e eu prezo muito a minha liberdade.

Desse bilhão, até do ponto de vista contábil, contabilidade nacional: o dinheiro não utilizado não é perdido; é dívida que não aumenta, é dívida que cai, as contas públicas melhoram. Vai ter que ser refeita alguma coisa com o Paulo Guedes? Sim, mas isso não é problema. Seria problema se eu pegasse esse bilhão e fizesse um monte de esqueletos em universidades e creches pelo Brasil, como a gente já tem. A gente tem 3 mil creches abandonadas, em obras, espalhadas pelo Brasil, das gestões anteriores. Constrói-se, começa-se a construir, porque o dinheiro está fácil, queima na mão, e aí aborta-se. Então, isso chega.

O Governo Bolsonaro veio aqui... E eu sigo o Presidente porque ele tem uma proposta diferente, que é respeitar o dinheiro público. Então, a sugestão qual é? Toca rápido esse dinheiro aí porque caiu na mão? Não, tem que ter um programa redondo, bonito, que não vá ter fraude, e testar uma coisa nova, que é o *voucher*-creche: 1,1 milhão de crianças no Norte e no Nordeste para serem atendidas.

Então, Senador, desculpe. Eu não concordo com o senhor nesse aspecto.

Quanto ao contrato – o senhor me perguntou do contrato –, é um contrato que foi assinado na gestão passada. Eu não o assinei. Nós identificamos o problema, nós o interrompemos, o leiloeiro do FNDE interrompeu o problema antes, e nós enviamos à CGU. Então, nesse aspecto, Senador, o senhor pode verificar, nesse e em todos os outros: zero, não tem nenhum, zero, pode investigar.

Eu sei que há um jornalista boca de esgoto aí que falou que eu era responsável por isso. É mentira dele. Ele mentiu. Esse contrato não foi assinado por mim. Nós identificamos, protocolamos e encaminhamos para a CGU. Um mês depois, a CGU falou que tem, de fato, problema. E assim é com um monte de coisas, a cada enxadada se encontra uma minhoca lá no MEC. É o tempo inteiro!

Agora, qual é o problema? Aliás, problema, não. Eu não sou Ministério Público, eu não sou polícia, eu não sou Judiciário. Eu encontro o problema e protocolo e, aí, tem uma montanha. É um trabalho de Sísifo! O que foi feito no Brasil é um Himalaia de problemas. E, para cada um desses problemas, alguém do Judiciário, alguém do Ministério Público tem que pegar por debaixo do braço e ir atrás. Foi isso que eu aprendi aqui em Brasília.

O que eu aprendi em Brasília é que, para cada roubo, precisa haver um herói para ir atrás e pendurar na parede quem roubou. Senão, a estrutura sozinha não anda. Foi isso que eu aprendi aqui em Brasília. E eu, falando muito modestamente, digo: a minha cota de trabalho está bem recheada. Então, eu não tenho que sair do MEC para investigar nada. Eu protocolo e encaminho. E isso me dá tranquilidade de olhar para o senhor e falar: Senador, eu não assinei esse documento. Nós identificamos um erro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamos para a Controladoria-Geral da União, e agora está com o Judiciário, assim como um monte de outros problemas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, não havendo mais Senadores inscritos, agradeço a presença do Ministro, agradeço a presença de todos, especialmente dos Senadores.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Leila Barros, Prisco Bezerra, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Jayme Campos, Arolde de Oliveira e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Confúcio Moura, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Luiz Pastore, Roberto Rocha, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel, Irajá, Sérgio Petecão e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5231, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências, para ampliar o prazo de aplicação dos mecanismos de incentivo à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6221, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, para estabelecer a responsabilidade solidária da União e da pessoa natural ou jurídica de direito privado proprietária de bem imóvel tombado." **Autoria:** Senador José Maranhão (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Luiz Pastore. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2173, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Surfe ao Município de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 89, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3807, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu acompanhante." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4028, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à “Santa Dulce dos Pobres”." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) apresentado pelo Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4682, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3202, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a data de 24 de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4613, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira" **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4614, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, para obrigar a presença de um profissional de Educação Física nas entidades formadoras de atletas e nas escolinhas de futebol onde se realizam a iniciação e a formação esportiva." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 387, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para dispor sobre o pagamento de abono aos profissionais da educação, nas situações especificadas." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 487, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado no dia 27 de março." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 3, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, com o objetivo de debater a importância da aprovação imediata do novo FUNDEB no parlamento brasileiro, na perspectiva do relatório da PEC nº 15, de 2015, apresentado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Exmo. Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Exma. Sra. Nalú Farenzena, Presidenta da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Exmo. Sr. Pedro Gorki, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Exma. Sra. Dorinha Seabra, Deputada Federal e Relatora da PEC 15/2015; Exmo. Sr. Flávio Arns, Senador e Relator da PEC 65/2019; Exma. Sra. Fátima Bezerra, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, representando o Fórum dos Governadores do Brasil no debate sobre o Novo Fundeb." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 4, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a Organização Internacional Nova Acrópole (OINA). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Luis Carlos Marques, Diretor Nacional da Nova Acrópole Brasil; Senhora Lucia Helena Galvao, Professora da Nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrópole do Brasil; Senhora Renata Peluso, Professora da Nova Acrópole do Brasil; Senhora Kelly Aguiar, Diretora Nacional de imagem da Nova Acrópole do Brasil." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com subscrição do Senador Rodrigo Cunha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 12 da pauta.

Ficam retirados da pauta os itens 10 e 11, a pedido dos Relatores.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4614, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, para obrigar a presença de um profissional de Educação Física nas entidades formadoras de atletas e nas escolinhas de futebol onde se realizam a iniciação e a formação esportiva.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações: *A matéria constou da pauta da reunião de 4/2/2020.*

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 387, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para dispor sobre o pagamento de abono aos profissionais da educação, nas situações especificadas.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos com parecer favorável ao projeto.)*

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, se me permite, rapidamente, incluir um item extrapauta antes do início da reunião, pelo fato de eu ter que me ausentar, em função de trabalhos relacionados com a Petrobras, ali, que estão me aguardando.

Então, eu queria sugerir o Requerimento nº 3, de 2020, que propõe audiência pública com o objetivo de debater a importância da aprovação imediata do novo Fundeb no Parlamento brasileiro, com a presença do Sr. Heleno Araújo, da CNTE; Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Nalú Farenzena, do Fineduca; Pedro Gorki, da Ubes; Dorinha Seabra, que é Deputada Federal e Relatora da PEC 15, de 2015; o Senador, nosso colega ilustre, Flávio Arns, que está aqui do meu lado, representando o Relator da PEC 65, de 2019; e a Exma. Sra. Governadora Fátima Bezerra, representando o Fórum dos Governadores do Brasil sobre o novo Fundeb.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Senador Jean Paul Prates solicita inclusão extrapauta de requerimento que ele acaba de relatar, de solicitação de audiência pública para continuidade dos debates do Fundeb, e apresenta uma nominata, na qual destaca o Senador Flávio Arns e a Deputada Federal Professora Dorinha, entre outros participantes, que certamente vão engrandecer o debate quanto a essa política pública, que tem o seu prazo expirado no dia 31/12/2020.

Parece-me que isso é bastante importante e salutar. De minha parte, eu não tenho objeção, mas consulto os Srs. Senadores e Senadoras quanto à inclusão e quanto à aprovação desse requerimento.

Antes de colocar em votação, ofereço a palavra para discussão.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Pois não.

Quero cumprimentar, em primeiro lugar, V. Exa. É uma alegria estarmos juntos de novo.

Eu estava falando aqui com o amigo, Senador e Líder também, lá do Rio Grande do Norte, que substitui a Senadora Fátima Bezerra, Jean Paul Prates, e eu disse a ele o seguinte, sugerindo: hoje está sendo lido o relatório da Professora Dorinha na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. E foi feito um trabalho – inclusive V. Exa. sugeriu, lá atrás, que isso fosse feito – de articulação das consultorias e tudo, e isso foi feito no decorrer de todo o ano. Então, eu sugeri a ele para talvez fazer essa audiência com os nomes sugeridos, na perspectiva – na perspectiva – do relatório apresentado na Comissão Especial, porque a gente tem que ter por base um relatório apresentado.

O mais importante nisso tudo, como trabalhamos muito juntos, era aquela necessidade de o relatório ser aprovado e não vir para o Senado, ser modificado e, depois, voltar para a Câmara de novo. Então, já trabalhamos bastante em conjunto... Nada impede, é lógico, que seja modificado aqui, mas, pelo fato de justamente aquilo que foi apresentado por V. Exa.: o prazo termina no dia 31 de dezembro.

O Presidente da Câmara já disse que vai votar em Plenário, no mês de março – está sendo lido hoje, vai ser votado... –, e aí, na sequência, nós precisamos nos articular aqui, para termos essa agilidade de apreciação e votação, porque o relatório, depois, terá que ter as leis complementares, para a regulamentação de tudo também.

Parece-me que o Senador Jean Paul concorda com essa perspectiva. Daí, o Daniel Cara, as pessoas todas, vão falar: "Olhem, agora nós temos um relatório aprovado na Comissão Especial". Então, há a perspectiva do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria sugerir, se o Senador concordasse... Sou a favor do requerimento, contudo, assim especificando: "Na perspectiva do relatório".

Se for...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Consulto o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só a consultoria. Tecnicamente, eu não sei como fazer isso. Não sei se temos que corrigir e votar depois ou se podemos votar agora, aprovar a audiência...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Podemos votar agora.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e alterar.

Apenas, na hora de convidar as pessoas, faríamos a menção ao novo fato de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sim, sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, não estava consignado no pedido, porque o pedido já vem de mais tempo. Mas acho que é mais prático votarmos a existência da audiência e, depois, darmos a orientação aos convidados, para que falem na perspectiva do relatório aprovado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu penso que o requerimento é importante e até oportuno, e a oportunidade se amplia, na medida da sugestão do Senador Flávio Arns.

Eu não tinha conhecimento de que hoje, na Comissão Especial, está sendo lido e debatido o Fundeb na Câmara dos Deputados, porque, assim, nós trataríamos já de um fato relevante e concreto, no sentido de aprimoramento de uma proposta que já vem sendo discutida, de maneira bastante sistemática, na Câmara dos Deputados e também aqui nesta Comissão, liderada pelo Senador Flávio Arns.

Então, faremos só essa alteração, como já foi proposta pelo Senador Flávio Arns, aceita por V. Exa., que é o autor do requerimento.

E pergunto se... Deixo a palavra ainda aberta, para a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo, então, mais quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento apresentado pelo Senador Jean Paul Prates.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 3, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, com o objetivo de debater a importância da aprovação imediata do novo FUNDEB no parlamento brasileiro, na perspectiva do relatório da PEC nº 15, de 2015, apresentado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Heleno Araújo, Presidente, representando Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Exmo. Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral, representando Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Exma. Sra. Nalú Farenzena, Presidenta, representando Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Exmo. Sr. Pedro Gorki, Presidente, representando União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Exma. Sra. Dorinha Seabra, Deputada Federal, representando Relatora da PEC 15/2015; Exmo. Sr. Flávio Arns, Senador, representando Relator da PEC 65/2019; Exma. Sra. Fátima Bezerra, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, representando Fórum dos Governadores do Brasil no debate sobre o Novo Fundeb.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Solicito a V. Exa. que seja incluído em pauta também, extrapauta, mais um requerimento de audiência, solicitado pelo Senador, nosso colega, Eduardo Girão, que está na Casa, mas em outro compromisso, e pediu para subscrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente.

V. Exa. quer...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Posso fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pode fazer a leitura e apresentar o requerimento.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) –

> Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a Organização Internacional Nova Acrópole. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Luis Carlos Marques, Diretor Nacional da Nova Acrópole Brasil; Sra. Lúcia Helena Galvão, professora da Nova Acrópole do Brasil; e Sra. Renata Peluso, professora da Nova Acrópole do Brasil; e também a Sra. Kelly Aguiar, Diretora Nacional de Imagem da Nova Acrópole do Brasil.

Ressaltando que é um requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão, o qual está aqui na Casa e pediu para subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Submeto ao Plenário a inclusão extrapauta do... Ah não: esse requerimento está na pauta, né? (*Fora do microfone.*)

Não está? É extrapauta também? (*Fora do microfone.*)

Não havendo manifestação, posso concluir que há concordância do Plenário quanto à inclusão, na pauta, do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Girão e subscrito pelo Senador Eduardo Cunha... Rodrigo Cunha – desculpe-me, Rodrigo. Rodrigo Cunha, que nos honra muito com a sua presença aqui.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – É do Senador Eduardo Girão e Rodrigo Cunha, aí deu confusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É foi um trocadilho aqui lamentável.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 4, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a Organização Internacional Nova Acrópole (OINA). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Luis Carlos Marques, Diretor Nacional da Nova Acrópole Brasil; Senhora Lucia Helena Galvão, Professora da Nova Acrópole do Brasil; Senhora Renata Peluso, Professora da Nova Acrópole do Brasil; Senhora Kelly Aguiar, Diretora Nacional de Imagem da Nova Acrópole do Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) e outros

Propõe a realização de audiência pública com o objetivo de debater, como já mencionou, sobre a Organização Internacional Nova Acrópole e identifica já os proponentes que participarão da audiência.

Eu, de minha parte, não vejo nenhum óbice, muito pelo contrário: eu acho importante. E cumprimento V. Exa. por subscrever o requerimento.

Encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Comissão agora passa aos encaminhamentos necessários.

Só lembrando que as audiências públicas, invariavelmente, podem ou até devem ser presididas pelos autores dos requerimentos, o que facilita a nossa vida, porque todos nós sabemos que a semana, aqui, dos Senadores é bastante intensa, são várias Comissões, e, muitas vezes, eu não me sinto em condições de vir presidir as audiências públicas, como gostaria de fazer. De forma que gostaria que V. Exa. comunicasse ao Senador Eduardo Girão que, além da audiência pública, ele certamente terá a responsabilidade de dirigir os trabalhos naquele momento.

Bem, vamos em frente então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5231, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências, para ampliar o prazo de aplicação dos mecanismos de incentivo à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Consulto o Senador Flávio Arns se está pronto para relatar o projeto. (*Pausa.*)

Então, ofereço a palavra a V. Exa. para a apresentação do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – É uma proposição do Senador Rodrigo Cunha, a quem parabenizo por propositura tão importante.

Compõe-se de três artigos.

O art. 1º define o objetivo da intentada lei, que é o de alterar a Lei 8.685, de 1993, conhecida como Lei do Audiovisual, para ampliar o prazo e a aplicação de seus mecanismos de incentivo à produção independente de obras audiovisuais brasileiras.

O art. 2º dá nova redação aos arts. 1º e 1º-A da Lei do Audiovisual, estendendo o prazo dos respectivos mecanismos de incentivo, que se extinguiram em 2019, para o exercício fiscal ou ano-calendário de 2024.

O art. 3º e último determina a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.

O autor, Senador Rodrigo Cunha, argumenta que o fim dos mecanismos de incentivo previstos na Lei do Audiovisual traria prejuízos para 12 mil empresas e ameaçaria 300 mil empregos, com a suspensão de mais de R$65 milhões, que seriam destinados às produtoras independentes do audiovisual brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A extensão do prazo desses incentivos fiscais até 2024 seria, ademais, condizente com o limite de cinco anos para ampliação de benefícios fiscais estabelecidos pela Lei 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO 2019.

A matéria foi distribuída para esta Comissão e depois irá para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde haverá decisão terminativa.

Em relação ao mérito, temos que os incentivos fiscais previstos estão voltados ao estímulo da produção independente de obras audiovisuais brasileiras, quer por meio da aquisição de quotas representativas dos direitos de comercialização dessas obras, quer por meio do patrocínio de sua produção. Em ambos os casos, apenas para projetos previamente aprovados pela Ancine.

Tais instrumentos de estímulo ao cinema, juntamente com outros que foram criados posteriormente, tiveram participação fundamental na consolidação de uma pujante indústria do audiovisual brasileiro. O investimento com recursos incentivados na produção audiovisual independente permanece em crescimento, desafiando a crise econômica dos últimos anos e trazendo excelentes resultados em geração de renda e de emprego, que é o grande desafio do Brasil também. Apenas no primeiro semestre de 2019, foram captados R$736 milhões, provenientes de renúncia fiscal, para 241 projetos em doze Estados e no Distrito Federal.

Mesmo para nossa apreciação, que deve enfocar sobretudo a dimensão cultural da matéria, os aspectos econômicos são essenciais também, pois eles viabilizam as realizações cinematográficas e, em geral, audiovisuais que vão expressar nossa realidade e possibilitar sua mais ampla compreensão.

Sabemos que as produções audiovisuais representam um dos mais dinâmicos e cruciais setores da cultura contemporânea. Prestigiar a produção audiovisual nacional, que desenvolve as potencialidades de um olhar brasileiro sobre o mundo, com seus componentes artísticos, reflexivos e lúdicos, significa investir em nossa condição de Nação culturalmente autônoma e criadora de seus próprios caminhos.

A diversidade do audiovisual brasileiro, transitando entre a ficção e o documentário, entre a abordagem crítica e o entretenimento e entre as diferentes paisagens socioculturais que nos compõem, é uma conquista obtida por esforços continuados e por um bem desenhado sistema de incentivos ao setor, de que não podemos, ainda por um bom tempo, prescindir.

Mecanismos similares existem em diversos outros países que valorizam sua expressão cultural e buscam protegê-la da poderosa e avassaladora indústria audiovisual norte-americana, que deve ser valorizada e assimilada sem preconceitos, assim como as realizações de outras nações, mas de um modo que não asfixie ou subjugue a produção nacional.

Devemos considerar, no entanto, que o intuito de prorrogar os mecanismos de incentivo fiscal da Lei do Audiovisual foi concretizado, no que se refere à atividade legislativa, por meio do Projeto de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5.815, de 2019, do Deputado Marcelo Calero, que prorrogava igualmente o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade Cinematográfica (Recine), constante da Lei nº 13.594, de 2018, e os benefícios fiscais previstos no art. 44 da Medida Provisória 2.228-1, de 2001.

O PL 5.815, de 2019, após ser aprovado na Câmara dos Deputados, foi apreciado em Ordem do Dia, como matéria extrapauta, recebendo o Parecer nº 228, de 2019, do Plenário do Senado Federal, favorável à aprovação.

Encaminhado à sanção presidencial, entretanto, o PL 5.815 recebeu veto integral, conforme mensagem 747, de 27 de dezembro de 2019, que alegou, ouvido o Ministério da Economia, as seguintes razões:

> A propositura legislativa, ao dispor sobre prorrogação de benefício fiscal, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do art. 113 do ADCT, bem como do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 e 116 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei nº 13.707, de 2018).

Diante do disposto na mensagem acima, concluímos que o óbice alegado para o veto ao PL 5.815, de 2019, é o da ausência de indicação de fonte de custeio e dos demonstrativos relativos aos impactos orçamentários e financeiros. Desse modo, e desconsiderando, por ora, a possibilidade de derrubada do veto pelo Congresso Nacional, entendemos que o procedimento mais indicado seria o de providenciar a anexação dos referidos demonstrativos e a indicação da fonte de custeio, para que a proposição seja, assim, apreciada na análise terminativa de responsabilidade da CAE.

Compete, de fato, à CAE não apenas avaliar os aspectos econômicos do projeto de lei, como também sua constitucionalidade e juridicidade, que compreendem, por certo, o atendimento às disposições do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assim como o atendimento às leis citadas na Mensagem nº 747, de 2019, referentes à responsabilidade fiscal do projeto.

Portanto, nós estamos aqui analisando do ponto de vista da cultura, sem esquecer assim a dinâmica de todo esse setor, a geração de emprego, renda e, inclusive, de aspectos tributários para o nosso País.

O voto, conforme o exposto, é pela aprovação, no que se refere ao mérito, do Projeto de Lei 5.231, de 2019, parabenizando o Senador Rodrigo Cunha pela iniciativa, muito importante, necessária...

E quero parabenizar novamente, porque a área da cultura, através do audiovisual, pode prestar grandes serviços culturais e econômicos ao Brasil.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Rodrigo Cunha, autor da proposição.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, quero aqui agradecer e parabenizar o Senador Flávio Arns pelo parecer minucioso, pela forma detalhada como se ateve na condução de todo esse arcabouço que foi criado, inclusive mostrando saídas para sanar um problema apresentado no projeto anterior, que já foi aprovado, inclusive, pelo Senado.

Então, nós estamos tratando aqui da prorrogação dos mecanismos que dão incentivo a um setor extremamente importante do nosso País, o setor audiovisual, mas especialmente à produção independente.

Hoje o País já é conhecido pela qualidade da sua produção nacional. Ao fazer isso, e bem destacou o Senador Flávio, nós estamos falando aqui não apenas de uma proteção cultural, que é importante; nós estamos falando em manter o nosso DNA cada vez mais ativo, o nosso DNA cada vez mais respeitado, e criando uma sensação de pertencimento maior ainda para a nossa Nação, a partir do momento em que buscamos também uma proteção das produções milionárias, bilionárias, que chegam empacotadas neste nosso País.

Então, o setor audiovisual brasileiro tem uma função cultural que já está comprovada.

Mas vamos além disso. Além da área cultural, nós estamos falando aqui da área econômica, tendo em vista a quantidade de empregos que são gerados. É uma cadeia de geração de empregos. Vamos falar aqui dos impostos, também, que são gerados de cada produção dessa.

Então, o relatório ficou muito completo. Essa dimensão cultural, somada aos aspectos econômicos, é o que faz com que cada Senador que se debruça sobre o tema saiba que é necessário, sim, abraçar o setor audiovisual brasileiro.

Em uma situação anterior, na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós debatemos aqui sobre um mecanismo, que eu também defendi, para a não inclusão das regras que são hoje da TV a cabo na internet. E, naquele momento, o setor do audiovisual ficou preocupado. Mas o que nós estamos buscando também é proteger a nossa liberdade de escolha e pensar em uma forma de não prejudicar o setor audiovisual.

Então, muitas discussões foram tidas depois daquela reunião, vários outros projetos estão caminhando paralelamente, mas aqui eu quero deixar clara a minha admiração a todos aqueles que fazem o setor audiovisual brasileiro.

Quero agradecer mais uma vez aos Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho a certeza de que a quem ler sobre esse assunto não vai restar dúvidas da importância de se aprovar esse projeto.

O Senador Flávio Arns demonstrou aqui a necessidade de se demonstrar a fonte de custeio. Isso já foi solicitado agora à Consultoria orçamentária do Senado Federal. Então, para a próxima Comissão – eu tenho a certeza de que os nossos Senadores irão acompanhar –, que será a CAE, a matéria já irá com esses estudos anexados, para que a gente possa, de fato, dar uma segurança a esse setor, que tem que crescer. É triste, às vezes, a gente falar em não retrocesso, quando a gente deve falar sempre em estímulos. Então, num momento como este, é importante esta Casa marcar presença.

Então, agradeço, Senador, o parecer, confiante da sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu quero cumprimentar o Senador Rodrigo Cunha pela iniciativa.

As obras de audiovisual exercem, na minha opinião também, papel preponderante e estratégico, sobretudo na memória, que é um componente essencial para a promoção da cultura no Brasil. Além disso, é uma fonte de geração de oportunidade, de emprego e de renda.

Muitas vezes, esses produtores culturais precisam apenas de uma oportunidade, e o importante é que eles estejam preparados para, quando a oportunidade surgir, abraçá-la, com a capacidade necessária para produzir aquilo que seja necessário para a nossa cultura.

Então, eu quero me associar àqueles que têm admiração por esse setor, cumprimentar V. Exa. e, sobretudo, enaltecer e parabenizar a relatoria sempre precisa do Senador Flávio Arns.

Está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, eu o submeto à votação.

Os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

V. Exa. tem a palavra, Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Desculpe-me por, deselegantemente, tê-lo interrompido. É apenas para corroborar. Chegando agora, estava a conhecer sobre o teor da proposta do nosso querido Senador Rodrigo Cunha e do parecer do não menos querido e competente Senador Flávio Arns. Eu queria a ambos e também coletivamente externar uma preocupação a respeito dessa proposta, Senador Rodrigo, que diz respeito exatamente a uma matéria que vamos enfrentar amanhã, que é a discussão em torno das extinções dos fundos públicos. E um destes trata exatamente sobre o fundo público que incentiva a indústria de audiovisual no nosso País. É importante que nós estabeleçamos e tenhamos os cuidados devidos, Senador Nelson Trad, porque um daqueles que estará sendo alcançado para essa extinção é exatamente o fundo que incrementa e incentiva a indústria de audiovisual.

Quando V. Exa. aqui propõe a ampliação de prazo para que essa indústria possa acessar novos incentivos, o mais importante desses incentivos estará, provavelmente, até o próximo ano, sem existir.

Então, repito, endossando, corroborando as suas preocupações e a sensibilidade de quem, como todos nós, identifica a importância dessa indústria, temos de estar alertas porque não apenas este mas outros fundos importantíssimos poderão ser afetados com a proposta. Não é que, no mérito, nós não concordemos. Temos mais de 280 fundos, entre estes algumas dezenas sem eficiência, sem alcançar o fulcro pelo qual foram criados. Mas essa generalização muito fácil de exterminar, de extinguir pura e simplesmente é perigosa porque vamos gerar efeitos nocivos a alguns setores muito importantes como esse, como bem pontuou o Senador Flávio, com a autoria do Senador Rodrigo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Senador Veneziano alerta para uma questão extremamente importante, que é a questão da extinção pela extinção simplesmente, o que poderá proporcionar inúmeros problemas para muitos segmentos sociais. Acho que isso deveria ser analisado com a cautela necessária.

V. Exa. está de parabéns por levantar esse tema e por conscientizar, vamos dizer assim, a nossa Comissão aqui dessa necessidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Exa. retirasse de pauta o item 6, de que eu sou Relator. A proposta é do Senador Angelo Coronel, que declara feriado nacional o dia 13 de março, consagrado à Santa Dulce dos Pobres. Houve um entendimento entre o Senador e o povo da Bahia também sobre a alteração da data. Então, eu vou fazer a alteração na emenda que for apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço só para retirá-lo de pauta, para ele voltar à pauta na próxima reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente!

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 4.028, DE 2019

- Terminativo -

Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres".

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) apresentado pelo Senador Angelo Coronel.

Observações: *Em 4/2/2020, foi lido o relatório.*)

Vamos ao item 3 da pauta. A autoria é da Câmara dos Deputados, mais especificamente do Deputado Federal Lourival Gomes, que se encontra aqui presente, que nos honra com a sua presença no plenário desta Comissão, que é o autor do presente projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2.173, DE 2019

- Não terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Surfe ao Município de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Lourival Gomes (PSL/)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a apresentação do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Do relatório.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 2.173, de 2019, de autoria do Deputado Federal Lourival Gomes, que "confere o título de Capital Nacional do Surfe ao Município de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro".

O projeto contém dois artigos: o primeiro tem o mesmo teor da ementa, tal como acima transcrita, enquanto o segundo determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificativa, o autor expõe a relevância que o Município de Saquarema tem para a história do surfe no País.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva da CE. Caso aprovada, será objeto de deliberação do Plenário.

Da análise.

Distante cerca de 100km da capital do Estado, com 28km de praias de areias finas e mar forte, Saquarema atrai surfistas de todo o País, e até do exterior.

A origem da cidade remonta aos primórdios da história do Brasil. O processo de colonização de Saquarema iniciou-se em 1594, quando os padres da Ordem do Carmo edificaram o Convento de Santo Alberto. Com a instalação de várias fazendas nas imediações, a população, até o final dos anos 1950, dedicava-se à pesca artesanal, ao cultivo de cítricos e de cana-de-açúcar e à produção de farinha de mandioca para subsistência.

A partir de 1955, em decorrência de um processo de urbanização baseado na doação de terras públicas, Saquarema transformou-se em local de veraneio das camadas médias metropolitanas. Pelas condições geográficas favoráveis à prática do surfe, a cidade começou a ganhar destaque na mídia nacional. Durante os anos 1970, recebeu o título de Maracanã do Surfe e passou a sediar festivais nacionais. Em 2017, Saquarema recebeu a etapa brasileira do campeonato mundial de surfe, ocasião em que foi conferido ao Município o título de Capital Estadual do Surfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, pelo reconhecimento da importância da cidade nos contextos local, regional e nacional desta prática, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional do Surfe ao Município de Saquarema.

Quanto à regimentalidade, nos termos do disposto pelo inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros, sobre temas relacionados à cultura, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe à CE – esta Comissão – pronunciar-se também quanto à constitucionalidade e à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa.

Relativamente à constitucionalidade da proposta, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelece o §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Do voto, Sr. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.173, de 2019.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, eu só quero registrar que Florianópolis também é uma das cidades pioneiras no desenvolvimento do surfe brasileiro, nacional. A Praia da Joaquina notabilizou-se como uma das referências históricas na década de 70, 80, quando essa prática foi bastante difundida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa maneira, quero me congratular com o autor dessa proposta, que inclusive se encontra presente, o Deputado Federal Lourival Gomes, e cumprimentar o Senador Zequinha Marinho pelo relatório apresentado, na certeza de que essa condecoração à cidade de Saquarema seja justa e legítima. Portanto, meus cumprimentos a V. Exas.

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e submeto a matéria à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Agora, vamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2017

- Terminativo -

Institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado no dia 27 de março.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Nelsinho Trad, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, que nos honra com a sua presença.

Ofereço a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a apresentação do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Agradeço ao Sr. Presidente, Dário Berger.

Peço a V. Exa. e aos demais pares a permissão para que eu possa ir direto à análise do referido projeto.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão de Educação opinar em projetos que versem sobre datas comemorativas, tema da proposição em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A neuromielite óptica é, de fato, uma doença rara, de caráter autoimune e que causa sofrimento agudo aos seus portadores. Os sintomas abrangem perda de visão, acometimento de medula, dificuldade para andar, dores neuropáticas, dormência e espasticidade dos nervos até a paralisia total dos membros, e tendem a ocorrer na forma de surtos recorrentes.

Embora ainda não haja cura, os tratamentos existentes reduzem a duração, a intensidade e a recorrência dos surtos. O diagnóstico precoce é um fator chave para impedir o avanço e o agravamento da doença. Acreditamos que a instituição do Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica irá contribuir para a sensibilização da necessidade de diagnóstico precoce e, consequentemente, para uma melhor qualidade de vida dos pacientes.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a proposição, compete à CE analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

Com relação a esses aspectos, não vislumbramos óbice à sua aprovação. A matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Além disso, não há reserva de iniciativa.

Ademais, a redação é adequada e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, o projeto atende às determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

O referido diploma legal estabelece que a instituição de datas comemorativas deverá obedecer ao critério da alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Dispõe, ainda, que a definição do critério de alta significação será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados.

Em atendimento a essas determinações, o autor, Senador Romário, informou a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 6 de dezembro de 2017, convocada em consequência da aprovação do Requerimento nº 159, de 2017. A audiência teve por finalidade discutir a criação do Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica. Estiveram presentes na reunião portadores da doença e médicos especialistas e pesquisadores do tema.

Assim, consideramos cumpridas as exigências legais para a apresentação de projetos que visem a instituir data comemorativa.

Diretamente ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 487, de 2017.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está em discussão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Só parabenizo o autor, o Senador Romário.

O colega Nelsinho Trad dá visibilidade a uma patologia, uma doença cujo diagnóstico não é tão simples, porque é rara, mas isso vai fazer com que se dê um diagnóstico precoce. Trata-se de uma doença autoimune, mas sem cura, mas a gente sabe que, tratada precocemente, a qualidade de vida e a vida média dessas pessoas vai ser maior. Então, criando um dia, vai chamar a atenção não só dos especialistas: desde aquele médico da unidade básica de saúde, que, quando vir, vai chamar a atenção... É aquela história: quem não conhece... Se você não conhecer a doença, dificilmente você vai procurar dar um diagnóstico ou encaminhar corretamente. Digo isso, porque a gente acha que o médico generalista tem que ter um conhecimento grande, até para saber para qual especialista vai encaminhar.

Então, eu quero parabenizar, porque tinha que chamar a atenção. Eu sou médica da universidade e, realmente, durante 30 anos lá, nunca vi nenhum caso. Entendeu? E, se não chamar a atenção... Provavelmente houve vários que foram tratados como tendo qualquer outra patologia autoimune, outra doença, cujos diagnósticos demoraram, e, por isso, a qualidade de vida e a vida média desses pacientes ficaram diminuídas, subtraídas, e subtrair vida não é o papel desta Casa aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É isso aí.

Bem, acho que posso encerrar a discussão e, considerando que o projeto é terminativo e nós não temos o quórum desejado, ele aguarda, Senador Nelsinho, para oportunamente ser votado.

Bem, eu quero dizer que nós estamos prestes a encerrar os nossos trabalhos, mas, para encerrar esta reunião de hoje, eu quero trazer aqui um tema bastante relevante, no sentido de colocar a educação como aliada do desenvolvimento econômico e sustentável. Trago aqui dados alarmantes, divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, já no ano passado. Dos 48 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, 11 milhões – ou seja, 23% – não trabalham nem estudam ou se qualificam. Esta parcela de nossa juventude, fruto do desaquecimento econômico brasileiro, cresceu 6%: representam 600 mil jovens em 2018, segundo os dados mais recentes do Ipea. A perspectiva é a de que os dados tenham permanecido semelhantes durante todo o ano de 2019. A taxa é maior entre as mulheres: 28%, contra 17% dos homens. E, entre pessoas de cor preta e parda, 26% é o que representam, frente aos 18%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos brancos. O número corresponde a um dos maiores percentuais de jovens nessa situação, entre nove países da América Latina e do Caribe.

Os outros 49% dos jovens se dedicam exclusivamente ao estudo ou capacitação; 13% só trabalham; e 15% trabalham e estudam ao mesmo tempo. O Brasil precisa fomentar políticas públicas para os jovens, principalmente na transição do estudo para o mercado de trabalho. Investir no ensino médio aliado à educação técnica é uma das maneiras para enfrentar esse grave problema.

De 2012 a 2015, o número de jovens participantes do programa Jovem Aprendiz chegou a um total de 1,3 milhão de jovens. Entretanto, esse é o potencial anual de jovens aptos para o programa, ainda segundo o Ipea. A iniciativa privativa pode ser uma grande aliada na geração de oportunidades, contando com o fomento estatal. É preciso, na nossa opinião, unir a iniciativa privada ao setor público, para que possamos deixar para trás as mazelas e superar esses dados que fazem parte da nossa economia e que precisam ser destravados.

Realmente, é uma situação... Quando nós nos debruçamos sobre dados, sejam da saúde, sejam da educação, sejam da segurança pública, sejam da cultura, sejam da economia, nós vamos nos deparar com um atraso sistêmico desse Brasil, e há muito tempo, há algum tempo atrás, nós tínhamos como referência o Brasil como o País do futuro. Mas realmente as políticas públicas ainda estão muito defasadas, muito atrasadas, e nós temos que lamentavelmente conviver com essa triste realidade. De maneira que, na minha opinião, temos pouco a comemorar e muito a avançar ainda nas políticas públicas já consagradas desse País. E uma das políticas públicas mais relevantes, mais importantes, está à nossa frente, está no nosso cérebro, está na nossa memória, está na nossa cabeça, está nas nossas mãos, que é o Fundeb. O Fundeb – me parece que eu posso afirmar – se trata, se não a maior política pública deste País, mas uma das maiores políticas públicas deste País, sem as quais a educação básica no Brasil será sucateada.

Se nós buscarmos na história recente dos países que se desenvolveram muito, vamos encontrar o exemplo da Coreia do Sul, que teve como objetivo, depois da Segunda Guerra Mundial, a universalização do ensino básico naquele país. Só depois de universalizar o ensino básico é que se partiu para o ensino médio e o ensino superior. E hoje a Coreia do Sul se transformou, se eu não me engano, na 11ª economia do mundo, uma referência em desenvolvimento social, econômico e tecnológico, que foi resultado fundamentalmente do investimento em educação. Por isso, eu volto sempre a insistir que, certamente, a Comissão mais importante do Senado Federal é a Comissão de Educação, porque dela deriva a formação dos nossos jovens e das nossas crianças, que representam a esperança viva de um futuro melhor para todos nós. Portanto, nós não podemos poupar recursos, muito menos investimentos, para que tenhamos uma educação de qualidade neste País, e o Fundeb representa a nossa prioridade das prioridades neste ano.

Na audiência pública que tivemos com o Ministro da Educação, até por uma intervenção do Senador Flávio Arns, que, de forma muito elegante e muito peculiar, no sentido da competência que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esbanja, do conhecimento que tem nessa área, sugerimos que o Ministro pudesse dedicar as atenções às três PECs que já estão em tramitação tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Não obtivemos êxito. Embora V. Exa. tenha feito um esforço para sensibilizar o Ministro, o Ministro não se convenceu e tem a disposição de remeter uma PEC para o Senado Federal de autoria do Executivo.

Mas, ora, depois de tantas audiências públicas que nós já fizemos, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, nós já estamos com a formatação desse projeto praticamente pronta. O que falta é, quase que única e exclusivamente, definirmos a participação do Governo Federal nessa proposta. E a participação do Governo Federal hoje no atual sistema é relativamente insignificante frente às necessidades que nós temos de fazer avançar a qualidade da educação brasileira, que participa – não é, Senador Flávio Arns? – com apenas aproximadamente 10%; o restante fica a cargo dos Estados e dos Municípios.

E nós não somos inconsequentes de sugerir ao Governo Federal um percentual que não seria suportável pelos cofres públicos da União. Certamente nós encontraremos aqui, e encontraríamos dentro das nossas PECs, um percentual relativamente adequado, que fosse suportável pelo Governo Federal e que pudesse fomentar de maneira mais adequada a educação básica deste País, que, como ressaltei no exemplo da Coreia do Sul, é, na minha opinião, o alicerce, a base, a essência para a formação dos nossos jovens e para a continuidade dos estudos no ensino médio e nas universidades.

Portanto, eu quero aqui cumprimentar, mais uma vez, o nosso Senador Flávio Arns, que é o Relator dessa matéria no Senado Federal e acompanha *pari passu* essa matéria também na Câmara dos Deputados. Certamente nós vamos ter um encaminhamento adequado para o fortalecimento da educação básica no País.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu acho que V. Exa. foi bem preciso, bem correto, apontando os dados essenciais. E o apelo para o Ministro foi, de fato, no sentido de dizer: olha, nós já tivemos aqui, inclusive com a participação do próprio MEC – em todos os momentos o Ministério da Educação era convidado –, mais de dez audiências. É uma política pública definida por V. Exa. no ano passado. Foi apresentado um relatório no final do ano, um relatório das audiências. Na Câmara dos Deputados, foram, sei lá eu, umas 50 audiências públicas, porque, lá, a matéria tramita há mais tempo. E, com as consultorias e assessorias, trabalhamos juntos no decorrer do ano para afinar o tanto quanto possível os pontos de vista.

Então, o apelo que foi feito para o Ministro é: "Olha, vamos conversar, porque a educação básica é tudo". Quando se aponta que são 10% dos recursos da União e o restante de Estados e Municípios, Estados e Municípios têm de aplicar 25% do orçamento em educação, e, de um conjunto de impostos, 20% já são imediatamente separados para um fundo contábil do Fundeb em cada Estado. Isso significa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$150 bilhões por ano que Estados e Municípios colocam no Fundeb, que é um valor importante, não suficiente. E a União coloca, aporta, complementa com R$14 bilhões, R$15 bilhões.

Então, todos nós estamos dizendo que é pouco e que precisamos de mais. Aí, às vezes, as pessoas vêm com argumento de que o número de alunos está diminuindo e, aí, vai aumentar o valor. Só que as pessoas, muitas vezes, se esquecem do passivo que existe. Por exemplo, foi colocado agora há pouco também a questão do ensino técnico. Isso aí é Fundeb. Quer dizer, a pessoa pode ter já bolsa aprendizagem, estágio, já para ser inserido no mundo do trabalho.

Analfabetos, 10 milhões no Brasil. Não alfabetizados, 10 milhões. Isso é Fundeb também. Alfabetização é educação básica. Quantos não terminam o ensino fundamental no Brasil? Quarenta e cinco milhões de brasileiros não terminaram o ensino fundamental. Outros 10 milhões terminaram o ensino fundamental. Então, 55 milhões de brasileiros ou tem o ensino fundamental ou menos. Isso significa o quê? Estudaram até o sexto ano, sétimo, oitavo. Então, há que se chamar essa turma. Quanto ao ensino médio também, pouca gente terminou o ensino médio. Há ensino técnico fundamental, médio, jovens e adultos, tudo isso é Fundeb.

Então, eu imagino que, se o Brasil aplicasse o recurso necessário e se houvesse uma articulação – né, Senador Dário Berger, Zenaide Maia e Prisco Bezerra? – para dizer que é prioridade absoluta. Vamos articular as ações social, saúde, educação e tudo, porque, em 15 anos, a coisa muda. Mas tem que haver essa decisão política de dizer que vamos fazer isso, e fazer dialogando, conversando, fazendo com que as coisas aconteçam.

Hoje, como foi dito, está sendo lido o relatório na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Falamos com o Senador Davi Alcolumbre também na semana passada. E devemos fazer um esforço para irmos articulando para que tenhamos agilidade aqui, porque o que não pode acontecer é o Brasil ficar sem o Fundeb. Aí será o caos, aí será o caos absoluto. O que nós estamos dizendo é porque temos uma experiência boa. Precisamos melhorar os critérios de distribuição, ter um recurso maior, um aporte maior e, ao mesmo tempo, torná-lo permanente. Eu, com toda a convicção, afirmo: se houver essa vontade de chamar todo mundo... Não dá para dizer: "Você, não; você, não". Vamos chamar todos e dizer: "Olha, objetivos e tal...". Além disso, além do que eu falei, há escola que não tem energia elétrica; há escola que não tem água potável; e 60% das escolas não têm biblioteca, não têm quadra de esporte. Então, tudo isso é Fundeb. Vamos dar um jeito nisso sem nos esquecer do resto.

Está sendo discutida a reforma tributária. São R$500 bilhões que estão sendo discutidos judicialmente, R$500 bilhões, R$500 bilhões por ano de renúncias e isenções, R$500 bilhões por ano. Muitas são justas, importantes, a gente tem que dizer isso. Mas outras, a gente tem que olhar melhor. Então, R$500 bilhões sendo discutidos judicialmente, e nós estamos falando de R$30 bilhões. Não estamos falando de R$500 bilhões. Quer dizer, se houvesse um aumento seria para 30, 40, 50, mas por ano, gradativamente, para sermos responsáveis também. Não dá para dizer que no ano que vem vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar, em vez de 15, 50. Não! Mas a reforma tributária vai dar indicadores assim interessantes, importantes a respeito do que pode ser feito.

Então, eu acho, Senador Dário Berger, Zenaide Maia e Prisco Bezerra, que agora a gente tem que articular, falar com a nossa Presidente da CCJ, porque aqui não há uma Comissão Especial para que isso seja pautado. É bom esperar a propositura da Câmara chegar ao Senado para avançarmos bastante nesse sentido.

Obrigado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Faz tempo que a gente vem mostrando... Para mim, não existe uma pauta mais importante para o Congresso Nacional do que o Fundeb. Como o nosso Presidente falou, o Senador Dário Berger, no pós-guerra investiu-se na educação básica. A mesma coisa deve ser para a saúde. Não existe saúde secundária e terciária. Todas são importantes, mas a básica... Em um país que investe na saúde básica, apenas menos de 5% chegam aos hospitais. Se não investir na básica, que é justamente a educação...

Mas eu queria chamar a atenção aqui para o seguinte: a gente fala muito que o País... A gente tem responsabilidade. Eu queria deixar claro que aqui não há história de esquerda, direita, centro, não sei o quê; isto aqui é educação do povo brasileiro, gente. Isso é uma responsabilidade muito grande.

Aí eu queria só mostrar aqui um dado. Por exemplo, o Brasil isenta os impostos dos agrotóxicos. Só em 2019 foram autorizados mais de 500 novos agrotóxicos. E, Veneziano, não venha dizer que a gente está contra o agronegócio. Não é isso. Agora, como indústrias internacionais, como a Monsanto, a Bayer, têm isenção, gente? Pis/Pasep, Cofins, Imposto sobre Produtos Industrializados, e não pagam imposto sobre a importação.

E a cada ano se introduz... Nós já estamos com mais de 2,6 mil agrotóxicos jogados aí na natureza, e quem pensar que está livre, não. Você pode até conseguir o alimento que foi produzido sem agrotóxico, mas esses agrotóxicos estão contaminando os rios, os mananciais. Quando você pega um voo daquele ali, quando chove, leva. Então não há ninguém isento. Ninguém está isento disso.

E só em 2019, devido à entrada desses novos, dos quais quase 100% são produzidos em São Paulo, além de tudo, eles têm isenção de ICMS. Inclusive a gente nunca tem muita transparência, só nessas maiores isenções. Mas, por exemplo, eles entram naquela mesma história de que as pessoas físicas, o lucro dessas grandes multinacionais que produzem agrotóxicos, e de que o Brasil é quem mais compra, eles também não pagam Imposto de Renda sobre os lucros e dividendos.

A pergunta que não quer calar: nós preferimos fechar escolas de ensino básico, ensino médio, profissionalizante, tirando os recursos da educação, porque não podemos taxar os grandes produtores e vendedores de agrotóxicos neste País, mesmo sabendo que o dano à saúde é imenso? Hoje existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive estudos científicos mostrando que o número de autistas, de pessoas com autismo que a gente vê – e a gente sabe que não é só pela facilidade do diagnóstico –, aumentou assustadoramente. E a ciência já está vendo isso.

Então, sabe de quanto foi a renúncia fiscal só no ano passado? Foi de R$14,2 bilhões. É o que o País, o Estado brasileiro investe no Fundeb para a educação fundamental do País todo. Quer dizer, é insignificante... Temos, sim, temos que priorizar. Educação é poder.

Agora, vejo uma resistência muito grande a o Estado brasileiro fornecer isso, Veneziano. Porque, por exemplo, quando a gente ouve um Ministro da Educação, que eu sempre achei que o Ministro seria quem mais estaria querendo angariar recursos, que é o normal de quem está na pasta, ele diz que filosofia é tolice, ele diz que ciência e tecnologia é superstição e ele diz que arte e cultura é petulância, que não há necessidade de haver cultura nem arte. Aí fica difícil o diálogo, mas cabe a esta Casa... Eu digo todo dia: Governo central, Poder Executivo propõe, mas são as duas Casas aqui que votam, gente! Então, vamos esquecer verde, azul, amarelo, preto, sei lá. Isso aqui nós devemos. Nós não podemos deixar. Nós temos que constitucionalizar. Não existe. Nós não estamos inventando a roda. Qual foi o país que cresceu economicamente, que reduziu as doenças...? Porque a única medicina preventiva que eu conheço para valer mesmo é educação. Povo educado é povo que adoece menos. Povo educado é povo menos agressivo, menos violento. O que a gente conhece? Sem educação, não há nem democracia, como ciência e tecnologia, porque, normalmente, os que se acham donos do poder acham que são donos da verdade. Aí a educação, a ciência e a tecnologia vêm e provam o contrário, Flávio. Então, nós precisamos dar as mãos.

E fico feliz que o senhor, Senador Dário Berger, tenha puxado esse assunto, tenha falado disso, tenha dado visibilidade à população brasileira. Vamos socializar a importância, porque a maioria não sabe nem o que é o Fundeb. É a gente quem está fazendo essas audiências públicas e mostrando à população que os Municípios e os Estados já contribuem com esses valores e que o Governo Federal precisa aumentar. E tem como aumentar, gente! Vamos reduzir os lucros. Vamos reduzir os lucros das multinacionais que, com certeza... Você vê os países civilizados: cada agrotóxico, de acordo com o dano que ele pode causar, tem um imposto bem maior, porque, senão, a gente nem incentiva os grandes produtores a usarem outras tecnologias que a gente sabe que existem hoje para diminuir a quantidade de agrotóxico.

Então, parabenizando aqui o meu amigo Flávio Arns e todos nós que estamos aqui, eu digo o seguinte: essa é a pauta. Como Roberto Carlos dizia "esse é o cara", essa é a pauta deste Congresso. O resto pode esperar, gente! Não há urgência e emergência nisso aí. Como médica, quando vem para mim matéria urgente, eu digo: "Para mim, urgência ainda é parada cardíaca" – mas, no caso do Fundeb, eu vou abrir essa exceção.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pode ser.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – Rapidamente, eu queria parabenizar o senhor pelo brilhante pronunciamento. Realmente, todos esses avanços e esse atraso que a gente vem vivenciando nos últimos tempos passam pela rediscussão do Fundeb – deixá-lo permanente, com certeza.

Mas eu queria trazer aqui uma pequena provocação para esta Comissão. Uma das formas eficientes, que a gente tem na mão hoje, de diminuir essa geração nem-nem – nem trabalha, nem estuda; passa, primeiro, pelo estudo para, depois, trabalhar – é a gente investir cada vez mais na educação a distância de qualidade, porque a grande maioria desses jovens estão nas pequenas cidades do País, e as instituições privadas não querem investir, a maioria delas – das de ensino superior estou falando – se concentra nos grandes centros. E uma forma que eu considero eficiente é a gente incentivar isso para que as cidades pequenas, de menos de 10 mil habitantes, tenham acesso ao ensino superior de qualidade e, consequentemente, a empregabilidade.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Presidente, eu me comprometo a não me estender, até porque ainda temos as obrigações do turno vespertino.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Queremos ouvi-lo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Obrigado pelo carinho de sempre, Presidente.

Endossando as colocações sempre muito felizes, muito bem-postas, apropriadas, com argumentos sólidos, que reúnem a racionalidade e a emoção, da querida conterrânea Senadora Zenaide, do sempre cordato, sempre pausado Senador Flávio Arns e da juventude fulgurante do Senador Prisco, que muito nos alegra com a sua passagem... E aqui vou dizer, para que entendamos, que não é que não gostemos da presença do nosso Senador Cid, pois que bom seria se tivéssemos a possibilidade de os dois estarem entre nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, já que V. Exa., como de costume, a cada uma das reuniões da nossa Comissão, senão regularmente, semanalmente, mas, vez por outra, com certa regularidade, nos alimenta de informações importantíssimas para que nós façamos esse bom debate – é mais uma colaboração que V. Exa. nos permite conhecer em dados produzidos pelo Ipea –, eu quero registrar, e não poderia deixar de fazê-lo, algo que deve ter chegado ao conhecimento de V. Exa. e dos demais pares. Eu, a Senadora Zenaide e o Senador Prisco, como somos egressos da Região Nordeste, não podemos deixar de registrar os números que foram publicizados, externados e que muito nos ofendem, porque são esses que mostram que o Nordeste é a região mais afetada pelos cortes das bolsas de pesquisa.

Então, exatamente isso que V. Exa. nos traz, eu fiz questão, além do cumprimento das obrigações para que nós acompanhemos, votemos e relatemos, nos dias de reuniões da Comissão, eu fiz questão de vir a esta Comissão, porque não há lugar mais apropriado do que ela – e também de levar a Plenário – para fazer esse desagravo às nossas instituições, e a que mais sofreu foi exatamente a universidade federal da minha amada Campina Grande, a UFCG. E veja tamanha, eu diria, impropriedade, porque, há cerca de um mês, Senador Prisco, as duas instituições que estiveram também sendo postas a conhecimento público nacional, para nossa alegria, foram as duas instituições que mais tiveram patentes reconhecidas: a Universidade Federal da Paraíba, com 94, e a Universidade Federal de Campina Grande, com 82 patentes registradas.

Ao tempo em que há a demonstração de excelência dessas instituições e de outras no Nordeste... No caso do Ceará também se verificaram prejuízos bastante consideráveis. Eu não vi quais as que, no Rio Grande do Norte, sofreram, mas, de certo, devem ter sofrido, pois foram 7,5 mil bolsas cortadas no ano de 2019, naquele período em que o Governo dizia que era um mero contingenciamento. V. Exa. se lembra disso. "Nós estamos apenas regulando para que, em momento oportuno, façamos os pagamentos", e isso não foi verdade. Criaram-se, no interregno desses contingenciamentos e da funcionalidade dessas instituições, prejuízos tremendos, porque muitas dessas passaram a não prestar serviços de qualidade: fornecedores que não receberam, fornecedores que deixaram de prestar as suas obrigações, enfim, muitos óbices, muitas situações deletérias.

Pois bem, Sr. Presidente, eu não tive a oportunidade de participar da reunião em audiência pública que contou com a presença do Ministro Weintraub, mas tomei conhecimento, de viva voz, quando nós nos encontrávamos em Plenário, e V. Exa., do alto da sua fidalguia, da sua temperança, mostrava-se estupefato exatamente com a ausência desse comprometimento do Ministério da Educação para com temas relevantes. Ou seja, posterga-se uma proposta do Governo Federal no tocante ao Fundeb exatamente para que nós cheguemos ao tempo limite e aprovemos uma proposta final, porque nós temos apenas este ano de 2020, de acordo com o desejo de um governo que é eminentemente fiscalista, ultra e não apenas neoliberal, que apenas faz contas. E lembremos que estamos sob a vigência de uma emenda constitucional que limita investimentos na área da saúde e da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, eu venho aqui em desagravo às instituições nordestinas que sofreram e que continuarão a padecer, pelo visto, com esses cortes sucessivos da Capes, órgão vinculado ao Ministério da Educação, que, simplesmente desconhecendo até mesmo avisos preliminares, de ouvir das instituições que tratam dos cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados, toma decisões como essas que são extremamente abusivas e que terminam por nos levar a essa realidade que V. Exa. já trouxe de nos pôr como um país continental, que poderia estar, sobremaneira, não apenas ocupando a posição que ocupa na atualidade, mas muito melhor se tivesse essa visão da obviedade que não é reconhecida.

O mais intrigante é que tudo isso que nós falamos é o óbvio – não é verdade? Não há nem nunca houve nação que pudesse superar as suas limitações, as suas dificuldades, sejam estas territoriais, sejam estas climáticas, se não fosse por meio da educação.

Sabe-o V. Exa. e sabem-no todos os presentes, todos os que nos acompanham, mas passa governo, entra governo e as tendências são apenas no caminho de piorar essa constatação. Isso é o que mais nos constrange, isso é o que mais nos irrita, isso é o que mais nos indigna e que nos traz a responsabilidade, como membros de um parlamento, de, pelo menos, estarmos atentos, estarmos dividindo e estarmos, conceitualmente, chamando a sociedade para que, junto àqueles que têm essa responsabilidade de mudar essas estatísticas, tome essa dianteira.

Então, eu, em nome das instituições de ensino superior da Paraíba – e não apenas as da Paraíba, mas principalmente delas, em face daquilo que têm produzido e demonstrado, a estas somando-se as demais outras instituições de ensino –, venho aqui lamentar o prejuízo que vêm causando esses cortes lastimáveis, e não apenas lastimáveis, mas confessadamente mais uma atitude violenta contra os interesses de todos nós que queremos ver um Brasil melhor em todos os níveis de educação.

Muito grato a V. Exa., Sr. Presidente, e aos meus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Zenaide Maia, V. Exa. quer usar da palavra?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Só para dizer que não é só a pós-graduação, não. No Rio Grande do Norte, são mais de 30% de cortes no Prouni, e os institutos federais, que, às vezes... Quando eu estive com o Ministro Educação, eu disse: "O senhor disse que não é para a gente chegar ao telhado. O telhado é o curso de nível superior. O senhor não está estimulando os institutos federais de ciência e tecnologia, que é um segundo grau, como a gente diz, profissionalizante, de altíssima qualidade, que é exemplo para o mundo todo, e ainda tira os recursos e reduz o número de alunos?".

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Queria acrescentar rapidamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Prisco Bezerra, V. Exa. tem a palavra.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – Vou acrescentar rapidamente uma preocupação: uma dessas PECs que estão tramitando – se não me engano, ela é da Câmara – sobre a reforma tributária, em relação ao Prouni, corta benefícios fiscais. Um desses benefícios é o Prouni. O Prouni é responsável por 10% de gratuidade de todas as vagas de ensino superior do País. Não bastasse os cortes significativos do Fies, que aconteceram de dois anos para cá, ainda há essa possibilidade de se cortar 10% de todas as vagas – essa é uma preocupação grave – de ensino superior do País privadas – que é a maioria, que é a maioria. Imagine, isso é gratuidade, 10% dos alunos vão ficar fora, porque não têm como pagar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, vamos encerrando, então, a nossa reunião de hoje.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Luiz Pastore, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Prisco Bezerra, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Paulo Rocha, Irajá, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Jorge Kajuru, Telmário Mota e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Fernando Collor, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Sérgio Petecão e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6221, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, para estabelecer a responsabilidade solidária da União e da pessoa natural ou jurídica de direito privado proprietária de bem imóvel tombado." **Autoria:** Senador José Maranhão (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Luiz Pastore. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 89, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5638, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Desporto Escolar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório e, aprovado o Requerimento nº 8, de 2020 - CE, que solicita urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5644, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Reconhece a competição Freio de Ouro como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 943, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Reconhece as festas juninas como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Prisco Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3807, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu acompanhante." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4682, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei n° 3202, de 2019 - Terminativo - que: "Institui a data de 24 de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4613, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira" **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 487, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado no dia 27 de março." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4028, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres"." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) proposto pelo Senador Angelo Coronel, com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 871, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PPS/ES). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3467, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4913, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 6, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2020-CE, destinada a debater sobre a Organização Internacional Nova Acrópole (OINA), sejam incluídos os seguintes convidados: O Senhor Giuliano Loureiro - Membro e voluntário da Nova Acrópole, e representante do MEC." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 7, de 2020** que: "Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao REQ 3/2020-CE, cujo objetivo é a realização de audiência pública para debater a importância da aprovação imediata do novo FUNDEB no parlamento brasileiro, que seja convidado um representante do Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Votada e aprovada a inclusão extrapauta, o requerimento é lido e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 8, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 5638, de 2019." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência comunica que recebeu os seguintes documentos:

- Aviso nº 118, do TCU, que cuida de relatório de levantamento realizado pela Secretaria de Controle Externo da Educação, com o objetivo de avaliar a ocorrência de desvio de função de profissionais do magistério da educação básica e a irregular aplicação de recursos do Fundeb na remuneração desses profissionais;

- Ofício nº 792, da Câmara Municipal de Canguçu-RS, que cuida de moção em repúdio ao Projeto de Lei 5.695, de 2019.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 15 da pauta.

Eu, inclusive, havia convidado a Senadora Maria do Carmo Alves para se sentar aqui ao meu lado, para presidir a reunião, porque eu ia relatar também o projeto relativo à Irmã Dulce.

Se os Senadores concordassem, a gente relataria esse projeto primeiro, porque é bem rápido, e passaríamos, em seguida, aos projetos que V. Exas. estão relatando.

Então, eu passo a palavra para a Senadora Maria do Carmo, para que a gente possa relatar o item 11 da pauta. Passo a Presidência à Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Trata-se de Projeto de Lei do Senado.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4.028, DE 2019

- Terminativo -

Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres".

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: pela aprovação, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) proposto pelo Senador Angelo Coronel, com uma subemenda que apresenta.

Observações: *em 20/2/2020, o Relator apresentou relatório reformulado.*

Passo a palavra ao Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – O relatório, na verdade, já havia sido lido. Já tinha sido explicada toda a importância do projeto do Senador Angelo Coronel. Porém, houve um debate no Estado da Bahia, e o próprio Senador, em função do diálogo e das conversas, propôs a alteração da data.

Então, em função disso, conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.028, de 2019, que já foi lido, na forma do substitutivo apresentado pela Emenda nº 1, da Comissão de Educação, com a seguinte subemenda:

> SUBEMENDA Nº - CE
> (À Emenda nº 1 – CE (SUBSTITUTIVO), ao PL 4.028, de 2019)
> Altere-se a data constante no art. 1º da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, ao PL 4.028, de 2019, para 13 de agosto.

Isso está em concordância e em convergência com a própria posição do subscritor do projeto de lei, o Senador Angelo Coronel, e com a sociedade baiana.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Eu gostaria apenas de acrescentar que o primeiro convento em que a Irmã Dulce foi trabalhar era o de São Cristóvão, em Sergipe, e que o primeiro milagre que ela fez foi a uma pessoa de Itabaiana, que inclusive foi para Salvador no dia da canonização dela.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há quórum para a discussão.

Fica adiada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço à Senadora Maria do Carmo Alves, sempre presente, representante do Estado do Sergipe, que sempre tem uma atuação importante dentro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Passamos, em seguida, ao item...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Eu queria consultar V. Exa., é claro sem prejuízo aos meus colegas aqui – consultei o Rodrigo; não sei se há mais alguém que vai relatar algum outro projeto –, se seria possível eu fazer a leitura do parecer do item 2 da pauta. Está havendo uma votação nominal na CAE, e eu precisaria ir para lá para não cair o quórum. Eu consulto V. Exa. se isso é possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Era exatamente o que nós íamos fazer.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Então, está ótimo! Agradeço-lhe de antemão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, então, passamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2017

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Felipe Bornier (PSD)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: pela aprovação.

Observações: *a matéria constou da pauta da reunião de 18/2/2020.*

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senador Irajá, para a leitura do relatório.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em matérias que versem sobre datas comemorativas, tema da proposição em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As doenças reumáticas já foram sinônimo de deformidade e de agudo e perene sofrimento. Hoje, no entanto, os pacientes contam com o significativo avanço dos tratamentos e técnicas terapêuticas da reumatologia, que permitem que levem uma vida quase normal.

Assim como nos casos dos portadores de outras doenças crônicas, um dos principais fatores de sucesso do tratamento reside no diagnóstico precoce. O quadro inicia de maneira branda e, caso seja ignorado, evolui rapidamente para o agravamento dos sintomas e dos desconfortos.

A divulgação adequada permite realizar a conscientização da população para a importância de buscar tratamento nas fases iniciais da doença, de modo a colher melhores resultados e, dessa forma, viver com mais qualidade. A instituição de um dia de conscientização, tema do projeto em tela, sem dúvida contribuirá para isso.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a proposição, cabe à CE analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovante da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, no dia 2 de fevereiro de 2014, da qual participaram representantes de entidades das áreas da saúde.

Com relação aos demais aspectos, não vislumbramos óbice à sua aprovação. A matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Além disso, não há reserva de iniciativa.

Ademais, a redação é adequada e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 89, de 2017, do Deputado Felipe Bornier.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bom!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Irajá.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

É não terminativo. (*Pausa.*)

Este é o resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu até faço um apelo para o Senador Irajá: depois ir à CAE, à Comissão de Assuntos Econômicos... Nós vamos ver se conseguimos quórum, porque há vários projetos já lidos e que poderíamos depois votá-los em bloco também, caso haja um número próximo assim da...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Além da presença, eu vou fazer o apelo agora na CAE, porque eu percebo que vários membros daqui estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso!

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Então, eu já faço uma convocação em nome de V. Exa. para colaborar com a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – São vários lidos. A discussão a gente encerra. E aí a gente vota. Muito bem!

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está sem a barba hoje.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Estou sem a barba, com a cara limpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está com cavanhaque.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa. como também aos demais Senadores permissão para passarmos para o item 12, do qual sou Relator, justificando que eu também sou Presidente da Comissão de Transparência e Fiscalização, que inicia agora, às 11h30, a sua reunião.

Então, eu estarei na Casa, inclusive, para contar com a presença no quórum, na votação, se assim for aberta, mas eu gostaria de abrir os trabalhos lá e de retornar para cá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Exato.

Se o Senador Prisco Bezerra concorda, porque ele tem a relatoria da matéria constante do item 5, passamos, então, ao item 12, que é terminativo, que trata do Projeto de Lei nº 871/2019.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 871, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observações: *a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer favorável ao projeto.*

Depois, será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Então, concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, para fazer a leitura do relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero destacar a importância desse projeto. O Senador Marcos do Val foi muito feliz ao apresentar um projeto que se vem adequar ao nosso Estatuto da Criança e do Adolescente com um tema recorrente, principalmente, no meu Estado, no Estado de Alagoas, que é a evasão escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além de adotar algumas práticas que já eram tratadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, inovou ao adotar uma postura ativa e ao acrescentar no que diz respeito à busca ativa do aluno na sua residência, para identificá-lo de fato, para o Poder Público ir em busca não apenas do número, mas sim da causa, ir à casa do cidadão, para identificar que motivo faz uma criança não retornar à escola.

Por isso, Sr. Presidente, passarei rapidamente à leitura do parecer, indo diretamente para a sua análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), cumpre à Comissão de Educação opinar sobre proposições de natureza educacional, como é o caso da matéria objeto do PL nº 871, de 2019. Daí a regimentalidade da presente manifestação sobre o mérito da proposição.

Em adição, por envolver deliberação terminativa, prevista no art. 91, inciso I, do citado Risf, deve esta Comissão proferir juízo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No que tange especialmente ao mérito, verifica-se que os fenômenos do abandono e da evasão escolar já tiveram uma incidência muito mais grave na educação brasileira. No entanto, eles persistem como uma chaga incurável no País, atingindo sobretudo os segmentos econômica e socialmente menos aquinhoados. Conquanto se reconheçam os efeitos positivos de políticas adotadas com o propósito de mitigar a evasão e o abandono escolar, ainda hoje é muito elevado o contingente de crianças e adolescentes fora da escola.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação, em 2015 – é um daqueles índices de que, com certeza, nenhum representante do seu Estado gosta de falar –, Alagoas teve a maior taxa de evasão escolar no ensino fundamental, de quase 6%, de 5,9%, e, no ensino médio, de 13,7%, nesse último – no ensino médio, não foi o pior – ficando atrás somente do Pará com 15,9% e de Mato Grosso com 13,8%.

Se a escola não consegue responder à complexidade das demandas atuais de formação, as perspectivas de inserção no mundo atual, em todos os seus aspectos, são muito piores para aqueles que dela são alijados. Aliás, essa percepção quanto ao outro lado do abandono parece ser a tônica adequada para tratar dessas questões, dado que, em boa parte das vezes e ao cabo, é a sociedade, por meio da escola, que desiste dessas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a proposição se mostra meritória e oportuna. Além de atualizar o ECA e conformá-lo à LDB, trata em uma perspectiva sistêmica e duradoura da preocupação de que o Estado brasileiro atue, de maneira consistente, com vistas a assegurar o processo de escolarização de todas as crianças e adolescentes, de modo a não permitir que nenhum deles seja deixado para trás.

Como se sabe, as medidas concretas legalmente previstas com esse intento encontram lastro hoje, principalmente, nas estratégias educacionais estabelecidas, com viés temporário, no âmbito do Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação (PNE) aprovado para o decênio 2014-2024, nos termos da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Esse plano contempla uma série de estratégias que se reportam diretamente às ações ou medidas de combate à evasão arroladas no PL sob exame.

Apenas por uma questão conceitual, lembramos que o abandono ocorre aos poucos, configurando uma forma de absenteísmo, motivada pelas mais diversas razões, ao passo que a evasão se afigura como o rompimento de laços com a escola. Com efeito, ponderando que o abandono e a evasão ocorrem de maneiras e em momentos diversos, apresentamos uma emenda ao texto proposto para o §4º do art. 54 do ECA, fazendo exatamente essa distinção entre o que é evasão escolar e o que é o abandono da escola. Na condição de fato consumado, a evasão não pode mais ser prevenida, mas pode perfeitamente ainda ser combatida e enfrentada. E isso precisará ser feito pelo menos por um razoável lapso temporal.

Em relação à análise de constitucionalidade e juridicidade, ratificamos o entendimento esposado pela douta CCJ no mencionado parecer aprovado em 10 de julho de 2019. Todavia, no que respeita à técnica legislativa, o projeto pode ser aprimorado, mormente para adequação do texto de sua ementa à pertinente recomendação de que, assim como deve conter o objeto da lei, igualmente o deve observar em relação à norma que está sendo alterada, como é o caso.

Feitos os reparos apontados, aos quais se adiciona a necessidade de correção do comando do art. 1º do PL em face do emprego equivocado do verbo "passar", e não havendo óbice à sua tramitação no que tange à constitucionalidade e juridicidades, a proposição se mostra digna de acolhida por este Colegiado e por esta Casa Legislativa.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 871, de 2019, com as emendas mencionadas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Senador Rodrigo Cunha!

Trata-se de um projeto da mais alta importância de autoria do Senador Marcos do Val, que tem de ser uma preocupação do Brasil todo. O que V. Exa. aponta no relatório, Senador Rodrigo Cunha, na minha opinião, é aquilo que, de fato, precisa ser feito: visitas domiciliares, busca ativa, políticas intersetoriais. E, se eu fosse falar uma coisa, eu diria da educação em tempo integral, para o aluno ficar o dia inteiro na escola, com atividades de esporte, de música, de artes.

Isso tudo está no Fundeb. V. Exa., inclusive, fez uma manifestação importante no ano passado a favor do relatório, a favor do Fundeb, porque tem que haver recursos para a educação em tempo integral. É preciso ficar na escola, mas com coisas boas: merenda, almoço, amigos, esporte, informática, língua, dança, teatro. Há tanta coisa boa que pode acontecer na escola! Isso vai favorecer que a criança não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evada, não abandone a escola. O relatório está muito bom. E também políticas intersetoriais são importantes.

O Ministro da Educação da Finlândia, quando lhe perguntaram o que era importante, disse: "Educação em tempo integral não massacrante, valorização de quem faz a educação e políticas públicas para família". Na Finlândia, foi o que ele falou: políticas públicas para a família! É o que V. Exa. coloca no seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu aproveito aqui também para relatar uma conversa que eu tive ontem com o Ministro da Educação do nosso País, na qual eu relatei a importância de ouvir também a comunidade, de ouvir também o diretor da escola.

Relatei um caso que eu presenciei. Como Deputado Estadual, a nossa função é fiscalizar. Havia uma escola no Município de Tanque d'Arca, um Município muito pobre em Alagoas. Essa escola finalizava as aulas às 11h da manhã, porque a temperatura é muito alta e os alunos não conseguiam mais se concentrar. No entanto, o diretor fez seu papel, solicitou ares-condicionados. O secretário de Estado fez o seu papel, comprou os ares-condicionados. Havia 19 ares-condicionados, há um ano e meio, encaixotados. Imagine o que é isso, a revolta que causa você ter seu filho na escola e ter que terminar as aulas às 11h da manhã devido à temperatura! No entanto, os ares-condicionados estão, há um ano e meio, na sala ao lado. Eles não funcionavam por quê? Porque não contrataram a instalação desses ares-condicionados. Então, às vezes, enxergar apenas o papel, não dar ouvidos a quem está na ponta, seja o pai, como esse caso, seja o diretor da escola, e cada um dentro da sua responsabilidade não se preocupar com o todo, mas apenas se livrar de um problema dizendo "eu fiz a minha parte" é algo que não muda o cenário.

Então, relatei esse problema, porque o Ministro disse que estava adquirindo ares-condicionados para algumas escolas. Mencionei esse caso, e, de imediato, ele disse: "Eu não tinha pensado nisso". Vou agora tentar criar alguma situação para que isso esteja vinculado também à instalação dos ares-condicionados, o que não é fácil, tendo em vista a complexidade que é toda uma contratação.

Mas este é só um desabafo de algo é lamentável, que se repete e que faz com que essa evasão escolar, que é o motivo da nossa discussão, aumente ou, então, não diminua como deveria diminuir com o passar do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só lembro que todo esse debate, Senador Rodrigo Cunha, está obviamente associado ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Lá dentro sempre se discute o Custo Aluno-Qualidade. O que significa haver uma escola de qualidade? É haver luz, água, ar-condicionado numa região quente, quadra de esportes, biblioteca, quer dizer, haver as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições. Às vezes, as pessoas dizem "puxa, falta dinheiro". Falta! E o Ministro, aprovando o Fundeb com mais recursos, pode incluir isso até de forma descentralizada, o que ficaria maravilhoso.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não está encerrada a discussão, porque é terminativo. Então, fica em aberto a discussão.

Senador Rodrigo Cunha, V. Exa. está presidindo a outra Comissão, mas, daqui a pouco, a gente o chama lá, para votarmos em bloco, inclusive, esse projeto.

Passo, em seguida, a palavra, se o Senador Prisco Bezerra for gentil e permitir que a Senadora Leila leia o parecer referente ao item 3... Pode ser? É não terminativo. O item 5 é não terminativo também.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5.638, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Desporto Escolar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Fábio Mitidieri (PSD/)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: pela aprovação.

Parabéns já de imediato!

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Fico grata, Sr. Presidente Flávio Arns.

Vou ao relatório.

Vem à análise da CE o Projeto de Lei nº 5.638, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Mitidieri, que institui o Dia Nacional do Desporto Escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição estabelece que o evento será comemorado anualmente no dia 25 de maio e que, na semana em que recair a data, serão realizadas atividades e campanhas de esclarecimento sobre a importância do desporto escolar.

Na justificação, o autor ressalta que objetiva difundir perante a população a importância da prática desportiva nas escolas e o papel fundamental que o desporto escolar possui na formação do cidadão, na sociedade e no futuro do esporte brasileiro.

A matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas; caso aprovada, segue para a decisão do Plenário.

Análise.

O desporto escolar tem um importante papel no desenvolvimento da cidadania e na dimensão cívica das crianças e jovens praticantes, contribuindo para a aprendizagem das regras da cooperação e da competição saudável; dos valores da responsabilidade e do espírito de equipe; do esforço para atingir metas desejadas; e da importância do cumprimento de objetivos individuais e coletivos.

A prática de qualquer modalidade desportiva proporciona o desenvolvimento de competências físicas, técnicas e táticas, obtendo benefícios na formação e promovendo a inclusão social dos alunos, além de consolidar a avaliação dos fatores de risco sociais, promovendo hábitos saudáveis.

A escolha do dia 25 de maio para a instituição da data comemorativa alude à data da fundação da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE).

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir o Dia Nacional do Desporto Escolar. Deve-se não apenas reconhecer oficialmente sua importância, mas, principalmente, incentivar seu exercício. Por meio da prática desportiva na escola, aperfeiçoa-se não somente o sistema de educação, mas também a saúde, a cidadania e a segurança pública.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a sua alta significação.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública na Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados, no dia 23 de setembro de 2015, para debater o tema. Veja bem, isso se deu em 2015; estamos no quinto ano já. Houve consenso quanto ao reconhecimento da relevância da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2019.

Sr. Presidente, eu me sinto extremamente feliz por relatar esse projeto, até porque fui uma atleta. Aliás, como eu falo, a gente sai do esporte, mas o esporte não sai da gente. Os valores, a formação, tudo isso eu devo ao esporte, e todo esse sonho começou do desporto escolar. Então, eu não estou defendendo aqui um País que seja uma potência olímpica, mas um País que vai ajudar os seus jovens a conviverem com valores imprescindíveis para a sua formação e para o seu futuro: ter espírito de equipe, lidar com frustrações, aprender a lidar com as diferenças. Isso tudo é muito importante, e o esporte agrega muito à formação.

Então, é um prazer enorme ser a Relatora neste momento desse meritório projeto de lei.

Agradeço ao senhor esta oportunidade junto com os pares aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem! É muito importante esse posicionamento. O desporto escolar é o futuro inclusive do desporto olímpico e paralímpico, que tem de começar na saúde, na assistência, na formação, até para a garimpagem de pessoas que tenham um talento especial, porque começa lá na escola, na universidade e depois para frente. Muito bem!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, eu queria pedir uma inversão de pauta. Eu até conversei com o Prisco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só um minutinho, Senador Girão!

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Em votação o relatório, porque é não terminativo, veio da Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir regime de urgência para a gente discutir em Plenário. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Certo! Muito bem!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Há o requerimento de urgência da Relatora, nossa atleta olímpica.

Eu só que eu queria dizer que a gente sai do esporte, mas o esporte não sai da gente. A gente sai do esporte competitivo, mas o esporte nunca sai da gente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – São os hábitos saudáveis que o esporte traz para a vida da gente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não é que a gente saia do esporte; a gente sai do esporte competitivo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Eu falo dos atletas competitivos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem!

Há o requerimento de urgência da Senadora Leila Barros. Pergunto ao Plenário...

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 8, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL nº 5.638, de 2019.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF).

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Senadora só precisa assinar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se as coisas progredirem bem, só peço que, ao final, todos ajudem a chamar os membros da Comissão para a leitura dos projetos terminativos, para a votação, aliás.

O Senador Girão estava com a palavra. Desculpe-me tê-lo interrompido naquela hora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu é que lhe peço desculpas, Senador Flávio Arns.

Rapidamente, eu conversei com o Senador Prisco Bezerra, que prontamente me atendeu. Eu queria só rapidamente apreciar aqui o requerimento do item 15 da pauta. É só uma inclusão de mais um nome para uma audiência pública que vai ocorrer aqui. Posso fazer rapidamente a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Com a concordância, de novo, do Senador Prisco... Eu já pedi a concordância dele umas cinco vezes hoje. (*Risos.*)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 6, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2020-CE, destinada a debater sobre a Organização Internacional Nova Acrópole (OINA), sejam incluídos os seguintes convidados: Sr. Giuliano Loureiro - membro e voluntário da Nova Acrópole, e representante do MEC.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por favor...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 4, de 2020, destinada a debater sobre a Organização Internacional Nova Acrópole, seja incluído o nome do convidado Sr. Giuliano Loureiro, membro e voluntário da Nova Acrópole, e de um representante do MEC também. Trata-se da inclusão de mais dois nomes, o do Sr. Giuliano e o de um representante do Ministério da Educação.

É só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não. Obrigado.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Finalmente, passo a palavra a V. Exa., antes que chegue alguém e peça a inversão de pauta.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Está tranquilo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 943, DE 2019

- Não terminativo -

Reconhece as festas juninas como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Fábio Mitidieri (PSD/)

Relatoria: Senador Prisco Bezerra

Relatório: pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Como Relator.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço licença para ler o resumo na análise.

As festas juninas ganharam um vigor e uma dimensão impressionantes. Isso pode ser atestado, por exemplo, na realização de portentosos festejos nas cidades de Campina Grande, na Paraíba, de Caruaru, em Pernambuco, e de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que reúnem dezenas de milhares de pessoas a cada dia. Um exemplo a ser destacado por sua peculiaridade é a festa de São Luís do Maranhão, marcada pela presença do Bumba Meu Boi e de outras músicas e danças típicas. Posso testemunhar, ainda, que, no Estado do Ceará, as festas juninas são pujantes, compreendendo de festivais de deslumbrantes quadrilhas ao mais legítimo forró pé de serra.

Nas festas juninas do Nordeste, deve-se destacar, além da animação contagiante, o cultivo de preciosas tradições, como, por exemplo, a variada e deliciosa comida à base do milho. Mas, sobressaindo-se entre todas elas, está a música e a dança do forró, gênero musical que teve sua expressão maior com o eterno Luiz Gonzaga, um pernambucano que sempre esteve, ao longo de sua vida, muito próximo do Ceará.

Deve ser assinalada, por fim, a relevância das festas juninas, também especialmente no Nordeste, no que se refere ao aspecto econômico, com uma substancial geração de emprego e de renda.

Tendo havido a distribuição exclusiva a esta Comissão, devemos abordar, além do mérito, a adequação do projeto relativa à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e às disposições regimentais.

A competência da União de legislar sobre cultura, concorrente com a dos Estados e Municípios, está prevista no art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. O art. 215, §1º, da Carta dispõe, por sua vez, que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares". Não há, portanto, óbice quanto à constitucionalidade da proposição.

Similarmente, no que se refere aos demais aspectos acima enumerados, nada encontramos que desabone a proposição.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 943, de 2019.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Senador Prisco Bezerra! É muito bom o relatório e o reconhecimento, da sua parte e da nossa, das festas juninas como uma manifestação da cultura nacional.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

É não terminativo.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 7, de 2020, desta Comissão, apresentado por mim. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, farei a leitura do requerimento: "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento 3, de 2020, cujo objetivo é a realização de audiência pública para debater a importância da aprovação imediata do novo Fundeb no Parlamento brasileiro, que seja convidado um representante do Ministério da Educação". Esse convidado não constava no Requerimento nº 3.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 7, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao REQ 3/2020-CE, cujo objetivo é a realização de audiência pública para debater a importância da aprovação imediata do novo FUNDEB no Parlamento brasileiro, que seja convidado um representante do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR).

Essa audiência deve acontecer na quarta-feira da semana que vem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós estávamos pensando – mas vemos a dificuldade hoje – em reunir Senadores e Senadoras para a votação em bloco dos projetos de natureza terminativa. Há várias Comissões acontecendo e um debate muito grande sobre os vetos que vão ser votados hoje à tarde. Há reuniões, inclusive, acontecendo nesse sentido. Então, vamos deixar para a próxima reunião também a aprovação, se possível. Conversei com o Senador Dário Berger, e ele, inclusive, pediu para se justificar porque está chegando, daqui a pouco, a Brasília. Então, vamos deixar isso para a próxima reunião. Se não houver objeções, acho que fazemos isso, não é, Senador Prisco e Senador Girão?

Então, cumprida a pauta a que nos havíamos proposto, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Luiz Pastore, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Prisco Bezerra, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Irajá, Carlos Viana, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Jorginho Mello e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 31, de 2010** que: "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 5-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6221, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, para estabelecer a responsabilidade solidária da União e da pessoa natural ou jurídica de direito privado proprietária de bem imóvel tombado." **Autoria:** Senador José Maranhão (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Luiz Pastore. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5644, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Reconhece a competição Freio de Ouro como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5978, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Soledade, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional das Pedras Preciosas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3807, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu acompanhante." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4682, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3202, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a data de 24 de maio como o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4613, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira" **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 487, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado no dia 27 de março." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4028, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres"." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) proposto pelo Senador Angelo Coronel, com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 871, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PPS/ES). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3467, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 4913, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 387, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para dispor sobre o pagamento de abono aos profissionais da educação, nas situações especificadas." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 5868, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui dia 15 de maio como Dia Nacional da Educação Legislativa." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 5549, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Síndrome de Tourette." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 5, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o modelo de gestão alimentar das escolas públicas de educação básica, com a presença dos seguintes convidados: Representante: Secretaria de Educação do DF; Representante: Secretaria de Agricultura do DF; Representante: FNDE; Representante: Grupo de Gestores das Escolas Públicas do DF; Representante: Conselho Escolar do DF; Representante: Conselho de Nutrição do DF." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Projeto de Lei n° 6559, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 604, de 2007) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de possibilitar que recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) sejam utilizados para estimular a participação de artistas locais e regionais em projetos de instituições públicas de educação básica e de entidades sem fins lucrativos e para incluir a música regional entre os segmentos atendidos por doações e patrocínios à produção cultural." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luiz Pastore. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Projeto de Lei n° 5718, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Brejetuba, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Arábica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Luiz Pastore. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Projeto de Lei do Senado n° 315, de 2018 - Terminativo -** que: "Denomina Engenheiro Manoel dos Passos Barros o viaduto localizado no entroncamento da BR-101 com a BR-262, no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES). **Relatoria:** Senador Luiz Pastore. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 9, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 6559, de 2019." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Projeto de Lei n° 6550, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria o Dia Nacional de Conscientização sobre a Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) e o Dia Nacional de Conscientização sobre Síndrome Hemolítico-Urêmica atípica (SHUa)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 11, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tomar conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito do Ministério do Turismo, especialmente na Secretaria Especial da Cultura, bem como discutir prioridades a fim de trabalhar para uma agenda conjunta e propositiva na área da cultura. Proponho para a audiência a presença da Secretária Especial da Cultura, do Ministério do Turismo, a Senhora Regina Duarte." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Prisco Bezerra (PDT/CE), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) e Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Votada e aprovada a inclusão extrapauta, é lido e aprovado o Requerimento, com subscrição dos Senadores Eduardo Girão, Flávio Arns e Prisco Bezerra, para convite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Secretária Especial de Cultura Regina Duarte. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 12, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e propor soluções para a alimentação escolar no Brasil por meio de política públicas eficientes, que valorizem a alimentação saudável e atendam as demandas de cada região brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhora Lidiane Gonçalves dos Santos Barbosa, Presidente do Instituto Alice Henrique de Campos Gonçalves; Senhor Marcelo Colonato, Coordenador Geral do Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar; Senhor Marcelo Barasuol Lanzarin, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau/SC; Representante da Pastoral da Criança; Representante da área de Agricultura Familiar, do Ministério da Agricultura; e Representante do Instituto Sathya Sai Educare." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (REDE/PR) e Senador Prisco Bezerra (PDT/CE). **Resultado:** Votada e aprovada a inclusão extrapauta, é lido e aprovado o Requerimento, com subscrição dos Senadores Eduardo Girão, Flávio Arns e Prisco Bezerra, com aditamento para inclusão dos seguintes convidados: - Representante da Pastoral da Criança; - Representante da Área de Agricultura Familiar, do Ministério da Agricultura; e - Representante do Instituto Sathya Sai Educare. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 13, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 6550, de 2019." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Votada e aprovada a inclusão extrapauta, é lido e aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 17 da pauta.

Antes de irmos à pauta propriamente dita, em função do baixo quórum que ainda temos, vou aproveitar esta oportunidade para rapidamente fazer uma menção ao Dia Internacional das Mulheres. Muito embora já tenha passado, esta Comissão se reúne agora, o que quer dizer que é o momento próprio para fazer essa referência.

No último dia 8 de março, no domingo, comemoramos o Dia Internacional das Mulheres. Mais do que um dia de homenagens às mulheres que estão sempre à nossa volta, foi um dia de extrema reflexão. Para ajudar nessa reflexão, trago aqui alguns dados extremamente alarmantes no que dizem respeito às desigualdades entre homens e mulheres.

No ano passado foram divulgados dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Eles demonstraram que, apesar de as mulheres terem mais anos de escolaridade e maior média de anos de estudo, a renda nacional bruta *per capita* da mulher é 42,7% menor do que a do homem. A expectativa de anos escolares das mulheres é de 15,9 anos frente a 14,9 anos dos homens. Uma mulher brasileira tem, em média, 8 anos de estudo; os homens têm 7,7 anos de estudo. Apesar da maior expectativa de anos de estudo e de passar por mais anos estudando, a renda nacional bruta *per capita* da mulher é de US$10 mil, contra US$17,5 mil dos homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses indicadores formam o índice de desigualdade de gênero calculado em 160 países e focado na condição de vida das mulheres de cada país. Dos 160 países estudados, o Brasil está na posição 94 quando o assunto é paridade salarial.

Apesar desses tristes dados, a educação ainda é a melhor forma de enfrentar os problemas da desigualdade, segundo os estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Justamente por entender que a educação, a pesquisa e a inovação são fundamentais para a redução das desigualdades sociais, eu gostaria aqui de enaltecer duas mulheres brasileiras. Trata-se de Ester Sabino, Diretora do Instituto de Medicina Tropical da USP, e Jaqueline Goes de Jesus, pós-doutoranda também na USP. Elas coordenaram a pesquisa que sequenciou o genoma do coronavírus do primeiro caso da doença confirmado no Brasil. Foram necessárias apenas 48 horas para analisar o genoma do vírus que preocupa autoridades do mundo todo. Outros países realizaram o mesmo procedimento, mas levaram em média 15 dias até a divulgação dos resultados. A equipe da USP trabalha com o sequenciamento de vírus desde 2016 e ajudou a sequenciar outros surtos virais de importância pública no Brasil, como a chikungunya, a zika e a febre amarela. São mulheres que inspiram tantas outras a buscarem sempre se destacar num mundo absolutamente desigual.

É preciso deixar claro que o lugar da mulher é onde ela quiser. Espero que tenhamos cada vez mais mulheres como as pesquisadoras Ester e Jaqueline vencendo os preconceitos e abrindo os olhos da população, para que juntos possamos vencer essa desigualdade tão marcante e gritante.

Agora vamos à deliberação dos projetos constantes da nossa pauta de hoje. Vamos ao item 2 da pauta...

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Pastore.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Primeiro, é muito bom estar aqui e vê-lo na Presidência. É um prazer.

Sr. Presidente, peço inclusão extrapauta dos seguintes projetos que estão sob minha relatoria: o PLS 315, de 2018, cujo autor é o Senador Ferraço; o PL 5.718, de 2019, que é da Senadora Rose de Freitas; e o PL 6.559, que é da Câmara dos Deputados, que é também de 2019. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos começar pelo item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 6221, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, para estabelecer a responsabilidade solidária da União e da pessoa natural ou jurídica de direito privado proprietária de bem imóvel tombado.

Autoria: Senador José Maranhão (MDB/PB)

Relatoria: Senador Luiz Pastore

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

2. A matéria constou da pauta da reunião de 18/2 e 3/3/2020.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Luiz Pastore, para apresentação do relatório.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou diretamente ao mérito.

Concordamos com o autor do projeto quando afirma que a Lei do Tombamento falha na tentativa de dar eficácia ao texto constitucional. A existência de apenação somente para o proprietário do bem que se evade da responsabilidade constante do art. 19 gera um desequilíbrio nesse compartilhamento de competências que, segundo o §1º do art. 216 da Constituição Federal, cabem primordialmente ao Poder Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é, portanto, meritório. Estabelecer a responsabilidade solidária entre a União e proprietário para conservação e restauração de bens tombados trará, a um só passo, o equilíbrio necessário nessa relação de cooperação e contribuirá para a saúde do patrimônio cultural brasileiro.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 6.221, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Submeto o relatório a votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Educação, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Consulto os Srs. Senadores...

Bem, vou aprovar de ofício, então, a inclusão dos demais projetos na pauta.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E o projeto é um substitutivo.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

PROJETO DE LEI Nº 6559, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 604, DE 2007)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de possibilitar que recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) sejam utilizados para estimular a participação de artistas locais e regionais em projetos de instituições públicas de educação básica e de entidades sem fins lucrativos e para incluir a música regional entre os segmentos atendidos por doações e patrocínios à produção cultural.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS)

Relatoria: Senador Luiz Pastore

Relatório: Pela aprovação.

S. Exa. o Senador Luiz Pastore tem a palavra para apresentar o relatório.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

De fato, as manifestações culturais específicas das regiões brasileiras têm sofrido um forte impacto, por força da influência dos meios de comunicação, que, salvo exceção das emissoras educativas, buscam centrar a realidade de suas programações no eixo São Paulo-Rio.

Dessa forma, ao lado de não divulgarem a cultura regional com propriedade, sedimentam nos demais recantos do Brasil uma forma única de expressão de linguagem, artes, música, como se ocorresse em nosso País uma perfeita unidade cultural.

Perdem, com isso, a tradição, a riqueza, a diversidade e a genuinidade do trabalho produzido nas demais áreas geográficas, em proveito de um valor nacionalmente imposto pelos meios de comunicação e pela inércia do Poder Público em instituir políticas preservacionistas do bem cultural como um todo.

Nesse contexto, é sem dúvida justa e meritória inciativa que possibilite que os recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) sejam utilizados para estimular a participação de artistas locais e regionais em projetos de instituições públicas de educação básica e de entidades sem fins lucrativos, bem como que inclua a música regional entre os segmentos atendidos por doações e patrocínios à produção cultural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, ao incluir a música regional como beneficiária de incentivos decorrentes de renúncias fiscais facultadas pela Lei Rouanet, a proposição em análise dá um grande passo em busca da efetiva valorização da produção musical de cada uma das regiões brasileiras.

Por seu turno, na medida em que os recursos do Pronac, previstos na Lei Rouanet, puderem ser canalizados pelas entidades e escolas sem fins lucrativos, os artistas locais receberão mais estímulos em suas artes de tal modo que a cultura local será fortalecida e possibilitará a divulgação e desenvolvimento das atividades artísticas locais, incrementando a cultura daquela comunidade.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto a votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à matéria.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Queria pedir, Senador, se fosse possível, urgência; que a gente pudesse aprovar a urgência para ir para o Plenário essa matéria lida pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Consulto os Srs. Senadores quanto à solicitação feita pelo Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não há objeção, então considero aprovado o pedido de urgência para ir ao Plenário.

Aprovado.

Vamos, então, ao item extrapauta, o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2018, terminativo.

Este é terminativo e precisa de quórum especial para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores quanto à inclusão extrapauta solicitada pelo Senador Luiz Pastore do PLS nº 315, de 2018. (*Pausa.*)

Como não há manifestação, considero aprovada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Qual é esse? Só para entender qual é esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É o que denomina Engenheiro Manoel dos Passos Barros o viaduto localizado no entroncamento da BR-101 com a BR-262, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 315, DE 2018

- Terminativo -

Denomina Engenheiro Manoel dos Passos Barros o viaduto localizado no entroncamento da BR-101 com a BR-262, no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)

Relatoria: Senador Luiz Pastore

Relatório: Pela aprovação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relator.) – É um projeto do nosso querido e saudoso, que não está mais aqui nesta Casa, mas que faz muita falta, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, a autoria é do Senador Ricardo Ferraço e a relatoria é do Senador Luiz Pastore.

O Relatório é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofereço a palavra ao Senador Luiz Pastore, para a apresentação do seu relatório.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relator.) – O projeto em exame pretende homenagear Manoel dos Passos Barros, nascido em 1898, no Estado do Amazonas.

Entre as diversas homenagens que recebeu em vida estão o Certificado de Serviços Relevantes Prestados à Nação, concedido nos anos de 1960 a 1969 pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; os títulos de Cidadão Vitoriense e de Cidadão Vilavelhense, concedidos pelas Câmaras Municipais dos respectivos Municípios, assim como a Ordem Estadual do Mérito Jerônimo Monteiro, por Decreto do Poder Executivo, em 1972.

As rodovias BR-101 e BR-262 são integrantes do Sistema Rodoviário Federal, ficando, portanto, sob a jurisdição da União.

A iniciativa mostra-se, portanto, louvável quanto ao mérito.

Voto.

Conforme o exposto, peço a aprovação do projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e a submeto a votação. Ah, não. Como é terminativo, vai ficar arquivado no "Aguarde-se" para quando tivermos quórum para deliberação.

Da mesma forma, consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta, solicitada também pelo Senador Luiz Pastore, do PLN nº 5.718, de 2019, que confere ao Município de Brejetuba, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Arábica.

Acho que não há objeção quanto a isso.

Então, eu o submeto a apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 19

PROJETO DE LEI Nº 5718, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Brejetuba, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Arábica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Luiz Pastore

Relatório: Pela aprovação.

Ofereço a palavra ao Senador Luiz Pastore para apresentar o relatório.

O SR. LUIZ PASTORE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relator.) – É só para dizer, Sr. Presidente e Senador Girão, que a cidade, que possui aproximadamente 13 mil habitantes, já é reconhecida como a Capital Estadual do Café Arábica. As plantações de café estendem-se pelo seu relevo montanhoso, com altitude que varia entre seiscentos e mil metros, e coexistem harmonicamente com a Mata Atlântica e seus vales e chapadas.

Em Brejetuba celebra-se, anualmente, o tradicional Festival do Maior Café do Mundo.

Somos, pelo mérito, favoráveis ao projeto e, portanto, ao título que a proposição em análise deve conceder.

Pela aprovação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e submeto a votação.

Como é terminativo também, fica arquivado no "Aguarde-se" para deliberação oportuna.

Agora, vamos ao Item 16 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 5549, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Síndrome de Tourette.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, para a apresentação do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Como Relator.) – Muito bem, Senador Presidente. Eu gostaria de pedir a sua autorização, Senador Dário Berger, para passar diretamente à análise e, assim, ganharmos tempo.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre o mérito de matérias que versem acerca de datas comemorativas.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa além de também não afrontar dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento a essa determinação, o autor informa que foi realizada, no dia 3 de setembro de 2019, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, audiência pública promovida conjuntamente pela Subcomissão de Pessoas com Deficiência e de Doenças Raras, em que se debateram questões relativas à Síndrome de Tourette. A audiência contou com a presença de Aníbal Moreira Júnior, membro da Comissão das Pessoas com Síndrome de Tourette; de Ana Gabriela Hounie, médica especialista na síndrome; Larissa Miranda, Presidente da Associação Solidária do Transtorno Obsessivo Compulsivo e da Síndrome de Tourette; de Jaqueline Silva Misael, servidora do Departamento Atenção Especializada do Ministério da Saúde; e de Alexandro Cardoso e Regina Aparecida da Silva Amorim, portadores da síndrome, que ressaltaram o elevado significado social da instituição de uma data específica para ampliar a conscientização sobre a Síndrome de Tourette.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Durante a audiência pública, o Sr. Aníbal Moreira Júnior afirmou que a criação do Dia Nacional da Síndrome de Tourette – abro aspas:

> (...) daria a possibilidade de a gente começar a criar políticas públicas, em nível nacional, para os portadores de síndrome de Tourette – ou seja, um atendimento especificado – e também ajudaria muito na divulgação dessa síndrome [até então muito desconhecida dos brasileiros]. Assim como a síndrome de Down e o autismo, que ganharam uma relevância muito mais importante na nossa sociedade, muito mais reconhecimento, muito mais paciência, a síndrome de Tourette também precisa receber esse tratamento, e, com esse dia e mês da consciência, a gente vai conseguir isso [fecho aspas].

Realmente, a síndrome de Down e também o espectro autista tiveram muita divulgação e precisam cada vez mais. Houve até novelas, muitas campanhas. Inclusive, na semana que vem, nós vamos ter, no dia 18 de março, uma iniciativa brilhante do Senador Romário, que já vem fazendo isso desde a época em que era Deputado, a questão do Dia Mundial da Síndrome de Down. Haverá um evento aqui no Senado Federal. Está vindo gente de todo o País. É um evento a que fui no ano passado, muito marcante, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emocionante. A gente percebe ali a pureza, o amor puro. E a gente precisa sempre trabalhar com políticas públicas para esses nossos irmãos e irmãs.

A Dra. Ana Gabriela Hounie, por sua vez, reiterou que – abro aspas:

> (...) a síndrome de Tourette é uma doença neuropsiquiátrica extremamente complexa, com sintomas motores e comportamentais de etiologia ainda desconhecida. A fisiologia envolve vários circuitos de neurotransmissores. O tratamento eficaz depende da correta detecção desses mecanismos que estão envolvidos. Daí precisamos de pesquisas na área. Há muito desconhecimento e muito preconceito em relação a esses pacientes, e eles têm muita dificuldade de acesso a tratamento. (...) Espero que essa iniciativa faça com que a gente consiga estabelecer o Dia Nacional da Síndrome de Tourette e que inaugure uma nova era no estudo dessa síndrome e na facilitação de tratamento desses pacientes no Brasil [fecho aspas].

Nesse contexto, a iniciativa em tela é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória.

Eu me sinto, Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, muito honrado em apresentar. Eu participei dessa audiência pública, que foi conjunta. E, realmente, é um avanço que nós estamos dando aqui nesta Comissão, Presidente.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.549, de 2019, do meu irmão, amigo, Senador Flávio Arns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

E, como é terminativo, fica aguardando quórum especial para deliberação.

Vamos agora ao item 3 da pauta.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5644, DE 2019

- Não terminativo -

Reconhece a competição Freio de Ouro como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Afonso Hamm (PP/)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria constou da pauta da reunião de 3/3/2020.*

O projeto é, mais especificamente, de iniciativa do Deputado Federal Afonso Hamm, com quem, quando fui Presidente da Comissão Mista de Orçamento, trabalhei. É um Deputado extremamente dedicado, com larga experiência aqui e amante da cultura gaúcha, que passa a ser uma cultura reconhecida no cenário nacional.

Portanto, ofereço a palavra a V. Exa. para a apresentação do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Dário Berger.

De fato, o Deputado Afonso Hamm é dos melhores representantes do Rio Grande do Sul. Ele tem como base a cidade de Bagé. E sabe V. Exa. que o Rio Grande do Sul tem poucos Deputados na metade sul. Até bem pouco tempo, Senador e colegas, o Rio Grande do Sul tinha trinta Deputados na metade norte e um na metade sul. O único era o Afonso Hamm. Com a eleição de outubro passado, nós temos agora 28 Deputados Federais na metade norte e três na metade sul. Por isso é que nós temos aqui um projeto de lei, que agora já passou pelo Senado, está na Câmara, de socorro à metade sul, que vive grandes problemas, falta de emprego, falta de indústria, êxodo dos habitantes etc.

Bom, mas isso não vem tanto ao caso agora, mas, sim, todas as considerações, para salientar o bom trabalho do Deputado Afonso Hamm, que reconhece a competição Freio de Ouro como manifestação da cultura nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição compõe-se de três artigos. O primeiro estabelece o mencionado reconhecimento da competição Freio de Ouro. O segundo define que compete ao Poder Público garantir a livre realização das atividades que compreendem a competição Freio de Ouro, resguardadas as normas legais e a proteção aos animais. E o terceiro, por fim, determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificativa, o autor narra brevemente a história e as regras da competição, realizada no Estado do Rio Grande do Sul há mais de quarenta anos, e descreve as características do animal utilizado, o cavalo crioulo.

Lá no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores assessores, imprensa, nós temos um evento que é muito marcante, que é a Expointer, exposição de animais. É uma das maiores do Brasil. Aliás, é a maior do Brasil. E um dos momentos mais esperados é o dia da competição do Freio de Ouro, quando a arena onde se realiza fica superlotada, com milhares de pessoas que vão acompanhar essa competição.

Bom, no Senado Federal, a matéria foi encaminhada, em caráter exclusivo e não terminativo, à CE, onde não foram apresentadas emendas. Se aprovada, deverá ser apreciada pelo Plenário.

Análise.

Objetivamente, o projeto em análise é meritório. A competição Freio de Ouro reproduz nas pistas o trabalho do cotidiano campestre e campeiro. Centrada na raça equina denominada cavalo crioulo, o torneio conta com nove etapas classificatórias, sendo duas delas internacionais, por onde passam mais de mil cavalos.

A sequência de provas objetiva avaliar uma série de atributos funcionais dos animais, quais sejam, a doma, a resistência, a docilidade, a aptidão e a coragem. Na primeira de duas etapas, há uma avaliação da morfologia da raça, em que são considerados o padrão racial e características como equilíbrio e leveza. A segunda etapa, de cunho funcional, observa o desempenho do animal em atividades essenciais do trabalho no campo.

O cavalo crioulo é um símbolo de agilidade, resistência e força. Trazida pelos colonizadores espanhóis, a raça se adaptou muito bem ao clima do Brasil, e, após quatro séculos de evolução e adaptação, os seus exemplares da América do Sul possuem características únicas. São conhecidos pela resistência ao clima extremo, sejam baixas ou altas temperaturas, pela densa constituição óssea e musculatura compacta e por sua longevidade, atributos constituintes da rusticidade que torna o cavalo crioulo ideal para a lida com gado em fazendas de todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos, contam registrados mais de 400 mil animais que, mais que ferramenta de trabalho, de esporte e de montaria, são fundamentais para o agronegócio brasileiro, sendo peça central de um complexo econômico que movimenta anualmente mais de R$1,28 bilhão e gera mais de 280 mil postos de trabalho.

Consideramos, diante do exposto, que a proposição é meritória, à medida que, por junto, reconhece como manifestação da cultura nacional a tradicional competição Freio de Ouro, enaltece a cultura gaúcha e celebra raça equina tão importante para o Brasil: o cavalo crioulo.

Importa destacar que a Constituição Federal estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais e que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Quanto à regimentalidade... Aqui os aspectos formais foram devidamente considerados e não há nenhum óbice.

De tal modo, avaliamos o projeto como meritório, além de mostrar-se adequado no que tange à constitucionalidade e à juridicidade, inclusive quanto à técnica legislativa.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.644, de 2019.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e submeto à votação. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam com o parecer apresentado pelo Senador Lasier permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Item 4 da pauta, Senador Lasier. A relatoria é de V. Exa. A iniciativa é do Deputado Federal Giovani Cherini.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 5978, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Soledade, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional das Pedras Preciosas.

O relatório de V. Exa. é pela aprovação. Portanto, ofereço a palavra a V. Exa. para apresentar o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

De fato, é um projeto de lei do Deputado Giovani Cherini

V. Exa. disse correto: em italiano é "Querini", mas, no Rio Grande do Sul, se popularizou como Cherini. Em italiano, "ch" tem som de "que", mas ele é conhecido como Cherini. Ele é o coordenador da bancada gaúcha aqui no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mais ou menos como o meu nome, se é francês é "Berger", se é alemão é "Berguer".

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Qual é a sua origem?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Alemã. Então, sou "Berguer".

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Então, é Berger. Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Na verdade, é "Berga". Em alemão, seria "Berga".

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas daí fica como Berger mesmo e eu vou levando assim.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Se V. Exa. quiser, daqui para adiante posso chamá-lo de "Berga".

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não é necessário. Muito obrigado.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Então, vamos lá.

Projeto do Deputado Cherini, que propõe que seja dado o título de Capital Nacional das Pedras Preciosas ao Município de Soledade, que é um Município muito próximo de Passo Fundo, e que realmente é um grande produtor de pedras preciosas.

A Proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º confere o referido título, e o art. 2º dispõe que a futura lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação o autor da matéria afirma que Soledade é um dos Municípios que mais exportam pedras preciosas no Brasil.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3.819, de 2012, foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PL nº 5.978, de 2019, foi distribuído para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas.

Sendo assim, e sem óbices nos aspectos formais, o projeto de lei em questão atende aos requisitos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como bem afirma o autor da matéria, Soledade é uma das maiores exportadoras de pedras preciosas do Brasil.

Em documento anexado ao projeto de lei, o Sindipedras, entidade que congrega as indústrias de mineração de pedra britada, cita que "Soledade é responsável por 80% das exportações de pedras do Rio Grande do Sul (...), gerando em torno de 500 empregos diretos e 1,5 mil indiretos (...) responsável por 32% do PIB".

O documento ainda menciona o reflexo que as atividades econômicas da cidade, propiciadas pelas pedras preciosas, trazem para o turismo. A Feira Internacional de Pedras, Gemas e Joias é referência mundial e a maior da América Latina, que conta com expositores do Brasil e de muitos países vizinhos. O roteiro das pedras preciosas, a beleza da serra e de seus campos integram-se com a cultura e hábitos do hospitaleiro povo de Soledade.

Nesse contexto, é, sem dúvida, meritória a iniciativa proposta em tela.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.978, de 2019.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Submeto a discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto a votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do Senador Lasier Martins permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à matéria.

O projeto vai ao Plenário, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Senador Lasier, parabéns!

Senador Dário Berger, eu queria pedir pela ordem para que nós pudéssemos pelo menos já ler um relatório que nós aprontamos sobre o Projeto de Lei nº 6.550, de 2019, do Deputado Padre João.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certamente, não vejo objeção dos Srs. Senadores. Então, considero aprovada a inclusão extrapauta do projeto que cria o Dia Nacional de Conscientização sobre a Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) e o Dia Nacional de Conscientização sobre Síndrome Hemolítico-Urêmica atípica (SHUa)... Realmente, ler esse projeto de lei aqui para incluir extrapauta é sofrível, Senador Girão. O senhor me pega de surpresa. Eu devia ter feito um treinamento, Senador Lasier... (*Risos.*)

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Um ensaio!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Um ensaio, exatamente. Um ensaio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Para ser solidário a V. Exa., eu não vou pedir para começar a partir da análise, não. Eu vou começar a partir do relatório, porque eu vou repetir tudo isso para aprendermos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito, perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – É um assunto muito importante, pelo que a gente pôde constatar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O projeto, como V. Exa. já mencionou, é o Projeto de Lei nº 6.550, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

PROJETO DE LEI N° 6550, DE 2019

- Não terminativo -

Cria o Dia Nacional de Conscientização sobre a Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) e o Dia Nacional de Conscientização sobre Síndrome Hemolítico-Urêmica atípica (SHUa).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Padre João (PT/)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra a V. Exa. para apresentar o relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. Muitíssimo obrigado, Thiago, também.

Vou para o relatório aqui. Vamos começar do início.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei nº 6.550, de 2019, que é originário do Projeto de Lei nº 10.617, de 2018, do Deputado Padre João, que cria o Dia Nacional de Conscientização sobre a Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) e o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome Hemolítico-Urêmica atípica (SHUa).

A proposição consta de quatro dispositivos. O art. 1º institui o dia 26 de fevereiro como o Dia Nacional de Conscientização sobre a HPN. Já o art. 2º institui o dia 24 de setembro, véspera do meu aniversário, como o Dia Nacional de Conscientização sobre a SHUa. O art. 3º define que os governos federal, estaduais e municipais desenvolverão campanhas para esclarecimento e conscientização da população sobre a HPN e a SHUa, bem como sobre o direito universal à saúde. O art. 4º, por fim, propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da matéria descreve as características e as formas de tratamento das duas doenças e ressalta a necessidade de promoção de conscientização por meio da instituição dos referidos dias nacionais.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o projeto foi distribuído unicamente para a apreciação da CE. Em seguida, seguirá para decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em matérias que versem sobre datas comemorativas, tema da proposição em análise.

A HPN é uma doença causada por uma mutação adquirida no gene PIG-A de uma única célula-tronco na medula óssea. As hemácias dessa linhagem passam a não conseguir fixar em sua membrana as proteínas que regulam o sistema defesa, tornando-as suscetíveis ao sistema complemento – que faz parte da imunidade dos seres humanos –, o que provoca sua destruição. Embora a causa seja genética, é uma doença adquirida, que acomete majoritariamente adultos.

Além da liberação de hemoglobina na urina, o quadro clínico apresenta-se frequentemente com infecções recorrentes, neutropenia, trombocitopenia e, principalmente, trombose das veias hepáticas e intra-abdominais, a maior responsável pela mortalidade da doença.

A SHUa, por sua vez, destaca o autor – abrem-se aspas –, "é uma doença provocada pela deficiência genética de inibidores naturais do sistema complemento, que é composto por proteínas que reagem entre si para eliminar patógenos (bactérias e vírus) e induzir uma série de respostas inflamatórias que auxiliam no combate à infecção".

Nesses casos, o sistema complemento passa a ficar em constante ativação, mesmo sem a presença de patógenos, o que leva à lesão das próprias células do organismo.

Os portadores de SHUa sofrem com significativo comprometimento do sistema neurológico, cardíaco e respiratório, além de apresentarem insuficiência renal aguda.

Ambas doenças são raras, adquiridas, crônicas e que podem levar à morte.

Há, contudo, tratamento. O eculizumab é um anticorpo que bloqueia o sistema complemento, impedindo a destruição das células sanguíneas. Trata-se de uma terapia cara, que pode chegar a R$72 mil por mês – é caríssima –, o que a torna inacessível para a imensa maioria da população. Embora existam iniciativas governamentais esparsas no sentido de disponibilizar o medicamento, os pacientes vivem em estado de apreensão e de incerteza.

A escolha do dia 24 de setembro coincide com o Dia Internacional de Conscientização sobre a SHUa. Já a data comemorativa para a conscientização de HPN se dá em homenagem à falecida Margareth Maria Araújo Mendes, que faleceu em 26 de fevereiro de 2018, por falta dos medicamentos em tempo hábil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluímos, portanto, que o projeto se reveste de mérito. A instituição dos referidos dias nacionais irá contribuir para a conscientização das doenças e incentivará o Poder Público na busca de soluções para os pacientes.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a proposição, cabe à CE analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, segundo o autor do projeto, foi realizada no dia 4 de julho de 2018, em sessão conjunta das Comissões de Seguridade Social e Família e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, audiência pública com o propósito de "debater as dificuldades dos portadores de doenças raras e a instalação dos dias de conscientização do HPN e SHUa".

O que é HPN e SHUa? Esclareço para quem está nos assistindo e chegou aqui agora que nós estamos falando aqui do Dia Nacional de Conscientização sobre o HPN, que é a hemoglobinúria paroxística noturna (HPN), e sobre o SHUa, que é a síndrome hemolítico-urêmica atípica. O.k.?

Por fim, a matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Não há reserva de iniciativa, a sua redação é adequada e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.550, de 2019.

Era isso o que eu tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Girão.

A matéria está em discussão.

Senador Flávio Arns, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Concordando com o relatório, quero dizer que temos que dar toda a atenção para a população que apresenta quadros de doenças raras. A pesquisa tem que aumentar.

Outro dia, aqui, nós tivemos a dispensação de medicamentos que são mais caros do que esses para a AME (atrofia muscular espinhal) e agora já temos a terapia gênica para a AME e temos a cura. O Ministro, inclusive, disse que existem 80 doenças na fila para a terapia gênica. Eu estava falando com o pessoal que sofre de fibrose cística, e eles acham que, em três anos, vão ter a terapia já desenvolvida para uso também. De acordo com o Ministro Mandetta, a doença rara seguinte seria a hemofilia. Imagine a cura para a hemofilia! Que avanço importante!

O dia 29 de fevereiro foi o Dia Mundial de Doenças Raras. Lembramos que, no dia 28, fizemos uma sessão solene, na semana passada, presidida pela Senadora Mara Gabrilli, que preside a Subcomissão de Doenças Raras na CAS, que é a Comissão de Assuntos Sociais, em uma audiência pública maravilhosa, com boa participação.

Então, são poucas pessoas, mas são muitas doenças. São mais ou menos de oito a dez mil doenças. São poucas pessoas? São 13 milhões de brasileiros, que apresentam o quadro.

Então, parabéns pelo relatório. Que este povo todo conte com a nossa ajuda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Lasier, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, endossando completamente as considerações feitas pelo meu brilhante colega Flávio Arns, eu queria também, Senador Dário "Berga"... Eu falei Dário "Berga", mas vamos continuar chamando-o de Berger. Hoje o Senador acabou de nos revelar, Senador Amin, que a pronúncia correta é "Berga", mas ficamos... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Cada um adota o dialeto alemão que pretende.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A pronúncia natural alemã é "Berga". Por exemplo, Bauer é pronunciado "Bauar".

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Mas eu queria me congratular também, pela sua competência, com o nosso Eduardo Girão, pela pronúncia de tantos termos técnicos farmacológicos de moléstias, de nomes de pronúncia dificílima, sem nenhuma vacilação. Olhem, foi uma qualidade a mais que nos revelou o Senador Girão. Meus cumprimentos!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Meus cumprimentos ao Senador Girão!

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, evidentemente.

A matéria vai ao Plenário.

Eu quero consultar os nobres colegas sobre três temas que eu acho importantes, talvez fundamentais.

Eu gostaria de fazer um requerimento convidando para participar da nossa reunião a Secretária Nacional de Cultura para que aqui pudesse vir e expor, então, os seus programas, projetos e ações prioritárias para a cultura uma vez que esse tema é um tema muito recorrente e muito caro para nós daqui, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 11, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tomar conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito do Ministério do Turismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente na Secretaria Especial da Cultura, bem como discutir prioridades a fim de trabalhar para uma agenda conjunta e propositiva na área da cultura. Proponho para a audiência a presença da Secretária Especial da Cultura, do Ministério do Turismo, a Senhora Regina Duarte.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC) e outros.

Então, consulto V. Exas., se me permitem, extrapauta, aprovar o requerimento convidando a Secretária Nacional Regina Duarte para que venha a esta Comissão fazer uma exposição da sua pauta, das suas principais matérias, ações e programas.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para discutir.) – Cumprimento-o pela feliz ideia, muito oportuna. Há uma grande curiosidade sobre o que pretende a secretária.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Muito bem, Senador Dário Berger! Também concordo.

Perdão, Senador Flávio Arns, não vi que o senhor estava já...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Mas quero só rapidamente dizer que eu assisti à entrevista no Fantástico da nova Secretária de Cultura, Regina Duarte. Achei que ela foi brilhante. Achei que ela foi de uma leveza, recheada de transparência e de vontade de servir ao País. Ela foi, sobretudo, patriótica. É uma renúncia! Ela tinha um salário altíssimo na TV em que há décadas trabalha e de lá saiu. A gente sabe que é uma renúncia, inclusive, do ponto de vista pessoal um trabalho desse, e ela demonstra realmente uma vontade muito grande de contribuir com a cultura do País. Nas perguntas do Ernesto Paglia, ela se saiu muito bem. Aliás, foi muito elegante também o jornalista. Ela conseguiu trazer muita verdade e compromisso com a cultura. Espero que ela cumpra esse papel, que ela tenha paciência, porque a gente sabe que não é fácil o trabalho. Mas que ela consiga mediar esses conflitos, consiga apaziguar. Ela demonstrou ali interesse de construir caminhos para que a cultura volte a se desenvolver.

Então, parabéns pela sua iniciativa!

Só antes de entrar nessa matéria, eu queria lhe pedir, se fosse possível, que a gente aprovasse a urgência para essa matéria que a gente acabou de aprovar, sobre essas síndromes, referente ao Dia Nacional de Conscientização, se fosse possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu penso que não há objeção sobre a urgência. Eu a considero aprovada.

Então, está aprovada a urgência do projeto relatado por V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Em relação à secretária...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... quero só dizer que também concordo inteiramente com a vinda dela, para a escutarmos. Eu também fiquei muito bem impressionado com a entrevista que ela concedeu ao programa Fantástico. Inclusive, podemos ver como nós podemos auxiliar nessa caminhada a favor da cultura em nosso País. A população tem nela, sim, uma referência. Que conte com o nosso apoio também nessa área tão fundamental, que faz parte da educação, cultura e esporte.

Obrigado.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, rapidamente....

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Prisco Bezerra, V. Exa. tem a palavra.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – ... quero parabenizá-lo pelo requerimento. Eu acho que é mais uma oportunidade para a nova secretária expor suas ideias, até porque a gente sabe que ela vem, já no início, passando por algumas dificuldades internas dentro do próprio Governo. Eu acho que a nossa missão aqui é justamente o que o Senador Flávio falou, que é a de colaborar, principalmente numa área tão nobre. Então, acho que é ótima a ideia. Acho que é uma oportunidade de a gente se unir para que a coisa dê certo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito!

Então, considero aprovado o requerimento, convidando a Secretaria Nacional de Cultura, Regina Duarte, para aqui comparecer oportunamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir a V. Exas. também para apresentar outro requerimento, que é singelo mas importante, para fazer uma audiência pública cujo objetivo é debater e propor soluções para a alimentação escolar no Brasil por meio de política públicas eficientes, que valorizem a alimentação saudável e atendam as demandas de cada região brasileira.

Eu justifico aqui que a alimentação escolar no Brasil é um tema de altíssima relevância e que está intrinsecamente ligado ao desempenho de nossos estudantes na educação básica. Muitas vezes, a única alimentação diária das crianças de famílias de baixa renda é a que recebem nas escolas. É justamente por entender a importância do assunto que acredito ser fundamental discutirmos a alimentação escolar brasileira.

Eu convido aqui três pessoas, mas está em aberto. Eu acho que nós poderíamos convidar mais duas pessoas. Pondero apenas que uma audiência pública com muitos convidados fica difícil de conduzir, em função, inclusive, dos compromissos que temos aqui e que, muitas vezes, não conseguimos prestigiar.

Mas, como eu dizia, eu convido para a audiência pública a Sra. Lidiane Gonçalves dos Santos Barbosa, Presidente do Instituto Alice Henrique de Campos Gonçalves; o Sr. Marcelo Colonato, Coordenador Geral do Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar; e também o Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau (SC), que é idealizador de um programa que já tem praticamente mais de cem mil seguidores nas redes sociais, um programa ligado a esse tema. Então, isso nos permitirá conhecer melhor essa prática, essa situação.

Essa é a justificativa.

Eu penso que é um tema importante a se debater. Portanto, eu gostaria de obter a aprovação dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu concordo. Eu acrescentaria um representante da Pastoral da Criança, porque, se há 37 anos o problema era a desnutrição, agora, além de continuar sendo um problema em muitas situações, há também a questão da obesidade. Eles vêm mantendo inúmeras audiências nos Ministérios e em diversos locais para discutir a alimentação saudável justamente e o que fazer em termos de legislação. Então, se V. Exa. permitir...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – É muito boa a sugestão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – É muito boa a sugestão do Senador Flávio Arns.

Eu queria também sugerir, Senador, se puder, é claro, para não ficar muita gente, alguém da agricultura familiar, do Ministério da Agricultura. A gente deveria procurar convidar um representante da área.

Existe uma lei hoje que determina que 30% – não é isso? – da alimentação servida aos nossos estudantes sejam provenientes da agricultura regional, da agricultura familiar. Eu acredito que isso seria muito positivo.

Ontem, no Plenário, discutíamos – e o Senador Izalci Lucas também se posicionou favoravelmente a essa ideia que eu vou colocar aqui, Senador Prisco – que deveriam ser 100%. Em vez de tomarem aqueles sucos em caixa, que tomassem o leite da região, frutas da região.

Assim, inclusive, você faz com que a economia local seja aquecida e com que a comunidade se aproxime mais. Eu acho que, se pudesse haver 100% de agricultura familiar na alimentação dos nossos estudantes, esse seria um bom debate para a gente fazer. Eu acho que o preço cairia, a questão da saúde subiria também. Seria interessante isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem!

Com a palavra o Senador Prisco.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – O argumento de o preço cair é o mais forte, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Na verdade, fui Prefeito por alguns mandatos. Cumprimento o Senador Girão por essa sugestão. Eu posso perceber o quanto a alimentação escolar evoluiu nas últimas décadas. Muitas vezes, essas questões estão ligadas à logística, à armazenagem, à entrega. Dependendo do tipo de alimentação, a entrega tem de ser praticamente diária. Então, há certa dificuldade também na operação. Vamos fazer justiça aos nossos Prefeitos e aos nossos Secretários de Educação, que, na sua ampla maioria, desenvolvem um trabalho extraordinário à frente da alfabetização, do ensino básico e do ensino fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso que é importante nós discutirmos até uma sugestão como esta de V. Exa., para que eles possam relatar para nós quais são as dificuldades, por que ainda nós estamos com as embalagens prontas servindo as nossas crianças, quando, na verdade, a alimentação saudável hoje leva para outro caminho.

Posso considerar aprovado, então, o requerimento, com as duas sugestões...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Se eu puder dar mais uma... Mas vai também depender da agenda das pessoas. Talvez, algumas não possam vir. Então, é só um plano B, se puder.

Sugiro alguém do instituto Sathya Sai Educare, um instituto do Brasil que fica em São Paulo, que tem várias ramificações no Brasil. Eu estive na Índia, já falei até para o Senador Flávio Arns, para V. Exa. também, há dez anos, e fiquei impactado com a revolução na educação que lá está acontecendo, que passa pelo respeito à vida na alimentação. Eles são vegetarianos e têm todo um trabalho de cozinha no vegetarianismo. É um respeito à vida desde aquele momento dentro da escola e até com os animais. Então, a gente pode ouvir essa experiência.

No Ceará, Senador Prisco Bezerra, várias escolas estão adotando isso. Inclusive o Igor Queiroz, do Grupo Edson Queiroz, abraçou algumas escolas com esse perfil, com esse programa de valores humanos.

Em Eusébio, há isso também. Eu quero convidá-lo, já que o senhor gosta de educação. E a alimentação é toda com base no vegetarianismo.

Então, eu queria chamar, para a gente ouvir, o Instituto Sathya Sai Educare, se for possível.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – Complementando, Senador, no caso da Prefeitura de Fortaleza, o programa ampliou bastante em relação à qualidade de alimentação. Acho que era interessante também, depois, a gente ver alguns casos de sucesso para a gente discutir aqui.

No caso do Ceará, de Fortaleza, especificamente, houve um aumento... Antes de 2013, na gestão anterior, o percentual de escola em tempo integral era zero. Hoje, a gente tem creche em tempo integral em 42%. Então, essa evolução toda sem uma alimentação saudável, para manter a qualidade, não é possível.

Então, acho que a gente podia trazer também alguns casos de sucesso. Eu considero o da Prefeitura de Fortaleza um caso de sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, nós ficamos aguardando a sugestão de V. Exa.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Não, não precisa!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não? Está o.k.?

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – A gente pode visitar lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Eu vou com você.

O SR. PRISCO BEZERRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – A gente visita...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, temos seis representantes aqui para debater.

Eu gostaria de pedir para os senhores subscreverem o requerimento, para que ele não fique só de autoria minha. Fica mais democrático, mais transparente, mais amplo. Vai dar uma conotação muito mais interessante.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 12, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e propor soluções para a alimentação escolar no Brasil por meio de política públicas eficientes, que valorizem a alimentação saudável e atendam as demandas de cada região brasileira. Proponho para a audiência a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença dos seguintes convidados: Senhora Lidiane Gonçalves dos Santos Barbosa, Presidente do Instituto Alice Henrique de Campos Gonçalves; Senhor Marcelo Colonato, Coordenador Geral do Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar; Senhor Marcelo Barasuol Lanzarin, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau/SC; Representante da Pastoral da Criança; Representante da área de Agricultura Familiar, do Ministério da Agricultura; e Representante do Instituto Sathya Sai Educare.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC) e outros.

Então, considero aprovado também o requerimento de audiência pública, conforme amplamente discutimos.

Há um requerimento: "Requeiro, nos termos [...]." Já foi aprovado este aqui. Formalizamos, então, o seguinte requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 13, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL nº 6.550, de 2019.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE).

Foi solicitado pelo Senador Eduardo Girão. Já havia sido aprovado. É só uma formalidade legal.

Senador Flávio Arns, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Só faço um comunicado. Eu até gostaria de dizer que eu acabei, inclusive, chegando mais tarde a esta reunião da Comissão porque eu estava representando a Comissão no Fórum Nacional de Educação. V. Exa., inclusive, me indicou e submeteu ao Plenário, e eu estou representando esta Comissão no Fórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estavam reunidos na primeira reunião de 2020, uma reunião muito interessante. Eles continuam reunidos. Eu, inclusive, vou um pouco mais agora. Eu disse que tinha de vir para estar aqui na Comissão. Estavam lá representantes do MEC, de movimentos sociais, do Conselho Nacional de Educação, da UNCME, de conselhos municipais de educação, de conselhos estaduais, numa representação muito interessante.

Considero essencial que nós possamos dar todo o apoio e suporte para esse esforço coletivo da sociedade a favor da educação no fundo. Qual é o objetivo de todas as entidades que se reúnem no Fórum Nacional de Educação? Estão a favor da educação. Não é questão político-partidária no sentido político, partidário, ideológico. É claro que cada um tem o seu pensamento também, mas há muitas coisas que unem essas entidades.

Eu pude também, a pedido deles, detalhar um pouco os esforços que vêm sendo feitos a favor do Fundeb dentro do Congresso Nacional. O relatório vai ser votado na Câmara dos Deputados hoje ou amanhã. A Relatora é a Deputada Dorinha, e o Presidente é o Bacelar.

Eu coloquei esta Comissão à disposição do Fórum. Eu disse para eles: "Se for o caso de fazer uma audiência pública, um debate sobre o tema ou uma legislação importante ou alguma coisa...".

Eu falei, no caso de V. Exa., que preside esta Comissão, de a Comissão ficar à disposição, mas detalhar, ressaltar para a sociedade a existência do Fórum Nacional. Existem também os Fóruns Estaduais de Educação e os Fóruns Municipais de Educação.

Então, há uma articulação grande a favor de tudo aquilo que é importante, particularmente nas conferências de educação e também na questão relativa ao diálogo que deve haver entre as várias instâncias, à procura de alternativas. Há o Plano Nacional de Educação e o apoio para o Fundeb.

Estava lá a Undime e o Consed também, que é o Conselho Nacional de Secretários de Educação. Enfim, foi uma reunião bem interessante, bem boa. Eles pediram até o apoio nosso para essa articulação com o MEC, para que, assim, tenham também todo o apoio importante e necessário para isso.

Mas eu disse: "Quando mandarem o ofício, enviem também para Comissão, para a gente reforçar isso, para que o Fórum Nacional tenha, assim, essa...". Eu acho isso bem interessante. Mas não é só a sociedade. Acho que cinco ou seis pessoas do MEC estavam presentes – da alfabetização, do Inep, da educação especial – e outras pessoas. O Conselho Nacional de Educação estava lá, que é um órgão oficial. Nós estávamos lá. A sociedade, reitores, as escolas confessionais, as instituições de ensino superior estavam lá. Então, é interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até algumas pessoas não foram. Foi interessante. Digo "interessante", entre aspas, porque foi uma pena. Ontem, houve um seminário muito interessante do movimento Todos pela Educação, que foi realizado ontem e que continuaria hoje, mas tiveram que interromper pela suspeita de um caso de coronavírus em uma pessoa que estava participando do seminário. Então, por bem – eu achei bem correta a atitude –, eles suspenderam o seminário. Até brinquei com o meu assessor que estava no seminário: "Quero distância de você hoje. Fique em quarentena em casa".

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pedi para o meu assessor aqui evacuar o recinto porque ele estava tossindo muito aqui. Aí já me traz uma suspeita de coronavírus.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Mas as pessoas que estão tossindo e espirrando – pode ser um resfriado, uma alergia, alguma coisa –, nesta hora, devem tomar a atitude de dialogar e de ficar em casa até melhorarem. Eu acho que isso ajuda. Eu próprio vim ontem de Curitiba para Brasília, e, ao meu lado, estava um senhor com máscara, espirrando e tossindo. Eu digo: "Meu Deus do céu!". Mas tem que tomar cuidado. O avião estava lotado. Cuidados têm que ser tomados. Na Itália, fecharam tudo, quer dizer, está tudo fechado, visitas. Brasileiros que estão lá nem estão podendo sair do país porque fecharam o país.

Aqui a gente tem que tomar cuidado também, o que puder ser evitado pelo menos.

Mas o Fórum Nacional de Educação, com esses percalços aí que a gente falou, é uma instância muito importante para o Brasil.

É uma honra estar representando a nossa Comissão nesse fórum.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, vamos para o encerramento da nossa reunião de hoje.

Muito obrigado aos Senadores que aqui estiveram presentes: Senador Prisco Bezerra, Senador Flávio Arns, Senador Eduardo Girão e Senador Lasier.

Está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e onze minutos do dia onze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Confúcio Moura, Mailza Gomes, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Romário, Soraya Thronicke, Leila Barros, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Irajá, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Telmário Mota e Major Olimpio. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Luiz Pastore, Lasier Martins, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Prisco Bezerra, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel, Sérgio Petecão e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2020 - CE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), e REQ 7/2020 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Finalidade:** Debater a importância da aprovação imediata do novo FUNDEB no parlamento brasileiro, na perspectiva do relatório da PEC nº 15, de 2015, apresentado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. **Participantes:** Senador Flávio Arns, Vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Fátima Bezerra, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; Deputada Professora Rosa Neide, Vice-Presidente da Comissão Especial da PEC 15/15 (representante de: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende); Nalú Farenzena, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Catarina Almeida, Coordenadora do Comitê DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (representante de: Daniel Cara - Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação). Pedro Gorki, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quinze minutos do dia doze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Paulo Paim, Jorginho Mello, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Luiz Pastore, Lasier Martins, Roberto Rocha, Prisco Bezerra, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Irajá, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 116/2019 - CE, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Finalidade:** Debater a importância da meditação transcendental e seus efeitos não só para o seu próprio equilíbrio, mas o do planeta. **Participantes:** Flávia Miranda Baptista, Vice-Presidente do Instituto David Lynch; Gregory Sun Kow, Professor de Meditação Transcendental; Celso Ivan Conegero, Especialista em Ciências Morfofuncionais; Ten Cel Ademar Carlos Paschoal, Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar de Maringá. Masé Nascimento, Diretora da Sede Brasília da Associação Internacional de Meditação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Girão

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às doze horas e dois minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Izalci Lucas, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Reguffe, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 33, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1769, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece definições e características para os produtos derivados de cacau, percentual mínimo de cacau nos chocolates e disciplina a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3256, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre reparações imediatas previstas no § 3º do art. 18." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Telmário Mota (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1750, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, no caso de fornecimento de produto durável, o início da contagem do prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, será dado após o término do período de garantia contratual." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3238, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a divulgação, na rede mundial de computadores, da prestação de contas dos diretores das penitenciárias federais e estaduais." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 1ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passarei à leitura dos avisos, ofícios e todas as documentações que foram recebidas por esta Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos nºs 961, 965, 995, 997, 1.003, 1.024, 1.028 e 1.075, de 2019, todos do Tribunal de Contas da União. Também o Aviso nº 63, de 2020, do Tribunal de Contas da União; a Carta nº 17.595, de 2019, do Conselho de Administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro; a Carta nº 2, de 2019, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Mensagem Presidencial nº 706, de 2019; Ofício do TSE nº 180, de 2020; Ofício nº 4 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Ofício nº 5, de 2020, da Prefeitura Municipal de Vila Velha, do Estado do Espírito Santo; Ofício nº 3, de 2020, da Agência Nacional de Águas; Ofício nº 14, de 2020, do Tribunal Regional do Trabalho; Ofício nº 17 da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 19, de 2020, da Agência Nacional de Cinema; da Agência Nacional de Aviação, Ofício nº 21; e o Relatório do Gabinete de Políticas Sociais 2019 do Governo de Goiás.

Todos esses documentos que foram lidos aqui estarão disponíveis na página da nossa Comissão por 15 dias para cada Senador fazer sua análise. Após esse prazo, não havendo manifestação, serão os referidos documentos arquivados nos termos desta nossa Secretaria.

Informo também que foram recebidas cinco propostas de fiscalização e controle.

A primeira: Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2019, destinada a apurar, com o auxílio do TCU, relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e na prevenção e controle de desmatamento e o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia. A análise deverá incluir a efetividade dos programas, ações, projetos e estrutura de governança afetos a essas políticas, com ênfase principalmente no ano de 2019, e concluir sobre eventual responsabilidade por ação ou omissão da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente.

Recebemos também a proposta de fiscalização destinada a apurar, com auxílio do TCU, despesas realizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que arrecada recursos das contas de energia elétrica da população. Importante fiscalização essa. É necessária.

Também há outra proposta de fiscalização para solicitar ao TCU que proceda à auditoria na destinação e manutenção das estruturas do legado das Olimpíadas de 2016, tendo em vista a extinção da Autoridade de Governança do Legado Olímpico para os Jogos Olímpicos, efetivada por meio do Decreto Federal 9.674, de 2019, e considerando a decisão da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da 17ª Vara Federal, que concedeu a liminar a pedido do Ministério Público Federal para a interdição das instalações construídas para as Olimpíadas no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebemos também uma proposta de fiscalização destinada a apurar, com o auxílio do TCU, despesas realizadas pelo Operador Nacional do Sistema, que arrecada recursos das contas de energia elétrica da população. Esse eu acho que foi o mesmo. (*Pausa.*)

Creio que é o mesmo. Então, essa já tinha sido lida.

Por fim, uma outra proposta de fiscalização para solicitar ao TCU que proceda à auditoria de natureza operacional no programa Políticas para as Mulheres, Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência, considerando seu alcance e a necessidade de proteção e albergamento das mulheres em situação de violência.

Todas essas matérias serão distribuídas para os Relatores, conforme determina o nosso Regimento Interno do Senado Federal.

Esses avisos e pedidos de fiscalização foram apresentados e formalizados perante esta Mesa.

Passaremos agora aos itens em pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar

Já foi lido e aprovado.

Passamos à discussão, lembramos que estamos falando do segundo turno suplementar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não foram apresentadas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado sem votação, conforme o art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI N° 1.769, DE 2019

- Terminativo -

Estabelece definições e características para os produtos derivados de cacau, percentual mínimo de cacau nos chocolates e disciplina a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar

Em discussão, lembrando que é o turno suplementar e não há votação. (*Pausa.*)

Como não foram apresentadas emendas, o substitutivo será aprovado sem votação, conforme o art. 284 do nosso Regimento Interno.

Dando sequência aos projetos que estão em seu turno suplementar, item 3.

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI N° 3256, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre reparações imediatas previstas no § 3º do art. 18.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli (Substituído por *Ad Hoc*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria *Ad hoc*: Senador Telmário Mota

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar

Em discussão. (*Pausa.*)

Como não foram apresentadas emendas nesse turno suplementar, o substitutivo, de forma definitiva, será adotado sem votação, conforme o nosso Regimento.

Item 4.

Na sequência, nós temos os itens que são terminativos, em que há necessidade da presença física dos Parlamentares em sua maioria absoluta.

Não estando presentes, eu quero aqui agradecer em especial ao Senador Styvenson, que está sempre ativo nas várias Comissões. Agora há pouco estávamos dividindo as bancadas da Comissão de Educação, já estava em outra Comissão antes de estar aqui.

Senador Styvenson, esta Comissão, como V. Exa. sabe, tem a função de fiscalização. V. Exa. já faz uso aqui das suas prerrogativas em Plenário, em vários outros locais, e tenho certeza de que este ano promete também muito atuação. Aproveito aqui para dizer que acompanho e parabenizo V. Exa. pela forma como está trabalhando com a população do seu Estado, incentivando que eles façam o que também é o papel do cidadão e que é o nosso principal papel como Senador, que é fiscalizar: fiscalizar os serviços públicos, os recursos públicos e, inclusive, fiscalizar as emendas que V. Exa. está encaminhando para os Municípios.

Então, parabéns pela condução e pelo estímulo à fiscalização!

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Queria só dizer que aprendi com o senhor. (*Risos.*)

Eu não sabia e aprendi com o senhor, acompanhando esta Comissão e suas redes sociais, a estimular essa cidadania na população e a fiscalizar o que é dela. Nada mais justo ou de dever dela que fiscalizar o próprio recurso. Já há alguns Prefeitos manifestando uma transparência bem bacana, e vou postar nas redes sociais que isso está acontecendo.

Ainda sofre na questão da saúde. Já que estamos falando de transparência, Senador Rodrigo, existe uma relação de exames, uma lista de espera de pessoas que estão aí represadas nessas esperas de exames de ultrassonografia, raios X, endoscopia, mamografia, aquela lista infinita que existe no SUS. Só quem tem acesso quem é? É uma secretaria. E a população não sabe qual é a ordem e qual seria a expectativa dela, o tempo de espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma experiência interessante, Senador Rodrigo Cunha, em Santa Catarina, que dá transparência justamente para todos terem acesso. Não é constrangimento, não é falta de ética mostrar essa relação de espera de cirurgias, espera de exames, espera até de remédios. O que falta hoje é tornar as pessoas... Porque ninguém sabe a ordem. Sabe-se muito bem que o Vereador coloca ali o amigo na frente. O Senador pega aquela pessoa que liga para ele e diz que está precisando da cirurgia de apendicite, de vesícula, pedra nos rins, qualquer coisa, está precisando de um remédio, e essa pessoa que tem esse pistolão, que normalmente dá essa carteirada, passa na frente de uma fila que a gente não sabe.

Eu pedi essa relação, porque foram enviados R$770 mil para um Município chamado Parnamirim, na grande Natal. A secretária disse que foram gastos com exames – exames que eu já disse – numas clínicas credenciadas particulares, mas só que não deu a relação; não deu Cartão Nacional de Saúde, não deu CPF. O número não diz que a pessoa foi atendida. A gente vive num País em que se tem que provar toda hora, através da transparência, que aquilo está sendo feito. A alegação de falta de ética ou a ética médica não permitem que a gente exponha o nome das pessoas. Eu acho errado. Falta de ética é deixar as pessoas esperando e alguém furar a fila; falta de ética é deixar as pessoas aguardando por anos por cirurgias, exames – até morrem aguardando.

Então, se esse recurso parte do Senador, se parte deste Parlamentar, meu ou do senhor, por que a gente não pode cobrar? É mais um meio de cobrança de transparência. Não é só o Ministério Público que tem esse poder. O recurso não parte da gente? Não é um recurso federal? Não está sendo destinado para as pessoas?

Eu não entendo por que, no meio do caminho, as secretarias não publicam essas relações numeradas por tempo. Quantos dias as pessoas estão esperando por um exame? Seria mais fácil, Senador Rodrigo, para nós Parlamentares ou para quem tem interesse de acompanhar, destinar um recurso, uma emenda específica naquele valor para aquele exame que aquela pessoa precisa. Basta a gente pesquisar na tabela do SUS quanto custa um exame daquele. Aí manda já a emenda, manda o recurso, manda o dinheiro destinado para aquela finalidade, e aquela fila vai andando. Se as pessoas sabem que a gente vai destinar um recurso para fazer exames e já existe uma fila publicada, uma lista publicada de quantos exames vão ser atendidos, acabaria com essa manobra obscura de pessoas passarem na frente das outras.

É isso que eu estou tentando fazer no meu Estado. Copiou? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Parabéns, Senador Styvenson!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho uma frase de efeito que gosto de falar sempre quando estou com os gestores exatamente, que é: a transparência pode ser a principal proteção para o próprio gestor. A partir do momento em que ele torna tudo público, ele passa também a colocar mais pessoas olhando para a sua atuação e evita, muitas vezes, que se cometam erros.

Vou dar aqui um exemplo que eu sempre falo. Fui Deputado Estadual na legislatura passada, e o *site* da Assembleia do meu Estado não era ativo, transparente, e, com tantas cobranças, passaram a informar os editais de licitação. E um deles foi justamente para contratar um bufê que tinha contratação de biscoitos húngaros, lagostas, picanhas uruguaias. Isso ficou exposto na internet, no *site*, aí um jornalista teve acesso, tornou isso público e evitou que o recurso fosse gasto nessa situação, ou seja, criou uma repercussão antes da contratação e evitou uma lesão e uma atitude completamente fora do nosso senso comum. Então, com essa proteção que a transparência dá, se o gestor coloca como sendo sua prioridade absoluta, ele consegue mudar a realidade.

Também falo que, se um Prefeito de uma cidade, se um Governador de um Estado chegar hoje com a melhor das intenções e falar: "Olhe, no meu Estado, minha cidade é a 100ª no País em índice de educação". Se ele pegar o Município, essa cidade, no outro ano ele não consegue deixar em primeiro lugar, não consegue porque são situações históricas e aos poucos vai se evoluindo. Mas, se ele pegar uma cidade que é a 100ª no *ranking* de transparência, no outro ano, se ele quiser deixar em primeiro, ele deixa. A atitude é única e exclusivamente dele, são critérios objetivos. É só falar: eu quero colocar tudo o que for público de maneira pública. Então, essa é uma postura que o cidadão cada vez mais busca.

V. Exa. bem acompanhou que, no início no ano passado, nós escolhemos, nesta Comissão, um tema específico para tratar como prioridade absoluta. Foi motivo de várias audiências públicas. Criamos um ciclo de transparência em cima disso e várias audiências públicas que se referem às obras que estão inacabadas de creches por todo o País. Particularmente no meu Estado, identificamos 81 creches que estavam paralisadas; dessas, 43 hoje já estão em andamento – uma inclinação do nosso mandato em torno disso foi importante, mas foi atuação desta Comissão.

Esta é a primeira reunião que nós estamos realizando no ano. Vamos colocar isso em discussão na próxima reunião com os Senadores que estiverem presentes e escolher um outro tema. Para esse outro tema eu vou dar como sugestão algo extremamente grave, que diz respeito ao que V. Exa. já tratou agora, neste momento, a saúde, mas especialmente as eternas obras que estão inacabadas sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) – há recursos que eu também estou destinando para construção de postos de saúde, como a gente chama, e V. Exa. com certeza também tem atuação nesse sentido –, que passam três, quatro, cinco anos e não são concluídas. Então, isso é um desrespeito ao dinheiro público, e, mais que isso, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desrespeito à população. Então, a nossa função também é fiscalizar e buscar também os responsáveis, mas, em princípio, buscar a solução.

É só fazer como V. Exa. disse: colocar-se no lugar das outras pessoas. Lá no meu Estado de Alagoas, há mulheres que passam 12 meses, um ano, para conseguir fazer um exame na mama e...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Na verdade, não se sabe qual é a ordem, esse tempo de espera, se há mais gente esperando atrás.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – E cada dia a mais, numa situação como essa, quando se detecta um câncer de mama, é um dia a menos, ou seja, o diagnóstico precoce, quanto mais cedo é a descoberta, maior a chance de cura, que pode chegar a 80%. Então, imagine a pessoa que não tem recurso financeiro extra e passa um ano para conseguir fazer um exame. É nesse sentido que V. Exa. bem coloca esse assunto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – E o senhor fala apenas de exames. Há ainda as cirurgias eletivas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – No meu Estado são 15, 20 mil cirurgias pendentes. É uma complicação. Deixou-se esse problema acumular, acumular, acumular, e, para dar solução agora, fica difícil. Os hospitais não têm essa capacidade de absorver, nesse tempo tão rápido,

Eu queria deixar um tema para a gente discutir depois, Senador Rodrigo Cunha, que seriam não só as obras inacabadas, mas as obras ou os prédios abandonados. Exemplo: é muito fácil hoje construir escola e abandonar aquela velha. A gente quer uma escola nova, padrão MEC, e aquela escola antiga fica lá abandonada. O gestor cria uma nova obra ou deixa de usar aquele prédio, e aquele prédio é abandonado. E fica lá servindo de quê? Há um projeto de lei nosso para tornar isso punível ao administrador que abandonar prédio público sem motivo ou sem justificação. Se o prédio público já não tem mais condições, está condenado pelo bombeiro, então que se bote abaixo. Ninguém vai morar mais dentro dele. Desabe e pronto. Agora, deixar lá desocupado para a criminalidade, para o uso de drogas, para furto e mostrando o descaso do Poder Público com o dinheiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seria um outro tema que a gente deveria deixar aqui, porque é um custo público. Lá no meu Estado foram construídos vários CAICs. Houve um que nem acabou. É obra inacabada e já está abandonada desde a década de 90. Então, é muito dinheiro desperdiçado nisso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Senador Styvenson.

Dessa forma, não havendo nada mais para discutir, encerro esta reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luiz Pastore, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Telmário Mota, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Reguffe, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 50ª Reunião de 2019 e da reunião anterior, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 61, de 2019** que: "Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a saúde suplementar no Brasil, com foco no regime jurídico dos planos de saúde oferecidos pelas operadoras, abordando os seguintes temas: manobra que os planos utilizam para não colocar à disposição dos consumidores planos de saúde individuais, obrigando as pessoas a contratarem planos de saúde coletivos; atuação da ANS na autorização de reajustes dos planos de saúde individuais e a total omissão da ANS em relação aos reajustes dos planos de saúde coletivos; o papel e o desempenho, nos últimos anos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no âmbito da regulação, normatização e fiscalização de entidades de assistência médica, hospitalar e odontológica; o papel da ANS na regulação, normatização e fiscalização das relações jurídicas e comerciais mantidas entre operadoras de planos de saúde e os prestadores de serviços profissionais médicos e odontólogos, bem como entre as operadoras e os hospitais, além de outros temas de interesse da sociedade, no que tange à saúde suplementar no Brasil." **Autoria:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 1, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Rogério Simonetti Marinho, Secretário Especial da Previdência e Trabalho, representando Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca do atraso na análise e resposta a mais de um milhão de pedidos de concessão de benefícios junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defesa do Consumidor n° 2, de 2020 que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado com aditamento para converter a convocação em convite ao Ministro da Educação. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 3, de 2020** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Fábio Wajngarten, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre denuncia de receber, por meio da empresa FW Comunicação e Marketing, da qual é sócio, dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, por ministérios e por estatais do governo." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 4, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater as medidas já adotadas e a serem adotadas pela União para prevenção e tratamento de eventuais casos do Coronavírus (2019-nCoV) no Brasil, discutir a assistência aos brasileiros na China e analisar o possível impacto sobre o território nacional da confirmação do vírus em países vizinhos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; Exmo. Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 5, de 2020** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1o e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, para que compareça a esta comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a proposta de extinção do NASF - Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, o Programa Previne Brasil e a Nota Técnica no 3/2020-DESF/SAPS/MS, que dá fim ao cadastro de novas equipes NASF e desobriga o gestor municipal e estadual de registrar esses profissionais no CNES." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 6, de 2020** que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado Exmo. Sr. Osmar Terra, Ministro da Cidadania, para debater com os membros desta Comissão em audiência pública, sobre a fila para o ingresso no Programa Bolsa Família, a redução do número de famílias beneficiadas no ano de 2019, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como, a redução da previsão orçamentária para o ano de 2020." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 7, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, a comparecer a esta Comissão, a fim de com o objetivo de debater sobre a fila para o ingresso no Programa Bolsa Família, a diminuição do número de famílias beneficiadas no ano de 2019, bem como a redução da previsão orçamentária para o ano de 2020. Também solicitamos esclarecimentos acerca da definição de prioridades do Ministério da Cidadania durante a nova gestão que se inicia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 8, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as políticas públicas de defesa do consumidor para o ano de 2020 com a presença do Comitê Nacional de Defesa dos Direitos Fundamentais dos Consumidores, do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional do Consumidor." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 9, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os 30 anos do Código de Defesa do Consumidor." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 10, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as políticas públicas para educação básica com ênfase na primeira infância; problema do analfabetismo: causas, números, recorte por região, possíveis soluções; custo educação/obrigações por ente federado; e, por fim, Cenários futuros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Abraham Weintraub, Ministro da Educação, representando Ministério da Educação; Senhora Priscila Fonseca da Cruz, Presidente, representando Todos pela Educação; Senhora Alcione Albanesi, Presidente, representando Amigos do Bem; Senhor Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente, representando UNDIME; Senhora Professora; Senhor Promotor de Justiça de Alagoas; Senhor Defensor Público de Alagoas; Senhora Viviane Senna, Presidente, representando Instituto Ayrton Senna; Senhor Karine Silva dos Santos, Presidente, representando FNDE." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 11, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca das falhas apontadas pela auditoria feita por técnicos do Tribunal de Contas da União nos programas e planos a respeito de Políticas sobre Drogas. Proponho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a audiência a presença do Exmo. Sr. José Múcio Monteiro, presidente do Tribunal de Contas da União." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as obras paradas de UBSs. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, representando Ministério da Saúde; Senhor Representante, representando Ministério da Economia; Senhor Representante, representando Controladoria-Geral da União; Senhor Representante, representando Tribunal de Contas da União; Senhor Representante, representando Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; Senhor Representante, representando Associação Nacional do Ministério Público de Contas; Senhor Representante, representando Confederação Nacional de Municípios; Senhor Representante, representando Associação dos Municípios de Alagoas; Senhor Representante, representando Transparência Brasil; Senhor Representante, representando Conselho Nacional de Justiça; Senhor Representante, representando Procuradoria-Geral da República; Senhor Representante, representando Fundo Nacional de Saúde." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 1750, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, no caso de fornecimento de produto durável, o início da contagem do prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, será dado após o término do período de garantia contratual." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 3238, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a divulgação, na rede mundial de computadores, da prestação de contas dos diretores das penitenciárias federais e estaduais." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 14, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de cancelamento e remarcação de viagens no âmbito das companhias aéreas e cruzeiros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Filipe Vieira, Presidente da PROCONSBRASIL; Senhor Luciano Benetti Timm, Secretário Nacional do Consumidor, representando o Ministério da Justiça; Senhor Marcelo Álvaro Antônio, Ministro do Turismo; Senhor Presidente da LATAM; Senhor Presidente da GOL LINHAS AÉREAS; Senhor Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da AZUL; Senhor Presidente do Grupo Costa Cruzeiros; Senhor Presidente da MSC Cruzeiros; Senhor Presidente do Grupo Royal Caribbean; Senhor Presidente da CVC; Senhor Presidente da TAP Linhas Aéreas; Senhor João Gabbardo, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Senhor Milton Hênio Neto de Gouveia Vasconcelos, da ABIH Alagoas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/03

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 50ª Reunião de 2019 e da 1ª Reunião deste ano. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu iria inverter a ordem, mas já contamos com a presença do Senador Reguffe, que muito honra esta Comissão. O Senador Reguffe é o responsável pelo Requerimento nº 61, de 2019, que está no nosso item 1.

Então, passarei à leitura do requerimento e, logo em seguida, passarei a palavra.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 61, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a saúde suplementar no Brasil, com foco no regime jurídico dos planos de saúde oferecidos pelas operadoras, abordando os seguintes temas: manobra que os planos utilizam para não colocar à disposição dos consumidores planos de saúde individuais, obrigando as pessoas a contratarem planos de saúde coletivos; atuação da ANS na autorização de reajustes dos planos de saúde individuais e a total omissão da ANS em relação aos reajustes dos planos de saúde coletivos; o papel e o desempenho, nos últimos anos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no âmbito da regulação, normatização e fiscalização de entidades de assistência médica, hospitalar e odontológica; o papel da ANS na regulação, normatização e fiscalização das relações jurídicas e comerciais mantidas entre operadoras de planos de saúde e os prestadores de serviços profissionais médicos e odontólogos, bem como entre as operadoras e os hospitais, além de outros temas de interesse da sociedade, no que tange à saúde suplementar no Brasil.

Autoria: Senador Reguffe (PODEMOS/DF)

Esse requerimento é de autoria, como bem falei, do Senador Reguffe, a quem eu passo a palavra.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, as operadoras de planos de saúde no Brasil estão se utilizando de uma artimanha para levar os consumidores de planos de saúde no nosso País.

O que elas fazem? Elas se negam a vender planos individuais e obrigam os consumidores a terem que adquirir planos coletivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a diferença de um plano individual para um plano coletivo? O plano individual tem o seu reajuste controlado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Além disso, o plano individual não pode ser rescindido unilateralmente. No plano coletivo, além de não haver nenhum controle da ANS, se a operadora considerar que está tendo prejuízo, pode não renovar o plano anualmente, rescindindo aquele contrato. Então, se num plano coletivo de poucas vidas uma pessoa contrai um câncer, por exemplo, a operadora simplesmente cancela aquele plano.

Os consumidores, quando fazem um plano de saúde, querem ter um mínimo de garantia para suas vidas, o que no plano coletivo não ocorre. Aí as operadoras passaram a se utilizar de uma coisa muito grave: elas começaram a vender planos coletivos de cinco, seis vidas. Vão lá, formam uma pequena empresa de fachada e aí fazem um plano coletivo de cinco, seis vidas.

Eu apresentei um projeto nesta Casa que dá tratamento jurídico de plano individual aos planos coletivos de menos de cem vidas. Acima de cem vidas, o.k., porque é uma negociação forte entre as duas partes, mas abaixo de cem vidas o tratamento tem que ser de plano individual. Não pode a operadora simplesmente, quando alguém tem uma doença grave, cancelar aquele plano. Então, os planos abaixo de cem vidas deveriam ter tratamento jurídico de plano individual.

Além disso, há que se tratar de uma série de outras questões envolvendo planos de saúde, que é a relação entre as operadoras e os prestadores de serviços, seja na área médica, seja na área odontológica.

Nós temos também que ver a atuação da ANS com relação a isso. A ANS é uma agência reguladora, ela tem que regular, ela tem que dar equilíbrio ao sistema. Ela não pode servir para atender interesses comerciais como hoje. Hoje a ANS age para atender interesses comerciais das operadoras de planos de saúde, e os consumidores são o lado mais fraco dessa relação. Então, isso precisa ser discutido aqui. Esta é a Comissão de Defesa do Consumidor do Senado Federal, e isso precisa ser debatido aqui. E a ANS precisa dar uma resposta para a sociedade brasileira, que é quem paga o seu funcionamento. Por isso a solicitação dessa audiência pública no âmbito desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Em discussão.

Permita-me também, Senador Reguffe, fazer uma discussão sobre esse assunto. Um assunto que esta Comissão tratou, no final do ano passado, no tema específico sobre planos de saúde, foi justamente referente ao reajuste dos planos coletivos. V. Exa. também traz à tona aqui, e vai ser importante, porque, naquele momento da audiência pública, estava completando um mês de uma nova regra do índice adotado para o reajuste dos planos individuais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletivos. Então, naquele mês, foi demonstrado que estava sendo benéfico para o consumidor, e agora nós já temos um lapso temporal maior para fazer de fato essa avaliação, que, sinceramente, não é o que aparenta ser.

Então, para tratar sobre planos de saúde, na verdade, muitas vezes deveríamos trocar as palavras e falar sobre planos de doença, porque, normalmente, quando você vai buscar é porque já está doente. E o que se espera é justamente não utilizar esse plano de saúde – pelo menos eu pago para não utilizar, na expectativa de que não vá precisar utilizar –, mas o consumidor não utiliza não porque não quer, mas porque muitas vezes são colocados entraves para sua realização.

É impressionante a quantidade de ações judiciais sobre o assunto saúde, quando se refere aos planos de saúde. Façam uma linha de corte para saber, daquilo que o consumidor busca judicialmente, numa ação, para ter o seu direito respeitado por um plano de saúde, quantos por cento são atendidos. A média nacional chega muito próximo a 85%, ou seja, na maioria das vezes, é tido realmente que o consumidor, de fato, tem razão. Agora, a gente sabe que as pessoas, às vezes, se conformam com a primeira negativa ou têm dificuldade em buscar outro poder ou outra porta de entrada para resolver um problema que diz respeito à sua saúde. Então, pagar por um plano caríssimo, como nós aqui estamos falando, e não ter o retorno é algo extremamente importante.

E principalmente também podemos trazer à tela essa discussão quando se fala no novo marco legal para regulamentação dos planos de saúde. Então, nesse item, há uma grande expectativa de uma renovação dessa legislação, e essas discussões, através das audiências públicas, com certeza, vêm no momento ideal. Então, parabenizo V. Exa.

Coloco em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito ao Senador Reguffe e também à nossa assessoria que entrem em contato o quanto antes para buscar a melhor data em conjunto e tratar desse tema de extrema importância.

Eu irei agora saltar do item 2 para o item 9. Ainda iremos fazer uma análise sobre os outros, mas, de imediato, pularemos para o item 9.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 8, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as políticas públicas de defesa do consumidor para o ano de 2020 com a presença do Comitê Nacional de Defesa dos Direitos Fundamentais dos Consumidores, do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional do Consumidor.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Sou autor deste requerimento e lembro que estamos completando 30 anos do Código de Defesa do Consumidor este ano. Então, é um momento em que esta Comissão vai buscar também um protagonismo sobre este assunto, tratando de vários temas, em ciclos de palestras, em ciclos de audiências públicas, tentando aprofundar algumas situações e fazer avançarem alguns projetos que já tramitam, alguns eternamente, dentro do Congresso Nacional. Então, vamos buscar colaborar e trazer à tela um tema de extrema importância e que dá orgulho também para quem faz a defesa do consumidor, que é falar sobre o nosso Código de Defesa do Consumidor.

Coloco em discussão o Requerimento nº 8, do item 9.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra, Senador.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, nós temos um Código de Defesa do Consumidor que é dos mais avançados do mundo. Agora, ele precisa ser aperfeiçoado, precisa de alguns aperfeiçoamentos.

Eu, quando era Deputado Federal, atuei no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados e lá fiz uma discussão sobre alguma necessidade de aperfeiçoamento no código, que continua ainda sendo necessário. Ele é dos mais avançados do mundo, é preciso que isso seja dito e reconhecido, agora isso não tira a sua necessidade de aperfeiçoamento.

Considero que essa audiência pública é muito proveitosa no sentido de que possamos debater isso e tentar avançar do ponto de vista de alteração na legislação para que ele fique ainda melhor para os consumidores do nosso País, que muitas vezes são lesados, às vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos seus direitos e, às vezes, se emperram na burocracia. Às vezes a burocracia, o tempo de demora, seja no cancelamento de um contrato, seja no cancelamento de um serviço específico, seja num pedido do consumidor... Eu acho que algumas coisas precisam ser mais claras dentro do código, que é dos mais avançados do mundo – volto a dizer –, mas não é por isso que não precisa ser aperfeiçoado. Então, essa audiência pública é um pedido extremamente meritório, e meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Reguffe, iremos tratar de algumas audiências públicas aqui, de alguns requerimentos. Eu mencionei aqui, de fato, o item 10. Minha base foi justamente o que levou V. Exa. a se posicionar aqui. São as audiências públicas com o objetivo de debater os 30 anos do código – então é o item 10 –, mas a leitura que eu fiz foi do item 9, que também é algo extremamente importante.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sou favorável tanto ao 9 quanto ao 10.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certeza absoluta.

Algo extremamente importante é saber qual é a política pública de defesa do consumidor do atual Governo. Então, já terminamos o primeiro ano, estamos já consolidados no que se refere à alocação dos gestores que estão à frente da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, do nosso Ministro da Justiça, mas não está claro para a sociedade – e é função deste Senado e desta Comissão saber – o que é que se busca hoje para o Brasil no que se refere à política pública voltada ao consumidor. Temos um Governo com viés muito do setor produtivo, mas isso não diz respeito aos consumidores. Então, qual é a linha de alcance? Como se enxerga quem está na ponta? Qual será a função de coordenação que estipula o Código de Defesa do Consumidor e todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor no que se refere à coordenação dos PROCONs estaduais, no que se refere ao estímulo de instalação de novos órgãos de defesa do consumidor, principalmente nos Municípios, para se ter alcance?

Temos hoje uma ferramenta extremamente importante, que já está caindo no gosto popular e que traz resultado, que é o consumidor.gov.br. É uma ferramenta de resolução de conflitos extrajudicialmente, que permite que o cidadão tenha acesso às empresas multinacionais com um clique e, muitas vezes, resolva seu problema sem a necessidade de se deslocar, o que é um modelo que está sendo replicado mundo afora.

Então, vamos saber qual é o alcance e o entendimento da atual gestão sobre esse tema.

Esse foi o item 9, do qual encerramos a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocamos em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovamos o requerimento do item 9.

Item 10, como bem mencionei.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 9, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os 30 anos do Código de Defesa do Consumidor.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Já contamos aqui com o discurso do Senador Reguffe e também com a sua manifestação, da qual também assino embaixo e coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Passamos à leitura do item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 10, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as políticas públicas para educação básica com ênfase na primeira infância; problema do analfabetismo: causas, números, recorte por região, possíveis soluções; custo educação/obrigações por ente federado; e, por fim, cenários futuros. Proponho para a audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Abraham Weintraub, Ministro da Educação, representando Ministério da Educação; Senhora Priscila Fonseca da Cruz, Presidente, representando Todos pela Educação; Senhora Alcione Albanesi, Presidente, representando Amigos do Bem; Senhor Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente, representando UNDIME; Senhora Professora; Senhor Promotor de Justiça de Alagoas; Senhor Defensor Público de Alagoas; Senhora Viviane Senna, Presidente, representando Instituto Ayrton Senna; Senhor Karine Silva dos Santos, Presidente, representando FNDE.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Eu vou retornar ao item 2.

Vamos fazer aqui uma leitura de alguns requerimentos apresentados pelo Senador Randolfe Rodrigues, Senador que entrou em contato com a Mesa e pediu para fazermos essas leituras.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 1, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Rogério Simonetti Marinho, Secretário Especial da Previdência e Trabalho, representando Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca do atraso na análise e resposta a mais de um milhão de pedidos de concessão de benefícios junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

No item 2, fazendo uma análise e fazendo contato, já identificamos que houve a perda do seu objeto, tendo em vista que já contamos com a presença, em um outro momento – e temos como convidado –, do Sr. Rogério Marinho, à época Secretário Especial de Previdência e Trabalho. Então, esse já perdeu o objeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já pode dar baixa, Oscar.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 2, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

O item 3 trata de uma convocação do Ministro Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, que é o Ministro da Educação, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem.

Então, o Senador Randolfe Rodrigues identificou que o Ministro já esteve presente e, nessa situação também, solicitou que seja transformado em convite o que antes era uma convocação. Assim está sendo feito.

Coloco em discussão.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, meu voto é favorável. Considero que o Ministro deve vir aqui ao Senado Federal se explicar, mas eu queria também colocar aqui em discussão e apenas fazendo um adendo: está se tornando praxe simplesmente haver requerimento de convocação e esse requerimento sempre se transformar em convite, porque a pessoa nunca quer ser convocada. Sempre se causa um constrangimento, e acaba que se torna convite.

Ora, é papel do Poder Legislativo a convocação. Isso deveria ser algo absolutamente normal e natural, não deveria ser uma tempestade. Convocar um Ministro de Estado é papel do Poder Legislativo. E não é um julgamento da pessoa, é simplesmente pedir que a pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preste esclarecimentos ao Parlamento e à sociedade brasileira sobre determinado assunto. Então, isso não deveria ser uma tempestade como é. O tempo todo, há essa coisa de transformar a convocação em convite. Não vejo nenhum problema em o Parlamento cumprir a sua obrigação e convocar um Ministro de Estado.

Convocação ou convite, meu voto é favorável a que o ministro venha ao Parlamento se explicar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Reguffe, não é a primeira vez em que eu assisto a V. Exa. se manifestando dessa forma sobre esse assunto. É completamente razoável, e concordo com V. Exa. de que a nossa função é de fato fiscalizar e de que nós temos, sim, a prerrogativa de convocar. Por que não convocar, quando queremos ter aquela explicação específica?

Então, neste caso, sempre fica a critério... E eu faço isso. Tanto é que essas transformações aqui sempre têm que contar, no meu ponto de vista, com a autorização do seu autor. Então, o autor inicialmente queria convocação e passou para convite.

Nós passamos, o ano passado, com alguns ministros tendo uma grande paciência através dos convites que eram feitos e, pelo que eu entendi, muitas vezes, quando se transforma num convite, já se abre a permissão, digamos assim, para que se mande um representante. Isso às vezes enfraquece, porque você quer ouvir daquela pessoa, mas, em outras situações, atende, porque você quer ouvir da pasta.

Então, neste caso aqui, como V. Exa. bem ressaltou, estamos tratando de um convite, o qual eu coloco em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

No item 4, já vamos mudar aqui a postura. É uma convocação, e continuará sendo uma convocação, a requerimento do Senador Randolfe Rodrigues – neste aqui ele disse que não quer um convite, e sim uma convocação. Daí a importância de distinguir uma coisa da outra.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 3, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Fábio Wajngarten, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre denuncia de receber, por meio da empresa FW Comunicação e Marketing, da qual é sócio, dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, por ministérios e por estatais do governo.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Então, o Senador Randolfe Rodrigues entrou em contato com a Mesa. É uma prerrogativa do Parlamentar, e esta Mesa também permanece com o mesmo entendimento, colocando em votação a convocação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assim, está aprovado.

Reforço aqui que, de fato, deixo sempre a critério do autor essa transformação ou não.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 4, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater as medidas já adotadas e a serem adotadas pela União para prevenção e tratamento de eventuais casos do Coronavírus (2019-nCoV) no Brasil, discutir a assistência aos brasileiros na China e analisar o possível impacto sobre o território nacional da confirmação do vírus em países vizinhos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; Exmo. Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aqui eu peço licença para fazer a leitura de um requerimento extrapauta que diz respeito também a esse assunto do coronavírus. É um requerimento de minha autoria, Senador Reguffe. V. Exa., que também é um defensor da parte mais fraca da relação do consumo, que é o consumidor, com certeza já está recebendo nas redes sociais reclamações nesse sentido.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 14, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de cancelamento e remarcação de viagens no âmbito das companhias aéreas e cruzeiros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Filipe Vieira, Presidente da PROCONSBRASIL; Senhor Luciano Benetti Timm, Secretário Nacional do Consumidor, representando o Ministério da Justiça; Senhor Marcelo Álvaro Antônio, Ministro do Turismo; Senhor Presidente da LATAM; Senhor Presidente da GOL LINHAS AÉREAS; Senhor Presidente da AZUL; Senhor Presidente do Grupo Costa Cruzeiros; Senhor Presidente da MSC Cruzeiros; Senhor Presidente do Grupo Royal Caribbean; Senhor Presidente da CVC; Senhor Presidente da TAP Linhas Aéreas; Senhor João Gabbardo, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Senhor Milton Hênio Neto de Gouveia Vasconcelos, da ABIH Alagoas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Essa motivação diz respeito a casos concretos de pessoas que têm hoje uma viagem marcada para amanhã para a Itália e querem cancelar essa viagem por motivo lógico. Ninguém quer colocar a sua vida em risco. No entanto, as companhias aéreas dizem: "Tudo bem, você não vai para a Itália, mas escolha amanhã outro destino. Que tal ir para o Caribe?". E você não tem interesse em ir para o Caribe. E, se você não for para a Itália, paga uma multa que muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes é quase o valor da passagem. Então, é algo inaceitável. Estamos diante de um fato que não era esperado antes, um fato ao qual não foi o consumidor que deu causa, um fato que tem que ser discutido, e por isso estamos chamando aqui as companhias aéreas e também os cruzeiros para debater esse assunto, tendo em vista que algumas cidades também recebem manifestações das suas próprias comunidades para não receberem cruzeiros, tendo em vista que são passageiros de outros países e que podem levar a uma sensação de que está sendo colocada em risco a saúde daquela comunidade que não está hoje afetada.

Esses são assuntos do nosso dia a dia, são assuntos em que o consumidor está pagando a conta ou, então, não sabe como agir, com a divergência também de informações. Então, debater isso através de uma audiência pública, a ser realizada o quanto antes, é algo importante. Por isso, proponho para audiência pública a presença dos seguintes convidados:

Sr. Filipe Vieira, Presidente da Procons do Brasil; Sr. Luciano Benetti Timm, Secretário Nacional do Consumidor, representando o Ministério da Justiça; Sr. Marcelo Álvaro Antônio, Ministro Turismo; Sr. Presidente da Latam; Presidente da Gol Linhas Aéreas; Presidente da Azul; Presidente do grupo Costa Cruzeiros; Presidente da MSC Cruzeiros; Presidente do grupo Royal Caribbean; representante também da CVC e representante da TAP Linhas Aéreas; além do Sr. João Gabardo, Secretário Executivo, representando o Ministério da Justiça; e do Sr. Milton Hênio Netto de Gouveia Vasconcelos, representando a ABIH.

Então, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, meu voto será favorável.

Considero que precisa haver uma alternativa ao consumidor. Agora, considero também – e isso vai ser objeto de solicitação de uma audiência pública também de minha parte – que as empresas aéreas deveriam tratar melhor o consumidor.

Podem ser feitas, inclusive, algumas coisas para desburocratizar. Por exemplo, a nossa legislação permite, em casos de atrasos de voos... Não é o objeto desse pedido – sou plenamente favorável com relação ao coronavírus –, mas, em caso de atrasos de voos, o consumidor tem direito à indenização. Às vezes, o consumidor tem que dormir um dia numa cidade, perde seus compromissos, o voo atrasa, é cancelado. Só que, para ter direito à indenização, ele tem que entrar na Justiça. Nem todo mundo está disposto a entrar na Justiça. A pessoa começa a pensar: "Não; é burocrático, é caro, vai dar trabalho...". Aí, às vezes, desiste do seu direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha sugestão – que, inclusive, é oriunda de um projeto meu, apresentei um projeto nesse sentido – é que seja estipulada já uma indenização para o consumidor. Então, por exemplo, em atrasos de voos superiores a quatro horas, que não sejam decorrentes de questões climáticas, a empresa teria que pagar uma indenização para o consumidor de 20% do preço da passagem, diretamente na conta do consumidor, independentemente de ele entrar ou não entrar na Justiça. Em atrasos superiores a oito horas, 50%; e, nos superiores a 12 horas, 100% do preço da passagem, independentemente de o consumidor entrar ou não na Justiça.

Isso desburocratizaria essa questão das indenizações; facilitaria a vida do consumidor, sem prejuízo de esse consumidor, se achar que o dano foi maior, aí sim, entrar na Justiça. Acho que seria algo que garantiria ao consumidor uma relação mais sólida com essas empresas.

Nós teríamos como exceção qualquer atraso decorrente de uma questão climática, onde a empresa estaria isenta desse pagamento. Acho que seria algo em que a gente poderia avançar.

Esta Casa aprovou aqui... Foi aprovado pelo Senado Federal o meu projeto que proíbe as companhias aéreas de cobrarem por marcação de assento comum. Infelizmente, esse projeto foi para a Câmara, e a Câmara o engavetou, talvez pelo *lobby* das empresas aéreas. Mas não é para isso que serve o Parlamento. O Parlamento não pode servir para defender interesses comerciais. Uma coisa é a empresa aérea querer cobrar por marcação de assento conforto ou por marcação de um assento diferenciado. Outra coisa é ela querer cobrar por marcação de assento comum. A pessoa que compra uma passagem tem que ter direito a sentar. "Ah, mas na hora a pessoa consegue...". Imagine uma mãe com um filho pequeno. Aí, se ela não pagar essa marcação de assento, ela vai chegar lá na hora e vai ser colocada separada. Aí vai ter que juntar, porque não pode ser separada. E quem viaja com criança não pode fazer *check-in* antecipado. Então, ela vai ser obrigada a esperar o momento da chegada ao aeroporto para poder marcar o seu assento, ou seja, é o fim... Então, o Senado aprovou o meu projeto, mas, infelizmente, a Câmara o engavetou. Então, nós precisávamos nos debruçar sobre esses temas.

Eu estou muito animado de agora fazer parte desta Comissão, com V. Exa. como Presidente, que é uma pessoa que tem uma sensibilidade aguda sobre esse tema de defesa do consumidor. E acho que esta Comissão pode dar resultados práticos. Às vezes, no Parlamento, a gente vê muito debate e pouca efetividade, pouca mudança prática. Acho que a gente pode conseguir resultados práticos. Eu acho que as empresas precisam dar explicação, e o Parlamento tem que cumprir sua obrigação com a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste caso específico do coronavírus, que foi o objeto dessa proposição, nós tivemos, no ano passado, um exemplo, não decorrente de uma doença, mas decorrente de um fato que também teve uma alteração no momento. Naquele momento – e eu sou justo: quando tem que elogiar, eu elogio –, houve uma compreensão por parte das empresas aéreas, que fizeram uma salvaguarda aos consumidores, que foi no caso do cancelamento da final da Taça Libertadores. O jogo entre Flamengo e River Plate ia ser no Chile. Com os problemas do Chile, a final foi transferida do Chile, de Santiago, para Lima, e aí os consumidores tiveram a compreensão das companhias aéreas. Então, eu penso que as companhias aéreas também poderiam, neste caso do coronavírus, ter a mesma compreensão. E acho que é extremamente meritório esse pedido de audiência para debater isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Senador Reguffe. V. Exa. acrescenta muito com os seus debates, demostrando como é importante também olhar para o dia a dia. São situações que o cidadão, que o consumidor passa no dia a dia.

V. Exa. aqui desenhou e aprovou um projeto... Hoje é uma situação que vira um caos para o cidadão que quer ter o direito de escolher onde vai se sentar e quer sentar junto, por exemplo, do seu filho e não consegue, a não ser que ele pague um valor a mais por isso. Hoje, quem vai fazer uma reserva sente a necessidade de ter esse direito e de não ter necessariamente de pagar por isso. Então, é algo extremamente importantíssimo. Eu acho que devemos também buscar resgatar esse projeto, porque eu escuto também bastantes reclamações nesse sentido. Então, nesse ponto, conta também com o meu total e irrestrito apoio.

Ao falar sobre companhias aéreas... Imaginar que eu chego a pagar, por uma perna, como se fala, para sair de Brasília e ir a Alagoas, às vezes, R$1,8 mil, é um absurdo. Isso dentro do País, só para ir. Então, muitas vezes, imagine como ir e voltar é caríssimo. Isso com recurso público. Sei que V. Exa. abre mão dessa permissão que é dada aos Parlamentares. Inclusive, V. Exa. mora aqui, mas, talvez, se morasse em outra cidade, tivesse a mesma postura. É algo extremamente necessário ter esse translado, e é caríssimo. Poucas pessoas, hoje, conseguem pagar por isso. E ainda ter que pagar a mais!

Remeto-me aqui a outras situações. Falávamos sobre as bagagens a serem despachadas. Antes foi uma mudança na cultura, hoje já se está adaptado. Agora, Senador Reguffe, as empresas já estão cobrando a bagagem dentro do avião. A bagagem de mão está sendo cobrada apenas por empresas que hoje estão operando no mercado entre Brasil e outro país, do exterior, ou seja, empresas *low cost* que já estão sendo implantadas no País, mas daqui a pouco vai ser o mercado interno, também, que vai tentar isso, quando a própria Anac tem estipulado de que é direito do consumidor levar uma bagagem, salvo engano, de 10kg.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as companhias que estão chegando de fora estão dizendo que essa de 10kg tem que ser em cima. Então, se for em cima, tem que pagar. Elas sugerem que se pode levar nas pernas, mas, pelo menos até hoje, quando coloco uma bagagem nas pernas, uma mochila, passa lá o comissário dizendo que não, que tem que ser em cima, que tem que ser embaixo. Então, é uma mudança em que, se não houver uma manifestação firme daqueles que conhecem e que podem legislar sobre o assunto, nós estaremos diante de um caos, novamente, no que se refere ao transporte aéreo. Então, corroboro a preocupação de V. Exa. sobre o assunto.

Coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 5.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 5, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1o e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, para que compareça a esta comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a proposta de extinção do NASF - Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, o Programa Previne Brasil e a Nota Técnica no 3/2020-DESF/SAPS/MS, que dá fim ao cadastro de novas equipes NASF e desobriga o gestor municipal e estadual de registrar esses profissionais no CNES.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Como falei, o Senador Randolfe Rodrigues é o autor.

Repito: passamos aqui situações de convocação para convite e de convocação que permanece convocação, tendo em vista que foi a solicitação do autor e não houve nenhuma manifestação contrária até este momento.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Corroborando o que V. Exa. diz, Senador Reguffe, também considero como sendo um instrumento extremamente importante na nossa linha de fiscalização buscar informações e, quando necessário, trazer o Ministro para prestar esclarecimentos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, mais um requerimento é aprovado, porque aqueles que o apreciam aqui não demonstraram entendimento contrário.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado Exmo. Sr. Osmar Terra, Ministro da Cidadania, para debater com os membros desta Comissão em audiência pública, sobre a fila para o ingresso no Programa Bolsa Família, a redução do número de famílias beneficiadas no ano de 2019, bem como, a redução da previsão orçamentária para o ano de 2020.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

O item 7 também perdeu o objeto, tendo em vista que era um convite para o comparecimento do Sr. Osmar Terra, que à época era Ministro da Cidadania. Essa alteração já foi feita, e por isso encaminho para a Secretaria providenciar a sua baixa.

Requerimento nº 7, item 8:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 7, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, a comparecer a esta Comissão, a fim de com o objetivo de debater sobre a fila para o ingresso no Programa Bolsa Família, a diminuição do número de famílias beneficiadas no ano de 2019, bem como a redução da previsão orçamentária para o ano de 2020. Também solicitamos esclarecimentos acerca da definição de prioridades do Ministério da Cidadania durante a nova gestão que se inicia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Ministro da Cidadania terá aqui essa oportunidade. Acredito eu que ele já tenha conhecimento, mas agora vai se situar ainda mais sobre o assunto e nesta Casa terá a oportunidade de falar sobre essa política pública importante e sobre como isso interfere diretamente na vida daqueles que mais precisam.

Então, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora ao item 11 da pauta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Já foi?

Item 12:

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 11, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca das falhas apontadas pela auditoria feita por técnicos do Tribunal de Contas da União nos programas e planos a respeito de Políticas sobre Drogas. Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. José Múcio Monteiro, presidente do Tribunal de Contas da União.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Trata-se de uma auditoria que foi feita sobre as políticas públicas sobre drogas, realizada pelo Tribunal de Contas da União. É um relatório extremamente profundo, de que tomei conhecimento através da imprensa. Esta Casa também tem por função fiscalizar as políticas públicas, e é o momento em que o Tribunal de Contas, que é um órgão fiscalizador também, tem a oportunidade de externar e de tornar mais ampla a divulgação desse relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo à leitura do item 13:

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 12, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as obras paradas de UBSs. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, representando Ministério da Saúde; Senhor Representante, representando Ministério da Economia; Senhor Representante, representando Controladoria-Geral da União; Senhor Representante, representando Tribunal de Contas da União; Senhor Representante, representando Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; Senhor Representante, representando Associação Nacional do Ministério Público de Contas; Senhor Representante, representando Confederação Nacional de Municípios; Senhor Representante, representando Associação dos Municípios de Alagoas; Senhor Representante, representando Transparência Brasil; Senhor Representante, representando Conselho Nacional de Justiça; Senhor Representante, representando Procuradoria-Geral da República; Senhor Representante, representando Fundo Nacional de Saúde.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

É importante ressaltar que um dos temas que mais movimentou esta Comissão no ano passado foi o que se refere ao acompanhamento das obras inacabadas. Detalhamos especialmente as creches que estão paralisadas por este País.

É um trabalho importantíssimo que chegou a ter a inserção no Observatório do CNJ, para que seja também acompanhado pelo Judiciário e por aqueles que fazem parte de um núcleo de acompanhamento desse observatório, como os Tribunais de Contas Estaduais, Tribunais de Contas da União, Ministérios Públicos e o próprio Judiciário, no sentido de inserir as creches numa linha de fiscalização prioritária também do CNJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passamos agora a realizar uma audiência pública também com o objetivo de acompanhar de perto as obras que estão paralisadas referentes às Unidades Básicas de Saúde. Pelo País inteiro, infelizmente, encontram-se UBSs que se iniciaram e que estão a passos lentos, ou paralisadas ou atrasadas, mas que não estão no ritmo necessário. Então, é importante falarmos sobre essa política pública.

Sendo assim, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bem, os demais itens – 14, 15 e 16 – são projetos de lei terminativos. Devido à necessidade da presença dos Parlamentares para sua votação e não havendo o quórum necessário, não faremos a leitura.

(Matérias não lidas:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 374, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- O relatório foi lido na reunião do dia 17/09/2019.

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 1750, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, no caso de fornecimento de produto durável, o início da contagem do prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, será dado após o término do período de garantia contratual.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- O relatório foi lido na reunião de 08/10/2019.

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 3238, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a divulgação, na rede mundial de computadores, da prestação de contas dos diretores das penitenciárias federais e estaduais.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação com duas emendas.)

Senhores, nós tivemos hoje vários requerimentos, alguns de minha autoria, outros solicitando a presença, o convite ou a convocação de Ministros de Estado, o que irá, com certeza, movimentar ainda mais esta Comissão importante para o desenvolvimento das políticas públicas em nosso País.

Então, sendo assim, encerro a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia onze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Izalci Lucas, Major Olimpio, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Telmário Mota, Paulo Rocha, Irajá, Wellington Fagundes, Reguffe, Styvenson Valentim, Paulo Paim e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2020 - CTFC, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Finalidade:** Debater a política de cancelamento e remarcação de viagens no âmbito das companhias aéreas e cruzeiros em razão da epidemia de coronavírus (COVID-19). **Participantes:** João Gabbardo dos Reis, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Andrey Vilas Boas de Freitas, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor - Ministério da Justiça; Filipe Vieira, Presidente da Associação Brasileira dos PROCONS - PROCONS BRASIL; Rodrigo Rios, Coordenador-Geral de Segurança Turística do Ministério do Turismo; Luciana Rodrigues Atheniense, Comissão de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB; Luiz Eduardo Falco Pires Correa, Presidente do Conselho de Administração da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens; Renê Hermann, Diretor para América do Sul da Costa Cruzeiros e representante da Cruise Lines International Association - CLIA; Marcelo Bento, Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas; Gislaine Rossetti, Diretora de Relações Institucionais e Regulatório da LATAM Airlines Brasil; Renata Domingues da Fonseca, Gerente Jurídica da GOL Linhas Aéreas; Bruna Chimenti, Diretora Jurídica da TAP Linhas Aéreas; Mario Junqueira Franco Junior, Representante Legal da Royal Caribbean Cruzeiros; Luciana Quintana, Diretora Jurídica da MSC Cruzeiros; Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR; Roberto Haro Nedelciu, Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo - BRAZTOA; Carlos Alberto de Sá, Presidente em exercício da Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV/DF. Huilder Magno de Souza, Advogado da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Alagoas. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/11

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater a política de cancelamento e remarcação de viagens, no âmbito das companhias aéreas e de cruzeiros, em razão da epidemia de coronavírus, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2020, de minha autoria.

Solicito que feche a porta também.

A audiência pública também é realizada em caráter interativo, ou seja, ela não se limita apenas às discussões que estão sendo feitas neste momento. O cidadão pode participar através dos canais Alô Cidadão, como também do e-Cidadania. Nós já tivemos aqui várias sugestões, várias dúvidas que serão também dirimidas durante as nossas conversas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teremos, neste primeiro momento, uma Mesa composta pelo Sr. João Gabbardo dos Reis, representante do Ministério da Saúde, que já está aqui presente.

Quero convidar para fazer parte desta Mesa o Dr. Filipe Vieira, Presidente da Procons-Brasil.

Convido também a Sra. Luciana Rodrigues Atheniense, que representa a Comissão de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB.

Convido o Sr. Andrey Vilas Boas de Freitas, representante do Ministério da Justiça.

Convido também o Sr. Rodrigo Rios, representando o Ministério do Turismo.

Senhores, antes de passar a palavra ao Dr. João Gabbardo, quero aqui fazer um relato da importância deste momento. Acho que o mundo inteiro está tratando deste assunto, o País também está tratando desse assunto e cada um, na sua individualidade, principalmente quem tem representatividade, tem que pensar "o que eu posso fazer em um momento como este em que o mundo busca soluções, em que há também preocupação com a economia, mas principalmente com a vida das pessoas?" Por isso, houve esse requerimento apresentado por mim, para que possamos tratar também de um tema mundial que afeta o indivíduo e que afeta as empresas.

Então, aqui vamos buscar não um culpado, vamos aqui buscar soluções para evitar problemas, problemas que as vezes podem parecer pequenos num primeiro momento, mas que podem levar a uma judicialização que, às vezes, chega a ser eterna.

Antes eu preparei algumas palavras breves, querendo aqui saudar todas as autoridades que prontamente atenderam ao nosso convite, que estão aqui presentes, que representam não só as companhias aéreas mas também os cruzeiros marítimos. Os cidadãos que compraram as passagens e estão sem saber qual procedimento tomar, ou então as decisões isoladas de cada um, que, às vezes, fragilizam, inclusive, que a gente possa ter numa tarde como a de hoje uma unificação e também um fortalecimento não apenas da defesa do consumidor mas também de uma segurança jurídica para os senhores.

Então, de acordo com o Ministério da Saúde, o coronavírus surgiu na China, gerando um quadro similar ao de uma gripe e, em geral, é uma doença leve e moderada. Porém, alguns casos têm evoluído para situações e bastante graves e até fatais.

A recomendação é para que aqueles que apresentem febre, tosse ou dificuldade de respirar evitem os locais com muita gente e procurem uma unidade de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por certo, estamos diante de uma daquelas situações indesejadas por todas as partes envolvidas. Por um lado, ao fazerem reservas com antecedência em viagens aéreas ou em cruzeiros, os consumidores lançaram mão de cautela e fizeram uma programação antecipada, foi gente que despendeu tempo e dinheiro para se preparar para uma viagem e assim obter mais segurança e até melhores preços com essas reservas. Então, é uma conduta que é esperada, inclusive, pelo mercado. Essa é uma realidade. E, do outro lado, nós temos as companhias aéreas e os cruzeiros, que também se consideram satisfeitas quando isso ocorre, porque com bastante antecedência também podem planejar melhor essas viagens, fazendo as contratações de pessoal, de equipamentos, de serviços de receptivo e assim por diante.

Então, o que nós estamos observando é que estamos diante de uma rara situação de pandemia, decretada há pouco pela Organização Mundial de Saúde, em que a velocidade com que o vírus se espalha ganha proporções aterradoras.

Há, por exemplo, o relato de um estudante que viajaria para um programa de intercâmbio e houve a situação de cancelamento porque, numa noite no *campus* que o receberia houve 26 notificações, já no dia seguinte eram 80 e, em pouco mais de uma semana, mais de 900. Ele estava com a passagem comprada e foi informado do cancelamento um dia antes da viagem, mas ele já havia investido aproximadamente R$20 mil em sua viagem de estudo. Então, a quem ele vai recorrer? A empresa aérea é a culpada? Não, não é isso. Mas a gente tem que buscar aqui não apenas os casos individuais mas, sim, os casos que estão suscetíveis a essa mesma situação.

Mas eis que temos uma situação inusitada, que é a incidência de o coronavírus ameaçar de contaminação as pessoas que viajam para certos países como Itália, Tailândia, China, Irã, Coreia do Sul... E aqui acredito que os senhores estão vendo as fotos dos cartões postais de Veneza, os estádios de futebol vazios, os campeonatos sendo cancelados. Então, é uma situação que, de fato, requer de cada um dos senhores uma atenção imediata.

O próprio Ministério da Saúde brasileiro tem recomendado cautela com as viagens ao exterior, e os governos de países europeus têm recomendado claramente que não sejam feitas viagens aos países mais afetados, inclusive, com o cancelamento de voos saídos de Portugal rumo à Itália, por exemplo.

Então, temos a situação do consumidor a ser preservada. Temos a situação das agências de viagens, que agem como intermediárias entre os consumidores e, na outra ponta, os fornecedores, sejam as companhias aéreas, sejam provedores de passeios, sejam os hotéis.

E aqui remeto às situações pelas quais o País passou há pouco tempo. Sou Senador pelo Estado de Alagoas, com muito orgulho, e não só Alagoas mas o Nordeste brasileiro há pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo – e aqui falo dos hotéis – sofreram uma situação, no início da alta temporada, inesperada com o derramamento de óleo, com uma mancha de óleo que foi espalhada pelo Nordeste brasileiro, que fez com que muitas pessoas desistissem de visitar aquelas cidades. O meu Estado, Alagoas, foi um dos afetados.

Então, olha só: será que eu sou obrigado a ir para um local onde sei que vou estar correndo risco de vida? Ou, então, onde aumenta a probabilidade de ter alguma doença ou não? Será que meus direitos são garantidos ou não?

Nessa situação, eu aqui parabenizo o setor hoteleiro, que teve, pelo menos na sua grande maioria, uma postura proativa de buscar resolver a situação. E buscou da melhor forma, tanto é que – pelo menos eu acompanhei de perto o que aconteceu no Estado de Alagoas – se conseguiu fomentar também, não apenas a iniciativa privada mas a população, que não deixou apenas na mão do Governo. A própria população e o setor privado fizeram campanhas, mostrando a realidade e também colocando a mão na massa. Não sei se isso foi certo ou errado, mas surtiu um efeito muito motivador na sociedade, querendo proteger a nossa área costeira. Então, isso deu um resultado sensacional, e os empresários do setor de turismo tiveram um papel importantíssimo até para cobrar das próprias autoridades respostas céleres.

Também quero ilustrar aqui o caso de dois idosos, de 76 e 75 anos de idade – aqui não é exemplificativo, são situações reais, inclusive de procedimentos já abertos –, que têm viagem de cruzeiro em navio com destino à Itália e que não conseguem cancelar nem adiar a viagem, sob pena de pagarem multa. Veja, são do grupo de risco e, mesmo tentando soluções extrajudiciais, não encontram o bom senso para resolver essa situação. Então, já estão falando aqui da classe... Os senhores sabem que quanto mais idoso maior a chance de mortalidade, inclusive, e aquela é uma área extremamente afetada.

Outros casos que estão chegando, inclusive para o *site* www.consumidor.gov.br, relatam que não conseguem modificar sua ida para a Itália, dizendo que qualquer alteração – e isso já é a resposta da empresa –, qualquer alteração ou cancelamento, se devido, seguirá as regras tarifárias contratadas informadas no momento da compra, quando houve o envio do bilhete. Então, nessas situações, quando se fez a compra, era um fato... Não existia isso que nós estamos conversando na tarde de hoje. Então, a situação também tem que ser vista por outro olhar.

Novamente, é um caso de falta de bom senso que contraria o Direito, já que a alocação do risco nas relações de consumo é deslocada em automático pela natureza jurídica.

Sabemos da boa disposição das agências de viagem para buscarem compor negociações com remarcações de datas ou ofertas de roteiros alternativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam, senhoras e senhores, que não podemos ter no horizonte que a situação seja resolvida por previsões como a do art. 11 da Resolução 400 da Anac, segundo a qual o usuário pode desistir da passagem aérea adquirida sem qualquer ônus, desde que o faça no prazo de 24 horas a contar do recebimento do seu comprovante. Essa é uma resolução da Anac. Isso só é possível para compras feitas com antecedência igual ou superior a sete dias em relação à data de embarque e, convenhamos, há inclusive divergência na própria jurisprudência.

Não é dessa situação que nós estamos falando. Falamos daquela em que, boa parte com antecedência, os viajantes fizeram a reserva. Inclusive, a Secretaria Nacional do Consumidor emitiu uma nota em que diz que a Resolução 400 deve ser seguida à risca, além de outros temas que serão objeto de questionamento. Mas o caso, como dito, é excepcional e a análise que faço é de que o Código de Defesa do Consumidor é imperativo em relação a uma resolução.

Ontem, tenho certeza de todos os senhores aqui tiveram acesso à recomendação do Ministério Público Federal para a Anac, em que emitiu uma portaria prevendo o ressarcimento integral das passagens e remarcação sem custo aos passageiros devido ao coronavírus. Isso mostra que a resolução citada não consegue atender todas as demandas extraordinárias, como nos casos de endemias e desastres naturais.

Então, eu quero agradecer a presença de todos que aqui estão. Vou dar início às apresentações e explanações, passando a palavra, inicialmente, por dez minutos, ao Dr. João Gabbardo dos Reis, representante do Ministério da Saúde.

O SR. JOÃO GABBARDO DOS REIS (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Obrigado pelo convite.

Cumprimento todos da Mesa, todas as entidades aqui representadas. Muitos de vocês eu me lembro de ter encontrado num evento recente no Ministério do Turismo. As coisas mudaram um pouco de lá para cá, daquele dia para hoje.

Eu vou procurar fazer uma apresentação rápida, para que vocês tenham as informações da realidade do que nós estamos vivendo e o que nós estamos imaginando que possa acontecer nos próximos dias. Obviamente, eu espero que, com isso, vocês possam ter uma discussão com maior conteúdo para chegar às decisões que foram levantadas aqui pelo Senador e que são extremamente complexas, evidentemente muito complexas.

Todos nós temos, eu também tinha férias, também ia viajar no final de março, também tinha passagem, também tinha hotel. Todos os brasileiros estão enfrentando essa mesma dificuldade. Mas vamos ver se a gente consegue pelo menos atualizar os senhores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade que nós estamos vivendo neste momento e o que nós estamos esperando para os próximos dias.

Esse aqui é um quadro com o número de casos que a gente tem por continente, mas o que eu queria mostrar aqui para vocês é o que nós temos hoje... Essas informações são sempre do dia anterior, da Organização Mundial da Saúde. Nós temos hoje – ou ontem, né – 113 mil casos já no mundo, mais de 4 mil óbitos e uma taxa letalidade de 3,5%.

Essa taxa de letalidade, se vocês olharem em relação aos continentes, tem certa homogeneidade. Por incrível que pareça, ela escapa um pouquinho nos Estados Unidos, onde a taxa de letalidade é bem maior do que a dos demais países. E nós temos alguns países que têm uma taxa de letalidade muito mais baixa – eu considero como exemplo o Japão –, mas, na média, 3,5%. Significa o quê? De cada 100 pessoas que adquirem o coronavírus, 3 pessoas ou 3,5 pessoas vão a óbito.

Esse número não é um número ajustado do ponto de vista epidemiológico. Aqui, quando nós temos essa fração, que é um cálculo entre... O numerador é o número de óbitos e o denominador é o número de casos, o número de óbitos é contado diariamente, não há nenhuma dúvida; agora, o número de casos é muito variável. Em países que estão pesquisando em toda a população, ele tem um resultado. Em países que pesquisam por amostragem ou só nos casos graves, como foi feito na China, em boa parte do tempo, essa letalidade tende a aumentar. Então, esse é um número que nós vamos ainda ajustar futuramente, mas hoje é isso. Hoje é 3,5% a nossa taxa de letalidade.

A doença já se espalhou pelo mundo inteiro. Nós não temos mais nenhum continente onde a presença do coronavírus não existe. O Senador antecipou aqui a decisão que foi tomada hoje, agora há pouco tempo, pela Organização Mundial da Saúde, de declarar então a situação de pandemia no mundo. E depois eu vou tentar explicar um pouco o que muda o fato de a OMS ter declarado a pandemia.

Esse gráfico parece um gráfico muito difícil de ser examinado e complexo, mas o que eu quero mostrar para vocês é que todos os países começam com um número de casos menor, um número que mais ou menos segue um padrão e, de uma hora para outra, há um acréscimo brutal. Isso aconteceu em todos os países, na Itália, na Coreia.

Esses primeiros países aqui, como o Irã, também tiveram casos, só que não aparece no gráfico, também passaram por essa fase de ter um número pequeno de casos, como o Brasil está tendo, e que de uma hora para outra tem um crescimento abrupto. E depois de quatro semanas, seis semanas, pelo que a gente viu até agora, a tendência é começar a cair. Depois de seis semanas, em média, a tendência é começar a cair esse número de novos casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o que eu quero dizer para vocês é que todos, sem nenhuma exceção, todos os países que tiveram essa evolução de ter um determinado número de casos numa fase inicial, todos eles tiveram aquele crescimento. Todos, inclusive o Japão, mas o Japão numa proporção muito menor. O Japão está em verde ali, para quem puder olhar mais a distância, o Japão teve um crescimento, mas não foi de forma tão abrupta quanto os outros países. O exemplo clássico é a Itália, aquele amarelinho. A Itália vinha com determinado número de casos, de uma hora para outra tem aquela curva ascendente gigante.

Bom, aí, eu digo a vocês o seguinte: nós vamos esperar que no Brasil nós tenhamos um comportamento diferente de todos os outros países que já enfrentaram essa realidade? Não vamos ter. Então, nós esperamos, para os próximos dias, para as próximas semanas, que o Brasil tenha um comportamento idêntico a qualquer um desses outros países. Ou seja, de uma hora para outra, daqui a duas semanas, daqui a três semanas, daqui a quatro semanas, é impossível a gente tem essa previsão exata, nós vamos passar por um gráfico como esse, um número extraordinário de pessoas doentes, pessoas com sintomas, um número maior de pessoas com o vírus sem sintomas e uma grande preocupação, que são os idosos.

A doença na população jovem é até mais frequente do que nos idosos. Ela é muito mais frequente nas crianças, na população em geral, só que nas crianças e na população em geral ela não tem gravidade. Não teve um óbito de criança no mundo até hoje por conta do coronavírus. Todos os óbitos ocorreram acima de oito anos de idade e, em média, acima dos 20, 29 anos de idade. Mas na Itália, por exemplo, hoje, acima de 80 anos, a taxa de mortalidade está entre 30% e 40%. De cada 10 italianos com mais de 80 anos que têm coronavírus, 3 ou 4 vão a óbito. Essa é a realidade que nós vamos enfrentar. Nos Estados Unidos, aconteceu a mesma coisa. Nas regiões dos Estados Unidos, o gráfico é muito semelhante.

E uma coisa importante. Quando nós identificamos o número de casos, hoje nós temos 113 mil casos confirmados no mundo, isso significa em média 10% de todo o *iceberg*. Nós temos 90% dos casos que estão lá embaixo, abaixo da linha do mar, dos quais nós não temos conhecimento, porque são pacientes que tiveram sintomas leves ou não tiveram sintomas. Só que esses pacientes, apesar de transmitirem com menor intensidade, também transmitem o coronavírus para as outras pessoas.

Situação atual do País hoje. O número total de casos está na última linha, 34 casos. Isso aqui é o número de ontem. Hoje, às 16h, nós vamos atualizar. Já temos informação de que no Rio Grande do Sul tem um segundo caso confirmado. Deve ter mais com casos confirmados no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas a informação de ontem, às 16h, era 34 casos. Esses casos estão quase todos concentrados em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Na Região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, nós temos um caso no Estado do nosso Senador. Acho que é um em Alagoas, se não me engano – Alagoas está ali, um caso, isso – e dois casos na Bahia. Essa é a distribuição dos casos por Estado.

E o perfil dos 34 pacientes em que foram confirmados com a doença. Em média, eles têm 41 anos de idade. E, vejam, a faixa etária das pessoas que estão ficando doentes no Brasil é, muito significativamente, as faixas de menor idade: abaixo de 40 anos, 41% dos casos; 40 a 49 anos, 26%; 50 a 59 anos, 18%; 60 a 69 anos, 12%; e apenas um caso, 3% em pessoas com mais de 69 anos de idade.

Esse número não vai se manter. Esse número aqui é o número dos primeiros casos, que são os turistas, os viajantes, as pessoas que foram para a Europa, que voltaram, que foram para a China, que tinham um negócio, que voltaram. Isso vai se alterar quando começar a ocorrer transmissão interna do vírus. Aqui nós estamos falando com jovens, pessoas que viajaram nesse período e, por isso, aparece uma concentração muito grande em mais jovens e muito pequena em idosos.

Ela está um pouquinho maior no sexo feminino, 56%, e só 44% no masculino. Cinco desses 34 casos, ou seja, 15% continuam internados, estão em hospitais. E este é o grande problema do coronavírus. Os pacientes que adquirem coronavírus...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO GABBARDO DOS REIS – Já terminou meu tempo? Então, cinco minutos mais eu concluo.

As pessoas que adquirem coronavírus ficam três semanas, em média, internados nos leitos de UTI. Três semanas, 20, 21 dias. Então, o corona ataca mais o sistema de saúde do que as pessoas. O sistema de saúde sofre muito porque vai faltar leito de UTI.

A Itália se obrigou a tomar a decisão que tomou de forma dramática, medidas drásticas, porque a Itália não tem mais leitos de UTI. A Itália não tem mais respirador para colocar nas pessoas que precisam de ventilação mecânica. Isso vai acontecer no Brasil? Nós não sabemos. Estamos preparados, estamos nos preparando para ter um número adicional de leitos de UTI, porque esses pacientes entram nos leitos de UTI e não saem mais. Eles ficam três, quatro semanas nesses leitos. Como não há uma renovação na utilização desses leitos, eles vão se esgotando com o tempo.

Desses 34 casos, nós temos seis casos que foram transmissão local. Transmissão local significa que são pessoas que não viajaram. São pessoas que tiveram contato com quem viajou e estava doente e tiveram a doença. A partir de agora, nós vamos aumentar o número de casos de transmissão local e nós devemos entrar num período aí de uma semana, duas semanas, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é mais grave, que nós chamamos de transmissão comunitária. Ou seja, pessoas que vão adquirir a doença sem que a gente consiga estabelecer a origem do vírus. Quem transmitiu o vírus? Não dá mais para saber. A sequência de pessoas que vão transmitir o vírus será tão grande que nós não vamos conseguir identificar a origem do vírus. Aí, nós entraremos numa frase de transmissão comunitária.

Não vou falar sobre isso aqui.

As medidas que nós esperamos que aconteçam a partir de agora são medidas importantes. Criação de um conselho interministerial para tratar desse tema, orientações que são fundamentais para prevenção, lavagem das mãos, etiqueta respiratória. Vamos começar a trabalhar mais na questão do isolamento domiciliar. Caso suspeito confirmado tem que ficar em domicílio, tem que ficar em isolamento. Estamos adquirindo 20 milhões de máscaras cirúrgicas, 4 milhões de máscaras N95 para distribuir para os serviços de saúde. Vamos gastar aí com isso em torno de R$150 milhões só na aquisição desses itens.

O cuidado e a orientação para o automonitoramento das pessoas. Nós não vamos continuar fazendo o que São Paulo faz hoje. São Paulo hoje tem cem pessoas no telefone ligando para casa de cada um dos contatantes para saber: e aí, como é que passou? Teve febre, teve sintoma? Não vai dar mais para fazer isso. O número de pessoas vai ficar tão elevado que nós vamos precisar esperar que liguem para um determinado número, para o 136 ou para o número que a Secretaria de Saúde vai estabelecer, para que as pessoas digam: estou tendo sintomas. Isso vai mudar a partir de agora.

Pacientes com sintomas devem procurar imediatamente os postos. Vamos reforçar a atenção primária. Vamos chamar 5 mil médicos novos. Hoje o Ministro está assinando essa portaria, chamando 5 mil novos médicos para preencher vagas que nós tínhamos no Programa Mais Médicos, que existia até o ano passado, e nós vamos contratar mais mil leitos de UTI, de acordo com a necessidade da população.

O que muda com a OMS ter declarado hoje pandemia? Nós não vamos mais fazer nexo de casos com viagens. Não vai ser mais necessário ter viajado para os Estados Unidos ou viajado para a Itália ou para a Ásia para que se desconfie de que o paciente tenha coronavírus. Nós vamos começar a testar pessoas que tenham síndrome gripal independente da viagem. Isso é o que muda.

E nós vamos ficar pesquisando coronavírus até um determinado momento. Vai chegar um momento em que não será mais necessário pesquisar coronavírus, as pessoas vão ser tratadas todas como se tivessem uma síndrome gripal e aquelas que tiverem casos complexos, mais graves, vão ser tratadas nos hospitais de maneira que independe do vírus. Pode ser influenza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser qualquer outro vírus, pode ser coronavírus, o tratamento nos hospitais é o mesmo. Ventilação mecânica, quando necessário.

Essas pessoas, como ficam muito tempo nos hospitais, tendem a ter infecção hospitalar, ter infecção bacteriana, que se sobrepõe à infecção viral, o que é muito grave. Estamos falando de pessoas com mais de 80 anos de idade, com imunidade baixa. Estamos falando de pessoas que têm outras comorbidades: diabetes, hipertensão, doenças cardíacas, câncer. Então, todos esses pacientes têm a sua imunidade baixa e os casos tendem a ser de maior gravidade.

Senador, no tempo que é possível, é isso. Eu fico à disposição se quiser fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, primeiramente, eu quero agradecer muito a fala do senhor, Dr. Gabbardo, que representa a Secretaria de Saúde. E também quero fazer um elogio. Quero fazer um elogio porque eu observei ontem uma atitude extremamente proativa, uma atitude que se espera de quem está numa gestão pública, que é pensar à frente e assumir responsabilidades. Então, ontem o Ministério da Saúde determinou que fosse atualizado o rol da ANS para incluir também as obrigações dos planos de saúde na cobertura para o exame do coronavírus. Uma atitude necessária, uma atitude que temos que tornar mais pública, com essas ações que estão sendo feitas a cada momento. Mas é dessa forma que se observa como é que quem está numa pasta importantíssima, tanto para acalmar a população, mas principalmente para demonstrar o que o senhor também demonstrou aqui: a realidade.

Então, não é apenas achar que já passou ou que pode ser que não cresça, mas as estatísticas mundiais demonstram que em todos os outros países está acontecendo dessa forma. Como é que o Brasil vai ser diferente? A não ser que haja posturas também para minimizar esse aumento, que já é previsível, e tentar conter uma epidemia no nosso País.

Então, eu queria apenas deixar uma pergunta, também justificando uma ausência temporária minha. V. Exa. também tem que sair agora para um compromisso, já fui informado anteriormente... Precisa acompanhar o ministro. Eu também preciso fazer uma votação no Plenário do Congresso e volto. Serei substituído pelo proativo Senador Fabiano Contarato, que, de pronto, já está aqui neste recinto.

E gostaria de perguntar ao Secretário se há previsão de novos protocolos de contingenciamento de eventos públicos em razão da saúde coletiva e se há necessidade de algum diploma legal, com urgência, devido ao caso que estamos tratando neste momento.

O SR. JOÃO GABBARDO DOS REIS (Para expor.) – No momento, nós não estamos proibindo ou sugerindo cancelamento de eventos ao ar livre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos eventos fechados, nós estamos orientando que se tome alguns cuidados: que se mantenha um distanciamento mínimo entre as pessoas; que as pessoas sejam previamente orientadas sobre os cuidados que devem ter em relação a cumprimentos, apertos de mão, beijos, troca de afagos; compartilhamento de xícaras de café, de copos d'água, de talheres, de chimarrão. Uma orientação extremamente importante: quem está gripado não deve comparecer a nenhum evento, seja ele aberto ou fechado. Quem estiver com sintomas não deve comparecer a nenhum evento.

Além disso, neste momento, não tem sentido nós falarmos em suspender eventos se nós não estamos trabalhando naqueles itens que nós consideramos como os mais propícios para a circulação do vírus: transporte coletivo, escolas, ambientes de trabalho. Nós não estamos fazendo nenhuma orientação, neste momento, para cancelamento de sala de aula, cancelamento de escola; nós não estamos fazendo nenhuma orientação em relação ao transporte coletivo. Essa é uma situação que é permanente? Não sabemos. Pode ser que, em função da evolução da doença, nós sejamos obrigados a mudar as orientações. O Ministério tem trabalhado sempre em cima dos cenários que estão se apresentando. À medida que o cenário vai se modificando, nós vamos alterando e adaptando as nossas orientações para a realidade que estamos presenciando. Não tem sentido hoje, quando sequer há o diagnóstico de circulação de vírus de forma comunitária – todos os casos foram de pessoas que viajaram e de um número mínimo de pessoas que tiveram contato com quem viajou –, quando não há circulação comunitária do vírus. Portanto, qualquer medida restritiva, neste momento, é absolutamente inócua.

Agora, se vocês me perguntarem se vamos chamar 30 pessoas de países diferentes, da Itália, dos Estados Unidos, enfim de qualquer outro local no mundo hoje, porque estamos numa situação de pandemia, para fazer um evento do Brasil, aí nós perguntaremos: tem sentido correrrmos esse risco? Tem sentido trazermos pessoas de outros países para fazerem palestras, para participarem de reuniões, mesmo que sejam de trabalho? O que é que nós não podemos fazer hoje de forma virtual, para que possamos evitar esse contato de pessoas que estão em lugares onde a circulação do vírus é muito mais frequente para o nosso País? Nós vamos ter, de qualquer maneira, mas se a gente puder jogar isso para mais adiante, quanto mais tempo nós ganharmos melhor. Será que daqui a seis meses nós não vamos ter uma vacina? Será que daqui a seis meses nós já vamos ter o desenvolvimento de algum desses antivirais que possa ser eficiente para o paciente que está com coronavírus? Tudo isso é possível. Então, ganhar tempo aqui é fundamental.

Espero ter respondido à questão do Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. João Alberto Gabbardo dos Reis, representante do Ministério da Saúde.

Neste momento, quero enaltecer aqui a presença do Senador Reguffe. Obrigado pelo comparecimento, pela participação.

Imediatamente, passo a palavra ao Sr. Andrey Vilas Boas de Freitas, representante do Ministério da Justiça, para a sua fala, em no máximo oito minutos.

O SR. JOÃO GABBARDO DOS REIS – Peço desculpas, então, para me retirar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Muito obrigado.

O SR. ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS (Para expor.) – Eu queria iniciar agradecendo a oportunidade de a gente estar aqui para participar deste debate. Acho que é fundamental haver esta discussão de forma pública e da forma mais transparente possível envolvendo o maior número de atores possíveis, atores do Governo, da sociedade civil, fornecedores diversos do mercado, para a gente tentar entender todas as limitações da questão e todos os impactos da questão e tentar achar as melhores soluções possíveis para a sociedade brasileira como um todo.

Eu vou me abster de falar sobre questões específicas do coronavírus. A gente tem seguido a rígida orientação de que todas as manifestações técnicas a respeito do coronavírus estão sendo as fornecidas pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa. A gente tem recomendado a consulta às duas fontes oficiais sobre o vírus. O Ministério da Saúde, de forma muito proativa também – e o parabenizo por esta atitude –, criou um aplicativo específico para que possa ser fácil acessar as informações do coronavírus. Por que estou iniciando a minha apresentação com isso? Porque é muito importante a gente evitar uma série de informações imprecisas, falsas, que têm circulado e que podem aumentar o pânico e criar situações que não são as adequadas para a gente tratar essa questão com a seriedade que ela merece ser tratada, com a busca de soluções adequadas. Se a gente não utilizar as informações precisas que estão sendo fornecidas pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa diariamente, a gente corre o risco de tomar decisões baseadas apenas em especulações. Isso é um erro grave.

O Secretário Executivo mostrou, mas eu queria mostrar visualmente. Este é o dado de ontem, é sempre o dado do dia anterior: em azul escuro estão os casos no Brasil onde já está confirmada a transmissão interna; em verde mais escuro estão os casos confirmados sem transmissão local; em verde claro – vocês podem ver a disseminação – é onde há casos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspeitos; sem registro algum são apenas os três Estados em cinza. Esse dado é de ontem, a fonte é o Ministério da Saúde.

Este é o mundo: em azul escuro estão os casos com transmissão local; em verde estão os casos sem transmissão local; e em cinza são os casos sem registro. Vocês podem ver que é plenamente justificável a atitude que a OMS tomou hoje de decretar a pandemia.

Por que estou começando com essas informações? Porque, em uma semana, este mapa pode ser outro, tanto este quanto o do Brasil. E a gente tem que ir tratando a questão e reavaliando posições – e isso é muito importante – semana a semana ou, talvez, em algum momento, até dia a dia.

Como o Secretário ressaltou, de forma muito contundente aqui, não há por que nós acreditarmos que, no Brasil, vai haver um comportamento de expansão do vírus, dos casos de contaminação pelo vírus, diferente do que está acontecendo no resto do mundo. Vai chegar o momento em que vai haver uma expansão abrupta, e a gente vai ter que lidar com essa questão em diferentes setores, em diferentes serviços públicos, em diferentes ações interministeriais, entre os Poderes que compõem o Estado brasileiro, envolvendo atores de diferentes setores do mercado, não só dos senhores que estão aqui hoje presentes.

A nota da Senacon que foi mencionada foi publicada na sexta-feira. Naquele momento, o número de casos no Brasil e no mundo era outro, ainda não havia a decretação de pandemia pela OMS. E preciso destacar isto, porque isto é muito importante: essa não é uma nota da Secretaria Nacional do Consumidor, essa é uma nota que foi elaborada em conjunto com o Ministério da Economia, com o Ministério do Turismo e com o Ministério da Saúde. A nota procurou trazer as informações de forma a esclarecer o máximo possível das dúvidas que estavam surgindo naquele momento. Isso quer dizer que é a posição desses órgãos daqui para a frente de forma imutável? De forma nenhuma. E o representante do Ministério da Saúde acabou de falar sobre isto: há a importância de avaliar a todo momento qual é a evolução e que medida precisam ser tomadas caso a caso.

Como o Secretário Executivo ressaltou, até aquele momento em que foi editada a nota, ainda não havia nenhum impedimento à circulação de pessoas no Brasil. E, pelo que ele disse, continua nesse sentido. Ainda não há nenhuma identificação das autoridades de saúde pública do Brasil no sentido de impedir o trânsito de pessoas dentro do Brasil, tomando-se evidentemente os cuidados que ele ressaltou, tomando-se cuidados para evitar certos tipo de contágio devido a questões de higiene e tomando-se cuidado com eventos que, por acaso, envolvam palestrantes, participantes que venham de outros países onde há casos já em maior número do coronavírus, porque é uma forma de favorecer o contágio no Brasil. A princípio, não há, até o momento, nenhuma indicação das autoridades públicas de saúde do Brasil no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da interrupção de deslocamentos no País ou de restrição à mobilidade de pessoas no País ou de restrição ao comparecimento a eventos públicos, salvo as restrições que o Secretário fez aqui.

Em relação a aspectos de natureza consumerista – e eu vou ter que acelerar, porque o meu tempo está curto –, considerando que não há esse tipo de indicação das autoridades públicas, a posição da Senacon, até o momento, é a de que não se faz necessária ainda uma generalização no sentido de criar modificações das regras vigentes, sejam as colocadas pela Resolução 400, da Anac, sejam as colocadas pelo CDC, sejam, em casos específicos, pelo Código Civil. Evidentemente, casos individuais, casos específicos, casos como os relatados pelos Senadores, que envolvem uma particularidade que foge à regra geral, podem ser tratados de maneira específica.

Isto é o que diz a Resolução 400 em relação ao compromisso das empresas áreas quando o cancelamento da viagem é causado, motivado por uma decisão da empresa aérea. Ela tem uma série de obrigações, inclusive de reembolsar os valores aos passageiros. Qualquer dúvida em relação a isso, todas as informações estão, de forma bem acessível e em uma linguagem bem didática, no *site* da Anac, específico para tratar do tema.

Para os casos em que a iniciativa de alterar, cancelar, modificar a passagem contratada parte do consumidor, por uma decisão dele, também há previsão tanto na Resolução 400 quanto em dispositivos do CDC.

Existe uma total compatibilidade entre o que está disposto na Resolução 400 e o que está no CDC? Não existe. Existe uma discussão no âmbito jurídico em relação a isso? Existe. Não há posicionamento ainda sobre essa questão, mas o que está na Resolução 400 está disposto aqui e também está disponível no *site* da Anac.

Estou acelerando só para cumprir e ficar restrito ao tempo. Estou à disposição para perguntas depois.

Este é um ponto muito caro para a Senacon, caro no sentido de que a gente considera muito importante: o dever de informação ao consumidor. É muito importante que o consumidor seja informado sobre todos os direitos dele pelo fornecedor. A gente fez uma indicação na nota técnica que foi editada no sentido de que as empresas, sejam elas de cruzeiro, sejam elas aéreas, podem e dever fornecer as informações sobre a evolução dos casos de coronavírus para os seus consumidores. Como é que se faz isso? A minha sugestão, que é uma coisa muito simples, é criar um *link* na página de cada um dos senhores para os *sites* oficiais, de modo que qualquer consumidor, quando for fazer a compra de uma passagem, possa fazer a verificação de como estão evoluindo os casos, tanto no Brasil quanto no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nota, eu vou repetir, foi editada num momento específico, e acho que sempre cabe, para quem está numa posição pública, avaliar eventos como este, que são totalmente imprevisíveis, na medida em que os fatos forem avançando. Então, a Senacon não se furta a reavaliar as condições de oferta, seja de passagens aéreas, seja de viagens de cruzeiro, seja de quaisquer outros mercados que forem afetados pelo aumento dos casos de coronavírus, na medida das indicações das autoridades de saúde. Se, daqui para a frente, o Ministério da Saúde ou a Anvisa se posicionarem no sentido de que é necessário haver uma restrição mais extensa, mais intensa, à mobilidade de pessoas no Brasil ou do Brasil para o exterior, a gente vai avaliar essas situações e vai se posicionar no sentido de auxiliar os consumidores na busca dos seus direitos.

Os relatos que têm chegado à Senacon...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS – Em 30 segundos, eu termino.

As informações que têm chegado à Senacon até agora têm mostrado, na maior parte dos casos, sensibilidade tanto das empresas aéreas quanto de hotéis, agências de viagem, empresas de turismo, de maneira geral, em achar soluções para os casos diversos. No geral, o que a gente tem recebido de informações é que as empresas estão se mobilizando e que têm sido extremamente sensíveis às necessidades dos passageiros no sentido de encontrar as melhores soluções. Às vezes, é reembolso; às vezes; é uma oferta de uma alternativa de viagem, uma postergação de data, quando isso é possível. O que a gente tem percebido até agora, no geral, salvo casos pontuais, são essas manifestações das empresas no sentido de tentar contribuir para a solução do problema.

Eu estou à disposição para perguntas.

E agradeço a oportunidade novamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao Sr. Andrey pela exposição.

Abrirei, após o primeiro bloco de exposições – são três blocos de exposições –, para algumas perguntas pontuais.

Dando sequência, passo a palavra ao Sr. Filipe Vieira, que é Presidente da Associação Brasileira dos PROCONs, representando aqui os PROCONs do Brasil. Tem a palavra por oito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos também, deixando o alerta, Dr. Filipe, de que, quando toca a campainha, ela toca com um minuto de antecedência, ou seja, o senhor tem um minuto para concluir.

O SR. FILIPE DE ARAÚJO VIEIRA (Para expor.) – Eu agradeço a V. Exa. a sensibilidade do aviso, até para que eu não seja tomado aqui de susto.

E já quero me justificar que, em caso de acesso de tosse, eu posso ser interrompido. Estou com o meu guardanapo, mas aqui é só juntar rinite com refluxo. Então, peço desculpas a todos e já os tranquilizo.

Senador, o senhor, na qualidade de Presidente da Comissão, na qualidade de ex-Presidente da Associação Brasileira de PROCONs do Brasil, egresso de um órgão de proteção e defesa do consumidor, traz consigo essa sensibilidade. E essa sensibilidade é o que valoriza o nosso trabalho e o que fundamenta exatamente que uma instituição como a PROCONs Brasil, formada pela reunião espontânea de cerca de 900 PROCONs, que atendem diariamente os consumidores, que diuturnamente são demandados por instituições, por consumidores e pela própria mídia, como uma primeira resposta, um porto seguro para os posicionamentos em defesa do consumidor.

É nessa linha que a PROCONs Brasil emitiu uma nota informativa. Não tivemos a pretensão de ser uma nota técnica, mas uma nota de alinhamento dos posicionamentos dos cerca de 900 PROCONs, que compõem a nossa associação. Então, nessa linha de trabalho, a PROCONs Brasil tem se destacado, a PROCONs Brasil tem defendido o consumidor e tem principalmente aplicado o Código de Defesa do Consumidor.

Essa é uma fala que nós sustentamos, Senador, porque, em momentos de perdimento, em momentos de potencial perda e em momentos em que não se sabe exatamente que direção seguir, conhecer os fundamentos e princípios é um bom caminho, é um ponto de partida. E o princípio assim é chamado exatamente como ponto de partida desses entendimentos.

Um dos princípios da ordem econômica, Senador, é exatamente a defesa do consumidor. O princípio do direito do consumidor não é necessariamente a ordem econômica, mas a ordem econômica deve se fazer necessariamente com atenção ao princípio. Junto com a livre concorrência e com a liberdade de mercado, também há a defesa do consumidor, que não é opção, não é faculdade, não é algo que façamos apenas pelo caráter volitivo, mas, sim, Excelência, pelo fato de sermos Estado. E, pelo artigo 5º da Constituição, tão blindada por esta Casa, é dever do Estado – não é opção – promover a defesa do consumidor.

Nessa linha de ideias, o Código de Defesa do Consumidor não pode ser posto em alternativa – talvez a análise pelo Código Civil ou por uma resolução de uma agência reguladora. O Código de Defesa do Consumidor traz consigo normas que são de ordem pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de interesse social. Isso significa dizer, senhores, que não é uma opção daquele que trabalha com a defesa do consumidor fazer uso ou não da lei que é tão federal quanto um Código Civil, um Código Civil que faz-se lei geral perante as relações de consumo por termos a lei especial, que é o Código de Defesa do Consumidor.

Meus prezados, a defesa do consumidor enquanto princípio, enquanto norma deve ser observada com essa qualidade e, por essa qualidade, traz, em suas normas principiológicas, a vulnerabilidade do consumidor. Mais do que isso, Presidente, Senador Rodrigo Cunha, o princípio do Código de Defesa do Consumidor é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor. Também não é uma faculdade, é um fato. Reconhecer a vulnerabilidade do consumidor é um dos princípios da defesa do cidadão.

Colocando-se no transporte aéreo, é de se observar como a dinâmica do transporte aéreo se faz. E devo lhes dizer que as empresas, o *trade* que trata desse tipo de transporte, desse modal, têm uma forte responsabilidade em como essa dinâmica acontece. As próprias empresas incentivam os consumidores a comprarem antecipadamente suas viagens. Se nós pararmos para pensar que o momento de um serviço ser prestado está chegando e que, se não vender, não haverá a quem vender, havendo necessária perda, é de se pensar que os preços, no mínimo, se mantivessem, Excelência, ou diminuíssem, mas os preços, tão mais perto da viagem, aumentam. Então, o hábito do consumidor de se programar é fruto exatamente do comportamento do próprio mercado. E, se eu compro antecipadamente, eu não tenho como prever um ato futuro, trazendo necessariamente um risco ao próprio negócio, se aquele negócio vai se perfazer ou não pelos motivos diversos. Os valores do transporte aéreo – e aqui eu tomo apenas como exemplo, por ser aquele que se liga mais fortemente com os continentes afetados – é exatamente o transporte que se faz em um planejamento de vida, em uma programação, seja de férias, seja de trabalho, seja do que for.

Nessa mesma linha de raciocínio, as próprias empresas que criam esse hábito, para que o consumidor viaje com certa antecedência, pela forma desse prático, seguiram vendendo passagens até que se manifestassem como comprovados os casos que eram mera suspeita. Sabendo do poder de espalhamento que esse vírus tem, de dispersão que ele teve, a continuidade nessas vendas traz exatamente a assunção de um risco entre ter o caso confirmado ou não, em ter naquele destino um local que seja um ponto de dispersão daquilo que começou como uma doença respiratória, tornou-se oficialmente agora uma pandemia e causa problemas, dificuldades e dúvidas até nos maiores especialistas, vide a quantidade de fóruns, inclusive nesta Casa, acontecendo em paralelo, da discussão sobre o coronavírus. E não me debruço sobre a doença, pois não sou técnico para isso, mas sobre os efeitos que ela causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa mesma doença, Senador, foi capaz de causar quedas em Bolsas de Valores, foi capaz de causar diversas reações de governos do mundo, tem a sua influência geopolítica e já se projeta, como foi dito oficialmente, por fonte do próprio Governo Federal, com um impacto financeiro extremamente pesado para a economia brasileira.

A pergunta que fica, diante desse questionamento, dessa circunstância, é quem necessariamente vai pagar essa conta e se essa conta deve ser paga, de fato, por aquele que, inclusive em lei federal, é reconhecido como a parte vulnerável. O consumidor pode não ter ainda, por fontes oficiais, a determinação de que seja cancelado, mas a gente vai esperar acontecer para, então, dizer que não devia ter viajado? Quantas recomendações oficiais se põem no sentido de "Evite locais aglomerados, evite locais públicos, evite locais de circulação de diversas pessoas, evite circunstancialmente até espetáculos"? Digamos aqui que o Ano-Novo chinês, inclusive, teve cancelada a sua comemoração exatamente pelo coronavírus. Aí eu lhes digo: eu devo ter a recomendação de ficar em casa, a recomendação de não causar um impacto ao sistema de saúde, a recomendação de não me envolver nesses locais de grande circulação? E devo dizer que a natureza turística, pela sua essência, é de aglomeração. Eu devo ter toda essa recomendação. "Mas fique em casa, porque, se for o caso, o dinheiro você vai perder. É melhor perder o dinheiro do que perder a saúde." É esse discurso que eu devo voltar ao cidadão? É esse discurso que eu devo levar ao consumidor? Todas as recomendações se põem neste sentido: que ele evite, tente remarcar, cancele ou faça como deva fazer, mas faça aceitando a perda, porque o risco do negócio acaba sendo um risco seu. Você comprou antecipadamente, talvez não porque você quis, mas você foi levado a isso, porque o preço, como eu disse, na iminência da viagem, é sempre mais caro.

Nessa linha, Senador, a fala da PROCONs Brasil se coloca exatamente com o fito de defender que o consumidor tenha o direito à remarcação, que o consumidor tenha o direito a fazer esse cancelamento circunstancialmente, até mesmo com a restituição integral, por ser necessariamente a parte vulnerável do consumo. Quedas em Bolsas, posicionamentos de mercado, posicionamentos de governo, tentando controlar o próprio mercado, se põem em linhas de crédito facilitado, em linhas de acesso a financiamento, em linhas de controle ou até mesmo em ajuda governamental, por via de incentivos fiscais, mas a conta tem que cair para o consumidor? O consumidor tem que aceitar cancelar e, ao aceitar cancelar, aceitar a perda, porque, inclusive, recomendaram que ele não fosse?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FILIPE DE ARAÚJO VIEIRA – Nessa linha, Senador, é que se põe a preocupação da PROCONs Brasil de que a conta acabe caindo para o consumidor, um consumidor que ainda não tem... E devo dizer aqui a luta que o senhor encampa, Senador, a bandeira que o senhor sustenta sobre a proteção dos superendividados, mas mesmo a lei que proteja o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor superendividado ainda não existe – e haverá de existir pelos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, pela luta unida, pelo fundamento que temos nessas linhas.

Senhores, os PROCONs a quem represento – e não falo sozinho, tenho comigo, nesta fala, a reverberação de 900 unidades de proteção e defesa do consumidor – não criam os problemas. Os PROCONs, no máximo, administram aqueles problemas que existiram. Vencemos o óleo no Nordeste, e lhes falo isso como um baiano nordestino que limpou no braço a própria praia; falo isso em nome de uma associação, e nós prezamos pela conciliação. O Procon sempre se vangloria pela taxa de resolutividade que consegue dar. E tão melhor seremos quanto mais nós conseguirmos conciliar os interesses de quem tem a necessidade premente de viajar e quem possa ou remarcar ou receber o seu dinheiro de volta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço o Dr. Filipe pela sua apresentação, demonstrando conhecimento de causa e, como V. Exa. bem demonstrou, representando aqui não apenas um Estado, não apenas um Município, mas, sim, toda a linha de defesa do consumidor relacionada aos PROCONs, sejam municipais, sejam estaduais, espalhados por todo o Brasil. Também aguardo ansiosamente o final desta audiência de hoje para delimitar algumas linhas de atuações conjuntas, porque o objetivo foi esse. O intuito, pelo menos, da audiência foi buscar uma unidade, se possível, de procedimentos a serem adotados pelas companhias aéreas, pelas empresas de cruzeiros, tendo em vista as diversas atitudes que hoje já são claramente demonstradas, inclusive por escrito. Então, eu gostaria de parabenizá-lo.

Passarei, em seguida, a palavra para o Dr. Rodrigo Rios, que representa o Ministério do Turismo

Antes, quero também registrar a presença do Senador Styvenson, que também está preocupado com a causa. O Senador Styvenson, Senador do Rio Grande do Norte, acompanhou de perto também o reflexo não só do coronavírus, mas, anteriormente, da mancha de óleo nas praias e de quanto aquilo também afetou o Estado. Tudo que se relaciona ao turismo diretamente afeta nossa economia, diretamente também afeta a vida do cidadão. Então, agradeço a presença de V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Senador Rodrigo, como se não bastassem o coronavírus e o óleo, agora a Inframérica desistiu, abriu mão da concessão lá do nosso Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Então, é golpe atrás de golpe no meu Estado, que depende do turismo, turismo esse muito europeu, que está sendo prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Feito o registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência, por oito minutos, passo a palavra para o Sr. Rodrigo Rios, representante do Ministério do Turismo.

O SR. RODRIGO RIOS (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiramente, quero agradecer o convite feito ao Ministério do Turismo.

O tema turismo, por ser um tema muito transversal, é muito importante nessas discussões, porque, como o senhor falou, essa questão tem um impacto direto no turismo e, logicamente, na economia.

O Ministério do Turismo, no caso específico do coronavírus, está buscando um alinhamento com todos os órgãos envolvidos e entidades para que a gente consiga amenizar o máximo possível o prejuízo tanto do lado do consumidor como do lado do nosso empresário.

Assim que foi confirmado o primeiro caso, logo na semana do Carnaval, salvo engano, o nosso Ministro marcou uma reunião extraordinária com o Conselho Nacional de Turismo para poder passar a situação. Tivemos a presença do Ministério da Saúde para poder acalmar os ânimos e informar o que realmente estava acontecendo, porque as notícias que chegam... Muitas *fake news* estão chegando em relação ao coronavírus. Por isso, como o Andrey falou, as fontes oficiais sempre são o canal do Ministério da Saúde e da Anvisa. Eles são os órgãos que estão autorizados a poder emitir algum parecer técnico sobre o assunto.

Nós estamos participando do Centro de Operações de Emergência (COE) dentro do Ministério da Saúde, porque é interesse nosso acompanhar esse caso diariamente para poder amenizar esses impactos. Estamos também em contato direto com a Senacon, junto com o Dr. Andrey, que falou da nota técnica. Nós sentamos, vimos, desenhamos o cenário naquele momento e fizemos uma nota técnica para ser divulgada para todos aqueles que estão envolvidos.

Hoje, já foi declarado pela OMS, como foi dito aqui, que a situação virou uma pandemia. Nós temos que alinhar novamente nosso estudo, mas esse caso específico do coronavírus, como foi dito, é um acompanhamento diário. Nós precisamos estar cientes das coisas, nós precisamos participar de todas essas ações desenvolvidas para o coronavírus, para que possamos alinhar um entendimento que não cause prejuízo para todo mundo.

O Ministério do Turismo está à disposição tanto dos consumidores como dos empresários, porque nós recebemos demandas de consumidores e tentamos alinhar para não falarmos coisas divergentes. Portanto, a gente está à disposição realmente para poder trabalhar junto e minimizar esse impacto.

Acho que é isso que nós temos para falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – É importante a fala do Ministério do Turismo.

Eu também terei algumas observações ao finalizar este bloco.

Para finalizar este bloco, eu passo a palavra para a Dra. Luciana, que representa a Comissão de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB. A Dra. Luciana tem oito minutos – pode ficar em pé, se preferir; posso passar o microfone sem fio – para fazer sua apresentação, lembrando que não precisa levar susto um minuto antes.

A SRA. LUCIANA RODRIGUES ATHENIENSE (Para expor.) – Dr. Rodrigo, agradeço, em nome da Dra. Marié, nossa Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB, a oportunidade.

Acredito que é realmente muito importante este encontro, porque nós advogados, junto com PROCONs Brasil, a todo momento, estamos sendo surpreendidos com relatos de consumidores em relação ao coronavírus.

Faz duas semanas que nós fomos surpreendidos com o aumento intenso do coronavírus na China, Coreia do Sul, Itália. Fomos surpreendidos na sexta-feira com a quarentena daquele navio na Califórnia. Então, somos surpreendidos a todo momento. Ao sair daqui, a gente não sabe se vai haver mais um navio assim ou como está a situação. Então, realmente nós temos que ter cautela, cautela sobretudo com a responsabilidade.

Quando eu ouvi o representante do Ministério da Saúde, confesso que fiquei muito preocupada. Parabenizo-o pela honestidade, porque nós temos que ter a honestidade de saber que, daqui a duas semanas, isso vai aumentar e que, como está acontecendo com a China, vai diminuir num prazo de seis semanas. É nisso que temos que acreditar, porque nós consumidores queremos continuar viajando e queremos que os senhores continuem vendendo seus transportes aéreos e seus cruzeiros.

Nós temos aí a informação. Temos que ter realmente a cautela de observar as entidades, como a OMS, que falam em que cidades, áreas e locais com Covid-19 o vírus está se espalhando amplamente. Por quê? Qual é a chance? Você tem a chance maior de pegar o Covid-19 nessas áreas em que o contágio está, a cada dia, triplicando.

Realmente me causou a impressão de que todos nós que apresentamos estamos falando de ontem, porque eu não sei o que vai ser hoje no final da tarde e não sei o que vai ser amanhã. E essa cautela também nós tivemos.

Quando o Ministério da Saúde está falando: "Avalie a necessidade real da viagem; adie, se possível", qual é o receio do consumidor? O que nós, advogados, estamos recebendo a todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento? Risco de contrair o vírus. Falo com tranquilidade, representando os advogados na nossa comissão. Os consumidores, além do medo, estão com medo da quarentena. Esse que é o pavor. O pavor é de ser surpreendido não só no hotel no exterior, mas também no navio. Esse é o pavor. O pavor que a toda hora nós, advogados, estamos ouvindo relatos, falando: "Olha, eu até viajo. E se acontecer, como aconteceu nas Ilhas Canárias? Em Innsbruck? Em Tóquio? E, na sexta-feira passada, na Califórnia?" Esse é o temor. É a quarentena. É a quarentena, principalmente vinculada ao quê? Ao seguro viagem. Ao seguro viagem, que ele não consegue obter assistência. Ao seguro viagem, que exclui epidemias e pandemias. Se o consumidor é vulnerável, ele está numa situação ainda mais.

Qual é o perfil desse turista que está a todo momento buscando consulta a nós, advogados, e ao Procon, Filipe? Eles adquiriram, com antecedência, passagens, pacotes e cruzeiros até meados de fevereiro deste ano, até por volta do dia 20 de fevereiro. Não foi agora, foi até 20 de fevereiro que essas pessoas compraram. Não tinha noção, como os senhores também. A gente não tinha noção – não vou falar "avalanche" – do que está acontecendo e do que irá acontecer. Essas pessoas não tinham a noção.

E viagem a lazer, a negócio, quantos congressos foram cancelados? Quantos seminários estão sendo cancelados a todo momento na Europa, Itália, Brasil? Recebi telefonemas, colegas também falando. Já estão sendo cancelados. E as pessoas de 60 anos? Sessenta anos, principalmente... Quem é representante de cruzeiro sabe. Esses que são os turistas, porque nós estamos, vamos dizer, em baixa estação. Esses que estão buscando o cruzeiro, que é o desespero, porque, muitas vezes, eles já saíram do mercado. Pessoas de 70, 80 anos, estão viajando agora e o desespero é esse: pessoas acima de 60, 70, 80, cancelarem a viagem nessas regiões mais afetadas. Esse que é o perfil. É aquele que está viajando a lazer, aquele viajando a negócio e aquelas pessoas que têm uma idade mais avançada.

Qual é o desejo do consumidor? Tenho a responsabilidade e a transparência de falar para os senhores, como advogada militante e representando a Comissão de Defesa do Consumidor da OAB. Os consumidores querem celebrar acordo. Eles querem celebrar acordo com fornecedor de serviços turísticos. Ele quer celebrar, mas ele quer marcar um serviço turístico, remarcar num prazo razoável.

Estamos vendo companhia aérea falando: "até dia 30 de abril", "até maio". Se me desse certeza... Não temos certeza, gente. Ele quer remarcar para o segundo semestre. Ele está querendo remarcar para daqui um ano, que é a validade da tarifa, da sua emissão. Nós temos que ver que cada caso é um caso, óbvio, mas ele quer remarcar, porque ele está vendo que, nestas últimas duas semanas, está explodindo e cancelar a viagem, porque quando daquele turismo de negócio, ele já teve a viagem, o seminário, congresso, um evento já cancelado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele está querendo cancelar a viagem ou receber o dinheiro, sim. Pode-se até cobrar uma multa – uma multa razoável. Pode-se cobrar uma multa, uma multa no bom senso, na boa-fé das partes contratadas. E qual é a dificuldade, nas duas semanas em que nós, advogados, estamos nos deparando com isso? Dificuldade de celebrar acordo ao telefone. Quantos relatos falam, os meus colegas também relatam, que o consumidor ficou uma hora ao telefone, duas horas ao telefone. Não está conseguindo celebrar este acordo. Curto prazo para remarcação. "Tudo bem, eu remarco para daqui a 30 dias, daqui a 35 dias".

Multas elevadas do contrato. Cancelamento: "Ah, você que está cancelando, consumidor, então, você tem que estar ciente da multa." Perda total do bilhete, principalmente, passagens promocionais: "Ah, você comprou uma passagem barata, você sabia." "Eu não sabia dessa pandemia, quando eu comprei, até meados de fevereiro, eu não tinha essa noção." "Ah, mas você sabe que passagem promocional tem as restrições; então, eu vou só lhe restituir a taxa de embarque, que é o seu direito."

Multas elevadas dos cruzeiros. Plataformas digitais dos hotéis: "Ah, você comprou por cláusulas, sem reembolso, você sabia disso." E realmente ele sabia. Até 20 de fevereiro ele tinha noção, quando ele comprou a passagem, mas ele não tinha noção da proporção que tomou.

Então, por ele não ter noção dessa proporção, que ele comprou a passagem barata. Ele não tinha noção da proporção, e ele comprou o hotel não reembolsável. Ele não tinha noção e ele tem um código, ele tem um Código de Defesa do Consumidor. Temos um Código Civil, art. 421 e 422, boa-fé, interesse social: "Ah, mas você assinou o contrato". O contrato é lei entre as partes. E o nosso Código de Defesa do Consumidor? Rasgamos. Rasgamos, Senador, o nosso Código Defesa do Consumidor? O que vale agora é o contrato? Não, o que vale é o bom senso, uma transparência e obedecer a Lei do Consumidor. Temos que obedecer. Esta lei, que eu saiba, até este momento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA RODRIGUES ATHENIENSE – Levei susto, mas vamos lá.

Que eu saiba, até esse momento é essa a lei que vigora em relação ao consumidor e ele tem que ser respeitado.

Nós tivemos uma decisão de São Paulo – os senhores que trabalham com companhia aérea sabem – em relação a isso, mas isso aqui foi de um pacote em que forneceu uma multa de 20%, na época da gripe H1N1. Ontem, liminar do Rio Grande do Sul, em que a juíza do Rio Grande do Sul, em virtude do Covid-19, transporte aéreo, Itália, falou que: "(...) diante o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exposto, defiro o pedido de liminar, para que as rés possibilitem a remarcação no prazo de um ano".

Ministério Público Federal, já falamos também. Fizeram, amparados pelo nosso Código de Defesa do Consumidor, uma recomendação para Anac para que se proceda sem ônus para o consumidor o cancelamento das viagens a um prazo de 12 meses, naquelas situações e locais amplamente reconhecidos e atingidos pelo coronavírus.

Gostaria de pedir aos senhores, imensamente... Até dia 10, ontem, fizemos uma pesquisa em cada *site* de vocês. Não sei como foi hoje de manhã, porque saí cedo de Belo Horizonte, mas, por favor, quando a gente olha nos *sites* de jornais, falam uma coisa, quando nós, advogados, confirmamos no *site* de vocês, nem sempre há essas informações. Então, seria interessante haver informação clara. "Ah, cada caso é um caso": é lógico, nós sabemos, mas forneça informações claras ao consumidor. O que está acontecendo é agora. Informe não só para a imprensa, mas no seu *site*.

Conclusão: evitar viajar para zonas com casos já confirmados, o consumidor entrar em contato para remarcar a viagem ou cancelar com uma multa razoável, uma conciliação. Conciliação é sempre muito bom, mas a conciliação tem que ser correta. Nós, advogados, observamos o seguinte: a melhor conciliação é quando as duas partes cedem, é quando as duas partes saem satisfeitas, consumidor e fornecedor – essa que é a boa conciliação –, mas não se pode impor a conciliação com ônus exclusivo ao consumidor. Assim, não; assim não pode. Então, vamos sentar e vamos conciliar. E, se não obtivermos sucesso, infelizmente teremos que recorrer à Justiça. E não podemos esquecer, Senador, que o Código de Defesa do Consumidor reconhece o consumidor como a parte vulnerável da relação, devendo ser devidamente protegido.

Agradeço, em nome da nossa Presidente, Dra. Marié, pela oportunidade. E acredito que esta reunião seja de suma importância, pela responsabilidade de cada um dos senhores. Nós, Filipe – eu, representando a OAB –, temos que nos ater não só ao nosso interesse, mas ao interesse por que está clamando o consumidor, porque é ele que quer viajar, é ele que acredita na marca, é ele que acredita na responsabilidade. Então, nós, advogados, os senhores políticos e os senhores empresários temos uma responsabilidade de suma importância, hoje, agora.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dra. Luciana, com a sua apresentação, vamos encerrar este primeiro bloco de apresentações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, eu quero fazer um destaque da sua fala. Realmente me chamou muita atenção a forma veemente com que foi demonstrado que o consumidor, quando busca a solução diferente do que está no jornal, a resposta é outra. Mas também demonstrou aqui que o interesse maior – e o consumidor busca isso, é resolver o problema – é conciliar.

Então, o que nós queremos aqui e vamos demonstrar isso durante o resto da tarde, não é querer que o consumidor se dê bem, por querer que as empresas se deem mal, não é isso. Queremos buscar, diante de um fato novo, qual é a melhor solução. Então, a sua apresentação foi importantíssima para dar um passo nesse sentido.

Também agradeço a presença do Presidente da ProconsBrasil e o parabenizo pelo alerta que fez para toda a população brasileira, através de nota técnica que teve alcance imediato. A tecnologia também ajuda para isso, mas também os representantes, na sua conta, fizeram com que se passasse uma segurança para quem investiu não só os recursos financeiros, mas o tempo e os sonhos para fazer uma viagem a passeio com a família, outros para fazer uma viagem de negócios. Então, não sabem, muitas vezes, quais são os seus direitos. E a nota técnica deixou muito claro que o consumidor tem, sim, direitos a serem preservados.

Eu menciono também a nota técnica emitida pela Secretaria Nacional do Consumidor. Temos o Dr. Andrey como representante do Ministério da Justiça. Tive que me ausentar, retornei rapidamente, consegui pegar o final da fala e gostei da parte que eu ouvi, dizendo que poderia, inclusive, diante do caso, até ser revista a nota técnica, que de certa forma poderia deixar o consumidor sem saber de fato se ele teria como rebater algumas informações que chegam através das empresas.

Mas o assunto, a cada dia que passa, ganha tanta relevância, como foi demonstrado – e a sua fala também foi nesse sentido – pelos órgãos oficiais. O Secretário do Ministério da Saúde aqui demonstrou que nós estamos numa situação pela qual outros países já passaram e que será inevitável haver uma curva ascendente. Então, é uma preocupação geral. As informações que eu tenho aqui nos corredores são de que, inclusive, países como a Alemanha têm expectativa de que cerca de 70% das pessoas venham a ter o corona vírus.

Então, repito mais uma vez: olho para uma fotografia de Veneza e fico assustado, porque onde estão as pessoas? Os museus, todos os senhores sabem como são. Sabem, porque trabalham nessa área, como são os museus na Europa, e hoje os museus estão vazios. Então, tudo isso tem um reflexo lá e não vai ser diferente aqui. Então, a preocupação é a mesma. Por isso, a interlocução com o Ministério do Turismo será cada vez mais importante, interagir e buscar uma simetria de informações para os empresários, para os consumidores e também para todo o Poder Público. Então, agradeço a explicação dos senhores e passo a fazer o convite para os próximos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está desfeita esta mesa. Obrigado.

Só não vou cumprimentar aqui porque eu vim ali do Plenário. (*Risos.*)

Inclusive, o Plenário do Congresso é um local de alto risco, porque todos nós viajamos semanalmente, duas vezes, no mínimo, a todos os locais do País, todos se reúnem num ambiente fechado. Então, o local é de alto risco, sem dúvida nenhuma, de contaminação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – É verdade.

Dando sequência, eu convido o Sr. – espero que haja cadeiras suficientes aqui – Marcelo Bento, representando a Azul Linhas Aéreas; a Sra. Gislaine Rossetti, representando a LATAM; a Dra. Renata Fonseca, representando a GOL; representando a TAP, a Sra. Bruna Chimenti; representando a MSC, a Dra. Luciana Quintana; o Sr. Mario Junqueira, representando a Royal Caribbean; Sr. Renê Hermann, representando a Costa Cruzeiros; e Sr. Luiz Eduardo, representando a CVC.

Senhores, devido ao número de participantes, eu peço às empresas que possam fazer a sua apresentação no prazo máximo de cinco minutos, um prazo razoável, tendo em vista que ninguém aqui precisa fazer explicações sobre o que é o corona vírus. Algumas pessoas têm voos marcados, outros aqui solicitaram a preferência de fala. Vamos dar a melhor sequência possível.

Mas, antes, eu gosto de fazer sempre isto: tentar desativar o botão do piloto automático. Então, às vezes, a gente vem preparado para uma coisa, estuda aquele determinado assunto e acaba ficando restrito à nossa atuação, mas, se pararmos para imaginar onde nós estamos sentados – e eu chamo sempre essa responsabilidade – nós estamos aqui numa Comissão de Defesa do Consumidor do Senado Federal. Nós estamos aqui diante de uma situação em que podemos gerar problemas ou evitar problemas. Eu digo isso porque também quero interagir muito mais com os senhores e com as senhoras, em vários outros temas. Por exemplo, quando se fala hoje em cancelamento de voo, há uma insegurança jurídica, inclusive para os senhores, ou seja, a normatização não é padrão e não é respeitada como deveria ser – a antecedência de prazo, compras feitas fora do estabelecimento, a tarifa que é cobrada, a multa que é cobrada.

Então, buscar normatizar esta situação é um dos objetivos desta Comissão, que está estudando fortemente esses assuntos para que a gente possa evoluir e, como eu falei, evitar problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, eu irei passar a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Luiz Eduardo, representante da CVC, para fazer sua apresentação. Inclusive, pode utilizar o microfone sem fio se assim preferir. Está ao lado.

O SR. LUIZ EDUARDO FALCO PIRES CORREA (Para expor.) – Está bom aqui. Obrigado.

Obrigado, Senador Presidente.

Cumprimento as autoridades presentes aqui.

Os operadores de turismo – depois, nós teremos aqui o representante da Braztoa – são intermediários. Talvez, por isso, nos nossos *sites* nem pode haver política de cancelamento, porque, senão, a gente teria que repetir de todos os fornecedores, teria que botar da Alitália, da Air France, da Lufthansa e de todos os destinos do mundo, e de todos os navios do mundo, e de todos os receptivos do mundo e talvez isso não fosse efetivo.

Então, os operadores são intermediários e, por serem intermediários, seguem as políticas dos nossos fornecedores de navio, de avião, de hotel, de todas as classes. O que a gente tem visto, é claro, é que a vida é inegociável, não dá para negociar a vida, mas também é importante a gente, como disse a doutora ali, ter o bom senso de chegar a um acordo, porque a vida das empresas também é inegociável. Senão, a gente vai terminar num lugar em que a saúde das pessoas vai estar boa e a saúde das empresas vai estar ruim e, talvez, não seja o melhor lugar do mundo para se chegar. A gente tem que chegar num bom senso aí de qual seria o melhor lugar. Acho que foi bastante enfatizado aqui, com muita inteligência, Presidente, a questão da administração do dia a dia e acho que isso tem que permear a gente daqui para frente.

Quando aconteceu o óleo lá, no Nordeste, nós fizemos propaganda para irem para o Nordeste, porque o Nordeste não tinha problema. Havia algumas manchas de óleo na praia, mas não tinha problema, o mar continuava lá, a piscina continuava lá, tinha caipirinha na piscina e nós conseguimos mitigar fortemente o impacto do Nordeste, que mesmo assim foi forte.

Quando a gente fala em consumidor, é claro que o consumidor tem razão, ele é fruto do nosso motivo de estar aqui, todos aqui são prestadores de serviço, mas ele também tem razão de tirar férias, porque, às vezes, quando o cara conseguiu comprar com antecedência e, às vezes, não é só porque é barato não, pessoal, é por causa de crédito mesmo. Os senhores têm que entender que são dois e meio consumidores para um cartão de crédito. Então, para caber ali, ele tem que ter as parcelas. Então, às vezes, ele compra porque é barato, mas também porque ele tem acesso ao crédito. Ele criou um sonho na vida dele, contou para todo mundo, a esposa contou para suas amigas, quer dizer... É importante quando a gente vê a satisfação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor, porque, às vezes, o ato da compra dá mais satisfação do que o ato de tirar as férias, o que para mim é uma coisa estranha, mas assim são os números.

Então, quando a gente defende o consumidor de um lado, a gente tem que defender o consumidor do outro também, dando as informações corretas. E o que os nossos fornecedores têm feito? Nós somos do turismo, não somos da saúde. A gente tem que seguir a turma da saúde. Então, quando a saúde diz que para lá não vai, para lá não vai e a gente tem visto os nossos fornecedores flexibilizarem de uma maneira impressionante, e aí com muita flexibilidade mesmo. Até o minuto em que não é dito que para lá não vai, então, vai, como foi o óleo do Nordeste, o.k.?

Eu estou vendo o Senador reclamar ali do impacto no Estado dele. Se a gente fizesse a propaganda do óleo do Nordeste na Europa, do que foi feito no Brasil, o senhor ia ver um impacto muito maior.

O coronavírus, os números que temos aí, a exposição de mídia dele é 50 vezes maior do que qualquer outra epidemia do mundo. Então, quando a gente fala de HIV, H1N1, *flu*, qualquer uma delas, historicamente... A gente conhece a Aids há quantos anos? Vinte anos. Historicamente, 20 anos de exposição é 50 vezes menor do que a exposição que nós tivemos nos últimos meses.

Então, também a informação para o consumidor é muito importante. A gente tem que dar a informação para ele até para que ele possa tirar férias. Se o cara achar que o Nordeste, a Praia do Futuro está com óleo e a outra praia não está, ele programou aquelas férias, ele quer ir, conseguiu crédito, tirou a criança da escola, tal, por que ele não vai? O que a gente fala para o hoteleiro lá do outro lado? Que ele vai ficar com o leito vazio por causa do quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ EDUARDO FALCO PIRES CORREA – Quanto a gente olha os números de cancelamentos, a gente vê que o cancelamento dobrou. Então, assim, o cancelamento sempre existiu, por qualquer motivo – faleceu a mãe, eu não quero mais, quebrei a perna, qualquer motivo –, e ele dobrou, o que significa que hoje nós temos pessoas assustadas, mais ou menos, e isso é dado de hoje, do que todos os outros motivos e a gente precisa tratar essas pessoas assustadas com dados e fatos, como os senhores propuseram aqui. Ou seja, para lugar que não dá para ir, não dá para ir; e, para lugar que dá para ir, é muito bom que o senhor consiga tirar suas férias, porque, mais ou menos, o consumidor tira férias a cada quatro anos, pessoal. E, se ele não tirar agora, ele vai tirar daqui a quatro anos. Isso a gente também não tem o direito de tirar dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria falar para os senhores o seguinte: os nossos fornecedores têm sido bastante flexíveis, a administração é do dia a dia, os acordos de multa eu acho que, quando vêm esses estresses que a doutora citou ali, são coisas, eventualmente, do passado, porque as políticas podem ter vindo e mudado, por causa dessas novas informações. Eu não tenho visto ninguém não cancelar ida para a Itália se a Itália fechou, até porque não dá para entrar na Itália. Eu tenho visto muita renegociação de destino e, obviamente, quando a senhora fala em milhões de pessoas, vai ter sempre um caso aqui, um caso ali, mas eu não estou vendo isso na indústria. Pelo contrário, eu estou vendo a indústria mobilizada para tentar, de um lado, fazer o consumidor tirar férias e, do outro lado, informá-lo corretamente, cuidando, sim, da saúde do nosso consumidor e cuidando, sim, da saúde das nossas empresas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sr. Luiz Eduardo, a sua fala corrobora o que eu imagino venha a ser o resultado desta audiência, que é justamente as empresas também assumindo suas responsabilidades, de preferência de maneira ativa, dando informações claras, precisas, inclusive ostensivas, para que o consumidor encontre com facilidade essas respostas.

Na sua fala eu aqui só discordo num aspecto, porque foi dito logo no início que se trata apenas de uma operadora que é intermediária da relação. Muitas vezes, o consumidor vai para um hotel na Suíça, mas contrata a intermediadora. Essa situação coloca também a intermediadora como sendo uma das responsáveis por essa cadeia de consumo e o consumidor, muitas vezes, não tem acesso ao hotel em si. O contato dele foi apenas com quem intermediou essa relação. Então, ele busca ali saber, neste momento, qual é a política de cancelamento, como ele faz.

Então, aqui eu faço um apelo a todos que trabalham nessa linha de intermediação que possam, sempre que possível, auxiliar esse consumidor, que, em algumas situações, pode não saber nem a língua do outro país que está sendo falada, nem como proceder em determinadas situações.

Então, é um apelo que eu faço, tendo em vista que os órgãos de defesa do consumidor agem nesse sentido também, fazendo algo que extrapola suas atividades, que é esse contato, inclusive em outras línguas, com outras legislações e que poderia ser muito melhor respondido por quem também faz parte dessa cadeia de relação de consumo, que é um fornecedor daquele outro serviço que está sendo ofertado em outro país.

Então, faço esse destaque, ressaltando aqui a importância – V. Exa. bem disse isso – do trabalho de todo o segmento turístico, pela campanha que foi feita referente à mancha de óleo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Nordeste. Foi um trabalho – eu havia dito no início da minha fala – importantíssimo para mostrar a realidade e, hoje, a realidade é muito diferente da que foi demonstrada naquele período, dita pelo próprio Secretário de Saúde que aqui expôs, que é uma situação, de fato, para haver uma postura enérgica e preventiva de todos que assim puderem fazê-lo.

Então, só busco realmente acesso à informação até para que o próprio serviço oferecido pelos senhores não venha a ser prejudicado. Dou um exemplo: em Maceió, uma cidade turística, um Vereador buscou o Ministério Público Federal para proibir que a embarcação que estava chegando da Europa fosse atracada lá, no Município, buscando o quê? Proteger os maceioenses. Ele disse: "Olha, não tenho nada contra os italianos, contra os espanhóis, mas eu quero proteger os maceioenses". Olha só que insegurança essa!

Então, essa forma de diálogo sobre um assunto que é inesperado, mas que é realidade, é o que faz com que situações como essas sejam necessárias até para evitar problemas maiores.

Agradeço muito a presença do senhor aqui pelo vasto alcance que tem para os seus consumidores a informação sendo passada de maneira precisa. Acredito que isso elimina muitos problemas.

Agradeço e, logo em seguida, eu já passo a palavra para o Sr. Mario Junqueira, representando a Royal Caribbean.

O SR. MARIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR – Em nome da Associação...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, em nome da Associação, falará o Sr. Renê Hermann.

O SR. RENÊ HERMANN (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão e o autor do requerimento, Exmo. Sr. Senador Rodrigo Cunha, componentes da Mesa, convidados e imprensa presentes.

Somos três empresas aqui, representando a Clia aqui presente, e, como o primeiro a fazer o uso da palavra, tenho uma pequena introdução a fazer.

Antes de mais nada, vale dizer que estamos passando por um momento de grave crise mundial, como todos sabem, mas nem mesmo com Sars, H1N1, torres gêmeas tivemos esta repercussão e este impacto. A boa notícia é que um dia, e, logo, esperamos, isso vai passar. É importante ressaltar que temos a segurança e a saúde dos nossos passageiros, tripulantes e comunidades que visitamos como nossa prioridade.

Fazemos parte da Clia, que é uma associação internacional com 50 companhias e 272 navios de oceano, que somam quase 600 mil leitos e que se renovam a cada sete dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, estamos na décima semana do ano e já hospedamos 6 milhões de cruzeiristas em 2020. Até agora, tivemos problemas em dois navios dentro dos 272 navios da associação, um número muito pequeno em relação ao nosso universo.

Somos umas das únicas indústrias que levam um hospital junto com os hóspedes e seguimos protocolos avançados para que a limpeza e a higiene estejam sempre entre os níveis mais altos.

A regulação do setor é feita por órgãos internacionais, como a Organização Marítima Internacional, e seguimos a OMS (Organização Mundial de Saúde), além de todas as autoridades locais. Levamos tudo muito a sério e não poderia ser diferente, pois assumimos nossas responsabilidades e buscamos dar a melhor experiência de férias para os nossos hóspedes, para que tenham momentos agradáveis e inesquecíveis.

Gostaríamos de estar aqui para falarmos mais da evolução das viagens em navios de cruzeiros, os impactos econômicos para comunidades e países, a geração de emprego, os benefícios sociais, o respeito ambiental e as últimas tecnologias que estamos implementando agora e para os próximos anos. Temos mais de cem novos navios para entrar em operação até 2027 e estamos trabalhando para trazer mais desses equipamentos para o nosso País, que nessa temporada teve oito navios de cabotagem e outros 28 de longo curso.

Esperamos terminar a temporada com mais de 500 mil cruzeiristas, 35 mil empregos gerados, R$2,2 bilhões de impacto econômico. Somos uma indústria fortemente inclusiva, pois nosso principal canal de vendas é o agente de viagem e o operador aqui presentes através da CVC, Abav e Brastur. Nossos cruzeiristas se transportam antes, durante e depois dos nossos itinerários, utilizando todos os modais de transporte. E aqui nossos parceiros presentes: companhias aéreas e Abear.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENÊ HERMANN – Além disso, utilizamos receptivos locais com seus guias oferecendo atrações e passeios que mostram o que os destinos têm de melhor.

Não podemos esquecer os hotéis que são oferecidos juntamente com nossos pacotes, antes e depois das viagens, e muitas vezes com *day use* nas nossas escalas.

Agora, com relação aos temas desta audiência pública, vale ressaltar que o turismo anda junto, de mãos dadas, com todos os segmentos envolvidos. E quando temos uma crise como essa, todos perdem. Basta ver que, com um cancelamento, não é só a nossa indústria que perde. Como eu acabei de dizer, o agente, o operador, companhia aérea, hotel e prestador de serviço também perdem muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando de Costa Cruzeiros e quanto às penalidades, agora, em março e abril, nós temos centenas e centenas de passageiros fazendo cruzeiros na Europa e nós estamos negociando carta de crédito para todos esses passageiros, para que eles possam remarcar as suas viagens para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – O.k.

Dando sequência, passo a palavra ao Sr. Marcelo Bento, representando a Azul Linhas Aéreas.

Só reforço realmente a necessidade de cumprirmos o tempo, porque temos aqui vários debatedores.

O SR. MARCELO BENTO (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, Senador, eu gostaria de agradecer a oportunidade porque, afinal, esta Casa é de debates e esse assunto é um assunto complexo porque envolve não apenas as questões individuais dos consumidores, mas mesmo a nossa sobrevivência como empresa, como indústria, as nossas responsabilidades com os nossos funcionários, com as famílias dos nossos mais de 15 mil funcionários, com os nossos fornecedores, com os funcionários e as famílias desses fornecedores.

Então, de verdade, nós, como indústria, passamos hoje talvez pelo – e eu posso falar mais especificamente pela Azul – maior desafio por que essa indústria passou nas últimas décadas, maior do que com outras epidemias anteriores, maior do que com os atentados terroristas porque ele é de fato mundial. Então, ele não nos permite diversificar o risco, ou seja, tirar voos da Europa, colocar para os Estados Unidos, parar voos internacionais e colocar mais voos no Brasil, ele nos atinge em todas as partes. Principalmente no caso das empresas brasileiras, nós somos duplamente penalizados. Além da questão da demanda, que nos afeta, simplesmente nos obrigando a cancelar uma enorme quantidade de voos e criando bastante incerteza quanto a como vamos liquidar as nossas contas porque eu continuo pagando aluguel de aeronaves, continuo pagando salários, continuo pagando todos os meus custos fixos que existem – e são muito relevantes –, além de tudo, essa crise mundial fez com que o valor do dólar no Brasil disparasse e isso nos afeta tremendamente, uma vez que metade dos nossos custos são dolarizados. Então, um aumento de 20% na cotação do dólar, que é o que aconteceu agora, recentemente, significa, para nós, na Azul, individualmente para a empresa a qual eu represento, quase R$1 bilhão a mais de custo em 12 meses. Se o senhor pegar a soma das empresas que estão aqui representadas, estamos falando de uma cifra bilionária de custos adicionais, além de todos os custos de cancelamento, de uma frota parada, de não operar voos, de não ter clientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos vendo lá fora são as empresas europeias com mais da metade da frota parada, dependendo de onde elas estão, algumas com mais do que isso. Estamos vendo as empresas americanas parando também, com uma queda de demanda de metade – de 50% a 70% – nos voos domésticos. Ou seja, isso é o que nós vamos passar agora. Pelo que vimos – nós não sabemos exatamente quando –, vamos passar por um período negro e, com certeza, nós precisamos defender a nossa sobrevivência.

Eu acho que grande parte da questão que se coloca aqui com relação ao consumidor tem dois momentos. Há um momento em que esse horizonte não era tão visível e em que evidentemente pessoas se programaram para viajar e foram obrigadas, em algum momento – ou se acharam obrigadas, ou quiseram –, a modificar seus planos de viagem. Nós, talvez no Brasil – pelo menos no caso da minha empresa –, tivemos a sorte de ter um pouquinho mais de tempo. Então, nós pudemos efetivamente cancelar de antemão 30% dos nossos voos internacionais. Isso fez com que nós diminuíssemos bastante o calor desse problema e pudéssemos trabalhar casos mais difíceis, mais fortuitos, caso a caso.

Temos e tivemos um índice baixíssimo de reclamações e etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BENTO – Mas o que eu posso dizer, para não tomar mais tempo – e que é muito relevante –, é que nós não podemos nos dar ao luxo de, daqui para a frente, com consumidores que sabem o risco que vai acontecer, permitir o que a gente chama de *banking* nos nossos voos, que é segurar assento sem nenhum motivo ou segurar vários assentos no voo sem motivo e sem penalidades adequadas, porque isso me impede simplesmente de vender assentos para quem realmente vai viajar.

Então, no final, além de ser obrigado a operar um voo que, provavelmente, já não tem a ocupação desejada, não tem os preços desejados, ainda nos defrontaremos com assentos cancelados de última hora, sem que se tenha nenhum desincentivo para que isso aconteça.

Isso é muito grave, porque, além desse efeito, ainda por cima me impede de replanejar a minha malha, vamos dizer assim, a mais curto prazo, porque nós estamos vendo lá um mapa de ocupação "x" e, se, de repente, há muitas pessoas que estão segurando, indevidamente, assentos em vários voos, porque sabem que não haverá nenhuma consequência, isso cria um efeito nefasto nas decolagens efetivas, sem que eu possa ter antevisto nem três dias antes.

E isso cria mais problemas com o consumidor, porque, enfim, ninguém vai operar um voo intercontinental com 20 assentos, e esses 20 que estão lá vão ser prejudicados, e por aí vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante que se tenha responsabilidade e responsabilização por uma compra efetuada – num grau de razoabilidade, evidentemente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Sr. Marcelo, eu agradeço por sua apresentação. De maneira extremamente equilibrada, colocou o seu ponto de vista, inclusive demonstrando que essa situação, de ter um mapa de ocupação incerto, o próprio *banking*, como você fala, de segurar as informações, prejudica o negócio, sem dúvida nenhuma. Então, há prazo, para que se ajude o consumidor, porque o preço já se torna muito mais elevado.

Então, é identificar essas situações e tentar tornar o menos oneroso possível para a empresa, mas também o mais honesto para o consumidor.

Também quero parabenizar a sua fala aqui, na preocupação que demonstrou. Aqui a gente falou de economia, falou das empresas, falou dos fornecedores, mas você aqui mencionou os funcionários. De fato, eu acho que é uma categoria que está muito ameaçada por toda essa situação. Talvez, de todos os que nós estamos falando aqui, sejam aqueles que mais correm risco. Então, é uma situação extremamente delicada, e essa preocupação é importante por quem está representando a empresa.

Então, dando sequência, eu passo a palavra para a representante da Latam – corrija-me se é "Gisláine" ou "Gislâine"...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – "Gislâine" Rossetti, representante da Latam Airlines.

A SRA. GISLAINE ROSSETTI (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada.

Corroborando então o que o meu colega aqui, o Marcelo, colocou, há alguns pontos que a gente precisa deixar claros, como o de que esta é, realmente, uma crise sem precedentes, e a gente tem que, nessa hora, ter muita serenidade, muita calma, num contexto de como a gente vai atuar.

Então, a Latam... São vários pontos dessa equação, e todos eles são superimportantes, mas os pontos que são prioridades e que a gente, desde o início desta crise, está acompanhando de perto são a saúde e a segurança dos nossos colaboradores, da nossa tripulação, dos nossos clientes. Enfim, a gente tem que cuidar, a gente tem que estar muito alinhada com as determinações das autoridades, do Ministério da Saúde, da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da Latam, nos países onde ela opera – porque houve muitas determinações realizadas pelas autoridades dos países –, a evolução desse caso foi exponencial, como o próprio representante do Ministério da Saúde disse aqui para a gente. Então, o que acontece? Desde a gente olhar a questão do próprio cuidado, ou seja, de implementar os protocolos dos passageiros, dos clientes que estavam vindo nos voos internacionais, a gente estava num trabalho muito constante com a Anvisa de assegurar todo esse protocolo. A gente criou todo um trabalho, todo um comitê dentro da Latam para olhar esses diversos pontos da cadeia toda.

E acho que todos os colegas aqui, foi bem dito isso... A gente precisa cuidar de olhar toda a questão que envolve funcionário, que envolve as autoridades, que envolve a sociedade, que envolve a parte também econômica. Então, é uma crise em que você tem que ter visão sistêmica do processo. E aí, ao mesmo tempo, a gente lida com também notícias que chegam de tudo quanto é lado. E eu acho que a gente até começa a entender um pouco que a narrativa, o medo... É uma crise que é muito focada no medo, no receio das pessoas de tomar qualquer decisão de viagem, muitas vezes para um país até que não está aparentemente afetado, porque agora, hoje foi a pandemia. Então, acaba que se gera um estado de medo e a gente tem que lutar contra *fake news*. Então, também há esse outro lado da informação que acaba proliferando e a gente, como empresa – e também foi dito aqui por vários representantes –, tem que cuidar dessa comunicação consistente, tanto dentro da empresa, como junto com os nossos clientes.

Dito isso, olhando na perspectiva mesmo do cliente, no sentido de que ele vai ser assistido, no sentido de, se ele comprou uma passagem, como é que fica a situação dele, então as decisões da Latam foram tomadas olhando toda essa ótica, não só um prisma. Por exemplo, a flexibilização lógica das políticas comerciais primeiramente passa por entender o que os países e as autoridades estão tomando de decisão. Então, a gente teve o caso da Itália, a gente suspendeu o voo de Milão. A gente teve várias medidas desde o início desse processo, inclusive com o contexto de Ásia, que também se conectava via Europa, então a gente também tinha que cuidar desses clientes que estavam indo para lá.

A gente teve o caso, então, de Milão. Depois a gente teve flexibilização de alguns voos internacionais para também passar para os clientes que a gente está olhando para a necessidade dele. E também anteontem houve a restrição da Itália junto com Espanha...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GISLAINE ROSSETTI – ... depois houve Chile, França. Então, os países começaram a fazer as restrições, e a gente começou a trabalhar as políticas, olhando para esse contexto.

E é muito importante não perder de vista que o impacto será grande para a indústria, o impacto será grande para a Latam. Nós estamos trabalhando em várias medidas de contenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de custo, olhando todo o impacto que isso vai trazer, porque realmente a nossa maior preocupação é o emprego dos nossos colaboradores.

Então, aqui eu ouvi muito a questão de a gente ter a questão de defesa do consumidor, que, pela premissa, não se discute, mas a gente precisa olhar pela ótica econômica, porque, no impacto, se a gente começar a abrir, como o meu colega aqui colocou, a gente vai ter realmente um desemprego em cadeia, e não é isso que a gente quer, não é isso que a Latam quer. Então, a gente está olhando fortemente para dentro, para poder trazer ações que sejam lúcidas, mas que deem a sustentabilidade para a empresa no longo prazo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Dra. Gislaine, agradeço sua apresentação.

Também, antes de passar à fala dos outros representantes das empresas aéreas, há uma sugestão que eu faço aqui a todos os senhores, que se aperfeiçoaram no sistema de atendimento ao cidadão, ao consumidor, principalmente depois da legislação referente ao SAC. Então, a sugestão seria também, num momento como este – e aqui eu ultrapasso as empresas aéreas, mas também os representantes todos que aqui trabalham com turismo –, colocar, em uma das opções no contato telefônico através do SAC, a opção de falar diretamente sobre o assunto que nos traz aqui: coronavírus. Então, seria uma opção para quem ligar, para ele não ter que ficar passando de atendente para atendente – inclusive a sugestão é deixar pessoas especializadas para isso. Eu não quero esmiuçar situações, pois eu poderia – e a princípio eu cheguei com este intuito – perguntar, por exemplo, qual é a política hoje de troca, ou de reembolso, ou cancelamento para quem comprou uma passagem três meses atrás e que, daqui um mês, vai para a Espanha, por exemplo. Então, eu sei que são situações e situações, casos e casos para serem tratados, e, nessa linha, com certeza quem for treinado e capacitado pode evitar problemas, pode reconquistar aquele consumidor que está ali ou pelo menos tranquilizá-lo.

Então, aqui é uma sugestão que eu faço para todos. Seria para, através do atendimento dos *sites* – porque hoje muitos atendem através do *site* também com *chat* –, mas também através do SAC, inserir um contato específico, um número específico para falar com quem já é treinado sobre esse assunto do coronavírus e para haver também informações unificadas, não destoantes. Então, deixo essa sugestão também.

Dando sequência, passo a palavra para a Sra. Renata Fonseca, representando a Gol Linhas Aéreas.

A SRA. RENATA DOMINGUES DA FONSECA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu gostaria de agradecer por esta audiência pública, pois é importantíssimo manter esse diálogo e ouvir todas as partes.

Gostaria também de saudar os Senadores presentes e todos aqueles que participam desta reunião.

Primeiramente, também, gostaria de agradecer a nota técnica que foi feita pelo Ministério da Justiça, juntamente com o Senacon, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, o coordenador-geral de estudos que estava aqui conosco, o Ministério da Saúde, o Ministério do Turismo e o Ministério da Economia. É uma nota muito clara e que traz todas as regras que dizem respeito ao consumidor.

Bom, com relação à Gol, primeiramente acho que é óbvio: nós somos uma concessionária de serviço público, nós somos regidos pela Anac, nós seguimos as regras que concernem ao Direito do Consumidor em si, mas também com relação à Resolução 400, que é uma resolução praticamente nova, uma resolução em que foi discutida essa questão do consumidor e que trouxe muitas benesses para o próprio consumidor. Então, a gente não pode deixar de colocar nesta reunião que a Resolução 400 não traz somente algo privilegiando as companhias, pelo contrário: ela traz ótimas coisas para o consumidor, e isso é muito bom para todas as partes. Isso traz também questões de economia.

Bom, com relação à remarcação, a Gol segue todas as regras que estão descritas na Resolução 400, está de acordo, o *site* está bem claro com relação a essas regras. Nós tivemos várias conversas com a Senacon e outros órgãos de defesa do consumidor, trazendo esse diálogo para tentar melhorar essa informação, para trazer a informação clara para o consumidor. Isso foi feito em conjunto, e hoje nós temos um nível de excelência grande com relação a essa informação. E a Gol está aberta a qualquer momento para sentar com os órgãos, discutir com os órgãos para tentar melhorar essa relação com o consumidor.

Já no que concerne ao índice de ligações ao nosso SAC, realmente, Senador, é importante esse canal direto com relação a essa questão. Nós já temos os índices, e são muito baixos. A Gol é uma empresa com aproximadamente 90% de voos domésticos, o nosso índice de pedidos de cancelamentos ou remarcação com relação a esse assunto é muito baixo. A maioria das pessoas que estão ligando o fazem para saber informações, se haverá ou não cancelamento de voos. E outros casos nós estamos tratando caso a caso, separadamente, até por conta, como os meus colegas acabaram de dizer, de isso não virar simplesmente todo mundo querendo cancelar sem ter realmente ligação com esse assunto. Isso realmente trará um problema na economia muito grande, e precisamos, sim, prestar atenção nessa questão da economia – precisamos, sim, prestar atenção, assim como todos os órgãos do consumidor –, precisamos prestar muita atenção nos nossos funcionários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preservamos, sim... A Gol tem como seu valor número um a segurança, e colocamos isso, sim, como valor número um, mas precisamos, sim, colocar também a questão dos nossos funcionários e da própria saúde das empresas aéreas e principalmente da Gol.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço à Dra. Renata pela apresentação.

De fato, a nota técnica é importante, porque traz vários pontos, mas aqui eu quis ressaltar – inclusive não sei se ainda está aqui o representante – o seguinte: pelo que eu identifiquei, aquela situação sendo demonstrada de que o consumidor tem que comprovar que está colocando em risco sua vida, a sua saúde, acho que inverte um pouco a lógica – não é minha, mas estipulada pelo Código de Defesa do Consumidor. Então, quando se busca que a empresa transporte o cidadão em segurança, não é apenas a segurança física, a gente fala também da biossegurança, ou seja, da certeza de que ele não será contaminado.

Eu acredito que nenhum dos senhores aqui pode afirmar que transportar hoje em determinados percursos um consumidor garantirá que ele chegará ao outro destino sem ser contaminado. Então, isso passa uma interpretação, e é este o ponto fulcral desta reunião: justamente buscar o ponto de equilíbrio para que não tenhamos, não por minha parte, mas por parte de quem está na ponta decidindo... Falamos aqui de decisões judicias. A doutora da OAB aqui mencionou decisões recentes – não sei se ainda está aqui a representante –, de ontem, o que o Judiciário já está decidindo e, a partir do momento em que começa individualmente, acaba sendo um custo muito maior.

Então, repito mais uma vez, o interesse é buscar unificar informações, debater e identificar como cada empresa está agindo para tentar uniformizar. É que, quando surge um caso fortuito ou uma força maior, e isso pode ser um excludente de responsabilidade do fornecedor, a culpa vai para quem? Não é buscar a culpa, mas, assim, a solução para quem está na outra ponta, que não foi responsável também... Será ele o responsável por arcar pelo risco do negócio, que já faz parte do preço do produto que ele já comprou, do serviço que ele já adquiriu? Então, acho que a gente ainda tem que evoluir alguns passos nessa interpretação para buscar esse equilíbrio.

Dando sequência, gostaria de ouvir a Dra. Bruna, que representa a TAP Linhas Aéreas.

A SRA. BRUNA CHIMENTI (Para expor.) – Obrigada pelo convite para estar aqui, Senador, é uma honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como única empresa europeia aqui presente, pelo menos das aéreas, eu preciso trazer alguns dados da IATA para apresentar o cenário na Europa – se ele é grave aqui no Brasil, a situação na Europa é ainda mais grave.

A IATA fez um estudo no qual se estimam 30% de redução no número de voos ofertados, o que é ruim para os consumidores. O prejuízo estimado do setor está entre US$63 bilhões e US$113 bilhões em razão do coronavírus. Há um altíssimo índice, que chega a 50% em algumas companhias aéreas, de não comparecimento sem aviso prévio da empresa aérea, ou seja, o consumidor não me avisou que não iria viajar. Isso é terrível, porque, como bem disse o meu colega da Azul, a gente não consegue saber a ocupação daquele voo.

E a gente já tem... Saiu ontem na mídia a primeira companhia aérea que declarou falência em razão do coronavírus, e a gente já tem aéreas na Europa retendo pagamentos, com aeronaves no chão, oferecendo licenças não remuneradas para pilotos e comissários, porque, se não há voos, não há trabalho para todos os pilotos e comissários. Então, com o cenário na Europa, a gente sempre tem uma prévia do que está por vir aqui. Eu acho que é importante trazer isso aqui.

Falando especificamente da TAP, vou mencionar três pontos rapidamente.

A gente cumpre as normas europeias. A Resolução 400 é mais benéfica que a Regulamentação 261, que é a regulamentação europeia, e a gente cumpre para os passageiros brasileiros 100% da Resolução 400. Há uma discussão enorme – e é difícil explicar para a matriz e para as companhias na Europa – em torno de por que isso é considerado risco do negócio, porque ninguém podia prever o coronavírus. Então, é como o 11 de setembro: ninguém podia imaginar aquilo. A gente tem algumas discussões aí – é difícil explicar –, e a gente aplica a Resolução 400. E a gente trabalha, principalmente no que diz respeito também ao que foi dito pela doutora da OAB, com a ampla informação. A gente faz treinamentos constantes dos nossos funcionários e dos nossos prepostos, atualizações dos nossos *sites*, porque eu preciso que os meus prepostos e os meus funcionários estejam preparados para atender nosso cliente. Essa é nossa prioridade.

O próximo ponto que eu gostaria de colocar é o seguinte: se faltar razoabilidade, ninguém sai ganhando. Então, assim, as empresas todas divulgaram na mídia campanhas de tarifas flexíveis, as companhias aéreas precisam vender, estão incentivando tarifas flexíveis e estão relativizando muito suas políticas em prol do consumidor. E a gente precisa, do outro lado, da contraprestação dos consumidores, que também sejam relativizadas as demandas.

Cito aqui apenas um exemplo e vou entrar num caso específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tinha um caso de transplante de medula em um dos nossos voos. A Itália fechou, e a gente não conseguiu fazer a medula chegar ao destino para atender a um paciente. Então, assim, a gente tem situações e situações. A gente também tem que pensar no consumidor que tem que viajar, no consumidor que tem um familiar que mora na Europa e precisa da continuidade do voo e atender também esse alto contingente de consumidores que continuam viajando apesar dos pesares.

Por fim, e eu acho que aí é o ponto mais importante que a TAP vem incentivando para seus parceiros e para seus clientes, é o que foi dito aqui, o que o Ministério da Saúde disse: ganhar tempo é fundamental, reavaliando posições dia a dia. A gente tem consumidores que têm viagens para outubro, novembro, dezembro e estão pedindo remarcações ou cancelamento. E a gente diz: "Calma, a gente não sabe qual é a situação até lá". A gente aumentou a equipe, a gente está atendendo os voos próximos, mas a gente precisa de calma, a gente precisa de reavaliação dia a dia. Se a gente começar a tomar providências com relação aos voos de outubro, novembro, isso é precipitado. A gente conta com a colaboração das autoridades para dizer para o consumidor ter calma, porque o cenário muda constantemente. Isso é importante.

Então, acho que é isso.

Termino a minha fala dizendo: vamos reavaliar posições dia a dia. Nada é estanque. As companhias aéreas vão atuando...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BRUNA CHIMENTI – ... conforme as novidades.

Agradeço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço, Bruna, por sua apresentação.

Dando sequência, gostaria de saber, porque, inclusive, o primeiro que eu convidei para falar foi o Sr. Mario Junqueira, mas, se ele já se sentiu prestigiado pela palavra...

Foi dito que o Dr. Renê iria falar pelo senhor, mas, se quiser, V. Sa. foi convidado para esta audiência pública justamente para expor a posição da Royal Caribbean, que é uma grande empresa que oferece serviços de cruzeiro, para colocar seu ponto de vista.

O SR. MARIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas, bem objetivamente, até para atender sua solicitação sobre qual é a resposta que as companhias estão dando, a Royal Caribbean estabeleceu que qualquer cruzeiro já reservado ou que venha a ser reservado até 31 de julho pode ser remarcado, no período de 48 horas, para qualquer data até final de 2021, que é, como a Dra. Luciana pediu, pela questão do ano. Para final de 2021. É uma reposta específica. A pessoa tem um crédito para remarcar esse cruzeiro.

Então, dentro dessa tempestade perfeita que estamos vivendo – coronavírus, dólar alto, custo –, as empresas estão tentando dar uma resposta objetiva. E eu acho que o objetivo desta audiência é justamente alcançar esse equilíbrio entre a proteção do consumidor e essa resposta. Isto está no *site*, a senhora pode me cobrar se olhar lá, é uma política mundial da companhia chamada: venha fazer o "Cruzeiro com Confiança", que é a maneira que a gente estabeleceu de poder remarcar cruzeiros para todo o ano de 2021. Também aqueles que reservaram até 31 de julho estão dentro dessa política de remarcação.

Era só isso que queria pontuar para o senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dr. Mario, sua exposição objetiva acredito que foi a mais produtiva. É exatamente esse o objetivo que nós buscamos.

E aqui é importante deixar claro que, quando chamamos os senhores para estarem aqui presentes, não é apenas para aparecerem na TV Senado, não é para tirarem uma foto e colocar no Facebook. Nós estamos aqui na Comissão, que eu falei que é do consumidor, mas que é também de fiscalização. Então, todos os senhores, podem ter certeza, receberão um ofício encaminhado por esta Secretaria da Comissão de Fiscalização, que é esta Comissão de Defesa do Consumidor, perguntando qual é a política de troca objetiva da empresa, qual o prazo que está sendo dado, o prazo final para o consumidor poder utilizar esse crédito, esse *voucher* que é dado a ele, e também quaisquer outros questionamentos que sairão depois de sentarmos aqui – não só eu, como a minha equipe e também a assessoria da Comissão –, para buscar alguma forma de dar segurança, repito, não apenas para um lado, mas segurança para os dois lados, para buscar um equilíbrio nessa situação. Uma resposta objetiva como essa é o que buscamos.

Então, daqui, o que eu sugeri? A opção de se colocar no SAC será feita por escrito, bem como o local no *site* em que também estão visíveis essas informações e qual foi a política informativa e a quantidade de atendimento que nós temos nos PROCONs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, aqui, até em busca da celeridade e do objetivo, tendo em vista que todos os senhores têm compromissos ainda hoje, têm viagens a fazer, eu não vou falar aqui sobre as centenas de participações que foram feitas através do canal e-Cidadania. Mas chegarão aos senhores perguntas bem objetivas de clientes, de consumidores das empresas que estão aqui representadas, querendo saber o que será da sua vida, o que é que eles vão fazer com as passagens, com os cruzeiros que foram adquiridos. Busquei aqui não esmiuçar isso, para também não gerar conflito entre os senhores. De repente, aqui, um diria que não iria reembolsar, e outro poderia cobrir a oferta. Assim, acabaria havendo aqui um leilão. Não é esse o objetivo. (*Risos.*)

Dando sequência, a Dra. Luciana Quintana, representante da MSC Cruzeiros, tem aqui a palavra por cinco minutos.

A SRA. LUCIANA QUINTANA (Para expor.) – Obrigada a todos.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a iniciativa desta Comissão de Transparência do Senado.

Quero agradecer o convite para poder, em nome da MSC Cruzeiros, prestar os devidos esclarecimentos.

A MSC Cruzeiros é uma das empresas do grupo MSC voltada para a navegação. Conta, atualmente, com 70 mil funcionários e está presente em 155 locais ao redor do mundo.

Nesse sentido, com o tamanho dessa operação, a segurança e a saúde dos funcionários, dos tripulantes, dos passageiros e dos nossos hóspedes vêm em primeiro lugar. Essa sempre foi e sempre será...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA QUINTANA – ... a preocupação número um da MSC.

Dentro daquilo que a MSC se coloca para preservar a saúde, existem três pilares nos quais ela se sustenta: o primeiro deles é o controle sanitário, o segundo é justamente a alteração de rotas, e o terceiro envolve cancelamento.

A MSC mantém a bordo dos seus navios um alto e rigoroso controle sanitário, de limpeza profunda, com disponibilização de álcool em gel, com todos os funcionários treinados, e mantém equipe médica a bordo de suas embarcações.

Quando surgiu a questão do coronavírus, a MSC intensificou todas as medidas e procurou superar todas aquelas medidas que foram recomendadas pelas autoridades. Nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, a MSC Cruzeiros implementou, em cada terminal, termocâmaras para que cada pessoa, antes de embarcar no navio, tenha a temperatura verificada. Então, pessoas com temperatura igual ou acima de 37,5ºC não embarcam no navio. Além disso, também para essa triagem, foi contratada uma equipe extra, uma equipe médica extra, para auxiliar nessas medições e também para fazer a triagem, com respostas a questionamentos e a questionários que possam auxiliar, evitando que pessoas que tenham estado em locais de risco possam oferecer qualquer risco para todos que estejam a bordo.

O segundo pilar também é muito importante. Além dessas medidas preventivas e de triagem, que foram inclusive analisadas pela equipe técnica da Anvisa de Brasília, que percebeu que nossas medidas estavam efetivas, além disso, nós adotamos outras medidas, como a alteração de rotas em alguns locais em que isso se fez necessário.

Dessa maneira, a MSC, de uma maneira muito tempestiva, quando percebeu que a questão do coronavírus poderia se tornar uma ameaça na China, imediatamente alterou as suas rotas, reposicionou os seus navios, sempre mantendo a transparência e o cuidado necessário. E não tivemos nenhum caso a bordo.

Por último, as medidas de cancelamento. Todos os dias, nós somos informados das medidas, posicionamentos das autoridades – a Itália mais recentemente. Então isso faz com que, constantemente, as nossas políticas estejam sendo alteradas e flexibilizadas. Estamos informando adequadamente, dentro do nosso *site*, mas a todas pessoas que nos procuram. E agora, já a partir de hoje, por conta dessas medidas – que às vezes não vêm na mesma velocidade, porque há pouco mais de 24 horas é que o ministro na Itália se posicionou, então a companhia também precisa, evidentemente, de um tempo para estabelecer –, já está estabelecido que, nas reservas efetuadas para cruzeiros que sejam previstos para se realizar até 31 de junho de 2020...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA QUINTANA – ... os hóspedes podem remarcar essa viagem para um outro cruzeiro até 31 de dezembro de 2021; então, estamos dando essa possibilidade de remarcação.

Hóspedes que tenham feito reservas entre 1º de julho de 2020 e 30 de novembro de 2020 poderão, caso desejem, efetuar o cancelamento, também de uma maneira mais flexível, com 21 dias de antecedência.

Quero apenas destacar também que, nessa política de remarcação, para esses cruzeiros até 30 de junho de 2020, elas devem ser feitas com 48 horas de antecedência. A exemplo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que disse a representante da TAP, é preciso haver essa programação, então é preciso comunicar com antecedência.

Esses são os esclarecimentos.

Agradeço o convite, a participação e espero ter atendido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Obrigado, Luciana, que representa a MSC Cruzeiros.

Com sua fala, eu encerro este segundo bloco, agradecendo a todos os expositores, e peço, por gentileza, que deixem os seus contatos ou os contatos daqueles com quem poderemos entrar em contato, por favor, com a Sophia, que representa o nosso gabinete, para que possamos facilitar ainda mais essa nossa comunicação.

Assim, obrigado.

Está desfeita esta Mesa. (*Pausa.*)

Dando sequência, quero convidar o Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); convido também o Sr. Roberto Haro Nedelciu, Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo; convido também o Sr. Carlos Alberto de Sá, Presidente em exercício da Associação Brasileira de Agências de Viagens; e o Sr. Huilder Magno de Souza, que é o advogado da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, que está aqui presente. (*Pausa.*)

Para dar início, vamos começar ouvindo o Sr. Eduardo, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas.

Sr. Eduardo, reforço aqui o compromisso de atendermos ao tempo limitado de cinco minutos para a sua apresentação.

O SR. EDUARDO SANOVICZ (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos.

Sendo bem objetivo, gostaria de abordar alguns temas complementares levantados até aqui. Primeiro, reforço que o cenário em que nós vivemos é de longe o mais grave em toda a história da aviação nos últimos 70 anos, não apenas pelo coronavírus, mas pela combinação de fatos que atualmente cercam o ambiente econômico. Enquanto nós estávamos aqui, novamente, por exemplo, a Bolsa de São Paulo interrompeu os negócios porque caiu mais de 10%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, é importante nós termos a dimensão de que tipo de segmento nós representamos. A nossa cadeia produtiva, Srs. Senadores, senhoras e senhores que estão me escutando, representa hoje pouco mais de 900 mil pessoas trabalhando, entre funcionários diretos e indiretos. E digo isso para entender que o que nos cabe aqui não é fazer a defesa de um item contra o outro. Eu não quero, nem de longe, fazer aqui o discurso da defesa. O que nos cabe aqui é cuidar de todos. Nós temos responsabilidade com o sistema produtivo, temos responsabilidade com toda uma cadeia que envolve o nosso consumidor fundamentalmente, porque é ele que dá vida ao nosso cotidiano, e com todas as pessoas, profissionais dos mais variados tipos de especialidade, desde o colega que recebe a pessoa na porta da aeronave até aquele que está calibrando, o que está abastecendo, e até o comandante, que é quem conduz o voo. E por conta disso, há aproximadamente sete anos, nós tomamos uma decisão de ajustar completamente o nosso programa e a nossa política de relacionamento com os consumidores a partir do aprofundamento do contato cotidiano com o Senacon e com o conjunto de entidades e organismos que defendem e levantam esse tema.

Nós entendemos esse processo como muito positivo; para nós, foi educativo. Nós tivemos que rever posturas, rever posições, mas, fundamentalmente, isso fez com que, ao passarmos a atuar de uma maneira holística, mas fundamentalmente preventiva do ponto de vista das relações de consumo, víssemos, com muita satisfação, os nossos volumes de reclamação despencarem.

Quero lhe dar um exemplo do que vivemos semana passada e que nos deixou muito felizes. Melhor dizendo, deixou-nos satisfeitos com o resultado de um programa; não felizes. Na semana passada, o Procon de São Paulo – que, afinal, São Paulo representa isoladamente, Senador, 38% do volume de bilhetes emitidos no País, portanto, só nesse Estado, 38%... Nós fomos ao Procon de São Paulo, o conjunto das empresas associadas, a Abear, a convite do Procon, debater a situação desse mesmo tema que estamos debatendo aqui e, depois dos debates feitos, de 271 notificações que o Procon de São Paulo tinha, dez eram referentes ao nosso setor. E a direção do Procon falou: "Puxa, finalmente, depois de anos em que estamos construindo um programa de relações cotidianas, nós podemos aqui, pela primeira vez, dizer que vocês estão de parabéns, porque, afinal, não é essa a cotidiana prática que tínhamos lá para trás."

Isso significa o seguinte: hoje, a nossa prática aqui está calcada em três temas. Primeiro, trabalhar rigorosamente de acordo com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e da Anvisa. Por que isso? Para que nós tenhamos base técnica o tempo todo para as atitudes gerenciais que precisamos tomar e, consequentemente, podermos, inclusive, sustentar, em todos os fóruns em que for necessário, que essas ações, que essas atitudes têm começo, meio e fim. Segundo, cuidar da saúde dos passageiros e das pessoas que estão trabalhando. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos, afinal, em todos os aviões, em todos os aeroportos, como eu mencionei na abertura da minha fala, milhares de pessoas operando. Por fim, criar uma política, ou melhor, construir uma política de atenção ao consumidor excepcional para casos excepcionais, tratando individualmente cada uma dessas demandas no sentido de procurar fazer com que o conjunto do sistema permaneça saudável.

Eu creio que os exemplos foram colocados aqui por vários dos que me antecederam. Não vou me deter a eles, mas queria concluir, Senador, nesse minuto que me resta, levantando um tema que eu creio ser da maior relevância, e esta Casa, esta Comissão, particularmente o senhor, como Presidente desta Comissão, tem como levantar.

Eu creio que o senhor está a par de que o Brasil hoje, por conta das inconsistências do seu sistema legal, da zona cinzenta do seu sistema legal, abre espaço para um excesso de judicialização das relações de consumo que a gente tem que não encontra paralelo no planeta. Quero dar um exemplo ao senhor: enquanto uma companhia estrangeira tem aproximadamente 12 voos diários no Brasil e tem pouco mais de 3 mil voos diários no seu país de origem, os Estados Unidos, falando de uma companhia americana, ela, nos Estados Unidos, tem pouco mais de 120, 130 processos judiciais; aqui no Brasil ela tem mais de 4 mil, com seis voos diários.

E nós fomos descobrir que, enquanto de um lado nós temos profissionais do direito extremamente competentes, sérios, aguerridos – a Dra. Luciana é uma delas, tem vários casos envolvendo companhias aéreas, e sua banca é uma das mais respeitadas do Estado em que ela atua –, na outra mão, nós temos agora, por exemplo, a criação de *sites* que fazem o exercício ilegal da advocacia, estimulando a judicialização de causas em prejuízo do conjunto da sociedade.

E explico, para concluir, por que, Senador: imagine que o sujeito teve um problema. Eu tinha a cópia, a transcrição da conversa desse consumidor com esse *site*. Eu chamo de *site* abutre, porque pesca no pântano. O que acontece? Esse consumidor teve um problema. O voo dele atrasou e ele precisou pernoitar num hotel. Aí, alguém do *site*: "Ah, o seu voo atrasou, seu fulano?" "Atrasou." "Mas o que aconteceu?" "Mas a companhia [não queria citar o nome aqui] me atendeu, me pôs num hotel, me tratou direitinho, cumpriu a resolução, me botou num voo de volta, etc." "Mas mesmo assim você tem direito a uma indenização. Você me venda a sua causa, eu lhe pago R$1,5 mil e você já fica livre, você está livre, você pagou 330." A média do bilhete aéreo no Brasil hoje é de R$350. Ele tinha pagado R$400 no seu bilhete, ganhou R$1,5 mil: "Ganhei quatro vezes o valor do bilhete, vendi a causa." E esse cara aciona a companhia aérea, no 19.990, abaixo do limite do juizado de pequenas causas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso significa o seguinte: pouco mais de 35, 38 *sites*, alguns deles localizados fora do País – abutres, como eu disse há pouco – devem gerar um impacto de custo no setor este ano estimado em pouco mais de R$400 milhões, para beneficiar 43, 45 empresas com exercício ilegal e irregular da advocacia, em prejuízo do conjunto dos consumidores, porque esse custo, no fim do dia, acaba no preço do bilhete. É a famosa socialização das perdas e dos prejuízos. E isso estamos aqui colocando na Casa de leis, na Casa que define a legislação brasileira e define todas essas relações.

Portanto, esse é um tema bastante concreto para trazer a este debate, porque o Senado da República tem capacidade protagonista, e o senhor, como Presidente desta Comissão, muito mais, por ser um jovem Senador, por ter demonstrado seu interesse aqui, construído o seu gabinete em torno desse assunto do consumidor. Eu creio que nós estamos no lugar certo.

E eu queria saudar o senhor por essa iniciativa. Caso seja possível voltar a ela, eu estou aqui à disposição e agradeço, desde já, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dr. Eduardo, agradeço a participação. Sua prestação é muito importante, principalmente pelas frases de efeito que foram faladas aqui.

Quando você fala cuidar de todos, acho que este deve ser um objetivo realmente de quem está à frente de uma associação: não olhar apenas para um lado. E esse cuidar de todos também está escrito nos 119 artigos do Código de Defesa do Consumidor. Lá não há lugar nenhum dizendo que o consumidor tem sempre razão. Não tem. O objetivo central de um código, que é principiológico, é justamente equilibrar a relação de consumo. O consumidor é um hipossuficiente, ele precisa ter um amparo legal para conseguir dialogar com as empresas.

Portanto, eu digo ao senhor que esta Comissão aqui, que é uma Comissão de Defesa do Consumidor, está de portas abertas para se aprofundar em assuntos como este, porque não é esse o consumidor que nós buscamos defender. Então, o que a gente busca realmente é ter como objetivo um equilíbrio, uma harmonização de toda essa relação.

Então, em assuntos como este, com certeza a legislação pode avançar. Nesse sentido, tem que haver penalidades. Inclusive, já existem penalidades previstas, mas quando é possível esmiuçar, categorizar, fica mais fácil também banir e punir quem está agindo de maneira errada, de maneira a prejudicar, no final, as empresas porque vão ter que aumentar seus preços, e isso quer dizer que se prejudicou o consumidor.

Então, só para que você saiba o que move esta Comissão, o que move o nosso gabinete é buscar a justiça, que nem sempre é feita. Então, quando eu trago este assunto que nós estamos falando hoje aqui sobre cancelamento de passagem, a gente está falando daquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que de fato podem ficar no prejuízo. A gente está falando daquelas pessoas que às vezes ligam para o *call center* e não conseguem ter o retorno, entram no *site* e não acham a informação correta ou, então, para umas pessoas há esse direito e para outras pessoas, na mesma situação, não há esse direito.

Então, digo, mais uma vez: no Código de Defesa do Consumidor, nos 119 artigos, a palavra que mais se repete – inclusive, 31 vezes – é palavra "informação", seja informar, seja informação, porque o objetivo central dele é dar informação clara, precisa, ostensiva. Então, não é tentando passar o consumidor à frente do fornecedor. Dessa forma, acredito que, se todos pensam dessa maneira, o mercado passa a ser mais harmônico.

Então, é importante sua fala. E, com certeza, também será internalizada pela nossa assessoria.

Dando sequência, eu gostaria de ouvir – inclusive, foi informado que o senhor precisa sair, tem um compromisso, já vai perder o voo. É o jeito, não é?

Então, passo a palavra para o Dr. Roberto Haro Nedelciu.

O SR. ROBERTO HARO NEDELCIU (Para expor.) – Boa tarde! Eu represento as operadoras de turismo. As operadoras de turismo são aquelas que intermedeiam todos os pacotes; então, todos aqueles que falaram antes daqui são todos nossos fornecedores, e mais: não só os nacionais como os internacionais, hotéis internacionais e serviços. Então, nós sempre estamos arregrados às regras de cada um deles.

Nós sabemos, temos consciência de que somos responsáveis solidários em todos os casos, inclusive, nos casos que são internacionais, que nós somos a última porta, a última instância que há aqui no Brasil, mas o que acontece? Nesse caso do coronavírus, nós sempre tentamos ver a melhor solução possível, tentamos negociar com os fornecedores, com os passageiros, com os clientes e, como nós temos, às vezes, um volume grande com cada um dos fornecedores, nós temos uma grande argumentação que tenta ver a melhor solução possível para os nossos clientes, mas, por outro lado, o mercado está totalmente instável hoje e, com toda essa proliferação e do jeito que está sendo divulgado – às vezes até de uma forma bastante alarmista –, o mercado está parado, e também nós temos que olhar, como já vários colegas falaram antes, para a parte de empregos nossos.

Nós, operadores, temos mais de 600 mil empregados, que estão sendo seriamente afetados quanto a essa situação, e a própria legislação nos limita também em muitas coisas do que nós podemos fazer. Seria muito fácil talvez tentar dar uma licença não remunerada ou ver algumas soluções como outros países estão fazendo, como a Itália está fazendo, como Portugal está fazendo, que está dando uma isenção de imposto, alguma coisa assim para tentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvaguardar as empresas, porque, senão, daqui a pouco, nós vamos estar preservando o coronavírus, e o coronavírus vai matar mais pessoas jurídicas do que pessoas físicas.

Então, nós temos que tomar muito cuidado com isso e esse meio de campo. Nós sempre queremos também a mediação e ter uma coisa acertada e amigável. Nós não queremos falar em 100% de multa ou 0%, seja o que for, nós queremos ter alguma coisa razoável, que seja bom senso para os dois lados. Eu acho que nem só as empresas são responsáveis, nem só os consumidores. Acho que deve haver um consenso de todos os lados.

Como já falei, é vantagem também ser o último a falar, porque já foram faladas muitas coisas, mas justamente eu queria deixar esse recado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Dr. Roberto pela apresentação e passo a palavra para o Sr. Carlos Alberto de Sá, Presidente, em exercício, da Associação Brasileira de Agências de Viagens.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SÁ (Para expor.) – Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente, em nome da Presidente Magda, quero agradecer o convite formulado à Abav. É um momento realmente que a gente tem a oportunidade de explanar os nossos problemas e eu tive a grata satisfação de ser antecedido aqui pelo Falco, pelo Roberto, pela Abear, porque eles colocam basicamente aquilo com que a gente está no dia a dia convivendo.

Do lado das agências de viagens, é aquilo que o senhor pediu, até para que o Falco fizesse, eu posso dizer que a Abav Nacional tem orientado todas as suas regionais para justamente acompanhar, dando assistência a todos os passageiros, utilizando-se sempre de boa-fé nas negociações, fazendo com que as nossas informações estejam sempre em nosso *site* da Abav Nacional, que é www.abav.com.br. Todas as companhias aéreas, companhias de cruzeiros, empresas de receptivo estão lá com todas as informações daquilo que pode ou não ser feito.

A nossa incumbência no mercado é realmente mostrar para as agências que elas devem procurar o que é melhor para o passageiro, sempre tendo a preocupação de procurar um novo roteiro, procurar uma nova saída, porque a gente entende que simplesmente cancelar, só se for em caso muito grave.

Eu gostei aqui da saída que o Renê colocou, de dar carta de crédito, porque é uma viagem que acaba sendo realizada num tempo maior. Nós temos que ter preocupação com a indústria, porque são milhões e milhões de pessoas que atuam nas vendas de produtos turísticos e que geram às vezes quatro empregos, são empresas familiares. Fico muito preocupado com o Procon, às vezes carregando multas num pequeno agente de viagem; e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendo que ele também é um consumidor, ele está ali, e às vezes multas... Outro dia, no Nordeste lá, R$45 mil. É impossível que, quem vive de uma comissão, quem vive de uma taxa de emissão, seja responsabilizado por R$45 mil, uma agência. Então tem que haver essa responsabilidade.

A nota técnica que eu vi do Ministério da Justiça na Resolução 14, eu acho que está bem clara. Esse documento nós divulgamos para todas as agências, os Presidentes das Abavs regionais têm feito reuniões nos Procons, têm ajudado. Nós não tá temos, assim, conhecimento de coisas muito graves, nós temos medo do que pode vir para frente, mas hoje está-se contornando, está-se resolvendo, todos os parceiros nossos são parceiros com que a gente lida há muitos e muitos anos. Por isso que ser um associado da Abav é uma grande vantagem, porque neste momento nós sabemos falar com as empresas. É diferente de quem compra num canal direto que às vezes tem uma dificuldade maior.

Agora eu queria até aproveitar a deixa do Presidente, Sanovicz, porque ele tocou num ponto, até procurando ajuda desta comissão em demandas que são justas, mas eu tenho também uma demanda que me surge aqui para colocar, Presidente. As agências de viagens vivem, anos e anos, com problemas que aconteceram em várias empresas, Varig, Transbrasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DE SÁ – ... problemas no mercado. E o prejuízo ficou com as agências de viagem. Só agora, com a Avianca, são mais de 30 milhões, isso num breve levantamento. E a gente não tem como...

Nós precisamos ter salvaguardas para esse tipo de situação, porque as agências não têm capacidade financeira, e isso é uma realidade que vem acontecendo.

Então, como eu me vejo também como consumidor, as agências, eu quero aproveitar essa oportunidade também de, numa etapa seguinte, a gente poder ter esse apoio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a participação do Dr. Carlos Alberto de Sá e, para finalizar este bloco e também esta audiência pública, passo a palavra ao Dr. Huider Magno de Souza, que inclusive ontem já estava aqui, em Brasília, atuando também em uma outra audiência pública.

Acompanhei também de perto; não pude ficar o tempo todo porque tinha outros compromissos ao mesmo tempo, mas é um assunto que me interessa, é um assunto no qual interferi, enquanto projeto de lei, que hoje se tornou uma Medida Provisória referente ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turismo que é um dos setores, se não o setor mais importante do Estado e que me trouxe até aqui.

Então, sendo assim, V. Exa. tem o prazo de cinco minutos para expor seus apontamentos.

O SR. HUILDER MAGNO DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Cunha. Eu lhe trago um abraço do Presidente da Associação Brasileira de Hotéis de Alagoas, Milton Vasconcelos, que o agradece por este convite.

Eu cumprimento também todos que me antecederam e demais presentes. Quero dizer que, muito tranquilo, sendo o último a falar, muita gente já disse tudo aquilo que talvez a gente pensava também em dizer, mas eu quero dizer que V. Exa. pode contar com a colaboração dos hotéis. Nós conversamos esses dias com diversos hoteleiros acerca desta audiência e nós temos, evidentemente, a ABIH Nacional representa hoje mais de 35 mil meios de hospedagem independentes. Aqui não se incluem os hotéis de rede; são os hotéis Independentes. Nós temos uma política de boa hospitalidade, a chamada política sadia de hospitalidade, onde nós reconhecemos, assim, a vulnerabilidade do consumidor, até mesmo como um princípio do nosso código consumerista, ratificando aqui, endossando as palavras de alguns colegas advogados que me antecederam aqui, nesta Tribuna.

Nós temos então esse conceito. Os hotéis estão sensíveis a este momento. Queremos dizer, inclusive que, em primeiro lugar, nós sugeriríamos ao consumidor que optasse, por exemplo, pelo cancelamento dessa viagem, mas por uma remarcação em uma outra data, em uma outra oportunidade, seria o primeiro passo, um plano A. O segundo, nós estamos dispostos também a conversar sobre essa questão de devolução de eventuais valores que tenham sido pagos antecipadamente para reserva e, obviamente, num terceiro passo também, evitar a cobrança de multas por cancelamento, por não comparecimento e pelo chamado *no-show*.

Então, no que depender da hotelaria, a hotelaria está disposta a conversar. Achamos sempre que o Direito é bom senso. Onde não há o bom senso, não se tem o Direito.

Então, diante de um quadro como esse que nós vimos aqui, que é um quadro mundial, há de se prevalecer o bom senso. E, evidentemente, não obstante cada hotel ter a sua própria política de cancelamento, os hotéis, obviamente, estão sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor e às leis brasileiras. E nós estamos aqui para colaborar.

Acho que enquanto se aplicar esse bom senso, a observância dessas normas será feita, então, com muita proporcionalidade e com muita razoabilidade, que é isso que nós estamos tentando neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O hotel também não quer perder os seus colaboradores e não quer também tomar nenhum prejuízo. Conforme nós vimos agora há pouco, o Eduardo Sanovicz acabou de dizer, eu também acompanhei essa notícia, hoje a Bolsa já caiu mais de 10% e há expectativa de uma perda para a economia mundial de US$1 trilhão. Isso é quase o PIB de muitos países europeus.

Então, o hotel vai evitar isso. Estamos dispostos ao diálogo, nós evitaremos com isso muitas demandas nos juizados especiais, entupir ainda mais os juizados especiais com esses assuntos. A jurisprudência, a meu ver, é muito tranquila, é muito pacífica. Acho que nós estamos aqui diante de um caso fortuito ou força maior, que exclui o dever de indenizar e, se isso for parar no Judiciário, certamente o Judiciário já tem a sua posição, mas nós deveremos atuar de forma a evitar que essas demandas sejam judicializadas.

Então eu quero trazer aqui o meu abraço, agradecer a atenção de todos vocês, e dizer que a rede hoteleira está à disposição para o diálogo e fazer o que for possível para nós agirmos com bom senso nesta hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu quero agradecer a todos que aqui fizeram uso da palavra, que enriqueceram esta tarde com um assunto que é do interesse mundial, do interesse individual também, um assunto que deve ser, sim, prioridade de todos aqueles que podem interferir de alguma forma, tanto para amenizar, como para resolver os problemas que estão surgindo e que estão para surgir.

Falando aqui sobre o coronavírus, estamos falando sobre o assunto que está sendo debatido na China, no Uruguai, no Japão, na Itália, ou seja, é um assunto que está entrelaçado entre as nações e, como foi dito aqui, de uma maneira nunca antes testada. Inclusive, o próprio Sanovicz mencionou que é um dos maiores impactos no setor aéreo de que se tem conhecimento, somado aos outros fatores que fizeram, por exemplo, que a Bolsa hoje suspendesse as suas atividades.

Então, mais uma vez, eu reforço aos senhores que nós estamos aqui numa Comissão que é um instrumento de trabalho para este Senado Federal na busca de equilibrar uma relação de consumo e também de fiscalizar os serviços e as políticas públicas do nosso País. Sendo assim, muito obrigado e até um próximo momento. E também responderei aos ofícios que chegarão em breve.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às oito horas e cinquenta e seis minutos do dia doze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Jorginho Mello, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes e Reguffe. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2020 - CTFC, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Finalidade:** Debater as políticas públicas para educação básica com ênfase na primeira infância; problema do analfabetismo: causas, números, recorte por região, possíveis soluções; custo educação/obrigações por ente federado; e, por fim, cenários futuros. **Participantes:** Marcelo Ferreira da Costa, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; Lucas Sachsida Carneiro, Promotor de Justiça do Estado de Alagoas (representante de: Ministério Público do Estado de Alagoas); Maurício Almeida Prado, Coordenador-Geral de Articulação de Redes Educacionais do Ministério da Educação; Valmo Xavier da Silva, Diretor Substituto da Diretoria de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Flávio Carlos Pereira, Coordenador Geral de Suporte Operacional ao Financiamento Estudantil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/12

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 4º Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater as políticas públicas para a educação básica com ênfase na 1ª infância e relacionadas principalmente com o problema do analfabetismo, suas causas, números, recorte por região, possíveis soluções, custo, educação, obrigações por ente federado e, por fim, cenários futuros, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2020, de minha autoria.

Esta audiência pública, senhores, além de ser realizada presencialmente aqui, está sendo transmitida pelos canais do Senado, TV Senado, canais do YouTube, Rádio Senado, e disponível para o cidadão também participar através de várias formas, através do telefone Alô Cidadão, que é o 0800-612211, como também através das plataformas de interações.

Sendo assim, eu gostaria, antes de chamar os convidados, de justificar um pouco mais o motivo desta audiência pública, uma audiência pública que trata dos principais problemas que este País ainda enfrenta, problemas históricos que não mudam de um dia para o outro, mas que precisam ter um acompanhamento cada vez mais firme daqueles que têm por prerrogativa assim fazer.

Então, nós estamos no Senado Federal e o Senador também tem por obrigação atuar na linha fiscalizatória. Esta Comissão é a Comissão de Fiscalização, Transparência e, sinceramente, para mim não faz sentido hoje ainda trabalharmos em algumas linhas de maneira fictícia, como, por exemplo, o próprio orçamento, que já foi tido como uma peça de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficção e hoje em dia está sendo muito mais criterioso. Aquilo que é planejado, aquilo que é aprovado como um orçamento para ser executado está cada vez recebendo um olhar mais crítico.

Da mesma forma, não podem ser fictícias as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Nós temos aqui várias metas que não são alcançadas e não têm consequências. Então, nosso objetivo aqui é justamente buscar formas alternativas de monitorar e contribuir para que essas metas sejam reais e que sejam alcançadas.

Os senhores que aqui estão têm *expertise* para isso, trabalham nessa área há bastante tempo. Nós realizamos essa audiência neste momento, apesar de alguns convidados ontem terem entrado em contato, quanto à propagação das notícias de que poderiam colocar em risco a saúde e a vida de quem está em outro Estado e vem para Brasília através de aeronaves, devido à pandemia do coronavírus. Então, alguns justificaram a sua ausência. Mas temos outros bravos corajosos que quiseram enfrentar os desafios e aqui estão para colaborar com sua experiência e seu trabalho.

Antes de chamá-los, vou fazer apenas uma leitura de um resumo de um discurso, de uma apresentação que fizemos, para colocarmos todos em sintonia.

Dada a relevância da educação e seu impacto no desenvolvimento humano, políticas públicas voltadas para a educação na primeira infância, etapa fundamental do desenvolvimento, são estratégias especiais. É disso que nos ocuparemos hoje.

O Plano Nacional de Educação estabelece como sua primeira meta a universalização da educação infantil na pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos de idade, e a ampliação da oferta da educação infantil em creches, de forma a atender no mínimo 50% das crianças de até três anos, até 2024.

Em 2018, havia no Brasil 3,5 milhões de crianças matriculadas em creches e quase cinco milhões de crianças matriculadas na pré-escola, o que representava 34,2% e 92,4%do total de crianças de até três anos e de quatro a cinco anos, respectivamente, tento havido um aumento na taxa de escolarização de crianças de até seis anos; mas ainda estamos longe das metas anunciadas no Plano Nacional de Educação.

Ao mesmo tempo em que estamos distantes ainda de realizar a meta, os programas destinados a fazer progredir a educação infantil não estão avançando com a necessária efetividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois programas destacam-se: o programa de ações articuladas e o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública da Educação Infantil, o Proinfância. Ambos, no entanto, têm deixado inconclusas diversas obras.

De 2007 a novembro de 2018, segundo dados do Simec, que é o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, do Ministério da Educação, foram concluídas 6.418 obras de creches e pré-escolas no Brasil e canceladas 2.582, ou seja, 18% das 14 mil obras pactuadas. Do total das obras, 38% ainda estavam pendentes no final de 2018, sendo que quase 60% delas apresentavam evidências de um ou mais problemas. Essas pendências certamente jogam sombra sobre nossa capacidade de honrar as metas de ampliação das creches e universalização da educação infantil fixadas em 2014 pelo PNE.

Outras metas também estão em cheque. Segundo os últimos dados divulgados na Avaliação Nacional de Alfabetização, em 2016, 45,3% das crianças do terceiro ano do ensino fundamental tinham aprendizagem adequada em leitura, 66% em escrita, 45% em matemática, percentuais muito abaixo do esperado.

O PNE estabeleceu como Meta 5 a alfabetização de todas as crianças no máximo até o final do terceiro ano do ensino fundamental, meta tornada ainda mais estrita pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental, aprovada em 2017, que determina que as crianças sejam alfabetizadas até o segundo ano dessa etapa.

Em 2018, o índice nacional de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais era de 6,8%, o que significa um total de 11 milhões de pessoas. O índice cresce conforme aumenta a faixa etária.

Aqui faço um destaque e chamo atenção para minha responsabilidade, porque nós temos o Estado de Alagoas como sendo o Estado que mais se destaca no índice de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos, um índice que chega próximo a 18%. Salvo engano, 17,8% da população do Estado que me trouxe até aqui não sabe ler e escrever. Então é um índice alarmante. É um índice que também demonstra e reforça a desigualdade regional que existe neste País, quando o comparamos com outros Estados como o Rio de Janeiro, porque esse índice que é de 18% em Alagoas e no Rio de Janeiro chega a 2%. Então, precisamos olhar para essas metas também com o foco principal de diminuir essa desigualdade regional.

Além disso, embora a taxa de analfabetismo tenha caído, a velocidade com que isso ocorre ainda é insuficiente para cumprirmos as metas fixadas pelo PNE. Com efeito, a Meta 9 do PNE previu taxa de alfabetização de 93,5% até 2015, o que não foi cumprido. Inclusive, em 2018, o índice foi de 93%. E a erradicação do analfabetismo foi um compromisso também firmado para ser atingido até 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em abril do ano passado, o Governo lançou a Política Nacional de Alfabetização reformulando as políticas públicas anteriores, mantendo o foco nas crianças nos primeiros anos de ensino fundamental e nos jovens e adultos não alfabetizados, e acrescentando a educação infantil e o analfabetismo funcional.

Cabe a nós acompanharmos e fiscalizarmos a implementação dessas políticas cuja eficácia será decisiva para nossa capacidade de atingir, nos próximos quatro anos, as metas que foram estabelecidas em 2014.

Temos hoje plena consciência tanto da importância da educação para o desenvolvimento de uma nação quanto da significância da primeira infância para o desenvolvimento do indivíduo. Nunca teremos o País que desejamos com cidadãos que não tiveram uma formação adequada. Negligenciar a educação e a infância é sacrificar o futuro, é condenar o País a continuar preso às limitações que marcaram seu passado e que ainda representam entraves no nosso presente.

Por tudo isso, eu fico feliz em termos essa oportunidade de discutir, nesta Comissão, com especialistas nesse assunto, com pessoas que ocupam cargos estratégicos no seu ambiente de trabalho e que podem interferir no prumo da educação deste País.

Então, tenho a honra de recebê-los e gostaria de convidar para compor esta Mesa o Sr. Marcelo Ferreira da Costa, que é o dirigente municipal da educação de ensino de Goiânia e aqui representa a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Convido também o Sr. Lucas Carneiro Sachsida, que é Promotor de Justiça do Estado de Alagoas, representando o Ministério Público do nosso Estado.

Vamos evitar os cumprimentos, de acordo com o protocolo estipulado por esta Casa, que, devido ao coronavírus, solicita que os cumprimentos não sejam feitos através de toques de mãos. Então, vamos tentar nos adaptar a isso.

Convido o Sr. Maurício Almeida Prado, Coordenador-Geral de Articulação de Redes Educacionais do MEC (Ministério da Educação).

Convido o Sr. Valmo Xavier da Silva, Diretor Substituto da Diretoria de Ações Educacionais do FNDE.

E convido também o Sr. Flávio Carlos Pereira, Coordenador-Geral de Suporte Operacional ao Financiamento Estudantil, do FNDE.

Então, senhores, repito que esta audiência está sendo transmitida pela TV Senado, pelos canais do Senado, e terá consequências através das atas seguintes, através das reuniões desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão com os outros Parlamentares, a quem passaremos o objetivo principal e os resultados obtidos na manhã de hoje.

Sendo assim, inicialmente, vamos passar a palavra e o prazo de dez minutos para a exposição das apresentações dos senhores.

Gostaria de passar a palavra inicialmente para o Dr. Marcelo Ferreira da Costa, que representa a Undime.

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar aqui a Mesa, Senador Rodrigo Cunha, e parabenizar pela iniciativa. É importante que nós façamos esta discussão, principalmente no que diz respeito à importância da primeira infância, à ênfase que nós temos que dar a esta fase, e, claro, ao acompanhamento das metas do PNE, que, se nós não tivermos em conjunto o cuidado e o acompanhamento, não conseguiremos cumprir de forma adequada.

A Undime tem trabalhado muito no sentido de acompanhar e estar sentada em todas as Comissões, sempre junto ao MEC e a outras entidades para que nós possamos fazer esse acompanhamento.

Cumprimento o Maurício Almeida, da Sealf, representando o MEC. A gente está sempre junto conversando. A Undime está sempre sendo chamada e sempre contribuindo. Cumprimento o Flávio Carlos Pereira, do FNDE, que também é parceiro importante. Nós que somos secretários municipais temos uma relação muito próxima com o FNDE, já que o financiamento de tudo o que nós fazemos acaba saindo de lá. Cumprimento o Valmo também, agradecendo pela parceria de sempre.

Quero dizer que a Undime é a União Nacional dos Dirigentes Municipais, um organismo que agrega todos os 5.568 secretários e que tem por finalidade instrumentalizar esses secretários para que eles possam cumprir bem o seu papel, utilizar bem o recurso público, gerir bem as suas secretarias, e, é claro, defender a educação de qualidade pública, gratuita, a Constituição Federal, as normativas, e principalmente apoiar os Municípios menores e os que estão mais distantes. O nosso lema é que não exista nenhum Município tão distante.

Uma das coisas que a gente tem no Brasil, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, é a dificuldade da capilarização dessas políticas, a dificuldade de que essa política seja realmente implantada naqueles Municípios menores e mais distantes. A Undime tem um grande poder de capilarização. Nós estamos presentes em todos os lugares do País. Temos um processo de comunicação muito fácil com todos os secretários e, por isso, temos oferecido ao MEC ajuda no sentido de não só discutir as políticas públicas que têm sido produzidas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

editadas no âmbito do Governo Federal como o acompanhamento dessas políticas públicas até a ponta, inclusive ajudando na avaliação da implementação dessas políticas públicas.

Para onde eu aponto esse negócio? Para lá? (*Pausa.*)

Obrigado, perfeito.

Então, está ali uma representação do que nós somos, de onde nós estamos.

A Undime realiza todos os anos o Fórum Ordinário; no outro ano, o Fórum Extraordinário. Nós trazemos pelo menos dois mil, três mil secretários, e há uma ênfase nesse fórum da Undime ao que a gente chama de Municípios prioritários, aqueles que não teriam condições de viajar a Brasília e de ir a outro tipo de formação. A Undime trabalha agregando esses secretários. Sempre convidamos tanto o MEC quanto o Poder Público, de modo geral, órgãos de controle e entidades para que participem desse fórum e, assim, nós tentamos articular e mobilizar todos os secretários municipais no Território nacional.

A Undime é uma entidade que já tem 30 anos e, nesses 30 anos, tem lutado por educação de qualidade, educação pública, laica, gratuita, com equidade, e esteve presente nas grandes discussões sobre educação que nós tivemos no País até agora.

Principalmente a partir de 2017, nós começamos a trabalhar muito os fatores de ponderação do Fundeb, a discussão do novo Fundeb e principalmente a discussão das soluções para as obras que estavam paradas a partir de 2015, quanto às soluções que nós teríamos. Temos trabalhado junto ao MEC nesse sentido para que nós possamos resolver essas situações.

A Undime trabalha sempre em acordo e em consonância com a legislação vigente e esteve presente em discussões importantes. Eu trouxe um exemplo de uma discussão que a Undime fez em relação à primeira infância que é muito interessante e muito importante.

A Agenda prioritária para a Primeira Infância surge a partir da Lei 13.257, de 2016, que estabelece o Marco Legal da Primeira Infância. Naquele momento, a Undime, unida a outras 16 entidades, passou a produzir uma agenda prioritária que pudesse dar um olhar mais próximo e mais prioritário para a primeira infância.

Seguindo estes pressupostos – orçamento adequado, intersetorialidade, qualidade, equidade e universalidade, participação social, ludicidade e conscientização –, foi editada, então, essa Agenda, que tinha sete ações prioritárias que a gente elencou na época: a criação de espaços do Brincar na Cidade; a elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância, em que pese exista o Plano Municipal de Educação e nele haja a contemplação desses pontos, ainda outro instrumento mais específico que tratasse não só da educação, mas agregasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, assistência social, saúde e outros organismos, para que nós pudéssemos dar uma ênfase diferenciada e prioritária à primeira infância; instituir e garantir o funcionamento do Comitê Municipal – na lei prevê-se a criação de comitês com várias entidades para que pudesse ser feita a gestão dessas ações das políticas públicas que fossem criadas para a primeira infância –; garantir a formação continuada integrada intersetorial para os diferentes profissionais, com perspectivas plurais sobre a primeira infância; assegurar o acesso à educação infantil de qualidade, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade no atendimento em creches, conforme determina o Plano Nacional de Educação; fortalecer a atenção básica, com foco na estratégia Saúde da Família, para ampliar as práticas familiares promotoras do desenvolvimento integral da criança desde a gestação até principalmente os três anos de idade, dando atenção especial às crianças em maior vulnerabilidade, como crianças indígenas, quilombolas e com deficiência; ampliar e qualificar os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial às famílias com crianças em situação de risco e vulnerabilidade social.

A Undime, presente então nos Municípios, apoia, capacita, e disponibiliza informações para que os secretários municipais possam atuar. Essas informações que nós repassamos para as seccionais dizem respeito principalmente às reuniões que nós temos tanto aqui no Poder Legislativo quanto no Executivo, para que nós possamos levar a esses secretários municipais informações mais atualizadas e influenciar positivamente na criação de políticas públicas locais para a educação.

Lá na época da elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância, nós ainda fizemos sugestões de atividades na criação dos comitês e instituição de grupos de trabalho. Essa atividade vem acontecendo ainda, mas é interessante que a gente divulgue aqui que a Undime, em todos os nossos eventos, em todas as nossas atividades, tem distribuído material da agenda prioritária e tem estimulado os secretários municipais para que possam envidar esforços nesse sentido.

Nós ainda não temos uma grande quantidade de secretários municipais com planos elaborados, até porque ainda existe muita dificuldade no cumprimento do próprio Plano Municipal de Educação, que ainda tem dificuldades em ser coordenado com os planos estaduais. Hoje nós temos um descompasso, Senador. O plano nacional foi aprovado em 2014, e, em 2015, nós fizemos os planos municipais e só depois disso alguns planos estaduais acabaram sendo aprovados. Até hoje nós temos dificuldade na concatenação das ações existentes entre os planos municipais e estaduais e o plano nacional.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA (Para expor.) – É importante que nós tenhamos essa visão, que nós acompanhemos esse processo e que haja um esforço do Ministério da Educação, do Poder Legislativo e dos Poderes estaduais e municipais no sentido de concatenar todas as ações de todos os planos, que é o que tinha sido proposto no seu formato original.

Estes aqui são os marcos legais da educação infantil que nós seguimos – a legislação que a Undime tem utilizado para assessorar os secretários municipais. E hoje uma das grandes ações que estão sendo envidadas pela Undime no País é o apoio à implementação da BNCC. Nós temos feito isso em todo o Território nacional em consonância com os Poderes estaduais, até porque a Base Nacional Comum Curricular é hoje talvez o maior indutor que nós temos da implantação e da efetivação dos regimes de colaboração. Através da BNCC, nós temos conseguido um diálogo maior com os Estados e temos, inclusive, retomado discussões importantes para o desenvolvimento da educação nos Estados e Municípios, como o Programa Nacional de Transporte Escolar, que sempre é uma dificuldade que a gente tem, já que o dinheiro nunca é o suficiente, e os Municípios se sentem explorados pelos Estados. Grupos de trabalho na Undime têm sido criados para discussão como os Poderes estaduais, para que nós possamos melhorar essa relação. Além disso, nos programas de merenda escolar – apesar de eles serem próprios do Município –, a relação que existe entre os Poderes.

Quanto ao processo em si do regime de colaboração, no que diz respeito à criação de políticas públicas conjuntas, vou dar o exemplo nosso no Estado de Goiás. Nós lançamos lá o que nós chamamos de regime de colaboração pleno. Todas as ações hoje no Estado de Goiás não estão restritas ao Poder estadual ou municipal – todas as ações. Inclusive a avaliação de acompanhamento da proficiência dos alunos, que é feita hoje no território, é feita pelos entes Undime e Consed, representados pela secretaria e pela Undime. E nós temos trabalhado com esse instrumento que é a BNCC, que é um instrumento poderoso hoje no País para que nós possamos dizer como a criança aprende, em que sequência isso acontece, e, principalmente, dando ênfase nas transições que existem entre a educação infantil e o processo de alfabetização, do 5º ano para o 6º ano, e depois do 9º ano para o 1º ano do médio, em que nós temos as maiores taxas de insucesso e evasão, já comprovadas por relatórios do Inep.

Esse processo é um processo crescente. Nós não temos ainda o País todo, de forma geral, coberto. A implantação foi feita a partir deste ano. Em 2018 foi feita a elaboração do documento curricular para o Estado. Cada Estado compôs equipes com professores, essas equipes discutiram esse processo, o processo se concretizou em um documento curricular para aquele Estado, e depois disso o documento foi aprovado nos conselhos estaduais e municipais; assim, ele é passado então para que as redes municipais e estaduais possam fazer os seus próprios currículos. A intenção é sempre que nós tenhamos uma unidade, do ponto de vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educacional, garantindo o direito da criança não só de aprender, mas também de se movimentar pelas redes sem que haja prejuízo.

Todos aqui devem ter ouvido falar alguma vez de uma criança que saiu de uma escola e, ao passar para uma outra escola, teve a surpresa de descobrir que naquela outra escola tudo aquilo que ela já tinha aprendido ia ser ensinado ainda, e tudo aquilo que ela não tinha aprendido já tinha sido ensinado. Isso é também fator de insucesso para as nossas crianças, e por isso a Undime tem envidado um grande esforço. Inclusive, nós estamos revendo o nosso planejamento estratégico: anteontem e ontem, nós estivemos reunidos com os 26 presidentes estaduais, momento em que nós começamos a verificar quais as áreas em que nós daríamos mais ênfase. E a educação infantil, principalmente através do instrumento que é a BNCC, é para nós muito cara, e nós estamos fazendo todo esse processo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA (Para expor.) – Essa definição desse conjunto progressivo das aprendizagens, a orientação e a elaboração dos currículos, e o apoio através da revisão da... A gente tem os Projetos Político-Pedagógicos das escolas que, em conjunto com o currículo, dão a autonomia necessária para que a escola possa... Mesmo existindo essa unidade garantindo essa – não quero usar uma palavra forte – homogeneização dos conteúdos pelo Brasil, essa autonomia da escola, através do seu projeto político-pedagógico, define como ela utiliza o currículo, quais ações e o próprio jeitão que a escola tem. Por isso a BNCC tem sido para nós, tem significado para nós um grande instrumento de implantação e desenvolvimento do regime de colaboração no Brasil.

Cada Estado tem o regime de colaboração que merece. Nós temos Estados em que o regime de colaboração já é pleno, em que Estado e Município sentam-se para qualquer discussão de política pública. E nós temos Estados onde ainda há disputa entre o Governo estadual e os Governos municipais, e quem perde nesse processo é a educação.

Esse diálogo que nós estamos buscando sempre com o MEC, com os Governos estaduais, enquanto Undime, diz respeito ao que nós secretários municipais temos sofrido lá na ponta. Uma política pública que nasce no Governo Federal mas não é discutida com quem está na ponta, está fadada a morrer, a desaparecer, a não ter sucesso, porque não é só a criação da política pública, mesmo calcada em dados fornecidos pelo Inep, que vai fazer com que ela seja satisfatória; é a capacidade dessa política, através de capilarização, de chegar até o cidadão que está na ponta; e, mais do que isso, é a capacidade de todos nós que acompanhamos a política pública de fazermos a avaliação dessa implantação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma outra coisa importante que nós temos que aprender no Brasil, que tem tudo a ver com o esforço que nós temos que fazer pela educação infantil, que é: em toda política pública, o Brasil tem um defeito. Toda política pública que nós produzimos, quando termina ou quando desaparece, não deixa legado algum, não deixa exemplo algum para políticas públicas novas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA (Para expor.) – Nós temos que aprender a utilizar o que nós já fizemos, os dados do que nós já fizemos, as coisas que deram certo ou errado para que possamos criar políticas públicas mais eficazes no futuro, e fazendo isso de forma muito mais democrática.

Nesse caso, eu me refiro a essa ideia de democracia no sentido da consulta ao Consed, que é responsável pela educação nos sistemas estaduais, e pela Undime, que é responsável por todos os sistemas municipais. Esse processo é muito importante.

Eu sou secretário de uma cidade que tem 1,5 milhão de habitantes. Eu tenho 370 unidades. Tenho 19 mil servidores, tenho 105 mil alunos. Eu sou um exemplo de rede. Mas lá no Estado de Goiás há uma cidade que se chama Caldazinha, que tem uma escola e uma creche. O secretário – ele mesmo, não tem nem equipe – vai à escola e ele vai conversar com os servidores, ele faz a formação, ele devolve a avaliação diagnóstica... Então, nós temos realidades muito diferentes no País...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

Desculpe interrompê-lo, é porque eu quero fazer uma intervenção. É uma pergunta que eu acredito que vai somar justamente com essa sua fala...

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA (Para expor.) – Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – E até porque o tempo também já extrapolou, e eu quero pegar justamente esse gancho, porque também uma das principais funções e missões atribuídas a esta Comissão, no ano passado, foi a de acompanhar as obras inacabadas referentes às creches. Então, o senhor falou sobre esse assunto no início da sua apresentação e é um assunto corriqueiro na nossa atuação.

Há cerca de 15 dias, eu acho que pela quarta vez, eu estive com o Ministro da Educação, para conversar sobre esse assunto, e ele trouxe para o conhecimento meu – e lógico que eu já tinha acompanhado pela imprensa algumas manifestações –, como sendo uma das prioridades do Ministério da Educação, trabalhar com os *vouchers*, ou seja, com a possibilidade de fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que essa necessidade, essa carência que hoje se tem, de se construir creches, seja suprida de outras formas, como através de *vouchers*, que permitem uma transferência de gestão da educação, de certa forma, porque vai passar para outros entes essa responsabilidade, através de uma remuneração.

Então, em setembro de 2019, pelo que eu tomei conhecimento, a Undime se manifestou, através de uma carta, sendo contrária a esse sistema de *voucher*, e isso condiz exatamente com essa sua fala final aqui, de que muitas vezes não é consultado quem está na ponta. Há uma política pública que é implementada pelo Governo Federal sem antes passar por uma discussão pelos conselhos.

Então, nesse caso específico aqui, em que nós estamos falando sobre metas a serem atingidas na primeira infância, uma das formas de serem atingidas é através das creches e pré-escolas. Então, há uma tendência no Governo Federal a estimular a utilização de *vouchers* e transferência da gestão para esses centros de educação infantil, através de outras entidades.

Então, a minha pergunta é: alguém tem restrição a essa utilização? É algo que já está consolidado ou é algo que ainda está em aberto? Qual é a visão sobre esse assunto específico?

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA (Para expor.) – Bom, enquanto entidade... Lá no começo a gente estava dizendo que defende educação pública, gratuita e de qualidade. Enquanto entidade, a Undime... Em primeiro lugar, o que nós solicitamos sempre ao MEC tem sido o término das obras que estão paradas e a consolidação de políticas públicas que possam apoiar essa escola pública de qualidade.

No que diz respeito a alternativas, elas são apreciáveis, mas é preciso que nós tenhamos cuidado com as fontes, por exemplo, de orçamento que nós podemos utilizar. O Ministério precisa responder para a gente, por exemplo, se, no uso dos *vouchers*, a fonte que vai ser utilizada será o Fundeb ou será utilizado o Tesouro, o que causará prejuízo para os Municípios. Isso é uma pergunta que nós estamos fazendo ao Ministério.

Outra coisa importante: o aluno que sai da rede pública e ingressa, através de *voucher*, na rede privada, vai entrar para o censo de quem, do Poder Público ou para o censo privado? E, se ele entrar para o censo, esse dinheiro retorna para o Poder Público ou o Município terá prejuízo com esse *voucher*? É segunda pergunta. A terceira pergunta é: ao se transferir o aluno ou o conjunto de alunos para as entidades privadas, quem fará o acompanhamento pedagógico e toda a avaliação das políticas públicas para a infância, determinada não só pela lei em nível nacional, mas também por todas as normativas infralegais que nós temos e devemos seguir? Então, são perguntas que, antes de qualquer coisa, precisam ser respondidas, para compormos o conceito da política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha cabeça é mais ou menos assim: primeiro eu preciso conceiturar, eu preciso entender para quem, por quê, que avanços nós teremos, que garantias nós teremos. Depois que tudo isso estiver resolvido, quando a gente perceber que isso gerará um avanço para a educação e que isso tem fonte, tem dinheiro, que não causa prejuízo nem para o Município, nem para a criança, é que depois nós vamos ter que criar um sistema de operacionalização, porque nós vamos fazer isso através de quem? É o Governo Federal que vai envidar os esforços dos *vouchers*? Ou ele vai apenas dar a oportunidade ou vai induzir, para que Estados e Municípios o façam por conta do próprio ente? E isso vai demorar quanto tempo, como isso será acompanhado, como isso será avaliado, qual o impacto esperado disso para essa meta específica e em quanto tempo?

Enquanto essas perguntas não têm respostas, a Undime mantém a sua posição de defender a escola pública gratuita, de qualidade, e defende o término das obras paradas, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a sua resposta também, Dr. Marcelo. É importante haver essa fiscalização de maneira prévia também. Então, buscar informações, para que dê certo e se possa monitorar os resultados que se pretendem atingir.

Então, dando sequência, gostaria de ouvir... Passo a palavra para o Promotor de Justiça, Dr. Lucas Sachsida Carneiro.

Dr. Lucas, eu sei que é uma missão importante que V. Sa. exerce no Estado de Alagoas. A promotoria tem grandes responsabilidades, mas lutar pelo direito de uma criança ter educação eu acho que é uma prioridade absoluta, não só da Promotoria, mas também de todos os gestores que podem interferir de alguma maneira.

Então, eu gostaria de saber como o Ministério Público acompanha e busca também fazer com que esse direito fundamental seja atingido.

O SR. LUCAS SACHSIDA CARNEIRO (Para expor.) – Bem, bom dia a todos.

Senador, eu cumprimento V. Exa. e estendo os cumprimentos a todos da Mesa.

Eu fiz um PowerPoint um pouco mais detalhado, mas, porque vai ficar no *site*, eu vou ser rápido na apresentação.

Eu vou apresentar para os senhores o que tem sido feito pelo Ministério Público de Alagoas para buscar uma educação digna para todos.

Eu só pediria o controle, por favor. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é o de cima aqui que passa para a frente... Não: é este aqui.

Pronto.

Primeiro, eu quero parabenizar também a iniciativa. Muitas vezes, cada um de nós, da função pública, ficamos focados na nossa própria função e, aí, temos, como naquela paródia hindu do elefante e os cinco cegos, uma visão do elefante um pouco equivocada: cada um de nós vê o problema, mas de acordo com a nossa visão. E reuniões como essas são, de fato, importantíssimas para que a gente possa ver o problema como um todo. Então, eu vou mostrar a minha visão do elefante, para que talvez a gente possa melhorar programas de governo, normas a serem criadas no futuro e demonstrar como a fiscalização pode ser eficiente também, sob a ótica do Ministério Público, para essa garantia.

Bem, senhores, o Ministério Público do Estado de Alagoas criou o Núcleo de Defesa da Educação, no final de 2008. Esse núcleo de educação foi criado justamente para que a gente possa ter uma visão mais eficiente. E qual é o conceito complexo de eficiência? Qualidade, rapidez, enfim, tratar dos problemas de forma global.

Quando o núcleo de defesa foi criado, eu implantei o que a gente chama de Promotoria de Projetos. Nós tentamos visualizar os principais problemas, os problemas sistêmicos, e aí eu consigo criar instrumentos eficientes, estratégias, criar um projeto, e eu consigo replicar isso para todos os promotores e consigo levantar dados melhores para essa eficiência. Eu vou mostrar alguns deles para os senhores.

O primeiro deles que criamos... Porque, quando chegamos lá, Senador, nós percebemos que o problema era muito mais grave do que a gente imaginava, muito mais grave do que a gente imaginava.

Veja que a chegada na escola já era um problema gravíssimo que a gente tinha em Alagoas.

De todos os Municípios, quando começamos esse projeto, nenhum Município tinha um veículo regular, com 20 anos, com 20 anos de vigência da legislação que regulamenta o tema. A chegada à escola já era um problema. E a gente começa a tornar mais palpável o porquê do analfabetismo, o porquê do analfabetismo.

E, se Alagoas tinha um problema gigantesco – o senhor é de lá, sabe e acompanha; eu sou mineiro e, assim como o Rio São Francisco, hoje dedico a minha vida à função pública em Alagoas –, Alagoas tinha um recorde de acidentes: éramos o topo de índice de acidentes, mortes de alunos, etc., etc., com relação ao transporte escolar. Quando fizemos a primeira operação, Senador, que foi no Município de São Luís do Quitunde, entrevistamos uma mãe que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo dia em que colocava o filho na escola, sempre ficava preocupada se ele iria voltar vivo; ela sempre sopesava o risco daquela criança com direito à educação. Note o problema.

Pois bem... Em seis meses de projeto, conseguimos aí já ver alguns Municípios. Foi Jaramataia, com 100% de regularidade. E a ideia, Senador – ali temos uma foto de reunião na Ama; havia representantes dos gestores de educação, o Presidente da Undime –, e a ideia do Ministério Público não foi demandista; a ideia foi essencialmente de parceiro, de tentar mostrar como resolver. Foi criado um passo a passo para todos os gestores municipais de como solucionar o problema antes de entrar com as ações de responsabilização, e, por isso, a gente teve uma grande eficiência no projeto. O projeto foi reconhecido no passado como o melhor trabalho no combate à corrupção do Estado de Alagoas, ganhamos o Prêmio Graciliano Ramos. E aí entra, sim, claro, também transporte para escolas, para escolas e creches. Nós temos o transporte direcionado à educação infantil.

Ao final, eu tenho umas sugestões com relação a programas de governo e sugestões normativas, Senador, e uma das minhas sugestões é o uso da tecnologia, mas não é igual àquele programa "Um Computador por Aluno", que foi um pouco falho. A ideia é usar a tecnologia a favor de informação, eficiência de fiscalização e controle dos próprios programas e objetivos.

No Ministério, nós acabamos de criar um aplicativo para controlar o transporte escolar, e a ideia desse aplicativo... Esse aplicativo é público, foi criado por nós, pela TI do Ministério Público, com as minhas ideias, que foi esse mapa que eu vou mostrar para os senhores. Portanto, é um aplicativo público. Eu já abro mão dele aqui, para entregar aos senhores da Undime, a qualquer ONG que tiver por objetivo fiscalização. É um aplicativo extremamente eficiente. O aplicativo funciona no celular.

Se eu tenho o número de veículos, a inspeção semestral e a data em que ela foi feita, eu tenho um controle total de segurança na mão do promotor e um aviso: "Olha, daqui a dez dias, dois ou três veículos do seu Município vão estar sem inspeção"; ou eu tenho tantos Municípios sem inspeção. Mais do que isso: se eu tenho a capacidade do veículo ali registrada e o número de alunos, eu já tenho uma análise de superlotação na mão do promotor, com informação de gráficos, ou na mão daquele que queira usar. Veja que o aplicativo já tem um *login* específico para gestores municipais. Ele já tem isso em funcionamento.

Se eu tenho rotas e escolas, tenho como analisar, caso haja dois ou três veículos em risco ou sem inspeção semestral, quantos alunos estão em risco e quais escolas estão com problemas de abastecimento de alunos. Se eu tenho se ele é licitado ou próprio, tenho como controlar a licitação e, portanto, o patrimônio público. E eu tenho um *login* específico de polícia, em que... Comum, sabemos que é: se eu tenho um ônibus, no Município de Mata Grande,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levando pessoas para a praia, por exemplo, com o uso indevido daquele bem público, na autuação, o promotor ou o gestor municipal recebe isso na hora. Ele está à disposição de todos, e eu faço questão de cedê-lo, e talvez possamos melhorar. É a versão 1.0.

Com relação à primeira infância e creches, senhores, o Ministério Público, através do núcleo, percebeu um grande problema no que diz respeito a ações individuais. A partir do momento em que se tornou possível e reconhecida, principalmente pelo STF, em 2006, a possibilidade de busca daquele direito fundamental e de exigi-lo através de ações judiciais, o número de ações judiciais individuais na busca de vagas passou a ser gigantesco, e é hoje ainda. E nós percebemos um grande problema nisso: apesar da legitimidade jurídica existir – porque existe: é direito daquele indivíduo ter uma educação digna e ter acesso à creche –, nós temos um problema, porque a ação individual não analisa eficiência pedagógica e eficiência de gestão.

Veja, eu tenho uma diretriz curricular. Se o gestor começa a receber ações individuais sem previsão, eu tenho, por exemplo, um problema na relação aluno-professor. Então, a tratativa do núcleo passa a ser difusa. E para isso nós fizemos uma pesquisa e o mapeamento do Estado todo de Alagoas. Por exemplo, eu tenho ali os dados: 22%, sem vagas em zona rural; quarenta e tantos por cento, sem vagas em educação especial.

Eu tenho 102 Municípios mapeados, Senador. Eu vou enviar para a sua assessoria depois. Mas veja bem, eu tenho Municípios em que não tenho dados de existência de vagas e de matrículas em creche.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – Dois Municípios alagoanos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dr. Lucas, o senhor pode, por gentileza, explicar o que isso significa de fato? O senhor está falando que existem Municípios que não têm alunos matriculados em creches. É isso?

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – Em princípio, com a fonte de dado que eu tenho, eu não tenho notícia de matrículas em rede pública, por exemplo, no Município de Pão de Açúcar. Ali estão as fontes que pesquisei, nas quais eu consigo ver todos os demais.

É preciso uma ação com olhos metaindividuais, Senador, porque eu preciso impor ao Município, para que ele tenha uma visão, por exemplo, de nascidos vivos e oferecimento de vagas. Eu preciso que ele se preveja, que ele tenha previsão, ali, de como agir, de como ofertar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas vagas, de quantos professores ele precisa em sala de aula, de como precisa ser a estrutura de creches e transporte escolar.

A ação individual tem sido um problema. Ela é necessária, ela vai continuar sendo feita, mas a ação metaindividual, de impor ao Município, por exemplo, que ofereça vagas de dois em dois meses, com a análise de nascidos vivos ali, dentro daquela municipalidade, isso está sendo feito, Senador.

Esse é um projeto nosso criado agora, assim como foi criado o transporte escolar, com o qual obtivemos sucesso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – O projeto foi criado sob essa mesma ótica, ele se chama Educação de Primeira e ele já vai entrar em prática agora. Ações serão feitas, claro, também pensando num Ministério Público não só demandista, mas num Ministério Público parceiro. Eu preciso sentar com todos os gestores municipais, colocar para eles as possibilidades de como ter uma gestão educacional eficiente sob essa ótica. Esse vai ser o objetivo desse projeto.

Isso aqui eu tirei de uma apresentação de uma pessoa que eu admiro muito, o Promotor Luiz Antonio, do Estado de São Paulo. É só a questão de formação de sinapses na primeira infância. Por que a primeira infância é tão importante nos investimentos nos programas de governo e criações normativas.

Isto a gente sabe, até porque houve um Nobel específico em Economia, há pouco tempo: a cada dólar investido eu tenho uma economia de US$2,6; a cada investimento, eu tenho uma precisão de ganho de 7% a 10%. Quando se investe em primeira infância, a questão é muito lógica. Vejam que aquele aluno que participou de uma creche tem a possibilidade de ter, por exemplo, 25% a mais no salário no futuro, em média.

E aqui é uma questão de investimentos, a questão do gráfico de investimentos na primeira infância – veja como ela é maior.

Mas o que eu queria mostrar é justamente as razões por que a primeira infância é importante.

Vejam a resposta de estímulos na primeira infância, que é o primeiro azul ali: como ele é mais acentuado e como ele é mais duradouro. O aprendizado da primeira infância fica para sempre.

Eu tenho estudos relacionando falta de creche com atos infracionais, com criminalidade, com possibilidade de conseguir passar pelas fases posteriores de ensino, por exemplo, quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes mais nas fases posteriores a quem tem creche. Então, o investimento de creche, nessa fase de primeira infância – creche e pré-escola –, passa a ser deveras importante.

Eu queria mostrar que, como os senhores perceberam, a nossa preocupação primeira foi ter segurança para que aquela criança fosse à escola – primeiro foi o transporte escolar –, e depois nós percebemos que, ainda assim, existe incutida a cultura do machismo e a cultura do estupro em todo o Brasil e também em Alagoas, e, com base naquele objetivo específico do art. 4º do Estatuto da Primeira Infância, que é fomentar a cultura da proteção, nós criamos o projeto "Abuso Sexual: notificar é preciso", em Alagoas, que foi um projeto que objetivou aproximar e harmonizar os órgãos de primeiro contato – que foi o que a gente chamou –, escolas e hospitais, para criar uma comunicação rápida e eficiente com o Ministério Público e órgãos de controle, conselho tutelar e delegacias. Para que se tenha uma ideia, quando eu comecei esse projeto, alguns hospitais me responderam, dizendo... Perdoem-me: alguns, sim, faziam as comunicações, mas eu recebi respostas, por escrito, de hospitais que nunca faziam comunicações. Tanto assim foi, que mais de cento e tantas crianças, já com o projeto em andamento em 2019, foram protegidas por nós. Esses números aí, a princípio, de abusos sexuais que nunca chegariam ao ouvido de ninguém. E como é um crime que se perpetua no tempo, essa criança ficaria talvez até os 18 anos ali, sendo abusada.

Esse projeto ganhou o reconhecimento pelo CNMP como o melhor trabalho de combate à criminalidade do País.

Agora, por fim, eu apresento outros projetos. A gente tem o projeto "MP na Escola", que visa a analisar a estrutura de escolas. Ainda temos a famosa escola galpão, aquela escola de metal... Um absurdo!

A questão dos diplomas falsos... Eu sei que o Senador se preocupa também com isso. Não tem a ver com primeira infância, mas, em princípio, é uma atuação do Nuded.

O projeto "Paz na Escola" é um projeto incrível, iniciado pelo Promotor Denis.

Projeto "Fale Educação"...

Com relação ao Orçamento da Criança e do Adolescente, eu gostei muito da fala inicial do senhor. De fato, ele não pode ser um documento abstrato. Então, existe um grupo de trabalho formado por promotores, para analisar, ponto a ponto, a gestão orçamentária da criança e do adolescente. Esse ainda é na capital. A gente pretende levar para o interior alagoano.

Precatórios do Fundef.

Educação Bilíngue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, sugestões normativas. Eu queria apresentar algumas.

Isso aí é baseado, Senador, numa pesquisa que fiz há um tempo, sobre melhores educações no mundo.

A gente precisa olhar para os outros que deram certo, replicar boas práticas. Países com melhor educação e países que conseguiram elevar sua educação a um nível excelente de forma muito rápida. E a grande questão, um dos principais pontos: tempo em sala de aula.

Para que se tenha uma ideia, a gente perde aqui no País, em média – existe um estudo, salvo engano, da FGV. Perdoem-me, mas eu terei os dados ao final –, 34% de tempo. Colocando isso nos 200 dias e nas 800 horas-aula, a gente percebe que talvez o tempo na escola, o tempo em sala de aula, esteja sendo muito prejudicado.

Troca de boas práticas e informações na rede.

Eu tenho escolas – disse bem o representante da Undime – no mesmo bairro, mesma faixa etária, que têm índices de educação totalmente diferentes. Isso não pode acontecer. Na Finlândia, por exemplo, isso não acontece: todas as escolas têm índices extremamente semelhantes, e a razão disso é a troca de boas práticas.

Senhores, eu chamei isso de uso de tecnologia. Com a tecnologia, assim como com o aplicativo que eu mostrei para os senhores, isso fica fácil. Se eu tenho esses dados nas mãos do gestor municipal, ele sabe que existe uma boa prática na escola "x". Por que não conversar naquela escola e transferir aquela boa prática para outro lugar?

Quanto à questão de tempo em sala de aula, eu posso usar a tecnologia para dever de casa. O uso do dever de casa é um tema muito importante, que a Coreia do Sul usa demais, Finlândia também, dentre outros países. O grande problema nosso é correção: como que aquele aluno vai corrigir? Como que ele vai fazer? A tecnologia tem isso!

Hoje, para concurso público, eu entro num *site* – Qconcursos, por exemplo – e ali eu faço meu dever de casa, com a correção e comentários na hora. Por que não usar, em vez de só dar um computador por aluno, não permitindo que isso funcione?

Então, com tecnologia, a gente pode fazer tudo isto: valorização do dever de casa, controle de faltas de professores...

Eu queria deixar muito claro, com relação ao controle de falta de professores, que são alguns, mas a gente tem um índice muito grande no País. Segundo a FGV, pioram-se, a cada dez faltas de professores, 5% na nota de Matemática. Então, o controle de falta de professores é essencial que se faça, e isso, por aplicativo ou por tecnologia, torna-se bastante fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A valorização da mãe e da família. Isso é importante para a primeira infância.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – A falta que eu digo é a ausência. Não é a falta de professor; é não ida do professor naquele dia. A falta pode ser interpretada como poucos professores na rede. Não é isso que eu quis dizer.

Valorização da mãe e da família.

Então, normas de proteção de emprego e incentivo e engajamento de emprego parecem muito importantes. Existem muitas boas práticas já reconhecidas no nosso próprio País, com relação à flexibilização de horário de entrada e horário de saída, possibilidade de teletrabalho, creches na empresa. Isso me parece importante para a primeira infância.

Valorização do professor.

Senhores, é preciso olhar para o professor, para que a gente tenha educação de qualidade. Portanto, meritocracia, Senador... Não temos normas específicas que observem a meritocracia dentro da escola, escolha política de gestores, reconhecimento e replicação de boas práticas, projetos, etc., etc. Meritocracia do professor é importantíssimo com relação à qualidade.

Eu dou o exemplo de uma escola em Penedo, em que existem duas escolas próximas, mesma faixa etária, mesmo objetivo. Quanto a uma escola, está todo mundo querendo ir para lá. Todos os alunos querem matrícula naquela escola, porque um professor foi eleito democraticamente, e é um professor que tinha boas práticas reconhecidas como gestor. Ele tornou aquela escola praticamente muito mais eficiente que as demais ali próximas.

Ampliação do ensino técnico.

Cinquenta por cento dos adolescentes de 15 a 19 anos têm acesso a ensino técnico na Alemanha, por exemplo, e nós, aqui, temos uma inversão desse parâmetro. Nosso ensino e diretrizes curriculares, planos pedagógicos, são voltados para aquele aluno que vai à faculdade, sendo que 86% dos nossos alunos não vão à faculdade. Há uma inversão: para cada seis pessoas que vão para a faculdade, uma vai para o ensino técnico. Isso não se sustenta economicamente e gera um problema de empregos e funcionamento e eficiência da educação.

A valorização da primeira infância eu já coloquei para os senhores.

A lei de responsabilidade da educação me parece importantíssima nesse ponto, sob a mesma ótica e viés que temos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São opiniões. Como eu disse para os senhores, é a minha visão do elefante. Talvez eu esteja equivocado em algumas, mas a visão que temos de melhoria da educação no nosso País, sob a minha ótica, são essas sugestões.

Eu já analisei alguns projetos de lei complementar e projetos de lei aos quais eu gostaria muito que esta Casa desse atenção. Um é o PLC 25, que cria o Sistema Nacional de Educação. Há alguns ajustes de opinião pessoal minha, mas é uma norma muito interessante para melhoria de eficiência. E já temos, mais ou menos, ali uma lei de responsabilidade de gestores, que é o PL 7.420... E, claro, a preocupação de todos nós, a continuação e perpetuação do Fundeb.

Bem, senhores, essa é a minha ótica sobre educação. Eu espero ter contribuído de alguma forma.

Os dados dos Municípios eu vou deixar à disposição dos Senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dr. Lucas, agradeço por sua apresentação e também o parabenizo pelo trabalho inovador, aproximando a tecnologia da fiscalização, em busca da eficiência e da melhoria do ensino. É realmente algo para ser multiplicado.

Aqui estamos ao lado, por exemplo, do representante da Undime, que tem uma capilaridade enorme neste País, presente em todos os Municípios, através da educação. Então, bons exemplos devem, cada vez mais, serem falados para serem replicados. Ele também demonstrou aqui que tem esse monitoramento sobre todas as ações.

Alguns dos projetos que foram apresentados eu conheço, acompanho bastante pela imprensa, e, de fato, o papel do Ministério Público é essencial para a qualidade do ensino também.

Por exemplo, nós temos – aí já não é na primeira infância, mas no ensino do Estado – uma baixa de professores, porque muitos são contratos de maneira precária, através... São monitores, na verdade, são professores que passam no máximo dois anos e que colocam em risco a qualidade do ensino, porque são substituídos, não podem ser renovados, e essa precarização dessa contratação faz com que não se invista também em qualificação desses mesmos professores, e aqui você demonstrou a importância disso.

Outro ponto: a gente está falando aqui da qualidade do ensino, mas primeiro tem de chegar à escola. O senhor começou a sua apresentação demonstrando a importância de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitorar o transporte escolar. Muitos ainda são feitos de maneira irregular, mas, através da tecnologia, é possível também haver esse monitoramento.

Então, parabéns pela atitude.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu gostaria de passar a palavra também para o multipresente Senador Styvenson, que representa o Estado do Rio Grande do Norte e que também chegou aqui pelo trabalho que realiza na educação em seu Estado. Não faz apenas o trabalho de policial, mas o trabalho de educação. Ele tem exemplos que devem também ser multiplicados.

Então, Styvenson, V. Exa. está com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Primeiro, parabenizo-o.

Quando eu soube que estava havendo esta audiência pública – acho que vai ser a última, não é? Estão temporariamente suspensas as audiências públicas –, eu não poderia perder. Em se tratando de educação de zero a seis anos, é importantíssima.

Ouvi atentamente... Não ouvi o restante ainda – vou ter que ir ao gabinete, falar com os Prefeitos que estão me aguardando –, mas eu achei interessante a fala do Sr. Lucas. É interessante trazer a tecnologia para fiscalizar também, e o senhor trouxe muitos dos aplicativos com os quais a gente pode organizar o sistema público, que é uma desordem.

Até hoje a gente não sabe para que são utilizados esses ônibus, e todos os Prefeitos me pedem. O que está acontecendo é a apreensão, começando pelos ônibus. No meu Estado, ontem foram apreendidos mais três ônibus – transporte irregular. Eu creio que o Prefeito e o Secretário saibam o que deve ser transportado naqueles ônibus, de que forma tem de ser e em que horário. Não sei se o aplicativo tem essa previsão da notificação também.

A questão de se informar quando vai haver inspeção é uma coisa simples. Se ele não tem inspeção e não tem a documentação, fica apreendido também, e quem é penalizado é o estudante.

É o caso de Jucurutu, no interior do Rio Grande do Norte: houve férias, nesse período deveria ter sido feita uma organização e verificada a inspeção, e acho que essa inspeção deveria ser eletrônica, porque um vídeo, uma foto... Inspeção humana, lá do técnico do Detran. Não é preciso ir. Acho que é preciso só ter o vídeo hoje em dia, já que falta braço para se atender a tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aplicativo me interessa, já que a gente pode evoluir.

Mas há uma pergunta que eu iria fazer para o Promotor: o senhor acabou de falar sobre a questão da deficiência salarial do professor, mas em Penedo, não é isso? O senhor citou uma cidade em que o professor tem boas práticas e que a escola está absorvendo muita gente. Ele ganha diferente?

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – Em princípio, que eu saiba, não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Ele ganha mais do que os outros?

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – Eu posso não ter essa informação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Então, dessas boas práticas a gente deveria fazer o levantamento e trazer por que que uma escola atrai, por que que uma escola fica tão procurada.

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – Senador, permita–me... Não há escola sem professor. Eu sou filho de professora pública. Minha mãe continua dando aula, aliás, no interior de Minas, salvo engano na EJA, hoje em um assentamento, enfim, e eu percebo que o professor é o mestre.

Na Coreia do Sul, para que se tenha uma ideia – claro que é uma questão de mudança cultural, e é possível mudar cultura, é possível que se mudem certas culturas –, o professor é quase um *pop star*, não só na questão do respeito que a gente conhece muito do Japão, mas lá, com propagandas, etc., etc., há alguns que ganham milhões. Não pelo Poder Público, mas são tão...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para interpelar.) – No Japão só se curva para professor.

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – Mas são tão respeitados quanto.

Por isso, quando eu fui dar a minha humilde opinião como sugestão legislativa, eu não quis apontar uma lei, uma norma ou uma forma escrita; eu quis apontar diretrizes ou princípios a serem seguidos. Portanto, quando eu disse sobre a valorização do professor, é a meritocracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Ah, o senhor falou bem: meritocracia. Porque justamente esse professor... Eu conheço muitos professores que, mesmo em condições adversas, em condições ruins, produzem e produzem bem. Eles sim, por mérito, deveriam ser reconhecidos. Não estou dizendo que não é para ganhar bem; tem de ganhar bem sim. Acho que o maior salário deveria ser o do professor.

Mas eu iria falar em relação a uma meta, um aproveitamento. Eu vi lá, eu assisti bem à sua exposição.

Na verdade, os alunos saem hoje, de um ano para outro, e não há avaliação; há só uma nota, e essa nota não avalia ninguém. Se você se sentar na frente de um aluno e perguntar qualquer conteúdo que ele estudou durante o ano, não vai... Eu digo isso porque eu tomo conta de escola pessoalmente; a escola é mantida por mim, pessoalmente. Então, eu sempre: "Venha cá. Tirou dez? Vamos conversar aqui sobre História, Geografia, Matemática...". E, quando se vai ver, não é aquilo, não é aquela realidade. Então, tem que haver essa avaliação contínua, para que... Não é só a criança na escola; é avaliação também.

Eu digo isso porque eu tirei uma escola do nada para alguma coisa, com 500 alunos hoje. Havia 30 – e é uma outra falha... Quando eu ocupei uma escola, havia 30 alunos presentes para ir comer o cuscuz com suco ou biscoito com suco, mas estavam dentro da escola, registrados, 400 alunos – documentado.

A gente percebe que a mãe não quer perder o auxílio, aí matricula na escola porque a diretora não quer perder também o benefício, e fica-se nesse estelionato educacional.

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – Nós temos leis que são excelentes, leis até melhores do que de outros países. Precisamos colocar em prática. Temos a busca ativa... É preciso pôr em prática.

Eu quis mostrar esse enfoque, porque muitas vezes há a visão de que aquela legislação está boa, de que eu tenho uma análise de transporte, um programa de governo específico de transporte escolar, mas lá na ponta da lança isso não está funcionando. É isso que precisa ser feito, fiscalização com eficiência, para que a gente possa ter a vontade dos senhores e a vontade da Nação funcionando na prática.

Só com relação... Permita-me encerrar de forma rápida.

É preciso ter muito cuidado com índices.

Índice é muito importante, tanto que eu trago as pesquisas, para a gente ter uma visão geral, mas a gente tem que tomar cuidado com o que se chama de paradoxo de Simpson. Basear-se só em índices...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma universidade nos Estados Unidos em que só passavam para o mestrado e doutorado – surgiu daí esse paradoxo – muito mais homens . Ela foi processada numa ação coletiva por mulheres, dizendo de machismo, e a escola não tinha essa prática de machismo. Ela quis fazer a pesquisa... Havia pesquisa, só que passavam – existia um dado – mais homens que mulheres no doutorado. Mas depois foi-se analisar: as mulheres se inscreviam nos doutorados mais difíceis naquela região, e os homens nos mais técnicos, nos mais simples. Por isso passavam mais. Vejam como um dado, muitas vezes, é complicado de ser seguido.

E a gente tem o nosso índice nacional de educação, que se baseia nas notas de Matemática, de Português, e no passar de ano, nas aprovações por ano. É muito comum eu ter alguém, um adolescente infrator na sala comigo, e, quando eu pergunto: "O senhor está em que série? Está estudando?". "Estou sim, estou no 6º ou 7º" ou sei lá. "Sabe ler?". "Não". Mas meu Deus...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Como é que chegou ao 7º ano?

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – ... meu Deus do céu!

Então, esses índices são importantes, e eles têm crescido: Alagoas passou de dois e pouco para... Houve anos, de 2005 a 2011, em que diminuiu. Foi um absurdo haver uma diminuição. Foi quando surgiu a ideia da Lei de Responsabilidade Educacional. Mas hoje nós estamos em 5,2.

É importante isso. Estamos evoluindo. Mas muito cuidado com esses índices. Muito cuidado com esses índices.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Sobre o estudo que o senhor fez sobre não creches e criminalidade. Interessa-me, porque sou da área de segurança pública. Interessa-me muito isso aí, porque o número de evasão escolar é o número de criminosos que estão indo para a sociedade. Uma vez que você não esteja estudando, está fazendo o que desocupado? Está vendendo droga? É aquela criança que deveria estar na escola, e está no braço da mãe no sinal, pedindo esmola, e a gente olha aquilo com uma naturalidade, acha aquilo tão bacana... Até ajuda, até dá dinheiro.

Senador Rodrigo, em relação a esses índices ou a essas metas que deveriam ser atingidas – e lá atrás criaram essas metas, e não foram atingidas também... Não foram atingidas. Não se consegue atingir essas metas. Eu acho que falta também mais compromisso do ser humano, e, para ter compromisso, tem que haver fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que aquele aluno vá para a escola, deveria, sim, haver uma retirada de falta eletrônica, e não ficar a critério do diretor ou da professora ficar digitando. Por que é fácil, e eu descobri isso na prática, porque existe. Estou falando de evasão escolar. Pode existir também na questão das creches.

As creches no meu Município, Rodrigo, ou estão inacabadas ou são uma casa alugada, totalmente inadequada, onde a criança fica num quarto, que vira uma sala, que é do lado de um banheiro, que é perto de uma cozinha... Cem, 200 crianças, num calor daqueles.

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor.) – Senador, deixe-me falar uma informação importante: Alagoas passa pelo seu momento crucial de educação. Talvez nós nunca passemos por esse momento, e ele está passando primeiro do que os outros Estados, que é o de recebimento dos denominados precatórios do Fundef. São milhões chegando.

Para Maceió, mais ou menos 290 milhões a parcela específica. Milhões e milhões. Veja: é o momento de mudar. Existem Municípios com escolas caindo aos pedaços, recebendo milhões. Não existirá outro momento como esse. Então, é muito importante.

Está tudo à disposição, o aplicativo é para todos. Eu não falo por mim. Eu já perguntei ao Procurador-Geral de Justiça hoje em exercício, Dr. Márcio, e ele já disse ser possível a cessão para todos. Basta entrar em contato comigo. Meu celular está com o pessoal aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Iremos fazer esses contatos.

Senador Styvenson, agradeço sua participação. Como sempre, seu exemplo aqui deve ser replicado. É um Parlamentar que adotou, não como Parlamentar, mas desde antes, uma escola e fez essa escola também ser referência no seu Estado. Então, V. Exa. interferiu de maneira extremamente positiva no diálogo que foi firmado com o Dr. Lucas, extremamente produtivo e de interesse de todos.

Então, só para informar que, como mencionei no início, esta audiência pública não se restringe a este plenário, está sendo transmitida...

Temos aqui a participação do Rayell Correia, do Tocantins, também preocupado com o modelo educacional infantil. Pergunta por que não adotamos modelos iguais a outros países de primeiro mundo.

A Dany Fernandes, sempre presente, lá de Alagoas, também falando sobre o contingenciamento de recursos para a educação, especialmente no âmbito da primeira infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um assunto que também já foi tratado de maneira extremamente firme por esta Comissão em outros momentos.

Temos a Sarah Alves, do Pará, que também fala que a educação básica é a mais importante para as crianças e é base para toda vida.

Então, só alguns exemplos. Aos poucos, algumas perguntas, se assim chegarem, serão repassadas aos senhores.

E, dando sequência, passo a palavra para o Dr. Maurício Almeida Prado, que é Coordenador-Geral de Articulação de Redes Educacionais – Sealf/MEC, representante do Ministério da Educação.

O SR. MAURÍCIO ALMEIDA PRADO (Para expor.) – Bem, bom dia a todos.

Meu nome é Maurício, eu trabalho na Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação, sou servidor federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Estou na Secretaria de Alfabetização há pouco mais de um mês, acompanhando um trabalho muito forte que tem reflexo sobre a primeira infância.

Bem, aqui, o nosso colega de Mesa Lucas Carneiro nos trouxe a informação, um gráfico, sobre um laureado pesquisador, que foi já premiado com Prêmio Nobel, que trabalha com a temática da primeira infância. O nome dele é James Heckman, professor da Universidade de Chicago, e ele é o maior nome quanto à importância do tema primeira infância para a aprendizagem do aluno nos anos seguintes da escola e para toda a sua vida profissional.

James Heckman coloca a importância dos estímulos nos primeiros anos de vida e como eles são decisivos – decisivos – para o sucesso na idade adulta. Ele coloca o porquê, os motivos.

Primeiro, pela velocidade do desenvolvimento cognitivo e socioemocional enorme numa criança, muito maior do que num adulto ou num jovem.

Os retornos econômicos são mensuráveis nesses investimentos focados na primeira infância, e lá ele identifica qual é o retorno anual para cada dólar investido na primeira infância: US$0,14 – anual, isso é um retorno anual. A cada dólar investido o retorno é de US$0,14 anuais.

Essa etapa muitas vezes é negligenciada pelas autoridades, pelas políticas públicas, e as famílias, principalmente as famílias de nível socioeconômico mais baixo, são as mais prejudicadas. Por quê? Porque elas têm menos acesso à educação infantil. Ainda a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve a universalização completa da educação infantil, embora no PNE a pré-escola – para alunos de quatro a cinco anos – tenha essa previsão.

Eles têm também menos acesso não só à educação infantil, mas a uma educação infantil de qualidade. Importa muito a qualidade dos estímulos cognitivos e socioemocionais, e aí você está falando também da qualidade da atuação docente também na primeira infância, também na educação infantil. Não é só ter a estrutura de uma creche, de uma pré-escola, mas ter uma ação docente de qualidade. Isso é essencial.

Terceiro, pessoas mais pobres têm menos acesso a orientações básicas sobre práticas muitas vezes simples, que potencializam o desenvolvimento da criança, que vai refletir lá na alfabetização e na aprendizagem da educação básica como um todo. Então, por exemplo, é comprovado que ler para uma criança desde cedo está no rol dos grandes incentivos de efeito comprovado pela ciência, pois estimula o gosto pela leitura na criança e estimula desde o começo esse gosto pela leitura. Segundo, o desenvolvimento do vocabulário. É diferente de uma televisão: você ler para o seu filho desenvolve um vocabulário muito maior do que ele assistir à televisão, a um programa de televisão. A capacidade de comunicação, a leitura de um livro feita pelo pai, não pela criança – estamos falando de primeira infância, não é? –, ou pelo professor na sala de aula, lá na primeira infância, tem um reflexo muito grande na capacidade e no desenvolvimento linguístico da criança. E todos esses são ingredientes que, quando não são providos corretamente, reduzem as chances de sucesso na alfabetização.

E aqui vemos o gráfico, que é muito similar ao que o Lucas Carneiro apresentou, do James Heckman, que mostra o retorno sobre o capital humano – dado ali, pelo eixo vertical – e a idade das crianças. Então, a gente vê que grande parte do retorno se dá na primeira infância, de quatro a cinco anos, ou até quatro a cinco anos. Pré-natal, zero a três anos – seria creche –, quatro a cinco anos, educação infantil. Estamos falando de primeira infância. E, como eu falei, a fonte desse gráfico é James Heckman, que é Prêmio Nobel de Economia.

Então, o que se mostra aqui é que, quanto mais cedo se investe na criança, maior é o retorno. É essencial. Mas não só disponibilizar a creche e a pré-escola, mas também estar atento à ação, aos estímulos cognitivos, à qualidade dos estímulos cognitivos. Isso é extremamente importante. Não pode ser negligenciado. Um não é impeditivo do outro, ou seja, a construção da creche não impede que os gestores trabalhem na melhoria da qualidade e do estímulo cognitivo.

Aqui é um outro gráfico, também muito parecido ao apresentado pelo Promotor Lucas: os picos de desenvolvimento das diferentes habilidades das crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê que, em grande parte das habilidades, os picos se dão nos anos pré-escolares, ou seja, na primeira infância. Isso não significa que, nos demais anos escolares, no ensino fundamental um e dois, isso não ocorra, mas os picos ocorrem na primeira infância. Então, isso mais uma vez reforça a necessidade da qualidade dos estímulos cognitivos e socioemocionais para crianças nessa etapa da educação. É muito importante.

E a Política Nacional de Alfabetização em si traz isso, ela dá um destaque a alguma coisa que está na base, mas às vezes um pouco mais difusa no Plano Nacional de Educação; na Política Nacional de Alfabetização a gente dá destaque um pouco maior a esses itens, e sempre em consonância com a base.

Aqui é o Efeito Mateus, que foi colocado pela primeira vez por Keith Stanovich, que também é um acadêmico muito reconhecido, já foi indicado até para o Prêmio Nobel. Há trabalhos que mostram o Efeito Mateus, em que a diferença entre os bons leitores... O desempenho na aprendizagem dos bons leitores vai aumentando cada vez mais. Já com os maus leitores, os leitores de baixo desempenho, o desempenho aumenta, mas aumenta cada vez menos – é o Efeito Boca de Jacaré.

E qual é o porquê disso? Há uma explicação aqui para isso. No início, a aprendizagem da leitura e da escrita é o objetivo da educação. No final da educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, o objetivo é a criança aprender a ler e a escrever, mas, na sequência, esse instrumento, o saber ler e escrever, é o meio para alcançar novos conhecimentos. Então, se não tem bem consolidado isso, a criança vai se sentir desestimulada a procurar novos conhecimentos através da leitura, através da escrita, e tudo isso vai aumentando o *gap* entre os bons e os maus leitores, ou seja, entre aqueles que receberam uma alfabetização eficaz e aqueles que não receberam uma alfabetização eficaz. Isso é conhecido como Efeito Mateus.

E aqui os resultados do insucesso de uma política de primeira infância não eficaz. No que que isso se reflete? O primeiro indicador que a gente tem aqui: no insucesso escolar no terceiro ano.

As políticas públicas federais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO ALMEIDA PRADO (Para expor.) – ... acabam induzindo efeitos na ponta.

O antigo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa estabeleceu basicamente um ciclo de reprovação. E onde acontecia esse ciclo de reprovação? No final do terceiro ano do ensino fundamental. Esse pico ocorre no terceiro ano, olhem lá: considerando apenas a rede pública, 12,3%. Onde a rede privada não trabalha com essa questão dos ciclos, a reprovação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relativamente homogênea nos primeiros anos. E ali chega a 12,3% no terceiro ano. São indicativos de uma política não eficaz na primeira infância e na alfabetização.

E, aqui, na Avaliação Nacional de Alfabetização – a gente pode se restringir à leitura, por questão de tempo – , 55% dos alunos estão nos níveis mais básicos de alfabetização. Em 2016 foi a última fez que se aplicou a ANA. Agora vai ser o Saeb, segundo ano, que foi aplicado em 2019 e vai ter os resultados divulgados no segundo semestre deste ano.

E de onde vêm todas essas evidências que eu mostrei? Há, inclusive, um trabalho aqui do Congresso Nacional, que mostra que o Congresso Nacional trabalha e produz, sim, documentos importantes: *Alfabetização Infantil: os Novos Caminhos*, *Relatório Final* – está na sua terceira edição. E há vários outros estudos, como o do National Reading Panel, vários outros estudos, vários outras meta-análises, que reúnem todas as evidências sobre alfabetização e primeira infância. É um tema que já tem uma certa consolidação na literatura, que pode ser aplicado.

E nós vamos, assim... No âmbito do Ministério da Educação – aqui não é o foco da Comissão –, há dois programas: o Conta pra Mim, que trabalha com o envolvimento dos pais e da escola na primeira infância, com a leitura de livros para os filhos ou para os alunos, e afere como isso impacta a aprendizagem futura; e o programa de alfabetização, que é o programa Tempo de Aprender, que trabalha com quatro eixos.

No âmbito do Ministério da Educação – este aqui não é o foco da Comissão –, há dois programas: o Conta pra Mim, que trabalha com o envolvimento dos pais e da escola na primeira infância, com a leitura de livros para os filhos ou para os alunos, e afere como isso impacta a aprendizagem futura; e o programa de alfabetização, que é o programa Tempo de Aprender, que trabalha com quatro eixos. Há o eixo de formação continuada de profissionais da alfabetização, uma formação bastante prática, menos teórica, mas com estratégias de ensino eficazes já validadas por evidências científicas tratadas; o apoio pedagógico para a alfabetização, com a disponibilização de instrumentos para apoiar o profissional na alfabetização, o professor, o diretor de escola, o coordenador pedagógico; o terceiro eixo, que é o aprimoramento das avaliações de alfabetização, para melhorar não só as avaliações somativas, que são as avaliações no âmbito do Saeb, que são aquelas avaliações de larga escala para identificar se aprendeu ou não, mas avaliações formativas para o professor receber o *feedback* e tentar redirecionar sua ação de ensino; e a valorização dos profissionais de educação, que é um pagamento de prêmio, para premiar aquelas escolas daqueles professores daquela etapa que apresentam grandes ganhos de aprendizagem em alfabetização. Então, o programa é bastante robusto e contempla esses quatro eixos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a questão do analfabetismo, que é o tema dois – vou tentar ser mais rápido –, que também é tratado aqui e foi enviado via ofício. Trata do problema do analfabetismo, causas, números, recortes.

O conceito de analfabeto absoluto – é importante a gente começar colocando isso – é dado pelo IBGE: pessoa com mais de 15 anos que se declara incapaz de ler e escrever. Então, diferentemente do que acontece no ensino fundamental, onde há uma avaliação e a gente pode definir os níveis de aprendizagem na alfabetização, aqui é declaratório no IBGE.

A gente vem identificando que a taxa de alfabetização medida pelo IBGE vem melhorando, já chega a 97% na Região Sul, mas ela ainda tem um recorte regional, principalmente no Nordeste, com 85%. Inclusive, eu aqui não detalhei por Estado, mas Alagoas é um que tem um índice até um pouco mais baixo, cerca de 80%.

É uma questão que a gente vê que é muito mais rural do que urbana. Isso dificulta o programa, porque, quando é na zona rural, o programa fica muito picado, é muito fragmentado, você não consegue reunir os alunos. Geralmente, você tem que levar o professor até o aluno, que é um aluno adulto já. Isso dificulta a política pública, tanto em termos de controle do uso de recursos como na questão da eficácia do programa. Isso realmente torna o programa, do ponto de vista econômico, mais caro e menos eficaz, mas é necessário tê-lo, porque é uma questão de direito também – um adulto, uma pessoa de 60 anos que não saiba ler é desprovida de certos direitos.

Há o analfabetismo por renda domiciliar – a gente vê que há um recorte de renda. Então, se a gente pega o ano de 2016, quando já se trabalha com a Pnad Contínua, a gente vê que há 10% de diferença entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres – a fonte é sempre o Inep.

E mostramos as causas do analfabetismo – esse é o ultimo eslaide.

Realmente, no Brasil, há esse analfabetismo na população acima de 15 anos, principalmente concentrada nas faixas etárias maiores, nos mais velhos, porque houve uma demora, uma universalização tardia da oferta de educação básica no Brasil. Isso começou muito... A universalização começou muito fortemente no regime militar e foi se estendendo, até que, ao final da década de 90, tornou-se universalizada a educação fundamental. É uma questão regional, é muito concentrada no Nordeste e no Norte, é uma questão de zona rural e está associada ao nível socioeconômico. E há também a questão da baixa eficácia dos programas de alfabetização voltados para adultos. Aqui é um pouco diferente do EJA, e há uma alfabetização voltada para pessoas com mais de 40 ou 50 anos.

Há soluções para o analfabetismo no Brasil, como a universalização da educação infantil com qualidade. Eu volto a colocar: é preciso ampliar a educação infantil, as creches e as pré-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas, mas trabalhando também na qualificação dos estímulos cognitivos, na capacitação dos professores, tanto inicial quanto continuada. Também é preciso haver uma alfabetização eficaz para as crianças. Existem, sim, evidências científicas muito fortes que apontam não para métodos – não vamos perder tempo discutindo métodos –, mas para as estratégias que funcionam e estratégias que não funcionam. E é preciso haver ações emergenciais de alfabetização, sempre pautadas por evidências científicas, para a promoção da cidadania dos adultos em situação de analfabetismo absoluto. Aí são ações pontuais que nós visamos corrigir com o tempo para finalizar com o foco da alfabetização, da educação infantil e ensino fundamental.

Eu queria agradecer a todos por esse tempo. Tentei ser o mais breve possível, mais sucinto. Não me estendi muito porque o tempo é limitado.

Passo a palavra para o Exmo. Senador Rodrigo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dr. Maurício, agradeço sua explanação.

Acho que, como foi dito por todos que se manifestaram aqui, inclusive por mim, é grande a importância do desenvolvimento cognitivo nessa faixa etária, que é algo irrecuperável. Por mais que se queira recuperar o tempo perdido, a mente não acompanha. Então, a criança que deixa para ingressar no ensino a partir dos 7 anos dificilmente conseguirá lá na frente estar no mesmo nível que outra criança que teve um ensino estimulado desde cedo. E chamo a responsabilidade não apenas para a escola, mas também para os pais, para cada vez mais pensarem a leitura como um hábito familiar.

Obrigado pelas palavras.

Aqui dou sequência para ouvir o Sr. Flávio Carlos Pereira, que é Coordenador-Geral de Suporte Operacional ao Financiamento Estudantil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O SR. FLÁVIO CARLOS PEREIRA (Para expor.) – Bom dia, Senador!

Bom dia a toda a Mesa!

Bom dia a todos os presentes e a todos que estão nos assistindo pela internet!

O objetivo aqui é a gente falar um pouco sobre o financiamento da educação, as fontes de financiamento e os principais programas que atendem esse segmento da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos falar um pouco sobre os programas, o orçamento. Há um tema bastante relevante atualmente, que é a questão do Fundeb, do salário-educação e das transferências diretas. São as fontes que abastecem a educação.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação procura trazer tanto a questão da infraestrutura quanto a questão de valorização dos professores. Há fontes importantes: o salário-educação e as transferências diretas, que estão mais voltadas para os programas suplementares de apoio à educação.

Então, em termos orçamentários, a gente tem como principal fonte o Fundeb, que tem, para este ano, uma estimativa de R$157 milhões de origem estadual e municipal e de R$16 milhões de complementação da União, que são destinados a cerca de nove Estados.

O salário-educação atinge R$13,6 milhões. As bolsas, essas voltadas à formação continuada de professores, têm orçamento estimado de R$52 milhões para este ano, e as transferências diretas têm o orçamento de R$772 milhões.

Especificamente sobre o Fundeb, a gente vê um crescimento ao longo dos anos, daí a relevância que ele vem tomando na dimensão do financiamento da educação. São mais de R$160 milhões. A gente tem um investimento médio por estudante da ordem de R$3,6 mil, que é o valor médio esperado com essa renda e a quantidade de estudantes.

Quanto ao fluxo financeiro, a estimativa é repassar os recursos: 45% no primeiro semestre, complementando com 85% até o final do ano, e 15% na parcela final.

Dos recursos do Fundeb, pelo menos 60% devem ser destinados à remuneração dos professores, o que constitui um estímulo e uma elevação de renda para professores – a gente entende também que ele é peça-chave na evolução da educação –, e o restante, até 40%, vai para ações de manutenção e desenvolvimento.

A transparência e o controle social, no caso do Fundeb, é exercido pelos Cacs, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, que têm um papel extremamente relevante na aplicação desses recursos, na destinação, na fiscalização da aplicação dos recursos e das atividades desenvolvidas na localidade.

O Fundeb é pauta permanente no Congresso, uma discussão muito presente pela sua continuidade. O Fundeb nos remete ao Fundef, aos precatórios do Fundef, um tema que o Senador já trouxe à discussão nesta Comissão e que também é uma preocupação muito grande, como diz o Dr. Lucas, com o aproveitamento deste momento em que há recursos fundamentais para serem distribuídos aos Municípios. Já temos ações junto ao TCU, junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica no sentido de fiscalizar a aplicação desses recursos. É um recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraordinário para o qual tem que ser dada a melhor destinação possível, contribuindo para o desenvolvimento da educação.

O salário-educação também é uma pauta bastante presente, bastante necessária. Envolve recursos superiores a R$13 bilhões por ano e financia grande parte dos programas da educação fundamental no FNDE – 10% de toda a arrecadação do salário-educação são destinados ao FNDE, com ações de transporte e merenda, que vão ser detalhados um pouco mais à frente. Um terço de toda a arrecadação constitui a cota federal, que contribui para esses programas também. E dois terços dos recursos são destinados a Estados e Municípios para investimento na educação básica pública. Os recursos do salário-educação, em contraponto ao Fundeb, não são destinados ao pagamento da folha de pessoal.

No tocante à transparência, Senador, o que é muito o foco desta Comissão, nós temos o Siope, que é operacionalizado pelo FNDE, que abarca todas as despesas e investimentos no setor de educação e é informado pelos Estados e Municípios. Essa é uma obrigação dos Estados e Municípios, que, ao deixarem de informar, são penalizados, ficam negativados no cálculo e não podem receber recursos de transferências voluntárias. Ele reúne todos os dados de educação pública no País na questão de investimentos. Com o apoio do Ministério Público, foi aperfeiçoado e hoje registra, inclusive, professores por CPF, quem está na sala de aula, quem não está na sala de aula. Então, é uma importante fonte de informações para toda a sociedade, para o Parlamento, para os órgãos de fiscalização, para o Ministério Público. O Ministério Público é muito parceiro no desenvolvimento e na fiscalização no meio do Siope.

As transferências diretas são suplementares e visam a ocupar lacunas que não são atendidas pelos programas. O Fundeb, por exemplo, todo o cálculo dele é firmado sobre o censo. Então, turmas novas ficariam desassistidas. Se acabou a construção de uma creche em junho, ele não participou dos trâmites. Esses programas ajudam a financiar essas novas turmas, em decorrência das creches do Proinfância. Então, nos primeiros meses... Podem decorrer até 18 meses até que essas turmas sejam incluídas no Fundeb. Para as novas turmas, é um programa específico. Para novos estabelecimentos, é esse que complementa o Proinfância. Na medida em que as creches vão ficando prontas, elas vão tendo essa assistência de custeio.

Então, a gente tem políticas que são para a primeira infância e outras que ajudam a corrigir os rumos de quem não foi assistido na primeira infância. A gente tenta, com esses programas suplementares, corrigir as rotas de quem não teve oportunidade. Com o Ensino Médio em Tempo Integral, busca-se manter a criança na escola com programas e com políticas afirmativas, aperfeiçoar, melhorar o tempo de escolaridade desses estudantes e prepará-los melhor para a vida de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Peja é destinado para aquelas pessoas que não tiveram ensino, que sabem ler, mas ainda não se formaram. Então, complementa essa fase de estudo.

O Programa Brasil Alfabetizado é destinado a jovens acima 15 anos.

O Projovem é destinado a jovens de 15 a 29 anos.

E, na linha do que o promotor comentou, há a questão do ensino técnico, a questão do Pronatec, que prepara uma mão de obra mais prática, destinado para o trabalhador, seja ele jovem, de meia idade ou já adulto, para o enfrentamento das questões do trabalho no dia a dia. Não necessariamente a pessoa tem que ir para o ensino superior para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO CARLOS PEREIRA (Para expor.) – ... ser um profissional de qualidade e se realizar profissionalmente.

Por outra ótica, a gente tem os programas de formação continuada dos professores, ou seja, para que tudo isso funcione desde a creche até a formação, o estímulo ao professor é essencial. Então, além da remuneração, além do piso do magistério, de R$2,8 mil, que não é uma remuneração ruim considerando os padrões do País – há a necessidade de aprimoramento da remuneração dos professores, pois essa é uma das profissões mais dignas que existem –, há o programa de bolsa, seja para o desenvolvimento de novos cursos, cursos voltados para a localidade, seja para o aperfeiçoamento do professor, o aperfeiçoamento próprio.

Temos outras políticas de incentivo à capacitação. O professor que pega o Fies, por exemplo, pode pagá-lo com o trabalho na rede pública. A cada mês trabalhado na rede pública, abate-se 1% do saldo devedor do Fies; portanto, é um estímulo importante para a formação.

É o que a gente tinha para falar sobre o financiamento da educação em todas as etapas, que serão mais bem detalhadas a seguir.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Mais uma vez, eu agradeço ao Dr. Flávio pela presença nesta Comissão, tratando sempre de assuntos de interesse da educação nacional. Tenho perguntas a fazer, mas eu vou aguardar a apresentação do Sr. Valmo, que também representa o FNDE, para saber a qual dos dois direcionarei a palavra.

Sendo assim, quero ouvir a apresentação do Diretor Substituto da Diretoria de Ações Educacionais, Sr. Valmo Xavier da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALMO XAVIER DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas presentes, aos que nos assistem também!

Senador Rodrigo Cunha, eu o cumprimento e estendo o cumprimento a toda a Mesa.

Primeiramente, quero agradecer o convite feito ao FNDE para participar desta audiência que trata da educação.

Permita-me fazer um comentário pessoal. Sou oriundo da escola pública e sei quão grande é o desafio dessa temática que é a educação. Entendo a importância de nós estarmos discutindo. Sabemos nós que há muitos desafios a serem superados. E entendo que essas audiências, essas discussões vão nos ajudar a vencer uma série de desafios e a avançar na pauta da educação.

Eu quero trazer um pouco aqui, fazendo um corte, alguns programas desenvolvidos pela Diretoria de Ações Educacionais, como alimentação escolar, transporte escolar e o programa do livro, que é uma contribuição direta para a educação básica.

O FNDE tem como missão prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos.

Os programas desenvolvidos e executados pelo FNDE são todos com base no Censo da Educação Básica. Então, de alguma forma, eles já contemplam a educação infantil como um todo.

Fiz até algumas anotações aqui em relação ao comentário do Senador Styvenson sobre a questão do transporte escolar.

Quanto ao que o Dr. Lucas disse sobre o aplicativo, tenho interesse também nesse aplicativo sobre a questão do transporte escolar.

Vou tecer alguns comentários sobre o que disse o Prof. Marcelo, da Undime, que esteve aqui, sobre a participação na ponta.

Dentro dessa missão do FNDE, o FNDE tem procurado, tem buscado se aproximar dos Estados e dos Municípios por meio de encontros técnicos, de assistência técnica, de capacitações, porque nós sabemos que é um grande desafio não só a transferência dos recursos, mas a execução deles na ponta também.

O FNDE percebe e entende que há uma carência muito grande na ponta tanto para a parte da execução, como também para a parte do acompanhamento. O FNDE tem desenvolvido ações que se têm aproximado dos Estados e dos Municípios, para que haja uma execução de forma mais clara das políticas desenvolvidas pelo órgão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos tido alguns avanços também nessa área de transferência de recursos, e vou pegar como base a alimentação escolar, o transporte e o livro, que são os programas de que vamos falar. E alguns desses avanços dizem respeito à transferência dos recursos dentro do calendário, para que os Estados e os Municípios possam se programar.

Então, na alimentação escolar, há alguns anos, nós fazíamos o pagamento da primeira parcela geralmente em março, por conta dos dados do Censo Escolar e da preparação de sistema. Nós, há alguns anos, já fazemos essa transferência dentro do próprio mês, ou seja, os pagamentos são feitos de fevereiro a novembro. Nós estamos em março e já pagamos a segunda parcela do recurso da alimentação escolar e também do transporte.

Então, são algumas ações que nós entendemos que são importantes para que, na ponta, os Estados e os Municípios se organizem e consigam, de fato, contribuir para a educação.

O financiamento da educação é um compromisso do Estado brasileiro para apoiar as políticas públicas. Há alguns eslaides aqui com essa apresentação.

Eu trago alguns dados do transporte escolar. Nós vamos falar de alguns programas de transferência constitucional que o FNDE tem executado. Nós temos a política do transporte escolar, alguns dados de repasse de uma forma geral e também alguns cortes na educação.

Então, nós temos ali o Caminho da Escola, com um total de 1.363 ônibus escolares para 480 Municípios, com um investimento de R$307 milhões.

Aí há um desafio que já está sendo posto aqui, que é justamente a fiscalização e o acompanhamento de todas essas políticas.

O que nos chama a atenção é justamente a necessidade de se gastar tanto com fiscalização. Há uma política que tem um escopo, que tem uma transferência, que tem um objetivo, mas a gente ainda vê essa carência de responsabilidade por parte de alguns executores na ponta para fazer as coisas acontecerem. A gente percebe, por exemplo, na mídia, uma denúncia de desvio de verba da alimentação escolar. Nós sabemos que, em muitos Estados, em muitas regiões do País, a alimentação que é ofertada na escola ainda é a alimentação principal para muitas crianças. Mesmo assim, nós ainda vemos algumas questões de desvio.

Quanto ao Caminho da Escola, apresentamos alguns números aqui. Há previsão para 2020 de aquisição de mais 6,2 mil novos ônibus.

Nós tivemos no Programa Nacional de Transporte Escolar, em 2019, um repasse de investimentos de R$697 milhões aos Estados e Municípios para a manutenção dos veículos, para o atendimento de 4,2 milhões de estudantes que são beneficiados com esses recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da educação infantil, para 2020, agora nós temos uma previsão de atendimento de 394 mil estudantes, em 5.107 entidades executoras, e um investimento da ordem de R$85 milhões para o atendimento da política e do transporte escolar.

O PNLD também é outra política executada pelo FNDE. Não há transferência de recursos para Estados e Municípios, mas a aquisição é realizada, bem como o envio, o encaminhamento de todos os livros para as escolas no País. Então, mais de 163 milhões de exemplares de livros foram entregues.

Nós fizemos um corte ali também na educação infantil, com a aquisição de mais de 646 mil exemplares, o que beneficiou um total de 74 mil escolas e de 5,4 milhões de estudantes, com um investimento da ordem de R$9,8 milhões para o atendimento da educação infantil.

Pegamos os dados de uma forma geral sobre a questão da economicidade. Nós temos uma economia, pegando por base o livro de Língua Portuguesa – é uma estimativa –, de 90%. Então, fazemos uma comparação de forma geral entre o que é pago pelo PNLD e o que é pago pelo mercado: pelo PNLD, o livro sai em torno de R$10, e, pelo mercado, ele sairia em torno de R$100. Como o FNDE faz aquisição em grande escala, a gente consegue também ter essa economia.

A política é desenvolvida tanto pelo FNDE quanto pelo MEC. Toda a parte pedagógica é desenvolvida pelo MEC. Hoje, nós temos a possibilidade de distribuição de exemplares de livros para todos os alunos não só da educação infantil, mas também da educação básica.

Nós temos outro programa também que é gerenciado pela Diretoria de Ações Educacionais, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com um orçamento da ordem de R$4 bilhões para a aquisição específica de gêneros alimentícios, para o atendimento de 150 mil escolas públicas, e 40 milhões de estudantes são beneficiados pelo programa. Em média, por dia, são ofertados 50 milhões de refeições. Então, nós temos o atendimento tanto parcial como integral.

Fazendo um corte na educação infantil, em 2019 esse recurso foi destinado para o atendimento de 6,8 milhões de estudantes. Foi investido na educação infantil R$1 bilhão para o atendimento de aproximadamente 119 mil escolas. E, para 2020...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALMO XAVIER DA SILVA (Para expor.) – ... o recurso beneficia 7 milhões de estudantes, com um investimento de R$1,1 bilhão de recursos para o atendimento de 119 mil escolas que são beneficiadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero registrar aqui que o FNDE não só atua na parte da questão de transferência de recursos, mas também tem realizado ações que venham a ajudar na execução das políticas.

Temos algumas ações voltadas para a parte tecnológica, e alguns aplicativos estão sendo desenvolvidos. Eu estava conversando, há pouco, aqui também com o representante da Undime. Hoje temos algumas inovações que vão nos ajudar na transparência, como a utilização do cartão para a transferência dos recursos. Hoje está sendo operado pelo PDDE também um projeto piloto de alimentação escolar, inclusive feito em Goiânia – o representante da Undime faz parte dessa ação lá.

Então, são algumas inovações. Temos também o aplicativo ePnae, que é um aplicativo que permite que alunos, nutricionistas e outros atores envolvidos com as escolas possam acessar as escolas e opinar. Se houver algumas denúncias, elas já caem direto no e-Ouv da CGU, e há um acompanhamento.

Então, essas são algumas ações que estão sendo realizadas no FNDE em relação à execução dos programas.

De forma sucinta, nós trouxemos algumas informações sobre os programas.

Agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a apresentação do Sr. Valmo, representante do FNDE.

Aqui eu gostaria de também puxar a responsabilidade do FNDE para algo que, para mim, é o que pode fazer a mudança na educação. Eu não estou falando aqui dos professores, não estou falando aqui da estrutura física, não estou falando aqui de recursos, mas, sim, do que está dito na própria missão do FNDE, que é oferecer assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos.

Para o quê quero chamar a atenção, mais uma vez, do FNDE? Foi dito aqui pelo representante da Undime, que representa os secretários municipais de todo o País... Nós sabemos... Aqui não digo isto apenas por experiências que já tive, fiscalizando, como Deputado Estadual, várias escolas do meu Estado, mas pela fala do ex-Presidente do FNDE, que se sentou a esta mesa. Ele demonstrou que há um caso específico, Dr. Lucas: o repasse do recurso não foi feito para uma escola durante oito meses porque as informações cadastrais estavam erradas, e não se conseguia ter um diálogo entre o gestor da ponta e o FNDE. Um deles ligava para o Ministério, e o Ministério passava as informações e ficava de enviar os documentos necessários, mas não conseguia ter esse diálogo porque isso deveria ser feito através de *e-mail*, e o *e-mail* informado era hotmail.com.br, mas o correto era hotmail.com.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, não conseguiam ter um diálogo com quem estava na ponta. Esse é um exemplo clássico de como nós precisamos avançar ainda na nossa gestão pública.

O FNDE tem recursos e tem a atribuição, na sua própria missão, de melhorar a assistência técnica e financeira, além de executar ações para melhorar a qualidade do nosso ensino. Então, no meu ponto de vista, urge o trabalho de capacitação que o FNDE pode fazer com quem trabalha com os recursos públicos relacionados à educação que passam pelo FNDE. Isso é algo primordial, porque, de fato, a nossa gestão pública está muito atrasada.

Vamos ter, no próximo ano, uma mudança, porque chegarão novos gestores, novas pessoas, que demoram para se adaptar; depois, chegam outras pessoas, chegam pessoas com características apenas políticas, não gerencionais. Então, é necessário criar um sistema de governança interna no FNDE, não apenas para fazer o seu trabalho. Podem dizer: "Estão aqui os recursos disponibilizados. Vamos firmar um convênio". O convênio é firmado, mas não conseguem avançar. Tanto isso ocorre, que, nas próprias ações referentes às creches, nós temos hoje uma situação caótica. Temos creches 70% concluídas, mas que não podem mais receber recursos porque os 70% já correspondem a tudo aquilo que era destinado a elas no convênio que foi firmado. Em outras situações, é necessário mais do que aquilo que foi pactuado. Justamente por ter sido paralisada, a obra passou dois anos sem manutenção, e, assim, para se retomar essa obra, isso vai sair muito mais caro.

Então, essa responsabilidade de não querer apenas fazer o seu papel primordial, mas sim de querer o resultado da sua missão principal, que é melhorar a qualidade para todos, é o que eu acredito que se busca através de parcerias com o Ministério Público e com os órgãos de controle. Isso é algo essencial, porque, senão, daqui a um ano, nós vamos falar da mesma coisa. Como já se viu nas tribunas desta Casa, em vários outros momentos, em várias Comissões, as coisas se repetem, se repetem, se repetem. Comigo aqui os senhores já estiveram em vários momentos, no ano passado, no ano retrasado, há três anos, há quatro anos. Por quê? Porque o modo de se fazerem as coisas permanece o mesmo. Então, se não se criar esse sistema de governança... E isso tem que partir do FNDE, não só para diminuir o desperdício de recursos públicos, não só para diminuir a própria corrupção, que existe sim, mas também para buscar o resultado em si. O Ministério Público, eu acredito, é um grande parceiro e mostrou isso aqui, com ferramentas tecnológicas, mas, se isso for tratado como prioridade, eu acredito que esse é um dos mecanismos mais eficientes para se melhorar a qualidade do ensino. Acredito que estou me fazendo entender. Inclusive, o próprio FNDE tem isso por atribuição.

Nós já encaminhamos ofício e reiteramos com o Ministério da Educação a necessidade de se levar para o meu Estado de Alagoas, que, como demonstrei, é o que tem o maior índice de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analfabetismo, pessoas que representem o Ministério da Educação para chamar os prefeitos, os secretários e dizer: "Qual é o problema que você tem aqui? Qual é o entrave que está havendo?". Eu digo isso porque o meu gabinete hoje aqui, em Brasília, funciona mais ou menos dessa forma; acaba sendo uma secretaria dos Municípios de Alagoas para fazer trabalho de despachante em algumas situações, quando não é para ser assim. Não é para ser assim. Eu não estou falando de recursos, eu estou falando de procedimentos que ficam travados, repito, às vezes, por um ".com.br".

Então, essa é a responsabilidade que têm os senhores que se sentam em um local de gestão daquele assunto, que é o assunto primordial para mudar a nossa realidade educacional, ou seja, mudar de patamar o que é este País, e eu acredito que poderemos mudar. Então, eu deixo esse apelo.

Eu quero saber como é feito hoje e se existe de fato, se ainda continua esse trabalho de capacitação para quem firma qualquer tipo de convênio ou pactua qualquer tipo de parceria com recursos públicos oriundos do FNDE. Essa é a minha pergunta.

Além disso, indago se hoje o FNDE tem equipe suficiente para realizar esse tipo de trabalho.

O SR. VALMO XAVIER DA SILVA (Para expor.) – Vou pontuar aqui a questão dos programas de que eu falei. O Flávio também, na área dele, se tiver alguma coisa, vai fazer uma colocação. Esse é um desafio também para o FNDE, quanto a essa parte de fazer chegar a informação à ponta, porque hoje, por mais que o FNDE faça um esforço de capacitação, de estar junto, há mudanças significativas na ponta também de pessoas. Há uma mobilidade muito grande na ponta. Então, o FNDE hoje tem uma assessoria junto à Presidência que trabalha na parte justamente de educação e está fazendo cursos EaD que são permanentes. Então, qualquer equipe que for mudada, alterada na gestão municipal tem a possibilidade de ter acesso a esses conteúdos, a esses cursos para se capacitar. O que acontece muitas vezes, isso é fato, é que a equipe da gestão municipal participa de uma capacitação junto ao FNDE, seja uma capacitação lá, seja aqui no próprio FNDE, e essa equipe muda e leva consigo o conhecimento. Então, esse é outro desafio.

Para isso, o que o FNDE tem realizado são justamente cursos que sejam permanentes, disponibilizados na plataforma do FNDE, para que os gestores estaduais e municipais tenham acesso, e, em se renovando a equipe, esta tenha condições também de se capacitar.

Também reforçamos a parte dos encontros técnicos. Nós tivemos agora já encontros técnicos para tratar sobre o livro. Temos encontros que são gerais, para tratar de todos os assuntos – inclusive a Undime tem sido parceira junto ao FNDE nessa relação –, e temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontros também que são pontuais entre conselhos de alimentação escolar, nutricionistas e diretores de escola.

Então, o FNDE tem feito esses esforços, mas nós reconhecemos que há um grande desafio também nessa área e estamos trabalhando para que isso também seja melhorado. Trabalhamos também com alguns aplicativos, de forma que as informações dos programas estejam disponíveis a qualquer cidadão, a qualquer pessoa que queira também fazer esse acompanhamento. Não só os órgãos de controle, que já fazem o seu papel, mas a própria sociedade pode fazer esse acompanhamento. Dentro do próprio portal do FNDE, nós temos muitas informações em relação a pagamento, dados, prestação de contas, o que é uma forma de levar essas informações ao cidadão, para que ele também possa nos ajudar nesse acompanhamento.

Se o Flávio tiver também alguma...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu vou fazer só um acréscimo a essa pergunta, outro comentário.

Inclusive, registro novamente a presença do Senador Styvenson.

Imagine, Senador: eu estive há duas semanas com o Ministro da Educação, em uma reunião para falar sobre as creches novamente, e ele falou que está buscando adquirir também ares-condicionados para as escolas. O Nordeste é quente, precisa de ares-condicionados. E eu contei uma experiência pessoal que tive. Como Deputado Estadual, minha missão também era fiscalizar os serviços públicos, e hoje, como Senador, não é diferente. Em todos os Municípios que visitei, nos 102 Municípios alagoanos, necessariamente eu entrava dentro de uma delegacia, de um hospital e de uma escola estadual para saber o funcionamento e conversar com as pessoas. E uma me marcou até hoje. Cheguei a um Município do interior, no Sertão alagoano, em que as aulas se encerravam às 11h da manhã – não sei se o Dr. Lucas tem conhecimento dessas situações. Em uma escola específica, às 11h da manhã, as aulas se encerravam porque a temperatura era muito alta, ou seja, o aluno saia uma hora antes, uma hora e meia antes do que era possível porque, dada a temperatura, já não era mais possível ter um aprendizado sem se comprometer a qualidade. No entanto, o diretor da escola solicitou ares-condicionados, o Secretário de Educação atendeu o pleito, compraram os ares-condicionados – na época, eram 19 ares-condicionados para essa escola –, e estavam há um ano e meio na escola os ares-condicionados, mas não foram instalados. Por quê? Porque não fizeram o procedimento de contratar o serviço de instalação. Foram mais de cinco ofícios. Há mais de um ano, o diretor tentava fazer com que essa informação chegasse ao gestor máximo para que se resolvesse o problema. Então, olhe só como muitas vezes a gente está no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete e diz: "Eu fiz meu papel, está resolvido: mandei o ar-condicionado". Mas é importante a gente, portanto, saber se o ar-condicionado está funcionando.

Então, é isto que eu estou tentando demonstrar: se o FNDE é o responsável por elevar a qualidade do ensino para todos, é responsável por dar assistência técnica e financiar a educação neste País, ele tem que saber se isso está funcionando.

Quando eu falei isso para o Ministro, a atitude dele foi a de chamar o assessor e dizer: "Olha, vamos tentar vincular esses ares-condicionados que nós estamos comprando à instalação, porque senão isso vai acontecer no País inteiro".

Então, olhe só como é importante identificar com quem está na ponta o que acontece. E é algo inaceitável, é algo revoltante. Imagine você se deparar... É aquela situação em que você está com fome de um lado, e a comida está do outro, como também acontece nas escolas.

Houve um caso em outro Município de Alagoas que repercutiu bastante. Hoje, com as redes sociais, são feitos vários vídeos, e foi feita uma postagem de uma aluna mostrando as outras alunas servindo as refeições. Isso criou um clamor social de revolta nas pessoas: "Que absurdo! A aluna sai de casa para trabalhar na escola!". Começaram a falar mal da escola, da diretora da escola. Antes de me posicionar, eu fui visitar essa escola, que ficava justamente na área rural. E a professora disse: "Olha, eu estou aqui, sou a coordenadora. Eu não vou para a cozinha, mas a minha adjunta vai. É ela que está fazendo a comida. E as alunas ajudam a servir essa comida. Mas eu faço isso porque faz um ano e meio que eu peço uma merendeira, e não chega uma merendeira. A que havia aqui já se aposentou faz tempo. Nós estamos no interior. A maioria das crianças que estão aqui é dos povoados, ou seja, do interior do interior. Elas chegam aqui, e, de um lado, está a comida, do outro lado estão as crianças com fome. O que eu faço? Então, eu tenho que criar alguma forma".

Então, esse olhar global, esse olhar de resultado é que é importante saber, porque, se perguntarem nessa escola se a refeição está sendo feita, ela está sendo feita. A merendeira a está fazendo? Está fazendo. Fazendo de que forma? Quem é que está fazendo?

Então, esse monitoramento, essa governança é que eu acho que não se pode apenas delegar: "Ah, o Estado está fazendo, o Município está fazendo". Eu acho que o FNDE tem como ser o responsável pela coordenação de toda essa política e pela criação de mecanismos de fiscalização nesse sentido. Acho que estamos fazendo... É claro que o que eu quero repassar aqui é a importância de se saber não apenas se fez o seu papel, mas se o papel foi alcançado.

Então, eu queria deixar essas informações no reforço de levar os profissionais do FNDE para realizar as capacitações aos secretários municipais e àqueles que são gestores dos projetos que se relacionam ao fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, senhores, ouvimos aqui os representantes de vários órgãos.

Ressalto que houve um prejuízo nesta Comissão pelo fato de que vários convidados que tinham, inclusive, confirmado presença cancelaram-na hoje porque receberam recomendações de seus órgãos, das empresas em que trabalham, das instituições para não viajarem de avião – inclusive, há uma normatização interna desta Casa permitindo isso. Sendo assim, vamos dar sequência em outro momento, repassando para os Parlamentares o que aconteceu aqui e repassando para os senhores algumas arguições que serão feitas por ofício e encaminhadas por esta Secretaria.

A todos um bom final de manhã, e vamos continuar os trabalhos.

Obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Lançamento de Livro. Finalidade: Lançamento do Livro: "Natureza e Saúde". Autora: Marcy G. Inostroza. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo. Participantes: Alex Myller Duarte Lima, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Márcio Amazonas Cabral de Andrade, Procurador do Trabalho e Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho – MPT; e Diego Monteiro Cherulli, Advogado, Professor Especialista em Direito Previdenciário e Diretor do IBDP. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Flávio Arns, Telmário Mota, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quinta a sétima Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5026, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5650, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto, com um Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6569, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder preferência às pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto (Emenda da Câmara dos Deputados). Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 231, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim." Autoria: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 477, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a notificação de violência autoprovocada por crianças ou adolescentes." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 498, de 2018 - Não Terminativo - que: "Revoga a Lei da Alienação Parental." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 171, de 2017 - Não Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência." Autoria: Senador Romário (PSB/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela conversão do PLS 171 de 2017 em indicação que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador Flávio Arns. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2892, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pelo senador Marcos Rogério. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 25, de 2019 - Não Terminativo - que: "Exclui da Área Indígena WAIMIRIATROARI o leito da BR 174, no Estado de Roraima." Autoria: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 14 - Sugestão n° 11, de 2019 - Não Terminativo - que: "Fisioterapeutas com piso salarial de R$ 4.800,00 por 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas semanais" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Sugestão n° 12, de 2019 - Não Terminativo - que: "Projeto Criará Candidatos Por Concurso Público (Sem Indicações Políticas). Apoie Brasil!" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 117, de 2019 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Nutrição Materno Fetal em 1.100 dias, com a participação dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 3. Representante da ABRAN; 4. Representante da Secretária de Saúde do DF; 5. Dr. Eduardo Borges da Fonseca – Ginecologista e obstetra." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Resultado: Adiado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 1, de 2020 que: "Audiência Pública para instruir a SUG 34/2017, que dispõe sobre o "Piso salarial médico"." Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Resultado: Aprovado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 7, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 122/2019, seja incluído o seguinte convidado: Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: • Senhora Isabel Rodrigues WexelMaroni, Defensora Pública estadual Dirigente do núcleo de defesa Agrária e moradia do RGS; • Senhor Atanásio Darcy Lucero Junior, Defensor Público da União; • Senhora JanainePerotti, Preposta da Associação de Moradores de Cruz Alta." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Resultado: Adiado. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 8, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os ataques armados e incêndios criminosos perpetrados contra a população de Laranjeira Nhanderu, comunidade indígena da etnia Kaiowá localizada no município de Rio Brilhante/MS em 1º de janeiro de 2020." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Resultado: Adiado. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 9, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a abolição da escravidão e os 25 anos de atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho Escravo (GEFM)." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 10, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre “Cultura: expressão da riqueza de um país”." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 11, de 2020 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater a Greve dos Petroleiros" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. Às onze horas e vinte e seis minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Leila Barros. Às onze horas e trinta minutos a Senadora Leila Barros devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e trinta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Leila Barros. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Nelsinho Trad e as Senadoras Leila Barros e Soraya Thronicke. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da quinta a sétima reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria de, com a concordância de V. Exa., pedir vista do Projeto nº 9, de autoria do Senador Romário. V. Exa. está relatando esse projeto que trata da participação da pessoa com deficiência no Sistema S, que é muito importante e necessário. Mas só faremos uns pequenos ajustes em concordância com V. Exa., o que vai beneficiar, e muito, a pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, conforme o entendimento que fizemos, vou dar vista a V. Exa., mas não vai ser vista coletiva, diante do acordo que nós fizemos. Consequentemente, V. Exa., que está com ideias muito boas para ajustar esse projeto, com a vista poderá, então, no momento adequado e que estiver com as emendas na mão, sentar e fazer o devido ajuste.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E com certeza será feito em harmonia com o autor, Senador Romário, que é uma liderança...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, combinamos os três.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Com V. Exa. e com a Comissão toda.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só, para que V. Exa. possa assegurar a vista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Matéria não lida:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 171, DE 2017

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela conversão do PLS 171 de 2017 em indicação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.)

Eu vou direto ao voto. Sobre o assunto nós temos total domínio. Não vai ser votado.

Ante o exposto, o voto é pela conversão de uma discussão do atual projeto e V. Exa. pediu vista não coletiva.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, o projeto vai para as suas mãos, volta ao Plenário e faremos o acordo. O.k.?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Temos mais um projeto que é de sua relatoria.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 2892, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra Crianças e Adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar medidas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pelo senador Marcos Rogério.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

A relatoria é de V. Exa. Se V. Exa. quiser resumir o relatório, eu voto já.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – O que acontece, para não criar assim nenhum ruído na Comissão também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Na semana passada, o Senador Marcos Rogério solicitou que eu o retirasse de pauta para haver algum tipo de entendimento também. Eu fiz isso na semana passada e não tive naturalmente, porque a reunião foi quarta-feira, ocasião de falar com ele.

Então, eu sei que, de oficio, quando se retira de pauta uma matéria, ela vem na reunião seguinte de volta para a pauta. Então, é só para, nesse sentido... Eu pediria a V. Exa. que, de fato, retirasse de pauta, mas deixasse para a gente ter a oportunidade, depois da semana do Carnaval, de discutir bem com o Senador Marcos Rogério, fazer o encaminhamento e, na semana seguinte, voltar para a pauta.

Eu faria esse ofício para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um pedido seu é uma ordem para este Presidente. Está saindo de volta conforme a sua orientação.

Nós vamos agora ao motivo principal de anteciparmos esta reunião de quarta para terça, porque nós queríamos, mediante um entendimento que foi feito, e com as correções que a Relatora irá agora apresentar, votar o projeto.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 498, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Revoga a Lei da Alienação Parental.

Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em 12/02/20, foi lido o relatório, em seguida, foi concedida vista coletiva; adiadas a discussão e votação.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros, no sentido de que ela possa fazer os ajustes que entender necessários.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu até escrevi o meu manifesto aqui com relação à audiência de hoje para que eu não possa esquecer de nada. Então, vou ler o que foi escrito.

Antes da votação dessa matéria de tamanha complexidade e que envolve tantas emoções, eu não poderia deixar de manifestar, aqui nesta Comissão, meu profundo respeito por todos com quem conversei ao longo desses oito meses de elaboração deste relatório, especialmente – quero deixar bem claro aqui – a todas as mães que, correta e legitimamente, trouxeram suas preocupações e denúncias sobre o mau uso da Lei da Alienação Parental, Sr. Presidente.

Se não atendi algumas dessas mães inteiramente, revogando a lei, busquei – quero deixar claro aqui a todos os pares – com muita responsabilidade enfrentar todos os problemas por elas apresentados, procurando efetivamente combater as falhas apontadas na lei.

Sendo assim, eu parabenizo e agradeço o empenho e a luta dessas mães, pois me reconheço nelas, porque sou mãe. Eu quero deixar bem claro aqui que esse relatório foi elaborado com muita responsabilidade, porque sou mulher, sou mãe e me diga quem não teve situações de alienação parental na família, me diga...

Procurando efetivamente combater essas falhas, reconheço nelas a mais legítima preocupação em defender principalmente seus filhos. Aliás, nesse sentido, no entendimento de que ainda havia uma adequação a ser feita, conforme anunciei na última reunião, estou promovendo uma pequena inclusão no texto proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu resolvi acrescentar ao art. 4º dispositivo que foi uma demanda apresentada até por essas associações de mães: o sobrestamento de processo de alienação parental quando houver processo criminal contra um dos genitores, cuja vítima seja um dos filhos.

O processo de alienação parental retomaria a sua tramitação apenas após decisão em primeira instância no juízo criminal.

Desta forma, estamos ampliando a proteção às crianças e adolescentes contra a prática de crimes por genitores abusadores, evitando que o tempo, usualmente mais longo da Justiça Criminal, contamine o processo da alienação parental.

Concluo, mais uma vez, Sr. Presidente, agradecendo ao senhor e a todos os membros desta Comissão pela atenção e a gentileza demonstrada ao longo de todo este processo.

Voto

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2018, na forma da emenda substitutiva, que eu apresentei ao senhor e já li na semana passada, incluindo mais este art. 4º ao dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva e com adendo apresentado e lido aqui pela Sra. Relatora.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

Este projeto não é terminativo. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, nos termos da emenda da CDH, substitutivo.

O projeto segue agora para a CCJ.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu gostaria de reiterar o apoio e dizer que agora ela está na CCJ, que vai deliberar a respeito da decisão final para ir ao Plenário.

Então, agradeço muito aos Pares e ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, eu gostaria de pedir a V. Exa., neste momento, se pudesse, pois estou um pouco de pressa aqui também, porque estou lá na 905, que trata de uma outra reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhista, da previdência, crédito, tudo numa só. Eu votaria rapidamente alguns projetos aqui e iríamos para lá. Mas a Deputada Luizianne Lins, que está doente, pediu inclusive que eu solicitasse a V. Exa., se pudesse relatar *ad hoc* o Projeto de Lei nº 5.026, de 2019:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5026, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Eu passo a V. Exa.

É um projeto simples, não é? É daqueles muito mais simbólicos, porque só institui a Semana Nacional do Estatuto da Juventude.

Se V. Exa. puder dar o relatório...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Pois não.

Eu vou para a análise. Ela é bem rápida.

Análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para examinar matérias pertinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e, mais especificamente, à proteção da juventude. Dessa forma, fica reservada a análise dos demais aspectos, inclusive educacionais, para oportuna manifestação da CE.

A proposição em exame é meritória. Dois argumentos, apresentados por seus autores, revelam-se inapeláveis: a divulgação do teor do Estatuto e a discussão na sociedade civil a respeito dos direitos dos jovens são ferramentas essenciais para o desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas voltadas para esse segmento no Brasil; e os destinatários das políticas públicas voltadas para a juventude devem estar entre os primeiros atores sociais a ter ciência dos instrumentos legais disponíveis para a proteção de seus direitos.

Desse modo, surge evidente a obrigação do Poder Público, das três esferas de Governo, de não apenas conferir efetividade às diretrizes do Estatuto, mas também divulgá-lo da forma mais ampla possível.

A matéria reveste-se, nesse sentido, de caráter inegavelmente humanitário, pois protege a dignidade de nossa juventude, que representa o presente e o futuro do País.

No que concerne à técnica legislativa, um módico reparo se impõe: a cláusula de vigência deve prever período de *vacatio legis*, sobretudo para que os demais entes federativos e as instituições de ensino, públicas e privadas, possam se ajustar ao cumprimento das obrigações impostas.

Proporemos esse ajuste por meio de emenda ao projeto.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 5.026, de 2019, com a seguinte emenda:

> Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 5.026, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos ao voto.

O relatório é favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadora Leila, como a intenção de hoje realmente foi de votar o projeto, a pedido de V. Exa., e foi combinado com todos os Senadores, o objetivo foi cumprido. Consequentemente, se V. Exa. concordar, nós não votaríamos outro projeto, embora haja quórum, porque os outros Senadores não se encontram aqui; eu só votaria os requerimentos, o.k.? Aí mantenho o acordo que fizemos: antecipamos para terça, mediante acordo, para votar esse projeto.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E se V. Exa. concordar, só há alguns requerimentos, que é votação simbólica. Se V. Exa. concordar em presidir para mim, eu votaria rapidamente os requerimentos, e vou lá para o debate da 905, que estão me chamando aqui.

Se V. Exa. pudesse se sentar aqui... (*Pausa.*)

Passo a Presidência para a Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

Item nº 20:

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 9, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a abolição da escravidão e os 25 anos de atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho Escravo (GEFM).

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra agora ao nobre Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – A leitura feita por V. Exa. já aponta o caminho: é um espaço para a gente lembrar neste momento a questão da escravidão e o trabalho belíssimo feito pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil. O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam onde se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Há dois itens extrapauta e coloco em votação essa inclusão de extrapauta.

Os Senadores que aprovam permaneçam onde se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

São dois requerimentos também.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 10, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre "Cultura: expressão da riqueza de um país".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

A estruturação proposta para a Audiência Pública é:

- 8 debatedores, cada um com 10 minutos de fala, sendo 4 representantes do meio artístico e 4 de instituições públicas e governamentais.

- 8 blocos de apresentação, cada um com 10 minutos em média, intercalados com as falas.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra agora, para os encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Esse é um projeto para debater a importância da cultura na formação de um povo, é este o argumento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aqueles que aprovam permaneçam onde se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim.

Requerimento nº 11, de 2020.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 11, DE 2020

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater a Greve dos Petroleiros

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a " greve dos petroleiros" com as partes envolvidas."

Concedo agora a palavra ao nobre Senador, para encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Rapidamente, Presidente Leila. Todos nós estamos acompanhando a greve dos petroleiros já há 18 dias, e claro que preocupa a todos: preocupa Governo, preocupa empresário, preocupa trabalhador, inclusive pode entrar numa área de desabastecimento. E, com essa preocupação, nós queríamos convidar as partes, como já fizemos em épocas passadas, em situação semelhante, chamando o representante do Governo, da Petrobras, dos trabalhadores, para aqui, na Comissão de Direitos Humanos, oxalá, a gente consiga fazer uma mediação para que a greve chegue num entendimento final e os petroleiros voltem a trabalhar, e quem ganha com isso, com certeza, é todo o País, é a Nação brasileira.

Não marquei data, e podemos combinar com Senadores e Deputados a questão dos convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam onde se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, eram só os requerimentos que eu queria votar hoje.

Senadora Soraya, tem alguma...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Um item, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Percebo que existe aqui um item de V. Exa., item 6.

Senadora Leila, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim. Está bem, Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia Senadora Leila, bom dia, servidores. Quero registrar a presença aqui do meu sobrinho, Felipe Olegário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja bem-vindo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – ... da minha cunhada Áurea Lúcia Olegário, do Paulinho, que está aqui hoje. São do Mato Grosso do Sul, vieram nos visitar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podem se sentar aqui se quiserem, ao lado da Senadora.

Senadora, me permita só fazer aqui a obrigação regimental.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1120, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Terminativo, consequentemente, a senhora fará a leitura.

Senadora Soraya Thronicke está com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Relatório.

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.120, de 2019, de autoria do Senador Lasier Martins, que altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), acrescendo-lhe um novo parágrafo (§13), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente em regime de acolhimento institucional. Se aprovada a proposição, a lei resultante entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor do projeto pontua que a Constituição da República incluiu a Defensoria Pública entre as responsáveis pela promoção dos direitos humanos e pela defesa de direitos individuais e coletivos. O órgão integra, ainda, o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente. No seu entender, a falta de menção legal à Defensoria Pública entre as instituições habilitadas a conhecer as informações do cadastro dificulta sua atuação e, consequentemente, priva as políticas públicas focalizadas nas crianças e nos adolescentes da atuação de um ator relevante.

O Projeto de Lei nº 1.120, de 2019, foi distribuído para análise da CDH em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para opinar sobre matérias que disponham sobre proteção à infância e à juventude.

Tratando-se de análise terminativa, deve a CDH manifestar-se ainda sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição.

Não identificamos vícios de constitucionalidade ou de juridicidade.

Além disso, vemos mérito na proposição. De acordo com o §11 do art. 101 do ECA, o Poder Público deve manter um cadastro sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob responsabilidade de cada Vara da Infância e Juventude,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com informações pormenorizadas sobre: i) a situação jurídica de cada um, e ii) as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Atualmente, o §12 do art. 101 franqueia o acesso ao cadastro apenas ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar, ao órgão gestor da Assistência Social e aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social. A ideia é permitir que possam extrair informações necessárias à implementação de políticas públicas que permitam reduzir o número de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e abreviar o seu período de permanência em programa de acolhimento.

Convém mencionar que o Conselho Nacional de Justiça mantinha o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), que compilava as informações sobre crianças e adolescentes em acolhimento familiar e institucional em todo o País. Especialistas apontavam a falta de diálogo do CNCA com o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), a impedir o cruzamento de informações sobre o potencial para adoção de crianças e jovens acolhidos – mas ainda não aptos à adoção por motivos diversos.

Recentemente, a Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019, do Conselho Nacional de Justiça, determinou que o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) absorva as informações do CNA e do CNCA, extinguindo-os e substituindo-os após 12 de outubro de 2019. Os idealizadores do novo sistema afirmam ser possível acessar com precisão os números de crianças e jovens acolhidos, suas idades, potencial para adoção, entre outros dados relevantes. Trata-se, portanto, do instrumento mais confiável para busca de informações sobre o assunto.

A proposição dispõe apenas sobre o acesso da Defensoria Pública aos cadastros mantidos pelas autoridades judiciárias em cada comarca ou foro regional, previstos no ECA, mas não abrange o SNA, criado posteriormente pelo CNJ e alimentado com informações desses bancos de dados descentralizados. Não obstante, o CNJ tem promovido habilitação de defensores públicos no acesso ao SNA.

O acesso da Defensoria Pública é justificado. Os cadastros de informações sobre crianças e adolescentes têm como premissa de existência o sigilo dos dados, em atenção aos princípios da preservação da intimidade e da proteção integral.

Veda-se o acesso indiscriminado às informações contidas nos cadastros para proteger crianças e adolescentes da exposição de seus dados, que poderiam ser transformados em verdadeiros catálogos de adotandos e estimular um mercado informal de escolha de crianças e adolescentes de acordo com o perfil majoritariamente desejado pelo adotantes: meninas até 4 anos, brancas, sem deficiências ou doenças e que não pertençam a grupos de irmãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, há quase 50 mil crianças, adolescentes e jovens acolhidos. Em nossa opinião, a necessidade de formular políticas públicas que enfrentem esse grave problema justifica a ponderação do rigor que o sistema de proteção atribui ao sigilo dos cadastros.

Não se trata de permitir que todas as pessoas acessem o sistema indiscriminadamente, mas somente aqueles órgãos que tenham como atribuições institucionais a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, como já mencionado, a Constituição reforça o papel da Defensoria Pública como instituição que atua na promoção dos direitos humanos e na defesa dos direitos individuais e coletivos aos necessitados.

Já o ECA reconhece em inúmeros dispositivos a atuação da Defensoria na promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Não vemos sentido em privar a Defensoria Pública de um importante – senão fundamental – instrumento de fiscalização e acompanhamento de políticas públicas.

Portanto, o mérito do projeto reside na extensão à Defensoria Pública da prerrogativa de acesso ao cadastro. Com a medida, o órgão poderá fiscalizar, por exemplo, o cumprimento do prazo máximo de permanência da criança ou do adolescente em acolhimento institucional – atualmente, 18 meses.

Além disso, reunirá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Soraya, em respeito a V. Exa. –claro, vai ler na íntegra o relatório –, estão me chamando lá na 905. Eu pedi para a Senadora Leila...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –... Ela vai ficar na Presidência. Em seguida, vai votar só um requerimento do Senador Nelsinho. Aí, se concluem os trabalhos se não houver nenhum Senador interessado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Estou quase acabando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar o relatório de V. Exa. É importante e tem que ser lido na íntegra mesmo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, sim, é importante. Houve alguma resistência. *A priori*, nós não tivemos emendas, mas a resistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu. Fui procurada. Então, por isso que é importante deixar bem claro a necessidade de a Defensoria Pública ter acesso a esses cadastros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito obrigado pelo entendimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas fique tranquilo. Bom trabalho.

Portanto, o mérito do projeto reside na extensão à Defensoria Pública da prerrogativa de acesso ao cadastro. Com a medida, o órgão poderá fiscalizar, por exemplo, o cumprimento do prazo máximo de permanência da criança ou do adolescente em acolhimento institucional – atualmente, 18 meses.

Além disso, reunirá condições para acompanhar os esforços de manutenção do acolhimento ou de reintegração dos acolhidos às suas respectivas famílias, prestando orientação jurídica, em caso de necessidade. Trata-se de corrigir uma omissão da lei que prejudica a promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Quanto à técnica legislativa, sugerimos um pequeno reparo à proposição, de modo a inserir a referência à Defensoria Pública no §12 do art. 101, em vez de incorporar ao artigo mais um parágrafo.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.120, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº– CDH
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.120, de 2019, a seguinte redação:
> “Art. 1º O § 12 do art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
> ‘Art. 101. .....
> .....
> § 12. Terão acesso ao cadastro, previsto no § 11, o Ministério Público, o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, aos quais incumbe deliberar sobre a implementação de políticas públicas que permitam reduzir o número de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e abreviar o período de permanência em programa de acolhimento. (NR)’”

Esse é o relatório e o voto, Sra. Presidente.

Quero parabenizar o Senador Lasier Martins pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente o Brasil – e não é só aqui, não –, em relação a crimes, em relação a informações sobre veículos, em relação à deficiência – que estamos trabalhando na nossa política pública na CAS – o Brasil não tem informações integradas de todos os seus dados. Isso dificulta sobremaneira, primeiro, para você definir que política pública vai utilizar, qual é o Estado, qual é a unidade da Federação que precisa de mais recursos para determinada situação? Como é o olhar que nós precisamos dar para um Estado que tem um número maior de adolescentes e crianças para adoção? Sem esse cadastro, fica muito difícil. A Defensoria Pública atua muito nesse rol em que essas pessoas estão, ali na ponta. A Defensoria Pública, na nossa opinião, tem o direito e também o dever, justamente para poder trabalhar com maior eficiência.

Então, é essa a nossa impressão sobre o projeto de lei.

Agora devolvo para a senhora para que consigamos votar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Parabéns, Senadora Soraya. Também cumprimento o Senador Lasier pela ideia e pela proposição.

Bom, nós não temos quórum presencial. Então, como o projeto é terminativo, eu abro a discussão. (*Pausa.*)

Caso ninguém queira, deixemos então para a próxima reunião desta Comissão a votação com o quórum presencial adequado.

Eu vou passar agora para o item 17, que é o último desta reunião da Comissão.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 1, DE 2020

- Não terminativo -

Audiência Pública para instruir a SUG 34/2017, que dispõe sobre o "Piso salarial médico".

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Concedo a palavra agora ao nobre Senador para encaminhar esse requerimento. **O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Senadora Leila, demais colegas, é uma demanda que usualmente, constantemente, frequentemente, chega aos Parlamentares que defendem aqui uma saúde digna, principalmente no que tange a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carreira profissional para o médico. E, como médico que sou, gestor que já fui, é algo que realmente precisa, pelo menos, ser encaminhado, ser debatido.

Dessa forma, essa audiência pública visa a instruir, de uma forma mais objetiva, a Sugestão 34, de 2017, que propõe o piso salarial médico, convidando para ela o Ministro, que também é médico, Luiz Henrique Mandetta; o Presidente do Conselho Federal de Medicina, também médico, Mauro Luiz de Brito Ribeiro; o Presidente da Federação Nacional de Médicos, Dr. Gutemberg Fialho; e o Presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. Lincoln Lopes Ferreira.

Penso que é um tema que realmente vai despertar uma atenção muito grande, não só da nossa parte, mas da sociedade como um todo.

Peço a todos os pares a aprovação desse requerimento de audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Parabéns pela iniciativa, Senador Nelsinho Trad.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam onde se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o Requerimento nº 1, de 2020, de autoria do Senador Nelsinho Trad.

Obrigada, Senador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia dois de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco no Relatório da Medida Provisória nº 905, de 2019. Participantes: Edson Carneiro Índio, Secretário Geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Alexandre Milanese Camillo, 2º Vice-Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - FENACOR; Juvandia Moreira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF-CUT; José Antônio Pastoriza Fontoura, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Guilherme Theo Sampaio, Chefe de Gabinete da Presidência do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST / SENAT / CNT; Igor Lourenço, Procurador Chefe da SUSEP; Alberto Bastos Balazeiro, Procurador-Geral do Trabalho; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Rodrigo Zerbone, Subsecretário de Capital Humano da Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego do Ministério da Economia – SPPE/SEPEC/ME; Márcio Amazonas Cabral de Andrade, Procurador do Trabalho e Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho - MPT; Clóvis Scherer, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE; Luiz AntonioColussi, Juiz - Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Hélio Gherardi, Membro do Corpo Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Alessandra Camarano Martins, Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT; Jair Pedro Ferreira, Diretor Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica – FENAE; Leandro Allan, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB-DF; e José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Luiz Pastore, Flávio Arns, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Jorge Kajuru e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Aposentadoria Especial dos Aeronautas. Participantes: Senador Espiridião Amin, Relator do PLP 245/2019; Daniel Bianco, Comandante A330 Aerolineas Argentinas e Vice-presidente Executivo para a América do Sul da Federação Mundial de Pilotos de Linha Aérea - IFALPA; Flávio Tsuyoschi Suto, Médico do Trabalho - Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Aeroespacial -SBMA; Márcia Cristina Gemaque Furtado, Advogada e Gerente Jurídico do Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA; Ondino Dutra Cavalheiro Neto, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; e Eduardo Siqueira, Assessor do Senador Esperidião Amin. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Esperidião Amin. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: enviar o *link* do vídeo desta audiência para o Presidente do Congresso Nacional e para o Relator do PLP 245/2019, solicitando que levem em consideração as informações trazidas pelos expositores da reunião. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Girão e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Eduardo Braga, Luiz Pastore, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Romário, Lasier Martins, Flávio Arns, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Izalci Lucas e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da oitava a décima Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5650, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto, com um Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6569, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder preferência às pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto (Emenda da Câmara dos Deputados). Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Emenda da Câmara dos Deputados. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 171, de 2017 - Não Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência." Autoria: Senador Romário (PSB/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela conversão do PLS 171 de 2017 em indicação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 477, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a notificação de violência autoprovocada por crianças ou adolescentes." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-PLEN. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 3-CDH (Substitutivo) e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-PLEN. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 275, de 2019 - Não Terminativo - que: "Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal." Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Vanderlan Cardoso. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida à Senadora Zenaide Maia. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4848, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Sugestão n° 53, de 2017 - Não Terminativo - que: "Proibição da privatização da CAIXA ECONOMICA FEDERAL" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Sugestão n° 11, de 2019 - Não Terminativo - que: "Fisioterapeutas com piso salarial de R$ 4.800,00 por 30 horas semanais" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Sugestão n° 12, de 2019 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Projeto Criará Candidatos Por Concurso Público (Sem Indicações Políticas). Apoie Brasil!" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 117, de 2019 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Nutrição Materno Fetal em 1.100 dias, com a participação dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 3. Representante da ABRAN; 4. Representante da Secretária de Saúde do DF; 5. Dr. Eduardo Borges da Fonseca – Ginecologista e obstetra." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Resultado: Adiado. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 7, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 122/2019, seja incluído o seguinte convidado: Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: • Senhora Isabel Rodrigues Wexel Maroni, Defensora Pública estadual Dirigente do núcleo de defesa Agrária e moradia do RGS; • Senhor Atanásio Darcy Lucero Junior, Defensor Público da União; • Senhora Janaine Perotti, Preposta da Associação de Moradores de Cruz Alta." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 8, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os ataques armados e incêndios criminosos perpetrados contra a população de Laranjeira Nhanderu, comunidade indígena da etnia Kaiowá localizada no município de Rio Brilhante/MS em 1º de janeiro de 2020." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 12, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o Projeto de Lei do Senado nº 171/2017, que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência"." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Sugestão n° 49, de 2019 - Não Terminativo - que: "Contra o aumento do Fundo Eleitoral" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. Fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Romário, Lasier Martins e Zenaide Maia. Às onze horas e trinta e cinco minutos o Senador Eduardo Girão passa a presidência ao Senador Styvenson Valentim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Senador Styvenson Valentim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito bom dia para todos.

Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da oitava a décima reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Então, vamos iniciar logo aqui, Senador Romário, meu querido irmão, amigo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 6569, DE 2019 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 571, DE 2011)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder preferência às pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto (Emenda da Câmara dos Deputados).

Observações:

Tramitação: CDH e CAE.

É uma marca do Senador Romário esse trabalho humanitário para pessoas com doenças raras, com deficiência. É uma marca bonita que ele tem dado ao Brasil a partir do Senado Federal.

Então, concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente e amigo Eduardo Girão.

O Projeto de Lei (PL) nº 6.569, de 2019, consiste em Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, destinado a conceder preferência às pessoas com deficiência na restituição do Imposto de Renda pago a maior, sem prejuízo da prioridade já concedida aos idosos. A emenda em questão altera a redação do dispositivo, sem impacto no seu conteúdo, para estabelecer que a prioridade em favor das pessoas com deficiência precede a devida aos idosos.

Análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para opinar sobre proposições relativas às pessoas com deficiência.

Como já se afirmou na ocasião em que o texto original foi aprovado por este Colegiado, a prioridade no recebimento de restituições de Imposto de Renda pode beneficiar quem necessite de recursos para lidar com as despesas que a deficiência costuma impor, na forma de mecanismos de auxílio, tratamentos ou dificuldade de inclusão no mercado de trabalho. Continuamos a ver, portanto, mérito na proposta.

Recebemos positivamente a contribuição da Câmara dos Deputados, que torna mais clara a ordem de preferência a ser observada entre pessoas com deficiência e idosos. Conseguimos ver como a falta de clareza nesse dispositivo poderia gerar dúvidas e impasses para a administração.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.569, de 2019.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – O.k.

Muito obrigado, Senador Romário.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à emenda da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à emenda da Câmara dos Deputados.

Senador Styvenson, se o senhor puder vir até aqui presidir.

Não sei se o Senador Romário vai à sessão solene. Fique à vontade.

Senador Styvenson, o senhor pode presidir? Vou ler aqui um relatório. Peço a V. Exa. que coloque a SUG, de que sou Relator, extrapauta, para a gente votar. Está bom? Muito obrigado, Senador!

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Senador Styvenson, já que V. Exa. está presidindo, pode colocar em pauta o Item 5, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Sim. Está aí o item 5? Enquanto preparam, Senador Girão, seu extrapauta para colocar em votação, iremos ao item 5, para adiantar.

Senador Romário, o item 5 já foi lido, como estão me informando aqui.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 171, DE 2017

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela conversão do PLS 171 de 2017 em indicação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

- Em 18/02/2020, foi concedida vista ao Senador Flávio Arns.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Está para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Está para aprovar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – É.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Então, para aprovar.

Coloco em votação o relatório, a conversão do PLS 171, de 2017, em indicação, que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH pela conversão do projeto em indicação.

Agora o do Senador Girão. Já foi lido também, Senador Girão, no dia 12/02/2020.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 477, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a notificação de violência autoprovocada por crianças ou adolescentes.

Autoria: CPI dos Maus-tratos

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-PLEN.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em 12/02/2020, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma de emenda substitutiva, que apresenta rejeição das Emendas nºs 1 e 2-Plen.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 3, da CDH, substitutivo, que apresenta, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-Plen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão da SUG nº 49, de 2019, extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

SUGESTÃO N° 49, DE 2019

- Não terminativo -

Contra o aumento do Fundo Eleitoral

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Passo a palavra para o Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Como Relator.) – Muito bom.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Eu queria pedir autorização de V. Exa. para ir diretamente à análise dessa sugestão popular, que realmente engrandece esta Casa. Pudemos nos debruçar sobre ela com toda a nossa equipe. Já temos um projeto similar tramitando na Casa e a gente aproveitou a iniciativa popular para reforçar esse desejo da sociedade.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa, o que nos parece totalmente adequado, no caso em tela.

Ocorre, entretanto, de um lado, que nada mais se pode fazer para disciplinar o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o chamado Fundo Eleitoral, para as eleições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2020, cujo valor já foi estabelecido pela Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020.

É certo que, de acordo com a Lei Orçamentária Anual para 2020, a citada Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, a dotação orçamentária destinada ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha foi estabelecida em R$2.034.954.824, ou seja, abaixo da pretensão inicial.

Trata-se, entretanto, de valor extremamente elevado, que não desautoriza, em absoluto, que o Congresso Nacional, em harmonia com o que deseja a sociedade civil, reduza esses valores.

Esse fato é reforçado quando verificamos que, para o mesmo ano de 2020, o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), que é o fundo público destinado ao financiamento dos partidos políticos e das eleições, foi orçado em impressionantes R$959.015.755.

Assim, só se pode elogiar a SUG nº 49, de 2019.

Nesse sentido, manifesto-me favoravelmente à proposta, na forma de projeto de lei que vai na mesma direção do previsto no Projeto de Lei 4.775, de 2019, de nossa autoria, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar a redução à metade e a limitação, pelo prazo de 20 anos, do volume de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que, apesar de ter sido lido no dia 29 de agosto de 2019 e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, ainda lá se encontra, aguardando a designação de seu Relator pela ilustre Presidente daquele colegiado.

Tomo a liberdade de transcrever parte da justificação do projeto, que vai perfeitamente ao encontro do que afirma a preclara cidadã autora da sugestão sob exame:

> Esta proposição legislativa se inscreve no contexto das necessárias mudanças nas legislações eleitorais e partidárias nas quais nos encontramos envolvidos, no sentido de realizar, de forma efetiva, uma verdadeira mudança na natureza dos partidos políticos, refletindo a expressão da vontade da sociedade civil.
> Nessa direção, parece-nos necessário reduzir, até o momento de eliminar, o financiamento público do funcionamento dessas instituições privadas, para lhes favorecer a autonomia e a independência em relação aos Poderes Públicos.
> Um dos temas mais importantes nesse ambiente é, sem dúvida, a destinação de recursos públicos, oriundos da receita dos impostos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são pagos por toda a sociedade brasileira, para constituir o chamado fundo eleitoral, que tem como nome formal Fundo Especial de Financiamento de Campanhas.

Como o Brasil terá eleições municipais no ano de 2020, o Relator na Comissão Mista de Orçamento do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, Deputado Federal Cacá Leão (PP/BA), pretende aumentar, como informa o jornal *Valor Econômico* do último dia 15 de julho [do ano passado; ele pretendia aumentar], o valor desse Fundo de R$ 1,7 bilhão para R$3,7 bilhões.

Na mesma matéria em que essa informação nos é fornecida, seu autor, Bruno Carazza, mestre em Economia, doutor em Direito e autor da obra *Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro*, nos fornece, de forma concisa e didática, 12 razões para ser contra essa medida, das quais destaco algumas:

1. Partidos e políticos até hoje não se conformam com o fim das doações de empresas. Entre 2012 e 2014, grandes companhias injetaram mais de R$6,8 bilhões em campanhas eleitorais, e a Lava Jato demonstrou que boa parte desse montante era propina travestida de doações oficiais. Não faz sentido, portanto, querer que se compense, com dinheiro público, valores astronômicos alcançados quando as engrenagens da corrupção giravam em alta rotação;

2. Além do fundo eleitoral, os políticos já contam com o fundo partidário, que, desde 2013, teve seu valor multiplicado por quatro e neste ano chega a R$810 milhões.

3. Sem regras de governança, o poder de distribuição desses valores bilionários fica nas mãos dos caciques – ou seja, a fatia maior fica com os mesmos que sempre dominaram a política em seus redutos eleitorais.

4. Não cola o argumento de que no ano que vem serão necessários mais recursos porque as eleições serão realizadas em mais de 5,5 mil Municípios. Campanhas para vereador e prefeito são bem mais baratas, pois são realizadas em territórios menores. Em 2016, 83,7% dos vereadores do País conseguiram se eleger usando menos de R$10 mil. [E está aqui o exemplo de um Senador que foi eleito, em 2018, e está presidindo esta reunião, com menos de R$40 mil. Com R$30 mil fui eleito Senador. Olha que coisa impressionante! Como é possível? Como as coisas estão mudando no País!] No caso dos Prefeitos, 74,6% chegaram ao poder gastando abaixo de R$100 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Além desses argumentos, por si só suficientes, acreditamos, para fundamentar uma medida legislativa que reduza os valores do fundo eleitoral, o bem lançado artigo registra também os casos de candidatos – de diversas e distintas formações partidárias – que foram bem-sucedidos sem se valer de tantos recursos, e as evidências empíricas de que "com menos dinheiro nas campanhas aumenta a competição eleitoral", e indica trabalho acadêmico que assim o demonstra.
> Bruno Carazza anota, na mesma senda, os novos mecanismos de financiamento de campanha reconhecidos pelas novas leis eleitorais, como as doações pela internet e o chamado *crowdfunding*. Embora ainda tímido nas últimas eleições, essa forma de financiamento pode se tornar mais efetiva, com o que concordamos.
> As dificuldades estruturais da Justiça Eleitoral para realizar uma fiscalização mais efetiva crescem quando aumenta a quantidade de dinheiro envolvida, registra o articulista, o que nos parece evidente. Assim, o aumento desses recursos implica outro problema.
> O artigo, ao final, reconhece que a democracia tem o seu custo e que realizar eleições no Brasil, país continental, não é barato, mas a solução não é alocar mais dinheiro público nas campanhas, pois, "em vez de recorrer ao Erário, partidos e candidatos deveriam desenvolver programas de governo para conquistar não apenas corações e mentes dos eleitores, mas também os seus bolsos".
> Com efeito, entendemos que o dinheiro público destinado ao financiamento de partidos políticos deve ser congelado e progressivamente reduzido e que essa nova norma jurídica se harmoniza, concretamente, com os melhores propósitos de aperfeiçoamento de nossa legislação eleitoral e partidária no sentido de fortalecer a autonomia da sociedade civil frente ao Estado, fato importante para consolidar a democracia no Brasil.

Cabe apenas atualizar a proposição, uma vez que nada mais se pode fazer para disciplinar o fundo eleitoral para as eleições de 2020, cujo valor já foi estabelecido pela Lei Orçamentária Anual, como se comentou.

Com essa providência, iremos reforçar o debate no Congresso Nacional em torno do tema, intensificando a pressão da sociedade civil para que sejam reduzidos os recursos públicos destinados ao financiamento das eleições.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do exposto, votamos pela aprovação da SUG nº 49, de 2019 – uma iniciativa popular! É bom que se diga –, e sua transformação no projeto de lei que se segue, na forma do art. 102-E, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, é o projeto de lei que altera a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar a redução à metade e a limitação, pelo prazo de 20 anos, do volume de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Então, a gente inclui aí o art. 105-B, a partir dessa SUG popular:

> Art. 105-B. Os recursos destinados ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha a que se refere o art. 16-C serão reduzidos, nas eleições do ano de 2022, à metade de seu valor nominal utilizado nas eleições de 2020 e ficam limitados a esse valor até as eleições de 2042.
> Parágrafo único. O limite a que se refere o *caput* se refere ao volume global dos recursos."
> Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senador Eduardo Girão, antes que eu coloque a matéria em discussão, Senador Lasier, esse assunto veio de iniciativa popular, para que nós... Aqui eu cheguei agora, estou há um ano, mas, antes de entrar aqui, já tinha visto o que a população queria, porque eu vim de parte da população, eu vim de lá.

Esse assunto que o senhor relatou agora, Senador Girão, que é de interesse popular, interessa a quem? Refiro-me a fundo partidário, fundo eleitoral. Interessa àqueles maus políticos – eu não vou dizer velhos políticos, mas àqueles maus políticos –, que utilizam esse recurso para quê? Será que é para comprar santinho, pagar as lideranças? Será que é para comprar voto? Será que é para ter o Prefeito ali, na mão dele?

Então, são esses temas que as pessoas têm que hoje... Se é uma vontade popular, como veio nessa SUG, Senador Girão, que as pessoas passem a escolher seus candidatos por este critério, então: utilizou o fundo partidário, utilizou fundo eleitoral, está utilizando tudo isso, que você passe a avaliar.

Nem todos utilizam de forma errada o fundo eleitoral. Nem todos também, eu posso dizer, vão fazer esse mau uso do dinheiro público, mas eu não concordo, nunca concordei, não usei, mas também não reprovo quem utiliza de forma eficiente, de forma limpa, justa e transparente. Agora, os ruins, aqueles maus políticos, sim, querem tanto dinheiro para quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na minha visão, uma eleição deveria ser tratada por igual, e não da forma que é tratada nos bastidores. Quem se candidata sabe como é feita uma eleição, uma escolha dentro de um partido e a distribuição desse dinheiro.

Então, boa iniciativa.

Vou colocar em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela aprovação da SUG, no projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Como Relator.) – Só para parabenizar, Senador Styvenson, Senador Lasier, a cidadã, que é a Letícia Arsênio, que, em 31 de julho de 2019, se manifestou contra o aumento do fundo eleitoral. e nós aprimoramos essa SUG, que é do programa do e-Cidadania, uma sugestão popular de ideia legislativa. Nós aprimoramos e acabamos de aprovar esse que é um desejo da população brasileira, que congela o fundo partidário por 20 anos, reduzindo pela metade imediatamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senador Girão, antes de passar o requerimento ao Senador Lasier, este projeto, o item 8, estava aqui aguardando. Se o senhor puder relatar... O Relator é o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Mas não se encontra presente.

ITEM 8

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 275, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CI e CCJ.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc* Eduardo Girão para fazer a leitura desse relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Como Relator.) – O.k., Sr. Presidente.

Eu peço a sua autorização para ir direto à análise.

Conforme dispõe o inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre matérias atinentes à proteção dos direitos humanos. O PLP nº 275, de 2019, trata de matéria relativa a direitos de comunidades indígenas, minorias étnicas abrigadas sob o guarda-chuva dos direitos humanos. É, pois, regimental o exame do projeto por este colegiado.

No mérito, a proposição objetiva oferecer uma contribuição importante para resolver um problema que tem suas raízes fincadas no início da colonização do Brasil. A gestão territorial em terras indígenas é um tema que merece espaço adequado na agenda política se quisermos honrar os princípios fundamentais de nossa Constituição, em especial, o pluralismo e o respeito à diversidade.

Nesse sentido, o art. 231 da Constituição de 1988 reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, atribuindo à União a competência de demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

As terras indígenas são aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas e as imprescindíveis para a preservação dos recursos ambientais necessários para seu bem-estar e para a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Essas terras, constitucionalmente inalienáveis e indisponíveis (art. 231, §4º), são destinadas à posse permanente dos indígenas, aos quais cabe o usufruto exclusivo das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (art. 231, §2º), sendo, contudo, propriedade da União (art. 20, XI).

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei (art. 231, §3º).

Em reforço às normas constitucionais citadas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no Brasil mediante o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, reconhece a importância da relação com as terras ou territórios para as culturas e valores espirituais dos povos interessados.

Além disso, a Convenção obriga os governos a consultar os povos indígenas "mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, toda vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetar-lhes diretamente."

Dentro de tal perspectiva, julgamos que o projeto é meritório.

Em primeiro lugar, assegura a oitiva prévia das comunidades indígenas afetadas, em plena harmonia com a Constituição e a Convenção nº 169 da OIT. Em segundo lugar, garante às comunidades afetadas a compensação financeira de forma proporcional à remuneração auferida pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica.

Em nosso entender, a compensação financeira tem a finalidade de ser ação mitigadora de possíveis impactos negativos do empreendimento para as populações indígenas. De igual forma, a transferência de recursos financeiros, se bem planejada e executada, poderá alavancar de modo significativo a economia local, em benefício de toda a comunidade.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2019.

Esse é um projeto de autoria do Senador Chico Rodrigues e o Relator é o Senador Vanderlan Cardoso. Estou aqui apenas fazendo a *ad hoc*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Relatoria *ad hoc*.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, eu queria pedir vista desse projeto para dar um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Vou colocar a matéria em discussão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Para ver melhor. Houve alguma audiência pública sobe esse assunto? Eu acho que não. Não custava nada a gente chamar para ouvir os dois lados sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – A senhora pede vista e uma audiência pública também?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Requerimento de audiência pública?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Sobre esse tema?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Acho que a gente deveria ouvir mais sobre esse tema. Porque a gente, por exemplo... A comunidade indígena a gente tem que ter... Essas comunidades querem a compensação? Eu não estou questionando aqui o projeto como um todo, mas eu acho que é uma coisa que deve ser debatida, por isso que eu estou pedindo vista e queria convidar para...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Então, a senhora pede vista e pede uma discussão mais ampla dessa matéria, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mais ampla dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Eu entendi, quando o autor do projeto, Senador Chico Rodrigues, o fez, além de ele ter colocado na sua relatoria com o Senador Vanderlan a justificativa, que é bom para a economia brasileira, eu creio que não dá mais para pagar um R$1,5 bilhão para o governo venezuelano – de dólares – para transmissão de energia. E está passando por terras indígenas lá. Essa transmissão de linha de energia vai estar bem acima do solo, como a gente olha pela parte urbana. A gente conhece, passa por aqui indo para Goiás, vê a transmissão, entendeu? Isso não vai afetar o meio ambiente, não vai afetar, eu creio, no meu ponto de vista. Mas se a senhora quiser ter essa discussão mais ampla...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu acho que a gente deve ter, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O.k. Então, está bom.

Pedido de vista concedido. Vou esperar o requerimento da senhora para audiência pública.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 7, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 122/2019, seja incluído o seguinte convidado:

Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados:

• Senhora Isabel Rodrigues Wexel Maroni, Defensora Pública estadual Dirigente do núcleo de defesa Agrária e moradia do RGS;

• Senhor Atanásio Darcy Lucero Junior, Defensor Público da União;

• Senhora Janaine Perotti, Preposta da Associação de Moradores de Cruz Alta.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Concedo a palavra ao Senador para o encaminhamento.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente Styvenson, Senadores Girão e Zenaide, esse é um tema que vem afligindo centenas, talvez milhares de pessoas que vivem à margem dos trilhos, não só no Rio Grande do Sul, mas em outros Estados, preponderantemente no Rio Grande do Sul, Municípios como esse aqui citado: Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Santa Maria... São inúmeros Municípios. Estão ameaçados de serem desalojados de suas residências ante a proximidade de seus imóveis aos trilhos.

Então, Sr. Presidente, nós pretendemos realizar essa audiência pública para esclarecimento e para apresentação de soluções a esse problema. Por isso que nós estamos requerendo essa audiência pública com essas pessoas nominadas por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedimos a aprovação dos colegas para que possamos discutir essa matéria que já foi objeto de discussão no ano passado e se resolveu apenas a questão dos moradores próximos às rodovias. Agora, vamos discutir a proximidade das pessoas às ferrovias.

Sucintamente, é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – De nada, Senador Lasier.

Antes de encerrar esta reunião, expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos.

De cidadão. Manifestação de apoio ao PL 401, de 2019, que acrescenta os §§1º e 2º ao art. 1º da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 anos, limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência. O cidadão parabeniza a iniciativa do projeto, apoiando a aprovação.

De cidadão. Alega que, no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e também no Conselho Nacional de Justiça, não existe política efetiva contra assédio, faltam rotinas próprias de acolhimento e proteção aos servidores que realizam as denúncias, já que esses acabam sofrendo retaliação. O cidadão faz denúncia com graves violações de direitos humanos e solicita a averiguação.

Do Coletivo Nacional de Torcidas LGBTQ "Canarinhos Arco-Íris". Encaminha proposta de medidas contra a LGBTfobia no futebol brasileiro.

Da Mesa do Senado. Encaminha ofício da Câmara Municipal de Recife, Pernambuco, que solicita ao Congresso Nacional a revisão do Decreto nº 10.003, de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, alterando a sua composição e funcionamento. O decreto também faz dispensa de todos os membros eleitos.

De uma cidadã. Encaminha pela segunda vez a esta Secretaria denúncia, alegando que seu filho foi torturado e morto enquanto estava sob a tutela do Estado em Centro de Detenção Provisória e que a apuração para responsabilização dos envolvidos, além de morosa, segue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com sentença contrária à jurisprudência. A cidadã solicita apoio desta Comissão para apuração e as providências necessárias para a punição dos responsáveis por esta morte.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos citados ficam disponíveis na Secretaria da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Findando o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses termos, comunico que foi encerrado o prazo para manifestação dos Senadores aos documentos lidos na 2ª e 5ª Reuniões da CDH.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Requerimento de nº 8, de 2020, do Contarato, eu queria subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O.k.

É o item nº 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 8, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os ataques armados e incêndios criminosos perpetrados contra a população de Laranjeira Nhanderu, comunidade indígena da etnia Kaiowá localizada no município de Rio Brilhante/MS em 1º de janeiro de 2020.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e outros

A Senadora Zenaide Maia subscreve.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para encaminhar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sabe que o Senador Contarato é Presidente da CMA?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Da CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Então, é o seguinte: ele propõe isso aqui justamente e o Presidente já leu uma parte. Ele diz que os ataques violam, a um só tempo, o direito à segurança e à liberdade religiosa das comunidades indígenas. Tal demonstração de desprezo por esse grupo minoritário é inadmissível em um Estado democrático de direito.

O ele quer dizer é: vamos socializar e dar visibilidade ao que está acontecendo, esse cenário de constantes violações, caso em que as vítimas apontam a ausência de auxílio estatal. É fundamental que o Parlamento brasileiro abrace cada dia mais a defesa dos povos originários.

É o que se propõe com essa presente audiência pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Em votação o requerimento do Senador Fabiano Contarato.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Grato aos Senadores e Senadoras.

Dou por encerrada esta reunião da Comissão Direitos Humanos.

(*Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e três minutos do dia nove de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Marcos Rogério. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2020 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Ciclo de Debates sobre: "Defesa dos Segmentos mais Vulneráveis", com foco no combate à violência contra as mulheres. Participantes: Selma Maria Frota Carmona, Presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar da OAB/DF; Abigail Pereira, Pedagoga; Joana D'arc de Jesus Soares dos Santos, Advogada - Presidente da OAB/DF - Subseção de Samambaia e Recanto das Emas; Roberta Viegas e Silva, Consultora legislativa e membro do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal; Geraldini Grace da Fonseca da Justa, Diretora do Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Ministério dos Direitos Humanos; Marcos Vinícius Costa dos Santos, Presidente da Comissão de Direito e Processo Penal da OAB - Subseção de Samambaia e Recanto das Emas e assessor jurídico na Defensoria Pública do DF; Luciana GrandoBregolinDytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais - ANADEF; Denys Resende, Pesquisador do Observatório Racial do Distrito Federal; Jolúzia Andreia Dantas Vieira Batista, Assessora Técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; e Soraia Mendes, Professora - Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos:1) oficiar ao relator do Projeto PL 7633/2014, com solicitação de que leve em consideração em seu relatório as informações trazidas pelos expositores e o apresente com a maior brevidade possível, enviando-lhe o *link* do vídeo da presente reunião; 2) oficiar aos Presidentes da Câmara dos Deputados e das Comissões onde tramitam os Projetos 123/2019, 6010/2013 e 598/2019, com solicitação de que os pautem com celeridade,enviando-lhes o *link* do vídeo da presente reunião. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Marcos Rogério. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Luiz Pastore, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Leila Barros, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Zenaide Maia, Irajá e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2020 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Defesa dos Segmentos mais Vulneráveis", com foco nos impactos socioambientais do corredor logístico da Amazônia oriental. Participantes: Doto Takak-ire, Liderança Indígena - representante da Rede Xingu; Cláudio Eduardo Badaró, Antropólogo - representante da FUNAI; Bepnhôti Atydiare, Liderança Kaiapó; Uirá Cavalcante Oliveira, Gerente de Projeto da Secretaria Especial do Programa de Parceria de Investimentos - SPPI; Alessandra Munduruku, Liderança Indígena - representante do Povo Munduruku; Pedro Pataxó; Cacique Ramon Tupinambá; Mydje Kaiapó; Watatakalu Yawalapiti; Báti Kayapó; Pánhtyx; e Joenia Wapichana, Deputada Federal. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: marcar reunião com o Presidente da FUNAI. Às onze horas e dois minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Paulo Rocha. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha e Fabiano Contarato. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geralda Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às doze horas e onze minutos do dia onze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Romário, Leila Barros, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Telmário Mota, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Maria do Carmo Alves, Irajá, Dário Berger e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5650, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto, com um Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 275, de 2019 - Não Terminativo - que: "Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal." Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geralda Mesa

10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4848, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Resolução do Senado n° 5, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marechal Cândido Rondon, destinada a homenagear personalidades que tenham oferecido contribuição relevante no campo do indigenismo, do ambientalismo e do pacifismo no Brasil." Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Sugestão n° 53, de 2017 - Não Terminativo - que: "Proibição da privatização da CAIXA ECONOMICA FEDERAL" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Sugestão n° 11, de 2019 - Não Terminativo - que: "Fisioterapeutas com piso salarial de R$ 4.800,00 por 30 horas semanais" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Sugestão n° 12, de 2019 - Não Terminativo - que: "Projeto Criará Candidatos Por Concurso Público (Sem Indicações Políticas). Apoie Brasil!" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 117, de 2019 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Nutrição Materno Fetal em 1.100 dias, com a participação dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 3. Representante da ABRAN; 4. Representante da Secretária de Saúde do DF; 5. Dr. Eduardo Borges da Fonseca – Ginecologista e obstetra." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Resultado: Adiado. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 13, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a comissão da Verdade da Escravidão Negra e Reparação." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 14, de 2020 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater a gravidez precoce no Brasil." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 15, de 2020 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater 25 anos de Defensoria Pública da União: interiorizar épreciso" Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geralda Mesa

Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 16, de 2020 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater sobre As Reformas do Governo Federal e Lançamento do Livro “Erosão de Direitos – reformas neoliberais e assédio institucional" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 17, de 2020 que: "Requer realização da Audiência Pública para debater o Dia Mundial da Conscientização do Autismo" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 18, de 2020 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater sobre Medicina Alternativa" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 19, de 2020 que: "Requer a realização de Audiência Pública referente a Pesca na Região Norte" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 20, de 2020 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. Faz uso da palavra o Senador Eduardo Girão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geralda Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho...

Não vou propor a dispensa porque não há quórum.

Então, apenas para comunicar que a sessão de hoje está cancelada e amanhã não teremos sessão, conforme combinado pessoalmente com o Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 12 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e sete minutos do dia seis de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Flávio Arns, Humberto Costa, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Marcos do Val e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Jaques Wagner, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 86, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 87, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, indicação do Senhor HERMANO TELLES RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 592, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PDT/RS). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 371, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 557, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 240, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de sobrestamento da matéria, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senador Mecias de Jesus, é aprovado o relatório pela apresentação do requerimento nº 04/2020 - CRE, de sobrestamento da matéria, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 630, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (Caricom), assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senador Mecias de Jesus, é aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 63, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino dos Países Baixos." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senador Mecias de Jesus, é aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 3, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ernesto Araújo, Ministro de Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a posição brasileira acerca do Plano de paz apresentado pelo Presidente Donald Trump, em 28 de janeiro de 2020, para o conflito entre Israel e Palestina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Incluído extrapauta, o Requerimento é lido e aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/06

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia às senhoras e aos senhores. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1ª Reunião do ano de 2020, do dia 6 de fevereiro, quinta-feira, às 10h10.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 1ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Itens pautados para hoje.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 87, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, indicação do Senhor HERMANO TELLES RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nós invertemos a pauta: o item 2 vai ser o primeiro, em função de uma solicitação do Senador Esperidião Amin.

Concedo, neste instante, a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, dirijo-me a todos os membros da Comissão, presentes ou não, e a todos aqueles que assistem a esta 1ª Reunião, a esta sessão inaugural de 2020, ressaltando que tenho muita satisfação em participar da Comissão de Relações Exteriores.

Quero deixar registrado aqui o enaltecimento à condução que V. Exa. tem dado a esta Comissão, abordando temas relativamente inéditos, e até lhe dizendo que estou aguardando o *Diário Oficial* de hoje, porque o nosso colega – nem pude comentar isto com V. Exa. – Capitão e Senador Arolde de Oliveira participou ontem da cerimônia dos 400 dias. Eu não fui lá. E um dos decretos assinados e anunciados pelo Presidente da República diz respeito à defesa cibernética. Eu não vi o decreto ainda; pedi que ele me desse a ementa, que é muito breve. Mas eu pediria então à assessoria, que tem até acesso ao *Diário Oficial* eletrônico com facilidade, para ver se já foi publicado o decreto do Presidente da República assinado ontem. Pelo o que eu entendi, ele regula exatamente, ou atualiza, o decreto que versa sobre defesa cibernética, que foi objeto de audiências públicas no ano passado, inclusive de uma sessão secreta para tratar do tema e conduzida, em todos os casos, por V. Exa. Portanto, é o reconhecimento a uma prioridade relativamente inédita que esta Comissão passou a focalizar.

Quanto ao relatório, a minha satisfação também é grande, num ano em que teremos grandes responsabilidades em matéria de defesa nacional e de relações exteriores, também em face das decisões tomadas para a elaboração e para prioridade do Orçamento de 2020 que contemplaram exatamente esse caráter duplo de relações exteriores e defesa nacional, afeto a esta Comissão. Tenho a satisfação, que eu compartilho com V. Exa., por razões de origem, de proferir o relatório a respeito da indicação para Embaixador do Brasil na República do Líbano – e aí vem mais uma afinidade entre nós – do Sr. Hermano Telles Ribeiro.

Do relatório, Sr. Presidente, que eu já apresentei, além do currículo como diplomata, um currículo que realmente engrandece todos os profissionais, o conjunto dos nossos profissionais de relações exteriores, eu gostaria de destacar que, no tocante às relações bilaterais, Brasil e Líbano estão unidos por fortes vínculos, sobretudo em razão da numerosa comunidade de libaneses e de descendentes no Brasil, a maior do mundo. Nós somos, portanto, o maior Líbano do mundo, inclusive que o da origem, estimado entre 7 e 11 milhões de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1944, o Brasil reconheceu a independência do Líbano, dando início às relações diplomáticas entre os dois países, na verdade inauguradas ainda no século XIX pelo grande homem público Dom Pedro II, que visitou a região e o Líbano, abrindo as portas do Brasil à primeira corrente de imigrantes.

As visitas bilaterais de alto nível têm sido frequentes, sendo que a mais recente visita de autoridade brasileira ao Líbano foi feita pelo Vice-Presidente da República, Mourão, em 17 e 18 de maio de 2019. A Câmara dos Deputados conta com um grupo Parlamentar Brasil-Líbano, criado em 1979. Também é intensa a atividade do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, criado em 2008. Merece registro também a Conferência sobre o Potencial da Diáspora, organizada anualmente em Beirute pelo Governo libanês, à qual têm comparecido expressivas delegações brasileiras, sendo que a presença de V. Exa. é, a meu ver, a mais marcante, além de mais recente.

O documento informativo encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty menciona também, no contexto das relações bilaterais entre o Brasil e o Líbano, a existência de tratativas para um futuro Acordo de Livre Comércio Mercosul-Líbano. Segundo o documento, trata-se de acordo "de baixa sensibilidade interna e com boas perspectivas de aumento das exportações brasileiras". E ainda o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre Brasil e Líbano, assinado pelos dois países em dezembro passado.

No âmbito da cooperação bilateral, que antecedeu o acordo, 16 oficiais do exército libanês realizaram viagem de estudo ao Brasil em abril de 2018. Também no ano passado, as Forças Armadas libanesas receberam quatro aeronaves Embraer Super Tucano, fruto de parceria do Brasil com a empresa norte-americana Sierra Nevada.

O documento dá notícia, por igual, da Força Interina das Nações Unidas no Líbano, na qual o Brasil exerce importante papel. Recorda que desde 2011 oficial brasileiro comanda a Força-Tarefa Marítima da Unifil e que o Brasil contribui com a nau-capitânia, atualmente a Fragata União.

No que diz respeito à ajuda humanitária, a pedido da Organização Mundial da Saúde, o Governo brasileiro forneceu contribuição humanitária, formada por *kits* de medicamentos e insumos estratégicos para a saúde.

A atual comunidade de brasileiros no Líbano conta com mais de 17 mil brasileiros residentes, estimados em cerca de 5,5 mil idosos, 9 mil adultos e 2 mil crianças, quase todos binacionais.

No que concerne às relações econômicas bilaterais, o montante da corrente comercial entre Brasil e Líbano avançou em 2018 e pode avançar muito mais. As exportações brasileiras para o Líbano alcançaram, em 2018, US$270 milhões, com aumento de 2,5% em relação a 2017.

Informa o Itamaraty que, segundo estatísticas das autoridades aduaneiras libanesas, o Brasil se posicionou, em 2018, entre os maiores fornecedores de vários grupos de produtos para o Líbano: café (78% do total importado pelo Líbano), carne bovina (quase 66%) e milho (29,7%). Nesse particular, hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil pode se congratular com todos os nossos esforços porque ultrapassamos os Estados Unidos em matéria de exportação de milho no comércio internacional. É um dado veiculado hoje.

O Governo libanês vem manifestando interesse na retomada das negociações do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Líbano. A empresa Andrade Gutierrez mantém atuação no país para a construção da represa Janna.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar, com a brevidade possível, sobre a indicação presidencial.

Eram as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de passar ao outro item, vou fazer a leitura dos destaques internacionais, material preparado pela nossa assessoria.

Coronavírus: o Governo Federal decretou situação de emergência no Brasil e enviou ontem dois aviões para repatriar 29 brasileiros que estão em Wuhan, cidade chinesa epicentro do coronavírus, que se encontra em isolamento total pelo risco da proliferação da doença. O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, garantiu que todas as medidas foram tomadas para o transporte e chegada dos repatriados, que deverão ficar em quarentena junto com a equipe de militares e agentes de saúde escalados para essa missão. Todos ficarão em quarentena de 18 dias na Base Aérea de Anápolis, em Goiás.

Relatei ontem o PL 23, de 2020, que regulamenta as medidas a serem adotadas pelas autoridades sanitárias em caso de emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus. O projeto, que foi votado em regime de urgência, foi aprovado no Senado e já seguiu para sanção do Presidente. Até então, são cerca de 25 mil casos comprovados na China e em outros países. O número de óbitos já se aproxima de 500. Felizmente, no Brasil, não há confirmação da incidência do coronavírus.

Relações China-Brasil: o Embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, encontrou-se com os Ministros de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, da Agricultura, Tereza Cristina, e informou que a China tem mantido abertos os canais de comunicação com o Brasil e que, no âmbito do agronegócio, as parcerias comerciais não serão prejudicadas pela epidemia nem haverá quaisquer restrições.

Na reunião entre o Ministro Tarcísio e Wanming, avançaram as conversas para a consolidação de uma agenda de trabalho bilateral, com foco no programa de concessões e participação de empresas chinesas em leilões de infraestrutura de transportes, especialmente na implantação de ferrovias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Impeachment de Trump: o Senado americano absolveu o Presidente Donald Trump no julgamento de *impeachment* por abuso de poder e obstrução ao Congresso.

Venezuela: Nicolás Maduro impediu a entrada no país da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à OEA, que iria para a Venezuela com a missão de observação e monitoramento sobre a grave violação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais que atingem o povo venezuelano. Em nota, o Itamaraty se manifestou contrário ao veto e reiterou seu protesto, afirmando que o Governo brasileiro lamenta profundamente a decisão do regime ilegítimo de Maduro e condena o ato de maneira enérgica.

Eu gostaria, nesse instante, de passar a Presidência ao Senador Espiridião Amin, porque vou fazer a leitura, uma vez que sou o Relator, do item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, o senhor sabe que é muito perigoso, sempre é perigoso passar a Presidência para alguém, nem que seja por um minuto. Por isso, eu vou me aproveitar deste momento, para solicitar à assessoria da Comissão que aprecie o anexo do Decreto 10.222, de 5 de fevereiro – já me foi entregue –, que é o decreto que eu mencionei e que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética – essa é a ementa.

E, só para que o senhor perceba e o Senador Humberto Costa, que participou de parte daquela sessão secreta, que no Brasil, as seguintes lacunas para a segurança cibernética foram identificadas: poucos profissionais especializados em segurança cibernética, baixa conscientização dos usuários e poucos programas educacionais focados na área, o que mostra a oportunidade daquele conjunto conduzido por V. Exa. no ano passado.

Então, usurpando, neste momento, a sua competência, eu peço à assessoria que faça uma análise do anexo e disponibilize aos membros da Comissão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidência da República e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o nosso Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Nestor José Forster Junior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o *curriculum vitae* do diplomata indicado.

O Sr. Nestor José Forster Junior é filho de Nestor José Forster e Maria Lúcia Forster e nasceu em Porto Alegre, no dia 10 de abril de 1963.

É graduado em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em História pela mesma instituição. Após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, ingressou na carreira diplomática, em 1986, como Terceiro-Secretário. Ainda no IRBr, foi primeiro colocado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, CAD (1996), e aprovado no Curso de Altos Estudos, CAE (2006), oportunidade em que defendeu trabalho intitulado "A Diplomacia Brasileira e os Mecanismos Inovadores de Financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio". Ascendeu a Conselheiro (2005); a Ministro de Segunda Classe (2014); e a Ministro de Primeira Classe (2019).

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se as seguintes: Oficial de Gabinete da Subsecretaria-Geral da Presidência da República (1990/1992); Chefe do Setor de Política Comercial da Embaixada em Washington (1992/1995); Chefe do Setor Econômico da Embaixada em Ottawa (1995/1998); Conselheiro Comissionado e Encarregado de Negócios da Embaixada em São José (1998/2000); Chefe, substituto, da Divisão de Pessoal (2000/2001); Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União (2002); Chefe do Setor Financeiro da Embaixada em Washington (2003/2006); Cônsul-Geral Adjunto do Consulado-Geral em Hartford (2009/2013); Chefe, substituto, do Departamento de Comunicações e Documentação (2013/2016); Cônsul-Geral Adjunto do Consulado-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral em Nova York (2016/2017); Ministro Conselheiro na Embaixada em Washington (2017/2018); e Encarregado de Negócios da Embaixada em Washington, desde 2019.

O indicado coordenou, juntamente com o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, a obra *Manual de Redação da Presidência da República*. Cuida-se de publicação que é objeto de apreço dos interessados no tema e que se encontra na terceira edição.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre os Estados Unidos da América, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil. Desse material, extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

Os Estados Unidos são o mais tradicional parceiro do Brasil no cenário internacional. Nesse sentido, suficiente recordar, de um lado, que eles foram o primeiro país a reconhecer nossa independência, em 1824; de outro, que o Imperador Dom Pedro II foi o único Chefe de Estado presente na cerimônia de inauguração da Exposição Universal da Filadélfia de 1876, atendendo a um convite do então Presidente Ulysses Grant. Some-se a esse quadro o fato de que, desde 1905, as respectivas representações diplomáticas têm o *status* de embaixadas.

Desde então, a orientação política do governante do momento, bem como as circunstâncias históricas de cada época deram o tom da maior ou menor aproximação entre os dois países. O relacionamento bilateral experimentou, assim, oscilações ao longo da história. Ele, no entanto, é marcado pela prevalência do interesse mútuo na continuidade de convivência próxima em proveito de ambas as sociedades.

A relação bilateral segue se beneficiando das semelhanças existentes entre os dois países. Nesse sentido, Brasil e Estados Unidos são as duas maiores economias e populações das Américas. Com dimensões continentais e possuindo expressivos recursos naturais, ambos os países são democracias multiétnicas e multiculturais. Para além disso, possuem economias dinâmicas e diversificadas, bem como expressiva afinidade de valores e interesses.

Assim, a relação Brasil-Estados Unidos abrange praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, comércio, ciência, tecnologia e inovação, investimento e infraestrutura, como também direitos humanos – prioritários na política interna dos dois países – ocupam espaço superlativo na cooperação bilateral. Não surpreende, pois, que os Estados Unidos sejam o principal destino de nossas exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados. Eles são, ainda, tradicionais investidores em nossa economia. Observa-se, de forma análoga, crescente participação de empresas brasileiras nos EUA, objetivando ganho de escala, absorção de tecnologia e plataforma para alcançar outros mercados.

No tocante ao trânsito de nacionais, os norte-americanos constituem o segundo maior contingente de turistas estrangeiros que visitam o Brasil todos os anos. Ficam atrás apenas dos argentinos. Os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos recebem, por sua vez, expressivo deslocamento de turistas brasileiros. Representamos, ainda, o 9º principal país de origem de estudantes estrangeiros nos EUA. Importante lembrar, também, que, no final de 2018, havia 217 voos diretos semanais entre os dois países. Esse contexto evidencia os fortes laços que vinculam as respectivas sociedades.

O ambiente aqui descrito só é possível graças à vigorosa interlocução entre os respectivos governos, que é implementada por meio de mais de trinta mecanismos de cooperação. Essa situação adquiriu novo impulso com o Presidente Jair Bolsonaro no romper deste ano. A circunstância de ambos os Chefes de Estado compartilharem semelhante pauta de valores favorece a possibilidade de se revigorar o diálogo bilateral, bem como inaugurar novas iniciativas entre Brasília e Washington.

Dessa maneira, a visita do Presidente Jair Bolsonaro aos EUA, entre 17 a 19 de março de 2019, consolidou a união estratégica entre os dois países. Essa aliança está amparada em uma agenda de longo prazo, traduzida em arrojada integração econômica, comercial e energética. A visita presidencial ensejou, também, a consolidação do desejo de parceria mais sólida na área de defesa e segurança, bem como a promoção conjunta de um continente mais democrático, seguro e próspero, e de um mundo mais livre, estável e pacífico.

Entre os resultados tangíveis da visita de março, destacam-se a assinatura do novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, recentemente aprovado por esta Casa; o apoio dos Estados Unidos da América para o início do processo de acessão do Brasil como membro pleno da OCDE também é um fato marcante; e a designação do nosso País como aliado preferencial da Otan. Esse conjunto de ações abre novas perspectivas de cooperação e favorece tanto a retomada de mecanismos tendentes à remoção de barreiras ao comércio quanto a recuperação dos investimentos bilaterais.

Em relação à comunidade de brasileiros residentes nos Estados Unidos, ela é estimada em 1,6 milhão de indivíduos. Acredita-se, no entanto, que esse número esteja subestimado em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espraiamento dos brasileiros pelo território norte-americano. De toda forma, esse contingente é atendido por rede consular composta por 10 consulados-gerais, que estão localizados nas seguintes cidades: Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e Washington.

O perfil da comunidade é o mais diverso possível, incluindo brasileiros indocumentados, que exercem empregos menos qualificados, passando por compatriotas com situação migratória regular (estudantes, trabalhadores no setor de serviços, profissionais liberais, cientistas e pesquisadores de renome, como também investidores internacionais).

Do ponto de vista comercial, os Estados Unidos seguem sendo, em termos absolutos, nosso segundo parceiro comercial. Embora superados pela China como o maior importador de produtos brasileiros, os Estados Unidos importam do Brasil majoritariamente produtos manufaturados e semimanufaturados, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático. Dessa forma, o valor agregado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das nossas exportações para o vizinho continental é mais elevado. Inobstante esse contexto, a balança comercial segue fortemente deficitária para o Brasil.

Em 2018, os Estados Unidos representaram 12% das exportações brasileiras e 16% das nossas importações. Some-se a isso o fato de eles serem o país com maior estoque de investimentos no Brasil, estimado em mais de US$68 bilhões. Em sentido contrário, nosso estoque de investimentos nos Estados Unidos é da ordem de US$43 bilhões.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Termino assim, Sr. Presidente, a leitura do relatório da indicação do Diplomata Nestor Forster à Embaixada de Washington, nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Saúdo o Presidente pelo seu relatório.

Eu não pude deixar, enquanto ouvia tantas questões instigantes no relatório, de ficar imaginando se o Senador Marcos do Val me perdoará por estar aqui no seu poleiro. Ele é uma pessoa às vezes tida como muito empoderada.

Mas também não pude deixar de ficar refletindo – e aí, eu compartilho isso com a ilustre audiência: nós assistimos à leitura da indicação de um profissional diplomata, portanto, uma pessoa de carreira que tem a sua vida, os registros da sua vida facilmente acessíveis. Mas eu fico imaginando como é que seria este Plenário se a indicação tivesse sido a originalmente anunciada. Certamente, o Senador Humberto Costa não estaria aqui sozinho.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só quero concluir, porque depois vou devolver o poleiro já, antes de criar mais confusão.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desde já, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Supondo que não caiba discutir a indicação neste momento, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado.

Mais uma vez cumprimentando o Presidente, devolvo a S. Exa., para que eu não me prevaleça da usurpação do seu posto.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora concedo a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Aproveito para dar um bom-dia a todos e dizer que em abril do ano passado eu estive em Washington, na Embaixada brasileira em Washington. Conheci o Nestor Forster e vi que era um profissional extremamente preparado para ser o sucessor na Embaixada em Washington. Por tê-lo conhecido e por sua experiência profissional – todos os integrantes da Embaixada em Washington o colocavam como o mais preparado para assumir a Embaixada –, que eu me posicionei na época contrariamente à outra indicação do Presidente da República. Gerou até uma certa polêmica, mas eu estava apostando e acreditando que esse seria, sim, o Embaixador pronto e preparado para assumir a Embaixada em Washington.

Parabéns, Presidente Nelsinho, pela relatoria! E terá todo o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos aqui a presidência eventual do Senador Esperidião Amin e as considerações do Senador Marcos do Val.

Apenas informo aos Srs. Senadores que as sabatinas dos dois Embaixadores, ora lida, serão realizadas na próxima quinta-feira. Eles já estão cientes e se preparando para se dirigirem a este Plenário na quinta-feira, dia 13, às 10 horas da manhã.

Então, eu solicito aos Srs. Senadores que se façam presentes com seus questionamentos, porque com certeza haverão de enriquecer a nossa reunião.

Inclusão de item extrapauta.

Pergunto ao Plenário se nós podemos colocar este item extrapauta, a pedido do Senador Esperidião Amin: Requerimento nº 3, de 2020.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, encontra-se sobre a mesa o Requerimento nº 3, de 2020, de autoria do Senador Esperidião Amin.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ernesto Araújo, Ministro de Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a posição brasileira acerca do Plano de paz apresentado pelo Presidente Donald Trump, em 28 de janeiro de 2020, para o conflito entre Israel e Palestina.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC).

Eu passo a palavra ao Senador para leitura do referido requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado também ao Senador Marcos do Val, que não objetou nem ao exercício da sua função nem à prioridade para este requerimento.

Sr. Presidente, o meu requerimento é para, nos termos do art. 58, §2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ernesto Araújo, Ministro de Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações – é um convite, não é convocação – sobre a posição brasileira acerca do plano de paz apresentado pelo Presidente Donald Trump, em 28 de janeiro de 2020, para o conflito entre Israel e Palestina.

Quem teve a oportunidade de assistir... Eu não vou entrar em detalhes nem vou fazer comentários. O Presidente Trump, no dia 28 de janeiro próximo passado, portanto há pouco mais de uma semana, anunciou o chamado plano de paz e prosperidade, e a todos nós isso interessa. Todos nós queremos que haja um plano de paz retomado para tratar desse assunto, que inclusive se relaciona à indicação do Embaixador do Brasil no Líbano, porque isso convulsiona o Oriente Médio e afeta todos nós. Em síntese, é um pedido para que o Ministro nos explique a nota que o Itamaraty divulgou de apoio ao plano de paz.

O Brasil tem uma história de relação tanto com Israel quanto com a Palestina singular, nenhum país do mundo tem uma relação diplomática tão intensa. Por quê? Porque o Presidente da Assembleia Geral da ONU na sessão em que foi aprovada a criação dos dois Estados e de uma situação especial para Jerusalém, um *status* especial, era o brasileiro Osvaldo Aranha. Portanto, o anúncio, o primeiro anúncio de tentativa de paz nos dois Estados foi feito em português por um patrício nosso, do querido Estado do Rio Grande do Sul. Então, não vou entrar em comentários, acho que é nosso dever conhecer as razões do ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo, Sr. Presidente, como sempre, com uma pequena instigação. Aqui mesmo, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, durante um debate para a apreciação do nome de um embaixador, eu enunciei, presente o Senador Flávio Bolsonaro, o seguinte. Eu estava presidindo a sessão e disse o seguinte: eu não vou terminar este mandato, meu mandato – isso foi no dia 12 de junho do ano passado –, sem propor a esta Comissão que nós discutamos uma recomendação ao Governo brasileiro de instalar a sua embaixada junto a Israel em Jerusalém Ocidental e, ao mesmo tempo, a embaixada do Brasil junto à Palestina em Jerusalém Oriental – foi no dia 12 de junho de 2019. Solicitei, então, ao Consultor Tarcísio que me ajudasse a fundamentar essa proposta. Para quê? Para honrar a palavra do brasileiro Osvaldo Aranha na Assembleia Geral da ONU, que também estabeleceu um Estado especial para Yerushaláyim, a cidade da paz.

Mas isso eu não quero que faça parte da pergunta, porque eu não quero criar embaraços, isso eu disse em 12 de junho do ano passado. É apenas o anúncio de que eu não sairei daqui, *Insha'Allah*, se Deus quiser, sem fazer essa proposta e vê-la discutida.

Eu renovo essas minhas palavras especialmente animado, porque até o Trump quer fazer isso. O Presidente Trump disse que quer colocar a embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém, onde já colocou, e a embaixada da Palestina no bairro de Abu Dis, também em Jerusalém. Quer dizer, até o Trump já está querendo isso, sem ter lido, certamente, a minha manifestação. Então, fundamento meu pedido...

Quer dizer, eu acho que nós temos que procurar a paz, e a paz não pode ser ignorar a história do Brasil nessa questão dos dois Estados, Israel e Palestina, independentemente de preferência, de credo, de aspectos outros. Então, convidar o Ministro para explicar essa mudança da posição do Brasil não significa contestar. Agora, ignorar isso, creio, seria uma irresponsabilidade.

É o que eu apresento, Sr. Presidente, para fundamentar o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, apenas informo ao Senador Esperidião Amin que, em contato que tivemos com o Itamaraty, o Ministro Chanceler Ernesto Araújo se dispõe a vir aqui à nossa Comissão, como ele sempre fez – apenas pede que ajuste uma data em função de sua agenda concorrida.

Só que, para nós podermos apreciar esse requerimento, precisamos da presença de mais um Senador. Enquanto ele não chega, a gente passa para os procedimentos do item 5. Tão logo chegue mais um Senador ou registre a presença, a gente volta para poder fazer a votação.

Queria agradecer a presença do Senador Marcos do Val, do Senador Mecias de Jesus e do Senador Esperidião Amin, assíduos participantes da Comissão de Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 557, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do projeto, com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

1) Em 03/12/2019, foi lido o relatório e adiada a deliberação da matéria.

2) A matéria constou da pauta em 12/12/2019.

Passo a palavra ao Senador Marcos do Val... (*Pausa.*)

Já foi lido esse relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Já foi lido também.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Já foi lido esse relatório.

V. Exa. quer fazer algum comentário a respeito desse relatório, apenas para tornar todos os telespectadores e os Senadores a par dessa matéria?

Então, passo a palavra a V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Como Relator.) – É um projeto do Senador Girão, uma ideia de incorporar adolescentes que não têm família às unidades militares. E a relatoria ficou em acordo com as Forças Armadas e também em harmonia com o Governo brasileiro.

É uma ideia muito boa, importante, principalmente para acolher esses adolescentes sem família. Não são adolescentes infratores. A imprensa confundiu achando que era para acolher adolescentes infratores, e não era essa a função, o objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também quero dar os parabéns ao Senador Esperidião Amin por ter tido essa sensibilidade e captar a importância do pedido desse requerimento para que a gente possa discutir junto ao Ministro das Relações Exteriores essa questão da paz proposta pelo Presidente americano. Quero dar os parabéns ao Senador Esperidião Amin!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas para informar aos Srs. Senadores que, quanto ao item 3 da pauta, o Projeto de Lei 592, de 2015, que dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal, cuja autoria é do Senador Lasier Martins, e a relatoria, do Senador Angelo Coronel, o Senador passou aqui pela manhã e apensou ao projeto algumas emendas que vieram de última hora.

Em função da análise que o Senador Angelo Coronel quer fazer de forma criteriosa, até para poder incluir no seu relatório essas novas sugestões que acabaram sendo apensadas ao projeto, ele solicitou que pudesse ser lido esse relatório e que se pautasse essa matéria para a quinta-feira que vem impreterivelmente.

Apenas faço o registro de que essa matéria já estava pautada desde o início dos trabalhos, quando a gente retomou aqui as atividades, antes mesmo da confusão que acabou acontecendo com o uso da aeronave e que acabou com a demissão de um servidor no Palácio do Planalto. Então, uma coisa nada tem a ver com a outra. Porém, em função da repercussão e de toda a polêmica instalada, alguns Senadores entraram com outras emendas para poder aperfeiçoar o projeto original. E o Senador Angelo Coronel, numa atitude, para poder colocar dentro desse projeto a maior participação possível desta Casa, entendeu que deveria ganhar mais tempo, para que ele possa ser deliberado na próxima semana. E assim será feito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dessa forma, fica também pautado para a próxima semana este projeto, que é importante. A presença dos senhores é importante.

Passo a palavra ao Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse projeto é o do Senador Pedro Simon, o original?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente. Esse projeto foi inspirado num projeto originário do Senador Pedro Simon.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é de autoria de quem?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Lasier retomou o projeto, fez algumas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Atualizou?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... modificações. Porém, em função de tudo o que aconteceu, um volume grande de sugestões chegou até o Senador Angelo Coronel. Inclusive, ele saiu daqui e foi para o gabinete justamente para apressar essa análise e essa tramitação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu pensei que ele ia colocar o avião dele à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós temos o item 7.

Vou pedir ao Senador Mecias que possa fazer a leitura como Relator *ad hoc*, uma vez que a relatoria é do Senador Randolfe.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 630, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (Caricom), assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1) a matéria constou da Pauta em 27/11, 03/12/2019 e 12/12/2019.

O Relator *ad hoc* é o Senador Mecias de Jesus.

Passo a palavra ao Senador para que ele faça a leitura.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Nelsinho, cumprimento V. Exa.

Cumprimento os colegas Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Marcos do Val e na do nosso experiente Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento todos os servidores do Senado nas pessoas dos servidores da Comissão de Relações Exteriores.

Cumprimento todos da imprensa.

Sr. Presidente, o parecer é da relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Passo ao relatório.

Vem para exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 630, de 2019, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe (Caricom), assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O texto do citado acordo foi remetido ao crivo do Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 388, de 17 de novembro de 2014. Acompanha a mensagem a Exposição de Motivos nº 338, de 6 de outubro de 2014, do Ministro de Estado de Relações Exteriores, na qual se destaca que:

> O Acordo, cujo texto foi proposto pela Agência Brasileira de Cooperação/MRE e negociado com a parte caribenha em coordenação com o Itamaraty, tem por objetivo formalizar o quadro normativo e institucional da cooperação técnica com os Países-Membros da CARICOM. Cumpre ressaltar que o Governo brasileiro já desenvolve fluido programa de cooperação com os Países-Membros da CARICOM, em harmonia com os resultados da I Cúpula Brasil - CARICOM, realizada em Brasília, em abril de 2010, e que há interesse de ambas as partes em aprofundá-la.

O ato internacional veiculado pelo PDL nº 630, de 2019, conta com 15 artigos.

O tratado, em seu Artigo III, abre a possibilidade de cooperação trilateral, mediante parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais. Os seguintes temas são considerados prioritários: cooperação para o desenvolvimento; combate à fome e à pobreza; agricultura, pesca e aquicultura; saúde; educação; recursos naturais e meio ambiente (inclusive gerência de recursos hídricos); energia; reconstrução e desenvolvimento do Haiti; cultura; crime e segurança; juventude; gestão de desastres (incluindo redução de riscos); mudanças climáticas; comércio e investimento; turismo; transportes; serviços financeiros; e esportes.

A implementação de programas e projetos de cooperação técnica, bem como a definição das instituições executoras, dos órgãos coordenadores e dos insumos necessários à implementação desses programas e projetos, se dará por meio de ajustes complementares. Será permitida a participação de instituições dos setores público e privado, assim como de organizações não governamentais. Ademais, as Partes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para a implementação dos programas e projetos por elas aprovados, tendo organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores como fontes de financiamento (Artigo IV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma Comissão Conjunta, composta por representantes de alto nível das Partes, deverá supervisionar a implementação do acordo (Artigo V).

Questões como confidencialidade, intercâmbio de pessoal, privilégios e imunidades de pessoal, obrigações de pessoal, isenções, solução de controvérsias, emendas, denúncia, entrada em vigor e duração do acordo encontram-se dispostas nos Artigos VI ao XV.

A matéria foi aprovada em setembro no Plenário da Câmara dos Deputados. Nesta Casa, foi despachada para exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde fui designado Relator.

Não foram oferecidas emendas ao projeto de decreto legislativo até o momento.

Análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Inexistem vícios de juridicidade na proposição. No que diz respeito a sua constitucionalidade, ela atende o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

O acordo também se harmoniza com o texto constitucional na medida em que observa o disposto no art. 4°, inciso IX, da Constituição Federal, que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A busca de cooperação técnica, nos mais diversos setores, entre as nações é, sem dúvida, caminho natural para que se alcance a concretização desse princípio.

Nesse sentido, há que se destacar os termos dos considerandos do acordo, o qual dá destaque ao interesse mútuo em aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de seus respectivos países; à necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável; e ao reconhecimento das vantagens recíprocas resultantes da cooperação técnica em áreas de interesse comum.

Vale, ainda, registrar que o instrumento internacional em exame não prejudicará outros acordos de cooperação bilateral celebrados entre os Estados-membros da Comunidade do Caribe e o Governo da República Federativa do Brasil (Artigo III, inciso 3).

Por fim, é importante consignar que as cláusulas do ato internacional em apreço não se distanciam daquelas constantes em outros tratados de cooperação técnica firmados, dentro dos mesmos moldes, pelo Brasil com outras organizações internacionais.

Diante do exposto, confiamos que a implementação deste acordo levará a uma frutífera troca de experiências entre as partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais e constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 630, de 2019.

Esse é o relatório, parecer e voto do Senador Randolfe Rodrigues, Sr. Presidente, com o qual, como Relator *ad hoc,* concordo e recomendo a aprovação pelos nobres pares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Mecias de Jesus. Diante da falta de quórum, vamos seguir.

Solicito ao Senador Mecias de Jesus que também possa fazer a leitura *ad hoc* do relatório, uma vez que o Senador Fernando Bezerra, que está tentando se dirigir para cá, solicitou que se pudesse ler o relatório dele.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 63, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino dos Países Baixos.

Autoria: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1) A Matéria constou da Pauta em 12/12/2019.

2) A Matéria vai à Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus, que será o Relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez, aceito a honrosa designação de V. Exa. para, como Relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório, voto e parecer do Relator, Senador Fernando Bezerra.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É submetido ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa o Projeto de Resolução do Senado nº 63, de 2019, do Senador Roberto Rocha, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Reino dos Países Baixos.

De acordo com o art. 1° do PRS, trata-se de serviço de cooperação interparlamentar, o qual tem a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

O autor ressalta na justificação que a proposição vem na esteira das boas relações tradicionalmente mantidas entre essas duas nações. Observa, por igual, que o Brasil e o Reino dos Países Baixos são países com uma variada cultura e costumes e apresentam características específicas que são importantes para se aprofundar as relações de cooperação em todos os níveis.

A proposição foi despachada para o exame da CRE. Nessa Comissão, fui designado Relator no dia 14 de agosto.

Análise.

É consabido que os chamados grupos parlamentares trazem importantes contribuições para o relacionamento interestatal. Constituem importante mecanismo de diplomacia parlamentar e proporcionam trocas de experiências e boas práticas entre os Legislativos nacionais.

Essa prática, que está compreendida na atividade senatorial, não encontra vedação no Regimento. Some-se a isso a circunstância de que a organização política no âmbito do Poder Legislativo é livre. Entretanto, convém registrar que, a partir da Resolução nº 14, de 2015, os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina que reforça sua regimentalidade.

Referida resolução estabeleceu, de modo específico, sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. Ela, no entanto, adicionou dispositivo que deverá ser aplicado genericamente aos grupos parlamentares, como este que se pretende criar por meio desse projeto. Confira-se:

> Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.
> § 1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.
> § 2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.
> § 3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no *Diário do Senado Federal*.

§ 4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação, para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.

§ 5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

§ 6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

Esse o quadro, a proposição merece ser aprovada. É que, para além do fato de ela seguir os padrões de tantas outras que instituíram grupos parlamentares nesta Casa, o projeto em análise está alinhado com os valores maiores da diplomacia parlamentar: intercâmbio entre Parlamentos em prol da aproximação dos povos e fortalecimento das instituições democráticas.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 63, de autoria do eminente Senador Roberto Rocha.

É o relatório, o parecer e o voto do Senador Fernando Bezerra, que, como Relator *ad hoc*, Sr. Presidente, aprovo e recomendo a aprovação dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço, mais uma vez, Senador Mecias de Jesus. V. Exa. deve ter tido uma excelente professora de Português, porque, além de ler rápido, V. Exa. não dá nenhuma engasgada. E estava precisando que se desse, para poder concluir o quórum. (*Risos.*)

Mas, em todo caso, vamos para o item 6, na mesma linha, para a gente poder completar e não perder a manhã de trabalho.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 240, DE 2011

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela apresentação de requerimento de sobrestamento da matéria, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações.

Observações:

1) A Matéria constou da Pauta em 03/12/2019 e 12/12/2019.

Dessa forma, concedo a palavra ao Senador Relator *ad hoc* Mecias de Jesus, que fará a leitura do relatório do Senador Chico Rodrigues.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, em função do adiantamento do horário, quero pedir vênia a V. Exa. e aos demais pares para ir direto à análise do parecer do Relator, Senador Chico Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Concedo essa permissão, desde que V. Exa. leia de uma forma mais tranquila. (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, cumpre-nos ressaltar que, quanto ao mérito, o acordo tem como objetivo promover a cooperação entre as partes em assuntos relativos à defesa, partilhar conhecimentos e experiências adquiridas nesse domínio, compartilhar conhecimentos nas áreas de ciência e tecnologia, promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares, cooperar em outras áreas no domínio da defesa que sejam de interesse mútuo e promover a cooperação no combate ao crime e operações especiais, bem como o intercâmbio de inteligência para combater crimes transnacionais.

Assim sendo, Sr. Presidente, o projeto é da maior importância para as relações Brasil-Guiana e de interesse maior ainda para os Estados brasileiros fronteiriços, como é o caso de meu Estado de Roraima.

No entanto, o texto do ato internacional referido, quando versa sobre a segurança de informação sigilosa – de modo destacado no ponto em que disciplina (art. 5º, §2º) a proteção dessa informação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto não for negociado acordo específico sobre o tema, tal como previsto no §1º –, não se coaduna com a Lei nº 12.527, de 2011, que foi promulgada posteriormente à negociação do acordo bilateral.

Considerando a orientação do Supremo Tribunal Federal que atribui ao tratado incorporado estatura de lei, poder-se-ia dizer que, uma vez aprovado, o Acordo em questão seria incompatível com a mencionada LAI. Haveria, assim, um conflito de leis. Essa antinomia poderia ser resolvida por um dos seguintes critérios: hierárquico, cronológico ou da especialidade. Para o caso, não há que se falar em hierarquia, ambas as normas têm a mesma estatura. Pela cronologia, poderíamos considerar a última vontade do legislador como preponderante. Ocorre que, na hipótese, prevalece a especialidade da Lei de Acesso à Informação, que, ao contrário do Acordo, cuida de único assunto.

O resultado da solução da antinomia seria cumprir a lei em detrimento do tratado. Esse quadro poderia acarretar eventual responsabilidade internacional do Brasil. É que para o Direito Internacional todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé. E mais, uma parte não pode invocar as disposições de seu Direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado.

Poder-se-ia, ainda, invocar o disposto no art. 36 da LAI, que prescreve que: "O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos". Ocorre, no entanto, que a LAI suprimiu o grau de sigilo confidencial dos documentos na esfera doméstica e o tratado com a Guiana o prevê de forma expressa. Com isso, não existiria equivalência quanto ao grau confidencial, já que o Brasil não produz mais esse tipo de classificação de documento.

Some-se a isso a possibilidade, em função do requerimento de sobrestamento aprovado em 2012 e encaminhado à Presidência da República à época, de o Ministério das Relações Exteriores já estar renegociando pelo Governo brasileiro a questão junto à República Guiana.

Antes de apresentar este parecer, Sr. Presidente, pedi a minha assessoria para que, junto à Secretaria dessa Comissão, fizesse contato com a assessoria parlamentar do Itamaraty, para entender melhor o andamento dessa renegociação.

Passados alguns meses, parece-me, como Relator, que, diante desse caso concreto, o procedimento recomendável é sugerir que devemos reiterar procedimento já adotado por esta Comissão (Requerimento nº 212, de 2012) e aprovar novo requerimento, com base no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, para o sobrestamento do estudo do referido PDS enquanto se aguarda diligência do Poder Executivo no sentido de renegociar o texto ou de negociar o Acordo para Proteção de Informação Sigilosa previsto no parágrafo 1°do Artigo 5º do tratado bilateral, restando com isso prejudicado seu parágrafo 2º.

Isso posto, parece-me que o caminho a seguir seja a renegociação tópica, ou seja, as partes repactuariam, tão só, o aspecto controverso. Para tanto, creio que a Presidência da Comissão poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer interlocução com o Ministro de Estado das Relações Exteriores no sentido de ser permanentemente informada do andamento de novas tratativas, bem como de sua extensão.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista o exposto, proponho que essa Comissão aprove o requerimento de sobrestamento do PDS 240/2011, anexo, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie o Senhor Presidente da República sobre a necessidade de adequar referido Acordo à Lei nº 12.527, de novembro de 2011, que regula o acesso a informações.

Sr. Presidente, Nelsinho Trad, esse relatório, parecer e voto do eminente Senador Chico Rodrigues, de que faço a leitura como Relator *ad hoc*, diz respeito ao nosso Estado, à fronteira com a Guiana. Temos total interesse de acompanhar. Entendo aqui que o relatório, o parecer emitido pelo eminente Senador Chico Rodrigues deve ser acatado por esta Comissão. Solicitamos a V. Exa. tratativas com o Ministério das Relações Exteriores para que siga, para não termos prejuízo das relações que para nós são importantíssimas – Brasil-Guiana –, mas, em especial Roraima-Guiana, porque nós estamos ali ao lado, temos um comércio muito presente com a Guiana.

Inclusive, Presidente, para conhecimento de V. Exa. e de todos aqueles que assistem à TV Senado, há uma coisa curiosa, que o Brasil provavelmente não conhece.

O Município de Bonfim, que faz fronteira com a Guiana, com o Município de Lethem, é um dos Municípios mais prósperos do Estado de Roraima, que é lá muito bem gerido, muito bem administrado pelo Prefeito Joner Chagas, que tem uma excelente relação com as autoridades do Município vizinho.

Nós recebemos lá... Um dos Municípios brasileiros mais visitados, até em função do comércio que existe lá em Lethem, é o Município de Bonfim. Cerca de 15 ônibus vindos do Estado do Amazonas e de outros Estados do Norte chegam ao Município de Bonfim todos os finais de semana.

O comércio na Guiana, em Lethem... Eu diria, Presidente, que 90% dos comerciantes de Lethem vendem ali todos os tipos de utilidades. Nosso povo, lá em Roraima, chama de Dubai Lethem, Miami Lethem, porque o Norte todo se aproxima de lá, compra utilidades domésticas de todas as formas, com um preço razoável; mas, Sr. Presidente, 90% dos comerciantes ali são chineses; 90% dos comerciantes da cidade de Lethem, que tem cerca de 4 mil a 5 mil habitantes, 90% daquele comércio é de chineses.

Por isso chamei atenção, no Plenário do Senado Federal, para que o Ministro Mandetta e o Governo brasileiro guardem as nossas fronteiras do Brasil, em especial em Roraima, porque 50% do comércio em Santa Helena, que faz fronteira com Pacaraima, 50% dos comerciantes são chineses. E 90% dos comerciantes em Lethem são chineses. E esse povo faz compra na China para revender ali na fronteira com o Brasil, em Bonfim, e na fronteira com o Brasil lá no Município de Pacaraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há nenhum caso de coronavírus lá, não há nenhuma suspeita, mas há que se implementar uma atitude do Governo Federal nas nossas fronteiras, porque como esse comércio lá é comum, China, Pacaraima e Bonfim, é necessário que o Governo Federal tenha esse cuidado com as fronteiras, sobretudo lá no nosso Estado de Roraima.

Presidente, eram as considerações que eu tinha a fazer. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a leitura do relatório, bem como a explicação muito própria com que V. Exa. contribuiu, para que a gente possa ter a ciência da importância que tem essa cooperação em matéria de defesa, assinada em Bonfim, Roraima, do Governo da República da Guiana com a República Federativa do Brasil.

Já temos o quórum. Solicito aos Srs. Senadores se podemos votar em bloco os requerimentos ora lidos. Requerimento nº 3, de 2020; PDL nº 630, de 2019; PRS nº 63, de 2019, PDS nº 240, de 2011.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então nós vamos votar em bloco todas essas matérias.

Os Senadores que concordam com a leitura dos relatórios ora proferidos das matérias ora citadas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Estão aprovados o Requerimento nº 3, de 2020; o PDL nº 630, de 2019; o PRS nº 63, de 2019, e o PDS nº 240, de 2011.

Seguem à assessoria para as providências subsequentes.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença, mais uma vez, das senhoras e dos senhores, em especial do Senador Mecias de Jesus, que contribuiu muito para o andamento derradeiro dos nossos trabalhos na manhã de hoje.

Convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, na quinta-feira, no dia 13 de fevereiro, às 10h, quando nós teremos a sabatina do Embaixador Nestor Forster, de Washington, e a sabatina do Embaixador Hermano para a Embaixada do Líbano, bem como o projeto, cuja relatoria é do Senador Angelo Coronel, que versa sobre o uso das aeronaves oficiais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dois minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Fernando Collor, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Carlos Viana, Marcos Rogério, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Paulo Paim e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Humberto Costa, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 86, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 87, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, indicação do Senhor HERMANO TELLES RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 592, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PDT/RS). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista à Senadora Soraya Thronicke, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 371, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 557, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 78, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; 2. Representante do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA, do Ministério da Defesa; 3. Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, do Ministério da Economia; 4. Representante da Polícia Federal – PF, do Ministério Justiça e Segurança Pública; 5. Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; 6. Representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; e 7. Representante da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério do Desenvolvimento Regional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) e outros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 1, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de discutir e analisar a criação do Conselho da Amazônia e as políticas governamentais para a região. Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. Hamilton Mourão, Vice-presidente da República." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC) e outros. **Resultado:** O requerimento é subscrito pelo Senador Nelsinho Trad, lido e aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 2, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater as medidas já adotadas e a serem adotadas pela União para prevenção e tratamento de eventuais casos do Coronavírus (2019-nCoV) no Brasil, discutir a assistência aos brasileiros na China e analisar o possível impacto sobre o território nacional da confirmação do vírus em países vizinhos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; Exmo. Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 5, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas de avanços na conclusão do acordo Mercosul/ União Europeia e na negociação de novos acordos comerciais com terceiros países. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Ignacio Ybáñez, Embaixador da União Européia; Exmo. Sr. Embaixador Pedro Miguel da Costa e silva, Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores; Exmo. Sr. Carlos von Doellinger, Presidente do IPEA; Exmo. Sr. Marcos Prado Troyjo, Secretário Especial de Comércio Exterior; Exmo. Sr. Alfredo Cotait

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neto, Presidente da Associação Comercial de São Paulo." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 6, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o processo de Adesão do Brasil a OCDE. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Marcelo Barros, Secretário Especial da Presidência da República - Coordenador do processo de adesão OCDE; Exmo. Sr. Embaixador Norberto Moretti, Secretário de Política Externa Comercial e Econômica do Ministério das Relações Exteriores; Exmo. Sr. Paulo Skaf, Presidente da FIESP." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado, com a inclusão de um representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 7, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado de Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as perspectivas da política externa brasileira para o ano de 2020." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 8, de 2020** que: "Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem nº 86, de 2019, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América." e para a Mensagem nº 87, de 2019, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, indicação do Senhor HERMANO TELLES RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.", para que se proceda à deliberação das matérias pelo Plenário desta Casa." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/13

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Segunda reunião, dia 13 de fevereiro de 2020, quinta-feira, às 10h.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Primeira parte.

Indicação de autoridades.

Nós temos como item 1 a Mensagem nº 86, de 2019, não terminativa.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 86, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidência da República e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 06/02/2020, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, indicação do Senhor HERMANO TELLES RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 06/02/2020, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tomem assento à mesa os Embaixadores, o Sr. Nestor José Forster Junior e o Sr. Hermano Telles Ribeiro, aos quais damos as nossas boas-vindas! (*Pausa.*)

Como é de praxe, já foi informado aos Embaixadores que esta reunião é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode e deve participar, através de perguntas e observações aos indicados, por meio da internet, no Portal e-Cidadania,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Por questões de quórum, antes de iniciarmos a sabatina, indago às Sras. e aos Srs. Senadores se podemos abrir o processo de votação, tendo em vista que os relatórios das mensagens já foram publicados e distribuídos aos gabinetes, assim como os Srs. Embaixadores já fizeram visitas aos Srs. Senadores – à maioria daqueles aqui já constituídos. Assim, não havendo objeção do Plenário, eu submeto se todos concordam. (*Pausa.*)

De acordo.

Não havendo essa objeção, declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica na cabine à esquerda de V. Exas., à direita da mesa.

Informo aos sabatinados que, caso seja necessária a exposição de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderão a qualquer momento solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Nós temos alguns informes de destaques internacionais, e é de praxe também a leitura aos Srs. Senadores e a todos os presentes.

Argentina. O Chanceler argentino Felipe Solá, após reunião com o Ministro Ernesto Araújo no Itamaraty, afirmou que seu país não será entrave ao Mercosul em negociações de acordos bilaterais ou em bloco. Solá mostrou ter uma clara compreensão de que os países-membros do Mercosul e da própria América do Sul só crescerão com boas estratégicas diplomáticas e comerciais – as que estão em andamento e as que poderão vir. O Chanceler brasileiro fez questão de ressaltar a importância do apoio argentino para a consolidação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

No início desta semana, participei de reunião do Parlasul em Buenos Aires, e posso afirmar que a boa vontade entre o Brasil e a Argentina em busca do entendimento é algo presente. O diálogo tem sido positivo, no sentido de colocar o desenvolvimento e as negociações de acordos de livre comércio acima de ideologias e de diferenças políticas.

Vaticano. Após anunciar, ano passado, a possibilidade de ordenação de homens casados para atuarem em regiões com menor número de padres católicos, o Papa Francisco recuou. Segundo o relator do Sínodo da Amazônia, Cardeal D. Cláudio Hummes, a questão será rediscutida no Vaticano. A medida, que mudaria as circunstâncias da exigência do celibato, uma tradição milenar da Igreja Católica, ficou de fora da Exortação Apostólica do Papa divulgada pela Santa Sé, apesar do apelo feito pela Assembleia de Bispos em outubro do ano passado.

Uruguai. Foram assinados em Assunção o acordo de complementação econômica e o protocolo automotivo entre o Brasil e o Paraguai, conforme anunciado pelo Ministro Ernesto Araújo. Esses acordos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ilustram o conceito de prosperidade compartilhada que vem pautando as relações entre os dois países. O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai e, em 2019, o comércio bilateral totalizou quase US$4 bilhões.

Estados Unidos. O Governo americano retirou o *status* de países em desenvolvimento de 24 nações, incluindo Brasil, China, Singapura, África do Sul, Índia, Colômbia e Argentina. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, explicou que a exclusão do Brasil da lista foi uma ação combinada com os Estados Unidos para facilitar o ingresso do País na OCDE e que o Brasil praticamente não usa os benefícios atribuídos para países em desenvolvimento. No contexto econômico, perde-se um pouco agora, mas ganha-se mais à frente, com a participação brasileira na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico num futuro próximo.

Coronavírus. A Organização Mundial de Saúde classificou a epidemia do coronavírus como emergência de saúde pública de importância internacional. É uma situação muito grave para o mundo. Contabilizou, até agora, 43,1 mil pessoas vítimas do coronavírus, nome dado à doença causada pelo vírus. Noventa e nove por cento dos casos se concentram na China. Até o presente momento, o número de mortos já chega a 1,4 mil. América Latina, África e o Brasil não registraram, até então, nenhum caso da doença.

Concedo neste instante a palavra ao Sr. Embaixador Nestor José Forster Junior, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos, para fazer uso da palavra.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos.

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Nelson Trad. Gostaria de aproveitar inicialmente para agradecer a V. Exa. por haver assumido a relatoria da minha candidatura.

Quero também registrar o meu agradecimento pessoal ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, por haver me confiado essa missão, por haver me designado para essa nossa grande embaixada, que é a Embaixada do Brasil em Washington.

Agradeço também o apoio do nosso Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo.

Em benefício do tempo, vou procurar me ater aqui a alguns aspectos centrais do nosso relacionamento com os Estados Unidos, dividindo a minha apresentação em três partes. Inicialmente, eu quero falar brevemente da história da relação, o que eu considero fundamental para a gente entender onde estamos e para onde vamos, quero falar do momento atual do nosso relacionamento com os Estados Unidos e, ao final, na terceira parte, vou mencionar um pouco os desafios que eu identifico no caminho pela frente, especialmente se eu vier a contar com a aprovação do Senado Federal e puder assumir efetivamente a chefia da Embaixada em Washington, o que pretendo fazer para enfrentar esses desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à história, como nós sabemos, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil em 1824. O que às vezes não fica claro para a gente é que esta é a mais longeva relação de amizade, relação diplomática que o Brasil tem com qualquer país no mundo. Nós não temos isso com nenhum país do mundo há tanto tempo. Então, esse é um primeiro elemento. Daqui a quatro anos, vamos completar dois séculos de relação diplomática com os Estados Unidos, uma relação sempre de cooperação, às vezes mais próxima, às vezes um pouco mais distante, mas sempre de amizade. Nunca rompemos relações, nunca tivemos nada, um contencioso tão sério que nos afastasse de forma mais firme.

Quatro anos depois do reconhecimento, Estados Unidos e Brasil selaram um acordo de amizade, navegação, comércio. Esse acordo só menciono porque, em certos aspectos, continua vigendo até hoje, mostrando a perenidade da nossa relação em acordo celebrado em 1828.

No centenário da independência americana, em 1876, o Imperador Dom Pedro II realizou aos Estados Unidos a primeira visita de um chefe de Estado estrangeiro àquela nação. É outro fato também às vezes pouco conhecido. O nosso Imperador parece que deixou uma impressão muito boa nos Estados Unidos com relação ao Brasil. Ele realizou naquela ocasião a primeira chamada interurbana de telefone ao Graham Bell, que estava em Nova York – ele estava em Washington. Foi algo histórico. Ele ficou três meses nos Estados Unidos e passou a imagem do Brasil como um país aberto, um país amante da ciência, das artes. Enfim, foi uma bela visita, sedimentando um pouco a relação que havia começado meio século antes.

Em 1891, nós temos um marco na nossa relação. Já no período republicano, ao adotarmos a primeira Constituição republicana, os autores da Constituição vão buscar inspiração em outros modelos e usam muito o modelo americano, sobretudo com relação à organização do Estado federativo, harmonia e independência entre os Poderes. São princípios que foram incorporados ao ordenamento constitucional brasileiro e estão aí até hoje.

Nós temos, na década seguinte, período da nossa diplomacia que foi liderado pelo Barão do Rio Branco, de 1902 e 1912, mudança, deslocamento do eixo da ênfase das nossas relações da Europa, sobretudo da Inglaterra, para os Estados Unidos. O Barão teve muita perspicácia em perceber isso naquele momento e em enfatizar isso com os Estados Unidos, o que foi batizado pelo historiador Bradford Burns como "aliança não escrita entre o Brasil e os Estados Unidos".

Em 1905, nós elevamos a categoria da nossa legação diplomática em Washington ao nível de embaixada, e os Estados Unidos fizeram o mesmo com a sua representação no Rio de Janeiro. Então, o primeiro Embaixador brasileiro, em 1905, foi o Senador Joaquim Nabuco. É uma honra enorme ser indicado para suceder um homem que teve essa grandeza. Vocês conhecem a biografia do Senador Joaquim Nabuco e o trabalho que ele fez também à frente da Embaixada em Washington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquele momento nós tivemos também, aqui no Brasil, a criação da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, no início do século XX. Hoje a Amcham, nome atual, é a maior câmara de comércio do mundo, em termos de volume de empresas e de negócios que estão sob sua jurisdição.

São apenas breves pinceladas históricas. Eu queria enfatizar aqui que o Brasil e os Estados Unidos compartem princípios profundos que comungam já há muito tempo de defesa da democracia, de defesa do Estado de direito, de defesa da liberdade de expressão, da liberdade de consciência, da liberdade religiosa. São valores caros às duas sociedades, às duas maiores democracias das Américas, às duas maiores economias, não é isso?

É contra esse pano de fundo, enfim, desses princípios que formam, talvez, o leito mais perene e mais permanente da relação bilateral que eu gostaria de me referir aqui ao que aconteceu mais recentemente, neste período a partir do Governo do Presidente Bolsonaro. Nós, no Itamaraty, às vezes, temos o hábito de exagerar um pouco as visitas presidenciais e dizer que houve uma mudança cósmica porque o Presidente foi ao país. No caso da visita do Presidente Bolsonaro aos Estados Unidos em março do ano passado, eu queria dizer que acho que não há exagero algum em dizer que foi, de fato, uma visita histórica, uma virada de página, assinalando um novo momento em que o Brasil e os Estados Unidos podem usar o que chamei de leito profundo de valores e princípios compartilhados, que podem talvez aflorar de forma mais firme e mais efetiva para a realização dos interesses dos dois países.

A visita produziu resultados concretos, e vou me referir a eles aqui. O primeiro deles, talvez o mais visível, foi a mudança de posição dos Estados Unidos com relação ao pleito do Brasil, que já vinha de algum tempo, de ascensão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nos Estados Unidos, havia resistência ao fato de os Estados Unidos apoiarem o Brasil. Naquele momento, o Presidente americano anuncia, então, o apoio firme à candidatura do Brasil, como tem sido demonstrado ao longo do processo que já se inicia.

Os Estados Unidos também concederam ao Brasil uma designação especial de aliado preferencial extra-Otan, o que nos abre as portas de uma cooperação mais profunda na área de defesa, na área militar, de grande interesse para o País.

No âmbito do setor privado, também foi reativado, depois de cinco anos, o Fórum de CEOs dos dois países, que, finalmente, se reuniu agora em dezembro, juntando nove CEOs das maiores empresas do Brasil e dos Estados Unidos, com uma agenda focada no setor privado, na facilitação de negócios, no que se pode avançar na área de comércio e de investimentos entre os dois países.

Outro avanço produzido foi o lançamento de um projeto piloto para um programa americano que tem o nome, em inglês, de Global Entry. Esse é um programa de simplificação da chegada do viajante ao aeroporto. As pessoas, às vezes, têm a impressão equivocada de que isso é só para empresários, mas não é. Isso serve para qualquer viajante frequente, pesquisadores, professores universitários. Enfim, qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que viaja com frequência de um país ao outro, aos Estados Unidos, no caso, pode se beneficiar desse programa, que simplifica muito a chegada ao aeroporto.

O mais transcendental, parece-me, como resultado imediato da visita do Presidente em março, foi a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que permite a utilização da Base de Alcântara para o lançamento de satélites. Depois de 20 anos – estava parado esse acordo –, nós pudemos concluir o acordo. Eu queria agradecer, eu queria registrar meu agradecimento ao Congresso Nacional, especificamente ao Senado Federal, pelo papel que teve para aprovar celeremente esse acordo de grande interesse não só para o Estado do Maranhão, para cidade de Alcântara, mas para todo o Brasil, porque nos abre as portas para toda uma nova etapa de cooperação na área científico-tecnológica, especificamente na área espacial.

Enfim, vários outros foros foram retomados. Nós lançamos o chamado Diálogo de Parceria Estratégica entre os dois países nessa visita. Esse diálogo prevê a realização de reuniões anuais entre os chanceleres. A primeira já foi realizada agora em setembro último nos Estados Unidos. O Ministro Ernesto Araújo foi se reunir com o Secretário de Estado Mike Pompeo, calcado em três pilares: defesa da democracia, promoção da prosperidade entre os dois países e adensamento da cooperação na área de defesa.

Enfim, há uma quantidade de outros resultados menores. Não me referi aqui à reativação de instrumentos que estavam abandonados, a questões que estavam paradas. Vamos olhar para frente aqui.

Talvez, valha mencionar mais uma coisa – perdão! – com relação à isenção de vistos que o Governo brasileiro resolveu conceder unilateralmente aos Estados Unidos e a outros três países. Esses primeiros seis meses de implementação dessa isenção, segundo dados que foram divulgados aqui no Brasil, mostram que houve um aumento da ordem de 15% no turismo norte-americano para o Brasil, algo que gera emprego e traz divisas para o Brasil, o que nos interessa muito. Nós temos um certo desequilíbrio na balança do turismo. Muito mais brasileiros visitam os Estados Unidos que americanos o Brasil. Precisamos aumentar o número de americanos que vêm aqui.

Passando aqui à terceira parte da minha apresentação inicial, gostaria de me referir a alguns dos desafios que nós temos pela frente.

Tendo presente esse quadro, esse pano de fundo que eu tracei aqui muito brevemente, em rápidas pinceladas, de valores compartidos e sociedades que têm uma integração, enfim, que vai além da própria atuação diplomática e governamental, uma integração que é também das sociedades, a gente vê a quantidade de turistas, a que estava me referindo agora há pouco, a quantidade de estudantes e brasileiros que buscam universidades americanas, e muitos estudantes americanos têm vindo ao Brasil, isso tem crescido também. Há uma cooperação na sociedade civil, há uma cooperação imensa do setor privado; diretamente, empresas, cadeias de valor que vão se integrando. Enfim, tudo isso já está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o desafio que eu vejo pela frente? Primeira coisa, é que nós precisamos... Enfim, a Embaixada tem um papel relevante de liderar um pouco esse processo, até certo ponto, de dar forma concreta a essa imensa energia que se verifica neste momento no relacionamento bilateral, que tem a sua expressão mais imediata nessa excelente química entre os dois Chefes de Estado, mas que não se esgota nela, que vai muito além dela, porque permite justamente que esses valores mais profundos que unem Brasil e Estados Unidos possam aflorar.

O primeiro desses desafios que eu queria mencionar aqui talvez seja de continuar a aprofundar essa cooperação na área científica, tecnológica e espacial. Nós temos hoje um diálogo importante entre a Agência Espacial Brasileira e a Nasa, numa quantidade de projetos científicos. O Brasil está sendo convidado a se juntar ao projeto Artemis, que é a continuação, enfim, uma nova fase do projeto Apollo, com experimentos científicos, com pesquisas desenvolvidas em universidades e centros de pesquisa no Brasil, para nos juntarmos aos centros americanos para a gente fazer alguma coisa no âmbito do projeto Artemis.

Nós temos também a possibilidade de ampliar a cooperação na área de defesa. Foi oferecida ao Brasil a possibilidade se tornar um parceiro global da Otan. Isso não quer dizer ser membro da Otan, isso quer dizer ter acesso à cooperação com a Otan de forma ampliada. Na prática, isso significa o acesso ao menu de mais de 1,2 mil possibilidades de cooperação, desde participação em operações, exercícios, troca de inteligência, treinamento, acesso a equipamento etc. Parece uma coisa de grande importância para o Brasil que está sendo examinada aqui pelas autoridades do Ministério da Defesa e por demais órgãos do Governo brasileiro que cuidam desse tema.

Além desse desafio, enfim, temos a cooperação que está andando enormemente bem na área de saúde. Há uma grande integração entre fundações brasileiras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR – ... Fiocruz, com os institutos nacionais de saúde nos Estados Unidos. Por exemplo, pesquisa de vacina para o vírus da zika e uma quantidade de outras enfermidades aqui em que nos interessa muito avançar.

Talvez como desafio maior que nós temos ouvido aqui – não vou descer a detalhes muito pontuais –, nós temos aqui uma demanda do setor privado para algo que se arrasta há muito tempo, de fazer acordos de bitributação, um acordo que permita evitar a bitributação para empresas e para pessoas físicas, para indivíduos. Isso teria grande alcance na facilitação de comércio entre os dois países, no aumento da eficiência do comércio e tudo isso. É algo complexo, está na mesa há muito tempo, também está sendo examinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos essa discussão ampla sobre a possibilidade de fazer um acordo comercial com Estados Unidos. É um tema que desperta grande interesse no setor privado dos dois países, sobretudo o brasileiro tem manifestado um grande interesse em avançar nessa área.

Nós temos talvez uma decisão importante a tomar com relação à estratégia a ser seguida.

É muito boa a notícia que o Senador Presidente da Comissão, Nelson Trad, mencionou aqui, desse entendimento com o nosso principal parceiro no Mercosul, a respeito da forma, da geometria que teriam possíveis negociações nossas com outros países, no caso, com os Estados Unidos, e a Argentina dizendo que nada teria a opor a isso. Isso é muito bom, porque é importante que nós tenhamos o Mercosul plenamente a bordo também nas nossas iniciativas na área de cultivo comercial.

Nós temos, só para encerrar, eu vou mencionar isso, aqui, talvez duas formas de proceder: uma seria impor certos requisitos para que se avance na negociação comercial, por exemplo, vamos resolver tal e tal contencioso comercial para que possamos passar à mesa de negociação de forma mais ampla, essa é uma alternativa que alguns defendem. A outra seria procurar fazer uma colheita precoce do que seja mais fácil de realizar no curto prazo, por exemplo, medidas de facilitação de comércio, medidas de harmonização regulatória, o que parece uma conversa apenas burocrática, mas que tem um alcance enorme para redução do custo de empresas e aumento da eficiência nas operações comerciais. Eu me inclino para essa segunda possibilidade, porque acho que isso pode pavimentar o caminho para que se possa depois caminhar em direção a um acordo mais amplo.

Nós temos aí, nos Estados Unidos, neste ano, um calendário eleitoral, eles têm a eleição presidencial em novembro. Isto obviamente impõe certos constrangimentos do lado norte-americano com relação a um engajamento mais firme numa negociação comercial com um país de dimensões do Brasil. Eu defendo que nós não percamos esse tempo, que nós o utilizemos para buscar realizar aquilo que pode ser realizado num período mais curto, como eu mencionei aqui, facilitação de negócios sobretudo, e, além disso, realizar um grande exercício de mapeamento daquilo que pode ser colocado sobre a mesa, de maneira que, quando os negociadores sentarem, nós tenhamos um amplo quadro já traçado de setores nos quais podem ser oferecidas compensações, setores mais sensíveis politicamente que possam talvez compensar vantagens obtidas em outro, como ocorre em qualquer negociação comercial. Então, este é talvez o maior desafio: dar forma concreta a isso. Eu gostaria... Nessa parte econômica, comercial, isso que eu teria a dizer.

Para encerrar aqui, quero dedicar a parte final ao que me parece de extrema importância e de grande interesse para a nossa diplomacia bilateral e talvez para os senhores, para o Congresso Nacional, que é o tema da diplomacia parlamentar. Eu acho que nós temos um espaço enorme para ampliar o nosso diálogo entre o Congresso americano e o Congresso brasileiro, a Câmara, o Senado, todos os envolvidos. Tivemos a honra de receber em Washington missões. Vejo aqui a Deputada Rosangela Gomes, líder do Grupo de Amizade Brasil-Estados Unidos; esteve conosco lá em Washington. Nós tivemos a delegação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mulheres, a bancada de mulheres, a bancada multipartidária de mulheres, que nos visitou, liderada pela Deputada Soraya Santos. São dois exemplos recentes; houve inúmeras outras visitas. São formas de aproximação que nos ajudam a construir uma relação mais sólida, mais profunda também com o Parlamento.

A diplomacia não pode se esgotar numa conversa só entre funcionários do Executivo. Esta conversa é importante, esta conversa ocorre, mas é uma conversa da nossa rotina diplomática. Nos Estados Unidos, a conversa com a Casa Branca, com o Departamento de Estado, com o Ministério do Comércio Exterior deles, o Departamento de Comércio, o Departamento de Cultura etc., isso é a nossa rotina, o nosso feijão com arroz. Para além disso, acho importante que Embaixada tenha uma atuação firme, esteja aberta a procurar incentivar o diálogo com o Parlamento norte-americano.

Nós temos, nos Estados Unidos, um grupo que lá eles chamam de Caucus, que seria o Grupo de Amizade Brasil-Estados Unidos, que é um grupo bipartidário, tem dois copresidentes, um democrata e um republicano. Quando, enfim, eu assumi a encarregatura da Embaixada, há quase nove meses, havia 30 membros nesse grupo. Nós temos uma campanha intensa de aumento dos integrantes, procurando trazer... Há um número muito grande de democratas e seriam poucos republicanos. Então, fizemos uma campanha. Hoje, estamos chegando perto de 40 Parlamentares; cresceu o número e está crescendo o interesse pelo Brasil.

Aqui, nesta Casa, nós tivemos, agora em dezembro, a criação do segundo Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Estados Unidos, presidido pelo Senador Roberto Rocha, que nos ajuda demais e sinaliza o interesse da relação bilateral. Vale a pena fazer isso.

A importância disso não é apenas uma questão simbólica: temos um grupo Brasil-Estados Unidos, que bom, estamos interessados! Não. Isto vai além porque permite, de um lado, o intercâmbio de informações sobre questões substantivas de projetos de lei às vezes mais complexos, onde a troca de experiências entre Parlamentares pode ser muito frutífera para os dois lados; de outro lado, a organização de missões focadas em questões específicas. Por exemplo, hoje há um grande interesse pelos temas de meio ambiente e de Amazônia no Parlamento norte-americano. Então, por que não trazer uma missão e levá-la para conhecer a realidade do Brasil, da Amazônia, do bioma amazônico, da Amazônia Legal, *in loco*, visitando os Estados da região, visitando os projetos ambientais que o Governo brasileiro tem lá, vendo a realidade daqueles brasileiros que moram naquela região?

Eu só quero dar um exemplo aqui, outro exemplo da importância da diplomacia parlamentar. Já que eu estou falando de Amazônia, quando nós tivemos aquela situação, no meio do ano, de grande preocupação e repercussão na imprensa, sobre a queimada, etc., nós fomos imediatamente, enfim, acionamos vários interlocutores que temos na sociedade norte-americana para fazer um trabalho muito específico e intenso junto ao Parlamento, que é também uma câmara de eco da sociedade, onde se veem as preocupações. Eu visitei vários Senadores, vários Deputados dos dois partidos. No caso da Câmara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, nos Estados Unidos, a maioria é democrata, então, é importante visitar os presidentes da comissão de meio ambiente. Esse pessoal tem grande preocupação com esse tema. E é preciso ter um diálogo aberto e franco com eles, explicar o que está acontecendo no Brasil e o que não está acontecendo, desfazer exageros e enfrentar os temas com realismo e determinação.

Causou muito boa impressão e o pessoal entendeu a mensagem passada de que o Governo brasileiro continua plenamente comprometido com o desenvolvimento sustentável, mas isso tem duas pernas: a parte da sustentabilidade do meio ambiente, mas às vezes o foco é excessivo nesse lado, e se esquecem de que também há o lado do desenvolvimento econômico. Esse é um binômio. E não é uma coisa ou outra; são as duas juntas, necessariamente.

O Brasil teve um papel fundamental, o Itamaraty... É um orgulho para nós termos participado da criação desse conceito na reunião da Rio-92, aqui no Brasil. O Brasil tem um papel importante nisso. E nós continuamos a defender que esse conceito seja sempre tomado nas suas duas vertentes, em benefício – e pensando – dos 25 milhões de brasileiros que moram na Região Amazônica e não podem ser relegados a um mero extrativismo. Nós precisamos buscar soluções ambientalmente saudáveis, sustentáveis, que tragam oportunidade econômica para essas pessoas, para essas famílias melhorarem de vida, com oportunidade de emprego e acesso a serviços públicos que hoje talvez não tenham.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR – Sr. Presidente, seria isso que eu teria a dizer, sem querer extrapolar o meu tempo, e me coloco naturalmente à disposição para desenvolver alguns temas específicos nos quais eu apenas toquei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Nestor Forster pela sua apresentação.

Como é de praxe da Comissão, há alguns Senadores inscritos. E nós temos ainda a explanação do Embaixador Hermano.

Neste instante, passo a palavra para o Embaixador Hermano, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa. Informo ao Sr. Embaixador que, assim como o Embaixador Nestor Foster teve 20 minutos, V. Exa. também tem 20 minutos.

Com a palavra o Embaixador Hermano.

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também aqui todos os Senadores e Senadoras presentes, os colegas e amigos que aqui se encontram – vejo alguns Embaixadores amigos aqui: Embaixador Fábio Marzano, Márcia Donner, Benoni Belli – que muito nos honram com sua presença.

Eu queria dizer que, caso mereça a aprovação desta Casa, vou enfrentar com grande entusiasmo essa nova missão.

O Itamaraty é uma Casa que nos dá o privilégio de aprender em todas as etapas de nossa carreira. Quando meus superiores me sinalizaram com essa oferta, eu fiquei, imediatamente, extremamente interessado, empolgado em estudar uma região que todos nós diplomatas estudamos pela carreira afora, mas para que, no meu caso, agora eu precisava ter uma atenção muito diferenciada, dada a centralidade do Líbano no contexto regional do Mediterrâneo oriental. O Líbano é um microcosmo de tudo que acontece naquela região, é uma caixa de ressonância, e o Brasil tem condição de ter um diálogo político de altíssimo nível com o Líbano, dadas as nossas relações humanas, que são, para o Líbano, estratégicas.

Então, era apenas esta a palavra inicial: dizer da emoção com que eu enfrentei esse convite e esse desafio.

Eu queria, portanto, manifestar meu reconhecimento a meus superiores por essa indicação.

Caso venha a merecer a aprovação da Casa, eu procurarei dar continuidade, com muita motivação, ao trabalho iniciado pelo meu querido amigo, colega desde os bancos do Rio Branco e companheiro de tantos e tantos desafios, Embaixador Paulo Cordeiro, que nos deixou, tristemente, em abril do ano passado, quando já iniciava uma belíssima gestão à frente da Embaixada, e também a sua esposa, Vera Estrela, que já tinha, evidentemente, trazido um pouco da beleza da Bahia para dentro do Líbano. Então, eu carrego esta missão adicional comigo com muita emoção, de seguir o trabalho desse meu amigo de turma, um diplomata de escola.

Como Paulo e outros colegas, eu sou um apaixonado pela Geografia. Então, se os senhores me permitirem, Sr. Senador, Sr. Presidente, eu vou fazer uso de alguns mapas para que nós possamos compreender o Líbano de hoje através da história milenar desse país. E começaria agora com os fenícios, que, entre 3.000 e 3.500 anos atrás, se projetaram pelo Líbano.

Se nós notarmos aqui, as cidades que estão assinaladas – Biblos, Sidom e Tiro – são as cidades-Estado que projetaram os fenícios pelo Mediterrâneo. Essas cidades estão lá. E se nós olharmos para esse mapa com um pouquinho de generosidade, veremos que ele corresponde quase ao mapa do Líbano de hoje. E por que isso é relevante?

Então, eu vou passar para o seguinte.

Por que isso é relevante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO – Se nos olharmos agora, esse mapa mostra a projeção dos fenícios pelo Mediterrâneo. E por que isso é importante? Porque aqui nós começamos a ver o DNA do mascate, o DNA do mascate viajante. E essa projeção se deu pela via do comércio, não pela via bélica. Os fenícios, portanto, foram conquistando esses espaços que nós vemos, no que depois os romanos chamaram de *Mare Nostrum,* e, para que os senhores tenham uma ideia da importância, eles fundaram Cartago. Então, foi uma presença extremamente rica, a qual é importante assinalar, porque ela remete a esse espírito de mercadejar dos libaneses, que até hoje é tão marca dessa nacionalidade.

Eles partiram para o mundo, não é verdade? E eles foram mais além, porque eles contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da indústria naval. Eles tinham barcos que eram multimodais à época – remo e vela. Eles estavam à frente da tecnologia naval e, mais, desenvolveram instrumentos de navegação naval à época. Tudo isso está documentado pelos estudiosos.

De moto que foi uma contribuição belíssima – e para não falar também de que surgiu, em aproximadamente 1200 antes de Cristo, a escrita fonética, pois se atribui aos fenícios a origem do alfabeto das línguas ocidentais e modernas.

Vejamos agora o mapa dois, por favor. O seguinte mapa, por gentileza.

Eu creio que já comentei o essencial disto, mas eu diria que, se nós olharmos para a região propriamente onde se encontra o Líbano de hoje, é importante ter presente que muitas civilizações por ali passaram e deixaram seu legado. Eu vou ler porque são tantas! Quer dizer, a partir dos fenícios: egípcios, assírios, babilônios, gregos, persas, romanos, bizantinos, árabes, franco-otomanos que dominaram a região por 400 anos, e armênios. A região desenvolveu-se assim a partir da circulação ou do trânsito de pessoas, de capital e de culturas. Isso está tudo no DNA do que é o Líbano de hoje.

Então, eu vou pedir que demos um salto na história e olhemos um pouco o mapa do Líbano atual, que é o mapa três. Este, enfim, é um mapa com que estou muito familiarizado, é o mapa do Líbano no seu entorno regional hoje. Nós vemos que, evidentemente, é um país de dimensões diminutas, com um litoral comparável à metade do litoral do Estado de Alagoas, é um país, portanto, que subsiste com um grande sentimento nacional.

Eu quero dizer aqui que eu cometi um lapso, porque um mapa que eu deveria ter colocado aqui apenas vou comentar, que foi o mapa que resultou de entendimentos entre o Reino Unido e a França, na pessoa do Cel. Mark Sykes e do diplomata Picot, francês, em que, já em 1916 – portanto, antes do fim da Primeira Guerra Mundial –, as duas potências europeias já começavam a se inserir na circunstância geográfica do Oriente Médio, dividindo o Oriente Médio de acordo com a sua lógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, o advento do petróleo já estava obviamente no mapa, digamos, estratégico dessas potências, e eles, antecipando o desmembramento do Império Otomano, dividiram, portanto, a região. O Reino Unido... De acordo com esse acordo, que é considerado o Sykes-Picot Agreement, Israel, Palestina e Jordânia e parte do Iraque ficaram com o Reino Unido, e Turquia, Síria e Líbano ficaram com a França. Daí a importância da França para o Líbano de hoje, que eu comentarei mais adiante.

Agora, olhando para esse mapa, é notório que estamos numa região extremamente turbulenta nos dias de hoje. Nós temos no Iêmen o pior desastre humanitário da história contemporânea, que está em curso. Nós temos a Síria, um país que está há oito anos em processo de desconstrução, por forças, que são atores estatais, paraestatais, de muito difícil compreensão e mapeamento. Temos o Iraque, evidentemente um país ainda em situação extremamente instável, como a gente vê todos os dias.

Por fim... A Líbia, que não está nesse mapa, por isso eu estava esquecendo. A Líbia hoje é um virtual Estado falido, onde as potências, hoje em dia, usam seus *proxies*, usam um terceiro Estado para tentar fazer os seus interesses, evidentemente sempre estratégicos, sobretudo na área de óleo e gás. A Turquia vem projetando seu poder de maneira descomunal, absolutamente descomunal, sob a liderança de Erdogan, inclusive mais recentemente usando mercenários sírios, treinando mercenários sírios e os levando para o teatro de operações da Líbia.

Então, trata-se de uma região, de um entorno bastante complexo, bastante delicado.

Olhando agora, por gentileza, o mapa do Líbano contemporâneo, nós temos aqui um país que tem, ao sul... Esse aqui não mostra. Ali, onde vocês veem uma área que está um pouco listrada, é a área da missão das Nações Unidas, é a linha azul, que separa o Líbano de Israel. Ao norte dessa área que está listrada ao sul do Líbano está uma área que é controlada territorialmente pelo Partido de Deus, ou Hezbollah, e temos, a leste, a República Árabe Síria, cuja situação de extrema debilidade nesse momento de desestabilização é notória, e a leste, o Mediterrâneo. O mapa aqui não mostra, mas o país mais próximo é Chipre naquela região do Mediterrâneo.

No que tange à população libanesa, estimativas indicam que existem aproximadamente 6,1 milhões de habitantes vivendo no Líbano hoje, porém, cidadãos libaneses são apenas 4,5 milhões. Quais são os outros 1,6 milhão? Refugiados. Eu fiz a conta e, para dar uma ideia aos senhores, é como se no Brasil nós acolhêssemos 50 milhões de refugiados. Um país de 4,5 milhões recebe 1,5 milhão de refugiados. É como se no Brasil nós recebêssemos 50 milhões de refugiados. Ora, isso traz um impacto enorme para o país. Enorme! É uma presença de palestinos em várias levas, e uma presença mais recente de sírios. Um milhão de sírios estão abrigados no Líbano de forma muito precária, amparados pelas Nações Unidas, e 80% são mulheres e crianças. Isso tudo está nesse nosso país, nessa circunstância.

Eu queria lembrar – obviamente todos sabem – que 95% da população do Líbano falam árabe, mas falam também francês, a língua da potência colonial, e falam também o inglês. Mas a identidade libanesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e suas inclinações culturais e políticas foram até agora em grande parte forjadas por outro fator: o fator religioso, que permeia a sociedade.

Então, vejamos agora o Mapa 5, que é o Mapa da Universidade de Columbia; é um mapa que é bastante atual, mas não é tão atual como eu gostaria que fosse. É um mapa de 2010.

Se nós olharmos para esse mapa, que é de composição religiosa da população libanesa, nós vamos reparar que temos, em verde, os muçulmanos xiitas e sunitas. É importante ver como é tudo muito intricado. É um território muito pequeno e tudo muito perto, dentro do manejo do espaço geográfico. Os cristãos estão em vermelho, e em roxo estão os drusos. Os dados mais recentes indicam que há um crescimento considerável da população muçulmana em detrimento da população cristã, e esse mapa nos dá 68% de população muçulmana e de 22% a 24% de população cristã, com as implicações que isso encerra.

Além disso, é preciso ter presente que o país reconhece no total, além dessas três religiões – muçulmanos, xiitas ou sunitas, cristãos e drusos – 18 religiões. O libanês pode se casar oficialmente, o casamento é reconhecido conforme 18 confissões religiosas, o que denota mais uma vez a diversidade e a riqueza dessa dimensão no país.

Esse mapa eu trouxe... Provavelmente os nossos Senadores aqui corrigirão os números, porque ele me parece ter um número baixo quanto aos números da diáspora libanesa. Mas o que eu achei extremamente interessante neste mapa é a centralidade da diáspora libanesa para o Brasil.

E aqui faço um pequeno parêntese para mencionar as duas viagens do Imperador Dom Pedro II, um extraordinário e iluminado líder, que visitou o Império Otomano. Nessas visitas, os registros dele não tomam nenhum crédito de ele ter iniciado nenhuma emigração, mesmo porque tanto a legislação otomana quanto a brasileira não autorizavam a emigração. Mas foi depois da visita de Dom Pedro II que as primeiras levas dos então turcos começaram a chegar ao nosso País.

Feito esse registro, eu gostaria de citar, porque um homem visionário inspira as novas gerações, o que disse Pedro II: "O Líbano ergue-se diante de mim com seus cimos nevados, seu aspecto severo, como convém a essa sentinela da Terra Santa." É uma frase belíssima. E, pouco depois, então, os turcos partiram para o mundo, mas partiram, sobretudo, para o Brasil. Eles estão aqui representados em nossa realidade.

Mas eu acho que é fundamental reiterar que estamos diante de uma região que, por muitos séculos... Eu vou deixar agora este mapa porque ele mostra, evidentemente, a diáspora para a América do Norte, mostra a diáspora para a África etc., mas mostra, sobretudo, a centralidade da intensidade da diáspora para a América Latina, sobretudo para o Brasil.

Eu queria apenas dizer que estamos, quero reiterar, diante de uma... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bom, já encerrou. Pode apagar.

Então, só lembro que é uma região, portanto, que foi desenhada e redesenhada por movimentos humanos por séculos, para não falar em milênios, mas também por enfrentamentos. A história é uma história de muita dor, de muito enfrentamento, de muitas guerras, de muita subjugação.

A instabilidade regional encontrou o campo fértil na cena política interna libanesa, que repercute essa instabilidade. Então, a realidade política lá é muito marcada por um sectarismo religioso, e é muito difícil você fazer transitar fórmulas de convívio quando você segue posições que são fundadas em elementos religiosos.

As facções políticas procuram, por vezes, até mesmo valer-se de forças externas contra seus adversários políticos internos. Valem-se de forças externas para fazer prevalecer seus interesses contra adversários políticos internos. Isso mostra como é permeável a política libanesa, extremamente rica e complexa. De outro lado, potências regionais e extrarregionais se valem dessas mesmas facções para manipulá-las no seu interesse. Irã e Arábia Saudita, notoriamente, são *players* do processo político interno no Líbano, como todos sabem.

Temos presente a urgência de progresso político na resolução do conflito Israel-Palestina, no acordo em torno de uma paz justa e duradoura. Ao abrigar continente significativo de refugiados palestinos, o Líbano, talvez, seja o país mais permeável a esse impasse. É o país que mais sofre com esse impasse. Eu diria que, no plano doméstico libanês, essa dívida da história é, em parte, responsável pelo permanente acirramento das divisões políticas. A não resolução do acordo de paz, o não encaminhamento do acordo de paz é, talvez, o elemento mais desestabilizador da ordem interna, o elemento mais desafiante para a ordem interna política.

Desde o fim do ano passado – obrigado, Presidente –, a chamada revolução de 17 de outubro trouxe o povo para a rua. A cidadania libanesa disse: "Basta." Profissionais liberais, intelectuais e estudantes disseram não a essa política, toda ela determinada por condições sectárias e religiosas. E hoje estamos ainda num momento em que temos que aguardar um pouco para dizer: "O Líbano tem agora um governo e vai poder deslanchar." Nós somos otimistas e acreditamos que sim.

Eu ia falar um pouquinho sobre as relações bilaterais, mas acho que eu posso deixar isso para as perguntas e respostas e muito brevemente dizer que eu tenho um programa de trabalho que discutirei evidentemente com lideranças e com o Itamaraty. Quatro pilares desse programa de trabalho. O primeiro pilar é o pilar consular. A nossa relação é vertebrada pela relação humana. O Líbano abriga 17 mil brasileiros e brasileiras nessa circunstância que eu descrevi. E o Brasil, evidentemente, contém, costumamos dizer, dois líbanos na sua nacionalidade que contribuíram para o nosso desenvolvimento. Então, pretendo fortalecer o setor consular e de assistência aos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também pretendo, em segundo lugar, evidentemente, coadjuvar nos nossos esforços para um acordo de livre comércio. Tenho boas notícias de que o acordo está avançando e que repercute instruções muito claras da equipe negociadora brasileira de fechar esse acordo, na medida do possível, neste ano. Eu vejo esse acordo não como acordo apenas Mercosul-Líbano, e sim, um acordo Mercosul-Líbano como porta de entrada para o Oriente Médio, uma outra porta de entrada, tendo presente, inclusive, a esperada pacificação da Síria e a reconstrução da Síria, que trará oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO – ... concorrente, mas grandes oportunidades para o Brasil.

Não quero deixar de concluir sem falar da dimensão cultural. Por todos os motivos, a dimensão cultural entre Brasil e Líbano tem que ser uma das ações mais vertebrantes da minha missão. Eu estou comprometido com essa missão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Hermano Telles Ribeiro pela sua apresentação.

Conforme a lista de inscrição de ordem de chegada dos Srs. Senadores, fica estabelecido o seguinte critério: os Senadores têm a liberdade de fazer a pergunta que acharem conveniente para qualquer um dos Embaixadores. V. Exas. anotam o nome do Senador e a pergunta para responderem posteriormente, para darmos mais dinâmica ao trabalho.

Apenas para registrar a presença da Embaixadora Márcia Donner Abreu, Secretária de Comunicação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Benoni Belli, Diretor do Departamento de Estados Unidos do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Fabio Mendes Marzano, Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Marcos Arbizu de Souza Campos, Assessoria de Relações Federativas com o Congresso Nacional do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Adalnio Senna Ganem; Ministro Sidney Leon Romeiro, Diretor do Departamento de Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores; Simone Jackson, assessora do setor político da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil; Gabriela Fontenele, assessora do setor político da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil; João Paulo Forster, irmão do Embaixador Nestor Forster; Paulo Eduardo Forster, irmão do Embaixador Nestor Forster; e Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais designados, em primeiro lugar, quero dizer que fiquei muito satisfeito com a relação de diplomatas aqui presente, porque é muito raro Santa Catarina ter uma bancada tão representativa quanto esta que foi descrita aqui. Então, eu queria saudar os catarinenses aqui presentes, inclusive um quase antecessor do Embaixador Forster, que, juntamente com a Dra. Márcia Donner Abreu, engalando a galeria, foi um virtual antecessor do Embaixador Forster.

Eu vou procurar ser o mais conciso possível. Primeiro, vou me dirigir ao Embaixador Forster, renovar os meus votos de êxito. É uma missão muito complexa. E o fato de ter como antecessores Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e outros, não diplomatas de carreira, mas ilustres figuras brasileiras, demonstra essa importância que o senhor resumiu na sua fala.

Também quero enaltecer o trabalho do Relator, nosso Presidente Nelsinho Trad, e renovar uma manifestação que não é jocosa. Eu, quando ouvi V. Exa. fazer o seu relatório e percebi que a sala estava tranquila, eu me pus a imaginar – porque a imaginação é uma coisa que persegue a gente, mesmo quando não se quer – como é que seria esta sala, como ela estaria, o grau de estresse que ela teria se o senhor estivesse fazendo o relato do primeiro inicialmente cogitado para esta indicação; imaginei que a situação seria bem mais estressante.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu ia designar V. Exa... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como dizem, esse não um presente de fenício; esse é um presente de grego. Nós fenícios não faríamos isso. (*Risos.*)

Mas eu queria dizer que o Embaixador Forster realmente vai assumir um cargo complexo, como ele próprio descreveu, e quero focalizar especialmente uma parte dessa complexidade, primeiro essa questão social dos nossos migrantes. Quero salientar só um detalhe. Acho que Governador Valadares e Criciúma são as cidades campeãs nesse complexo problema. É um assunto com o qual nós temos que conviver com a lei e com a humanidade, às vezes com mais humanidade e, às vezes, com mais lei, não é, Senador Fernando Bezerra? Mas isso vai exigir muita experiência, muita habilidade nesse balanço que, quando desequilibra, torna as coisas muito ofensivas à nossa natureza humana.

O segundo é o aspecto das nossas relações, que vão desde a relação militar. O Brasil foi francês até a Primeira Guerra Mundial. Depois da Primeira Guerra Mundial e com o fracasso francês na Segunda Guerra, nós ficamos definitivamente... Parece que isso está simbolizado pela forma de nós dizermos que vai tudo bem. Antigamente era assim, e está tudo beleza; agora é assim, está o.k. Isso precisa ser balanceado, e creio que o senhor poderá fornecer ao Governo o equilíbrio necessário para isso.

O Presidente Geisel foi muito determinado ao não permitir uma dependência ou um diálogo unívoco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para terminar, na questão econômica, uma vez que muitos outros... Nessa questão da Amazônia, eu tenho uma recomendação ao senhor. A Comissão de Relações Exteriores pode disponibilizar para o senhor – e o Presidente Fernando Collor deve conhecer isso melhor do que eu – o relatório da CPI da Amazônia, de 1989. O Relator foi inclusive Ministro do Presidente Collor, meu querido e saudoso amigo Jarbas Passarinho. Na CPI da Amazônia, de 1989, há duas transcrições muito interessantes, uma de Gorbachev perante o komintern do Soviete Supremo, em que ele dizia que as mais expressivas reservas de recursos naturais do mundo devem ser internacionalizadas. Em 1988, ele falou isso. E o outro personagem que vale a pena rememorar é Mitterrand, que defendia – o Presidente Collor se lembra disso muito melhor do que eu – a internacionalização, ou seja, a soberania relativa do Brasil sobre a Amazônia.

Não preciso dizer que mudaram os nomes, mas que os assuntos permanecem os mesmos. E a posição do Embaixador do Brasil nos Estados Unidos tem uma relevância muito grande para formar a opinião do Governo e perceber que nós temos interesses às vezes comuns e que, às vezes, temos controvérsias, que devemos reduzir na dimensão para não contaminar. As palavras "contaminar" e "contagem" estão muito em voga agora.

Há um último aspecto que eu gostaria que o senhor levasse em consideração. Eu fiz ontem um resumo disso para o senhor, quando tivemos oportunidade de nos encontrar. O meu Estado tem o privilégio de ser cliente dos Estados Unidos, porque nós exportamos mais produtos com valor agregado do que matéria-prima e, por isso, somos um parceiro diferenciado. Eu creio que a Embaixada deveria favorecer... Eu descrevi para o senhor, até com peculiaridades – eu não quero me exceder no tempo –, um fabricante de equipos odontológicos, o Olsen. A gente brinca, porque Olsen saiu da Suécia ou da Dinamarca ou da Noruega provavelmente com destino a São Francisco, na Califórnia, mas chegou a São Francisco do Sul e se deu bem. (*Risos.*)

E está vendendo equipo odontológico até para colocar nos submarinos americanos e na frente de batalha, porque o sujeito que aciona o canhão pode quebrar o dente. Em alguns casos, ele adaptou o som do Corvette, que é uma coisa muito apropriada para o consumidor americano. Então, essa familiaridade do produtor, vendedor, consumidor, eu acho que V. Exa. poderia desenvolver na Embaixada americana, não para Santa Catarina nem para esse caso, mas ilustrado por esse caso.

E, quanto ao Embaixador Hermano, eu tive a honra de ser o Relator da mensagem, numa demonstração de como o Senador Nelsinho Trad me trata fraternalmente. Essa é uma relatoria que eu me sinto à vontade para fazer. O meu pai nasceu no Líbano. Eu sou da primeira geração, sou filho de imigrantes por parte de pai e por parte de mãe. Meu pai, depois da Primeira Guerra Mundial, chegou a Florianópolis, em 1926. Minha mãe é duplamente imigrante, pois vem de uma família de italianos que fugiu da Itália na Primeira Guerra Mundial e nasceu acidentalmente no Cantão alemão da Suíça. Eles voltaram para a Itália e foram para São Paulo, Paraná, Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor deu uma aula para nós aqui. Eu queria cumprimentá-lo e lhe desejar muito êxito. Como o senhor disse, é um microcosmo que contém tudo que o Oriente Médio tem de complexidade. Acho que o seu papel é trazer isso constantemente para o Governo brasileiro, para os brasileiros, através do Governo, no sentido de valorizar essa relação não apenas cultural, mas também econômica.

Acho que o Embaixador do Líbano... Conheci em 1993 o Embaixador Magnavita, que era um especialista em árabe. Ele corrigia até os árabes no falar e no escrever de tão preparado que era.

Acho que essas dificuldades que nós temos que enfrentar, às vezes, em fazer escolhas... Por exemplo, nessa questão de Jerusalém, muito embora tenha sido enunciada por um brasileiro, Osvaldo Aranha, no caso, eu acho que o Embaixador do Líbano tem a possibilidade de captar esse sentimento e instruir o Governo brasileiro.

Os meus votos são para que, além de cultivar a beleza cênica, o amor que o libanês médio tem pelo Brasil – há mais libanês no Brasil do que no Líbano, pelos seus descendentes; é o maior país libanês do mundo o Brasil –, além disso, V. Exa. possa nos alimentar com essas informações que a diplomacia brasileira, pela sua formação, tem amplas possibilidades de explicitar, para que o Governo brasileiro tenha uma visão útil e pragmática, de acordo com o nosso interesse maior – Brasil acima de tudo mesmo –, e para fazer com que a gente acerte o mais das vezes possível.

Votos de sucesso! Salamaleco!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De pronto, passo a palavra ao Senador Marcos do Val, segundo inscrito.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero desejar sucesso aos embaixadores nessa missão, que não é fácil, e agradecer ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, pela sabedoria da escolha do nome do Embaixador Forster, assim como do Embaixador Hermano. Foi uma escolha muito sábia.

Eu estive em Washington em abril do ano passado em missão diplomática e fui apresentado ao Embaixador Forster. Todos da embaixada o avalizavam como a pessoa mais preparada para assumir a embaixada em Washington, que é uma embaixada importante, é uma das mais estratégicas para o Governo brasileiro. Por isso, fiquei muito feliz quando o Presidente Jair Bolsonaro indicou o seu nome.

Recentemente, a imprensa tem colocado para o Brasil uma certa intolerância do Governo americano em relação aos brasileiros, pois estaria deportando brasileiros, como se eles estivessem sendo maltratados, dando a impressão de que o americano não está alinhado com os interesses, não está recebendo os brasileiros assim como estamos recebendo os americanos, sem necessidade de visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria até dar um depoimento. Eu já morei e trabalhei por muitos anos, quase 20 anos, nos Estados Unidos. Em todo departamento de polícia a que eu ia, eu via, na parede, a relação de todas as embaixadas, para que, caso alguém fosse preso – alguém que não fosse americano –, a própria polícia pudesse entrar em contato com a respectiva embaixada. Eu não vi a Embaixada brasileira e fui perguntar por que não estava a Embaixada brasileira naquela lista. Eles disseram que era raro o envolvimento de brasileiros no crime nos Estados Unidos, que havia multas de trânsito e algumas entradas ilegais, mas que nem havia a necessidade de se ter, nos departamentos de polícia, o contato da Embaixada brasileira. Eu fiquei muito feliz por isso, por ver que o brasileiro está lá trabalhando, dedicando-se e honrando o nosso País.

Eu espero que, com sua relação, com seu trabalho, a gente possa ter muitos frutos, até para evitar que brasileiros saiam do Brasil para morar em outros países – no caso, nos Estados Unidos –, porque não vai haver necessidade, porque aqui eles vão encontrar emprego, vão encontrar renda.

Uma das perguntas que eu queria fazer ao senhor diz respeito à OCDE. Eu recebi uma comitiva da OCDE em meu gabinete e percebi que eles estavam bem preocupados com vários fatores, mas me mostraram a importância de o Brasil estar na OCDE, principalmente por causa dos investimentos internacionais e da relação de credibilidade que o Brasil vai ter perante o mundo, porque nós passaríamos a outro patamar de investimentos no País, gerando emprego e renda. Como o senhor está assumindo uma embaixada muito estratégica nesse ponto, eu gostaria de saber qual é a estratégia que o Governo brasileiro tem, que o senhor tem, para que a integração do Brasil à OCDE se torne realidade.

Eu gostaria de saber também se existe alguma intenção de aumentar a cooperação entre Brasil e Estados Unidos na segurança nacional. Eu sei que já existe uma cooperação, mas quero saber se há algum projeto para que seja ainda mais fortificada essa relação.

Os Estados Unidos também têm demonstrado muita preocupação com a tecnologia 5G, na questão de ameaça e vulnerabilidade das informações. Muita gente – grande parte não só do Brasil, mas do mundo – está muito ansiosa para o recebimento do 5G, mas não está se atentando na questão da segurança de informações, que é um risco muito grande para os países. Eu queria saber no que nós do Legislativo podemos ajudar e contribuir para a nossa segurança. Basicamente é isso.

Como eu falei para os senhores no meu gabinete, eu admiro muito a carreira de vocês, que abrem mão... As famílias pagam um preço muito grande por vocês estarem ausentes e por elas também estarem ausentes, as famílias. Eu sei que não é fácil. Estão representando o nosso País, tentando vender o nosso País para o mundo, tentando vender a boa imagem do País para o mundo, enquanto, infelizmente, até alguns brasileiros fazem o papel ao contrário: tentam denegrir a nossa imagem. Vocês veem brasileiros tentando denegrir a nossa imagem e sujando a nossa imagem perante o mundo, e vocês estão lá se dedicando, com a família pagando um preço, muitas vezes não vendo os filhos crescendo, muitas vezes se divorciando por pressões e abdicações, mas tendo ainda este propósito de fazer com que o Brasil esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num patamar... Então, quero agradecer a vocês por isso. Contem comigo sempre e podem ter a certeza de que, aqui na CRE, terão grandes aliados no trabalho de vocês. Muito sucesso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Marcos do Val.

De pronto, com a palavra o Senador Jaques Wagner e, posteriormente, os Senadores Anastasia, Collor e Fernando Bezerra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Bom dia a todos!

Bom dia, Sr. Presidente!

Eu queria cumprimentar os dois Embaixadores e parabenizá-los pela indicação. Quero desejar a ambos, apesar de não ter bola de cristal, sucesso, porque eu tenho certeza de que serão aprovados nesta sabatina e na votação.

Curiosamente, são dois polos que preocupam o mundo. No mundo árabe, em Israel, no Oriente Médio, há uma preocupação. Eu, como judeu, tenho uma preocupação especial, mas, como defensor da paz, defendo a convivência dos dois Estados, o Estado judeu e o Estado palestino, porque eu acho que ambos são primos ao fim e ao cabo. Por isso, a briga é difícil, porque briga de família sempre... São todos filhos de Abraão. Então, é uma briga dura. O Líbano tem uma história belíssima, apesar de todo o sofrimento de seu povo por todas essas mazelas da guerra. Então, eu digo que são dois polos porque, de um lado, V. Exa. vai estar no Líbano, e V. Exa. vai estar no Estados Unidos, e é óbvio o alinhamento muito forte entre os Estados Unidos e Israel. Mas eu espero que a presença de brasileiros, com a tradição da diplomacia nossa, sempre possa contribuir, como já foi dito aqui, como Osvaldo Aranha contribuiu, para que possamos construir a paz, que eu acho que é o que interessa a todos nós. O Planeta está muito conflituado. Então, eu acho que está na hora de podermos trabalhar.

Eu queria fazer apenas algumas colocações em relação ao Embaixador que irá assumir a diplomacia na Embaixada dos Estados Unidos.

V. Exa. começou sua fala dizendo que realmente, às vezes, diplomatas exageram. Eu quero colocar aqui a minha mais profunda admiração: eu considero que a carreira militar e a carreira dos diplomatas são duas carreiras de Estado com uma formação de quadros extremamente valiosa. É que V. Exa. colocou que realmente a visita do nosso Presidente aos Estados Unidos, logo depois de eleito, foi efetivamente... Não me lembro o termo que V. Exa. colocou, mas disse algo como efetivamente transcendental. Como eu estive na primeira visita, como Ministro do Trabalho, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos, também logo no primeiro semestre, na época com o Presidente Bush, a mim me pareceu igualmente histórica aquela visita, talvez por motivos diferentes da atual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diplomacia pregada durante o Governo do Presidente Lula sempre foi uma diplomacia aberta, de relações multilaterais, e, evidentemente, com o maior parceiro nosso, com os Estados Unidos também sempre o foi. E eu digo transcendental aquela porque ela quebrou, na minha opinião, até porque houve uma identidade, talvez, do jeito de ser do Presidente Luiz Inácio com o Presidente Bush, do estilo dos dois de contato, houve aquilo que acho muito importante também na diplomacia, que é a pele, a simpatia, a empatia... Para mim, ajudou muito aquilo para quebrar preconceitos que artificialmente tinham sendo construídos em relação ao Governo que se instalava, o do Partido dos Trabalhadores. E tive o prazer, como Ministro do ex-Presidente, de ouvir, por diversas vezes, do embaixador e da embaixadora, depois, da excepcional relação que se construiu durante a gestão do Presidente Lula.

Eu fico preocupado neste momento porque sinto um processo de ideologização da diplomacia brasileira. Vi esse depoimento do Ministro das Relações Exteriores quando esteve aqui nesta Casa, vejo às vezes em declarações ou manifestações do atual Presidente da República, como foi a manifestação em relação à morte do líder iraniano no Iraque, perpetrada pelos Estados Unidos. Não quero fazer aqui juízo de valor, mas estou dizendo: essa não é uma guerra que nos interessa, não é uma guerra de que fazemos parte, como também não é uma guerra que nos pertence a disputa da tecnologia 5G entre os Estados Unidos e a China. Nós estamos muito longe de atingi-las, e portanto eu sou defensor de que a nossa relação seja aberta e sou absolutamente contrário a alinhamento automático, seja lá com quem for. Eu creio que o Brasil, como maior economia da América Latina, tem um papel de líder neste continente, como os Estados Unidos têm o papel de líder importante não só nas Américas e na América do Norte, mas no mundo, pelo tamanho da sua economia.

Então, eu quero registrar essa preocupação. Não sei se é essa a orientação recebida. É evidente que o Ministro das Relações Exteriores, imagino, orienta seus embaixadores quando vão para cada setor. Mas eu queria só registrar essa preocupação.

Acho que nenhum alinhamento automático... Às vezes, parece-me que há até uma tentativa artificial e até esquizofrênica de se recolocar quase uma Guerra Fria, porque é mais fácil. Para aqueles que não pensam profundamente, a dicotomia é o melhor território; é o território do vermelho e branco, do sim e do não, é o território que, por simplificação, acaba fazendo uma coisa simplória e mistificadora e não mostrando a bela complexidade e a dificuldade que é transitar no mundo como o de hoje e poder trabalhar. Então, eu queria registrar isso porque efetivamente me preocupa.

Acabei de vir dos Estados Unidos. Estive em Nova York, em duas palestras, uma na Universidade Columbia e outra na The New School, para tratar de um tema sobre o qual estou me debruçando aqui, que é sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e econômica, que acho que são três pernas que têm que caminhar sempre conjuntamente. O debate foi muito interessante.

É óbvio que V. Exa. vai chegar a um país que está no calor do processo eleitoral. Então, imagine que V. Exa. chega sob a égide do Governo Trump, mas não sabe – porque nenhum de nós tem bola de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cristal, e todas as eleições têm sido uma interrogação – em que governo continuará sendo Embaixador do Brasil, como aqui seguramente continuará, porque o Presidente Bolsonaro tem mais três anos de governo. Eu espero que, pela sua experiência, seguramente, o sucesso virá e que, portanto, haja a manutenção. Mas o senhor vai chegar a um lugar onde o debate vai estar acalorado. Estive lá e pude perceber isso. Estão nas primárias agora dos democratas. Há uma disputa muito grande, com colocações sobre novas teorias monetárias, ou seja, o mundo está em busca.

Eu fico preocupado também com a questão ambiental, porque o nosso Governo, na minha opinião, infelizmente, tem se colocado muito de costas para o tema ambiental, o que nos tem produzido prejuízos. Eu sei que, em Davos, a posição do Ministro Paulo Guedes foi questionada.

Além de estar nas duas universidades, tive a oportunidade de ter um encontro com CEOs em Nova York, não na Amcham, mas na outra instituição que também faz esse tipo de relacionamento, e vi a preocupação nesse campo.

Então, eu queria desejar sucesso aos dois. Espero que os dois, representando o nosso País, possam brilhar e contribuir para que, efetivamente, a gente não retorne a um processo de ideologização, na minha opinião absolutamente inconveniente para a condução dos interesses brasileiros. Eu sou contra o alinhamento automático, porque eu acho que ele não responde. Eu sou a favor de uma diplomacia pragmática: aquilo que for bom para o Brasil será bom para a diplomacia brasileira, podendo fazê-lo.

Aproveitando até as palavras do querido amigo Senador Marcos do Val, eu não acho que seja intolerância dos Estados Unidos. Eu acho que os Estados Unidos operam aquilo que é interesse dos Estados Unidos. O Presidente Trump tem o sucesso de ter uma das menores taxas de desemprego da história da economia, e, por isso, a sua posição muito forte para a eleição que se avizinha. O povo vota em prosperidade, e o Presidente Trump está defendo os empregos e interesses dos norte-americanos. Então, talvez, não seja intolerância. Eu acho que é o que nós também devemos praticar: tratar dos nossos interesses. Como se diz no Nordeste, "farinha pouca, meu pirão primeiro". Então, é preciso que cada país saiba daquilo que é bom para si.

Sucesso aos dois!

Eu só registro essa preocupação pela tendência que percebo na diplomacia, no Ministério de Relações Exteriores brasileiro, em relação a um eventual alinhamento automático aos Estados Unidos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu pedi permissão ao Senador Collor e ao Senador Anastasia para fazer apenas uma breve manifestação, porque eu tenho o horário do avião.

Eu queria dizer que, pelas duas exposições que aqui ouvi, a gente sempre sente orgulho da formação dos quadros do Itamaraty, pelo preparo, pela profundidade dos argumentos apresentados e, eu diria, pela disposição em abraçar a missão de representar o nosso País no exterior.

Portanto, eu apenas me justifico por não ficar para o debate. Eu tinha até algumas indagações a fazer, mas saio daqui confiante de que o Presidente Bolsonaro bem escolheu as indicações dos nossos Embaixadores para a República Libanesa e, sobretudo, para os Estados Unidos da América, que é o nosso principal parceiro comercial junto com a China. De longe... O Embaixador Nestor aqui registrou a longeva relação política dos Estados Unidos com o Brasil, mas primeiro isso se deu com Pernambuco. Na Revolução Pernambucana, em menos de 24 horas, os Estados Unidos reconheceram a independência de Pernambuco. Portanto, essa é uma relação que nos orgulha.

Nós temos, digamos assim, sempre muita sensibilidade e torcemos para uma coisa que ocorreu aqui. Na realidade, a diplomacia presidencial, aquilo a que Jaques Wagner se referiu, ao que o Senador Wagner se referiu, ocorreu com o Presidente Collor e com o Bush pai, ocorreu com Fernando Henrique e com o Presidente Clinton, ocorreu com o Presidente Lula e com o Bush filho. E, certamente, eu acho que está ocorrendo uma relação mais próxima, estreita, entre o Presidente Bolsonaro e o Presidente Trump. Acho que nós, pelo Itamaraty, temos que aproveitar para defender os nossos interesses e fazer prosperar a nossa relação.

Portanto, desejo sucesso a todos.

Agradeço, Presidente, a oportunidade de fazer esta breve intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

Peço ao Senador Marcos do Val que assuma a Presidência, para que eu possa fazer a minha votação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad.

Meus cumprimentos aos ilustres Embaixadores que aqui se apresentam, o Embaixador Nestor Forster e o Embaixador Hermano Telles Ribeiro. A ambos, os meus cumprimentos e o meu agradecimento pela gentil visita que me fizeram. Tivemos a oportunidade, na data de ontem, de tecer considerações mais longas e profundas do que aquelas que eventualmente teremos a oportunidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer aqui neste momento, até porque não quero estender muito o tempo da sabatina, tendo em vista que ainda temos outros temas a serem tratados nesta Comissão.

Por curiosidade, eminentes Embaixadores, as pessoas que acompanharam a sabatina têm a impressão de que nós estamos diante – isto é fato nos dias de hoje – da principal potência mundial econômica e militar, os Estados Unidos, e, de outro lado, de uma nação pequena. Mas é interessante observar que, alguns milênios atrás, era o inverso: os Estados Unidos eram um terreno selvagem e desconhecido, e a terra libanesa era, como V. Exa. bem colocou em sua apresentação, a terra mãe dos fenícios. E, por isso mesmo, nós todos também temos sangue fenício. Apesar de eu não ter – peço vênia ao eminente Senador Amin, como sempre – qualquer tipo de descendência direta libanesa, mas, por ser do sul da Itália, da Magna Grécia, evidentemente eu tenho também sangue fenício.

Eu queria, portanto, feita essa abertura, fazer aqui ao eminente Embaixador Nestor Forster rápidas observações.

Primeiro, como aqui já foi reiterado, V. Exa. ocupará – e já ocupa – a principal Embaixada brasileira, sem dúvida alguma, já que a situação, o relacionamento histórico com os Estados Unidos, político, cultural e econômico, é siamês, mas pelas relações inclusive interamericanas que nós vivemos. E V. Exa. já vem desempenhando essa função, de fato, já como Embaixador, representando a Embaixada já há praticamente um ano. E é interessante que, em seu currículo, por uma curiosidade ou por um acaso, V. Exa. fez o grosso da sua carreira, a maior parte, dentro dos Estados Unidos. Então, indubitavelmente, é um grande especialista nos Estados Unidos, e daí por que o acerto da escolha de sua indicação para exercer esse mister, que não é fácil.

As relações com os Estados Unidos são uma verdadeira miscelânea, uma miríade de assuntos. Eu gostaria de pinçar só um deles, que o eminente Senador Amin, como sempre, já antecipou. Mas, para mim, como Senador de Minas Gerais, é imprescindível fazer aqui a menção, que é exatamente a questão da grande presença de brasileiros, especialmente mineiros, em grande número, nos Estados Unidos. Há comunidades já consolidadas em vários Estados norte-americanos. Temos ali o número de centenas de milhar, já não passamos de milhão de mineiros e suas famílias que moram nos Estados Unidos, alguns ou a maioria deles em situação perfeitamente regular, outros em situação que ainda não está regular.

Então, evidentemente, nós estamos aqui fazendo o pleito para que a Embaixada dos Estados Unidos mantenha esse comportamento de defesa dos interesses dos brasileiros. Eu sei das dificuldades da legislação – o Senador Amin foi muito feliz de mencionar a questão relativa à forma, e nós todos somos obedientes ao mundo jurídico –, mas, evidentemente, é uma questão humanitária. Isso tem de ser visto em relação à presença brasileira lá, não só pelo fato de eles terem constituído sua vida, como inclusive é uma fonte de sustento de suas famílias aqui no Brasil, porque as inversões financeiras que mandam são relevantes e importantes, mormente agora, com o dólar a quase R$4,5. Então, é um ponto quanto ao qual certamente sei que V. Exa. tem preocupação, inclusive me antecipou, mas eu gostaria de aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicamente, na sabatina, reiterar que Minas Gerais tem uma grande ansiedade para verificar um comportamento de nossa Embaixada em Washington, como já existe, mas cada vez mais firme e positivo na defesa da situação desses brasileiros, defendendo, é óbvio, aqueles que estão com situação regular e dando a eles todas as oportunidades possíveis, mas dando também àqueles que eventualmente estejam em situação irregular toda cobertura e assistência jurídica, social e humanitária possível.

Então, fazendo esse apelo – tenho certeza de que V. Exa. o fará –, eu quero aqui, em nome dos mineiros, agradecer e desejar a V. Exa. um grande êxito nessa missão, que sei que não será fácil porque o desafio de ser Embaixador nos Estados Unidos não é singelo, mas V. Exa. está à altura dessa função.

Ao Embaixador Hermano, eu queria reiterar o que disse ontem. Senador Amin, eu não tive oportunidade de conversar com V. Exa. nos últimos dias pessoalmente. Eu estive, como lhe falei, no Líbano, no início deste ano, em viagem em caráter particular. E, Presidente Collor, observei, do que pude aprender lá durante uma semana, que quem administra o Líbano administra o mundo, porque nunca vi um barril de pólvora como aquele. O que foi mostrado aqui no mapa foi mostrado de maneira até um pouco fria.

Mas eu assisti às manifestações nas ruas, eu conversei com lideranças de diversas etnias e religiões. É interessantíssimo! De fato, o mosaico da humanidade está ali, numa nação tão pequena, que foi construída, desde o fim do Império Otomano, de maneira muito meticulosa e dentro de uma constituição que tenta constituir, como se fosse um grande amálgama, situações das mais diversas possíveis: um presidente maronita, um primeiro-ministro sunita, um presidente do Parlamento xiita, o Hezbollah, os drusos, a presença síria e israelita, e por aí vai.

Então, essa complexidade imensa é interessantíssima, porque nos dá experiência e mostra que, numa situação tão complexa, o país viceja. O Líbano, que já foi no passado a Suíça do Mediterrâneo – Beirute é chamado de Paris do Oriente Médio –, não tem a situação nos dias de hoje, mas o interesse brasileiro lá é completo, não só pela presença da nossa missão militar, coordenando a parte da Marinha, no âmbito da missão de paz das Nações Unidas, mas, sobretudo, como se viu no mapa, pelos milhões de descendentes libaneses, cidadãos libaneses que estão no Brasil e que têm ali as suas origens, como aqui o nosso Presidente, Senador Nelsinho; como o eminente Senador Amin; como o Senador Tasso Jereissati, cuja cidade de origem, Zahle, eu visitei – experimentei as famosas esfirras da região de S. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Arak. Eu não bebo álcool, mas tive a oportunidade de sentir o seu aroma.

Então, eu queria dizer ao senhor que também será um grande desafio em decorrência das circunstâncias atuais do Líbano. Mas é uma embaixada muito importante para o Brasil – não tem a importância econômica e, digamos, política que tem a dos Estados Unidos –, pela sua história, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura e pela homenagem que temos de fazer a esses milhões de libaneses que fazem o País. O Brasil é um País fundado em várias correntes migratórias, e uma das mais importantes foi exatamente a corrente sírio-libanesa, a do Líbano em especial. Então, V. Exa. terá lá um grande desafio, e tenho certeza de que o fará igualmente com incrível talento e com grande êxito.

Portanto, eu quero igualmente cumprimentá-lo, Sr. Presidente, e saudar os dois, desejando a ambos muito sucesso e muitas felicidades nas funções que, tenho certeza, exercerão com muito brilho, representando o nosso País, quer nos Estados Unidos, quer na República Libanesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Antonio Anastasia.

Agradeço ao Senador Marcos do Val, por ter conduzido aqui os trabalhos na nossa ida até a cabine de votação.

De pronto, concedo a palavra ao Presidente, Senador Fernando Collor.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença da Sra. Cônsul Honorária do Brasil no Líbano, Siham Harati, pessoa que, na diáspora de que nós participamos, fez uma recepção magnífica para os brasileiros que lá compareceram e que, com certeza, fará a mesma coisa com o senhor, Embaixador Hermano.

Com a palavra...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, peço a inscrição para usar da palavra, por favor, Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim, Senador Carlos Viana, posteriormente ao Senador Presidente Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Nelsinho Trad.

Cumprimento os Srs. Embaixadores Nestor Forster e Hermano Telles, desejando a V. Exas. pleno êxito na missão que a ambos, em breve, será confiada, esperando que o Senado da República aprove o nome de V. Exas.

Eu gostaria inicialmente de fazer uma pequena reflexão, com a permissão dos companheiros Senadores e Senadoras, dos Srs. Embaixadores e do Presidente Nelsinho Trad.

Acredito que hoje, mais do que nunca, as relações internacionais estão, de alguma forma, açambarcadas pelas relações humanitárias. É muito difícil hoje nós dissociarmos a prática de uma boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação externa de um país com o outro sem que isso não esteja intrincado ou imbricado com as relações humanitárias entre os povos e entre esses países.

Desse modo, eu entendo que a missão de V. Exas. esteja permeada da questão humanitária, ou pela questão humanitária, fora das relações bilaterais tão somente. Digo isso e relaciono diretamente às questões humanitárias que aqui foram trazidas por S. Exas. os Senadores Esperidião Amin e Antonio Anastasia alguns temas de importância transcendental para o mundo em que hoje nós vivemos.

O primeiro ponto é a questão dos direitos humanos, que está hoje intimamente também relacionada com o fator migratório, e a questão ambiental. Na questão ambiental, desde 1992, o Brasil vem sendo um interlocutor incontornável dos temas relacionados ao meio ambiente. Essa interlocução, acredito que nós não devemos perdê-la. E, ao mesmo tempo, nós temos, nas nossas relações internacionais, um parceiro importante como os Estados Unidos da América, que abandonaram, por exemplo, o Acordo de Paris. Quem sabe não seria possível um trabalho não muito fácil, de fato, para que os Estados Unidos, que são hoje o país maior emanador de efluentes que afetam a questão ambiental, talvez repensassem essa sua posição e voltassem a fazer parte do Acordo de Paris, que é algo que coordena e comanda todas as grandes esperanças mundiais, sobretudo das gerações que agora estão começando a se manifestar, em relação ao nosso futuro!

No que diz respeito à questão ambiental, eu me permitiria também incluir aí um tema que está na ordem do dia, que é a questão das reservas indígenas. Acredito que não esteja havendo uma compreensão adequada da importância da demarcação de terras indígenas. Eu me permito citar o caso que a mim está diretamente relacionado, que é a demarcação da reserva indígena dos ianomâmis. É uma área extensa sim, mas é uma área que, depois da sua demarcação, é a área menos aviltada por ataques de especuladores e de pessoas que não tenham respeito mínimo com a conservação da natureza, nem digo com a preservação, mas com a conservação e com a conciliação da atividade econômica com o dever da conservação ambiental.

Nessa reserva ianomâmi, esse projeto da demarcação das terras foi coordenado pelo então Ministro da Justiça, um militar de estirpe de grande valor, uma figura humana extraordinária chamada Jarbas Passarinho. Ele era militar de carreira e era Ministro da Justiça. Foi ele quem coordenou e viabilizou a demarcação das terras ianomâmis. Isso demonstra que houve um consenso da sociedade brasileira, incluindo aí as nossas briosas Forças Armadas, que também participaram ativamente desse processo, o Parlamento brasileiro, que participou ativamente desse processo, e a sociedade civil, que se engajou decisivamente nesse projeto. E este tema, hoje também sendo um tema dessa envergadura, necessitaria, talvez, de uma melhor e maior atenção para nós fazermos entender ao nosso público interno que não foi uma decisão meramente aleatória, trazida do além, pelo desejo e intempestividade de A, de B ou de C, mas, sim, um projeto que formou um consenso na sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas volto à questão específica do meio ambiente e aí tangencio os recentes acontecimentos ocorridos na Amazônia em relação aos focos de incêndio havidos, que realmente foram transformados numa grande catástrofe, quando não o foi. Não foi catástrofe, foi algo importante que aconteceu e que mereceu a atenção do Governo. O Governo tomou providências, inclusive com a criação de uma força-tarefa para combater as queimadas. Mas é necessário que nós façamos muito mais do que isso. E, para nós fazermos muito mais do que isso, nós precisamos estar coordenados, dentro desse campo, dentro desse guarda-chuva humanitário no qual eu incluo o meio ambiente, com os demais países, com as demais nações do nosso planeta.

Eu gostaria de citar, por exemplo, um fato em que a questão humanitária se faz presente. Eu me refiro especificamente à questão desses embargos. Eu nunca acreditei que embargos fossem capazes de mudar a posição de um país em relação àquele que promove o embargo. Nós temos exemplos vários. Eu citaria Cuba, que está há 60 anos sofrendo um terrível embargo por parte do Governo norte-americano, e a questão humanitária não vem sendo sequer considerada. Dou um exemplo presente: há embargo de envio de medicamentos para Cuba. Em Cuba, nós temos hoje 800 crianças que sofrem de um problema cardíaco, e o único remédio capaz de salvá-las é um remédio fabricado por um laboratório norte-americano, mas o Governo norte-americano se nega a ceder essa medicação para salvar 800 vidas de jovens que não têm ainda três anos de idade. Não seria um gesto humanitário se, além dessa questão do embargo econômico, nós pudéssemos favorecer esse contingente de menores, desejosos que estão de continuar vivendo?

Eu lembro isso, porque, no meu Governo, Cuba nos socorreu. O Governo cubano socorreu o Governo brasileiro, a população brasileira, quando nós importamos, trouxemos de Cuba – e eles fizeram um esforço inaudito para ter o número de vacinas suficientes para atender à demanda do nosso povo – vacinas contra a meningite.

Então, acho que esses gestos de humanidade... Já que o embargo não atinge governos, mas atinge sobretudo a população mais carente e mais sofrida, nós deveríamos sempre permear as nossas relações internacionais, nos dias de hoje, com esse critério da humanidade. O Brasil e os outros países que compõem o nosso Planeta precisam conjugar mais esse fator humanitário, para que possamos viver em paz, num mundo razoavelmente estável, sem esses conflitos que nos atormentam, a todos, ao redor do globo terrestre.

Acho que essa atuação coordenada no campo das relações exteriores, essa ação coordenada especificamente em relação aos Estados Unidos, essa ação coordenada de S. Exa. o Sr. Embaixador Nestor Forster deve permear as ações do Governo. Embora a sua atuação esteja circunscrita a uma relação bilateral Estados Unidos e Brasil, isso é uma coisa que deve ficar muito clara, porque esses temas estão sendo tratados normalmente nos organismos multilaterais. São organismos multilaterais que merecem ser reforçados, porque não acredito que haja uma saída para a política internacional sem respeito aos organismos multilaterais, sem respeito às leis internacionais, sem respeito às decisões do Conselho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança das Nações Unidas, sem a devida atenção às deliberações da Assembleia Geral da ONU. Não acredito que haja pacificação neste planeta sem que esses predicados não sejam absolutamente respeitados. Eu acredito que, sendo indissociável, essa ação humanitária permeando a atividade diplomática deve ser seguida.

Eu gostaria, em relação especificamente ao Líbano e a S. Exa. o Sr. Embaixador Hermano Ribeiro, de falar aquilo que com muito mais proficiência já foi dito por S. Exa. o Senador Esperidião Amin e por S. Exa. o Senador Antonio Anastasia.

O Líbano é um país mais do que amigo, é um país irmão, é um país a que nós devemos – digo da colônia sírio-libanesa e da colônia árabe, de modo mais abrangente – grande parte do nosso progresso e desenvolvimento. Nós somos o verdadeiro *melting pot;* nós somos um País que sempre teve os seus braços abertos aos imigrantes.

Eu fico com muito receio e com alguma apreensão quando vejo uma reação contrária aos imigrantes que aqui chegam. Se existem alguns excessos no trânsito de não nacionais na fronteira com o nosso País, que sejam tomadas as medidas devidas – existe aí a Operação Acolhida no caso referente à Venezuela e ao Estado de Roraima –, mas há a necessidade premente de o Brasil entender que esses fluxos migratórios não existem em função do desejo das pessoas de saírem de seus países de origem e irem em busca de outro país pelo simples fato de ser esse o seu desejo. Não. Eles estão fugindo da fome, da morte, da perseguição política, da catástrofe. Eles estão fugindo em busca de garantir a sua sobrevivência e a sua vida. Então, num caso como esse, nós não podemos endurecer os nossos corações e permitir que os nossos sentimentos fiquem empedernidos a ponto de não verificarmos a absoluta necessidade de podermos recepcioná-los e de dar a guarida que estiver ao nosso alcance para aqueles que nos procuram.

O Líbano é exemplo de uma convivência interna impressionante. É um governo constitucionalmente comandado de forma tripartite. Isso demonstra o esforço que houve nesse país, a despeito de todo o sofrimento a que vem sendo submetido nas últimas décadas, o esforço inaudito desse país, de buscar se coordenar para estabelecer condições de vida razoáveis e normais para os seus concidadãos. E, apesar de nós termos uma relação extraordinária com o Líbano e a ele devermos grande parte, como disse, do nosso desenvolvimento, é um país com o qual nós temos um dos menores resultados na balança comercial do mundo: são cerca de US$300 milhões, se não me engano. Imaginem que são US$300 milhões de relações comerciais entre o Líbano e o Brasil! Isso é nada diante do grande potencial que aquele país tem e que o Brasil tem também, até como um dever de retribuição, pelo muito que já recebeu, ao Líbano.

Preocupa-me bastante outra situação ocorrida. Aqui eu me dirijo também ao Embaixador Hermano. É difícil tirar a situação do Líbano da região em que ele está inserido. Eu vou me referir somente à questão da Síria. Preocupa-me muito o que está acontecendo em Idlib, por exemplo. Preocupa-me o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avanço das forças turcas sobre a região, ajudando os rebeldes sírios e, mais do que isso, formando milícias para voltarem e continuarem lutando para tomar parte do território sírio.

É impossível nós falarmos do Líbano... Sr. Embaixador, posso me enganar e peço licença se estiver equivocado, mas acredito que seja impossível a um Embaixador brasileiro ou de qualquer outro país no Líbano se circunscrever à área de sua atuação e de suas preocupações, melhor dizendo, à situação de per si do país em que ele ali chefia a missão. A questão da Síria é algo indissociável para nós resolvermos a questão do Líbano. É preciso que nós terminemos, de uma vez por todas, com isso.

E aí entra também, dentro dessa questão humanitária... Há um problema humanitário na Síria, há um problema humanitário no Iêmen, como já foi citado pelo Senador Elmano. Há ali um caos absoluto. É uma carnificina que ali está acontecendo, fruto da desinteligência desses atores globais, que não conseguem se entender sobre uma questão de um pedaço de terra, meu Deus do céu, nos recônditos do Golfo e que estão ali se digladiando, matando-se, enfim, destruindo-se, se autodestruindo.

Não é possível, portanto, que nós dissociemos, no campo das relações internacionais, a nossa preocupação das nossas relações humanitárias. Em cada um desses exemplos, há a questão humanitária, a que se deve dar uma atenção maior para que nós possamos evitar que conflitos desta natureza possam continuar persistindo no nosso dia a dia.

No mais, eu desejo a V. Exas., Srs. Embaixadores Nestor Forster e Hermano Ribeiro, votos de uma profícua missão nas funções para que V. Exas. estão sendo indicados por Sua Excelência o Presidente da República, mas exortando, pedindo a V. Exas. que, por favor, lembrem-se do papel humanitário que está atrelado à missão que V. Exas. irão desenvolver a partir da aprovação, quando ela ocorrer aqui neste plenário e no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Presidente Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O último Senador inscrito é Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – Meu bom-dia, Presidente Nelsinho Trad!

Bom dia aos colegas Senadores, a todos os presentes e aos que nos acompanham aqui!

Observando as falas dos nossos colegas que se manifestaram, percebi que a história é um interesse comum aqui entre todos. Talvez não seja por coincidência que estejamos reunidos nesta Comissão de Relações Exteriores.

É uma satisfação muito grande debater a escolha dos senhores em dois pontos que interessam muito ao Brasil. O primeiro é uma relação econômica com os Estados Unidos, que precisa ser refeita em um pé de mais igualdade. Nos últimos anos, os Estados Unidos vêm colocando o Brasil como um país – isto agora foi até assumido pelo Presidente Trump – não em desenvolvimento, o que nos elogia muito, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considero isso um elogio, mas que nos aumenta o desafio na questão do *trade*, do comércio internacional, e que pode, de fato, ser um problema para os nossos empresários e a nossa indústria, que não têm as regras necessárias para o desenvolvimento e a modernização.

Essa é a primeira parte. Vou deixar uma pergunta ao senhor, Dr. Forster, e, posteriormente, outra pergunta ao Dr. Hermano.

Nós temos dois pontos em comum hoje com os Estados Unidos que precisam ser revistos. Vou citar um exemplo: nós temos a Embraer, nesse acordo com a Boeing, que vem sendo questionado. Mais uma vez, o Ministério Público Federal se posicionou com relação a dúvidas sobre o acordo. E um dos pontos principais que chamam a atenção dos estrategistas brasileiros e dos que foram contrários é que o Brasil desenvolveu modelos, como o AMX, por exemplo, que não está no acordo, mas cujos motores são americanos. A empresa que fabrica o turboélice é americana. E a Venezuela, alguns anos atrás, quis comprar esses aviões do Brasil, e nós fomos impedidos pelos Estados Unidos de vendê-los, ou seja, nós temos o desenvolvimento, nós temos todo um projeto muito bem-sucedido de um caça de baixa altitude para a fronteira brasileira, mas somos impedidos por conta exatamente desse acordo do fabricante americano. É um ponto que nós precisamos... Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre o que, futuramente, podemos fazer, sobre qual seria o posicionamento da Embaixada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É o Super Tucano. Perdoe-me! O Super Tucano é o nosso caça de baixa altitude.

Eu gostaria de saber do senhor o que fazer para que, no futuro, no desenvolvimento dos nossos projetos, isso possa ser impedido.

O segundo ponto é a questão do Acordo de Alcântara. Nós temos agora um acordo já sendo finalizado para o lançamento de foguetes naquela parte do País. Estivemos lá em visita com a Aeronáutica. E gostaríamos de saber a sua opinião sobre essa questão, o seu posicionamento como Embaixador.

O segundo ponto é dirigido ao Dr. Hermano. Eu gostei muito da observação que o senhor fez em todo o território. Eu também estive no Líbano recentemente, há mais ou menos um ano e meio, e pude visitar boa parte do país. Eu fiquei impressionado com a beleza do Líbano e com a população, que nos recebe de uma maneira muito especial. No Vale do Bekaa, por exemplo, quando paramos lá, falaram-me muito da experiência de médicos brasileiros que trabalharam com brasileiras lá na questão do combate ao câncer de mama. Ficou muito marcada a ajuda humanitária brasileira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É o país campeão em cirurgia plástica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Os médicos brasileiros que trabalharam lá citaram a importância desse acordo de participação que foi feito na época. Isso marcou muito a população. É onde há mais brasileiros, inclusive.

E me impressionou a presença militar. O senhor citou o Hezbollah, formando, a meu ver, até um Estado paralelo no Líbano, no sul, com a quantidade de quarteis, de fortificações e de desfiles militares em paralelo ao Governo libanês. Esse povo terá de manter um esforço gigante para se unir e para não voltar uma nova guerra, cujas marcas estão lá, em todos os lugares que você vai, nas fortificações, nos prédios. Existem áreas, inclusive, que não foram ainda reconstruídas por conta de uma guerra. É um país que vive uma situação muito delicada.

O senhor citou bem a questão dos que fogem para o Líbano, como, mais recentemente, os sírios, mas há também os palestinos. Há os campos que eu pude visitar, como o de Sabra. É uma situação muito complicada.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre um assunto que está ligado a isso e que o senhor colocou num dos mapas. A Mesa poderia até repetir os mapas, por favor, se fosse possível. Eu queria chamar a atenção para um ponto, em que naturalmente o senhor será desafiado, se o Brasil vier a participar. Se puderem colocar os mapas, mais uma vez, da apresentação do Embaixador... É o próximo, em que ele coloca a fronteira Líbano e Israel. É este! Ele, como bom Embaixador, naturalmente, passou muito rapidamente sobre o assunto, mas eu gostaria de ouvi-lo. No seu mapa, em um dos mapas que o senhor coloca, há um lugar chamado Ma'ale Adumim. Ma'ale Adumim é um assentamento judaico próximo a Jerusalém, na Cisjordânia, que é foco internacional de uma disputa. Significa "minha colina querida" e é um dos pontos diplomáticos hoje de maior problema entre os israelenses e os palestinos. Os palestinos são o Hezbollah e são desejosos de voltar a Israel, naturalmente, não em uma situação de paz.

Se o Brasil fosse chamado a negociar essa questão dos palestinos, a questão dos assentamentos judaicos, qual seria o seu posicionamento como Embaixador, qual seria a política que o senhor indicaria ao nosso País em relação a esse assunto?

Com relação à questão cultural, gostei muito do que o senhor falou. Por coincidência ou não, califa Amin, a cidade que antes era a sede de onde é o nascimento da minha família, que é Oliveira, foi uma das cidades brasileiras que mais recebeu imigração dos turcos, dos sírio-libaneses. Temos até um cemitério para os que são cristãos e os não cristãos. Não podiam ser enterrados no cemitério, há uma parte separada para os drusos, para os muçulmanos. Eles não podiam ser enterrados no cemitério tradicional da cidade, mas formaram uma grande colônia de migrantes, que hoje está integrada. O próprio presidente, que hoje é um dos ministros da desestatização brasileira, é oriundo de lá, de famílias libanesas, e está aqui trabalhando conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Embaixador, como o senhor estará no centro de toda essa geopolítica, que envolve e que chama o Brasil a uma responsabilidade, a um posicionamento, eu gostaria de ouvi-lo sobre esse assunto.

Por último, também gostaria de ouvi-lo, o senhor sendo Embaixador nosso no Líbano... O Brasil está prestes a reconhecer Jerusalém como capital de Israel. Isso poderia prejudicar a nossa relação com o Líbano em que ponto? O senhor já fez uma avaliação sobre esse assunto? Qual é o seu posicionamento em relação a esses pontos?

Agradeço, Presidente, a possibilidade de fazer as perguntas aos nossos representantes.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Carlos Viana.

Agora, o Senador Elmano pediu a palavra também. Com prazer, cedemos a palavra ao Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Para interpelar.) – Porém, pediu para que eu fosse rápido, e eu o serei, lamentando inicialmente que não tive a felicidade de ouvir os nossos Embaixadores – já podemos considerá-los assim – Nestor Forster e Hermano. O meu nome é Elmano. Somos irmãos.

Aliás, sobre o Líbano, quando eu estava na universidade, na residência universitária, a gente tinha que conseguir um convite, com muita dificuldade, para adentrar o clube social sírio-libanês. E, agora, como velhinho, também tenho de ir para o Hospital Sírio-Libanês. Isso mostra a fraternidade que existe – cheguei do Piauí há 53 anos – na colônia sírio-libanesa, no comércio, tanto na capital quanto no interior.

Com relação ao nobre Ministro, eu quero lhe desejar muita sorte e muitas felicidades nessa área tão confusa entre essas nações. É lamentável, e eu vejo com grande tristeza essa hecatombe na Síria e não vejo o contexto das nações, inclusive a própria ONU e as organizações internacionais... Ainda persiste aquela carnificina inconcebível. Essa é a colocação que eu queria fazer.

Ao nosso Forster, eu queria dizer que, na minha universidade, fiz Agronomia e, depois, Direito. Tínhamos alguns acordos de cooperação técnica com o Arizona e outras instituições áridas e semiáridas dos Estados Unidos, *mutatis mutandis* também na área de irrigação com Israel.

Pois bem, minha pergunta é a seguinte... Quando o nosso Presidente Collor falava aqui em carnificina, em pobreza, em desigualdade, eu me voltei para o Brasil, para o nosso País, que é a oitava economia do mundo, onde há uma riqueza que não sabemos; muitas vezes, desconhecemos a profundidade das nossas riquezas. E me vieram à mente 56 milhões de nordestinos, inclusive do Estado do nosso Presidente Collor. Eu me lembro dos acordos de cooperação técnica para enfrentarmos aquele problema secular que se arrasta há cinco séculos dentro nossa história.

Qual é a visão de V. Exa., já como, aliás, nosso Embaixador... Eu tenho um grande amigo também de primeira classe, que é o Marcelo Câmara, grande especialista da área nuclear, colega dos senhores, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é piauiense, nasceu no Piauí. O senhor, assumindo como Embaixador, como vai estabelecer uma continuidade? Como o senhor vê a situação do Semiárido do Nordeste, do Nordeste pobre, que enfrenta a desigualdade, a pobreza e a miséria ainda, apesar de todos os governos que tivemos, buscando uma redução da desigualdade, buscando mais solidariedade, mais fraternidade e sobretudo condição de vida humana? E ainda há isso no Nordeste, o que, aliás, está na periferia de São Paulo e do Rio de Janeiro, está presente em Belo Horizonte etc. É possível nós resgatamos os acordos de cooperação técnica com os Estados Unidos nessa área hídrica, com alternativas para aquela região, como têm os Estados Unidos, hoje com uma produção fantástica em regiões como a Califórnia e outras?

Minha pergunta era essa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Elmano.

Vou também fazer as minhas perguntas, posteriormente vou ler as perguntas que chegaram no e-Cidadania e já passo a palavra para que os Embaixadores possam responder.

Faço uma pergunta ao Embaixador Hermano Telles Ribeiro, indicado para a Embaixada no Líbano.

O Brasil tem hoje entre 8 e 12 milhões de descendentes libaneses, comunidade muito maior do que a população do Líbano, o que torna a cooperação bilateral especialmente relevante e a participação dessa comunidade nas iniciativas comuns essencial. Naturalmente, cabe ao Embaixador do Líbano em Brasília uma atenção prioritária a essa comunidade, e a gente sente aqui um excelente desempenho do Embaixador Joseph. Em razão da sua relevância, como o Sr. Embaixador Hermano pretende coordenar-se com os líderes comunitários libaneses no Brasil para o exercício dessa honrosa missão?

Agora dirijo a pergunta ao Embaixador Nestor Forster, indicado para Embaixada do Brasil em Washington.

Foi mencionada a relevância do estreitamento da cooperação entre o Congresso brasileiro e o congresso americano, como meio de ampliação do leque de interlocução entre os dois países. Gostaria de aprofundar esse processo, uma vez que envolve duas nações extensas e complexas, para incluir governos subnacionais, universidades, instituições empresariais, agentes econômicos, produtores culturais, centros de pesquisa, de estudos e os próprios líderes da comunidade brasileira, enfim, um universo de interlocutores que poderiam contribuir para criar um amálgama sólido de relacionamento. Entendo que o Brasil e os Estados Unidos têm seus interesses próprios, independentes, mas entendo também que temos uma imensa gama de interesses comuns, sobretudo de valores comuns. Temos relações tradicionais, mas existe um potencial imenso a ser explorado com a colaboração de todos. Gostaria que o senhor elaborasse a respeito dessa ampliação dos interlocutores.

Agradecendo a participação popular, vou ler as perguntas e, posteriormente, eu as passo às mãos de V. Exas. para que, de uma forma resumida, possam respondê-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro para o Embaixador Hermano, do Líbano.

Dioney Ferreira, do Rio de Janeiro: "Qual a sua posição sobre o comércio entre Brasil e Líbano? Quais as principais ações que pretende realizar como representante do Brasil?".

Clarissa Saraiva, do Ceará: "Espero que [...] desempenhe [a sua função] com muita propriedade e honestidade [...]".

Damaris Bezerra, de Pernambuco: "Qual o maior desafio da Embaixada do Brasil no Líbano?".

Karla Regina, de São Paulo: "Como desenvolver uma maior interação de mercado com o Líbano?".

Valdemagno Torres, também de Pernambuco: "Qual sua posição nos confrontos do Oriente Médio?".

E o Silvio Antonio apenas o parabeniza: "[...] Que tenha sucesso nessa missão e faça bastante negócio para o Brasil" – esse deve ser libanês.

Vou fazer uma pergunta aqui, dirigir-me ao Embaixador Nestor.

Atila Conceição, da Bahia: "O que pode ser feito para alavancar o intercâmbio acadêmico entre os dois países e por que ainda hoje o Brasil não é um país bilíngue?".

Marcelo de Freitas, do Rio Grande do Sul: "Quando teremos reciprocidade para vistos com os Estados Unidos? Pretende demandar isso por via diplomática ao governo americano?".

Edson Nolasco, do Mato Grosso: "[Com] brasileiros ilegais tendo filhos sem casamento nos Estados Unidos, como garantir dupla cidadania para as crianças e garantir o [direito de] ir e vir do pai [e da] mãe?".

Millena de Melo, do Distrito Federal: "[...] [Há pretensão de] melhorar o vínculo não só econômico, mas [também] o científico entre os Estados Unidos e o Brasil?".

Layssa Evelyn, de Minas: "Quais propostas o senhor possui em mente para estreitar os laços [...] [Brasil-Estados Unidos]?".

Damaris Bezerra, de Pernambuco: "O senhor acredita que o Governo atual tem estreitado a relação com [...] [os Estados Unidos] mais que governos passados?".

Valdemagno Torres, de Pernambuco: "Sua intenção é fazer política externa subserviente aos interesses dos [...] [Estados Unidos]?".

Ricardo Cerqueira, do Acre: "É bom que venham membros afinados com o Governo Federal".

Clarissa Saraiva, do Ceará: "Que exerça com honestidade e brilhantismo essa importante função".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Silvio, do Rio de Janeiro, apenas diz: "Excelente indicação. Diplomata de carreira com experiência naquele País. Todo sucesso para o indicado".

Então, de forma sucinta, para dar dinâmica aos nossos trabalhos, eu passo a palavra primeiro ao Embaixador Nestor, para que possa resumir os comentários dos Srs. Senadores e as respostas pertinentes.

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou procurar ser tão sucinto quanto possível diante dessa pletora de indagações muito interessante.

Vou começar pelo tema que parece ser o que despertou maior preocupação. Foi suscitado originalmente pelo Senador Esperidião Amin, mas também o Senador Marcos do Val se manifestou nessa linha; o Senador Antonio Anastasia, representante do Estado de Minas Gerais; e o Presidente Fernando Collor, com sua preocupação humanitária, de certa forma também subscreveu a mesma preocupação. Enfim, creio que todos manifestaram preocupação semelhante quanto à questão da comunidade brasileira, dos imigrantes brasileiros.

Então, em primeiro lugar vamos dar a dimensão devida. Qual é o problema? A comunidade brasileira nos Estados Unidos não é um problema. Há 1,3 milhões de brasileiros vivendo nos Estados Unidos. É uma comunidade ordeira, trabalhadora, muito bem recebida nos Estados Unidos. Eu não falo isso como discurso, eu falo isso porque conheço de perto essa comunidade. Eu tive o privilégio na minha carreira de trabalhar em consulados nos Estados Unidos, em diferentes oportunidades. Eu trabalhei na instalação, na abertura do nosso Consulado em Hartford, que fica entre Boston e Nova York.

Se a gente desce a cidade de Hartford, Boston, Nova York, depois Newark até a Pensilvânia, temos a maior comunidade brasileira nos Estados Unidos. Os brasileiros seguiram os passos dos imigrantes portugueses. Há uma história muito rica, muito interessante. Eu não vou entrar nisso aqui, porque o tempo está curto, mas, enfim, conheço essa comunidade e sei do apreço que as autoridades americanas têm pela comunidade. Cansei de participar de homenagens feitas por prefeitos – das cidades de Danbury e Bridgeport, em Connecticut, por exemplo; da cidade de Newark, em New Jersey – celebrando o dia 7 de Setembro ou celebrando a presença da comunidade brasileira, a sua contribuição para a economia, para a cultura das cidades em que está instalada. Então, a comunidade brasileira nos Estados Unidos tem essa imagem. É uma imagem muito boa.

Há 1,3 milhões de brasileiros vivendo nos Estados Unidos, e há a situação dos imigrantes que chegam sem documento aos Estados Unidos, não é isso? Esse número tem crescido no último ano, e isso desperta uma certa preocupação. Agora, vamos dar a dimensão devida ao problema. No ano de 2018, houve 1,6 mil brasileiros, – 1,6 mil! – num universo de 1,3 milhões que vivem lá, que chegaram sem documentos, tiveram problemas e sofreram processo de deportação. Esse número cresceu dez vezes no último ano: foi para 18 mil. O que aconteceu? O Brasil está em crise econômica? Alguém está mandando eles embora? Não é isso. O que se identificou – e isso é resultado de investigações feitas pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades competentes da Polícia Federal e outros – é que houve um redirecionamento de organizações criminosas de migração ilegal que atuavam na América Central e que estão atuando hoje no Brasil.

A maior parte desse número de brasileiros que foi detido por tentar entrar sem documentos são famílias – 95% são famílias. Então, aí vem a dimensão muito importante do problema, que é a dimensão humanitária, que foi tão bem ressaltada aqui pelo Presidente Collor, à qual nós estamos atentos desde o primeiro momento.

O Brasil tem dez consulados nos Estados Unidos, tem uma ampla rede cobrindo praticamente todo o País, e sobretudo o nosso consulado em Houston tem tido um trabalho muito firme na fronteira, prestando o que a gente chama de assistência consular, visitando os brasileiros que estão lá aguardando processo de deportação, que foram detidos por alguma razão. Isso é a rotina. Nós fazemos isso sempre. E, quando se identifica algum problema, quando é necessária alguma gestão de nível político mais forte, às vezes os consulados acionam a própria embaixada. Eu já fiz isso de transmitir preocupações, quando identificamos situações, enfim, de desconforto dos nossos nacionais, alguma reclamação; nós levamos isso prontamente às autoridades americanas, exigindo que rapidamente isso seja resolvido.

Não há violações sistêmicas, não há problemas sistêmicos que nós possamos identificar. Tem-se intensificado – em função desse aumento que eu mencionei aqui, do número de pessoas que foram apreendidas, brasileiros apreendidos sem documento – a repatriação desses brasileiros por voos aqui para o Brasil. O nosso entendimento é que esse é um interesse dos próprios brasileiros. A maioria deles pede para voltar logo. Ninguém quer ficar preso, aguardando um processo cujo resultado muitas vezes já se antecipa que não será positivo. Agora, as pessoas... Os consulados acompanham todo esse processo, asseguram que haja ampla defesa a todos os brasileiros que estão nessa situação. Então, os números são pequenos. É claro que, se há um brasileiro em dificuldade, ele deve ser atendido pelo consulado, mas não há essa dramaticidade que, muitas vezes, as manchetes dão a essa questão. É uma questão pontual que nos preocupa, e nós estamos prontos para prestar todo o auxílio possível aos brasileiros. Isso é feito pela nossa rede consular, com o apoio da embaixada, quando é necessária alguma gestão de nível político também.

Agora, o importante é não misturar as coisas. A imagem da comunidade brasileira nos Estados Unidos é uma imagem excelente, o próprio Senador Marcos do Val ressaltou isso aqui. Enfim, é uma comunidade ordeira e trabalhadora, que contribui para as comunidades em que vivem naquele país. Bem, esse foi um tema importante que foi ressaltado.

Eu vou procurar resumir aqui, e quero que os Senadores me relevem aqui se eu deixar de mencioná-los.

O Senador Esperidião Amin ressaltou a questão da necessidade de equilíbrio na relação com os Estados Unidos. O Senador Jaques Wagner também mencionou aqui a questão de alinhamento automático. Outros manifestaram preocupação nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria mencionar uma coisa: eu não vejo subserviência alguma na relação do Brasil com os Estados Unidos. É uma relação de dois grandes países soberanos. É claro que os Estados Unidos são uma potência econômica, militar; há um desnível de poder grande ou de projeção de poder. Isto é, até certo ponto, natural: os países não são nunca exatamente iguais. Porém, com relação à questão de alinhamento automático, eu tenho uma certa implicância com essa expressão, porque ela me parece algo que é impossível de fazer; não é que é difícil, é impossível. Por quê? Porque uma coisa é alinhamento. Alinhamento quer dizer aproximação. Isso nós estamos buscando ativamente. Neste Governo, o Brasil está buscando se aproximar dos Estados Unidos, porque ficamos distantes no passado – respondendo até a um dos nossos amigos que perguntou, via participação popular, se eu acho que este Governo está se aproximando mais: está e está deliberadamente, no entendimento de que é interesse do Brasil fazer isso.

Lembro que todos os grandes países que deram saltos econômicos, de desenvolvimento econômico e social nos últimos 50 anos, todos eles, sem exceção, tiveram uma relação especial com os Estados Unidos. Se nós pegarmos o pós-Segunda Guerra Mundial, o Japão fez isso, a Alemanha fez isso, mais tarde a Coreia do Sul fez isso, a própria China fez isso, o México, o Canadá. Enfim, a relação com os Estados Unidos costuma ser benéfica para aqueles que estão próximos aos Estados Unidos. Isso não quer dizer, não implica, de nenhuma maneira, subordinação, muito menos subserviência.

Vou dar outro exemplo concreto. Na área militar, por exemplo, nós temos um caso aqui. De tudo que foi desenvolvido aqui no Brasil nessa área militar, algumas dessas coisas que começaram na relação com os Estados Unidos, e há um caso muito representativo, que é o caso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que é onde nasceu a Embraer, lá em São José dos Campos – os senhores devem conhecer a história. Isso foi fruto de um piloto cearense, Casimiro Montenegro Filho, que, durante a Segunda Guerra, visitou o Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o famoso MIT, lá em Boston, e ficou encantado com o que ele viu. Ele disse: "Nós precisamos ter uma coisa parecida no Brasil, para formar engenheiros com foco em desenvolvimento tecnológico, em desenvolvimentos de aeronaves". E foi isso que ele fez. Enfim, trouxe a ideia ao Brasil. Acharam que ele era um louco, meio visionário. No final dos anos 40, estava sendo instalado, em São José dos Campos, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica. E disso veio, depois, a nossa Embraer, que é uma potência da aviação hoje, nessa relação com a Boeing – já vou tratar disso também.

Enfim, se houvesse alinhamento automático, nós não precisaríamos nem ter embaixada, talvez nem precisássemos ter o Itamaraty. Isso não existe com país nenhum, porque não é possível fazer numa agenda tão densa, com tantos interesses que perpassam não só relações de governo, como eu mencionei aqui, mas relações que a própria sociedade leva, como a questão de intercâmbio acadêmico, a questão do turismo, a questão das organizações não governamentais que se relacionam; enfim, há uma miríade, uma pletora de atores aí, de modo que seria ingênuo supor... A complexidade do nosso comércio, o que é o comércio agrícola Brasil/Estados Unidos. Como alinhar isso automaticamente? Isso não é possível de ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma expressão que é usada com um certo cunho depreciativo, mas que, na prática, não poder ser sequer realizada. O que existe – vamos deixar isso claro – é um alinhamento, uma busca de aproximação com os Estados Unidos sempre no interesse do Brasil.

Eu, nesse período em que estou à frente da embaixada, os colegas acharam interessante que eu criei um método de trabalho que é o seguinte: toda vez que eu tenho de receber uma visita, de qualquer autoridade que seja, do Brasil ou de fora, a gente trabalha sempre com uma pequena biografia de com quem estamos falando, a pauta dos assuntos a serem discutidos e, ainda, um terceiro item, que é exigido em todo papel, que se abrevia pelas letras "IN", o interesse nacional, ou seja, qual o interesse nacional naquela visita, naqueles assuntos que serão debatidos ali. É disso que se trata.

Então, não há nada de automático nisso; ao contrário, dá bastante trabalho, e por isso que a gente está aqui.

Passando a outras questões que foram levantadas aqui, lembro a questão do meio ambiente, que despertou grande interesse. Agradeço ao Senador Esperidião Amin a sugestão de consultar aqui o trabalho feito pelo então Ministro Jarbas Passarinho. Li com interesse o relatório da CPI que ele fez.

Essa preocupação que permeia a discussão sobre a Amazônia, de ingerência externa, de soberania, é uma questão muito clara, enfim, há uma posição tradicional do Brasil em defender a sua soberania sobre a Amazônia. A Amazônia é dos brasileiros.

Na verdade, o nosso trabalho diplomático não é um trabalho de querer esconder nada, de querer distorcer as coisas, de querer fazer *fake news,* não é isso. O nosso trabalho é de desfazer más impressões, de esclarecer a desinformação que muitas vezes existe. Nessa área ambiental a gente nota isso. Há certos exageros – eu não vou aqui discutir qual a motivação disso –, mas o nosso papel é, com serenidade, esclarecer e trazer os fatos, a realidade.

Olha, temos desafios aqui, tivemos queimadas, o que é sazonal. As do último ano não foram as maiores que nós tivemos no registro histórico; ao contrário, estão na média dos últimos dez anos. Em 2005, 2007, 2010, houve queimadas muito maiores – o dobro. Não houve tanta gritaria, não sei o porquê. Enfim, o nosso trabalho é esclarecer, deixar claro, desfazer a fumaça toda e sempre lembrando do interesse que nós temos em buscar projetos de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Essa questão da Amazônia eu não acho que seja um problema substantivo. A ação que o Governo teve para combater queimadas no ano de 2019 foi a maior mobilização jamais feita. Com a Operação Verde Brasil, 43 mil soldados foram envolvidos nisso, não sei quantos helicópteros, 2,5 mil bombeiros... Isso nunca foi feito antes no Brasil. Então, não é que se está deixando de fazer, fez-se até mais. Devemos continuar a fazer, devemos trabalhar na prevenção e esclarecer do que se trata. Não é a floresta que está pegando fogo; são as bordas aqui, áreas já desmatadas do Cerrado, que fazem parte da Amazônia Legal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas não do bioma amazônico. Enfim, quando a gente esclarece e explica as coisas, desfaz essas más impressões, essas desinformações que existem nessa área.

O Senador Esperidião Amin lembrou também muito bem a questão das nossas exportações para os Estados Unidos, que hoje são o nosso segundo maior parceiro comercial, o maior destino das nossas exportações depois da China, mas com a peculiaridade de que 80% das nossas exportações para os Estados Unidos são de valores manufaturados, de produtos de maior valor agregado. Nós queremos ampliar essa pauta e manter essa pauta. Temos aí um grande interesse, que eu manifestei aqui na minha apresentação inicial, de buscar algum acordo de comércio que nos permita ampliar essas oportunidades.

Uma área que eu não mencionei – aproveito para tratar disso aqui brevemente – é essa questão do comércio, especificamente do comércio agrícola. Brasil e Estados Unidos são as duas maiores potências agrícolas do planeta. Nós alimentamos mais de metade do Planeta Terra. Nós temos uma série de áreas em que há uma concorrência natural: os dois são grandes produtores de grãos, grandes produtores de proteína. O que a gente quer procurar imprimir – acho que é um dos nossos desafios na embaixada – na relação com os americanos, obviamente envolvendo o setor privado, os atores todos que estão participando dessa discussão, é substituir a lógica da concorrência direta – do eu ganho; o outro lado perde – por uma lógica de cooperação, de trabalhar juntos em terceiros mercados, abrir terceiros mercados para o agrobusiness brasileiro e americano, trabalhar de forma conjunta, organizada, promovendo uma agricultura baseada em ciência, vencendo as iniciativas protecionistas que às vezes querem distorcer, usar desculpas ambientais etc. para promover protecionismo.

Então, há uma ampla gama de áreas em que nós podemos cooperar. Há projetos de cooperação conjunta de agricultura em países africanos que têm pedido isso para a gente. Há muitas coisas que podemos fazer. Foi mencionada aqui a questão de áreas do Nordeste com áreas do Semiárido americano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR – Isso também é uma área em que se pode buscar a cooperação direta entre universidades, cooperação com Governos estaduais, cooperação com o próprio Governo Federal. Há muita coisa para ser feita nessa área.

Eu queria mencionar só uma iniciativa, que deve ser assinada em breve, um projeto chamado América Cresce. É uma iniciativa do Governo americano, que muito nos interessa, que financia projetos na área de infraestrutura, provendo não só auxílio técnico para a elaboração do projeto, como recursos de financiamento posterior. Então, isso é algo que se aplica aqui a inúmeras necessidades nossas. Inclusive, na região do Semiárido nordestino, nós temos que buscar essas oportunidades.

A segunda coisa é o potencial enorme que o Brasil tem nessa área de comércio, numa área que a gente não percebe muito. Os Estados Unidos são o maior exportador agrícola do mundo e o maior importador. Eles exportam e importam alguma coisa em torno US$130 bilhões, US$140 bilhões por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil ainda participa de forma muito tímida do mercado agrícola americano. Nós temos que vender mais para os americanos. Temos oportunidades grandes. Na área de frutas, por exemplo, há uma vocação natural no Nordeste e no Norte do Brasil. Há uma demanda grande por frutas diferentes, frutas exóticas. O Brasil tem as melhores frutas do mundo – eu sou suspeito para falar. Esse abacaxi pérola que nós temos aqui não existe nos Estados Unidos; nunca ouviram falar nisso. Nós temos que entrar nesses nichos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR – Não vamos nem falar nisso. Como gaúcho, sou suspeito para falar. (*Risos.*)

De Campo Grande.

É uma *joint venture*. Há gaúchos... Tudo é Campo Grande.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR – Muito bem. Enfim, acho que já falei dos principais temas aqui, como o do alinhamento automático. Não quero deixar de responder nenhuma pergunta.

Essa questão da diplomacia presidencial, que o Senador Fernando Bezerra mencionou aqui, enfim, é exatamente disso que se trata. Nós temos aqui uma boa relação entre os Chefes de Estado e isso não se pode deixar passar. Eu creio que em Governos anteriores – pode-se fazer paralelos aí – havia, muitas vezes, uma química pessoal boa, mas isso não foi respaldado por uma política externa que apoiasse esses movimentos, um cenário internacional que apoiasse.

Nós estamos aqui em um momento muito especial. Eu digo sempre: nós temos uma oportunidade única. Eu vou insistir de novo na questão do interesse: é papel nosso aqui, do Brasil, do nosso lado. E não só do Governo Federal, mas também, quer dizer, o nosso setor militar, o setor de defesa, os setores aqui de ciência e tecnologia, o nosso Ministério de Ciência e Tecnologia está à frente disso. A gente vê um esforço grande de procurar identificar onde estão os pontos que nos interessam, em que a gente pode avançar, para aproveitar essa imensa janela de oportunidade que se abre. Agora, isso não é um esforço só do Governo; a sociedade tem que vir junto também, sobretudo o setor privado, câmaras de comércio, associações empresariais têm que vir junto, a sociedade civil tem que vir junto também, as instituições universitárias. Esse interesse tem que se adensar, porque a relação com os Estados Unidos é uma relação virtualmente infinita – há uma quantidade de coisas por fazer. Quanto mais foco houver do nosso lado, mais resultados concretos nós vamos alcançar.

O importante a reter eu acho que é o seguinte: ninguém discute que é uma oportunidade que se abre única, em razão do nosso passado histórico, que eu procurei brevemente mencionar aqui, em função sobretudo dos valores compartilhados, em função da boa relação entre os dois Chefes de Estado. Isso abre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma imensa oportunidade para o Brasil. Oportunidade é das poucas coisas que não dá para guardar para o ano que vem – oportunidade expira rápido. Então, a minha sugestão é que a gente aproveite essa janela que se abre.

E eu quero me colocar aqui: se eu merecer a aprovação do Senado Federal, eu estarei pronto para fazer tudo o que estiver ao meu alcance, com a equipe da embaixada, para a gente avançar e dar forma concreta a essa tremenda energia que está aí presente na relação do Brasil com os Estados Unidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Não sei se deixei de responder a alguma coisa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, ele não falou sobre a Boeing.

Por gentileza, o senhor responda, por favor, as perguntas que eu fiz ao senhor.

Muito agradecido.

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR – Perfeitamente. O senhor me desculpe. Vamos falar aqui especificamente, então.

Com relação à Embraer-Boing, houve uma fusão da área civil das duas empresas, isso está em curso, e a área militar ficou separada, que é quem fabrica o Super Tucano. O Brasil vende Super Tucano para muitos países, inclusive para a própria Força Aérea americana. É um avião que tem uma excelente imagem. Eu não conheço exatamente qual foi a restrição que houve no passado – o senhor falou que foi em relação ao fabricante americano de um componente. Isso às vezes são questões da legislação americana. Se nós tivermos qualquer entrave à exportação de produto brasileiro decorrente disso, obviamente nós vamos trabalhar para resolver e superar isso, no interesse, como eu estou falando aqui, do Brasil o tempo todo.

O senhor me desculpe, eu deixei de falar.

A segunda parte – eu já tinha falado disso – vamos falar aqui. O potencial de Alcântara é enorme. Nós temos já uma demanda grande no setor de promoção comercial da embaixada, de empresas que estão fazendo fila já para serem as primeiras a usar a Base de Alcântara. A Base de Alcântara enseja o melhor lugar do mundo para se lançar um satélite, pela sua posição a dois graus ao sul do Equador; poder lançar o satélite tanto no sentido norte-sul quanto leste-oeste. E o potencial é grande.

Especificamente, há a discussão sobre o uso de nanossatélites, que são pequenas cargas, satélites de 1kg, de baixo custo de lançamento, e que têm um potencial imenso de aplicação, inclusive com relação a temas que a gente discutiu aqui na área ambiental. Se a gente conseguir, quando isso estiver operacional... Se nós tivermos amanhã um problema horroroso como o que houve do óleo no Nordeste do Brasil, para saber qual é a origem disso, como é que foi, o que está acontecendo, nós podemos lançar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satélite em 48 horas para ter um acompanhamento do espaço e identificar exatamente de onde veio, qual é a origem, qual é a dimensão do problema. É um exemplo. Queimada na Amazônia – outro uso que pode ser feito. Enfim, há uma série de possibilidades de uso da Base de Alcântara, esses são alguns deles, usando essa nova tecnologia de nanossatélites.

Espero ter respondido à sua pergunta. O senhor me desculpe, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito agradecido pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra, para responder às perguntas, o Embaixador Hermano Teles Ribeiro.

Agradeço as respostas dadas pelo Embaixador Nestor Forster Junior.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só um adendo específico à pergunta do Senador Carlos Viana – pedindo sua permissão – nessa questão Embraer-Boing.

Há um temor a respeito da situação jurídico-financeira da Boeing em função dos acidentes com o 737 Max – acho que é isso – e das acusações formuladas dentro do corpo de engenharia da Boeing, que estão provocando a interrupção da atividade desse avião, que seria o top de linha do 737, que é o avião mais popular da Boeing – portanto, é o *blue chip* da Boeing –, em face de denúncias de engenheiros do quadro da Boeing sobre a supressão de um equipamento de segurança, determinada pelo chefe da engenharia, que já foi dispensado. Portanto, as consequências disso: centenas de aviões paralisados pelo mundo afora – o Senador Marcos do Val vivenciou isso – e as consequências econômicas e consequências financeiras desta, entre aspas, "parceira maior". Então, é evidente que eu acho que a embaixada deveria fazer.

Os senhores imaginem o que os Estados Unidos fizeram, por exemplo, com a JBS, que adquiriu várias indústrias, vários frigoríficos americanos. Nem vou dizer os nomes aqui, porque alguns faziam parte da minha infância: Wilson, essas coisas.

Então, acho que essa avaliação, talvez por uma auditoria credenciada, seria uma providência útil até para instruir as decisões que, eventualmente, caibam ao Governo e ao Congresso tomar a respeito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, quero só agradecer ao Senador Esperidião Amin. Eu não quis me estender nessa questão, mas ela é muito delicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito importante – permita-me –, e o Senador Cid Gomes já levantou isso no Plenário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Brasil conseguiu salvar a Embraer, na época de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, de ser entregue quase que gratuitamente aos ingleses. Houve uma mobilização muito grande das Forças brasileiras, especialmente da Aeronáutica, em mostrar ao Itamar Franco, naquela época, a necessidade que o Brasil tem de uma empresa de desenvolvimento de projetos que se adapte ao nosso território, à nossa geografia. Esse é o grande sentido da Embraer para nós brasileiros.

E hoje, nessa união com a Boeing, nós podemos estar assistindo, como disse muito bem o nosso califa, o Senador Amin, a um desmantelamento de todo um projeto estratégico que os brasileiros levaram anos para construir e que custou muito caro aos nossos pais. As gerações dos anos 60, 70 para cá pagaram um preço alto para mantermos a Embraer.

Então, fica a recomendação ao senhor, que está muito bem até sobre essa questão dos nanossatélites, mostra um conhecimento muito profundo... É um assunto que foi muito discutido lá em Alcântara sobre o futuro, inclusive, da base de lançamentos. Eu fui convidado pelo Ministério da Defesa para fazer parte nesse trabalho. Isso mostra claramente que o senhor está acompanhando um assunto muito delicado na nossa estratégia, inclusive, de defesa e de crescimento, mas temos de ficar atentos a essas questões da Boeing, que podem antecipar uma decisão, inclusive, do Governo brasileiro e até do Parlamento, em defender um projeto que nos é muito caro na história brasileira, que é o sucesso da Embraer.

Muito agradecido, Senador Amin e Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sr. Nestor Forster, quer fazer uma consideração?

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR (Para expor.) – Só um adendo.

Em relação a essas considerações, muito obrigado. Está devidamente anotado. Essa preocupação, nós temos. Nós temos acompanhado isso de perto. Ainda não há um resultado final dessas investigações que a empresa está fazendo. É óbvio que estamos atentos a isso.

O Itamaraty teve um papel grande na consolidação da Embraer. Eu queria lembrar isso aqui. Sobre essas concorrências, a concorrência que havia com a empresa canadense, a Canadair, enfim, o Itamaraty segurou muito isso na guerra que houve de subsídios em algum momento na OMC etc., para viabilizar a Embraer. A Embraer continuou a crescer e continua sendo a empresa que é. Enfim, vamos ver.

Com relação ao problema que a Boeing teve, outra coisa interessante, Senador Esperidião Amin, se o senhor me permite, é que quem detectou o problema do 737-800 MAX – esse foi o avião que teve o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema –, o problema de navegabilidade dessa aeronave foram técnicos brasileiros. Numa perícia feita aqui no Brasil, eles identificaram 50 problemas em relação à navegabilidade do 800, do modelo anterior. Isso foi identificado meses atrás, quando houve o primeiro acidente. Foram os brasileiros os primeiros a ver.

Então, estamos atentos e continuaremos assim, sempre no interesse de defender o interesse e o patrimônio brasileiro também nesta área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço, então, mais uma vez, os debates e ao Embaixador Nestor Forster.

Já, de pronto, passo a palavra ao Embaixador Hermano.

Gostaria de registrar a presença, que enaltece e enriquece esta reunião, dos Deputados Rosângela Gomes, do Republicanos, e Marcel van Hattem, do Novo, do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Embaixador Hermano.

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

O Presidente pediu que eu exercitasse ao máximo o meu espírito de síntese, de modo que eu vou apenas agradecer as intervenções, que ouvi e anotei com muito cuidado, do Senador Esperidião Amin, meu querido Relator; evidentemente, do Presidente da nossa Comissão, Nelsinho Trad; do Senador Carlos Viana, cujas muito oportunas perguntas eu vou agora responder; do Senador Marcos do Val, que também tomou a palavra, e anotei todas essas intervenções; do Senador Fernando Bezerra Coelho; do Senador Antonio Anastasia; do Senador Fernando Collor; e do Senador Jaques Wagner.

Eu quero dizer que tenho aqui já uma série de elementos que eu recolho. Não vou comentar, porque não me parece que o conteúdo das intervenções mereça. Não há nenhuma indagação muito específica.

Gostaria de me voltar muito especificamente às indagações do Senador Carlos Viana, que mencionou eu ter passado talvez de forma um pouco rápida por aquele mapa, que poderia ser discutido durante dias aqui – evidentemente, as questões de Território, de terra por paz. É disso que se trata.

Então, eu agradeço muito que o senhor tenha trazido isso, porque o senhor mencionou duas questões: o senhor mencionou um assentamento de Israel – eu anotei aqui, espero ter anotado certo –, Ma'ale Adumim; e o senhor mencionou também o fato do *status* de Jerusalém.

São questões que evidentemente são absolutamente centrais no encaminhamento da questão nuclear, digamos, do Oriente Médio. E, quanto a ambas, como sabemos, a comunidade internacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através das Nações Unidas, considera os assentamentos ilegais, sob o ordenamento jurídico do direito internacional. Então, isso é uma coisa muito clara, e a maior parte dos membros da ONU também não aceita Jerusalém como capital de Israel, apenas. Então, esse é o contexto internacional.

Agora, o Governo brasileiro, muito recentemente, pronunciou-se claramente em relação ao *Deal of The Century,* a proposta da americana de paz para região. O Itamaraty emitiu uma nota a esse respeito, inequívoca, no sentido de que considera ser esse um caminho possível para chegarmos a iniciar, digamos, esse processo tão importante.

O senhor mencionou: e se o Embaixador fosse chamado a ter algum papel, enfim, se o Brasil fosse chamado a ter algum papel nesse tema tão nevrálgico? Evidentemente o Brasil tem todos os postulados, todas as credenciais para atuar em qualquer cenário. Nós temos esse reconhecimento, temos esse acervo diplomático, temos esse reconhecimento na comunidade internacional. Ocorre que é preciso que as partes em contenda, as partes em litígio, palestinos e israelenses, queiram negociar. É preciso que eles queiram negociar. Não é o que está configurado neste momento, de modo que essa é a situação.

Eu queria também fazer referência... O senhor mencionou uma coisa que é, digamos, de uma natureza mais consular. O senhor mencionou um trabalho que é feito sobre o câncer de mama numa determinada região do Líbano. E aí eu me refiro à minha trajetória consular, onde eu fiz muito o trabalho – eu não fiz, mas a comunidade fez por ela mesma – de trabalhar pela saúde da mulher brasileira.

Desse modo, eu lhe agradeço esse elemento, que eu desconhecia...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Sim, é no Vale do Bekaa.

Permita-me só uma intervenção, Embaixador, porque a situação não é tão distante do nosso povo como se parece. No turno das Nações que fazem parte da força de paz na região do Líbano, há participantes militares brasileiros. Eu mesmo visitei lá um barco da Marinha, uma fragata, que é parte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso, o Brasil é parte de toda essa vigilância, ou seja, de qualquer situação hoje que nós tenhamos no âmbito militar, o Brasil é parte dela. Então, nós temos que estar preparados.

E aí talvez uma sugestão... A Embaixada deveria estar sempre atenta a essas questões, inclusive da instabilidade no Líbano que possa vir, porque isso nos afetará de alguma maneira como parte da força de paz das Nações Unidas.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO – Concordo plenamente. Essa já é uma questão distinta da questão anterior que havia sido colocada, que era a questão de assentamentos e do tipo de reconhecimento ou não dos assentamentos e do *status* da cidade de Jerusalém.

A questão da nossa presença, aliás, muito reconhecida, desde 2011 à frente da Força-Tarefa Marítima das Nações Unidas, a Unifil, ela vai se estender até o final deste ano. Nós temos um contingente de cerca de 200 militares da Marinha brasileira, que muito honram o Brasil – são muito reconhecidos –, mas também temos oficiais do Exército em terra, o que, como o senhor bem diz, os expõe de alguma forma num cenário bastante delicado.

Eu acho que isso faz parte também de uma coisa que todos deveriam ter presente aqui, inclusive os internautas que estão nos ouvindo: o Brasil está entre os dois países que mais ofereceram contribuição em operações de paz das Nações Unidas, desde Suez. Então, nós temos uma trajetória de participação em operações de paz que muito nos orgulha. A Unifil é apenas mais uma etapa dessa presença de nossos militares trabalhando pela implementação de resoluções da ONU em situações de conflito.

Evidentemente, a Unifil, a presença da Unifil lá gerou, de 2011 até hoje, uma série de benefícios para a relação bilateral: o treinamento de forças marítimas libanesas; a colaboração, a cooperação, a formação, aqui no Brasil. E isso é um acervo que a gente conquista. Portanto, eu faço aqui um registro público de reconhecimento da colaboração da Marinha do Brasil e também do Exército nessa força.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Esperidião Amin, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só gostaria, até porque temos aqui vários visitantes que frequentam a nossa Comissão, de informar – e talvez o Senador Carlos Viana ainda não tenha sido informado – que nós requeremos, eu requeri, formulei o convite para que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil viesse a esta Comissão explicar essa nota. E o Ministro prontamente, em uma demonstração da sua disponibilidade, já agendou para o dia 5 de março.

Não quero entrar na polêmica, mas, como o senhor registrou, Senador Carlos Viana, essa nota é uma revolução na postura brasileira. Não quero entrar no mérito porque esse assunto é tão complexo que eu achei que era importante chamar o Ministro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – V. Exa. está coberto de razão porque isso vai fazer com que o nosso Itamaraty, as relações diplomáticas brasileiras passem por uma mudança do que vinha sendo feito nos últimos 15 anos. O Brasil assumiu um outro posicionamento. Pelo menos nos últimos 15 houve uma mudança muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. diz isso considerando que foi Osvaldo Aranha que declarou, na criação dos dois Estados, que Jerusalém – aliás, a ONU declarou pela voz dele – teria um *status* especial.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso vai desafiar – e estou percebendo aqui que estão aqui à altura – um novo planejamento da política externa brasileira, especialmente para essa região do Oriente Médio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não me contenho e vou antecipar aqui publicamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, califa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em junho do ano passado, no dia 11 de junho do ano passado, eu já anunciei e vou apresentar um projeto de resolução para que o Brasil instale a Embaixada do Brasil junto a Israel, em Jerusalém ocidental, e junto à Palestina, em Jerusalém oriental, simultaneamente. E já antecipei que isso certamente daria a Jair Bolsonaro credenciais para receber o Prêmio Nobel da Paz, mas, enquanto não for possível, pelo menos firma a nossa posição.

Pronto. Não sei se vou perder eu vou ganhar, mas vou apresentar essa resolução, que é muito diferente do plano de paz do Presidente Trump, que, a propósito, inclui no território de Israel as Fazendas de Shebaa, do Líbano. Naquele mapa há território do Líbano também, além da Colinas de Golã, além da Cisjordânia, ou seja, um túnel subterrâneo para ligar Gaza à Cisjordânia.

Esse assunto tem que ser conhecido por nós, especialmente não só a concordância das duas partes em negociar, mas em as duas partes conhecerem a negociação. Não foi isso que nós vimos.

Não estou querendo antecipar polêmica, mas, no dia 5 de março, numa bela atitude do Ministro de Relações Exteriores, teremos a presença do Ministro das Relações Exteriores para explicar a nota brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bem, agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Para as considerações finais, o Embaixador Nestor Foster e, posteriormente, o Embaixador Hermano.

O SR. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de passar às considerações finais, eu só queria responder duas perguntas da consulta popular que faltaram aqui na minha resposta.

A primeira diz respeito à questão de reciprocidade de visto com os Estados Unidos. Nós, na prática, já temos reciprocidade de visto. O que houve foi uma isenção concedida pelo Governo brasileiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não em atendimento a pedido americano, mas a pedido de organizações aqui no Brasil, como o setor hoteleiro, o setor de turismo, que esperavam se beneficiar da isenção de visto para turista americano dos três países. Como eu falei aqui, o turismo cresceu 15% nos seis meses, desde que foi instituído. Portanto, parece que essa foi uma medida que veio em boa hora.

Nós temos sugestionado, já há muito tempo o Itamaraty tenta estabelecer uma reciprocidade mais estrita, inclusive, para tentar abolir o visto de turista, que é o que todo mundo gostaria. Agora, isso do lado americano se prende a uma série de questões muito objetivas, inclusive o número de brasileiros que tentam ingressar irregularmente nos Estados Unidos. Quando baixar esse número nós vamos ter uma condição melhor de negociar, mas estamos sempre atentos a isso.

Eu só queria dar um aviso de utilidade pública. Brasileiros ilegais – foi uma pergunta feita aqui – como fazem para registrar os filhos? Para o Consulado brasileiro nos Estados Unidos, não há brasileiro legal ou ilegal; todo mundo é brasileiro. Isso tem que ficar bem claro, aproveitando que os espectadores estão nos acompanhando. Então, quem quer registrar o filho vai ao consulado, munido de alguma identificação sua, e não há exigência outra que não a da documentação os pais e a de que o filho é o filho – enfim, o papel do hospital é suficiente –, e se faz o registro de nascimento. Isso é feito de rotina nos consulados.

Como considerações finais, eu queria, mais uma vez, agradecer, enfim, a honra para mim de ter sido indicado para essa posição e da humildade com que eu enfrento esse enorme desafio que está diante de mim de, enfim, ser responsável pela embaixada que vai tocar a nossa relação com um país das dimensões dos Estados Unidos, num momento tão especial do nosso relacionamento bilateral, momento que gera tanta expectativa. Há um potencial imenso a ser aproveitado, e eu estarei à disposição, darei o melhor de mim se o Senado Federal aprovar o meu nome para dar forma concreta a esse momento todo.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

Muito obrigado ao Sr. Presidente da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Nestor Forster.

Agora, com a palavra o Embaixador Hermano Telles.

O SR. HERMANO TELLES RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de me referir muito brevemente às perguntas que foram feitas pelos internautas e outras pessoas para, primeiramente, assinalar a importância que o Itamaraty atribui ao diálogo com estudantes, com a academia, com os jornalistas. O Itamaraty é uma instituição aberta ao diálogo, e isso aqui não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exceção. Portanto, valorizamos muito a participação de todos os internautas que contribuíram com suas perguntas.

Há uma pergunta sobre o comércio Brasil-Líbano. Eu já disse que o comércio está num patamar inferior ao da relação política. Nós precisamos subir esse hiato, digamos assim. E temos um instrumento que está sendo negociado, um acordo de livre comércio, que vai abrir mercados de lado a lado, mas, na minha visão, talvez, mais estrategicamente, abrir a porta para mercados para além do Líbano.

Eu acho que esse talvez seja um dos desafios – respondendo à Damares Bezerra – um dos desafios principais da embaixada, mas o maior que eu vejo é dar, neste momento turbulento da região, segurança e tranquilidade à comunidade brasileira, significativa, residente no Líbano.

Finalmente, em relação à posição com respeito aos confrontos no Oriente Médio, nós somos funcionários do Estado brasileiro. A nossa posição é determinada por nossos superiores. E nós implementamos essa posição dentro do norte que recebemos.

Eu acho que era isso. Eu poderia me estender um pouco mais, mas muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as considerações do Embaixador Hermano Telles.

Até por uma questão regimental, como eu fui o Relator do Embaixador Nestor Forster, a apuração em reunião aberta tem que ser conduzida pelo Vice-Presidente. Então, passo de pronto a Presidência ao Senador Marcos do Val. Tão logo ele faça a apuração, eu retomo a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Apuração em reunião aberta.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos Embaixadores.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda a apuração.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Comunico o resultado da votação das indicações nesta Comissão.

Sr. Embaixador Nestor José Forster Júnior, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América: 12 votos SIM, nenhum voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção.

Sr. Embaixador Hermano Telles Ribeiro, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa: 12 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Parabéns e uma boa missão para vocês!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero parabenizar os dois, desejar muitas felicidades e, principalmente, atenção especial à economia. O Brasil está num momento de abertura de mercado, de transformação, e essas relações são extremamente importantes para nós.

E eu gostaria de pedir, Presidente, a urgência regimental para o envio das duas mensagens para o Plenário. O Governo tem pressa em que eles já possam tomar seus assentos, tanto no Líbano quanto nos Estados Unidos. Então, é necessário que a gente use o tempo regimental o mais breve possível. Remeter com urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Será providenciado, claro. Será providenciado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Eu vou passar novamente a Presidência ao Senador Nelsinho Trad.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Pode constar, Presidente, que eu apresentei oralmente, não é? Não preciso formalizar por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – O.k.. Então, está constando o pedido de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Consta na ata, e aí fica o.k.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Ótimo. Está constando o pedido de emergência para poder ir para o Plenário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Com uma sessão apenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – O.k. Ótimo. Em uma sessão apenas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu pediria aos Embaixadores que permanecessem até que a gente... Porque nós vamos entrar numa outra pauta agora. E, posteriormente, com essa pauta, a gente formaliza o encerramento para as despedidas.

Então, eu pediria a presença ilustre de ambos aqui para que a gente possa agora finalizar a segunda parte, deliberativa.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.

Autoria: Senador Lasier Martins (PDT/RS)

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

1) A Matéria constou da Pauta em 13/06/2019, 29/08/2019 e 06/02/2020.

2) A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Angelo Coronel para proferir seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento aqui os nossos Embaixadores de dois países importantes. Que tenham boa sorte nessa jornada!

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei do Senado nº 592, de 2015, do Senador Lasier Martins, que "dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronaves de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 592, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que dispõe que a utilização de aeronaves oficiais, no âmbito da Administração Pública Federal, somente se dará em aeronaves sob sua administração, especificamente destinadas para esse fim e para as autoridades definidas nesta lei (art. 1º). O parágrafo único desse artigo confia a regulamento posterior os critérios para extensão do transporte aéreo para acompanhante da autoridade, ou seja, cônjuge ou companheiro ou pessoa indicada em viagem a serviço, bem assim as hipóteses de utilização do transporte aéreo para outras autoridades nacionais e estrangeiras.

O art. 2º da referida lei estabelece que a utilização de aeronaves oficiais será feita, de modo exclusivo, para desempenho de atividades próprias dos serviços públicos e de missões oficiais. O dispositivo seguinte obriga a Administração Pública a promover sindicância e instaurar processo disciplinar sempre que receber comunicação de uso irregular de suas aeronaves.

Na sequência, o art. 4º cuida das informações que deverão constar no registro documental, que precederá a utilização do transporte aéreo, e estabelece que essas informações devem estar disponíveis em endereço eletrônico mantido pelo Comando da Aeronáutica. O art. 5º, por sua vez, lista as autoridades que, em missão oficial, poderão ser transportadas. Seu parágrafo único especifica que o Ministro da Defesa poderá autorizar o transporte aéreo de outras autoridades, sendo-lhe permitido delegar esse ônus ao Comandante da Aeronáutica.

O art. 6º estabelece, em obediência ao princípio da economicidade, que a aeronave deverá, sempre que possível, ser compartilhada por mais de uma das autoridades. Pelo art. 7º são indicadas as situações em que os pedidos de transporte serão atendidos: para viagens a serviço e, de modo excepcional, por motivo de segurança e emergência médica.

O disposto no art. 8º fixa que as aeronaves pertencentes aos comandos militares e às policias federais e destinadas aos serviços inerentes às suas respectivas atividades terão regime de utilização estabelecido em regulamento próprio. O art. 9º impõe que toda aeronave oficial deve possuir identificação relacionada ao órgão ou entidade a que estiver vinculada, bem como a logomarca da República.

Em conformidade com o art. 10 do projeto, a Administração Pública deverá, a cada trimestre, disponibilizar o relatório dos voos oficiais realizados no período e encaminhá-lo ao Tribunal de Contas da União. Por fim, o art. 11 estabelece que o transporte de autoridades, usuários e cargas em desconformidade com a lei sujeita o agente público infrator às penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis, sem prejuízo do imediato ressarcimento das despesas irregulares ao Erário.

A justificação consigna que o projeto atende ao princípio da moralidade, já que restringe as hipóteses em que é permitida a utilização de transporte aéreo estatal para viagens a serviço por parte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridade. Destaca, ainda, que a proposição dedica especial atenção à publicidade, com benefícios para o aumento da transparência na gestão da coisa pública.

O PLS nº 592 não recebeu emendas.

Análise.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, o PLS nº 592, de 2015, preenche as exigências legais e regimentais. A proposição atende o requisito da juridicidade.

No tocante à sua constitucionalidade, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desta Casa, a quem cabe decisão terminativa, há de aprofundar a análise do projeto.

A iniciativa, como destacado pelo autor em sua justificativa, foi inspirada em proposição de lavra do então Senador Pedro Simon. Trata-se do PLS nº 138, de 2010, que restou arquivado ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. A proposta em apreciação segue, com melhoramentos, os passos do texto arquivado.

No mérito, o projeto em debate representa importante aperfeiçoamento para a utilização de bens públicos. Ele compreende, por igual, louvável preocupação, alicerçada na busca da economia e da seriedade nos gastos públicos. Trata-se, aqui, de assegurar ao cidadão contribuinte que o dinheiro público está sendo utilizado, no tema objeto da proposição, de maneira adequada.

Esse o quadro e tendo em conta as atribuições regimentais desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não encontramos óbices à aprovação do projeto. Entretanto, sugerimos duas emendas de redação ao projeto com o intuito de corrigir a menção a artigos indevidos.

Voto.

Destarte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 592, de 2015, com as emendas de redação que estão anexadas ao projeto.

Eu queria, Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Um minuto, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Perdão.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Eu queria, Sr. Presidente – essas duas emendas são somente para corrigir algum erro de impressão ou de troca de artigos –, dizer que é importante frisar que esse projeto tem como principais inovações moralizar o uso de aeronaves, com a transparência do seu uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com publicidade trimestral; requerer a abertura de sindicância pelo uso irregular; prever a punibilidade ao enquadrar como infração grave o comprovado uso irregular dessas aeronaves; e, por fim, requerer regulamento para o transporte de cônjuge, companheiro, autoridades estrangeiras ou pessoas indicadas em viagem de serviço, ou seja, veta que os aviões sejam usados para fins de lazer, e sim para fins de trabalho.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Já passo a palavra, pela ordem, à Senadora Soraya, mas antes, porém, gostaria de parabenizar o Senador Angelo Coronel pelo brilhante relatório sobre um assunto que tomou conta dos jornais, da imprensa televisiva, dos internautas... Então, realmente, V. Exa. deu transparência e recheou de ética todo esse contexto. Tenho a convicção de que nós iremos contribuir muito com a aprovação desse projeto no futuro.

Pela ordem, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Senador Nelsinho, Presidente desta Comissão, primeiramente eu gostaria de parabenizar o Senador Lasier pela iniciativa e o Senador Angelo Coronel pelo brilhante relatório.

Eu sou favorável totalmente, mas o Governo pediu para sentar com V. Exa., porque está sendo elaborado um decreto. O Ministério da Defesa e o GSI estão elaborando um decreto sobre esse tema, e eles querem convergir. Eu acredito que isso seja algo rápido, mas, por isso, peço vista.

Acredito que vão procurar o senhor. Não sei o que eles podem acrescentar, mas repito: parabéns! Eu sou absolutamente favorável ao seu relatório. Contudo, apenas para que seja feito em comunhão de interesses, peço vista.

Obrigada.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu acho interessante o pedido de vista da Senadora Soraya, que é uma pessoa focada aqui neste Parlamento. Vamos aguardar o que o Governo quer que acrescentemos em nosso relatório. O importante é que a gente moralize o uso das aeronaves.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu acho que o pedido de vista é regimental, está concedido; só queria que o senhor fixasse um prazo, porque ficou no ar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Angelo Coronel conseguiu dar uma redação adequada, a meu ver; certamente não será perfeita – alguém pode aperfeiçoar, pode sugerir, e principalmente quem opera é o agente que mais pode aperfeiçoar alguma coisa que verse sobre operacionalidade –, mas eu acho que o correto seria fixar um prazo, porque se o Governo... Nós não podemos é achar que o regulamento, o decreto do Governo vai substituir a lei. Nós não vamos decidir aqui se vai haver lei ou não; isso já está decidido, quando o Senador Pedro Simon propôs, quando o Senador Lasier propôs.

Por isso a minha sugestão é, regimentalmente, o senhor estabelecer, por exemplo, para quinta-feira da semana que vem, o prazo para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É regimental a solicitação da Senadora Soraya.

Submeto, então, a questão colocada pelo Senador Esperidião Amin, achando razoável um prazo de 15 dias para que esse assunto possa ser exaurido.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Concedida vista.

Em 15 dias este projeto retorna à pauta da Comissão para a sua tramitação final.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Senador, quero agradecer a compreensão. O Governo eu acredito que queira somente alinhar ou acrescentar algo. Ele é totalmente favorável, tanto que procedeu com a exoneração do servidor que agiu daquela forma.

Eu gostaria de pedir para V. Exa. somente a leitura daquele requerimento de urgência que eu fiz, para que aí o senhor possa deliberar as outras questões. É extrapauta esse aqui. Pode ser? Rapidamente. É que me pediram para formalizar...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Peço à assessoria que pegue o requerimento da Senadora Soraya.

Antes, porém, como são requerimentos franciscanos, sem causar muita polêmica, eu vou ler os três que estão aqui sobre a mesa, e vamos votar em bloco para a agilidade dos trabalhos.

Temos aqui um requerimento do Senador Marcio Bittar, subscrito por mim.

2ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de discutir e analisar a criação do Conselho da Amazônia e as políticas governamentais para a região. Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. Hamilton Mourão, Vice-presidente da República.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC) e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação – votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Mesa para as providências.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas de avanços na conclusão do acordo Mercosul/ União Europeia e na negociação de novos acordos comerciais com terceiros países. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Ignacio Ybáñez, Embaixador da União Europeia; Exmo. Sr. Embaixador Pedro Miguel da Costa e silva, Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores; Exmo. Sr. Carlos von Doellinger, Presidente do IPEA; Exmo. Sr. Marcos Prado Troyjo, Secretário Especial de Comércio Exterior; Exmo. Sr. Alfredo Cotait Neto, Presidente da Associação Comercial de São Paulo.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desses, acrescento o Presidente da CNI, conforme consta aqui do requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação simbólica.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para as providências.

Por último, item 8.

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o processo de Adesão do Brasil a OCDE.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcelo Barros, Secretário Especial da Presidência da República – Coordenador do processo de adesão OCDE; Sr. Embaixador Norberto Moretti, Secretário de Política Externa Comercial e Econômica do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp; e o Presidente da CNI.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação simbólica.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

E, por último, o item 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado de Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as perspectivas da política externa brasileira para o ano de 2020.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Teria alguma coisa a ver com 5 de março?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não, é outra data. (*Pausa.*)

Agora, o item extrapauta.

Requerimento de urgência da Senadora Soraya.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem nº 86, de 2019, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América." e para a Mensagem nº 87, de 2019, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, indicação do Senhor HERMANO TELLES RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.", para que se proceda à deliberação das matérias pelo Plenário desta Casa.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

V. Exa. Pode lê-lo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para encaminhar.) – Requerimento nº 8, de 2020, da CRE.

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem nº 86, de 2019, que:

> Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

E para a Mensagem nº 87, de 2019, que:

> Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, indicação do Senhor HERMANO TELLES RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Para que se proceda à deliberação das matérias pelo Plenário desta Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação simbólica.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Antes, porém, convido os Srs. Senadores e a Sra. Depurada para que a gente possa fazer a foto oficial da aprovação do nome dos Embaixadores Hermano Telles Ribeiro, para a República Libanesa, e Nestor José Forster Junior, para os Estados Unidos da América.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia cinco de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Marcos do Val, Lasier Martins e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Jaques Wagner, Humberto Costa, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2020 - CRE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 7/2020 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Audiência Pública com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, para que forneça informações sobre a posição brasileira acerca do Plano de paz apresentado pelo Presidente Donald Trump, em 28 de janeiro de 2020, para o conflito entre Israel e Palestina, assim como para prestar informações sobre as perspectivas da política externa brasileira para o ano de 2020. **Participante:** Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 592, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PDT/RS). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 371, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 557, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 78, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Gabinete de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança Institucional da Presidência da República; 2. Representante do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA, do Ministério da Defesa; 3. Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, do Ministério da Economia; 4. Representante da Polícia Federal – PF, do Ministério Justiça e Segurança Pública; 5. Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; 6. Representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; e 7. Representante da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério do Desenvolvimento Regional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) e outros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 2, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater as medidas já adotadas e a serem adotadas pela União para prevenção e tratamento de eventuais casos do Coronavírus (2019-nCoV) no Brasil, discutir a assistência aos brasileiros na China e analisar o possível impacto sobre o território nacional da confirmação do vírus em países vizinhos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; Exmo. Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 9, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir a tecnologia 5G e sua implantação no Brasil, especialmente após a aprovação inicial do leilão de radiofrequências pelo Conselho Diretor da Anatel. E, debater questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Senhor Leonardo Euler de Morais, Presidente da ANATEL; Senhor Marcos Ferrari, Presidente-executivo do SindiTelebrasil; Senhor Carlos Lauria, Diretor de Relações Institucionais da Huawei no Brasil; Senhor Tiago Machado, Diretor de Relações Governamentais da Ericsson Telecomunicações S/A." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 10, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 9/2020, seja incluído o seguinte convidado: Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 11, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de receber o Diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas e debater sobre as perspectivas do Programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nuclear Brasileiro." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO) e outros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 12, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. General Fernando Azevedo e Silva, Ministro da Defesa, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a política brasileira de defesa." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/05

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores. Sejam todos muito bem-vindos.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Terceira Reunião da Comissão, audiência pública e deliberativa do dia 5 de março, quinta-feira, às 10h.

Abertura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Comunicado aos Srs. Senadores.

Comunico que está aberto o prazo para que sejam indicadas políticas públicas para serem avaliadas no âmbito desta Comissão, conforme o art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que diz: "[...] as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas".

O prazo vai até 20 de março deste corrente ano, e as indicações deverão ser apresentadas pelos Sras. e Srs. Senadores membros da Comissão na forma de requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sobre este assunto, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que já preparei um requerimento que é alternativo a esta questão que V. Exa. levanta.

Se eu tivesse que indicar hoje e não houvesse concorrente, eu repetiria, com palavras um pouco diferentes e amplitude maior, a minha proposta do ano passado de acompanhar a evolução da política nacional de defesa cibernética, para não ser igual à do ano passado. Se eu tivesse que apresentar isso hoje.

Mas eu estou com o requerimento pronto para, de acordo com o nosso relatório, criar a subcomissão de acompanhamento. Por isso, eu não ocuparia essa vaga regimental. Mas eu vou deixar aqui consignado para a ata o seguinte: o requerimento está pronto – acho que a Secretaria da Comissão conhece – e só não foi apresentado hoje exatamente por essa cautela. Se há perspectiva de criarmos a subcomissão, eu acho que aquilo que foi episódico no ano passado passa a ser permanente, com uma subcomissão acompanhando esse assunto, cuja importância é indiscutível. Se não apresentar nenhuma outra proposta, eu deixo aqui consignado o meu desejo de não apresentar a criação da subcomissão e apresentar inversão maior, até porque o Governo editou o Decreto 10.222, que é um excelente instrumento para que nós prossigamos na questão do acompanhamento da política pública de defesa cibernética, de internet das coisas, enfim, de mecanismos que modernizem a atuação e a legislação brasileira a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Devidamente registrado, com muita propriedade, como é peculiar nas suas intervenções, Senador Espiridião Amin. Na semana que vem, nós vamos apreciar a solicitação feita por V. Exa. da subcomissão, vez que a reunião de hoje já está com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agenda ocupada em função de nós estarmos aqui, com muito prazer, recebendo nosso Chanceler, Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Antes de entrar na primeira parte desta audiência pública, eu gostaria, como sempre faço, de repassar a todos os destaques internacionais da semana.

Uruguai. Com a presença do Presidente Bolsonaro, Luis Lacalle Pou foi empossado dia 2 na Presidência do Uruguai. Eleito por uma coalizão de direita, Pou promete realizar uma série de reformas com foco no combate à criminalidade e dar um novo rumo econômico para o país. Seus principais desafios, *a priori*, serão manter a coalizão partidária, incluindo o partido ultradireitista Cabildo Aberto; aprovar no Parlamento um pacote legislativo com mais de 400 artigos; e lidar com a oposição da Frente Ampla, coalizão de esquerda que perdeu as eleições por menos de 40 mil votos após 15 anos ininterruptos no poder.

Chile. Várias ruas do centro e da periferia de Santiago voltaram a ser tomadas por protestos contra o Governo de Sebastián Piñera, com violentos confrontos com a polícia, ataques a transportes públicos, saques de lojas, que deixaram 283 detidos e 76 policiais feridos. Segundo o balanço oficial, ora aqui registrado, e o Ministro do Interior e da Segurança, Gonzalo Blumel, são atos de violência que nada têm a ver com demandas sociais. Aumenta a pressão sobre Piñera para que expanda a agenda de reformas sociais propostas por seu Governo para enfrentar essa crise que abalou o Chile, país considerado até recentemente um dos mais estáveis da América Latina.

Estados Unidos. Há poucos dias tivemos uma notícia há muito tempo esperada. O Governo americano reabriu o seu mercado para a carne brasileira *in natura.* O Departamento de Agricultura e o Serviço de Inspeção e Inocuidade Alimentar dos Estados Unidos informaram que o Brasil corrigiu os problemas sistêmicos que levaram à suspensão. Essa reabertura comercial americana "traz o reconhecimento da excelente qualidade da carne [*in natura]* brasileira por um mercado tão importante para os nossos produtores", disse assim e afirmou a Ministra Tereza Cristina, que, assim como todos nós, comemoramos a notícia. Em especial, nós, que somos do Mato Grosso do Sul e que temos um mercado muito promissor nesse quesito.

Coronavírus. O Ministro da Saúde confirmou o terceiro caso de coronavírus no País e aguarda exames definitivos de um quarto paciente, uma menina que veio do exterior sem os sintomas. Casos localizados em São Paulo são os que predominam. O Brasil registra 531 casos suspeitos e 315 descartados. O número de infectados pelo coronavírus no mundo é de 93 mil, segundo a Organização Mundial da Saúde. É importante destacar o trabalho sempre muito técnico, transparente que o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, vem liderando em nosso País de monitoramento de casos suspeitos e confirmados e de educação para prevenção da doença.

Esses são os informes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira parte: audiência pública.

A presente audiência pública tem por finalidade fornecer informações sobre a posição brasileira acerca do plano de paz apresentado pelo Presidente Donald Trump, em 28 de janeiro de 2020, para o conflito entre Israel e Palestina, assim como para prestar informações sobre as perspectivas da política externa brasileira para o ano de 2020, em atendimento aos Requerimentos 3 e 7, de 2020, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria, respectivamente, dos Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad.

Para esta reunião, contamos com a participação do Exmo. Sr. Embaixador Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, o qual, em nome dos Senadores e do Senado, tenho a honra de cumprimentar.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar enviando observações e perguntas ao palestrante por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no seguinte endereço eletrônico: www.senado.leg.br/ecidadania. A participação da população, dos internautas, é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos e sempre é muito bem-vinda.

Registro de autoridades: Embaixadora Márcia Abreu, Secretária de Comunicação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Kenneth Félix da Nóbrega, Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Marcos Arbizu de Souza Campos, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Eduardo Carvalho, do Ministério das Relações Exteriores; Ministro de Segunda Classe, Sidney Leon Romero, Diretor do Departamento do Oriente Médio; Ministro de Segunda Classe Ricardo Lustosa Leal, Vice-Diretor do Departamento do Oriente Médio; Conselheiro Alberto Fonseca, do Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro Flávio Sapha, do Gabinete do Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro Félix Baptista de Faria, Subchefe da Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África; e Conselheiro Fábio Farias, Subchefe da Assessoria Parlamentar do Ministro das Relações Exteriores.

Esclarecimento.

Esclareço que, terminada a exposição do Ministro, concederemos a palavra aos autores dos requerimentos, Senador Esperidião Amin e Nelsinho Trad, que deram origem a esta audiência e, posteriormente, a quem quiser participar que estiver aqui presente dos Senadores inscritos.

Cada um de nós terá um tempo determinado para sua interpelação, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado, o que após poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Sr. Ministro o mesmo tempo da tréplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui está parecendo regra de debate de campanha eleitoral. (*Risos.*)

Fala do palestrante, para dar início ao debate, concedo a palavra ao Sr. Ministro Ernesto Araújo, do Ministério das Relações Exteriores.

V. Exa. dispõe de 30 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Nelsinho Trad, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, colegas, demais autoridades, senhoras e senhores. Antes de mais nada, é uma grande honra estar aqui presente nesta Casa e uma grande alegria poder conversar com os senhores, expor alguns elementos da nossa política externa e levar adiante essa importantíssima interação entre o Itamaraty e o Senado da República nesse tema vital para o nosso projeto nacional.

Gostaria de começar falando sobre a questão do plano de paz. Esperamos a solução do conflito Israel-Palestina. O plano chamado "Paz para a Prosperidade", apresentado pelo Presidente norte-americano Donald Trump em janeiro passado, é o resultado de três anos de preparação com vistas a propor uma iniciativa inovadora para quebrar a inércia das negociações entre israelenses e palestinos congeladas há bem mais de uma década.

Na nossa avaliação, nesse trabalho, se buscou construir uma base que possibilite uma solução de dois Estados que equilibre os imperativos de segurança de Israel e as aspirações do povo palestino a contar com um Estado próprio, além de viabilizar a normalização das relações de todos os países da região com Israel. E isso se dá num contexto em que o Oriente Médio passa por um momento de grande dinamismo, de mudança nas relações entre os países, na dinâmica dos conflitos, uma dinâmica que se torna mais positiva, mais uma dinâmica de superação de conflitos do que a tradicional dinâmica de conflitos daquela região. Essa é a nossa avaliação e é a avaliação de muitos especialistas no Oriente Médio. Então, é um plano que chega num momento diferente, num momento onde se abrem novas possibilidades, novas geometrias no Oriente Médio.

Com a multiplicação também de fatores de instabilidade ao redor do mundo, o surgimento de novas ameaças, a questão do conflito israelense e palestino não é mais percebida por muitos atores como requisito único ou mesmo principal para a promoção da estabilidade do Oriente Médio. Isso também é um fator a ser levado em conta. Na medida em que se tira o peso relativo do conflito israelense-palestino dentro da região e dentro dos temas globais, se pode criar uma atmosfera mais favorável a uma negociação.

No nosso entendimento, a simples manutenção do *status quo* presente nessa questão Israel-Palestina seria negativa para todas as partes. Os palestinos continuariam não logrando a realização de sua aspiração histórica a um Estado próprio nem teriam as condições necessárias para promover o bem-estar da sua população, enquanto Israel não supera seus principais desafios de segurança, principalmente a ameaça terrorista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o que nós queremos que seja um novo olhar para as novas realidades do Oriente Médio, nosso Governo tem defendido a necessidade de abertura de iniciativas diplomáticas inovadoras, isso de uma maneira geral, sem condicionamentos prévios rígidos e que criem novas perspectivas, novas ideias para alcançar a paz. E é nesse contexto que o Governo brasileiro, com a orientação do Presidente Jair Bolsonaro, saudou o lançamento do plano "Paz para a Prosperidade" como um primeiro e importante passo para o que se espera seja uma solução justa e duradoura para o conflito, permitindo a israelenses e palestinos coexistirem em paz, segurança e prosperidade. Ao apoiar essa iniciativa, o Brasil mantém seu compromisso histórico com a paz e a prosperidade do Oriente Médio. O que nós entendemos é que é necessário neste momento traduzir esse compromisso por meio da busca de uma nova geometria, de uma nova avenida de conversações e diálogos, para quebrar, como se dizia, a inércia na situação.

Esse conflito é um dos mais longos da história contemporânea, onde a ausência de avanços concretos nas negociações, há tantos anos, demonstra a necessidade de se construir novos e criativos caminhos negociadores. É importante lembrar que, já em 2000, houve uma proposta de paz bastante abrangente que, ao final, não foi aceita pela parte palestina. Em 2008, novamente uma proposta de paz bastante abrangente – que teve o mesmo destino. Então, já tem havido esforços que não têm logrado chegar a bom termo. Essa é uma nova tentativa, e acreditamos que é fundamental, antes de mais nada, romper o dogmatismo das posições e partir para uma nova tentativa.

O documento apresentado, portanto, pelos Estados Unidos pretende ser uma base de negociação para o conflito, levando em conta, evidentemente, a realidade e as demandas das partes – pressupõe concessões evidentemente de ambas as partes. Mas, antes de mais nada, é importante realçar que se trata de uma proposta, de uma base negociadora, a partir da qual se espera que israelenses e palestinos conversem e a modifiquem e a aperfeiçoem até chegar a uma solução comum.

Acreditamos que os méritos dessa iniciativa não devem ser avaliados numa perspectiva de curto prazo, mas pela capacidade de alterar a dinâmica das negociações no médio e longo prazo. Nesse sentido, as rejeições *a priori* do teor do plano, sem uma apresentação de contraproposta, não parece atender aos interesses atuais e futuros dos milhões de palestinos e israelenses que convivem naquela região.

Ao buscar equilibrar questões de natureza de segurança, econômica e territorial, o plano aborda pontos fundamentais para a solução do conflito, tais como: coexistência pacífica entre dois Estados, com viabilidade territorial; o imperativo de segurança do Estado de Israel, com o compromisso de erradicação do terrorismo do lado palestino; a criação de condições econômicas para o desenvolvimento de um Estado palestino, incluindo o pacote econômico da ordem de US$50 bilhões; a inserção do encaminhamento do conflito israelense-palestino num arcabouço regional mais amplo de distensão das relações dos países vizinhos com Israel; e a manutenção do *status quo* relativo aos locais sagrados de Jerusalém, com a garantia da liberdade religiosa e do acesso às localidades religiosas para pessoas de todas as fés.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-nos que o plano traz avanços em áreas-chave para os interesses dos palestinos. Pela primeira vez, um Chefe de Governo do Estado de Israel concordou em reconhecer um futuro Estado palestino com base em um mapa integrante do plano. Também, é a primeira vez em que há um mapa mostrando, exatamente, qual é a ideia da distribuição territorial. Outro elemento: prevê-se a criação de um fundo de reparação e compensação para os refugiados palestinos. Há outro elemento: prevê-se a criação de um fundo de reparação e compensação para os refugiados palestinos. Isso se agrega à perspectiva de um pacote de investimentos para dinamizar a economia palestina. É previsto o desenvolvimento de infraestrutura de transportes para acelerar e reduzir o custo do transporte de bens e pessoas no território palestino.

Tem-se reiterado – eu o faço aqui novamente – que a concepção do plano não é a de que seja um produto final, mas uma base ambiciosa e, ao mesmo tempo, realista para superar um *status quo* que não interessa a nenhuma das partes. Os contornos finais, evidentemente, da iniciativa seriam definidos nas negociações. Por isso, a nossa expectativa, aquilo pelo qual nós apelamos junto a nossos países amigos, a todos aqueles envolvidos e interessados, é a de que não haja óbice *a priori* no lançamento de negociações com essa base, uma vez que é uma nova oportunidade para a construção de uma solução realista de dois Estados. E não há a perspectiva de outro projeto alternativo no horizonte previsível.

É importante mencionar algumas reações internacionais ao anúncio do plano de paz em janeiro. Um número considerável de países, incluindo alguns atores centrais do mundo árabe, demonstrou abertura e apreço pela perspectiva de retomada das negociações entre israelenses e palestinos, tendo como base o plano apresentado.

Os Embaixadores do Bahrein, dos Emirados Árabes Unidos e de Omã compareceram à cerimônia de anúncio do plano de paz norte-americano, os Embaixadores nos Estados Unidos.

A Arábia Saudita declarou, em mais de uma oportunidade, que aprecia os esforços do Governo Trump de apresentar um plano de paz abrangente, que encoraja as partes a iniciarem negociações diretas sob os auspícios, no caso, dos Estados Unidos.

Logo após a divulgação do plano, a Chancelaria do Egito divulgou nota em que manifestava apreço pelos contínuos esforços dos Estados Unidos para alcançar uma solução abrangente e justa para a questão palestina, contribuindo, assim, para a estabilidade e a segurança do Oriente Médio.

O Marrocos emitiu uma nota oficial em que expressou apreço pelos esforços da administração norte-americana e votos de que uma dinâmica construtiva de paz seja lançada. Além disso, destacou elementos que se coadunam com posições históricas do país em relação ao tema: solução de dois Estados, negociação direta entre as partes, complementaridade entre a dimensão econômica e política. Estes são princípios que, *mutatis mutandis*, também são princípios aos quais adere o Brasil: dois Estados, negociação direta entre as partes, complementaridade entre a dimensão econômica e política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós achamos, portanto, que não estamos sozinhos, o Brasil, ao apoiar o plano e ao exortar as partes diretamente envolvidas a usá-lo como uma base de negociação. Acreditamos que uma reação contrária *ab limine* ao plano corresponde a uma perspectiva bastante dogmática, em que se faz apelo à simples repetição de posições anteriores, posições que, há 50 anos pelo menos ou até um pouco mais, são repetidas, que até hoje não levaram a nada e que, com toda a probabilidade, continuariam não levando a uma solução.

Então, pode-se dizer que é um plano com uma perspectiva pragmática de tentar ver a situação por ângulos diferentes, de criar uma dinâmica diferente. O fato, como eu dizia, de pela primeira vez partir de um mapa territorial é fundamental. Esse lado visual da proposta lhe dá uma concretude diferente.

O fato de haver uma busca de equilíbrio muito clara, muito explícita e muito realista entre a necessidade de segurança, por parte do Estado de Israel, e a necessária aspiração de contar com o Estado, pelo povo palestino, é também fundamental. É algo que não ignora as realidades, não parte de perspectivas abstratas, mas da realidade concreta da região.

Então, isso, para dar uma visão geral de por que o Brasil considera uma iniciativa positiva e por que nós estamos dispostos a, se formos chamados, em qualquer contexto, em qualquer geometria, a contribuir para esse processo, para um eventual processo negociador.

Bem, eu gostaria de falar, então, da segunda parte do convite, que é o conjunto de perspectivas da nossa política externa para 2020, sem prejuízo, evidentemente, de voltarmos a falar desse tema tão importante do Oriente Médio.

Com a tentativa de colocar de uma maneira esquemática o nosso conceito de política externa, eu tenho procurado apresentá-la em torno de quatro eixos, e é o que eu pretendo fazer aqui.

Há o eixo da democracia, o eixo da transformação econômica e do desenvolvimento, o eixo da soberania e o eixo dos valores. Esses quatro eixos, conjugados em um conceito unificador, que é o conceito de liberdade.

Nós vemos na Constituição, no art. 4º, que estabelece os princípios do relacionamento internacional do Brasil, que a liberdade aparece como um princípio orientador. Ela é o primeiro princípio enunciado no art. 4º, e, embora o artigo não diga, a minha interpretação pessoal é a de que existe aqui uma hierarquia e que esse é o princípio basilar, porque o primeiro princípio é o da independência nacional.

A independência, como todos sabemos, é o nosso grito fundador – "independência ou morte", evidentemente, ou seja, independência estabelecida como um princípio inegociável, pelo qual esse ato fundador exige até mesmo o sacrifício supremo. Então, quando o Presidente Jair Bolsonaro diz que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade é, de certa forma, mais importante do que a própria vida, ele está retomando esse ideal fundador, esse papel central da independência, que é outra maneira de dizer a liberdade.

Bem, com essa consideração básica, passo a falar brevemente dos quatro eixos que eu mencionei. O eixo da democracia. É fundamental para a nossa atuação, antes de tudo, na nossa própria região. Parece-nos que é impossível avançar no desejo de integração da América Latina, entre os países latino-americanos – o que também é um requisito constitucional –, sem a democracia. É impossível transformar, ajudar a transformar a região numa região como pretendemos todos que seja, de paz e prosperidade, se não trabalharmos dia e noite pela plena vigência da democracia em todos os países da região.

Isso muito especialmente hoje, porque regimes totalitários da região, particularmente a Venezuela, não só negam a liberdade ao seu próprio povo, mas estão intimamente associados à criminalidade, ao narcotráfico, ao terrorismo e procuram espalhar esses malefícios, esses flagelos por todo o continente. Então, não poderemos viver tranquilos na região enquanto tivermos esse tipo de regime às nossas portas. De modo que, para 2020, assim como fizemos ao longo de 2019, seguiremos plenamente engajados em vários fóruns na defesa da democracia, na OEA; no Grupo de Lima; no – criado no ano passado – Prosul, um novo conceito de integração sul-americana; no âmbito do Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca); no contexto da cooperação hemisférica para o combate ao terrorismo e tantos outros.

Estamos convencidos de que uma libertação da Venezuela, um retorno da Venezuela à democracia trará uma nova realidade a toda a região, abrirá finalmente as portas para que a América do Sul, especialmente, se torne talvez o principal novo polo dinâmico da economia mundial, baseado nos princípios democráticos. Essa nossa perspectiva no eixo da democracia tem a ver também com outros princípios, aqueles enunciados no art. 4º da Constituição, como o da prevalência dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos. Ambos esses princípios são hoje claramente, continuamente negados pelo regime venezuelano ao seu próprio povo e, como dizia, com a perspectiva de exportar essa negação dos direitos humanos e da autodeterminação para o conjunto da região. De modo que nos associamos, claramente fazemos questão de ligar a nossa atuação nesse eixo a princípios fundamentais estabelecidos na Constituição.

Continuaremos atuando junto com o Governo legítimo da Venezuela, constitucional – é importante sempre frisar: existe um governo constitucional na Venezuela com o qual nós nos relacionamos. É um governo que hoje não tem alguns, ou a maioria dos instrumentos *de facto*; os instrumentos, sobretudo o aparato de repressão, continuam nas mãos do regime, mas nós também, seguindo a inspiração da Constituição, estamos com o lado do direito, e não com o lado da força.

Também, ainda na região, continuaremos acompanhando com muito interesse, com muita atenção, a evolução na Bolívia. Acreditamos que há uma evolução muito positiva, um clima de pleno respeito à Constituição, legalidade, na preparação das eleições que terão lugar naquele país em maio. Acreditamos que a Bolívia está no bom caminho e, como também é um país vizinho, um país com o qual o Brasil tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua maior fronteira, acompanhamos com a maior atenção, e é de todo o interesse do Brasil ver uma Bolívia democrática, pacífica, cooperando com o Brasil em todas as áreas. Isso sobre a democracia, muito brevemente, mas com grande ênfase.

No eixo da transformação econômica, vemos aqui um papel múltiplo da nossa política externa. Em primeiro lugar, nas negociações comerciais de acordos de livre comércio, de acordos comerciais, em que o Itamaraty tem a coordenação das negociações, sempre com a participação de outros ministérios, mas o Itamaraty coordena, e estamos mostrando resultados e pretendemos continuar mostrando resultados engajados nas negociações correntes e em novas negociações.

Em segundo lugar, na promoção comercial direta. A promoção comercial complementa, mas não se confunde com as negociações comerciais governo a governo, ela é mais um esforço junto ao setor privado, facilitando a interação entre o setor privado brasileiro e o de outros países, onde também o papel do Itamaraty é fundamental, pela sua rede de setores de promoção comercial e pela nossa atuação conjunta com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), vinculada, como sabem, ao Itamaraty.

Nossa atuação também é fundamental em tratativas específicas de abertura de mercados, aqui com grande atenção para os produtos do agronegócio. É um setor que tem uma particularidade, em que muitas vezes é preciso trabalhar praticamente produto a produto, com determinados países, para a abertura dos respectivos mercados. É um setor muito peculiar, com toda uma série de mecanismos de proteção que precisam ser negociados.

Nesse caso, temos dado uma atenção muito especial ao agronegócio e continuaremos dando, sempre em coordenação com o Ministério da Agricultura, e estamos comprometidos a seguir nessa linha.

Outra vertente. Continuaremos ativos na criação de parcerias que contribuam para avanço tecnológico. Aqui, com vários países, nós temos identificado e desde o começo identificamos que havia um déficit de engajamento com países-chave para capacitação tecnológica. É o caso dos Estados Unidos, de Israel, do Japão, por exemplo. Com todos eles, em formatos distintos, nós já aumentamos muito a nossa interação nesse terreno, já nos dotamos de novos instrumentos para interação nesse terreno e continuaremos nessa linha.

Só para dar um exemplo, nos Estados Unidos, como é sabido... Esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, já aprovou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos, que dá um salto qualitativo enorme nessa área, sobretudo no terreno espacial. Nossa aproximação com Israel já abriu novas frentes; é talvez o segundo país mais central do mundo em termos de avanço tecnológico, pelo menos em certos setores. O Japão está interessadíssimo. Eu tenho conversado muito com autoridades japonesas para aumentar a cooperação nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também seguimos e seguiremos com a cooperação com a China, muito especialmente no domínio espacial, onde recentemente lançamos um novo satélite sino-brasileiro. Estamos abrindo novo espaço com a Índia. Como sabem, tivemos uma excelente visita presidencial, agora em janeiro, à Índia, no novo plano de ação, na nova parceria estratégica com a Índia, que nós estabelecemos e vamos fazer o seguimento. Estamos em conversação com o Chanceler da Índia para que venha ao Brasil para uma primeira reunião desse novo mecanismo. Vamos colocar em grande ênfase o tema da tecnologia. A Índia tem capacidade tecnológica invejável e muito domínio. Estamos com enorme interesse em compartilhar isso.

Dentro de todos esses domínios, temos a convicção de que estamos contribuindo para a recolocação do Brasil nas cadeias globais de valor. Com os novos acordos que já assinamos: União Europeia e Efta, com os acordos que estão em negociação, Canadá, Coreia do Sul, Singapura, e com novas negociações em perspectiva, o Japão quer negociar um acordo de livre comércio, a Índia quer negociar um acordo de livre comércio, com os Estados Unidos estamos em tratativas para ver como formatar um acordo abrangente. Isso muda o mapa da inserção do Brasil na economia mundial.

Então, temos uma grande ambição nesse sentido, uma visão muito profunda e de longo prazo que compartilhamos com toda a equipe do Governo, muito especialmente com a área econômica, da qual, de alguma maneira, sinto que fazemos parte, por essa capacidade, por essa responsabilidade do Itamaraty na frente comercial e na frente da criação de novas condições de investimento. Então, estamos empenhados e acreditamos que neste ano poderemos fazer grandes novos avanços nessa reinserção do Brasil, e num momento importantíssimo, porque, por diferentes razões, está havendo uma realocação dos fluxos internacionais de investimentos, uma recomposição das cadeias globais de valor, e, nesse sentido, podemos atrair muito mais investimentos, muito mais oportunidades para o nosso País, gerando emprego, gerando avanço em diferentes áreas.

Um dado claro disso, numérico, é o fluxo de investimento direto no Brasil em 2019. O fluxo foi de US$75 bilhões, comparado com US$58 bilhões em 2018, um aumento cuja percentagem não tenho agora, mas que é muito significativo. Isso já é reflexo, evidentemente, da expectativa de um novo Brasil, da expectativa dessa reinserção do Brasil nas cadeias globais e da qualidade também, claro, das reformas em andamento, da confiança que se está gerando junto ao investidor. E, nesse caso, investimento direto, investidor de longo prazo, investimento que vem para comprar ativos, para abrir novas unidades de produção, para se instalar. (*Pausa.*)

Obrigado, Senador. O tempo passa rápido. Eu vou acelerar um pouco.

Mercosul.

O Mercosul é uma plataforma fundamental nesse eixo da inserção econômica. Avançamos muito no Mercosul em 2019, tanto com os acordos externos quanto com a consolidação do Mercosul como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

zona de livre comércio, com a eliminação de barreiras. Um exemplo foi a assinatura muito importante, no final do ano, na Cúpula de Bento Gonçalves, do acordo de facilitação de negócios, que vai eliminar barreiras não tarifárias ainda existentes em todos os países, especialmente nos outros países – não quero dizer que o Brasil não as tenha, mas as barreiras mais altas são dos outros.

Foi esse avanço do Mercosul que nos preocupou, ou seja, a necessidade de manter esse avanço é que nos preocupou com alguns sinais que o novo Governo argentino passou de um retrocesso, tanto na dimensão interna do Mercosul quanto na sua inserção internacional na plataforma de negociações externas. Todo o nosso interesse fundamental na construção de uma relação com a Argentina é manter o Mercosul e fazer o Mercosul continuar progredindo. Isso é que nos preocupou, portanto, com alguns sinais contrários.

Na visita recente que recebi do Chanceler argentino Felipe Solá, recebemos indicações muito positivas nesses domínios. A Argentina está num momento de uma situação econômica difícil, como nós sabemos, e mesmo assim estão mantendo, de maneira geral, os compromissos dentro do Mercosul. Há alguns elementos que têm surgido, pontuais, de preocupação em relação a determinadas medidas argentinas, mas, de modo geral, não há, como se receava, uma elevação de barreiras ou uma criação de barreiras ao comércio com o Brasil. Isso, para nós, é fundamental. Também há um sinal de continuado compromisso com as negociações externas do bloco, com a assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia sem reabri-lo, já que as negociações já estão concluídas. Isso tudo nos animou.

Por iniciativa nossa – vou entrar um pouco em detalhes só porque está muito presente no noticiário hoje –, houve, na ocasião dessa visita do chanceler argentino, o oferecimento de um encontro presidencial à margem da posse do Presidente Lacalle Pou no Uruguai. Infelizmente, o lado argentino não foi. Enfim, o Presidente Fernández decidiu não ir à posse e, portanto, não se pôde realizar isso. Mas ontem já, numa conversa quando da visita do Presidente da Câmara dos Deputados argentina ao Presidente da República, o Presidente falou de sua disposição de em breve encontrar-se com o Presidente Fernández. Isso foi bem recebido. Então, o que há, no nosso caso, é importante que se diga, é uma coincidência total entre nossa atuação, Poder Executivo e Chancelaria, com a do Parlamento brasileiro, vemos que há o mesmo interesse na criação das condições para uma relação produtiva com a Argentina.

Bem, muito rapidamente, os outros dois eixos que estão faltando. O eixo da soberania. Aqui queremos contribuir para o aumento da nossa capacidade de defesa. Isso é fundamental para a soberania de qualquer país de diferentes maneiras, mas, claro, sempre seguindo a política de defesa, a coordenação com o Ministério da Defesa. É preciso contribuir, sempre – é fundamental que se repita –, para a afirmação da soberania da Amazônia, do território brasileiro da Amazônia, não se pode deixar, digamos, que os organismos internacionais legislem por nós, legislem por este Congresso. Essa é uma preocupação nossa. Em muitos casos surgem propostas em organismos internacionais que acabam se superpondo à legislação doméstica. Então, essa vertente internacional da defesa da soberania para nós é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se pode deixar, por exemplo, que negociações de clima e meio ambiente sejam pretexto para protecionismo agrícola, pretexto para prejudicar a competitividade do nosso agro.

A soberania – para voltar aos princípios – também está presente no do art. 4º da Constituição. Ela está presente ali sem o nome específico, mas, quando se fala da autodeterminação dos povos... Autodeterminação dos povos não é só um princípio para fora, é também um princípio para dentro. Acho que temos de defender na nossa atuação externa como um todo a nossa autodeterminação, do povo brasileiro, que se reflete na nossa autonomia legislativa. Não se pode permitir que organismos internacionais, sem que isso passe pelo Congresso brasileiro, determinem mudanças no nosso aparato legal em qualquer área que seja.

Por último, a dimensão dos valores, que é uma esfera difusa, mas, aqui, nós podemos ver um conjunto de iniciativas diárias que precisamos estar, através do mundo, defendendo, promovendo os valores brasileiros, os valores do povo brasileiro, valores, antes de mais nada, de viver em um mundo em paz, em um mundo onde sejam respeitadas as soberanias nacionais. Quanto ao valor, por exemplo, também inscrito na Constituição, do repúdio ao terrorismo e ao racismo, é um repúdio que se deve dar não simplesmente em discurso, mas em atos. Então, no caso do terrorismo, por exemplo, temos uma preocupação crescente em nos coordenar internacionalmente e ajudar o Brasil a ser dotado nos instrumentos em cooperação internacional para o combate ao terrorismo. O próprio plano de paz para Israel-Palestina, do qual falávamos, se inscreve nessa nossa determinação de continuar trabalhando pelos nossos valores, nesse entendimento de que a paz requer liberdade, requer democracia. Então, todos esses eixos requerem o crescimento econômico, requerem a soberania. Então, todos esses eixos estão interligados e acreditamos que perfazem um conjunto coerente.

Bem, agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras, no tempo previamente organizado, do Ministro Ernesto.

Passo a palavra, para os seus questionamentos, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Qual é o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Posteriormente, se o Senador Lasier quiser fazer alguma pergunta... E eu vou me reservar a fazer por último.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só quero atualizar o tempo de que disponho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O que for necessário para V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É porque eu pretendo me ater ao tempo...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... emitir um juízo e um raciocínio adequados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – ... de formular as questões.

Muito obrigado.

Eu vou começar pela segunda parte que eu acho que, sem dúvida, vai ser a parte mais positiva e de maior interesse para o País nesse encontro, que, independentemente do número de Senadores presentes, vai ser um... Esse encontro eu considero um marco na assimilação de informações pelo Senado e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque todos serão informados especialmente da segunda parte da explanação do Ministro.

Quero cumprimentar o Ministro pela presteza com que se dispôs a aceitar o nosso convite – isso não é uma convocação –, o que demonstra a disposição de diálogo, de, enfim, debater. E, naturalmente, quando se debate, a gente se prepara para ouvir a ideia que não é exatamente a nossa.

Na segunda parte da sua exposição, eu queria fazer dois comentários e fazer uma pergunta. Há uma grande diferença entre o que V. Exa. enunciou, na sua primeira vinda aqui – e uma diferença para melhor –, no tocante à posição do Brasil, à adição de importância. Assim como no caso da solução do conflito Palestina-Israel houve uma perda de importância, e eu concordo com V. Exa., o pragmatismo ganhou importância, ou seja, a análise do que é de interesse do Brasil ganhou importância em relação à primeira formulação de V. Exa. quando aqui esteve.

E eu destaco, primeiro, a atuação junto aos países árabes consumidores de carnes processadas oriundas do Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina. Nós temos uma participação muito importante. Afinal o abate *halal* é a customização a que V. Exa. se referiu, e essa transformação econômica é fazer o que o freguês quer. Nós aprendemos a embalar azulejos de acordo com os preceitos do comprador australiano, fazendo duas capas de plástico para não haver mosquito encostado no azulejo, e que o azulejo fosse mais áspero para evitar escorregões, quando próximo da água ou sujeito à água. Essa customização faz parte do segundo eixo, que é o de transformação econômica que V. Exa. referiu. Eu acho que esta é uma evolução muito importante, a compreensão do Itamaraty para a multiplicidade dos nossos interesses.

A visita à Índia, por exemplo. Eu tive o privilégio de visitar a Índia e a China, como Governador do Estado, no ano de 2000. Visitei Bangalore, que é a origem dessa exuberância tecnológica da Índia. Aprendi a entender a nossa dependência com sais medicinais originários da China e da Índia nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viagem também, quando nós tentávamos construir uma empresa de genéricos no Estado de Santa Catarina.

Acho que essa diversificação, inclusive das viagens presidenciais, especialmente no segundo semestre, demonstra uma evolução muito positiva na postura do Itamaraty, liderado por V. Exa., e liderada também essa evolução de postura por V. Exa.

Na questão da Amazônia, eu quero aplaudir a atitude do Brasil, do Governo brasileiro ao repelir essa reincidência específica, e queria sugerir que a sua assessoria... Não posso deixar de destinar um olhar muito carinhoso para a Dra. Márcia Donner de Abreu, cujo pai foi a pessoa mais inteligente que eu conheci, Senador Nelsinho Trad, além de ter sido meu professor, meu amigo, e eventualmente assessorado o nosso Governo, o Prof. Alcides Abreu.

Na questão da Amazônia, por exemplo – eu não sei se o senhor tem isso de cabeça –, vale a pena ler a CPI da Amazônia, edição 1989. Eu não sei se essa o senhor conhece, cujo Relator foi o Senador Jarbas Passarinho. Só mudaram os personagens, o discurso é o mesmo. Gorbatchov apresentou ao Soviete Supremo e obteve a aprovação na União Soviética ainda existente – isso ele fez em 1988 e consta do relatório de 1989 – de que grandes recursos naturais do mundo têm que ser supervisionados por organismos transnacionais. Isso não é atual? Mitterrand defendeu explicitamente uma soberania relativa do Brasil sobre a Amazônia. Então, não mudou nada. Só mudaram os personagens.

Eu participei de uma audiência pública em 1991 no Estado de Roraima, como Senador. E faltou luz na Assembleia Legislativa. Eu sempre brinco com o Senador Chico Rodrigues. Ele não compareceu à audiência – ele era Deputado – em que se discutia a decretação da Reserva Ianomâmi ainda. Portanto, antes das discussões sobre a Raposa Serra do Sol. Tudo igual. "Nós vamos salvar a Amazônia para nós!" É o que a gente ouvia. Eu aplaudo a postura firme. Quanto mais argumentos melhor. É nesse sentido que eu sugiro que seja feita uma pesquisa histórica, porque o cenário é o mesmo. Se o Al Gore tivesse sido eleito presidente, nós teríamos muito mais episódios para relatar do que com o Bush, que se preocupou com outras prioridades.

Então, sobre a segunda parte da sua apresentação, eu quero enaltecer essa evolução – não quero dizer mudança – para levar em conta o que são realmente os nossos interesses (o que nós ganhamos com esta ou aquela posição) e procurar as parcerias que nos convém. Não que isso signifique renunciar valores ou princípios ou esses eixos apresentados por V. Exa.

Agora vou passar para a primeira parte, onde não haverá uma total concordância entre nós.

Primeiro concordo que o conflito, que a questão Palestina-Israel, feliz ou infelizmente, produziu um certo cansaço internacional, e isso é perigoso. Eu não vi na nota de apoio – não foi isso que eu li e receio que ninguém tenha lido – uma manifestação sem condicionamentos prévios, aliás, sem condicionamentos prévios e rígidos. Eu vi e li uma adesão, e receio que essa seja a leitura geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa conta de interesses nossos – que é o que me interessa: Brasil acima de tudo –, mais do que nunca na questão internacional – porque aí eu faço o confronto com os outros, meus parceiros, mas meus competidores, no mínimo –, o Brasil conquistou um ativo. Isso nós devemos ao Instituto Rio Branco, ao próprio Rio Branco, à história do Itamaraty e ao aperfeiçoamento da atuação do Itamaraty, principalmente na questão econômica.

Ontem eu ainda comentava com o Nelsinho Trad que, nos últimos 20 anos, a *expertise* que o Itamaraty desenvolveu vocacionada para a questão econômica é extraordinária e muito importante.

Quando nós discutimos aqui o Sivam – eu era Senador nessa época –, nós vimos que a diplomacia do negócio, então praticada pelo Presidente Clinton, foi que vendeu para nós os produtos da empresa americana e não da francesa para fazer o Sivam; ao contrário do Cindacta, em que o produto era francês – a engenharia era francesa.

Então, eu receio que no *status* em que estamos, no momento em que estamos, nós estamos perdendo um ativo internacionalmente reconhecido, que é a capacidade e a importância do Brasil para ser mediador. Esse é o principal prejuízo que eu avalio esteja pesando sobre nós.

A diplomacia internacional sempre reconheceu que o Brasil, independentemente desse eixo de valores que V. Exa. explicitou, mas que não é de todo novo, ele apenas resgata coisas que estavam mais ou menos esquecidas ou adormecidas, mas que sempre existiram... Se eu sou o primeiro a me alinhar – eu vou fazer a consideração sobre os outros que se manifestaram –, o que eu ganho com isso e o que eu perco com isso? Eu acho que o Brasil, neste momento, computou uma perda, independentemente da presença de descendentes árabes no Brasil, entre os quais eu me incluo, o Senador Nelsinho Trad se inclui e, por extensão, até o Lasier, que tem uma simpatia nominal por Haile Selassie, evidentemente.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa é uma brincadeira muito pessoal que eu faço respeitosamente também.

Independentemente da presença de descendentes, o que nos faz o maior país libanês do mundo – ainda que híbridos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... tanto o Senador Nelsinho Trad quanto eu, ele mais remotamente, eu mais próximo... Eu sou filho de imigrantes por parte de pai e por parte de mãe, sou primeira geração, ele é terceira geração, mas o lado materno é italiano e o lado paterno é libanês em ambos os casos. Independentemente disso – isso tem peso –, independentemente das relações comerciais, as quais eu já mencionei, nós seríamos mediadores naturais nesta questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se eu me alinho a uma nota em que houve uma cena... Fiquei muito satisfeito de saber que os Embaixadores do Bahrein, dos Emirados Árabes, e de qual o outro país?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Omã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E de Omã, eles estiveram presentes naquele lançamento do plano, que, a meu ver – aí, é a meu ver –, tinha um sentido eleitoral evidente para ambos protagonistas, tanto para o Primeiro-Ministro de Israel quanto para o Presidente Trump, tanto é que não falaram mais no assunto. Mas, eu repito: nós perdemos uma coisa, nós perdemos a aura de possíveis mediadores. Dá para recuperar? Não sei, a conquista de uma reputação é sempre mais demorada e exige mais labor do que a recuperação.

E, finalmente, Egito, Marrocos... Acho que o Egito foi prudente, foi correto. Se os Estados Unidos voltam a se preocupar com o assunto... Sempre foram bem-vindos, porque o predomínio americano no campo internacional é respeitado por todos. Mas também lhe dou razão numa questão: repetir propostas e insistir em propostas – como V. Exa. rememorou: 2000, 2008 –, enfim, as sucessivas e interrompidas propostas.

Saudamos aqui o representante que sempre lembra para nós o Brigadeiro Eduardo Gomes, e preenche pelo menos um dos requisitos do candidato Eduardo Gomes, que se apresentava com: "Bonito e solteiro; vote no Brigadeiro".

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Só bonito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Mas ele ficou só com a primeira parte, o que me aproxima dele porque *helou*, que é o meu sobrenome em árabe, quer dizer "bonito", ainda que isso possa parecer falsidade ideológica. (*Risos.*)

Concluindo, que tem que evoluir, tem. Agora, numa cena em que eu quero promover o acordo entre a sua pessoa e a pessoa do Nelsinho Trad, e um dos dois não está presente, eu não sou mediador. Eu tenho um lado, e lado explícito. Aquela transmissão pela CNN foi uma coisa muito contundente.

Então, eu concluo, para lhe fazer a pergunta: ganhamos alguma coisa e perdemos o quê? Eu acho que nós perdemos nessa condição.

E, finalmente, além desses países que V. Exa. mencionou – Egito, Marrocos, Bahrein, Emirados Árabes e Omã –, que outro país do Ocidente, que é onde nós estamos, externou posição semelhante – não quero dizer igual – à nossa, além de torcer por um acordo?

Ao finalizar, quero dizer que me preocupa muito o seguinte: o Brasil – aí não é o Itamaraty, não é a política de relações exteriores –, o Brasil tem, como o senhor lembrou, alguns fundamentos constitucionais para a nossa postura, para reger, como diz o art. 4º, as suas relações internacionais: além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da independência, sobre a qual V. Exa. discorreu muito bem, prevalência de direitos humanos, sobre a qual já lhe fiz uma indagação em função de uma manifestação que o Brasil fez em Santiago do Chile, e, a meu ver, esqueceu o que estava acontecendo também no conflito israelense-palestino; igualdade para os Estados – a igualdade proclamada por Osvaldo Aranha na Assembleia-Geral da ONU, que deliberou pela criação de dois Estados –; a solução pacífica dos conflitos, que constituem o sustentáculo da nossa política, das nossas relações internacionais; e, eu vou adiante, também o repúdio ao terrorismo, com o que eu concordo integralmente com V. Exa. Numa avaliação histórica, nós sabemos que o terrorismo fez parte do esforço para que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – ... os israelenses conseguissem o seu Estado. A explosão do Hotel King David não foi feita pelo terrorismo árabe. E a Inglaterra sabe bem disso. Mas nós temos de falar na coisa atual. Apoiamos integralmente esse repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Mas eu acho que, ao perder, neste momento, uma parte substancial desse ativo de capacidade de ser mediador, eu me preocupo, porque acho que, nas contas, nós não ganhamos: perdemos ao tomar essa posição inicial.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin.

A gente tem uma prática, Embaixador Ernesto, de os Senadores fazerem os questionamentos – V. Exa. já anotou aí –, e de passarmos a palavra para V. Exa. responder.

Quero agradecer a presença do Senador Eduardo Gomes, do Senador Lasier e do Senador Esperidião Amin.

De pronto, passo a palavra ao Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Nelsinho.

Eu quero saudar, com muito orgulho, a presença do nosso Embaixador e nosso Ministro das Relações Exteriores, que é um ministro gaúcho. Eu tenho certeza de que – não só eu – muitos gaúchos se orgulharam muito quando o Presidente da República chamou para esse importante cargo um diplomata gaúcho, honrando uma tradição de produção de diplomatas brilhantes. E foi invocado aqui, há poucos instantes, pelo Senador Amin, um personagem que nos orgulha muito na história, que foi Osvaldo Aranha.

Embora, ilustre Ministro, tenha havido uma certa restrição ao tema de hoje, a luta pela paz no Oriente Médio, numa proposta do Presidente americano, eu gostaria de saber se é possível avançar:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de fazer uma pergunta de uma outra natureza que diz respeito à imagem do Brasil no exterior – pela qual V. Exa. já vem se empenhando e não apenas por meio da abertura de mercados no exterior.

Nós sofremos um desprestígio que nos incomoda, principalmente quando saiu recentemente o *ranking* da ONG Transparência Internacional que coloca o Brasil numa posição constrangedora de 106ª posição com relação à corrupção, a qual todos nós estamos empenhados em vencer – e particularmente isso tem sido o trabalho de muitos Parlamentares aqui no Congresso Nacional.

Então, Ministro e Chanceler Ernesto Araújo, em que medida, de que forma o ministério tem trabalhado para que seja transmitida uma melhor imagem deste Brasil? – que vem, há vários anos, tendo deterioração de sua imagem. Esse é um tema sobejamente conhecido e que nos dispensa de fazer recapitulações. Somou-se, ainda, a questão aventada há pouco aqui pelo Senador Amin, com relação às queimadas da Amazônia, que transmitiu uma ideia inconveniente para todos nós brasileiros. Mas em que medida vem reconstruindo, junto aos embaixadores brasileiros pelo mundo, uma imagem melhor? – algo que esteja mais condizente com a nossa história, a nossa tradição, a nossa importância econômica no mundo, com a nossa importância diplomática. Isso tem sido objeto também do seu planejamento?

É essa a única pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Líder no Congresso, do Governo Bolsonaro, o Senador Eduardo Gomes, do Tocantins.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar.) – Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Senador Lasier; Senador Esperidião Amin; nosso Ministro Embaixador Ernesto Araújo, bom dia!

Bom dia a todos!

Esta é uma Comissão absolutamente disputada. Por isso, não consegui chegar aqui como membro ainda ou como suplente, mas venho cumprimentar o nosso Ministro pelo brilhante trabalho que realizou no ano de 2019, falar das relações exteriores e falar das relações no País.

Vivemos um momento de ajuste pelo ano de 2019, com o trabalho que a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional desenvolveu, com a aprovação da reforma da previdência e com matérias importantes. Mas também foi um ano de uma rica experiência de viver o Governo do Presidente Bolsonaro, composto por ministros escolhidos pelo critério de sua história de vida, do programa e do governo que o Presidente pretende liderar no País. Mesmo sem a tradicional vinculação partidária e setorial, o Governo conseguiu vitórias muito importantes aqui no Congresso Nacional. De maneira diplomática, posso dizer que, pelo menos do que eu conheço – sou o menos experiente da bancada –, nos últimos 30 anos, nenhum Presidente da República interagiu e cuidou dos programas do Congresso Nacional como o Presidente Bolsonaro, e nenhum Congresso Nacional deu a um Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tantas vitórias como as que o Presidente Bolsonaro colheu aqui no ano de 2019. É até estranho por que brigamos tanto! Temos motivos para comemorar e para buscar um novo momento.

Como esta audiência, Ministro Chanceler, é ampla, eu queria aproveitar este raro momento que me dá o Presidente Nelsinho Trad para trazer um assunto ao Itamaraty que eu considero muito importante, extremamente importante. Eu gostaria de saber se já está em andamento uma discussão interna sobre o impacto deste assunto no País, que os brasileiros vão conhecer no dia a dia, e como este assunto interage com o resto do mundo, já que é um assunto absolutamente importante para o indivíduo e importante para o mundo, que é a Lei Geral de Proteção de Dados. A Casa aprovou a medida provisória, no começo do ano, definindo os critérios para a instalação da autoridade, da entidade que faz a fiscalização. Nós tivemos o apoio unânime do Senado para apresentar a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, que torna única a legislação em todos os Estados brasileiros. A PEC 17, neste momento, está no Plenário da Câmara dos Deputados para a aprovação definitiva.

A gente entende que todos os órgãos do Governo envolvidos nessa questão atendem à necessidade de proteção de dados do indivíduo. Sabemos que hoje, na comunicação, no mercado, nos negócios, é importante que o cidadão brasileiro tenha garantida a proteção dos seus dados, e isso gera uma série de consequências internas, leis de uso indevido desses dados, até a criação de plataformas paralelas que modificam a vida do cidadão e que fazem com que outros cidadãos que não cumprem a lei ou que aproveitam o vácuo da lei trabalhem hoje, aí, com 2 milhões, 3 milhões, 4 milhões de dados de pessoas que foram comprar um ferro de passar, uma toalha, um pano de prato...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ou espiar uma vitrine.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... ou espiar uma vitrine, e, de repente, veem sua vida completamente invadida.

Mas a consequência maior da proteção de dados não está, evidentemente, no que nós sofremos aqui, no dia a dia, e sim na razão econômica, diplomática, de ação entre os países, que precisam garantir uma boa legislação de proteção de dados para tratados comerciais. Eu gostaria de saber o efeito disso na questão da OCDE, se isso foi citado. E tenho me convencido, a cada momento, que, dos órgãos do Governo de auxílio direto ao Governo Federal, ao Presidente Bolsonaro, à Casa Civil, aos organismos de governo que versam sobre esse tema, eu não tenho a menor dúvida de que o destaque e a responsabilidade, nesse momento de implementação da autoridade, devem ser do Itamaraty, devem ser do Ministério das Relações Exteriores, porque, afinal de contas, tudo aquilo que a gente debate internamente, ideologicamente, sobre proteção de dados e que levamos aqui anos para discutir o investidor demora 15 minutos. Ou há proteção de dados, ou não há proteção de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria ver se esse assunto está sendo tratado, colocar-me à disposição do Ministro aqui, junto à Liderança do Governo, mas também do nosso mandato nas Comissões afins da Casa, para que a gente tenha e dê a esse assunto a importância devida, porque acredito que, neste ano, agora, esse assunto da proteção de dados vai ser um assunto fundamental na questão política e econômica.

E, no mais, quero me colocar à disposição de V. Exa. para os trabalhos do nosso Ministério das Relações Exteriores, sempre colocando aqui a minha convicção da competência de V. Exa. e da forma como vem lidando com as responsabilidades do nosso País nas tratativas internacionais, conseguindo vitórias importantes e, a cada dia que passa, o reconhecimento da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito obrigado, Líder do Congresso, Senador Eduardo Gomes, do Tocantins.

Ministro, a minha pergunta, para finalizar o rol dos questionamentos... E quem quiser, depois das respostas, fazer a réplica tem esse direito.

No final do ano passado, já na véspera do Natal, em dezembro, eu fui convidado para um almoço na Embaixada do Equador. Achei que fosse um almoço de final de ano, quando é costume, com os países amigos, brindar o final do ano e planejar o trabalho do próximo, que estava por chegar. Qual foi a minha surpresa ao ver que lá estavam oito Embaixadores da Organização do Tratado da Amazônia.

O aperitivo do almoço, muito bem organizado pela esposa do Embaixador do Equador, foi justamente um apelo que todos fizeram, de forma unânime, no sentido de nós aqui liderarmos a reativação do Parlamento Amazônico, composto por esses países. Isso avançou, nós já nos assessoramos com a assessoria técnica da Casa, do Senado. Já estamos elaborando um projeto de resolução para a criação de um grupo parlamentar do Parlamento Amazônico, composto por cinco titulares e cinco suplentes, Deputados e Senadores. Nós vamos enviar carta aos Presidentes dos Parlamentos dos países amazônicos para propor envio da delegação à reunião para reativar esse Parlamento aqui em Brasília, na data de 21 de maio, que foi estabelecida numa reunião que tivemos este ano, justamente na sede da Organização do Tratado da Amazônia, acompanhada que foi por integrantes do seu *staff* no Ministério da Relações Exteriores.

Eu toco nesse assunto porque, das quatro perguntas aqui, três se relacionaram a essa questão, ou seja, é uma questão sensível, que precisa ser aprofundada nesse debate, até para a gente poder passar uma realidade verdadeira do que realmente possa estar ou não acontecendo na Amazônia. E aí eu me perguntei, olhando assim para o espelho, falando: "Mas, gente, eu sou lá do Pantanal do Mato Grosso do Sul, e como eu posso ajudar esse contexto, com a liderança que a Comissão representa dentro da Casa?". Porque acabei observando que os problemas do Pantanal do Mato Grosso do Sul e as soluções passam muito também pelos questionamentos que existem quanto aos problemas da Amazônia e suas soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais para a frente, na hora em que isso estiver devidamente encaminhado, nós vamos inserir o Pantanal nesse contexto.

Aí, no âmbito dessa menção ao meio ambiente que V. Exa. fez na defesa da soberania da Amazônia, sabendo, como acabei de falar, que estamos promovendo a reativação desse Parlamento no intuito de manter a gestão dos recursos da Amazônia e a liderança das iniciativas com os países que detêm o seu território, eu apreciaria ouvir de V. Exa. os seus comentários a respeito do apoio dessa medida.

Apenas um parêntese, para os colegas terem esse conhecimento – e agradeço a presença do Senador Vanderlan, que ontem ingressou no PSD, 12º Senador que faz parte do PSD –, e digo que, das delegações internacionais que recebi, como é a minha função – vocês me botaram aqui para presidir a Comissão de Relações Exteriores, eu tenho o dever de receber os colegas de outros países –, não houve uma delegação, Esperidião Amin, que não ficou atenta a essa questão da Amazônia.

Então se faz mais do que necessário esse encaminhamento, até para a gente poder deter na mão, puxar a rédea na mão, essas informações verdadeiras, corrigir os eventuais erros que possa haver, e tirar esse estigma que acabou pegando na gente de não cuidar da Amazônia, de ser a favor de desmatamento, a favor de queimada e por aí vai, o que não é verdade.

Então, eu queria também ressaltar, num outro parêntese, que eu viajei para lá, fui visitar o Oiapoque, em convite que tive do Ministro da Defesa, onde pude presenciar a unidade do Exército brasileiro e o trabalho que lá se faz. Muito daquilo que se fala... Eu particularmente não vi o que se estava propagando na mídia, principalmente na mídia internacional. Então, a verdade precisa ser restabelecida, e eu acho que o Parlamento Amazônico terá um papel fundamental. Conto com o apoio dos senhores pares, para que a gente possa tocar isso para frente.

Encerro, então, essa consideração. Devolvo a palavra ao Ministro, para que, de uma maneira sucinta, possa responder os questionamentos, porque chegaram aqui as perguntas da sociedade.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Agradeço, antes de mais nada, o interesse de todos os Senadores aqui pela nossa exposição, as perguntas, que muito nos honram e nos animam a continuar esse debate. Realmente é fundamental essa oportunidade para mim.

Em relação às perguntas do Senador Esperidião Amin. Em primeiro lugar, agradeço. O senhor mencionou sobre a comparação entre essa vinda aqui e a vinda, de que tive muita honra, no ano passado. Então, já que o senhor achou que melhorou, eu não vou discutir. Mas isso é só para dizer que, na minha visão, o que nós estamos fazendo é aplicar as ideias, as diretrizes que estamos procurando formular desde o início. V. Exa. mencionou isto, que não viu como uma mudança, mas como uma evolução. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desdobramento, é uma maneira de mostrarmos na prática como nós traduzimos os princípios que acreditamos que nos orientam.

No ano passado, faz praticamente um ano, estávamos no começo, acho que ainda não havia tido tempo de realmente mostrar como era essa tradução, mas estamos sempre querendo melhorar e fazer isso da melhor maneira possível, dentro dessas diretrizes que são do Presidente da República e da Constituição. A respeito disso, enfatizo muito claramente que estamos convencidos de que a fidelidade a esses princípios permite fazer bons negócios, permite fazer uma inserção muito mais eficiente do Brasil no mundo, na economia internacional, diferentemente de vozes que colocam como se fosse uma disjuntiva – ou princípios ou resultados concretos –, sobretudo na economia. Eu acho que isso nós estamos conseguindo demonstrar.

Então, independentemente de pontos específicos, eu fico feliz por poder mostrar um pouco que estamos conseguindo fazer as duas coisas ao mesmo tempo: a defesa dos princípios, que são basilares e estão na Constituição, e a promoção dos nossos interesses, não só econômicos, mas muito especialmente econômicos.

Sobre a questão específica do plano de paz, a questão Israel-Palestina. Antes de mais nada, eu não vejo a nossa posição como um alinhamento com uma posição de um país ou do outro; eu vejo como um apoio – é o que pretendemos que fosse; essa é a nossa ideia –, um apoio a um plano de paz específico, esse que foi apresentado pelo Presidente Trump, como uma base de negociação. Isso não é de graça, não é por ser simplesmente um novo plano, mas por ser uma avaliação que fizemos. E cada vez mais que estudo me convenço de que é um bom plano como uma base de início de negociações.

Então, essa leitura de que esse nosso posicionamento representa um alinhamento não é, de forma nenhuma, o que nós pretendemos. E eu acho que essa percepção vem de uma... Ela é, um pouco, uma tendência de manter esses dogmas do passado e de manter posições rígidas. Então, nós estamos diante de um plano de paz, explicitamente destinado a criar a paz. É claro que se pode discutir se é um bom plano, se não é um bom plano, se pode conduzir à paz, se não pode conduzir à paz, mas a intenção – e por isso nós o consideramos positivo – é a paz. Portanto, está totalmente em linha também com o nosso princípio constitucional da solução pacífica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E da igualdade entre os Estados.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – E da igualdade entre os Estados. A isso eu queria chegar também – muito obrigado –, porque um dos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Houve algum contato do Itamaraty com...? (*Ininteligível.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – Mas também não houve com a representação israelense, não é? Enfim... Mas não é a nossa intenção neste momento ter o contato específico com esse ou aquele.

Mas isso também é interessante, porque o plano também contempla essa questão da igualdade entre os Estados de uma maneira realista, quer dizer, ele permitiria a criação de um Estado palestino, o que é, nesse caso, como no de outros países também, a nossa posição histórica: a de dois Estados. Como eu digo, pela primeira vez o plano consolida a ideia de dois Estados de maneira mais – como já tinha sido falado antes – concreta agora. Portanto, ele aprofunda essa questão da igualdade entre os Estados.

Quanto à ideia de que nós perdemos a capacidade de mediação, eu acho que isso também... Não vejo dessa maneira, porque no passado nós éramos percebidos claramente por um dos lados, Israel, como um país contrário a Israel nesse conflito. Nós aderíamos, sistematicamente e acho que de maneira acrítica, aos posicionamentos de organismos internacionais, nas votações internacionais, contra Israel. Existe um viés ainda infelizmente grande anti-Israel em organismos como o Conselho de Direitos Humanos. Eu estava vendo que, nos últimos – acho – 15 anos, 80% das resoluções do Conselho de Direitos Humanos são contra Israel, como se fosse o único lugar onde há... Como se 80% dos problemas de direitos humanos do mundo estivessem ali, o que evidentemente não é o caso. Estive em Israel várias vezes, em outras capacidades, no passado. E isso é interessante porque na época eu não pensava em estar aqui neste momento, e a minha atribuição quando estive lá, entre 2005 e 2006, era de negociações comerciais, do Acordo Mercosul-Israel.

Eu vinha com esta imagem na época de que o Brasil era considerado um país neutro, um país bonzinho por todo mundo, um país que era um mediador. Surpreendeu-me muito em Israel a visão deles em relação ao Brasil, de que era um país que participava de um esquema de sistemática contestação de Israel nos organismos internacionais principalmente. Isso depois foi reforçado por aquele episódio de não termos dado *agrément* ao embaixador designado por Israel – isso ocorreu, acho, em 2015. Mas, desde pelo menos 2005 ou 2006, por Israel o Brasil não era visto como um país neutro, era visto como um país que aderia a uma sistemática contestação das posições de Israel, até mesmo a algo muito essencial... Aquele voto nosso em 1975, se não me engano, considerando o sionismo como forma de racismo nunca foi esquecido por Israel. Isso é considerado até... Hoje, acho que estamos superando isso, mas isso foi considerado, por muito tempo, um marco negativo do Brasil no conflito.

Então, do nosso ponto de vista, estamos tentando corrigir o que era um certo viés anti-Israel nessa questão. Esperamos que haja um reequilíbrio da nossa posição e, ao mesmo tempo, um realismo. Poderíamos ter uma solução diferente? Talvez. Mas qualquer solução que não contemple a vulnerabilidade de segurança do Estado de Israel nos parece estar fadada ao fracasso. Acho que isso, em outros momentos, as posições dogmáticas não permitiam contemplar. Então, parece-nos que a grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evolução desse plano é esta: reconhecer que Israel precisa ter uma dimensão de segurança, assim como, é claro, o lado palestino precisa ter viabilidade econômica e territorial para a sua existência.

Então, acho que nós estamos, na verdade, ganhando espaço como um ator nessa área. É claro que não queremos estar além do que fomos chamados pelas partes, mas estamos dispostos a estar presentes. Acho que hoje Israel nos veria como um parceiro que pode estar presente, assim como, espero, a Palestina também, o lado palestino. Então, não vejo como um alinhamento.

Há somente mais um aspecto que V. Exa. mencionou, Senador, a questão de outros países... O senhor mencionou, na linha do que mencionei também, as reações de outros países árabes. Fiz questão de mencionar isso porque são países diretamente interessados e que, no passado, teriam certamente posições diferentes. Mas, realmente, países do ocidente, que não acompanhei... Mas não estou muito preocupado que outros países ocidentais não tenham tido essa atitude. Não quero fazer uma imagem muito dramática, mas hoje o Brasil é um país que olha para frente, não é um país que olha para o lado. Tradicionalmente, uma das coisas não muito boas da nossa política externa de décadas recentes foi isto: nunca se mover sem antes olhar se a gente estava junto com outros e sempre esperar a liderança de outros, sempre ir atrás, sempre ter que ir em grupo, sempre ter que... Não, hoje nós olhamos para frente com as nossas ideias e para cima.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E para cima!

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – E para cima! Ah, para cima nesse sentido? Não. Para cima, eu pensei em Deus, não é? Eu pensei na dimensão espiritual, para cima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – Então, não é outra, não. Eu pensei na dimensão espiritual. Essa é outra questão que eu acho que nós esquecemos, que o ser humano não é simplesmente um ser material, mas isso é uma discussão filosófica que é importante.

Não, nesse sentido, não, nós não estamos pensando no que fazem os Estados Unidos ou deixam de fazer os Estados Unidos, quando nós nos posicionamos. É claro que é um elemento da realidade, mas isso eu já tenho dito. Por exemplo, no tema da Venezuela, quando, desde o começo, desde o primeiro dia, nós assumimos uma atitude muito mais proativa na Venezuela, isso foi uma decisão nossa. Isso inspirou, eu repito, um aumento da pressão americana também na Venezuela. Nesse caso, o Brasil foi na frente, através do caso do Grupo de Lima também, mas liderando nesse sentido o Grupo de Lima, numa nova posição em relação à Venezuela, para dar esse exemplo.

Então, nós não ficamos muito esperando o que dizem os outros necessariamente. É claro que são referências sempre importantes, mas examinamos e achamos que o Brasil tem uma responsabilidade, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma capacidade de contribuir para isso. E, no momento, achamos que essa contribuição pode se dar no apoio a esse plano de paz. Então, eu acho que temos visivelmente uma coincidência total com o que V. Exa. mencionava em termos de objetivos. Eu acho que a questão são os meios, os meios e a nossa avaliação realmente de que esse plano é um meio interessante, razoável, talvez não definitivo, mas é um meio importante para rumar em direção a uma solução.

Eu gostaria de mencionar também que estarei indo proximamente para a Arábia Saudita, os Emirados Árabes, o Catar e o Kuwait, países do Golfo, todos parceiros importantíssimos, para dar continuidade a conversas e iniciativas que o Presidente da República lançou na visita recente, mas também para voltar a falar dos temas da região. São países que têm um papel essencial ali no encaminhamento desses temas. É uma vertente que para nós é absolutamente essencial, o diálogo continuado com os países árabes sobre as questões do Oriente Médio. E pretendo ir a Israel também para dar continuidade aos entendimentos que tivemos lá.

Sobre as considerações do Senador Lasier Martins – a quem também agradeço muito –, sobre a questão da imagem do Brasil no exterior, eu acho que o primeiro elemento é que nós temos que talvez diferenciar a Europa do mundo. Nas viagens ao redor do mundo, nós temos visto que a percepção, a imagem do Brasil é excelente em várias partes do mundo, na Ásia, no Japão, na China, na Índia, nos países do Golfo. Em Israel, mudou para muito melhor a imagem do Brasil; na América Latina, ouso dizer que ocorreu o mesmo.

Há a expectativa de muitos países latino-americanos de o Brasil como uma referência central na defesa da democracia não só de governos, mas das sociedades dos países sul-americanos, latino-americanos, que hoje nos veem como um ator fundamental na aspiração de uma democracia desses países. Isso é algo que me parece que mudou.

Então, onde nós vemos problema de imagem é sobretudo na Europa. Então, já é um problema mais limitado. Não é ao redor do mundo que a nossa imagem sofre, sobretudo. Mas a Europa é uma caixa de ressonância ainda muito grande pela mídia, pela atenção que gera, pelas tradições. Ainda, infelizmente, quando a Índia, o segundo país mais populoso do mundo, a terceira economia do mundo por paridade do poder de compra, faz referências muito positivas em relação ao Brasil, aos seus governantes ou à imprensa, isso não tem repercussão nenhuma. Agora, se sai uma pequena nota num jornal da França, da Alemanha ou da Itália, isso tem uma repercussão muito maior. Acho que ainda é um eurocentrismo que, nesse caso, nos parece bastante negativo, mas, enfim, temos que lidar com essa realidade, porque há formadores importantes de opinião lá.

Acho que parte dessa imagem vem de uma campanha orquestrada a partir do Brasil, a partir de setores que perderam a última eleição, que estão fora do poder, que não se conformam com isso e querem denegrir a imagem do nosso Governo e organizam, com essa caixa de ressonância europeia, uma campanha contra o seu próprio País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – Então, nós estamos diante de uma realidade que não é simplesmente chegar aos jornais europeus e dizer: "Olha, na verdade, não é assim; na verdade, as queimadas não foram assim, foram assado". Não, é uma campanha que tem, inclusive, uma ligação aqui com o Brasil, com filmes, documentários totalmente falsos sendo levados para fora. Isso encontra uma ressonância com a qual é difícil de lidar, mas estamos lidando com isso, estamos procurando trabalhar junto aos meios de comunicação.

Eu acho que há um problema também que é o fato de que, na maioria dos países europeus, ainda a imprensa tradicional tem um espaço muito grande, que os novos meios, as redes não têm. No Brasil, a gente sabe que as redes são hoje talvez a principal fonte de informação correta e verídica. A imprensa hoje é uma máquina, em grande parte, de criar factoides e de criar manchetes que não correspondem... Há matérias e matérias que não correspondem à realidade. Na Europa, as pessoas não estão muito acostumadas com isso, estão acostumadas a ler o jornal e achar que aquilo é verdade. Então, também é complicado de atuar.

Mas estamos tentando trabalhar diretamente, em cada Embaixada, junto aos meios locais. É uma campanha que também depende muito da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que tem a centralidade nessa questão da imagem do País, mas nós estamos contribuindo muito.

Acho realmente que, às vezes, a gente está trabalhando 24 horas por dia e teria que ter mais uma hora suplementar para poder falar daquilo que a gente está fazendo e mostrar, porque a expectativa sempre é a de que aquilo que a gente faz será reportado corretamente, e, infelizmente, não tem sido assim, mas precisamos ir atrás disso.

Só menciono também que irei proximamente ao Reino Unido e à Alemanha, que são dois países centrais para essa questão da criação da imagem. Pretendo falar não só com os governos locais, mas com as mídias e transmitir um pouco essa imagem. Fizemos muito esse esforço, por exemplo, em Nova York, no ano passado, durante a Assembleia Geral – tanto eu quanto o Ministro Salles, evidentemente, do Meio Ambiente, que tem toda a responsabilidade central na área ambiental de passar uma imagem correta.

O Ministro Guedes também trata de toda a dimensão econômica. Procuramos usar todas as oportunidades com *think tanks*, com institutos para tentar transmitir a realidade, mas é um trabalho longo e árduo realmente.

Muito obrigado por reconhecer a importância disso.

Senador Eduardo Gomes, muito obrigado pelas suas palavras, pelo seu apoio àquilo que nós estamos tentando fazer, aos resultados que nós estamos tentando apresentar. Como eu disse, queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito que sobretudo a política externa faça parte do projeto de governo como um todo. Esse é um compromisso nosso.

O tema específico da proteção de dados é absolutamente central. Isso tem a ver com toda uma nova realidade. Nós temos de nos adaptar e de adaptar nossa política externa a isso. Hoje o mundo não é só o mundo real; o mundo real é a metade do mundo. Existe o mundo virtual, que é a outra metade e que, cada vez mais, é decisivo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É mais que a metade!

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – Acho que é mais que a metade já. Exato!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É a metade maior!

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – É a metade maior. Não é verdade?

É preciso que tenhamos permanentemente essa preocupação de como, neste novo mundo, preservar os direitos básicos do cidadão, a privacidade, a liberdade econômica, a liberdade de expressão.

Depois posso me aprofundar mais no tema específico da implementação, de como trabalhar externamente na implementação da questão da proteção de dados, mas eu queria mencionar que damos atenção total e prioritária a isso. Por isso, acompanhamos com muito interesse toda a evolução das novas tecnologias, da internet 5G, evidentemente, da Internet das Coisas. É importante que, o quer que se faça nesses novos ambientes, haja a preservação dos direitos básicos, haja a preservação do direito de cada um aos seus dados.

Ao mesmo tempo, o senhor mencionava também a importância disso para o investidor e como o investidor age em um ritmo completamente diferente muitas vezes dos governos. Isso é algo que... De maneira transversal, precisamos lidar com esse desafio. Mas o Itamaraty está plenamente empenhado. Agradeço-lhe muito por mencionar isso. Posso aprofundar depois esse tema diretamente com V. Exa. Muito obrigado.

Senador Nelsinho Trad, sobre o Tratado de Cooperação Amazônica e o Parlamento Amazônico, eu acho que é um ambiente fundamental para nós trabalharmos. Procuramos, no ano passado, participar da coordenação de países amazônicos diante a enxurrada de notícias que apareceram. E isso precisa se aprofundar entre os Governos e entre os Parlamentos.

O que eu diria que é fundamental, além de procurar usar todos esses espaços, essas caixas de ressonância que nós precisamos colocar em funcionamento diante das caixas de ressonância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionais, além da correção das imagens distorcidas, é a atração de investimentos produtivos para a Amazônia.

Nós temos insistido muito nisto, o Ministro Ricardo Salles, eu e todos os envolvidos: existe a dimensão da proteção, mas ela não é suficiente. Para proteger, é preciso criar também alternativas econômicas para as populações amazônicas. Então, esse é um princípio que estamos procurando colocar com a maior difusão possível ao redor do mundo, tentando criar novos instrumentos, como, por exemplo, uma parceria com o fundo de desenvolvimento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). É uma iniciativa nossa, do Governo brasileiro – Itamaraty, Economia e Meio Ambiente –, a de criar um fundo para investimentos sustentáveis na Amazônia.

Então, acho que é isto: proteção e investimento. Procurar mostrar que aqueles que têm interesse legítimo ao redor do mundo na proteção têm também que colocar recursos nessa criação de empregos na Amazônia em áreas sustentáveis, em áreas que não agridam o meio ambiente. Esse é um esforço absolutamente fundamental, para mudar a lógica do tema. Acho que é uma lógica que foi e ainda é muito centrada no papel das ONGs, sem críticas necessariamente às ONGs, mas tem que ser complementada pelo setor privado, pelo setor investidor na geração de oportunidades econômicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Ministro Ernesto pela resposta às perguntas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. vai me conceder um espaço?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é direito de resposta, não.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Estamos tirando da seara dos debates políticos das eleições, com um minuto para réplica, com dois minutos para a tréplica.

Eu queria registrar a presença do Deputado Estadual Felipe Orro, da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, que muito nos honra com a sua presença. Ele também é primo, ouviu, Esperidião Amin? É primo nosso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É primo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É primo, da família Orro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Veja que nós estamos em maioria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – O Ministro deve sempre estar atento a isso. Aliás...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há 12 milhões no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Aqui, no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – ... de sucessores dessa gente.

Então, eu queria iniciar. Serei muito breve.

Eu nunca esperaria ser guindado à condição de porta-voz do Senador Jaques Wagner, ainda mais nessa questão. Mas ele me telefonou às 9h33 e embarcou. Eu recebi da assessora dele, a Leila, que está ali... Eu tenho que contextualizar, senão ninguém vai acreditar.

O Senador Jaques Wagner pediu para lhe avisar que compartilha dessa preocupação com o acordo de paz. Ele teve uma urgência e teve que viajar pela manhã de Brasília. Portanto, eu quero dizer que eu não tenho uma dúvida infundada, não é a dúvida de um lado. Vou prosseguir, faço isso com o maior respeito ao Senador Jaques Wagner, com quem tenho uma relação pessoal de mais de 20 anos, que demonstra que isso não é uma manifestação de um lado.

Segundo, eu vou dar entrada a um requerimento, Presidente, que eu vou deixar de ler para economizar tempo, que o Senador Vanderlan Cardoso trouxe para cá e que eu subscrevo também. Ouviu, Flávio? É para marcar uma audiência pública com a presença do Embaixador Rafael Mariano Grossi, Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica – o Ministro o conhece –; de um representante do Ministério das Relações Exteriores; de um representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e de um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia. É uma audiência em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, ou seja, seria uma reunião conjunta das três Comissões. Eu o subscrevo por solidariedade e por reconhecer que é um assunto importante. Não vou ler a justificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Já está na pauta da próxima reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Faço, então, a apresentação física.

Finalmente, sem querer transformar a reunião, que foi muito proveitosa, sem dúvida alguma – eu a considero muito importante –, eu gostaria de ponderar o seguinte: aplaudir uma iniciativa, ainda que seja como iniciativa... Eu não acredito que alguém vai assinar um mapa de que um país se comunica com outra parte do país através de um túnel. Eu não vou dizer que concordo com a anexação das Colinas de Golã, porque isso já envolve outro país, nem com as fazendas do sul do Líbano, que também fazem parte de um terceiro país. Daqui a pouco, vou dizer que reconheço que Israel é dono do petróleo ou do gás que está na costa do Líbano sem falar com os libaneses e, como se dizia antigamente, como Garrincha nos ensinou, sem combinar com os russos. Vicente Feola disse como ele deveria driblar, e ele disse: "Mas já combinaram com os russos?".

Neste caso, a minha colocação muito modesta é a seguinte: o senhor, que teve a iniciativa de conversar com os países árabes depois daquela declaração de que Embaixada do Brasil iria para Jerusalém, uma declaração unilateral, respeitável, porque foi dita pelo Presidente... Mas ele próprio deu uma revisada e uma contemporizada, o que é sinal de bom senso. Então, eu lhe faria uma pergunta que fiz fora do ar e que agora faço no ar. Seria interessante que o Brasil, para ter realmente uma posição mediana... O senhor acha, percebeu em Israel que estávamos pendentes para um lado. Isso também deve ser reparado.

E o Brasil tem o direito histórico de se considerar mediador não só nesse caso. Falei mediador no sentido de país visto como não sendo alinhado ao princípio de outros. Eu falei aqui de mediador não nesse caso. Acho que os Estados Unidos é que têm que ter essa função. Só que eles tomaram outro caminho. O Prêmio Nobel da Paz compartilhado pelo líder israelense e pelo líder da Palestina foi obtido com um abraço mediado pelo Presidente americano. Foi isso. Deu o Prêmio Nobel da Paz para o Arafat e para o Rabin...

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU (*Fora do microfone*.) – Yitzhak Rabin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – ... para o Yitzhak Rabin, que foi morto, assassinado por um judeu radical. Foi terrorismo interno, portanto. Nesse caso, não houve intervenção do outro lado do Rio Jordão.

Então, repito, eu acho que, quando V. Exa. diz "nós estamos tomando posição sem conhecer, sem olhar para o lado", a gente sempre olha para o lado, porque a política manda olhar para o lado. Estar sozinho e certo é achar que o batalhão está marchando errado e que eu é que sou o certo. Então, eu fiquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais preocupado ainda, porque nenhum país ocidental tomou posição parecida. Esses países do Golfo nós sabemos que têm interesses próprios que os estimulam a mostrar simpatia. Eu respeito isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Só para concluir, eu acho sinceramente que, à semelhança do que se fez para recuperar o diálogo com os países árabes, o que resultou nesse entendimento de que participou a Ministra Tereza Cristina, sua coestaduana, e que ensejou, inclusive, essa viagem muito proveitosa do Presidente da República aos países árabes do Oriente Médio... Eu acho que alguma coisa... Hoje foi criado aqui o grupo... Sob a Presidência do Senador Nelsinho, a Comissão hospedou aqui a criação de um grupo Brasil-países árabes. Eu acho que, pelo menos, é preciso colocar o estetoscópio para saber o que pensa o outro lado.

Eu repito: não precisa consultar Israel e Estados Unidos; eles estavam presentes e apresentaram um plano. O Brasil não tomou uma decisão definitiva, conclusiva, mas, sim, de estímulo – é o que o senhor nos disse aqui. Acho que isso tem de ser levado à outra parte, sob pena de ela começar a pensar que nós perfilamos incondicionalmente com o que foi proposto. E eu repito que o que foi proposto, ainda que seja um borrão, um rascunho – no sentido de rascunho –, afeta até outros países. Não quero entrar nisso, não sou juiz dessa questão.

São ponderações que eu faço no sentido de aprimorar e preservar esse ativo que o Brasil conquistou e que a gente sente no mundo inteiro. O Brasil é visto como um país de diálogo – isso é o que é importante e que eu gostaria de ressaltar. Eram essas minhas colocações.

Finalmente, eu quero dizer que não se surpreenda quando eu der forma a um projeto de resolução que eu acalento desde muito tempo. Já o anunciei em junho do ano passado, em novembro do ano passado, autorizando o nosso Governo a instalar, em Jerusalém ocidental, a Embaixada do Brasil em Israel e, junto à Palestina, em Jerusalém oriental. Eu acho que isso seria muito coerente com que Osvaldo Aranha falou e com a condição que a ONU estabeleceu de situação especial para a cidade de Jerusalém, que foi o grande sonho do Saladino, que dizia que Jerusalém era a Cidade do Povo do Livro, do povo que segue predominantemente as religiões monoteístas, as três, inclusive a cristã.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

O Ministro Ernesto já anotou para fazer as considerações junto com as considerações sobre o bloco das perguntas da sociedade.

Apenas quero ressaltar que nós damos, através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, a oportunidade para as pessoas participarem, ou pelo telefone 0800-612211. A participação de todos é sempre muito bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos duas perguntas aqui no mesmo caminho, e duas outras perguntas no mesmo caminho. No total, são seis perguntas que eu vou passar a ler.

Ricardo Cerqueira, do Acre, e André Marques, do Distrito Federal, fazem perguntas mais ou menos iguais: "O Brasil precisa de estratégias eficazes para aumentar a exportação para outros países e também para se impor no cenário geopolítico"; "Quais os avanços nas nossas relações com Israel, EUA e Coreia do Sul?".

Rayell, de Tocantins, pergunta: "Com o surto do coronavírus, muitos produtos vindos da China encareceram. Como o Brasil pretende renovar o estoque dos produtos em falta?".

Há duas perguntas semelhantes de André Leite Araújo, de São Paulo: "Sobre a Bolívia, quais os esforços do Governo Bolsonaro para a sua adesão como membro pleno ao Mercosul? A mudança de governo na Bolívia poderá alterar algum planejamento?".

Lucas Victor Cavalcanti Lira e Dado Galvão fazem perguntas semelhantes. "Como estão as relações diplomáticas com os países do Mercosul?", pergunta Lucas Lira, de Pernambuco. Esta pergunta é de Dado Galvão, da Bahia: "Como está sendo tratada pelo Brasil, no âmbito do Mercosul, a diáspora de refugiados venezuelanos? O Presidente Guaidó também é reconhecido pelo bloco?".

A última manifestação, que chegou por fim, é de Aroldo Guedes, de Manaus: "A OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) é uma organização intergovernamental constituída por oito países-membros, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, e é o único bloco socioambiental de países dedicado à Amazônia. Vejo com muito bons olhos a recriação do Parlamento Amazônico, na certeza de que bons resultados trará para todos os envolvidos. Parabéns por esse trabalho!".

Na mesma esteira do Senador Esperidião Amin, o Senador Telmário, seu fiel opositor, encaminhou aqui uma solicitação, que vou repassar a V. Exa., no sentido de uma demanda dos ônibus de brasileiros que moram na Venezuela, em função desse afluxo. Ele disse que V. Exa. está ciente dessa questão. Então, ele pediu para que eu assim fizesse, e eu estou fazendo. Vou passá-la também para o Embaixador Marcos Arbizu, que está mais frequentemente aqui com a gente, para que possa dar resposta ao Senador Telmário.

É isso.

Com a palavra o Ministro Ernesto, para finalizar.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o que mencionou o Senador Esperidião Amin, nós estamos, mais uma vez, com os mesmos objetivos, os de o Brasil ser um País crível na possibilidade de contribuir para soluções pacíficas não só no Oriente Médio, mas em outras partes.

Quero só enfatizar, talvez, a questão do método, da percepção de a nossa atitude em relação ao projeto ou proposta de acordo de paz ser ou não producente nesse sentido. Nós continuamos achando que é importante que toda a comunidade internacional apoie algum tipo de retomada das negociações, e esse acordo, parece-nos, é uma boa base para isso. O Brasil, diante dessa responsabilidade, quis fazer, e continuamos querendo fazer, o papel de apoiar, antes de tudo, a retomada das negociações – isso é que é fundamental –, e não apoiar o conteúdo necessariamente do plano. Mas é claro que só apoiamos essa retomada porque achamos que o conteúdo é um conteúdo razoável.

Vou só dar o exemplo da questão do túnel entre Gaza e Cisjordânia. Senador, essa divisão do que seria o território palestino, desde a partilha, já estava lá. Então, a ideia do túnel é uma das maneiras pensáveis para se conectarem essas diferentes partes do que seria o território.

Lembro também que não é para defender, necessariamente, o conteúdo do plano, como eu dizia, mas para lembrar que, pela primeira vez, prevê-se a atribuição de novos territórios ao que seria o Estado palestino no sul de Israel, territórios que nunca foram parte de um Estado palestino em nenhuma proposta de partilha.

Só quero mencionar uma questão também a que o Senador se referia, a respeito da ideia da nossa ida com o Presidente, da visita presidencial ao Golfo. Existe aquele dito de Ronald Reagan de que a gente não deve se preocupar com quem leva o crédito das coisas e simplesmente fazer as coisas, senão a gente não faz nada. Mas, nesse caso, a concepção disso foi minha, foi do Itamaraty, desde o começo da nossa política com os países árabes, é claro, com todo o apoio, como o senhor mencionou, do Ministério da Agricultura, da Ministra Tereza Cristina.

Mas, voltando também àquele tema que o senhor mencionou, de que, no ano passado, tive tempo de falar de ideias, mas não da implementação dessas ideias, desde o começo nós queríamos nos aproximar não só de Israel, recuperando um terreno perdido e oportunidades perdidas, mas também dos países árabes. Então, desde o começo, vim preparando isso e fico muito feliz de que esteja dando frutos essa aproximação com países como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes, tanto em termos políticos quanto em termos de investimentos. Estamos criando esse fundo de investimento de US$10 bilhões da Arábia Saudita no Brasil, coisa que não existia antes, e isso se deve, em grande parte, ao nosso trabalho diplomático, é claro, sob a liderança do Presidente.

Acho que é isso. Estamos prontos a conversar com quem quer que seja, em qualquer formato, com todas as partes envolvidas, para contribuir para uma solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as perguntas das pessoas que as mandaram, quanto à questão dos novos mercados e do cenário geopolítico, mencionaram três países: Estados Unidos, Coreia e Israel. São justamente países em que nós temos uma prioridade grande. Quanto aos Estados Unidos, estamos conseguindo instrumentos muito importantes. Até foi mencionado aqui pelo Senador, no começo, a reabertura do mercado americano de carnes para o Brasil. Queremos mais acordos e mais iniciativas com os Estados Unidos nessa área comercial, mas isso já é um excelente exemplo. E é um exemplo também de criação de oportunidades econômicas e comerciais, graças à criação de uma atmosfera política diferente e à criação de uma parceria política em outros domínios. Então, cada vez mais, a gente nota que não é possível separar essas duas dimensões e que uma coisa vai junto com a outra. Também volto àquela questão de que podemos plenamente e queremos plenamente trabalhar em princípios e, ao mesmo tempo, na criação de oportunidades econômicas. *Mutatis mutandis*, isso se aplica tanto à Coreia, com quem temos uma negociação de livre comércio, quanto com Israel.

Quanto à questão dos produtos vindos da China, no contexto do coronavírus, existe realmente uma demanda enorme por determinados produtos, mas, pelas reuniões de coordenação que nós temos tido entre vários ministros para tratar do coronavírus, o Ministro da Saúde, Ministro Mandetta, sempre assegura que está tudo sob controle – isso eu quero reiterar aqui também. É claro que é da pasta dele, mas tenho certeza de que toda a nossa capacidade de resposta está plenamente sob controle.

Além disso, já notamos que essa demanda muito grande por determinados produtos cria oportunidade de investimentos no Brasil. Isso é algo que precisamos aproveitar. O fato de que muitos suprimentos, não só na área farmacêutica, médica, mas em outras áreas, hoje estão muito concentrados na China, com todo o problema que está acontecendo, as pessoas ao redor do mundo estão se dando conta disso, e, sem nenhum demérito à China, sem nenhum prejuízo da China, cria oportunidade de investimentos em outros lugares, inclusive no Brasil.

Bolívia no Mercosul depende acho que só da votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Acreditamos que seria muito positivo, seria importante que o Mercosul fosse visto como um elemento para consolidar a democracia na Bolívia. Achamos que a Bolívia está num bom caminho, com a realização próxima de eleições, eleições limpas. Uma Bolívia plenamente democrática pode ser um membro muito importante e novo do Mercosul, assim como a Venezuela é membro do Mercosul. Ela está suspensa, mas, no dia em que voltar a ser um país democrático, certamente parte disso será o retorno ao Mercosul.

Das relações dentro do Mercosul eu falei um pouco aqui. Eu já tinha falado de Argentina; as relações estão excelentes. Com o Paraguai e com o Uruguai também, as relações não podiam estar melhores. Acho que estamos num dos melhores momentos da nossa relação com o Paraguai e com o novo Governo do Uruguai também. Já temos uma pauta nova, uma pauta de aprofundamento das relações, e com a Argentina estamos construindo uma relação bastante produtiva. Temos confiança de que isso será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível, preservando o Mercosul como uma zona de livre comércio, sem barreiras internas, e como uma plataforma negociadora eficiente com terceiros.

Na questão de refugiados venezuelanos, continua havendo uma pressão muito grande, mas estamos acolhendo, como sabem, os refugiados e os imigrantes venezuelanos com toda a solidariedade. A Operação Acolhida já é uma referência mundial de acolhimento de imigrantes e refugiados. O que nós esperamos é que a causa fundamental disso cesse, que são os desmandos e a situação de total descalabro em que vive a Venezuela, causada pelo regime ilegítimo naquele país. Mas, em relação aos venezuelanos, nós os acolhemos e continuaremos acolhendo.

Na questão do reconhecimento do Presidente Juan Guaidó, o Mercosul não se posicionou especificamente sobre isso em conjunto, os países individuais do Mercosul é que se posicionam. Não quero, portanto, falar pelos outros países, mas o Mercosul, em conjunto, é um bloco fundado no princípio da democracia, não só a democracia entre eles, mas também para o conjunto da região. No caso, a Venezuela como membro do Mercosul faz parte desse compromisso democrático. Portanto, temos, digamos, essa perspectiva de que a Venezuela necessita, no dia em que for novamente um país democrático, ser reincorporada ao Mercosul.

Quanto ao Tratado de Cooperação Amazônica, há o reconhecimento de que é um foro importante. É um foro que padece também dessa questão da Venezuela, ou seja, o Governo ilegítimo da Venezuela não pode representar o país nesse bloco, mas o Parlamento, sim, existe uma assembleia nacional legítima na Venezuela que pode representar a Venezuela no Parlamento Amazônico.

Em relação a essa questão levantada pelo Senador Telmário Mota, eu não tinha conhecimento dessa questão dos ônibus com brasileiros. Vou levantar isso imediatamente e passarei a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Agradecemos ao Ministro Ernesto.

O Senador Esperidião Amin quer também fazer mais alguma consideração.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero aproveitar, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Antes de terminar, agradecendo ao Ministro, eu gostaria de fazer chegar ao seu conhecimento duas consultas que eu recebi do Encarregado de Negócios de Taiwan, que tem uma condição, portanto, peculiar. Uma delas me chamou atenção pelo aspecto humanitário. É a questão de como se posiciona a Organização Mundial da Saúde e até que ponto o Brasil tem alguma possibilidade de influência quanto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergência sanitária. Afinal, se curdos viessem falar comigo, eu daria a mesma... São grupos, não são países, nações estabelecidas. E a segunda é uma controvérsia que existiria sobre a questão do visto eletrônico para Taiwan, para a China e para a Índia, que eu apenas lhe farei presente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você tem toda liberdade. Foi a nossa Presidente da Comissão. Aliás, eu... Convenhamos que, do ponto de vista estético, eu perdi muito, não é? (*Risos.*)

Mas só vou lhe apresentar isto aqui e quero renovar o meu agradecimento pela sua disposição para o debate, pela sua disposição de recepção ao que é controverso e faz parte especialmente da atividade parlamentar e também das relações internacionais.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nada mais havendo a tratar, a parte deliberativa ficou para a próxima semana, até em função do quórum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, quero registrar a presença...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Mas ela já veio aqui de manhã, já sentou ao meu lado. Eu, com muito prazer, registro a presença da Deputada Angela Amin, ex-Prefeita de Florianópolis.

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU (*Fora do microfone.*) – E a futura!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – E será a futura, como disse a Márcia Abreu.

Agradeço ao Ministro Ernesto e a todos que se fizeram presentes e declaro encerrada a presente reunião.

Porém, eu gostaria aqui de registrar dois fatos.

Nós estamos indo, eu e o Ministro Ernesto... Senador Amin, nós estamos indo para um almoço na Embaixada do Chile – por isso a presença do Deputado Estadual Felipe Orro – em que a pauta vai ser o Corredor Bioceânico. Estarão presentes os Embaixadores da Coreia do Sul, da Índia, do Japão, da Indonésia, da Malásia, de Myanmar, do Paraguai, de Singapura e da Tailândia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E alguém de Campo Grande.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – E eu de Campo Grande. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor está usurpando o papel do seu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está certo. (*Risos.*)

E também quero registrar aqui a nomeação de mais um integrante sul-mato-grossense no Governo Jair Bolsonaro: Rodolfo Nogueira, ex-Presidente do PSL e fiel aliado do Presidente Bolsonaro, assume a gerência da Embratur em Brasília. Ele é o suplente da Senadora Soraya. Está feito o registro.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dez minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Dário Berger, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Fabiano Contarato, Weverton, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Telmário Mota, Carlos Viana, Irajá, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Lasier Martins, Luiz Pastore, Soraya Thronicke, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Roberto Rocha, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Paulo Albuquerque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 10.847, de 15 de março de 2004, nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e a Medida Provisória nº 2.227, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2124, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5007, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Torna isenta de tributos e encargos federais a parcela da fatura de energia elétrica cobrada a título de bandeira tarifária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton (*Ad hoc*), substituiu Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 73, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para disciplinar a edição de atos de caráter normativo pelas agências reguladoras." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pelo encaminhamento da matéria à Presidência do Senado Federal, para que seja declarada sua prejudicialidade, nos termos do artigo 334, inciso II, do Regimento Interno. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 702, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda nº 1/CI (substitutivo), bem como pela aprovação da emenda nº 2/S, na forma da subemenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nº 3/S e 4/S, apresentadas em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais (DEM/GO). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 279, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3258, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1/CDH (substitutivo), com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3598, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3981, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV; altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; revoga as Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, 6.346, de 6 de julho de 1976, 6.504, de 13 de dezembro de 1977, 6.555, de 22 de agosto de 1978, 6.574, de 30 de setembro de 1978, 6.630, de 16 de abril de 1979, 6.648, de 16 de maio de 1979, 6.671, de 4 de julho de 1979, 6.776, de 30 de abril de 1980, 6.933, de 13 de julho de 1980, 6.976, de 14 de dezembro de 1980, 7.003, de 24 de junho de 1982, 7.436, de 20 de dezembro de 1985, 7.581, de 24 de dezembro de 1986, 9.060, de 14 de junho de 1995, 9.078, de 11 de julho de 1995, 9.830, de 2 de setembro de 1999, 9.852, de 27 de outubro de 1999, 10.030, de 20 de outubro de 2000, 10.031, de 20 de outubro de 2000, 10.540, de 1º de outubro de 2002, 10.606, de 19 de dezembro de 2002, 10.680, de 23 de maio de 2003, 10.739, de 24 de setembro de 2003, 10.789, de 28 de novembro de 2003, 10.960, de 7 de outubro de 2004, 11.003, de 16 de dezembro de 2004, 11.122, de 31 de maio de 2005, 11.475, de 29 de maio de 2007, 11.550, de 19 de novembro de 2007, 11.701, de 18 de junho de 2008, 11.729, de 24 de junho de 2008, e 11.731, de 24 de junho de 2008; revoga dispositivos das Leis nºs 6.261, de 14 de novembro de 1975, 6.406, de 21 de março de 1977, 11.297, de 9 de maio de 2006, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.482, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, e 11.772, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências, para proibir a construção de pontes de madeira construídas com recursos do Governo Federal." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 11, de 2020** que: "Requer o aditamento do REQ 6/2020-CI, para ampliar o rol de convidados e retificar a data de realização do evento." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. fazem uso da palavra os Senadores Jean Paul Prates, Jayme Campos, Marcos Rogério, Weverton e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Documentos recebidos pela Comissão. Retomando a listagem dos documentos recebidos: Ofício 3.133/2020, do Tribunal de Contas da União; Ofício 724/2019, da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais; Ofício nº 46/2020, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício 10.108/2019, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso; Ofício 70/2019, da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Hidroviários e Aéreos.

Comunicamos o arquivamento dos seguintes expedientes: Ofício "S" 12/2019; Ofício "S" 14/2019; Ofício "S" 20/2019; Aviso 32, do Tribunal de Contas da União; Ofício 185/2019, da Câmara Municipal de Guaíba; Ofício 388/2019, da Aneel; Ofício 1, de 2020, da Antaq; Ofício 11, de 2020, da Anatel; Ofício 78, de 2020, da ANTT; Ofício 15, de 2020, do Ministério de Estado do Desenvolvimento Regional; Ofício 6.909, de 2019, da Câmara Municipal de Santos.

Além disso, a Presidência do Senado enviou, para conhecimento, cópia dos seguintes expedientes: Ofício 87, de 2020, do MME, com as informações prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, em atendimento ao Requerimento de Informações 793, de 2019, originalmente Requerimento 58, de 2019, da CI, de autoria do Senador Marcos Rogério, sobre o montante financeiro envolvido na resolução da questão do risco hidrológico pela via judicial e o montante financeiro resultante da solução do risco hidrológico pela via legislativa, com a aprovação do PL 3.975, de 2019; Ofício 88, de 2020, também do Ministério de Minas e Energia, com as informações prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, em atendimento ao Requerimento de Informações 534, de 2019 – 3.919, da CI –, de autoria do Senador Espiridião Amin, sobre os elementos de fundamentação para o projeto de incorporação reversa para incorporar a Eletrosul à CGTEE. Cópias das informações fornecidas pelo Ministro de Minas e Energia foram enviadas aos gabinetes dos Senadores Marcos Rogério e Espiridião Amin, além de poderem ser acessadas na tramitação do Requerimento 3.958, de 2019, da CI.

Por fim, observamos que os seguintes expedientes serão distribuídos para relatoria: Ofício "S" 15, de 2019, e Ofício "S" 18, de 2019.

Senhoras e senhores, venho trazendo, nas aberturas desta Comissão, diversos temas que julgo serem de extrema relevância para o cenário econômico nacional, com foco, sobretudo, nas dificuldades e nas possíveis soluções para desatarmos os nós da infraestrutura do País.

Antes desta reunião, tive a satisfação de me encontrar, hoje, junto com o Senador Jean Paul, com o CEO da empresa chilena de aviação JetSmart, o Sr. Estuardo Ortiz. A empresa iniciou suas operações no Brasil recentemente e pude conhecer vários dos desafios e projetos para o setor. Nesse contexto, creio ser oportuno debatermos o cenário e as perspectivas do transporte aéreo de passageiros no País, tendo em vista a chegada de diversas companhias de baixo custo, as chamadas *low cost*, no Brasil. Como sabemos, há anos o mercado aéreo brasileiro é dominado por poucas empresas, o que, invariavelmente, traz prejuízos ao consumidor, tanto no que diz respeito à qualidade dos serviços oferecidos quanto ao preço das passagens praticado, muitas vezes criticados aqui na Comissão de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Várias localidades brasileiras, como o Norte do País, o Nordeste do País, cidades do interior, permanecem à margem de uma maior oferta de voos. Há pouco interesse dessas empresas em criar mais linhas aéreas nessas regiões, já que entendem não haver o mesmo retorno financeiro que os voos que cobrem as metrópoles no Centro-Sul do Brasil. Essa é uma conjuntura que, infelizmente, traz prejuízos ao desenvolvimento de áreas distantes dos tradicionais polos econômicos, bem como é um atraso a uma maior integração do País.

Temos uma aviação regional extremamente limitada. É por isso que gostaria de saudar, Senador Jean Paul, a chegada de várias empresas *low cost* estrangeiras, embora ainda estejam operando apenas para destinos internacionais. Mas estão chegando e hoje demonstrando claramente o interesse em compor o conjunto de empresas interessadas em operar na aviação doméstica.

A chilena Sky Airline ampliou o número de voos entre o Brasil e o Chile; a norueguesa Norwegian abriu mais uma rota de ligação entre Rio de Janeiro e Londres; a Air China, antes da recente crise sanitária envolvendo o novo coronavírus, começou operar regularmente a rota entre São Paulo e Pequim; e a argentina FlyBondi proporcionou mais voos à Argentina com a promessa de preços até 40% menores. A essas empresas se somou, mais recentemente, a chilena JetSmart, criada e controlada pelo fundo norte-americano Indigo Partners, e começou a operar voos de Salvador e Foz do Iguaçu a Santiago com uma política de preços denominada ultrabaixo. Neste mês, também terão início os voos entre São Paulo e a capital chilena. De acordo com notícias publicadas recentemente, a JetSmart também ambiciona operar rotas nacionais, ligando aeroportos dentro do Brasil, o que seria, sem dúvidas, um gigantesco passo em direção a uma maior competitividade no setor, além da exploração de um mercado com enorme potencial de crescimento.

É inegável que demos um passo decisivo para um maior dinamismo no setor aéreo com a aprovação, no ano passado, da permissão de capital 100% estrangeiro em companhias que operam no Brasil. Tenho a convicção de que nós legisladores devemos apoiar iniciativas que estimulem uma maior competitividade na prestação de serviços aéreos. Além disso, é um incentivo a um maior fluxo de turistas pelo País, executando o potencial de geração de empregos e renda de diversas regiões brasileiras carentes de conexões aéreas. Ciente da qualidade e da experiência dos nobres colegas que compõem esta Comissão, espero que possamos debater mais ideias, iniciativas e projetos que dinamizem o setor aéreo nacional e incentivem a vinda de mais companhias de baixo custo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Um aparte rápido para, em primeiro lugar, agradecer o seu gentil convite para estar, agora de manhã, com uma dessas empresas mencionadas. De fato, quero pontuar aqui que o panorama, em relação... Evidentemente, fazendo as ressalvas devidas ao específico fato de o vírus e a pandemia que nos assola a todos obviamente afetarem certo grau de segurança em relação ao curto prazo, mas o fato é que as componentes estão dadas, e o Congresso participou ativamente disso – e a sua liderança foi muito importante neste aspecto para se criarem os ambientes favoráveis à entrada de empresas estrangeiras e nacionais que se formem *low cost*, de baixo custo e acessibilidade máxima para a classe, principalmente, C e eventualmente até para a classe D. Vamos evoluindo para esse quadro.

E isso se dava basicamente por uma barreira institucional que continha uma mitológica crença de que o fato de ter controle de capital influenciava no fato de nós não termos a soberania para regular essas empresas. Eu, na época, mencionei que votei a favor da possibilidade de capital estrangeiro nas empresas aéreas em função de ter certeza de que o Estado brasileiro é soberano, com suas agências reguladoras, com seus ministérios, independentemente do governo que esteja no poder, para regular e controlar essas empresas, como também o é, desde 1997, para regular e controlar as empresas de petróleo, que eram tidas como monstros e grandes empresas influenciadoras, como de fato são. Mas o Estado brasileiro soube perfeitamente regulá-las, bastando colocá-las sob o julgo da lei brasileira, obrigando que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

elas constituíssem suas filiais, suas subsidiárias nacionais, sob a lei brasileira, na Junta Comercial do Brasil, com empresas definidas nos formatos da nossa legislação. Então, isso as coloca sob a jurisdição do Brasil. Não é o fato de elas terem capital mais ou menos estrangeiro que faria com que a gente perdesse o controle sobre elas.

É bem-vindo o processo das *low costs*. Nós ouvimos várias explanações para cada um de nós sobre essas empresas à época. Precisamos, de fato, estimular principalmente que elas não entrem apenas nas rotas mais interessantes a todos. Isso, obviamente, também interessa porque a competição sempre faz baixar os custos. Mas que a gente consiga estimulá-las a atuar nas nossas Regiões Norte e Nordeste, que são regiões que ficam reféns do processo de centralização das rotas aéreas nos grandes *hubs* do Centro-Sul.

Então, nós precisamos, de fato, estimular até esse processo e, de forma também paralela, as chamadas rotas regionais, que afetam diretamente Municípios que são considerados segundas ou terceiras capitais dos nossos Estados e que estão isolados praticamente do ponto de vista da malha aérea, obrigando os usuários a se deslocarem para as capitais para pegar um voo caríssimo, de madrugada, para vir a Brasília para viajar para o exterior ou para ir a São Paulo para viajar para o exterior ou mesmo para fazer suas atividades em cidades também secundárias, porém não menos importantes, desses Estados do Sul e do Sudeste.

Então, essa congeminação do *low cost* com as possibilidades de tarifas dinâmicas, com a possibilidade de você pagar pelo que está levando... Isso não é feio. A gente se acostumou com aquele conceito de que, só porque está viajando de avião, tem que haver comida, tem que haver mala, tem que haver isso ou tem que haver aquilo. Separar isso em módulos é honesto, desde que seja transparente. Então, uma vez que a gente regule de forma transparente todas essas tarifas...

Aí eu encerro, dizendo que, por essa razão, é que nós pedimos, à época, no ano passado ainda – se não me engano, foi em maio –, um processo de investigação tarifária junto ao Cade. Vários colegas, inclusive, de Rondônia e da Bahia, como o Senador Jaques Wagner, como a Senadora Kátia, que, inclusive, é de um Estado não tão longínquo assim, que fica próximo daqui, todos corroboraram a nossa iniciativa de ir ao Cade solicitar que abrissem a estrutura tarifária. Isso não se faz, obviamente, de uma hora para outra, de forma aberta completamente, mas eles estão trabalhando nisso. Estamos tendo agora uma agenda para marcar para ver como estão esses trabalhos. Isso visa justamente a conhecer os componentes das tarifas, para que os Estados e o próprio Governo Federal possam ajudar a tornar essas tarifas mais baixas, a saber identificar onde é que está caro, onde é que está ineficiente o processo.

Então, as *low costs*, certamente, contribuirão para isso. Algumas vêm bastante empolgadas já, dizendo que vão, de fato, apresentar tarifas bem mais baixas. Espero que isso se concretize. Às vezes, o estrangeiro, infelizmente, se engana um pouco com Brasil. O Brasil é um pouco mais complicado e, como dizem muitos, não é para iniciantes. Mas nós, certamente, iremos todos ajudar, porque essa não é uma questão de governo, desse ou daquele Presidente, mas é uma questão do Estado brasileiro, da Nação brasileira, que precisa, de fato, ter acesso a tarifas aéreas mais baratas. Não é coisa de rico, não é coisa de elite; é uma coisa que afeta os negócios de pequenas e médias empresas também, de turistas de todas as classes sociais, alguns dos quais que economizaram durante dois anos para poder fazer uma viagem, dentro do Brasil mesmo. São iniciativas muito bem-vindas, e eu o elogio publicamente aqui pela iniciativa que esta Comissão de Infraestrutura tem tido de estimular esse processo, que é muito bem-vindo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e agradeço inclusive a presença de V. Exa., ao recebermos o Presidente da JetSmart, num bate-papo bastante claro, objetivo, em que foi apresentada a estrutura da empresa, a linha de ação, participação em mercado, o foco da empresa, especialmente na classe C, que hoje, infelizmente, no Brasil, está excluída praticamente da aviação, ou seja, não consegue comprar passagem aérea no preço que temos.

Um absurdo você ter no Brasil passagem aérea doméstica, de Brasília a Porto Velho, de Brasília a Rio Branco, no Acre, de Brasília a Natal, no Rio Grande do Norte, mais cara do que uma passagem internacional! Uma passagem daqui para Miami é mais barata do que uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passagem de Brasília a Porto Velho. O consumidor não consegue entender isso, e não tem como entender. É um desrespeito com o consumidor.

E V. Exa. atacou aqui – a Senadora Kátia tem falado muito nisso também – essa caixa-preta que existe para você descobrir o que compõe o preço da tarifa aérea, o que justifica essa oscilação tão discrepante. Você entra num minuto e está lá uma passagem por mil reais. O cliente seguinte, do seu lado, entra um minuto depois: aquela mesma passagem que estava mil já vai para R$1,4 mil, R$1,5 mil, R$2 mil. Não tem sentido. Eu acho que clareza e transparência vão fazer muito bem ao mercado.

E que venham essas empresas. Acho que o ambiente de maior competição favorece preços melhores, segurança maior, enfim. Todas as empresas, independentemente de serem *low cost* ou não, têm a sua política de segurança. Não se discute aqui abrir mão de segurança para baixar preço de passagem. Segurança é um elemento indispensável, ninguém abre mão de segurança em nome de preço. Agora, há alguns serviços que de repente não são serviços indispensáveis para o consumidor, para o usuário. Não quer levar bagagem, não precisa pagar por ela. Não quer comer o lanchinho do avião, não precisa pagar por ele. Não quer ter *wi-fi* dentro do avião, não precisa pagar por isso. Não quer ter uma cadeira que recline...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Não faço a menor questão, eu não preciso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. prefere a que não reclina. Então, a comodidade pode estar ali naquelas companhias que a oferecem para quem quer pagar um pouco mais, mas para aqueles que querem pagar um pouco menos, que tenham a possibilidade de voar no Brasil. Isso não é luxo, é a garantia maior do direito de ir e vir dos brasileiros e das brasileiras.

Fico feliz que o Parlamento brasileiro tenha contribuído com a abertura do mercado, permitindo que companhias internacionais viessem para o Brasil, investissem aqui, acreditassem nesse mercado e dessem a possibilidade, para quem está lá na ponta, de voar pagando passagens mais baratas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E que continue ajudando, Presidente, também, justamente na atração dessas empresas agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero dizer aqui, de público, principalmente para quem nos assiste no Rio Grande do Norte, que já convidei a empresa JetSmart, no final da reunião, encaminhamos à empresa estudar, com a empresa Inframérica – que como alguns sabem está devolvendo a concessão do aeroporto de Natal, em função do contrato de concessão e não das condições de mercado de Natal como destino – para estudar juntos, já que essa concessionária que nos deixa tem o compromisso de manter o aeroporto funcionando integralmente, com todos os seus compromissos de pé, até a substituição por nova concessionária, porque deverá levar de um ano a dois anos o processo, conduzido pelo Governo Federal, pelo Ministério da Infraestrutura. E que ela, nesse meio-tempo, desde já, analise a viabilidade de rotas envolvendo Natal. E convidei, inclusive, para que considere Natal como *hub* Nordeste, como ponto centralizador de suas rotas, uma vez que nós temos uma equidistância em relação às capitais nordestinas, e, pelo fato de ser *low cost*, interessa a elas justamente estar na distância igual. Como vai trabalhar em rotas regionais, também por essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, Caruaru, Mossoró, destinos como Crato, Sobral; destinos – como eu digo – secundários, que hoje não são atendidos por ninguém.

Então, agradeço mais uma vez a presença nessa reunião e a sua contribuição. Acho que Rondônia também deve trabalhar nesse mesmo paradigma. Nós não podemos ser Estados isolados, porque estamos distantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Temos Estados riquíssimos, atrativos do ponto de vista turístico, comercial, operacional, e é importantíssimo estarmos nessas rotas, é importantíssimo contar com esses novos investimentos aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mais uma vez agradeço a V. Exa. e os apelos que foram feitos lá, obviamente que para atender o Brasil de modo mais amplo. É o papel nosso enquanto Comissão. Mas os dois pontos que nós colocamos são dois pontos estrangulados pela política de atendimento das empresas atuais no Brasil. O Nordeste sofre com isso e o Norte sofre com isso.

Quando ele começou a falar, eu pensei: vamos começar pelo Norte. O Jean Paul, ao lado, falou assim: "E pelo Nordeste". (*Risos.*)

Os dois pedidos foram feitos, apresentados, estamos juntos! Espero que realmente isso aconteça.

E, em relação à questão do Norte, apenas para poder situar aqui, Senador Jayme Campos, tem outro aspecto: Manaus hoje é um *hub* internacional. Agora, para quem está aqui na região central do Brasil, se sair daqui para pegar o voo lá em Manaus, é mais cara a passagem dele daqui até Manaus do que a passagem de Manaus a Miami, por exemplo. Agora, a diferença de tempo de quem pega o voo aqui ou lá em São Paulo para Miami é muito maior do que o tempo que leva um voo de Manaus a Miami. Então, com a empresa operando com tarifa baixa, você tem a possibilidade de sair daqui, fazer uma escala em Rondônia, Rio Branco, Manaus, fazendo a conexão do Brasil central com o Norte do Brasil. Enfim, que venham outras empresas e que a gente tenha aí um ambiente de maior competição e tarifas baixas para os brasileiros.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Pela ordem. Só para fazer apenas uma manifestação rápida aqui, até pelo adiantado da hora, e V. Exa. também parece que precisa relatar um texto, um projeto do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou convidar V. Exa. para presidir na sequência aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado.

Eu quero só dizer para o senhor que tem todo o meu apoio, está coberto de razão. Lamentavelmente, o que está sendo praticado no Brasil em relação às companhias aéreas é um verdadeiro assalto à sociedade brasileira.

Particularmente, irei me referir ao meu Estado do Mato Grosso. Além das tarifas aéreas praticamente dobrarem de preço, nós perdemos a Avianca. Para V. Exa. ter noção, nós temos um voo de manhã, que sai às 4h20; você tem que levantar às 3h da manhã. Daí para frente, para todos os voos nós temos que sair de Cuiabá, ir a São Paulo ou ir a Campinas, e de Campinas a Brasília. O senhor imagina o transtorno na vida do cidadão.

Então, eu acho que piorou mais de 100% com a saída da Avianca. Vejam, é um verdadeiro oligopólio de três ou quatro companhias aéreas que estão verdadeiramente fazendo um abuso de poder econômico, assaltando o cidadão mato-grossense, o cidadão brasileiro. Em Mato Grosso, para se ter uma noção, de Cuiabá até aqui é uma hora e dez e se paga para vir a Brasília e voltar R$3 mil!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que coisa!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É mais caro do que ir a Miami.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Voo internacional.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A Orlando, ao Chile e à Argentina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Enfim, algo tem que ser feito. Eu faço o apelo a V. Exa., como Presidente da Comissão de Infraestrutura, que tem muito a ver, não só com transporte aquaviário, aeroviário, ferroviário...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tem que tomar providência.

Eu vou propor aqui, se algo não for feito. Até porque aprovamos há pouco tempo aqui instrumentos e ferramentas para as companhias. Quando aprovamos aqui por medida provisória – se não me falha a memória...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Da questão das bagagens?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Bagagem, não...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão da abertura de mercado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A questão da abertura de mercado. Cadê as companhias aéreas? Aí que fechou mais ainda. Desativaram em Mato Grosso, em Cuiabá, praticamente 30% dos voos acabaram, porque a Avianca saiu do mercado e mesmo a Gol e a Latam diminuíram o número de voos, que vêm bombando, gente até de pé... De pé é inseguro andar, pelo amor de Deus! Está incrível, está incrível!

Além do mais, há companhia aérea que está vendendo até peixe frito no avião, sandálias Havaianas. Você vai lá: "O que você quer?". Rapaz, para tomar uma xícara de café, 25.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – *Duty-free* aéreo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tem *duty-free* aéreo. "O que você quer?". Até para apertar um pouco a aeromoça: "Quero saber o seguinte: vocês estão vendendo peixe frito aqui, tem sandália Havaianas ou algo parecido?". "Não, por enquanto não estamos vendendo".

Chegamos ao cúmulo do absurdo, algo tem que ser feito, caso contrário, temos que pedir uma CPI aqui no Senado Federal para ver quais providências serão tomadas, até porque os órgãos competentes não estão tomando nenhuma providência, não. É um assalto à mão armada!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, quando tomam, demoram demais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Olha, infelizmente estamos reféns, algo tem que ser feito na Comissão de Infraestrutura e, é óbvio e evidente, o próprio Congresso Nacional tem a obrigação de tomar algumas providências, sobretudo, se for o caso, nós aqui prepararmos uma CPI. Só nos resta essa alternativa. Caso contrário, tem sido penoso, mas muito penoso para a população brasileira.

Faço um apelo a V. Exa., como Presidente desta Comissão. Acho que temos obrigação de convocarmos quem quer que seja, qual o órgão competente, se é a Anac, ou o Ministério da Infraestrutura se for eventualmente ligado à questão do transporte aéreo brasileiro. Além do mais, quando aprovamos, o senhor lembra muito bem que iria melhorar a questão do transporte regional aéreo brasileiro. Não melhorou nada, piorou. Estão caçando só filé *mignon*, ninguém quer roer o osso. Ou seja, pelo menos devolver um pouco ao cidadão brasileiro na questão do transporte regional.

Então, eu faço essa manifestação. Apoio o senhor, concordo com o senhor. Vamos tomar alguma providência. Caso contrário, ficamos aqui só no discurso, nós temos que ir para a prática.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Temos que acabar com essa máfia no transporte aéreo brasileiro.

Essas são as minhas ponderações, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., que está coberto de razão. Esse esforço está sendo feito por esta Comissão e pelo conjunto dos Senadores. Todos sentimos na pele os impactos abusivos do preço das passagens aéreas.

Comunico ao Plenário da Comissão que, à luz do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece que, no desempenho de suas atribuições de acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às suas áreas de competência, as Comissões Permanentes devem selecionar a cada ano políticas públicas a serem avaliadas. Nas suas primeiras reuniões anuais, cada Comissão permanente deve eleger a política pública que será avaliada, e, ao final da Sessão Legislativa, um relatório conclusivo deve ser apresentado e apreciado pela Comissão. Assim, solicito que as Sras. e os Srs. Senadores apresentam até o dia 30 de março, por meio de requerimentos, sugestões de temas a serem avaliados em 2020, a fim de que, nas próximas reuniões, sejam submetidos à deliberação da Comissão.

Convido o Senador Jayme Campos a assumir a Presidência para que possamos dar sequência à tramitação do PLS 232.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Item 1, turno suplementar.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 232, DE 2016
- Terminativo -

Dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica, altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 10.847, de 15 de março de 2004, nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e a Medida Provisória nº 2.227, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar

Observações:

1. Em 03/03/2020 foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS 232/2016 (Emenda 11/CI)

2. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral

3. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação

Em discussão a matéria em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, sem votação.

Será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado, nos termos do art. 91 do Regimento Interno.

Eu consulto o ilustre Relator se deseja falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, nobre Senador Jayme Campos, Sras. e Srs. Senadores, eu queria apenas fazer um registro de agradecimento ao conjunto de Senadores e Senadoras da Comissão de Infraestrutura, que colaboraram para a conclusão desta matéria, o PLS 232, o novo marco regulatório do setor elétrico. É uma votação que avança muito no setor, representa muito para o setor.

Hoje é um dia duplamente importante para o setor elétrico brasileiro. Tivemos a resolução do passado e, com a aprovação do PLS 232 aqui, uma sinalização clara com o futuro, passado e futuro sendo trabalhados, enfrentados, resolvidos numa única data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No caso do GSF, que estava pendente de votação na CAE, mediante o acordo que costuramos com todos os setores, especialmente os geradores, foi possível aprovar a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, com alguns compromissos assumidos em diálogo com o setor e com o Governo. Nós mexemos nos incisos que tratam do despacho fora da ordem de mérito, importação de energia, bem como a questão do Brasduto.

Nesses três pontos, há compromisso por parte do Governo de veto em acordo construído com o setor.

E aqui aprovamos o 232, Sr. Presidente, que representa um avanço extraordinário, sem criar para o setor qualquer tipo de insegurança, qualquer tipo de risco para quem quer que seja. É preciso considerar o setor elétrico no seu sistema, no seu conjunto. Pensar os problemas apenas olhando para um dos atores é desconhecer a complexidade do todo. É preciso olhar para quem gera, para quem transmite, para quem comercializa, para quem distribui, mas, sobretudo, olhar para aquele que paga a conta, o consumidor que está na ponta e que, na maioria das vezes, não é chamado à mesa para discutir nada. Ele só recebe a notícia ruim: "A conta aumentou. A conta subiu. Está pagando caro pela energia".

Hoje nós teremos, com essa votação, e agora não havendo recurso ao Plenário com a manifestação da Câmara dos Deputados, a possibilidade de ter um novel legislativo para o setor elétrico, que representa a possibilidade de termos a portabilidade para todos, dentro de critérios objetivos a serem estabelecidos depois por regra regulamentar, mas que não deixam desguarnecidas também as distribuidoras. E quando falo em distribuidoras, a preocupação é com quem fica no mercado cativo, porque ao comprar um volume de energia, com a migração de consumidores para o mercado livre, você fica com um volume e, daqui a pouco, você tem que majorar o preço da conta para compensar o volume de energia que você tem. Nós criamos mecanismos de compensação para o caso daqueles consumidores que migrarem para o mercado livre, ou seja, nós vamos ter um encargo distributivo que vai nivelar, universalizar esse custo. Hoje, infelizmente, o consumidor cativo é quem paga a maior conta, inclusive por segurança energética; outros setores têm diversos incentivos e acabam não arcando com muito daquilo que é criado para corrigir o sistema. Então, avançamos.

Separação entre lastro e energia: também avançamos em relação a isso. Todos precisam ter compreensão do que significa a confiabilidade do sistema e pagar por ele, mas de forma racional, de forma inteligente, de forma equilibrada, em que você não pese mais sobre um segmento em detrimento de outros que são, às vezes, segmentos mais privilegiados.

Há outro aspecto que vai trabalhar na questão da modicidade tarifária, redução do preço da conta de luz. Aqui destaco dois pontos, maior concorrência, com liberdade de escolha de quem fornece e do que fornece, porque o consumidor vai poder optar "eu quero o preço ou eu quero a fonte". Ele vai escolher que energia comprar. Então, maior competição entre os atores do mercado implicará em redução no preço da conta. E o segundo ponto, que deve implicar em redução no preço da tarifa, esse efetivamente é o que nós fizemos, está garantido no projeto, é a distribuição da renda hidráulica. Nós estamos assegurando dois terços da rede hidráulica para a CDE – porque a previsão este ano é de 22 bilhões – e um terço para o Governo.

O Governo, ao longo do tempo, usou a renda hidráulica como se fosse uma espécie de tributo, de arrecadação; ficava tudo com o Governo e a conta para o consumidor. Então, eu queria aqui, num momento de alegria e de alívio também... Esse projeto foi trabalhado aqui durante tanto tempo, com a colaboração de todos, do setor, do Governo, dos Parlamentares, da agência, e conseguimos chegar ao final com um relatório que entendo congregar a visão, as preocupações e as ambições de todos os segmentos, mas sem perder de vista, sobretudo, o consumidor, que está na ponta pagando a conta.

Então, é um dia, para mim, de muita alegria, de muita comemoração, a possibilidade de entregar esse projeto na condição em que ele se encontra: aprovado por unanimidade pela Comissão de Infraestrutura. Espero poder, num ato simbólico, com um conjunto de Senadores e o próprio segmento aqui, o pessoal do setor elétrico, ir à Câmara dos Deputados, ao Presidente Rodrigo Maia, fazer a entrega do PLS 232.

Mais uma vez, a minha gratidão a V. Exa., Senador Jayme Campos, que preside aqui, ao Senador Weverton Rocha, e ao conjunto dos Senadores que colaboraram para a concretização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dessa matéria na CI. Ganha o Brasil e ganham os brasileiros com esse novo marco regulatório do setor elétrico.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Cumprimento V. Exa., Senador Marcos Rogério. Como sempre, um Senador que nos orgulhamos muito pela sua capacidade e, sobretudo, pela competência com a qual tem exercido a sua função, não só como Senador, mas como Presidente desta Comissão de Infraestrutura.

Permita-me, Senador. Eu quero me associar também à sua alegria, ao seu contentamento, pois eu acho que este aqui é um momento indelével na história do setor elétrico brasileiro, tendo em vista que fizemos de fato uma modernização para que o cidadão brasileiro possa de fato ser beneficiado. Então, quero cumprimentá-lo e associar-me também a essa alegria, a esse contentamento de V. Exa. no dia de hoje, em que temos definitivamente um novo momento no setor elétrico brasileiro. De qualquer forma, acho que avançamos e avançamos muito.

Eu tenho apenas um descontentamento ainda com o setor elétrico brasileiro, na medida em que, com a construção das grandes usinas hidrelétricas no Brasil, não deixaram as eclusas. Particularmente, eu tenho um sentimento muito grande... Defendi aqui, no meu primeiro mandato como Senador, que quaisquer novas usinas que fossem construídas em leitos de rios teriam que, obrigatoriamente, ter as eclusas, para não acontecer como aconteceu em Tucuruí. Depois de 20 anos, Tucuruí teve construídas as suas eclusas, entretanto, custou 20 vezes mais do que o valor devido que teria custado, a preços iniciais, quando foi construída aquela usina hidrelétrica. Portanto, eu acho que nós temos também que fazer quase que uma exigência, uma nova lei, sei lá qual seria o instrumento ou a ferramenta, na qual nós iríamos exigir para que... Particularmente, eu falo porque eu conheço o meu Estado, temos belos rios que além de serem navegáveis estão contribuindo sobremaneira com a questão da energia elétrica nacional. Hoje já somos exportadores de energia nacional, entretanto, lamentavelmente, hoje não pode ser explorada a sua navegabilidade pelo fato de nós termos construído eclusas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Eu queria me associar a V. Exa. nessa preocupação. Aliás, a preocupação de V. Exa. encontra esteio justamente na Lei das Águas, porque a lei já trata do múltiplo uso das águas. A água não pode ser objeto de uma utilização que limita as suas possibilidades. Isso está previsto na legislação, é preciso fazer cumprir. Fazer leis para os outros cumprirem é muito fácil, agora quem faz deve dar o exemplo, quem manda deve dar o exemplo de cumprimento dessa norma.

Então, faço esse registro em relação ao que V. Exa. faz, sobre as eclusas, porque é uma garantia legal, e acrescentaria um outro ponto que nós vamos ter que discutir à frente. Já fiz uma abordagem em relação a isso lá no Ministério de Minas e Energia, junto com o Ministro Bento, que tem se esforçado e participou intensamente dessas discussões todas, não só em relação ao 232, mas em relação ao GSF também. Dialogamos muito, e isso foi fundamental para a aprovação hoje.

Mas existe um outro aspecto: o Brasil foi levado a engano com os projetos de fontes estruturantes que construímos. Eu tenho batido nessa tecla aqui insistentemente.

Nós criamos parques estruturantes de produção de energia para serem fontes estruturantes e, na verdade, são fontes intermitentes, porque, quando há aí as baixas nas chuvas, você tem usinas que deixam de produzir ou que deixam de produzir na sua cota maior. E aí o que acontece? Vão acionar os contratos de disponibilidade: as térmicas espalhadas no Brasil inteiro, espalhando poluição no Brasil inteiro.

Quem inventou o fio d'água dizendo que era por questão ambiental certamente deve ter feito um curso em alguma universidade de outro planeta, não no Brasil, não com base em dados científicos, técnicos, porque, se você tem, em determinados momentos, a baixa na produção e tem que fazer o acionamento de térmicas porque ela se tornou intermitente, ora, você vai contratar uma energia muito mais cara, vai impactar lá a CDE, vai ter muito mais poluição e o custo da energia gerada naquela fonte estruturante também é mais caro porque ela produz menos do que poderia produzir se tivesse lá um reservatório. E alguém vai me dizer que esse é o melhor modelo do mundo? Para quem? Para quem? Alguém está ganhando; de repente, alguém queria construir mais usinas para mais empresas participarem do *pool*. Não sei... Existe uma coisa que me incomoda nesse modelo que foi criado no Brasil que eu lamento muito: os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileiros pagam uma conta de energia altíssima em razão da modelagem que se estabeleceu. É preciso dizer isso claramente.

Nós estamos avançando muito no 232? Estamos, mas se nós continuarmos... E, para os próximos projetos que nós vamos executar aqui, eu pedi a inclusão, no PPI, de pelo menos mais quatro unidades. Entraram lá: Telêmaco Borba; Bem Querer; Tabajara; e Castanheiras. Essas quatro aí. Aliás, tem até que puxar um pouquinho, pegar no pé do Ministério agora do Planejamento, lá da Economia, porque o PPI estava andando na Casa Civil, foi para a Economia e parece que estagnou. Daqui a pouco vamos ter problema com energia de novo, e foi para a Economia justamente para andar, para avançar.

É preciso fazer acontecer, porque nós temos uma série de entraves para poder enfrentar ainda até que essas fontes... E lamento, todas elas ainda na modelagem anterior, porque não foi possível mudar o modelo ainda. Espero que os próximos estudos apontem por direções que nos deem condições de termos fontes estruturantes de verdade, porque as fontes eólicas, Senador Weverton – e eu conheci lá no Estado de V. Exa., o Maranhão, quando lá estive na companhia de V. Exa., parques eólicos que são extraordinários e estão contribuindo muito com a geração de energia, com a segurança energética do Brasil –, são fontes ainda intermitentes. A energia do vento é boa? É. A energia do sol é boa? É, mas não são autossuficientes; elas dependem das fontes estruturantes; elas dependem da fonte hidráulica.

Então, é preciso pensar o sistema como um todo e criar soluções que garantam ao Brasil e aos brasileiros segurança com um volume que tem, qualidade, mais fontes renováveis e preço. Sem isso, a gente não consegue ser um país maior dentro das perspectivas que temos do futuro.

Mais uma vez, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. Perdoe-me aqui pelo abuso das falas em relação a este momento, mas é um momento tão importante que a gente está vivendo com a aprovação desses projetos que me permiti abusar um pouquinho da bondade de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Senador Marcos Rogério está empolgado.

Na verdade, ele é advogado. Ele não é engenheiro elétrico ainda, não foi barragista, etc. Está dando um *show* de bola aqui. Você imagina se ele fosse da área do setor elétrico, se ele fosse consultor de linhas de transmissão, de construção barragem. Ele é advogado. Então, é uma verdadeira aula que ele já está dando para nós.

De qualquer forma, eu convido V. Exa. para reassumir aqui a Presidência desta Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Jayme Campos.

O Senador Weverton Rocha aciona o microfone ali. V. Exa. tem a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu quero primeiro cumprimentar V. Exa. Sou suspeito aqui para tecer elogios ao seu trabalho, à luta que o Senador Marcos Rogério tem tido em favor não só do povo de Rondônia, mas de todo o Brasil.

Recentemente tivemos a oportunidade de recebê-lo no Estado e, como V. Exa. aqui testemunha, hoje nós temos uma possibilidade real de pensar outras fontes de energias sustentáveis, limpas, que precisamos mais do que nunca para um país continental, cheio de potencial como o nosso poder trabalhar para fazer esses investimentos.

Hoje são poucos os países que têm o sol que o Brasil tem, que o Nordeste tem. Então, nós precisamos investir cada vez mais para que esses projetos e essas ações concretas possam levar principalmente para a população mais carente essas oportunidades de ter acesso hoje a serviços importantes que, claro, dependem diretamente da energia que produzimos.

Presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade e pedir a V. Exa., há dois itens que estão prontos: um eu acredito que seja votação simbólica, que é o item 2, o Projeto de Lei 2.124; e o item 8, que é o Projeto de Lei 279. Esse é terminativo, mas, se V. Exa. permitir, eu já gostaria de deixar lido o relatório, para, quando nós tivermos quórum, podermos fazer a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Chamo o item 2 à pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 2124, DE 2019
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Hildo Rocha (MDB/)
Relatoria: Senador Weverton
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Em 29/10/2019 e 05/02/2020 a matéria foi retirada de pauta, em razão da ausência do relator

2. Votação simbólica

Concedo a palavra ao Senador Weverton para proferir o seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Quero cumprimentar V. Exa. e os colegas da Comissão de Infraestrutura.

Este projeto eu vou resumir aqui, é bem simples.

Ele trata do trecho que liga a BR-402 à BR-222 no Estado do Maranhão. É de autoria do Deputado Hildo Rocha, do nosso Estado. Foi aprovado na Câmara dos Deputados. Houve um grande e intenso debate, e conseguimos fazer com que todos os membros daquela Casa, assim como os daqui também do Senado... Que a gente possa convencê-los da importância de pegar esse trecho que liga a BR-222 com a BR-402, são 140km, Presidente, e federalizá-lo. Esse trecho liga toda aquela região do Baixo Parnaíba à região dos Lençóis Maranhenses.

Então, o Brasil conhece e hoje começa a falar da Rota das Emoções, uma rota importante e de escoamento das produções. Tudo que vem daquela região de outros Estados, do Piauí, do Ceará, e que vai para São Luís, se você pega esse trecho, você consegue economizar quase 200km em vez de dar a volta pela BR-135.

Então, sem dúvida nenhuma, vai ativar muito, vai fortalecer muito a economia do Estado e regional dos Estados vizinhos, assim como também nós vamos conseguir, através da bancada federal, agora que nós temos as emendas de bancadas impositivas, nós vamos conseguir dar o suporte necessário para melhorar a infraestrutura daquela região.

Este ano mesmo a bancada do Maranhão destinou grande parte dos seus recursos para as BRs do Maranhão, que estão muito em situação precária. Há trechos que estão intransitáveis, Presidente, como é o caso do trecho de Miranda do Norte a São Mateus, e São Mateus a Caxuxa. Recentemente nós estivemos com o Ministro Tarcísio. Ele sabe do empenho que a bancada está tendo. Então, o que nós estamos pedindo aqui para esta Casa é que nós consigamos colocar esse trecho de 140km na escritura federal, para que esteja escriturado, e para que a gente possa, através das emendas da bancada, continuar ajudando e dando o aporte para poder manter uma ligação importante num polo turístico e de desenvolvimento que nós temos lá no Estado.

Então, este relatório atende a todos os requisitos da forma legal que são pedidos. E nós estamos optando pela aprovação do Projeto de Lei 2.124, de autoria do Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação.

Eu chamo o item 8, que é de autoria do Senador Romário e V. Exa. é Relator.

Sobre o item 4, Senador Weverton, só se V. Exa. me permitir: esse relatório já foi lido? A relatoria é do Senador Wellington Fagundes. Só chamarei o item 4 para procedermos com a votação. Na sequência, V. Exa. fará a leitura do item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Como o Senador Wellington, nós já somos quase sócios no mandato, porque muitos falam com ele achando que estão falando com o Weverton ou falam comigo achando que estão falando com o Wellington. Então, já estamos parceiros, não há problema. Vamos ler o 4 e o 8 em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou alternando justamente para ver que há diferença.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Fazendo aqui a dobradinha.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E como o Weverton é mais famoso, eu também não me incomodo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exas.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 73, DE 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para disciplinar a edição de atos de caráter normativo pelas agências reguladoras.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pelo encaminhamento da matéria à Presidência do Senado Federal, para que seja declarada sua prejudicialidade, nos termos do artigo 334, inciso II, do Regimento Interno

Observações:

1. Após análise da CI, o projeto vai à CCJ, em decisão terminativa

2. Em 11/02/2020 foi lido o relatório e concedida vista coletiva

3. Votação simbólica

O relatório já foi apresentado, então, indago ao Relator: gostaria de acrescentar alguma coisa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Passamos, então, à discussão.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para seguimento de sua tramitação.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 279, DE 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. O projeto tem parecer favorável da CDH

2. Votação nominal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Concedo a palavra ao Senador Weverton Rocha para proferir o seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Infraestrutura (CI) opinar sobre a matéria. Em se tratando de deliberação terminativa, também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa serão analisados.

Não se enxergam óbices de constitucionalidade. Trata-se do exercício de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal a "proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência" (Constituição Federal, art. 24, inciso XIV), não existindo reserva de iniciativa em favor de outros Poderes. Não encontramos nenhum óbice quanto à juridicidade ou à técnica legislativa.

No mérito, acolhemos enfaticamente os argumentos do autor, Senador Romário. O desenho universal é condição de dignidade e tratamento isonômico aos beneficiários da política habitacional. A recusa do Poder Executivo em implantá-lo nos projetos de sua responsabilidade é parte de um contexto mais amplo de abordagem meramente quantitativa da temática habitacional, que resultou em gravíssimas falhas verificadas nos empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, conforme atestado, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União. Conjuntos mal construídos, distantes da malha urbana, sem infraestrutura, comércio, serviços e transporte foram, em muitos casos, abandonados pelos beneficiários e tomados por vândalos e invasores.

O projeto em análise contribui para resgatar a dignidade não apenas das pessoas com deficiência, mas de toda a população brasileira, que precisa ser tratada não como objeto, mas como sujeito das políticas públicas nacionais.

Em razão do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 279, de 2016, do Senador Romário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Weverton Rocha.

A matéria está em discussão.

Indago se há algum Senador que queira discutir.

Eu tenho duas opções aqui: como é matéria terminativa, nós não podemos deliberar sem o quórum necessário para deliberação. Nós vamos fazer... Vamos deixá-la com o relatório feito. Na sessão em que nós tivermos quórum para deliberar, colocamos...

Indago se alguém quer pedir vista coletiva para cumprir o prazo de vista.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Para cumprir o prazo, então, peço vista.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Como eu não posso pedir vista do meu relatório, eu fico olhando.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fica concedida vista coletiva, porque, quando voltar, já estará cumprida a etapa e poderá caminhar para discussão e votação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Eu agradeço, Presidente, e faço aqui um apelo a esta Comissão e a esta Casa, porque nós sabemos que lá atrás esse projeto foi aprovado e vetado pela então Presidente da República Dilma.

Houve críticas nossas lá na Câmara e, enfim, retomaram essa luta através do Senador Romário. E esse Programa Minha Casa, Minha Vida é muito importante para as pessoas que não tiveram ainda a oportunidade de ter a chave da sua casa própria.

Só quem tem essa conquista sabe o quanto é gratificante um chefe de família ou a chefe, porque geralmente é entregue para a mulher da casa, a mãe dos filhos, ter a chave da casa e poder dizer: ali é o nosso lar, ali é a nossa casa. Mas é claro que há que haver obrigações.

E não adianta nós ficarmos sempre com desculpas de que é mais caro ou porque vai aumentar a planilha, não é isso. Nós temos que colocar projetos que, de verdade, sejam inclusivos. Ou seja, não adianta ir buscar terreno longe dos centros urbanos, tirar as pessoas de sua rotina, isolando-os num local onde não há um pingo de serviço público, sem condições. Aí a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

iniciativa privada vai, abre um conjunto enorme e entrega na mão do Prefeito, para ele se virar. Daqui a seis meses, o que o Prefeito tem de fazer? Tem greve lá e manifestação porque o Prefeito é o responsável por levar a creche, por levar a escola, por levar a quadra, por levar o campo, por levar o posto de saúde... Tudo é culpa do gestor local, como se ele tivesse planejado aquele novo bairro, aquele novo polo de moradia do programa que foi implantado naquela região.

Então, é importante nós corrigirmos essa distorção até para, quando formos implantar o programa, ele seja implantado de forma estruturada e atendendo ao Estatuto das Pessoas com Deficiência, para que se atenda hoje – parece ser natural, mas não é – o problema da acessibilidade, pois sabemos que ainda é um problema enorme na vida do povo brasileiro, que merece, sim, a atenção do Poder Público.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Weverton Rocha.

Chamo à pauta um requerimento extrapauta do Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 11, DE 2020
- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 6/2020-CI, para ampliar o rol de convidados e retificar a data de realização do evento.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2020 - CI, sejam incluídos os seguintes convidados e seja retificada a data do evento de 18/03/2019 para 18/03/2020.

Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: Representante da Confederação Nacional dos Transportes (CNT); Sr. Diogo Mac Cord de Faria, Secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura do Ministério da Economia; Sra. Martha Seillier, Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

Indago se alguém deseja discutir.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o objetivo deste requerimento é exatamente discutirmos a nova Lei das Concessões.

Nós, inclusive, teremos um seminário, no dia 18, agora, no Interlegis, e quero aproveitar para convidar todos aqueles que estão nos assistindo, seja através da TV Senado, seja por meio de todos os meios de comunicação da nossa Casa. Esse seminário será um seminário aberto à população e é exatamente para tratar de um tema extremamente importante, que é a nova Lei Geral de Concessões Públicas ou as PPPs.

Está sob a Presidência de João Campos, lá na Câmara dos Deputados, e a relatoria também já está pronta. Nós estamos discutindo ainda com o Congresso.

Depois disso, virá aqui provavelmente para a Comissão de Infraestrutura. E eu já quero, de antemão, como Presidente da Frenlogi, aqui publicamente pedir a V. Exa. a possibilidade de relatarmos esta matéria, que é muito importante, que é nova Lei de Concessões Públicas.

Fica aqui já registrado o pedido, assinado e bem público.

Nós vamos fazer esse seminário na semana que vem, lá no Interlegis. E nós estamos pedindo, então, para acrescentar, dentro do requerimento que já foi aprovado, o nome da Daniella Marques Consentino... (*Pausa.*)

Deixe-me ler aqui, porque estou errado.

Acrescentar o nome do representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT); o Sr. Diogo Mac Cord de Faria, Secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Economia; e também o da Sra. Martha Seillier, Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

Então, é esse o nosso requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e submeto à votação o requerimento do Senador Weverton Fagundes, digo Wellington Fagundes – os dois Senadores ficaram brincando ali, que confundem um com o outro, e, agora, eu é que estou me confundindo.

Submeto à apreciação o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Chamo o item 3...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero aproveitar que V. Exa. pertence ao nosso bloco, o Bloco Vanguarda – já convidei o nosso Senador Weverton –, para dizer que nós vamos ter agora no bloco uma reunião-almoço em que estava prevista a presença do Ministro Paulo Guedes, mas ontem ele acabou postergando essa nossa visita para a semana que vem, visto que o Senador Davi também está em São Paulo agora pela manhã e gostaria de estar presente também. Então, o nosso almoço, com a presença do Paulo Guedes, ficou para terça-feira, a nossa reunião na verdade.

E hoje nós teremos, então, dando sequência ao mesmo trabalho, que é exatamente a discussão do aperfeiçoamento do sistema tributário, a presença da Daniella Marques Consentino, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia e também de José Barroso Tostes Neto, Secretário Especial da Receita Federal, além de Vanessa Rahal Canado, Secretária-Executiva do Grupo de Trabalho do sistema tributário.

Esse é um assunto hoje que interessa a todos nós, a todos os brasileiros, principalmente no sentido de simplificar o Brasil. Não é nem só a questão da carga tributária, mas exatamente a burocracia, o volume de impostos que praticamente deixa o empresário em condições de pouca competitividade nacional e internacional. No âmbito nacional, nós temos o problema da guerra fiscal. Enfim, tudo isso dificulta muito a geração de emprego, por isso eu quero aqui na Comissão – é muito importante para todos os membros da Comissão – dizer que nós estamos nos debruçando nesse trabalho, também como membro da Comissão Especial.

Mas como V. Exa. também é membro, não só quero contar com V. Exa., mas com outros companheiros que queiram se debruçar sobre essa matéria. Lá hoje, então, estarão técnicos que estão fazendo um trabalho muito forte junto ao Ministério da Economia. Quero trazer essa preocupação, Sr. Presidente, pois, ontem, foi um dia muito nebuloso no mercado internacional, o próprio Ministro, a gente esperava que estivesse aqui hoje... Claro, ele está administrando todo esse nervosismo.

E nós aqui do Congresso Nacional, o que queremos? Votar as matérias para trazer tranquilidade para o País. O Congresso Nacional tem sido sensível a isso, V. Exa, como Líder aqui nesta Comissão, sempre teve agilidade nas matérias para podermos realmente fazer com que o Brasil tenha de fato um rumo, tenha celeridade na necessidade de enfrentar esse mercado tão competitivo.

Claro que o coronavírus é algo que traz uma preocupação internacional, mas precisamos focar principalmente no nosso equilíbrio fiscal, na nossa possibilidade de termos condições de receber investimentos. Essa, V. Exa. aprovou na semana passada, tive condição de ser Presidente aqui. Foi um relatório de extrema importância, que é do setor energético. Isso é extremamente importante para a gente trazer segurança jurídica para atrair o mercado. Eu quero, inclusive, parabenizá-lo, como Presidente desta Comissão, por ter relatado um projeto de alta envergadura. E o fato de aprovar aqui por unanimidade foi exatamente o fruto da capacidade de V. Exa. de ouvir todos, Governo e sociedade, para que a gente pudesse chegar a essa votação.

Então esta, como outras, tem sido exemplo nesta Casa. Hoje a sociedade questiona muito o papel do Congresso, mas, de modo geral, este Congresso tem dado respostas à sociedade e também ao Governo, sendo parceiro ao votar aquilo que é mais urgente e mais necessário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assiste razão aos argumentos de V. Exa. O Parlamento brasileiro não tem faltado ao País nos temas que são relevantes. Votamos matérias aqui que estão sinalizando claramente o comprometimento do Parlamento com o ajuste das contas públicas, com a abertura do mercado brasileiro.

Falamos agora há pouco aqui com relação às empresas aéreas, à abertura do mercado para o investimento estrangeiro; a Medida Provisória da Liberdade Econômica: o Congresso Nacional teve papel preponderante; reforma da previdência: o Parlamento não faltou ao Brasil. Além dessas, há outras matérias que são fundamentais: agora, o marco regulatório do setor elétrico; vem aí o marco regulatório do saneamento básico – a matéria já está no Senado, deve passar por duas Comissões e ser votada em breve. Enfim, o Parlamento está fazendo aqui aquilo que é o seu papel e dando contribuições efetivas ao Brasil.

Chamo a pauta, para liberar o Senador Weverton...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Antes de V. Exa. me delegar aqui a missão de relatar *ad hoc* o projeto do nosso querido Senador Acir Gurgacz, eu não poderia deixar de... Confesso-lhe que eu não o ia fazer, não ia fazer um aparte, porque nós, principalmente da oposição, estamos tendo muita moderação e cuidado no trato aqui do dia a dia da pauta, justamente para amanhã... Nós já falávamos isso, e está nos *Anais* da Casa, no início da Legislatura, nós já registrávamos: olha, vamos ajudar o máximo possível as pautas que são importantes para o Brasil, justamente para amanhã não colocarem na nossa conta o que possa vir a não dar certo.

Então hoje, infelizmente, resumindo tudo, depois que eu ouvi aquela fala inacreditável do Presidente da República desacreditando a Justiça Eleitoral, falando que a eleição foi forjada, o segundo turno, que era para ele ter vencido no primeiro turno... Porque, assim, ataca a política, ataca o Judiciário, o STF, agora a Justiça Eleitoral.

Então, Senador Marcos Rogério, eu acho que o grande marco regulatório de que o povo brasileiro precisa é conseguir ajustar a língua do Presidente, a boca dele, nos próximos três anos. O coronavírus é rápido, em trinta ou quarenta dias, se bem tratado, está resolvido. O problema é como nós vamos tratar essa verborragia do Presidente da República durante os próximos três anos, que não é fácil. É inadmissível, é incompreensível nós imaginarmos que estamos sendo pilotados, comandados, num País como o nosso, continental, de 200 milhões de habitantes, cheio de problemas, desemprego altíssimo, o dólar aí a mais de R$5... E ainda há tempo para setores ou ministros do Governo, como o mais forte, o da Economia, brincarem – isso nem é brincadeira – ou fazerem mau uso mesmo de suas prerrogativas ao falarem que pessoas pobres, como as nossas domésticas, não podem viajar para a Disney, como se ali fosse um espaço apenas deles, só de quem tem.

Enfim, é um desrespeito atrás do outro, o que me leva a crer, quando você percebe que todo dia há uma crise... O anúncio do PIB, ou do pibinho: aí lá vai colocar um palhaço na porta do Palácio para entregar banana para os jornalistas. Isso tudo são cortinas de fumaça. Está na cara que, a cada crise, a cada problema cuja resposta ele não tem para o povo brasileiro, ele vai lá e cria um factoide ou cria uma própria cortina de fumaça no seu próprio Governo para não dar satisfação e não tratar de forma séria como têm que ser tratados os temas. É lamentável.

Claro que eu vou fazer esse registro hoje na sessão do Congresso – e faço questão –, pela Liderança do partido, mas não ia ficar segurando esse comentário até lá, até porque V. Exa. fez aí um relato rápido e objetivo: as pautas importantes o Congresso tem encarado de forma séria, e nós temos votado. Contra ou a favor, nós temos discutido a matéria e votado. Não estamos protelando, porque queremos, como todo mundo quer, achar as soluções e ver o Brasil voltar a produzir e voltar a gerar estabilidade. Não é o que está aí, há um clima nervoso que só interessa, talvez, a alguém ou a um grupo que está aí dentro de uma cadeira, tentando impor o sentimento do pensamento único. E nós não podemos deixar margem para isso. Não estou falando aqui apenas da ditadura. É pior do que isso: é achar que uma cabeça só pode resolver tudo do seu jeito, e, pior, de um jeito nada democrático, nada republicano.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., que é um Parlamentar dedicado. Realmente, por parte de V. Exa., e não só de V. Exa., eu acho que a oposição tem sido bastante responsável em sua atuação no âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deste Congresso Nacional. Eu me lembro da época em que éramos Deputados Federais, quando matérias importantes às vezes ficavam travadas ali, não eram votadas durante muito tempo. Quando você não tem voto para vencer, você tem os Regimentos Internos da Câmara e do Senado, que possibilitam...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – A obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o travamento da pauta, a obstrução e, aí, não se deixa votar. Com isso, o País vai perdendo, perdendo oportunidade, perdendo, enfim, em todos os aspectos.

Neste novo momento do Brasil, até em razão de tudo aquilo que nós vimos na sociedade brasileira e continuamos a ver, uma sociedade brasileira dividida, decepcionada, frustrada, revoltada, o Parlamento tem tido essa maturidade, essa responsabilidade. E a oposição, ainda que muitas vezes votando contra, não obstrui o processo. E quem está lá do outro lado às vezes até não entende isso: "Ah, mas votou contra..." Votou contra em razão de suas...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Posições.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...concepções, posições, ideologias, enfim, mas não travou o processo. Então, nesse aspecto, faço o registro aqui dessa atuação responsável por parte da oposição também.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 5007, DE 2019
- Não terminativo -

Torna isenta de tributos e encargos federais a parcela da fatura de energia elétrica cobrada a título de bandeira tarifária.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Fabio Garcia (PSB/)
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE

2. Em 05/02/2020 o projeto foi retirado de pauta, em razão da ausência do relator

3. Votação simbólica

Em razão da ausência do Relator, mas com a concordância dele, concedo a palavra ao Senador Weverton Rocha para proferir o relatório e o voto.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 5.007, de 2019, do Deputado Fabio Garcia, tem como escopo isentar de tributos e encargos federais a parcela da fatura de energia elétrica cobrada a título de adicional das bandeiras tarifárias amarela e vermelha.

O projeto apresenta dois artigos. O art. 1º isenta de tributos e encargos federais a parcela da fatura de energia elétrica cobrada a título de adicional das bandeiras tarifárias amarela e vermelha. O art. 2º da proposição trata da cláusula de vigência, prevendo que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor do projeto aponta que o consumidor de energia já é penalizado ao ter que pagar pelo aumento do custo de geração como consequência de condições não favoráveis e totalmente fora de seu controle ou culpa. Ainda, alega que a isenção não interferirá na arrecadação planejada de tributos do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, tendo em vista que haverá cobrança sobre a tarifa regular de energia.

O projeto foi distribuído às Comissão de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos. Aprovado aqui, seguirá para lá.

Nos termos do art. 104, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão a análise de matérias atinentes às suas atribuições, em especial a assuntos correlatos ao regramento do setor energético.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Considerando que nesta etapa do processo legislativo a discussão é de mérito, deixaremos de opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 5.007, de 2019, tendo em vista que:

I) compete privativamente à União legislar sobre energia, a teor do disposto no art. 22, inciso IV, da CF;

II) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*);

III) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e

IV) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No mérito, a matéria merece prosperar, porque se trata de matéria de inegável valor para o que se pretende nesta Comissão, qual seja, a redução da tarifa de energia via isenção de impostos e encargos da tarifa excedente.

Segundo a justificativa do autor do projeto, o pagamento do valor adicional das bandeiras tarifárias amarela e vermelha decorre de condições de geração de energia não favoráveis, dentre as quais uma hidrologia desfavorável, equívocos no planejamento do setor ou na execução do mesmo, deficiências na execução das obras para o setor, restrições energéticas ou elétricas que impeçam a eficiente operação do sistema.

O planejamento energético é responsabilidade da União e deve ser instrumento para promoção da redução da tarifa para patamares mínimos exigidos em uma sociedade desenvolvida. Nesse sentido, a preservação do direito ao acesso à energia elétrica deve estar inserida em tal planejamento, como fator essencial à preservação da dignidade da pessoa humana, porque o aumento do custo da tarifa impede que o cidadão tenha acesso ao mínimo necessário a uma existência digna.

Aponte-se que a conta de energia é composta por três custos distintos: a geração de energia, o transporte de energia até as casas, e os encargos e tributos. Logo, o custo das condições desfavoráveis já é remunerado pelo excedente tarifário. Explique-se que os tributos se destinam a custeio do sistema, sendo obrigação da União implementar uma administração mais eficiente com redução de gastos para o consumidor final.

Os tributos federais aplicáveis ao setor elétrico são o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS e Cofins), que são tratados pelas Leis nºs 10.637, de 2002; 10.833, de 2003; e 10.865, de 2004.

Já os encargos incidentes são a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), a Reserva Global de Reversão (RGR), a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), os Encargos de Serviços do Sistema (ESS), o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética, Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS), Compensação Financeira pelo uso de recursos hídricos (CFURH) e *royalties* de Itaipu. No entanto, o texto normativo apresentado não aponta expressamente quais os encargos e tributos federais, entendendo-se assim que objetiva a exclusão da parcela excedente da tarifa de energia. O projeto parece-nos ter sido elaborado visando principalmente preservar a modicidade tarifária e o direito de acesso à energia.

Diante do objetivo de isenção da incidência dos encargos setoriais sobre a parcela que exceder a tarifa verde, identificamos uma oportunidade de melhoria no texto, razão pela qual apresentamos emenda.

Nesse sentido, propomos a alteração de forma expressa das leis federais que tratam de cada tributo e encargos que incidam diretamente sobre o custo da energia para o consumidor final, a fim de dar atendimento ao inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, da redação, da alteração e da consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.007, de 2019, nos termos do seguinte substitutivo.

Aí eu sigo com ele e vou pela aprovação, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pela leitura do relatório de autoria do Senador Acyr Gurgacz.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o seguimento de sua tramitação.

Faço menção de reconhecimento aqui ao Deputado Fabio Garcia pela iniciativa louvável da matéria e também ao Senador Acyr Gurgacz, pelo relatório, bem como a V. Exa., designado *ad hoc* para relatá-lo aqui.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Agradeço a oportunidade de V. Exa. me ter conferido essa missão.

No final do ano de 2019, nós aprovamos aqui, em caráter terminativo no Senado Federal e já está na Câmara dos Deputados, projeto de nossa autoria que acaba com as taxas de religação e também impede o corte de serviços essenciais, como energia elétrica e também água, as interrupções desses serviços às vésperas de feriados e finais de semana.

Na sociedade hoje nós temos inúmeros casos: chegar aquela famosa sexta-feira, às quatro ou cinco horas da tarde, vir a equipe do corte e retirar a energia. E o chefe da família, mesmo se ele arrumar o dinheiro, não tem condições de mandar religar, porque vêm sábado e domingo, com banco fechado e tudo. E aí, quando consegue, ainda vem a taxa de religação emergencial, como eles chamam, que às vezes é quase o valor da conta daquele cidadão.

Então, a gente impede que aconteçam essas interrupções às sextas-feiras e em vésperas de feriados e também acaba com essas taxas adicionais para o cidadão. É claro que quem atrasa uma conta de água e energia não atrasou porque quer, mas porque, no mínimo, ali faltou condição e ele priorizou colocar ali primeiro comida na mesa.

Então, aprovado aqui na Casa, agora está na Câmara.

A gente vem dar essa contribuição importante para os nossos consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É absolutamente importante essa matéria. Na verdade, se houvesse bom senso, talvez não se precisasse nem de uma norma, mas, infelizmente, o bom senso não prevalecia nesses casos. Havia muitos registros de cortes e interrupções justamente em vésperas de feriados e também em finais de semana.

Parabéns a V. Exa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, aproveitando aqui a presença do Governador Jaques Wagner, eu jamais vou cometer a irresponsabilidade de dizer que foi por conta desse motivo, mas, como eu até me pronunciei na imprensa, agora no final do ano, Senador Jaques, na casa de uma senhora idosa, já com os seus quase 90 anos, a equipe do corte chegou, lá no Estado do Maranhão, e ela estava lá com curativos no braço, porque acabara de sair do hospital. Era uma casa muito humilde, e um morador vizinho registrou tudo.

O cara da equipe do corte chegou à casa e esse vizinho disse: "Olha, como essa senhora aqui é idosa, nós temos de fazer nebulização nela, ela está muito mal, fraca ainda, acabou de sair do hospital, então, não corte a energia, pois nós vamos dar um jeito de pagar essa conta amanhã". E, aí, o cara da equipe, mesmo olhando para ela – está lá o vídeo, que é triste... Não sei como é que um cidadão como aquele, porque que a empresa tenha mandado, mas o cara é humano... Como é que ele tem coragem de fazer um negócio daquele? Enfim, mesmo diante disso tudo, ele foi lá e cortou a energia.

E, aí, infelizmente, de manhã cedo, esse mesmo cara que gravou o vídeo anterior grava outro mostrando lá essa senhora morta na cama. Repito: não estou dizendo que foi por conta da nebulização, mas coincidiu de a falta da energia elétrica... Eles dizendo: "Olha, nós não tivemos condições de cuidar e, à noite, ela passou mal e está aqui. Se vocês queriam isso, conseguiram. Ela morreu". Claro que isso gerou uma comoção enorme no povo maranhense e, claro, do Brasil, especialmente de quem teve acesso a esse vídeo. Daí vem a pergunta: as normas são para que, para quem e para atender qual objetivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Claro que ninguém aqui vai estimular a inadimplência, porque isso tem um custo que tem de ser pago, óbvio. Agora, há de haver uma razoabilidade, há de haver uma... Como, por exemplo, foi colocado agora. Esse projeto que nós aprovamos no final do ano passado tem uma razoabilidade, porque você, pelo menos, inibe esse tipo de situação, para que a gente tente ainda diminuir o sofrimento dos que mais precisam.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade. V. Exa. tem toda razão. É falta de bom senso, e falta de um profissional lá na ponta que tenha condições de fazer esse julgamento. A norma está aí para ser interpretada. Obviamente que a alta taxa de inadimplência acaba implicando redistribuição desse custo para o consumidor. Então, quem vai pagar a conta no final são os consumidores que são pontuais, que cumprem com as suas obrigações. Mas situações excepcionais devem ser tratadas excepcionalmente. Infelizmente, muitos acabam pecando pelo excesso.

Eu agradeço aqui a presença das Sras. e dos Srs. Senadores.

Indago do Senador Tasso se tem alguma ponderação a fazer. (*Pausa.*)

Não havendo, registro que os demais itens são terminativos que eu deixo para apreciá-los na próxima reunião se nós tivermos quórum regimental para deliberar.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 05ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Eduardo Braga, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Zenaide Maia, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Luiz Pastore, Paulo Rocha, Irajá e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Paulo Albuquerque, Omar Aziz, Chico Rodrigues e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Em caráter preliminar, a Presidência decide, nos termos do art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, atender ao OF. 08/2020/GSRROD, do Senador Randolfe Rodrigues, que solicita a dispensa da oitiva conjunta com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC, bem como a substituição do Comandante da Marinha do Brasil por representante no rol dos palestrantes. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento REQ 4/2020 - CDR, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Debater os meios e a efetividade da fiscalização de embarcações no Amapá. **Participantes:** Comandante Manoel Oliveira Pinho, Capitão dos Portos da Amazônia Oriental (representante de: Marinha do Brasil); e Comandante Carlos Augusto de Souza Junior, Capitão dos Portos do Amapá (representante de: Marinha do Brasil). **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Conforme informamos semana passada, recebemos do Banco da Amazônia ofício endereçado à Presidência desta Casa Legislativa tratando do repasse de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e também a falha redacional no art. 9º, §2º, da Lei 7.827/89, que instituiu a competência de aprovar as operações de crédito das instituições operadoras ao Condel (Conselho Deliberativo da Sudam). Com o intuito de alterar a falha redacional, o Banco da Amazônia espera alteração no art. 9º, §2º, da Lei 7.827/89.

De acordo com a Instrução Normativa nº 12, de 2019, o prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão ainda está aberto. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário para autuação.

A pedido deste Senador, nos termos do art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, foi aprovada anteriormente audiência para debater os meios e a efetividade da fiscalização de embarcações no Amapá, conforme o Requerimento nº 4, de 2020, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Dessa forma, fica dispensada a realização de reunião conjunta com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor pela urgência do debate, que se faz oportuno na presente data. Além disso, fica comunicada que este autor do requerimento concorda com a substituição do convidado indicado, o Comandante da Marinha do Brasil, por um representante desta Força Armada, responsável pela fiscalização de embarcações.

Aproveitamos para informar a agenda da Comissão no dia 18 de março, data na qual realizamos audiência pública com o Ministro de Estado da Cidadania, a fim de prestar informações sobre a fila de brasileiros que esperam pelo Bolsa Família, bem como debater a urgente necessidade de restauração desse benefício e o impacto do atraso no aumento das desigualdades e impacto econômico nos pequenos e médios Municípios.

Comunicamos também a realização da 2ª e 3ª Reuniões do Ciclo de Debate sobre Economia Solidária, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, fruto do Requerimento nº 50, de 2019, de autoria de S. Exa. o Senador Jaques Wagner, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 6 de abril, e na cidade de Aracaju, Sergipe, no dia 24 de abril.

Esta audiência tem a finalidade de debater sobre os meios e a efetividade da fiscalização de embarcações no Amapá, em atendimento ao Requerimento nº 4/2020 – CDR, de autoria deste Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: o expositor terá até 20 minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra ao convidado, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Diante disso, convido para integrar a Mesa deste debate o Comandante Manoel Oliveira Pinho, Capitão dos Portos da Amazônia Oriental, e o Comandante Carlos Augusto de Souza Junior, Capitão dos Portos do Amapá. (*Pausa.*)

Concedo, então, a palavra ao Comandante Carlos Augusto para fazer a sua exposição.

V. Sa. tem o tempo de até 20 minutos, obviamente com toda condescendência que for necessária por parte desta Mesa para prestar a esta Comissão as informações que são objeto do requerimento.

Comandante Carlos, fique à vontade.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Bom dia!

Agradeço, Senador, a oportunidade que está dando à Marinha do Brasil para que a gente possa colocar aqui as ações da Marinha do Brasil em relação a esse trágico acidente.

O local da cena de ação é muito distante. Por ter estado lá no local, vou passar boas informações para o senhor que, tenho certeza, vão esclarecer muitas coisas.

Esse é o naufrágio da embarcação Anna Karolline III, que aconteceu no sábado, dia 29. Nós recebemos a informação por volta das 6h30 e desencadeamos uma série de ações que eu vou explicitar aqui.

Inicialmente, para ilustrar, esse aqui: nós, Capitania dos Portos do Amapá, estamos subordinados ao 4º Distrito Naval, que engloba os Estados do Amapá, do Pará, do Piauí e do Maranhão. Estamos exatamente aqui na fronteira norte do nosso País.

É uma área extensa: 23% de todo território nacional; 900 milhas de litoral. É um desafio diário da Marinha, e estamos diariamente fazendo inspeção naval nessa área para garantir a segurança da navegação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter ideia, em relação à malha aquaviária, da quantidade de rios que nós temos nesta área amazônica. Aí a pergunta que se faz é: a Amazônia realmente é verde ou azul? Nós temos 22 mil quilômetros de rios, sem contar os paranás, as lagoas, os furos. São as estradas da Amazônia. Todos utilizam os barcos para ir e vir.

Aqui, os principais rios que nós temos: Rio Amazonas, Rio Xingu, Jari; na parte ali do Pará: Trombetas e Tapajós.

Embarcação Anna Karolline: embarcação inscrita na autoridade marítima para transporte de passageiros e transporte de carga; é uma embarcação grande, de ferro, certificada, com capacidade para 242 pessoas e capacidade de carga, de acordo com a certificadora, de 95 toneladas, com 89 de carga seca e seis toneladas de carga frigorífica.

Ela saiu do Amapá, do Porto de Santana, em direção ao Porto de Santarém, no Pará.

Esta é a embarcação sinistrada.

Imediatamente, quando a gente soube do acidente, nas primeiras horas do sábado, a gente recebeu uma ligação do Sr. Nilton dizendo que uma embarcação havia afundado na boca do Rio Jari. Para vocês terem uma ideia, são 70 milhas náuticas, 130 quilômetros, aproximadamente, uma hora de helicóptero ou 12 horas de embarcação para a gente chegar lá.

A Capitania dos Portos do Amapá, como todas as capitanias, tem uma equipe de busca de salvamento de prontidão. Essa equipe foi acionada, ela fica a bordo, a embarcação pronta. E a gente tentou fazer a ligação com o Sr. Nilton, porque a ligação caiu. Depois de 30 minutos, mais ou menos, a gente conseguiu confirmar a informação, e eu desencadeei todas as ações. A tripulação já estava a bordo...

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (Para interpelar.) – Que horas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Às 6h56.

Imediatamente eu liguei para os Bombeiros, que não sabiam ainda. Disponibilizei vagas na embarcação que a gente tem, que é grande, e os Bombeiros colocaram quatro mergulhadores de imediato. Nós desatracamos a embarcação com a equipe de busca e salvamento, a primeira equipe para dar suporte. E, à medida que as notícias iam chegando... Lá não pega celular, para fazer comunicação é difícil, tem de ser via rádio em alguns momentos específicos.

Hoje, o acidente foi tomando uma dimensão maior. Hoje a Marinha do Brasil tem quatro navios grandes – o Bracuí, Xingu, Tocantins e o Marco Zero –, quatro lanchas menores, além de dois helicópteros, os dois fazendo busca e salvamento, um configurado para transporte de pessoas e o outro configurado para o transporte de urnas, porque ninguém tinha essa logística. São urnas grandes e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

helicóptero do Governo do Estado é pequeno. Então, a Marinha hoje tem quatro embarcações grandes, quatro pequenas, dois helicópteros, 110 homens no local da cena de ação. Eu estive lá no final de semana inteiro, vim aqui para dar essa explicação. E tenho 70 militares na Capitania dos Portos.

A logística é muito grande para esse evento. A logística é fundamental, e estamos vencendo esse desafio, em que pese a distância. A Marinha está transportando as urnas, e conseguimos colocar os navios lá, que têm autonomia para dar suporte às pessoas que estão trabalhando efetivamente na cena de ação. Então, são dez meios e 170 militares envolvidos nesse acidente: 110 diretamente envolvidos na cena de ação e 77 na parte de logística, com o apoio do Comando do 4º Distrito Naval.

Esses são os dois helicópteros Super Cougar. Ali em cima nós fazendo a parte de busca e aqui o transporte das urnas. As urnas são retiradas do local da cena de ação e levadas de barco por duas horas para Gurupá. O helicóptero vai para Gurupá e traz as urnas, quatro por vez, porque as urnas são grandes, são zincadas, e é preciso todo um preparo. Então, são esses os dois helicópteros.

Essa foto primeira foi no sábado, e essa foi no domingo.

Eu vou passar os meios que estão lá: o navio patrulha Bracuí, os avisos Xingu e Tocantins são navios específicos para isso. A gente instalou no Tocantins um sensor multifeixe para que a gente possa saber como está lá embaixo. E estamos instalando um *side scan* no Xingu, justamente para, quando começar o serviço de reflutuação, a gente tenha, além do plano que já foi apresentado – eu vou chegar lá – a visão do fundo da embarcação, para garantir a segurança da faina. O serviço é de grande monta, de grandes pesos, e pode acontecer um acidente grave se não for feito com muito planejamento. E o Aviso Balizador Marco Zero, onde estão os bombeiros que a gente está alojando. Nesse navio aqui também tem cinco bombeiros. Lá existem 22 mergulhadores no local da cena de ação.

Aqui são as lanchas menores, porque os navios grandes conseguem fazer uma varredura na margem e quadrados de buscas com raios de ação, mas nos lugares mais rasos a gente desce a lancha, porque a gente também encontrou corpo nas proximidades da margem. Para vocês terem uma ideia, nós recebemos uma denúncia de que havia um corpo a 25 milhas de distância, a 40km do local, e também ninguém tinha logística para pegar. Eu determinei que um navio grande fosse lá, e nós achamos. Foi o irmão daquela senhora que nos encontrou na outra audiência. Quarenta quilômetros de distância! Imaginem a cena de ação como é ampla. Não é só no local do acidente. A corrente no Rio Amazonas é muito grande.

No dia 29 de fevereiro, a CPAP, Capitania dos Portos do Amapá, tomou conhecimento, como eu falei, e assim as ações foram desencadeadas. Da mesma forma que a gente mandou a primeira lancha, já pedi auxílio ao Comando do 4º Distrito Naval à medida que as informações iam chegando. De imediato, a gente abriu inquérito para saber o que estava acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito se fala nas redes sociais de excesso de passageiros, excesso de carga, transbordo, transferência de combustível, mau tempo. Tudo isso está sendo analisado; nenhuma linha de ação foi descartada. O inquérito começou na segunda-feira. Já foi ouvido o comandante da embarcação, mas a Marinha trabalha com todas as hipóteses; nenhuma linha de ação foi descartada ainda, mesmo porque a gente tem de fazer isso com calma, com prudência e com transparência, ouvindo o máximo de pessoas possíveis. Quando a embarcação for içada, a perícia vai ser feita na embarcação. É uma embarcação certificada, tem certificados, mas pode ter havido alguma alteração na embarcação. São várias linhas de ação com que o encarregado do inquérito está trabalhando. Não descartamos nenhuma.

A sequência do primeiro dia está aqui.

No segundo dia, já pedimos o helicóptero.

Na segunda-feira, já estávamos com o navio nas proximidades e já pedimos o segundo navio. Também, de acordo com as normas da Autoridade Marítima, a gente já notificou o proprietário da necessidade da reflutuação. Em que pese a prioridade naquele momento ser o serviço de busca e salvamento, salvar vidas, a gente já passou para o segundo passo do planejamento, que é o plano de reflutuação, e o proprietário foi notificado.

É uma empresa de Santarém. Ele foi a Belém tentar resolver algumas coisas. Nessa mesma época foi criado o Comitê de Gerenciamento e Risco no Governo do Estado. A partir daí, o Governo do Estado fez o decreto de emergência e assumiu a confecção do plano de reflutuação.

No quarto dia, foi o dia que nós encontramos aquele corpo a 25 milhas. Então, foram 25 milhas para ir e 25 milhas para voltar, 40 km. Cumprimos a missão. A família teve o seu corpo para enterrar.

Na quinta-feira, já estávamos com dois navios.

Na sexta-feira, para vocês terem uma ideia, a gente transportou 1,2 mil quilos de mantimentos não só para a Marinha, mas para todos os envolvidos na cena de ação, porque só a gente tinha a logística.

Então o helicóptero está fazendo, por dia, um ou dois voos de logística, levando material para os bombeiros, levando material para os enfermeiros, levando material para os médicos, levando material para as lanchas que estão ajudando, para as balsas, ou seja, a Marinha está... E até hoje está fazendo isso. A gente não parou, para que as pessoas que estejam na cena de ação possam trabalhar com tranquilidade, não só os nossos. Os navios da Marinha têm uma autonomia muito grande, então a gente está muito tranquilo, mas a gente está ajudando também todas as pessoas que estão envolvidas nessa missão de busca e salvamento.

No dia 6, a gente já estava com o segundo helicóptero. A gente está também com um evento em São Luís, divulgado na mídia, que é um navio de 300 mil toneladas. A Marinha, mesmo assim, colocou um segundo helicóptero para nós, para atender esse acidente do Anna Karolline. No dia 7, já estávamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no quarto navio. No nono dia, a gente teve um problema de chuvas. Tentei voar, nós decolamos, inclusive, mas não conseguimos porque deu uma chuva muito grande em Belém, passou para o Amapá, e a gente não conseguiu fazer sobrevoo, mas os navios continuam em operação. Os navios não pararam um minuto sequer, um dia sequer, porque os navios estão na cena de ação, eles não precisam retornar, eles ficam lá; apenas vão abastecer.

Nesse dia também, no domingo... A gente se reúne no comitê de crise diariamente, às 18h, e a reunião vai até terminar, não há hora para terminar, não vou dar uma hora para terminar porque houve dia em que terminou meia-noite, em outro às 10h. Quando eu estava chegando em casa, às 10h da noite, eu recebi a ligação de que a empresa de reflutuação tinha apresentado o plano. Eu já havia pedido mais um engenheiro para me ajudar a fazer o estudo, eu voltei para a capitania, para que a gente não atrasasse a análise do plano, para que não atrasasse o serviço de reflutuação. Então, 10h da noite... Uma hora e seis, uma hora e dez, eu terminei a análise de alguns itens e imediatamente mandei para Belém. A estrutura de Belém já estava montada, eles ratificaram a análise que eu fiz, juntamente com o outro engenheiro, colocaram em observação, mandamos para o Rio de Janeiro, onde temos uma diretoria técnica em função de a embarcação ser grande. No mesmo dia, eu entreguei os itens que eles precisam corrigir no plano.

O plano... Para vocês terem uma ideia, a embarcação pesa duzentas toneladas. Havia em torno pelo menos de cem toneladas de carga, segundo o comandante, além de que, quando ela afunda, ela tem o volume d'água. Então a gente estima que ela tenha no mínimo quinhentas toneladas embaixo. Ou seja, quinhentas toneladas numa distância de 130km, uma logística muito grande, a gente tem que ter um plano muito bem feito e muito bem analisado. Ela envolve dois guindastes de duzentas e vinte toneladas, ela envolve guindastes em cima de uma balsa, que tem o problema do balanço. O guindaste em terra, o manual dele é claro; quando se coloca em cima de uma balsa, o ponto crítico de colapso é outro, e a gente tem que ter muito cuidado porque os cabos de aço estarão tensionados, e se estourarem, vão matar gente, e teremos um acidente dentro do outro. Por isso estamos fazendo, em que pese ser rapidamente, com cautela.

Envolve também respostas a um possível vazamento de óleo. O Rio Amazonas é uma área grandiosa, é um rio que precisa ser preservado.

A gente tem a informação de que há mil litros de diesel na embarcação, então nós vamos estar prontos, com as barreiras, mantas, para que, se acontecer alguma coisa, a gente tenha uma resposta imediata. Da mesma forma, o içamento tem que ser feito devagar, não é assim, em cinco minutos. Isso vai levar pelo menos dois dias, um dia e meio, porque vamos colocar, a empresa vai colocar as bombonas, vai injetar ar – ele está tombado – e vai devagarinho tentando tirar a lama, verificando se ainda há corpos – a gente não pode simplesmente esquecer isso –, vai devagarinho levando para a margem. Quando chegar nas proximidades da margem, a gente já vai estar com ele ao lume d'água, aparecendo. Ele não está aparecendo agora, está entre 12m e 19 m. E a partir daí a gente vai desvirar a embarcação. Então, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função de ser uma manobra de peso, uma manobra que envolve muita logística, a gente estima que deve ser feita em torno de 36 horas.

O plano, eu já devolvi com toda a análise. Eles já estão trabalhando hoje, são itens que não são difíceis de resolver. A logística já iniciou. Eles devem entregar o plano para a gente de volta hoje, e eu vou mandar para o 4º Distrito Naval e vai ser aprovado, já com todas as observações e os itens que nós colocamos.

Aí sim, a estimativa é de que a logística, a empresa deve chegar em torno de cinco a seis dias ao local da cena de ação. Relembro que, de Macapá, está a 130 km; e de Belém, eu vou colocar a distância aqui no próximo eslaide. E a faina é içamento, reflutuação e trimagem. Trimagem é um termo técnico; a gente vai flutuar, desvirar e deixar ela certinha, e vamos verificar se há algum rasgo, se há algum furo, para que a gente possa ter uma noção exata do que a embarcação sofreu, qual foi o esforço que ela sofreu para afundar, de modo que, quando terminar a faina, o serviço, ela possa estar flutuando para fazer os reparos, perícia, etc.

Para vocês terem uma ideia aqui, Macapá está ali em cima, Santana, e o acidente foi naquele pontinho vermelho. Entre Santana e o local do acidente os senhores observem que não há cidade grande, tampouco pequena, é só rio. Eu tenho uma foto, vou mostrar: é rio e selva. A gente definiu Gurupá como apoio das operações aéreas, porque há um aeroporto lá, então os corpos saem do ponto vermelho, navegam até Gurupá para a gente pegar. Distância de Belém: 395km. E de Santana, onde está a Capitania dos Portos do Amapá, 135km. Uma área inóspita que não pega telefone, exatamente na divisa entre o Amapá e o Pará.

Aqui, dando foco com *zoom,* podemos ter uma noção do que nós temos ali: o ponto do acidente, os navios da Marinha: o Bracuí, o Tocantins e o Xingu, e o Marco Zero, com as quatro lanchas. As lanchas fazem o raio de busca nas proximidades das margens, e os navios maiores, que têm mais autonomia, vão ampliando o raio de busca, já chegamos a 40km. E os dois helicópteros, que estão dando apoio.

Este é o local do acidente. Só se vê...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Quando eu estou indo para lá, são...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – De helicóptero, são 60 minutos vendo só selva e rio, para vocês terem uma ideia da logística. Só tem isso aí. Então, foi conseguida uma balsa para dar apoio, colocamos uma boia aqui, e os navios de guerra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Onde é o local em que está a embarcação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Na boca do Rio Jari, próximo da ponta do Aruãs.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nessa foto não está localizado? Não dá para identificar...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Na boia. Há a lanchinha menor, é naquela boia. Hoje está submerso. No serviço de içamento, reflutuação, a gente vai colocar um pouco mais à margem. É exatamente isto: o Rio Jari está na entrada, bem na boca. A embarcação está naquela boiazinha pequenininha ali.

Aqui uma visão: ali é a entrada do Rio Jari, e aqui é a visão da boia onde está o navio. Se não houvesse toda a estrutura da Marinha lá, uma embarcação poderia passar e não veria o navio afundado, porque não está aparecendo.

Para quem não conhece a Amazônia, essa é a coloração do Rio Amazonas. Não se consegue enxergar um metro se você mergulhar, não consegue enxergar, imagine a 12m, 19m, o desafio que é essa missão.

Por fim, Senador, eu queria apresentar um vídeo rápido, de três minutos. A Marinha do Brasil não faz apenas esse serviço de busca e salvamento, a salvaguarda da vida humana no mar, nem a segurança de navegação, ela faz também o trabalho social na Amazônia: são os Navios da Esperança, que navegam diariamente, tanto navios de Belém como navios de Manaus, para dar assistência ao povo ribeirinho. Abaixo do Brasão da Marinha está escrito que a gente deve proteger nossas riquezas: "Protegendo nossas riquezas; cuidando da nossa gente". E é isso que a gente faz diariamente na Amazônia também: além do trabalho de fiscalização, a gente cuida da nossa gente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Comandante Carlos Augusto.

Eu queria agradecer a presença do Senador Zequinha Marinho, do nosso irmão vizinho Estado do Pará.

Esta audiência pública, Senador, destina-se a um maior esclarecimento, por parte do Comando da Marinha, em relação à tragédia que envolveu o barco Anna Karolline III, que saiu do nosso Município de Santana, no Amapá, com destino ao seu Município de Santarém, e teve a viagem interrompida no meio do caminho por circunstâncias que são objeto de uma investigação por parte da Marinha do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Comandante Carlos Augusto fez um pequeno detalhamento aqui das ações da Marinha do Brasil, do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá, enfim, das circunstâncias de operação desde a data do ocorrido, a partir do momento em que chegaram as notificações, as primeiras informações que chegaram ao Comando da Marinha do Brasil.

V. Exa. fique à vontade para, no momento que quiser, indagar qualquer um dos nossos Comandantes da Marinha do Brasil aqui presentes para essa exposição, o Comandante Carlos Augusto, que é o Capitão dos Portos do Amapá, e o Comandante Manoel Pinho, que é o Capitão dos Portos da Amazônia Oriental, capitania dos portos que abrange os nossos Estados do Amapá, do Pará, além do Maranhão e do Piauí.

Antes de passar para o Comandante Manoel Pinho, Senador Zequinha Marinho, queria aqui registrar que os esforços de busca têm contado com um trabalho conjunto. Embora a maior parte das vítimas seja de amapaenses, o destino da embarcação era o Município de Santarém, no Pará. Então, quero registrar e agradecer aqui a atenção imediata também prestada pelo Governador Hélder Barbalho. Pelas informações que nos foram repassadas pelo Governador do Estado, o Governador Hélder desde os primeiros momentos prestou todo o apoio necessário para as operações de busca, que continuam em curso.

Passo de imediato, então, a palavra ao Comandante Manoel Pinho.

O senhor tem vinte minutos e também a condescendência da Presidência desta Comissão para utilizar todo o tempo que for necessário. Fique à vontade.

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (Para expor.) – Bom dia, Presidente! Bom dia a todos!

Eu não vou precisar, Senador, dos 20 minutos. O Comandante Carlos já falou sobre o esforço que a Marinha vem fazendo, inclusive com apoio a uma operação entre agências nesse naufrágio. Eu só gostaria de complementar dizendo que, além dessas ações de fiscalização e de cunho social, a Marinha atua também na parte de orientação e de instrução.

Eu falo pela minha capitania, a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, que atua mais na área do Pará, juntamente com a Capitania Fluvial de Santarém. Para as senhoras e os senhores terem uma ideia desse cunho em termos de formação: no ano passado nós formamos mais de 3 mil cidadãos em comunidades ribeirinhas. Não estou falando da cidade de Belém. Não, estou falando das cidades ribeirinhas, das pequenas cidades. Nós vamos até lá e formamos aquaviários.

E qual é a importância dessa formação? É a base, e, no momento em que nossas equipes se deslocam para essas comunidades ribeirinhas, paralelamente fazem palestras. Isso ocorre muito na cidade de Santarém e na cidade de Belém, onde atuamos em conjunto. Promovemos palestras para mais de 3 mil ouvintes em escolas e comunidades, e o foco principal da nossa ação quando vamos a essas comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são as crianças. Então, vamos às escolas, porque é lá que está o futuro, é lá que a gente consegue contribuir para a cultura da segurança na navegação. Então, é importante que a gente destaque essa atuação nestas três vertentes: na orientação, na formação e também na questão da fiscalização.

Só para dar um exemplo claro de uma ação que fizemos em relação a uma comunidade próxima a Ponta de Pedras – não sei se os senhores a conhecem, creio que não, é lá no Pará; o Senador deve conhecer. Fizemos não em Ponta de Pedras, mas numa comunidade muito próxima; de Ponta de Pedras até essa comunidade, dava mais ou menos meia hora de barco. Atuamos em conjunto com o Sebrae.

Todos sabem que, nas comunidades ribeirinhas lá no Pará, a produção envolve o quê? Açaí. Boa parte das comunidades ribeirinhas vivem do açaí e também do transporte escolar. Então, a Marinha... Nós buscamos o Sebrae por quê? Por ocasião desses cursos que realizam para os aquaviários, eles transportam essa produção. Como bem falou o Comandante Carlos, lá os rios são as nossas estradas. Então, as pessoas das comunidades ribeirinhas transportam a sua produção através de quê? De pequenos barcos, barcos artesanais, e nós formamos esses condutores. Então, nada mais justo que possamos, ao fazer esses cursos... Que as comunidades, paralelamente a essa contribuição da formação do aquaviário, possam ter um curso de formação empreendedora. Então, agora nós estamos fazendo essa parceria com o Sebrae para que, no momento do encerramento, aquele aquaviário, aquele cidadão e aquelas famílias tenham não somente noções de segurança na navegação, mas também noções de empreendedorismo, ou seja, para negociar, para comercializar.

Então, nós estamos, sim, contribuindo para aquela comunidade, o que é muito bom. No final do curso, quando vemos aquelas pessoas, sessenta pessoas, percebemos que realmente estamos contribuindo para aquela comunidade, para desenvolver aquela comunidade economicamente também, para tornar aquela comunidade sustentável. Então, é importante que saibam dessas ações, que não são só da Marinha, mas também de parceiros. É através dessas parcerias que realmente podemos dar mais cidadania, mais informações e mais conhecimentos para aquelas comunidades.

Essa é uma contribuição que gostaria de colocar, Senador, de outras ações que fazemos também lá, no Comando do 4º Distrito Naval.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Comandante.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Presidente, Senador Randolfe. É oportuna esta audiência pública.

Saúdo nossos Comandantes da Marinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O acidente foi praticamente na divisa do Amapá com o Estado do Pará e foi uma situação muito constrangedora, porque, só na cidade de Almeirim, uma família perdeu 16 membros, para se ter noção – vou até estar sexta, sábado e domingo nessa região. Então, é uma situação muito difícil. Chegamos até a ajudar pessoalmente, colaborando com essas famílias para pagar mergulhador da região, que conhece... Ele é acostumado a ajudar a desobstruir canais, mas o lugar onde o barco afundou é muito perigoso.

A gente fica preocupado. Lamentavelmente, a consciência do empresário, na hora de ganhar dinheiro, talvez seja menor do que a vontade de ganhar dinheiro. Não sei quantos passageiros havia no barco, mas possivelmente esse número deveria estar acima da capacidade desse barco. Gostaria de ouvi-los com relação a isso.

Acidente é acidente, a gente não pode, digamos assim, prevê-los, mas a gente precisa, todos os dias, e eu sei das limitações da Marinha, apertar a fiscalização, porque uma tragédia que extermina praticamente com famílias e famílias traz angústias inesquecíveis.

Mas quero cumprimentar a Marinha pelo trabalho desenvolvido lá, pelo esforço, e cumprimentar nossos Senadores do Amapá, Randolfe e Alcolumbre.

Havia o problema do içamento do navio. Parece que já ocorreu, ou está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Está na fase do plano?

O Governo do Amapá, parece, prontamente entrou em ação para contratar a empresa. Estavam desesperados lá em Gurupá, que é a cidade mais próxima do acidente. Sei que foi um vexame tremendo.

Mas deixo isso de lado e faço uma ligação com essa sua exposição, Comandante Pinho. Nosso Estado e aquela região vivem exatamente da principal atividade dali, que é a extração do açaí. Estamos até, Senador, buscando dois grupos empresariais para se instalarem em alguns Municípios ali, abaixo de Ponta de Pedras, e há Ponta de Pedras, Muaná, São Sebastião, que é uma ilha, e, mais embaixo, Curralinho. Então, Curralinho deve servir de base para uma das indústrias, para exatamente beneficiar o açaí daquela região e agregar-lhe valor. O Pará tem servido de almoxarifado para o Brasil e para o mundo, e a gente precisa mudar isso tentando, de todas as formas, agregar valor à sua matéria-prima. O Governo do Estado recentemente zerou os impostos estaduais, inclusive o ICMS incidente sobre o consumo de energia, como forma de incentivar a instalação de negócios na região.

O senhor conhece a história da exploração sexual de crianças e adolescentes naquela região. Boa parte do que acontece ali...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... é por causa das dificuldades financeiras daquelas famílias, a sobrevivência é muito difícil no Marajó. A renda...

Até quando você avalia a questão do IDH, que é composto por três itens – começa pela longevidade, depois vêm educação e renda –, vê que a renda é baixa, a renda é pouca, e essa falta de renda leva a pessoa às vezes a tomar caminhos tortuosos e indevidos. A gente espera neste momento trabalhar muito para ajudar aquela região a virar essa página de IDH baixíssimo, pior do que no Nordeste. Nós temos a cidade de Melgaço... Fica girando ali: Curralinho, Melgaço, Bagre e outros Municípios da região têm muita dificuldade. Então, poder levar desenvolvimento econômico para lá é uma das saídas para a gente.

Parabéns pelo trabalho feito, aproveitando para juntar uma coisa com a outra. Se há um mercado para escoar a produção... Por exemplo, a indústria precisa do barco que traga a produção. E não é pouca, é muita gente envolvida, muita gente envolvida nisso e, na ponta, você tem o produtor do açaí

Nós já começamos um trabalho com a Embrapa, Senador Randolfe, cujo objetivo é sair de quatro meses de safra por ano para jogar para oito meses, e também sair da produção individual da touceira, da palmeira do açaí... Digamos que produza "x". A gente quer dobrar essa produção também, para que ele possa dar mais e esticar o período da safra, dobrar o período da safra. E a Embrapa está se virando lá, a gente está alocando recursos, já há uma boa experiência lá na cidade de Portel e em outros Municípios da região do Baixo Tocantins, que é contígua ao Marajó. Está indo muito bem. Estou cheio de esperanças com relação a essas oportunidades que surgem.

E a Marinha sabe: a gente precisa juntar o projeto da capacitação do piloto para conduzir passageiros, conduzir a carga mais importante que há, mais importante que o açaí, mais importante que tudo... Há a questão do escalpelamento por aquela haste do motor, que às vezes vocês cobrem... A Marinha tem um trabalho muito pesado em cima disso, mas não sei... Acho que atrapalha alguma coisa, e o piloto termina retirando a capa e expondo as mulheres daquela região, que sempre têm cabelo bom, são as caboclas – elas têm cabelos lisos, compridos e, principalmente, são irmãs evangélicas que têm o costume de usar cabelos longos. Isso tem provocado tragédias nas vidas dessas mulheres. Num descuido qualquer, o cabelo termina enrolando e, aí, pronto: perde tudo, perde todo o couro cabeludo e, às vezes, até parte da musculatura. Isso é muito ruim, acaba com a vida da pessoa.

Estamos aqui, me coloco à disposição, porque não quero aqui apenas cobrar, eu quero me somar, porque me sinto também parte e devedor nesse processo. Naquilo que pudermos somar, naquilo que pudermos contribuir, nós estamos à disposição para ajudar a Marinha a avançar no seu trabalho. Isso é fundamental.

Há a questão da segurança, que eu sei que está incluída no curso de formação do piloto, e a do empreendedorismo, em função do mercado que tende a crescer todos os dias na área do transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por enquanto são essas as minhas considerações.

Se for possível ouvir um pouco mais sobre o acidente... Cheguei atrasado, mas gostaria de ter essa oportunidade, mesmo que de forma resumida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Comandante Carlos Augusto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Vou fazer um resumo do acidente para que o senhor possa tomar pé do que está acontecendo.

No dia 29, a gente recebeu a informação, de manhã cedo, do naufrágio da embarcação. É um local a 70 milhas de distância de Santana, 130 quilômetros, um local onde só há a selva e o rio, não pega telefone, não há comunicação. A ligação que nos informou caiu e, logo depois, coisa de vinte minutos, conseguimos a ligação de novo e confirmamos. Imediatamente mandamos a equipe de busca e salvamento que fica de prontidão na capitania e informamos o bombeiro. O bombeiro foi conosco no nosso navio, que tinha capacidade para levar mais gente, e chegamos ao local onze horas depois.

As informações foram ampliadas e, hoje, no local do acidente, nós temos quatro navios da Marinha grandes e quatro embarcações menores, são oito meios, além de dois helicópteros. São 110 homens no local do acidente e 70 homens em Santana dando logística. A gente já conseguiu localizar 51 sobreviventes, graças a Deus, e 33 mortos. Hoje nós temos o número de 84. A embarcação tem capacidade para 242 passageiros.

A gente abriu inquérito para apurar quais foram as causas. A gente não está descartando nenhuma linha de ação. Pode ter sido excesso de carga, pode ter sido tempo. Há informações de que parou para fazer uma transferência de combustível. Então, muito se falou. O nosso inquérito não descarta nenhuma linha de ação. Ele já começou. Já ouvimos o comandante da embarcação e, agora, a segunda fase é o plano de reflutuação. A empresa disse que não tinha condições neste momento de fazer, o Governo do Estado fez um decreto de emergência e contratou empresa. O plano foi apresentado para a Marinha no domingo à noite. Nós, de forma célere, mas responsável, devolvemos rapidamente para a empresa algumas pendências que estão faltando. Ela já está trabalhando isso hoje, tem um comitê de crise que se reúne todo dia, à noite, às 18h. E a logística para levar todo esse material, que envolve balsas, rebocadores, empurradores, dois guindastes já está iniciando, porque, atendendo a essas pendências, o plano vai ser aprovado.

Aí a gente parte para a terceira etapa, que é justamente a manobra em si de içamento.

Em relação ao escalpelamento, só para dar um dado para o senhor, há dois anos que, no Estado do Amapá, a gente não tem caso de escalpelamento justamente pelo trabalho de cobertura de eixo e pelo trabalho de educação que a gente tem feito para criar uma mentalidade de maior nível de segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Gostaria de acrescentar alguma coisa? Por favor.

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (Para expor.) – Primeiramente agradeço ao Senador por levantar esse assunto tão importante lá na região do Pará, que é o escalpelamento.

Eu, primeiro, faço uma pergunta: todos sabem aqui o que é o escalpelamento? Todos?

Eu sou do Pará também, Senador; sou de Belém. A minha origem, a minha avó é de Anajás, que fica lá no centro da Ilha do Marajó, um lugar bem distante. Então, como paraense, por ter essa origem ribeirinha, abracei essa causa como uma meta pessoal lá na capitania, porque eu fico imaginando que, se esse acidente tivesse acontecido com a minha avó, se tivesse acontecido com ela, neste momento eu não estaria aqui, possivelmente. Então, é uma realidade triste lá na Amazônia, especialmente lá no Pará.

No ano passado, em que pesem todas as ações em relação à fiscalização, ações de cobertura de eixo onde a Marinha faz a cobertura de maneira gratuita, muitas vezes ocorre essa situação. Quando estou numa fiscalização, numa ação social, a gente tem um cadastro das embarcações, muitas vezes a gente se depara com aquela embarcação que, no nosso controle, estava com o eixo coberto, mas a gente verifica que aquela embarcação não está mais com aquele eixo coberto por diversos motivos, diversos fatores.

Por isso, quando comentei aqui que a Marinha também quer ter ação de formação, lembro que a gente aproveita e faz uma ação, uma campanha forte com as crianças para poder justamente colocar na mentalidade delas a importância da segurança na navegação. Porque, infelizmente, na região, há muito essa questão da cultura de risco. Muitas vezes aquele pai de família ou até o avô está conduzindo e a gente pergunta: por que você não está usando seu colete salva-vidas – a gente doa o colete salva-vidas? Por que você não o está usando? Muitas vezes dizem: "Porque, comandante, isso nunca aconteceu na minha família e não vai acontecer agora." Então, desde o ano passado, a gente está fazendo uma campanha com filmes bem expositivos, bem didáticos mesmo para crianças e para adultos. Nós temos uma rádio Marinha lá em Belém que divulga *spots* sobre segurança na navegação com recomendações para evitar o escalpelamento. E nós atuamos sempre. Quando vamos fazer essa campanha de formação, de cursos, nós vamos com mais ou menos um combo de serviço, que é, como eu falo, como até brinco lá: o que é esse combo de serviços? São cursos, são palestras, são coberturas de eixo. Só que nós precisamos também do apoio.

O material da cobertura de eixo infelizmente nós não temos como comprar na Marinha. Então a gente faz uma campanha, através de parceiros públicos e privados, para que eles possam doar esse material. É importante realmente receber recursos para que nossa equipe instale gratuitamente. No passado, lá na região, nós aumentamos em mais de 50% nossas ações em relação a 2018. Nós cobrimos cerca de 250 embarcações. Em 2019, já pulamos para 350 embarcações e a tendência é de que esse número aumente, que a gente aproxime mais, chame mais. Essas campanhas educativas são importantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aproximar a sociedade, pois muitas vezes o ribeirinho ainda vê a Marinha como aquele órgão fiscalizador. Então, a gente está mudando essa mentalidade em relação não só à fiscalização, mas como órgão de orientação e principalmente de informação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO – ... para que a gente possa aumentar esse número.

Realmente a gente precisa desse apoio e de material para poder expandir cada vez mais esse serviço que é tão importante no rio da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Comandante Manoel Pinho e Comandante Carlos Augusto, me permitam, então, complementarmente...

Se o Senador Zequinha estiver satisfeito...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Sabe, Senador Randolfe, quando cheguei, estava passando um vídeo sobre o atendimento de saúde da Marinha. Esse navio aí é o Navio-Auxiliar Pará? Não?

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (Para expor.) – Afirmativo, Senador. É ele mesmo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Está bem. O Robledo trabalha... O Comandante Robledo.

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (Para expor.) – O Comandante Robledo é o Comandante do Grupamento de Patrulha Naval do Norte. O Navio-Auxiliar Pará é subordinado a esse grupamento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Perfeito. Nós conhecemos de perto esse trabalho no ano passado na cidade de Breves, estivemos lá visitando e, a partir daí, firmamos uma parceria e destinamos R$1,5 milhão para ajudar a comprar equipamentos de saúde. O Senador deve conhecer. É a melhor forma de ajudar o marajoara a ter um hospital perto com todo equipamento, para todos os exames, para tudo. Finalmente, eu quero aqui, como diz o Raul Gil, tirar o chapéu, porque merece louvor. E a gente vai, se Deus quiser, daqui para a frente, todos os anos, estar alocando algum recurso para contribuir com o Navio-Auxiliar Pará também.

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO – Senador, ainda tenho uma ótima notícia para o senhor. Atualmente, agora, além de ter o Navio-Auxiliar Pará, a Marinha recebeu uma doação do Inmetro, por intermédio da Ministra Damares. Receberá um navio-auxiliar Breves e um navio-auxiliar Soure. Então, são dois navios mais, duas mais novas embarcações que são um pouco menores, ou seja, vão adentrar os rios e furos onde o Navio-Auxiliar Pará não tem como entrar pelo porte do navio. É uma novidade. Não sei se o senhor estava sabendo que a Marinha recebeu, por doação, essas duas embarcações e que nós vamos aumentar agora para as comunidades, não só para os Municípios. Então, para aquelas comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses Municípios. Esses dois navios vão permitir que levem esse serviço do Navio-Auxiliar Pará para outras comunidades através dos navios-auxiliares.

Outro ponto também é que nós recebemos duas lanchas da Receita Federal, que atualmente nós estamos recuperando, que vão aumentar o nosso poder de fiscalização.

Então, é por isso que é muito importante o apoio, através de doações, através de recursos, para que a gente possa equipar nossas embarcações, aumentar os nossos meios para que a gente possa aumentar nosso serviço lá na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mais algum questionamento, Senador Zequinha? Satisfeito?

Obrigado, Senador.

Comandante Manoel Pinho e Comandante Carlos Augusto, só complementarmente, tenho algumas indagações também a V. Exas., ainda retomando o tema do naufrágio do Anna Karoline. A Antaq divulgou que S. Exa. o Comandante Carlos Augusto prestou as informações aqui sobre a capacidade do Anna Karoline. As informações que temos da Antaq dão conta de que o navio tinha autorização para fazer a rota Santarém-Manaus, tendo capacidade para 242 passageiros. E 242 passageiros, segundo informações da Antaq, sem qualquer carregamento adicional ou, então, em vez de 242 passageiros, 89 toneladas de carga. Uma testemunha, pelas informações que temos, Comandante, afirma que foram embarcadas no Anna Karoline 110 toneladas de açúcar. Este é um primeiro questionamento: queríamos saber de V. Exa. e, em especial, do Comandante Carlos Augusto se há maiores detalhes no inquérito em relação a esse aspecto.

V. Exa. já apresentou as informações sobre todos os esforços feitos até agora de resgate. Pelas informações que temos, e eu peço a V. Exa. para confirmar ou corrigir, são 33 vítimas fatais e 51 pessoas resgatadas com vida entre passageiros e tripulantes. As informações parece-me que ainda dão conta de que há nove pessoas desaparecidas. A Marinha estima, e aí eu lhe pergunto, a Marinha tem alguma divergência em relação a esses números? Pode o número de desaparecidos ser maior do que esse? Nós temos uma grande dificuldade, e parece que esta é uma das dificuldades centrais para a segurança fluvial na Amazônia: é que essa embarcação, como tantas outras, não tinha lista de passageiros. Discutiu-se depois disso, e há algumas iniciativas legislativas nesse sentido, a aprovação, por parte do Congresso Nacional, de alguma medida que obrigue as embarcações a assim procederem. V. Exas. consideram que essa é uma boa iniciativa legislativa? Teriam outras sugestões nesse sentido?

Completando aqui as perguntas, segundo informações que temos até a partir de uma reportagem do site UOL, entre 2017 até agora, 182 pessoas morreram em naufrágios na Amazônia. Foram 142 naufrágios nos 16.000km de rios da região. Como dá para perceber no caso do Anna Karoline, a Amazônia é gigantesca e tem áreas remotas em que a ligação só pode ser através da via fluvial ou através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do transporte aéreo. Nós temos 196 terminais hidroviários com 30 mil embarcações registradas. Conforme constou na audiência que nós tivemos sexta-feira em Macapá, ao que nos parece, nós temos um problema no Amapá: nós não temos nenhum terminal hidroviário estruturado, tal qual os demais terminais. Eu queria que V. Exa. discorresse sobre a importância de terminais hidroviários estruturados para coibir, para, pelo menos, criar condições melhores de fiscalização para evitar tragédias como essas.

Os dados de naufrágio que temos são os seguintes: em 2017, 39; em 2018, 44; em 2019, 49; e já nesses dois primeiros meses de 2020, dez. Diante disso, as perguntas inevitáveis são as seguintes: o que é possível? Quais medidas e o que nós podemos fazer conjuntamente, a partir do Parlamento, para reduzir o número de naufrágios e, obviamente, o número de tragédias dessa natureza na região? Os senhores acreditam que a punição recebida pelos responsáveis por essa embarcação está à altura dos danos provocados ou acreditam que seria adequado majorar essas punições. Neste caso, de majorar as punições, o que V. Exas. defenderiam?

Pergunto aos senhores também que avaliação fazem a respeito dos trabalhos dos governos locais – e aí falo governos estaduais e governos municipais – na prevenção e mitigação desses acidentes. E, por acaso, se essas responsabilidades forem, por força de legislação, reduzidas, o que é possível ser feito? Haveria alguma possibilidade de ampliar a responsabilidade dos governos locais, como dito aqui, governo estadual e governos municipais?

Em uma recente entrevista à revista *Época*, Márcio Rodrigues dos Santos, um senhor de 46 anos, sobrevivente desse naufrágio, afirmou que o comandante do navio não tinha avisado aos passageiros sobre o risco de a embarcação afundar. E, por isso, muita gente teria morrido dormindo.

Que tipo de conduta os senhores acham que deveriam ter tido o comandante e a tripulação do barco nesse caso? E que tipo de crime a conduta denunciada acarreta?

É a última pergunta, Srs. Comandantes.

Segundo o último levantamento da Universidade Federal do Pará à Antaq – são informações de 2017, da UFPA, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários –, são 9,7 milhões de passageiros que transitam de barco, com 3,4 milhões de toneladas de cargas levadas.

Pergunto a V. Exas.: como funciona o sistema de fiscalização da Marinha na região? Qual o efetivo alocado nessas atividades? Qual a cobertura que esse trabalho de fiscalização tem obtido?

Sr. Manoel Pinho e Comandante Carlos Augusto, são esses os nossos questionamentos.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Eu anotei aqui as perguntas e vou responder uma a uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confirmo que nós encontramos 51 pessoas vivas e 33 mortos até ontem. Foi a reunião a que eu fui do Comitê de Crise. Esse é o número que nós temos.

Em relação à legislação, toda legislação que for feita para ajudar a inspeção naval, para ajudar a coibir qualquer tipo de acidente, é muito bem-vinda, porque vai ajudar a Marinha no seu trabalho.

Realmente, lá em Macapá, em Santana, nós temos o grande problema dos terminais. Eu vou dar um exemplo aqui.

Em Santana, nós mantemos pelo menos duas equipes por dia de inspeção naval e uma no Oiapoque. Nós temos uma Organização Militar também, uma agência, lá no Oiapoque. Então, há uma no norte e duas aqui.

A gente começa a inspeção naval normalmente de manhã, e ela vai até a noite. E, à noite, a gente trabalha também com os navios que estão saindo. Então, a gente começa, por exemplo, em Santana, em Macapá, que o Senador conhece, a inspeção no Terminal do Açaí; depois do Terminal do Açaí, vamos para o Terminal dos Irmãos Metralha; depois, vamos para o Porto do Grego; depois, nós vamos para a rampa do Santa Inês; depois, nós vamos para o Igarapé da Fortaleza; depois, vamos para o Igarapé das Mulheres; depois, nós vamos para o Canal do Jandiá; depois, para Pedrinhas; depois, para Matapi. São muitos os lugares dos quais as embarcações saem. E não são 100m de distância. De Santana para Macapá são 20km; se for para Matapi, são mais 6 a 8km. Passando em Macapá, há mais terminais lá. Então, são muitos terminais, muitas embarcações saindo de diversos lugares.

Então, aquilo que foi discutido na reunião de sexta-feira, em relação ao grupo de trabalho, para que se crie o terminal aquaviário, muito vai ajudar a Marinha. Muito. E não só a Marinha, porque uma embarcação é fiscalizada por diversos atores: a Marinha vê a parte de segurança da navegação, a Antaq vê a parte de linhas, a Anvisa vê a parte de saúde, a Polícia Federal vê o controle imigratório, a Receita Federal vê a parte de descaminho, contrabando... São embarcações pequenas e embarcações grandes. São todas fiscalizadas.

Então, realmente, Senador, um terminal aquaviário, conforme foi dito naquela reunião, em que todos os atores de fiscalização estejam ali com condições de receber embarcações menores e embarcações grandes, concentrando tudo, vai facilitar nosso trabalho e muito, em conjunto com as leis de que o senhor falou, como foi dito também na reunião. Leis que possam ser criadas para inibir um acidente como esse serão muito bem-vindas.

O inquérito administrativo, para apurar o fato da navegação, está ciente dessa denúncia de cargas. Eu recebi... A parte de comunicação social está pegando todos os vídeos, todos os áudios, mas é importante salientar que a gente vai ouvir todo mundo. E é obrigação do comandante ter o controle da sua embarcação. Ele tem que ter o controle da sua tripulação, ele tem que ter o controle da carga, e ele vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apresentar os *tallies* de embarque, ou seja, as notas fiscais de quanto ele embarcou. Isso já está fazendo parte do inquérito.

Agora a gente precisa de um tempo para que a gente possa esgotar todas as possibilidades, para não trabalhar só numa linha de ação. Estamos trabalhando em todas as linhas de ação.

O senhor perguntou também como funciona a inspeção naval.

Quanto ao efetivo, a Capitania dos Portos do Amapá tem 74 homens...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – ... e a Agência da Capitania dos Portos no Oiapoque tem mais 11 homens. Uma Organização Militar foi criada no ano passado para aumentar o nosso poder de fiscalização no Rio Oiapoque.

No Oiapoque de Santana, são 580km – 500 de estrada e 80 de estrada de barro –, e era muito difícil a gente ir todo dia para lá ou manter uma equipe de inspeção naval lá. O que que a Marinha fez? Ampliou a capacidade, criou uma nova organização militar, colocou um comandante, os militares, lá, três lanchas e três viaturas. Então, a nossa capacidade aumentou.

E a gente mantém, diariamente, pelo menos duas equipes de inspeção naval na água, divididas por quatro homens, três e três, de modo que a gente se faça presente.

São muitos rios, concordo com o senhor, e a gente está trabalhando também, como o Comandante Manoel Pinho falou, na mentalidade – mais do que na segurança – nas escolas, nas crianças. São duas vertentes, inspeção e educação, de modo que, no futuro, aquela criança que hoje tem cinco ou seis anos e que vai ser um piloto daqui a 15 ou 20 anos já tenha essa mentalidade de segurança. Que ele se preocupe com a vida dele, a esposa dele e o filho dele.

Em relação às 110 toneladas, eu prefiro esperar o inquérito, porque aí eu posso dar uma resposta com certeza, porque podem ser 110 toneladas, mas podem ser 130 – eu já vi vídeo dizendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse peso era totalmente compatível com a embarcação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – A embarcação, pelos planos que ela apresentou, pela certificadora, tinha capacidade para 89 toneladas de carga seca e 6 toneladas de frigorífica: 95 toneladas.

Em relação à autorização da Antaq, a Marinha não trabalha com as linhas. Então, a Antaq não tem representação lá no Amapá, mas esteve na última reunião, na sexta-feira, e disse que a embarcação tinha autorização para navegar de Belém para Santarém. É uma informação que a Marinha não tinha, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não trata dessa fiscalização. E ela tinha dado entrada para fazer Santana-Santarém. E ela se comprometeu a tentar botar uma representação lá e a informar à Marinha, porque o que que a gente pode fazer? Está previsto na norma que, se qualquer órgão judiciário – Receita Federal, Polícia Federal ou Antaq – informar que aquela embarcação não pode ir de um local para outro, a gente não dá o despacho.

O despacho é um procedimento administrativo que toda embarcação tem que fazer, para avisar "eu vou sair daqui para ali", para que a gente tenha um monitoramento para um evento desse. Imagine se chegasse uma denúncia de que o Ana Carolina afundou em Manaus. A gente não iria saber.

Agora a gente sabe que ele estava fazendo a rota Santarém-Macapá-Santarém. A gente tem a rota que ele seguiu. Por isso que o atendimento foi mais rápido.

O que eu anotei aqui foi isso. Não sei se há alguma coisa que esqueci.

Não sei se o Comandante Manoel Pinho quer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com a palavra o Comandante, por favor.

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (Para expor.) – Quero apenas complementar o que o Comandante Carlos comentou.

Em relação à questão dos terminais, esse é um ponto importante não só para terminais de passageiros, mas também para terminais de cargas, porque são aspectos diferentes por ocasião de uma fiscalização.

Então, uma embarcação precisa ter requisitos para um transporte de passageiros, para ser uma embarcação de transporte de passageiros, e outros requisitos para o transporte de carga. E algumas delas transportam muito... Na área do Pará, os *ferryboats* transportam tanto passageiros quanto cargas. Então, são requisitos distintos, o que é importante. É uma excelente ideia essa questão dos terminais, o que realmente otimiza a fiscalização não só da Marinha, mas dos outros órgãos.

Em relação à questão da fiscalização no Estado do Pará, por ter dimensões continentais o País, então a gente divide o Estado em polos, em polos de regiões, em polos de fiscalização, porque são regiões distintas. Dou um exemplo: em Belém, no Estado do Pará, nós temos ambientes, como o Amapá, marítimos e fluviais. E lá há questões que envolvem embarcações de pequeno porte, que são as chamadas rabetas, que são utilizadas pelos ribeirinhos, e embarcações de grande porte, que são de 60 mil toneladas, para a extração, para o escoamento da produção de granéis, especialmente soja.

Então, nós temos uma variedade muito grande de embarcações ali, e, por isso, cada região dessa tem a sua característica. Na região do Salgado, há a parte de pesca; na região da Ilha de Marajó, há a questão do transporte escolar e do transporte de açaí; na região de Belém, há esporte e recreio. Próximo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao terminal, há um porto grande público, Vila do Conde. Então, para otimizar as nossas fiscalizações, as nossas equipes, fazemos essa questão dos polos.

Em relação à questão dos órgãos públicos, em Belém, no Pará, a gente tem um bom relacionamento com os órgãos reguladores tanto da parte de passageiro quando da de carga. A gente obtém informações, porque o órgão regulador é que regula aquela linha, por exemplo, de Belém para Soure, de Belém para... A gente sabe os horários, sabe os locais de onde parte, aí a gente otimiza, consegue empregar e otimizar nossas embarcações e também consegue otimizar nosso pessoal.

Para terem uma ideia, nesses dois primeiros meses nós já alcançamos mais de 2,5 mil embarcações abordadas, ou seja, fiscalizadas. São os mesmos números que a gente conseguiu em 2018. E, em 2019, nós aumentamos 50% do que foi em 2018, em que a gente alcançou quase 6 mil embarcações. E, agora, nesses dois primeiros meses, já alcançamos 2,5 mil. Então, isso é fruto também...

Em relação a nossas equipes, à questão do efetivo, lá a gente utiliza bastante as outras OMs (Organizações Militares) da área: as embarcações do Grupamento de Patrulha, a nossa, o efetivo... Em caso de feriados, houve a Operação Carnaval, a Operação Verão, a Operação Travessia Segura, férias escolares...

Agora, lá é diferente do Sul e do Sudeste, porque agora há o inverno amazônico no Pará. Mas, mesmo assim, são férias escolares. As pessoas transitam muito, e há muitas famílias no interior, na Ilha de Marajó. Então, carece...

E, sim, a gente fiscaliza, intensifica a fiscalização nesses momentos. E também manda as equipes para outras regiões, mais distantes: Tucuruí e Marabá. E também graças à parceria com outros órgãos públicos.

Dessa forma, a gente vai incrementando, vai intensificando...

E, como bem disse o Senador Zequinha, essa parte da emenda parlamentar é muito importante, para que a gente possa aumentar a nossa capacidade e aumentar os nossos serviços, como os senhores bem viram aqui, com o navio Auxiliar Pará. E a gente vai aumentar agora, com a chegada dos outros dois navios auxiliares. Então, não tenha dúvida de que todo apoio é bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Comandante Manoel Pinho e Comandante Carlos Augusto, só para completar, um dos questionamentos é sobre o trabalho junto com os governos locais: quais as atribuições que eles têm na fiscalização e no acompanhamento de embarcações? E, se existem limitações hoje, o que é que pode ser feito para haver uma integração ou um papel maior por parte dos governos locais, auxiliando a Marinha na fiscalização?

E, Comandante Carlos Augusto, mais uma pergunta: V. Exa. poderia confirmar o número de desaparecidos hoje? As informações que temos aqui são as de que ainda há nove desaparecidos. E qual a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva de resgate desses desaparecidos? Isso se dará com a flutuação do barco? Há a possibilidade de haver ainda corpos dentro do barco? E a Marinha pretende estender por quanto tempo toda a atividade e trabalho de resgate do Ana Carolina?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Bom, o trabalho de busca e salvamento não vai parar. A ordem que a Marinha deu nós estamos cumprindo. Nós fomos para o local da cena de ação e só vamos sair de lá... Não vamos sair de lá até terminar tudo. Não há prazo para terminar. Muitos me questionam: "A Marinha vai sair de lá em quanto tempo?". A Marinha está lá desde o dia do acidente, com todos os meios disponíveis, quatro navios, dois helicópteros, e nós não vamos sair de lá até terminar.

A perspectiva com a reflutuação é a de encontrar mais alguns corpos. É possível. A embarcação afundou e tombou. Então, os 22 mergulhadores que estão lá fizeram a varredura da embarcação, estão mergulhando diariamente... Com um intervalo, porque um mergulhador não pode ficar por oito horas mergulhando. Então, fazem o revezamento. Por isso há tantos mergulhadores.

Respondendo à pergunta do senhor, nós não vamos sair de lá. A ordem é a de dar todo apoio ao acidente. Não vamos sair lá enquanto não esgotarmos todas as possibilidades.

A gente não está trabalhando... O Comitê de Crise, de gerenciamento de crise, não está trabalhando com desaparecidos. Para o senhor ter uma ideia, ontem não encontramos ninguém mais. Nós temos já 84... Ainda há pessoas reclamando. Por isso nós não vamos sair de lá. Mas vamos ter um número mais preciso quando do içamento da embarcação, porque essa parte que está no fundo, em que a gente não consegue entrar, com o içamento vai ficar disponível. São os camarotes, não é? Os camarotes do lado que está no fundo.

Em relação ao trabalho com o Governo do Estado, com o Município, a Marinha faz a inspeção naval diariamente, para atender à parte de segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar, e prevenção da poluição hídrica por navios.

Eu estou na capitania há um mês e não fiz nenhuma missão com o Estado ainda, nem com o Município. A falta de uma agência reguladora, como há no Pará, tanto federal como estadual, para atuar nas linhas, isso não existe no Estado do Amapá – foi o que foi dito na reunião. Então, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No Para, qual é a agência?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Arcon.

É isso?

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (*Fora do microfone.*) – Arcon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Arcon.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A atribuição dessa agência qual é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Ela vai fiscalizar o transporte em relação a conforto, concessão de linhas e embarcação da parte de serviço. E a Marinha fiscaliza na parte de segurança.

Então, como o Rio Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A ausência dessa agência... Desculpe-me.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A ausência dessa agência no Amapá o senhor diria que é uma dificuldade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Sim. Como a gente falou, agora há pouco, a Antaq divulgou, depois do acidente, que a embarcação não poderia fazer Santana-Santarém. Mas quem é que sabia dessa informação? A Marinha está diariamente na água. Fiz a Operação Carnaval e estávamos todos os dias lá. E, se quem dá a concessão da linha ou quem controla o serviço não nos informa e não está do lado... Porque nós temos um arcabouço legal que nós temos que cumprir, e a gente cumpre dentro da nossa atribuição, e cada agência tem que cumprir a sua. Então, essa informação foi dada oito dias depois. E a fiscalização de cada agência compete a sua respectiva agência.

Agora, missões interagências são muito importantes, porque dão uma capacidade maior de força: Marinha, Arcon, Antaq, Anvisa, todos trabalhando para a segurança da navegação, cada um fazendo a sua parte. Como eu disse, a embarcação sofre inspeção, vistoria de vários atores: parte de descaminho, parte de imigração, parte de saúde, parte de segurança da navegação, parte de linhas, e isso realmente vai ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Comandante Manoel Pinho.

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (Para expor.) – Em relação a essa questão da integração, lá no Pará nós temos um fórum. É o Fórum Permanente de Segurança da Navegação na Amazônia Oriental.

Nesse fórum, não estão só apenas órgãos públicos; órgãos privados também estão, bem como sindicatos, sindicatos dos armadores proprietários das embarcações, bem como também os sindicatos aquaviários. Ou seja, a gente reúne todos os atores envolvidos nesse processo da navegação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse fórum, a gente se reúne no mínimo duas, três vezes por ano, e a gente comenta sobre essas questões, sobre acidentes, medidas, o que que a gente pode fazer, e ações em que todos possam contribuir com a segurança da navegação.

Então, esses fóruns são bem efetivos, para que cada um possa informar a sua dificuldade ou também as suas boas práticas, as suas sugestões, para que, juntos, possamos, sim, fazer uma segurança da navegação mais adequada.

E isso está dando bons frutos. A gente vê esses números que eu acabei de comentar; a gente faz muitas operações em conjunto... Agora mesmo, nessas ações não só com esses órgãos, mas principalmente na parte de ação social do navio auxiliar Pará. Agora mesmo, no navio auxiliar Pará, está havendo uma comissão hidrovias. Estava agora em Porto de Moz, fazendo ações sociais, ações de fiscalização naval, ações junto com o Ibama...

E, frequentemente, junto com as nossas embarcações de maior porte, que é do grupamento de patrulha, embarcam também outros atores. Conosco, que são embarcações menores, de lancha, atuam em conjunto determinados, como comentei, polos, e necessita daquele polo aquele tipo de embarcação, aquele tipo de órgão. Então, dessa forma, a gente consegue otimizar o emprego das agências.

E essa questão da regulação do passageiro é muito importante, realmente, lá – a Arcon –, em que essa questão da linha de passageiros... Essa informação nós utilizamos para que a gente possa empregar o nosso pessoal. A gente sabe de onde está saindo, daquele porto, sabe de onde estão saindo aquelas linhas...

Além disso, quando há uma embarcação que não está regulada, que não está inscrita pela capitania, ou aquela linha que não está regulada pela Arcon, então aquela embarcação já é apreendida, porque não tem autorização para poder navegar.

Então, essas informações são extremamente importantes, de todos os órgãos, para que a gente possa fazer uma fiscalização mais efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quero dar boas-vindas ao meu colega de bancada, Deputado Camilo Capiberibe, a esta audiência pública.

Faculto a palavra para V. Exa., no momento em que V. Exa. quiser, como quiser, para indagar aos nossos convidados.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Quero cumprimentar pela iniciativa de propor a realização desta audiência pública aqui, convidar a Marinha do Brasil para participar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Amapá, hoje, está vivendo uma situação, assim, de profunda tristeza e, de certa maneira, de revolta, revolta com as circunstâncias nas quais esse acidente aconteceu, porque essa é uma linha regular que existe, muita gente faz essa viagem. E esse acidente realmente mostrou graves deficiências lá, no controle de segurança dessa navegação. E regularmente acontecem acidentes. Então, é importante debater. Por isso que é importante ouvir todos os setores, para que as providências possam ser tomadas tanto pelo Governo do Estado, como pelo Governo Federal.

Nós sabemos que a navegação fluvial na Amazônia não é alvo de uma política muito clara do Governo Federal. E não é de hoje; é de muito tempo. As hidrovias, as possibilidades que esse modal de transporte, que é tão importante para nós, que somos da Amazônia...

Eu mesmo navego muito na Amazônia. Não vou muito para essa região, mas eu vou, por exemplo, para o Bailique, que tem barcos grandes que fazem linha. Então, inclusive, eu vou, neste mês ou no próximo, para uma viagem de 12 horas. Eu sempre viajo.

E é preocupante. É preocupante que a gente, periodicamente, tenha que viver um momento de tragédia, como esse, de sofrimento. Um professor, que inclusive é filiado ao PSB, o Prof. Lino, perdeu a mãe, perdeu a tia, perdeu sobrinha, perdeu muitas pessoas da família nesse acidente. E eu fiz uma reunião, esse final de semana, num bairro, e havia 18 pessoas do bairro que estava nessa embarcação. Então, o bairro estava de luto, porque a tragédia foi enorme: muita gente!

Então, eu saúdo essa iniciativa, mas eu queria lembrar que o Senador Capiberibe e a Deputada Janete investiram muito na Marinha, no Amapá, por exemplo, para que ela pudesse hoje ter uma agência no Município de Oiapoque, onde nós temos ali um setor pesqueiro forte e uma navegação importante. E a agência foi reformada com recursos que foram alocados pelo Senador, e a Deputada colocou recursos para a aquisição de viaturas lá, e foram entregue no ano passado. Infelizmente, apesar de ter sido convidado, eu não pude ir. O senhor ainda não estava no comando lá. Eu vi que o senhor chegou recentemente. É lamentável que, nessas circunstâncias, tão dolorosas e tão tristes para o nosso querido povo do Amapá...

A Marinha tem um papel fundamental na capacitação, na expedição de carteiras e no treinamento, e ela tem feito isso.

Eu falava com a Deputada Janete, e ela me dizia de uma ação que houve recentemente, no Distrito de Carapanatuba, que é uma região muito importante – fica na beira do Amazonas. E é uma região que, apesar de ser muito perto da capital, é muito perigosa. Foi onde morreu, por exemplo, o Prof. Paulo Melo, que era um professor que tinha uma militância histórica na educação. E, fazendo uma viagem pela Secretaria de Educação, o barco em que ele estava, que era uma lancha, naufragou... Porque é no Amazonas. No Amazonas, não dá para brincar: o Rio Amazonas é extremamente violento. Eu sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou para essa região e eu vou muito preocupado, porque é uma região, realmente, onde o rio é muito violento, furioso, principalmente no verão.

Então, a Marinha tem um papel importante a desempenhar, e a sociedade amapaense descobriu a Marinha nesse episódio, de uma maneira como, em outros, ela não tinha olhado. Ela tem olhado muito para a Marinha procurando respostas, talvez porque o Governo não tenha dado respostas à altura – também está sendo extremamente cobrado pela sua atuação. Enfim, eu não estou fazendo juízo de valor. Eu estou falando o que eu vejo acontecendo, o que eu escuto lá no Amapá. Essa é uma situação em que eu acho que a gente não deve colocar esse tipo de questão, que seja política ou partidária, porque isso não vai resolver o problema das pessoas que estão lá no fundo do rio, nem vai resolver o problema das famílias que perderam seus entes queridos.

No entanto, eu estou passando – o Senador até já aderiu – para reinstalar a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Navegação Fluvial na Amazônia, que foi uma iniciativa pioneira da Deputada Federal Janete, em que ela se aproximou muito da Marinha e fez muito trabalho para evitar o acidente do escalpelamento. A Marinha é uma grande parceira nessa atividade e em várias outras.

Então, eu queria dizer da importância que a Marinha tem no nosso Estado, e eu tenho certeza que, lá no Estado do Pará, igualmente – o grande Estado do Pará, ali, nosso vizinho.

Também quero me colocar à disposição, através dessa frente, para nós podermos debater o que se pode encaminhar para mudar essa realidade: o que nós podemos fazer aqui em Brasília, de que maneira nós podemos dialogar com as autoridades estaduais, para fazer com que nós não tenhamos mais que viver episódios tão tristes.

Agora há pouco, eu fui dar uma entrevista aqui na TV Câmara, e a equipe toda perguntando sobre o acidente, o que que tinha acontecido, se as pessoas ainda estavam lá dentro do navio, depois de dez dias do acidente acontecido... Então, tudo isso mostra as nossas fragilidades.

E o Amapá, assim... Na Amazônia, tudo é um pouco mais difícil, e o Amapá é o extremo norte do Brasil. Dentro da Amazônia, nós temos várias *"amazônias"*. Lá nós somos os mais isolados – talvez também Roraima, do outro lado...

Então, existe uma dívida da União com o Estado do Amapá em políticas públicas, em infraestrutura, em tudo isso. Não é novidade, existe no Brasil com Amazônia... Principalmente porque o Amapá nasceu de uma decisão tomada aqui pelo Presidente Getúlio Vargas de criar o Território Federal para viabilizar a exploração do minério de manganês.

Então, nós fomos criados para atender a uma questão de segurança nacional do Brasil, de exportar o minério de manganês, de fazer uma *joint venture* com uma empresa americana, e deixamos de ser um território isolado, muito pouco povoado, para atingir quase 1 milhão de habitantes, depois de poucos anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que esse evento aconteceu. E aí eu acho que, neste momento, nós vamos ter que nos unir, aqui com a bancada federal, Senador, para buscar não só os caminhos, mas para lutar para que eles sejam implantados, para que nós tenhamos mais.

A Guiana Francesa, pouco tempo atrás, paralisou tudo lá, para cobrar do Governo investimento, e eles conseguiram. Eles conseguiram investimentos importantes do Governo francês, que quer ter o pé na Amazônia, mas não queria fazer investimento e deixava, lá, os piores índices de desenvolvimento humano da França serem lá, do nosso lado. O índice de desemprego na juventude é igual ou maior do que o do brasileiro e, em geral, pobreza. Aí, houve esse movimento de revolta generalizada, e conseguiram, então, ser olhados.

É claro que nós não estamos nessa etapa da questão, mas vamos ter que ver de que maneira a gente canaliza essa energia – que não é positiva hoje, lá –, para transformar isso em medidas concretas, Senador. Conte comigo aí nas suas iniciativas.

E eu fico feliz que o senhor é signatário da nossa frente, e vários Parlamentares de toda a Amazônia estão vindo assinar espontaneamente. Um pegou as fichas e levou para toda a bancada dele assinar, até a Deputados que não eram, porque a comoção não é só no nosso Estado, ela é nacional, e nós precisamos transformar isso em ações concretas.

Então, eu queria cumprimentar, colocar-me à disposição...

Este ano eu botei uma emenda de R$300 mil, para equipar o NA Pará com aparelhos para oftalmologia, porque o NA Pará faz importantes ações. Há emendas também – eu cito porque é importante citar – do Senador e da Deputada para ações sociais lá, no Amapá.

Inclusive, eu falei com o comandante no ano passado, mas infelizmente caiu o nosso trapiche ancoradouro lá do Bailique. Então, nós temos dificuldade de ancorar lá para fazer essa operação, porque o Bailique é a maior região ribeirinha – não é a maior, mas é uma das mais importantes. Nós temos Mazagão também.

Infelizmente, eu nem tive a informação se houve ou não essa ação do navio lá no Amapá, no passado, porque ele me ligou e estava com problema, não deu para ir...

Mas eu quero me colocar à disposição para continuar investindo – eu considero a Marinha fundamental – e para que nós possamos trabalhar juntos, para que isso não volte mais a acontecer.

Muito obrigado, Senador Randolfe.

Infelizmente, eu vou ter que me retirar – vou ficar só mais um pouco aqui, porque eu tenho um outro compromisso –, mas eu o parabenizo e me coloco à disposição para nós agirmos em conjunto, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Marinha, e com o Governo do Estado, enfim, com todos que têm responsabilidade e podem agir para evitar esse tipo de tragédia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Meu caríssimo Deputado Camilo, nós que agradecemos. É, com muita honra que eu também sou signatário da frente parlamentar proposta por V. Exa.

Eu queria só aqui destacar – permitam-me, Comandantes –: antes de V. Exa. chegar, o Comandante Carlos Augusto destacava um dado importantíssimo no Amapá: nós já completamos dois anos sem nenhum episódio de escalpelamento. Isso é, sem dúvida, uma grande conquista que se deve muito à Deputada Janete.

Sua mãe, no período aqui como Deputada Federal, no período anterior como Primeira-Dama, a Deputado Janete Capiberibe foi uma precursora da luta contra o escalpelamento, foi quem primeiro dedicou emendas nesse sentido. E, se nós temos essa conquista para o nosso povo ribeirinho, todos os méritos dessa conquista, sem dúvida alguma, à Deputada Janete Capiberibe. Então, faço questão aqui de registrar.

Assim como V. Exa. destaca e é de conhecimento da Marinha, há emendas que têm sido destinadas por nós todos – mas em especial pelo então Deputado Capiberibe e pela Deputada Janete – para várias operações que a Marinha tem exercido pelos rios da região.

Eu creio que, a partir de agora, o objetivo desta audiência, Deputado Camilo, e das ações que temos empreendido conjuntamente, dos projetos de lei que apresentamos aqui no Senado, será o que determina que as embarcações só sejam autorizadas, as suas saídas dos terminais hidroviários, com a apresentação da lista de passageiros e o outro será o que majora as penas para todos os responsáveis por fortuitos na embarcação. Então, são essas duas legislações que estamos propondo, assim como a emenda parlamentar que destinamos ano passado, uma emenda de bancada de R$12 milhões, para a construção do Terminal Hidroviário de Santana. Tudo isso, eu acredito, encaixa-se no nosso esforço comum, da bancada agora, no sentido de que isso não volte a ocorrer. Eu acho que, ocorrida a tragédia, há uma mobilização comum de todos nós. Sei que é esse o interesse.

Eu quero aqui, assim como V. Exa., saudar a dedicação da Marinha, o envolvimento da Marinha. O Comandante Carlos Augusto tem respondido, inclusive com enorme paciência, a todos os parentes das vítimas. Eu mesmo fui testemunha disto na última sexta-feira. As olheiras que o Comandante tem são justificadas nos últimos 10 dias, tenho sido testemunha, toda a dedicação que ele tem tido e, em especial, do que ele tem afirmado para garantir tranquilidade. É óbvio que é difícil ter tranquilidade para quem perde um ente querido, para uma sociedade que está em luto, mas quero aqui, Comandante Manoel Pinho, fazer esse registro. O Comandante Carlos Augusto em todos os momentos tem reafirmado isso, por quanto tempo for necessário a Marinha estará no local do evento para resgatar a todos que lá estavam, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marinha assim irá se dedicar. Eu acho que é isso que nós esperamos da Marinha e de todas as nossas Forças Armadas.

Então, eu queria só fazer esse registro do nosso testemunho, da dedicação da Marinha do Brasil e, em especial, de V. Exa. neste episódio.

Aqui foram ditos, foram destacados alguns aspectos que eu considero muito importantes para integrar as ações em comum das autoridades locais: o fato de termos uma agência no Pará e não termos uma agência no Amapá. Sem dúvida alguma é uma necessidade que eu acho que as autoridades do nosso Estado têm que iniciar a refletir.

Eu queria acatar, Comandante Manoel Pinho, a sugestão de V. Exa. Eu acredito que dentro em pouco todos nós teremos que nos mobilizar para a constituição de um fórum comum de segurança também de navegação fluvial na Amazônia. Eu acho que há algumas coisas que não voltam atrás, como diz o poeta, e uma das coisas que não volta atrás é o tempo depois de passado. Agora nós podemos atuar no tempo a partir do futuro. Eu acho que esse é o nosso grande desafio, atuarmos em conjunto para que essas tragédias não continuem acontecendo, mas tenho que dizer que isso não é responsabilidade somente da Marinha do Brasil, é uma responsabilidade comum de todos nós.

Dito isso, Comandante Manoel Pinho, Comandante Carlos Augusto, querem tecer mais algumas considerações para concluirmos a nossa audiência?

O SR. MANOEL OLIVEIRA PINHO (Para expor.) – Senador, só gostaria de agradecer essa oportunidade de estarmos aqui, de podermos falar e debater esse assunto tão importante para a nossa região, a segurança em navegação.

Então, como bem dito pelo Comandante Carlos, os rios são as nossas estradas. Uma boa parcela da nossa sociedade e das nossas crianças utiliza os rios, então, é importante nós trabalharmos de forma integrada para que a gente realmente minimize, mitigue esses problemas e leve, sim, prosperidade, economia, ou seja, desenvolvimento para a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Comandante Carlos.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (Para expor.) – Só para finalizar o que o Parlamentar falou em relação à existência do Oiapoque, é verdade, foi um sonho que virou realidade com a ajuda de todos.

A gente tem uma agência da Capitania dos Portos no Oiapoque que demandou muito dinheiro, muita logística. São 11 homens lá, três lanchas, um prédio e viaturas. A Marinha conseguiu com a ajuda de todos. Eu agradeço aqui a todos e aos Parlamentares que destinaram emendas para que isso virasse uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reiterar que a Marinha não deixa ninguém para trás, a missão só vai terminar quando tivermos todas as respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Comandante Carlos Augusto.

Esta Presidência, então, agradece à Marinha do Brasil e à disposição do Comandante Manoel Pinho e do Comandante Carlos Augusto, Capitão dos Portos do meu Estado do Amapá, por se fazerem presentes nesta Comissão.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial*.

Mais uma vez agradeço à Marinha do Brasil, aos comandantes aqui presentes e declaro encerrada a presente audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 06ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e doze minutos do dia onze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Albuquerque, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Paulo Rocha, Irajá e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Omar Aziz e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 5, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o financiamento para o desenvolvimento da aviação civil regional e apresentar os programas e ações do Ministério do Turismo – MT, do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do Ministério de Infraestrutura – MI, o plano metas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO para expansão da infraestrutura e da oferta de serviços de aviação civil regional no país." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado, com a inclusão do Sr. Jorge Arruda, Presidente da Inframérica no Brasil e do Representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, e a exclusão do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas. **Observação:** Discutiu a matéria o Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 6, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a expansão da energia econômica e sustentável bem como apresentar os programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do Ministério de Infraestrutura – MI, do Ministério de Minas e Energia – MME e o plano metas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Biocombustíveis – ANP dirigidos à diversificação e integração regional da matriz de geração de energia." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado, com a inclusão da Sra. Anelise Lara, Diretora-Executiva de Refino e Gás Natural da Petrobrás. **Observação:** Discutiu a matéria o Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 7, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos e a expansão regional dos serviços de saneamento básico e apresentar os programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do Ministério de Infraestrutura – MI e o plano nacional de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA para a expansão regional dos serviços de saneamento básico no país." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 8, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o desenvolvimento regional das hidrovias como vetor de integração multimodal de transportes e apresentar os programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do Ministério de Infraestrutura – MI, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e o plano metas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ para o desenvolvimento regional das hidrovias como vetor de integração multimodal de transportes no país." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3957, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências", para autorizar as instituições financeiras que especifica a operacionalizar recursos dos fundos de investimento do Norte e do Nordeste." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em função da aprovação do Requerimento nº9/2020-CDR, a matéria fica sobrestada. **Observação:** Usou da palavra o Senador Zequinha Marinho. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 9, de 2020** que: "Requer audiência pública para instruir o PL 3957/2017, que altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências", para autorizar as instituições financeiras que especifica a operacionalizar recursos dos fundos de investimento do Norte e do Nordeste." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 10, de 2020** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam realizadas audiências públicas, no formato de um Ciclo de Debates, nas capitais dos seguintes Estados: Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Distrito Federal, com o objetivo de instruir o PL 2648/ 2019." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados: representante da Procuradoria-Geral da República, representante da Secretaria de Estado do Turismo e representante do Ministério do Turismo - MTur. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 11, de 2020** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Onix Lorenzoni, informações sobre os dados divulgados na reportagem do Estadão/Broadcast, que afirma que o Nordeste recebeu apenas 3% dos novos benefícios enquanto Sul e Sudeste responderam por 75% das novas concessões, mesmo sendo a Região que concentra 36,8% das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovada a apresentação de Requerimento de Informação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme informamos semana passada, recebemos do Banco da Amazônia ofício endereçado à Presidência desta Casa Legislativa, tratando do repasse de recursos do Fundo Constitucional do Financiamento do Norte (FNO) e também da falha redacional do art. 9º, §2º, da Lei 7.827, de 1989, que institui a competência de aprovar as operações de crédito das instituições operadoras ao Condel (Conselho Deliberativo da Sudam), com o intuito de alterar a falha redacional. O Banco da Amazônia espera a alteração do art. 9º, §2º, da Lei 7.827, de 1989.

De acordo com a Instrução Normativa nº 12, de 2019, o prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão ainda está aberto. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário para autuação.

Aproveito para informar a agenda da Comissão: no dia 18 de março, nós realizaremos uma audiência pública com o Ministro da Cidadania, a fim de prestar informações sobre a fila de brasileiros que esperam pelo Bolsa Família, bem como debater a urgente necessidade de restauração desses benefícios e o impacto do atraso no aumento das desigualdades e o impacto econômico nos pequenos e médios Municípios.

Comunicamos também a realização da segunda e terceira reuniões do ciclo de debates sobre economia solidária, promovido pela CDR, fruto do Requerimento 50/2019-CDR, de autoria do Senador Jaques Wagner, na cidade de Natal (RN), no dia 6 de abril, e na cidade de Aracaju (SE), no dia 24 de abril.

Expediente e pauta previamente distribuídos.

A presente reunião é destinada à discussão e votação de matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao primeiro item. Já vou pedir ao Senador Eduardo Girão para assumir aqui, ao meu lado, a Presidência, porque o item 1 é de minha autoria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Perfeito, Presidente Izalci. Assumo a Presidência com muita honra e alegria. Só peço a V. Exa. que inclua na pauta, por favor, estes dois requerimentos para audiência pública simples: item 7 e item 8.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aproveito também e já coloco na pauta o Requerimento nº 9, de 2020, de minha autoria, para discutir também a questão dos fundos constitucionais FNO, FCO e FNE, para instruir o PL 3.957, de 2019, que altera a Lei 7.827, de 27 de setembro 1989.

Indago aos Senadores presentes sobre a inclusão das mencionadas matérias como extrapauta, para imediata votação. (*Pausa.*)

Todos de acordo. Aprovada a inclusão dos requerimentos.

Passo a Presidência ao Senador Eduardo Girão para tocar o item 1 da pauta, que é de minha autoria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Vamos lá!

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 5, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o financiamento para o desenvolvimento da aviação civil regional e apresentar os programas e ações do Ministério do Turismo – MT, do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do Ministério de Infraestrutura – MI, o plano metas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO para expansão da infraestrutura e da oferta de serviços de aviação civil regional no país.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para fazer o encaminhamento de seu requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Além de solicitar o apoio dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras para este requerimento, cujo objetivo é debater o financiamento para o desenvolvimento da aviação regional e apresentar, também, os programas dos Ministérios do Turismo, do Desenvolvimento Regional, estamos convidando aqui, então, o Ministro do Turismo, o Ministro do Desenvolvimento Regional, também o Senador Wellington Fagundes, o Diretor-Presidente da Anac e o Presidente da Infraero.

No requerimento está previsto o convite também do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, mas nós vamos substituir pela Associação Brasileira das Empresas Aéreas, que é quem, de fato, representa as empresas aéreas. Então, em substituição ao Presidente do Sindicato Nacional, a gente indicaria a Associação Brasileira das Empresas Aéreas.

Esse é o nosso requerimento, a que eu peço o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – O.k.

Então, em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 6, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater sobre a expansão da energia econômica e sustentável, bem como apresentar os programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do Ministério de Infraestrutura – MI, do Ministério de Minas e Energia – MME e o plano metas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP dirigidos à diversificação e integração regional da matriz de geração de energia.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para fazer o encaminhamento de seu requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Da mesma forma, nós estamos propondo aqui a vinda: dos Ministros do Desenvolvimento Regional; de Minas e Energia; da Infraestrutura; da Aneel; e da ANP, exatamente para discutir essa questão da expansão da oferta da energia.

É evidente que, para expandir a indústria e os serviços, em nível regional, isso depende muito de oferta de energia. Então, peço o apoio dos colegas para aprovação do requerimento dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – O.k.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos e a expansão regional dos serviços de saneamento básico e apresentar os programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do Ministério de Infraestrutura – MI e o plano nacional de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA para a expansão regional dos serviços de saneamento básico no país.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Da mesma forma, a gente pede o apoio para aprovação desse requerimento, tendo em vista agora o novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil, o PL 4.162, que está tramitando aqui no Senado. Portanto, nós estamos também convidando aqui: o Ministro da Infraestrutura; o Ministro do Desenvolvimento Regional; o Ministro do Meio Ambiente; o Senador Randolfe, também, que está vinculado ao PL 4.162; e também o Presidente da ANA, que tem exatamente esse mesmo projeto, o mesmo objetivo de discutir não só a questão da energia, mas também a questão do saneamento básico e a questão hídrica.

Peço o apoio dos nossos queridos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – O.k.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Apenas em tempo ainda de apresentar uma sugestão em relação a dois requerimentos do ilustre Presidente Izalci, se me permite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No requerimento relacionado com a infraestrutura aeroportuária, eu gostaria de sugerir – e talvez o faça então diretamente aqui à Comissão – a inclusão da empresa Inframerica também, que é uma empresa privada, concessionária do Aeroporto de Natal e de Brasília, e que tem uma situação bastante peculiar agora porque anunciou, esta semana, que vai devolver a concessão para relicitação, mediante as regras que foram estabelecidas a partir de 2019, que permitem que o concessionário que se encontre num estado de inviabilidade da sua concessão – devido aos termos da concessão e não nos termos de mercado; é o caso – devolva sua concessão para relicitação. Então, o Ministro Tarcísio e a Anac vão receber esse aeroporto de volta. Na verdade, ela anunciou isso, mas ela só sai... Ela tem que manter o aeroporto funcionando regularmente, todos os compromissos são mantidos, até que o ministério faça o leilão da concessão de novo e um novo concessionário assuma.

Eu acho que esse é um caso interessante para a gente analisar, além do fato de a própria Inframerica ser um operador de qualidade. Nós lá em Natal temos bastante satisfação em tê-lo e lamentamos que esses termos da concessão, que é de 2011, sejam a razão de eles devolverem a concessão. Mas, por exemplo, o Aeroporto de Brasília é muito premiado, e o próprio Aeroporto de Natal foi três vezes premiado como o melhor aeroporto do País.

Considero que a Inframerica pode participar com bastante contribuição para essa discussão, principalmente trazendo à baila esse caso específico da primeira concessão aeroportuária que foi realizada na história do Brasil e que agora deverá ser revista, com um novo concessionário, infelizmente, assumindo, mas com toda a segurança para todo mundo que usa o aeroporto, até que essa sucessão ocorra e também para o investimento que virá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Eu só quero ressalvar, como autor do requerimento, que o objetivo principal é a questão dos aeroportos regionais, mas, de qualquer forma, eu acho que poderíamos... É porque a discussão é em relação ao transporte regional.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Permanece o interesse pelo seguinte...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu acho importante.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Essa empresa, inclusive, opera aeroportos regionais no mundo: em países da Europa, em países até meio secundários, como Armênia e outros lugares; e também na Argentina e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aeroporto do Uruguai, de Montevidéu, que é um aeroporto lindíssimo e muito bem operado também.

Enfim, eu acho que é *player* nacional já presente, é uma empresa de que a gente tem interesse em conhecer os planos de investimentos para cá e que pode, com certeza, incluir a aviação regional também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – E a outra contribuição que eu queria dar na verdade seria trazer a Petrobras na parte da sua variação ou transição energética ou projetada transição energética para a audiência sobre esse assunto que está previsto como diversificação e integração regional da matriz de geração de energia. Por quê? A Petrobras já tem oscilado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já é o segundo requerimento?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – É.

A Petrobras tem oscilado nos seus interesses em relação à energia eólica. Nós, lá no Estado, temos quatro parques eólicos operados pela Petrobras, onde ela fez um dos primeiros investimentos, em 2008, 2009. Esses parques operam com sucesso na região do Mangue Seco, em Guamaré, no Rio Grande do Norte. E ela tinha um projeto que agora ensaia cancelar – internamente já se diz que cancelou –, que era o projeto piloto da primeira usina *offshore* do Brasil, usina eólica *offshore*, produção de energia a partir dos ventos instalada no mar.

A Petrobras, como V. Exas. sabem, é a líder mundial em operações *offshore* em petróleo. E nada mais natural para ela, mais natural do que qualquer outra coisa – hidrogênio, energia solar – do que migrar gradualmente para *offshore* eólico. Então, nós gostaríamos, talvez, de ouvi-la como um caso específico de uma empresa nacional, uma empresa grande, o maior *player* do setor energético nacional, até acima dos de energia, para saber qual a opinião, qual o plano dela para a transição energética.

Eu lembro também que esta é uma notícia que normalmente as grandes empresas de petróleo se ocupam em dar hoje em dia no mundo. A Shell anuncia planos de transição energética, a BP anuncia planos de transição energética. Então, a maior parte das empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes de petróleo no mundo já tem no seu horizonte consolidadamente as opções de transição energética, e a gente gostaria de conhecer também qual é a da Petrobras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Pode incluir nos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Perfeito, Senador Jean Paul Prates.

O Senador Izalci Lucas concordou em incluir nos requerimentos.

Eu queria colocar em votação também aqui para os Senadores a inclusão da Inframerica no Requerimento nº 1 e a Petrobras no Requerimento nº 2 da pauta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Se quiser mencionar os nomes: a pessoa da Inframerica é o seu Presidente aqui no Brasil; e parece que é uma diretora que trata de distribuição e refino de gás natural, que é de quem estão a cargo as energias renováveis, a transição energética, enfim. Não me lembro dos nomes exatamente dos dois, mas um é o CEO da empresa no Brasil e a outra é a diretora de refino e gás da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Então, é o Presidente da Inframerica no Brasil e a diretora de refino e gás da Petrobras. O.k.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 8, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o desenvolvimento regional das hidrovias como vetor de integração multimodal de transportes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentar os programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, do Ministério de Infraestrutura – MI, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e o plano metas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ para o desenvolvimento regional das hidrovias como vetor de integração multimodal de transportes no país.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Da mesma forma dos demais requerimentos, a proposta é convidar aqui os Ministros da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, o Senador Wellington Fagundes, que está envolvido também na área de transportes, e os Diretores Presidentes da ANTT, da Antaq e do Dnit, com o objetivo de discutir a questão do desenvolvimento regional.

Então, eu peço apoio dos nossos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Do item 5 eu também sou o Relator. É um projeto da Senador Kátia Abreu. Eu queria pedir para colocar, inclusive, extrapauta um requerimento para discutir esse projeto, tendo em vista algumas considerações com relação à questão da constitucionalidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, vou retirar de pauta para a gente aprovar os requerimentos.

Vamos aprovar o meu e depois a gente aprova o seu, pela questão da Presidência apenas.

Então, estou retirando de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Então, vamos lá.

Item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, DE 2020

- Não terminativo -

Requer audiência pública para instruir o PL 3957/2017, que altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências", para autorizar as instituições financeiras que especifica a operacionalizar recursos dos fundos de investimento do Norte e do Nordeste.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Existe o Projeto 3.957, de que inclusive sou Relator, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que trata de democratizar ou flexibilizar a questão dos órgãos, das instituições financeiras que operacionalizam os recursos dos fundos no sentido de dar às instituições federais a possibilidade de trabalhar os fundos todos.

Então, vamos fazer um debate sobre isso antes de aprovar o PLN 3.957. Peço o apoio dos colegas para que a gente possa aprovar o Requerimento nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu devolvo agora a Presidência ao Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Item 7, extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 10, DE 2020

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam realizadas audiências públicas, no formato de um Ciclo de Debates, nas capitais dos seguintes Estados: Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Distrito Federal, com o objetivo de instruir o PL 2648/ 2019.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Passo, então, a palavra ao Senador para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – O.k.

Presidente Izalci e demais colegas aqui presentes, para participar desse ciclo de debates proponho que seja enviado convite aos representantes, em cada Estado, dos seguintes órgãos: (1) representante do Ministério Público Federal; (2) representante da Federação Nacional do Policiais Federais; (3) representante da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil); (4) representante do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil); (5) representante da CNBB; (6) representante da Frente Parlamentar Evangélica, indicado pelo seu presidente.

É um assunto importante, que mobiliza a sociedade, sobre essa questão dos jogos. É importante que a gente tenha, cada vez mais, uma visão clara desse assunto, que impacta a sociedade, que impacta a economia, e a gente precisa saber tomar a decisão correta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só gostaria de sugerir, Senador Girão – porque é sempre bom ouvir o contraponto nessas audiências de V. Exa. –, talvez colocar um representante do Ministério do Turismo, algo assim, para ver o impacto disso no desenvolvimento econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já que nós estamos na Comissão de Turismo; de Desenvolvimento Regional e Turismo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Fica sugerida uma pessoa do Ministério do Turismo para ser ouvida na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ou nas cidades, nas capitais em que V. Exa. vai fazer, chamar o representante do Turismo do Estado, alguma coisa assim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Muito bem! Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É uma sugestão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Boa!

E um representante também da PGR, porque a gente vai fazer em Brasília; da Procuradoria-Geral, que está no Ministério Público Federal já. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode ser chamado, então, um representante do Estado e também do Ministério do Turismo. É importante, não é?

Bem, em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Esse projeto trata da exploração de cassinos nos *resorts*, de autoria do Senador Roberto Rocha.

Item 8, também extrapauta.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11, DE 2020

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Onix Lorenzoni, informações sobre os dados divulgados na reportagem do Estadão/Broadcast, que afirma que o Nordeste recebeu apenas 3% dos novos benefícios enquanto Sul e Sudeste responderam por 75% das novas concessões, mesmo sendo a Região que concentra 36,8% das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Concedo a palavra, então, ao Senador Eduardo Girão para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Sim, Sr. Presidente Izalci Lucas.

Eu requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Onyx Lorenzoni, informações sobre os dados divulgados na reportagem do jornal *O Estadão*, que afirma que o Nordeste recebeu apenas 3% dos novos benefícios enquanto Sul e Sudeste responderam por 75% das novas concessões, mesmo sendo a Região que concentra 36,8% das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais são os critérios para a concessão do Bolsa Família que justificaram a distribuição de apenas 3% dos benefícios às famílias do Nordeste enquanto o Sul e o Sudeste responderam por 75% das novas concessões?

2. Qual a justificativa do ministério para os cortes nos percentuais de concessão do Nordeste, uma vez que é a Região do País com maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Por que o número de benefícios concedidos a um Estado da Região Sul, com população oito vezes menor que a do Nordeste, teve o dobro de concessões feitas em relação às concessões da Região nordestina inteira?

4. Requeremos, ainda, a relação de Municípios mais afetados pela diminuição das concessões, e o percentual (por Município) de cobertura do programa frente à estimativa de famílias em situação de pobreza.

É isso, Sr. Presidente.

A gente foi impactado com essa notícia, que beira um olhar não equilibrado para o Nordeste, não humanizado, e a gente quer entender o que aconteceu. Por isso, nós estamos fazendo esse... Para não fazer prejulgamentos, a gente quer ouvir o ministro, para entender por que o Nordeste foi penalizado nesse momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que V. Exa. está solicitando é um requerimento de informação. Esse requerimento vai para a Mesa Diretora para depois seguir. Então, eu sugiro, como já há uma audiência pública marcada para quarta-feira, às 9h, e o ministro estará aqui, que V. Exa. na quarta-feira faça também as mesmas perguntas a ele. Como ele vai estar aqui, talvez possa esclarecer.

Eu só pediria para comunicar-se à assessoria do ministro que existe esse requerimento de informação, para ele vir possivelmente já para responder essas indagações. Acho que isso agiliza um pouco.

Senador Zequinha Marinho, V. Exa. quer fazer algum pronunciamento? Porque eu vou encerrar a reunião tendo em vista que eliminamos a pauta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Quero só fazer uma consideração sobre o projeto que V. Exa. relata, da Senadora Kátia Abreu, o PL 3.957, do ano passado, 2019.

É interessante. As cooperativas têm hoje uma estrutura significativa pelo interior do Brasil, Região Norte e Nordeste, com certeza: nós temos o Sicoob e temos o Sicredi, que são bancos cooperativos que com certeza podem contribuir; e a Caixa Econômica também entraria aqui no meio. Lamentavelmente, acho que a Caixa Econômica é mais burocrática do que qualquer outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição e mais lenta. Nós temos uma experiência longa aqui na Casa, desde a Câmara Federal, e sabemos a dificuldade que é.

Eu queria fazer um comentário, mesmo fora de momento – a gente precisa ver aí na próxima Comissão se cabe isso. Eu sou empregado do Banco da Amazônia. Na minha época de atividade no banco, os custos para um fiscal rural ir até a fazenda, até a obra, até onde fosse necessário para fazer a vistoria era exatamente a diária do funcionário, a quilometragem do carro e nada mais, quer dizer, um valor muito justo, muito significativo: era a diária do servidor que ia lá e o que ele gastaria na quilometragem. E o financiado naturalmente cobriria aquilo; o banco cobraria e pagaria o servidor. Essas instruções mudaram, e a gente precisa ver como se pode consertar isso – com certeza, não é uma recomendação própria do banco, é alguma coisa mais imposta daqui para lá –, porque esses custos operacionais subiram significativamente. Está muito alto, às vezes até inviabilizando determinadas situações. Muito, muito caro! Não é papel do banco de fomento e nem política de Governo proceder dessa forma como hoje se procede. E tenho certeza de que não é só no Banco da Amazônia. O Banco do Nordeste também deve obedecer ao mesmo ritmo, e o Banco do Brasil, que aplica o FCO aqui no Centro-Oeste, com certeza, também. E a gente precisa tomar providência porque não é correto para uma instituição de desenvolvimento e de fomento regional cobrar o custo ou o preço que está cobrando numa visita de fiscal rural ou de um técnico para constatação, fazer relatório para apensar ao projeto.

Eram, por enquanto, as minhas considerações com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso vai muito na linha do que nós comentamos outro dia, que é o governo digital, o governo eletrônico. E hoje nós temos o georreferenciamento, que deveria ser desenvolvido por essas instituições para facilitar a fiscalização *on-line*. Fica muito mais barato, inclusive, o atendimento do que pagar realmente passagem, diária para você fazer a fiscalização *in loco*, se você pode fazer tudo por georreferenciamento e também informatizar todo o sistema de controle e de prestação de conta.

V. Exa. tem razão. Eu tenho acompanhado esses financiamentos e, de fato, o custo é muito alto. E não é só no Banco da Amazônia. É a mesma coisa no Banco do Nordeste e no Banco do Brasil também, que financia o FCO. Então, é um debate que a gente pode aproveitar nesse requerimento que eu fiz de financiamento. Eu retirei de pauta o projeto para discuti-lo, tendo em vista que há algumas dúvidas com relação à questão constitucional, se seria através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de lei, mas é importante reforçar esse debate do financiamento. Realmente é um gargalo que nós temos que resolver aqui na Comissão.

Então, eu o parabenizo pela colocação.

Não havendo mais nada a tratar, eu vou declarar encerrada, então, a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência dos Senadores Plínio Valério e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Dário Berger, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Eliziane Gama, Flávio Arns, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Oriovisto Guimarães, Styvenson Valentim, Jayme Campos, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Marcos do Val, Luiz Pastore, Luis Carlos Heinze e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Juíza Selma, Alessandro Vieira, Weverton e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Editora e Gráfica Paraná Press S.A. encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610/2002, a composição de seu capital social; Editora Jornalística Alberto Ltda., encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei nº 10.610/2002, a declaração de seu capital social; Empresa Jornalística e Editora Notícia Já Ltda. encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei nº 10.610/2002, a composição de seu capital social; Correio Popular S.A. encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei nº 10.610/2002, a composição de seu capital social; Metropolitana Comunicação, Empreendimentos e Participações Ltda. encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei nº 10.610/2002, a composição de seu capital social; Editora Boa Vista Ltda. informando, em cumprimento ao disposto no art. 2º, alínea “J” da Lei nº 8.389/1991, a composição de seu capital social; Portal Diário do Rio Revista Eletrônica Ltda. encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei nº 10.610/2002, a composição de seu capital social; Ofício nº 4.051/SSL, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, encaminhando a Moção nº 783/2019 que requer a adoção de medidas urgentes para evitar a proposta de privatização das empresas Serpro e Dataprev. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5653, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 95, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 74, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 219, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MOURA BARROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luis do Piauí, Estado do Piauí." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 258, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rodeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Chico Rodrigues. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 226, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE ARTÍSTICA E CULTURAL GUARANIENSE DE RÁDIO E TV para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Styvenson Valentim. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 66, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 159, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à FUNDAÇÃO BENEFICENTE ROSAL DA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 173, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Matelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matelândia, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 192, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 475, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e Amigos da Região Sul de Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 525, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Davi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Davinópolis, Estado do Maranhão." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Eliziane Gama. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 155, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas - PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 327, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 15 - Ofício "S" n° 18, de 2017 - Não Terminativo - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 32/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 32, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Tropical Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 73, de 2019, que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios econômicos representados pela precificação automática realizada por algoritmos com aprendizagem de máquinas (self-learning algorithms), seus desafios à defesa da concorrência e demais obstáculos correlatos à transparência pública." Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN). Resultado: Aprovado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 74, de 2019, que: "Requer inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 63/2019-CCT e REQ 67/2019-CCT, destinada a debater o PL 5222/2019, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual." Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN). Resultado: Aprovado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 77, de 2019, que: "Requer inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 63/2019-CCT e REQ 67/2019-CCT, destinada a debater o PL 5222/2019, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Resultado: Aprovado. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 79, de 2019, que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5691/2019, que institui a Política Nacional de Inteligência Artificial, e o PL 5051/2019, que estabelece os princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 2, de 2020, que: "Requer inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 66/2019-CCT, destinada a debater o impacto social da difusão da inteligência artificial, destacando os temas da privacidade, da ética, e do emprego." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 1, de 2020, que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir a tecnologia 5G e sua implantação no Brasil, especialmente após a aprovação inicial do leilão de radiofrequências pelo Conselho Diretor da Anatel; e debater questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Plínio Valério. ITEM EXTRAPAUTA 22 - Projeto de Lei n° 5833, de 2019 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão e altera a Lei nº 4.117,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer a obrigatoriedade da retransmissão diária de informações oficiais dos Poderes da República pelos canais de televisão aberta." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Relatoria: Senadora Eliziane Gama. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Senador Jean Paul Prates
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes externos:

Sem número, do Grupo Folha de Comunicação, de 18 de dezembro de 2019, encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei 10.610, de 2002, a composição acionária da Editora e Gráfica Paraná Press S.A.;

Sem número, da Editora jornalística Alberto Ltda., de 20 dezembro de 2019, encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei 10.610, de 2002, a sua declaração de capital social;

Do Grupo RAC de mídia impressa, de 20 dezembro de 2019, encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei 10.610, de 2002, a declaração do capital social;

Da empresa jornalística e editora Notícia Já Ltda.;

Do Grupo RAC de mídia impressa, de 20 dezembro de 2019, encaminhando, em cumprimento ao disposto no artigo 4º da Lei 10.610, de 2002, a declaração de capital social da empresa Correio Popular S.A.;

Do Grupo RAC de mídia impressa, de 20 de dezembro de 2019, encaminhando, em cumprimento ao disposto no artigo 4º da Lei 10.610, de 2002, a declaração do capital social da empresa Metropolitana Comunicação, Empreendimentos e Participações Ltda.;

Da Editora Boa Vista Ltda., de 26 de dezembro de 2019, reencaminhando, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, alínea "j", da Lei 8.379, de 1991, a composição do seu capital social;

Do Portal Diário do Rio Revista Eletrônica, de 30 de dezembro de 2019, encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei 10.610, de 2002, declaração de sua composição do capital social;

Ofício nº 4.051/SSL, de 19 de dezembro de 2019, da Assembleia Legislativa do Pará, encaminhando a Moção nº 783, de 2019, através da qual solicita a adoção de medidas urgentes para evitar a proposta de privatização das empresas Serpro e Dataprev.

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse dos seus membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Informo que os itens 2 a 6 são terminativos, exigindo votação nominal, que será realizada em conjunto, após a leitura do relatório e a discussão das matérias.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir uma inversão de pauta, para a apreciação do Requerimento nº 79, que é o pedido de uma audiência pública para discutir a Política Nacional de Inteligência Artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nós vamos aceitar sim a inversão de pauta, Rogério. É só a gente concluir, porque a gente vai começar com o projeto da Senadora Mara. Em seguida a gente vai. Está bem?

Item 14.

É votação simbólica.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 327, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Com a palavra a Relatora, nossa amiga Mara Gabrilli, para fazer a leitura do seu relatório, cobrando sua presença no almoço do PMDB. Foi muito reclamado ontem. Você não foi. Levou falta.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relatora.) – Ah, meu Deus! Perdoa...

Obrigada, Presidente.

Então eu vou direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto à sua constitucionalidade, a proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar ato do Poder Executivo atende aos requisitos formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que tange à disciplina infraconstitucional, a renovação das outorgas de emissoras de rádio e de televisão é regida pelas Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT) e nº 5.785, de 23 de junho de 1972, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão), e pelas respectivas atualizações.

A análise da documentação foi realizada pela Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio das Notas Técnicas nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

28.149/2017/SEI-MCTIC, nº 38/2018/SEI-MCTIC, e nº 2.292/2018/SEI-MCTIC, opinando favoravelmente ao deferimento da renovação pleiteada.

No entanto, em que pese o exame realizado pela pasta responsável, não foi possível identificar, nos autos do processo, a prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 327, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da concessão outorgada à TV Taubaté Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Taubaté, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2019: prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Mara.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Há quórum mínimo de nove Senadores no painel. Podemos votar o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Atendendo ao pedido do nosso amigo, o Senador Rogério, item 19, que também é votação simbólica.

É esse, não é?

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 79, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5691/2019, que institui a Política Nacional de Inteligência Artificial, e o PL 5051/2019, que estabelece os princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Com a palavra o autor do requerimento, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente, Senador Plínio Valério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer aos Senadores aqui presentes – à Senadora Mara Gabrilli e ao Senador Confúcio Moura – pela possibilidade de fazer a inversão de pauta.

Esses requerimentos têm uma importância grande, porque são dois projetos que tratam de um assunto e tema atual, pouco conhecido da maior parte dos Parlamentares e da sociedade: o tema da inteligência artificial. Portanto, abrir esse debate aqui no Parlamento e trazer representações das universidades, das instituições que produzem e trabalham com o tema, é importante para tornar o debate claro e nos auxiliar e nos munir de informações para a construção do parecer aos respectivos projetos de que tratam os requerimentos. Por isso, a solicitação e meus agradecimentos pela inversão de pauta.

Sem mais para o momento, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Em votação o requerimento.

A Sra. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos aqui, Senador Confúcio... O senhor concordou em relatar *ad hoc*, e depois a gente tem você, Mara. Está bom?

Item 2. Votação nominal também.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, DE 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O Senador Izalci não se encontra, e o Senador Confúcio Moura, gentilmente, vai ler o relatório *ad hoc*.

Com a palavra, o Relator.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sra. Senadora Mara Gabrilli, primeiro, antes de fazer a leitura, eu quero me congratular com a Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo altíssimo desempenho no ano de 2019. Segundo o nosso Presidente, foi a Comissão que melhor desempenho teve na Casa, não ficou nada pendente, e saudar a ele por serem temas variados, diversos, importantes, contemporâneos... Tudo isso foi pautado em audiências públicas ricas. Então, eu me congratulo com a Comissão, com a Presidência, com V. Exa., com todos os seus membros, pelo desempenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E passo aqui a relatar o projeto do Senador Izalci: retorna à Comissão de Ciência e Tecnologia o projeto de decreto legislativo da Câmara dos Deputados que renova autorização de outorga à Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha, Município de Minas Gerais.

Então, vamos direto à análise.

Assim, como procede a informação contida na Nota Informativa 3.523, a outorga que se pretende renovar teria validade de dez anos. Consequentemente, a conclusão contida na referida nota, de que a outorga teria validade até o ano 2011... Dessa maneira, constata-se que, de fato, a outorga que se pretende renovar a partir de 2011 encontra-se expirada desde março de 2004.

Nesses termos, a aprovação da renovação seria inviável, pois não é possível renovar outorgas extintas.

O voto é pela rejeição.

E aqui eu quero abrir um parêntese, Sr. Presidente, pela demora. Essa demora na tramitação desses pedidos de outorgas é realmente... Foi em 2004 e estamos em 2020: são 16 anos. É lógico que tudo venceu, tudo expirou. Em 2004, daria um prazo de outorga até 2011, e 2011 já passou!

Então, a comissão técnica, o grupo gerencial da Comissão... Nós teríamos que procurar encurtar esses prazos, porque há uma burocracia... Desce para análise documental no Ministério, vem para a Câmara dos Deputados, lá rola por dois, três, quatro, cinco anos, vem para o Senado, demora algum tempo...

Lógico que, em todas aquelas comissões administrativas, uns são Vereadores, outros são Prefeitos, outros estão impedidos, e termina que nada acontece. Então, eu gostaria muito que a gente desburocratizasse isso.

Tudo isso, hoje, está em sistemas. Então, rapidamente, os sistemas, robôs e plataformas conseguem analisar esses documentos rapidamente, dar respostas e tramitar pela Câmara em um regime muito encurtado e terminativo, somente na Comissão, lá, de Ciência e Tecnologia e já viria para o Senado. Com isso, ganharíamos tempo e não deixaríamos uma cidade como essa, que pleiteia uma outorga de uma emissora... E hoje, aqui, a proposta do Senador Izalci é pela rejeição.

Então, esse é o voto do Senador Izalci. Infelizmente, pela rejeição da proposição.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Confúcio, o seu comentário é pertinente, cirúrgico e mostra o absurdo que é essa demora da burocracia, que favorece sempre alguém ou algum grupo. O seu comentário será anotado e vai fazer parte.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação nominal. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É um outro item, Senador.

Então, encerro a discussão, já que o item 3 o Senador Confúcio gentilmente vai ler e tem que ir para outra Comissão em seguida, Mara. Aí eu passo para você, porque ele tem uma outra... Está bom?

Você nos brinda com a sua presença aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MARAVILHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

De 2017, Senador Confúcio.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu entro direto na análise, para ganhar tempo.

Analisando o teor da Nota Informativa 1.349, de 2018, verifica-se que, em atenção ao questionamento, alínea "a", de que trata o histórico da composição da Diretoria da entidade, foram prestadas as seguintes informações:

– entre 15 de junho de 2011 – olhem a data, gente – e 15 de junho de 2013, o quadro de dirigentes era composto por José Carlos Lima Pinto (diretor-geral), Clodoir Ferreira de Amorim (diretor administrativo) e Genildo José dos Santos (diretor de operações);

– não há informações sobre o quadro de dirigentes da entidade entre 15 de junho de 2013 e 13 de junho 2015;

– entre 15 de junho de 2015 e 13 de junho de 2017, o quadro de dirigentes mudou: era composto por Genildo José dos Santos (diretor-geral), José Carlos Lima Pinto (diretor administrativo) e Júlia dos Santos Soares (diretora de operações).

Em resposta ao questionamento ‘b’, a nota informativa afirma que não há informações relativas às datas de início ou término do exercício eclesiástico de José Carlos Lima Pinto. Afirma, ainda, que tal fato não foi mencionado durante o processo.

Em atenção ao questionamento ‘c’, a citada nota informativa esclarece que, de acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral, Vanderlino Moreira Niz exerceu a função de presidente do Diretório do PT entre 10 de dezembro de 2013 e 16 de julho de 2017 e entre 17 de julho de 2017 e 23 de junho de 2019.

Então, Sr. Presidente, de acordo com a documentação, a originalidade encaminhada pelo Poder Executivo para apreciação do Congresso Nacional, José Carlos Pinto se declara sacerdote.

Entendo que a Nota Informativa 1.349 não traga informações acerca das datas de início e término.

O voto.

Pelo exposto, mais uma vez o voto é pela rejeição.

É burocracia demais, gente. É burocracia demais.

Então, o voto do Izalci é rejeição, infelizmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Presidente. Está lido.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu até entendo a sua tristeza quando tem que ler um relatório pela rejeição, porque a gente sabe da necessidade dessas rádios – nós, que somos da Amazônia.

A matéria está discussão. (*Pausa.*)

Não havendo que queira discutir, encerro a discussão, agradecendo ao Senador Confúcio, que gentilmente leu *ad hoc* dois projetos.

Nós sabemos que tem que sair correndo agora...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, é só um requerimento a esta Comissão, indicando, incluindo como convidado para uma futura audiência pública sobre inteligência artificial o Sr. Edgar Serrano, Presidente da Federação Nacional de Empresas de Informática (Fenainfo).

Era só isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Passo à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Será acatado o seu requerimento, Senador Confúcio.

Vamos tocar a pauta.

Item 13.

É votação simbólica.

A Senadora Mara vai ler *ad hoc*, substituindo o Senador Chico Rodrigues.

Só um minutinho, Mara, por favor.

Em votação o requerimento do Senador Confúcio. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, fará parte.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 155, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas - PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli, que vai ler *ad hoc*, substituindo o Senador Flávio Arns.

Senadora, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas, no Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Paraná.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, pelas avaliações, pela adequação e todo o exame da documentação que acompanha o PDL nº 155, de 2019. Entretanto, demonstra a necessidade de se obter informações complementares para a apreciação da matéria.

Em particular, mostra-se necessário obter a composição atualizada da diretoria da entidade, a fim de avaliar a ocorrência de possíveis vinculações políticas vedadas por lei. Também é necessário obter informações sobre o possível exercício de cargo de sacerdócio por um dos membros da diretoria, o que igualmente poderia configurar a vinculação da entidade.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 155, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas, Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Paraná, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2019:

a) composição da diretoria da entidade, de 2015 até a presente data;

b) ocupação de Francisco Arivan Veiga, tesoureiro da entidade, esclarecendo sobre eventual exercício de cargo de sacerdócio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senadora Mara, obrigado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Havendo quórum mínimo, em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu pedi ao Senador Styvenson para ler *ad hoc* o relatório. Em seguida, Senadora Elisiane, será o da senhora.

Senadora Mara, muito obrigado. Mas há bastantes projetos aqui. Se quiser mais, a gente dá uma acelerada. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

ITEM 4
Votação nominal
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 219, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MOURA BARROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luis do Piauí, Estado do Piauí.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Styvenson, que substitui o Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Só para ganhar tempo, Sr. Presidente, já que o senhor me permite... Quanto a essa concessão, outorga de autorização à Fundação Moura Barros, partindo direto para a análise, penúltimo parágrafo... Nele consta que, conforme documentação que instrui a matéria, dois dos três membros da diretoria da entidade são parentes de primeiro grau. Dessa forma, a entidade apresenta vinculação familiar, vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Ressalta-se que, nos termos da regulamentação da matéria, a vinculação é vício insanável.

Voto.

No caso desse parecer, o voto, pelo exposto, é pela rejeição do PDS nº 219, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Styvenson.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 525, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Davi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Davinópolis, Estado do Maranhão.

Com a palavra a Relatora, Senadora Eliziane Gama, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Vamos ao relatório, Presidente.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 525, de 2019 (nº 844, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Davi, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Davinópolis, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A exposição de motivos do então Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Vamos à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Como não foi localizada, nos autos do processo, a comprovação do atendimento da referida exigência normativa, entendemos ser necessário o encaminhamento de requerimento de informação ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher essa lacuna.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 525, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à Associação de Moradores da Vila Davi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Davinópolis, Estado do Maranhão, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 525, de 2019: confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Esse é o nosso voto, Presidente.

É necessária essa informação para que nós possamos, *a posteriori,* dar um voto definitivo sobre a outorga para essa rádio comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Havendo quórum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente. Não... Já finalizou a votação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, não. Nós íamos botar em votação agora. Alguma observação?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não. Pode continuar. Eu quero falar depois de finalizado esse primeiro ato.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Então, havendo quórum mínimo, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigida ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu pergunto, antes de passar a palavra, Senadora Eliziane, ao Senador Wellington Fagundes se não tem nenhuma relatoria... O.k.

Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria solicitar a V. Exa. se seria possível, Presidente, incluir extrapauta. Estou com o parecer já pronto, que é um projeto de lei da Senadora Soraya Thronicke, que trata de se estabelecer a obrigatoriedade da retransmissão de área de informações oficiais dos Poderes da República nos canais de televisão. Seria uma Voz do Brasil na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Já está com o relatório pronto então?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Estou com o relatório pronto. Queria saber de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nós vamos fazer o seguinte: a gente vai incluir esse e o requerimento do Senador Vanderlan. O Senador Oriovisto está presente com o relatório... Se algum outro Senador que tiver relatório se fizer presente, a gente vai; senão, a gente encerra com o seu e o requerimento do Senador Vanderlan.

Com a palavra...

Ah não... Senador... É o item 9, não é isso?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) –

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 173, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Matelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matelândia, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 49ª reunião realizada em 11/12/2019.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 173, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Matelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matelândia, Estado do Paraná.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (Risf), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Risf.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nada obstante, entendo pertinente encaminhar requerimento de informações à pasta competente para complementar a instrução do feito, já que não consta dos autos documento que comprove o atendimento ao art. 38, alínea "j", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, destinado a comprovar a idoneidade de todos os dirigentes da outorgada.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 173, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

Requerimento nº , de 2019.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artística de Matelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matelândia, Estado do Paraná, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2019: cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Oriovisto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Há quórum mínimo.

Votação do relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informação dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretária-Geral da Mesa.

Vamos aproveitar os que estão aqui e vamos colocar só... Depois do da Senadora Eliziane, há um pedido do nosso Presidente. O Senador Styvenson vai ler só mais um, e nós vamos encerrar.

Retirado de pauta, a pedido, o item 6. Está retirado de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 226, DE 2017
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE ARTÍSTICA E CULTURAL GUARANIENSE DE RÁDIO E TV para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*)

Só mais um agora, Senador Styvenson. Depois, só o da Senadora Eliziane.

O item 5 também foi retirado de pauta, atendendo à solicitação.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 258, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rodeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados e outros

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 42ª reunião realizada em 23/10/2019.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.)

Nós estamos caminhando para o encerramento.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 66, DE 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 49ª reunião realizada em 11/12/2019.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Styvenson Valentim, que vai fazer a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, passo para a análise desta outorga.

A verificação de efetiva renovação da outorga pelo período de 1998 a 2008 é indispensável à aprovação da matéria. Não tendo ocorrido tal renovação, a outorga estaria expirada por decurso de prazo e, nesses termos, não poderia ser renovada.

Ainda a análise da documentação sugere que a Rádio Garbosa Ltda. estaria afiliada à Rede Transamérica de Comunicação. Considerando-se o disposto no §7º do art. 12 do Decreto 236, de 28 de fevereiro de 1967, que veda a subordinação das permissionárias do serviço de radiodifusão a outras entidades para a formação de cadeias ou de associações com direção única, torna-se necessário averiguar a efetiva ocorrência dessa afiliação e os exatos termos em que se estabeleceu.

O voto é pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 66, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Dentro de um requerimento, baseado no art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, solicitamos as seguintes informações: a) cópia do ato do Poder Executivo que renova a permissão outorgada à Rádio Garbosa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais, a partir de 1998; b) cópia da mensagem que encaminhou o ato referido no item anterior para apreciação do Congresso Nacional; c) que percentual da programação transmitida é produzida pela Rádio Garbosa, quais os horários de transmissão dessa programação e qual seu conteúdo?; d) que percentual da programação transmitida é produzida pela Rede Transamérica de Comunicação, quais os horários de transmissão dessa programação e qual seu conteúdo?; e) há transmissões de conteúdo de outros produtores, em que percentual e em que horários?; f) cópia dos contratos e de outros documentos relacionados à afiliação da Rádio Garbosa Ltda. à Rede Transamérica de Comunicação, particularmente de todos os instrumentos que estabeleçam direitos e obrigações relacionados a produção, compartilhamento e transmissão de conteúdo; seleção e definição de programação; responsabilidade editorial; seleção, restrições, definição de valores, comercialização e veiculação de publicidade; pagamentos e remunerações diretos e indiretos.

O item 7 já foi lido.

O voto é por informações do Ministério sobre os temas que foram levantados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Styvenson.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Penúltimo. Item 8. Votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 159, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à FUNDAÇÃO BENEFICENTE ROSAL DA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Com a palavra o Relator, Senador Styvenson Valentim, para fazer a leitura do seu relatório.
O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Item 8?
O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Item 8.
O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Se eu puder depois, ler em seguida o Requerimento nº 77, de 2019, já adianto os dois.
O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É seu também?
O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – É a inclusão de dois nomes. Pode ser?
Outorga da rádio Fundação Beneficente Rosal da Liberdade para execução de serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção, Estado do Ceará.
Partindo para a análise, Sr. Presidente.
O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
Como não foi localizada, nos autos do processo, a comprovação inequívoca dessa exigência normativa, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher essa lacuna.
Voto.
Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 159, de 2017, nos termos do art. 335 do Risf.
O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Styvenson.
A matéria está em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Havendo quórum, em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Temos o relatório, Senador Styvenson. Eu posso botar o requerimento antes do projeto que a Senadora vai ler?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pode.

Então, vamos encerrar com a sua leitura.

Cadê o requerimento do Senador Styvenson?

Requerimento nº 77, de 2019...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – É para incluir esses dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 77, DE 2019
- Não terminativo -

Requer inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 63/2019-CCT e REQ 67/2019-CCT, destinada a debater o PL 5222/2019, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Observações: *A matéria constou da pauta da 49ª reunião realizada em 11/12/2019.*

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 63/2019-CCT, com o objetivo de instruir o PL nº 5.222, de 2019, seja incluído o seguinte convidado: Paulo Roberto Schmidt, Conselheiro da Associação Brasileira de Produção de Obras Audiovisuais (Apro).

Só ele?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Só esse?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

Me dê o requerimento do nosso Presidente, para aprovar logo também.

Já estamos nos itens extra.

EXTRAPAUTA
ITEM 21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 1, DE 2020
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir a tecnologia 5G e sua implantação no Brasil, especialmente após a aprovação inicial do leilão de radiofrequências pelo Conselho Diretor da Anatel; e debater questões relativas a segurança cibernética das redes que serão implementadas.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO) e outros.

Requerimento, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Gen. de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Sr. Leonardo Euler de Morais, Presidente da Anatel; Sr. Marcos Ferrari, Presidente-Executivo do SindiTelebrasil; Sr. Carlos Lauria, Diretor de Relações Institucionais da Huawei no Brasil; Sr. Tiago Machado, Diretor de Relações Governamentais da Ericsson Telecomunicações.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos, então, para o último item, Senadora Eliziane, que é o seu pedido, como extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 22
PROJETO DE LEI N° 5833, DE 2019
- Terminativo -

Dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão e altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer a obrigatoriedade da retransmissão diária de informações oficiais dos Poderes da República pelos canais de televisão aberta.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)
Relatoria: Senadora Eliziane Gama
Relatório: Pela rejeição do projeto.

Com a palavra a Relatora, Senadora Eliziane Gama, para fazer leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Vamos ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei nº 5.833, de 2019, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, que dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão e altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer a obrigatoriedade da retransmissão diária de informações oficiais dos Poderes da República pelos canais de televisão aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é composta de quatro artigos.

O primeiro limita-se a indicar o objeto da lei, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação dos atos normativos.

O art. 2º altera o conceito do serviço de retransmissão de televisão, que deixará de ser uma espécie de serviço de radiodifusão, passando a ser classificado, de forma expressa, como um serviço de telecomunicações de interesse coletivo, conforme o previsto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que é a Lei Geral de Telecomunicações.

O art. 3º veda aos prestadores do serviço de retransmissão de televisão inserções, supressões ou alterações no conteúdo veiculado bem como nos horários das transmissões, salvo pela inclusão de publicidade destinada à região onde atuam, nos intervalos da programação previamente definidos. Admite ainda a possibilidade de transmissão não simultânea dos sinais como forma de ajustar a programação aos diferentes horários oficiais vigentes no Território nacional.

O art. 4º estende às emissoras de televisão aberta e do serviço de retransmissão de televisão a obrigação de veicular, diariamente, entre 19h e 22h, programa oficial de finalidade informativa dos Poderes da República. O referido programa teria a duração de 18 minutos, assim distribuídos: dez minutos para informações do Poder Executivo; quatro minutos destinados a informações do Poder Legislativo; e quatro minutos destinados ao Poder Judiciário.

O Projeto de Lei nº 5.833, de 2019, foi distribuído para decisão exclusiva e terminativa deste Colegiado.

Não houve apresentação de emendas.

Conforme preceitua o inciso VII do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à radiodifusão, o que é o caso do PL nº 5.833, de 2019.

Como descrito no relatório, o projeto de lei em tela possui dois objetivos: reconfigurar o serviço de retransmissão de televisão e tornar obrigatória a veiculação, pelas emissoras de TV e suas retransmissoras, de programa oficial dos Poderes da República, nos moldes de A Voz do Brasil, hoje transmitido apenas pelas emissoras abertas de rádio.

Sobre o primeiro ponto, importante nos reportar à disciplina vigente do serviço de retransmissão de televisão, estabelecida pela Lei nº 4.117, de 1962, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, com suas alterações.

Segundo os instrumentos normativos citados, o serviço de retransmissão de televisão é um serviço auxiliar ao serviço de radiodifusão, destinado a "retransmitir, de forma simultânea ou não simultânea, os sinais de estação geradora de televisão para a recepção livre e gratuita pelo público em geral", sob jurisdição do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sucessor do antigo Ministério das Comunicações.

Nesse sentido, em que pese todos os serviços de radiodifusão, por decisão do Supremo Tribunal Federal, integrarem o rol dos serviços de telecomunicações, sua organização institucional é distinta: a outorga, a regulamentação e a fiscalização de sua prestação são atribuições do Ministério, e não da Agência Nacional de Telecomunicações, como os serviços de telefonia fixa e móvel, de provimento de acessos à internet ou de TV por assinatura.

Assim, aprovada a alteração proposta pela iniciativa em tela, todo modelo de organização dos serviços de RTV será alterado, o que nos parece pouco recomendável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, entendemos ser inadequado estender para as emissoras de televisão a obrigação de veicular um programa oficial dos Poderes da República.

Em primeiro lugar, porque a transmissão compulsória desse tipo de programa já está contemplada com a veiculação, pelas emissoras de rádio, de A Voz do Brasil, que está no ar desde 1934, atingindo, segundo dados da Empresa Brasil de Comunicação, de 2016, 60 milhões de ouvintes.

Também deve ser considerada a maciça migração do atual modelo de programação linear das TVs convencionais para os serviços de *streaming*, de programação não linear, que pode afetar o alcance da obrigação que se pretende impor.

Além disso, os Poderes de República já contam com geradoras próprias de televisão: o Poder Executivo, com a TV NBR, produzida pela EBC; o Poder Legislativo, com a TV Câmara e a TV Senado transmitidas, compulsoriamente, pelas prestadoras de TV por assinatura, e com emissoras abertas em várias capitais brasileiras; e a TV Justiça, que produz conteúdo informativo sobre o Poder Judiciário, também de veiculação obrigatória pelas operadoras de TV paga.

Outra questão relevante está relacionada com os custos associados à obrigação que se pretende implementar. Os valores publicitários associados ao tempo de TV são consideravelmente maiores do que os do rádio, assim como os custos de produção de conteúdo audiovisual são bem mais vultosos que os da programação radiofônica. Dessa forma, se o projeto for aprovado, as emissoras de TV sofreriam uma queda em sua receita publicitária, equivalente aos blocos de propaganda que deixariam de ser comercializados no horário de transmissão do programa. Ao mesmo tempo, os custos relacionados à produção de programação oficial seriam incrementados, ampliando os dispêndios dos três Poderes.

Vamos ao voto, Presidente.

Diante de todo o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.833, de 2019.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Eliziane.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Senador, nós temos requerimentos. São quatro, Senador Jean Paul Prates. São três.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. São dois, na verdade. Nós somos dois.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Mas eu peço, quando encerrarmos aqui, que o senhor assuma a Presidência, porque nós vamos abrir o painel para votação de tudo o que foi lido. Pode ser, Senador?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem dúvida nenhuma. Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Então, vamos lá.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou me inteirar da pauta logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu vou ler, então, o item 15.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São os itens 15, 16 e 17, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É.

ITEM 15
OFÍCIO "S" N° 18, DE 2017
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 32/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 32, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Tropical Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados e outros

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Com a palavra o Relator, Senador Jean Paul Prates, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Muito bem.

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 32, de 2017, que informa a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Tropical Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados, que encaminha a Mensagem nº 32, de 2017, acompanhada do Decreto de 8 de fevereiro de 2017 e da Exposição de Motivos nº 23, de 3 de fevereiro de 2017, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do art. 90, II, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002.

A apreciação, pelo colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 18, de 2017, nos termos do art. 335 do Risf.

O requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta e à modificação do quadro diretivo: 1) data de publicação do ato de outorga; 2) data de publicação de ato que tenha autorizado a última alteração de controle societário, se existir; 3) números de registro nos cadastros oficiais de todas as pessoas físicas ou jurídicas que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão, portanto, quem o controla hoje; 4) comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Votação simbólica do item 16. Há mais o 16 e o 17, todos do Senador Jean Paul.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 73, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios econômicos representados pela precificação automática realizada por algoritmos com aprendizagem de máquinas (self-learning algorithms), seus desafios à defesa da concorrência e demais obstáculos correlatos à transparência pública.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Observações: *A matéria constou da pauta da 49ª reunião realizada em 11/12/2019.*

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Jean Paul Prates.

Seria bom colocarmos logo em votação, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Pode colocar. Enquanto isso, eu vou salientando, muito simplesmente, que isso se refere, na linguagem leiga, àqueles algoritmos de compra e venda da internet, tanto de companhias aéreas e outros, que aprendem conosco, com nossos hábitos. Então, essa audiência pública visa a justamente entender melhor como funciona isso e como se coaduna com o direito da competição, da concorrência; como isso pode eventualmente, sem transparência, afetar a própria competitividade desses mercados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Perfeito.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Item 17. Votação simbólica.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 74, DE 2019
- Não terminativo -

Requer inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 63/2019-CCT e REQ 67/2019-CCT, destinada a debater o PL 5222/2019, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Observações: *A matéria constou da pauta da 49ª reunião realizada em 11/12/2019.*

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Basicamente, em resumo, Senador Plínio, Presidente da Comissão, trata-se de incluir o nome do Sr. Roberto Franco, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), pela importância do grupo e justamente pela contribuição que pode dar a essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Eu pediria, Senador Jean Paul Prates, que o senhor assumisse, porque será aberta agora, Senadora Eliziane, a votação de tudo que a gente leu. E eu tenho uma audiência sobre a Febraban, está bem?

O Senador Jean Paul Prates vai presidir aqui a nossa votação. (*Pausa.*)
Perfeito.
Bom dia a todos!

Em votação os projetos constantes dos itens 2, 3 e 4; e o extrapauta PL nº 5.833, de 2019, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito que seja aberto o painel eletrônico para a votação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Estamos alterando a Presidência no painel. Em seguida, será aberto o painel eletrônico para votação. (*Pausa.*)

Portanto, temos o painel eletrônico aberto para votação. Quem vota com os Relatores vota "não"; quem vota com os relatórios vota "não". Trata-se de projetos de decreto legislativo referentes a outorgas. O primeiro é relacionado à Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha, no Estado de Minas Gerais. A relatoria é do Senador Izalci Lucas. O relatório é pela rejeição do projeto. Portanto, quem vota com o Relator vota "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2017. Autorização à Associação de Comunicação e Cultura Maravilha para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais. O Relator também é o Senador Izalci Lucas. Também quem vota com o Relator vota "não".

Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2017, que aprova ato de autorização à Fundação Moura Barros, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Piauí. O Senador Chico Rodrigues é o Relator. Também é pela rejeição do projeto. Quem vota com o Relator vota "não".

O item extrapauta é em votação nominal. Projeto de Lei nº 5.833, de 2019, que dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão e altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer a obrigatoriedade da retransmissão diária de informações oficiais dos Poderes da República pelos canais de televisão aberta.

Essa matéria também está agora em votação nominal. Quem vota com o Relator também vota "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem nos gabinetes e puderem comparecer à votação, trata-se de três projetos de decreto legislativo, com pareceres pela rejeição dos projetos, relacionados ao Estado de Minas Gerais e ao Estado do Piauí. Mesmo que seja pela rejeição, é importante que a votação ocorra, para que o processo continue e sejam sanados eventuais defeitos do procedimento. (*Pausa.*)

Lembrando aos interessados que, quanto aos projetos que estão em pauta, não quer dizer que estejam perdidos. Eles serão corrigidos, diante dos apelos dos respectivos Relatores, para que sejam apresentados de forma corrigida e o processo prossiga. São projetos que têm a ver com os Estados de Minas Gerais e Piauí. (*Pausa.*)

Obrigado, Senador Oriovisto. Obrigado. (*Pausa.*)

Lembrando aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que quem vota com os Relatores vota "não". Os Relatores desses três processos da área de Radiodifusão do Estado de Minas Gerais e Piauí acusaram defeitos aqui no processo, alguns têm a ver com documentação faltante, outro tem a ver com o prazo do pedido da concessão, três anos *versus* dez anos, e o outro tem a ver com parentesco direto de sócios, membros da diretoria são parentes primeiro grau.

O processo não está perdido. A votação é importante para que retornem as documentações corretas para que possam prosseguir os processos dessas rádios comunitárias.

Estão faltando quatro votos. Os Senadores e as Senadoras que estiverem nos gabinetes, por favor, que sejam membros da CCT, compareçam aqui à 1ª Reunião, Extraordinária, de 2020.

Já votaram: Senadora Eliziane Gama, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Zequinha Marinho, Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Senadores que registraram presença: Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Dário Berger, Carlos Viana, Arolde de Oliveira... Chegou em tempo, Senador Arolde, está em forma. Senador Arolde, encaminhamos o voto "não" por conta de os Relatores terem rejeitado três projetos de radiodifusão do Estado de Minas e Piauí por defeitos na documentação ou na composição societária. Então, o nosso voto "não" ajudará o prosseguimento do processo.

Quem vota "não" vota com os Relatores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel, Senador Izalci Lucas, Senador Rodrigo Cunha, Mara Gabrilli, Senador Major Olimpio, Senador Styvenson Valentim, Senador Carlos Viana, Senador Wellington Fagundes e Senador Flávio Arns, favor comparecerem à Ciência e Tecnologia. (*Pausa.*)

Senador Styvenson, presente.

Quem vota "não" vota com os Relatores. (*Pausa.*)

Obrigado, meu querido amigo Senador Styvenson, do Rio Grande do Norte.

Senador Dário Berger, presente. Obrigado, Senador Dário.

O voto "não" é com os Relatores, para que voltem os processos à origem e sejam supridas as falhas que foram apontadas pelos Relatores. Os projetos das rádios não estão parados; eles vão prosseguir. Nosso voto "não" é para correção de problemas. (*Pausa.*)

Obrigado, Senador Dário Berger. Obrigado. (*Pausa.*)

Perfeito. Senador Rogério Carvalho, quem vota com os Relatores vota "não". São três processos de rádios comunitárias que têm defeitos na sua composição. Nosso voto "não" forçará os projetos a voltarem para correção dos seus problemas. Os processos não estão parados, os processos apenas serão corrigidos.

Obrigado, Senador Rogério.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, sob a sua Presidência, nós já estamos liberados também? Hein, Presidente? A votação é a única, Presidente? É a única?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a única. Votação única.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os três estão no mesmo bojo. Os três, não...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Porque, como sou muito obediente...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um "não" em três.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como sou muito obediente à sua liderança, estamos liberados, então.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Imagina, é uma honra estar liderando V. Exa.

Obrigado, Senador Wellington.

Estamos fechando o quórum aqui.

Rogério Carvalho, presente. Votado.

Senador Wellington Fagundes, presente. Votado.

Senador Zequinha Marinho, presente. Votado.

Plínio Valério, presente. Votado.

Oriovisto Guimarães, presente. Votado.

Arolde de Oliveira, Eliziane Gama, Dário Berger, todos passaram aqui, presentes. Votados.

Styvenson Valentim, o voto será computado em seguida. (*Pausa.*)

Antes de encerrar a votação, queria só informar que, em relação ao requerimento de foi interposto a esta Comissão hoje, pelo Presidente Vanderlan Cardoso, no sentido de fazer, de promover a realização de uma audiência pública para debater o 5G no Brasil, a questão das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

concessões, dos editais, atribuições da Anatel, eu apresentarei – justamente atendendo a uma solicitação direta do Ministro e amigo Marcos Pontes, Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil – um requerimento para inclusão de um requerimento para inclusão de um representante do MCTIC nessa audiência. Então, apresentarei requerimento proximamente. Já peço a reserva do lugar do Ministério solicitado pelo Ministro, o astronauta Marcos Pontes.

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sete a um. Placar de sete a um, um pouco traumático esse número. (*Risos.*)

Sete a um. A Comissão rejeita, por sete votos a um, os projetos constantes dos itens 2, 3, 4 e o extrapauta, PL 5.833, de 2019.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta reunião.

Obrigado a todos presentes e votantes.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Plínio Valério, Major Olimpio, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Oriovisto Guimarães, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Lasier Martins, Luiz Pastore, Luis Carlos Heinze e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Juíza Selma e Weverton. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 183/2019, do Presidente da Câmara Municipal de Virginópolis (MG), de 9 de dezembro de 2019, encaminhando Moção de Preocupação, com a pretendida privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e Apoio à manutenção dos Correios como empresa pública, com ampla presença em todo território nacional; Ofício CM nº 003/2020, do Presidente da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia (MS), de 21 de janeiro de 2020, encaminhando Moção de Preocupação nº 001/2019 com a pretendida privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Registra-se a presença do ex-vereador de Senador Canedo (GO), Paulo Roberto dos Santos, acompanhado do Sr. Job Luciano, jornalista. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5653, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3477, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para inverter o ônus da prova em caso de cobrança indevida de Serviço de Valor Adicionado." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 280, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Confúcio Moura, para reexame. ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n°

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

65, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, para dispor sobre as hipóteses de bloqueio." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao projeto. Observação: Os Senadores Styvenson Valentim, Dário Berger, Arolde de Oliveira e Vanderlan Cardoso fazem uso da palavra. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 177, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu - ACCARBI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 184, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Educativa de São Jorge do Patrocínio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 189, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social de Ponta Grossa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 183, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Assis Chateaubriand para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 375, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Lage Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 143, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 187, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Lajeado - RCL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 599, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cidade de Blumenau para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 68, de 2017 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUABIRUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 160, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú - ACERC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 551, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Campeche para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 147, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da Praia dos Ingleses – Acorpi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 593, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Taquari de Apoio a Comunicação, Educação e Cultura - ATACEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dário Berger (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 192, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 475, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e Amigos da Região Sul de Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 178, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena - ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 594, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sant'ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 11, de 2020, que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de receber o Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas e debater sobre as perspectivas do Programa Nuclear Brasileiro." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 62, de 2019, que: "Requer, nos termos do art. 73 c/c inciso art. 89, IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática-CCT, de Subcomissão Temporária para acompanhar a implementação da quinta geração de redes móveis - 5G no Brasil." Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Resultado: Aprovado o requerimento de constituição de Subcomissão Temporária composta por cinco senadores titulares e cinco suplentes. Observação: Os Senadores Styvenson Valentim e Vanderlan Cardoso fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes externos: Ofício nº 183, de 2019, do Presidente da Câmara Municipal de Virginópolis (MG), de 9 de dezembro de 2019, encaminhando manifestação de moção de preocupação e de apoio daquela Casa Legislativa à manutenção dos Correios como empresa pública, por ser uma empresa com ampla presença em todo o Território nacional.

E o Ofício nº 3, de 2020, do Presidente da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia (MS), de 21 de janeiro de 2020, encaminhando manifestação de moção de preocupação daquela Casa Legislativa com a pretendida privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse dos seus membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Presidente, obrigado.

Eu tenho um requerimento, desde o ano passado, que está protocolado já na Secretaria da Comissão, em que, nos termos do art. 73, inciso LXXXIX, item 4, do Regimento Interno do Senado Federal, eu solicito uma constituição, na Comissão de Ciência e Tecnologia, de uma Subcomissão Temporária para acompanhar os trabalhos da implantação do sistema 5G no Brasil.

Esse é um processo importante, porque a quinta geração mais a inteligência artificial trazem consigo todos os principais instrumentos para a inovação que estamos vivendo em processo acelerado no mundo todo, e o Brasil não pode perder essa janela. Entendo que essa Subcomissão poderá dar mais celeridade ao resultado do acompanhamento pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, solicito a V. Exa., se possível, colocar em votação extrapauta, para depois, então, nós fazermos a composição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Será, Senador, com todo o prazer, atendido já no final da reunião. O.k.?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pedido de retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Confúcio Moura, para reexame. É o item nº 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 280, DE 2015
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável nos termos da Emenda 1-CE (Substitutivo).

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, é porque preciso de um cálculo de impacto do ministério. Então, estava faltando no meu relatório, e eu vou solicitar esse impacto, para depois reapresentar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Atendido, Senador.

Passamos às matérias.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 3.477, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para inverter o ônus da prova em caso de cobrança indevida de Serviço de Valor Adicionado.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 49ª Reunião da CCT, realizada no dia 11/12/2019.

2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei nº 3.477, de 2019, de autoria do Senador Izalci Lucas. A proposição visa a alterar a Lei Geral de Telecomunicações para inverter o ônus da prova em caso de cobrança indevida de Serviço de Valor Adicionado (SVA).

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Após tramitar nesta Comissão, a matéria seguirá à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, para deliberação em caráter terminativo.

Análise.

Nos termos regimentais, compete à CCT opinar sobre proposições relacionadas à política de comunicações, como é o caso do projeto em tela.

A proposição, como aponta sua justificação, decorre do enorme número de reclamações por cobranças indevidas por Serviços de Valor Adicionado não contratados ou não desejados, faturados juntamente com serviços de telecomunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esses serviços, que variam desde dicas de moda até jogos e cursos de idiomas, são prestados sobre os serviços de telecomunicações contratados originalmente, geralmente por meio de mensagens de voz ou de texto.

Não há dúvida de que a cobrança indevida por Serviço de Valor Adicionado é, há algum tempo, um dos principais problemas dos serviços de telecomunicações. Nesse sentido, a iniciativa é altamente meritória, pois busca solução para amenizar essa questão.

Embora a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tenha regulamentado diversos pontos da questão por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, que aprovou o Regulamento Geral dos Direitos do Consumidor de Telecomunicações (RGC), o problema permanece, demonstrando que as medidas adotadas não foram suficientes.

Nesse sentido, destaca-se que o texto originalmente proposto é, em grande medida, semelhante a dispositivos do citado RGC. Dessa maneira, o efeito da eventual aprovação da lei não alteraria substancialmente o quadro fático observado. Por essa razão, entendemos que alguns pontos da iniciativa podem ser aprimorados na busca de uma solução mais efetiva para o problema.

A proposta não deixa claro, por exemplo, se a cobrança a que se refere seria dirigida ao usuário ou ao prestador do Serviço de Valor Adicionado. Assim, para tornar o texto mais claro, entendemos que se deve explicitar que a cobrança pelo SVA somente pode ser dirigida ao seu usuário, não a seu provedor.

Tendo em vista o problema que a proposição busca sanar, entendemos ser apropriada a exigência de apresentação de fatura detalhada por identificação nos SVAs. Dessa forma, caso sejam contestados, o usuário poderá pagar apenas pelos serviços desejados, recusando o pagamento daqueles que não foram contratados, já que o RGC prevê a possibilidade de o consumidor solicitar a emissão de cobranças em separado para os diversos serviços.

Com relação à exigência de prévia autorização do usuário para cobrança de serviços e da atribuição do ônus da prova dessa autorização à prestadora, percebemos que existe, na realidade, a necessidade de se regulamentarem os métodos atualmente empregados para contratação, os quais favorecem a adesão equivocada, mesmo quando o usuário deseja o serviço.

Assim, por exemplo, não devem ser permitidas contratações ao simples toque de uma tecla, o que notadamente pode ocorrer por engano. Também não é possível autorizar contratações sem procedimentos mínimos para conferência da identidade do responsável pelo serviço de telecomunicações. De outra forma, os contratos podem ser celebrados por crianças, por visitantes ou por qualquer outra pessoa incapaz ou não autorizada.

Assim, para tornar o texto mais efetivo, entendemos que se deve exigir a assinatura presencial de contrato impresso, a identificação por meio de senha pessoal previamente cadastrada ou outra medida equivalente que garanta a aferição da identidade do contratante.

Além disso, estabelecemos a obrigatoriedade ao provedor de disponibilizar mecanismos simplificados para contestação da contratação e para cancelamento de serviço de valor adicionado.

A responsabilidade solidária entre a prestadora de serviços de telecomunicações e o provedor do SVA não parece necessária diante do previsto nos arts. 18, 19 e 25 do Código do Consumidor, que tratam da responsabilidade solidária dos fornecedores.

Da mesma forma, a devolução em dobro dos valores pagos indevidamente é matéria já prevista no Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual pode ser suprimida sem prejuízo ao teor do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.477, de 2019, na forma do substitutivo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Líder Eduardo Gomes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, CCT (Substitutivo).

A matéria será encaminhada para apreciação terminativa da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 192, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 1ª Reunião da CCT, realizada no dia 12/02/2020.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2019, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos constitucionais.

A exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nada obstante, entendo pertinente encaminhar requerimento de informações à pasta competente para complementar a instrução do feito, já que não foi localizado nos autos do processo documento informando se há ou não na localidade registro de fiscalização por operação clandestina, conforme identificado pelo Parecer nº 205/2016/SEI-MC, de 18 de março de 2016, exarado por sua Consultoria Jurídica.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 192, de 2019, nos termos regimentais.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informação dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 475, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e Amigos da Região Sul de Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 1ª Reunião da CCT, realizada no dia 12/02/2019.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2019, aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e Amigos da Região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sul de Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos constitucionais.

A exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Como não foi localizada nos autos do processo a comprovação inequívoca das referidas exigências normativas, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos constitucionais, para preencher essas lacunas.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 475, de 2019, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT pela apresentação de requerimento de informação dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Em tempo, quero registrar a presença aqui do ex-Vereador e Presidente da Câmara de Senador Canedo, cidade da qual fui Prefeito, e que está acompanhado de jornalistas, o Job Luciano. Seja bem-vindo!

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 593, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Taquari de Apoio a Comunicação, Educação e Cultura - ATACEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. A matéria constou da pauta da 49ª Reunião da CCT, realizada no dia 11/12/2019.
2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator...

O Relator, Senador Eduardo Gomes, acaba de sair. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Está voltando?

Enquanto ele vem, podemos passar para outro item?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Para o item 16.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 16. (*Pausa.*)

Não vamos adiar, não.

Senador Dário Berger, creio que o Senador Eduardo Gomes não vai se opor a que o senhor faça a leitura do voto do item 17 como Relator *ad hoc*.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu penso, já é praxe nesta Comissão, em função dos pareceres já estarem todos publicados no *site* da Comissão e por eles terem o mesmo objetivo e o mesmo teor, que eu posso simplificar a leitura do relatório para que possamos ganhar tempo.

Eu queria só mencionar a V. Exa., através da análise, que, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCT opinar acerca de proposições dessa natureza.

O processo em exame foi encaminhado ao Presidente da República pelo Ministro de Ciência e Tecnologia e recebeu parecer favorável. Portanto, não há nenhum óbice para sua aprovação.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 593, de 2019, não evidencia violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Taquari de Apoio a Comunicação, Educação e Cultura (Atacec), para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da Praia dos Ingleses – Acorpi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Portanto, cabe à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre esse tema.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão...

Portanto, não há nenhum óbice quanto à legalidade, à juridicidade.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 147, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da Praia dos Ingleses (Acorpi) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 160, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú - ACERC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Cabe à CCT opinar acerca dessas proposições.

O processo em exame e apreciação, que outorga ou renova concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora, nos termos da Constituição, é pertinente.

Portanto, a matéria é de competência do Congresso Nacional.

O voto é pela sua aprovação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 160, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú (Acerc) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Dário Berger.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 187, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Lajeado - RCL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, a exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O projeto também já foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Cabe à CCT opinar acerca desse tipo de matéria.

O voto é favorável, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 187, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Lajeado (RCL) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 599, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cidade de Blumenau para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Cabe à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre a matéria exposta.

O processo em exame já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

O parecer é pela aprovação.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 599, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cidade de Blumenau para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 68, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUABIRUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Igualmente, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que, evidentemente, levou ao seu deferimento.

O relatório é pela aprovação, porque trata-se de matéria de competência da CCT. Também já foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

O parecer é favorável.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 68, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Guabiruba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 551, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Campeche para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O relatório tem parecer favorável.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

A CCT é a Comissão própria para opinar acerca dessas proposições.

O voto é favorável, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 551, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Campeche para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 375, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Lage Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Styvenson Valentim, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, demais Senadores, como é renovação e autorização de outorga à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para o exercício de radiodifusão comunitária...

Ah, é a de Caruaru, não é isso?

Trata-se da aprovação do ato de outorga à Associação Cultural Lage Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Passo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 375, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Lage Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária Município de Caruaru, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 143, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Styvenson Valentim, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma que o de Caruaru, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 143, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, no Estado do Ceará, conforme o decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 65, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, para dispor sobre as hipóteses de bloqueio.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 49ª Reunião da CCT, realizada no dia 11/12/2019.

2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, este projeto é de autoria do Senador Styvenson Valentim e ele altera a Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, para dispor sobre as hipóteses de bloqueio.

Vou me permitir ler partes do relatório por economia de tempo.

Começo com o segundo parágrafo, que diz o seguinte.

O projeto é constituído por dois artigos. O art. 1º do PRS insere o art. 4º-A na Resolução nº 19, de 2015, para determinar o bloqueio de usuário cujas informações cadastrais não sejam identificáveis ou que disponibilize conteúdo ofensivo à honra, à vida privada, à imagem e à intimidade pessoal.

Também serão bloqueados o cadastramento, o envio de mensagens, a autoria e o apoio de ideias legislativas, ou qualquer outra manifestação originária de sistema automatizado, além de padrões suspeitos nos registros efetuados.

O art. 2º veicula a cláusula de vigência.

Na justificação, é assinalada a importância do Programa e-Cidadania para incentivar a participação do cidadão comum nas atividades parlamentares em curso no Senado Federal. No entanto, prossegue o autor da iniciativa, com a utilização de sistemas informáticos automatizados (*scripts, bots*, etc.) seria possível o encaminhamento fraudulento de sugestões e apoios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desvirtuando o objetivo central da ferramenta, que é justamente a efetiva participação do cidadão na formulação legislativa.

Após o exame desta Comissão, a matéria seguirá para Comissão Diretora do Senado Federal.

Aí eu faço uma análise na qual eu concordo, basicamente, com todas as alegações do autor.

Permito-me ir diretamente ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 65, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – É para agradecer ao Senador Oriovisto. É uma honra tê-lo como Relator deste projeto.

O meu objetivo é buscar essa segurança, aperfeiçoá-la, uma vez que, com as redes sociais hoje, com a comunicação eletrônica, a gente está ganhando cada vez mais espaço, e o e-Cidadania é uma ferramenta importantíssima, até mesmo para gerar um processo legislativo, uma ideia legislativa. No entanto, é preciso ter esse cuidado de saber quem é que, do outro lado, está manuseando essa ferramenta para evitar agressões – bastam as que a gente já sofre nas redes pessoais de cada um. Que essas agressões não venham por um meio democrático, um meio que precisa ser seguro, precisa ser constitucionalizado, precisa ter transparência e mais regras de controle. Pode ser, nas mãos de pessoas erradas... Hoje existem pessoas com conhecimento suficiente para burlar todo tipo de estrutura.

Então, agradeço, Senador Oriovisto. Muito obrigado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Eu é que o parabenizo, até porque este seu projeto faz com que o e-Cidadania realmente seja verdadeiro, não seja manipulado por robôs ou coisas do gênero. Tive grande prazer em relatar o projeto.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Deixe-me só aproveitar esta oportunidade também para cumprimentar o autor dessa proposição, Senador Styvenson Valentim, e o Relator, Senador Oriovisto.

Eu acho que é um projeto extremamente importante, oportuno e necessário. De forma que, principalmente nos tempos em que estamos vivendo, de momentos difíceis, de opiniões muito divergentes, de país dividido, de falta de serenidade, equilíbrio e sensatez, muitas vezes nos defrontamos com questões que não são condizentes com relações humanas dignas e decentes, não só no Parlamento, mas na sociedade como um todo, razão pela qual acho que a regulamentação dessa questão é importantíssima. É que assim é possível criar um filtro, de maneira a estabelecer uma credibilidade ainda maior nas relações do e-Cidadania com a sociedade e com o Parlamento brasileiro.

Portanto, mais uma vez, eu me congratulo com o autor da proposta e parabenizo também o Senador Oriovisto pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Também me junto às palavras do Senador Dário Berger e cumprimento o autor e o Relator, Senador Styvenson Valentim e Senador Oriovisto respectivamente.

Acho, porém, que cabe aqui, mesmo que rapidamente, uma observação quanto a estes tempos que estamos vivendo e quanto à importância de projetos dessa natureza.

Nós vivemos tempos de rápida transformação, de rápidas mudanças, pela convergência tecnológica principalmente na área da comunicação, o que faz com que as demandas sejam muito aceleradas e que assuntos como este que é objeto deste projeto sejam fundamentais para reorganizar as relações dentro da sociedade. E, na medida em que essas relações dentro da sociedade são afetadas pela tecnologia, principalmente a da comunicação, e nós não temos velocidade para regulamentar em tempo, nós vamos criando um espaço de vacância legal, que é o espaço próprio para a anarquia e para a clandestinidade.

Portanto, cumprimento o autor e espero que, nesta nossa Comissão, como em tantos outros projetos, possamos ter esse entendimento e continuar regulamentando rapidamente, tão rapidamente quanto possível, essas novas matérias para evitar justamente a anarquia e o uso indevido dessas ferramentas.

Era o que queria dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Styvenson, eu, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, sinto-me honrado de estar aqui presidindo no momento em que V. Exa. nos brinda com projeto tão importante como este. Aliás, V. Exa. tem sido uma grata surpresa aqui no Senado Federal nesta legislatura. Tenho o maior prazer de ser seu colega e parceiro no Senado Federal.

Parabenizo o senhor pelo excelente projeto e também o Senador Oriovisto pela condução do seu relatório. Então, parabéns aos dois.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, pela aprovação do projeto.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena - ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para fazer a leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 178, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena – Acult para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

Aí nós temos a exposição de motivos do Ministro das Comunicações.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

O projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa

Na análise, Sr. Presidente, embora concordando com tudo que foi feito na Câmara, nós constatamos no final que a documentação que instrui a matéria somente informa a composição da Diretoria da entidade até o ano de 2015, e registra que Airton Antonio Copatti seria diretor.

De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Airton Antonio Copatti foi eleito Prefeito do Município de Santa Helena, Estado do Paraná, em 2016, e exerce o cargo de Presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) desde outubro de 2019.

Dessa maneira, é necessário conhecer a composição da diretoria da entidade de 2015 até a presente data, a fim de avaliar a ocorrência de vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998.

Diante disso, o voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 178, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

Aí vem o requerimento de que faço a leitura.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2020
>
> Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à ACADEMIA CULTURAL DE SANTA HELENA – ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2019: [a única requisição é] – histórico da composição da Diretoria da entidade de 2015 até a presente data.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer preliminar da CCT, pela apresentação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 594, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sant'ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, novamente aqui nós temos um caso muito semelhante ao que acabei de ler. Está tudo certo, mas faltam documentos. Então, por economia de tempo, vou direto ao voto.

O voto diz o seguinte: em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 594, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Aí vem o requerimento, onde se pede várias coisas que estão faltando: ato constitutivo da Universidade Federal do Pampa e seus estatutos; prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que não veio; prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade; prova de regularidade relativa à Seguridade Social; prova de regularidade para com as Fazendas federal e estadual; prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e eleitoral relativas aos dirigentes da entidade; certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde os dirigentes exerçam, ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; e, finalmente, declaração de que os dirigentes da entidade não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Ou seja, Senador, não veio documento nenhum?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Não veio nada. Aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 177, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu - ACCARBI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. A matéria constou da pauta da 49ª Reunião da CCT, realizada no dia 11/12/2019.
2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto e os próximos três que vou ler estão absolutamente em ordem, perfeitos, não falta nenhum documento, está tudo certinho. Então, vou poupar o nosso tempo e vou direto ao voto.

O voto nesse processo é assim: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 177, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu (Accarbi) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Oriovisto, parabéns à Accarbi, do Rio Bonito do Iguaçu, no seu Estado, Paraná.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 184, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Educativa de São Jorge do Patrocínio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria constou da pauta da 49ª Reunião da CCT, realizada no dia 11/12/2019.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Vamos também direto ao voto, Sr. Presidente, pois é idêntico ao caso anterior, assim como serão os dois próximos.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 184, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Educativa de São Jorge do Patrocínio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 189, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social de Ponta Grossa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. A matéria constou da pauta da 49ª Reunião da CCT, realizada no dia 11/12/2019.
2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – Vamos direto ao voto também, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 189, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social de Ponta Grossa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 183, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Assis Chateaubriand para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Como Relator.) – É o meu último, Sr. Presidente.

Também vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 183, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Assis Chateaubriand para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 22
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 11, DE 2020
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de receber o Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas e debater sobre as perspectivas do Programa Nuclear Brasileiro.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)

Esse requerimento é de minha autoria, a pedido do Ministério de Ciência e Tecnologia, solicitando a inclusão de representante do MCTIC.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 23
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 62, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 73 c/c inciso art. 89, IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática-CCT, de Subcomissão Temporária para acompanhar a implementação da quinta geração de redes móveis - 5G no Brasil.

Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para encaminhar.) – Já na preliminar, eu já realcei a importância deste momento em que nós estamos vivendo e a importância dessa tecnologia de quinta geração, que vai além de uma geração de comunicação móvel para ser um espaço de banda com altíssima velocidade e baixa latência, que, associada à inteligência artificial, vai ser o fundamento para o controle a distância principalmente de robôs para as comunicações que envolvem autonomias e a Internet das Coisas etc.

Creio que essa janela é muito importante. Nós estamos muito atrasados no Brasil e, com essa oportunidade, teremos condições de recuperar um pouco desse tempo perdido. E, para que nós não nos percamos em análises, em discussões que, às vezes, não são aquelas que levam ao melhor termo os objetos dessas políticas públicas, então nós, aqui na Comissão, poderemos acompanhar isso para racionalizar e dar maior efetividade ao acompanhamento dessa implantação. Esse é o objeto do requerimento referente a essa Subcomissão Temporária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É oportuna, pelo momento, Senador Arolde, nas discussões sobre o 5G, pelo leilão que vai acontecer, essa Subcomissão. Eu pergunto a V. Exa... Pelo Regimento, o senhor tem de indicar o número de membros dessa Subcomissão. Podem ser cinco, podem ser sete. Então, o senhor...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Como, a qualquer momento, pode-se fazer novo requerimento para aumentar o número de membros, vamos, então, indicar cinco membros, que é o mínimo, para haver o registro de cinco membros. A indicação, creio, não deverá ser feita hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A indicação dos nomes não será feita, mas só a da quantidade de membros.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – São cinco membros, então. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – São cinco membros.

O Senador Styvenson já se colocou à disposição, Senador.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Peço, Senador Arolde... V. Exa. não vai sair, não.

Peço aos Senadores que, se puderem, esperem, porque vamos ter uma votação nominal, em seguida.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – Não dá para abrir o painel, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só há esse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – É só mais esse?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Ah, não!

Em votação os projetos constantes dos itens 5 a 17, nos termos dos relatórios apresentados.

O painel eletrônico será preparado para a votação.

Quem vota com os Relatores vota "sim".

Já está pronto o painel? Está o.k.? (*Pausa.*)

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu pediria também aos nobres Senadores, o Senador Styvenson, o Senador Dário Berger, o Senador Oriovisto, o Senador Arolde... Nós precisamos ter nove votos, não é? Cada um, então, está incumbido de trazer aqui mais dois ou três colegas. Já vou dar essa missão para vocês.

Os assessores dos Senadores que estão aqui presentes já podiam ligar para os Senadores.

O assessor do Senador Luiz do Carmo se encontra aqui presente? (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Aproveitando a oportunidade, Senador, aquele projeto – eu vi na mídia, na semana passada – que nós chegamos a discutir aqui, que chegamos a quase votar, mas que depois foi para a Mesa... Está na Mesa Diretora aquele projeto do Arolde, o das telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É o de nº 3.832, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O número é 3.532?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O número é 3.832.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É o de nº 3.832.

Tem notícia se ele vai ser votado? Como está?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Olha, Senador, eu, como autor do projeto, quero que seja votado o mais rápido possível. Como houve um apelo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vi na mídia que foi feito um acordo. Eu não participei desse acordo. Sim, nós fizemos o acordo para votar, mas, depois, ele foi para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Como, no meu modo de ver, a Anatel fez um atropelo ao Senado Federal, quando aprovou lá aquela autorização da AT&T com a Sky, acredito que, agora, a resposta nossa será a de, o mais rápido possível, aprovarmos o Projeto 3.832, Senador, com a sua ajuda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo! Isso é preciso até para a gente fazer deslanchar o PL 57 também, que é superimportante.

Obrigado.

Eu tinha conversado com o Luiz sobre a questão da Ride, mas tive uma conversa ontem com o Caiado, e ele achou melhor a gente sobrestar um pouco.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. *Fora do microfone*.) – Ah é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É.

Então, eu lhe agradeço o apoio.

Eu tinha proposto criar a região metropolitana na medida provisória, mas vamos aguardar um pouquinho. O Caiado pediu que a gente pensasse um pouco mais.

Obrigado.

Estou presidindo a outra reunião.

Já votei, não é? (*Pausa.*)

Já votei.

Faltam quantos aí? Faltam três ainda?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone*.) – Faltam três. O Senador Nelsinho Trad está presidindo a Comissão... (*Pausa.*)

Senador Izalci, se V. Exa. puder, no caminho, passar em alguma Comissão para pedir...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Está bom. É o Nelsinho Trad...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Faltam dois votos. Há um Senador a caminho.

O Confúcio já deve ter votado, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Se houver alguém, peço para vir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Senador Confúcio esteve aqui conosco. (*Pausa.*)

É por isso que esta Comissão é produtiva. Todos os membros aqui são muito competentes – o pessoal que trabalha, viu, gente? –, porque aqui, enquanto você descansa, carrega pedra.

Vamos lá. (*Pausa.*)

Senador Flávio, bom dia!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Eu só quero cumprimentar V. Exa., sempre tão amigo e tão gentil, e só esclarecer que eu estava aqui na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), onde está sendo debatida a questão da capitalização, títulos de capitalização e o terceiro setor – até me justificando –, mas estou firme aí com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Alessandro Vieira, bem-vindo! Obrigado pela presença. (*Pausa.*)

Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

Senador Chico... Já votou, Senador Chico?

Senador Chico, do nosso querido Estado de Roraima.

Senador Angelo Coronel...

Senador Paulo Rocha... Já votou, Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Já está ali no painel. (*Pausa.*)

Votou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Já, sim.

Presidente Vanderlan Cardoso, meu dileto amigo de longas datas, eu tenho um assunto que é extremamente recorrente e que nós temos que trabalhar, a quatro mãos, na Comissão de Ciência e Tecnologia, porque nós fizemos um levantamento, e mais de 600 rádios no Brasil, AM e FM, estão passando um problema seriíssimo lá nas comunicações: as outorgas estão vencidas.

É natural que, por um motivo ou por outro, ou por questões de ordem administrativa, de ordem fiscal, as empresas não tenham as suas certidões em dia, para que requeiram, no prazo devido legal – e nós sabemos disso –, a renovação das suas outorgas. O que que acontece? Hoje nós temos mantido contatos permanentes com o Cel. Elifas, lá no Ministério das Comunicações, que tem sido extremamente gentil no atendimento. A sua equipe também tem nos dado informações preciosas, mas nós sabemos que existem alguns servidores que teimam em criar dificuldades para que essa questão seja, na verdade, revista, e essa renovação das outorgas, mesmo vencidas... Até porque você não pode cancelar mais de 600 empresas de radiofonia, seja AM ou FM, e fazer novas licitações para mais de 600 rádios.

Na verdade, nós temos conversado também com o Tonet, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que tem tido sensibilidade para intervir também junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para regularizar essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Chico Rodrigues, o pessoal pediu só para encerrar a votação, porque o painel pode cair a qualquer momento. Vamos encerrar, e a gente dá sequência à fala do senhor, que é muito pertinente.

A votação será encerrada.

Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A Comissão aprova, por 11 votos SIM, os projetos constantes dos itens 5 a 17.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Senador Chico Rodrigues com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Pois bem.

Concluindo, Sr. Presidente Vanderlan, nós precisamos, através da sua liderança, ir ao Ministério da Ciência e Tecnologia e encontrar um caminho, para que o Governo possa tomar uma decisão e autorizar a reapresentação da documentação legal, para que essas empresas de radiofonia possam, efetivamente, ver as suas outorgas renovadas, porque estão aí funcionando – nós temos seiscentos e tantos exemplos –, e isso aí dificulta algumas situações e negociações, inclusive em contratos com empresas, sejam privadas ou estatais.

Então, eu gostaria de deixar esse brado de alerta, porque há quase um ano e três meses nós estamos debruçados sobre essa questão, e ela não deu um passo adiante. Então, é hora de nós tomarmos uma decisão também terminativa para essa questão da regularização das outorgas das empresas de radiofonia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Chico Rodrigues, esse assunto já foi levantado ali no MCTIC, com o nosso Secretário de Radiodifusão, o Sr. Elifas. Eles têm feito um esforço, e isso já vem ao longo dos anos. Na última vez que nós fizemos o levantamento, havia mais de mil; então, hoje, se já está em 600,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eles fizeram uma força-tarefa, mas esses que devem estar em 600 devem ser os que estão com problema de documentação.

Então, vamos fazer essa força-tarefa, vamos fazer a reunião lá no MCTIC, fazer esses levantamentos. Já peço até à nossa Comissão, à nossa assessoria que faça, que realmente pegue essa questão para ser resolvida.

Se nós temos um dado aqui, em nossa Comissão, do ano de 2019, este ano, com certeza, será mais intenso do que 2019, não temos projeto nenhum parado aqui. Então, nós temos que dar sequência também no que passa aqui, no que tem que ser aprovado e regularizado, que é o caso que V. Exa. está falando.

Obrigado pela sugestão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradecendo a todos os membros, Itamar, Leomar, a todos os que trabalharam, Aguirre, a todos que trabalharam aqui para que esta reunião fosse o sucesso que foi.

Agradecendo a Deus por mais essa oportunidade.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e nove minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes e da Senadora Daniella Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Major Olímpio, Weverton, Flávio Arns, Paulo Rocha, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Luiz Pastore, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião destinada à eleição de Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conforme o disposto no artigo 88, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Gomes, comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 16/2020, da Liderança do Partido Progressistas (PP), indicando a Senadora Daniella Ribeiro para a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Com anuência do Plenário, a presidência proclama eleita Presidente da CCT, por aclamação, a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). Os Senadores Eduardo Gomes, Weverton, Confúcio Moura e a Senadora Daniella Ribeiro fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Daniella Ribeiro
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Bom-dia a todos!

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à eleição de Presidente desta Comissão, conforme disposto no art. 88, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico o Recebimento do Ofício nº 16, de 2020, da Liderança do Partido Progressistas, indicando a Senadora Daniella Ribeiro para a Presidência desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Passamos à eleição da Presidência.

Eu consulto às Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição da indicada por aclamação.

Dessa forma, os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Nós temos juízo!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Dessa forma, proclamo eleita, por aclamação, a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente da CCT. (*Palmas.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Por uma questão de mérito, eu queria aqui estender os meus sinceros cumprimentos e os meus parabéns ao Vanderlan, porque, no exercício do mandato dele, no ano passado principalmente, esta Comissão foi a que obteve um dos melhores desempenhos da Casa. A folha de trabalho que o Senador Vanderlan obteve, por sua liderança, sua criatividade, foi enorme. Então, a gente sente muito que ele, por motivos de ordem pessoal, não possa continuar à frente desta Comissão até o final do seu mandato. Por uma questão de reconhecimento, eu o cumprimento efusivamente.

De outra parte, fico muito feliz com a eleição da brilhante Senadora Daniella, que realmente é uma aglutinadora muito querida. Ela, por certo, dará continuidade, mesmo neste ano mais difícil, que é um ano eleitoral, que não terá o mesmo ritmo de reuniões como o do ano passado... Ela vai escolher as prioridades e terá o nosso irrestrito apoio.

Então, parabéns ao Vanderlan e parabéns à Senadora Daniella.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado.

Neste momento, também parabenizo e agradeço a convivência aqui, na Presidência desta Comissão, com o Senador Vanderlan, desejando a ele muito sucesso e agradecendo-lhe pelo brilhante trabalho prestado a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido a nossa Presidente, já que estou no exercício ilegal da função aqui. (*Risos.*)

Temos Presidente eleita! (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Bom-dia a todos e a todas!

Antes de tudo, eu gostaria de registrar aqui o trabalho do brilhante Senador Vanderlan Cardoso, nosso colega, que, com toda a certeza, vai trilhar, no novo caminho que ele escolheu, uma brilhante trajetória no Senado. Pode contar conosco – nós, pares – para ajudá-lo naquilo que tiver como missão.

Eu quero agradecer, de forma muito especial, ao presidente do meu partido, Senador Ciro Nogueira, pela confiança de sempre, pelo carinho de sempre, pelo apoio, por acreditar na minha capacidade para estar aqui e poder representar o nosso partido, o Progressistas, dentro desta Comissão.

Com toda certeza – quero lhe dizer, Presidente –, depois do PLC 79, o que vier será fácil! (*Risos.*)

E agradeço a todos vocês que estão aqui e que acompanharam essa luta do PLC 79, que era algo travado e tratado há mais de 3 anos, e que conseguimos – claro que não só a Daniella, de forma alguma, mas os nossos pares, os 81 Senadores – aprovar e fazer com que virasse lei, destravando a nova Lei de Telecomunicações. Então, isso foi um grande feito para esse ano.

Quero agradecer, Presidente, pela confiança e por estar aqui me prestigiando nesta manhã. Quero agradecer a todos os pares da Comissão. No dia a dia estamos juntos ali no Plenário, mas aqui na Comissão vamos ter muito trabalho a fazer. Embora seja ano eleitoral, a gente tem um compromisso maior com o nosso País. A gente sabe que as leis, muitas vezes, não vêm na mesma dinâmica da inovação e da tecnologia. Mas este é o nosso desafio: fazer com que as coisas aconteçam ao mesmo tempo.

Então, eu quero agradecer pelo voto, pela aclamação, de todos vocês, pela confiança – Senador Weverton, Senador Confúcio, Senador Styvenson e, mais uma vez, ao meu Presidente Ciro Nogueira.

Como eu tinha falado antes, quero cumprimentar toda a equipe que faz parte da Comissão de Ciência e Tecnologia e dizer que teremos muito trabalho. Sei da competência de vocês, daquilo que vocês têm trazido. Cumprimento também todos que aqui estão, aqueles que estão presente aqui conosco participando deste momento tão especial. Eu também os cumprimento e digo que haveremos de ter discussões importantes neste ano, como sobre o leilão do 5G e sobre tantas coisas de que esta Casa e esta Comissão irão tratar.

Por fim, como ser humano que sou, tenho sentimentos, quero agradecer a presença do meu filho, que é Secretário de Ciência e Tecnologia lá em Campina Grande, e que está ali atrás. Muita gente acha que ele não é meu filho, mas ele é. É aquele ali grandão. Dê a mão, Lucas! Eu juro que ele é meu filho. (*Risos.*)

É muito bom ter a presença da família também nos apoiando, bem como a presença da Diretora Geral do Parque Tecnológico lá de Campina Grande e tantos amigos que aqui estão, de Campina Grande, do nosso Estado e do Brasil como um todo, e que foram pegos de surpresa também, na realidade, diante desse novo momento.

Mais uma vez eu lhes agradeço.

Há muito trabalho pela frente. Com toda a força de uma paraibana, que tenho... Eu adoro desafios. Desafio é comigo mesma! Por isso é que acho que o Presidente disse: "Vá embora então!" Desafio é comigo mesma, assim como com vocês. Então, conto com vocês, porque ninguém faz nada sozinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por tudo. Vamos juntos neste novo momento aqui no Senado Federal.

Sem mais, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, mesmo encerrada a reunião, eu quero lhe desejar, claro, toda sorte, que eu sei que você vai ter, sucesso também, e parabenizar o Senador Vanderlan também, cumprimentá-lo – ele é um grande companheiro, colega, Presidente que fez também um grande trabalho aqui dentro.

E peço já para a nossa nova Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia o apoio do seu partido, o apoio dos membros desta Comissão, pois daqui a pouquinho, ali na CCJ, vão ser discutidos os fundos – a PEC dos Fundos –, e lá nós temos uma emenda, a Emenda nº 42, que é justamente para não extinguir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, que é um dos fundos mais importantes do Brasil para estimular a nossa ciência e tecnologia. É um fundo que existe há mais de 50 anos e nós não podemos deixar esse fundo ser extinto.

Então, o MDB já declarou...Falei agora há pouco com o Senador Eduardo Braga, que vai nos apoiar nessa emenda. É muito importante nós estarmos todos lá para defendermos não apenas a comunidade científica, mas defendermos o Brasil, porque o Brasil, sem investimento na ciência e tecnologia, é um país que vai estar sempre subordinado aí aos grandes países, que pensaram lá na frente e investiram no que é o futuro. Com certeza, nós podemos ainda correr atrás do que foi perdido.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pode contar conosco, Senador Weverton.

Quero dizer para você, Weverton, que caminhamos juntos. Agradeço as suas palavras e o seu carinho de sempre.

Vamos lá!

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e doze minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Luiz Pastore, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Lasier Martins, Leila Barros, Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Styvenson Valentim e Paulo Albuquerque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento 8/2020 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Instrução do PL 5028/2019 (Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais). Este encontro, que integrará um ciclo de três audiências, pretende debater as “experiências de pagamento por serviços ambientais”. **Participantes:** Sr. Marcos Sossai, Gerente do Programa Reflorestar (representante de: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo - SEAMA / ES); Sr. Fernando Cesar da Veiga Neto, Diretor de Conservação (representante de: The Nature Conservancy - TNC); Sr. Beto Mesquita, Diretor de Políticas e Relações Institucionais da BVRio; Sr. Tibério Magalhães Pinheiro, Superintendente de Implementação de Programas e Projetos - CGE I (representante de: Agência Nacional de Águas - ANA). Sr. Marcus Peixoto, Consultor Legislativo do Senado Federal. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 14, de 2020** que: "Requer a inclusão do Sr. Joaquim Álvaro Pereira Leite, Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, na audiência pública proposta pelo REQ 9/2020-CMA." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Fabiano Contarato. **ITEM 2 (EXTRAPAUTA) - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 16, de 2020** que: "Requer a inclusão de representante da Embrapa na Audiência Pública objeto do REQ 9/2020 CMA com o objetivo de instruir o PL 5028/2019" **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Fabiano Contarato. **ITEM 3 (EXTRAPAUTA) - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 15, de 2020** que: "Requer inclusão de convidado para a audiência pública de que trata o REQ 9/2020 - CMA" **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Fabiano Contarato. **ITEM 4 (EXTRAPAUTA) - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 12, de 2020** que: "Requer, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6479/2019, que institui a região da Costa Verde, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Fabiano Contarato. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos.

Agradeço a Deus pela oportunidade de realizar esta audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente.

Antes de iniciar esta audiência, não posso deixar de expressar minha indignação contra mais um ataque do Executivo ao art. 225 da Constituição Federal. A Portaria 43, de 21 de fevereiro de 2020, da Secretaria de Defesa Agropecuária, que estabelece prazos para aprovação tácita para atos públicos de liberação de responsabilidade da referida secretaria, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Especificamente, a portaria estabelece liberação tácita para 86 itens de responsabilidade daquela passa, entre eles o registro de produtos de origem animal não regulamentados, 120 dias; a aprovação de reformas e ampliações em estabelecimentos de produtos de origem animal, 60 dias; a certificação de exportação de produtos de origem animal, 15 dias; registro e renovação de estabelecimentos produtores de produtos destinados à alimentação animal, 180 a 90 dias; e registro de agrotóxicos e afins, 60 dias.

Quanto aos agrotóxicos, uma vez que a análise desses produtos é de responsabilidade de três pastas ministeriais, Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, entendemos que ainda subsistirá um mínimo de segurança, visto que a nova sistemática não interferirá nas aprovações de competência do Ibama e da Anvisa.

Preocupa-nos, no entanto, a mera possibilidade de que esses órgãos sigam nesse caminho perigoso das aprovações tácitas. O posicionamento do Governo tem sido o da flexibilização do uso desenfreado de agrotóxicos, alguns banidos em outros países. Infelizmente, ainda não vimos ações para promover a produção de orgânicos, tornando-os mais acessíveis a todos, distribuindo a riqueza por mais famílias produtoras e levando mais saúde às mesas dos brasileiros.

A citada portaria passa por um sinal de que o País não está empenhado em controlar o uso de agrotóxicos, o que facilita a vida dos contrabandistas desses produtos. Com o tempo, estará tudo liberado. A saúde dos cidadãos e a qualidade do solo e da água do País estão mais uma vez em xeque.

Relembro ainda todo o desmonte feito no Ministério do Meio Ambiente nos últimos meses. Mais recentemente, houve a decisão de exonerar vários profissionais atuantes na área de mudança do clima, já esvaziada pelo atual Governo. Não é possível que o Ministério do Meio Ambiente perca espaço na própria área ambiental. Com todo respeito, é um erro de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo que, diante desse cenário de crescentes ameaças ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ações para reconhecer os bons feitos em prol da conservação da nossa fauna e flora, sobretudo a vida humana, o bem jurídico mais precioso, são imprescindíveis neste momento.

É nesse contexto que faremos a discussão da audiência pública de hoje com a possibilidade próxima de instituirmos a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais. (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à realização...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador, tudo bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está bem, amigo. Obrigado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento 8, de 2020, CMA, de minha autoria, com o objetivo de instruir o PL 5.028, de 2019, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; altera as Leis 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Este encontro, o segundo de um ciclo de três audiências, pretende debater experiências de pagamentos por serviços ambientais; trazer à luz suas lições apreendidas e conhecer como o projeto em análise, nesta Casa, poderá reforçar os instrumentos de promoção de um melhor patamar ambiental, conciliado com o adequado desenvolvimento social e econômico.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate, e o relatório completo com todas as manifestações está disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, SGM, a Secretaria solicitará a desgravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à ata da presente reunião e auxiliem na instrução da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos e, antes de encerrarmos, se o tempo permitir, poderá apresentar suas considerações finais em cinco minutos.

A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários em cinco minutos após as exposições iniciais.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Sr. Marcos Sossai, Gerente do Programa Reflorestar, representando a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, a quem eu tenho muito orgulho aqui, neste momento, em demonstrar que o Espírito Santo tem um comprometimento e um comportamento muito positivo em defesa do meio ambiente, e esse, tenho certeza, vai abrilhantar esta audiência pública, falando que é, sim, possível nós termos uma experiência prática como a que vem sendo desenvolvida no Estado do Espírito Santo; o Sr. Tibério Magalhães Pinheiros, Superintendente de Implementação de Programas e Projetos – CGE I, representando a Agência Nacional de Águas (ANA); o Sr. Fernando Cesar da Veiga Neto, Diretor de Conservação TNC (The Nature Conservancy); o Sr. Beto Mesquita, Diretor de Políticas e Relações Institucionais da BVRio; e o Sr. Marcus Peixoto, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Agradeço a todos os palestrantes que aqui compareceram e quero, mais uma vez, sempre deixar claro que esta Comissão do Meio Ambiente é da população brasileira, é da comunidade científica, é das comunidades de base, é dos movimentos sociais.

Aqui, se o Parlamento não tem uma atuação decisiva e incisiva – às vezes, vários Parlamentares deixam de comparecer, quando deveriam, pois essa é a função deles –, aqui a população vai ter voz, aqui a sociedade civil também a terá, aqui as instituições, sejam do âmbito municipal, federal ou estadual, sejam na iniciativa privada, todos poderão fazer uso deste espaço como uma representação da democracia no verdadeiro Estado democrático de direito.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Marcos Sossai, para, em 15 minutos, expor a sua apresentação.

O SR. MARCOS SOSSAI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador, agradeço o convite. Fico honrado de estar aqui representando o nosso Estado e poder falar um pouquinho da nossa história nesse tema tão importante que é o Pagamento por Serviços Ambientais.

Vou falar rapidamente como nós atuamos e, sempre que possível, pautar fazendo correlação com alguns artigos do PL 5.028, para tentar ajudar na sua melhoria e aperfeiçoamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu gostaria de falar um pouco da nossa experiência. O Espírito Santo já vem discutindo o tema PSA há 16 anos, começamos a falar disso em 2004. Então, de lá para cá não preciso dizer que foram muitos erros e acertos, lições aprendidas, o que vem nos permitindo a cada ano amadurecer nesse tema e poder achar que a gente pode contribuir bastante aqui com essa audiência.

A nossa Lei de PSA foi a primeira lei estadual do Brasil, ela foi promulgada em 2008. Já passou por profundas alterações, mostrando que faz parte do jogo a gente acertar, errar e corrigir aquilo que for necessário. O Programa Reflorestar, que é um programa que eu posso dizer que é inovador, já está chegando ao seu nono ano de atuação e ele já atua usando o mecanismo aprimorado do PSA, que nós criamos em 2008.

Falando rapidinho do nosso Reflorestar, que é programa que executa o nosso PSA, ele tem um foco direto na questão da água. A gente apoia o plantio de floresta para trazer maior segurança hídrica para o nosso Estado. É importante dizer isso, porque, de acordo com as regiões do Brasil, a gente tem interesses diferenciados. A Amazônia, por exemplo, tem muita floresta e, portanto, o foco deles não é, talvez, plantar floresta; talvez seja manter a floresta. No nosso Estado, nós temos que recuperar a floresta e fazemos isso para que a água volte a infiltrar no solo e trazer os serviços ambientais que nós precisamos que a floresta forneça. E sempre que nós podemos nós associamos a floresta à geração de renda sustentável ao produtor rural, e isso vem funcionando a cada ano.

O nosso programa está estruturado em duas linhas de ações mais importantes. Uma é o monitoramento, sobre o qual não vou entrar em detalhes pelo tempo; a outra é o fomento, que é como nós convencemos o produtor rural a plantar floresta. Isso não é uma tarefa fácil, porque envolve convencimento, envolve custos, envolve trabalho. Então, a gente teve que desenvolver toda uma estratégia de convencimento, e o PSA, certamente, é a principal forma que nós utilizamos para convencê-lo. Vocês vão ver mais à frente que quanto ao nosso PSA, é um pouquinho diferente a forma como nós lidamos.

Sobre essas duas linhas há uma forte estrutura de gestão: temos um plano estratégico; temos um *business case;* temos um portal que nós desenvolvemos para gerenciar o programa. E chama atenção aqui, Senador, o nosso *business* case*,* porque foi dele que saiu... Foi um estudo superdetalhado de custos, que nós fizemos lá em 2011/2012, e, a partir dele, por exemplo, nós chegamos aos valores nosso PSA. Quer dizer, quanto custa uma cerca, quanto custa plantar uma floresta... A gente tirou desse *business case.*

Eu chamo atenção para isso porque, por exemplo, no art. 14 do PL, ele fala de um colegiado e fala que esse colegiado deverá fazer algumas ações, dentre elas propor a métrica de valoração, o que para nós hoje não faz tanto sentido porque nós já fizemos isso. Então, você propor algo que já existe pode até mesmo inviabilizar o que nós criamos com muito esforço. Então, é importante ver aquilo que está sendo proposto para que ele não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inviabilize aquilo que já funciona dentro de critérios técnicos, como nós fizemos no nosso Estado.

Aqui, é uma figura que mostra a nossa evolução a cada ano. Aqui, são dados do Programa Reflorestar. Nós o lançamos em 2011, passamos a operar em 2013, e ali aquelas colunas amarelas são atendimentos de novas propriedades rurais a cada ano. Dá para ver que a gente vem evoluindo a cada ano. São 33 no primeiro ano; 106 no segundo; 466 no terceiro; chegamos a mais de mil novos atendimentos em 2018. Estabilizamos neste ano em 820 e deve ficar entre isso e mil por ano, que é o que o recurso que nós temos nos permite fazer – tem a ver com recursos financeiros. No acumulado, nós temos hoje quase 4 mil propriedades rurais em atendimento com o PSA, o que nos traz mais de 10 mil hectares em recuperação – boa parte disso com florestas que geram renda sustentável ao produtor rural, o que é uma coisa muito importante.

Números interessantes: em média, cada propriedade rural consome R$20 mil de investimento do Estado, ao longo de cinco anos; e cada propriedade rural, em média, destina 2ha. a 2,5ha. para a recuperação, o que também, para o tamanho do Espírito Santo, é uma área bastante importante.

Essa figura, Senador e todos os presentes, mostra como o nosso PSA evoluiu de 2008 para cá. Na parte debaixo ali, quando nós criamos, em 2008, o nosso PSA, ele pagava somente remuneração pelo serviço ambiental gerado pela floresta existente. Essa é uma percepção mais tradicional do PSA, que remunera, de fato, o serviço ambiental gerado. Para nós, isso não funcionou, porque acreditávamos, na ocasião, que, ao pagar pela floresta existente, isso estimularia outros produtores rurais a plantar para poder também receber. Isso não aconteceu porque os valores eram muito baixos. Isso não estimulava ninguém a plantar. Nós mudamos, em 2012, e passamos a usar o PSA para capitalizar o produtor rural para que ele pudesse ter condição de comprar os insumos que são necessários – mudas, cerca, adubo –, para que ele pudesse plantar e, aí sim, gerar o serviço ambiental, quer dizer, a gente estava criando condição para que o serviço passasse a voltar a ser gerado. Então, é uma abordagem um pouco diferente e que pode ter impactos muito grandes nesse PL se a gente analisar dessa forma.

E, para ter uma ideia de volume, enquanto nós pagávamos cerca de R$300 por hectare pelo serviço ambiental gerado, nessa modalidade, nós pagamos até R$11 mil por hectare em três anos. É como se fosse um custeio. Não é, mas é como se fosse. Esse dinheiro é carimbado para que ele compre muda, compre cerca. Aí ele faz a recuperação e gera o serviço ambiental. Então, percebam que é uma abordagem diferente, uma visão diferente do PSA. Assim como a ANA tem uma abordagem diferente, que apoia barraginhas e outras coisas, nós também temos uma abordagem diferente do nosso PSA. E é importante dizer que nós não inventamos; nós copiamos. Em 2004, não tínhamos de quem copiar aqui no Brasil, copiamos da Costa Rica. Eles fazem algo parecido lá. A gente ajustou à nossa realidade. Fazemos isso aqui e vem funcionando muito bem no nosso Estado. Hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente só atende produtor rural que queira recuperar floresta. Aquele que quer só receber a gente não atende, porque a gente tem o foco principal em plantar floresta.

E aí eu associo esse eslaide ao art. 8º. O art. 8º, parágrafo único, veda que se use o recurso público para apoiar como PSA na beira do rio. Eu até entendo que, se a gente verificar – ali eu botei uma figura, Senador – aquela mata ali, essa área é uma área que realmente gera polêmica; quer dizer, é correto pagar pelo serviço ambiental que aquela mata fornece? Ela está na beira do rio, e ali protege. Esse é um assunto polêmico. Mas, se a gente olhar para baixo ali, do outro lado, a gente tem uma beira de rio sem mata. Agora será que a abordagem é a mesma ao analisar se está certo ou não recuperar aquela área ali? Hoje, no Estado, nós pagamos para manter aquela floresta e para recuperar a outra floresta. Então, para recuperar a floresta, eu entendo que a percepção deveria ser diferente, porque, senão, o Estado não pode apoiar recuperar nascente, não pode apoiar recuperar beira de rio e outras áreas que são importantes para a conservação do recurso hídrico.

E aqui eu chamo atenção de que o que importa para proteger, no caso, nossa água, biodiversidade é a questão técnica e não a questão legal. É claro que em uma área embargada, em uma área multada há ressalvas, mas em uma área em que não há esse tipo de coisa a gente tem que observar com outros olhos.

Aqui eu faço relação com outra questão do PL. O produtor rural – só para ilustrar –, no nosso caso, tem a contrapartida da mão de obra de preparar, plantar e cuidar. Nós apoiamos com recursos para a compra de insumos, e ele faz toda a mão de obra. No nosso caso, já estamos com 10 mil hectares nesse formato, que é uma coisa bastante interessante.

Ali eu citei, Senador, o art. 6º, porque o PL fala que é um dever da política promover a recuperação de áreas em algumas áreas importantes, como aquelas que formam, por exemplo, corredores ecológicos. Não existem áreas mais propícias a se formarem corredores ecológicos que beira de rios. Então, quer dizer, como o PL fala que não pode e, ao mesmo tempo, diz que tem que promover o plantio em áreas que gerem serviços ambientais importantes? Então, em alguns pontos, ele chega a ser contraditório se você entender que o PSA pode ser usado para apoiar o plantio e não só o reconhecimento da floresta.

Cito também aqui o art. 5º, das diretrizes do PSA. No inciso IV, ele fala que o PSA deve ser complementar a instrumentos de comando e controle. Então, eu também entendo que, você fazendo uma relação com áreas de APP e Reserva Legal, isso também é ser complementar. Não há nenhum problema de você fazer isso. E, no inciso VI, ele fala que a política tem que ser complementar a programas de Estados, Municípios etc. E eu não consigo ver complementariedade se ela vai levar à não possibilidade de fazer o que acontece hoje. Complementar é somar e não impedir que aconteça o que acontece hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a própria política, o próprio PL se contradiz em alguns pontos se você tiver uma visão mais ampla.

E aqui é uma visão bem importante, que eu falei agora há pouco: como nós definimos as áreas que são importantes para recuperar? É com base na lei ou é com base em critérios técnicos? Esse estudo é um exemplo bem interessante, que foi feito por uma parceira nossa, WRI Brasil. Aquele lago ali, Senador, vai ser formado – o senhor conhece a região – no Jucu. Naquela barragem que vai ser construída no Jucu, haverá aquele lago. Aplicamos um modelo matemático. Esse gráfico mostra esse modelo. E esse gráfico mostra que não precisa recuperar 20 mil hectares, 40 mil hectares para proteger esse corpo d'água que vai ser formado. Ele fala que eu tenho que recuperar 1,2 mil hectares e fala quais são esses hectares. No mapinha, essas manchinhas cinzas – eu dei aqui um *zoom* – são as áreas que o modelo mostra que eu preciso recuperar. E, ao recuperar essas áreas, ele fala que eu vou ter os melhores benefícios aplicando recurso público, quer dizer, eu vou reter mais sedimento, eu vou fazer infiltrar mais água no solo, eu vou ter os melhores benefícios aplicando recurso público. E faz conta. Ele mostra para nós também que, se eu recuperar esses 1,2 mil hectares, a empresa ou quem for gerir esse reservatório, que deverá ser a Cesan, no nosso caso, em 24 anos, deixará de gastar R$109 milhões, quer dizer, a gente mostra para o usuário que investir em plantio de floresta, em manter floresta é uma boa atividade econômica e não uma boa ação, como muitos pensam. A gente mostra que plantar floresta é uma boa opção de negócio também porque ela deixa de gastar. E, fazendo uma conta rápida aí, 109 milhões são de 4 a 5 milhões por ano. Isso paga a conta da região.

E aí a gente cumpre outra questão que está prevista no PL, que é o art. 4º: a política tem como objetivo incentivar a criação de mercado de serviços ambientais. Isso aqui é mercado de serviço ambiental. Você identifica o pagador, o usuário e mostra para ele que plantar floresta gera renda. Aí você cria o mercado, porque, hoje, quem paga é o Estado e, amanhã, quem vai pagar é o usuário. A intenção do nosso Estado é criar esses números para convencer o usuário de que ele pode pagar essa conta, que ele vai ter benefício com isso. Aí você cria esse ciclo de pagamento sustentável, que é uma pergunta que acontece muito e também está previsto lá no art. 5º, diretrizes: "o atendimento aos princípios do provedor-recebedor e do usuário-pagador". A gente também atende a isso aí, fazendo dessa forma.

Já encerrando a minha fala – o tempo é bastante curto –, aqui a gente está fazendo esse estudo, Senador, para mais de 60 microbacias do Espírito Santo. A gente está repetindo isso aqui que eu mostrei em várias microbacias do Espírito Santo, sempre a montante de pontos de captação de água da Cesan, dos SAAEs, de privados para mostrar que é viável, para identificar quais são as áreas prioritárias e quanto vai haver de retorno econômico se aquelas áreas foram recuperadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, apenas fazendo ali um exercício, quer dizer, o modelo não faz distinção se a área importante é ou não é protegida pela lei. Ele apenas diz quais são as áreas importantes. E ali, se você fizer uma análise, você vê que parte delas estão na beira do rio, estão em torno de nascentes, estão nas encostas, quer dizer, estão nas APPs e nas reservas legais. Então, eu defendo aqui que o critério para definir o que é prioritário são os estudos e não as questões de ordem legal, embora, em alguns casos, possam se aplicar, mas não neste, entendo eu.

Bom, basicamente, eu queria passar esse recado. Eu tenho muito para falar, mas o tempo é curto. Eu espero ter contribuído. Esses são os nossos parceiros. Eu agradeço mais uma vez a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Marcos Sossai, pela forma didática e prática que apresentou.

Neste momento, quero registrar e agradecer a participação do Senador Jayme Campos e do Senador Jaques Wagner, que sempre, na medida da possibilidade, estão aqui, abrilhantando e prestigiando a Comissão de Meio Ambiente. Eu fico muito orgulhoso de vê-los aqui.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Tibério Magalhães Pinheiro, da Superintendência de Implementação de Programas e Projetos da ANA.

O SR. TIBÉRIO MAGALHÃES PINHEIRO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Agradeço o convite, Senador Fabiano, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Bom dia aos Senadores presentes e a todos que estão aqui assistindo. É minha primeira vez fazendo uma apresentação no Senado, e fico muito feliz que esteja aqui na Comissão de Meio Ambiente um tema tão caro para a Agência Nacional de Águas.

Bom, eu vou tentar abordar de uma forma... Vai ficar um pouco difícil porque o Marcos foi bem rápido e didático. A minha está um pouco mais... Mas acho que deixou um pouquinho de tempo para eu contar um pouco da experiência da ANA (Agência Nacional de Águas) com o Programa Produtor de Água ao longo dos anos. A ANA faz 20 anos neste ano, e o programa tem praticamente essa idade. Então, nós temos diversas lições aprendidas, que eu acho interessante compartilhar. E, de antemão, já nos colocamos – já conversamos – à disposição para discutir de forma mais técnica posteriormente. Há alguns encaminhamentos no PL que a gente acha que deveriam ser modificados. O PL chegou à agência essa semana de forma oficial para que a gente faça um parecer. E nós faremos ainda na maior celeridade possível.

Bom, a missão. Por que a ANA trabalha com programa dessa natureza? A missão da ANA é garantir segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Com essa missão tão nobre, nós temos diversas iniciativas – dentre elas, destacamos, que é o objeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do nosso estudo hoje, da nossa apresentação, o Programa Produtor de Água, que é um programa de adesão voluntária, que tem como público os produtores rurais que adotem práticas e manejos conservacionistas e de melhoria tanto da cobertura vegetal, para diminuir a efetiva erosão aos nossos corpos hídricos, quanto da sedimentação e, principalmente, aumentar a infiltração de água no solo. Esses produtores são beneficiados por meio de Pagamento por Serviços Ambientais, segundo o conceito do provedor-recebedor.

Então, em toda a nossa lógica aqui, o programa é estruturado em cima de uma lógica de PSA. O cerne da questão, o cerne do Programa Produtor de Água é o conceito, é a utilização do instrumento de Pagamento por Serviços Ambientais. Ele tem como objetivo, como eu falei, essa melhoria da qualidade. Você vai, aí, como o próprio Marcos citou ali de forma muito didática, diminuir essa erosão, essa carreação de solo para os corpos hídricos, você vai ter diminuição no custo de tratamento para as empresas de saneamento, você vai melhorar a qualidade dos nossos mananciais, você vai diminuir o assoreamento em reservatórios, aumentando a vida útil desses empreendimentos. Você vai, por outro lado, aumentar a oferta... Quando você trabalha a infiltração de água no solo, você vai melhorar essa... A infiltração melhora o nosso escoamento de base em regiões sedimentares. Eu sou do Ceará. Então, para a gente conseguir ter esse tipo de escoamento de base, nós construímos reservatórios, para um solo muito cristalino. Mas, aqui na Região Sudeste, Centro-Oeste, nós temos muita capacidade de infiltração no solo, desde que bem manejado, desde que trabalhado.

Principalmente, há outra questão importante que eu acho que vem ganhando muita repercussão, tanto é que estamos hoje aqui no Senado discutindo uma matéria tão nobre: é a conscientização da população, a conscientização dos produtores. Os grandes centros urbanos são abastecidos por mananciais que, muitas vezes, estão no campo e estão sendo assoreados. A gente não faz ideia de como... Nós, aqui em Brasília... Sou cearense, saí de lá, e nunca imaginei que iria passar por um racionamento aqui em Brasília, e passei. Então, passamos por dificuldades no abastecimento de água por quê? Porque muitas vezes os nossos mananciais estão ficando sem capacidade de infiltração. Então, toda chuva que cai – passa um ano para o outro – causa inclusive desastres, mas não se infiltra.

O programa é calcado em apoio técnico e financeiro. Aí a gente já começa um pouco com as diferenças, Marcos, com relação ao próprio programa e à iniciativa. Acho que são muito complementares. O Programa Produtor de Água, talvez, seja uma somatória das iniciativas que aconteceram no Brasil, ao longo dos anos. Nós trabalhamos com diversas ações: construção de terraço e bacias de infiltração, as famosas barraginhas; adequação de estradas; proteção de nascentes.

Aqui eu queria frisar uma coisa da qual a gente sempre fala e que já está quase na mente da população: a proteção das nascentes. Se faz aquela proteção, aquele cercamento. O próprio Código Florestal trata muito disso, da proteção – a gente estava conversando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre isso aqui antes. Mas a gente sempre se esquece da zona de recarga. O meu amigo Devanir sempre faz uma analogia de que a nascente é a torneira, e a zona de recarga é a caixa d'água. Se a gente não trabalhar a zona de recarga, se a gente não trabalhar essas áreas que geralmente são áreas onde estão acontecendo a produção agrícola, a gente não vai ter infiltração, e a nascente, por mais bem cercada e conservada, vai secar. Isso, às vezes, não fica muito claro quando a gente vai trabalhar, inclusive em meios técnicos. Você vê em alguns Estados programas, sempre, de proteção de nascentes sem o foco na zona de recarga. Então, é o reflorestamento, o saneamento rural, a adoção de manejo e as práticas agrícolas diferenciadas mais sustentáveis.

Aqui a gente trouxe algumas fotos de projetos, de práticas de caráter mecânico, terraço e plantio em nível, adequação de estradas rurais. Então, aqui, você vê uma estrada em que, durante o período de chuva, todo o cascalho, todo o sedimento, vai correr. Você vai ter problemas tanto porque esse sedimento vai parar nos nossos corpos hídricos como também porque vai haver dificuldades para o produtor rural utilizar o investimento que foi feito nessas estradas. Ali nós temos estradas sustentáveis, com barraginhas para a infiltração de água, práticas conservacionistas de caráter vegetativo.

Na própria manutenção das florestas, no reflorestamento, a gente entende que... Concordo que são temas muito acalorados: a questão do pagamento por serviços ambientais em manutenção de florestas. Muitas vezes a gente está atrás de recuperar... Mas a gente entende que o próprio Código Florestal, quando ele delimita aquelas áreas, elas são as áreas mais importantes do ponto de vista de serviços ambientais. Então, se você as esquecer e for trabalhar em outras áreas com menos potencial, a gente entende que não é inteligente. Você tem que fechar este ciclo: manter, conservar e avançar em áreas que precisam ser recuperadas.

O plantio direto. Aqui há uma questão interessante que eu acho um diferencial do Programa Produtor de Água: é trabalhar com o agricultor na mudança de cultura. É imaginar que aquela aquicultura – e muitas vezes, nós estamos falando de pequenos agricultores que tiram o sustento daquilo ali –, se bem operada, se bem manejada, pode ter um papel importante do ponto de vista da infiltração e trazer ganhos hídricos para a bacia.

A gente vê aqui o manejo de pastagem, como deveria ser feito.

As premissas, como a gente falou aqui, vêm do estabelecimento de um arranjo local para o pagamento de serviços ambientais. Aí, a nossa experiência, ao longo dos anos, tem sido a de que... Nós temos um manual operativo do programa aprovado pelo diretoria colegiada da Ana. Então, vamos imaginar o Programa Produtor de Água como sendo a grande diretriz da agência, das normas de referência, mas cada projeto vai ser um projeto, cada realidade local vai ser uma realidade local. Nós temos projetos aqui no Pipiripau, no DF, no Descoberto, em que temos 20, quase 30, instituições presentes. E temos projetos lá no interior de Minas, no próprio Espírito Santo, em que nós temos, às vezes, dois ou três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceiros, uma universidade, o Estado, a prefeitura, e há certa dificuldade. Então, cada projeto vai ter as suas características. Ele é baseado na questão da remuneração, proporcional ao serviço prestado, imaginando que esse serviço tenha um ganho, uma externalidade para a bacia, para a população de uma forma geral. É preciso buscar sempre monitorar esses resultados para que a gente possa pagar, de fato, o que foi pactuado – e com certificação.

Uma questão importantíssima é a assistência técnica aos produtores rurais. Isso é uma coisa com a qual, ao longo dos anos, nós temos tido dificuldades. As assistências técnicas, no País, têm sido um pouco diminuídas. Então, nós temos dificuldades de ter isso para os produtores rurais. Trazer essa conscientização é sempre a primeira porta de entrada na fazenda de um produtor, na propriedade rural. Existe uma certa desconfiança do Poder Público quando vai ao produtor rural. Existe aquele primeiro receio sobre o que está vindo fazer aqui, acho que sempre baseado na questão do comando e do controle. Então, a gente precisa estabelecer. E a assistência técnica tem jogado um papel importante na adoção de práticas sustentáveis, sempre tendo como diretriz básica – afinal nós somos da Agência Nacional de Águas e a Lei 9.433 traz isso – a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Muitas vezes a gente quer trabalhar só o reservatório, só as áreas, e não pensa na bacia hidrográfica como um todo. Então, para a questão hídrica é essencial que a bacia hidrográfica seja a unidade de planejamento de projetos dessa natureza.

Aqui, Senador, estou tentando focar sempre – até no nome já se diz isso – em produtor de água, Agência Nacional de Águas, sem querer excluir as diversas outras possibilidades de biodiversidade, de fauna, de flora. Assim, o nosso foco é realmente a questão hídrica. É lógico que temos externalidades positivas em projetos dessa natureza, mas o foco essencial é a questão da água.

Então, as estratégias... Vou tentar passar um pouquinho porque a minha apresentação ficou um pouco longa.

A gente tem custos de referência para cada um desses projetos. Após esses custos pactuados entre os atores locais, nós trabalhamos os projetos individuais de propriedade. Após isso, após as ações serem implementadas, verificar, certificar e pagar por esse serviço. Então, aqui a gente trouxe o exemplo de um projeto na Bacia do Pipiripau. Aqui é a propriedade, a identificação da área, do produtor. Após isso, você faz um levantamento do uso atual do solo – é na época isso aí. A partir disso, você trabalha um projeto individual daquela propriedade, um projeto, vamos dizer assim, ótimo para aquele produtor tanto continuar produzindo, respeitar as questões legais, quanto conseguir recuperar áreas que a gente acha importantes. A partir disso, o produtor vai executar as ações. Isso é pactuado, como a gente sempre falou, é de adesão voluntária. Então, ele vai escolher, dali, o que vai fazer. Quanto mais ele fizer, mais ele recebe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente trouxe um exemplo. Aqui é muito claro e toca muito na questão em que o Marcos tocou, principalmente lá do parágrafo único, art. 8º, do projeto de lei que é... Bom, para cada projeto a gente vai discutir a valoração a que o produtor vai fazer jus. A gente trouxe aqui o exemplo real de um projeto lá em Minas Gerais, na cidade de Capitólio. É o Projeto Ambrósio, no Córrego Ambrósio. É uma área de muita pecuária. Estabeleceu-se a UGP... Para cada projeto a gente estabelece uma Unidade de Gerenciamento do Projeto. Ela entendeu que por uma questão de... É uma área de muita pecuária e estabeleceu-se aí, como um custo de oportunidade daquela área... O aluguel de uma pastagem anual era de R$400,00. Estabeleceu-se esse valor de R$400,00 por hectare/ano. A partir daí, para cada modalidade de intervenção que o produtor se pactuar a fazer, ele vai ter um percentual referente a esse valor. Esse percentual diz respeito a quê? Ao impacto que ele está causando na questão hídrica. Então, você vai lá: Modalidade 1 – recuperação e preservação de APP de nascentes; Modalidade 2 – recuperação e preservação de APP de curso de água; recuperação de preservação de área de recarga; recuperação e preservação de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIBÉRIO MAGALHÃES PINHEIRO – ... reserva legal.

Pode continuar?

Modalidade 5 – conservação do solo, saneamento básico e ambiental. Então, para cada um, você vai ver que você vai ter 1% do valor de referência, 5%, 50%, 75%, até 100%. Então, se estabelece esse valor e, para cada propriedade, se firma um contrato. Ele sabe que, se fizer aquilo, recebe aquele valor, de antemão. Então, para cada um dos nossos projetos, se estabelece alguma metodologia. E aí se cai, um pouco, na dificuldade dessas legislações mais amplas. Para se estabelecer esses valores, vamos ter que levar em conta as especificidades regionais e locais.

Então, aqui existe um resumo do que a gente faz. A gente tenta identificar essa parceria, engajar os atores locais na bacia. A partir disso, elaborar um diagnóstico socioambiental da bacia, engajar os proprietários rurais, fazer essa valoração econômica do serviço ambiental para que a gente saiba o valor do PSA a ser pago. A partir disso, a gente vai ter que ter um arcabouço legal específico para suportar aquele PSA. Então, quem vai pagar, como vai pagar, qual é a legislação, qual é o fundo criado. E aqui a gente tem uma questão interessante: a ANA nunca pagou nem pagará pelos serviços ambientais. A gente sempre entendeu, desde o início, que isso tinha que ser uma característica local de alguém que, como a própria companhia de saneamento que está se beneficiando daquele projeto, tem que arcar com aqueles custos. Então, a ANA ajuda em todas as outras etapas do processo, tanto técnico como financeiro, mas não paga pelos serviços ambientais, não saem recursos da União para isso. A gente entende que tem que ser um arranjo local e que tem que se identificar tanto o provedor-recebedor, como o usuário-pagador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir disso, faz-se um edital, chamam-se os projetos, selecionam-se os projetos, celebra-se o contato com base já muito clara dos valores a serem recebidos, implantam-se as ações, certificam-se e se validam as metas, e se efetiva o pagamento com monitoramento contínuo desse ciclo.

A partir disso, ao longo dos anos, nós tivemos fontes de financiamento as mais diversas possíveis, como Orçamento da União, dos Estados e Municípios, fundos estaduais, TACs do Ministério Público, cobrança pelo uso dos recursos hídricos, empresa de saneamento, geração de energia. Então, a gente conseguiu fazer uma matriz muito grande de possíveis pagadores para que se efetivasse projeto dessa natureza.

Na linha do tempo, como eu falei, a ANA faz 20 anos. Em torno de 2001, a gente já começou a concepção do programa. Em 2006, nós tivemos assim a primeira aplicação mais robusta, que é o Projeto Conservador das Águas em Extrema, no qual a ANA entrou. É um projeto exitoso, conhecido mundialmente. Em 2011, a gente começou a fazer chamamentos públicos para Municípios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIBÉRIO MAGALHÃES PINHEIRO – ... com projetos dessa natureza. Em 2013, a diretoria aprovou as normas do manual operativo do programa. Em 2014, houve o segundo chamamento público. Em 2015, a gente aprovou uma agenda mais ampla na diretoria colegiada da ANA que trata do uso sustentável de água e solo. Em 2017, fizemos o terceiro chamamento. Então, acelerando um pouco aqui, a gente trabalha hoje, Senador, sempre buscando dar escala.

Eu acho que eu vou tentar aqui ir para os desafios.

Então, há a localização dos projetos. Hoje, temos 78 iniciativas. Nós temos esse desafio de dar abrangência para projetos dessa natureza. Então, a ANA aqui tem buscado o quê? Atuar com as secretarias estaduais, com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e os comitês de bacia, buscando dar essa abrangência, aprimorar o monitoramento, ampliar essas fontes de financiamento – a discussão de uma legislação como essa, eu acho, dá muita segurança para que a gente avance nisso –, e buscando a melhoria da assistência técnica rural, a capacitação dos produtores e técnicos envolvidos em problemas dessa natureza e a adaptação de programa em face das adversidades regionais.

Aqui a gente trouxe uma coisa interessante, que são algumas logomarcas mostrando os projetos, nos quais não se vê a marca de instituições. Eles criam uma identidade própria. Nessa forma de se construir com parceria, você traz projetos em que todos os parceiros se sentem donos daquele projeto, daquelas iniciativas, e isso traz um ganho, a meu ver, traz uma perenidade, uma sustentabilidade a projetos dessa natureza. Então, há projetos, dos mais diversos, no quais você não tem a logomarca do Estado, o brasão do Município. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos, são iniciativas que trazem diversas instituições parceiras, e cada um ajuda e contribui da forma que pode.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Tibério. Peço perdão pelo tempo exíguo, senão todos não têm como participar. Agradeço-lhe.

E imediatamente passo a palavra ao Sr. Fernando Veiga.

O SR. FERNANDO CESAR DA VEIGA NETO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Inicialmente eu gostaria de agradecer o convite realizado pelo Senador Contarato para que a gente possa aqui também contribuir para a discussão desse PL, de fundamental importância para todos nós, para poder avançar exatamente com o tema de Pagamento a Serviços Ambientais, que é um tema crucial no processo nosso de estabelecimento de leis ambientais importantes para o País.

Eu fico muito confortável e muito satisfeito de falar logo depois do Tibério e do Sossai. A gente vem trabalhando juntos na ANA, TNC/ANA, no Estado do Espírito Santo, nessa agenda, há muitos anos, com vários outros parceiros. E a mim me coube uma tarefa muito gratificante, que é exatamente apresentar um pouco o exemplo de Extrema, que tem sido uma referência nesse processo ao longo de todos os anos. A TNC participou desse processo também desde o início, com parceiros aí como a ANA, o Estado de Minas Gerais e vários outros parceiros, ao longo dos anos, e segue sendo uma referência importante no momento desta discussão.

E a ideia é exatamente fazer uma passagem rápida pelo Programa Extrema e depois a gente fazer algumas contribuições, algumas sugestões, baseadas numa discussão coletiva que a gente vem fazendo na coalizão Brasil, clima, florestas e agricultura, exatamente com essa ideia de trazer as contribuições dos setores ambientais e rurais para essa discussão.

Acerca desse Projeto Extrema, Extrema é uma cidade localizada no sul de Minas, na Serra da Mantiqueira. É uma cidade aproximadamente com 30 mil habitantes e que vem desenvolvendo e implementando esse projeto desde 2005. Na verdade, esse é um projeto que foi construído a partir de finais da década de 90, quando a Prefeitura começou, através de um programa, a se preparar. Aí tanto aqui o Tibério quanto o Sossai mostraram exatamente tudo o que é necessário para montar um programa dessa natureza.

Extrema veio, ao longo dos anos anteriores, com a lei, se preparando para isso, através de mapeamento, através de levantamentos, de informação, etc., etc. E, em 2005, criou-se a primeira Lei Municipal de Serviços Ambientais, fortemente baseada no conceito do Produtor de Água, também gerado pela ANA em 2002. Ou seja, foi o primeiro momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que a ANA lançou o conceito do produtor de água. E essa lei, exatamente a partir de 2005, começou a ser implementada e foi efetivamente uma luz e uma inspiração para vários outros Municípios e para outros Estados no processo de implementação dos diferentes sistemas de pagamento de serviços ambientais, ao longo dos anos.

É um programa que, apesar de ter um foco bastante grande na questão da água, ele não visa apenas a água, pois ele trata do conjunto maior de serviços ambientais, como a parte de solos, de biodiversidade, água e clima, e mais recentemente, cada vez mais fortemente, a questão de clima também, o que é bastante interessante e a gente pode comentar alguma coisa rapidamente também no final.

Um ponto fundamental que eu acho que foi também um marco muito importante de Extrema, é que foi a primeira vez em que um produtor rural brasileiro recebeu não porque estava plantando milho, porque estava plantando feijão ou soja, mas porque estava gerando água, o serviço ambiental água a uma população. Basicamente aqui a gente está falando que Extrema faz parte do conjunto de Municípios que fornece água para a grande São Paulo, quer dizer, para o Sistema Cantareira, que são 9 milhões de pessoas. E aqui houve claramente um reconhecimento explícito do valor e do benefício gerado por esses produtores nesse momento.

Então, em abril de 2007, foi o primeiro momento em que efetivamente se concretizou um pagamento real a um produtor rural pelo fato de estar fornecendo um serviço ambiental, além da sua porteira. Isso, de fato, foi um marco.

Há aqui apenas algumas fotos mostrando um pouco também não só em relação ao benefício econômico, social e econômico gerado para o produtor, mas também como isso aparece e se desenvolve na bacia. Aqui também, retornando um pouquinho o ponto levantado pelo Tibério, a abordagem foi fundamentalmente uma abordagem de bacia ou de microbacia. No caso de Extrema, são sete microbacias que foram mapeadas e que foram trabalhadas ao longo dos anos, com resultados espetaculares do ponto de vista de recuperação. A gente tem aí um programa com imagens desses 3 anos de trabalho. Há outro aqui também bacana, fundamentalmente mostrando que há um retorno importante nesse processo, que há benefícios concretos sendo gerados através desse projeto.

Um ponto importante a mencionar, no caso de Extrema, que também se relaciona com vários outros programas também, que o planejamento do programa é sempre pensado em nível de propriedade. Ou seja, nunca é um processo apenas focado em alguns aspectos da propriedade, mas sempre um pensamento um pouco mais amplo, que vai desde a recuperação de APPs até a conservação de nascentes, até a área de conservação de floresta em pé, até práticas de conservação do solo, construção de barragenzinhas, e que foi interessante porque exatamente toda essa soma e esse aporte dos diferentes parceiros permitiu que se pensasse num programa dessa maneira bastante holística, olhando a propriedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De uma maneira também mais sintética, a gente teve vários resultados, mas alguns aqui que me parece importante ressaltar hoje é que, desde o início, através da lei municipal, estabeleceu-se uma área pelo valor do PSA pago a cada hectare. O importante, no caso de Extrema, é que o valor é pago à propriedade total, nunca a uma determinada atividade. Ou seja, se combina e se acorda um pacote de intervenções e, uma vez que o produtor siga esse pacote de intervenções, o valor é realizado em nível de propriedade, em todos os hectares da propriedade.

Neste momento, a gente tem alguma coisa em torno de R$800 mil sendo previstos para este ano e, ao longo do programa, já foram pagos aproximadamente R$5 milhões para os produtores, como pagamento pelo serviço ambiental, sem considerar aí todo o pacote de insumos e de tecnologia, etc., que foi também fornecido.

Há aproximadamente 255 produtores com contratos assinados. Ou seja, não estamos falando de um Município pequeno aqui, com atuação em todo o território. E também, a partir de um determinado momento, não só a ação ambiental foi focada na questão do serviço ambiental, mas também na aquisição adicional para estabelecimento de algumas áreas protegidas municipais, na criação de parques municipais basicamente.

Aqui me parece um ponto importante que também se correlaciona bastante com o PL, que é exatamente essa visão um pouco mais ampla também e essa visão de gestão local. Então, a política de pagamento de serviços ambientais, na verdade, é vista como um meio exatamente para se atingirem os resultados e impactos ambientais que se espera para o Município.

Então, é importante a gente se lembrar sempre disso: o serviço ambiental não é um fim em sim mesmo, mas fundamentalmente ele cria um incentivo econômico para que a gente chegue a objetivos ambientais que a gente persegue e que deve estar sempre coordenado e concatenado com outras ações também de políticas ambientais.

No caso de Extrema, isso se traduz numa política de mudanças climáticas, também buscando trazer outras inovações, e que Extrema vem gerando nesse sentido. E voltando um pouco ao ponto do mercado de serviços ambientais, então trazendo indústria, trazendo cidadãos para fazer parte desse processo de geração de recurso para, através da questão de clima, através, por exemplo, de cobrança no IPVA e no IPTU que revertam, tornando assim as cidades carboneutras, os carros carboneutros, e os cidadãos carboneutros, e que isso possa gerar renda para financiar o processo no campo.

Quer dizer, também assim toda e qualquer empresa que se estabelece em Extrema, de uma certa maneira, tem que ser carboneutra. E isso gera também recursos que permitem o processo de reflorestamento. Ou seja, vão se juntando diferentes estratégias que permitem exatamente o financiamento do programa e uma visão ambiental um pouco mais ampla.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A política de meio ambiente, o licenciamento ambiental municipal, um sistema de unidades de conservação, também um plano de saneamento. É importante lembrar que, dentro dessa política de serviços ambientais, você acaba criando uma maior aproximação com o produtor rural e, com isso, está se gerando oportunidade para outras ações. O saneamento rural também faz parte desse pacote dentro da política de serviço ambiental municipal. E, evidentemente, uma política de educação para a sustentabilidade que permeia todo esse trabalho.

Um ponto importante aqui – e aí retornando um pouco a um ponto que o Sossai levantou – é exatamente essa questão da importância – e aí voltando e fazendo essa discussão com o projeto de lei – da governança local, a importância de como a gente permite, dentro de uma política mais ampla de cada Município e cada Estado, inovar nos seus processos, para que possam exatamente permitir que as iniciativas possam surgir de diferentes maneiras, mas sempre tendo uma mesma lógica. É um pouco o que a gente vê também aqui, quer dizer, esse processo de governança, de governabilidade, para que cada Município possa ter seus planos, projetos e programas dentro de um arcabouço legal que converse com uma política mais ampla, não é? E a capacidade técnica que permita também esse ganho de escala que todos nós buscamos.

Para finalizar, mais especificamente no tema de Extrema e fazendo gancho com a questão do ganho de escala, é exatamente... Uma pergunta que a gente sempre se faz é isto: Extrema tem já aí, como a gente viu, 13 anos de implementação, e sempre é um desafio como conseguir que a experiência de Extrema seja replicada. Através desse concertamento de atores que vêm trabalhando juntos há bastante tempo ali, a gente vem também agora desenvolvendo, implementando e avançando exatamente num processo que seria, vamos dizer, a replicação em larga escala do programa de Extrema na Mantiqueira que a gente chamou de Conservador da Mantiqueira, com todos os parceiros que a gente tem aqui elencados, sempre com a liderança – e aí mirando um pouco nesse exemplo de Extrema –, para que a gente possa chegar aí exatamente atingindo uma região maior e seguindo basicamente a mesma lógica, mas sempre entendendo que cada Município vai ter um pouco o seu arranjo local de uma maneira um pouco mais específica.

E aí, na verdade, eu acho que é interessante esse exemplo do Extrema porque – novamente, aqui, voltando um pouco às outras apresentações – a gente já tem muita bagagem acumulada, já tem muita experiência acumulada, e é importante a gente olhar para elas exatamente e ver como elas informam, Senador, o processo, para ver como é que a gente avança daqui para frente.

E aqui estão algumas reflexões que esse grupo da coalizão fez baseado na experiência de Extrema e em outras experiências, como a do Espírito Santo, do Produtor de Água e outras tantas. São exatamente como sugestões e como parte do debate, para a gente buscar a melhor lei de PSA que a gente possa ter em nível federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns comentários aqui em que a gente pode, depois, descer um pouco mais no detalhe.

A primeira sugestão. Da maneira como está estruturado o projeto de lei hoje, a gente entende que existem vários aspectos do projeto de lei que talvez fizessem mais sentido dentro de um programa federal, do que exatamente com uma política nacional. E é exatamente por isto: porque, de alguma forma, eles engessam um pouco essa possibilidade de flexibilização ou de flexibilidade que cada ente da Federação, que cada ente público municipal, estadual pode desenvolver.

Então, a gente entende que, idealmente, seria bom que a gente tivesse realmente algumas questões mais gerais, alguns conceitos, e que a gente tivesse essa segurança jurídica mais ampla, mas que os detalhes ficassem mais no nível eventualmente de um programa federal que permitisse essa possibilidade de que cada ente da Federação tivesse o seu próprio esquema. Então, basicamente, isso é um pouco do que a gente está colocando aí.

E, fundamentalmente, o que seria o pior cenário é que, se a gente mantivesse o texto atual, que esse texto brecasse, impedisse ou de alguma maneira perturbasse o desenvolvimento do que a gente tem em implementação hoje, não é?

Um outro ponto que já está bem refletido na lei, mas que é sempre importante ressaltar, é o de que a gente possa efetivamente reconhecer que serviços ambientais gerados em sistemas agrícolas, agroflorestais e agrossilvopastoris...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO CESAR DA VEIGA NETO – ... conduzidos sob manejo sustentável, possam exatamente se aplicar a todos os serviços ambientais – nós estamos falando aqui de carbono, água, biodiversidade e tal.

Um ponto importante é exatamente a questão da autonomia dos planos e programas.

E, na questão do colegiado – o Sossai e o Tibério também mencionaram isto –, também a questão das métricas, não é? Ou seja, as métricas são muito particulares a cada programa. Então, são os valores aplicados, o que vai ser de fato pago ou não. Quer dizer, cada programa tem suas particularidades, e é importante que a gente reconheça isso a todo tempo. Então, é por isso que está sublinhada essa "autonomia dos planos e programas". É fundamental que a gente respeite isso.

E também é importante que a gente possa reconhecer, no colegiado que se forme dentro do processo do órgão colegiado... Que a gente efetivamente tenha uma boa representação da sociedade civil, entendendo isso como fundamental para qualquer boa implementação de uma política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é outro ponto importante que também é sempre discutido – e que também foi levantado nas apresentações anteriores. A gente tem o Código Florestal, que define as áreas prioritárias. A gente entende também exatamente que essas áreas são aquelas áreas prioritárias na geração de serviços ambientais. E, por isso, na verdade, a gente deve entender a adicionalidade aqui muito mais como um incentivo econômico que permita que os produtores se sintam estimulados a trabalhar mais fortemente nessas áreas, que permita a recuperação – como bem exemplificou aqui o programa do Espírito Santo e o Produtor de Água. Então, é importante que a gente tenha essa visão da adicionalidade – muito mais ou exatamente – como um incentivo econômico para o que se espera daqueles que estão recuperando e daqueles que estão conservando.

E, para finalizar, um ponto superimportante: se a gente entende o projeto de lei também como dentro da expectativa, que vai gerar e facilitar o mercado de serviços ambientais, que vai gerar e estimular a participação da iniciativa privada nesse processo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO CESAR DA VEIGA NETO – É um ponto importante – e aí mais do ponto de vista legal – que os contratos... Quer dizer, que a gente preveja que os contratos sejam associados à terra e não ao produtor em si, porque isso permite contratos de longo prazo, especialmente no mercado de carbono, em que isso é um tema central, porque nós estamos falando, às vezes, de contratos de 20 anos e 30 anos. Em termos de segurança jurídica, é importante que a gente tenha possibilidade de que esse contrato seja amarrado à terra, para que, se o produtor vender a propriedade e existir qualquer processo de sucessão, isso esteja no contrato, porque senão cria-se uma insegurança jurídica muito grande, especialmente para a iniciativa privada pensando em investimento de longo prazo. Isso é um ponto bastante crucial no processo do PL.

Basicamente é isso. E fico à disposição para mais discussões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Fernando.

Agora, com a palavra, o Sr. Beto Mesquita.

O SR. BETO MESQUITA (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos.

É uma honra poder estar aqui, mais uma vez, na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, agora para comentar um pouquinho sobre o projeto de lei da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Eu não vou usar uma apresentação. Eu trouxe aqui algumas notas e queria compartilhar um pouco algumas reflexões que permeiam esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar por um ponto... Aliás, queria começar por dois pontos polêmicos, tentando desmistificar um pouco estes dois pontos.

O primeiro deles tem a ver com uma definição conceitual – que alguns especialistas preferem não fazer porque entendem que ela não é conceitualmente diferente, mas eu prefiro fazer essa diferenciação até para poder ajudar a desconstruir o mito – de que o conceito de pagamento por serviços ambientais implica monetização da natureza ou privatização da natureza, dos bens naturais. E aí a gente faz uma diferenciação conceitual. A natureza nos provê o que conceitualmente nós chamamos de serviços ecossistêmicos. Esses são os serviços que a natureza nos provê. A água que a gente está falando aqui... O produtor de água é uma metáfora: não é ele que produz água. A fábrica de água, a grande recicladora de água é a natureza, é o ambiente natural. O carbono de que se fala em sequestrar, o ciclo do carbono é um processo bioquímico dentro da natureza, é um serviço ecossistêmico que acontece na natureza. E por aí vão os demais serviços ecossistêmicos. Já o serviço ambiental, que é do que nós estamos falando em como remunerar, como compensar, como recompensar pelo serviço ambiental, o serviço ambiental são as ações, são as decisões, são as práticas, são os métodos de produção e de uso do solo que nós, a nossa espécie, tomamos a decisão de fazer e pôr em prática e que podem beneficiar, ou atrapalhar, ou prejudicar os serviços ecossistêmicos que a natureza nos provê.

Então, quando nós estamos falando de pagamento por serviços ambientais, estamos falando em instrumentos de incentivo que compensem, recompensem ou remunerem os serviços ambientais das pessoas que cuidam de áreas e que, por suas ações, contribuem pela manutenção, pela recuperação ou pela ampliação da oferta de serviços ecossistêmicos – e não pelos serviços ecossistêmicos em si.

Então, pode parecer um pouco confuso, mas eu fiz questão de trazer esse assunto, Senador, porque eu acho que, às vezes, a gente escuta aqui e acolá: "Ah, mas isso vai monetizar a natureza, vocês estão vendendo a natureza." Não é nada disso – não é nada disso! –, mas a gente precisa pensar que, assim como eu tenho... Se a gente olhar na ponta, todos os produtos agrícolas são produtos da natureza, mas existe um produtor rural que vai semear a terra, preparar a terra, cuidar daquele cultivo, cultivar, colher e oferecer, e essa remuneração que ele recebe é por esse serviço de produzir o alimento, por esse serviço de manusear, manejar os recursos naturais para que ele produza o alimento. Mas o alimento quem produz é a natureza, é o solo, são os recursos naturais. Da mesma forma, os serviços ecossistêmicos: quem produz o serviço em si é a natureza, mas são as decisões de uso do solo e de manejo do uso do solo que fazem com que esses serviços possam ser mantidos, interrompidos ou ampliados, dependendo do que se faz.

Então, esse é um ponto importante, e o projeto de lei trata de pagamento por serviços ambientais, e não por serviços ecossistêmicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto, que sempre gera uma polêmica, é a questão – e meus colegas que me antecederam já comentaram isso em alguns momentos – da não adicionalidade ou da suposta não adicionalidade de pagar por recuperação ou proteção das áreas de preservação permanente da reserva legal. É a velha pergunta: "Ué: eu vou pagar para a pessoa cumprir a lei? Como assim? Não faz sentido".

Eu concordo: não faz sentido. Não faria sentido, se a própria lei a qual estou me referindo não previsse tal incentivo. Se eu estou falando que a pessoa não pode receber, e não faz sentido ela receber para cumprir a lei, se a minha preocupação é o cumprimento da lei – e a minha é –, eu preciso resgatar o que a lei diz. E é a lei, é o Código Florestal que diz, no seu art. 41 – e eu faço questão de ler aqui –, o seguinte, no seu *caput:* "É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção..." – blá, blá, blá.

Aí vêm os seus incisos. O inciso I diz o seguinte: "pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente...". E ele me traz várias alíneas, que vão de sequestro de carbono, conservação de beleza cênica, biodiversidade, e lá, na alínea "h", diz o seguinte: "a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito". Ou seja: é a lei, é o Código Florestal que diz, que autoriza o Governo Federal a criar programas que tenham incentivos, monetários ou não, inclusive em formas de pagamento por serviços ambientais, para manutenção de APP e de reserva legal.

Então, se a minha preocupação é o cumprimento da lei, na lei, no texto da lei de que estamos falando, que deve ser cumprida, está estabelecida essa possibilidade e essa oportunidade.

E vai além, porque, no inciso II deste mesmo artigo, diz o seguinte: "compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias para o cumprimento dos objetivos desta Lei...". Ou seja: o legislador, aqui, ainda reforçou: eu posso ter pagamento por ações em APP e reserva legal – ele especifica o local: em APP e reserva legal – que gerem serviços ambientais. E ele vai além, pois ele diz que existe também a compensação pelas medidas necessárias para o cumprimento desta lei.

Então, eu queria trazer esses dois pontos, Senador, porque acho que, em alguns momentos, na discussão... Isso ocorreu um pouco na discussão na Câmara; certamente, isso existe um pouco na discussão aqui no Senado. Eu acho que é importante a gente colocar esse ponto, para que a gente, por um lado, não alimente nenhum tipo de mito e, por outro lado, possa trabalhar com a informação técnica e legal mais adequada, para que a gente possa seguir adiante dentro desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha separado aqui... É um pouco o que o Fernando já fez, essa parte de compartilhar com vocês o parecer da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura com esses pontos. O Fernando já fez isso. Eu acho que eu vou poupar o tempo aqui para isso.

E queria encerrar, colocando um elemento que eu acho que também é fundamental, que não é uma decisão para o projeto de lei, mas é fundamental para pensar a implementação da Política Nacional dos Serviços Ambientais, que é: quem é que paga essa conta? Qual é a fonte de recursos?

Eu acho que a gente precisa pensar... Nós precisamos ser muito criativos para olhar para o arcabouço fiscal e tributário. A gente precisa olhar para a oportunidade da reforma tributária que está sendo posta aí, porque esta será a grande oportunidade de, efetivamente, incluir nas diretrizes de tributos e de incentivos fiscais o componente da externalidade dos serviços com que a natureza sustenta nossa economia e que a gente considera como dados, como se ninguém precisasse pagar por isso. Eles não são infinitos, eles não são gratuitos. E, em vários eventos, cada vez mais, e cada vez de maneira mais intensa e mais frequente, a gente percebe que a natureza cobra a sua conta.

Nós precisamos, então, considerar que, para que haja uma estratégia bem fundamentada de pagamento por serviços ambientais, de incentivos a serviços, ações e decisões de uso do solo que contribuam para aumentar a nossa segurança em termos de abastecimento hídrico, segurança contra desmoronamentos, segurança contra enchentes, segurança contra todos os efeitos de mudanças climáticas ou de ações corriqueiras, isso não vai ser feito com recursos de doação, não vai ser feito com recursos pontuais de projetos, aqueles projetos do famoso "acabou o milho, acabou a pipoca"... Não pode ser por aí. A gente precisa ter fontes seguras, constantes e bem fundamentadas, que possam alimentar os programas, tanto o programa federal, quanto os programas...

No caso de água, a gente tem um mecanismo importante. Eu fiz parte do Comitê da Bacia do Guandu, que cria esta lógica de você poder... Olha, está ali! Você está sempre usando água, e o usuário pagador da água... Quanto àquele recurso, uma parte se reverte para intervenções que vão melhorar a qualidade da bacia hidrográfica, assegurar a provisão hídrica, melhorar a provisão hídrica, para que a gente tenha segurança.

Então, acho que esse é um ponto importante. Ao longo da tramitação da política nacional, do projeto de lei da política nacional, é importante ele ser colocado, com as fontes constantes de recursos e com as oportunidades que a gente começa a vislumbrar dentro da possibilidade da reforma tributária.

Era essa a contribuição que eu teria para este momento, Senador.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade. É um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Beto Mesquita, pela sua clareza na exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar aqui a presença do Deputado Federal Rodrigo Agostinho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Neste momento, eu quero elogiar publicamente a sua atuação em defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, com sustentabilidade, com responsabilidade social.

Eu tenho muito orgulho de ter – e falo isto como cidadão – o senhor à frente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

Seja muito bem-vindo!

Neste momento, passo a palavra ao palestrante Sr. Marcus Peixoto.

O SR. MARCUS PEIXOTO (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia.

Obrigado, Senador Fabiano Contarato, pelo convite para participar desta audiência.

Bom dia aos Parlamentares aqui presentes e a todos que estão aqui nos acompanhando.

Fico aliviado, porque as demais apresentações não invadiram tanto assim o conteúdo da minha. Como último apresentador, eu poderia incorrer no risco de repetir aqui muitos assuntos. Eu acho que não é o caso, felizmente.

Acho que é muito importante que a Comissão tenha tomado esta iniciativa – já é a segunda audiência pública; parece que vai haver mais uma pelo menos –, sobretudo porque é um tema muito complexo. De fato, é necessário ouvir a sociedade civil, assim como outros órgãos governamentais.

Eu vou fazer uma apresentação aqui um pouco diferente, talvez incorrendo em algum risco aqui de ser repetitivo em relação à audiência anterior, que eu não pude acompanhar, mas acho que é importante resgatar o contexto histórico em que esse tema surge, o do pagamento por serviços ambientais, olhando para trás, para o passado.

É claro que a gente poderia ir mais atrás ainda, mas eu vou partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO 92 ou Rio 92, que determinou, então, a Agenda 21, a agenda ambiental para as décadas seguintes.

Dentro dessa conferência, então, nós temos o surgimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em 1995. Dois anos depois, o Protocolo de Quioto foi também um marco, vamos dizer assim, na discussão sobre mudanças climáticas no mundo, pois estabeleceu algumas metas de redução de gases de efeito estufa, mas só entrou efetivamente em vigor em 2005, com a assinatura da Rússia, que se comprometeu, então, completou o conjunto de países que deveriam, então, colocá-lo em prática. Entretanto, o protocolo expirou em 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independentemente disso, várias Conferências das Partes foram realizadas, desde 1992, e a próxima, agora em 2020, está prevista em Glasgow, no Reino Unido, em novembro, a COP 26.

Outro marco que é importante e que revela também alguns antecedentes desse debate sobre o pagamento por serviços ambientais é a Avaliação dos Ecossistemas do Milênio, que foi um conjunto extenso de estudos feitos por mais de mil pesquisadores de diversos países, realizados durante quatro anos, o que resultou em quatro grandes relatórios, que estão ali elencados. São quatro volumes. E quatro convenções internacionais vieram a se basear nas conclusões derivadas desses estudos, que são as Convenções da Diversidade Biológica, de Combate à Desertificação, de Espécies Migratórias e de Zonas Úmidas de Importância Internacional.

Acho que é importante trazer esse assunto à tona, porque, quando a gente fala em pagamento por serviços ambientais, esse pode ser um marco regulatório importante, e certamente será – assim esperamos –, mas ele se relaciona também com uma série de outros debates que são importantes no âmbito de diversas outras convenções e tratados internacionais, e a gente não pode deixar de fazer essa correlação.

Então, existem documentos que estão disponíveis na internet sobre os estudos que vieram, e muitos deles surgiram nos últimos 20 anos, basicamente dos últimos dez anos. Mas, a partir de 2000, esse estudo da Avaliação dos Ecossistemas do Milênio surgiu para apoiar as ações relacionadas à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que deveriam ter sido cumpridos em 2015. Ali está errado: não é 2005; é 2015.

Ainda no âmbito de alguns estudos importantes que foram feitos, que são inúmeros – estou só trazendo aqui alguns exemplos, porque marcam o envolvimento de algumas instituições internacionais que são importantes nesse debate –, há, por exemplo, esse estudo da FAO sobre o estado da alimentação e da agricultura no mundo, que é de 2007, dando enfoque para o Pagamento por Serviços Ambientais para produtores rurais. Eles lançaram outro documento em 2011 também, relacionado à segurança alimentar.

Nós temos ainda também, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) – há uma versão em português –, outras duas iniciativas importantes, que eu trago aqui, que destaco aqui, que é o conjunto de estudos feitos no âmbito da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade – a sigla em inglês é Teeb. Eles lançaram recentemente, inclusive, um estudo também voltado para o sistema agroalimentar, em 2018. Temos também a Plataforma Política e Científica Intergovernamental sobre Serviços da Biodiversidade e Ecossistemas (Ipbes), que foi fundada em 2012, coincidindo, mais ou menos, com o lançamento do Código Florestal no Brasil.

Mas temos também a Plataforma Brasileira, a Bpbes, que também tem produzido estudos relevantes. Em 2019, eles lançaram esse diagnóstico brasileiro e um sumário para os tomadores de decisão relacionado à biodiversidade e a serviços ecossistêmicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todos esses estudos são muito importantes, porque eles caminham na direção de toda essa discussão sobre a valoração dos serviços ambientais.

A valoração dos serviços ambientais é importante, tendo em vista a discussão também relacionada, como aqui o Beto Mesquita colocou, à identificação dos serviços ecossistêmicos.

Um pouco mais recentemente, nós temos então o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A gente não vai encontrar ali, entre os objetivos, especificamente, uma introdução a estratégias de pagamento por serviços ambientais, mas a gente não pode perder de vista que o PSA, o Pagamento por Serviços Ambientais, está dentro desse contexto.

Nós já temos cinco anos do prazo que temos a cumprir para a consecução das 169 metas dos ODS. Já são cinco anos decorridos. Temos apenas dez anos... Parece muito tempo, mas é muito pouco tempo, dado o tamanho dos desafios que nós temos dentro dos ODS.

Eu vou me ater um pouco mais, mudando também um pouco o enfoque da apresentação, a algo relacionado àquilo que me pediram para trazer para a discussão na audiência pública.

O debate sobre o Pagamento por Serviços Ambientais não é novo no Congresso. Como a gente pode ver ali, diversos projetos de lei tramitaram no Senado. O mais antigo deles, talvez, seja o de 2007, mas ele tramitou com diversos outros projetos apensados, que, inclusive, adotavam outros nomes, como Retribuição por Serviços Ambientais ou Compensação por Serviços Ambientais, com diversas estratégias diferentes, com contribuição diferente. Mas a maioria deles não trata de...

Esses apensados ao PLS 131 não tratam especificamente da instituição de uma política nacional. O primeiro projeto que vai tratar disso é o PLS 309, de 2010, do então Senador Gilberto Goellner, e eu colaborei com o Senador na elaboração desse projeto. Depois, em seguida, veio o Projeto 276, de 2013, que é de autoria do Senador Blairo Maggi, o qual também eu assessorei na elaboração do projeto. Mas todos esses já estão arquivados. Não lograram a atenção e, enfim, a prioridade que talvez merecessem, para conseguirem ser aprovados e encaminhados para a Câmara.

Mas nós temos na Câmara muitos projetos também, alguns tão antigos quanto esses que já foram arquivados no Senado, ainda em tramitação. Então, o Projeto 792, de 2007... Nós estamos tratando aqui na audiência pública da instrução de um projeto que veio da Câmara, mas nós temos outros lá tramitando, e vários deles. Então, estão apensados ao Projeto 792 dez outros projetos de lei – apesar de alguns serem bastante antigos, com 13 anos, todos eles ainda estão em tramitação na Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar a atenção aqui para aquele que está destacado em vermelho, que é o PL 5.487, de 2009 – portanto, completando quase 11 anos –, que é um projeto de lei de autoria do Poder Executivo.

Quais são as vantagens de um projeto de lei de autoria do Executivo? O Parlamentar tem algumas restrições, constitucionalmente estabelecidas, relacionadas à apresentação de propostas, e esse projeto de lei, por exemplo, trata da instituição de um fundo para pagamentos por serviços ambientais, coisa que os demais projetos de autoria parlamentar não podem apresentar. E o projeto ainda está lá, parado, na Câmara. Quer dizer, a desvantagem de nós estarmos hoje analisando um projeto que é unicamente de autoria parlamentar é que não podemos, por exemplo, fazer uma emenda e introduzir uma alteração para a criação de um fundo.

Bom, esse conjunto de projetos recebeu substitutivos na Comissão de Agricultura e Meio Ambiente da Câmara. Hoje está em análise na Comissão de Finanças e Tributação. O Deputado Arnaldo Jardim é o Relator. E a última Comissão ainda a analisar vai ser a de Constituição e Justiça.

E temos também um outro projeto, que foi apresentado no ano passado, do Deputado Eduardo Costa, que também estabelece uma política nacional.

E aqui eu vou fazer um parêntese para tratar de algo que já foi comentado aqui. O Beto Mesquita, inclusive, leu aqui, e eu não vou me alongar no fato de que o próprio Código Florestal autoriza o Poder Executivo a instituir um programa de apoio à conservação do meio ambiente. Ali, no inciso I, há a possibilidade de pagamento ou incentivo a serviços ambientais.

Já há muito tempo que se consolidou o entendimento no Congresso, tanto no Senado quanto na Câmara, de que os projetos autorizativos são ineficazes, não obrigam o Executivo a fazê-lo. Então, depende da vontade do Governo, seja este Governo ou qualquer outro passado ou que venha para frente, a sua implementação. O fato é que, em oito anos, essa iniciativa não foi tomada. Então, isso, obviamente, é um complicador.

Bom, aqui no Senado, além do Projeto 5.028, que estamos aqui analisando, nós temos um outro projeto em tramitação, que é do Senador Styvenson Valentim, que também assessorei na sua elaboração. Foi apresentado no ano passado o PL 3.791, que institui também uma política nacional e altera diversas leis: a da Política Nacional de Meio Ambiente, a de Seguridade Social, a de Licitações, a do Fundo Nacional de Meio Ambiente e a do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Estabelece ali também conceitos, modalidades de pagamento, princípios... Ele se inspirou muito, na verdade, nos projetos que estavam em tramitação na Câmara e nos anteriores que já foram arquivados aqui no Senado. Mas é um projeto que está na Comissão de Assuntos Econômicos, vai passar ainda pela CCJ e pela Comissão de Agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto 5.028 não foi distribuído para a Comissão de Agricultura. Ele está passando só por três Comissões. Embora muitos dos exemplos aqui comentados pelos demais palestrantes abordaram situações que envolvem produtores rurais, é de se avaliar, Senador, se seria conveniente também ouvir a Comissão de Agricultura em relação ao Projeto 5.028.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Acir já apresentou um relatório favorável com uma emenda, mas o projeto ainda está bem no início da sua tramitação. É um projeto que também articula diversas outras políticas públicas. É claro que o 5.028 também faz isso, mas não de forma tão explícita e, na minha avaliação, tão clara quanto o projeto do Senador Styvenson.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS PEIXOTO – Ele faz uma remissão explícita às legislações que são consideradas na hora da promoção da Política de Pagamento por Serviços Ambientais. Acho que isso é importante no conjunto dos projetos que são tratados aqui.

Vou tentar acelerar aqui para cumprir melhor o meu prazo.

Então, essas são as diferenças relevantes do ponto de vista do processo legislativo. Nós temos dois projetos tramitando no Senado: um passando por quatro Comissões e, dessas quatro, três são pelas quais o projeto que veio da Câmara, do Deputado Rubens Bueno, está passando.

O Projeto 5.028 trata da instituição desse Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais, um programa federal, como já foi mencionado, objetivos, modalidades e incentivos, e dá ao órgão federal do Sisnama a responsabilidade de gerir. Eu acho que tem de se perguntar também se o órgão federal do Sisnama pode ser entendido como o Ibama ou o ICMBio, mais provavelmente o Ibama, porque seria da sua melhor competência. Seria importante ouvir o Ibama a respeito dessa atribuição.

Na minha avaliação, do ponto de vista da economia processual, dentro do processo legislativo, seria interessante se discutir a possibilidade ou a conveniência da apensação dos dois projetos, o que poderia implicar talvez um maior alongamento, uma audiência da Comissão de Agricultura para ouvir também a Comissão sobre o Projeto 5.028, mas isso obviamente fica a critério dos Senadores. Eu acho que pode ser uma estratégia relevante para o debate.

E eu queria chamar aqui, para finalizar a apresentação, atenção para que, quando a gente fala de serviços ambientais, a gente não pode se fixar só na ideia de que estamos falando da manutenção de florestas, seja para a preservação de biodiversidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS PEIXOTO – ... seja para a conservação de água, ou produção de água. Nós estamos falando também, por exemplo, no meio urbano, onde temos problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de enchentes relacionadas à impermeabilização do solo. Então, nós temos iniciativas e tecnologias como, por exemplo, o asfalto concreto permeável que poderia mitigar muitos dos problemas relacionados às enchentes no meio urbano. Esse é um exemplo de serviço ambiental que poderia ser prestado de diversas formas por atores privados também dentro das cidades. Nós precisamos ter um projeto que seja bastante amplo para que contemple também iniciativas desse tipo.

Temos, por exemplo, serviços ecossistêmicos prestados pelos polinizadores. Temos projeto de lei tratando disso aqui no Senado também. É importante ter isso em perspectiva.

E vamos falar aqui da questão do lixo. Apesar de nós termos uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, ela não traz os incentivos necessários que uma Política de Pagamento por Serviços Ambientais poderia trazer para o tratamento da questão do lixo, por exemplo. Então, acho que é importante ter isso em consideração quando a gente fala de serviços ambientais. Reciclagem de vidro: o Distrito Federal não tem uma usina de reciclagem de vidro, apesar de termos uma população aqui de três milhões de habitantes.

Por fim, falando aqui da questão do saneamento: pensar em esgotamento sanitário em todas as cidades brasileiras talvez seja inviável; talvez uma política de incentivo de alguma forma para que a população possa implantar fossas sépticas poderia ser uma solução razoável em muitas das cidades.

Então, encerro por aqui, pedindo desculpas ao Senador por ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Marcus Peixoto.

Quero deixar claro que todos que desejarem participar deste evento podem enviar suas perguntas e comentários por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211. Eu já passei às mãos dos palestrantes as perguntas que, desde já, agradeço, de Jorge Costa, do Paraná; Kleber Souza, do Distrito Federal; Jéssica Pereira, do Amazonas; Anderson Paiva, do Rio de Janeiro. E, no momento oportuno, os palestrantes podem escolher e responder esses questionamentos.

Neste momento, eu convido o Senador Jaques Wagner para, querendo, se manifestar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, eu aprendi um pouquinho e vou aprender um pouco mais. V. Exa. vai estender para mais uma audiência?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, sim, essa é uma informação que eu tenho que fazer porque eu sempre pauto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Há algumas demandas....

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Aqui eu sempre pauto para, no máximo, quatro palestrantes por audiência pública para dar tempo de os palestrantes exporem suas ideias. Então, eu tenho estendido para cinco.

Agora, como o tema é extremamente relevante e alguns Senadores fizeram a indicação de convite de participação de outras pessoas, de outras instituições e outros órgãos, eu entendi por bem não limitar a três audiências públicas. Então nós vamos fazer, sim, uma quarta audiência pública para defender... Aí sim nós podemos deferir todos esses requerimentos e colocar ali para ter um tempo melhor para debate desse assunto.

Muito obrigado por ter lembrado, Senador. Essa era a comunicação que eu queria ter feito também e já a faço: nós teremos uma quarta audiência pública, claro que num prazo rápido, mas entendi por bem estender para mais uma audiência pública para não comprometer a qualidade da apresentação em respeito aos palestrantes que vêm aqui. É extremamente constrangedor você ter que limitar o prazo e a fala de um palestrante, está bem? Então...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Era só para argumentar porque eu acho que um dos pontos que a gente tem que aprofundar, óbvio, além da regulamentação toda, é o que o quarto palestrante, o Beto, colocou que, ao fim e ao cabo, sempre vai aparecer a pergunta: quem paga? Eu acho que este será sempre um problema: numa estrutura em que a gente vive hoje de desequilíbrio social ou ambiental, onde a gente vai buscar o ponto de equilíbrio para ter sustentabilidade? Estou falando isso até porque eu estou apresentando um projeto sobre debêntures verdes que é para captação exatamente para programas especificamente, porque, para mim – eu vou insistir –, que venho de um Estado como a Bahia, em que você tem um drama social, por exemplo, de resíduos sólidos, nenhum Município consegue bancar um aterro razoável.

Nós estamos estimulando os consórcios intermunicipais para que eles possam, no caso, no Estado da Bahia, montar estrutura e depois os Municípios pactuarem por tonelagem; que seja ali colocado o pagamento para manutenção. Ou seja, nós temos um País com problemas de desigualdade social e regional muito grandes. Por isso, eu sempre estou atento a essa questão porque essa é uma questão que sempre estará. Por isso, eu estou falando que vou aprofundar mais sobre essa questão das debêntures verdes, mas já estou apresentando o projeto que seria uma das formas de se captar. É evidente que aí você teria que elaborar o projeto e vender para a captação no mercado de dinheiro para financiar pagamentos como esse, senão a gente sempre vai morrer na mesma questão: de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde vem o dinheiro? E, com essa simplicidade criminosa, a gente diz que acaba não fazendo nada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Neste momento, eu consulto o Deputado Federal Rodrigo Agostinho, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, se ele quer fazer uso da palavra.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Para interpelar.) – Senador Contarato, antes de mais nada, parabéns pela iniciativa das audiências públicas. É um tema que precisa ser debatido à exaustão e ser discutido. Cumprimento-o também pela condução dos trabalhos e, enfim, por tudo que você fez pela Comissão ao longo de 2019.

Quero dizer que é um tema da mais alta relevância. O Brasil é um País florestal. Apesar de todo o desmatamento, o Brasil é um País florestal, um país com uma mega biodiversidade, e a floresta precisa ser valorizada. Uma das formas de valorização é a valorização Econômica.

É um texto que foi amplamente debatido na Câmara dos Deputados, mas a gente sabe que ele pode sofrer aperfeiçoamentos, ele deve ser aperfeiçoado. Nós vamos ter um trabalho no dia seguinte que é a busca de recursos para a manutenção de um sistema brasileiro, de um sistema nacional de Pagamento de Serviços Ambientais, e aí as estratégias serão tanto na manutenção de florestas de pé quanto na restauração. O Brasil está com milhares e milhares de quilômetros de área já devastada que pode passar por um processo de restauração, áreas que foram desmatadas e não estão sendo utilizadas pela agropecuária. Então, o Brasil tem um pacote de oportunidades ai.

A proposta, como está hoje, é contratual: se não houver recursos, você não assina os contratos; havendo recursos, você pode, dependendo do volume de recursos, priorizar determinadas áreas. Então, em uma determinada região em que há um desmatamento um pouco maior, você prioriza uma atuação do Pagamento por Serviços Ambientais. Em uma região que precisa ser restaurada como, por exemplo, o Rio São Francisco, o Rio Taquari, o Rio Parnaíba, você prioriza e fala: Olha, naquela região, eu gostaria de aplicar um Pagamento por Serviços Ambientais com foco nisso. Da mesma forma, nos resíduos e no saneamento.

Então, eu acho que é importantíssimo e fico feliz de estar sendo debatido com qualidade, e que se torne mais uma ferramenta para o combate ao desmatamento. Por si só, o Pagamento por Serviços Ambientais não vai resolver o problema do desmatamento, mas ele é uma das ferramentas, ele é uma das soluções possíveis. Boa parte do desmatamento no Brasil ocorre pela ausência do Estado, por políticas desastrosas em terras públicas, por meio de grilagem de terra, enfim... E, nesse caso, não será o Pagamento por Serviços Ambientais a solução. Mas, para todas as outras áreas já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularizadas, a gente tem o pagamento como uma oportunidade única, tem sido uma ferramenta importantíssima inclusive em países vizinhos ao nosso. Então, eu fico feliz de ver esse debate aqui e cumprimento pela iniciativa das demais audiências.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Deputado Rodrigo Agostinho.

Agora, passo a palavra aos palestrantes para se manifestarem sobre os questionamentos, mas antes eu só queria fazer um questionamento bem abstrato e que vocês, com tempo, porque a pergunta é ampla, se tiverem a possibilidade de responder posteriormente...

Nas experiências demonstradas e outras conhecidas pelos senhores bem ou mal sucedidas, o que faltou em termos de referencial legal para a ampliação do alcance desses projetos e que ainda não está contemplado no PL 5.028/2019? Nós sabemos que esse PL tem que sofrer algumas alterações, Deputado Rodrigo Agostinho, e que talvez seja necessário que retorne à Câmara, para que a gente possa construí-lo de uma forma mais abrangente, mais justa, mais coerente.

Então, eu queria... Esta pergunta é bem genérica: o que não foi contemplado aqui e que poderia ser contemplado? O que nós podemos efetivamente melhorar neste PL 5.028?

Neste momento, cada um, voluntariamente, pode escolher um dos questionamentos para se manifestar e responder. Desde já, eu agradeço a participação de todos os senhores e senhoras palestrantes que aqui estão e dos Srs. Senadores.

O SR. MARCOS SOSSAI (Para expor.) – Eu posso, com a minha participação... A primeira pergunta é simples. O Jorge Costa pergunta como nós comprovamos o serviço ambiental. Basicamente, nós temos que monitorar essas áreas que são contratadas entre o Estado e o produtor rural, e nós, a cada ano, no nosso caso, durante cinco anos, monitoramos e verificamos se ele está cumprindo aquilo que foi pactuado. Os pagamentos são feitos ano a ano, e ele só recebe a parcela seguinte se ele demonstrar cumprimento daquilo que vem sendo feito. Logicamente que você demonstrar a geração do serviço ambiental em cima do serviço ecossistêmico que está sendo resgatado, como o Beto colocou, é uma coisa um pouco mais complexa, que exige estudos que você vai colocar, avaliar a qualidade da água que vai melhorar ou não, enfim... Mas tudo isso pode ser feito por meio de monitoramento.

As perguntas 2, 3 e 4 me parecem estar na mesma direção: como o PL pode apoiar os agricultores que investem em boas ações? Eu acho que podem apoiar na medida em que podem... Além de remunerar pelos serviços prestados, programas como o do Espírito Santo podem apoiar a recuperação de florestas que geram rendas também.

Um dado importante: em 2019, dos 820 proprietários que nós atendemos, geraram-se cerca de 1.800 hectares que estão sendo recuperados só no ano passado, cerca de 70%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das áreas são com práticas florestais que conciliam conservação com renda; quer dizer, o produtor rural está se adequando à legislação, está recuperando os serviços ambientais e está gerando renda na maioria dos casos maiores do que aquela que eles tinham no uso do solo que eles faziam anteriormente, como pastos etc., que são práticas geralmente muito pouco rentáveis.

Eu vou começar aqui a falar um pouquinho sobre a sua provocação, Senador. Eu acho que uma coisa que talvez mereça ser mais bem abordada é uma questão que eu pontuei do mercado de serviços ambientais. O PL menciona que se deve estimular o mercado, mas fica muito superficial. E o mercado... A gente lá no Estado aprendeu com os consultores do Banco Mundial, que é quem acompanha projetos do mundo inteiro, como o da Costa Rica, que é o mais antigo, tem mais de 30 anos de PSA. O PSA é um mecanismo econômico e, por si, tem que estar lastreado numa lógica de mercado para que se tenha também respondido o que o Beto colocou sobre quem paga a conta.

Se você estabelece o mercado, aparece quem paga a conta; se você não faz o mercado, quem paga a conta tem que ser o Governo. Então, a diferença entre você trabalhar PSA de mercado é que você tem condição de ter um pagador, que é o usuário que se beneficia. Se você não tem isso, vai ter sempre que buscar recursos para pagar essa conta. Então, acho que o mercado é uma questão que pode ser mais bem abordada no PL.

O SR. TIBÉRIO MAGALHÃES PINHEIRO (Para expor.) – Com relação às perguntas aqui, elas estão muito alinhadas com as apresentações e com o que a gente está expondo aqui.

Agradeço a oportunidade até de interagir. Como o Marcos falou, todo esse processo, para cada um dos projetos, a gente tem toda uma mecânica de monitoramento e certificação das ações que foram realmente efetivadas nas propriedades, para só então efetivar esse pagamento, que seria a forma de incentivo. Nós estamos discutindo aqui exatamente uma política nacional que vise a incentivar esse tipo de ação. Então, acho que todas as intervenções aqui estão alinhadas com o espírito da nossa discussão.

Com relação ao ponto que o Senador levanta, para nós da Agência Nacional de Águas, fica claro, a partir das experiências que nós temos, que ter uma política nacional, um programa federal, ter todos esses conceitos mais bem definidos pela legislação, dá uma segurança jurídica para que você avance. E aí nós também temos as nossas inquietudes e desafios: como dar abrangência para isso? Como é que essa política pode incentivar e ao mesmo tempo não engessar, ela tem que ser ampla o suficiente para dar essas diretrizes na política, mas sem engessar Estados, como a gente viu aqui o Estado do Espírito Santo, que já tem uma política instalada com resultados. E que a gente consiga capturar a questão das diferenças regionais, as diferenças para cada uma dessas... Os projetos em Minas vão ser completamente diferentes dos projetos na Bahia, no Ceará, a gente tem que ter essa percepção socioambiental, cultural; a gente não pode imaginar que essa política vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampla o suficiente para abarcar tudo, ela tem que deixar que as iniciativas regionais e locais prosperem sem que a gente... E aí a gente tem aqueles pontos do próprio art. 8º. Acho que foi muito bem colocada pelo Beto a questão da exclusão das áreas, é uma questão que a gente tem que... Eu gostei do ponto levantado pelo Fernando de transformar no programa as coisas mais executivas que a gente imagine que a União deva fazer como apoio, transformar no programa e não na política nacional, porque aí você dá mais clareza do que a União vai fazer e como vai fazer, e trazer isso para uma governança.

Eu também tenho algumas questões, até me coloquei para debater depois com mais calma, com relação a ser o Sisnama ou não, que órgão, qual o sistema que vai acompanhar isso. Nós, por exemplo, da ANA, somos vinculados ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, temos diversas iniciativas; o próprio Ibama, que não está aqui hoje, tem iniciativas dessa natureza. Mas, para mim, o cerne da questão, a gente nunca foge, eu até tenho na apresentação, a gente cortou, que é a questão de quem paga. Quem paga é uma questão realmente crucial.

A gente, em alguns momentos, participou da discussão da questão da própria conversão dos valores das multas, imaginando que poderia ser uma fonte de financiamento de recursos para atividades dessa natureza. E aí, a partir da mudança, a gente não conseguiu mais... Inicialmente, lançaram editais para a Bacia de São Francisco e para o Parnaíba, não sei se no Taquari também, depois isso não vigorou, acho que se perdeu. Imaginava-se, com a conversão das multas, que haveria um recurso da ordem de 600 milhões por ano, quer dizer, um recurso expressivo para a implementação de ações de recuperação ambiental em bacias com estresse, focadas... Dentre os diversos critérios elencados na época pelo Ibama, havia um que era exatamente uma preocupação muito grande da Agência Nacional de Águas, que é trabalhar as zonas de recarga.

Enfim, a questão de quem paga e essa governança de como vai se dar um programa dessa natureza têm que ficar mais claras na legislação – sabe, Senador? –, senão, a gente corre o risco de ter... Durante alguns momentos, aqui no projeto de lei, trata-se que esse comitê vai estabelecer quais são as bacias críticas. Isso já está na governabilidade do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O Plano Nacional de Recursos Hídricos já aponta essas áreas, os comitês de bacias já discutem essas áreas. Então, se eu pudesse falar das nossas preocupações, diria que é como seria esse arcabouço, essa governança de um sistema dessa natureza, e buscar as fontes de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Com a palavra o Sr. Fernando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO CESAR DA VEIGA NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de iniciar exatamente pela sua pergunta, pela provocação em relação ao que a gente poderia ter que facilitasse ou do que a gente sente falta ao longo do caminho, fazendo um pouco essa conexão com o que o Beto colocou e com o que os meus colegas acabaram de colocar, em relação ao mercado, quer dizer, de onde poderão sair potenciais recursos. Eu acho que é bastante claro que é fundamental que a gente estimule uma participação cada vez mais intensa da iniciativa privada nesse processo. E, basicamente, para que a gente possa ter uma participação mais intensa, mais forte da iniciativa privada, a gente precisa de alguns componentes que fundamentalmente gerem mais segurança jurídica ao processo.

Eu queria ressaltar três pontos aqui.

O primeiro deles é exatamente o que mencionei ao longo da apresentação: essa necessidade – especialmente se a gente está pensando em contratos de mais longo prazo – de conectar as ações e os contratos à terra, não somente ao produtor rural. Isso é fundamental se a gente pensa em contratos de 20, 30 anos, para que a iniciativa privada se sinta segura em fazer contratos dessa natureza.

O segundo ponto, também associado à segurança jurídica, em que a gente vê ainda uma indefinição em todos os programas, ou melhor, definições diferentes para programas diferentes – porque me parece importante também unificar um pouco –, é exatamente a questão tributária. Essa questão tributária segue ainda sem uma definição clara, e o ideal é exatamente que esse projeto de lei possa regulamentar isso e possa dar uma visão mais clara também, isso facilitando e reduzindo segurança jurídica.

E um terceiro ponto. Se a gente pensar novamente imaginando os três grandes mercados que a gente pode olhar – biodiversidade, carbono e água –, a gente já comentou bastante essa questão de água e essa conexão com as potenciais fontes de recurso, empresas de saneamento, comitês de bacias, etc., que é o mercado mais regional, mais local. A gente tem novamente todo o salto... O Marcos fez toda essa evolução do contexto da discussão de serviços ambientais no mundo, e a gente vê agora novamente: nós estamos com o Acordo de Paris sendo implementado este ano; a gente tem vários e vários esquemas internacionais de clima sendo implementados; e, ao mesmo tempo, vários países em todo o mundo implementando seus mercados nacionais de emissões. Então, eu acho que a gente tem que fazer uma conexão bastante forte também desse projeto de lei com essa possibilidade de mercados nacionais e mercados internacionais de carbono, que eventualmente vão trazer ou podem trazer boa parte dos recursos de que a gente está falando aqui.

Então me parece importante uma conversa e uma discussão sobre como esse projeto de lei pode facilitar o maior desenvolvimento do mercado de carbono no País, tanto o mercado nacional, em que a gente precisa avançar – há países vizinhos como a Colômbia que já avançam de maneira bastante interessante nessa direção, então há uma discussão em marcha que precisa seguir. E, ao mesmo tempo, como o Brasil pode se beneficiar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercados internacionais de carbono e como essa lei pode facilitar esse processo, que é fundamentalmente uma das fontes potenciais para esses pagamentos.

Era um pouco o que eu gostaria de dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Sr. Beto Mesquita.

O SR. BETO MESQUITA (Para expor.) – Só para complementar, primeiro, para o Jorge Costa, o Kleber Souza, a Jessica, que fizeram as perguntas de maneira pragmática sobre como os agricultores podem ser beneficiados, eu acho que os exemplos mostrados, principalmente pelo Programa Reflorestar, no Espírito Santos, e pela Agência Nacional de Águas, deixaram claro como isso acontece, como é essa dinâmica. Então, acho que vale a pena rever essa parte para ter essa informação.

Eu gostei muito, Marcos, de saber... Eu não conhecia o Projeto de Lei nº 3.791. Eu acho bastante interessante. Fica o dever de casa para a força-tarefa da coalizão, para que a gente possa se debruçar sobre esse PL e entender um pouco melhor como isso pode funcionar.

Eu acho que um elemento importante que talvez a gente estivesse negligenciando é a questão dos serviços ambientais urbanos. Você comentou, por exemplo, a questão dos resíduos sólidos. É um orgulho, a gente, na BVRio, desenvolveu anos atrás um mecanismo justamente para compensar o serviço ambiental da coleta de resíduos sólidos. As cooperativas de catadores... A renda da cooperativa de catador é a renda pela matéria-prima que ela recolhe. Então, são tantas toneladas de alumínio, tantas toneladas de papelão, tantas toneladas de vidro. É o produto, é a matéria-prima, mas e o serviço ambiental que ela faz? Parte da logística reversa, que é obrigação da indústria que coloca aquela embalagem no mercado, as cooperativas de catadores fazem de graça. Então, a gente criou o Crédito de Logística Reversa, que é justamente uma maneira de adicionar um valor em termos de... E é um serviço ambiental. É o serviço ambiental de retirar esse material, seja das residências, seja das ruas ou mesmo dos ecossistemas, e destinar, colocar esse material. É um ponto importante pensar nisso.

Para fechar, falando da questão da fonte de recurso, eu acho que a gente tem que... Eu mencionei a questão tributária, mas eu queria dar dois exemplos. O Sossai mencionou o aprendizado que o Programa Reflorestar teve com a Costa Rica. Há dois aspectos muito interessantes na Costa Rica que funcionam em termos de como financiar essa história, e os dois são parecidos com instrumentos que nós temos no Brasil, mas que, infelizmente, nunca foram adotados para esse propósito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um deles é o seguinte: boa parte da energia, da eletricidade na Costa Rica, é hidrelétrica, mas eles não são autossuficientes em hidroeletricidade, eles têm algumas termoelétricas. Toda vez que o consumo de energia cresce e eles precisam usar mais termoelétrica, energia poluente, na conta de luz vem um adicional. Parece com esse negócio de bandeira verde, bandeira amarela e bandeira vermelha. A diferença é que aquele adicional que está lá vai para o fundo de financiamento florestal para compensar as emissões decorrentes da geração de energia por queima de combustível fóssil. Aqui não; aqui vai para pagar a energia da termoelétrica mais cara, não é para compensar as emissões.

E outro que é constante lá é um pedacinho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO MESQUITA – ... de um imposto do combustível, da gasolina, do óleo diesel, que vai também para o fundo de financiamento florestal. Todo mundo vai na bomba, paga uma porcentagem e vai.

Nós temos uma coisa chamada Cide, que é polêmica, que já foi e já voltou. Quando você olha a Cide, na sua lógica, o que significa? Um dos destinos da Cide deveria ser compensação pelos impactos ambientais decorrentes daquela atividade econômica. Isso nunca foi feito, nunca foi um centavo da arrecadação da Cide para compensar o uso de combustíveis fósseis.

Então, vamos ser criativos para criar instrumentos, mas também vamos ser criativos para aproveitar os instrumentos que já existem para garantir o essencial, que é garantir a perenidade desses recursos. Na questão água, eu acho que a gente tem em várias bacias – não em todas, mas em várias bacias –, muito claramente, os grandes usuários de água, que são grandes, constantes e perenes e que, por consequência, podem dar essa segurança, essa permanência nesse aporte de recursos que vai pouco a pouco melhorando as condições daquela bacia hidrográfica. Mas em outros casos, nas bacias em que esse usuário não existe claramente ou nos serviços ambientais em que a gente não tem isso claramente, nós precisamos pensar nisso de maneira sistêmica, de maneira ampla, para que a gente possa, usando dos instrumentos que já existem ou criando instrumentos, aperfeiçoando a legislação, para que a gente possa assegurar então esses recursos que contemplem o conjunto do pagamento dos serviços ambientais que a gente está tratando aqui.

Mais uma vez, Senador, parabéns. Muito obrigado. Ficamos à disposição para outras oportunidades.

O SR. MARCUS PEIXOTO (Para expor.) – Obrigado. Eu vou tentar ser bem sucinto aqui para não ser repetitivo nas últimas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que todo mundo sabe, já é conhecimento geral que as chuvas na Região Centro-Oeste e Sudeste dependem fundamentalmente da evapotranspiração que ocorre na Floresta Amazônica. Então, a gente não pode também falar na remuneração de serviços ambientais para preservação das áreas de recarga de nascente na Região Centro-Oeste sem falar também no pagamento dos serviços ambientais de quem está permitindo que essa chuva ocorra por manter a Floresta Amazônica em pé. No ciclo da água, que é um processo muito complexo, a gente tem que considerar esses aspectos.

Por outro lado, a recuperação das áreas de recarga ou mesmo o cumprimento do Código Florestal, vimos que precisamos de ações não só do Governo Federal, temos muitas também em outros níveis da Federação, como já foram aqui mencionados, mas às vezes nós já temos na legislação em vigor instrumentos capazes de fornecer esses incentivos. Na Lei Agrícola, de 1991 – temos já quase 30 anos de Lei Agrícola –, o art. 103 diz:

> Art. 103. O Poder Público, através dos órgãos competentes, concederá incentivos especiais ao proprietário rural que:
> I - preservar e conservar a cobertura florestal nativa existente na propriedade;
> II - recuperar com espécies nativas ou ecologicamente adaptadas as áreas já devastadas [...];
> III - sofrer limitação ou restrição no uso de recursos naturais existentes na sua propriedade, para fins de proteção dos ecossistemas, mediante ato do órgão competente, federal ou estadual.

E estabelece como incentivos: prioridade na obtenção de crédito, de crédito rural e outros tipos de financiamento, bem como cobertura de seguro agrícola; prioridade na concessão de benefícios relacionados a programas de infraestrutura, como energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação – o que, naquela época, era mais relevante –; preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e fomento, através dos órgãos competentes; fornecimento de mudas e espécies nativas e/ou ecologicamente adaptadas, produzidas com a finalidade de recompor a cobertura florestal; e apoio técnico e educativo.

Então, vejam que já temos na lei os incentivos, a determinação, os instrumentos para que o Poder Público – e aí eu não estou falando do Governo Federal, do Poder Executivo Federal, podem ser também os Estados e os Municípios –, o Estado assuma a sua parcela de responsabilidade em prover esses incentivos.

Por último, Senador, como eu tinha falado ali da importância da integração das políticas públicas e foi mencionada aqui a importância de os contratos de pagamentos de serviços ambientais estarem mais atrelados ao imóvel rural que ao CPF, eu queira falar da importância, então, do aperfeiçoamento do marco regulatório fundiário...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS PEIXOTO (Para expor.) – Então, a legislação fundiária está em revisão. Temos a Medida Provisória 910 que está em discussão. Isso é absolutamente relevante para que se tenha essa segurança a longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço o comparecimento e a forma didática com que os expositores aqui expuseram seus temas respectivos. Mais uma vez, coloco a Comissão de Meio Ambiente à disposição de todos vocês.

Passo, agora, imediatamente para a segunda parte desta reunião, deliberativa.

Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 14, DE 2020

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Sr. Joaquim Álvaro Pereira Leite, Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, na audiência pública proposta pelo REQ 9/2020-CMA.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Como a Senadora justificou sua ausência, eu vou subscrever este requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do REQ 9/2020 – CMA, seja incluído o seguinte convidado: Sr. Joaquim Álvaro Pereira Leite, Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Comunico que a audiência em questão deverá acontecer na próxima terça-feira, 10 de março, a partir das 10h.

Também vou incluir um item extrapauta, do Senador Jayme Campos, o qual eu também, devido à ausência dele, subscrevo.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 16, DE 2020

- Não terminativo -

Requer a inclusão de representante da Embrapa na Audiência Pública objeto do REQ 9/2020 CMA com o objetivo de instruir o PL 5028/2019

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do REQ 9/2020 – CMA, com o objetivo de instruir o PL 5.028/2019, seja incluído o seguinte convidado: Sr. Celso Luiz Moretti, Presidente da Embrapa.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Outro item extrapauta, cuja inclusão eu deferi, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, e que também subscrevo ante a ausência do Senador.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 15, DE 2020

- Não terminativo -

Requer inclusão de convidado para a audiência pública de que trata o REQ 9/2020 - CMA

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do REQ 9/2020 – CMA, com o objetivo de instruir o PL 5.028/2019, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e altera as leis "tais", seja incluído o seguinte convidado: Mário Augusto de Campos Cardoso, especialista de políticas e indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em votação o requerimento apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, que também subscrevo.

Outro item extrapauta que foi deferido por mim, de autoria do Senador Luiz Pastore. Também tendo em vista a ausência do Senador, eu subscrevo este requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 12, DE 2020

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6479/2019, que institui a região da Costa Verde, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico, com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sra. Angela Kuczach; Sr. José Pedro de Oliveira Costa; Sr. João Orleans e Bragança; e o Sr. Fernando Antônio Ceciliano Jordão, Prefeito de Angra dos Reis.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 4ª Reunião, realizada em 20 de fevereiro de 2020.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Mais uma vez lembro que está aberto o prazo para que os membros da CMA sugiram políticas públicas a serem avaliadas pelo Colegiado ao longo do ano, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno.

Os requerimentos com as propostas devem ser remetidos à Secretaria e serão pautados ainda neste mês de março para a escolha das políticas e designação de relatores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Agradeço o comparecimento de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Luiz Pastore, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Leila Barros, Telmário Mota, Paulo Rocha, Paulo Albuquerque, Carlos Viana, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Dário Berger, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim e Irajá. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2020 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Instrução do PL 5028/2019 (Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais). Este encontro, o primeiro em atendimento ao REQ 9/2020 - CMA, integra um ciclo de audiências e debate "aspectos econômico-financeiros e jurídicos do pagamento de serviços ambientais". **Participantes:** Sr. Ludovino Lopes, Sócio-proprietário da Ludovino Lopes Advogados; Sr. Marco Fujihara, Sócio-administrador da Radce Consultoria e Participações Ltda; Sra. Linda Murasawa, Sócia-diretora Fractal Assessoria e Desenvolvimento de Negócios. Sr. Raul Silva Telles do Valle, Diretor de Direitos e Justiça Socioambiental da WWF - Brasil. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente. Esta ata será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos!

Agradeço a Deus a oportunidade por mais essa audiência pública aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente.

Quero iniciar justificando o meu atraso. Eu estava na Comissão de Direitos Humanos, numa audiência pública também de grande relevância. Eu fui, neste final de semana, visitar os povos guaranis-kaiowás, em Dourados, pela segunda vez, que estão sendo dizimados, infelizmente. Como essa audiência pública também envolvia os povos originários, eu tive que ir lá dar uma contribuição. Por isso, o meu atraso aqui. Peço perdão, porque não tenho o hábito de atrasar, mas por circunstâncias alheias à minha vontade isso teve que acontecer hoje.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2020, da CMA, de minha autoria, com o objetivo de instruir o PL 5.028, de 2019.

Esta é a terceira das quatro audiências que realizaremos sobre o tema.

Muito sucintamente, na primeira reunião, realizada em 20 de fevereiro, vimos a necessidade de uma futura política de pagamento por serviços ambientais representar toda a classe de potenciais provedores desse serviço.

Na segunda, dia 3 de março, identificamos a necessidade de uma terminologia precisa. Ouvimos, por exemplo, que serviços ambientais são executados por pessoas em apoio aos serviços ecossistêmicos, esses realizados pela natureza, com as suas funções ecológicas. Entendemos também a importância da objetividade do texto de lei que trate do tema e a necessidade de não inviabilizar o PSA para situações práticas já atestadas sob a égide do Código Florestal, bem como para deixar claras as origens dos recursos que alimentarão os pagamentos, sobretudo quando públicos. Já não restam dúvidas quanto à relevância do PSA para a promoção de atividades favoráveis ao meio ambiente, o que nos reveste, nesta Comissão, de grande responsabilidade para construir, em termos jurídicos, um texto que faça a aproximação do mundo real com o idealizado no projeto que sairá daqui.

No olhar econômico, o projeto precisa, consideradas as externalidades e, em especial, o mercado, reconhecer o valor de cada ação ambiental.

Para aprendermos sobre as questões jurídicas e econômicas envolvidas na criação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, realizaremos o encontro de hoje e, em complemento, atendendo a requerimentos dos membros da CMA, a última audiência no dia 19 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate, e o relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa 9/2017 – SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos e, antes de encerrarmos, se o tempo permitir, poderá apresentar suas considerações finais em 5 minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em 5 minutos após as exposições iniciais.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Sr. Ludovino Lopes, advogado especialista em serviços ambientais; o Sr. Marco Fujihara, sócio-administrador da Radce Consultoria e Participações, engenheiro agrônomo especialista em financiamento e recursos na área ambiental; Sra. Linda Murasawa, sócia-diretora da Fractal Assessoria de Desenvolvimento de Negócios, especialista em transformação dos modelos de negócios para uma economia de baixo carbono e sustentável; o Sr. Raul Silva Telles do Valle, diretor de Direitos e Justiça Socioambiental da WWF – Brasil.

Mais uma vez, agradeço o comparecimento de todos vocês e quero deixar claro que esta Comissão estará sempre de portas abertas. Esta Comissão é da academia, é das universidades, é dos movimentos sociais, é da sociedade civil organizada, é das instituições, é do público, é do privado; é de todo aquele que tem um olhar humanizador e entende que defender o meio ambiente é sair em defesa da vida humana em sua plenitude.

Eu fico muito feliz de estar aqui presidindo esta Comissão num momento tão delicado pelo qual passa o Brasil na área ambiental, num momento de total desmantelamento na área ambiental, que é um direito humano essencial, um direito humano constitucional, previsto no art. 225. Infelizmente, o Chefe do Executivo queria acabar com o Ministério do Meio Ambiente de direito. Ele não conseguiu, mas está acabando de fato, quando acabou com a Secretaria de Mudanças Climáticas, quando acabou com o Departamento de Educação Ambiental, com o Plano de Combate ao Desmatamento, quando reduziu a participação da sociedade civil, os membros do Conama, que eram 96, para vinte e poucos, quando criminaliza ONGs, quando prolifera a autorização de agrotóxicos. Só em 2019 foram 504 autorizações de novos agrotóxicos; agrotóxicos que são proibidos no Reino Unido, na Europa. A herbicida que está na nossa água é 300 vezes pior do que aquela que é permitida. A atrazina, o acefato... E agora, extração de minério em terra indígena, extração de petróleo na cabeceira da foz do Rio Amazonas. O que mais pode acontecer? Eu já estou perdendo a paciência com tanto desmantelamento na área ambiental. E, infelizmente, a população não está abrindo os olhos, porque ela está tendo uma visão míope, imediatista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela não entende que ela é parte significante disso. Será quando que a população vai acordar? Porque sem a floresta em pé na Amazônia não temos os rios voadores, não vai fazer chover no Sul, não vai fazer chover no Nordeste, no Norte, no Sudeste. Se nós não defendermos as nossas costeiras, como ficam a comunidade Marinha, Abrolhos, tantos santuários? Será difícil entender isso?

Então, este é um momento, nesta audiência pública, de a gente também ter a serenidade, a sobriedade e o equilíbrio emocional para entender que é possível, sim, a gente fazer um pagamento por serviço ambiental. É possível perfeitamente caminhar de mãos dadas, sustentabilidade gerando emprego e renda, alavancando a economia, mas tudo com responsabilidade, preservando o meio ambiente.

Perdoem-me o desabafo.

E agora com a palavra do Sr. Ludovino Lopes para suas considerações em, no máximo, 15 minutos.

Muito obrigado.

O SR. LUDOVINO LOPES (Para expor.) – Senador Fabiano Contarato, é um prazer estar aqui com V. Exa., uma honra também.

Senadores, senhoras e senhores, é um prazer e um bom-dia para todos aqui.

Bom, eu queria aproveitar esta oportunidade em que V. Exas. nos trouxe aqui para podermos conversar e fazer uma pequena viagem pelo tempo do ponto de vista da análise jurídica, para que nós possamos entender, pelo menos na perspectiva histórica, o que que estamos enfrentando do ponto de vista das questões jurídicas.

Se a gente volta ao século XIV, ao século XV, constata que a questão da titularidade da propriedade era exclusivamente do rei. Então, você não podia sequer caçar na terra ou utilizar os recursos dela sem a autorização do rei. A gente precisou esperar até 200 anos atrás, com o Código Napoleônico, para que a gente tivesse o conceito de propriedade privada, e esse conceito de propriedade privada nos trouxe, então, um novo mundo, onde o privado poderia, portanto, se apropriar e ter o direito a essa propriedade privada.

De lá para cá, Senador, a propriedade e o direito de propriedade vieram sendo moldados por uma coisa chamada função social. E a função social nos trouxe um conjunto de novos elementos que também estão conectados com a função ambiental e com um conjunto de novos formatos de uso e de limitação desse uso para determinadas funções que estão sendo estruturadas. E nós não estamos preparados, e ainda não estávamos preparados, para entender o que significa legislar ou criar novos ativos ambientais dentro desse conceito de propriedade. É por isso que a gente está tentando criar, então, os novos conceitos de carbono, de água, de biodiversidade, do próprio uso do solo e um conjunto de elementos que fazem parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um novo modelo do ponto de vista jurídico e de qualificação dessas novas formulações jurídicas para as quais a gente precisa dar valor econômico.

Aqui eu queria, então, estabelecer dois ou três pontos fundamentais para que a gente pudesse tentar separar conceitualmente algumas coisas. Uma coisa é o pagamento por serviços ambientais e a formulação jurídica de um mecanismo jurídico ou de um contrato para alicerçar o pagamento por serviços ambientais; a outra coisa diferente é nós conceituarmos o ativo ambiental, o bem jurídico ambiental. E eu acho que a gente está fugindo da verdadeira questão.

E eu acho que a gente está fugindo da verdadeira questão porque, ao tentarmos criar um modelo jurídico conforme o pagamento por serviços ambientais sem entregar a qualificação jurídica da natureza do bem ambiental, nós estamos correndo o risco de criar a forma e não o conteúdo e de perdemos a oportunidade de criar uma verdadeira economia ambiental dentro da estrutura jurídica do País. Eu vou tentar explicar isto.

O que nós temos hoje, na verdade, é um ativo ambiental que está nas nossas florestas que podemos chamar de – vou usar o conceito de floresta nesse caso aqui, ambiental – recurso natural ou de capital natural, vamos chamá-lo assim. Esse recurso natural, esse capital natural, tem sido objeto de estudos científicos de várias naturezas, aos quais a gente acabou chamando, por exemplo, de serviços ambientais: a produção de carbono ou de água, a regulação de água, por aí afora. Mas esse conceito é um conceito científico, não é necessariamente um conceito jurídico.

Quando eu copio e colo o conceito de serviços ambientais da ciência para o jurídico, eu tenho um pequeno problema, porque provavelmente algumas das coisas que estão ali dentro são produtos, não são serviços e, se são produtos, eles caem na categoria de ICMS e não na categoria de ISS. E, se eu optar por qualificar isso como um serviço, o fluxo da riqueza vai fluir através dos Municípios. Ao contrário, se eu o qualificar como um produto, esse fluxo da riqueza vai fluir através dos Estados. A fórmula pela qual vamos ter que desenhar essa estrutura vai ser extraordinariamente importante. Então, se nós criarmos apenas e nos preocuparmos apenas com a criação de um instrumento jurídico contratual para regular um contrato propriamente dito, estamos esquecendo toda a base, estamos criando o telhado em vez das fundações.

O que que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer basicamente o seguinte. Hoje nós já temos algumas legislações nacionais que nos indicam esse caminho. A lei do PIB Verde, de 2017, já nos diz que o Produto Interno Bruto deverá ser composto por esses ativos que estão qualificados como ativos ambientais, e o nosso Código Florestal já nos diz claramente qual é a natureza jurídica dos serviços ambientais. Então, legislar novamente sobre a concepção jurídica do que é um serviço ambiental não me parece necessário neste momento; parece-me mais necessário legislar sobre o ativo ambiental propriamente dito e legislar sobre a natureza econômica desse ativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer nesse sentido? Se nós formos hoje procurar a qualificação econômica, por exemplo, da atividade de conservação de florestas nativas, nós vamos encontrar um código de atividade econômica que se chama conservação de florestas nativas, mas não compreende a conservação da floresta nativa, o que significa dizer que, se eu quiser hoje transformar, como atividade econômica, a conservação de florestas, eu não consigo porque eu não tenho um código de atividade econômica e, aí, a partir desse conceito, a Linda não vai poder transformar isso num ativo financeiro, o Marco Antonio Fujihara também não vai conseguir transformar isso num ativo financeiro, porque eu não tenho um código nacional de atividade econômica para atividades de conservação ambiental no sentido pleno do termo.

Então, eu diria que a gente precisa pensar um dia num ativo ambiental. Ele nasce um ativo ambiental, precisa ser um ativo contábil, transformar-se num ativo econômico para, depois, se transformar num ativo financeiro. Essa cadeia precisa ser tratada e regulada do ponto de vista jurídico. Eu preciso definir claramente a natureza do ativo ambiental. Público? Privado? Ele é um produto? Ele é um serviço? Ele vai pelo caminho do ICMS? Ele vai pelo caminho do ISS? Embora hoje não esteja estruturado e compreendido na lei do ISS, ele tem uma rubrica contábil onde eu posso ativá-lo tanto como ativo público como ativo privado? Ele tem a capacidade de ter um código nacional de atividade econômica onde eu posso estruturar um contrato e aí, sim, valorar economicamente esse ativo? E, a partir daí, se ele é um ativo econômico, ele pode ser objeto de uma transação de custódia e de estruturação financeira que tem toda a sua cadeia estruturada no mercado financeiro.

Então, o meu desafio é: como é que nós fazemos para que um ativo ambiental possa se transformar efetivamente num ativo financeiro, passando por um ativo econômico dentro dessa estrutura? E como é que o jurídico pode ajudar na construção destas bases do ponto de vista da concepção jurídica deste ativo ambiental, deste bem econômico que está na base das nossas florestas?

E, aí, há algumas concepções aqui, Senador, que são fundamentais também. Uma é o conceito de serviço ecossistêmico; a outra coisa é o conceito de serviço ambiental no sentido conceitual propriamente dito, isto é, aqueles serviços que a nossa Constituição já define como serviços ecossistêmicos e que são prestados pela própria natureza em si.

A natureza – costuma-se brincar – não tem um CNPJ, mas ela pode ter uma forma de ser remunerada em relação a esse valor econômico. Hoje a nossa reserva legal está transformada num passivo. Ela não necessita ser um passivo, ela pode ser um ativo, e ela tem como ser um ativo com valoração econômica capaz de gerar uma atividade econômica produtiva se o conceito de código nacional de atividade econômica for mudado e, para mudar isso, Senador, não precisa mais do que chegar lá no IBGE e mudar a rubrica conceitual para que isso possa se transformar num ativo econômico. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é: a atividade que gera o serviço ambiental pode ser de duas naturezas, ela pode ser positiva, uma obrigação de fazer positiva, ou uma obrigação de fazer negativa, como não matarás, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatarás, certo? Então, esse serviço ambiental que está sendo prestado e remunerado se exerce sobre a remuneração daquela atividade que leva à conservação ou ao incremento do bem ambiental e do produto ambiental, e é em cima dessa lógica que me parece que precisamos construir uma economia ambiental propriamente dita.

Eu passei, há uns nove meses ou um ano atrás, num país chamado Nepal e pude perceber que, na Constituição do Nepal, já há o conceito de serviço ambiental e já há o conceito de serviço de carbono constitucionalmente consagrado. Eles já colocaram dentro da Constituição esse conceito dessa nova economia, transformando isso numa atividade constitucionalmente reconhecida.

Então, esse caminho da economia ambiental, onde o capital natural se transforma num produto ou num serviço, que tem uma rubrica contábil que pode ser passiva ou negativa, que se transforma num ativo econômico com um código de atividade específico para o desenvolvimento dessa economia e depois leva a uma economia que se transforma num ativo financeiro capaz de ser transacionado nos mercados, nos daria, então, sim, uma transversalidade do ponto de vista da conceptualização desses ativos para que, então, a gente pudesse criar um mecanismo jurídico de regulação dessa estrutura.

Agora, se criarmos só o mecanismo jurídico como um contrato sem pensar no alicerce e no fundamento, nós vamos ter problema no futuro.

E termino por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Ludovino Lopes, pela forma didática, pela clareza e pelo alerta que demonstra na sua exposição. Eu espero que quem esteja aqui esteja tomando nota, porque as audiências públicas têm esta finalidade: obter as contribuições e ver realmente como nós podemos adequar isso nesse projeto que está em tramitação.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Marco Fujihara.

O SR. MARCO FUJIHARA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Foi muito bom o Lopes ter colocado a questão jurídica antes de eu falar, porque agora a gente pode pegar toda a "longetividade" – sei lá qual seria a palavra mesmo – que você colocou e tentar transformar isso em alguns ativos e não precisar só...

O que eu tenho visto nesse projeto de lei é o seguinte. É um projeto que regula basicamente contratos, e a gente precisa ser um pouco mais agressivo nisso e transformar a questão ambiental em ativos de fato, ativos que possam ser transacionados. Aí todo mundo fala: "A reserva legal tem garantia". Não há um banco neste País que use a reserva legal como garantia de nenhum empréstimo! Isso dá para ser regulado no Banco Central, não precisa ser regulado pelo projeto de lei, não é? Qual é o valor de uma reserva legal? Se você sabe o valor, o banco pode usar isso como uma garantia para fazer outras coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como é que a gente transforma ativos, que a gente entende que são ativos, em instrumentos financeiros que possam ser colocados no balanço das empresas? O exemplo mais simples que eu vejo é que a maioria das empresas brasileiras de médio e grande porte fazem inventário de emissões. Quantas colocam nos seus balanços isso? Nenhuma. Então, a gente não está atribuindo às coisas que a gente faz um valor que seja reconhecido no balanço contábil. Se a gente não está atribuindo esses valores, como é que a gente quer reconhecer isso? Se uma empresa tinha emissões de dez e, no ano seguinte, ela passou a ter emissões de oito, esses dois são um ativo que tem que estar colocado no seu balanço. E por que não se faz isso? É porque não há regras? Não, é porque as empresas entendem que talvez isso não seja importante. Aliás, há uma empresa que faz isso no Brasil e, assim mesmo, com notas de rodapé de balanço, que é a Natura, mas muito timidamente faz isso.

Então, como é que a gente faz para reconhecer isso? Como é que a gente faz para reconhecer que a gente tem ativos e que a gente pode colocar esses ativos? É que, na maioria das vezes, as áreas de meio ambiente, Senador, e as áreas de sustentabilidade das empresas não conversam com a área financeira, elas nem sequer sabem da existência uma da outra. Então, como é que a gente faz para trazer a área de sustentabilidade para perto da área financeira para começar a conversar e começar a ativar isso nos seus balanços? Começar a trazer... Pagamento por serviços ambientais? Vai ser um enrosco para as empresas isso. Elas não vão saber nem onde colocar isso no balanço! A minha percepção clara é que, se a gente não trouxer a área ambiental e a área de sustentabilidade das organizações para perto da área financeira, não vai acontecer nada.

Outro dia, eu ouvi uma declaração do Presidente do Banco Central brasileiro dizendo que mudanças climáticas vão mudar o fluxo de capital do Planeta. Vai. Vai. Claro que vai, não é? E a gente está fazendo o quê? A gente não consegue nem legitimar as ações que a gente faz no balanço... As empresas ficam colocando lá o relatório de sustentabilidade, mas ninguém lê, é passarinho voando e não sei o quê, mas não colocam isso como um ativo e não discutem com o banco que aquilo pode ser colocado como uma garantia real. Então, eu acho que a gente tem que começar a pensar que instrumentos financeiros se criam no dia a dia, não se cria por decreto um instrumento financeiro. Instrumento financeiro se cria pela necessidade dele. O mercado de carbono no Brasil não vai existir porque vai haver um decreto que vai dizer isso, vai ser por causa do custo de oportunidade de redução de emissões no Brasil ser mais barato do que nos Estados Unidos, por exemplo.

Então, com essas coisas a gente precisa começar a impregnar a sociedade: "Você quer conservar? Isso tem um valor. Reconheça esse valor no seu balanço, reconheça esse valor nas coisas." Conservação tem um valor. Quem não sabe o valor não conserva.

Então, eu acho que a grande contribuição que o Senado pode dar a essa discussão é: como internalizar essas discussões em normas? Por exemplo, o Instituto Brasileiro de Contabilidade tem normas para isso. Existem normas de ativo biológico. No seu Estado, no Espírito Santo, já vi empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fazem avaliação de ativos biológicos. Mas fazem avaliação e deixam lá no balanço num cantinho. Então, como é que a gente faz para instrumentalizar tudo isso? Se a gente conseguir instrumentalizar tudo isso, será a partir de dois conceitos, e aí são dois conceitos absolutamente importantes. O primeiro conceito é adicionalidade: tem que ser sempre adicional ao que se faz.

A grande discussão de que eu me lembro da época do Protocolo de Kyoto era a reserva legal. Se eu enriquecer uma área de reserva legal, eu posso ter crédito de carbono nessa área? "Ah, mas já há uma lei que diz que tem que conservar." Bom, essa é uma discussão absolutamente complexa, na minha opinião, mas que, independentemente da lei, precisa ser conservada, independente de qualquer coisa. Então, como é que se valoriza isso?

Bom, como instrumentos de mercado, Senadora... Eu tenho certeza de que o mercado de capitais brasileiro, por menor que seja, por mais incipiente que seja, tem todos os sistemas de garantia que podem acontecer. Por exemplo, a gente evitar uma dupla venda de serviços ambientais: a Cetip faz isso no mercado de capitais muito bem. O mercado de capitais é regulado pela CVM. O mercado de ativos ambientais da Califórnia é regulado pelo órgão de mercado de capitais.

Então, a gente não precisa inventar muita coisa. A Cetip faz toda uma regulação de dupla contagem. Eu não posso vender o mesmo serviço ambiental para o senhor e para aquela pessoa da frente, porque eu não estou regulando o serviço, eu estou regulando a transação. E quando a gente passa a regular a transação, fica muito mais fácil. A lei tem que determinar o que é serviço, o que não é serviço, mas, se a gente quiser instrumentos de controle e instrumentos financeiros, eles têm que ter regras claras. Nenhum investidor entra num negócio que não tem regra clara, ele foge disso.

Então, os instrumentos de mercado de capitais de que o Brasil dispõe, via mercado de capitais, via CVM, via bolsa de valores, são instrumentos absolutamente satisfatórios para a gente controlar todos os ativos ambientais que possam vir a ser criados a partir dessa legislação. Eu não entendo que a gente precise criar novas normas. Eu entendo que a gente precisa adaptar as normas que já existem.

O melhor exemplo que eu tenho é a Califórnia, a Califórnia faz isso muito bem. Então, eu acho que, no Brasil, a gente tem um espaço bacana para trabalhar isso.

Há a questão da adicionalidade e há outra questão que me parece importante: é a linha de base. A linha de base é onde eu começo a contar serviços ambientais. E a preocupação que eu tenho tido ultimamente, Senador – eu quero externar aqui a minha preocupação –, é que as práticas que estão sendo feitas no Brasil relativamente a isso são práticas muito sofríveis, algumas são práticas muito complicadas do ponto de vista de enganar a população mesmo, de trabalhar com o crédito que não é crédito, de trabalhar com coisas que eu entendo que são bem complexas e que eu entendo que têm outras variações que não necessariamente a questão ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha preocupação, Senador, é que a gente estabeleça mecanismos de práticas e serviços ambientais que sejam regulados na transação, porque o mercado de capitais faz isso e funciona. A questão básica hoje é: como fazê-lo? A lei vai determinar o que é legislação, o que é serviço "a", serviço "b", como é que se quantifica, tudo mais, mas se a gente não fizer alguma coisa em que a gente aproveite a regulação de mercado de capitais que a CVM já tem... A gente talvez consiga inventar regras de novo, mas talvez não seja necessário fazer isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Marco Fujihara.

Imediatamente passo a palavra para a Sra. Linda Murasawa para sua fala em, no máximo, 15 minutos.

A SRA. LINDA MURASAWA (Para expor.) – Obrigado, Senador. É um prazer estar aqui com os colegas.

A ideia aqui é fazer uma complementação. Já sabendo que o Ludovino é advogado e o Fuji trabalha nessa parte de mercado financeiro há muito tempo, a ideia é tentar trazer um pouco as questões de mercado e como essa lei vai combinando com tudo isso. Então, na hora em que a gente começa a pensar nessa questão de pagamento de serviços ambientais, o mercado olha um instrumento que você precisa precificar, só que esta é a questão: como criar um sistema de preços que incentive os agentes a tomar decisões ambientalmente corretas? Isso é muito complexo.

É o que o Fuji colocou, é o que o Senador colocou, porque a questão é da valoração à vida, que não necessariamente significa precificação. São termos diferentes. A valoração à vida precisa ser prioritária em relação a qualquer valoração econômica. Então, na hora em que nós olhamos serviços ecossistêmicos, precisamos entender que essa valoração é a prioridade em função de uma continuidade de vida, não simplesmente da continuidade de um modelo.

Aqui eu não vou me aprofundar muito, porque todo mundo aqui sabe o que é que são os projetos que estão ligados à recuperação da vegetação e a pagamentos de serviços ambientais. Eu já começo a entrar aqui um pouco na questão dos modelos que foram discutidos.

Eu vi vários PLSs, várias discussões que estão sendo feitas aí durante a tramitação do PL. Algumas foram até colocadas, como a possível consideração de um fundo federal de compensação por serviços ambientais. O ponto de atenção é justamente quando eles colocam a questão...

Se eu conseguir acertar aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, ali onde estão as comunidades, há um "recebe um recurso em dinheiro". Esse aspecto em relação à questão de receber o dinheiro está vinculado à questão de uma doação. Então, esse é um ponto que eu quero que vocês lembrem.

O segundo é parecido, só que ele traz uma questão de financiamento com juros diferenciados. Então, significa uma taxa de juros menor com um longo prazo. Que cuidados a gente tem que ter quando a gente olha esses tipos de instrumentos que estão sendo colocados?

É necessário você trabalhar com dinâmicas de mercados, como colocaram o Fuji e o Ludovino, já conhecidas. Então, você não vai sair inventando nada, mas você vai tentar trazer, junto ao mercado financeiro... Quais instrumentos de mercado, que ativos você qualifica, que produtos você pode utilizar e por quê? Porque você tem que trazer todo e qualquer serviço baseado em atratividade de investimentos.

Então, para a sustentação de qualquer fundo, a pergunta básica é: quem é o investidor? Quem vai fazer a manutenção desses fundos? Como é que você sustenta qualquer modelo ou qualquer lei baseada em um mercado? Portanto, na hora em que a gente olha o pagamento de serviços ambientais, percebe que eles precisam ser reconhecidos juridicamente e financeiramente, mas é preciso criar modelos com que o mercado possa trabalhar.

Um exemplo disso é a cidade de Nova York, com Catskill, em que a demanda foi: como manter a questão da segurança hídrica para a população da cidade de Nova York? Eles começaram, em 1996, com uma preocupação de abastecimento de água da população e, naquela época, simplesmente o sistema de tratamento de água pensou num projeto tradicional: vamos pegar água do Rio Hudson, fazer o tratamento e sair distribuindo. Só que aí vários cientistas apontaram que não só a questão da vazão, mas a poluição e todas as atividades não dariam essa sustentação a longo prazo. O que significa isso? E na época eles falaram assim: "Olha, um projeto de uma estação de tratamento de água vai custar US$6 bilhões com US$250 milhões de manutenção/ano". Até que alguém chegou lá e falou assim: "Temos um outro modelo, chamado *ecosystem payments*, que é o pagamento serviços ambientais. Esse modelo traria uma parceria público-privada, com US$1,5 bilhão de investimento e US$167 milhões/ano para manutenção.

Por que eu estou trazendo tudo isso? Porque, na hora em que houve uma legislação... Nova York trouxe uma legislação, um reconhecimento do ativo que deveria existir de ecossistemas. Só que esses ecossistemas não existiam mais na cidade Nova York, Nova não tinha mais condições de ter esses serviços ecossistêmicos. Eles foram buscar onde? Numa cidade chamada Catskill. Essa cidade de Catskill é basicamente de produtores rurais, com os quais a cidade de Nova York fez um contrato para a manutenção não só do que a gente poderia chamar aqui no Brasil de reserva legal, mas também para aumentarem suas áreas, que se tornariam RPPNs. Então, esses produtores fizeram contratos com a cidade de Nova York reconhecidos juridicamente, reconhecidos economicamente. São contratos de 30 anos ou contratos vitalícios. Aqueles que tornaram em RPPN fizeram contratos vitalícios em que, mesmo sendo vendidas para terceiros, será mantida a funcionalidade daquele uso de solo, preservando, assim, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ecossistemas e trazendo receitas adicionais, porque, de toda a água de Nova York que é paga, uma parte é transformada em receita para os produtores manterem todas essas áreas. E um detalhe: como aumentaram, expandiram essas áreas, eles criaram ecoturismo.

Para quem estava para investir 6 bilhões e investiu 1,5 bilhão, já houve uma eficiência de recursos públicos imensa, só que houve geração de empregos e ainda houve geração de receitas. Esse projeto trouxe um adicional de US$100 milhões/ano em receitas de ecoturismo.

Então, é possível você transformar modelos de modo a fazer valoração e enxergar que aquilo ali traz uma preservação não só ambiental, mas para a qualidade de vida. E esse é um dos *cases* que são mais estudados no mundo. Todo mundo analisa e estuda esses modelos econômicos, e ninguém consegue dizer que esse modelo não funciona. E a valoração de tudo isso... Inclusive, vários PhDs econômicos dizem o seguinte: valorar um serviço ecossistema é impossível; o ser humano pode fazer várias intervenções, mas a natureza cria serviços que nós não conseguimos reproduzir. A geração de água é um deles.

Então, na hora em que a gente começa a olhar que é possível fazer uma convivência, mas uma convivência de planejamento de longo prazo, você começa a ver que é possível reproduzir, como é o caso de Extrema, em Minas Gerais. Em Extrema houve uma reprodução desse modelo de Catskill em Nova York, em que você também parte de uma área prioritária... O importante quando a gente pensa em legislar é entender também quais são as áreas críticas. Extrema tem o Rio Jaguari, que é um dos grandes rios que alimentam a Bacia do PCJ. E essa Bacia do PCJ é uma das grandes responsáveis por alimentar o Sistema Cantareira, ali em São Paulo.

Então, na hora em que você olha que não é simplesmente uma atividade local... Essa atividade fez uma movimentação de um conjunto de leis que já existiam, como a questão da bacia – a ANA atuou em conjunto com os sistemas que eles colocaram no Município –, uma legislação em que você pode reconhecer esse tipo de atividade, esse tipo de serviço, eles fizeram uma valoração desses serviços.

Em 2013, os produtores rurais estavam recebendo cerca de R$198 por hectare/ano para manter esse serviço ligado ao conceito de conservação das águas. Isso tudo trouxe um modelo de água potável, todo um projeto voluntário, uma vegetação que foi aumentando.

Há também um ponto que o Ludovino trouxe, que é a questão do direito consagrado do usufruto da propriedade privada. Em todo projeto que a gente olha em termos de legislação, qual é o cuidado? Não haver uma interferência do Estado sobre um bem que é privado. Nesse sentido, em todas as legislações, tanto de Nova York quanto de Extrema, assim como do Estado do Senador, o Espírito Santo – eu só não trouxe aqui, Senador, porque vi que no outro debate já foi feita toda essa discussão –, a gente começa a ver que os modelos conceituais trazem grandes vantagens para todos.

Na hora em que você conserva essas produções, você traz para as cidades água, produtos agrícolas, lazer, bem-estar, conservação, traz ainda inovações em pesquisa e desenvolvimento, atrai investidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de multilaterais, bilaterais, doações, incentivos tributários. Quando você vai fazer uma pesquisa no desenvolvimento a partir de uma indústria, por exemplo, de fármaco ou até de alimentos, você pode ter a junção de outros incentivos fiscais que o Brasil já tem, do tipo Lei do Bem etc., e você começa também a trazer, dentro do planejamento do setor público, uma eficiência de recursos. Traz planejamento de longo prazo e, melhor ainda, torna obrigatório o mapeamento de áreas sensíveis e críticas, porque – como no caso de Extrema, em que a cidade foi um dos grandes fatores de alimentação do Sistema Cantareira – você começa a trazer benefícios que devem ser reconhecidos. Se um produto serve para todos, por que não todos colaborarem com esse produto? Então, nesse ponto você traz cada vez mais as questões ligadas às legislações, em que a gente precisa garantir segurança jurídica através desses instrumentos, como o PL, e fomentar essa segurança hídrica, alimentar e de conservação.

Essa integração de arranjos institucionais vai atrair novos programas – principalmente pensando que não devem desestimular programas existentes, como o do Estado do Espírito Santo ou de Extrema – e trazer modelos que se sustentem a longo prazo, porque, se você simplesmente criar um fundo que tenha, um começo, meio e fim em termos de doação, você não estará olhando a longo prazo. Você pode enxergar por um prazo de três, cinco, até dez anos, mas ele não traz um modelo de manutenção autossustentável. E, se você não traz um modelo de autossustentação, você não atrai investimentos. E, se você não consegue atrair investimentos, você pode engessar todo e qualquer modelo que venha a ser discutido em lei ou até mesmo nesse serviço.

Deixo essas palavras, Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sra. Linda Murasawa, por suas considerações, por sua fala.

Passo agora a palavra ao Sr. Raul Silva Telles do Valle, da WWF Brasil.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Agradeço o convite para participar desta Mesa sobre esse assunto, que é tão importante. Estamos há anos aqui, vários de nós, acompanhando esse projeto de lei. Estamos muito felizes por saber que ele já veio para o Senado. A gente tem certeza de que este ano a gente conseguirá aprovar um projeto moderno e positivo para o País.

Eu vou tentar me centrar aqui no projeto de lei. Acho que esse é o nosso objetivo aqui. Não vou tentar fazer grandes divagações sobre o PSA e tudo mais. Vou tentar focar naquilo que eu acho que interessa e em como que a gente consegue aprimorar um texto que é um texto que já veio da Câmara com um grande acordo. Aliás, acho que isso é positivo. Queria aqui ressaltar que nós, do WWF e de outras organizações, vemos com felicidade que ele tenha sido aprovado nesse ambiente de agenda positiva, num momento em que País precisa disso. Não queremos apenas ficar falando do que há de negativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a primeira questão que vem é a seguinte. Para que a gente precisa de uma lei de pagamento por serviço ambiental? Se a gente olhar para as experiências ao redor do mundo e no Brasil também, a gente vê que grande parte dos programas, ou iniciativas, de pagamento por serviço ambiental são programas públicos, são feitos pelo Estado. O Estado mobiliza recursos e faz o pagamento.

Existem outros programas que seriam, digamos, público-privados, em que o Estado de alguma forma cria um mercado, com obrigações, *cap-and-trade*, para que agentes privados possam distribuir os recursos de pagamento pelo serviço ambiental, mas a partir de uma obrigação imposta pelo Estado. E existem mecanismos privados também, que são uma minoria. Vários deles, uma grande parte, são de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, então, de alguma forma, têm fins públicos também. Mas também temos empresas que se interessam... O caso de Nova York, que foi colocado aqui, é um caso, embora seja uma cidade, era uma concessionária de serviço público. Pode-se dizer que tem uma lógica empresarial. Na ponta do lápis, fazia sentido ela fazer aquele mecanismo.

Pensando nisso, acho que a gente tem que diferenciar... Portanto, a lei vai servir para utilidades diferentes. Uma é para o mecanismo de serviços ambientais, de pagamento de serviços ambientais feitos pelo Poder Público e pelos particulares. E para ambos tem que haver coisas diferentes, a gente não pode tratar tudo no mesmo saco, porque se não vai haver problema.

Então, para que a gente precisa de uma lei? Primeiro, a gente precisa de uma lei que possa reconhecer que existem serviços ambientais. Isso é importante, ou seja, essas coisas existem. Existem atividades prestadas por nós, pela sociedade humana, que geram externalidades positivas, e essas externalidades positivas que aproveitam a todos nós da sociedade são externalidades que podem ser remuneradas, que podem ser reconhecidas, que têm um valor econômico, o que justifica ao Estado poder destinar recursos para isso.

A gente tem que lembrar que, no caso do Governo do Estado, vige o princípio da legalidade estrita: ele só pode fazer aquilo que a lei autoriza. Então, para que o Governo, o Poder Público, o Estado possa destinar recursos para um particular em função de qualquer atividade, é importante que a lei reconheça que aquela atividade é passível de remuneração. Então, para os mecanismos públicos de PSA, faz sentido haver uma lei que em nível nacional reconheça: isso existe, tem valor e podemos despender recursos públicos para isso. Então, essa é uma primeira utilidade.

A segunda utilidade que pode ter uma lei nacional de PSA é alocar recursos, criar mecanismos que possam trazer recursos para o pagamento, seja criando um fundo nacional, seja pegando dinheiro de *royalties* do petróleo, de alguma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, seja destinando recursos de impostos, seja criando mercados, como fez o Código Florestal com a Cota de Reserva Ambiental. Criou mercado: todo mundo tem que ter um mínimo de reserva legal; quem não tem pode adquirir uma cota de alguém que tenha mais; e criou-se um mecanismo de transação. É uma forma de fazer pagamento de serviço ambiental, porque lá na ponta você tem um produtor que tem um déficit de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reserva legal pagando para um produtor que tem reserva legal adicional. "Pode-se enquadrar como tanto", isso a lei pode fazer também; criar mercados para tanto, alocar recursos.

E a terceira finalidade que uma lei pode ter é, para os mecanismos privados, identificar quais são os problemas que nós temos hoje que criam insegurança jurídica. A lei pode pacificar essa insegurança jurídica para facilitar as transações privadas, dentro do princípio – eu acho que é importante ter isso claro – de que as transações privadas têm que gozar da maior liberdade possível para que elas possam fazer o que bem entenderem, desde que não seja ilegal e desde que você possa ter segurança de que as partes vão poder fazer. Então, a lei poderia facilitar algo que hoje tenha algum problema e que, porventura, precise de algum esclarecimento na lei, porque vai demorar para o Judiciário fazer ou para que outros órgãos possam fazer.

Essas são as três grandes finalidades que, a meu ver, uma lei tem que trazer e que demandam uma lei.

O projeto que está aí, que foi aprovado na Câmara, de alguma forma cumpre com o primeiro requisito, ou seja, ele traz, sim, alguns conceitos gerais sobre o que que é serviço ambiental, reconhece a existência e permite o pagamento do Estado para particulares. Então, o.k.

O segundo, que é destinar recursos, pela nossa situação fiscal no Brasil, o projeto não tem. Então, poderia trazer, não traz... Acho que, tudo bem, é uma opção, e talvez seja a única opção disponível neste momento, mas não trouxe recursos novos, não criou um fundo, não criou um mercado nem nada. Porém, isso pode ser feito posteriormente, não tem problema. Seria ideal que tivesse acontecido, mas, se não aconteceu, a gente pode avançar sem isso.

E a terceira questão, que eu acho que é a mais problemática, na qual eu gostaria de me centrar um pouco, diz respeito às iniciativas privadas. A pergunta é: será que esse projeto está solucionando os problemas jurídicos que nós temos hoje, para facilitar que as transações privadas possam acontecer, ou não?

Então, vou agora descer um pouco ao detalhe. A meu ver, o texto, embora seja novo – queria aqui parabenizar o acordo que houve na Câmara, o esforço de todos que estamos debruçados sobre isso para avançar –, traz alguns pequenos problemas que acredito que o Senado possa corrigir. Um deles, a meu ver, é uma centralização excessiva dentro desse mecanismo federal que está sendo criado no texto. Então, ele, por exemplo, cria um colegiado ligado ao Ministério de Meio Ambiente, que vai determinar algumas regras para a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Isso se aplica, portanto, pela regra do texto, não só a um futuro e eventual programa federal, que não existe hoje, mas que pode vir a existir, mas a programas estaduais, a programas municipais, inclusive atividades particulares, porque está escrito lá que esse colegiado vai definir regras que valem para o País inteiro, para política nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dentre elas, por exemplo, a do art. 14 diz que esse colegiado vai definir métricas de valoração dos contratos e definir os critérios de proporcionalidade no pagamento por serviços ambientais que envolvam recursos públicos. A meu ver, esse dispositivo é um risco. Por que é um risco? Porque esse colegiado vai começar a definir para o País inteiro métricas para valoração. E você pode ter, como já tem hoje, programas estaduais e municipais que tenham métricas diferentes. E não há nenhum problema, porque o que é importante é deixar que as coisas aconteçam. Então, se, de repente, esse colegiado define uma métrica de valoração que é distinta, por exemplo, do Programa Reflorestar, no Espírito Santo, que é o caso de maior sucesso no País até hoje, o programa do Espírito Santo vai passar a estar ilegal no dia seguinte, porque a métrica dele é diferente. Ou ele vai ter que ajustar a métrica dele para algo que não é o ideal, para cumprir com uma determinação de um colegiado federal. Não me parece fazer sentido isso.

Da mesma forma, o critério de proporcionalidade que um contrato particular possa ter... Não faz sentido que você tenha uma regra definida por um colegiado nacional que tenha que se aplicar a todas as hipóteses, ou seja, nesse caso, nós não deveríamos permitir que tenhamos uma lei que tenha aquela coisa *one size fits all*, ou seja, que todo mundo tenha que se ajustar a uma grande regra nacional, porque, por mais boa vontade, por mais capacidade de técnica que esse colegiado possa ter, é impossível que ele consiga apreender todas as especificidades dos programas locais. E, portanto, nesse critério, a lei deveria permitir – e a Linda colocou isto aqui – que os programas locais possam continuar; que eles não tenham que se ajustar no detalhe a regras definidas por esse colegiado.

Da mesma forma, eu penso que o projeto, embora seja positivo, porque ele tenta – eu entendo a boa intenção – trazer cláusulas essenciais aos contratos de pagamento por serviço ambiental, isso também pode acabar engessando programas locais, ou seja, em alguns programas locais pode não fazer sentido aquelas cláusulas estipuladas na lei. Temos que lembrar: quando a lei estipula uma cláusula, vira um contrato regulado, ou seja, todos os contratos de pagamento por serviço ambiental têm que ter aquelas cláusulas, como acontece com contratos de aluguel e outros contratos, poucos casos no Brasil, que são contratos regulados por lei. Nesse caso, pode fazer sentido aquela cláusula em vários casos, mas pode haver alguns casos nos quais não faça sentido ter aquelas cláusulas, modalidades de pagamento por serviço ambiental que não estão pensadas na lei federal. E aqueles casos vão ter que se ajustar, de alguma forma, digamos, quase que *fake*, para cumprir com uma obrigação legal, e isso não faz sentido.

Então, na nossa avaliação, métricas, definição de proporcionalidade, o que pode ser pago, o que tem que estar no contrato, isso tudo tem de ser definido em cada um pelos Estados e pelos Municípios. Poderia a lei, sim, trazer quais são as regras para um programa federal. Faz sentido. E o programa federal pode servir de inspiração, de guia para os programas locais, mas não deveria a lei permitir que um colegiado central ou que uma regra federal venham engessar os programas que ainda estão começando. Eu acho que disso é importante a gente ter clareza também. Não é que nós temos uma larga experiência e isso acontece em todos os cantos. Não. Programas de pagamento por serviço ambiental são poucos. Estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começando. É um mercado nascente. Um mercado nascente tem que ter mais liberdade de crescer e não ter uma regra que vai engessá-lo nesse momento.

Um terceiro ponto que eu sei que já foi bastante debatido aqui, mas ao qual eu queria voltar, é essa regra de que não se pode fazer pagamento por serviço ambiental genericamente sobre APP e reserva legal. Eu acho que esse é um ponto que vale a pena nós detalharmos e pensarmos um pouco.

Vou voltar aqui no que foi tema da semana passada. O Programa Reflorestar, do Espírito Santo, que, de novo, é o maior programa em escala, o que mais tem feito a diferença no País, tem mais áreas, tem mais continuidade, ou seja, é aquele que está melhor estruturado, faz justamente pagamento para restauração de APP, que é uma obrigação do produtor, mas que, sem aquele programa, não teria acontecido. A gente pode ver isso na paisagem do Espírito Santo. Quem vai lá conhece, sabe o que está acontecendo.

Então, por que o programa do Espírito Santo, assim como outros programas, que é o caso do Produtor de Água, que é o caso de Extrema, que são vários casos... A grande maioria dos casos de pagamento por serviço ambiental no Brasil hoje se ancora na legislação florestal e faz o pagamento para cumprir aquilo que está na lei. É um auxílio ao cumprimento da lei. Mas por que ele poderia fazer isso? Porque tem adicionalidade. Então, acho que uma coisa que o projeto poderia trazer é um conceito melhor de adicionalidade. Adicionalidade não é aquilo que é diferente do que está na lei, aquilo que vai além da lei só. Em alguns casos, pode ser, mas, em muitos casos, pode não ser. Adicionalidade é aquilo que é diferente do que é praticado comumente na realidade, no chão, o chamado *business as usual*.

Então, o caso do Espírito Santo é um caso muito claro, ou seja, muito embora exista uma lei há décadas, dizendo que as nascentes têm que ser preservadas e, se desmatadas, têm que ser recuperadas, a realidade é que há um conjunto muito grande de pequenos produtores que não têm renda ou conhecimento ou condições técnicas suficientes para fazer aquilo, e aquelas nascentes que, embora protegidas há décadas, estavam desmatadas há décadas e não seriam recuperadas, com o programa começaram a ser. Isso é adicionalidade.

Esse foi o critério consagrado para o Protocolo de Quioto, que não olhava para a lei. Falava: bom, esse projeto muda a realidade ou não muda a realidade? É necessário fazer um pagamento ou ter algum tipo de incentivo para que aquele agente particular assuma um ônus que ele não teria que assumir, ou teria por lei, mas não assumia e não ia fazer diferente, para que ele possa ter uma atitude que é positiva para a sociedade? Essa é lógica da adicionalidade. É diferente do *business as usual* e cobre um custo de oportunidade do particular que, se não fosse com aquilo ali, não o faria, ou seja, ele tem que adotar uma postura... Para ele fazer algo que é positivo para a sociedade, ele tem que fazer algo que é negativo para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro do caso do Programa Proambiente, que foi uma primeira tentativa de programa nacional de pagamento por serviço ambiental, que mirava o quê? Ele mirava pequenos produtores que queriam fazer transição agroecológica. E como ele mensurava, nesse caso, o pagamento? Ele mensurava em horas de trabalho. Por quê? Porque para aqueles pequenos produtores, que estavam acostumados a fazer roçagem ou a ter criação de gado, fazer uma agrofloresta, muito embora economicamente na ponta do lápis fizesse muito sentido – você não precisava nem de algum incentivo, na ponta do lápis –, aquilo dava um trabalhão danado, porque demora muito mais tempo, exige muito mais esforço do que você fazer uma roça de milho ou fazer criação de gado. Então, foi esse tempo que passou a ser valorado e remunerado. Para aquele produtor ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE (Para expor.) – ... ter uma ação de serviço ambiental que é fazer um plantio agroflorestal, ele tinha um custo privado, um ônus. E aquele pagamento cobria aquele ônus. É simples assim, tinha adicionalidade: não se olhava se aquilo era reserva legal, se era APP, se era outra coisa; fazia-se porque aquilo fazia a diferença.

Então, eu acho que o projeto pode trazer um critério de adicionalidade, em vez de ficar discutindo se pode ou não pode genericamente pagar por APP ou reserva legal. Porque, por exemplo, se eu sou um produtor e faço uma reserva legal de 40% da minha área no Espírito Santo, eu tenho 20% acima do que a lei permite ou do que me exigiria, mas é reserva legal. Eu vou proteger para sempre e não posso ser remunerado por aquilo. A lei, do jeito que está, está proibindo isso. Ou se eu fizer uma RPPN: uma vez feita uma RPPN, eu tenho que proteger; se eu tenho que proteger, não posso receber.

Bem, com isso eu finalizo aqui. Vamos partir para os debates.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Raul.

Mais uma vez agradeço a participação de todos os palestrantes, lembrando que à tarde haverá uma reunião técnica com todos vocês para se debruçarem e, de forma concreta, pontuarem todas essas considerações para melhor elaboração desse projeto. Mais uma vez eu quero agradecer-lhes.

Esta audiência está sendo veiculada e todos que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Aqui quero agradecer a participação da população, em especial do Bertrand Guedes, de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Bertrand questiona: "Quais serão as fontes dos recursos para o pagamento dos serviços ambientais?". Boa pergunta, porque todo mundo quer saber quem vai pagar essa conta. Então, está bastante atento o Bertrand Guedes, de Pernambuco, que ainda questiona: "Haverá dotação orçamentária do Governo Federal?".

Patricia Freitas, de São Paulo, também dá a sua contribuição – obrigado, Patricia –: "Este projeto de lei poderia incentivar os proprietários rurais a promoverem ações destinadas à preservação ambiental?".

São duas colocações aqui. E aos palestrantes que se sentirem à vontade para responder eu agradeço.

Aqui há dois questionamentos da equipe que eu quero passar para vocês também, se vocês ficarem à vontade, por favor.

A política nacional deve enquadrar o serviço ambiental prestado como instrumento econômico ou financeiro? Que efeitos uma e outra classificação trariam para a implementação da lógica de pagamentos? Isso eu acho que foi muito bem abordado pelo Ludovino Lopes, na sua fala, complementando aqui o Marco.

No sentido de criar segurança jurídica para as experiências já existentes, sem limitar a entrada de outros provedores, o que deveria ser reavaliado no texto do projeto de lei? Essa é a preocupação que o Sr. Raul e a Linda também vieram aqui enaltecer.

Então, eu agradeço e agora abro para o Sr. Ludovino fazer suas considerações finais. E, se quiser e se sentir à vontade, pode responder qualquer uma dessas perguntas.

Em seguida, na ordem, o Sr. Marco, a Sra. Linda e o Sr. Raul.

Muito obrigado.

O SR. LUDOVINO LOPES (Para expor.) – Senador, obrigado.

Bem, a pergunta de US$1 milhão ou de mais de US$1 milhão, na verdade, é essa questão do ponto de vista financeiro. Eu diria o seguinte: se olharmos em volta do planeta, quando olhamos diversos lugares do mundo, a gente vai poder perceber que já existem mercados de serviços ambientais e mercados ambientais há bastante tempo. Isso não é uma coisa nova, digamos assim. A água sempre foi um ativo ambiental fundamental para a raça humana, para o ser humano. Então, isso já acontece há muito tempo. O ponto é que hoje a gente está trazendo esse ativo ambiental e esse serviço ambiental para uma modelagem que precisa galgar os conceitos não apenas econômicos, mas trazer para o setor financeiro. E a gente tem essa diferença de conceptualização.

E aí o ponto fundamental é: se fizemos um levantamento dos mercados e dos ativos ambientais, vamos encontrar mercados de carbono, de biodiversidade, de água... Mais de 240, 250 mercados já foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificados, por exemplo, por uma instituição que chama Ecosystem Marketplace. Se vocês procurarem lá, vocês vão poder perceber que há uma lista de mercados de ativos ambientais, mercados ambientais que estão funcionando no mundo já há bastante tempo. Há estruturas como, por exemplo, em Illinois, onde você já tem um registro de ativos ambientais que fundamentam a economia do próprio Estado e da estrutura do Estado. O registro eletrônico de Illinois tem água, tem biodiversidade, tem carbono, tem um conjunto de elementos lá dentro. Então, já é possível de verificar que existem esses mercados. Não é uma novidade aquilo que a gente está estruturando aqui.

Do ponto de vista jurídico, a gente já tem, Senador, na nossa legislação nacional, a previsão de criação desses mercados. O art. 9º da Política Nacional sobre Mudança do Clima já tem o mercado de carbono estruturado, que, inclusive, já foi de alguma forma criado lá atrás pela Comissão de Valores Mobiliários. E o §5º do art. 41 do Código Florestal já promove a criação do mercado de serviços ambientais como referência para o desenvolvimento do plano do Programa de Incentivos por Serviços Ambientais, que o próprio art. 41 já estipula. Então, eu diria que a gente já tem um conjunto de elementos na nossa legislação... A própria definição de serviço ambiental já está na nossa lei, no 41. Não precisamos inventá-la de novo.

Então, o que nós precisamos, sim, é criar essa distinção, que o Dr. Raul colocou ainda pouco muito bem, entre quais são as normativas estruturais para um programa público de serviços ambientais e quais são os enquadramentos econômicos que precisam ser estruturados por um programa privado para fomentar e incentivar esse programa. Eu diria que a visão que tem sido colocada ao redor do mundo não é mais a de pagamento apenas; é a visão de fomento, incentivo e criação de mecanismos econômicos e financeiros para levar a uma economia ambiental que geram os serviços ambientais.

Então, quando a gente coloca a questão apenas do ponto de vista do pagamento, significa que alguém vai ter que pagar e alguém vai ter que receber. E aí vem a pergunta: onde está o dinheiro? Onde está a conta para fazer esse pagamento? Então, o que nós podemos e precisamos colocar é um conceito um pouco mais abrangente, de fomento e incentivo, que nos leva a uma nova dimensão de pensar essa estrutura legal, que nos leva a um novo modelo de estruturação desse processo. E aí, baseado em quê? Em ativos econômicos ambientais. Para isso, precisamos trabalhar a questão de transformar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUDOVINO LOPES (Para expor.) – ... respondendo à sua pergunta – de transformar esse instrumento jurídico que está sendo colocado na lei de pagamento por serviços ambientais – eu diria que ela deveria ser de fomento e incentivo a serviços ambientais, como um sistema –, mas transformá-lo num instrumento econômico que possa dar, com grau de segurança e acurácia, para os mercados financeiros essa estrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não me parece que a gente precise regular a questão financeira nesse sentido, porque os instrumentos financeiros já existem. O Marco falou sobre isso, a Linda falou sobre isso. Eles já estão aí. A gente não precisa inventar a roda, porque, quando a gente inventa a roda, a gente a faz quadrada, porque, para inventar uma roda nova, há que se fazer alguma coisa diferente.

Agora, precisamos, sim, qualificar a natureza jurídica do ativo ambiental. Precisamos criar regras ou adaptar essas regras do ponto de vista contábil para ativar esse ativo no patrimônio público ou privado. Precisamos fazer com que a nossa propriedade possa amanhã ter lá dentro a propriedade, o averbamento do carbono, da biodiversidade, da água, da capacidade de gerar esses ativos para dar mais valor à própria propriedade e ela se transformar, então, num todo. Não apenas o valor da terra que leva à produção agrícola ou à pecuária ou florestal; ele precisa incluir os outros ativos lá dentro, como a água, a biodiversidade: o quanto de água a minha propriedade produz, o quanto de carbono ela pode efetivamente produzir. E, ao incrementar a produção de carbono, eu estou incrementando a conservação, porque eu não vou vender árvore, quando eu vendo carbono.

E, vejam, o interessante é o seguinte: o carbono não é um ativo propriamente só econômico; ele já é um ativo financeiro, porque ele é um título transacionável nos mercados. Então, ele já passou essa conceptualização de apenas ativo ambiental para um ativo econômico, para um ativo financeiro. O que eu estou vendendo no carbono, o que eu estou remunerando é a atividade humana que levou à conservação que resultou numa redução de emissões através de um modelo metodológico certificado, validado pelos mercados internacionais. Então, o título jurídico carbono é um ativo financeiro já hoje nos mercados. Ele já fez esse percurso de maturidade do ponto de vista jurídico.

Então, precisamos trazer essa lógica dentro do possível, para a biodiversidade, para a água, para a própria beleza cênica, para o uso do solo, desde que esses ativos possam ser apropriados individualmente e precificados, como diz a Linda. E aí esse é o ponto fundamental, o.k.?

O SR. MARCO FUJIHARA (Para expor.) – Em dois mil e... Quando que você, Flávia, escreveu o seu livro, de que eu fiz o prefácio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCO FUJIHARA (Para expor.) – Em 2002, aquela moça escreveu um livro e eu tive o prazer de escrever o prefácio sobre CDMs e coisas do tipo, do Protocolo de Quioto.

Em 2005, eu fui chamado à Costa Rica, e a gente fez uma debênture no mercado de capitais, em que a garantia da debênture era o carbono. Então, a gente passou a ter um ativo que não era só a precificação pela transação, mas a precificação de garantias. Então, eu conseguia que o mercado de capitais reconhecesse uma garantia a partir de um ativo ambiental. Isso mudou a Costa Rica. Isso criou toda uma abordagem diferente na Costa Rica, do PIB Verde, de toda a questão que a gente conhece de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como evoluiu rapidamente a Costa Rica. E por que evoluiu rapidamente? Porque o mercado de capitais começou a reconhecer esses ativos que existiam na Costa Rica.

Eu quero responder uma pergunta aqui: de onde vem o dinheiro? Quem paga a conta? Quem tem que pagar essa conta é quem precisa dos serviços. Existem algumas teorias de algumas pessoas que dizem: "Ah, mas o serviço é da sociedade, então o Estado tem que pagar a conta". Caramba, não vai pagar nunca. Se depender disso, a gente morre de fome amanhã. Então, quem precisa do serviço é que tem que pagar esse serviço. Então, nós temos que criar a necessidade de haver uma oferta e a necessidade de haver uma demanda por esse serviço. Se a gente tem a necessidade da oferta e a necessidade da demanda, a gente tem a necessidade da transação. Então, quem paga a conta é quem precisa dele.

E eu queria colocar uma outra questão, da segurança jurídica, porque, assim, quanto mais *clean*, quanto mais regras claras e transparentes existirem, maior é a segurança jurídica. Quanto mais regra a gente fizer que não esteja muito clara, a insegurança jurídica aumenta. E, nessa questão ambiental, um monte de gente quer dar palpite, cada um quer dar um pitaco diferente. Então, a minha percepção é que tem que ser a mais simples possível, Senador. Pelo amor de Deus, não invente muito, não! O mercado vai olhar aquilo e vai falar: "Pelo amor de Deus, nunca vou entrar nesse treco!". E, se a gente não tem quem paga a conta, que é o Estado, quem tem que pagar a conta é quem precisa. Então, as regras têm que ser muito simples, porque, senão, a gente não vai encontrar esse tipo de coisa.

As experiências brasileiras são muito pequenas ainda perto das experiências internacionais. A experiência internacional mais importante está na Costa Rica, em alguns países na América Central e, principalmente, na Califórnia, que tem algumas coisas importantes. Mas eu entendo que as regras simples é que fazem a coisa. E o que virou o jogo na Costa Rica foi exatamente o reconhecimento de ativos pelo setor financeiro.

A SRA. LINDA MURASAWA (Para expor.) – Em relação a essa questão, quero entrar um pouco no ponto da questão do pagamento, de quem paga ou quem vai sustentar isso como um investimento.

Se a gente for olhar a quantidade de instrumentos financeiros que existem, eu não vou nem entrar na meritocracia, porque já existem muitos, como o mercado de capitais, todo um trabalho do sistema financeiro, o reconhecimento do mercado de carbono internacional. Na época em que eu estava no ABN Real, a gente discutiu isso na Europa, montamos Mesa, fizemos o reconhecimento de um carbono como *commodity*, introduzindo isso para o mercado de capitais.

Agora o que acontece, por exemplo, quando você traz... O que eu ressalto muito? Eu trouxe, na apresentação, a questão do modelo em si, porque, dependendo do modelo, você acessa determinados instrumentos. Então, no caso de Catskill, quem é que trouxe o dinheiro? Eles fizeram esse projeto e fizeram a sua emissão de *bonds* no mercado. Então, eles foram buscar, fizeram a busca dos investidores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os investidores colocaram e fizeram a aquisição dos papéis, e conseguiram fazer o levantamento de US$1,5 bilhão.

Então, na hora em que você traz o modelo, não necessariamente você fica preso a um modelo, como o Dr. Raul foi alertando, de a gente não engessar. Então, se você traz e coloca na lei que tem que ser dessa forma – o incentivo através de um tributo, por exemplo –, você começa a engessar tanto que não consegue fazer com esses mecanismos existentes se correlacionem e se transformem.

Então, na hora em que a gente olha a questão da garantia, olha o modelo financeiro, uma gestão financeira... Por que aquele modelo de garantia de um carbono ou até mesmo de uma propriedade ou de uma reserva legal é importante? Porque a gente tem que olhar o risco de *performance*. Na hora em que a gente olha que não há uma *performance* futura – e vamos olhar que todo e qualquer produto do planeta é dependente de água, não existe nenhum produto no mundo que não utilize água –, a gente tem que associar o risco de não haver água para determinados consumos.

Então, se não havia essa correlação, no mercado financeiro, a gente fazia a análise do estresse hídrico em cima de cada um dos produtos. Na hora em que você vai falar: "Para produzir esse celular, eu preciso de água"... Se há água naquela localidade, se aquela localidade tem uma tendência de desertificação, isso aumenta o risco, aumenta o risco de *performance* e aumenta a não atratividade de investimentos. Então, todos esses instrumentos estão correlacionados.

Quando você olha o pagamento de serviço ambiental, ele tem que ser visto como uma grande mitigação de risco, se eu olhar pelo lado do setor financeiro, se eu olhar pelo lado da sociedade e se eu olhar pela questão do Planeta, porque, se a gente não tiver hoje um ecossistema de produção de alguns produtos e serviços que a natureza nos dá, nós não vamos ter nem o que ficar pensando em busca de financiamento. Então, esse é um ponto.

Quando se começa a trazer a questão de formulação de modelos financeiros, é muito importante que haja, Senador, uma conversa com os legisladores financeiros. Por quê? Eu trabalhei muito com a questão de trazer os créditos de carbono, fazer a venda dos CDMs aqui, o que era ligado ao Protocolo de Kyoto, para os clientes europeus. E qual era a grande dificuldade? Internalizar o dinheiro aqui no País, porque não há reconhecimento, por exemplo, no registro de operações financeiras do Bacen. Ele simplesmente entrava como *others* e tinha que haver uma justificativa para não ser caracterizado como lavagem de dinheiro.

Havia um instrumento que a gente reconhecia como mercado de carbono, havia o Protocolo de Kyoto, havia projetos em cima disso e não havia instrumentos adequados. Então, você tinha que fazer uma série de adaptações. E aí, na hora em que você ia olhar o carbono lá fora, era a coisa mais simples, porque era um mercado, como disse o Dr. Ludovino, era um título. Então, você traz o título e fala: "Eu vim vender isso aqui".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cuidado que a gente tem que ter quando a gente olha também para a questão do pagamento de serviços ambientais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LINDA MURASAWA (Para expor.) – ... é não cometer algumas falhas que nós tivemos no passado. Já temos instrumentos e temos *benchmarks* de mercado internacional. Por que a gente não pode utilizar tudo isso, introduzir de forma tranquila e trazer cada vez mais o reconhecimento contábil? Se não houver o reconhecimento contábil, nós nunca conseguiremos dizer se uma empresa ou um produtor estão melhorando a sua *performance* só olhando alguns itens econômicos, sendo que todas essas partes ambientais e sociais não estão sendo contabilizadas.

Já foi dito aqui pelo Fuji e pelo Ludovino que isso entra como uma nota de rodapé, só que essa nota de rodapé tem um custo, é valorada e pode ser simplesmente para melhor ou para pior. Quantas e quantas empresas têm multas ambientais que não estão colocadas nos seu balanço explicitamente? Geralmente eles entram onde? Na linha dos *others*.

Então, o cuidado que a gente tem que ter é internalização desses valores numa contabilização que mostre realmente se aquele negócio ou aquele produto está sendo, de fato, sustentável ou não. Hoje as máscaras que a gente tem em termos dos modelos não nos permitem que a gente faça esse tipo de análise, a não ser que a gente entre num grau de profundidade absurdamente grande.

Deixe-me encerrar aqui.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sra. Linda.

Sr. Raul, mais uma vez obrigado. Suas considerações.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE (Para expor.) – Eu vou tentar responder aqui todas as questões. As primeiras são mais breves.

Para ser claro com o telespectador aqui, esse projeto não está trazendo recurso novo. Então, para as duas perguntas aqui, ele não vai trazer dinheiro, feliz ou infelizmente não vai trazer. A situação econômica do País é difícil mesmo, mas ele pode, digamos, deitar as bases para que, mais para frente, isso possa acontecer. Então, não virá dinheiro com esse projeto. Ele é um projeto mais conceitual.

E aí eu vou trazer um caso aqui, Senador, para poder responder às duas perguntas da sua equipe. Eu tive oportunidade, enquanto trabalhei brevemente no Governo do Distrito Federal, de ajudar a elaborar o Programa de Regularização Ambiental. E o PRA aqui do DF trouxe a seguinte disposição: "Olha, queremos incentivar os agricultores familiares a restaurar sua reserva legal, a APP, a ter mais floresta na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paisagem". Isso traz benefícios múltiplos para a sociedade, como água, biodiversidade, carbono. E como o PRA fez isso? De várias formas. Uma delas criou o seguinte dispositivo: aquele produtor que vende seus produtos, sua mandioca, seu milho, sua alface, para o Poder Público, para os mecanismos de compras públicas, e são vários os que existem para escolas, hospitais, creches, asilos; aquele que o faz e consegue comprovar – e nós temos hoje um mecanismo simples de comprovação, que é o Cadastro Ambiental Rural – que tem suas APPs preservadas, que tem sua reserva legal preservada, algo que não é o comum, ou seja, a maior parte não tem 5% preservados, mas alguns têm, poderá vender seus produtos ao Governo por um preço melhor, com até 30% de benefício no preço.

Quando criamos esse dispositivo, a primeira pergunta que veio do pessoal do Tribunal de Contas foi: porque você vai pagar mais? Tenho duas mandiocas aqui, são iguais, tem o mesmo peso, mesma qualidade. Por que essa vale 30% a mais do que esta aqui? Porque esta daqui tem serviço ambiental associado. Mas, se eu não reconhecer que ele existe, eu não tenho como justificar esse pagamento, esse dispêndio de recursos públicos. Então, respondendo a primeira pergunta, ele deve ser um instrumento econômico, que pode se transformar em alguns instrumentos financeiros, mas é, sobretudo, um instrumento econômico, o qual não vai existir – e eu acho que essa é uma limitação que está no projeto – apenas pela via contratual. A via contratual é um dos modelos de endereçar esse pagamento, mas, se eu fizer uma isenção, se eu criar um crédito, são outras formas com que eu chego ao mesmo lugar, que é fazer um incentivo, um pagamento por um serviço ambiental que não é contratual.

Por exemplo, a cidade de Montes Claros tem um caso interessantíssimo, que eu acho que foi até explorado aqui. Criaram um ecocrédito. A prefeitura falou que todo mundo que tem, em algumas bacias que eles definiram como prioritárias, mata ciliar preservada, vai ganhar um crédito por hectare preservado. Esse crédito é um título que pode circular na cidade e dá direito à isenção de impostos municipais. Então, seja o próprio produtor rural ou se ele vai à venda e compra arroz com esse título, o dono da venda pode pagar menos ISS, pode pagar menos IPTU com aquele título. É um mecanismo de isenção de impostos, é um pagamento por serviço ambiental, que não é contratual, mas é um pagamento.

Essa lei deveria dar segurança jurídica para que isso exista, e não deveria de alguma forma atrapalhar, porque, se você colocar todo mundo apenas no modelo contratual, um mecanismo como o de Montes Claros, por exemplo, passa a ser outra coisa que não é pagamento por serviço ambiental, embora eu entenda que é.

Então, dou dois exemplos, mas acho que o princípio dessa lei – acho que todos falaram na mesma linha – tem aqui poucas e boas. Vamos deixar a liberdade para os particulares fazerem desde que não seja ilegal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE (Para expor.) – ... e vamos tentar qualificar aquilo que é necessário, ter segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui foi falado, por exemplo, que a natureza jurídica é algo que talvez seja fundamental a gente poder qualificar ou pelo menos chancelar o que já está aí, porque são poucos os casos de empresas fazendo, mas eu sei que todas elas têm uma questão sobre a incidência de tributos. Devo pagar tributo? Mas qual tributo eu pago? Então, às vezes, ele deixa de fazer o negócio com receio de ter problema com a Receita lá na frente, porque não pagou, sonegou tal imposto, porque não está claro qual imposto tem que ser feito. Então, acho que a questão tributária, parece-me, é um assunto que pode facilitar atividades particulares.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu queria agradecer a todos a contribuição, a explanação, os alertas.

Eu queria quebrar um pouco o protocolo aqui, porque eu amo falar que eu tenho duas missões na vida: uma é ser delegado de polícia, o que sou há 27 anos, e a outra é ser professor. E eu venho – não o digo por vitimismo – de uma família muito pobre. Meu pai era motorista de ônibus; minha mãe, semianalfabeta, criou seis filhos; e eu sou o filho mais novo.

Por que estou falando isso? Porque eu sempre estudei em escola pública. E lembro que, quando eu passei, na minha época, era Escola Técnica Federal do Espírito Santo – só havia uma; depois, passou para Cefet; e, agora, é Ifes. E eu recebo, com muita satisfação, a informação de que um aluno do Ifes, o jovem Antônio Victor, foi aprovado em uma das melhores universidades do mundo, num momento em que o Brasil tem um total descaso com a educação – só no orçamento deste ano o corte na educação pública foi de R$10 bilhões –, no momento em que nós temos – eu tenho até vergonha de falar – que 27,3% das escolas públicas de ensino fundamental, apenas 27,3%, contam com biblioteca, apenas 37,2% contam com quadras de esporte e apenas 8,1% desses estabelecimentos têm laboratório de ciências. Os professores desvalorizados, os pedagogos, os mestres... Eu devo tanto, eu devo tudo na minha vida a esses mestres das escolas públicas.

Eu fico até emotivo quando eu falo nisso, porque é muito triste você viver num país em que a premissa constitucional é a de que todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. É muito triste você ver que, dentro dos direitos sociais, no art. 6º, está lá expresso o direito à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao vestuário, e nós temos aí um país com uma desigualdade social enorme, um país com 25 milhões entre desempregados e subutilizados, um país em que o Governo Federal criminaliza as universidades federais, criminaliza os institutos federais, criminaliza os funcionários públicos, criminaliza os professores.

Por isso, eu tomo a liberdade de falar, porque tudo passa pela educação. Nós estamos falando de meio ambiente, nós temos fazendo esta terceira de quatro audiências públicas, mas, se nós analisarmos, nós temos um tripé com três sustentáculos de fundamental importância para tudo dentro do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democrático de direito: o primeiro é a fiscalização; o segundo, a educação; e o terceiro, uma legislação, que, quando violada, tem que dar a certeza da punição. Agora, infelizmente, o Brasil vai na contramão disso tudo: ele não fiscaliza, ele não educa e ele não legisla.

É preciso que nós políticos façamos nossa mea-culpa ou ela inteira, porque nós aqui no Senado Federal infelizmente estamos deitados eternamente em berço esplêndido. Enquanto o mundo já está preocupado com isso, enquanto nós já temos experiências, nós criamos dificuldades em tudo: é para aprovar uma lei, não simplificar... Quando o colega falou, eu pensei: "É óbvio! O que ele está falando está corretíssimo: tem que ser uma coisa bem transparente, bem clara, bem objetiva; tem que ser sedutora para atrair as pessoas".

Agora, infelizmente, esta não é uma Casa que representa a população brasileira. Esta é uma Casa que representa uma camada social: a camada de brancos, representada, na sua maioria, por políticos brancos, engravatados, ricos, que estão lutando não por aqueles que mais precisam – pobres, negros, mulheres, índios, quilombolas, deficientes e desempregados. Infelizmente, todos nós não somos iguais perante a lei atualmente no Brasil.

Eu sonho um dia em que mais uma vez eu vou estar aqui nesta Comissão ou no Plenário falando que eu tenho orgulho de dizer que nós vivemos em plena democracia, na qual todos somos iguais perante a lei. Hoje o que eu falo, na minha modesta opinião, é que nós estamos vivendo uma ditadura em plena democracia.

Perdão pelo desabafo!

Agradeço aos cientistas, especialistas e técnicos que se reunirão hoje à tarde para dar prosseguimento aos trabalhos, iniciando a consolidação do que ouvimos e aprendemos aqui hoje. Alguns desses convidados participarão por videoconferência. Essa modalidade está à disposição das Comissões, pois, além de economizar recursos públicos, não gera emissões de gases de efeito estufa e contribui para o alcance dos compromissos assumidos pelo País.

Antes de finalizarmos os trabalhos, proponho a dispenso da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 3 de março de 2020.

Aqueles com concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar...

Agradeço a Deus, agradeço a todos os participantes, a você que está aí tendo paciência, nos assistindo, nos ouvindo, a todos, à equipe aqui da Comissão, aos meus colegas, aos meus amigos, ao cinegrafista, enfim, aos funcionários terceirizados, por quem eu tenho um carinho, um amor grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdoem-me mais uma vez, vocês não sabem – mas é aquilo que eu falo, e Platão sempre falou isso, que a sabedoria está na repetição. Aqui a gente fala que todos são iguais perante a lei, mas o Estado criminaliza a pobreza aqui dentro. Os funcionários efetivos não passam pelo detector de metal, os funcionários comissionados não passam, mas os terceirizados passam, como se pré-requisito para ser criminoso fosse ser pobre. Eu fui utilizado pelo Estado como delegado por 27 anos, e eu não vejo a polícia dando geral em *playboy* em bairros nobres, mas eu vejo violando direitos de toda a população carente nos bairros carentes, vulneráveis, que são os que mais precisam. Infelizmente o ser humano e o Estado criminalizam a pobreza, e isso está se repetindo aqui. Onde já se viu uma Casa de leis em que, por ser Senador, o elevador privativo meu? Mas aqui eu não represento o povo? Todo poder não emana do povo? Mais uma vez, esse princípio de que todos somos iguais perante a lei começa a ser violado aqui, diuturnamente. E o que nós estamos fazendo para mudar isso? A consciência de cada um é que vai responder.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos!

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 51FD61E300367CD1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.